



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

ANO LXXIV SUP. B AO Nº 44, QUINTA-FEIRA, 5 DE DEZEMBRO DE 2019

ATAS DAS COMISSÕES TEMPORÁRIAS DO CONGRESSO NACIONAL

BRASÍLIA - DF



COMPOSIÇÃO DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL

Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP)

Presidente

Deputado Marcos Pereira (REPUBLICANOS-SP)

1º Vice-Presidente

Senador Lasier Martins (PODEMOS-RS)

2º Vice-Presidente

Deputada Soraya Santos (PL-RJ)

1ª Secretária

Senador Eduardo Gomes (MDB-TO)

2º Secretário

Deputado Fábio Faria (PSD-RN)

3º Secretário

Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS)

4º Secretário

COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL

Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP)

Presidente

Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG)

1º Vice-Presidente

Senador Lasier Martins (PODEMOS-RS)

2º Vice-Presidente

Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)

1º Secretário

Senador Eduardo Gomes (MDB-TO)

2º Secretário

Senador Flávio Bolsonaro (S/Partido-RJ)

3º Secretário

Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS)

4º Secretário

SUPLENTE DE SECRETÁRIO

1º - Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES)

2º - Senador Weverton (PDT-MA)

3º - Senador Jaques Wagner (PT-BA)

4ª - Senadora Leila Barros (PSB-DF)

COMPOSIÇÃO DA MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

Deputado Rodrigo Maia (DEM-RJ)

Presidente

Deputado Marcos Pereira (REPUBLIC-SP)

1º Vice-Presidente

Deputado Luciano Bivar (PSL-PE)

2º Vice-Presidente

Deputado Soraya Santos (PL-RJ)

1º Secretário

Deputado Mário Heringer (PDT-MG)

2º Secretário

Deputado Fábio Faria (PSD-RN)

3º Secretário

Deputado André Fufuca (PP-MA)

4º Secretário

SUPLENTE DE SECRETÁRIO

1º - Deputado Rafael Motta (PSB-RN)

2º - Deputado Geovania de Sá (PSDB-SC)

3º - Deputado Isnaldo Bulhões Jr. (MDB-AL)

4º - Deputado Assis Carvalho (PT-PI)



Publicado sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal (Art. 48, RISF)

Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho

Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal

Roberta Lys de Moura Rocha

Diretora da Secretaria de Atas e Diários

Patricia Gomes de Carvalho Carneiro

Coordenadora de Elaboração de Diários

Mardem José de Oliveira Júnior

Coordenador de Registros e Textos Legislativos de Plenários

Ilana Trombka

Diretora-Geral do Senado Federal

Quesia de Farias Cunha

Diretora da Secretaria de Registro e Redação Parlamentar

Alessandro Pereira de Albuquerque

Diretor da Secretaria de Tecnologia da Informação - Prodasen



ELABORADO PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE ATAS E DIÁRIOS

CONGRESSO NACIONAL

SUMÁRIO

1 – ATAS DE COMISSÕES MISTAS TEMPORÁRIAS DO CONGRESSO NACIONAL

1.1 – COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO - FAKE NEWS

Ata da 1ª Reunião, realizada em 4 de setembro de 2019 (Republicação)	5
Ata da 2ª Reunião, realizada em 10 de setembro de 2019 (Republicação)	34
Ata da 3ª Reunião, realizada em 17 de setembro de 2019 (Republicação)	80
Ata da 4ª Reunião, realizada em 25 de setembro de 2019 (Republicação)	125
Ata da 5ª Reunião, realizada em 22 de outubro de 2019 (Republicação)	174
Ata da 6ª Reunião, realizada em 23 de outubro de 2019 (Republicação)	221
Ata da 7ª Reunião, realizada em 29 de outubro de 2019 (Republicação)	258
Ata da 8ª Reunião, realizada em 30 de outubro de 2019	296
Ata da 9ª Reunião, realizada em 5 de novembro de 2019	438
Ata da 10ª Reunião, realizada em 6 de novembro de 2019	476
Ata da 11ª Reunião, realizada em 19 de novembro de 2019	576

1.2 – COMISSÃO MISTA DESTINADA A PROFERIR PARECER SOBRE A MEDIDA PROVISÓRIA Nº 889/2019

Ata da 1ª Reunião, realizada em 21 de agosto de 2019	639
Ata da 2ª Reunião, realizada em 3 de setembro de 2019	644
Ata da 3ª Reunião, realizada em 17 de setembro de 2019	646
Ata da 4ª Reunião, realizada em 19 de setembro de 2019	648
Ata da 5ª Reunião, realizada em 26 de setembro de 2019	650
Ata da 6ª Reunião, realizada em 30 de outubro e 05 de novembro de 2019	651



1.3 – COMISSÃO MISTA DESTINADA A PROFERIR PARECER SOBRE A MEDIDA PROVISÓRIA Nº 891/2019

Ata da 1ª Reunião, realizada em 11 de setembro de 2019	708
Ata da 2ª Reunião, realizada em 17 de setembro de 2019	711
Ata da 3ª Reunião, realizada em 25 de setembro de 2019	712
Ata da 4ª Reunião, realizada em 29 e 30 de outubro de 2019	713

1.4 – COMISSÃO MISTA DESTINADA A PROFERIR PARECER SOBRE A MEDIDA PROVISÓRIA Nº 892/2019

Ata da 1ª Reunião, realizada em 11 de setembro de 2019	722
Ata da 2ª Reunião, realizada em 05, 06 e 12 de novembro de 2019	725

1.5 – COMISSÃO MISTA DESTINADA A PROFERIR PARECER SOBRE A MEDIDA PROVISÓRIA Nº 893/2019

Ata da 1ª Reunião, realizada em 11 de setembro de 2019	757
Ata da 2ª Reunião, realizada em 17 de setembro de 2019	762
Ata da 3ª Reunião, realizada em 24 de setembro de 2019	764
Ata da 4ª Reunião, realizada em 25 de setembro de 2019	766
Ata da 5ª Reunião, realizada em 1º de outubro de 2019	768
Ata da 6ª Reunião, realizada em 2 de outubro de 2019	769
Ata da 7ª Reunião, realizada em 23 e 30 de outubro de 2019	770





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 1ª REUNIÃO DA COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO - FAKE NEWS DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 04 DE SETEMBRO DE 2019, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 19.

Às onze horas e trinta e cinco minutos do dia quatro de setembro de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19, sob as Presidências dos Parlamentares Angelo Coronel e Rui Falcão, reúne-se a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito - Fake News com a presença dos Parlamentares Eduardo Braga, Eduardo Gomes, Luiz do Carmo, Mecias de Jesus, Veneziano Vital do Rêgo, Weverton, Fabiano Contarato, Alessandro Vieira, Juíza Selma, Humberto Costa, Rogério Carvalho, Jean Paul Prates, Chico Rodrigues, Zequinha Marinho, Eduardo Girão, Ricardo Barros, Luizianne Lins, Natália Bonavides, Carlos Zarattini, Filipe Barros, Caroline de Toni, Lídice da Mata, Bruna Furlan, Alexandre Leite, Túlio Gadêlha, Bacelar, Dr. Leonardo, Dr. Jaziel, João Roma, Telmário Mota, Dário Berger, Marcos do Val, Jorge Kajuru, Fernando Bezerra Coelho, Luis Carlos Heinze, Izalci Lucas, Paulo Paim, Pedro Lupion, Eliziane Gama, Acir Gurgacz e Arolde de Oliveira. Deixam de comparecer os Parlamentares Marcio Bittar, Randolfe Rodrigues, Roberto Rocha, Nelsinho Trad, Hiran Gonçalves, Delegado Éder Mauro, Alessandro Molon e Celso Russomanno. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Instalação e Eleição.** **Finalidade:** Instalação e Eleição. **Resultado:** Eleito Presidente o Senador Angelo Coronel e designada relatora a Deputada Lídice da Mata. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e trinta e seis minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Angelo Coronel

Presidente Eventual da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito - Fake News

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

<https://www12.senado.leg.br/multimedia/evento/90554>

O SR. PRESIDENTE (Rui Falcão. PT - SP) – Srs. Senadores e Sras. Senadoras, Deputados e Deputadas, havendo número regimental, declaro aberta a presente reunião, destinada à instalação e à eleição dos cargos de Presidente e Vice-Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito criada pelo Requerimento do Congresso Nacional nº 11, de 2019, para – abro aspas: "investigar os ataques cibernéticos que atentam contra a democracia e o debate público, a utilização de perfis falsos para influenciar os resultados das eleições de 2018, a prática de cyberbullying sobre os usuários mais vulneráveis da rede de computadores, bem como sobre agentes públicos, e o aliciamento e orientação de crianças para o cometimento de crimes de ódio e suicídio".

Instalada a Comissão, consulto as Lideranças sobre as indicações para o preenchimento dos referidos cargos.

Recebo aqui indicações, para Presidente, do Senador Angelo Coronel. (Palmas.)

Havendo sido aclamado para Presidente o Senador...

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR) – Presidente...

Não, não tem aclamação.

O SR. PRESIDENTE (Rui Falcão. PT - SP) – ... Angelo Coronel...

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR) – Presidente, uma questão de ordem. Deputado Filipe Barros, aqui.

O SR. PRESIDENTE (Rui Falcão. PT - SP) – Pois não.

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR. Para questão de ordem.) – Presidente, nobres colegas Senadores, Deputados, Deputadas e Senadoras, o art. 296 do Regimento Interno do Senado Federal diz que a votação será por meio de cédulas. Então, como não há um acordo em relação ao nome, eu gostaria que nós fizéssemos a votação, cumprindo o Regimento Interno, através de cédulas.

O SR. HUMBERTO COSTA (PT - PE) – Não pode ser eletronicamente, Presidente?

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (CIDADANIA - SE) – Pela ordem, Sr. Presidente, Deputado Rui Falcão. Senador Alessandro, aqui.

Eu indago se existe alguma outra candidatura para a Presidência, porque, se não existe outra candidatura, evidentemente, existe consenso.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Rui Falcão. PT - SP) – Mas, como o Deputado Filipe Barros solicita que se faça votação, vamos fazer por meio eletrônico.

Então, podem acionar o painel. (Pausa.)

Deputado Filipe, embora seja inusitado, porque não há outra indicação, V. Exa. insiste na votação?

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR) – Sim, Presidente, para nós cumprimos o Regimento.

O SR. PRESIDENTE (Rui Falcão. PT - SP) – É regimental.

Vamos fazer a votação eletrônica.

Os Deputados que são favoráveis à indicação, por favor, registrem o seu voto.

Vamos à votação ali na cabine, porque a votação tem que ser secreta.

(Procede-se à votação.)

O SR. ALEXANDRE LEITE (DEM - SP. Pela ordem.) – Presidente, se houver uma ordem de inscritos, eu queria me inscrever para falar no momento oportuno.

O SR. PRESIDENTE (Rui Falcão. PT - SP) – Assim que completar a eleição, eu passo a Mesa para o Presidente, e ele encaminha,

O SR. ALEXANDRE LEITE (DEM - SP) – Primeiro inscrito, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Rui Falcão. PT - SP) – Deputados e Senadores, podem se dirigir à cabine.

O SR. TÚLIO GADÊLHA (PDT - PE. Pela ordem.) – E as demais funções da Mesa, Presidente Rui?

O SR. PRESIDENTE (Rui Falcão. PT - SP) – Vou chamar pelo painel.

Pela ordem, Senador Eduardo Braga.

Senador Eduardo Gomes.

É a ordem de votação.

Senador Veneziano Vital do Rêgo.

Senador Mecias de Jesus.

O SR. TÚLIO GADÊLHA (PDT - PE. Pela ordem.) – Presidente Rui...





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Presidente Rui Falcão, não poderíamos fazer também a votação, a eleição para o Vice-Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Rui Falcão. PT - SP) – Não houve indicação ainda do Vice-Presidente. Parece-me que a indicação do Vice é do Senador Izalci Lucas. É isso?

O SR. TÚLIO GADÊLHA (PDT - PE) – Não é através de votação, não?

O SR. PRESIDENTE (Rui Falcão. PT - SP) – Se há indicação e se formos fazer a votação, que se votem os dois, não havendo outra indicação. (Pausa.)

Está liberada a cabine de votação.

Não há necessidade de chamar pelo painel.

Por favor, os senhores e as senhoras façam a fila ali. (Pausa.)

O SR. PRESIDENTE (Rui Falcão. PT - SP) – Encerrado o processo de votação.

Tendo sido atingido o quórum regimental, peço...

Ainda há um voto.

Encerrada a votação.

(Procede-se à apuração.)

O SR. PRESIDENTE (Rui Falcão. PT - SP) – Proclamo eleito o Senador Angelo Coronel e peço que assuma a Presidência dos trabalhos. (Palmas.)

O SR. ALEXANDRE LEITE (DEM - SP) – Sr. Presidente, eu me inscrevi para falar.

O SR. RICARDO BARROS (PP - PR) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Eu gostaria de agradecer a todos os Senadores e Senadoras, Deputados e Deputadas, por terem referendado o meu nome para presidir esta Comissão, esta CPI, CPI esta de suma importância neste mundo tecnológico em que estamos vivendo, onde vemos, a cada dia, famílias serem atingidas por notícias falsas em Facebook, Instagram, Twitter, em WhatsApp, Telegram. E precisamos dar um basta nisso e descobrir quais são os focos dessa indústria de fake news, que abala a democracia brasileira e que, muitas vezes, coloca uma pecha em alguém que não merece ser avacalhado, vamos assim dizer.

Já fui vítima de fake news, sei muito bem o que é fake news, e precisamos agora extirpar esse câncer da nossa sociedade. E esta Comissão terá um papel importante. É uma Comissão suprapartidária, uma Comissão que eu espero dirigir com responsabilidade, uma Comissão em





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que eu espero contar com todos os pares aqui da Câmara Federal e do Senado, para que a gente possa fazer um trabalho que dê essa resposta, essa satisfação à nossa sociedade.

Eu queria aproveitar a oportunidade para convidar, para ser a Relatora desta CPI, a nossa querida ex-Senadora e atual Deputada Federal, mulher experiente, Lídice da Mata. Mas por enquanto ela não é, parece, titular da Comissão. Então fica somente aguardando a sua titularidade, porque segundo o Regimento, ainda não podemos eleger ou indicar uma suplente para ser Relatora. Então esta Presidência aguarda a sua assunção a titular.

O SR. ALEXANDRE LEITE (DEM - SP) – Presidente.

O SR. RICARDO BARROS (PP - PR) – Presidente.

O SR. ALEXANDRE LEITE (DEM - SP) – Eu me inscrevi para falar primeiro, Presidente.

O SR. RICARDO BARROS (PP - PR) – Ricardo Barros, depois...

Pode falar.

O SR. ALEXANDRE LEITE (DEM - SP) – Eu já me havia inscrito na lista anterior.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Com a palavra o Deputado Ricardo Barros.

O SR. RICARDO BARROS (PP - PR) – Eu vou passar primeiro ao autor da proposta da CPI, Sr. Presidente. Depois eu gostaria de me inscrever, Ricardo Barros.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Pois não.

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR) – Presidente. Presidente! Presidente, rapidamente, Deputado Filipe Barros. Está muito barulho. A gente não consegue prestar atenção ao que está sendo falado.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Eu gostaria que o Plenário, os jornalistas, os assessores pudessem reduzir um pouquinho a altura da voz, para que a gente pudesse dar sequência à instalação.

Então, com a palavra o Deputado...

O SR. ALEXANDRE LEITE (DEM - SP) – O autor da proposta, Presidente. (Pausa.)

Presidente, eu vou sentar aqui, fica mais fácil. Não estavam me enxergando.

Presidente, primeiro parabênz V. Exa. pela eleição.

E aqui faço um discurso em justificativa por não ter votado em V. Exa. Não é...





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Mas Excelência, se V. Exa. desejar, eu peço para retroagir, para V. Exa. colocar o seu voto.

O SR. ALEXANDRE LEITE (DEM - SP. Pela ordem.) – Não, de forma alguma.

Presidente, vou justificar o motivo. No início, me foi proposto pelos Líderes encampar essa briga pela investigação sobre os crimes praticados pela internet, sobre a utilização de fake news nas eleições, sobre os crimes de cyberbullying e sobre o incentivo à prática de crimes de ódio pela internet, por menores de idade.

No que tange às investigações referentes a crimes eleitorais utilizando-se de fake news, a nossa proposta, já antes feita junto aos Líderes desta Casa e da Câmara dos Deputados, era de que nós investigássemos casos parecidos com o que ocorreu na Inglaterra e nos Estados Unidos com a empresa Cambridge Analytica, que se utilizou do Facebook para a compra de dados de usuários, utilizando-os em campanhas eleitorais, como a do Trump. E, de fato, isso ocorreu no Brasil, sim, na eleição do Bolsonaro, até mesmo o Haddad fez utilização desse recurso, mas o nosso escopo não é tentar retroagir no resultado das eleições. A ideia proposta era justamente tentar identificar quem são essas empresas que estão atuando de igual forma no Brasil ou se alguma empresa de âmbito internacional, de hospedagem internacional, agiu no Brasil interferindo no resultado das eleições, interferindo na nossa soberania.

No início, eu senti, de pronto, de parte dos Deputados, uma tendência muito grande em politizar esta CPMI para desvirtuar todo o conceito proposto e encampado por mim e pelo qual eu pedi o voto dos meus amigos, em confiança ao meu nome e ao meu trabalho, assegurando que aqui seríamos rigorosos. Daí porque, naquele momento, exigi que a Presidência, ou melhor, que a relatoria não fosse da Câmara dos Deputados, justamente por esse motivo de risco de desvirtuamento da investigação ora proposta e ora encampada por este primeiro signatário.

É legítimo, completamente legítimo, o PT reivindicar a relatoria. É legítimo! E, sendo oposição, também o faria. Agora cabe a nós julgar a responsabilidade de dar ou não ao principal interessado em retroagir o resultado das eleições. Com isso eu não concordei, e o Presidente Davi também não concordou. Por isso, o PT e os partidos de oposição se uniram e indicaram o nome do PSB para a relatoria, que ainda deve ser indicado.

Então, Presidente, não querendo fazer parte desse processo, uma vez que há a tendência de que ele fuja ao escopo do que eu propus na pretensão inicial, que há o possível desvirtuamento das intenções investigativas – e já citei aqui uma delas –, V. Exa. tem uma grande responsabilidade, Senador Angelo, de manter as rédeas dessa eleição dentro do foco do que o Brasil precisa, e não em mais um escândalo, atrapalhando o Brasil, causando ainda mais insatisfação popular com, quem sabe talvez, um tumulto judicial, podemos assim dizer, ou outro processo de impeachment, quem sabe. Não sei onde vão chegar os interessados, uma vez que você entrega a investigação aos principais interessados.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta CPMI não tem um objeto claro. Ela tem um objeto definido, porém o objeto definido é amplo e pode ser ampliado. Ora, crimes virtuais podem se estender a qualquer âmbito, inclusive chegar à Operação Lava Jato, a esses hackers que foram presos recentemente.

Então, Presidente, sabendo dessa costura política que fora feita em torno dos nomes desta Comissão, eu não me senti confortável em fazer parte dela. Estou com um requerimento aqui pronto para encaminhar à Mesa da Casa, para que meu partido substitua o meu nome nesta Comissão, porque eu não quero fazer parte do que aqui vai ser decidido porque não faz parte daquilo que eu propus como autor.

Em deferência aos amigos para os quais eu pedi total confiança no momento em que eu pedi a assinatura da CPMI, em nome dessas pessoas, eu me justifico e peço desculpas porque isso fugiu ao meu controle. E, repito, o máximo que eu posso fazer é torcer para que o Senador Angelo consiga manter os ânimos nos caminhos corretos da democracia e nos interesses propostos na elaboração da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito.

Muito obrigado.

Boa sorte, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Obrigado. Deputado Felipe, nós vamos sentir muito a sua ausência. Espero que V. Exa., antes de indicar um novo nome, reflua e continue fazendo parte desta Comissão.

Com a palavra o Deputado Felipe Barros.

Ricardo Barros.

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS) – Gostaria de me inscrever depois, Presidente.

O SR. RICARDO BARROS (PP - PR) – É o Ricardo ou é o Felipe, Presidente?

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS) – Presidente, eu gostaria de me inscrever como Líder do PT.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Deputado Ricardo Barros. Desculpe aí a questão de nome... Tem Deputados que eu não conheço, então eu estou pedindo a assessoria que me informe aqui o nome.

O SR. RICARDO BARROS (PP - PR. Pela ordem.) – Eu vou falar, é que eu estou inscrito.

Sr. Presidente, eu quero dizer que esta CPI é uma CPI importante. Nós sabemos da influência das redes sociais na formação de opinião pública e sabemos dos problemas com notícias falsas que são veiculadas nas redes sociais.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Evidentemente, o que nós pretendemos aqui com a CPI é aprender com tudo que já aconteceu e estabelecer regras, uma legislação adequada para que a nossa CPI proponha essas regras, para que o Congresso aprove e nós tenhamos um controle adequado sobre a veiculação de tantas matérias que estão sendo publicadas. E hoje já há vários veículos de grande credibilidade publicando que certas matérias são fake news e que não conferem com a verdade. Então, já há um certo autocontrole do processo dentro dos veículos de imprensa, mas nós queremos evidentemente poder, nas próximas eleições, ter algum elemento que nos permita evitar o uso indiscriminado de fake news para influenciar resultado de eleições.

Quero também dizer, Sr. Senador, Presidente Angelo Coronel, que havia um acordo na Câmara para que o PT fosse relator dessa Comissão, mas, evidentemente, não podemos interferir nas decisões do Senado Federal. Então, tendo sido S. Exa. indicado Presidente, a Câmara alterna a indicação de Relator. Isso foi acordado com o Carlos Zarattini, Deputado nosso, que faria a relatoria, dentro da lógica de que não seria adequado ter Presidente e Relator do mesmo partido. Nós, lá na Comissão do Orçamento, temos uma regra da resolução, mas aqui é um acordo, que todos nós vamos cumprir, com a maior tranquilidade.

Tenho certeza que esta CPI vai olhar para o futuro, que esta CPI vai aprender com o passado e olhar para o futuro. É isso que nós pretendemos. É assim, com esse espírito, com essa vontade, que venho participar dos trabalhos. E podem ter certeza: vamos jogar duro aqui para entender, com clareza, o mecanismo de patrocínio de notícias falsas que influenciam a opinião dos brasileiros.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Obrigado, Deputado, pela sua intervenção.

Passo a palavra agora ao Deputado Líder do PT, Paulo Pimenta.

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS. Pela Liderança.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sras. Senadoras, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, quero em primeiro lugar cumprimentar o Senador Angelo Coronel, porque essa tarefa que ele assume é uma tarefa de enorme importância para o nosso País e para a democracia. Quero cumprimentar aqui a Deputada Lídice da Mata, que será a Relatora desta CPMI e que, da mesma forma que o Senador Angelo Coronel, também terá uma enorme responsabilidade.

Eu considero, senhoras e senhores, que esse tema talvez hoje seja um dos temas mais caros para a democracia. Durante o período eleitoral, num determinado momento, eu tive a oportunidade de participar de uma reunião, representando um dos candidatos, no Tribunal Superior Eleitoral, onde estavam presentes a Ministra Rosa Weber, o Ministro Fachin e o Ministro Barroso. Estavam ali também os representantes do outro candidato. E, num determinado momento, quando surge, então, o fato de que havia uma distribuição industrial de mentiras, de





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

fake news, e que muitas dessas páginas e perfis estavam hospedados fora do Brasil, que havia uma enorme utilização de recursos e de dinheiro de maneira ilegal e que isso interferiu, de maneira direta, na nossa democracia, corrompendo as regras da eleição, os Ministros do TSE se declararam impotentes para conseguir coibir isso.

Eu estive recentemente, há cerca de um mês e meio, numa reunião do Parlamento Europeu, onde estavam Parlamentares de Portugal, da Espanha, da Grécia, da Alemanha, da Irlanda e da Inglaterra, e o grande tema do debate, Sr. Presidente, foi a maneira como as democracias e as regras das eleições nacionais hoje são corrompidas pela utilização de mecanismos semelhantes a esses que eu citei a V. Exas.

Nós já sabemos que hoje existem mecanismos que permitem a utilização de recursos que ninguém sabe de onde vêm para pressionar e influenciar conduta de Parlamentares, fazer campanhas públicas de destruição de reputações... Então, sinceramente, eu entendo que não há motivo de temor desta CPMI para aqueles que efetivamente não se envolveram em práticas criminosas.

Agora, eu acho que nós temos uma oportunidade ímpar de poder avançar numa investigação. E pondero a V. Exas.: uma CPMI deve ser conduzida por Parlamentares que querem que a investigação ocorra ou deve ser conduzida por Parlamentares que não querem que a investigação ocorra, que vêm compor uma comissão de inquérito, de investigação com o intuito de que ela não investigue nada?

Então, eu acho muito bom que os Parlamentares que venham compor esta Comissão, independentemente de partidos, venham com essa disposição de que nós possamos fazer de fato uma investigação que nunca foi feita no Brasil para conseguir entender essas práticas criminosas, esses mecanismos de financiamento sofisticados que agridem a nossa democracia, que colocam em xeque o sistema eleitoral brasileiro e que são também utilizados para outras finalidades perversas, como a gente está assistindo, inclusive, envolvendo muito dinheiro, muitos interesses.

Então, eu acho que esta CPMI está sendo muito aguardada no Brasil por tudo aquilo que ela significa e por tudo aquilo que ela representa. E acho que V. Exa., Senador Angelo Coronel, e a nossa Deputada Lídice da Mata têm essa tarefa. Nós estaremos aqui para colaborar. Deputada Luizianne Lins, Deputado Rui Falcão, Deputada Natália Bonavides e Deputado Carlos Zarattini farão aqui a representação da Bancada do Partido dos Trabalhadores na Câmara. A nossa bancada vem com esse intuito, sem qualquer sentimento de ódio, sentimento de revanche, sentimento de intolerância, até porque isso não é uma prática comum do nosso partido, mas com uma disposição real de fazer uma investigação que infelizmente nunca foi feita. Muitos dos senhores e das senhoras aqui já foram inclusive vítimas, prejudicados por conta desses mecanismos.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu reputo a esta CPMI talvez a mais importante ação legislativa que nós faremos no Parlamento neste ano, Sr. Presidente. Se Deus quiser, V. Exa. vai ter toda a clareza, a sensibilidade e a liderança necessárias para que a gente possa produzir aqui um grande resultado que aperfeiçoe a nossa legislação, que identifique responsáveis por práticas criminosas e que possa permitir que a nossa democracia saia fortalecida, as regras eleitorais consolidadas e que a gente possa enxergar por onde os criminosos agem para que numa outra oportunidade, eles não tenham a mesma facilidade de agirem e saírem impunemente desse processo como têm saído até hoje no nosso País.

Muito obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Obrigado.

Concedo a palavra aqui ao Senador Alessandro Vieira, do Cidadania, de Sergipe.

Está inscrito, Deputado. Estou seguindo a sequência.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (CIDADANIA - SE. Pela ordem.) – Obrigado, Sr. Presidente. Apenas para registrar os parabéns pela eleição e lamentar que o jovem colega Deputado não tenha permanecido na Comissão e na sala. Eu falo com tranquilidade, são quase 20 anos como delegado de polícia e agora esses seis meses como Senador da República. Investigar crimes cibernéticos é uma atividade técnica importantíssima, porque esse tipo de crime contamina a nossa democracia. Mas, antes de qualquer coisa, o jovem Deputado e outros tantos precisam compreender que investigação que tem dono não é investigação, é perseguição. E ninguém aqui quer concordar com isso. O que nós queremos é uma investigação clara, sólida, que aponte aquilo que foi feito com a nossa democracia, não apenas nesta eleição, mas em outras tantas, porque o uso da mentira é histórico, só que agora ela vem envelopada em ferramentas artificiais, que dão um alcance e uma profundidade terrível. Não é um fenômeno nacional, isso acontece hoje no mundo todo, tem técnica, tem muitos milhões envolvidos. Eu confio na condução de V. Exa. e da nossa digna Relatora para que o trabalho feito aqui seja um trabalho sério. O Brasil merece um trabalho sério, e quem quer ir para o trabalho sério tem que estar participando do trabalho. Quem não quer, fique de fora, analisando depois só o resultado feito.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Obrigado, Senador.

Eu vou, apesar de não ter sido indicada oficialmente para a relatoria, convidar aqui a Deputada Lídice da Mata para se sentar ao nosso lado para ela já ir começando o seu trabalho.

Então, eu concedo a palavra ao Deputado Filipe Barros. Vou pedir desculpa a ele, porque ele estava inscrito inicialmente, mas, como ele tinha falado no início, pensei que já tivesse desistido de falar. Mas concedo a palavra a V. Exa.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR. Pela ordem.) – Presidente, Senador Angelo Coronel, sem problema algum. Nós temos dois Barros aqui na Comissão: eu e o Ricardo. Não somos parentes, apesar do sobrenome.

Deputados e Deputadas, Senadores e Senadoras, nossa Relatora Deputada Lídice da Mata. Presidente, eu confesso para V. Exa. que, quando o nosso colega Deputado Alexandre Leite, autor do requerimento, me procurou para assinar esta CPMI – tenho o hábito de ler o requerimento, como todos nós temos –, quando li o requerimento solicitando a criação da CPMI, nitidamente eu vi que o objeto era amplo demais. Quando eu fui dar o retorno para o Deputado Alexandre Leite, eu falei para ele: "Deputado, eu não vou assinar um requerimento de criação desta CPMI, porque a CPMI vai de cyberbullying, deep web até um revisionismo das eleições passadas". Tanto é que, após o Presidente Alcolumbre autorizar a abertura desta CPMI, eu, Deputado Filipe Barros, ingressei com um mandado de segurança no STF, uma vez que, na minha visão, Deputado Paulo Pimenta, faltava objeto determinado, que é um dos pré-requisitos constitucionais para a abertura de uma CPMI. Ingressei com o mandado de segurança no STF e, infelizmente, numa decisão monocrática do Sr. Ministro Lewandowski – e é algo até, depois eu vou conversar com o Senador Alessandro Vieira, que nós tínhamos que rever, as decisões monocráticas –, numa decisão monocrática, numa canetada no plantão judiciário, disse que na visão dele havia fato determinado.

E aí, Sr. Presidente, eu me lembro de que, quando a imprensa me procurou para falar sobre o mandado de segurança a que eu havia dado entrada, eu comentava e comentei que uma vez que o objeto da CPMI é amplo demais – e nós temos obviamente prazos regimentais para cumprir nessa CPMI –, na minha visão, naquele momento, a CPMI tinha alguns objetivos, que decorrem do fato de que o requerimento de criação da CPMI não tinha um fato determinado.

E quais eram esses objetivos na minha visão? Primeiro de tudo, censurar a população que hoje se manifesta livremente na internet.

O segundo objetivo do requerimento, sem foco, sem fato determinado, na minha visão, é a regulamentação da mídia, porque vejam, Srs. Deputados: fake news não é matéria de que eu não gosto. E muitas vezes a gente ouve: "Ah, determinado veículo de imprensa cometeu fake news", porque eu não gosto da matéria, e não é. Fake news não é matéria de que eu discordo ou de que eu não gosto. Fake news é matéria em que o jornalista ou por imprudência não apurou devidamente os fatos ou que, maldosamente, desvirtua a realidade. Isso é fake news. Então, esse debate todo sobre fake news precisa ser melhor delimitado. O que é fake news? Em primeiro lugar, fake news não é matéria de que eu não gosto. Então, nitidamente, na minha visão, o segundo objetivo do requerimento que foi protocolado e que deu origem a esta CPMI é a tão esperada por alguns e, para nós, a nefasta regulamentação da mídia.

E o terceiro objetivo desse requerimento aberto, sem foco determinado, sem fato específico, é criar fake news contra o atual Governo, alimentando boatos que surgiram desde o





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

período eleitoral... E quando eu falo que é fake news é porque quem foi condenado por impulsionar conteúdo foi o Haddad, e não Bolsonaro.

Então, eu abordei esses três tópicos, esses três objetivos naquele momento porque são, na nossa visão, três objetivos que decorrem deste requerimento que foi protocolado, que deu origem a esta CPMI, sem foco, sem fato determinado.

Mas, Sr. Presidente, V. Exa., como Presidente desta CPMI, terá um desafio e imenso, que é, uma vez que a CPMI foi criada, evitar que se partidize essa discussão, porque veja: se o requerimento fala de cyberbullying, se o requerimento fala de deep web, se nós tivemos neste ano o caso da escola de Suzano, que, pela Polícia Federal, aconteceu por influência da deep web, então, acho que nós temos que focar o trabalho desta Comissão nesses fatos e não em boatos.

Então, V. Exa. vai ter uma um desafio enorme porque, com todo o respeito ao colega Deputado Paulo Pimenta, nós já vimos qual será o tom da Comissão. Espero que V. Exa. tenha, como sempre tem, um objetivo claro nesta Comissão e pulso para que não desandem os trabalhos desta CPMI.

Hoje, após a fala do Deputado Alexandre Leite, isso que eu abordei para vocês agora ficou comprovado, porque o Deputado requerente da abertura desta CPMI, o primeiro a utilizar a palavra nesta CPMI, disse que o seu objetivo, quando começou a coletar assinatura, quando após conseguir as assinaturas protocolou-as na secretaria e conseguiu, então, a abertura desta CPMI, foi desvirtuado. Todo mundo sabe aqui que ficamos sabendo muita coisa pelos corredores, então, não serei leviano a ponto de dizer aquilo que os corredores desta Casa dizem, mas descumpriram um acordo que tinham com o Deputado Alexandre Leite, requerente desta CPMI, e ele, abertamente, disse que o objetivo primeiro dele estava sendo desvirtuado.

Então, Srs. Parlamentares, Deputados, Deputadas, Senadores e Senadoras, a nossa Relatora Lídice da Mata, nós estaremos aqui participando ativamente dessa CPMI, contribuindo para os trabalhos desta CPMI.

O pedido que eu, em nome do PSL, faço neste momento, Sr. Presidente, é que, de fato, a CPI cumpra com o objetivo para que ela foi criada, que a CPMI cumpra com os objetivos originários do Deputado Alexandre Leite, que foi o criador desta CPMI e que não se tente nesta Comissão objetivar um dos três pontos que eu citei agora há pouco sobre as consequências de abrimos uma CPMI sem fato determinado.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Obrigado, Deputado.

Concedo a palavra à nossa futura Relatora, Lídice da Mata, Bahia, PSB.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Pela ordem.) – Bom dia a todos, aos amigos Senadores e Deputados que estão nesta Casa e que tenho a satisfação de poder chamar a todos de colegas, quero saudar também os nossos membros da Comissão, a equipe técnica, o Secretário e todos os que estão dispostos a nos ajudar.

Já tivemos aqui representantes de ONGs que estamos procurando para ter uma manifestação a respeito desse assunto. Eu creio que esse é um assunto muito rico e eu quero agradecer a todos os partidos, especialmente ao PT, pela indicação para cumprir esse papel de ser Relatora desta importante Comissão que se cria na Casa neste momento.

Quero deixar tranquilo o primeiro requerente desta CPMI, assim como os representantes da base do Governo, como o Deputado Filipe, que nós vamos ouvir todos que vierem aqui testemunhar e, principalmente, analisar fatos, mas nós não podemos propor legislação, observar aquilo que não existe. Nós vamos, portanto, nos dedicar aos fatos existentes na cena política nacional e, com o máximo de isenção, buscar trazer à tona a verdade sobre esses fatos, que interferem na vida do cidadão comum, uma vez que fake news não atinge só a política, mas a sociedade em geral, a juventude, os adolescentes, os casos de bullying. Enfim, são diversos os fatos que ocorrem em relação a fake news.

Penso que conceituar o que é fake news é uma tarefa desta Comissão também, mas não vamos inventar a primeira fake news, dizendo que o objetivo desta Comissão seja regulamentar a mídia no Brasil. Não creio que seja este o objetivo; ele não está, em nenhum momento, expresso nem nas intenções dos senhores que compõem esta Comissão nem mesmo nas minhas, como Relatora. Então, nós precisamos todos, sem dúvida – e eu peço a colaboração de todos –, sair daqui com um trabalho exemplar.

Outros parlamentos já investigaram nos seus países a prática de fake news. O Parlamento brasileiro se dedica a isso neste momento, numa união da Câmara e do Senado, do Congresso Nacional, e eu acredito, sinceramente, na disposição de todos nós em darmos uma contribuição para que a sociedade brasileira avance na direção de compreender, primeiro, o que é esse grande fato que preocupa a todos na sociedades chamado fake news, fato que vem, inclusive, com uma expressão em outra língua, que precisa ser traduzida. E muitos dizem que se trata, Senador Angelo Coronel, Deputado Bacelar, apenas do boato, da mentira criada, tão presente na política desde muitos anos.

Eu lembro um amigo pessoal, um político baiano que dizia que ele, ao enfrentar o seu adversário, procurava o bar mais concorrido da cidade, colocava ali um seu adepto e inventava uma mentira importante a respeito da família do seu adversário para espalhá-la ali naquele bar. Ora, isso é o que o se chamaria, hoje, de fake news. Criava uma rede na cidade com uma versão a respeito daquele adversário, atingindo a honra da sua família, às vezes do filho, da mulher ou do próprio adversário. Só que isso se dá hoje num novo tempo, no século XXI, envolvendo grandes redes de comunicação, de comunicação invisível, internacionais, que não atuam só no





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

país, que não têm nem sede, porque atuam e alcançam a sociedade global, digamos assim. Por isso, esse fenômeno precisa de uma investigação, para que nós possamos entender de que maneira ela pode atingir a democracia brasileira.

Eu creio que o centro desta CPI deve ser responder: Será possível termos a garantia de uma sociedade democrática, com o exercício de mentiras veiculadas em redes internacionais? Será que com essa prática teremos condições de garantir aquilo que é o básico, que é o direito do cidadão à escolha livre, soberana?

Então eu creio que esse é o objetivo central e em que todos nós estaremos envolvidos aqui. E quero dar a todos vocês a garantia de que vou me dedicar de forma extrema para que possamos juntos responder a isso. E peço principalmente a contribuição de todos para que possamos trabalhar nisso.

A liderança do meu partido já está aqui presente, já viabilizou a mudança. O Deputado Molon também já me enviou uma mensagem aqui de que pudéssemos fazer essa mudança, para que nós possamos realizar aquilo que foi por todos nós acordado, que é a nossa presença na relatoria.

E eu não ia falar, mas busquei falar hoje só para dizer do meu compromisso, Deputado Filipe, de que nós possamos trabalhar juntos para dar o melhor de todos nós e a melhor contribuição para o trabalho desta Comissão.

Eu estou com uma reunião que já estava marcada há muito tempo e eu não sabia que ia coincidir com este horário. Por isso, estou pedindo a todos vocês a possibilidade de me retirar hoje neste momento, porque estou ultrapassando o horário e as pessoas já me aguardando para realizar essa reunião. E eu peço desculpas, portanto, por ter que me retirar.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Está o.k., Deputada.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA) – E tenho a confiança de que dois baianos só podem garantir a vocês o melhor clima, com o melhor bom humor, com o bom humor que é típico da nossa da nossa terra, do nosso povo, e a seriedade também que nos persegue como identidade da nossa gente.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – A serenidade será a marca desta Comissão, com certeza.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA) – Sem dúvida.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Com a palavra a Deputada Luizianne Lins, do PT, do Ceará.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. LUIZIANNE LINS (PT - CE. Pela ordem.) – Sr. Presidente, parabéns aí pela sua condução à Presidência deste trabalho e a todos os Senadores e Senadoras, Deputados e Deputadas que vão fazer parte desta Comissão.

Eu queria só já registrar, até para o Deputado Filipe Barros que falou há pouco... Eu não sei se ele teve o cuidado de ler o requerimento da Comissão que foi criada. Eu fiz isso, porque seria indicado pelo meu partido, inclusive propus ao próprio partido na Câmara que nós fizéssemos uma CPI com esse tema, com essa propositura. E aí fiquei feliz quando o Senado também se agregou. Eu queria dizer para o Deputado que eu estou com o requerimento do criador da Comissão, exatamente escrito, defendido pelo Deputado Alexandre, que infelizmente não ficou na Comissão, mas diz o seguinte:

Requer [...] investigar os ataques cibernéticos que atentam contra a democracia e o debate público; a utilização de perfis falsos para influenciar os resultados das eleições de 2018; a prática de cyberbullying sobre os usuários mais vulneráveis da rede de computadores, bem como sobre agentes públicos; e por fim o aliciamento e orientação de crianças para o cometimento de crimes de ódio e suicídio.

Então gostaria de dizer que eu sou estudiosa da área, eu sou doutoranda em comunicação e semiótica, eu sou jornalista de formação, sou professora da Universidade Federal do Ceará. É uma coisa que eu tenho estudado profundamente, mas eu quero dizer que esta Comissão tem condição, Deputado, de contribuir não só para a democracia atual, como bem falou nosso Líder Paulo Pimenta, mas como determinante do que será o Brasil daqui para frente, porque isso é um fenômeno mundial.

Importante dizer: fake news não é... O modus operandi dela não é uma coisa atual. Desde que o mundo é mundo que, por exemplo, houve o Hitler, houve o Mussolini se utilizando de notícias falsas para enganar o povo. E isso se dá, por que isso virou e por que hoje a gente nomina de fake news? Porque é assim, a academia, eu faço parte de um grupo chamado de Teorias do Jornalismo que estuda isso, na PUC, do Rio. Quando eu fiz o mestrado lá, durante os três anos eu fiz parte desse grupo, e a academia tem dificuldade, inclusive, de aceitar essa denominação, porque nós jornalistas partimos do pressuposto de que, se é fake, não é news. Notícia parte de um pressuposto de que ela precisa ser verdadeira para ser chamada de notícia.

Então, a gente acabou comprando, digamos assim, essa alcunha fake news, porque caracteriza mentira em formato de notícia. Daí fake news. Ela não é um texto, ela não é apenas uma coisa que se vai passando. É porque ela tem um formato de notícia, muitas vezes ela é carimbada como se viesse de um jornal ou de uma televisão etc. e tal. É a mentira em formato de notícia.

Eu queria dizer para o Deputado que eu acho que nós estamos aqui com muita serenidade nesse processo, porque esse problema não é só no Brasil, é um problema mundial. E estava me





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

doendo muito ver o Parlamento... A Câmara e agora o Senado, felizmente, se juntaram. Na Inglaterra, quando houve a questão da Cambridge Analytica, que não existe mais porque foi denunciada, houve uma audiência e uma coletiva para a imprensa mundial, e a imprensa mundial foi para lá. Um jovem que fez parte do processo e depois entendeu onde estava, mas o Parlamento britânico tratou com muita seriedade isso; ele foi convocado, houve uma CPI lá exatamente por quê? Porque a Cambridge Analytica era sediada em Londres, embora tenha influenciado as eleições nos Estados Unidos, a eleição de Trump.

Eu gostaria de finalizar, dizendo que essa CPI... Vamos partir do princípio de que a questão central é um fenômeno advindo da internet, porque depois se derivam as redes sociais e cada vez mais... O fenômeno foi a internet, que é uma coisa boa para o mundo, que pode ser utilizada para o bem e para o mal. As redes sociais, com o fenômeno da internet, passam a existir e, cada dia mais, cada uma dessas redes deram sua colaboração não só no processo eleitoral do Brasil antes e agora, daqui para frente... Mas também cada rede tem as suas singularidades no sentido de estarem disseminando falsas informações para a população.

Eu quero dizer, com muita tranquilidade aqui, que não é o objetivo do PT, não é o objetivo fazer nenhum tipo de caça às bruxas nesse sentido, mas é, sim, que a gente esclareça e que a gente saia daqui com um marco regulatório sobre uma coisa, eu termino dizendo isso, fundamental que se chama a questão da privacidade dos dados. Quanto à privacidade dos dados, não temos regulamentação no Brasil.

Hoje nós viramos algoritmos nas mãos das empresas, que jogam para nós exatamente as nossas possíveis necessidades, porque elas nos colocam, nos agrupam em perfis psicológicos e começam a nos mandar a partir dos cliques que a gente dá na internet, concordando com determinadas coisas.

Eu vou finalizar, só dando um exemplo. A empresa Gol, de transporte aéreo, tem internet a bordo. Então, quando eu saio daqui e vou para a minha terra, aproveito para ficar na internet para continuar trabalhando. E aí eu tive a curiosidade... Você paga para ficar com internet durante o voo, por uma hora de voo, enfim, você escolhe o pacote e entra para ficar conectado. E, aí, pagando com meu cartão de crédito – pagando –, eu não consegui acessar, porque eu tinha que dar o aceite. Como eu estou estudando isso, eu fui ler – a gente nunca lê, porque é uma coisa gigantesca, enorme –, por curiosidade, e, simplesmente, uma das primeiras cláusulas do contrato que você tem que aceitar, mesmo pagando, diz o seguinte: "A Gol está autorizada a divulgar os dados que você coloca lá, com exceção do seu cartão de crédito, mas todos os outros dados, para as empresas parceiras da Gol". Ora, eu não sei quem são as empresas parceiras da Gol, mas eu só consigo pagar o pacote de internet se eu aceitar essas condições. Isso ocorre com todas. É só parar para ver que é assim em qualquer aceite hoje. Então, isso daí vira... As empresas hoje se comunicam, e nós viramos algoritmos, simples algoritmos, na mão de quem quer que seja que está dominando por trás disso.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por isso, eu queria dizer que eu vou ficar ajudando nesta CPI indicada pelo Partido dos Trabalhadores. Já estou começando, inclusive, a sugerir requerimentos para esta Comissão, mas eu quero dizer que nós podemos dar, Filipe, uma contribuição muito grande para a sociedade.

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR) – Posso fazer um aparte, Deputada, para contribuir com a sua fala?

A SRA. LUIZIANNE LINS (PT - CE) – Pois não. Depois eu finalizo.

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR) – Isso. Obrigado, Deputada, pelo aparte.

Só para contribuir com a fala de V. Exa., nós já temos, no nosso País, a legislação de proteção de dados, que é a Lei 13.709, de 2018, que foi alterada, posteriormente – neste ano, aliás –, pela Medida Provisória 869.

A SRA. LUIZIANNE LINS (PT - CE) – O.k. Mas ela ainda não deu conta dessa realidade que nós estamos vivendo. Ela não consegue coibir, por exemplo... É de 2018, mas nós estamos em 2019, e a Gol continua com o mesmo processo de aceite. Então, está faltando alguma coisa, que talvez seja esta CPMI, que agora talvez dê o desfecho final a esse processo de proteção de dados de que nós estamos hoje tão carentes aqui no Brasil.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

Era isso que eu gostaria de falar.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Obrigado, Deputada, pela participação.

Convido para falar a Deputada Caroline, do PSL, de Santa Catarina.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC. Pela ordem.) – Muito boa tarde a todos. Boa tarde, Presidente, e a todos os Parlamentares aqui presentes.

Eu não vou fingir normalidade, porque muito me assusta tudo que está acontecendo aqui nesta CPMI, a iniciar pela declaração do autor do requerimento, Deputado Alexandre Leite.

Ora, se o Deputado Alexandre Leite, que fez a CPMI com uma intenção e ainda deixando um amplo objeto de investigação, chega a esta Comissão, após instaurada, e faz um discurso dizendo que vai abrir mão da sua presença na Comissão porque ela foi desvirtuada, temos que alertar o povo brasileiro para a grande armadilha que sinto e percebo que está sendo criada aqui, principalmente contra a figura do Presidente democraticamente eleito, Jair Messias Bolsonaro, maciçamente eleito pelo povo brasileiro, embora alguns partidos não aceitem o resultado das urnas. Isso fica muito claro, principalmente após ouvir o Deputado do PT, que aqui falou, que fez insinuações maliciosas a respeito da campanha do Presidente, insinuando que havia





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mecanismos de financiamento sofisticados, envolvendo muito dinheiro e interesses, enfim, insinuando que haveria fraude na campanha do nosso Presidente.

Então, se o próprio autor do requerimento da CPMI abre mão ao ver um certo acordo... Que acordo foi feito? Eu pergunto aqui, deixo aqui ao povo brasileiro para saber que acordo foi feito a ponto de que o autor da CPMI pede a sua renúncia da participação. O povo brasileiro quer saber. Quero crer que não seja um tribunal de inquisição ao nosso Presidente, porque tudo aqui está se figurando. Querer regulamentar a mídia, eu leio isso como censura, e censura ao povo brasileiro, inclusive, que, agora, no meio da internet, pode exercer livremente a sua opinião, porque eu não acredito que haja plena liberdade de expressão no Brasil. O povo brasileiro pode compartilhar fatos hoje, na internet, que antes era só a grande mídia que compartilhava. Então, quando o povo está na rua e vê alguma coisa acontecendo, ele pega o seu celular, grava e bota na mídia. Qual o problema que há nisso?

Vamos aqui investigar, Presidente. Eu quero que bote aqui para a gente ir investigar também o amplo dinheiro público que foi gasto, no Governo passado, com publicidade estatal, com blogueiros, que faziam, sim, esse trabalho. É uma prática muito comum da esquerda acusar os outros do que ela mesma faz.

O grande problema nesta CPMI é, justamente, que ela descumpre um preceito, um requisito formal fundamental, que é a delimitação do objeto. Esse amplo objeto dela aqui permite que entre qualquer coisa.

Agora, eu quero saber: nós vamos investigar aqui só o vencedor ou vamos investigar os perdedores, que têm, sim, indícios de que cometeram esse tipo de coisa? Isso eu quero saber e quero que me respondam.

Enfim, é muito grave o que está acontecendo aqui. E quero deixar, desde o primeiro momento, que foi a instauração, a minha perplexidade e a minha preocupação, porque isso aqui não está sendo levado pelo caminho normal.

Eu quero passar um aparte aqui para o Deputado Filipe Barros.

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR) – Deputada e Deputados, chegou ao meu conhecimento, neste momento, Presidente, utilizando o aparte à Deputada Carol, que a nossa colega Relatora, Deputada Lídice, agora, em coletiva ali fora para a imprensa, disse que, de fato, a Comissão tem que investigar mesmo as eleições passadas.

Então, Presidente, o que foi dito por ela neste plenário não é o que é dito por ela para a imprensa. Então, é justamente o que a Deputada Carol está falando.

A SRA. LUIZIANNE LINS (PT - CE. Fora do microfone.) – Mas está no requerimento de constituição da CPI.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – O problema é que...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Vamos dar sequência...

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Com licença, só retomando a palavra.

Esse é o problema. Ao não respeitarmos um requisito formal para abrir qualquer CPI ou CPMI, que é um objeto certo e determinado, nós damos chancela a qualquer tipo de coisa. Por isso que fazemos essa impugnação, constando aqui, registrando a nossa impugnação formal a esta CPMI. Ela descumpre, desde o início, um requisito formal de objeto delimitado, porque agora está se dando amplo objeto, a ponto de investigar... Vamos investigar também os perdedores e não só o vencedor da eleição.

Muito obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Deputada, eu acho que o papel da Comissão não é investigar quem ganhou e quem perdeu. É investigar fake news. Aqui não é uma Comissão para definirmos mudanças no rumo eleitoral passado. Então, vamos ter serenidade e descobrir quem são os autores de fake news nas nossas redes de computador.

Concedo a palavra ao Deputado Rui Falcão, do PT, de São Paulo.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP. Pela ordem.) – Sr. Presidente, Srs. Deputados e Deputadas, Senadores e Senadoras, primeiro, eu queria cumprimentar V. Exa. Confio plenamente no seu tirocínio, na sua capacidade democrática e também na sua autoridade como Presidente.

Também saúdo a Deputada Lídice da Mata. Se efetivamente ela dá essa coletiva falando que é objeto também da CPMI investigar os resultados da eleição de 2018, ela está estritamente dentro do requerimento que constitui esta CPMI.

Segundo, não foi nenhum Deputado do PT que fez o requerimento para criação desta CPMI. Também nós não podemos responder por um acordo, suposto acordo que desconhecemos.

É lamentável que o Deputado Alexandre Leite tenha deixado a CPI e a sala até porque ele começava a mencionar a Cambridge Analytica, a necessidade de investigar essas grandes empresas que manipulam informações. Então, é lamentável que ele tenha nos deixado aqui. Poderia contribuir muito.

Queria também mencionar aqui o Senador Alessandro. É bom saber que ele é um delegado, além de Senador, especializado na investigação de crimes cibernéticos. Pode contribuir muito para esta CPMI. E também concordo com ele quando diz que esta CPMI não tem dono, mas, para que ela não tenha dono, nós temos de compartilhar o trabalho e fazer esse





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

trabalho de investigação sem suposições e sem preconceitos, sem acusações e sem insinuações.

Quando se diz "resultado das eleições de 2018", havia vários candidatos nas eleições, não um direcionamento específico. Quando as pessoas colocam preocupações em relação à eleição do Presidente atual é porque temem que algo possa ter acontecido.

Nós não estamos acusando ninguém. Nós queremos investigar. Não fizemos o requerimento.

O Supremo Tribunal Federal decidiu sobre essa demanda do Deputado do PSL. Ele poderia, inclusive, quero crer, discordar da decisão monocrática e recorrer ao Pleno. É um direito dele. Mas houve uma manifestação do Supremo.

Então, esta CPMI, até o momento, se instaura dentro da mais ampla legalidade, da mais ampla conformidade com o Regimento das duas Casas do Congresso Nacional.

A nossa disposição é colaborar para que isso ocorra.

Tem razão a Deputada Luizianne Lins quando diz que fake news é uma contradição em termos. Essa expressão, aliás, aparece pela primeira vez na fala do atual Presidente dos Estados Unidos, que acusava seus adversários de dispararem contra ele fake news, logo ele que, entre algumas informações que disseminou, dizia que o ex-Presidente Obama não era americano. Essa, sim, era uma falsidade imensa, que interferiu nas eleições. Ele dizia também falsidades contra sua adversária Hillary Clinton.

Portanto, eu conclamaria todos os participantes e todas as participantes desta CPMI a fazerem um trabalho profícuo, muito democrático, de boa convivência entre nós, para que o resultado final seja aquilo que a população espera de nós: que tenhamos uma democracia sólida, com instituições democráticas, e que esta CPMI certamente contribua muito nessa direção.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Obrigado, Deputado.

Concedo a palavra ao Deputado Dr. Leonardo, do Solidariedade, de Mato Grosso.

O SR. DR. LEONARDO – (SOLIDARIEDADE - MT. Pela ordem.) – Sr. Presidente, primeiro, cumprimento o Senador Angelo Coronel pela Presidência desta CPMI. É uma satisfação revê-lo, estou muito contente de vê-lo nessa posição.

E também cumprimento a Relatora, a nossa Deputada Lídice da Mata; todos os Senadores e Deputados; o Governador Mauro Mendes, do Estado do Mato Grosso, que aqui está, e também o nosso ex-Vice-Governador Carlos Fávaro, que também está presente.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero dizer, Sr. Presidente, que nós temos no Brasil e no mundo a massificação das ferramentas digitais de interação social e comunicação. Isso não retroagirá mais. É uma ferramenta que cada vez mais vai ter o seu uso disseminado. E o País precisa, sim, enfrentar o avanço das notícias falsas, as ditas fake news, que antigamente eram feitas de outras formas: panfletos apócrifos ou notícias em bar ou, como dizem no Nordeste, as presepadas que eram feitas durante as campanhas eleitorais e em outros momentos, Deputado Túlio. Mas é importante que tudo isso seja feito sem afetar um ponto fundamental: a liberdade de expressão e de comunicação e informação neste País.

O que estamos combatendo, Deputada, são as fake news, as notícias falsas, utilizando as ferramentas digitais de informação e interação social.

Muitas soluções foram propostas pelo Judiciário brasileiro já, mas elas se mostraram paliativas, ainda estão longe de efetivamente causarem uma unidade a essas respostas. E agora volta ao Congresso Nacional, graças a esta CPMI instalada, esse debate sobre as fake news. E isso é necessário porque outros Paramentos já o fizeram pelo mundo, como foi aqui dito, nos Estados Unidos, na Inglaterra, com a Cambridge Analytica. Foram ditas situações, como a que a Deputada falou, ou seja, não é à toa que você às vezes pesquisa um produto ou até comenta e de repente, quando você vai abrir a próxima página, já aparece uma propaganda daquele produto que você comentou. Não é à toa isso, tem a ver com informação. A informação é o futuro petróleo do mundo.

Mas, meu Presidente, o quadro vai demandar muito esforço para a gente mapear situações mais críticas e muita imaginação de futuros alternativos, porque há soluções que vão ter que ser inovadoras. E esta CPMI vai poder fazer propostas para o mundo inteiro e aceitar aquelas propostas que já estão vigentes em outros países. Do ponto de vista social, Sr. Presidente, esta CPMI deve ir ao encontro do nível de sofisticação e efetividade que a sociedade exige. A sociedade está exigindo uma reparação de danos causados pelas ditas fake news, não só no âmbito da política, mas também no âmbito social. E essa discussão é importante.

A CPMI também justifica, sim, a sua instalação pela relevância de discutirmos a liberdade de expressão de imprensa e a igualdade no campo da internet, porque hoje isso está desigual, principalmente no momento em que são buscadas respostas sociais para esse tema. Fake news e essas respostas são buscadas no mundo inteiro. Então, nós estamos no momento de uma discussão mundial. E este Parlamento acertou, o Senado e a Câmara, em trazê-lo para a discussão num momento em que o mundo inteiro discute isso.

Assim, Sr. Presidente, com a sua Presidência e a relatoria, eu tenho certeza de que esse será um trabalho sério, um trabalho dedicado. V. Exa. é um homem dedicado e vai se dedicar muito a esse tema, sem partidarismos. Se nós puxarmos para um lado ou para o outro nesse momento, isso pode prejudicar o enorme trabalho que teremos para buscar soluções para esse tema.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O objeto é bem-posto. Tenho certeza da maturidade do Congresso Nacional, dos Senadores e dos Deputados. Divergências ideológicas é claro que sempre teremos, essa é a beleza da democracia, mas esta CPMI é importante para o Brasil. É importante para o mundo e nós, Deputados e Senadores, estaremos em conjunto para contribuir...

Eu, que venho da área da Psiquiatria, estudo o comportamento humano, digo que é uma grande contribuição. Temos aqui doutoranda em Comunicação. Tenho um trabalho já, pensando em buscar soluções para fake news, mas esperei primeiro esta CPMI para colocar a contribuição, estudando com mestres nesta área, que têm teses de mestrado também, participamos para podermos contribuir juntos, presidido por V. Exa. que, mais uma vez, dou os parabéns pela Presidência.

Obrigado, Senador Angelo Coronel.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Obrigado, Dr. Leonardo. V. Exa., que é médico psiquiatra, esperamos que V. Exa. seja também até um apoio nosso nessa área, caso alguém se exacerba, caso alguém da Comissão surte.

Ontem o Senador Cid caiu no Plenário, então, já temos um precedente.

Então, estamos praticamente encerrando a nossa reunião de abertura.

Convido para usar a palavra o Deputado Túlio Gadêlha, do PDT.

O SR. TÚLIO GADÊLHA (PDT - PE. Pela ordem.) – Presidente Senador Angelo Coronel – só nesta expressão vejo uma tripla autoridade: Senador, Presidente e Coronel, como se diz lá em Pernambuco... (Risos.)

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Mas a patente é somente nome, não diz patente formal, Deputado, fique tranquilo, que a minha patente não irá atingi-lo. (Risos.)

O SR. TÚLIO GADÊLHA (PDT - PE) – Está o.k., Presidente. Gostaria de saudar principalmente V. Exa. pela Presidência desta importante CPMI.

Vale salientar a fala do autor do requerimento, Deputado Alexandre Leite. Eu vejo, infelizmente, com muita tristeza, a saída dele desta Comissão, porque, ao que me parece – e eu estive atentamente prestando atenção ao seu pronunciamento –, sua saída se dá pelo simples fato de o Presidente e a Relatora terem sido escolhidos e não terem sido os da sua preferência. Como bem colocado aqui pelo Senador Alessandro, que é delegado especialista no combate a crimes cibernéticos, uma investigação com dono não é investigação, é perseguição.

Por isso que eu acho que a composição desta Mesa e desta relatoria traz consigo uma autonomia e uma legitimidade enormes, principalmente por V. Exa. e a Senadora Lídice da Mata,





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

a Deputada Lídice, não estarem em partidos neste campo polarizados, serem de partidos distintos e que têm autonomia para discutir esse tema com profundidade.

Eu faço, mais uma vez, referência à importância desta Comissão, desse debate, porque nossa intenção aqui não é cercear a liberdade de imprensa, nem censurar usuários, muito menos regulamentar a mídia – eu acho que a liberdade de expressão é fundamental e que esta Comissão deve atentar a essas discussões –, mas, sim, defender os direitos da comunicação, para que possamos nos voltar ao cerne dessa discussão, que tem como tema a desinformação e os impactos causados por essa desinformação na política, na democracia e principalmente na vida das pessoas.

É importante também fazer um complemento com relação à fala, à suposta fala da Deputada Lídice da Mata agora à imprensa, quando falou de política e de se discutir também política aqui dentro, o que é mais do que necessário, Presidente, porque foi dito, como nós podemos ver, ao acessar entrevista recente do Deputado Alexandre Frota no Roda Viva, que disse que se utilizou, sim, de fake news, disse que ele e o grupo político dele, o partido político dele na época se utilizou, se utilizaram de fake news e que fazia parte da estratégia de campanha.

Mas a democracia não pode ser um vale-tudo. E esta Comissão deve discutir a fundo, sim, os impactos de fake news e também discutir os mecanismos de combate a esse tipo de mal, que tende a permear as sociedades. Até porque os formatos, a forma de se comunicar mudou de uns anos para cá, e a gente precisa adequar a legislação e adequar a forma de se combater esse tipo de crime.

Mais uma vez, eu acho que... Tenho certeza de que esta não será uma CPMI fake, será uma CPMI de verdade. A gente vai conseguir de fato apresentar resultados, que serão balizados em princípios e dispositivos que visem orientar o bom caminho da manutenção desses direitos fundamentais e do fortalecimento dos dispositivos democráticos em defesa da transparência.

Por isso parablenizo V. Exa. pela condução destes trabalhos e coloco não só o meu mandato, mas o mandato dos Deputados do PDT à disposição, inclusive para contribuir na construção e na condução destes trabalhos.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Obrigado, Deputado, pela sua participação.

Convido para fazer uso da palavra a Deputada Natália Bonavides, do PT, do Rio Grande do Norte.

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN. Pela ordem.) – Obrigada, Presidente. Eu me inscrevi mesmo primeiro para parabenizar a nossa Mesa que vai conduzir os trabalhos e também





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

para me apresentar a esta Comissão, com quem nós vamos ter estes intensos trabalhos nas próximas semanas, nos próximos meses.

Eu não sou da área da comunicação, mas apesar disso, minha área de estudo também se relaciona. Eu sou advogada, mas meu mestrado em Direito Constitucional foi relacionado ao Direito da Comunicação.

E eu queria me somar aqui às colegas e aos colegas que concordam que esse é um tema absolutamente importante. Esse é um tema que está na ordem do dia não só no Brasil, mas no mundo inteiro. Existe um reconhecimento da comunidade acadêmica, científica, política e jornalística de que não há mais como ignorar como as novas tecnologias amplificaram a massificação de mentiras. E isso tem interferido, sim, na nossa democracia, nos pleitos eleitorais.

E sendo um tema da ordem do dia no mundo, não haveria como o Congresso Nacional se omitir em debater esse tema. Não haveria como, num tema que tem estreita relação com a nossa democracia, a Câmara e o Senado ficarem alheios a fazer esse debate aqui, porque daqui a gente espera que saiam proposições, que não serão simples, Deputada Luizianne, até porque a gente vai tratar aqui de uma colisão, muitas vezes, de alguns direitos, de uma ponderação entre quais desses direitos, em quais aspectos vão ter que ser garantidos, mas claro, respeitando sempre o que traz a nossa Constituição.

E aí eu queria, para finalizar, dizer que, se fosse algo simples, não estaria o mundo inteiro, o Planeta inteiro fazendo esse debate e tentando descobrir as soluções. O Planeta, aliás, que é redondo. Pontuo isso, já que a gente está vivendo nesta era de pós-verdade e de anticiência, que tem estreita relação com... (Risos.)

Tem estreita relação com o fato de a gente estar discutindo isso hoje, a forma como as novas tecnologias permitem a massificação da desinformação.

Acho que esta Comissão tem um papel importantíssimo, trata de um tema a cujo debate não podemos fugir, e não fugiremos.

Muito obrigada, Presidente. Bons trabalhos para nós nesses próximos meses.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Deputada Natália, eu quero discordar de V. Exa. quando disse que não entende de tecnologia, de fake news. A sua idade, a sua jovialidade, a sua formação vão lhe deixar na pole position nesta Comissão. Não tenho dúvidas disso, principalmente por ser oriunda do Rio Grande do Norte.

Concedo a palavra ao Senador Omar Aziz, do PSD do Amazonas.

O SR. OMAR AZIZ (PSD - AM. Pela ordem.) – Primeiramente, eu quero parabenizar os Senadores e Senadoras pela escolha do Senador Angelo Coronel e pela escolha da brilhante Deputada Federal, minha colega Senadora, Lídice da Mata. É inquestionável, tem uma história





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

política neste País que deve ser respeitada. Tenho certeza de que ela, como Relatora, vai primar pela verdade.

Agora, fake news existem desde quando a gente não existia ainda. Há muito tempo, se vocês notarem, diariamente, os grandes meios de comunicação cometem esse tipo de comportamento. De manhã, a polícia entra na sua casa; às 8h tem uma nota do delegado da polícia; e às 10h tem uma coletiva. Assim, de oito às dez da manhã, você está condenado, execrado politicamente ou execrado de todas as formas possíveis. E por quê? Porque a imprensa nacional, de uma forma bastante clara, reproduz aquilo que o delegado disse como se fosse verdade absoluta. O que o ministério escreve – e o papel aguenta tudo – vira verdade absoluta na cabeça das pessoas, e aí começa a replicar, a replicar.

Eu não sou aliado nem amigo do Garotinho, por exemplo. O Garotinho foi preso ontem e foi solto hoje. Aí, qual era a matéria? "Garotinho é preso pelo desvio de R\$25 milhões". Bom; já acabou! O Garotinho é o ladrão de R\$25 milhões. Ninguém perguntou como foi, de que forma foi, qual é a base que sustenta essa acusação tão séria. Isso tudo é fake news reproduzida, muitas vezes, por poderes constituídos, induzidos por delegados, pelo Ministério Público, induzidos por coletivas, por gráficos.

Por aquele gráfico que se mostrou sobre o Lula, nós tínhamos que prender o Lula na Lua, não no Brasil, porque era um gráfico que mostrava o Lula como se fosse o pior homem existente na história do Brasil.

E o que nós vimos ultimamente – e, aí, eu posso falar disso, porque essa direita nazista que se instalou nas fake news aí, estava escondida, acovardada... Enquanto os progressistas sempre se posicionaram, ou a favor, ou contra, eles não; eles eram acovardados e, agora, se travestem de gente importante, de corajosos através da escrita para falar mal, para denegrir a imagem das pessoas. E, se nós não combatermos isso...

E digo mais: outro dia, num debate aqui de um veto, quando derrubamos um veto do Presidente, estavam reclamando de quem compartilha... "Não, mas quem compartilha...". Não! Quem compartilha é criminoso também! Porque você não pode ser fofoqueiro, pois o compartilhamento é a fofoca. É aquele negócio: o fato sai de um jeito e, com a fofoca, vai passando, passando e, daqui a pouco, o décimo sujeito que vai contar a fofoca diz, na sua mentira: "Não, eu estava lá; eu vi; eu estava presente; eu assisti a isso", para dar mais veracidade à mentira e à fofoca que a pessoa está compartilhando.

Eu acho que o Senador Angelo Coronel, que comunga do mesmo pensamento, e aí não dá para dizer que isso é de A, de B ou de C. Nós temos é que combater todas, seja de direita, de esquerda, de centro, mas principalmente fazer um apelo para que a gente tenha um novo modo de jornalismo no Brasil.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não dá para você pegar o Jornal Nacional ou qualquer outro meio de comunicação e colocar como verdadeiras as palavras ou o que o papel aguenta. O papel aguenta qualquer coisa que você escrever. Se você escrever no papel qualquer coisa, o papel aguenta. Então, nós já vimos na história.

E antigamente, quando a gente fala sobre fake news... E a Deputada potiguar, minha querida amiga Fátima Bezerra, Governadora lá do nosso Estado do Rio Grande do Norte, quando ela fala que o Lacerda já fazia isso... O Getúlio sofreu disso. O Juscelino sofreu disso. E não tinha, naquela época, internet, não tinha nada. Tinha jornais escritos.

Só que agora se proliferou porque todo mundo pode ter um blog. Não está escrito no blog que você precisa ter alguma formação para ser dono de um blog. Basta você escrever o que você quiser ou reproduzir matérias verdadeiras ou falsas dentro do blog. Você cria um blog, potencializa o blog, compra seguidores e vai assim por diante, fazendo e usando muitas vezes para tirar proveito próprio, o que está acontecendo muito. Um achaque, uma denúncia vazia, mentirosa. Coloca uma matéria: daqui a pouco vocês vão ouvir sobre o fulano de tal não sei o quê. Aí, a pessoa se desespera, vai atrás para saber, e não é nada daquilo. Então, tem muito disso no Brasil todo.

Eu acho que agora nós temos uma decisão importante tomada pelo Congresso Nacional. Câmara e Senado terão condições de fazer essa investigação e a gente fazer um relatório. E esse relatório não é querer cercear a liberdade de imprensa, vamos deixar claro. Não é para cercear a liberdade de imprensa, mas nós temos que tirar regras e diretrizes para o comportamento não é para mim, que vou passar, ou para qualquer Deputado ou Senadora ou Senador ou Deputada que está aqui, mas é para a própria humanidade, o que vem depois.

Então, veja bem, hoje eu vejo que é necessária essa CPI. Não é uma CPI, como disse há pouco o Deputado de Pernambuco Túlio Gadêlha, para perseguir. Nós não queremos aqui algoz. Não é uma CPI que nós vamos chegar aqui e fazer... Não, acho que nós temos que ter o discernimento de fazer com que a gente possa ter um relatório final aprovado por esta Comissão, que a gente possa criar regras de convivência porque hoje não se respeita absolutamente nada. A mídia social aguenta tudo.

É isso, então, Angelo Coronel, que é colega de partido, meu amigo pessoal, baiano, bom baiano. Tem três baianos lá, mas o melhor é ele. O Jaques e o Otto não. Ele é o melhor. (Risos.)

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – É porque está ao meu lado.

O SR. OMAR AZIZ (PSD - AM) – E a Lídice, que é uma pessoa por quem eu tenho o maior respeito, como política, como mulher e como lutadora. Tenho certeza de que fará um relatório bastante equilibrado.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Está o.k., Senador. Obrigado pelas palavras.

Praticamente encerrando nossa reunião de hoje, o nosso grande Senador competente Jean Paul, do Rio Grande do Norte.

O SR. JEAN PAUL PRATES (PT - RN. Pela ordem.) – Obrigado, Presidente. Vou ser breve.

Primeiro, quero corroborar e fazer minhas as palavras do nosso Presidente da CAE, Senador Omar Aziz, num pronunciamento espetacular e emocionante. Sabemos como é importante essa sua posição a respeito do objeto desta CPI.

Cumprimento o Presidente Angelo Coronel; cumprimento, mesmo ausente aqui, mas justificadamente, a Relatora Lídice – competente –; cumprimento todos os membros que foram designados a esta Comissão. Todos aqui declinaram currículos, experiências, boa vontade e bom espírito para trabalhar nesta CPI, com capacidades múltiplas. Acho que teremos aqui terreno fértil, Presidente, para trabalhar bem nesse objeto que é, sim – aí, sim, começo a pontuar – três coisas.

O fato determinado existe, está incontestado. Foram superadas todas as fases de impugnação, não há que se falar mais em questão de não haver fato determinado. E ele passa, sim, perpassa não apenas os crimes contra a honra, o cyberbullying e o terrorismo digital, como, sim, crimes eleitorais. E esses crimes eleitorais estão mais do que nunca na relevância, na exposição universal. Nós temos aí vários seriados, pesquisas, trabalhos de doutorado e de mestrado, etc. sendo neste momento elaborados tratando justamente sobre as consequências de fake news para a vida pessoal, para empresas jornalísticas como negócios, para os países, para a soberania dos países, para a democracia no mundo.

Então, não precisa dizer muito para perceber a importância do que nós vamos fazer aqui com toda a competência e com toda tranquilidade, com isenção, mas vamos, sim, atrás do cumprimento da lei. Se existe lei a respeito, ela não está certamente sendo cumprida, é uma lei que envolve aspectos criminais, aspectos cíveis, aspectos eleitorais, sim, aspectos tributários, enfim, há uma plêiade, uma quantidade gigante de subtemas. E aí, Presidente Senador Angelo Coronel, permita sugerir aqui. Nós, normalmente, quando tratamos de relatorias e frentes, trabalhamos com segmentos dos assuntos. Assuntos complexos eventualmente requerem segmentação da discussão, porque senão, quando se tiver uma audiência pública aqui sobre crime eleitoral, vai se dizer que a Comissão está trabalhando só com crime eleitoral. Quando se estiver falando sobre cyberbullying em geral, não se vai considerar aquilo.

Então, talvez seja interessante a gente depois pensar em dois ou três itens, separar subtemas e tratar por exemplo, de crimes contra a honra de uma vez, cyberbullying e outras práticas desse tipo, comerciais inclusive, em outro capítulo, e crimes eleitorais – por que não? – num capítulo separado, dividindo os temas e fazendo com que as audiências e os trabalhos





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

possam correr mais especificadamente, sem a acusação de que estamos perseguindo especificamente um tema em detrimento do outro.

Quanto à questão de arrependimento do autor, infelizmente faz parte, isso faz parte da política. De repente, o autor propôs no momento em que estava começando o Governo, havia coisas ocorrendo, de repente as coisas mudaram, a pessoa quer mudar, quer se retirar da Comissão, mas o fato é que o tema é bom. O tema é bom, e eu vou me permitir ler mais uma vez para que fique registrado, já que a Deputada Luizianne já fez esse registro...

Mas o objeto original do autor proponente foi "investigar os ataques cibernéticos que atentam contra a democracia e o debate público; a utilização de perfis falsos para influenciar o resultado das eleições de 2018; a prática de cyberbullying sobre os usuários mais vulneráveis da rede de computadores, bem como sobre agentes públicos; e o aliciamento e orientação de crianças para o cometimento de crimes de ódio e suicídio".

Portanto, a Relatora não disse nada demais na sua entrevista, eventualmente; se, supostamente, referiu-se a isso, está coberto, porque está dentro do objeto original, que foi aprovado e, como eu disse, superou todas as impugnações.

Para terminar, quero dizer fortemente que fake news, apesar de ter esse nome em inglês, como todos aqui afirmaram já, não é de hoje. Grandes fake news... Eu mencionei outra vez em uma grande audiência pública aqui proposta pelo Senador Paulo Paim, com grandes repórteres internacionais e nacionais aqui sobre fake news, que pode ser inclusive aproveitada como parte do nosso conteúdo de análise, afirmei naquela época que uma das grandes fake news foi justamente a condenação do Cristo, que foi acusado de ser pior do que o bandido que se colocou ao lado dele. E a votação foi exatamente em cima de fake news, que o acusava de ser pior, como agitador político, do que os bandidos, e depois crucificado ao lado de outros dois.

Então, na verdade, nós estamos falando aqui que fake news é mentira, gente; fake news é difamação; fake news é injúria, fake news é calúnia; fake news é manipulação; fake news é dominação mental; fake news, enfim, é indústria de notícias falsas ou de falsas notícias, de notícias que não são notícias, notícias que tendem a desmoralizar alguém, a difamar alguém ou a criar fatos que aterrorizam pessoas ou que levam pessoas a agirem como manadas, como a gente mesmo, que recebe aqui várias mensagens iguais – iguais – de pessoas, teoricamente cidadãos, se manifestando e nos pressionando, quando a gente sabe que, na verdade, são manadas de robôs, sejam digitais, sejam humanos.

Então, muito bem-vinda a CPI da Fake News! Muito bem-vindos todos esses membros! Muito bem-vinda a dupla baiana que vai nos conduzir por esse trabalho brilhante!

Obrigado a todos!

Obrigado, Presidente.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Obrigado, Senador.

Inclusive, eu vou apresentar o primeiro requerimento no Sedol, que é o sistema – espero aprovação dos pares –, que seria a convocação do representante de um site que é notícia todos os dias, que é o Greenwald, do site The Intercept. Será o primeiro requerimento que irei colocar à disposição de V. Exas. Em vez de sair de baixo para cima, vamos sair de cima para baixo, começando agora retroagindo.

A SRA. LUIZIANNE LINS (PT - CE) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Pois não, Deputada.

A SRA. LUIZIANNE LINS (PT - CE. Pela ordem.) – Não, eu quero concordar, mas também protocolei requerimentos nesta Comissão. Eu aceito o requerimento de V. Exa., ao qual inclusive já me coloco favorável. Mas quero lhe dizer que já protocolizei requerimentos, já seis requerimentos também, que deverão ser apreciados nas próximas reuniões, mas concordando que seja o primeiro o de V. Exa., que é o Presidente da Comissão. Mas já estou com seis requerimentos protocolados...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Não, Deputada, é porque eu não sabia que a senhora tinha apresentado algum requerimento.

A SRA. LUIZIANNE LINS (PT - CE) – Não, não, não, mas eu digo assim...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Nesta Comissão, as mulheres terão precedência.

A SRA. LUIZIANNE LINS (PT - CE) – Que bom! Estou já com seis requerimentos que não tratam desse seu requerimento da The Intercept. São outros que dizem respeito a outras coisas. Protocolei os seis primeiros requerimentos nesta Comissão que, em outra reunião, apreciaremos.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – A Presidência informa aos Srs. Parlamentares que os requerimentos somente poderão ser apresentados por membros da Comissão e deverão ser protocolizados por meio do Sedol, que é o nosso sistema eletrônico. Uma vez cadastrados, enviadas pelo Sedol, os requerimentos deverão ser entregues à Secretaria da Comissão, na sala 15, no subsolo da Ala Alexandre Costa, após encerramento desta reunião.

Não havendo mais nada a tratar, agradeço a presença de todos e já convido para a próxima reunião, a ser realizada no dia 10/9, próxima terça-feira, às 14h30. Nossa assessoria informará qual será a sala destinada a essa primeira reunião, o.k.? Vamos para o trabalho!

(Iniciada às 11 horas e 35 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 36 minutos.)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 2ª REUNIÃO DA COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO - FAKE NEWS DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 10 DE SETEMBRO DE 2019, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 19.

Às quinze horas e zero minutos do dia dez de setembro de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19, sob a Presidência do Senador Angelo Coronel, reúne-se a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito - Fake News com a presença dos Parlamentares Eduardo Braga, Eduardo Gomes, Marcio Bittar, Luiz do Carmo, Veneziano Vital do Rêgo, Fabiano Contarato, Alessandro Vieira, Roberto Rocha, Juíza Selma, Flávio Bolsonaro, Major Olimpio, Nelsinho Trad, Otto Alencar, Humberto Costa, Jean Paul Prates, Telmário Mota, Chico Rodrigues, Eduardo Girão, Styvenson Valentim, Hiran Gonçalves, Luizianne Lins, Rui Falcão, Natália Bonavides, Carlos Zarattini, Filipe Barros, Caroline de Toni, Carla Zambelli, Lídice da Mata, Celso Russomanno, Túlio Gadêlha, Dr. Leonardo, Zenaide Maia, Marcos do Val, Fernando Bezerra Coelho, Izalci Lucas, Eduardo Costa, Acir Gurgacz, Arolde de Oliveira, Luciano Ducci, Dr. Zacharias Calil e Confúcio Moura. Deixam de comparecer os Parlamentares Ciro Nogueira, Randolfe Rodrigues, Weverton, Rogério Carvalho, Ricardo Barros, Delegado Éder Mauro, Bruna Furlan, Arthur Oliveira Maia e Bacelar. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa. ITEM 1 - REQUERIMENTO Nº 1 de 2019** que: "Requer a convocação do representante legal da empresa do Whatsapp no Brasil para prestar depoimento." **Autoria:** Deputada Luizianne Lins. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 2 - REQUERIMENTO Nº 2 de 2019** que: "Requer a convocação do representante legal no Brasil da empresa Google para prestar depoimento." **Autoria:** Deputada Luizianne Lins. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 3 - REQUERIMENTO Nº 3 de 2019** que: "Requer a convocação do representante legal no Brasil do Twitter para prestar depoimento." **Autoria:** Deputada Luizianne Lins. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 4 - REQUERIMENTO Nº 4 de 2019** que: "Requer a convocação do representante legal no Brasil da plataforma de compartilhamento de vídeos You Tube para prestar depoimento." **Autoria:** Deputada Luizianne Lins. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 5 - REQUERIMENTO Nº 5 de 2019** que: "Requer a convocação do representante legal no Brasil da rede social Instagram para prestar depoimento." **Autoria:** Deputada Luizianne Lins. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 6 - REQUERIMENTO Nº 6 de 2019** que: "Requer a convocação do representante legal no Brasil da empresa Facebook. para prestar depoimento." **Autoria:** Deputada Luizianne Lins. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 7 - REQUERIMENTO Nº 7 de 2019** que: "Requer a convocação da Sra. Dolores Aronovich Agüero para prestar depoimento." **Autoria:** Deputada Luizianne Lins. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 8 - REQUERIMENTO Nº 8 de 2019** que: "Convida o representante legal do The Intercept Brasil a prestar depoimento à CPMI. Aprovado como "convocação"." **Autoria:** Deputada Luizianne Lins. **Resultado:** Aprovado alterando a condição de convite para convocação. **ITEM 9 - REQUERIMENTO Nº 9 de 2019** que: "Requer a convocação do representante legal no Brasil do serviço de mensagens instantâneas Telegram."





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Deputada Luizianne Lins. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 10 - REQUERIMENTO Nº 23 de 2019** que: "Requer apoio técnico e jurídico para a CPMI, bem como a requisição de um delegado da Polícia Federal e um agente da Polícia Federal para auxiliarem nos trabalhos da Comissão." **Autoria:** Senador Angelo Coronel. **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezesseis horas e trinta e sete minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Angelo Coronel

Presidente da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito - Fake News

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2019/09/10>

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Retomando, boa tarde a todos!

Havendo número regimental, declaro aberta a 2ª Reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito criada pelo Requerimento do Congresso Nacional nº 11, de 2019, para investigar os ataques cibernéticos que atentam contra a democracia e o debate público, a utilização de perfis falsos para influenciar os resultados das eleições de 2018, a prática de cyberbullying sobre os usuários mais vulneráveis da rede de computadores, bem como sobre agentes públicos, e o aliciamento e orientação de crianças para o cometimento de crimes de ódio e suicídio.

Antes de iniciar os trabalhos, coloco em votação a Ata da 1ª Reunião, solicitando a dispensa de sua leitura.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Leitura da ata, Sr. Presidente, por gentileza. Gostaria que houvesse a leitura da ata.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Então, a nobre Deputada...





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu gostaria que a Secretaria da Mesa nos orientasse aqui a respeito, como se trata praticamente da primeira reunião e há Deputados que eu não conheço, para agilizarmos.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Deputada Caroline de Toni, PSL, Santa Catarina.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Eu vou solicitar até, por favor, a todos que forem falar que citem o nome, porque fica mais fácil interagirmos.

Então, gostaria de ver a ata para que a gente pudesse ler, a pedido da nobre Parlamentar Caroline. (Pausa.)

Em virtude de eu ter feito uma cirurgia no dente ontem, vou pedir à nossa querida Relatora, Deputada Lídice da Mata, para fazer a leitura da ata.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA) –

ATA DA 1ª REUNIÃO DA COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO – FAKE NEWS DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 4 DE SETEMBRO DE 2019, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 19.

Às onze horas e trinta e cinco minutos do dia quatro de setembro de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19, sob as Presidências dos Parlamentares Angelo Coronel e Rui Falcão, reúne-se a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito – Fake News, com a presença dos Parlamentares Eduardo Braga, Eduardo Gomes, Luiz do Carmo, Mecias de Jesus, Veneziano Vital do Rêgo, Weverton, Fabiano Contarato, Alessandro Vieira, Juíza Selma, Humberto Costa, Rogério Carvalho, Jean Paul Prates, Chico Rodrigues, Zequinha Marinho, Eduardo Girão, Ricardo Barros, Luizianne Lins, Natália Bonavides, [...] Gadêlha, Bacelar, Dr. Leonardo, Dr. Jaziel, João Roma, Telmário Mota, Dário Berger, Marcos do Val, Jorge Kajuru, Fernando Bezerra Coelho, Luis Carlos Heinze, Izalci Lucas, Paulo Paim, Pedro Lupion, [...] Randolfe Rodrigues, Roberto Rocha, Nelsinho Trad, Hiran Gonçalves, Delegado Éder Mauro, Alessandro Molon e Celso Russomanno. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: Instalação e Eleição. Finalidade: Instalação e Eleição. Resultado: Eleito Presidente o Senador Angelo Coronel e designada relatora a Deputada Lídice da Mata. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e trinta e seis minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

[Presidente] Senador Angelo Coronel [...].

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Em votação a presente ata, conforme lida pela Deputada Lídice da Mata.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Os Srs. Senadores e Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovada.

A presente reunião destina-se à apreciação dos Requerimento de nº 1 a 9.

Antes, porém, eu quero colocar em votação do Plenário que esta Presidência deseja solicitar apoio técnico-jurídico ao Presidente do Senado e ao Presidente da Câmara, bem como um delegado e um agente de Polícia Federal para participar de todas as sessões desta CPI.

Em votação.

Os Srs. Parlamentares que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Pela ordem.) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Pois não, Deputada.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA) – ... antes da apreciação dos requerimentos já constantes da pauta, eu gostaria de solicitar a apreciação de dois requerimentos extrapauta. Em um, apresentamos uma ideia inicial do plano de trabalho imediato da Comissão e, no outro, esta proposta de primeira audiência pública para debate e discussão.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Pela ordem, Deputado Rui Falcão.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP. Pela ordem.) – Também gostaria de acrescentar dois requerimentos extrapauta. Em um deles, requeiro da Consultoria Legislativa da Câmara e do Senado um estudo técnico a respeito da legislação comparada sobre fake news em outros países e, no segundo requerimento, que o Tribunal Superior Eleitoral possa nos encaminhar o relatório completo do grupo de trabalho criado pela Presidência do TSE para investigar divulgação de fake news durante o processo eleitoral de 2018.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Em votação...

O SR. EDUARDO GOMES (MDB - TO) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Pela ordem, Senador Eduardo Gomes.

O SR. EDUARDO GOMES (MDB - TO. Pela ordem.) – Também coloco à apreciação de V. Exa. um requerimento, com sugestões aqui para convidados à audiência pública, o Requerimento nº 10.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Pois não, Senador, eu vou ler os requerimentos, depois a gente começa a discutir essa matéria.

Antes, porém, eu queria informar aos senhores e às senhoras que eu estive há pouco com a Ministra Rosa Weber, Presidente do Tribunal Superior Eleitoral, e ela já me entregou um resumo de todos os trabalhos do TSE até então.

Requerimento nº 1, de 2019. Requer a convocação do representante legal da empresa WhatsApp no Brasil para prestar depoimento. Autoria: Deputada Luizianne Lins.

Em votação.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PSL - RJ) – Presidente, só para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Para discutir, Senador Flávio Bolsonaro.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PSL - RJ. Para discutir.) – Queria que a autora explicasse o fato concreto e objetivo de estar convocando qualquer pessoa do WhatsApp. Ela pode defender o requerimento?

O SR. EDUARDO GOMES (MDB - TO) – Uma questão de ordem também, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Eu vou fazer o seguinte: eu vou ler os requerimentos, que são todos da própria Deputada Luizianne, porque aí, na hora dela, ela faz um resumo do motivo da escolha, do motivo dessa convocação.

Requerimento nº 2. Requer a convocação do representante legal no Brasil da empresa Google.

Requerimento nº 3. Requer a convocação do representante legal no Brasil do Twitter.

Requerimento nº 4. Requer a convocação do representante legal no Brasil da plataforma de compartilhamento de vídeos YouTube.

Requerimento nº 5. Requer a convocação do representante legal no Brasil da rede social Instagram.

Requerimento nº 6. Requer a convocação do representante legal no Brasil da empresa Facebook.

Requerimento nº 7. Requer a convocação da Sra. Dolores Aronovich Agüero para prestar depoimento.

Requerimento nº 8. Convida o representante legal do The Intercept Brasil a prestar depoimento a esta CPMI.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Requerimento nº 9. Requer a convocação do representante legal de serviço de mensagens instantâneas Telegram.

Consulto o Plenário acerca da possibilidade de realizarmos a votação em globo dos requerimentos.

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Agora, antes, porém, eu queria também colocar em votação, porque houve aqui um pedido e convocação de todos, somente quanto ao The Intercept, que houve um convite. Eu acho que teremos que ter tratamento igualitário.

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR) – Sr. Presidente, uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Vamos colocar em também em votação em vez de convite, convocação.

O SR. EDUARDO GOMES (MDB - TO) – Ou o contrário, Sr. Presidente.

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR) – Uma questão de ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Para questão de ordem, Deputado...

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR) – Deputado Filipe Barros, PSL, Paraná.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – ... Filipe Barros, PSL.

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR. Para questão de ordem.) – Sr. Presidente, nobres colegas Deputados, Deputadas, Senadores e Senadoras, nós apresentamos, Sr. Presidente, requerimentos de adiamento de votação relativos a todos os requerimentos ora em pauta, bem como requerimento solicitando a votação nominal individualizada de cada um dos requerimentos.

Portanto, solicito a V. Exa. que seja observado o Regimento desta Casa e que seja feita a votação individualizada de cada um desses pontos antes do mérito desses requerimentos, votarmos também o requerimento de adiamento que nós já protocolamos à Secretaria desta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Deputado, eu aprendi, ao longo dos meus 30 anos de vida pública, que o Plenário é soberano. Eu acato sua questão de ordem, mas vou colocar em Plenário se devemos votar em separado ou em conjunto, já que se trata do mesmo tema; só muda aqui, na verdade, a empresa que será convocada.

A SRA. LUIZIANNE LINS (PT - CE) – Sr. Presidente... Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Pois não, Deputada.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. LUIZIANNE LINS (PT - CE) – Como todos esses requerimentos partiram de minha autoria, eu gostaria de justificar o seguinte... O objeto de constituição desta CPMI é exatamente a suposta – ninguém está dizendo que houve, mas a gente está fazendo uma suposição de um processo de... Aliás, existe hoje um processo de fake news em todas as redes sociais. Como é que a gente começa a fazer uma investigação, se a gente não chama...?

É assim: a internet é um instrumento, só que as redes sociais todas e as mídias sociais, para quem não sabe e usa muito bem, são um processo objetivo de utilização dessa ferramenta que é a internet. Então, é impossível a gente começar a procurar ou a investigar qualquer coisa, sem nenhuma antecipação de nada, se a gente não ouvir as próprias empresas que hoje são responsáveis pela constituição desses compartilhamentos, digamos assim, do ponto de vista do que a sociologia diz ser chamado fala pública. O que está hoje no Telegram, no Instagram, no Whatsapp, no YouTube, no Facebook e no Google são coisas ditas falas públicas, ou seja, compartilhadas como a televisão na década de 50.

Portanto, eu não consigo entender o questionamento que está sendo feito aqui sobre ouvir os próprios detentores ou as pessoas que são responsáveis por essas empresas no Brasil. Para mim, já há aqui, de fato, uma coisa meio de confissão de culpa de quem questiona isso. Como é que nós vamos investigar uma coisa sem ouvir as próprias empresas que operam isso?

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Presidente...

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PSL - RJ) – Presidente...

A SRA. LUIZIANNE LINS (PT - CE) – Eu queria dizer isso na minha defesa.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PSL - RJ) – Presidente, pela ordem.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Questão de ordem, Presidente. Art. 412 do Regimento do Senado.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Questão de ordem, Deputada...

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Deputada Caroline de Toni, do PSL.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Caroline.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC. Para questão de ordem.) – Nós só poderíamos votar em bloco se houvesse um acordo por unanimidade. Peço aqui licença para ler o art. 412 do Regimento Interno do Senado. É por uma questão de princípio.

Art. 412. A legitimidade na elaboração de norma legal é assegurada pela observância rigorosa das disposições regimentais, mediante os seguintes princípios básicos:

.....





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

III - impossibilidade de prevalência sobre norma regimental de acordo de lideranças ou decisão de Plenário, exceto quando tomada por unanimidade mediante voto nominal, resguardado o quórum mínimo de três quintos dos votos dos membros da Casa;

Como não há unanimidade aqui – no mínimo, vejo cinco Parlamentares contra –, não há como fazer votação em bloco. Essa é a questão de ordem: art. 412, inciso III.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Deputada, até para esclarecer mais, eu já recebi da nossa Secretaria que todas essas plataformas citadas já estão aguardando o agendamento, já se dispuseram a vir sem precisar nem de convocação, nem tampouco de convite.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PSL - RJ) – Pela ordem, Sr. Presidente.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Não havendo acordo, não há como fazer assim, Presidente, com toda a licença para dizer...

A SRA. CARLA ZAMBELLI (PSL - SP. Fora do microfone.) – E outra coisa, Presidente: Whatsapp e Telegram são...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Do mesmo...

A SRA. CARLA ZAMBELLI (PSL - SP) – ... redes sociais privadas, não são públicas. As pessoas conversam, entre Whatsapp e Telegram, coisas privadas. (Fora do microfone.)

Há de se diferenciar as redes sociais.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PSL - RJ) – Pela ordem, Presidente, também. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Pela ordem, Senador Flávio.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PSL - RJ. Pela ordem.) – É só para esclarecer a razão do meu questionamento.

É uma questão muito óbvia. E acaba de haver, sim, uma confissão de culpa de quem protocolou esses requerimentos. Eu perguntei qual o fato determinado. Não existe. Na verdade, o que está claramente visto aqui por qualquer um é que vão trazer aqueles que instrumentalizam as redes sociais ou os meios de conversa privados para começar a buscar um fato determinado, se é que ele existe, pois ele não está configurado aqui. Então, não existe uma razão específica para isso: o Whatsapp promoveu fake news em situação "a", "b" e "c"...

A SRA. LUIZIANNE LINS (PT - CE) – Já, já, pode-se dizer.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PSL - RJ) – Então, Presidente, temos que tomar muito cuidado com os procedimentos que vamos tomar nesta Comissão para que não estejamos aqui





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

perdendo o nosso tempo e já havendo um direcionamento muito claro para os embates aqui, inclusive, Presidente, já com alvos predeterminados sem haver também absolutamente nada contra os alvos. Por exemplo, o Vereador Carlos Bolsonaro. Eu vi em um veículo de comunicação, em uma entrevista que seria de V. Exa., inclusive, Presidente desta CPI, ameaçando de prisão o Vereador Carlos Bolsonaro. Eu quero saber se é fake news ou não é, porque, se se iniciam os trabalhos de uma CPI, que é importante... Ninguém é a favor da divulgação de notícias falsas. Agora, eu vou estar aqui presente para garantir o direito de expressão, a liberdade de as pessoas defenderem os seus pontos de vista. Não é por que alguém é agredido em uma rede social que está cometendo uma fake news. Ainda mais nós, que somos pessoas públicas, somos frequentemente alvos de ataques: alguns fundados, outros infundados, mas que isso não se confunda com fake news.

Então, Presidente, quero fazer essa observação aqui. É importante a gente combinar os procedimentos que vão conduzir os trabalhos desta CPI, sob pena, repito, de estarmos aqui desperdiçando nosso tempo, desperdiçando dinheiro público e criando um palco para algum show, que eu espero não seja lamentável.

Então, são essas as considerações que eu quero fazer, Presidente.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Senador, o requerimento aprovado para a constituição desta CPMI é bem claro, para investigar ataques cibernéticos que atentam contra a democracia. Então, o fato determinado já veio criado na Constituição da CPMI.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PSL - RJ) – Totalmente amplo, não é?

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Não podemos entrar aqui, agora, atrás de fato determinado, porque isso era para ser discutido na criação da CPMI; não agora. Agora, nós temos que tocar o trabalho e discutir a matéria.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Foi discutido, Presidente, com todo o respeito. Tanto foi discutido que se entrou com mandato de segurança no Supremo Tribunal Federal, inclusive.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Quanto à questão do caso Bolsonaro que V. Exa citou, é para você ver como a gente tem que realmente coibir esses atos. Para o senhor ter uma ideia, quando eu dei uma entrevista na TV Câmara, em Salvador, me perguntaram qual era o poder de um Presidente de CPI. Eu falei: se você convocar uma testemunha e ela mentir, eu posso dar voz de prisão. Isso não é lei minha, não. Isso está no Regimento Interno do Senado e no Código Penal.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PSL - RJ) – Mas, desculpe, quando V. Exa. cita especificamente uma pessoa, eu posso entender que é uma ameaça à pessoa.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Não, eu fui perguntado. É a mesma coisa de eu perguntar ao senhor. O senhor responde se quiser. Ela me perguntou e eu disse: se for como testemunha, não for convocado político...

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PSL - RJ) – Eu não sei se foi V. Exa. ou se foi o Relator da CPI que teria dado essa manifestação.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Inclusive, para o senhor ter uma ideia do que é fake news, o que é desinformação, no próprio blogue que está correndo, no próprio grupo, que está lá com o BP, BF, eu não sei bem, está dizendo, a manchete é: "Coronel prende Carlos Bolsonaro". Eu não prendi ninguém, pelo menos ainda não prendi ninguém, e espero que não haja essa necessidade. Agora, já atribuir para se criar um fato, para se criar já esse dogma, para se criar já essa separação, isso não existe.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PSL - RJ) – Eu estou perguntando a V. Exa., para que não haja dúvidas.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – É por isso que é importante a divulgação.

O SR. HUMBERTO COSTA (PT - PE) – Sr. Presidente, eu pediria a palavra...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Com a palavra o Senador Humberto.

O SR. HUMBERTO COSTA (PT - PE) – Sr. Presidente, na verdade, existem duas questões que tem que ser avaliadas aqui. Nós não vamos, em cada requerimento, em cada convite, em cada documento que se pede, ter que ter um fato determinado. Não, o fato determinado a CPI já definiu. Então, não tem que se fazer essa discussão...

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – No nosso entendimento, não há fato...

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. HUMBERTO COSTA (PT - PE) – Por favor, respeitem a minha palavra. Eu quero falar aqui. Por favor, respeitem.

Então, quando nós formos discutir as fake news de que andam por aí dizendo para os pais não vacinarem os filhos, por onde elas circulam? É por essas empresas. Nós temos que saber como é que isso funciona, se aquilo é uma coisa que tem um grupo determinado para fazer, se não é. Do mesmo jeito, os fascistas que atacaram o Supremo Tribunal Federal, o Presidente do Senado Federal, o Presidente da Câmara Federal...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – O Congresso Nacional.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. HUMBERTO COSTA (PT - PE) – O Congresso Nacional. Usaram o que para fazer chegarem essas fake news?

Então, Presidente, eu peço a V. Exa. que não abra mais esse debate de ficar, agora convidou fulano de tal... Qual é o fato determinado? O fato determinado de convocar o Google, WhatsApp, Instagram, todos eles é porque as fake news circulam por intermédio deles. É por intermédio deles. Provavelmente eles sabem de onde parte, quem faz. Então, há que vir para cá, a não ser que não estejam querendo que a CPI funcione.

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR) – Senador Humberto.

O SR. HUMBERTO COSTA (PT - PE) – A não ser que seja essa a questão que está colocada em jogo.

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR) – Presidente, só para contribuir com a fala do Senador Humberto, rapidamente, uma frase só.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – É porque há precedência na inscrição, Deputado.

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR) – É que o Senador Humberto citou os fascistas que pregam o fim do STF.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Sim, mas depois V. Exa. peça uma questão de ordem aí.

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR) – Eu estou com uma frase aqui que eu acho que vale a pena a gente investigar, Senador, abre aspas: "Nós temos que redesenhar o papel do Judiciário e o papel do STF. Tem de fechar o STF". Essa é uma frase absurda. Quem disse essa frase foi o Wadih Damous, ex-Deputado do PT.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Outra coisa, para vocês terem uma ideia, após ter sido eleito por V. Exas. para presidir esta CPMI, eu já tenho praticamente, aqui hoje chegaram quatro novos e-mails e ameaça de morte também na internet. Eu quero avisar a esses paladinos da justiça e da morte, os lampiões, porque no Nordeste são os lampiões, os coriscos, que meu corpo é fechado, e estou à disposição para qualquer embate em qualquer arena.

Agora, espero que aqueles que me ameaçam coloquem a cara e o endereço. Não fiquem se utilizando de uma marca impessoal, de uma caricatura para se esconder. Inclusive, um desses, já descobri. Já a polícia, numa altura desta, deve estar já o inquirindo, e a ideia é tentar colocá-lo realmente, indiciá-lo. E espero que a Justiça o coloque na cadeia e pena máxima, oito anos, que eu ainda acho pouca para esse povo que se utiliza de perfil falso, que são frouxos,





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

não têm coragem para poder falar de alguém. Quem quer falar de alguém, é a democracia, não é obrigado nós concordarmos com quem está no poder ou fora do poder; mas mostre a cara na tela, não pode se esconder. Aí é frouxidão, é falta de caráter.

E esta CPMI visa isso. É que a gente bote um marco nessa internet brasileira, para que não sejamos alvos todo dia de um ataque. Não só os políticos...

A SRA. CARLA ZAMBELLI (PSL - SP) – Inscrição, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – ... mas é Judiciário, é família, é tudo.

O SR. EDUARDO GOMES (MDB - TO) – Presidente, eu requeiro...

A SRA. CARLA ZAMBELLI (PSL - SP) – Inscrição, Carla Zambelli, por favor, Presidente. Me inscreve, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Com a palavra o Senador Eduardo Gomes.

O SR. EDUARDO GOMES (MDB - TO) – Sr. Presidente, eu quero cumprimentar...

A SRA. CARLA ZAMBELLI (PSL - SP) – Presidente, o senhor me inscreve, por favor?

O SR. EDUARDO GOMES (MDB - TO) – ... os Deputados, Deputadas e Senadores e quero, Sr. Presidente, tentar dar uma contribuição de encaminhamento aos trabalhos desta CPI, entendendo que V. Exa. legitimamente foi eleito. Participei da sua eleição.

Quero dizer que nós temos uma grande oportunidade de começar os ordenamentos do funcionamento desta CPI, fazendo exatamente o contrário do que criticamos na prática de fake news recentemente em todos os partidos, em todas as situações. Não há um político brasileiro, na esfera municipal, estadual, federal, que não tenha sido vítima de fake news. Não há exceção, não há exceção.

Só que eu queria, Sr. Presidente, a título de contribuição e com a compreensão de todos os Parlamentares, Deputados, Deputadas, Senadoras e Senadores, propor que nós tenhamos um senso prático nesta CPI para entender que são quatro fatos determinados e que, por uma questão de ansiedade da sociedade sobre esta Comissão Parlamentar de Inquérito e uma necessidade de tratamento igualitário, de razão nos debates desta CPMI, que nós tenhamos de restabelecer a ordem do que é o funcionamento da CPI, a partir da análise do plano de trabalho da Sra. Relatora, da Deputada Lídice da Mata. Então, o que eu queria propor era a suspensão da Ordem do Dia, clara e evidente, de todos os requerimentos, para que a Sra. Relatora possa fazer uma reunião com os membros da CPI ou com os Líderes de partido para que, por uma questão de bom senso, nós tenhamos as condições de trabalho necessárias para o





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

funcionamento da CPI. Senão, Sr. Presidente, o que vai acontecer é a contaminação desses trabalhos para qualquer razão de resultado.

Eu brincava ontem... Eu tive oportunidade, pelo Senado, de presidir a medida provisória da proteção de dados. Nós propusemos aqui a inclusão da proteção de dados na Constituição. Esse é um assunto novo, é um assunto que palpita no mundo inteiro. Nós não estamos discutindo aqui nada diferente do que se discute na Europa, nos Estados Unidos ou em qualquer lugar. Agora, nós precisamos de razão. São Parlamentares que precisam se entender. E, previamente, para que isso aconteça na sua ordem natural, eu acho que nós deveríamos suspender a Ordem do Dia e promover uma reunião de Líderes, analisando o plano de trabalho da Relatora. E, assim, Sr. Presidente, deixar de contaminar os trabalhos da CPI com aquilo que a gente chama de "midialite", porque a coisa mais fácil que há para quem opera Whatsapp no País, de qualquer partido, é contaminar a CPMI.

Então, Sr. Presidente, eu queria propor aos Líderes de todos os partidos para que a gente consiga, nesta primeira reunião, reordenar os trabalhos, a partir da proposta de plano de trabalho da Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Senador, nós temos até o dia 23 de dezembro para encerrar os trabalhos desta CPMI. Nós temos de ser céleres. Se formos, para tudo que parar aqui, fazer uma reunião, nós não vamos chegar a lugar algum. Eu acho que esta CPMI não visa, ela não tem alvo. Da minha parte, como Presidente, garanto aos senhores que não existe alvo.

O SR. EDUARDO GOMES (MDB - TO) – Claro, Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – A não ser que alguém queira já se tornar alvo. Aí é diferente. Aqui não há alvo.

O SR. EDUARDO GOMES (MDB - TO) – Claro. Eu acredito nisso também. Mas, para contribuir, Sr. Presidente, andar direito torna a CPMI célere.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – E a nossa Relatora já está com o seu plano de trabalho... Quando ela tiver oportunidade, porque, evidentemente, com essa chuva de questões de ordem, ela não pôde ainda nem ler o seu plano de trabalho para, assim, colocá-lo à apreciação de V. Exas.

Mas eu ouvir aqui o Deputado Rui Falcão; depois, a Deputada Carla Zambelli; e o Senador Alessandro. Em seguida, vamos passar a palavra à Senadora para ela ler o seu plano de trabalho.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP) – Eu acho que é muito importante a gente não contaminar a CPI. Tem razão o Senador. E, na semana passada, o Senador Alessandro Vieira fez uma ponderação muito importante aqui. Trata-se de um processo de investigação, e investigação não





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tem dono. Permita-me citá-lo: "Se tem dono, é perseguição". Nós não queremos perseguir ninguém aqui.

Quando se convocam essas empresas, essas plataformas, é justamente para não ter preconceito. Nós queremos conceituar o que é fake news. Como é que essas plataformas funcionam? Esse é um problema mundial. Nós não estamos preocupados com o processo eleitoral de 2018, que é um dos focos. Há outras questões: a prostituição infantil, a exploração de crianças, o estímulo ao suicídio, a deep web. Então, essas plataformas vêm aqui para explicar como funcionam, quais são os seus regulamentos. Por exemplo, o Twitter bloqueia tudo o que diz respeito à exploração sexual de crianças, bloqueia tudo o que diz respeito à apologia da tortura. Então, cada plataforma dessa tem seus regulamentos. Nós queremos conhecê-las e para isso é fundamental que sejam ouvidas previamente, sem nenhum preconceito.

Então, não se trata de, a cada convocação dessas empresas, que eu acho que virão espontaneamente, porque estão sob vigilância no mundo todo. Inclusive, na Europa, hoje estão instituindo tributação sobre essas empresas. Há os monopólios chamados Gafa, que é o Google, a Amazon, o Facebook... Então, é um trabalho de reconhecimento prévio até para que a gente possa saber em que campo estamos trabalhando.

Mas eu concordo com o Senador que, se há tanta preocupação com a própria CPMI, que se ouça primeiro o plano de trabalho. Eu acho que há quatro focos que podem ser explorados previamente. Nós estamos mais preocupados antes com a conceituação, com o entendimento do que propriamente com o trabalho direto de investigação.

Note que o meu requerimento extrapauta é justamente para que a gente possa ter uma consultoria aqui, conhecendo a legislação internacional, fazer uma legislação comparada, e que a gente possa ao final produzir algo que sirva para a sociedade. Então, é nesse sentido que eu acho que as ponderações do Senador são judiciosas e que nós deveríamos levá-las em conta.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Eu tenho a convicção de que direitos humanos são das pessoas. A privacidade tem que ser preservada a qualquer custo. A partir do momento em que a nossa privacidade é quebrada, vamos chegar aonde neste País?

Então, é importante a gente tentar coibir essas ações dessas plataformas sociais. Eles ganham pelo tráfico de dados. Então, eles podem nos ajudar, como já estão ajudando nos Estados Unidos. Então, a gente precisa também colocar o Brasil nesse mapa de conter esses excessos nas redes sociais.

Com a palavra a Deputada Carla Zambelli.

A SRA. CARLA ZAMBELLI (PSL - SP) – Boa tarde a todos.

Presidente, muito me preocupa quando o senhor diz que levanta um caso específico do senhor e coloca isso como se fosse um palanque pessoal. Marco civil da internet já foi discutido,





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

o art. 18 e 19 tratam bastante disso, do marco civil. E querer mudar o marco civil da internet é tornar àquele discurso de censura. Nós não podemos censurar.

Eu acho que não tem que ser objetivo desta CPMI a censura à internet. E tomar cuidado para que cada um não faça disso um palanque pessoal, até porque, se se for tratar de um palanque pessoal e falar de ameaças, de uma forma aberta, a gente tem ameaças, e eu sou ameaçada todos os dias, todos os dias eu recebo ameaça de morte e nem por isso eu vou tratar do meu caso específico aqui nesta CPMI... Se é para tratar de um caso específico, que seja um caso específico que tenha gerado algo concreto, como, por exemplo, a facada do Jair Bolsonaro. Tentaram matar o nosso Presidente há um ano atrás. Até hoje não sabemos quem mandou matar Jair Bolsonaro e foram as fake news, que fazem o tempo todo do nosso Presidente, que levaram pessoas malucas a pensar que ele era misógino, homofóbico, racista etc. Então, se existe algo em concreto que foi feito de fake news nas redes sociais contra uma pessoa é contra o nosso Presidente Jair Bolsonaro, que quase morreu por causa das fake news que espalham nas redes sociais, isso em última análise. Em uma primeira análise...

(Intervenções fora do microfone.)

A SRA. CARLA ZAMBELLI (PSL - SP) – O senhor acha que a facada foi fake news?

(Intervenções fora do microfone.)

A SRA. CARLA ZAMBELLI (PSL - SP) – Faca news?

(Intervenções fora do microfone.)

A SRA. CARLA ZAMBELLI (PSL - SP) – Eu disse que fake news a respeito do nosso Presidente o levaram à morte.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Senhores, vamos manter a calma.

(Intervenções fora do microfone.)

A SRA. CARLA ZAMBELLI (PSL - SP) – Respeito é bom e... O senhor me garanta a palavra Presidente, por favor.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Vamos manter a calma gente, vamos manter a calma.

Com a palavra a Deputada Zambelli, para concluir.

A SRA. CARLA ZAMBELLI (PSL - SP) – Isso em última análise, porque, em primeira análise, obviamente, existe um mandante do assassinato do Jair Bolsonaro. E a gente vai descobrir quem é. Faz um ano que isso aconteceu. Nós não esquecemos. Isso, sim, é um fato





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

concreto, um fato concreto que levou quase à morte o nosso Presidente, que está hoje no hospital...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Deputada, eu vou lhe dar um conselho: requer uma CPI para isso.

A SRA. CARLA ZAMBELLI (PSL - SP) – Eu só quero dizer o seguinte, Presidente: não façamos desta CPMI um palanque para a esquerda, porque a direita tem muito assunto para discutir também. E, se for para fazer palanque, então, a gente monta um palanque completo. Agora, se é para a CPMI virar fla-flu... Eu estou dizendo isso porque o senhor me levou a falar isso. O senhor pegou uma ameaça sua, levantou e disse que essa pessoa tem que ir para a cadeia. Ora, se cada um de nós aqui que for ameaçado trazer e disso fazer um palanque pessoal, não vamos terminar nunca esta CPMI. Então, que seja algo concreto – o Senador Eduardo tem uma proposta concreta –, que ela seja analisada. Agora, não façamos disso um palanque pessoal porque, senão, nós, o PSL, vamos transformar isso num palanque também para tentar entender algo concreto. Tentaram matar o nosso Presidente. E estão tentando fazer fake news até hoje em relação ao nosso Presidente. Nós estaremos aqui para defendê-lo até o final da CPMI, se for preciso, mas não façamos disso um palanque de fla-flu, Presidente, porque, senão, eu tenho certeza absoluta de que o nosso lado vai ganhar.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Já é ganhadora, não é, Deputada? A senhora tem toda a razão. Cada um torce pelo seu time. Isso é normal. Eu quero dizer também que não tenho time.

Com a palavra o Senador Alessandro.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (CIDADANIA - SE. Pela ordem.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Bom, apenas para fazer alguns pequenos registros. E me somo à questão do aguardo do plano de trabalho. Evidentemente, só pode ter funcionamento uma CPI dentro de um plano de trabalho, mas já antecipo uma opinião, uma opinião baseada em quem tem convivência com essas empresas num trabalho de investigação. Eu já fiz muita investigação na vida, tendo que interagir com Facebook, essa turma toda. E não é simples.

A ponderação já é clara no sentido da necessidade, sim, de convocação e não de convite, porque é assim que se portou o Parlamento em qualquer lugar soberano do mundo. Então, não é possível, ainda mais quem enche a boca para falar de soberania, abrir mão porque não se quer convocar os representantes das corporações que controlam o fluxo de informação no mundo. E controlam mesmo. A gente precisa ter conhecimento de como funcionam os algoritmos, como você faz a distribuição de dados, quem paga por isso, quem ganha com isso, onde ficam armazenados os dados de tantos e tantos diálogos, porque todas essas empresas vivem não de prestar o serviço de comunicação, mas da venda do conteúdo extraído das comunicações. Isso é evidente.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, acredito que os requerimentos de convocação são importantíssimos. E, como o senhor bem falou, temos um prazo, um prazo bastante estreito, para a investigação, algo complexo. É importante aprovar logo as convocações para que se possa fazer uma agenda sólida, sóbria, com questionamentos técnicos. Já adianto a V. Exa. e à Relatora a sugestão para que façam a convocação ou o convite de equipe técnica para a assessoria, porque não é uma coisa simples. É uma coisa totalmente fora da rotina do Parlamento, enfim, tradicional.

Mas, com relação à questão do fla-flu político, é claro que é um fla-flu. Eu queria que houvesse até mais times no jogo, mas, enfim, é claro que é um fla-flu. A gente não precisa fazer aqui um cavalo de batalha disso. São Casas políticas. Esta é um Comissão Parlamentar Mista, onde vamos ter Parlamentares de cada partido tentando ter um proveito político das coisas. É fato. Então, a gente não precisa perder tempo com isso.

E, em termos de encaminhamento, apenas uma sugestão de encaminhamento, tão logo superada a etapa da apresentação do plano de trabalho da Exma. Relatora, que se faça logo a votação dos requerimentos – se for nominal, nominal; se for por consenso, consenso – para que possamos avançar na pauta, porque há muita coisa para trabalhar.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Com a palavra a Deputada Lídice da Mata para falar sobre o seu plano de trabalho.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC. Para questão de ordem.) – Questão de ordem, Presidente. Não pode ser lida a apresentação do plano de trabalho, primeiramente, porque não está na pauta. E faço essa questão de ordem com base no art. 47, parágrafo único, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, e art. 108 do Regimento Interno do Senado, que peço permissão para ler porque se trata aqui do respeito às normas que regem os trabalhos desta Casa, em especial, desta CPMI.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA) – Primeiro, Sr. Presidente...

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Com licença. Não, por gentileza, nós temos que cumprir a lei e o Regimento Interno, até porque...

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA) – A senhora não sabe o que eu vou falar, por favor.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Até porque, Presidente, é questão de ordem e quero que respeitem a minha palavra. Até quero dizer que o PT muito fala que defende as mulheres e acabei de ter um ato de total desrespeito aqui do Senador do PT. Inclusive quero que me seja assegurada a palavra porque não dá para ler o plano de trabalho se não está sequer no sequencial. Então, eu vou ler aqui, até para que a gente saiba que leis a gente está respeitando aqui nesta CPMI.

Começo pelo Regimento Interno da Câmara dos Deputados.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Art. 47. O Presidente da Comissão Permanente organizará a Ordem do Dia de suas reuniões ordinárias e extraordinárias, de acordo com os critérios fixados no Capítulo IX do Título V.

Parágrafo único. Finda a hora dos trabalhos, o Presidente anunciará a Ordem do Dia da reunião seguinte, dando-se ciência da pauta respectiva às Lideranças e distribuindo-se os avulsos com antecedência de pelo menos vinte e quatro horas.

Esse é o Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

Como nós estamos em uma CPMI mista e não tem lei específica, nós temos que fazer uma interpretação sistêmica. Então, o nosso Regimento Interno da Câmara dos Deputados fala aqui que seriam 24 horas de antecedência e isso não foi cumprido porque podem olhar ali no sequencial do sistema – e cada Deputado tem nos computadores – só tem os requerimentos. No mínimo, deveria estar aqui para nosso acesso. Que plano secreto é esse que a gente não poder ter acesso com antecedência?

Agora, parto aqui para o Regimento Interno do Senado.

Art. 108. As reuniões das comissões serão iniciadas com a presença de, no mínimo, um quinto de sua composição, salvo o disposto no § 3º do art. 93.

§ 1º A pauta dos trabalhos das comissões [que é o caso], salvo em caso de urgência [que não é o caso], será disponibilizada em meio eletrônico no portal do Senado Federal, com antecedência mínima de 2 (dois) dias úteis.

Verificando aqui a nossa tela – peço a todos os Deputados e Senadores que verifiquem –, não está presente. Então, só se for uma apresentação informal do plano de trabalho porque nós teremos que deliberar acerca desse plano de trabalho, até porque, Presidente, com o devido respeito, na primeira oportunidade de instalação desta CPMI, nós, Deputados aqui presentes, ficamos atônitos e espantados com a manifestação do Deputado autor do requerimento, Deputado Alexandre Leite, do DEM, que foi quem colheu as assinaturas, quem formulou, quem teve a intenção do que seria o objeto determinado, que de tão indeterminado foi objeto de mandado de segurança no Supremo Tribunal Federal, que por acordos antirrepublicanos – não sei por que cargas d'água – não foi deferido porque está flagrante a falta de um fato determinado nesta CPMI e nós temos esse direito regimental de impugnar a existência desta CPMI. Se nós entendemos que não há fato determinado, como não há, é nosso direito.

Então, só voltando aqui para a questão de ordem...

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Então, que delimitem o meu tempo se querem, senão vamos seguir para termos um regimento, uma ordem, uma lei aqui para seguir.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu tenho cinco minutos, Presidente. Então, eu peço que marque cinco minutos, por gentileza, já que não foi marcado até agora o meu tempo, pelo art. 131 do Regimento Comum.

Então, Presidente, quando nós vimos o Deputado autor do requerimento, o Deputado Alexandre Leite, pedir a renúncia desta Comissão porque ela havia sido desvirtuada por um acordo realizado e vimos os Deputados da oposição tomar a palavra e falar abertamente da campanha do Presidente Bolsonaro e daí, com todo respeito à Relatora, até porque não tenho nenhuma relação pessoal, mas falo aqui como Parlamentar da situação, saiu para uma coletiva de imprensa e afirmou também.

Então, está muito claro o objetivo disso aqui. Isso aqui é um tribunal de exceção para julgar o nosso Presidente, para julgar a sua campanha, para propagar fake news. Tem gente que diz que ele nem recebeu facada, Senador. (Risos.)

Tem gente que acredita que isso é fake news. Em que mundo a gente vive? Para a esquerda, o mundo subjetivo é maior do que a realidade dos fatos.

Então, com todo o respeito, nós não podemos infringir as regras que regem o Regimento Comum, o Regimento Interno da Câmara e do Senado. E aqui é claro. Então, numa interpretação sistêmica do art. 47 do Regimento Interno da Câmara, parágrafo único, numa visão sistêmica, e o art. 108 do Senado, no mínimo dois dias úteis ou 24 horas, e não está no sistema. Então, pode haver a leitura informal, dando-se conhecimento antecipado para nós, com inserção no sistema, para que depois façamos objeto de deliberação.

Então, peço que enfrentemos os requerimentos de adiamento de votação e os requerimentos que, esses sim, são objeto da pauta. O que é objeto da pauta hoje e que a gente pode deliberar? Requerimentos, os requerimentos que estão aqui. No mais, nada mais pode ser feito sob pena de violação das normas que regem a Casa.

Muito obrigada.

O SR. CARLOS ZARATTINI (PT - SP) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Deputada, Presidente, o art. 89 do Regimento do Senado é claro:

Art. 89. Ao Presidente de comissão compete:

- I - ordenar e dirigir os trabalhos da comissão;
- II - dar-lhe conhecimento de toda a matéria recebida;
- III - designar, na comissão, relatores para as matérias;
- IV - designar dentre os componentes da comissão, os membros das subcomissões e fixar a sua composição;
- V - resolver as questões de ordem;





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- VI - ser o elemento de comunicação da comissão com a Mesa, com as outras comissões e suas respectivas subcomissões e com os líderes;
- VII - convocar as suas reuniões extraordinárias, de ofício ou a requerimento de qualquer de seus membros, aprovado pela comissão;
- VIII - promover a publicação de atos;
- IX - solicitar, em virtude de deliberação da comissão, os serviços de funcionários técnicos;
- X - convidar, para o mesmo fim e na forma do inciso IX, técnicos ou especialistas;
- XI - desempatar as votações quando ostensivas;
- XII - distribuir matérias às subcomissões;
- XIII - assinar o expediente da comissão.

E no artigo, Deputada, 108: "A pauta dos trabalhos das comissões, salvo em caso de urgência, será disponibilizada em meio eletrônico no portal do Senado Federal, com antecedência mínima de 2 (dois) dias úteis".

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Não é o caso de urgência, Presidente, com todo o respeito.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Está aqui no Regimento.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Dois dias úteis, Presidente, parte final do art. 108.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Mas eu estou decretando que é uma urgência.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Onde é que está a urgência?

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. EDUARDO GOMES (MDB - TO) – Presidente, pela ordem, para contribuir.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Está aqui, dois dias úteis, antecedência mínima.

O SR. CARLOS ZARATTINI (PT - SP. Pela ordem.) – Presidente, eu já tive a oportunidade de participar de várias CPIs. Realmente, o que nós temos que deliberar e votar são requerimentos. O plano de trabalho é uma apresentação que o Relator ou a Relatora fazem de como pretende conduzir. Ele não é votado, ele não é votado. Ele não é requerimento. O que a Relatora deve apresentar é qual a sua metodologia de investigação da CPI, que ela vai orientar...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Não precisa nem ser apreciado em Plenário.

O SR. CARLOS ZARATTINI (PT - SP) – ... acatando ou não sugestões do Plenário.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Precisa ser deliberado, sim, pelo Plenário.

O SR. CARLOS ZARATTINI (PT - SP) – Não, não tem...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – A relatoria não, o relatório dela não.

O SR. CARLOS ZARATTINI (PT - SP) – Não é... O plano de trabalho é uma orientação da Relatora. E o que consubstancia esse plano de trabalho, as convocações ou convites ...

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – No mínimo, tem que pautar com antecedência.

O SR. CARLOS ZARATTINI (PT - SP) – Eu estou com a palavra.

O que consubstancia, o que dá corpo a esse plano de trabalho são os requerimentos de convocação ou de convite. Portanto, é necessário que ela apresente a estrutura do que ela pretende fazer, e os requerimentos de convocação vão ser aquilo que é o esqueleto da CPI.

Então, eu acho que a gente deve ouvir a proposta de encaminhamento da Deputada Lídice da Mata e depois deliberar os requerimentos, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Inclusive, ela á próxima inscrita.

Com a palavra a Deputada Lídice da Mata.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA) – Sr. Presidente...

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Presidente, não foi resolvida a minha questão de ordem. Qual será o próximo passo?

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Deputada, a senhora quer cercear a palavra da sua colega?

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Não, eu quero saber se...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – A senhora falou já quatro vezes, ela não falou nem uma vez!

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – A solução... A resposta para a minha questão de ordem. Eu tenho direito a uma resposta, Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Ela quer falar primeiro! Eu estou dando a questão de ordem. Ela quer falar. A senhora pode deixar que ela fale?

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC. Fora do microfone.) – Entendi agora.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA) – Sr. Presidente...





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Se não puder, me diga, que a gente dá um jeito de tirar o microfone dela.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP) – Presidente, só pela ordem...

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Como Relatora, Sr. Presidente...

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP) – ... antes da Senadora...

Presidente!

Presidente, seria importante...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Deputado! Deputado...

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP) – Seria importante que a gente...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – A palavra está concedida à Deputada Lídice da Mata.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP) – É que quando tem alguém falando tem vários interrompendo; que quem está com a palavra, que possa se expressar sem interrupção.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – O.k. Muito obrigado.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Como Relatora.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados e Senadores, primeiro eu quero saudar a presença de todos os Senadores e Senadoras, membros desta Comissão, que desejam contribuir para que nós possamos aqui dar um exemplo ao Brasil da importância que esse tema tem em nosso País. Todos têm absoluta certeza de que esse fenômeno que acontece nas redes sociais não é um fenômeno nacional, mas sim um fenômeno internacional, e todos os países se debruçam sobre ele para, exatamente, analisarem as repercussões negativas sobre a vida da sociedade.

É nesse sentido que eu quero dizer que os Deputados e Senadores que estiverem contra esta CPI infelizmente vão ter que aguardar o resultado do julgamento no Supremo, como entraram, porque, por enquanto, o máximo que é possível ser feito é justamente fazer um pouco, eu diria, de obstrução, como V. Exas. estão tentando fazer – mas cabendo sempre o recurso ao Presidente de colocar em votação aquilo que estiver em debate, para que as coisas possam acontecer, senão nós vamos ficar dando um espetáculo muito negativo à Nação, de que não é possível discutir nenhum assunto com seriedade nesta Casa.

De minha parte, já disse isso na primeira sessão e vou repetir: vocês vão ter uma Relatora que está aqui para ouvir e contribuir para investigar, é este o papel. E a investigação está dada, os seus pontos, no requerimento para instalação da CPI, que, pelo Regimento da Casa, teve





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

número suficiente para se instalar. E é assim que acontece na Casa: é o número que dá condição de instalação de uma CPI. Essa Comissão determina o seguinte: "Investigar os ataques cibernéticos que atentam contra a democracia e o debate público"; segundo ponto: "a utilização de perfis falsos para influenciar os resultados das eleições 2018". Não sou que estou introduzindo esse assunto; é o requerimento do Relator que introduz esse objetivo. "A prática de cyberbullying sobre os usuários mais vulneráveis da rede de computadores, bem como sobre agentes públicos; e o aliciamento e orientação de crianças" – crianças! E eu fui aqui nesta Casa coordenadora da Frente Parlamentar da Infância durante os oito anos de mandato que tive como Senadora – "para o cometimento de crimes de ódio e suicídio", com a seguinte justificação... E aí segue uma justificação imensa, que é feita por aquele Deputado que é o autor do requerimento, e recebeu mais de 300 assinaturas de apoio entre Deputados e Senadores, portanto, alcançou aquele que é, digamos, o condicionante para que essa CPI se instale.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Ele renunciou, não é?

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA) – O nosso plano de trabalho...

A renúncia é individual, é ato individual em qualquer circunstância da vida, Deputada, renúncia é ato individual. Isso não exclui, não impõe a esta Casa, ao Congresso Nacional, a retirada do requerimento.

Mas o que pretendia dizer era justamente o método de trabalho que nós devemos ter aqui.

Eu não acho que seja necessário que a gente faça uma reunião com os Líderes todos da Casa, Câmara e Senado, para definir uma prática de trabalho entre nós, somos todos adultos e recebemos o voto do povo, imagino, todos com condições, portanto, para deliberar sobre esses assuntos.

Proponho que as atividades possam ser realizadas através:

- a) De audiências públicas com especialistas e autoridades;
- b) Com estudos e pareceres técnicos;
- c) Em missões externas;
- d) Em sessões de debates;
- e) Em reuniões técnicas e administrativas, que são indispensáveis em qualquer CPMI ou CPI da Casa, pois nós vamos ter algumas sessões que serão meramente administrativas;
- f) Interação com a sociedade utilizando-se de ferramentas de consulta pública.

Esta é a formatação do trabalho que nós queremos desenvolver.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu queria dizer que só com o anúncio da nossa relatoria e, certamente, também da Presidência desta Casa já temos um número imenso de entidades colocando-se à disposição, querendo ser ouvidas sobre essa temática, assim como especialistas das universidades que assim se colocam.

Esses requerimentos sobre as pessoas que virão serão feitos a partir da proposição dos senhores todos, Deputados e Senadores, e postos em votação. Portanto, é o conjunto quem decide quem é que vai ser convidado.

Nas temáticas iniciais, claro, compreendendo até a preocupação do Senador Flávio, o primeiro ponto que proponho é justamente a conceituação e delimitação do que são fake news e seus impactos na sociedade.

Estrategicamente concordando com a Deputada também e com o Senador que falou, o papel das empresas digitais versus o fenômeno de fake news – ou é o fenômeno de fake news.

Como é que isso ocorre? Como é que se desenvolve? Qual o marco legal que cada uma dessas empresas comporta? Para que ela possa passar por um debate mais atualizado.

Segundo, esse debate é atualizado a cada momento porque esse é um fenômeno novo na sociedade mundial. Com o que acontece hoje, a legislação já fica velha porque novas são as técnicas e ferramentas que se colocam, e as velhas ferramentas são usadas de novas maneiras, impactando de maneira também absolutamente nova sobre a vida da sociedade. E aqui falo da vida da sociedade em geral, sem entrar ainda na política, que é indispensável.

Esta Casa é política e qualquer fato que analise o analisa de maneira política com consequência política para gerar leis ou não.

O papel do Poder Judiciário e o fenômeno da fake news no Brasil. Já temos até um início de relatório, mas o CNJ analisa o fenômeno da fake news, o Supremo analisa o fenômeno da fake news, o TSE analisa o fenômeno da fake news em diversos processos.

Portanto, nós precisamos ter aqui a presença desses Poderes e, num momento, eventualmente, se não puderem, que esta Comissão possa constituir uma comissão ou ir até esses Poderes para ouvir o que eles têm a dizer a respeito.

O debate, o estudo sobre a Lei de Privacidade de Dados, como aqui foi ressaltado pelo Senador também. A Lei de Privacidade de Dados se relaciona de forma muito objetiva com toda essa discussão que nós estamos tratando. Essas redes não podem funcionar se não tiverem ao seu dispor um conjunto de dados que eles ou comprem ou adquirem de alguma outra maneira para poderem se posicionar ou fazerem as suas mensagens chegarem até cada uma das pessoas.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Consequências da produção e disseminação da desinformação, abasileirando, ou da fake news, que atentam contra a democracia e o processo eleitoral no Brasil; o cyberbullying e aliciamento de orientação de crianças para o cometimento de crimes de ódio e suicídio e, efetivamente, a discussão a respeito da investigação da prática de fake news nas eleições de 2018, que é objeto do requerimento do senhor autor ou dos senhores autores, porque, na verdade, uma CPI só é possível se houver um número de assinaturas que tira ou retira a autoria individual, assim como uma PEC.

A nossa proposta é também de que a gente possa estabelecer pelo menos mais duas sub-relatorias, Presidente, eu queria sugerir. Em função de quê? Em função de que, apesar de todos os temas estarem interligados, nós temos duas questões que eu acho que necessitam de uma observação e um estudo maior.

Uma: o crime envolvendo a criança e o adolescente, o aliciamento e orientação de crianças para o cometimento de crimes de ódio e suicídio. Essa é uma questão que exigiria uma investigação própria e nós podemos ter uma sub-relatoria sobre isso, que depois se juntará, se agregará ao meu relatório final. Uma outra, fake news e o cyberbullying, que não está restrito à criança, mas ao conjunto da sociedade, pode ter uma sub-relatoria específica. E uma terceira, que é o fake news e a privacidade de dados, que é outro importante elemento.

Nós poderíamos ter, portanto, essas três sub-relatorias trabalhando, buscando dados e oferecendo e até trazendo a esta comissão geral duas ou três audiências públicas sobre esses temas específicos, para que depois pudéssemos incorporá-los todos ao nosso relatório geral, que tem o objetivo principal, porque são dois temas sobre isso e porque, claro, pela sua magnitude, eles se sobrepõem aos demais, que é, primeiro, a fake news e a ameaça à democracia do Brasil. A democracia é um valor e um valor que está colocado na Constituição brasileira. Foi uma opção do povo brasileiro na Constituição de 1988 optar pela democracia. E, na medida em que esse foi um objetivo do povo brasileiro, é um objetivo consagrado na Constituição brasileira, ele passa a ter uma prioridade em relação a todas as outras questões. Portanto, fake news e democracia, como atinge, como se coloca numa ameaça à democracia brasileira. E digo isso à democracia brasileira como quem poderia dizer à democracia de qualquer outro país, porque a maioria dos países no mundo ocidental desenvolvido têm investigado fake news para garantir a soberania da decisão popular.

Então, nós ficaríamos aqui, a comissão geral, tratando dessa questão e também aprofundando aquilo que foi colocado como objeto desta Comissão, que é a utilização de perfis falsos para influenciar os resultados das eleições de 2018. Então, essa é a minha proposta geral. Para isso, Sr. Presidente, eu apresentei aqui apenas o método de trabalho, a ideia geral, como diria, o vazo de cada um ou o viés, como alguns querem, de cada uma dessas questões.

Aí, nós entraríamos e de que forma fazer isso? A Deputada adiantou uma série de requerimentos que eu colocaria, e considero indispensável a convocação dessas empresas para





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

suprir essa necessidade. E nós incorporaríamos isso, claro, a um plano de trabalho. Como V. Exa. propôs nove empresas, certamente nós não vamos poder ouvir todas de uma só vez. Eu proponho que seja dividida exatamente em duas audiências públicas.

E a primeira audiência pública, eu trouxe o requerimento para que nós pudéssemos aprová-lo extrapauta, o que o Regimento permite. O Regimento desta Casa, pode não estar escrito, mas eu fui aqui Senadora e em todas as Comissões da Casa nós aprovamos, ordinárias e também nas CPIs. E, no caso da Câmara, é explícito no Regimento, se não há consenso, há voto para que esse requerimento extrapauta possa ser aprovado.

E o nosso requerimento extrapauta requer a realização da audiência pública para debater o fenômeno social das notícias falsas e conceituar o que é fake news, o que é o instrumento da desinformação no Brasil. Para tanto, nós recebemos aqui, eu tive a ousadia de, pelos contatos que já foram feitos, apresentar alguns especialistas, e fica aberto, é claro, a que sejam apresentados outros nomes. E quero aqui ler apenas.

Wilson Gomes, doutor em Filosofia, Professor Titular da Faculdade de Comunicação da Universidade Federal da Bahia – me perdoe, Presidente, mas ao ser humano a sua aldeia o torna universal, e eu não posso deixar, portanto, de, ao tratar de um tema desse, não colocar alguém da minha terra –; Emmanuel Publio Dias, publicitário e Professor da Escola Superior de Propaganda e Marketing; Mariana de Siqueira, Professora Adjunta de Direito Público da Universidade Federal do Rio Grande do Norte; Leonel Azevedo de Aguiar, Diretor do Departamento de Comunicação Social da Pontifícia Universidade Católica (PUC) do Rio de Janeiro; um representante da Agência Lupa, para pegarmos a experiência de entidades; André Miceli, especialista em sociedade digital e coordenador da Fundação Getúlio Vargas. Portanto, entidades públicas e privadas, universidades públicas e privadas que aqui, com suas diversas especialidades, pudessem opinar a respeito do que é esse fenômeno. Para mim, seria essa a primeira audiência, uma audiência para que nós pudéssemos uniformizar o conhecimento de todos aqueles que participam dessa Comissão, a respeito dessa questão. É claro que pode haver outras pessoas que tenham muito mais especialidade do que eu nesse assunto. Para mim, humildemente, acho que uma primeira conceituação me satisfaria muito, para que nós pudéssemos dar seguimento, aprovar os requerimentos da Deputada para a reunião seguinte. E, como uma terceira, ou, porque a sua levaria duas sessões, uma quarta audiência, eu já proporia que nós nos debruçássemos sobre a Lei de Proteção de Dados do Brasil, para que nós pudéssemos, ao cabo dessas quatro audiências públicas, entrar diretamente em assuntos mais específicos.

O SR. EDUARDO GIRÃO (PODEMOS - CE) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Com a palavra, Senador Girão.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO GIRÃO (PODEMOS - CE. Pela ordem.) – Rapidamente, é só para perguntar a V. Exa. se esse resultado desse trabalho que foi feito pelo TSE, que o senhor recebeu das mãos da Ministra Rosa Weber, vai ser disponibilizado para os Parlamentares aqui.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Olha, eu recebi hoje. Eu vou tentar colocá-lo no meio eletrônico, porque ela só tinha esse exemplar. Até pedi vários, mas ela disse que não tinha condições no momento. Vou tentar fazer a todos os membros da CPMI.

Para complementar, o Senador Eduardo.

O SR. EDUARDO GOMES (MDB - TO. Para discutir.) – Sr. Presidente, eu queria fazer aqui uma reflexão, lógico que atestando a tranquilidade, a forma serena como a Deputada Lídice da Mata leu o plano de trabalho, que é completamente diferente do clima que se propõe nesta CPI, Sr. Presidente.

Para fazer isso, eu queria fazer uma observação prática sobre as últimas 30 CPIs na Câmara dos Deputados, onde eu fiquei por 12 anos, no Senado Federal e no Congresso Nacional. Pouca coisa se retira de uma CPI onde há sempre prioridade para as performances, para as piruetas, para uma série de coisas, nos temas tradicionais, conhecidos, relativos à vida, ao dia a dia da população brasileira, quanto mais para um tema desse, em que está se descobrindo, primeiro, formatação de legislação; em paralelo, a discussão sobre proteção de dados é uma discussão mundial. Aí eu faço um apelo aos Parlamentares de que esta CPI aproveite a oportunidade para ser propositiva. Eu acho de uma inocência absurda entender que nós vamos resolver eleições passadas ou futuras discutindo, como disse a Deputada Zambelli, a questão do fla-flu aqui nesta CPI, e vejo uma oportunidade muito grande para que a gente procure entender as novas regras e tenha senso prático.

Sr. Presidente, quando eu disse ao Senador Alessandro, e falei com alguns Senadores aqui, sobre a possibilidade de transformação de todas as convocações em convite, é porque há uma evidência de que, se nós colocarmos aqui todos os representantes do Brasil, dessas empresas, para discutir de maneira propositiva aquilo que esta CPI quer, que é um ambiente democrático, transparente, de vida nas redes sociais, é a única chance que nós temos de sair com um resultado positivo desta CPMI. Se não, nós vamos ficar o tempo inteiro esperando a opinião de especialistas em depois de amanhã, porque ninguém sabe exatamente o que está sendo discutido aqui. E há os processos eleitorais, os processos de origem pessoal, de processo parte a parte, que existem no Brasil inteiro sobre as eleições de 2018, e até das eleições que ninguém comentou aqui, das eleições de 2016 e 2014. Com um só requerimento, nós transformaríamos esta CPI, que é do futuro, em uma CPMI do passado. Eu acho que, se a gente não entrar nesse clima, Sr. Presidente, de realmente propor o convite às instituições, dar essa primeira chance nessa primeira etapa, Sr. Presidente, de transformarmos esta CPMI em uma CPMI propositiva, nós não vamos chegar a lugar nenhum.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, quero parabenizar a Relatora e entender que nós temos como buscar um acordo entre as lideranças por um procedimento democrático, propositivo, que é o que todo mundo espera. A vida de todo mundo está mudando. Eu brincava ontem no Plenário que, dez anos atrás, facilmente você identificava quem era o fofoqueiro da família. Hoje, com o Whatsapp, todo mundo é fofoqueiro.

Então, Sr. Presidente, eu queria dizer que, a partir da dica da nossa Relatora, a gente pode partir para um clima diferente nesta CPMI, porque eu sei que a intenção de V. Exa. é uma intenção republicana, porque eu conheço V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Pois não, Senador. O importante é que a gente faça a coisa aqui com muita serenidade. Aqui eu discordo desse negócio de fla-flu, de ba-vi. Não tem nada a ver. Acho que cada um aqui tem o seu ponto de vista a externar, tem o que requerer. É normal, esta é uma Casa pública, é para isso, é a Casa do povo. Então, não vamos tornar esta CPI um campo de batalha, porque eu acho que esta CPI é para que a gente possa preservar os nossos direitos, a nossa privacidade. É isso que eu espero que a gente, no final, tenha de ganho com esta CPI, inclusive definindo o que nós vamos poder legislar, o que é que nós vamos propor de lei sobre isso. Isso que é importante.

O segundo item que está aqui é acerca dos requerimentos feitos pela Deputada Luzianne. Eu consulto o Plenário se podemos realizar votações em bloco ou individuais.

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR) – Individuais, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Quem é a favor de bloco levante a mão.

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR) – Individual.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Quem é a favor de bloco... Como existe requerimento para votação individual, vou submeter à apreciação do Plenário.

O SR. EDUARDO GOMES (MDB - TO) – Sr. Presidente, eu queria que fosse apreciada a possibilidade de transformar a convocação em convite, já que um dos requerimentos...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Podemos colocar em votação depois.

O SR. EDUARDO GOMES (MDB - TO) – Pois é, eu gostaria que fosse feito dessa forma.

A SRA. LUIZIANNE LINS (PT - CE) – Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Primeiro, vamos apurar a votação aqui, Deputada, para poder...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Sr. Presidente.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. LUIZIANNE LINS (PT - CE) – É porque vai tratar sobre o tema a votação, não?

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Não, aqui a votação é se a gente vota os requerimentos em bloco, os nove. Se o Plenário aprovar, votaremos em bloco; se o Plenário não aprovar, votaremos individualmente.

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR) – Individual, Presidente. Não há acordo para votar em bloco. O Regimento é muito claro. Vamos votar individualmente.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Vamos ao voto, Deputado. Se no Plenário a maioria decidir...

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR) – É porque não há acordo, Presidente.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PSL - RJ) – Há requerimentos que não fazem o menor sentido aqui.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Voto "não", Presidente.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Aqui só tem rede social.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PSL - RJ) – Para alguns há acordo, mas... E se a gente quiser chamar o Intercept aqui? E se a gente chamar a Dolores Aronovich?

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR) – Sr. Presidente, não há acordo para votação em bloco. Vamos votar individualmente.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Eu vou fazer o seguinte. Como eu tenho essa prerrogativa, eu vou tirar, já que o problema está sendo em cima do Intercept neste momento, não é isso?

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PSL - RJ) – Não, não, eu só dei dois exemplos.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Não, Presidente. Queremos votação requerimento a requerimento,

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Aqui só estão as redes sociais. Qual é o outro exemplo?

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Requerimento a requerimento, Presidente.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PSL - RJ) – O Requerimento 7 não é rede social, o 8 não é rede social...

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR) – Presidente, não há previsão para votar em bloco, só se houvesse acordo. Não há acordo, então vamos enfrentar...





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Podemos costurar o acordo, Deputado.

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR) – Não há acordo. Já falamos que não há acordo.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Não há acordo. Não há acordo, Presidente. Queremos votação requerimento a requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Está bem. Já que não há acordo, em votação o Requerimento nº.... (Pausa.)

Em votação o Requerimento nº 1, Deputada Luizianne.

Convocação...

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – E o requerimento de adiamento por 48 horas, Presidente? Nós apresentamos requerimento de votação nominal e requerimento de adiamento por 48 horas.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Deputada, eu já li um dos artigos do nosso Regimento aqui no Senado: o Presidente pode achar que é de urgência e colocar para votar.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Não, espere aí! Questão de ordem, Excelência! O Regimento é claro com relação às matérias de urgência.

Questão de ordem, Excelência, sobre urgência: nós temos um rol taxativo no Regimento Interno do Senado que arbitra a urgência das matérias.

A SRA. LUIZIANNE LINS (PT - CE) – Sr. Presidente, Sr. Presidente...

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PSL - RJ) – Presidente, tanto não tem urgência... O que muda se votar hoje ou daqui a dois dias? Não tem urgência.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Sr. Presidente... Presidente, é questão de ordem, art. 336 do Regimento Interno do Senado:

Art. 336. A urgência poderá ser requerida:

I - quando se trate de matéria que envolva perigo para a segurança nacional ou de providência para atender a calamidade pública [...]

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Deputada, eu vou olhar aqui com o Secretário da Mesa quais são os requerimentos que já têm as 48 horas. Por favor, calma. Fique tranquila.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Então...





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. LUIZIANNE LINS (PT - CE) – Todos têm as 48 horas.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Ninguém aqui vai atropelar Regimento...

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Não pode ser dada a urgência porque isso fere o Regimento, porque não há aqui no rol taxativo.

A SRA. LUIZIANNE LINS (PT - CE) – Todos têm as 48 horas. Foram apresentados na primeira reunião, Sra. Deputada – na primeira reunião! Todos têm 48 horas. Desculpe aí. Foram feitos na semana passada, a senhora é que não leu...

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR) – Sr. Presidente...

A SRA. LUIZIANNE LINS (PT - CE) – ... aí a ata da reunião, nem a proposta de pauta.

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR) – Que falta de respeito, Deputada!

A SRA. LUIZIANNE LINS (PT - CE) – Não, não é falta de respeito, não. Eu estou dizendo uma coisa objetiva: não leu.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PSL - RJ) – O que se está discutindo não é o requerimento, é a urgência. É a urgência que está sendo discutida.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Não pode ser dada urgência para essas matérias, porque não se enquadram no rol taxativo do art. 336.

A SRA. LUIZIANNE LINS (PT - CE) – Se tivesse lido, não estava dizendo isso.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Vamos pisar no Regimento Interno do Senado agora?

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. LUIZIANNE LINS (PT - CE. Fora do microfone.) – Não, senhor. Você que é sínico.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Olhem, eu estou consultando aqui a assessoria da Casa: os requerimentos serão votados individualmente. São requerimentos que já estão aqui desde o dia da criação da CPMI. Logo na primeira sessão, a Deputada protocolou. Estão aqui todos numerados, protocolados. Então, nós vamos colocá-los individualmente, já que não houve acordo para votação em bloco.

Quanto à questão da convocação ou convite, eu também vou colocar para aprovação do Plenário se vamos transformar em convite ou manter a convocação, conforme o requerimento da Deputada Luizianne.

Então, vamos colocar em votação a transformação da convocação em convite.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR) – Não, Sr. Presidente.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Nós temos requerimentos precedentes a esse.

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR) – Nós temos requerimentos sobre a mesa, Presidente.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Com todo respeito, Presidente, temos que enfrentar os nossos requerimentos. É nosso direito regimental, Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Eu sei que há requerimento aqui, Deputada, mas acontece que tem precedência a matéria aqui, então eu vou querer colocar em votação.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Precedência com base em qual artigo?

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – São 48 horas...

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – O requerimento é antes da matéria, Presidente. Nós temos que enfrentar as questões formais. A urgência só pode ser dada se se respeitar o rol taxativo do art. 336 do Regimento Interno, Presidente. Não podemos atropelar.

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Então, para evitar de acharem que, no primeiro dia, está havendo atropelamento, eu vou colocar em votação o requerimento do nobre Deputado – assinatura aqui ilegível –: adiamento da votação por 48 horas ou não.

Os Srs. Senadores e Deputados...

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – ... que aprovam a prorrogação...

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR) – Sr. Presidente, votação nominal dele.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Há um requerimento de votação nominal.

Votação nominal também conjunta. Há dois requerimentos conjuntos, Sr. Presidente.

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR) – Deixe-me esclarecer para V. Exa., porque está havendo uma... Sr. Presidente, eu vou explicar para V. Exa. o que está acontecendo.

Há os requerimentos constantes da pauta. Em relação aos requerimentos constantes da pauta, nós apresentamos – em relação a cada um deles – requerimentos de adiamento de votação, requerimentos de votação nominal destes requerimentos de adiamento e requerimentos para votação nominal do mérito de cada requerimento. O que nós estamos querendo é que seja respeitada essa ordem regimental.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Primeiro, nós temos que enfrentar o adiamento do requerimento através de uma votação nominal. Se for rejeitado esse requerimento...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Deputado, há dois requerimentos só aqui na Mesa: um de adiamento da votação da proposição por 48 horas...

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR) – Exato.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – E o outro: a votação ser nominal em vez de ser em bloco.

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR) – Exato.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Só há esses dois requerimentos.

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR) – É isso que eu estou explicando para V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Não existem quatro requerimentos aqui.

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR) – Mas eu não falei que existiam quatro.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Eu entendi que você falou que havia...

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Cada requerimento tem essa dupla de requerimentos, Presidente.

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR) – Olhe, isso é fake news, Presidente. Eu não falei isso.

O SR. CARLOS ZARATTINI (PT - SP) – É claro que existe uma tática de obstrução por parte do PSL.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Nosso direito regimental, não é?

O SR. CARLOS ZARATTINI (PT - SP) – O PSL resolveu aqui fazer uma prática de tentar impedir que esta CPMI funcione.

Eu não sei por que motivo o PSL está tão preocupado com a gente estar aqui ouvindo as empresas que tratam de comunicação, de redes sociais. Eu não estou entendendo essa preocupação.

Essa tática de obstrução é clara. O Deputado Filipe aqui está sendo óbvio, claro, evidente: não quer a CPMI funcionando; quer obstruir a CPMI, porque nem sequer um plano de trabalho tão tranquilo e tão preocupado em fazer uma análise da situação da divulgação nas redes e como surgem fake news no Brasil eles querem aceitar. Então, alguma coisa existe aí que o PSL não quer que apareça. É evidente isso. O PSL quer esconder algo.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, Sr. Presidente, eu proponho que o senhor coloque em votação nominal se se adia ou se não se adia essa votação, porque, para mim, está evidente. Não há problema, nós vamos ter uma próxima reunião aqui. E, se adiar, nós vamos ter uma próxima reunião e vamos votar de novo. E nós vamos votar aqui até o dia que o senhor falou aí que se encerra a CPMI.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – No dia 23 de dezembro.

O SR. CARLOS ZARATTINI (PT - SP) – Véspera de Natal.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Antevéspera de Natal.

O SR. CARLOS ZARATTINI (PT - SP) – Nós vamos ficar aqui até a véspera do Natal.

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR) – Sr. Presidente, quero direito de resposta pela fala do Deputado Zarattini, que citou meu nome.

O SR. CARLOS ZARATTINI (PT - SP. Fora do microfone.) – Pode dar o direito de resposta.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Não foi mencionado o seu nome, não, Deputado.

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR) – Citou.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Foi mencionado, sim.

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR) – Foi mencionado.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Foi mencionado, Presidente.

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR) – Foi mencionado, e o próprio Zarattini concorda.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – A Presidência vai abrir para V. Exa. falar então, contestar a fala do Deputado.

O SR. CARLOS ZARATTINI (PT - SP. Fora do microfone.) – Tem que explicar por que o PSL não quer a CPMI, por que o PSL não quer ouvir ninguém.

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR) – Posso falar agora, Zarattini?

O SR. CARLOS ZARATTINI (PT - SP. Fora do microfone.) – Claro.

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR) – Obrigado.

Sr. Presidente, nobres colegas Deputadas e Deputados, o Deputado Zarattini, do PT de São Paulo, fez uma fala neste momento muito efusiva, quase teatral, quase épica. Mas, fora do microfone, quando a Deputada Carla Zambelli discursava, o Deputado Zarattini disse que a





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

facada do Bolsonaro era "faca news", dizendo que a facada era uma mentira. Então, Deputado Zarattini...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR) – Falou. E todos que estavam em volta ouviram o que você falou: "Faca news".

Então, V. Exa., que se diz muito macho para falar essas coisas que você fala no microfone, diga no microfone agora que a facada do Bolsonaro foi fake news. Porque fora do microfone V. Exa. tem coragem de falar. E no microfone? todos que estavam aqui em volta ouviram V. Exa. falar que era "faca news".

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Colegas Parlamentares, vamos ter calma, manter a serenidade, porque aqui não é nenhum campo de batalha. Vamos levar a coisa na calma.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP) – Sr. Presidente... Vamos abrir a votação, Sr. Presidente.

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR) – O que eu falo fora do microfone eu tenho coragem de falar no microfone.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP) – Encaminhe a votação, Sr. Presidente, por favor. Encaminhe, proceda à votação.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Vamos atender o pedido de adiamento de votação, Presidente. Vamos colocar em votação, porque aí a gente pode trabalhar. Coloque o requerimento solicitado de adiamento de votação...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Eu vou perguntar ao Plenário se há acordo...

Srs. Deputados, Senadores e Senadoras, eu vou aqui ratificar se há acordo, conforme os requerimentos assinados aqui por membros do PSL. Eles pedem para que a votação seja nominal em vez de ser em bloco.

Vamos por partes. Não se está decidido nada. V. Exas. concordam com isto: individual em vez de bloco?

O SR. CARLOS ZARATTINI (PT - SP) – Sr. Presidente, primeiro o senhor faz a votação simbólica. Se houver um pedido de votação nominal, a gente faz a votação nominal.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Já temos requerimento de votação nominal. Presidente, nós temos um requerimento de votação nominal.

O SR. CARLOS ZARATTINI (PT - SP) – Calma.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Não, é que não pode ser simbólica.

O SR. CARLOS ZARATTINI (PT - SP) – Eu estou com a palavra. Tenha calma.

Eu acho que o senhor, primeiro, coloca em votação o requerimento da Deputada, Sr. Presidente, que solicita que seja votação nominal. Vamos colocar esse requerimento em votação simbólica. Se alguém pedir nominal, a gente faz nominal.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Mas há um adiamento aqui na frente, Deputado.

O SR. CARLOS ZARATTINI (PT - SP) – O que vocês querem que vote, que seja nominal ou adiamento?

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – É que nós temos um requerimento.

O SR. CARLOS ZARATTINI (PT - SP) – Tem que primeiro votar o que é nominal.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Só para esclarecer, Presidente. Só para esclarecer, então.

O SR. CARLOS ZARATTINI (PT - SP) – A ordem é primeiro votar se vai ser nominal.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – É que nós temos...

O SR. CARLOS ZARATTINI (PT - SP) – Não, a primeira coisa que vota é se vai ser nominal ou não.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Exatamente.

O SR. CARLOS ZARATTINI (PT - SP) – Em seguida, vota o requerimento.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – A nominal do requerimento. Nós temos um... Nós temos um requerimento de votação nominal do requerimento...

O SR. CARLOS ZARATTINI (PT - SP) – Mas a primeira votação...

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – ... de adiamento da votação por 48 horas.

O SR. CARLOS ZARATTINI (PT - SP) – Deputada, é óbvio que o primeiro que tem que votar...

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Nós temos que fazer o encaminhamento, Presidente, inclusive.

O SR. CARLOS ZARATTINI (PT - SP) – Não, primeiro tem que votar se é nominal ou não.
(Intervenção fora do microfone.)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CARLOS ZARATTINI (PT - SP) – Mas se você está pedindo que seja nominal, eu preciso saber se vai ser nominal ou não para depois eu votar o adiamento.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – É que nós temos dois requerimentos de votação nominal.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Eu gostaria de saber se a assinatura desse requerimento de...

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Do Deputado Filipe Barros.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – V. Exa. é Líder?

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR) – Vice-Líder do PSL.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Porque requerimento só pode assinar Líder...

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Ou Vice-Líder.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – ... ou Vice-Líder.

Então...

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Presidente, nós temos o requerimento de votação nominal do requerimento de adiamento por 48 horas. Nós temos que fazer o encaminhamento.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Por precedência, nós temos que aqui...

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Temos que fazer o encaminhamento dos requerimentos, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – ... colocar em votação o requerimento de prorrogação, de adiamento por 48 horas...

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Não, Presidente, há um requerimento de nominal do adiamento.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – ... já que está assinado por Líder.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Tem nominal do adiamento. Nós temos um requerimento de votação nominal do adiamento para depois votar o adiamento. E nós queremos fazer o encaminhamento regimentalmente previsto. V. Exa. pode dar de ofício.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Então, Sras. e Srs. Senadores, Deputados e Deputadas, está em votação se o requerimento de adiamento...





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(Intervenção fora do microfone.)

Se a votação de adiamento dos requerimentos...

ORADORA NÃO IDENTIFICADA – Também quero encaminhar, Sr. Presidente.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Questão de ordem, art. 41, encaminhamento, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – V. Exas. acatam ou não acatam?

Em votação.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Nós temos que encaminhar, Presidente, art. 41!

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR) – Nós temos que encaminhar por cinco minutos, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Não tem discussão em encaminhamento.

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR) – Tem que encaminhar por cinco minutos, Presidente.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Art. 41, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Não existe, Deputado.

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR) – V. Exa. não vai dar?

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Não vamos atropelar o Regimento, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Não existe, Deputado. Não existe, Deputado.

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR) – Há encaminhamento.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Está em votação...

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Questão de ordem, Presidente. Questão de ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – ... o adiamento da votação das proposições que estão aqui numeradas na mesa, de nº 1 a 9...

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Não é possível, Presidente, que o senhor não enfrente a questão de ordem!

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – ... por 48 horas.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Presidente, não é possível! Questão de ordem!

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Quem vota "sim" é pelo adiamento. Quem vota "não"...

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Estamos atropelando o Regimento, Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Quem vota "sim" ao adiamento permanece como se encontra.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Questão de ordem, Presidente, art. 41!

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR) – Sr. Presidente, a gente tem direito de encaminhar o voto. É regimental.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Não cabe, em requerimento, encaminhamento de voto, Deputado.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Art. 41 do Regimento Comum, Presidente! Onde que... Qual o artigo que fala que não cabe encaminhamento, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Rejeitado.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Verificação, Presidente. Verificação. Pede aí, Filipe.

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR) – Verificação, Presidente.

O SR. EDUARDO GOMES (MDB - TO) – O Governo apoia, Sr. Presidente.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Pede aí, Filipe. O Presidente está violando aqui o Regimento Interno, o Regimento Comum. Isso aqui é uma palhaçada!

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Foi deliberado e caiu o requerimento de adiamento...

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR) – Verificação, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – ... da votação da nobre Deputada.

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR) – Verificação, Presidente.

O SR. EDUARDO GOMES (MDB - TO) – Verificação apoiada, Sr. Presidente.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PSL - RJ) – A verificação foi solicitada, Presidente.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO GOMES (MDB - TO) – Verificação apoiada.

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR) – Mais de dois.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Dois Vice-Líderes aqui pedindo, Presidente.

O SR. EDUARDO GOMES (MDB - TO) – Vice-Liderança do Governo, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Srs. Deputados e Deputadas, eu não sei qual é a intenção com esse adiamento. Vamos dar celeridade! Vamos dar celeridade a isso!

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – É nosso direito regimental obstruir.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – A CPMI não tem foco, não tem alvo, não. Vocês estão querendo arranjar um alvo para a CPMI.

O SR. CARLOS ZARATTINI (PT - SP) – Sr. Presidente, o PSL não quer investigar as fake news.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Querem arranjar um alvo para a CPMI, não estou entendendo isso.

O SR. EDUARDO GOMES (MDB - TO) – Sr. Presidente, o Deputado Zarattini...

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Direito regimental, Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Quem requereu a CPMI foi um Deputado da bancada de vocês, do Democratas. Não sei por que esse adiamento. Não sei por que esse...

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Direito regimental, Presidente.

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR) – A obstrução é um direito regimental.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Vamos dar celeridade. A sociedade brasileira quer que se esclareça o que está acontecendo nesse mundo da internet. Nós estamos sendo aviltados pela internet. Não tem nada a ver com eleição, não. É geral. Vamos dar celeridade a isso.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PSL - RJ. Pela ordem.) – Presidente, pela ordem.

A questão não é de dar celeridade ou não dar celeridade. Não vamos criar já na primeira audiência um precedente de rasgar o Regimento. Vice-Líder tem direito de pedir verificação, independentemente da motivação. Se é um Vice-Líder que pediu...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Mas foi deliberado.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PSL - RJ) – Mas ele pediu a verificação. Tem que promover a votação nominal.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Sim, mas após a deliberação...

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PSL - RJ) – No futuro, se acontecer diferente...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Sim, mas ela pediu a verificação após a votação.

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR) – Mas é após mesmo.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Sr. Presidente, eu sou Vice-Líder, eu posso pedir verificação sozinha, Presidente.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PSL - RJ) – Só garanta o direito regimental da Deputada.

O SR. EDUARDO GOMES (MDB - TO) – Proceda à verificação, Sr. Presidente. Há apoio. Proceda à verificação.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Eu sou Vice-Líder. Eu posso pedir verificação. Que falta de respeito, Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Já que estou vendo que a maioria do Plenário... Está concedida a verificação para atender aos jovens que estão ali ansiosos para que esta CPI ande com muita celeridade.

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR) – E, acima de tudo, que se cumpra o Regimento, não é Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Abram o painel, senhores operadores.
(Procede-se à votação.)

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR) – Presidente, enquanto está no processo de votação, posso pedir um esclarecimento a V. Exa.? Presidente, enquanto está no processo de votação, posso pedir um esclarecimento a V. Exa.?

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Pois não, nobre Deputado.

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR) – É só para deixar claro e registrado que o que nós estamos votando neste momento é...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – A prorrogação, que foi votada. Agora nós vamos fazer a verificação de quórum.

(Intervenção fora do microfone.)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Do adiamento da votação dos requerimentos.

Repetindo: quem não quer adiar por 48 horas vota "não"; quem quer adiar vota "sim".

Quem quer adiar vota "sim", senhores e senhoras.

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR) – Presidente, eu vou aproveitar que está no processo de votação para pedir alguns esclarecimentos para V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Pois não, Deputado.

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR) – Veja só: nós apresentamos um requerimento de votação nominal do adiamento de votação por 48 horas...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Estamos votando o adiamento.

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR) – ... que é o que nós estamos votando agora.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Estamos votando o adiamento. Quem vota por adiar vota "sim".

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Para evitar confusão: quem vota pelo adiamento é "sim"; quem vota contra adiar por 48 horas vota "não".

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR) – Tá!

Para os próximos requerimentos, nós queremos que...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Mas vamos caso a caso, Deputado? Vamos caso a caso...

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR) – Sim, mas é que nós queremos que, nos próximos requerimentos, o art. 41 do Regimento Comum seja cumprido. Ele diz o seguinte:

Art. 41. O requerimento apresentado em sessão conjunta não admitirá discussão, podendo ter sua votação encaminhada por 2 (dois) membros de cada Casa, de preferência um favorável e um contrário, pelo prazo máximo de 5 (cinco) minutos cada um.

Então, nós queremos, nos próximos requerimentos de que somos autores, ter o nosso direito regimental garantido de encaminhar a votação por cinco minutos.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Se estiver no Regimento, tenha certeza de que esta Presidência vai cumprir.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR) – Art. 41 do Regimento Comum. (Pausa.)

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Com a palavra a Deputada Luizianne.

A SRA. LUIZIANNE LINS (PT - CE) – Sr. Presidente, eu queria fazer um registro aqui, pois eu acho que o Brasil todo precisa ficar sabendo que nós começamos um trabalho extremamente importante para o Brasil e, para dizer a verdade, extremamente importante para o mundo. Como eu já tinha falado na primeira reunião, eu sou da área e tenho estudado isso; eu tive agora, inclusive, um artigo científico aprovado na sexta jornada latino-americana de problemas do nosso Continente sobre exatamente o processo de fake news e a influência direta no processo democrático do Brasil e nos processos do cyberbullying, etc.

Eu estou muito impressionada. O Brasil precisa saber que as pessoas que se opõem hoje ao processo de entender fake news e que estão tomando um rumo... Que todo mundo saiba: ou são praticantes de fake news de forma sistemática ou simplesmente não estão preocupadas com o futuro da democracia no Brasil. Vejam bem, eu tenho um filho, e o que mais me preocupa hoje é saber o que meu filho está vendo e ouvindo e qual é a veracidade das informações que ele tem, porque essa geração – todo mundo fique sabendo disso e todo mundo saiba a responsabilidade que está carregando nas costas – não assiste mais à televisão, muito raramente você vê um jovem acima de 15 anos ou de 19 anos para baixo que assista à TV. Eles estão se informando hoje pelas redes sociais. Se a gente, nesta Comissão, não tiver coragem – o que falta aqui é coragem – de convocar as empresas que são responsáveis hoje por funcionar como meio de transmissão dessas informações falsas... É grave demais! Eu espero que a sociedade brasileira esteja vendo, entendendo e ouvindo.

Eu finalizo dizendo o seguinte: do mesmo jeito que a TV ocupou espaço fundamental a partir da década de 50, nós temos hoje pessoas que se acovardam para poder enfrentar as mentiras que são disseminadas. Achar que mentira tem que ser pública e disseminada é grave, é muito grave, porque, ou faz parte delas, ou simplesmente não está nem aí para a população brasileira, que sofre o processo delas.

Eu estou vasculhando as redes sociais de muitos que estão nesse processo e já vi que, de fato, é difícil você achar que essas pessoas irão combater fake news, porque são os próprios autores delas. E é triste, é muito triste você imaginar que as pessoas têm medo de saber o que é fake news e poder convocar pessoas que podem simplesmente explicar que não têm nada contra ninguém. Isso aqui é uma contribuição à democracia brasileira, é importante que se diga para as futuras gerações.

Se a carapuça está caindo, problema das pessoas. Nossa Relatora fez uma brilhante exposição sobre o que ela está pretendendo, como ela vai conduzir o processo. Se as pessoas não entenderam, gente, é porque têm culpa no cartório.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Desculpem-me, mas é lamentável. Eu espero que o Brasil todo esteja assistindo a isso e que comecem as máscaras a cair. Muita gente chegou aqui a este Parlamento, seja na Câmara, seja no Senado, através de fake news, mas quem foi vítima, se foi partido de esquerda ou de direita, quer apuração; quem foi vítima, de que partido for – isso não é uma questão partidária, isso é uma questão de verdade, de mentira, de justiça ou de injustiça...

E há outra coisa – finalizo com isto –: a Deputada Bruna, que é do PSDB, uma jovem que eu não conhecia, conheci quando cheguei aqui, uma vez eu a vi dando depoimento: "Se vocês quiserem entregar a política para os 'youtubers', que entreguem, tirem dos políticos, mas enfrentem essa discussão". Então, eu faço este apelo aqui usando a Deputada, porque eu achei brilhante a fala dela: simples, porém didática.

Eu quero dizer o seguinte: quem tem medo de fake news é quem pratica fake news.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Srs. Deputados, Deputadas, Srs. Senadores, Senadoras, o requerimento fica prejudicado porque o autor não está presente, e, quando o autor não está presente, o requerimento perde a finalidade.

Então, está cancelada esta votação. O requerimento de prorrogação da votação por 48 horas está prejudicado, caiu.

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR) – Eu estou aqui, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Em votação os requerimentos da Deputada Luizianne a respeito das convocações.

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Já foi encerrada a votação da solicitação de adiamento da votação por 48 horas em virtude de o requerente estar ausente.

É uma pena, porque eu gostaria até de que ele estivesse presente, para dar sequência.

Em votação o Requerimento nº 01/2019, da Deputada Luizianne Lins, convocando várias plataformas. Requerimento nº 1, nº 2, nº 3, nº 4, nº 5, nº 6, nº 7, nº 8 e nº 9.

Em votação simbólica, já que nós temos quórum da abertura da sessão para votar.

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR) – Sr. Presidente, a gente combinou...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Os Srs. Deputados e Senadores que os aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovados.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR) – Sr. Presidente, a gente combinou que seriam individuais os requerimentos.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – V. Exa. não está presente, Deputado.

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR) – Eu estou falando como, se eu não estou presente?

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Mas você não deu presença.

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR) – Eu estou presente aqui.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Você fez o requerimento e não votou, não deu presença.

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR) – Mas V. Exa. não tinha encerrado a reunião, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Não dá.

Nesse tipo de postergação, eu acho que a estratégia não deu certo.

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR) – Ah, Presidente, isso é uma falta de respeito com o Colegiado.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Então, em votação em bloco os requerimentos da nobre Deputada Luizianne.

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR) – Sr. Presidente, Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Os Srs. Deputados, Deputadas, Senadores e Senadoras que concordam com...

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR) – Para discutir, então. Para discutir os requerimentos.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – ... a convocação via requerimento da Deputada Luizianne permaneçam como se encontram. (Pausa.)

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR) – Sr. Presidente, eu quero discutir os requerimentos.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Aprovados os requerimentos da Deputada Luizianne Lins.

Como não há mais nada a tratar no dia de hoje, declaro encerrada a presente sessão.

Até a próxima terça-feira, às 15h.

(Iniciada às 15 horas e 1 minuto, a reunião é encerrada às 16 horas e 37 minutos.)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 3ª REUNIÃO DA COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO - FAKE NEWS DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 17 DE SETEMBRO DE 2019, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às dez horas e trinta e oito minutos do dia dezessete de setembro de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob a Presidência do Senador Angelo Coronel, reúne-se a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito - Fake News com a presença dos Parlamentares Eduardo Braga, Veneziano Vital do Rêgo, Randolfe Rodrigues, Fabiano Contarato, Alessandro Vieira, Nelsinho Trad, Humberto Costa, Eduardo Girão, Styvenson Valentim, Ricardo Barros, Walter Alves, Luizianne Lins, Rui Falcão, Natália Bonavides, Carlos Zarattini, Filipe Barros, Caroline de Toni, Delegado Éder Mauro, Coronel Tadeu, Lídice da Mata, Elmar Nascimento, Dr. Leonardo, Fernando Bezerra Coelho, Luis Carlos Heinze, Izalci Lucas, Paulo Paim, Acir Gurgacz, Eduardo Braide, Bia Kicis, Dário Berger e Wellington Fagundes. Deixam de comparecer os Parlamentares Eduardo Gomes, Marcio Bittar, Ciro Nogueira, Weverton, Roberto Rocha, Juíza Selma, Rogério Carvalho, Chico Rodrigues, Hiran Gonçalves, Celso Russomanno, Bruna Furlan, Arthur Oliveira Maia, Túlio Gadêlha e Bacelar. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa. ITEM 1 - Plano de Trabalho** que: "Plano de Trabalho apresentado pela relatora." **Autoria:** Dep. Lídice da Mata. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 2 - REQUERIMENTO Nº 22 de 2019** que: "Requer a realização de Audiência Pública para debater o fenômeno social das notícias falsa, sugerindo como convidados: Sr. Wilson Gomes - UFBA Sr. Emmanuel Publio Dias - ESPM Sra. Mariana de Siqueira - UFRN Leonel Azevedo de Aguiar - PucRio Representante da Agência Lupa Sr. André Miceli - FGV" **Autoria:** Deputada Lídice da Mata. **Resultado:** Não apreciado. Ainda, foi designado o Senador Alessandro Vieira como Relator Parcial de Cyberbullying. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e trinta e um minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Angelo Coronel

Presidente da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito - Fake News





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2019/09/17>

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Retomando, boa tarde a todos!

Havendo número regimental, declaro aberta a 2ª Reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito criada pelo Requerimento do Congresso Nacional nº 11, de 2019, para investigar os ataques cibernéticos que atentam contra a democracia e o debate público, a utilização de perfis falsos para influenciar os resultados das eleições de 2018, a prática de cyberbullying sobre os usuários mais vulneráveis da rede de computadores, bem como sobre agentes públicos, e o aliciamento e orientação de crianças para o cometimento de crimes de ódio e suicídio.

Antes de iniciar os trabalhos, coloco em votação a Ata da 1ª Reunião, solicitando a dispensa de sua leitura.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Leitura da ata, Sr. Presidente, por gentileza. Gostaria que houvesse a leitura da ata.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Então, a nobre Deputada...

Eu gostaria que a Secretaria da Mesa nos orientasse aqui a respeito, como se trata praticamente da primeira reunião e há Deputados que eu não conheço, para agilizarmos.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Deputada Caroline de Toni, PSL, Santa Catarina.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Eu vou solicitar até, por favor, a todos que forem falar que citem o nome, porque fica mais fácil interagirmos.

Então, gostaria de ver a ata para que a gente pudesse ler, a pedido da nobre Parlamentar Caroline. (Pausa.)

Em virtude de eu ter feito uma cirurgia no dente ontem, vou pedir à nossa querida Relatora, Deputada Lídice da Mata, para fazer a leitura da ata.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA) –





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 1ª REUNIÃO DA COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO – FAKE NEWS DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 4 DE SETEMBRO DE 2019, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 19.

Às onze horas e trinta e cinco minutos do dia quatro de setembro de dois mil e dezanove, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19, sob as Presidências dos Parlamentares Angelo Coronel e Rui Falcão, reúne-se a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito – Fake News, com a presença dos Parlamentares Eduardo Braga, Eduardo Gomes, Luiz do Carmo, Mecias de Jesus, Veneziano Vital do Rêgo, Weverton, Fabiano Contarato, Alessandro Vieira, Juíza Selma, Humberto Costa, Rogério Carvalho, Jean Paul Prates, Chico Rodrigues, Zequinha Marinho, Eduardo Girão, Ricardo Barros, Luizianne Lins, Natália Bonavides, [...] Gadêlha, Bacelar, Dr. Leonardo, Dr. Jaziel, João Roma, Telmário Mota, Dário Berger, Marcos do Val, Jorge Kajuru, Fernando Bezerra Coelho, Luis Carlos Heinze, Izalci Lucas, Paulo Paim, Pedro Lupion, [...] Randolfe Rodrigues, Roberto Rocha, Nelsinho Trad, Hiran Gonçalves, Delegado Éder Mauro, Alessandro Molon e Celso Russomanno. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: Instalação e Eleição. Finalidade: Instalação e Eleição. Resultado: Eleito Presidente o Senador Angelo Coronel e designada relatora a Deputada Lídice da Mata. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e trinta e seis minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

[Presidente] Senador Angelo Coronel [...].

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Em votação a presente ata, conforme lida pela Deputada Lídice da Mata.

Os Srs. Senadores e Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovada.

A presente reunião destina-se à apreciação dos Requerimento de nº 1 a 9.

Antes, porém, eu quero colocar em votação do Plenário que esta Presidência deseje solicitar apoio técnico-jurídico ao Presidente do Senado e ao Presidente da Câmara, bem como um delegado e um agente de Polícia Federal para participar de todas as sessões desta CPI.

Em votação.

Os Srs. Parlamentares que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Pela ordem.) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Pois não, Deputada.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA) – ... antes da apreciação dos requerimentos já constantes da pauta, eu gostaria de solicitar a apreciação de dois requerimentos extrapauta. Em um, apresentamos uma ideia inicial do plano de trabalho imediato da Comissão e, no outro, esta proposta de primeira audiência pública para debate e discussão.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Pela ordem, Deputado Rui Falcão.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP. Pela ordem.) – Também gostaria de acrescentar dois requerimentos extrapauta. Em um deles, requeiro da Consultoria Legislativa da Câmara e do Senado um estudo técnico a respeito da legislação comparada sobre fake news em outros países e, no segundo requerimento, que o Tribunal Superior Eleitoral possa nos encaminhar o relatório completo do grupo de trabalho criado pela Presidência do TSE para investigar divulgação de fake news durante o processo eleitoral de 2018.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Em votação...

O SR. EDUARDO GOMES (MDB - TO) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Pela ordem, Senador Eduardo Gomes.

O SR. EDUARDO GOMES (MDB - TO. Pela ordem.) – Também coloco à apreciação de V. Exa. um requerimento, com sugestões aqui para convidados à audiência pública, o Requerimento nº 10.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Pois não, Senador, eu vou ler os requerimentos, depois a gente começa a discutir essa matéria.

Antes, porém, eu queria informar aos senhores e às senhoras que eu estive há pouco com a Ministra Rosa Weber, Presidente do Tribunal Superior Eleitoral, e ela já me entregou um resumo de todos os trabalhos do TSE até então.

Requerimento nº 1, de 2019. Requer a convocação do representante legal da empresa WhatsApp no Brasil para prestar depoimento. Autoria: Deputada Luizianne Lins.

Em votação.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PSL - RJ) – Presidente, só para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Para discutir, Senador Flávio Bolsonaro.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PSL - RJ. Para discutir.) – Queria que a autora explicasse o fato concreto e objetivo de estar convocando qualquer pessoa do WhatsApp. Ela pode defender o requerimento?

O SR. EDUARDO GOMES (MDB - TO) – Uma questão de ordem também, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Eu vou fazer o seguinte: eu vou ler os requerimentos, que são todos da própria Deputada Luizianne, porque aí, na hora dela, ela faz um resumo do motivo da escolha, do motivo dessa convocação.

Requerimento nº 2. Requer a convocação do representante legal no Brasil da empresa Google.

Requerimento nº 3. Requer a convocação do representante legal no Brasil do Twitter.

Requerimento nº 4. Requer a convocação do representante legal no Brasil da plataforma de compartilhamento de vídeos YouTube.

Requerimento nº 5. Requer a convocação do representante legal no Brasil da rede social Instagram.

Requerimento nº 6. Requer a convocação do representante legal no Brasil da empresa Facebook.

Requerimento nº 7. Requer a convocação da Sra. Dolores Aronovich Agüero para prestar depoimento.

Requerimento nº 8. Convida o representante legal do The Intercept Brasil a prestar depoimento a esta CPMI.

Requerimento nº 9. Requer a convocação do representante legal de serviço de mensagens instantâneas Telegram.

Consulto o Plenário acerca da possibilidade de realizarmos a votação em globo dos requerimentos.

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Agora, antes, porém, eu queria também colocar em votação, porque houve aqui um pedido e convocação de todos, somente quanto ao The Intercept, que houve um convite. Eu acho que teremos que ter tratamento igualitário.

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR) – Sr. Presidente, uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Vamos colocar em também em votação em vez de convite, convocação.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO GOMES (MDB - TO) – Ou o contrário, Sr. Presidente.

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR) – Uma questão de ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Para questão de ordem, Deputado...

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR) – Deputado Filipe Barros, PSL, Paraná.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – ... Filipe Barros, PSL.

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR. Para questão de ordem.) – Sr. Presidente, nobres colegas Deputados, Deputadas, Senadores e Senadoras, nós apresentamos, Sr. Presidente, requerimentos de adiamento de votação relativos a todos os requerimentos ora em pauta, bem como requerimento solicitando a votação nominal individualizada de cada um dos requerimentos.

Portanto, solicito a V. Exa. que seja observado o Regimento desta Casa e que seja feita a votação individualizada de cada um desses pontos antes do mérito desses requerimentos, votarmos também o requerimento de adiamento que nós já protocolamos à Secretaria desta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Deputado, eu aprendi, ao longo dos meus 30 anos de vida pública, que o Plenário é soberano. Eu acato sua questão de ordem, mas vou colocar em Plenário se devemos votar em separado ou em conjunto, já que se trata do mesmo tema; só muda aqui, na verdade, a empresa que será convocada.

A SRA. LUIZIANNE LINS (PT - CE) – Sr. Presidente... Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Pois não, Deputada.

A SRA. LUIZIANNE LINS (PT - CE) – Como todos esses requerimentos partiram de minha autoria, eu gostaria de justificar o seguinte... O objeto de constituição desta CPMI é exatamente a suposta – ninguém está dizendo que houve, mas a gente está fazendo uma suposição de um processo de... Aliás, existe hoje um processo de fake news em todas as redes sociais. Como é que a gente começa a fazer uma investigação, se a gente não chama...?

É assim: a internet é um instrumento, só que as redes sociais todas e as mídias sociais, para quem não sabe e usa muito bem, são um processo objetivo de utilização dessa ferramenta que é a internet. Então, é impossível a gente começar a procurar ou a investigar qualquer coisa, sem nenhuma antecipação de nada, se a gente não ouvir as próprias empresas que hoje são responsáveis pela constituição desses compartilhamentos, digamos assim, do ponto de vista do que a sociologia diz ser chamado fala pública. O que está hoje no Telegram, no Instagram, no Whatsapp, no YouTube, no Facebook e no Google são coisas ditas falas públicas, ou seja, compartilhadas como a televisão na década de 50.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Portanto, eu não consigo entender o questionamento que está sendo feito aqui sobre ouvir os próprios detentores ou as pessoas que são responsáveis por essas empresas no Brasil. Para mim, já há aqui, de fato, uma coisa meio de confissão de culpa de quem questiona isso. Como é que nós vamos investigar uma coisa sem ouvir as próprias empresas que operam isso?

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Presidente...

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PSL - RJ) – Presidente...

A SRA. LUIZIANNE LINS (PT - CE) – Eu queria dizer isso na minha defesa.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PSL - RJ) – Presidente, pela ordem.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Questão de ordem, Presidente. Art. 412 do Regimento do Senado.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Questão de ordem, Deputada...

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Deputada Caroline de Toni, do PSL.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Caroline.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC. Para questão de ordem.) – Nós só poderíamos votar em bloco se houvesse um acordo por unanimidade. Peço aqui licença para ler o art. 412 do Regimento Interno do Senado. É por uma questão de princípio.

Art. 412. A legitimidade na elaboração de norma legal é assegurada pela observância rigorosa das disposições regimentais, mediante os seguintes princípios básicos:

.....
III - impossibilidade de prevalência sobre norma regimental de acordo de lideranças ou decisão de Plenário, exceto quando tomada por unanimidade mediante voto nominal, resguardado o quórum mínimo de três quintos dos votos dos membros da Casa;

Como não há unanimidade aqui – no mínimo, vejo cinco Parlamentares contra –, não há como fazer votação em bloco. Essa é a questão de ordem: art. 412, inciso III.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Deputada, até para esclarecer mais, eu já recebi da nossa Secretaria que todas essas plataformas citadas já estão aguardando o agendamento, já se dispuseram a vir sem precisar nem de convocação, nem tampouco de convite.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PSL - RJ) – Pela ordem, Sr. Presidente.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Não havendo acordo, não há como fazer assim, Presidente, com toda a licença para dizer...





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. CARLA ZAMBELLI (PSL - SP. Fora do microfone.) – E outra coisa, Presidente: Whatsapp e Telegram são...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Do mesmo...

A SRA. CARLA ZAMBELLI (PSL - SP) – ... redes sociais privadas, não são públicas. As pessoas conversam, entre Whatsapp e Telegram, coisas privadas. (Fora do microfone.)

Há de se diferenciar as redes sociais.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PSL - RJ) – Pela ordem, Presidente, também. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Pela ordem, Senador Flávio.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PSL - RJ. Pela ordem.) – É só para esclarecer a razão do meu questionamento.

É uma questão muito óbvia. E acaba de haver, sim, uma confissão de culpa de quem protocolou esses requerimentos. Eu perguntei qual o fato determinado. Não existe. Na verdade, o que está claramente visto aqui por qualquer um é que vão trazer aqueles que instrumentalizam as redes sociais ou os meios de conversa privados para começar a buscar um fato determinado, se é que ele existe, pois ele não está configurado aqui. Então, não existe uma razão específica para isso: o Whatsapp promoveu fake news em situação "a", "b" e "c"...

A SRA. LUIZIANNE LINS (PT - CE) – Já, já, pode-se dizer.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PSL - RJ) – Então, Presidente, temos que tomar muito cuidado com os procedimentos que vamos tomar nesta Comissão para que não estejamos aqui perdendo o nosso tempo e já havendo um direcionamento muito claro para os embates aqui, inclusive, Presidente, já com alvos predeterminados sem haver também absolutamente nada contra os alvos. Por exemplo, o Vereador Carlos Bolsonaro. Eu vi em um veículo de comunicação, em uma entrevista que seria de V. Exa., inclusive, Presidente desta CPI, ameaçando de prisão o Vereador Carlos Bolsonaro. Eu quero saber se é fake news ou não é, porque, se se iniciam os trabalhos de uma CPI, que é importante... Ninguém é a favor da divulgação de notícias falsas. Agora, eu vou estar aqui presente para garantir o direito de expressão, a liberdade de as pessoas defenderem os seus pontos de vista. Não é por que alguém é agredido em uma rede social que está cometendo uma fake news. Ainda mais nós, que somos pessoas públicas, somos frequentemente alvos de ataques: alguns fundados, outros infundados, mas que isso não se confunda com fake news.

Então, Presidente, quero fazer essa observação aqui. É importante a gente combinar os procedimentos que vão conduzir os trabalhos desta CPI, sob pena, repito, de estarmos aqui





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

desperdiçando nosso tempo, desperdiçando dinheiro público e criando um palco para algum show, que eu espero não seja lamentável.

Então, são essas as considerações que eu quero fazer, Presidente.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Senador, o requerimento aprovado para a constituição desta CPMI é bem claro, para investigar ataques cibernéticos que atentam contra a democracia. Então, o fato determinado já veio criado na Constituição da CPMI.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PSL - RJ) – Totalmente amplo, não é?

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Não podemos entrar aqui, agora, atrás de fato determinado, porque isso era para ser discutido na criação da CPMI; não agora. Agora, nós temos que tocar o trabalho e discutir a matéria.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Foi discutido, Presidente, com todo o respeito. Tanto foi discutido que se entrou com mandato de segurança no Supremo Tribunal Federal, inclusive.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Quanto à questão do caso Bolsonaro que V. Exa citou, é para você ver como a gente tem que realmente coibir esses atos. Para o senhor ter uma ideia, quando eu dei uma entrevista na TV Câmara, em Salvador, me perguntaram qual era o poder de um Presidente de CPI. Eu falei: se você convocar uma testemunha e ela mentir, eu posso dar voz de prisão. Isso não é lei minha, não. Isso está no Regimento Interno do Senado e no Código Penal.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PSL - RJ) – Mas, desculpe, quando V. Exa. cita especificamente uma pessoa, eu posso entender que é uma ameaça à pessoa.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Não, eu fui perguntado. É a mesma coisa de eu perguntar ao senhor. O senhor responde se quiser. Ela me perguntou e eu disse: se for como testemunha, não for convocado político...

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PSL - RJ) – Eu não sei se foi V. Exa. ou se foi o Relator da CPI que teria dado essa manifestação.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Inclusive, para o senhor ter uma ideia do que é fake news, o que é desinformação, no próprio blogue que está correndo, no próprio grupo, que está lá com o BP, BF, eu não sei bem, está dizendo, a manchete é: "Coronel prende Carlos Bolsonaro". Eu não prendi ninguém, pelo menos ainda não prendi ninguém, e espero que não haja essa necessidade. Agora, já atribuir para se criar um fato, para se criar já esse dogma, para se criar já essa separação, isso não existe.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PSL - RJ) – Eu estou perguntando a V. Exa., para que não haja dúvidas.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – É por isso que é importante a divulgação.

O SR. HUMBERTO COSTA (PT - PE) – Sr. Presidente, eu pediria a palavra...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Com a palavra o Senador Humberto.

O SR. HUMBERTO COSTA (PT - PE) – Sr. Presidente, na verdade, existem duas questões que tem que ser avaliadas aqui. Nós não vamos, em cada requerimento, em cada convite, em cada documento que se pede, ter que ter um fato determinado. Não, o fato determinado a CPI já definiu. Então, não tem que se fazer essa discussão...

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – No nosso entendimento, não há fato...

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. HUMBERTO COSTA (PT - PE) – Por favor, respeitem a minha palavra. Eu quero falar aqui. Por favor, respeitem.

Então, quando nós formos discutir as fake news de que andam por aí dizendo para os pais não vacinarem os filhos, por onde elas circulam? É por essas empresas. Nós temos que saber como é que isso funciona, se aquilo é uma coisa que tem um grupo determinado para fazer, se não é. Do mesmo jeito, os fascistas que atacaram o Supremo Tribunal Federal, o Presidente do Senado Federal, o Presidente da Câmara Federal...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – O Congresso Nacional.

O SR. HUMBERTO COSTA (PT - PE) – O Congresso Nacional. Usaram o que para fazer chegarem essas fake news?

Então, Presidente, eu peço a V. Exa. que não abra mais esse debate de ficar, agora convidou fulano de tal... Qual é o fato determinado? O fato determinado de convocar o Google, WhatsApp, Instagram, todos eles é porque as fake news circulam por intermédio deles. É por intermédio deles. Provavelmente eles sabem de onde parte, quem faz. Então, há que vir para cá, a não ser que não estejam querendo que a CPI funcione.

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR) – Senador Humberto.

O SR. HUMBERTO COSTA (PT - PE) – A não ser que seja essa a questão que está colocada em jogo.

(Intervenções fora do microfone.)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR) – Presidente, só para contribuir com a fala do Senador Humberto, rapidamente, uma frase só.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – É porque há precedência na inscrição, Deputado.

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR) – É que o Senador Humberto citou os fascistas que pregam o fim do STF.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Sim, mas depois V. Exa. peça uma questão de ordem aí.

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR) – Eu estou com uma frase aqui que eu acho que vale a pena a gente investigar, Senador, abre aspas: "Nós temos que redesenhar o papel do Judiciário e o papel do STF. Tem de fechar o STF". Essa é uma frase absurda. Quem disse essa frase foi o Wadih Damous, ex-Deputado do PT.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Outra coisa, para vocês terem uma ideia, após ter sido eleito por V. Exas. para presidir esta CPMI, eu já tenho praticamente, aqui hoje chegaram quatro novos e-mails e ameaça de morte também na internet. Eu quero avisar a esses paladinos da justiça e da morte, os lampiões, porque no Nordeste são os lampiões, os coriscos, que meu corpo é fechado, e estou à disposição para qualquer embate em qualquer arena.

Agora, espero que aqueles que me ameaçam coloquem a cara e o endereço. Não fiquem se utilizando de uma marca impessoal, de uma caricatura para se esconder. Inclusive, um desses, já descobri. Já a polícia, numa altura desta, deve estar já o inquirindo, e a ideia é tentar colocá-lo realmente, indiciá-lo. E espero que a Justiça o coloque na cadeia e pena máxima, oito anos, que eu ainda acho pouca para esse povo que se utiliza de perfil falso, que são frouxos, não têm coragem para poder falar de alguém. Quem quer falar de alguém, é a democracia, não é obrigado nós concordarmos com quem está no poder ou fora do poder; mas mostre a cara na tela, não pode se esconder. Aí é frouxidão, é falta de caráter.

E esta CPMI visa isso. É que a gente bote um marco nessa internet brasileira, para que não sejamos alvos todo dia de um ataque. Não só os políticos...

A SRA. CARLA ZAMBELLI (PSL - SP) – Inscrição, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – ... mas é Judiciário, é família, é tudo.

O SR. EDUARDO GOMES (MDB - TO) – Presidente, eu requeiro...

A SRA. CARLA ZAMBELLI (PSL - SP) – Inscrição, Carla Zambelli, por favor, Presidente. Me inscreve, por favor.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Com a palavra o Senador Eduardo Gomes.

O SR. EDUARDO GOMES (MDB - TO) – Sr. Presidente, eu quero cumprimentar...

A SRA. CARLA ZAMBELLI (PSL - SP) – Presidente, o senhor me inscreve, por favor?

O SR. EDUARDO GOMES (MDB - TO) – ... os Deputados, Deputadas e Senadores e quero, Sr. Presidente, tentar dar uma contribuição de encaminhamento aos trabalhos desta CPI, entendendo que V. Exa. legitimamente foi eleito. Participei da sua eleição.

Quero dizer que nós temos uma grande oportunidade de começar os ordenamentos do funcionamento desta CPI, fazendo exatamente o contrário do que criticamos na prática de fake news recentemente em todos os partidos, em todas as situações. Não há um político brasileiro, na esfera municipal, estadual, federal, que não tenha sido vítima de fake news. Não há exceção, não há exceção.

Só que eu queria, Sr. Presidente, a título de contribuição e com a compreensão de todos os Parlamentares, Deputados, Deputadas, Senadoras e Senadores, propor que nós tenhamos um senso prático nesta CPI para entender que são quatro fatos determinados e que, por uma questão de ansiedade da sociedade sobre esta Comissão Parlamentar de Inquérito e uma necessidade de tratamento igualitário, de razão nos debates desta CPMI, que nós tenhamos de restabelecer a ordem do que é o funcionamento da CPI, a partir da análise do plano de trabalho da Sra. Relatora, da Deputada Lídice da Mata. Então, o que eu queria propor era a suspensão da Ordem do Dia, clara e evidente, de todos os requerimentos, para que a Sra. Relatora possa fazer uma reunião com os membros da CPI ou com os Líderes de partido para que, por uma questão de bom senso, nós tenhamos as condições de trabalho necessárias para o funcionamento da CPI. Senão, Sr. Presidente, o que vai acontecer é a contaminação desses trabalhos para qualquer razão de resultado.

Eu brincava ontem... Eu tive oportunidade, pelo Senado, de presidir a medida provisória da proteção de dados. Nós propusemos aqui a inclusão da proteção de dados na Constituição. Esse é um assunto novo, é um assunto que palpita no mundo inteiro. Nós não estamos discutindo aqui nada diferente do que se discute na Europa, nos Estados Unidos ou em qualquer lugar. Agora, nós precisamos de razão. São Parlamentares que precisam se entender. E, previamente, para que isso aconteça na sua ordem natural, eu acho que nós deveríamos suspender a Ordem do Dia e promover uma reunião de Líderes, analisando o plano de trabalho da Relatora. E, assim, Sr. Presidente, deixar de contaminar os trabalhos da CPI com aquilo que a gente chama de "midialite", porque a coisa mais fácil que há para quem opera Whatsapp no País, de qualquer partido, é contaminar a CPMI.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, Sr. Presidente, eu queria propor aos Líderes de todos os partidos para que a gente consiga, nesta primeira reunião, reordenar os trabalhos, a partir da proposta de plano de trabalho da Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Senador, nós temos até o dia 23 de dezembro para encerrar os trabalhos desta CPMI. Nós temos de ser céleres. Se formos, para tudo que parar aqui, fazer uma reunião, nós não vamos chegar a lugar algum. Eu acho que esta CPMI não visa, ela não tem alvo. Da minha parte, como Presidente, garanto aos senhores que não existe alvo.

O SR. EDUARDO GOMES (MDB - TO) – Claro, Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – A não ser que alguém queira já se tornar alvo. Ai é diferente. Aqui não há alvo.

O SR. EDUARDO GOMES (MDB - TO) – Claro. Eu acredito nisso também. Mas, para contribuir, Sr. Presidente, andar direito torna a CPMI célere.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – E a nossa Relatora já está com o seu plano de trabalho... Quando ela tiver oportunidade, porque, evidentemente, com essa chuva de questões de ordem, ela não pôde ainda nem ler o seu plano de trabalho para, assim, colocá-lo à apreciação de V. Exas.

Mas eu ouvir aqui o Deputado Rui Falcão; depois, a Deputada Carla Zambelli; e o Senador Alessandro. Em seguida, vamos passar a palavra à Senadora para ela ler o seu plano de trabalho.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP) – Eu acho que é muito importante a gente não contaminar a CPI. Tem razão o Senador. E, na semana passada, o Senador Alessandro Vieira fez uma ponderação muito importante aqui. Trata-se de um processo de investigação, e investigação não tem dono. Permita-me citá-lo: "Se tem dono, é perseguição". Nós não queremos perseguir ninguém aqui.

Quando se convocam essas empresas, essas plataformas, é justamente para não ter preconceito. Nós queremos conceituar o que é fake news. Como é que essas plataformas funcionam? Esse é um problema mundial. Nós não estamos preocupados com o processo eleitoral de 2018, que é um dos focos. Há outras questões: a prostituição infantil, a exploração de crianças, o estímulo ao suicídio, a deep web. Então, essas plataformas vêm aqui para explicar como funcionam, quais são os seus regulamentos. Por exemplo, o Twitter bloqueia tudo o que diz respeito à exploração sexual de crianças, bloqueia tudo o que diz respeito à apologia da tortura. Então, cada plataforma dessa tem seus regulamentos. Nós queremos conhecê-las e para isso é fundamental que sejam ouvidas previamente, sem nenhum preconceito.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, não se trata de, a cada convocação dessas empresas, que eu acho que virão espontaneamente, porque estão sob vigilância no mundo todo. Inclusive, na Europa, hoje estão instituindo tributação sobre essas empresas. Há os monopólios chamados Gafa, que é o Google, a Amazon, o Facebook... Então, é um trabalho de reconhecimento prévio até para que a gente possa saber em que campo estamos trabalhando.

Mas eu concordo com o Senador que, se há tanta preocupação com a própria CPMI, que se ouça primeiro o plano de trabalho. Eu acho que há quatro focos que podem ser explorados previamente. Nós estamos mais preocupados antes com a conceituação, com o entendimento do que propriamente com o trabalho direto de investigação.

Note que o meu requerimento extrapauta é justamente para que a gente possa ter uma consultoria aqui, conhecendo a legislação internacional, fazer uma legislação comparada, e que a gente possa ao final produzir algo que sirva para a sociedade. Então, é nesse sentido que eu acho que as ponderações do Senador são judiciosas e que nós deveríamos levá-las em conta.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Eu tenho a convicção de que direitos humanos são das pessoas. A privacidade tem que ser preservada a qualquer custo. A partir do momento em que a nossa privacidade é quebrada, vamos chegar aonde neste País?

Então, é importante a gente tentar coibir essas ações dessas plataformas sociais. Eles ganham pelo tráfico de dados. Então, eles podem nos ajudar, como já estão ajudando nos Estados Unidos. Então, a gente precisa também colocar o Brasil nesse mapa de conter esses excessos nas redes sociais.

Com a palavra a Deputada Carla Zambelli.

A SRA. CARLA ZAMBELLI (PSL - SP) – Boa tarde a todos.

Presidente, muito me preocupa quando o senhor diz que levanta um caso específico do senhor e coloca isso como se fosse um palanque pessoal. Marco civil da internet já foi discutido, o art. 18 e 19 tratam bastante disso, do marco civil. E querer mudar o marco civil da internet é tornar àquele discurso de censura. Nós não podemos censurar.

Eu acho que não tem que ser objetivo desta CPMI a censura à internet. E tomar cuidado para que cada um não faça disso um palanque pessoal, até porque, se se for tratar de um palanque pessoal e falar de ameaças, de uma forma aberta, a gente tem ameaças, e eu sou ameaçada todos os dias, todos os dias eu recebo ameaça de morte e nem por isso eu vou tratar do meu caso específico aqui nesta CPMI... Se é para tratar de um caso específico, que seja um caso específico que tenha gerado algo concreto, como, por exemplo, a facada do Jair Bolsonaro. Tentaram matar o nosso Presidente há um ano atrás. Até hoje não sabemos quem mandou matar Jair Bolsonaro e foram as fake news, que fazem o tempo todo do nosso Presidente, que levaram pessoas malucas a pensar que ele era misógino, homofóbico, racista etc. Então, se existe algo





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

em concreto que foi feito de fake news nas redes sociais contra uma pessoa é contra o nosso Presidente Jair Bolsonaro, que quase morreu por causa das fake news que espalham nas redes sociais, isso em última análise. Em uma primeira análise...

(Intervenções fora do microfone.)

A SRA. CARLA ZAMBELLI (PSL - SP) – O senhor acha que a facada foi fake news?

(Intervenções fora do microfone.)

A SRA. CARLA ZAMBELLI (PSL - SP) – Faca news?

(Intervenções fora do microfone.)

A SRA. CARLA ZAMBELLI (PSL - SP) – Eu disse que fake news a respeito do nosso Presidente o levaram à morte.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Senhores, vamos manter a calma.

(Intervenções fora do microfone.)

A SRA. CARLA ZAMBELLI (PSL - SP) – Respeito é bom e... O senhor me garanta a palavra Presidente, por favor.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Vamos manter a calma gente, vamos manter a calma.

Com a palavra a Deputada Zambelli, para concluir.

A SRA. CARLA ZAMBELLI (PSL - SP) – Isso em última análise, porque, em primeira análise, obviamente, existe um mandante do assassinato do Jair Bolsonaro. E a gente vai descobrir quem é. Faz um ano que isso aconteceu. Nós não esquecemos. Isso, sim, é um fato concreto, um fato concreto que levou quase à morte o nosso Presidente, que está hoje no hospital...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Deputada, eu vou lhe dar um conselho: requer uma CPI para isso.

A SRA. CARLA ZAMBELLI (PSL - SP) – Eu só quero dizer o seguinte, Presidente: não façamos desta CPMI um palanque para a esquerda, porque a direita tem muito assunto para discutir também. E, se for para fazer palanque, então, a gente monta um palanque completo. Agora, se é para a CPMI virar fla-flu... Eu estou dizendo isso porque o senhor me levou a falar isso. O senhor pegou uma ameaça sua, levantou e disse que essa pessoa tem que ir para a cadeia. Ora, se cada um de nós aqui que for ameaçado trazer e disso fazer um palanque pessoal, não vamos terminar nunca esta CPMI. Então, que seja algo concreto – o Senador





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eduardo tem uma proposta concreta –, que ela seja analisada. Agora, não façamos disso um palanque pessoal porque, senão, nós, o PSL, vamos transformar isso num palanque também para tentar entender algo concreto. Tentaram matar o nosso Presidente. E estão tentando fazer fake news até hoje em relação ao nosso Presidente. Nós estaremos aqui para defendê-lo até o final da CPML, se for preciso, mas não façamos disso um palanque de fla-flu, Presidente, porque, senão, eu tenho certeza absoluta de que o nosso lado vai ganhar.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Já é ganhadora, não é, Deputada? A senhora tem toda a razão. Cada um torce pelo seu time. Isso é normal. Eu quero dizer também que não tenho time.

Com a palavra o Senador Alessandro.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (CIDADANIA - SE. Pela ordem.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Bom, apenas para fazer alguns pequenos registros. E me somo à questão do aguardo do plano de trabalho. Evidentemente, só pode ter funcionamento uma CPI dentro de um plano de trabalho, mas já antecipo uma opinião, uma opinião baseada em quem tem convivência com essas empresas num trabalho de investigação. Eu já fiz muita investigação na vida, tendo que interagir com Facebook, essa turma toda. E não é simples.

A ponderação já é clara no sentido da necessidade, sim, de convocação e não de convite, porque é assim que se portou o Parlamento em qualquer lugar soberano do mundo. Então, não é possível, ainda mais quem enche a boca para falar de soberania, abrir mão porque não se quer convocar os representantes das corporações que controlam o fluxo de informação no mundo. E controlam mesmo. A gente precisa ter conhecimento de como funcionam os algoritmos, como você faz a distribuição de dados, quem paga por isso, quem ganha com isso, onde ficam armazenados os dados de tantos e tantos diálogos, porque todas essas empresas vivem não de prestar o serviço de comunicação, mas da venda do conteúdo extraído das comunicações. Isso é evidente.

Então, acredito que os requerimentos de convocação são importantíssimos. E, como o senhor bem falou, temos um prazo, um prazo bastante estreito, para a investigação, algo complexo. É importante aprovar logo as convocações para que se possa fazer uma agenda sólida, sóbria, com questionamentos técnicos. Já adianto a V. Exa. e à Relatora a sugestão para que façam a convocação ou o convite de equipe técnica para a assessoria, porque não é uma coisa simples. É uma coisa totalmente fora da rotina do Parlamento, enfim, tradicional.

Mas, com relação à questão do fla-flu político, é claro que é um fla-flu. Eu queria que houvesse até mais times no jogo, mas, enfim, é claro que é um fla-flu. A gente não precisa fazer aqui um cavalo de batalha disso. São Casas políticas. Esta é um Comissão Parlamentar Mista, onde vamos ter Parlamentares de cada partido tentando ter um proveito político das coisas. É fato. Então, a gente não precisa perder tempo com isso.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, em termos de encaminhamento, apenas uma sugestão de encaminhamento, tão logo superada a etapa da apresentação do plano de trabalho da Exma. Relatora, que se faça logo a votação dos requerimentos – se for nominal, nominal; se for por consenso, consenso – para que possamos avançar na pauta, porque há muita coisa para trabalhar.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Com a palavra a Deputada Lídice da Mata para falar sobre o seu plano de trabalho.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC. Para questão de ordem.) – Questão de ordem, Presidente. Não pode ser lida a apresentação do plano de trabalho, primeiramente, porque não está na pauta. E faço essa questão de ordem com base no art. 47, parágrafo único, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, e art. 108 do Regimento Interno do Senado, que peço permissão para ler porque se trata aqui do respeito às normas que regem os trabalhos desta Casa, em especial, desta CPMI.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA) – Primeiro, Sr. Presidente...

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Com licença. Não, por gentileza, nós temos que cumprir a lei e o Regimento Interno, até porque...

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA) – A senhora não sabe o que eu vou falar, por favor.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Até porque, Presidente, é questão de ordem e quero que respeitem a minha palavra. Até quero dizer que o PT muito fala que defende as mulheres e acabei de ter um ato de total desrespeito aqui do Senador do PT. Inclusive quero que me seja assegurada a palavra porque não dá para ler o plano de trabalho se não está sequer no sequencial. Então, eu vou ler aqui, até para que a gente saiba que leis a gente está respeitando aqui nesta CPMI.

Começo pelo Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

Art. 47. O Presidente da Comissão Permanente organizará a Ordem do Dia de suas reuniões ordinárias e extraordinárias, de acordo com os critérios fixados no Capítulo IX do Título V.

Parágrafo único. Finda a hora dos trabalhos, o Presidente anunciará a Ordem do Dia da reunião seguinte, dando-se ciência da pauta respectiva às Lideranças e distribuindo-se os avulsos com antecedência de pelo menos vinte e quatro horas.

Esse é o Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

Como nós estamos em uma CPMI mista e não tem lei específica, nós temos que fazer uma interpretação sistêmica. Então, o nosso Regimento Interno da Câmara dos Deputados fala aqui que seriam 24 horas de antecedência e isso não foi cumprido porque podem olhar ali no sequencial do sistema – e cada Deputado tem nos computadores – só tem os requerimentos. No





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mínimo, deveria estar aqui para nosso acesso. Que plano secreto é esse que a gente não poder ter acesso com antecedência?

Agora, parto aqui para o Regimento Interno do Senado.

Art. 108. As reuniões das comissões serão iniciadas com a presença de, no mínimo, um quinto de sua composição, salvo o disposto no § 3º do art. 93.

§ 1º A pauta dos trabalhos das comissões [que é o caso], salvo em caso de urgência [que não é o caso], será disponibilizada em meio eletrônico no portal do Senado Federal, com antecedência mínima de 2 (dois) dias úteis.

Verificando aqui a nossa tela – peço a todos os Deputados e Senadores que verifiquem –, não está presente. Então, só se for uma apresentação informal do plano de trabalho porque nós teremos que deliberar acerca desse plano de trabalho, até porque, Presidente, com o devido respeito, na primeira oportunidade de instalação desta CPMI, nós, Deputados aqui presentes, ficamos atônitos e espantados com a manifestação do Deputado autor do requerimento, Deputado Alexandre Leite, do DEM, que foi quem colheu as assinaturas, quem formulou, quem teve a intenção do que seria o objeto determinado, que de tão indeterminado foi objeto de mandado de segurança no Supremo Tribunal Federal, que por acordos antirrepublicanos – não sei por que cargas d'água – não foi deferido porque está flagrante a falta de um fato determinado nesta CPMI e nós temos esse direito regimental de impugnar a existência desta CPMI. Se nós entendemos que não há fato determinado, como não há, é nosso direito.

Então, só voltando aqui para a questão de ordem...

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Então, que delimitem o meu tempo se querem, senão vamos seguir para termos um regimento, uma ordem, uma lei aqui para seguir.

Eu tenho cinco minutos, Presidente. Então, eu peço que marque cinco minutos, por gentileza, já que não foi marcado até agora o meu tempo, pelo art. 131 do Regimento Comum.

Então, Presidente, quando nós vimos o Deputado autor do requerimento, o Deputado Alexandre Leite, pedir a renúncia desta Comissão porque ela havia sido desvirtuada por um acordo realizado e vimos os Deputados da oposição tomar a palavra e falar abertamente da campanha do Presidente Bolsonaro e daí, com todo respeito à Relatora, até porque não tenho nenhuma relação pessoal, mas falo aqui como Parlamentar da situação, saiu para uma coletiva de imprensa e afirmou também.

Então, está muito claro o objetivo disso aqui. Isso aqui é um tribunal de exceção para julgar o nosso Presidente, para julgar a sua campanha, para propagar fake news. Tem gente que diz que ele nem recebeu facada, Senador. (Risos.)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Tem gente que acredita que isso é fake news. Em que mundo a gente vive? Para a esquerda, o mundo subjetivo é maior do que a realidade dos fatos.

Então, com todo o respeito, nós não podemos infringir as regras que regem o Regimento Comum, o Regimento Interno da Câmara e do Senado. E aqui é claro. Então, numa interpretação sistêmica do art. 47 do Regimento Interno da Câmara, parágrafo único, numa visão sistêmica, e o art. 108 do Senado, no mínimo dois dias úteis ou 24 horas, e não está no sistema. Então, pode haver a leitura informal, dando-se conhecimento antecipado para nós, com inserção no sistema, para que depois façamos objeto de deliberação.

Então, peço que enfrentemos os requerimentos de adiamento de votação e os requerimentos que, esses sim, são objeto da pauta. O que é objeto da pauta hoje e que a gente pode deliberar? Requerimentos, os requerimentos que estão aqui. No mais, nada mais pode ser feito sob pena de violação das normas que regem a Casa.

Muito obrigada.

O SR. CARLOS ZARATTINI (PT - SP) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Deputada, Presidente, o art. 89 do Regimento do Senado é claro:

Art. 89. Ao Presidente de comissão compete:

- I - ordenar e dirigir os trabalhos da comissão;
- II - dar-lhe conhecimento de toda a matéria recebida;
- III - designar, na comissão, relatores para as matérias;
- IV - designar dentre os componentes da comissão, os membros das subcomissões e fixar a sua composição;
- V - resolver as questões de ordem;
- VI - ser o elemento de comunicação da comissão com a Mesa, com as outras comissões e suas respectivas subcomissões e com os líderes;
- VII - convocar as suas reuniões extraordinárias, de ofício ou a requerimento de qualquer de seus membros, aprovado pela comissão;
- VIII - promover a publicação de atos;
- IX - solicitar, em virtude de deliberação da comissão, os serviços de funcionários técnicos;
- X - convidar, para o mesmo fim e na forma do inciso IX, técnicos ou especialistas;
- XI - desempatar as votações quando ostensivas;
- XII - distribuir matérias às subcomissões;
- XIII - assinar o expediente da comissão.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E no artigo, Deputada, 108: "A pauta dos trabalhos das comissões, salvo em caso de urgência, será disponibilizada em meio eletrônico no portal do Senado Federal, com antecedência mínima de 2 (dois) dias úteis".

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Não é o caso de urgência, Presidente, com todo o respeito.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Está aqui no Regimento.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Dois dias úteis, Presidente, parte final do art. 108.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Mas eu estou decretando que é uma urgência.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Onde é que está a urgência?

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. EDUARDO GOMES (MDB - TO) – Presidente, pela ordem, para contribuir.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Está aqui, dois dias úteis, antecedência mínima.

O SR. CARLOS ZARATTINI (PT - SP. Pela ordem.) – Presidente, eu já tive a oportunidade de participar de várias CPIs. Realmente, o que nós temos que deliberar e votar são requerimentos. O plano de trabalho é uma apresentação que o Relator ou a Relatora fazem de como pretende conduzir. Ele não é votado, ele não é votado. Ele não é requerimento. O que a Relatora deve apresentar é qual a sua metodologia de investigação da CPI, que ela vai orientar...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Não precisa nem ser apreciado em Plenário.

O SR. CARLOS ZARATTINI (PT - SP) – ... acatando ou não sugestões do Plenário.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Precisa ser deliberado, sim, pelo Plenário.

O SR. CARLOS ZARATTINI (PT - SP) – Não, não tem...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – A relatoria não, o relatório dela não.

O SR. CARLOS ZARATTINI (PT - SP) – Não é... O plano de trabalho é uma orientação da Relatora. E o que consubstancia esse plano de trabalho, as convocações ou convites ...

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – No mínimo, tem que pautar com antecedência.

O SR. CARLOS ZARATTINI (PT - SP) – Eu estou com a palavra.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O que consubstancia, o que dá corpo a esse plano de trabalho são os requerimentos de convocação ou de convite. Portanto, é necessário que ela apresente a estrutura do que ela pretende fazer, e os requerimentos de convocação vão ser aquilo que é o esqueleto da CPI.

Então, eu acho que a gente deve ouvir a proposta de encaminhamento da Deputada Lídice da Mata e depois deliberar os requerimentos, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Inclusive, ela á próxima inscrita.

Com a palavra a Deputada Lídice da Mata.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA) – Sr. Presidente...

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Presidente, não foi resolvida a minha questão de ordem. Qual será o próximo passo?

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Deputada, a senhora quer cercear a palavra da sua colega?

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Não, eu quero saber se...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – A senhora falou já quatro vezes, ela não falou nem uma vez!

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – A solução... A resposta para a minha questão de ordem. Eu tenho direito a uma resposta, Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Ela quer falar primeiro! Eu estou dando a questão de ordem. Ela quer falar. A senhora pode deixar que ela fale?

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC. Fora do microfone.) – Entendi agora.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Se não puder, me diga, que a gente dá um jeito de tirar o microfone dela.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP) – Presidente, só pela ordem...

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Como Relatora, Sr. Presidente...

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP) – ... antes da Senadora...

Presidente!

Presidente, seria importante...

(Intervenção fora do microfone.)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Deputado! Deputado...

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP) – Seria importante que a gente...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – A palavra está concedida à Deputada Lídice da Mata.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP) – É que quando tem alguém falando tem vários interrompendo; que quem está com a palavra, que possa se expressar sem interrupção.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – O.k. Muito obrigado.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Como Relatora.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados e Senadores, primeiro eu quero saudar a presença de todos os Senadores e Senadoras, membros desta Comissão, que desejam contribuir para que nós possamos aqui dar um exemplo ao Brasil da importância que esse tema tem em nosso País. Todos têm absoluta certeza de que esse fenômeno que acontece nas redes sociais não é um fenômeno nacional, mas sim um fenômeno internacional, e todos os países se debruçam sobre ele para, exatamente, analisarem as repercussões negativas sobre a vida da sociedade.

É nesse sentido que eu quero dizer que os Deputados e Senadores que estiverem contra esta CPI infelizmente vão ter que aguardar o resultado do julgamento no Supremo, como entraram, porque, por enquanto, o máximo que é possível ser feito é justamente fazer um pouco, eu diria, de obstrução, como V. Exas. estão tentando fazer – mas cabendo sempre o recurso ao Presidente de colocar em votação aquilo que estiver em debate, para que as coisas possam acontecer, senão nós vamos ficar dando um espetáculo muito negativo à Nação, de que não é possível discutir nenhum assunto com seriedade nesta Casa.

De minha parte, já disse isso na primeira sessão e vou repetir: vocês vão ter uma Relatora que está aqui para ouvir e contribuir para investigar, é este o papel. E a investigação está dada, os seus pontos, no requerimento para instalação da CPI, que, pelo Regimento da Casa, teve número suficiente para se instalar. E é assim que acontece na Casa: é o número que dá condição de instalação de uma CPI. Essa Comissão determina o seguinte: "Investigar os ataques cibernéticos que atentam contra a democracia e o debate público"; segundo ponto: "a utilização de perfis falsos para influenciar os resultados das eleições 2018". Não sou que estou introduzindo esse assunto; é o requerimento do Relator que introduz esse objetivo. "A prática de cyberbullying sobre os usuários mais vulneráveis da rede de computadores, bem como sobre agentes públicos; e o aliciamento e orientação de crianças" – crianças! E eu fui aqui nesta Casa coordenadora da Frente Parlamentar da Infância durante os oito anos de mandato que tive como Senadora – "para o cometimento de crimes de ódio e suicídio", com a seguinte justificação... E aí segue uma justificação imensa, que é feita por aquele Deputado que é o autor do requerimento, e recebeu mais de 300 assinaturas de apoio entre Deputados e Senadores, portanto, alcançou aquele que é, digamos, o condicionante para que essa CPI se instale.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Ele renunciou, não é?

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA) – O nosso plano de trabalho...

A renúncia é individual, é ato individual em qualquer circunstância da vida, Deputada, renúncia é ato individual. Isso não exclui, não impõe a esta Casa, ao Congresso Nacional, a retirada do requerimento.

Mas o que pretendia dizer era justamente o método de trabalho que nós devemos ter aqui.

Eu não acho que seja necessário que a gente faça uma reunião com os Líderes todos da Casa, Câmara e Senado, para definir uma prática de trabalho entre nós, somos todos adultos e recebemos o voto do povo, imagino, todos com condições, portanto, para deliberar sobre esses assuntos.

Proponho que as atividades possam ser realizadas através:

- a) De audiências públicas com especialistas e autoridades;
- b) Com estudos e pareceres técnicos;
- c) Em missões externas;
- d) Em sessões de debates;
- e) Em reuniões técnicas e administrativas, que são indispensáveis em qualquer CPMI ou CPI da Casa, pois nós vamos ter algumas sessões que serão meramente administrativas;
- f) Interação com a sociedade utilizando-se de ferramentas de consulta pública.

Esta é a formatação do trabalho que nós queremos desenvolver.

Eu queria dizer que só com o anúncio da nossa relatoria e, certamente, também da Presidência desta Casa já temos um número imenso de entidades colocando-se à disposição, querendo ser ouvidas sobre essa temática, assim como especialistas das universidades que assim se colocam.

Esses requerimentos sobre as pessoas que virão serão feitos a partir da proposição dos senhores todos, Deputados e Senadores, e postos em votação. Portanto, é o conjunto quem decide quem é que vai ser convidado.

Nas temáticas iniciais, claro, compreendendo até a preocupação do Senador Flávio, o primeiro ponto que proponho é justamente a conceituação e delimitação do que são fake news e seus impactos na sociedade.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Estrategicamente concordando com a Deputada também e com o Senador que falou, o papel das empresas digitais versus o fenômeno de fake news – ou e o fenômeno de fake news.

Como é que isso ocorre? Como é que se desenvolve? Qual o marco legal que cada uma dessas empresas comporta? Para que ela possa passar por um debate mais atualizado.

Segundo, esse debate é atualizado a cada momento porque esse é um fenômeno novo na sociedade mundial. Com o que acontece hoje, a legislação já fica velha porque novas são as técnicas e ferramentas que se colocam, e as velhas ferramentas são usadas de novas maneiras, impactando de maneira também absolutamente nova sobre a vida da sociedade. E aqui falo da vida da sociedade em geral, sem entrar ainda na política, que é indispensável.

Esta Casa é política e qualquer fato que analise o analisa de maneira política com consequência política para gerar leis ou não.

O papel do Poder Judiciário e o fenômeno da fake news no Brasil. Já temos até um início de relatório, mas o CNJ analisa o fenômeno da fake news, o Supremo analisa o fenômeno da fake news, o TSE analisa o fenômeno da fake news em diversos processos.

Portanto, nós precisamos ter aqui a presença desses Poderes e, num momento, eventualmente, se não puderem, que esta Comissão possa constituir uma comissão ou ir até esses Poderes para ouvir o que eles têm a dizer a respeito.

O debate, o estudo sobre a Lei de Privacidade de Dados, como aqui foi ressaltado pelo Senador também. A Lei de Privacidade de Dados se relaciona de forma muito objetiva com toda essa discussão que nós estamos tratando. Essas redes não podem funcionar se não tiverem ao seu dispor um conjunto de dados que eles ou comprem ou adquirem de alguma outra maneira para poderem se posicionar ou fazerem as suas mensagens chegarem até cada uma das pessoas.

Consequências da produção e disseminação da desinformação, abasileirando, ou da fake news, que atentam contra a democracia e o processo eleitoral no Brasil; o cyberbullying e aliciamento de orientação de crianças para o cometimento de crimes de ódio e suicídio e, efetivamente, a discussão a respeito da investigação da prática de fake news nas eleições de 2018, que é objeto do requerimento do senhor autor ou dos senhores autores, porque, na verdade, uma CPI só é possível se houver um número de assinaturas que tira ou retira a autoria individual, assim como uma PEC.

A nossa proposta é também de que a gente possa estabelecer pelo menos mais duas sub-relatorias, Presidente, eu queria sugerir. Em função de quê? Em função de que, apesar de todos os temas estarem interligados, nós temos duas questões que eu acho que necessitam de uma observação e um estudo maior.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Uma: o crime envolvendo a criança e o adolescente, o aliciamento e orientação de crianças para o cometimento de crimes de ódio e suicídio. Essa é uma questão que exigiria uma investigação própria e nós podemos ter uma sub-relatoria sobre isso, que depois se juntará, se agregará ao meu relatório final. Uma outra, fake news e o cyberbullying, que não está restrito à criança, mas ao conjunto da sociedade, pode ter uma sub-relatoria específica. E uma terceira, que é o fake news e a privacidade de dados, que é outro importante elemento.

Nós poderíamos ter, portanto, essas três sub-relatorias trabalhando, buscando dados e oferecendo e até trazendo a esta comissão geral duas ou três audiências públicas sobre esses temas específicos, para que depois pudéssemos incorporá-los todos ao nosso relatório geral, que tem o objetivo principal, porque são dois temas sobre isso e porque, claro, pela sua magnitude, eles se sobrepõem aos demais, que é, primeiro, a fake news e a ameaça à democracia do Brasil. A democracia é um valor e um valor que está colocado na Constituição brasileira. Foi uma opção do povo brasileiro na Constituição de 1988 optar pela democracia. E, na medida em que esse foi um objetivo do povo brasileiro, é um objetivo consagrado na Constituição brasileira, ele passa a ter uma prioridade em relação a todas as outras questões. Portanto, fake news e democracia, como atinge, como se coloca numa ameaça à democracia brasileira. E digo isso à democracia brasileira como quem poderia dizer à democracia de qualquer outro país, porque a maioria dos países no mundo ocidental desenvolvido têm investigado fake news para garantir a soberania da decisão popular.

Então, nós ficaríamos aqui, a comissão geral, tratando dessa questão e também aprofundando aquilo que foi colocado como objeto desta Comissão, que é a utilização de perfis falsos para influenciar os resultados das eleições de 2018. Então, essa é a minha proposta geral. Para isso, Sr. Presidente, eu apresentei aqui apenas o método de trabalho, a ideia geral, como diria, o vazo de cada um ou o viés, como alguns querem, de cada uma dessas questões.

Aí, nós entraríamos e de que forma fazer isso? A Deputada adiantou uma série de requerimentos que eu colocaria, e considero indispensável a convocação dessas empresas para suprir essa necessidade. E nós incorporaríamos isso, claro, a um plano de trabalho. Como V. Exa. propôs nove empresas, certamente nós não vamos poder ouvir todas de uma só vez. Eu proponho que seja dividida exatamente em duas audiências públicas.

E a primeira audiência pública, eu trouxe o requerimento para que nós pudéssemos aprová-lo extrapauta, o que o Regimento permite. O Regimento desta Casa, pode não estar escrito, mas eu fui aqui Senadora e em todas as Comissões da Casa nós aprovamos, ordinárias e também nas CPIs. E, no caso da Câmara, é explícito no Regimento, se não há consenso, há voto para que esse requerimento extrapauta possa ser aprovado.

E o nosso requerimento extrapauta requer a realização da audiência pública para debater o fenômeno social das notícias falsas e conceituar o que é fake news, o que é o instrumento da desinformação no Brasil. Para tanto, nós recebemos aqui, eu tive a ousadia de, pelos contatos





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que já foram feitos, apresentar alguns especialistas, e fica aberto, é claro, a que sejam apresentados outros nomes. E quero aqui ler apenas.

Wilson Gomes, doutor em Filosofia, Professor Titular da Faculdade de Comunicação da Universidade Federal da Bahia – me perdoe, Presidente, mas ao ser humano a sua aldeia o torna universal, e eu não posso deixar, portanto, de, ao tratar de um tema desse, não colocar alguém da minha terra –; Emmanuel Publio Dias, publicitário e Professor da Escola Superior de Propaganda e Marketing; Mariana de Siqueira, Professora Adjunta de Direito Público da Universidade Federal do Rio Grande do Norte; Leonel Azevedo de Aguiar, Diretor do Departamento de Comunicação Social da Pontifícia Universidade Católica (PUC) do Rio de Janeiro; um representante da Agência Lupa, para pegarmos a experiência de entidades; André Miceli, especialista em sociedade digital e coordenador da Fundação Getúlio Vargas. Portanto, entidades públicas e privadas, universidades públicas e privadas que aqui, com suas diversas especialidades, pudessem opinar a respeito do que é esse fenômeno. Para mim, seria essa a primeira audiência, uma audiência para que nós pudéssemos uniformizar o conhecimento de todos aqueles que participam dessa Comissão, a respeito dessa questão. É claro que pode haver outras pessoas que tenham muito mais especialidade do que eu nesse assunto. Para mim, humildemente, acho que uma primeira conceituação me satisfaria muito, para que nós pudéssemos dar seguimento, aprovar os requerimentos da Deputada para a reunião seguinte. E, como uma terceira, ou, porque a sua levaria duas sessões, uma quarta audiência, eu já proporia que nós nos debruçássemos sobre a Lei de Proteção de Dados do Brasil, para que nós pudéssemos, ao cabo dessas quatro audiências públicas, entrar diretamente em assuntos mais específicos.

O SR. EDUARDO GIRÃO (PODEMOS - CE) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Com a palavra, Senador Girão.

O SR. EDUARDO GIRÃO (PODEMOS - CE. Pela ordem.) – Rapidamente, é só para perguntar a V. Exa. se esse resultado desse trabalho que foi feito pelo TSE, que o senhor recebeu das mãos da Ministra Rosa Weber, vai ser disponibilizado para os Parlamentares aqui.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Olha, eu recebi hoje. Eu vou tentar colocá-lo no meio eletrônico, porque ela só tinha esse exemplar. Até pedi vários, mas ela disse que não tinha condições no momento. Vou tentar fazer a todos os membros da CPMI.

Para complementar, o Senador Eduardo.

O SR. EDUARDO GOMES (MDB - TO. Para discutir.) – Sr. Presidente, eu queria fazer aqui uma reflexão, lógico que atestando a tranquilidade, a forma serena como a Deputada Lídice da Mata leu o plano de trabalho, que é completamente diferente do clima que se propõe nesta CPI, Sr. Presidente.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Para fazer isso, eu queria fazer uma observação prática sobre as últimas 30 CPIs na Câmara dos Deputados, onde eu fiquei por 12 anos, no Senado Federal e no Congresso Nacional. Pouca coisa se retira de uma CPI onde há sempre prioridade para as performances, para as piruetas, para uma série de coisas, nos temas tradicionais, conhecidos, relativos à vida, ao dia a dia da população brasileira, quanto mais para um tema desse, em que está se descobrindo, primeiro, formatação de legislação; em paralelo, a discussão sobre proteção de dados é uma discussão mundial. Aí eu faço um apelo aos Parlamentares de que esta CPI aproveite a oportunidade para ser propositiva. Eu acho de uma inocência absurda entender que nós vamos resolver eleições passadas ou futuras discutindo, como disse a Deputada Zambelli, a questão do fla-flu aqui nesta CPI, e vejo uma oportunidade muito grande para que a gente procure entender as novas regras e tenha senso prático.

Sr. Presidente, quando eu disse ao Senador Alessandro, e falei com alguns Senadores aqui, sobre a possibilidade de transformação de todas as convocações em convite, é porque há uma evidência de que, se nós colocarmos aqui todos os representantes do Brasil, dessas empresas, para discutir de maneira propositiva aquilo que esta CPI quer, que é um ambiente democrático, transparente, de vida nas redes sociais, é a única chance que nós temos de sair com um resultado positivo desta CPMI. Se não, nós vamos ficar o tempo inteiro esperando a opinião de especialistas em depois de amanhã, porque ninguém sabe exatamente o que está sendo discutido aqui. E há os processos eleitorais, os processos de origem pessoal, de processo parte a parte, que existem no Brasil inteiro sobre as eleições de 2018, e até das eleições que ninguém comentou aqui, das eleições de 2016 e 2014. Com um só requerimento, nós transformaríamos esta CPI, que é do futuro, em uma CPMI do passado. Eu acho que, se a gente não entrar nesse clima, Sr. Presidente, de realmente propor o convite às instituições, dar essa primeira chance nessa primeira etapa, Sr. Presidente, de transformarmos esta CPMI em uma CPMI propositiva, nós não vamos chegar a lugar nenhum.

Então, quero parabenizar a Relatora e entender que nós temos como buscar um acordo entre as lideranças por um procedimento democrático, propositivo, que é o que todo mundo espera. A vida de todo mundo está mudando. Eu brincava ontem no Plenário que, dez anos atrás, facilmente você identificava quem era o fofoqueiro da família. Hoje, com o Whatsapp, todo mundo é fofoqueiro.

Então, Sr. Presidente, eu queria dizer que, a partir da dica da nossa Relatora, a gente pode partir para um clima diferente nesta CPMI, porque eu sei que a intenção de V. Exa. é uma intenção republicana, porque eu conheço V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Pois não, Senador. O importante é que a gente faça a coisa aqui com muita serenidade. Aqui eu discordo desse negócio de fla-flu, de ba-vi. Não tem nada a ver. Acho que cada um aqui tem o seu ponto de vista a externar, tem o que requerer. É normal, esta é uma Casa pública, é para isso, é a Casa do povo. Então, não vamos tornar esta CPI um campo de batalha, porque eu acho que esta CPI é para que a gente





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

possa preservar os nossos direitos, a nossa privacidade. É isso que eu espero que a gente, no final, tenha de ganho com esta CPI, inclusive definindo o que nós vamos poder legislar, o que é que nós vamos propor de lei sobre isso. Isso que é importante.

O segundo item que está aqui é acerca dos requerimentos feitos pela Deputada Luzianne. Eu consulto o Plenário se podemos realizar votações em bloco ou individuais.

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR) – Individuais, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Quem é a favor de bloco levante a mão.

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR) – Individual.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Quem é a favor de bloco... Como existe requerimento para votação individual, vou submeter à apreciação do Plenário.

O SR. EDUARDO GOMES (MDB - TO) – Sr. Presidente, eu queria que fosse apreciada a possibilidade de transformar a convocação em convite, já que um dos requerimentos...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Podemos colocar em votação depois.

O SR. EDUARDO GOMES (MDB - TO) – Pois é, eu gostaria que fosse feito dessa forma.

A SRA. LUIZIANNE LINS (PT - CE) – Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Primeiro, vamos apurar a votação aqui, Deputada, para poder...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Sr. Presidente.

A SRA. LUIZIANNE LINS (PT - CE) – É porque vai tratar sobre o tema a votação, não?

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Não, aqui a votação é se a gente vota os requerimentos em bloco, os nove. Se o Plenário aprovar, votaremos em bloco; se o Plenário não aprovar, votaremos individualmente.

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR) – Individual, Presidente. Não há acordo para votar em bloco. O Regimento é muito claro. Vamos votar individualmente.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Vamos ao voto, Deputado. Se no Plenário a maioria decidir...

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR) – É porque não há acordo, Presidente.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PSL - RJ) – Há requerimentos que não fazem o menor sentido aqui.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Voto "não", Presidente.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Aqui só tem rede social.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PSL - RJ) – Para alguns há acordo, mas... E se a gente quiser chamar o Intercept aqui? E se a gente chamar a Dolores Aronovich?

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR) – Sr. Presidente, não há acordo para votação em bloco. Vamos votar individualmente.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Eu vou fazer o seguinte. Como eu tenho essa prerrogativa, eu vou tirar, já que o problema está sendo em cima do Intercept neste momento, não é isso?

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PSL - RJ) – Não, não, eu só dei dois exemplos.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Não, Presidente. Queremos votação requerimento a requerimento,

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Aqui só estão as redes sociais. Qual é o outro exemplo?

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Requerimento a requerimento, Presidente.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PSL - RJ) – O Requerimento 7 não é rede social, o 8 não é rede social...

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR) – Presidente, não há previsão para votar em bloco, só se houvesse acordo. Não há acordo, então vamos enfrentar...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Podemos costurar o acordo, Deputado.

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR) – Não há acordo. Já falamos que não há acordo.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Não há acordo. Não há acordo, Presidente. Queremos votação requerimento a requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Está bem. Já que não há acordo, em votação o Requerimento nº.... (Pausa.)

Em votação o Requerimento nº 1, Deputada Luizianne.

Convocação...

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – E o requerimento de adiamento por 48 horas, Presidente? Nós apresentamos requerimento de votação nominal e requerimento de adiamento por 48 horas.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Deputada, eu já li um dos artigos do nosso Regimento aqui no Senado: o Presidente pode achar que é de urgência e colocar para votar.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Não, espere aí! Questão de ordem, Excelência! O Regimento é claro com relação às matérias de urgência.

Questão de ordem, Excelência, sobre urgência: nós temos um rol taxativo no Regimento Interno do Senado que arbitra a urgência das matérias.

A SRA. LUIZIANNE LINS (PT - CE) – Sr. Presidente, Sr. Presidente...

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PSL - RJ) – Presidente, tanto não tem urgência... O que muda se votar hoje ou daqui a dois dias? Não tem urgência.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Sr. Presidente... Presidente, é questão de ordem, art. 336 do Regimento Interno do Senado:

Art. 336. A urgência poderá ser requerida:

I - quando se trate de matéria que envolva perigo para a segurança nacional ou de providência para atender a calamidade pública [...]

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Deputada, eu vou olhar aqui com o Secretário da Mesa quais são os requerimentos que já têm as 48 horas. Por favor, calma. Fique tranquila.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Então...

A SRA. LUIZIANNE LINS (PT - CE) – Todos têm as 48 horas.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Ninguém aqui vai atropelar Regimento...

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Não pode ser dada a urgência porque isso fere o Regimento, porque não há aqui no rol taxativo.

A SRA. LUIZIANNE LINS (PT - CE) – Todos têm as 48 horas. Foram apresentados na primeira reunião, Sra. Deputada – na primeira reunião! Todos têm 48 horas. Desculpe aí. Foram feitos na semana passada, a senhora é que não leu...

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR) – Sr. Presidente...

A SRA. LUIZIANNE LINS (PT - CE) – ... aí a ata da reunião, nem a proposta de pauta.

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR) – Que falta de respeito, Deputada!





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. LUIZIANNE LINS (PT - CE) – Não, não é falta de respeito, não. Eu estou dizendo uma coisa objetiva: não leu.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PSL - RJ) – O que se está discutindo não é o requerimento, é a urgência. É a urgência que está sendo discutida.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Não pode ser dada urgência para essas matérias, porque não se enquadram no rol taxativo do art. 336.

A SRA. LUIZIANNE LINS (PT - CE) – Se tivesse lido, não estava dizendo isso.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Vamos pisar no Regimento Interno do Senado agora?

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. LUIZIANNE LINS (PT - CE. Fora do microfone.) – Não, senhor. Você que é sínico.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Olhem, eu estou consultando aqui a assessoria da Casa: os requerimentos serão votados individualmente. São requerimentos que já estão aqui desde o dia da criação da CPMI. Logo na primeira sessão, a Deputada protocolou. Estão aqui todos numerados, protocolados. Então, nós vamos colocá-los individualmente, já que não houve acordo para votação em bloco.

Quanto à questão da convocação ou convite, eu também vou colocar para aprovação do Plenário se vamos transformar em convite ou manter a convocação, conforme o requerimento da Deputada Luizianne.

Então, vamos colocar em votação a transformação da convocação em convite.

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR) – Não, Sr. Presidente.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Nós temos requerimentos precedentes a esse.

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR) – Nós temos requerimentos sobre a mesa, Presidente.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Com todo respeito, Presidente, temos que enfrentar os nossos requerimentos. É nosso direito regimental, Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Eu sei que há requerimento aqui, Deputada, mas acontece que tem precedência a matéria aqui, então eu vou querer colocar em votação.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Precedência com base em qual artigo?

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – São 48 horas...





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – O requerimento é antes da matéria, Presidente. Nós temos que enfrentar as questões formais. A urgência só pode ser dada se se respeitar o rol taxativo do art. 336 do Regimento Interno, Presidente. Não podemos atropelar.

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Então, para evitar de acharem que, no primeiro dia, está havendo atropelamento, eu vou colocar em votação o requerimento do nobre Deputado – assinatura aqui ilegível –: adiamento da votação por 48 horas ou não.

Os Srs. Senadores e Deputados...

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – ... que aprovam a prorrogação...

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR) – Sr. Presidente, votação nominal dele.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Há um requerimento de votação nominal.

Votação nominal também conjunta. Há dois requerimentos conjuntos, Sr. Presidente.

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR) – Deixe-me esclarecer para V. Exa., porque está havendo uma... Sr. Presidente, eu vou explicar para V. Exa. o que está acontecendo.

Há os requerimentos constantes da pauta. Em relação aos requerimentos constantes da pauta, nós apresentamos – em relação a cada um deles – requerimentos de adiamento de votação, requerimentos de votação nominal destes requerimentos de adiamento e requerimentos para votação nominal do mérito de cada requerimento. O que nós estamos querendo é que seja respeitada essa ordem regimental.

Primeiro, nós temos que enfrentar o adiamento do requerimento através de uma votação nominal. Se for rejeitado esse requerimento...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Deputado, há dois requerimentos só aqui na Mesa: um de adiamento da votação da proposição por 48 horas...

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR) – Exato.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – E o outro: a votação ser nominal em vez de ser em bloco.

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR) – Exato.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Só há esses dois requerimentos.

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR) – É isso que eu estou explicando para V. Exa.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Não existem quatro requerimentos aqui.

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR) – Mas eu não falei que existiam quatro.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Eu entendi que você falou que havia...

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Cada requerimento tem essa dupla de requerimentos, Presidente.

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR) – Olhe, isso é fake news, Presidente. Eu não falei isso.

O SR. CARLOS ZARATTINI (PT - SP) – É claro que existe uma tática de obstrução por parte do PSL.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Nosso direito regimental, não é?

O SR. CARLOS ZARATTINI (PT - SP) – O PSL resolveu aqui fazer uma prática de tentar impedir que esta CPMI funcione.

Eu não sei por que motivo o PSL está tão preocupado com a gente estar aqui ouvindo as empresas que tratam de comunicação, de redes sociais. Eu não estou entendendo essa preocupação.

Essa tática de obstrução é clara. O Deputado Filipe aqui está sendo óbvio, claro, evidente: não quer a CPMI funcionando; quer obstruir a CPMI, porque nem sequer um plano de trabalho tão tranquilo e tão preocupado em fazer uma análise da situação da divulgação nas redes e como surgem fake news no Brasil eles querem aceitar. Então, alguma coisa existe aí que o PSL não quer que apareça. É evidente isso. O PSL quer esconder algo.

Então, Sr. Presidente, eu proponho que o senhor coloque em votação nominal se se adia ou se não se adia essa votação, porque, para mim, está evidente. Não há problema, nós vamos ter uma próxima reunião aqui. E, se adiar, nós vamos ter uma próxima reunião e vamos votar de novo. E nós vamos votar aqui até o dia que o senhor falou aí que se encerra a CPMI.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – No dia 23 de dezembro.

O SR. CARLOS ZARATTINI (PT - SP) – Véspera de Natal.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Antevéspera de Natal.

O SR. CARLOS ZARATTINI (PT - SP) – Nós vamos ficar aqui até a véspera do Natal.

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR) – Sr. Presidente, quero direito de resposta pela fala do Deputado Zarattini, que citou meu nome.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CARLOS ZARATTINI (PT - SP. Fora do microfone.) – Pode dar o direito de resposta.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Não foi mencionado o seu nome, não, Deputado.

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR) – Citou.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Foi mencionado, sim.

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR) – Foi mencionado.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Foi mencionado, Presidente.

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR) – Foi mencionado, e o próprio Zarattini concorda.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – A Presidência vai abrir para V. Exa. falar então, contestar a fala do Deputado.

O SR. CARLOS ZARATTINI (PT - SP. Fora do microfone.) – Tem que explicar por que o PSL não quer a CPMI, por que o PSL não quer ouvir ninguém.

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR) – Posso falar agora, Zarattini?

O SR. CARLOS ZARATTINI (PT - SP. Fora do microfone.) – Claro.

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR) – Obrigado.

Sr. Presidente, nobres colegas Deputadas e Deputados, o Deputado Zarattini, do PT de São Paulo, fez uma fala neste momento muito efusiva, quase teatral, quase épica. Mas, fora do microfone, quando a Deputada Carla Zambelli discursava, o Deputado Zarattini disse que a facada do Bolsonaro era "faca news", dizendo que a facada era uma mentira. Então, Deputado Zarattini...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR) – Falou. E todos que estavam em volta ouviram o que você falou: "Faca news".

Então, V. Exa., que se diz muito macho para falar essas coisas que você fala no microfone, diga no microfone agora que a facada do Bolsonaro foi fake news. Porque fora do microfone V. Exa. tem coragem de falar. E no microfone? todos que estavam aqui em volta ouviram V. Exa. falar que era "faca news".

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Colegas Parlamentares, vamos ter calma, manter a serenidade, porque aqui não é nenhum campo de batalha. Vamos levar a coisa na calma.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP) – Sr. Presidente... Vamos abrir a votação, Sr. Presidente.

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR) – O que eu falo fora do microfone eu tenho coragem de falar no microfone.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP) – Encaminhe a votação, Sr. Presidente, por favor. Encaminhe, proceda à votação.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Vamos atender o pedido de adiamento de votação, Presidente. Vamos colocar em votação, porque aí a gente pode trabalhar. Coloque o requerimento solicitado de adiamento de votação...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Eu vou perguntar ao Plenário se há acordo...

Srs. Deputados, Senadores e Senadoras, eu vou aqui ratificar se há acordo, conforme os requerimentos assinados aqui por membros do PSL. Eles pedem para que a votação seja nominal em vez de ser em bloco.

Vamos por partes. Não se está decidido nada. V. Exas. concordam com isto: individual em vez de bloco?

O SR. CARLOS ZARATTINI (PT - SP) – Sr. Presidente, primeiro o senhor faz a votação simbólica. Se houver um pedido de votação nominal, a gente faz a votação nominal.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Já temos requerimento de votação nominal. Presidente, nós temos um requerimento de votação nominal.

O SR. CARLOS ZARATTINI (PT - SP) – Calma.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Não, é que não pode ser simbólica.

O SR. CARLOS ZARATTINI (PT - SP) – Eu estou com a palavra. Tenha calma.

Eu acho que o senhor, primeiro, coloca em votação o requerimento da Deputada, Sr. Presidente, que solicita que seja votação nominal. Vamos colocar esse requerimento em votação simbólica. Se alguém pedir nominal, a gente faz nominal.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Mas há um adiamento aqui na frente, Deputado.

O SR. CARLOS ZARATTINI (PT - SP) – O que vocês querem que vote, que seja nominal ou adiamento?

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – É que nós temos um requerimento.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CARLOS ZARATTINI (PT - SP) – Tem que primeiro votar o que é nominal.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Só para esclarecer, Presidente. Só para esclarecer, então.

O SR. CARLOS ZARATTINI (PT - SP) – A ordem é primeiro votar se vai ser nominal.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – É que nós temos...

O SR. CARLOS ZARATTINI (PT - SP) – Não, a primeira coisa que vota é se vai ser nominal ou não.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Exatamente.

O SR. CARLOS ZARATTINI (PT - SP) – Em seguida, vota o requerimento.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – A nominal do requerimento. Nós temos um... Nós temos um requerimento de votação nominal do requerimento...

O SR. CARLOS ZARATTINI (PT - SP) – Mas a primeira votação...

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – ... de adiamento da votação por 48 horas.

O SR. CARLOS ZARATTINI (PT - SP) – Deputada, é óbvio que o primeiro que tem que votar...

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Nós temos que fazer o encaminhamento, Presidente, inclusive.

O SR. CARLOS ZARATTINI (PT - SP) – Não, primeiro tem que votar se é nominal ou não. (Intervenção fora do microfone.)

O SR. CARLOS ZARATTINI (PT - SP) – Mas se você está pedindo que seja nominal, eu preciso saber se vai ser nominal ou não para depois eu votar o adiamento.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – É que nós temos dois requerimentos de votação nominal.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Eu gostaria de saber se a assinatura desse requerimento de...

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Do Deputado Filipe Barros.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – V. Exa. é Líder?

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR) – Vice-Líder do PSL.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Porque requerimento só pode assinar Líder...

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Ou Vice-Líder.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – ... ou Vice-Líder.

Então...

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Presidente, nós temos o requerimento de votação nominal do requerimento de adiamento por 48 horas. Nós temos que fazer o encaminhamento.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Por precedência, nós temos que aqui...

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Temos que fazer o encaminhamento dos requerimentos, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – ... colocar em votação o requerimento de prorrogação, de adiamento por 48 horas...

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Não, Presidente, há um requerimento de nominal do adiamento.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – ... já que está assinado por Líder.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Tem nominal do adiamento. Nós temos um requerimento de votação nominal do adiamento para depois votar o adiamento. E nós queremos fazer o encaminhamento regimentalmente previsto. V. Exa. pode dar de ofício.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Então, Sras. e Srs. Senadores, Deputados e Deputadas, está em votação se o requerimento de adiamento...

(Intervenção fora do microfone.)

Se a votação de adiamento dos requerimentos...

ORADORA NÃO IDENTIFICADA – Também quero encaminhar, Sr. Presidente.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Questão de ordem, art. 41, encaminhamento, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – V. Exas. acatam ou não acatam?

Em votação.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Nós temos que encaminhar, Presidente, art. 41!





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR) – Nós temos que encaminhar por cinco minutos, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Não tem discussão em encaminhamento.

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR) – Tem que encaminhar por cinco minutos, Presidente.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Art. 41, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Não existe, Deputado.

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR) – V. Exa. não vai dar?

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Não vamos atropelar o Regimento, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Não existe, Deputado. Não existe, Deputado.

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR) – Há encaminhamento.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Está em votação...

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Questão de ordem, Presidente. Questão de ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – ... o adiamento da votação das proposições que estão aqui numeradas na mesa, de nº 1 a 9...

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Não é possível, Presidente, que o senhor não enfrente a questão de ordem!

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – ... por 48 horas.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Presidente, não é possível! Questão de ordem!

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Quem vota "sim" é pelo adiamento. Quem vota "não"...

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Estamos atropelando o Regimento, Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Quem vota "sim" ao adiamento permanece como se encontra.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Questão de ordem, Presidente, art. 41!

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR) – Sr. Presidente, a gente tem direito de encaminhar o voto. É regimental.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Não cabe, em requerimento, encaminhamento de voto, Deputado.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Art. 41 do Regimento Comum, Presidente! Onde que... Qual o artigo que fala que não cabe encaminhamento, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Rejeitado.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Verificação, Presidente. Verificação. Pede aí, Filipe.

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR) – Verificação, Presidente.

O SR. EDUARDO GOMES (MDB - TO) – O Governo apoia, Sr. Presidente.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Pede aí, Filipe. O Presidente está violando aqui o Regimento Interno, o Regimento Comum. Isso aqui é uma palhaçada!

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Foi deliberado e caiu o requerimento de adiamento...

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR) – Verificação, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – ... da votação da nobre Deputada.

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR) – Verificação, Presidente.

O SR. EDUARDO GOMES (MDB - TO) – Verificação apoiada, Sr. Presidente.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PSL - RJ) – A verificação foi solicitada, Presidente.

O SR. EDUARDO GOMES (MDB - TO) – Verificação apoiada.

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR) – Mais de dois.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Dois Vice-Líderes aqui pedindo, Presidente.

O SR. EDUARDO GOMES (MDB - TO) – Vice-Liderança do Governo, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Srs. Deputados e Deputadas, eu não sei qual é a intenção com esse adiamento. Vamos dar celeridade! Vamos dar celeridade a isso!

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – É nosso direito regimental obstruir.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – A CPMI não tem foco, não tem alvo, não. Vocês estão querendo arranjar um alvo para a CPMI.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CARLOS ZARATTINI (PT - SP) – Sr. Presidente, o PSL não quer investigar as fake news.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Querem arranjar um alvo para a CPMI, não estou entendendo isso.

O SR. EDUARDO GOMES (MDB - TO) – Sr. Presidente, o Deputado Zarattini...

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Direito regimental, Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Quem requereu a CPMI foi um Deputado da bancada de vocês, do Democratas. Não sei por que esse adiamento. Não sei por que esse...

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Direito regimental, Presidente.

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR) – A obstrução é um direito regimental.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Vamos dar celeridade. A sociedade brasileira quer que se esclareça o que está acontecendo nesse mundo da internet. Nós estamos sendo aviltados pela internet. Não tem nada a ver com eleição, não. É geral. Vamos dar celeridade a isso.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PSL - RJ. Pela ordem.) – Presidente, pela ordem.

A questão não é de dar celeridade ou não dar celeridade. Não vamos criar já na primeira audiência um precedente de rasgar o Regimento. Vice-Líder tem direito de pedir verificação, independentemente da motivação. Se é um Vice-Líder que pediu...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Mas foi deliberado.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PSL - RJ) – Mas ele pediu a verificação. Tem que promover a votação nominal.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Sim, mas após a deliberação...

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PSL - RJ) – No futuro, se acontecer diferente...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Sim, mas ela pediu a verificação após a votação.

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR) – Mas é após mesmo.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Sr. Presidente, eu sou Vice-Líder, eu posso pedir verificação sozinha, Presidente.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PSL - RJ) – Só garanta o direito regimental da Deputada.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO GOMES (MDB - TO) – Proceda à verificação, Sr. Presidente. Há apoioamento. Proceda à verificação.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Eu sou Vice-Líder. Eu posso pedir verificação. Que falta de respeito, Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Já que estou vendo que a maioria do Plenário... Está concedida a verificação para atender aos jovens que estão ali ansiosos para que esta CPI ande com muita celeridade.

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR) – E, acima de tudo, que se cumpra o Regimento, não é Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Abram o painel, senhores operadores.
(Procede-se à votação.)

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR) – Presidente, enquanto está no processo de votação, posso pedir um esclarecimento a V. Exa.? Presidente, enquanto está no processo de votação, posso pedir um esclarecimento a V. Exa.?

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Pois não, nobre Deputado.

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR) – É só para deixar claro e registrado que o que nós estamos votando neste momento é...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – A prorrogação, que foi votada. Agora nós vamos fazer a verificação de quórum.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Do adiamento da votação dos requerimentos.

Repetindo: quem não quer adiar por 48 horas vota "não"; quem quer adiar vota "sim".

Quem quer adiar vota "sim", senhores e senhoras.

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR) – Presidente, eu vou aproveitar que está no processo de votação para pedir alguns esclarecimentos para V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Pois não, Deputado.

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR) – Veja só: nós apresentamos um requerimento de votação nominal do adiamento de votação por 48 horas...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Estamos votando o adiamento.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR) – ... que é o que nós estamos votando agora.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Estamos votando o adiamento. Quem vota por adiar vota "sim".

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Para evitar confusão: quem vota pelo adiamento é "sim"; quem vota contra adiar por 48 horas vota "não".

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR) – Tá!

Para os próximos requerimentos, nós queremos que...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Mas vamos caso a caso, Deputado? Vamos caso a caso...

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR) – Sim, mas é que nós queremos que, nos próximos requerimentos, o art. 41 do Regimento Comum seja cumprido. Ele diz o seguinte:

Art. 41. O requerimento apresentado em sessão conjunta não admitirá discussão, podendo ter sua votação encaminhada por 2 (dois) membros de cada Casa, de preferência um favorável e um contrário, pelo prazo máximo de 5 (cinco) minutos cada um.

Então, nós queremos, nos próximos requerimentos de que somos autores, ter o nosso direito regimental garantido de encaminhar a votação por cinco minutos.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Se estiver no Regimento, tenha certeza de que esta Presidência vai cumprir.

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR) – Art. 41 do Regimento Comum. (Pausa.)

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Com a palavra a Deputada Luizianne.

A SRA. LUIZIANNE LINS (PT - CE) – Sr. Presidente, eu queria fazer um registro aqui, pois eu acho que o Brasil todo precisa ficar sabendo que nós começamos um trabalho extremamente importante para o Brasil e, para dizer a verdade, extremamente importante para o mundo. Como eu já tinha falado na primeira reunião, eu sou da área e tenho estudado isso; eu tive agora, inclusive, um artigo científico aprovado na sexta jornada latino-americana de problemas do nosso Continente sobre exatamente o processo de fake news e a influência direta no processo democrático do Brasil e nos processos do cyberbullying, etc.

Eu estou muito impressionada. O Brasil precisa saber que as pessoas que se opõem hoje ao processo de entender fake news e que estão tomando um rumo... Que todo mundo saiba: ou são praticantes de fake news de forma sistemática ou simplesmente não estão preocupadas com





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

o futuro da democracia no Brasil. Vejam bem, eu tenho um filho, e o que mais me preocupa hoje é saber o que meu filho está vendo e ouvindo e qual é a veracidade das informações que ele tem, porque essa geração – todo mundo fique sabendo disso e todo mundo saiba a responsabilidade que está carregando nas costas – não assiste mais à televisão, muito raramente você vê um jovem acima de 15 anos ou de 19 anos para baixo que assista à TV. Eles estão se informando hoje pelas redes sociais. Se a gente, nesta Comissão, não tiver coragem – o que falta aqui é coragem – de convocar as empresas que são responsáveis hoje por funcionar como meio de transmissão dessas informações falsas... É grave demais! Eu espero que a sociedade brasileira esteja vendo, entendendo e ouvindo.

Eu finalizo dizendo o seguinte: do mesmo jeito que a TV ocupou espaço fundamental a partir da década de 50, nós temos hoje pessoas que se acovardam para poder enfrentar as mentiras que são disseminadas. Achar que mentira tem que ser pública e disseminada é grave, é muito grave, porque, ou faz parte delas, ou simplesmente não está nem aí para a população brasileira, que sofre o processo delas.

Eu estou vasculhando as redes sociais de muitos que estão nesse processo e já vi que, de fato, é difícil você achar que essas pessoas irão combater fake news, porque são os próprios autores delas. E é triste, é muito triste você imaginar que as pessoas têm medo de saber o que é fake news e poder convocar pessoas que podem simplesmente explicar que não têm nada contra ninguém. Isso aqui é uma contribuição à democracia brasileira, é importante que se diga para as futuras gerações.

Se a carapuça está caindo, problema das pessoas. Nossa Relatora fez uma brilhante exposição sobre o que ela está pretendendo, como ela vai conduzir o processo. Se as pessoas não entenderam, gente, é porque têm culpa no cartório.

Desculpem-me, mas é lamentável. Eu espero que o Brasil todo esteja assistindo a isso e que comecem as máscaras a cair. Muita gente chegou aqui a este Parlamento, seja na Câmara, seja no Senado, através de fake news, mas quem foi vítima, se foi partido de esquerda ou de direita, quer apuração; quem foi vítima, de que partido for – isso não é uma questão partidária, isso é uma questão de verdade, de mentira, de justiça ou de injustiça...

E há outra coisa – finalizo com isto –: a Deputada Bruna, que é do PSDB, uma jovem que eu não conhecia, conheci quando cheguei aqui, uma vez eu a vi dando depoimento: "Se vocês quiserem entregar a política para os 'youtubers', que entreguem, tirem dos políticos, mas enfrentem essa discussão". Então, eu faço este apelo aqui usando a Deputada, porque eu achei brilhante a fala dela: simples, porém didática.

Eu quero dizer o seguinte: quem tem medo de fake news é quem pratica fake news.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Srs. Deputados, Deputadas, Srs. Senadores, Senadoras, o requerimento fica prejudicado porque o autor não está presente, e, quando o autor não está presente, o requerimento perde a finalidade.

Então, está cancelada esta votação. O requerimento de prorrogação da votação por 48 horas está prejudicado, caiu.

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR) – Eu estou aqui, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Em votação os requerimentos da Deputada Luizianne a respeito das convocações.

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Já foi encerrada a votação da solicitação de adiamento da votação por 48 horas em virtude de o requerente estar ausente.

É uma pena, porque eu gostaria até de que ele estivesse presente, para dar sequência.

Em votação o Requerimento nº 01/2019, da Deputada Luizianne Lins, convocando várias plataformas. Requerimento nº 1, nº 2, nº 3, nº 4, nº 5, nº 6, nº 7, nº 8 e nº 9.

Em votação simbólica, já que nós temos quórum da abertura da sessão para votar.

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR) – Sr. Presidente, a gente combinou...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Os Srs. Deputados e Senadores que os aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovados.

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR) – Sr. Presidente, a gente combinou que seriam individuais os requerimentos.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – V. Exa. não está presente, Deputado.

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR) – Eu estou falando como, se eu não estou presente?

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Mas você não deu presença.

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR) – Eu estou presente aqui.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Você fez o requerimento e não votou, não deu presença.

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR) – Mas V. Exa. não tinha encerrado a reunião, Presidente.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Não dá.

Nesse tipo de postergação, eu acho que a estratégia não deu certo.

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR) – Ah, Presidente, isso é uma falta de respeito com o Colegiado.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Então, em votação em bloco os requerimentos da nobre Deputada Luizianne.

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR) – Sr. Presidente, Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Os Srs. Deputados, Deputadas, Senadores e Senadoras que concordam com...

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR) – Para discutir, então. Para discutir os requerimentos.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – ... a convocação via requerimento da Deputada Luizianne permaneçam como se encontram. (Pausa.)

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR) – Sr. Presidente, eu quero discutir os requerimentos.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Aprovados os requerimentos da Deputada Luizianne Lins.

Como não há mais nada a tratar no dia de hoje, declaro encerrada a presente sessão.

Até a próxima terça-feira, às 15h.

(Iniciada às 15 horas e 1 minuto, a reunião é encerrada às 16 horas e 37 minutos.)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 4ª REUNIÃO DA COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO - FAKE NEWS DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 25 DE SETEMBRO DE 2019, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 19.

Às treze horas e quarenta e três minutos do dia vinte e cinco de setembro de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19, sob a Presidência do Senador Angelo Coronel, reúne-se a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito - Fake News com a presença dos Parlamentares Eduardo Braga, Renan Calheiros, Luiz do Carmo, Mecias de Jesus, Esperidião Amin, Veneziano Vital do Rêgo, Raulo Rodrigues, Kátia Abreu, Fabiano Contarato, Alessandro Vieira, Eliziane Gama, Juíza Selma, Flávio Bolsonaro, Major Olímpio, Nelsinho Trad, Humberto Costa, Rogério Carvalho, Telmário Mota, Ricardo Barros, Walter Alves, Juarez Costa, Luizianne Lins, Rui Falcão, Natália Bonavides, Filipe Barros, Caroline de Toni, Marcelo Ramos, Lídice da Mata, Arthur Oliveira Maia, Bacelar, Dr. Leonardo, Eduardo Braide, Arolde de Oliveira, Sérgio Petecão, Reginaldo Lopes, Alexandre Serfotis, Dário Berger, João Roma, Marcos do Val, Wellington Fagundes, Rodrigo Cunha, Beto Pereira, Izalci Lucas, Paulo Paim e Acir Gurgacz. Deixam de comparecer os Parlamentares Eduardo Gomes, Marcio Bittar, Ciro Nogueira, Roberto Rocha, Chico Rodrigues, Eduardo Girão, Hiran Gonçalves, Delegado Éder Mauro, Celso Russomanno, Shéridan e Túlio Gadêlha. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Foram aprovados em globo os requerimentos de número: **10, 11, 12, 13, 14, 15, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97 e o Plano de Trabalho.** Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quatorze horas e quatorze minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Angelo Coronel



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Presidente da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito - Fake News

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2019/09/25>

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Havendo número regimental, declaro aberta a 3ª Reunião da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito criada pelo Requerimento nº 11, de 2019, do Congresso Nacional, para investigar os ataques cibernéticos que atentam contra a democracia e o debate público; a utilização de perfis falsos para influenciar os resultados das eleições de 2018; a prática de cyberbullying sobre os usuários mais vulneráveis da rede de computadores, bem como sobre agentes públicos; e o aliciamento e orientação de crianças para o cometimento de crimes de ódio e suicídio.

Eu queria informar às Sras. e aos Srs. Senadores e Deputados que nós temos uma pauta nesta reunião e um dos itens da pauta é a apresentação do plano de trabalho pela nossa Relatora, a Deputada Lídice da Mata. Antes, porém, eu gostaria de informar...

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR) – Sr. Presidente... Deputado Filipe Barros.

Eu tenho uma questão de ordem para fazer a V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Pode ser após eu concluir aqui?

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR) – Pode.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Antes, porém, consultando também a nossa assessoria e tomando conselhos dos experts desta Casa, nós vamos também criar duas sub-relatorias, a serem designadas... Aliás, três sub-relatorias, a serem designadas durante o dia de hoje ou até amanhã para que, na próxima reunião, esses sub-relatores já estejam também imbuídos nesse trabalho.

Existem também vários requerimentos extrapauta, mas antes eu vou solicitar à nobre Relatora que faça a leitura do seu plano de trabalho para que seja apreciado por todos os membros da Casa.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Questão de ordem, Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Questão de ordem. Deputado Filipe.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Nós temos várias questões de ordem.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não foi nem começada aqui a ordem dos trabalhos... Inclusive, o nosso assessor está tentando protocolar vários requerimentos aqui, e a assessoria da Comissão não está recebendo. Eu gostaria de saber por quê, se é regimental. Nosso assessor Gustavo está ali para protocolar, não foi falado sobre ata, para a gente ler a ata...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Deputada, registrada a sua queixa. Solicito que a Mesa Diretora consiga protocolizar todos os documentos de hoje.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Antes de a gente começar os trabalhos...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Antes, porém, Deputada, eu gostaria que V. Exa., já que está usando o microfone, desse presença para que o seu ponto fosse contabilizado.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Darei presença quando a gente começar com a ordem... A ordem... A ordem inicial.

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Só um minutinho, deixe-me terminar de falar.

Vamos começar pelo início, então, dos trabalhos desta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Nós estamos no início, Deputada.

Deputado...

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR) – Presidente... Deputado Filipe Barros.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Deputado Filipe Barros.

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR) – Eu já bati presença.

Eu gostaria de apresentar, Sr. Presidente, nobres colegas Deputados, Deputadas, Senadores e Senadoras membros desta Comissão, uma questão de ordem em relação à reunião passada desta Comissão. Portanto, passo a ler a nossa questão de ordem.

Sr. Presidente, é uma questão de ordem com base nos arts. 40 do Regimento Comum; 315 e 412, inciso III, do Regimento do Senado Federal; e 47 da Constituição Federal.

No dia 10 de setembro de 2019, terça-feira, durante a reunião da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito sobre fake news, o Presidente da Comissão, Senador Angelo Coronel, conduziu os trabalhos em flagrante desrespeito às normas regimentais e constitucionais vigentes. Durante a reunião da Comissão a que nos referimos, após ser concedido pedido de verificação da votação para um dos requerimentos procedimentais apresentados, a Presidência decidiu, já com o painel eletrônico aberto, pela prejudicialidade da solicitação sob a alegação de





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que o autor da verificação – eu, este Deputado que vos fala – havia se ausentado do plenário naquele momento, sendo que estava na frente de V. Exa. e me manifestei naquele momento.

Ora, a justificativa do Presidente estava em total descompasso com a realidade, uma vez que o Parlamentar autor do pedido de verificação, Vice-Líder do PSL, eu, Deputado Filipe Barros, não apenas estava presente, como fez uso do microfone de forma imediata, contrapondo a arguição de ausência, sendo esse fato solenemente ignorado pela Mesa Diretora.

Veja, o art. 40 do Regimento Comum, Sr. Presidente, nobre Relatora, prevê a possibilidade de os membros da Comissão apresentarem o adiamento da votação das matérias pautadas por até 48 horas, o que ocorreu no caso em análise, em que foram apresentados requerimentos de adiamento de votação para todos os itens da pauta. Nesse sentido, a leitura do §1º do art. 315 do Regimento do Senado é didática, ao determinar que a apreciação do adiamento é preliminar à votação da matéria a que se refere, impedindo a deliberação da matéria principal sem que os requerimentos procedimentais sejam definitivamente votados. Em razão dessas atuações antidemocráticas por parte da Mesa Diretora desta Comissão, nós solicitamos a declaração de nulidade das votações realizadas, Sr. Presidente.

E aqui eu quero deixar o meu registro nesta Comissão de que nós nos sentimos completamente desrespeitados pela atuação autoritária de V. Exa. na última reunião, porque nós temos o direito regimental de fazer obstrução; nós temos o direito regimental de apresentarmos requerimentos procedimentais, seja de adiamento de votação, seja de solicitação de nominal; nós temos o direito regimental de cumprirmos o nosso papel partidário aqui dentro e, portanto, de nos manifestarmos.

Nós nos sentimos completamente desrespeitados pela atuação de V. Exa., porque V. Exa., no começo da reunião, questionou este Plenário se haveria acordo para votação em globo dos requerimentos. Não houve. V. Exa., então, iria votar conforme o Regimento Comum, o Regimento da Câmara e do Senado, manda, individualmente cada um dos requerimentos. Cada um dos requerimentos tinha os requerimentos procedimentais que nós, no nosso direito regimental de obstrução, fizemos. V. Exa., então, ignorou que eu estava presente, disse que eu estava ausente da reunião; simplesmente prejudicou o nosso requerimento que estava sendo votado naquele momento; descumpriu aquilo que V. Exa. mesmo tinha dito que iria fazer, que seria a votação individual de cada requerimento; e atropelou, e votou em globo todos os requerimentos, mesmo sendo completamente antirregimental a atitude de V. Exa. e, quem dirá, autoritária e antidemocrática a atitude de V. Exa. como Presidente desta CPI.

Por isso é que nós estamos solicitando... E não adianta falar: "Ah, você não votou". É verdade, não votei, porque V. Exa. não havia dito que iria encerrar votação. E eu estava presente no plenário. Não há até o presente momento... "Olha, vamos deixar a votação nominal aberta por 15 minutos, por 20 minutos." V. Exa. foi autoritário, porque simplesmente encerrou a votação, votou tudo em globo, tratorou todos nós.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E não é porque nós somos mais jovens que o senhor e boa parte dos integrantes desta Comissão que V. Exa. vai nos desrespeitar desse jeito. Nós queremos ter o nosso direito regimental respeitado por essa Presidência desta Comissão. Não é justo, não é correto, é ilegal, é antidemocrático o desrespeito de V. Exa., como Presidente desta CPI, com os Parlamentares que fazem parte desta CPML. Nós não nos importamos de perder, mas nós temos que perder dentro do Regimento Interno; nós temos que perder, se formos perder, sendo cumprida a lei, o Regimento Interno e a Constituição Federal. E faltou, da parte de V. Exa., como Presidente e, portanto, responsável por dirigir os trabalhos desta Comissão, respeito aos Parlamentares, sejam eles do PSL ou de outros partidos, que estavam junto conosco na sessão passada.

Nós exigimos que V. Exa. respeite nosso direito regimental, nosso direito constitucional, nosso direito de nos posicionar. Nós exigimos, é uma questão legal, regimental. Por isso é que nós estamos solicitando que V. Exa. anule a vergonhosa sessão passada presidida por V. Exa.

O SR. HUMBERTO COSTA (PT - PE) – Para contraditar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Com a palavra o Senador Humberto Costa. Antes, porém, Senador e Deputado...

O SR. HUMBERTO COSTA (PT - PE) – Presidente, me permita contraditar.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Com certeza. É porque não entendi o "perder e ganhar". Está havendo alguma peleja aqui? Não entendi ainda.

Com a palavra o Senador Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (PT - PE. Pela ordem.) – Sr. Presidente, antes de mais nada, eu quero entrar no argumento pelo qual essa questão de ordem não deve ser aceita. Em verdade, o nosso Regimento Interno, na Subseção III, trata da "votação ostensiva" por intermédio do art. 293, que diz o seguinte.

Art. 293. No processo simbólico observar-se-ão as seguintes normas:

.....

X - se, ao processar-se a verificação, os requerentes não estiverem presentes ou deixarem de votar, considerar-se-á como tendo dela desistido.

Foi o que V. Exa. fez da forma mais correta na sua determinação.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. HUMBERTO COSTA (PT - PE. Pela ordem.) – Eu peço a V. Exa., Presidente, que permita que eu use a palavra. Não pensem os que aqui estão que vão conseguir provocar todos aqui para atender a sua estratégia. Eu já participei de várias CPIs aqui, Presidente, várias –





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Petrobras, participei daquela do cara lá de Goiás, de várias mais –, mas é a primeira vez que eu vejo alguém impedir que os procedimentos mais elementares de uma CPI aconteçam, fazer obstrução. Por que fazer obstrução na CPI? É porque, na verdade, não querem que a gente chegue em investigações, em uma série de coisas aqui que vão mostrar o submundo desse chamado processo de propagação de ódio e de fake news.

Então, primeiro, quero elogiar V. Exa.: V. Exa. agiu bem. Quero também sugerir a V. Exa. que não aceite essas provocações, não aceite, não fique nervoso, não fique querendo responder cada coisa que é dita aqui, porque o objetivo disso é exatamente nos tirar do sério e impedir o mais importante, que o povo brasileiro quer saber: o que é que está por trás disso aí, e por que é que há uma posição política aqui de impedir que isso se aprofunde.

Então, eu contesto dizendo que V. Exa. cumpriu adequadamente o Regimento e desconsiderou a proposição apresentada.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Nobre Senador Humberto, fique tranquilo, porque quem me conhece há muitos anos sabe que eu sou bem low profile, eu não sou de comer reggae de ninguém, não tenho medo de cara feia, não tenho medo de voz elevada, não tenho medo tampouco de gritaria. Vou conduzir esta Comissão com total serenidade. Até então eu me perguntei durante a semana toda: não sei por que esse receio e obstrução a uma CPI em que estamos lutando para resolver um problema crucial da nossa sociedade, que está com a sua privacidade sendo ferida, crimes acontecendo.

Eu achava, inclusive, que esta Comissão fosse unanimidade, fosse bem célere, para que a gente chegasse a descortinar esse mundo oculto que é a internet.

Mas, infelizmente, vamos tocar o barco para a frente, para ver onde vai dar isso.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC. Pela ordem.) – Tem que enfrentar a questão de ordem, Presidente. Com todo respeito, enfrente, então, a questão de ordem e responda ao meu colega.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Vou responder, nobre Deputada.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Então está o.k.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – A senhora está com pressa?

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Não.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Porque estamos com tanta tranquilidade hoje aí.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Ótimo, também estou com todo o tempo do mundo.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Fique tranquila que a senhora ouvirá a resposta com tranquilidade.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Ótimo, ótimo. Vamos em frente então.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Resposta à questão de ordem sobre a última reunião.

Esta Presidência presta os devidos esclarecimentos quanto à questão de ordem formulada a respeito da 2ª Reunião desta CPMI.

A questão de ordem diz respeito, em síntese, a duas decisões tomadas por esta Presidência em relação a requerimentos de adiamento da votação de todos os itens da pauta, Requerimentos 1 a 9, apresentados pelo ilustre Deputado Filipe Barros: uma decisão que indeferiu encaminhamento de tais requerimentos, outra que declarou prejudicada a verificação de votação desses requerimentos.

Em primeiro lugar, o Regimento Comum estabelece, no seu art. 40, que pode ser "adiada a votação, no máximo por 48 (quarenta e oito) horas, a requerimento de Líder, desde que não seja prejudicada a apreciação da matéria no prazo constitucional".

Por sua vez, o art. 41, parágrafo único, delimita que: "O requerimento sobre proposição constante da Ordem do Dia deverá ser apresentado logo após ser anunciada a matéria a que se referir".

Coloque-se que os requerimentos do Deputado Filipe Barros foram apresentados antes mesmo do anúncio das matérias de que tratavam, ou seja, a rigor, violaram o art. 40 do Regimento Comum e 41, parágrafo único, do Regimento do Senado, o que foi contemporizado por esta Presidência.

Ainda, segundo o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do art. 315: "O adiamento da votação obedecerá aos mesmos princípios estabelecidos para o adiamento da discussão [...]. [Sendo que tal] [...] requerimento deverá ser apresentado e votado como preliminar ao ser anunciada a matéria".

Embora o Regimento Comum não disponha de matéria explícita sobre a possibilidade ou não de encaminhamento em requerimentos de adiamento de votação, a melhor interpretação regimental é a de que tais encaminhamentos são regimentalmente vedados. Trata-se de aplicar o art. 50 do Regimento Comum, que versa expressamente sobre requerimentos de preferência e de destaque, mas é certamente extensível, por analogia, à hipótese dos requerimentos de adiamento de votação, por se tratar de matéria com a mesma temporariedade e pertinência. Esse dispositivo é claro e incisivo ao anunciar que tais requerimentos "não serão discutidos e não terão encaminhada sua votação". E é dever desta Presidência aplicar tais normas, a bem da eficiência e celeridade processual que devem nortear os trabalhos das CPIs.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta interpretação está, aliás, plenamente alinhada com o Princípio Geral do Processo Legislativo de que trata o art. 412, inciso VI, do Regimento Interno do Senado Federal, ao estabelecer as decisões dos casos omissos de acordo com a analogia e os princípios gerais de Direito.

Para além disso, ainda que fosse regimentalmente possível o encaminhamento de votação em tais casos, o que somente se admite com exercício argumentativo, uma vez que a melhor interpretação caminha no sentido da proibição de encaminhamentos, é certo que, nas circunstâncias concretas, a ausência de encaminhamento não resultou em qualquer prejuízo a esta Comissão ou a seus membros, porquanto se tratava de matéria simples, até trivial, de se decidir se determinados requerimentos deveriam ou não ter votação adiada. É de se aplicar, pois, nessa hipótese, reitero-se, admitido apenas como exercício argumentativo, o princípio jurídico segundo o qual não há nulidade sem prejuízo.

Logo, diante dos argumentos mencionados, indefere-se a questão de ordem no que consta ao não encaminhamento dos requerimentos de adiamento de votação.

Prossegue-se: os referidos requerimentos foram submetidos a votação simbólica, e, em seguida, o Deputado Filipe Barros, na condição de Vice-Líder do PSL, pediu a verificação de votação. Esta Presidência acatou a referida solicitação, com base no art. 45, inciso II, do Regimento Comum do Congresso Nacional. Contudo, após a votação estar aberta por 15 minutos, esta Presidência foi surpreendida com a retirada do Plenário da Bancada do PSL, exceto do autor da solicitação de verificação de votação, o qual, porém, não havia votado, conforme pode ser consultado no sistema eletrônico. Desta forma, atendendo ao art. 293, inciso X, do Regimento Interno do Senado Federal, o qual prevê que, se, ao processar-se a verificação, os requerentes não estiverem presentes ou deixarem de votar, considerar-se-á como tendo dela desistido, esta Presidência declarou prejudicada a referida solicitação de verificação naquele momento. Em seguida, durante a votação em bloco dos itens da pauta, o Deputado Filipe Barros, do PSL, pediu a palavra para discutir os requerimentos. Entretanto, o art. 40 do Regimento Comum do Congresso Nacional não admite discussões de requerimentos em reuniões mistas, mas apenas encaminhamento de votação. Percebe-se ainda das notas taquigráficas que não foi realizada qualquer solicitação para encaminhamento de votação dos itens de pauta.

Deste modo, há de se concluir que a aplicação do art. 293, inciso X, do Regimento Interno do Senado Federal foi correta e que a condução dos trabalhos esteve plenamente amparada nas normas regimentais. Não houve nenhum "tratoramento".

Portanto, indefiro, na totalidade, a questão de ordem ora apresentada.

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR. Pela ordem.) – Quero só deixar registrado que nós vamos recorrer, Presidente.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Por fim, Deputado, na forma regimental, as questões de ordem devem ser formuladas sobre assunto que esteja sendo tratado no momento, ou seja, deve referir-se a casos concretos relacionados com a matéria tratada na ocasião. A questão de ordem formulada diz respeito a assunto tratado na última reunião desta Comissão, ou seja, a matéria é, evidentemente, preclusa, esgotada, porque não é objeto desta 3ª Reunião. Os requerimentos já foram votados e aprovados pelo Plenário desta Comissão. E, naquele momento, nenhuma questão foi suscitada.

Portanto, esta Presidência não conhece da questão de ordem apresentada, embora já tenha prestado todos os esclarecimentos sobre a matéria.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC. Para questão de ordem.) – Para uma questão de ordem, Presidente.

Eu devo discordar de V. Exa., porque fiz várias questões de ordem, e tenho outra aqui, que não foram enfrentadas na comissão passada.

Então, com o devido respeito a V. Exa., em vários momentos aqui, eu falei, e V. Exa. me ignorava, ignorava a minha fala e ignorava as questões de ordem que eu levantava.

Como hoje estamos com os ânimos mais tranquilos, quero formular uma questão de ordem que não pude fazer na comissão passada pelo desrespeito a mim feito, inclusive na posição de mulher, porque acho muito engraçado que muitos aqui, inclusive da oposição, também me ofenderam. Exijo respeito, por ser membro desta Comissão, e quero formular, sim, uma questão de ordem que não foi enfrentada.

A nossa obstrução na comissão passada foi realizada como um direito regimental que, inclusive, a oposição utiliza muito em várias comissões da Casa, do Senado e da Câmara. E é nosso direito. Então, se é direito, deve ser respeitado.

Inclusive, V. Exa. não enfrentou nessa última resposta à questão de ordem os mais de vinte requerimentos de obstrução que nós fizemos! Onde estão? Eles evaporaram? Porque estavam ali sobre a mesa. E agora não queriam receber o nosso kit obstrução. Eu não sei o que está acontecendo nesta Comissão! Nós temos que cumprir os Regimentos da Casa.

Então, a minha questão de ordem, Presidente, é feita com base no art. 40 do Regimento Comum, art. 315, e 312, inciso III, do Regimento do Senado, e art. 47 da Constituição Federal.

No último dia 10 de setembro de 2019, terça-feira, durante a nossa reunião desta Comissão Mista Parlamentar de Inquérito – Fake News, o Presidente, Senador Angelo Coronel, conduziu os trabalhos em flagrante desrespeito às normas regimentais e constitucionais vigentes. Explico: V. Exa., Presidente, anunciou a votação em globo da totalidade dos itens da pauta, e, a despeito dos protestos dos Parlamentares presentes, proferiu imediatamente a aprovação de todos os itens pautados, ignorando os requerimentos procedimentais já apresentados à Mesa.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Inclusive, quero que consultem as filmagens, porque está nítido, e não foi enfrentado. O meu colega tentou dizer: "Não, estou presente", e tal, e simplesmente foi solenemente ignorado.

Nesse sentido, a leitura do §1º do art. 315 do Regimento do Senado é didática ao determinar que a apreciação do adiamento é preliminar à votação da matéria a que se refere, impedindo a deliberação da matéria principal, sem que os requerimentos procedimentais sejam devidamente votados. Essa foi outra flagrante afronta realizada constantemente por V. Exa. na reunião passada.

Além disso, ainda que não houvesse requerimentos procedimentais sobre a mesa, que foram solenemente ignorados, a Presidência não poderia impedir a discussão e o encaminhamento. Isso está nos Regimentos. Nunca vi a gente na Casa do povo, democrática aqui, não poder encaminhar e justificar os motivos dos nossos requerimentos de procedimento. O encaminhamento tem a ver com o direito do contraditório, tem a ver com o direito de explicitação dos fundamentos de por que a gente está fazendo determinada coisa. Até respondendo a V. Exa. na fala anterior, é rasgar o Regimento dizer que não pode haver encaminhamento.

Então, devendo a proposta de votação em globo ser formalizada por meio de acordo de lideranças legitimado por uma deliberação do Plenário da Comissão em voto nominal com resultado unânime, conforme a inteligência do art. 412, inciso III, do Regimento do Senado.

Ao contrário disso, a situação em análise, ao consultar o Plenário da Comissão sobre a posição de votação em globo dos itens da pauta, V. Exa., Presidente, assentou que a votação dos itens seria realizada uma a uma, trinta minutos antes de proferir a decisão ilegal, determinando que fosse descumprida posteriormente.

Resta evidente, assim, que a decisão de V. Exa., Presidente, de proceder à votação de toda a pauta de uma só vez, ignorando os requerimentos apresentados, não possui amparo regimental e se contrapõe ao estatuído no art. 47 da Constituição Federal, o qual vou ler – que é a Carta Magna: "Salvo disposição constitucional em contrário, as deliberações de cada Casa e suas comissões serão tomadas por maioria dos votos, presente a maioria absoluta de seus membros". Inclusive, agora a gente não pode fazer a deliberação, porque não estamos ainda com a maioria absoluta dos membros.

Ante o exposto, pela evidente antirregimentalidade e inconstitucionalidade dos procedimentos adotados pela Mesa da Comissão, desta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, no dia 10 de setembro, requeiro a nulidade das deliberações dos requerimentos dos itens 1 a 9 e 23, todos de 2019, analisados na última oportunidade.

Então, Presidente, resumindo: requeremos a anulação, porque não houve acordo, não houve decisão unânime para votação em bloco, e nós queremos, então, a nulidade da decisão.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Teremos que voltar um passo antes, para o fim de retomar a institucionalidade e a democracia nesta Casa.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Nobre Deputada, esclareço que os arts. 132 e 133 do Regimento Comum do Congresso Nacional estabelece que "é irrecorrível a decisão da Presidência em questão de ordem, salvo se estiver relacionada com dispositivo constitucional". Como não há norma constitucional envolvida na questão de ordem, não há como acolher, infelizmente, o pedido do recurso formulado.

Eu passo para a nossa Relatora...

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC. Pela ordem.) – Eu não estou questionando a sua decisão, mas a votação em globo, Presidente. Não foi solicitada uma questão de ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Essa é matéria preclusa, vencida, Deputada.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Não é preclusa, porque V. Exa. não me deu o direito de fazer essa questão de ordem. V. Exa. Ignorou solenemente a minha fala na vez passada. E agora está...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Isso é matéria da reunião anterior, Deputada.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Mas V. Exa. ignorava!

O SR. HUMBERTO COSTA (PT - PE) – Pela ordem, Sr. Presidente. Pela ordem.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC. Pela ordem.) – Não foi solucionada a questão de ordem, Presidente. São nulas as decisões, Presidente.

Vai ignorar de novo? Nós vamos começar assim? Nós vamos começar assim?

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Deputada, a senhora está querendo fazer renascer uma reunião passada?

A SRA. BIA KICIS (PSL - DF. Pela ordem.) – Presidente, pela ordem.

Como Vice-Líder do Governo no Congresso, eu quero dizer que não se preclui uma questão que não foi analisada, Presidente. Se a questão da colega Parlamentar, membro da Comissão, não conseguiu sequer ser posta, porque ela foi ignorada, essa questão não foi decidida. Ela foi simplesmente ignorada e, portanto, não pode ser preclusa.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, como Vice-Líder do Governo no Congresso, eu peço a V. Exa. que reconsidere a sua decisão, porque, Excelência, dá a impressão de que V. Exa. sequer está ouvindo e já tem uma resposta pronta, ignorando aqui o pedido da colega e a argumentação.

Não há preclusão sobre matéria que não foi anteriormente analisada e julgada, Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Nobre Deputada, infelizmente, eu não tenho o poder ainda de adivinhação. Eu não sabia qual era a sua pergunta, para já ter uma resposta pronta.

O SR. HUMBERTO COSTA (PT - PE) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Pela ordem, Senador Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (PT - PE. Pela ordem.) – Eu queria, Sr. Presidente, que V. Exa. se ativesse ao tempo determinado pelo Regimento para apresentação de questões de ordem. Aqui têm sido feitas questões de ordem de dez, 15 minutos, e nós sabemos que o tempo é de cinco minutos. Então, eu queria pedir a V. Exa. que determinasse que esse tempo fosse regularmente cumprido.

E, segundo, havendo já decisão de V. Exa., cabe a quem não concorda recorrer, e não abrir um novo debate sobre um tema que já foi resolvido por V. Exa.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Com a palavra, Deputada Luizianne.

A SRA. LUIZIANNE LINS (PT - CE. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu gostaria apenas de colocar para os nobres colegas que o art. 235, inciso III, alínea "d", item 5, que está falando exatamente da apresentação das proposições, incluindo requerimento, é muito claro: pode ser feita, item 5, votação em globo ou parcelada. Isso daí não é uma questão de acordo. Isso está previsto regimentalmente.

A SRA. BIA KICIS (PSL - DF) – Em qual Regimento, Deputada, que eu não estou achando?

A SRA. LUIZIANNE LINS (PT - CE) – Do Senado.

Portanto, eu gostaria de contraditar, explicando aqui para os nobres colegas que a gente quer trabalhar e eles estão atrapalhando o trabalho... A gente quer encontrar todas as questões que estão envolvidas nesse processo de fake news, e não está podendo, porque as pessoas não querem discutir.

Eu fico muito impressionada – para concluir, Sr. Presidente – em como as pessoas querem ser indicadas para uma CPI, e não querem investigar. É um processo anti... Não estou conseguindo entender essa lógica de você obstruir uma CPI, uma CPMI que foi deliberada pela





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Câmara e pelo Senado, ou seja, com Deputados e Senadores de acordo, que está totalmente dentro da legalidade. E as pessoas estão obstruindo para que não seja investigado... Então, não deveriam estar na CPI.

A SRA. BIA KICIS (PSL - DF) – Questão de ordem.

A SRA. LUIZIANNE LINS (PT - CE) – ... na CPMI. Eu estou falando, Deputada.

A SRA. BIA KICIS (PSL - DF) – Pois não.

A SRA. LUIZIANNE LINS (PT - CE) – Com licença.

A SRA. BIA KICIS (PSL - DF) – Pois não.

A SRA. LUIZIANNE LINS (PT - CE. Pela ordem.) – Então, eu gostaria apenas de colocar essa estranheza, porque eu acho que, se as pessoas não estão querendo realmente fazer o papel que a CPI tem para fazer, deveriam pedir para trocar, pedir ao partido para trocar os nomes. Porque vir para cá para ficar só obstruindo... A gente sai do Estado mais cedo para chegar aqui...

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. LUIZIANNE LINS (PT - CE) – O senhor me respeite, porque eu estou falando. Eu não sei se isso que o senhor tem no ouvido é um ponto, para ficar alguém repassando alguma coisa, ou se o senhor não quer ouvir as pessoas, porque o senhor só fala. Está com um ponto ainda no ouvido. Estou dizendo: não quer ouvir...

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. LUIZIANNE LINS (PT - CE) – É. Exatamente. Porque quem está com alguma coisa no ouvido não quer ouvir o que as outras pessoas falam. Se não for um ponto, está com alguma coisa, sem querer ouvir. Já que não quer ouvir...

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. LUIZIANNE LINS (PT - CE) – O senhor espere eu terminar de falar. Exatamente.

Portanto, gente, só para finalizar, eu gostaria apenas de dizer que já citei aqui o art. 235, inciso III, alínea "d", item 5 – qualquer coisa empresto para o pessoal ler –, mas eu gostaria de contraditar o que foi apresentado aqui pela nobre colega.

A SRA. BIA KICIS (PSL - DF) – Esse artigo, Deputada, com todo o respeito, fala do tipo de proposição, dos tipos de proposições e dos tipos de votações.

Agora, com relação à unanimidade, está prevista no art. 412, inciso III. Então...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Eu queria, eu queria...

O SR. CARLOS ZARATTINI (PT - SP) – Gente, aqui não é um debate informal. Tem regra...





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – ... informar mais uma vez que esse assunto está resolvido e quem se achar prejudicado pode recorrer a outras instâncias. Fiquem à vontade.

A SRA. BIA KICIS (PSL - DF) – Questão de ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Questão de ordem, Deputado Líder do Democratas, Elmar Nascimento.

O SR. ELMAR NASCIMENTO (DEM - BA. Para questão de ordem.) – Presidente, esta é a primeira reunião a que venho da Comissão. O titular da Comissão, que eu indiquei, Deputado Arthur Maia, está viajando e me pediu que o substituisse hoje. Fiquei absolutamente preocupado com o clima que está instalado na Comissão, de disputa. Eu acho que investigar um tema como esse é de interesse de todos.

Inclusive, na reunião de Líderes que originou a instalação desta Comissão, o que me sensibilizou foi a presença da Ministra Damares, que sugeriu, e nós acatamos imediatamente, eu fui um dos signatários da CPI... Entrei com requerimento extrapauta e peço que V. Exa. considere, com a aquiescência das Sras. e dos Srs. Senadores e Deputados, para convidar a Ministra, que se dispõe a vir, para falar sobre o uso da internet para disseminação de ódio, ensinando inclusive crianças a se enforçar e a se automutilar. É impressionante o que ela nos relatou na...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Baleia Azul.

O SR. ELMAR NASCIMENTO (DEM - BA) – Baleia Azul é uma das modalidades. Mas é impressionante o que ela nos relatou e preocupante a quantidade disso que existe.

Nós não podemos ignorar que a internet e as redes sociais estão sendo utilizadas para esse tipo de crime, que envolve também tráfico de pessoas, envolve pedofilia, e eu acho que esta Comissão pode prestar um serviço absolutamente relevante para o País. As redes precisam ter controle.

Portanto, eu queria pedir, com a aquiescência de todos, é claro, que fosse submetido este nosso requerimento a votação e dizer que não estou entendendo qual é o ambiente de disputa que existe aqui. Eu sempre assinei CPI, seja ela qual for. Eu não sou seletivo, para meus amigos a gente proteger e de inimigo a gente ir para cima. Se alguém fez alguma coisa errada, que seja punido pelo que fez de errado. Eu acho que, acima de todos, devemos colocar os superiores interesses da população brasileira. E é inadmissível que a gente continue a assistir, sem nenhum tipo de controle, ao que as redes sociais, ao que a internet está fazendo, sobretudo contra a nossa juventude, contra as pessoas que estão numa situação mais necessitada.

Portanto, a minha questão de ordem é no sentido de pedir a V. Exa., com a aquiescência de todos, que submeta a votação e à nossa Relatora que inclua esse requerimento, que eu acho





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que deve ser prioritário, no plano trabalho, até para que a sociedade brasileira entenda para o que é que vai servir esta CPI da Fake News, por que ela deve existir e por que é tão necessária.

Muito obrigado, Presidente.

A SRA. BIA KICIS (PSL - DF) – Questão de ordem, Presidente.

Eu gostaria de fazer uma resposta ao prezado Deputado Elmar, Líder do DEM, e até quem sabe responder à sua pergunta de por que esse clima...

O SR. CARLOS ZARATTINI (PT - SP. Fora do microfone.) – Não é debate, Presidente!

A SRA. BIA KICIS (PSL - DF) – Não é debate, mas eu estou contraditando aqui, Presidente, porque ele fez uma pergunta e eu acho que tenho essa resposta. Então, acho que nada mais justo do que responder ao Deputado Elmar.

Na verdade, o primeiro autor, o primeiro requerente desta CPI era do partido dele, que é o Deputado Alexandre Leite, do DEM, de São Paulo. E ele se retirou da Comissão, Deputado, dizendo que foi totalmente desvirtuado o objeto, a finalidade desta Comissão. E eu quero dizer aqui, como Vice-Líder do Governo, que me espanta que sempre que é formada uma Comissão, seja de CPI, seja para trabalho de medidas provisórias, é feito um amplo debate e um acordo para a formação da Mesa, e neste caso a formação da Mesa foi feita de forma que o Governo não pudesse...

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. BIA KICIS (PSL - DF) – Por favor, Deputado. Eu tenho participado como Vice-Líder e feito vários acordos e atendido os Deputados.

O que eu quero dizer, Deputado, é que o Governo foi alijado dessa decisão, e o Deputado autor, que é do partido de V. Exa., declarou que se afastava porque percebeu que houve um acordo para tirar os aspectos técnicos desta Comissão e para que se politizasse esta Comissão, de forma que se ataque a situação e o Governo. E nós não podemos concordar com isso. Então, há muitos vícios na origem, Deputado. Eu concordo com V. Exa., todos queremos jogar luz no tema, mas você não pode jogar luz quando tudo começa de forma sombria e obscura. Daí por que a nossa insatisfação, a nossa indignação e o nosso trabalho, sim, de obstrução: para protegermos exatamente a verdade.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Nobre Deputada, eu queria informar V. Exa. que, dos 18 votantes no dia da escolha do nosso nome, suprapartidariamente, só houve um voto em branco, incluindo os votos da bancada do seu partido e da Bancada da Base do Governo. Então, eu não sei para que um debate melhor numa eleição que praticamente foi à unanimidade. Se escolheram a pessoa errada naquele momento, paciência. Agora, só em outra CPMI, porque nesta eu tenho que esperar os meus seis meses para cumprir o meu papel.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu queria louvar também a intervenção do Deputado Elmar Nascimento, como sempre, abalizada, porque esta CPI, eu não estou entendendo, repito inúmeras vezes, como eu falo pela imprensa, eu não sei qual é o problema desta CPI para poder a gente esclarecer os crimes cibernéticos, os perfis falsos que acontecem neste Brasil afora, crimes, dilapidando as famílias, dilapidando empresas, dilapidando negócios, induzindo crianças a ódio e crime. Eu não sei, isso aqui era para ser uma sala unânime, era para todo o Congresso Nacional estar imbuído em esclarecer e em, quem sabe, ampliar o marco legal da internet; tentar fazer com que as redes sociais não fiquem donas das nossas vidas. Eu não estou entendendo. Está parecendo aqui uma pejeira partidária, até parece que é uma ressurreição de uma eleição.

Então, eu quero voltar a afirmar que nós queremos conduzir, esperamos conduzir com tranquilidade e que não haja essa beligerância, não há necessidade disso.

Mas eu vou passar para a nossa Relatora...

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – ... a Deputada Lídice da Mata, para que possa...

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Art. 111, Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – ... ler o seu relatório.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Não, não. Antes, tem que ler a ata, Presidente.

"Art. 111. Os trabalhos das Comissões iniciar-se-ão, salvo deliberação em contrário, pela leitura e discussão da ata da reunião anterior que, se aprovada, será assinada pelo Presidente."

Vamos ler a ata, Presidente. Não houve requerimento para inversão da ordem dos trabalhos, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Deputada, nós não vamos deliberar. Ela vai ler um relatório do trabalho dela. Não temos deliberação.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Não, nós temos que seguir o Regimento, Presidente.

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Não, não temos deliberação?

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – É, é isso, Presidente, é isso que a gente está vendo que acontece nesta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Entendeu? Não é deliberação?





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – O Regimento não é respeitado, Presidente.

(Intervenções fora do microfone.)

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Tem que ler a ata, nós queremos a leitura da ata, nós queremos a leitura da ata, nós queremos ser respeitados nos nossos requerimentos nesta reunião.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Mas V. Exa. está pedindo para ler a ata?

O SR. CARLOS ZARATTINI (PT - SP. Pela ordem.) – Presidente, não foi pedida a leitura da ata.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Está pedindo agora para ler a ata? Isso não tem razão.

(Intervenções fora do microfone.)

A SRA. BIA KICIS (PSL - DF) – Mas não houve pedido de inversão.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Mas V. Exa. não está conduzindo...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – A senhora quer o que depois da ata?

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Os trabalhos não foram abertos, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Depois da ata, a senhora quer que eu faça o que para postergar, para lhe ajudar?

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Não foram abertos corretamente os trabalhos, Presidente.

A SRA. BIA KICIS (PSL - DF) – Presidente... Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – O que a senhora quer que eu faça para lhe atender, para postergar, diga aí, para atender o seu ego de postergação?

A SRA. BIA KICIS (PSL - DF) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Diga, depois da ata, vou ler algo...

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. BIA KICIS (PSL - DF) – Presidente, isso é um desrespeito, Presidente. É isso que nos assusta, Deputado Elmar.

(Intervenção fora do microfone.)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. BIA KICIS (PSL - DF) – Deputado Elmar, é isso que nos assusta na condução dos trabalhos.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Deputado Elmar...

(Intervenções fora do microfone.)

A SRA. BIA KICIS (PSL - DF) – Não é o objeto em si. Que segurança? Que segurança?

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Nós sabemos por que o Alexandre Leite deixou esta Comissão; nós sabemos, Presidente. Eu sei o acordo que foi feito, Presidente.

A SRA. BIA KICIS (PSL - DF) – Que segurança nós podemos ter com esse nível de Comissão?

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Não me provoque, Presidente, senão o povo brasileiro vai saber também.

O SR. CARLOS ZARATTINI (PT - SP. Pela ordem.) – Presidente, está evidente que só tem um objetivo essa falação toda: evitar que a gente faça o mínimo aqui de discussão sobre o objeto da CPI. Eu não sei o que assusta tanto os Deputados do PSL e o próprio Governo – está aqui a Deputada Bia Kicis, que é Vice-Líder do Governo – em avançar nessa discussão. Será que existe algum temor de que haja alguém do Governo envolvido em algum processo de fake news? Será que é essa a preocupação?

Porque eu não sei, o Deputado Elmar colocou aqui uma pauta importantíssima, há crianças sofrendo com esse processo de fake news que é feito através de inúmeros sites clandestinos. Isso não pode ser investigado? Não pode ser investigada aqui a internet profunda, que está levando, inclusive, a casos como o de Suzano, em que alguns meninos foram lá e metralharam outros. Se isso nós não podemos saber, então, o que esse pessoal quer? Esses Deputados e Deputadas pretendem não fazer absolutamente nada, se omitir perante uma situação dramática, como a que nós estamos vivendo hoje, permitir que as fake news transitem livremente pela internet, sem ter nenhum processo de controle, de punição?

Ora, eu acho que nós temos que avançar aqui na CPI.

Portanto, Sr. Presidente, sugiro que o senhor coloque o feito à ordem e siga com os procedimentos normais aí na Mesa.

A SRA. BIA KICIS (PSL - DF) – Presidente...

O SR. CORONEL TADEU (PSL - SP) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Pois não, Deputado.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CORONEL TADEU (PSL - SP) – Agora, há pouco, o senhor proferiu uma frase que me ofendeu, mas não foi dirigida à minha pessoa, foi dirigida à Deputada Caroline de Toni, do PSL. O senhor disse – abro aspas – "Deputada, o que eu tenho que fazer para agradar o seu ego?" – fecho aspas. Eu queria pedir para o senhor retirar essa sua frase, porque nós não estamos aqui para atender ego de Deputados e, muito menos, de Senadores. Esta Casa é séria, o senhor exerce um mandato, e eu o respeito muito, da mesma forma que todos nós fomos eleitos. Ninguém aqui vai atender ego de ninguém. Nós temos que atender o interesse da sociedade. No momento em que o senhor proferiu isso... (Palmas.)

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Deputado, para não polemizar, eu retiro o "ego".

O SR. CORONEL TADEU (PSL - SP) – Isso! Então, está retirado, Sr. Presidente. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Satisfeito?

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP) – Peço a palavra pela ordem, Presidente.

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Pela ordem, tem a palavra o Deputado.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP. Pela ordem.) – Se o Deputado Elmar me permite, eu gostaria de subscrever o seu requerimento também, porque acho importante que a Ministra Damares, que é do Governo, portanto, que não é da oposição, venha aqui prestar o seu depoimento sobre esses fatos gravíssimos que constam e que, inclusive, são objeto desta CPMI.

Então, Deputado Elmar, se o senhor me permite, eu gostaria também de me associar ao seu requerimento.

O SR. ELMAR NASCIMENTO (DEM - BA) – Presidente, permita-me dar uma sugestão.

Eu acho que está todo mundo aqui de espírito armado. Eu queria sugerir a V. Exa. que reunisse antes, estabelecesse um Parlamentar para representar cada bloco, para discutir os requerimentos um dia antes, o que vai ser votado, porque eu acho que ninguém aqui está mal-intencionado. Acho que essa pauta que eu sugeri é uma pauta que atende a todos e poderia entrar logo no início.

Eu quero dizer que a Ministra Damares se oferece e quer vir aqui. É um tema importante para o Ministério dela. Ela viria, e, enquanto isso, a gente estabeleceria aqui os procedimentos.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A Relatora é uma pessoa da melhor qualidade, eu a conheço há muito tempo. A nossa querida ex-Senadora Lídice da Mata apresenta o plano de trabalho dela. Se houver alguma divergência, faz-se uma reunião fora do ambiente aqui de discussão, do Plenário. Não vai haver obstrução nenhuma. Faz-se uma reunião interna com um Senador ou um Deputado por bloco, para se discutir. Acho que está todo mundo de espírito armado antes de ver o que vai acontecer. E aí o que for por acordo... Há tanta coisa para ser trabalhada nesta CPI! O que for feito por acordo, a gente vai colocando na frente. O que não for acordado vai por voto; no dia certo, na hora certa, é deliberado. A maioria vai ter que vencer no voto, no dia certo, no horário certo. É só estabelecer esse procedimento para a gente poder avançar, porque há muita coisa importante.

Eu fiquei impressionado. A gente nem imagina a quantidade de crimes que estão acontecendo via redes, crimes que envolvem criança, pedofilia, suicídio, mutilação, esse tipo de coisa. Acho que esse é um tema... Não é possível que haja alguém que seja contra!

A Ministra é absolutamente a favor, isso é importante para ela, foi ela que sugeriu a instalação da CPI. Se está tentando desvirtuar ou não, a gente discute lá na frente, com calma.

A gente poderia estabelecer um procedimento para todo mundo baixar a guarda aqui. Haveria um procedimento de uma semana para outra, logo depois da reunião, como V. Exa. achar melhor. Nós nos reuniríamos aqui, cada um sugeriria uma pessoa para fazer um colegiado de coordenação da Comissão. E decidiríamos por acordo. Eu tenho conversado com outros Líderes, e acho que não é possível que a gente não tenha condições de criar um ambiente para fazer uma CPI importante como esta avançar.

Era essa a sugestão, Presidente, que eu tinha para fazer.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – A sugestão está acatada, nobre Deputado Líder do Democratas, Elmar Nascimento.

Logo após designarmos os outros Sub-Relatores, eu acho que é um papel para as relatorias, coordenadas pela ex-Senadora Lídice da Mata, proporcionar essas reuniões.

Não há quórum para deliberarmos, e é por isso que estou pedindo que a nossa Deputada leia o seu Plano de Trabalho. Não vamos deliberar nada se não houver o quórum regimental para votar.

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR) – Sr. Presidente, rapidamente...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – É uma questão de a gente dar celeridade ao processo e matar uma etapa.

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR. Pela ordem.) – Quero só um esclarecimento, Sr. Presidente, antes de V. Exa. passar a palavra para a nossa Relatora Lídice da Mata.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu gostaria de parabenizar a fala do Líder Elmar e dizer que nós estamos dispostos a conversar desde que nosso direito regimental seja garantido e desde que sejam anuladas as decisões da reunião passada, que, no nosso entendimento, feriram o Regimento.

Mas pedi a palavra neste momento apenas para obter um esclarecimento de V. Exa. Nós queremos entender em qual parte da reunião nós estamos, porque V. Exa. iniciou a reunião, nós apresentamos uma série de questões de ordem, V. Exa. respondeu a essas questões de ordem, nós dissemos que iríamos recorrer, e não houve, até o presente momento, nenhuma deliberação. O que nós estamos sugerindo é que cumpramos o Regimento Interno, que diz que nós devemos, em primeiro lugar, analisar a ata, fazer a leitura da ata, e aí, sim, podemos dar seguimento ao item 1, que é o Plano de Trabalho, ao item 2, que é o Requerimento nº 22, e aos requerimentos extrapauta, que serão analisados também.

Mas nós achamos indispensável a leitura da ata da reunião passada, vez que discordamos do procedimento adotado na reunião passada. Então, nós não abrimos mão da leitura da ata da reunião passada por parte de V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – A parte que nós estamos agora, nobre Deputado, é a leitura do plano. A gente voltar aqui à sessão anterior... Já foi decidido.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Cadê a ata?

A SRA. BIA KICIS (PSL - DF) – Presidente, e a ata da reunião anterior?

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR) – E a ata da reunião anterior?

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Nós podemos ler a ata da reunião...

A SRA. BIA KICIS (PSL - DF) – Sr. Presidente, não é possível...

(Intervenções fora do microfone.)

A SRA. BIA KICIS (PSL - DF. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu quero registrar aqui, também, que não é possível que, quando nós solicitamos que sejam cumpridos o Regimento e a ordem, a sequência regimental dos trabalhos, isso seja considerado por alguns Deputados como tentativa de não querer esclarecer fake news, medo de que algo apareça para o Governo. Não se trata disso. Nós queremos simplesmente seguir e, como diz o meu colega, entender o que está acontecendo, para que seja seguido o trabalho.

Deputado Elmar, quero dizer que a CPI tem que ter um objeto específico. Se o objeto desta CPI for deep web, se for para analisar esse tipo de coisa, como quer a Ministra Damares, estamos de pleno acordo. O problema é que, veja, um Deputado do seu Partido, requerente, retirou-se porque disse que verificou que não é disso que se trata. O que está sendo feito aqui é uma politização indevida da CPI. Nós não estamos seguros com a condução dos trabalhos, nem ao





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

menos de que os nossos votos, as nossas colocações serão respeitadas. E esta CPI poderá, sim, conduzir a um desfecho muito lamentável para a sociedade brasileira.

Então, Deputado, conte comigo, conte com o Governo...

O SR. HUMBERTO COSTA (PT - PE) – Pela ordem!

A SRA. BIA KICIS (PSL - DF) – ... para que esse tipo de questão seja, sim, analisado. A Ministra Damares será muito bem-vinda, mas é preciso...

O SR. HUMBERTO COSTA (PT - PE) – Sr. Presidente, pela ordem...

A SRA. BIA KICIS (PSL - DF) – ... definir o objeto desta CPI.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Também quero falar, Presidente.

O SR. HUMBERTO COSTA (PT - PE. Pela ordem.) – Sr. Presidente, o objeto da CPI já está definido no documento que foi assinado por Senadores e Deputados, e não há necessidade de ficarmos discutindo isso o tempo inteiro.

Eu gostaria de pedir a V. Exa. que, atendendo à exigência regimental, Sr. Presidente, fizesse a leitura da ata para que nós pudéssemos, então, ouvir o Plano de Trabalho da Senadora Lídice. Estamos perdendo tempo. É mais rápido a gente ler a ata, ouvir, para, depois, a Senadora poder apresentar o seu Plano de Trabalho, porque este parece ser o objetivo de alguns aqui: impedir que esse plano seja apresentado.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Exato, Senador.

Não foi lida antes porque não tínhamos quórum para poder votar. Agora completou o quórum mínimo de 17.

ATA DA 2ª REUNIÃO DA COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO – FAKE NEWS DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 10 DE SETEMBRO DE 2019, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 19.

Às quinze horas e zero minuto do dia dez de setembro de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19, sob a Presidência do Senador Angelo Coronel, reúne-se a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito – Fake News com a presença dos Parlamentares Eduardo Braga, Eduardo Gomes, Marcio Bittar, Luiz do Carmo, Veneziano Vital do Rêgo, Fabiano Contarato, Alessandro Vieira, Roberto Rocha, Juíza Selma, Flávio Bolsonaro, Major Olímpio, Nelsinho Trad, Otto Alencar, Humberto Costa, Jean Paul Prates, Telmário Mota,





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Chico Rodrigues, Eduardo Girão, Styvenson Valentim, Hiran Gonçalves, Luizianne Lins, Rui Falcão, Natália Bonavides, Carlos Zarattini, Filipe Barros, Caroline de Toni, Carla Zambelli, Lídice da Mata, Celso Russomanno, Túlio Gadêlha, Dr. Leonardo, Zenaide Maia, Marcos do Val, Fernando Bezerra Coelho, Izalci Lucas, Eduardo Costa, Acir Gurgacz, Arolde de Oliveira, Luciano Ducci, Dr. Zacharias Calil e Confúcio Moura. Deixam de comparecer os Parlamentares Ciro Nogueira, Randolfe Rodrigues, Weverton, Rogério Carvalho, Ricardo Barros, Delegado Éder Mauro, Bruna Furlan, Arthur Oliveira Maia e Bacelar. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: Deliberativa.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Presidente, nominal da ata...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Eu posso ler, Deputada?

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Perdão!

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Posso continuar?

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Continue.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Obrigado.

ITEM 1 – REQUERIMENTO Nº 1, de 2019, que "requer a convocação do representante legal da empresa do Whatsapp no Brasil para prestar depoimento". Autoria: Deputada Luizianne Lins. Resultado: Aprovado. ITEM 2 – REQUERIMENTO Nº 2, de 2019, que "requer a convocação do representante legal no Brasil da empresa Google para prestar depoimento". Autoria: Deputada Luizianne Lins. Resultado: Aprovado. ITEM 3 – REQUERIMENTO Nº 3, de 2019, que "requer a convocação do representante legal no Brasil do Twitter para prestar depoimento." Autoria: Deputada Luizianne Lins. Resultado: Aprovado. ITEM 4 – REQUERIMENTO Nº 4, de 2019, que "requer a convocação do representante legal no Brasil da plataforma de compartilhamento de vídeos YouTube para prestar depoimento". Autoria: Deputada Luizianne Lins. Resultado: Aprovado. ITEM 5 – REQUERIMENTO Nº 5, de 2019, que "requer a convocação do representante legal no Brasil da rede social Instagram para prestar depoimento". Autoria: Deputada Luizianne Lins. Resultado: Aprovado. ITEM 6 – REQUERIMENTO Nº 6, de 2019, que "requer a convocação do representante legal no Brasil da empresa





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Facebook para prestar depoimento". Autoria: Deputada Luizianne Lins. Resultado: Aprovado. ITEM 7 – REQUERIMENTO Nº 7, de 2019, que "requer a convocação da Sra. Dolores Aronovich Aguerro para prestar depoimento". Autoria: Deputada Luizianne Lins. Resultado: Aprovado. ITEM 8 – REQUERIMENTO Nº 8, de 2019, que "convida o representante legal do The Intercept Brasil a prestar depoimento à CPMI".

Aprovado como "convocação". Autoria: Deputada Luizianne Lins. Resultado: Aprovado, alterando a condição de convite para convocação. ITEM 9 – REQUERIMENTO Nº 9, de 2019, que "requer a convocação do representante legal no Brasil do serviço de mensagens instantâneas Telegram". Autoria: Deputada Luizianne Lins. Resultado: Aprovado. ITEM EXTRAPAUTA 10 – REQUERIMENTO Nº 23, de 2019, que "requer apoio técnico e jurídico para a CPMI, bem como a requisição de um delegado da Polícia Federal e um agente da Polícia Federal para auxiliarem nos trabalhos da Comissão". Autoria: Senador Angelo Coronel. Resultado: Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezesseis horas e trinta e sete minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR) – Para a retificação da ata, Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Assina a ata o Senador Angelo Coronel, Presidente da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito Fake News. A reunião está disponível em áudio e vídeo no link <http://www12.senado.leg.br/multimidia>.

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR) – Para a retificação da ata...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Coloco em votação a Ata da 2ª Reunião...

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR) – Para a retificação da ata, Presidente... Sou o Deputado Filipe Barros. Para a retificação da ata, com base no art. 30, §2º, do Regimento Comum... Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Poderia repetir, por favor, qual é a base legal, para que a nossa assessoria possa ver se está embasado, nobre Deputado.

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR) – O art. 30, §2º, do Regimento Comum do Congresso Nacional nos dá o direito... Os arts. 30 e 31 nos dão o direito de fazer solicitações para a retificação da ata, que serão analisadas por V. Exa. como Presidente desta Comissão.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós gostaríamos, Sr. Presidente, nobres colegas, que constassem, nas atas, as seguintes solicitações. Ponto um: que nós protocolamos inúmeros requerimentos procedimentais e que seja claro, na ata, todos os requerimentos procedimentais que nós protocolamos no início da reunião e o que foi feito com eles, onde foram parar. Ponto dois: V. Exa. leu, item por item, os requerimentos que foram aprovados. Nós gostaríamos que constasse na ata quem os aprovou, quais Deputados e Senadores votaram favoravelmente e quais votaram contra, se a votação foi nominal, se a votação foi em bloco, se a votação foi individual, se a votação... Enfim, que constasse na ata como foi, como se deu o processo de votação e quem votou favoravelmente ou contra esses requerimentos.

Eu gostaria aqui também de não retificar, mas de deixar registrado, neste presente momento, que V. Exa. leu que eu estava presente no início da reunião e que, mesmo assim, ignorou nossos requerimentos.

São dois pontos que nós gostaríamos de retificar na ata. Retomando, ponto um: todos os requerimentos procedimentais que nós protocolamos e o que foi feito com eles, uma vez que simplesmente deixaram de ser deliberados. Ponto dois: como se deu o processo de votação de cada um dos requerimentos, se foram aprovados, por quem foram aprovados, se foi nominal, se foi em bloco, se foi individual. Gostaria que constassem na ata esses dois pontos.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Nobre Deputado Filipe Barros, seguindo o Regimento Comum do Congresso Nacional, no seu art. 30, inciso II, as questões de ordem e pedidos de retificação sobre a ata serão decididos pelo Presidente. Neste momento, indefiro sua questão de ordem para alterar a presente ata.

Coloco em votação a Ata da 2ª Reunião.

Os Srs. Senadores e Senadoras, Deputados e Deputadas que a aprovam permaneçam como se encontram.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Há um requerimento, Presidente, com questão de ordem. Nós temos um requerimento de votação nominal da ata.

O SR. HUMBERTO COSTA (PT - PE) – Há apoio, Sr. Presidente?

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Sou Vice-Líder, nobre Senador.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Há apoio do Líder Filipe Barros.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Mas eu sou Vice-Líder tanto quanto o Deputado Filipe Barros, só para registrar. Esse machismo nesta Comissão me espanta.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Aí é uma questão de vocês dois decidirem quem vai ficar na Liderança.

Então, vamos proceder...

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Queremos encaminhar, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Leio o requerimento: "Sr. Presidente, requeiro a V. Exa., nos termos do art. 44, parágrafo único, do Regimento Interno do Congresso Nacional, que a ata da reunião anterior seja votada pelo processo nominal". Assinam o Deputado Filipe Barros, Líder do PSL, e também a nobre Deputada Caroline de Toni, que está também... É para evitar o machismo, o que é importante.

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR) – Para encaminhar, Presidente... Podemos encaminhar, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Mas o autor está encaminhando?

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Eu vou abrir essa exceção a V. Exa., porque hoje está com vontade de falar, e eu gosto de ouvi-lo.

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR) – Obrigado, Presidente.

Quanto tempo eu tenho, Presidente, só para esclarecimento?

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Tem cinco minutos, pelo art. 131.

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR. Para encaminhar.) – Obrigado, Presidente.

Então, encaminhando a votação nominal da ata, nós, Presidente, como já foi dito anteriormente, fizemos questão de solicitar a V. Exa. a retificação da ata. V. Exa., obviamente, já negou a retificação da ata. Mas eu gostaria de, neste momento que tenho para encaminhar o voto, deixar registrado mais uma vez o nosso profundo pesar ao constatarmos os rumos que esta CPI está tomando: rumos antidemocráticos, rumos autoritários por parte de V. Exa., por parte de outros Parlamentares desta Comissão, que não reconhecem o direito regimental que nós temos de obstruir – é um direito que nós temos. Aliás, a oposição sabe obstruir muito bem. Aprendemos a obstruir com V. Exas. do Partido dos Trabalhadores, aprendemos muito bem com vocês. Então, V. Exas. podem fazer obstrução, e nós não? É assim?

Nós temos o direito regimental de nos posicionarmos e de, inclusive, sermos contra o objeto indefinido desta Comissão. Por mais que falem que o objeto está definido no requerimento, nós entendemos que os fatos ali elencados no requerimento não guardam relação entre si. Não à toa, o Deputado Alexandre Leite, que foi quem coletou as assinaturas na primeira reunião de





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

instalação desta CPI, no microfone – está registrado nos Anais desta Casa –, disse que estava se retirando desta CPI porque não concordava com os rumos que a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito estava tomando. Está registrado aqui nesta ata, registrado.

Na reunião passada, Presidente, nós ouvimos, aqui no plenário desta Comissão, uma fake news absurda dita por um Deputado do Partido dos Trabalhadores, que eu não vou citar o nome, senão vai pedir direito de resposta depois, mas uma fake news em que ele disse, fora dos microfones, Sr. Presidente, que a facada do Bolsonaro era fake, disse que era "facada news", disse isso aqui fora dos microfones desta Comissão. Então, como nós podemos admitir, Sr. Presidente, numa Comissão que tem como escopo a investigação de fake news, que Parlamentares membros desta Comissão propaguem fake news fora dos microfones?

Eles falam, falam, falam que o PSL tem medo de que seja investigado, que o Bolsonaro isso, que o PSL aquilo, mas vamos aos fatos: quem foi condenado pelo TSE por divulgação de notícias mentirosas foi o candidato Haddad, foi o candidato Haddad, não foi o Bolsonaro.

Então, Sr. Presidente, nós estamos vendo que esta CPI está sendo instrumentalizada, lamentavelmente. Depois nós vamos deixar aqui registrados vários pontos e vários questionamentos à nossa Relatora sobre o Plano de Trabalho que foi apresentado. Não vamos antecipar, vamos apenas questioná-la, porque o Plano de Trabalho é um plano de trabalho da Comissão. Não queremos, de qualquer forma, Presidente, atrapalhar. O que nós queremos é ter o nosso direito regimental garantido. Nós queremos nos posicionar. Nós queremos garantir o direito à liberdade de expressão. Nós queremos garantir a liberdade de imprensa. Enfim, nós queremos e estamos aqui para defender esses direitos constitucionais, que nós estamos vendo que, pelo rumo que esta Comissão está tomando, serão alijados.

Eu estou vendo aqui parte das assessorias fazendo cara feia e já adianto que cara feia para mim é fome!

(Soa a campainha.)

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR) – Não adianta assessoria de Senador e Deputado ficar olhando para mim e fazendo cara feia, a não ser que o assessor se candidate e venha aqui debater conosco. Enquanto isso, continuarei falando!

Então, Sr. Presidente, nós queremos e encaminhamos neste momento a votação "não" em relação à nominal da ata, uma vez que nós fizemos um pedido de retificação...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR) – O voto é "sim" à verificação nominal, melhor dizendo, é "sim", porque nós discordamos do posicionamento de V. Exa., que não quis retificar a ata a nosso pedido.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, o PSL encaminha o voto "sim".

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Sr. Presidente...

O SR. HUMBERTO COSTA (PT - PE) – Sr. Presidente, quero contraditar.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Para encaminhar também, Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Para contraditar, para seguir a linha do colega, depois entram vocês dois.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Para encaminhar também, Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Ou quer contraditar, fazer o pingue-pongue?

O SR. HUMBERTO COSTA (PT - PE) – Como V. Exa. preferir.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Então, pronto! Com a palavra o Senador Humberto Costa.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Também quero encaminhar depois, Presidente.

O SR. HUMBERTO COSTA (PT - PE. Para contraditar.) – Sr. Presidente, de uma vez por todas, tem que acabar aqui o debate sobre o objeto desta CPI, que está escrito no requerimento que foi subscrito por Senadores e Deputados. Houve, inclusive, partidos e representantes de partidos que ingressaram no Supremo Tribunal Federal, questionando esta CPI e também o seu objeto, e foram derrotados pelo Supremo Tribunal Federal. Portanto, essa questão já é uma questão resolvida, definida. Se não quiserem que seja por aí, que promovam outra CPI ou façam outro caminho, mas não têm o direito de querer questionar mais uma vez o processo.

Segundo, esse tema de leitura de ata aqui foi aproveitado para se fazer, utilizando o Regimento do Senado Federal, porque, na Câmara, já há resolução dizendo, inclusive, que leitura de ata não é obrigatória nas diversas Comissões existentes naquela Casa. V. Exa. permitiu a leitura, e agora novamente vem o processo de tentar obstruir a continuidade do nosso trabalho. Eu já vi obstruir votação de projeto para que uma lei não entre em vigor, de medida constitucional, de processo de impeachment, mas para impedir que uma CPI possa desenvolver o seu trabalho? Para mim só há uma justificativa: é medo, medo, medo de que, quando nós investigarmos isto aqui, nós comecemos a identificar os tentáculos, quem está por trás desse tipo de coisa. Quem, por exemplo, obrigou agora o youtuber Felipe Neto mandar sua mãe para o exterior e mudar sua agenda, porque está ameaçado de morte? Para isso, utilizaram-se de fake news!





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Presidente da Comissão é ameaçado de morte! O cantor Caetano Veloso foi chamado de pedófilo! São essas coisas que parecem que não querem...

No Brasil, parte do crescimento dos casos de sarampo tem a ver com fake news.

Por que essas pessoas não querem discutir? Que receio tão grande é esse? Estão com receio de que bata em quem?

Vamos fazer um acordo: quando houver algum requerimento, alguma coisa que possa atingir Governo ou partido de Governo e tal, então vocês trazem à discussão e votem contra, mas não impeçam que a gente saia daqui não somente com uma investigação, mas com medidas para que não aconteça de novo!

Discutir o problema de fake news na eleição não vai fazer a eleição ser anulada. Isso depende do TSE, e, pelo andar da carruagem, esse TSE que está aí não vai investigar isso a fundo de forma alguma, mas pode impedir que, agora, em 2020, façam de novo, pode impedir que, em 2022, façam de novo.

Os que não querem que se investigue não é só para saber o que aconteceu no passado, é porque eles querem continuar utilizando essa arma para tentar preservar a hegemonia política na sociedade.

Se, numa eleição nacional, centralizada, conseguiram fazer isso e não se teve controle sobre essa questão, imaginem o que vai acontecer nas cidades do interior, o que vai acontecer...

(Soa a campanha.)

O SR. HUMBERTO COSTA (PT - PE) – ...nas capitais, nas médias cidades em termos de fake news!

Então, Sr. Presidente, eu quero aqui me associar ao apelo que foi feito pelo integrante do DEM aqui. Vamos parar com isso!

Quando chegar a hora de chamar alguém que vocês não querem que chamem, votem contra, coloquem a maioria aqui. Agora, impedir, por isso, que a gente possa dar seguimento a uma matéria tão relevante como essa me parece que é um sentimento antidemocrático, anti-interesse do nosso País.

Podem fazer a obstrução, mas a obstrução tem de ter um mínimo de bom senso. Obstruam todos os temas que disserem respeito ao Governo, aos que já foram acusados, ao velhinho da Havan! Tudo bem! Agora, impedir que a gente possa investigar tudo, isso é inaceitável.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Para encaminhar, Presidente! São dois a favor e dois contra, pelo art. 41 do Regimento Comum.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Pelo art. 41, nobre Deputada, V. Exa. não pode encaminhar. Deve ser um da outra Casa, já que é do mesmo bloco. O nosso Deputado Filipe...

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Não consta isso aqui, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Leia o art. 41.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Vamos ler, então. Quer que eu leia?

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – É um Senador e um Deputado.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Não, não.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Seria um a favor; outro, contra.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Um Deputado e um Senador.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Agora, falará a Deputada Luizianne Lins para complementar o Deputado, já que o Senador Humberto falou.

Vocês teriam de colocar um Deputado do bloco contrário.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Quero encaminhar a favor do requerimento, Presidente. Não há nenhuma vedação no Regimento, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Com a palavra a Deputada Luizianne.

A SRA. LUIZIANNE LINS (PT - CE. Para encaminhar.) – Sr. Presidente, eu gostaria de novo... Acho que agora a gente tem que apelar para o debate que a sociedade brasileira vai fazer a partir desta CPMI, porque está muito claro, vai ficar cada vez mais claro para a sociedade brasileira que nós estamos querendo hoje tocar um processo investigativo que tem quatro eixos fundamentais, que estão completamente sintonizados com o que está acontecendo no mundo inteiro. O mundo inteiro hoje é vítima de cyberbullying, de fake news, de uma série de processos que estão acontecendo na deep web, no subterrâneo, no submundo disso aí. Há pessoas morrendo, há pessoas sendo ameaçadas.

Nós temos que deixar muito claro que os nobres colegas do PSL estão fazendo tudo para que esta CPMI não aconteça, estão fazendo tudo para que esta CPMI não ande. Então, é bom que o povo brasileiro comece a se perguntar por que os Deputados e as Deputadas do PSL não querem a investigação do processo hoje dos algoritmos, do processo hoje das mentiras que são disseminadas. É muito estranho um partido político não querer saber, não querer cuidar da sociedade brasileira no que diz respeito hoje aos crimes praticados...

(Intervenção fora do microfone.)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. LUIZIANNE LINS (PT - CE) – ... contra a sociedade brasileira. É muito esquisito! Ao mesmo tempo em que diz que não quer obstruir, obstrui; ao mesmo tempo em que diz que quer que ande a CPMI, fica pedindo a ata, depois a pós-ata, a pós-pós-pós-ata. Enfim, é uma tentativa clara... Eu espero que o povo brasileiro esteja consciente disso. É bom que todo mundo vá, inclusive, às redes sociais desses nobres colegas que estão obstaculizando, para saber qual é o medo de saber, de fato, objetivamente, o que é que está acontecendo na sociedade brasileira hoje e por que é que essas pessoas estão, de forma tão virulenta, contra o andamento desta CPMI.

Inclusive, eu já até solicito que a gente convide o Deputado Alexandre Frota, que foi eleito pelo PSL, que disse que sabia muito bem onde estava a fábrica de CPMI, onde ela estava localizada. Ele disse que poderia dizer...

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. LUIZIANNE LINS (PT - CE) – ... onde estava a fábrica de fake news. Assim, esta CPMI pode, de fato, se debruçar sobre isso. E, já que ele sabe disso, se a gente vai investigar tudinho para chegar lá, pode ser que seja um atalho mais fácil a gente convidá-lo, porque, inclusive, ele foi eleito pelo PSL.

Portanto, Sr. Presidente, eu acho que o povo brasileiro tem que estar muito atento, porque eu acho que agora é a hora da verdade ou pelo menos da busca da verdade aqui nesta CPMI. Quem não quer buscar a verdade, quem não quer buscar de fato isso não está preocupado com a juventude, não deve estar preocupado com as crianças, com os jovens, com as futuras gerações, que estão todas impactadas pelos algoritmos, todas impactadas pelo crime praticado hoje pelos algoritmos. Isso se dá no mundo inteiro! Quando houve o escândalo da Cambridge Analytica, o jovem que foi denunciar foi imediatamente... O Parlamento britânico constituiu uma CPI, de forma muito séria, e o povo britânico todo se envolveu para saber o que tinha acontecido naquele episódio. Então, é muito impressionante que no Brasil tenhamos Parlamentares... E lá se juntaram direita, esquerda, conservadores etc. e tal para poderem conseguir desvendar aquilo. Aqui, surpreendentemente, na contramão da história, um partido político que chega a esta Casa praticamente com a maioria – não é mais maioria, mas aqui chegou assim – agora está querendo que não se investigue.

É uma coisa muito impressionante, e eu quero que o povo brasileiro comece a perceber por que os nobres colegas não querem que esta CPMI ande, não querem que esta CPMI aconteça. Vamos ficar agora atentos, inclusive, às redes sociais...

(Soa a campanha.)

A SRA. LUIZIANNE LINS (PT - CE) – ... de todos que estão obstaculizando esta CPMI para ver o porquê de eles não quererem que esse instrumento, que são as redes sociais, possa ser investigado de forma adequada.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. BIA KICIS (PSL - DF. Pela ordem.) – Sr. Presidente, pela ordem.

Nós temos de ler o Regimento de forma sistêmica e sistemática, de acordo com os princípios constitucionais. Nós temos de tratar da isonomia. Quando o Regimento diz que são dois de cada Casa, é para que se dê oportunidade para que dois Deputados e dois Senadores falem. Acontece que, no momento, não existe um Senador presente para falar e encaminhar de acordo. Então, criou-se uma situação de desequilíbrio, onde houve duas pessoas encaminhando contra e apenas uma a favor. E, quando se tem uma situação de desequilíbrio, de falta de isonomia, há que se aplicar o princípio constitucional da isonomia e se mitigar a questão de que não se trata de um Senador, mas de uma outra Deputada.

O certo é que há de haver dois encaminhamentos contra e dois a favor, para se evitar o desequilíbrio. V. Exa. pode assim conduzir os trabalhos para minimizar exatamente essas questões que estão sendo tão ventiladas aqui.

E, com relação à acusação de que o PSL não quer elucidar fake news, que está com medo, lembro que quem foi, como disse o meu colega, acusado, julgado e condenado por fake news foi o Haddad, do PT.

O SR. CARLOS ZARATTINI (PT - SP) – Presidente...

A SRA. BIA KICIS (PSL - DF) – Não foi ninguém do PSL. Nós não temos medo da verdade.

O SR. CARLOS ZARATTINI (PT - SP) – Presidente...

A SRA. BIA KICIS (PSL - DF) – Nós temos medo é de que a condução dos trabalhos acabe por desfavorecer exatamente o equilíbrio na condução, que pedimos a V. Exa. agora, em nome da isonomia.

O SR. CARLOS ZARATTINI (PT - SP) – Sr. Presidente, siga o Regimento. Siga o Regimento, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Nobre Deputada, eu não sei, entre aqueles que estão à minha frente, quem é contra e quem é a favor. Nós temos aqui, na Casa, o Senador Alessandro, que pode querer fazer uso da palavra, para que fique na paridade de dois a dois, e o Senador Randolfe Rodrigues. Pelo que me informaram – não me informaram nada também, nem eles, nem ninguém –, eu não sei quem é que eles defendem. Então, pode ser que o Senador Randolfe ou o Senador Alessandro possam suprir essa lacuna na falta de Senadores do PSL.

Então, está franqueada a palavra a um dos dois.

A SRA. BIA KICIS (PSL - DF) – Pois não, Sr. Presidente. Se isso for feito, eu me dou por satisfeita. Se isso for feito...





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – É para encaminhar a favor do requerimento. Eles só podem falar se for a favor do requerimento nominal.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Agora, se os dois não quiserem...

A SRA. BIA KICIS (PSL - DF) – ... eu me darei por satisfeita.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – A favor do requerimento.

A SRA. LUIZIANNE LINS (PT - CE) – Sr. Presidente, chame os Senadores.

Por que vocês não chamam os Senadores do PSL?

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Eu não sei qual o rótulo, qual o viés partidário dos dois Senadores.

A SRA. BIA KICIS (PSL - DF) – Não precisa. A minha interpretação é de que está para encaminhar.

A SRA. LUIZIANNE LINS (PT - CE) – Cadê os Senadores do PSL, gente?

A SRA. BIA KICIS (PSL - DF) – Sr. Presidente, eu fiz a questão de ordem e digo a V. Exa. que me darei por satisfeita se um deles encaminhar favoravelmente.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – O Regimento vale num caso e não vale em outro? Eu estou agindo dentro da justiça, dentro do Regimento.

A SRA. BIA KICIS (PSL - DF) – Pois não, Presidente.

A SRA. LUIZIANNE LINS (PT - CE) – Tragam os Senadores do PSL.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Temos Senadores no plenário.

A SRA. BIA KICIS (PSL - DF) – Pois não, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Agora, não sei qual o viés político dos Senadores.

A SRA. BIA KICIS (PSL - DF) – De acordo, Presidente.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (CIDADANIA - SE) – Sr. Presidente...

A SRA. BIA KICIS (PSL - DF) – É para encaminhar a favor.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Então, Senador Alessandro Vieira...

A SRA. BIA KICIS (PSL - DF) – Se for para encaminhar a favor, o.k.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – ... para suprir e manter a paridade.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. HUMBERTO COSTA (PT - PE. Fora do microfone.) – Não tem nada de encaminhar a favor, não.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (CIDADANIA - SE) – Por favor! Por favor!

É bastante simples isso aqui. É só uma briga formal para se gastar mais cinco minutos. Está encaminhado favoravelmente, mas alertando que eu voto contra. (Risos.)

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Pronto!

Esta Presidência coloca em votação o requerimento de votação nominal da ata.

Os Parlamentares que concordam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Rejeitado.

A SRA. BIA KICIS (PSL - DF) – Votação nominal. Verificação, Presidente.

O SR. HUMBERTO COSTA (PT - PE) – Tem apoioamento?

A SRA. BIA KICIS (PSL - DF) – Sou Vice-Líder. (Pausa.)

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – O requerimento está consubstanciado.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT - PE) – Então, vamos votar.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Vamos abrir o painel de votação.

(Procede-se à votação.)

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT - PE. Para orientar a bancada.) – O PT vota "não".

A SRA. BIA KICIS (PSL - DF. Para orientar a bancada.) – PSL, obstrução.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (REDE - AP. Para orientar a bancada.) – A Rede vota "não", Sr. Presidente.

A SRA. BIA KICIS (PSL - DF) – O Governo orienta obstrução, Presidente. (Pausa.)

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Presidente, só para constar que eu estou presente e que votei, o.k.?

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Agora eu afiro sua presença.

Pena que eu não estou vendo a presença do Deputado Filipe, mas há tempo ainda.

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR) – Eu estou presente, só não votei, Presidente – até porque o PSL encaminhou obstrução. (Pausa.)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR) – Presidente, acho que já dá para encerrar. Está chegando a hora do almoço e há várias Comissões agora pela tarde.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Se V. Exa. quiser, eu mando pegar um lanche para V. Exa.

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR) – Então está bem. Eu aceito. (Pausa.)

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Presidente...

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Pois não, Deputada.

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN) – ... se eu puder, quero aproveitar dois minutos deste momento só para corrigir uma informação que foi dada aqui pela Bancada do PSL.

No Congresso há várias bancadas temáticas, não é? E parece que a gente tem agora também a bancada da fake news. Tem gente que não só foi beneficiada por fake news na campanha como continua produzindo fake news aqui, fazendo o uso do microfone, como Parlamentar. E a Bancada do PSL falou que Haddad foi condenado por impulsionar notícias falsas. Isto é uma mentira sem vergonha. Houve impulsionamento de notícia desfavorável, e é mentira que Haddad ou sua campanha tenha sido condenada por impulsionar notícias falsas. E eu queria registrar aqui meu lamento por ver que práticas que foram utilizadas na eleição passada são utilizadas agora por Parlamentares no pleno exercício do mandato que vêm aqui mentir no microfone de uma CPI sobre fake news, Presidente. Fica o registro.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Para o contraditório, Deputada Caroline de Toni.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Presidente, eu tanto... Só peço que toque a sinetinha para o pessoal se acalmar aqui e fazer silêncio, para a gente não precisar ficar gritando aqui.

Silêncio no plenário, por gentileza!

Presidente, o nosso compromisso é com a verdade. O grande problema – e aí quero até dar resposta a Deputados da oposição que me antecederam... Nós queremos, sim, a verdade. Só que a gente se preocupa com quando o julgador, quando quem está acusando é o mesmo julgador. Está um circo armado para se montar um tribunal de exceção aqui contra o nosso Presidente. Eu estou aqui com a notícia da Globo que fala da multa que o Haddad ganhou por impulsionar notícias falsas contra Bolsonaro na internet.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN. Fora do microfone.) – Mentira!

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Está aqui.

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN. Fora do microfone.) – Cadê a decisão?

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Está aqui.

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN. Fora do microfone.) – Mentira!

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – O Ministro Fachin...

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN. Fora do microfone.) – É notícia desfavorável.

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR. Fora do microfone.) – Convoque-me! Convoque-me para dar explicação!

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN. Fora do microfone.) – Mentira! Já fiz meu registro.

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR. Fora do microfone.) – Convoque-me!

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – "O Ministro Fachin negou punir Google por um impulsionamento irregular. Ele entendeu que o PT pagou para destacar conteúdo negativo."

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN. Fora do microfone.) – Negativo, Deputada. Mentira...

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Está aqui.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Gente, nós vamos investigar isso...

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Está aqui na Rede Globo.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – ... no decorrer da CPI. Não vamos antecipar os fatos.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – A grande questão, Presidente, é a seguinte: por que a gente está fazendo essa obstrução?

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Pau que dá em Chico dá em Francisco. Vamos deixar a coisa rolar. Para quê a antecipação dos fatos?

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Agora nós vamos falar então. Já que vocês querem que a gente fale, a gente vai falar.

Presidente, a grande questão é a seguinte: o Deputado Elmar Nascimento esteve aqui e disse que pediu para o Deputado Alexandre Leite se retirar desta Comissão. Nós ficamos sabendo, nos bastidores, que houve, sim, inclusive, um desentendimento entre os dois





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Presidentes da Casa com relação à instauração desta CPMI, por um desacordo em relação à constituição da Mesa, da Presidência, etc. Por quê? Porque um tinha uma intenção e outro tinha outra. Se o próprio autor do requerimento...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Deputada, só para poder abrilhantar mais o conteúdo do seu discurso, a senhora está falando que houve uma armação de Rodrigo Maia com Davi para montar esta Comissão?

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Houve um desentendimento entre eles na instauração desta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Ah, um desentendimento. Porque eu fui eleito aqui e não estou sabendo de nada.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Fui pego de surpresa e me colocaram Presidente. Eu não participei de nada desse pseudo conluio que V. Exa. está aí praticamente relatando.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Não é conluio. Eu estou dizendo que houve até um desentendimento entre os Presidentes das Casas.

O SR. CARLOS ZARATTINI (PT - SP. Fora do microfone.) – E o senhor foi eleito com voto...

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Houve até um desentendimento, tamanho é o objeto vago.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Inclusive, eu acho que tive até o seu voto, se não me engano, porque só houve um voto contrário.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Não.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Não tive, não? Então, houve dois contrários.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Dois Vice-Líderes do Governo no Senado votaram para instaurar.

O SR. RICARDO BARROS (PP - PR) – Sr. Presidente...

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Nós não demos quórum aqui nessa votação.

O que eu quero dizer é o seguinte, Presidente: o que nos preocupa aqui é essa tentativa da oposição de sempre inventar fake news. Eles, sim, inventam. E eles querem ser o nosso órgão





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

juizador do Presidente Bolsonaro, querem fazer um terceiro turno! A gente sabe que está tudo armado para isso; a gente sabe! Então, a gente não pode concordar com isso, que seja desvirtuado do que é certo. A nossa preocupação é justamente essa. É a mesma coisa que pegar aqui alguém do PSL para querer julgar o Haddad. Vai ser um juiz justo, um juiz isento? É a mesma coisa com o Presidente Bolsonaro.

O SR. HUMBERTO COSTA (PT - PE. Fora do microfone.) – É o caso do Moro.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Então, é isso que a gente não aceita, Presidente.

Presidente, considerando que não há quórum, dá para encerrar a reunião e a gente continuar a semana que vem, Presidente.

O SR. HUMBERTO COSTA (PT - PE. Fora do microfone.) – Não vai encerrar a reunião, não.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Com a palavra o Deputado Ricardo Barros.

O SR. RICARDO BARROS (PP - PR) – Sr. Presidente, eu havia proposto ao Deputado Filipe Barros, à Deputada Caroline e à Deputada Bia Kicis que tivéssemos uma reunião com V. Exa. e com a nossa Relatora Lídice da Mata para nós entendermos exatamente o que o PSL, a sua representação, aqui, na CPI da Fake News, pretende.

Nós sabemos do trabalho da Ministra Damares, que alertou para o fato de que nas redes sociais há orientação para menores sobre suicídio e sobre automutilação, o que é uma vertente importante em que esta CPI deve atuar e que deve procurar conter da maneira possível.

Para a questão eleitoral, não temos tempo. Quando nós concluirmos a CPI, já terá passado o prazo de um ano antes das eleições, e, portanto, não poderemos legislar para a próxima eleição em função do trabalho desta Comissão.

Temos também a necessidade de verificar o uso das redes sociais para difamação, para concorrência desleal, para desconstrução de produtos. Um concorrente solta uma fake news contra o seu concorrente na rede social, depreciando o produto, e tudo isso tem reflexo. Hoje, nós temos um problema muito sério com informação e desinformação.

Então, Presidente Senador Angelo Coronel, eu sugiro que, se estiverem de acordo o Deputado Filipe Barros e a Deputada Caroline – a Bia acabou de sair –, nós pudéssemos, enquanto um companheiro nosso preside a reunião aguardando o quórum, fazer um diálogo.

Eu não entendi ainda exatamente o que o PSL pretende aqui na CPI, a não ser obstruir os trabalhos, mas certamente eles deverão ter algum interesse no sentido de contribuir para que fake news não interfiram na vida da nossa sociedade.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, é esta a sugestão que eu gostaria de fazer: que nós possamos aproveitar o tempo, enquanto aguardamos o quórum, para fazer uma reunião aqui na sala da administração do plenário e, se for possível, um entendimento de procedimentos, porque todos nós queremos avançar, sabemos da necessidade, da atualidade e da utilidade desta Comissão. E eu espero que nós possamos sair daqui com um resultado. Ninguém aqui tem tempo a perder, Senador. Então, nós queremos sair daqui produzindo algo de melhor para nossa sociedade, e é com esse espírito que eu estou participando da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – É pertinente o seu pronunciamento, nobre Deputado Ricardo Barros.

Eu vou fazer o seguinte: vou encerrar a votação, já que não houve quórum para deliberar sobre a ata, será numa nova reunião; enquanto isso, eu vou solicitar a nossa Relatora que leia o seu relatório, porque para essa reunião futura, com os Líderes, é importante ver o plano de trabalho dela...

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Não há previsão regimental, Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – ... para saber o que ela apresenta para discutirmos depois.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Não há previsão regimental, Presidente, para isso. Não há previsão regimental para isso.

Presidente...

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP. Fora do microfone.) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Pela ordem, Deputado Rui.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP) – Presidente...

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Sem quórum a reunião tem que ser encerrada, Presidente. Não há previsão.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP. Pela ordem.) – Presidente, art. 304 do Regimento do Senado: "Ocorrendo falta de número para as deliberações, passar-se-á à matéria em discussão", que é o plano de trabalho.

O art. 304 é bem claro.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Nós estamos em processo de votação, Presidente. Não há quórum. Não há como prosseguir.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Encerrei o processo de votação, para que a gente volte quando houver o restabelecimento do quórum. Enquanto isso, para que à reunião se dê continuidade, a nobre Relatora...

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Mas não há como continuar se não forem enfrentados os requerimentos de obstrução, Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – No próximo time.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Não há nem quórum, Presidente, para prosseguir a reunião.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Nós temos quórum para prosseguir a reunião.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Não temos, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Não temos para votação, mas temos para a reunião ser mantida.

Então, eu vou passar para a nossa nobre Relatora...

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Não há como, Presidente. Isso é antirregimental, Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Antes, porém, eu quero designar o primeiro Relator...

O SR. HUMBERTO COSTA (PT - PE) – Presidente, ninguém quer aqui tentar ganhar no grito. Não é possível!

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – ... o Senador Alessandro Vieira para fazer parte aqui da Mesa, porque ele vai ser o Relator da parte de cyberbullying...

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Só pode discutir a ata, Presidente. Não há como, Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Então, com a palavra a nobre Deputada Lídice da Mata para ler o seu...

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Não há como, Presidente! Questão de ordem: art. 304. Vamos ler. Vamos ler juntos, então, para ver a interpretação.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Como Relatora.) – Sras. e Srs. Senadores, Sras. e Srs. Deputados...





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Presidente, o senhor está...

Com todo o respeito, Deputada...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Um momentinho, Deputada.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Com todo o respeito... Desculpe-me interrompê-la.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Art. 304, nobre Deputada: "Ocorrendo falta de número para as deliberações, passar-se-á à matéria em discussão". Está na pauta a leitura do plano de trabalho da Deputada.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – "[...] à matéria em discussão", que é o requerimento de nominal.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Mas está na pauta o relatório.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Mas a gente tem que superar...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (REDE - AP) – Siga, Presidente! Siga a leitura!

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – ... o nosso pedido de obstrução primeiro. Pela ordem!

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (REDE - AP) – Lídice, siga a leitura!

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Com a palavra...

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Não está na ordem...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (REDE - AP) – Siga a leitura! Siga a leitura!

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – ... então não há como seguir, não há!

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (REDE - AP) – Corte o microfone e siga a leitura!

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Como Relatora.) – O plano de trabalho, Sr. Presidente, é de conhecimento público, porque ele já foi publicado. Nós fizemos um esforço de, antes desta reunião, dar conhecimento a todos os Deputados e Senadores do nosso projeto de plano de trabalho.

Nesse plano de trabalho, como foi apresentado no fim de semana dentro do prazo, eu fiz algumas correções, porque ele estava muito extenso; algumas correções apenas na introdução, no objeto da CPMI, no roteiro de trabalho. E hoje...

(Intervenções fora do microfone.)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Como Relatora.) – ... eu vou ler apenas o que diz respeito ao trabalho propriamente dito, das reuniões e audiências públicas.

O tema abordado nesta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito possui alto nível de complexidade e interesse público. Dessa forma, se buscará reunir múltiplas visões sobre o assunto, incluindo especialistas, acadêmicos, membros do Governo, autoridades públicas, servidores públicos, juristas, representantes de organizações da sociedade civil organizada, representantes de empresas digitais e outros que se mostrem necessários.

Para tanto, as atividades poderão ser realizadas das seguintes formas: audiências públicas com especialistas e autoridades; estudos e pareceres técnicos; missões externas; sessões de debates; reuniões técnicas e administrativas; interação com a sociedade, utilizando-se de ferramentas de consulta pública.

Temáticas iniciais.

Conceituação e delimitação de fake news e seus impactos na sociedade; cyberbullying e aliciamento e orientação de crianças para o cometimento de crimes de ódio e suicídio; marcos legais que regem a controle de fake news; consequências econômicas da produção e disseminação de fake news que atentam contra a democracia no mundo; consequências da produção e disseminação de fake news em processos eleitorais internacionais; falsas comunicações de crimes, denúncias, ameaças e demais infrações que atingem a honorabilidade do Congresso Nacional; falsas comunicações de crime, denúncias, ameaças e demais infrações que atingem a honorabilidade dos membros do Poder Judiciário; o papel das empresas digitais e o fenômeno de fake news; a proteção de dados no contexto de fake news; o esquema de financiamento, produção e disseminação de fake news com o intuito de lesar os processos eleitorais, inclusive o de 2018.

Com a determinação dos fatos, busca-se otimizar os trabalhos da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, tornando-a um espaço de efetiva realização da função fiscalizadora do Congresso Nacional.

Sub-relatorias: a) cyberbullying e crimes de ódio; b) proteção de dados no contexto de fake news; c) aliciamento de crianças vulneráveis por meio de fake news.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Eu vou solicitar à nobre Deputada Lídice só um instantinho, porque vou convidar o decano Rui Falcão para sentar em meu lugar, porque vou, a pedido do nosso Líder Ricardo Barros, ver se alguns partidos que estão aqui presentes, seus Líderes, querem fazer alguma reunião prévia. Estou aqui aberto para qualquer coisa, se deliberarem sobre isso.

Então, Rui Falcão.

Lídice, continue.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Como Relatora.) – Assim, fica evidente o papel desta Casa no sentido de investigar essa série de atos criminosos, cometidos ou propiciados em meio virtual, com foco no aprimoramento do arcabouço legal das relações cibernéticas, indicando providências que visem coibir atentados contra a vida e a dignidade da população brasileira, bem como respeitar a democracia e as suas instituições.

Como se trata de um fato internacional, é claro que esse é um procedimento que está acontecendo hoje em diversos países do mundo.

Nosso cronograma inicial.

Eu chamo a atenção de ser um cronograma inicial porque, obviamente, ele poderá ser modificado – e será modificado até por incorporação das contribuições dos Deputados e Senadores, pois já temos requerimentos do Senador Eduardo Gomes, do Deputado Túlio Gadêlha, do Deputado Rui Falcão, da Deputada Relatora Lídice da Mata, da Deputada Luizianne Lins, do Deputado Bacelar, da Deputada Natália Bonavides, do Deputado Elmar Nascimento.

No nosso plano inicial de trabalho, há as datas: 17 de setembro, hoje, apresentação do plano de trabalho e requerimentos; 24 de setembro, conceituar o fenômeno de fake news na sociedade, com especialistas que nós tiraríamos dos requerimentos; 1º de outubro, cyberbullying, fake news e crimes de ódio e suicídio; 8 de outubro – aliás, é aniversário do meu filho –, conceitos jurídicos e marcos legais sobre fake news; 15 de outubro, os impactos de fake news na política, na economia e na sociedade, a experiência da Europa e dos Estados Unidos; 22 de outubro, os impactos de fake news na política, na economia e na sociedade, a experiência da América Latina; 29 de outubro, fake news e seus impactos no Supremo Tribunal Federal e nos demais órgãos do Poder Judiciário; 5 de novembro, fake news e seus impactos no Congresso Nacional; 12 de novembro, fake news e processo eleitoral brasileiro; 19 de novembro, fake news e processo eleitoral.

Eu acrescentaria que, na medida em que nós possamos constituir sub-relatorias, nós poderíamos ter mais um dia de trabalho. Esse seria o dia de trabalho da Comissão Geral, em que apreciaríamos os temas gerais, e os sub-relatores poderiam organizar reuniões para, em outra data, realizar algum tipo de trabalho técnico em relação às investigações dos subtemas.

Conclusão.

As atividades previstas neste plano de trabalho visam conferir efetividade à investigação parlamentar, com respeito aos princípios constitucionais do contraditório e da ampla defesa, mas sempre em busca do esclarecimento dos fatos que resultaram nesta CPMI. Busca-se uma CPMI técnica, que seja capaz de apurar responsabilidades e, mais que isso, de apresentar sugestões concretas para o aperfeiçoamento da legislação e das políticas públicas. Com isso, realizaremos uma das funções mais importantes do Congresso Nacional, que é a fiscalizadora.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu quero chamar atenção para o fato de que é claro que, pelo conteúdo político inerente à discussão de fake news, ou seja, da falsidade das informações e, portanto, da desinformação – a expressão que se tem usado no português é desinformação –, todos os Srs. Deputados e Deputadas apresentam dentro deste plano de trabalho diversos convidados que irão falar, mas também poderão, sem dúvida nenhuma – já há requerimento nesta direção –, convocar pessoas para aqui fazerem os seus depoimentos a respeito dos temas investigados.

Apesar do clima criado nas duas últimas reuniões de torcidas, quase de torcidas futebolísticas, a nossa CPMI pode e deve prosseguir com um conceito de investigação que sirva ao Brasil. Esse tipo de investigação está acontecendo em muitos países do mundo. Nós poderíamos citar aqui: o Reino Unido; a Alemanha, que constituiu uma comissão investigatória da desinformação pelo próprio Governo; a OEA, que analisa a prática de fake news na América Latina – e um dos nossos relatórios a esta Comissão é justamente o Relator da OEA apresentar o seu relatório aqui, na nossa Comissão. Diversos outros países hoje já têm iniciativas, inclusive nos Estados Unidos, de investigação da desinformação como prática nas redes sociais, servindo a interesses econômicos, servindo a interesses eleitorais e desservindo à sociedade com a prática de informações falsas a respeito da saúde, principalmente atingindo populações vulneráveis. Eu aqui falei do crime cibernético do aliciamento de crianças e acrescentei outros vulneráveis, porque os idosos hoje – e eu sou Presidente da Comissão do Idoso – são vítimas permanentes de fake news, de desinformação, levando a uma situação de assédio moral e de assédio econômico na vida dos idosos.

É essa a pauta que foi apresentada no primeiro requerimento e que nós estamos dando praticidade ao apresentarmos o plano de trabalho. Era, portanto, essa a nossa...

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Concede-me um aparte, Relatora? É o seguinte...

O SR. PRESIDENTE (Rui Falcão. PT - SP) – Um momento...

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Eu só quero esclarecer à Deputada...

O SR. PRESIDENTE (Rui Falcão. PT - SP) – Um momento, Deputada.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Estou com a decisão judicial aqui da condenação do Haddad por fake news, Deputada do PT, aqui...

O SR. PRESIDENTE (Rui Falcão. PT - SP) – Um momento, Deputada.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – É só para esclarecer...

O SR. PRESIDENTE (Rui Falcão. PT - SP) – Deputada!

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – E eu quero fazer uma questão de ordem...





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Rui Falcão. PT - SP) – Deputada, a senhora não está com a palavra!

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – São nulos esses atos!

O SR. PRESIDENTE (Rui Falcão. PT - SP) – A senhora não está com a palavra, Deputada!

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Todos esses atos são nulos!

O SR. PRESIDENTE (Rui Falcão. PT - SP) – A senhora não está com a palavra!

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Rui Falcão. PT - SP) – Eu estou conduzindo os trabalhos e não lhe concedi a palavra.

Com a palavra a Deputada Natália Bonavides, que estava inscrita.

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN) – Obrigada, Deputado Rui, que, neste momento, preside a CPMI...

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Questão de ordem!

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN) – Deputada, eu estou com a palavra.

Eu queria parabenizar a Relatora...

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Questão de ordem tem preferência!

(Soa a campainha.)

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – É tudo nulo! Isso tudo é nulo!

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN) – Presidente, eu queria ter a palavra garantida!

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Isso tudo rasgou o Regimento já, gente!

O SR. PRESIDENTE (Rui Falcão. PT - SP. Fazendo soar a campainha.) – Deputada Caroline de Toni...

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Não poderia ter sido lido o plano de trabalho, porque não foram enfrentados os requerimentos...

O SR. PRESIDENTE (Rui Falcão. PT - SP) – Deputada!

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Não havia quórum na...

(Interrupção do som.)

(Intervenção fora do microfone.)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN) – Obrigada, Deputado Rui, que, neste momento, preside a CPMI.

Eu queria me dirigir à Relatora, Deputada Lídice da Mata...

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN) – Eu queria pedir para que a minha palavra fosse garantida, mas, infelizmente, a Deputada aqui não...

(Intervenções fora do microfone.)

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN) – Retomando, eu queria me dirigir à Relatora, Deputada Lídice da Mata, para parabenizar por esse material produzido. A gente vê que essa CPMI tem uma função, tem uma missão, que é enfrentar esse tema, que é de repercussão mundial. A gente discutiu muito aqui na primeira reunião, na reunião de instalação, como notícias falsas não são novidades, mas a dimensão que as novas tecnologias deram a ela, isso sim, muda de patamar o debate que se fez até hoje sobre a interferência desse tipo de conduta na política.

Eu acho que o relatório da senhora faz exatamente isso, encara essa missão ao abordar, primeiro, dessa forma global, sabendo que não é um tema que pode ser tratado localmente, tomando-se em conta somente o que aconteceu no Brasil no ano passado, mas trata de forma internacional, como deve ser tratado. Não é um tema simples. Não é à toa que acadêmicos, juristas, Parlamentares, jornalistas no mundo inteiro estão descobrindo como lidar com isso, com as novas tecnologias e seu impacto nos processos democráticos.

E, em segundo lugar, porque também de forma global tratou o tema, sabendo que a questão de fake news vai além da interferência no processo democrático, nos processos eleitorais. Eu, como uma Deputada jovem, que tenho uma ampla convivência com a juventude, sei bem como esse ponto do cyberbullying, dos crimes de ódio, têm tido impacto até mesmo na saúde mental da nossa juventude brasileira, e é um tema sobre o qual nós não poderíamos nos omitir. Então, queria realmente parabenizar o material que foi produzido. Eu acho que é um plano de trabalho que deixa esta CPMI à altura dos desafios que nós temos com essa missão.

Aproveito para registrar que, como uma forma de contribuir, de colaborar com os debates, protocolei também alguns requerimentos de convocação e de convite para pessoas que tenham relação com a temática, pessoas inclusive que sejam partes em inquéritos que investigam temas relativos, temas correlatos ao objeto da nossa CPMI, e também convites – não só convocações, mas também convites – para pessoas que tenham uma contribuição significativa sobre esse tema, inclusive de produção acadêmica, de produção de doutrina com relação a isso, para que eles possam se somar aos nossos debates aqui na Comissão.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Deputada Relatora, parabéns pelo seu plano de trabalho. Eu acredito que, se a gente conseguir cumprir o que a senhora previu aqui neste documento, nós teremos sido uma CPMI bastante produtiva e que encarou os desafios que esta época nos traz.

Obrigada, Presidente.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Questão de ordem, Presidente. Questão de ordem, por gentileza, Presidente.

A SRA. LUIZIANNE LINS (PT - CE. Fora do microfone.) – Qual artigo?

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – O art. 293, inciso VIII e XIX do Regimento Interno do Senado:

Art. 293.....

VIII - Verificada a falta de quórum, o Presidente suspenderá a sessão, fazendo acionar as campainhas durante dez minutos, após o que esta será reaberta, procedendo-se a nova votação.

IX – Confirmada a falta de número, ficará adiada a votação, que será reiniciada ao voltar a matéria à deliberação do Plenário.

Presidente, com todo o respeito, se a gente começar a descumprir, como tem sido descumprido, desde a instalação aqui, as normas do Regimento, quando a gente vai ter um parâmetro seguro para dizer que isto aqui é uma coisa séria que respeita a legalidade? Nós temos, sim, a fundada suspeita de que esta é a CPI da censura, de que é um terceiro turno para pegar o nosso Presidente Bolsonaro, e que a oposição está imbuída desse intuito, sim.

Eu estou aqui com a decisão na qual o Haddad foi multado, Deputada Paula. Estou aqui com a decisão, se você quiser consultar. Deputada Natália, perdão. Perdão. R\$176 mil ele foi condenado a pagar, de multa, por impulsionar conteúdos falsos contra o Bolsonaro na internet. Está aqui a decisão, para a senhora consultar. Eu sou tão a favor de combater o que se comete de ilegalidade dentro da internet, que eu mesmo sou Relatora, na CCJ, do PL nº 8.833, que é para criminalizar quem induz crianças à automutilação e ao suicídio. Inclusive estou colhendo pareceres até de Deputados do PT, que vêm contribuir com esse diálogo. Ou seja, eu sou a favor da democracia, sim. Agora, quando o acusador é julgador e quer fazer um terceiro turno da eleição, eu não posso permitir.

É por isso, Presidente, com todo o respeito, que a minha questão de ordem é a seguinte.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Para concluir, Deputada.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Para concluir. Uma vez que a gente pediu verificação e não estava presente o quórum, o Regimento é claro, a regra é clara: deve ser suspensão a sessão. Nada mais pode ser deliberado, nada mais pode ser feito. Então tudo, a





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

partir daí, é nulo. Então, nós temos que encerrar esta reunião. Nós temos que enfrentar os nossos requerimentos e não seguir.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Nobre Deputada Caroline de Toni...

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Vamos respeitar as normas, Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Não houve nenhuma deliberação aqui dos assuntos que V. Exa. está citando. V. Exa. está equivocada. Não houve deliberação. A nobre Deputada leia...

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Houve o prosseguimento da reunião. Não pode ter o prosseguimento.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Prosseguimento não é deliberação.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Mas não pode ter o prosseguimento antes... São as etapas!

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Eu já tinha falado antes, Deputada...

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – São etapas a serem vencidas!

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – ... que após a leitura do plano de trabalho, eu iria encerrar a reunião.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – São etapas a serem vencidas.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – E votaremos em uma próxima reunião, na terça-feira, às 10h10, na mesma sala.

Agora eu queria, nobre Deputada... A senhora é uma jovem, estudiosa, já vi que é uma regimentalista, junto com o Líder Barros. Eu não estou entendendo porque vocês estão trazendo para esta CPI tão cedo a peleja política do passado. Ninguém tocou neste assunto até então. Nós estamos aqui para defender, primeiro, a sociedade brasileira dos crimes que estão ocorrendo via internet, de fake news, pessoas utilizando perfis falsos...

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – O plano de trabalho já é tendencioso.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – ... para poder dilapidar as pessoas.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – O plano de trabalho já é tendencioso! O plano de trabalho já é tendencioso!

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Podemos chegar a uma terceira guerra mundial via tecnologia. Então, nós temos que cuidar da sociedade, nobre Deputada.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – O plano de trabalho é tendencioso!

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Vamos deixar a querela política para o momento certo.

A SRA. LUIZIANNE LINS (PT - CE) – Sr. Presidente, para contraditar!

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Sr. Presidente, por favor respeite o regimento.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – V. Exa. já traz até as placas já, de censura. Nem começamos nada aqui ainda.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Censura é o que a oposição quer fazer ao nosso Presidente!

A SRA. LUIZIANNE LINS (PT - CE) – Sr. Presidente para contraditar! Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Está encerrada a presente reunião do dia de hoje. Convocação firmada para às 10h10 da próxima terça-feira.

Fiquem com Deus, que é o nosso guia.

(Iniciada às 10 horas e 37 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 32 minutos.)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 5ª REUNIÃO DA COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO - FAKE NEWS DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 22 DE OUTUBRO DE 2019, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às treze horas e vinte e três minutos do dia vinte e dois de outubro de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob as Presidências dos Parlamentares Angelo Coronel e Rui Falcão, reúne-se a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito - Fake News com a presença dos Parlamentares Eduardo Braga, Eduardo Gomes, Marcio Bittar, Ciro Nogueira, Luiz do Carmo, Mecias de Jesus, Esperidião Amin, Randolfe Rodrigues, Fabiano Contarato, Eliziane Gama, Soraya Thronicke, Flávio Bolsonaro, Major Olimpio, Nelsinho Trad, Irajá, Humberto Costa, Jean Paul Prates, Telmário Mota, Chico Rodrigues, Wellington Fagundes, Jorginho Mello, Eduardo Girão, Styvenson Valentim, Luizianne Lins, Natália Bonavides, Marcelo Ramos, Lídice da Mata, Alessandro Molon, José Medeiros, Dr. Leonardo, Aureo Ribeiro, Dário Berger, Zenaide Maia, Marcos do Val, Fernando Bezerra Coelho, Luis Carlos Heinze, Izalci Lucas e Paulo Paim. Deixam de comparecer os Parlamentares Veneziano Vital do Rêgo, Kátia Abreu, Roberto Rocha, Rogério Carvalho, Hiran Gonçalves, Ricardo Barros, Walter Alves, Filipe Barros, Caroline de Toni, Delegado Éder Mauro, Celso Russomanno, Shéridan, Arthur Oliveira Maia, Túlio Gadêlha e Pr. Marco Feliciano. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**. **Finalidade:** Realização de Audiência Pública sobre o fenômeno das Fake News na sociedade e na democracia. **Participantes:** Sr. Wilson Gomes, Doutor em Filosofia, Professor titular da Faculdade de Comunicação da Universidade Federal da Bahia (UFBA); General de Divisão Guido Amin Naves, Comandante do Comando de Defesa Cibernética do Exército; Sr. Walter Capanema, Diretor de inovação e ensino na Smart3 Consultoria e Treinamento, Coordenador-geral e Professor do Curso de extensão em Direito Eletrônico da Escola de Magistratura do Estado do Rio de Janeiro. Sr. Daniel Bramatti, Presidente da Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (Abraji), Editor do Estadão Dados (Núcleo de jornalismo de dados do jornal O Estado de São Paulo) e Editor do Estadão Verifica. **Resultado:** Audiência Pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e cinquenta e cinco minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Angelo Coronel

Presidente da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito - Fake News

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2019/10/22>

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Havendo número regimental, declaro aberta a 5ª Reunião da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento no Congresso Nacional nº 11, de 2019, para investigar os ataques cibernéticos que atentam contra a democracia e o debate público, a utilização de perfis falsos para influenciar os resultados das eleições de 2018, a prática de cyberbullying sobre os usuários mais vulneráveis da rede de computadores, bem como sobre agentes públicos; e o aliciamento e orientação de crianças para o cometimento de crimes de ódio e suicídio.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública para debater o fenômeno fake news na sociedade e na democracia, com convidados dos Requerimentos nºs 22, 40, 44 e 45, de 2019, da CPMI Fake News.

Coloco em votação, em primeiro lugar, a Ata da 4ª Reunião, solicitando a dispensa de sua leitura.

Os Srs. Parlamentares que a aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovada.

Inicialmente, informo que esta audiência pública será transmitida ao vivo pela internet e será realizada em caráter interativo, com a possibilidade de participação popular. Por isso, as pessoas que tenham interesse em participar com comentários ou perguntas podem fazê-lo por meio do portal e-Cidadania, no endereço www.senado.leg.br/ecidadania, e do Alô Senado, pelo número 0800-612211.

Estão presentes os seguinte convidados, os quais chamo para tomarem lugar à mesa: Sr. Wilson Gomes, Doutor em Filosofia e professor titular da Faculdade de Comunicação da Universidade Federal da Bahia; Sr. Daniel Bramatti, Presidente da Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (Abraji), Editor do Estadão Dados, Núcleo de Jornalismo de Dados do jornal O Estado de S. Paulo, e Editor do Estadão Verifica; Gen. de Divisão Guido Amin Naves, Comandante do Comando de Defesa Cibernética do Exército; Sr. Walter Capanema, Diretor de Inovação e Ensino na Smart3 Consultoria e Treinamento, Coordenador-Geral e Professor do Curso de Extensão em Direito Eletrônico da Escola de Magistratura do Estado do Rio de Janeiro.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agradeço inicialmente a presença de todos.

Esclareço que cada convidado terá dez minutos para realizar a sua exposição. Após as apresentações iniciais, passaremos a palavra para a Relatora, seguida pelos demais Parlamentares por ordem de inscrição.

Dando início a esta audiência pública, concedo a palavra ao Sr. Wilson Gomes, Doutor em Filosofia e professor titular da Faculdade de Comunicação da UFBA.

O SR. WILSON GOMES (Para expor.) – Boa tarde a todos.

Primeiro, eu quero cumprimentar todas as Senadoras e Senadores, Deputadas e Deputados presentes e os demais presentes e agradecer o convite da Presidência desta CPMI.

Começo rapidamente, já que meu tempo é bastante curto.

Eu sou professor da Universidade Federal da Bahia, como dito. Além disso, trabalho há 30 anos na área de comunicação política, como pesquisador e como professor. Eu coordeno neste momento um dos cem institutos nacionais de ciência e tecnologia do Brasil, do Governo brasileiro. No meu caso especificamente, trata-se do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia em Democracia Digital, que se ocupa justamente de política, governo e democracia em meios digitais. É uma rede de 70 laboratórios brasileiros e estrangeiros que trabalham justamente nessa área em que hoje se discute fake news.

O tema fake news começa a aparecer no debate universitário em 2016, ao mesmo tempo em que aparece na política. E quando começamos a falar sobre fake news, em 2016, ninguém levava muito a sério o tema no sentido de considerar que esse fosse ser um tema relevante sobre a política e sobre o Estado. Achava-se que seria um tema mais anedótico, desses temas passageiros que de vez em quando frequentam esses ambientes de comunicação política, como muitos outros. Depois começou-se a perceber que era um fenômeno persistente e que tinha muito mais relações, que ele era muito mais um sintoma de um conjunto de outros elementos do que realmente alguma coisa singular e passageira.

Dividi minha fala, embora seja rápida, em alguns pontos. Eu acho que é aquilo com que eu posso contribuir como pesquisador dessa área.

Em primeiro lugar: o que seriam fake news? Pergunto, primeiro, porque fake news frequentemente são confundidas com boatos, com rumores, com tentativas de destruição de reputação, tentativas de espalhar mentiras ou falsidades sobre adversários – isso é um fato fundamental da política desde sempre, da face ruim da política naturalmente. Então o que seriam especificamente fake news? Eu separei aqui algumas características que eu acho que são fundamentais e que acho que devem ser levadas em conta.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em primeiro lugar, o fenômeno fake news é um fenômeno de 2016 em diante. Portanto, se explica em face de fenômenos que estavam presentes em 2016. O primeiro deles era a hiperpolarização da política. A política tem sempre uma dimensão de polarização, em alguns momentos mais, em outros, menos. E a polarização política se define como aquela posição, aquela situação, em que as posições do centro ou as posições moderadas desaparecem, as pessoas desertam o centro e se concentram nos polos dos espectros políticos, seja conservador-liberal, seja esquerda-direita.

A hiperpolarização era a situação em que nós nos encontrávamos no mundo em 2016 – no Brasil começou em 2015 –, que consistiu absolutamente no abandono dessas posições medianas e nas pessoas muito extremadas politicamente. Esse é o primeiro fenômeno que explica, na minha opinião, as fake news.

O segundo fenômeno é o avanço da direita conservadora digital no mundo, que acontece justamente neste momento aqui. Temos o exemplo do Brexit e temos o exemplo das eleições de Trump. Então, são estas três características: direita, conservadora e digital – trata-se de um novo fenômeno da direita.

Segundo, com relação a fake news: depende de mudança nas condições sociais da comunicação. Quando eu comecei a estudar a internet, todo mundo dizia que não se falava de democracia digital, de governo digital, porque apenas 30% dos brasileiros estavam incluídos digitalmente. Hoje nós temos certeza – pelo menos nós, que somos pesquisadores – de que a exclusão social no Brasil é muito maior do que a exclusão digital e que há muito mais pessoas incluídas digitalmente do que incluídas socialmente.

Segundo, é a mudança na chamada situação de hiperconexão: nós, enfim, chegamos a uma geração de pessoas que jamais desligam seus celulares, os aparelhos. Todos aqui terão um ou dois desses aparelhos conectados o tempo todo. Não há mais o mundo online ou offline, ninguém fala mais em sair da internet ou coisas desse tipo, que eram coisas da minha geração. Então, as pessoas estão hiperconectadas, e isso acontece por causa das comunicações móveis, as pessoas levam seus dispositivos de comunicação no bolso o tempo todo, e pela formação de ambientes digitais, o que significa, afinal de contas, que não se trata, no caso de internet, de meios de comunicação. Trata-se agora de ambientes de convivência, em que estão distribuídas identidades, recompensas na forma de distribuição de amor digital e de formação de grupos identitários e de bolhas. Então, essa é a segunda condição, que eu acho que é fundamental, para explicar o que acontece no mundo hoje com o fenômeno fake news.

Terceiro, o fenômeno fake news é criatura do universo digital, depende de algumas condições, que são condições absolutamente digitais. Primeiro, depende de disseminação digital ou viralização, que é aquele tipo de dispersão que acontece por contágio: uma pessoa vai passando para a outra, um grupo chega ao outro, e assim as coisas são disseminadas. Segundo, há um nível de rapidez de produção e de velocidade de disseminação jamais alcançado. A escala





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de distribuição é... Em alguns poucos minutos, milhões de pessoas podem receber fake news distribuída desse modo. Além disso, qualquer menino de 12, 15 anos é capaz de produzir um material digital e distribuí-lo. Então, qualquer pessoa, em qualquer circunstância, pode distribuir. Terceiro, o alcance. Nunca houve um alcance tão grande. A experiência de falsificação de notícia se conhece desde a Primeira Guerra Mundial, há documentação sobre isso, mas uma coisa é você estar do lado da Entente e falsificar um jornal alemão para distribuir para além do front, coisa absolutamente difícil é impossível. Hoje não há fronts, qualquer lugar pode ser alcançado por fake news. Último aspecto quanto a fake news como criatura digital: é de uma capilaridade sem precedentes, ou seja, as barreiras tradicionais da comunicação não são um limite para fake news, nem as barreiras de classe social, nem as barreiras dos grotões e da distância dos centros. Em qualquer lugar, qualquer pessoa, em qualquer circunstância, com um smartphone e com WhatsApp em zero rating, é capaz de receber um material dessa natureza.

Isso posto, a quarta característica depende da pergunta: chama-se fake news por quê? Porque originalmente, antigamente – e antigamente no caso de fake news significa 2016 –, imitava notícias da mídia, mas hoje ganha qualquer forma: forma textual; forma gráfica – os memes, por exemplo, que são formas peculiares de distribuição de fake news –; formas auditivas – os áudios circulam – portanto, a barreira do analfabetismo não é um problema para a distribuição de fake news –; audiovisual – os vídeos são distribuídos constante e intensamente. Então, todas as formas imagináveis são usadas para isso. Sequer se tenta mais simular as notícias.

A sexta característica: se chama fake news porque, é claro, é fake, é fabricada, é forjada, é falsificação, alteração, distorção, fabricação, invenção de fatos. Há de tudo um pouco: você pode pegar um fato verdadeiro e distorcê-lo; você pode inventar o fato completamente; você pode pegar um fato meio verdadeiro, meio falso. Qualquer elemento serve para isso.

A sétima característica do fenômeno fake news é que o problema não está em apenas ser fake, mas está na malignidade dessas notícias falsas. O problema não está simplesmente no fato de terem sido inventados os fatos. Vocês podem pegar fatos verdadeiros e produzir um material que é maligno no sentido de que serve para destruir reputações, para expor pessoas a determinadas situações – vimos o caso de jornalistas que foram expostos porque publicaram matéria que era contrária a algum dos lados na hiperpolarização política brasileira e, de repente, no dia seguinte, havia foto da escola do filho, do filho, o endereço do filho, tudo publicado e distribuído nesses ambientes.

Então, o importante não é que a notícia seja falsa ou que o material seja falso, mas a malignidade política que faz parte disso. Fake news não é parte do jornalismo, embora o jornalismo tenha que se preocupar com fake news. Fake news é parte da política, e daquela parte da política que os pesquisadores da área de comunicação política...

(Soa a campanha.)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. WILSON GOMES – ... chamam de dirty politics, a política suja, voltada para a destruição de imagem e de reputações.

É isso. Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Agradeço, antecipadamente, a participação do Prof. Wilson Gomes. Daqui a pouco eu sei que haverá perguntas para que ele possa também ampliar a sua explanação.

Convoco agora o Sr. Daniel Bramatti, Presidente da Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (Abraji), editor do Estadão Dados e editor também do Estadão Verifica.

O SR. DANIEL BRAMATTI (Para expor.) – Boa tarde a todos!

Muito obrigado pelo convite.

Saúdo todos os presentes.

Muito brevemente, eu queria explicar o que é a Abraji para quem com ela não tem familiaridade. Ela é uma entidade que já tem 16 anos e foi fundada logo após o assassinato do Tim Lopes, jornalista da Rede Globo. Nesse momento, jornalistas de várias regiões do País se reuniram para tentar criar um ambiente mais seguro para o exercício da profissão e, ao mesmo tempo, procurar disseminar técnicas de investigação jornalística que, no fundo, podem melhorar o nosso jornalismo, melhorar o jornalismo brasileiro e, dessa forma, colaborar com a consolidação da democracia brasileira. A Abraji tem como bandeira a defesa extrema da liberdade de expressão.

No ano passado, no ano eleitoral de 2018, nós fomos procurados por uma entidade chamada First Draft, que é uma entidade que pesquisa e combate o fenômeno da desinformação no mundo, e eles nos convidaram para assumir o papel de coordenadores de um projeto aqui, no Brasil, de combate às campanhas de desinformação durante a eleição, durante o período eleitoral. E esse projeto, que depois foi batizado de Projeto Comprova, tem como essência a formação de uma coalizão entre diferentes veículos de comunicação. Foram 24 redações de todo o Brasil, emissoras de rádio, TV, veículos apenas digitais e jornais que se uniram em torno de uma pauta, de um tema de interesse público, que era evitar ao máximo, sempre que possível, a disseminação de informação ruim, de informação de má qualidade durante a campanha, porque a gente sabe que um cidadão que consome informação ruim pode acabar tendo seu voto afetado, a sua escolha, e isso é muito prejudicial para a democracia.

O Projeto Comprova atuou durante três meses durante o período eleitoral, até o final do segundo turno. Nesse período, nós recebemos, por meio de um canal de WhatsApp, solicitações dos leitores, dos usuários de redes sociais, para que fosse feita a checagem de determinados conteúdos que eles consideravam suspeitos. Então, a gente fez isso em 146 ocasiões, 146





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

textos, imagens e áudios foram checados e, em 92% dos casos, se constatou que esse conteúdo era falso, enganoso, e muitos tinham a intenção deliberada de enganar – um conteúdo malicioso.

Nesse contato com esses pesquisadores do First Draft, uma das coisas que a gente aprendeu foi evitar o uso do termo fake news. Por quê? Vários motivos. Um deles é que o termo não abarca a complexidade do problema, não abarca a complexidade da questão, ou seja, se coloca no mesmo pacote algo que pode ser sátira, algo que pode ser um conteúdo sem malícia, mas que é falso, ou mesmo um conteúdo que tem intenção de prejudicar. E cada um desses itens precisa ser devidamente rotulado, para não ficar tudo dentro de um pacote.

Mas o principal motivo que nos leva a evitar o uso desse termo é que ele foi sequestrado pelos políticos, principalmente pelos políticos autoritários. Eles consideram e chamam de fake news tudo o que os desagrada, inclusive, e principalmente, o conteúdo produzido pelo jornalismo profissional e de qualidade. Então, é por isso que a gente não usa, para evitar a confusão que os políticos, de propósito, estão fazendo.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. DANIEL BRAMATTI – Perdão, não os políticos, mas alguns políticos. Bem observado.

Mas isso é muito frequente e prejudica muito o jornalismo. O jornalismo se torna alvo neste momento em que se procura colocar no mesmo saco o jornalismo produzido com qualidade e com competência – com busca pelo fato, com busca pela relação com a realidade, que busca a descrição da realidade – e esse outro fenômeno, que não tem nada a ver com isso.

Bom, já temos vários exemplos de governantes autoritários que usam esse termo, fake news, para atingir a imprensa sempre que possível. A gente sabe que isso está acontecendo, há casos na África, na Ásia, e está chegando perto aqui da gente. Sempre que há uma oportunidade de se tentar combater esse problema com lei ou com Justiça, o jornalismo sai prejudicado.

Então, eu quero deixar claro que a comunidade de jornalistas brasileiros que trabalha com a questão da desinformação – é praticamente consensual essa posição – entende que isso não se resolve com lei nem com Justiça. A sociedade brasileira, aos poucos, está tentando tomar iniciativas, a sociedade civil brasileira está tomando iniciativas para tentar combater esse problema.

O Comprova é uma dessas iniciativas. Nós temos vários veículos de mídia que criaram departamentos de verificação e checagem de fatos mesmo neste momento de crise da mídia. As redações estão superenxutas; neste momento, não se tem notícia de jornais e emissoras de TV que estejam em boa situação financeira, mas, mesmo assim, eles estão investindo parte dos seus recursos para tentar combater um problema que não foi criado pelo jornalismo. Isso é importante destacar também.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E há iniciativas também num campo importante, que é o da educação midiática. O Instituto Palavra Aberta, que é um instituto da sociedade civil, também está, neste momento, levando às escolas o ensinamento sobre o fenômeno da desinformação e sobre como a gente eleva o grau de desconfiança das pessoas em relação ao que é falso.

Um caso que nos alertou muito e que acho que é um exemplo que mostra o perigo de se usar essa categoria abstrata do que é fake news e colocar dentro disso o jornalismo aconteceu recentemente e envolveu o Supremo Tribunal Federal. Para nossa surpresa ...

(Soa a campainha.)

O SR. DANIEL BRAMATTI – ... e para nossa imensa preocupação, o Supremo Tribunal Federal, num inquérito chamado Inquérito das Fake News, determinou a retirada de uma reportagem do ar, uma reportagem da revista *Crusoe*, alegando que o conteúdo era falso.

Então, peço uma reflexão. Se a gente colocar na mão de juízes definir o que é verdade e colocar o poder de restringir a circulação de informações e de ideias no Judiciário... Pensem nos riscos que isso pode ocasionar. Então, depois de tudo o que eu falar aqui, podem esquecer de mim, mas não esqueçam de uma coisa: desinformação não se resolve com lei nem com Justiça.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Passo a palavra ao General de Divisão Guido Amin Naves, Comandante do Comando de Defesa Cibernética do Exército Brasileiro.

O SR. GUIDO AMIN NAVES (Para expor.) – Em primeiro lugar, Sr. Presidente, muito obrigado pelo convite, pela oportunidade de debater com essa plateia esse assunto tão importante.

A minha abordagem vai ser um pouco mais técnica do que a dos que me aconteceram, tendo em vista a especificidade do meu trabalho.

Na verdade, o que nós chamamos de fake news hoje aconteceu com a explosão das tecnologias de informação e de comunicação. Isso aumentou grandemente a possibilidade de difusão dessas coisas.

Esse é um problema muito complexo, e não é de hoje. Antigamente nós tínhamos o que chamávamos de fofoca, que andava por aí, mas numa velocidade muito menor e com muito menos contundência. Hoje, inclusive, já temos o que chamamos de deepfake, a inclusão da inteligência artificial nessas questões. Hoje, qualquer um de nós aqui pode ser colocado em um vídeo falando qualquer coisa, e nossos familiares jurarão que somos nós, mas é fake.

Então, hoje, ver e ouvir não é mais crer. Nós estamos agora na era da pós-verdade, onde a prevalência do fato cede espaço à prevalência da intenção de quem dissemina. Isso é muito grave e é muito perigoso. Isso traz consequências graves, tanto do ponto de vista individual como





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

coletivo; inclusive – isso é objeto de um estudo que estou fazendo neste exato momento –, altera o equilíbrio de poder entre Estados, de tão grave que isso pode ser.

E essas ações, é muito difícil classificá-las. Há um espectro muito grande. Quando alguém, por exemplo, difunde alguma notícia falsa sobre alguém, uma calúnia, uma difamação ou coisa assim, de alcance em uma pessoa, estou diante de um crime talvez, mas, quando isso chega à outra ponta do espectro, eu começo, por exemplo, a influenciar as eleições de um país ou coisa que o valha, eu já estou mexendo no equilíbrio de poder entre Estados. Então, é muito difícil...

Nas pontas do espectro, é fácil a gente classificar crime ou ação contra o Estado. Se alguém, por exemplo, quebra o sistema de segurança de um banco qualquer e rouba lá dinheiro de alguns clientes: aquilo está numa ponta do espectro, aquilo é crime. Mas se alguém resolve, por exemplo, invadir a Câmara de Compensação do Brasil, e nós ficamos, no nosso País, dez dias sem compensar nenhuma transação financeira: isso é só um crime ou já é uma ação contra o Estado? Então já... Nas pontas do espectro é mais fácil, mas, mais pelo meio desse espectro, é difícil classificar uma coisa e outra.

Mas eu gostaria, primeiro, de situar onde nós estamos nessa questão. A questão cibernética no Brasil está organizada da seguinte forma. No nível político, nós temos os atores principais, o próprio GSI, a SAE, e nós tratamos ali de segurança de infraestruturas críticas. É muito importante para o nosso trabalho a segurança de infraestruturas críticas, como energia elétrica, transportes, água, telecomunicações, controle de espaço aéreo, uma série de coisas. Num nível mais baixo, já temos um protagonismo... Em cima, falamos apenas de segurança, proteção, mas, num nível abaixo, já entramos com o Ministério da Defesa, o Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas, as próprias Forças – começamos a falar de defesa cibernética. Aqui já é todo o espectro de atuação, a proteção, a exploração e o ataque. No nível operacional e tático: ali está o nosso comando posicionado exatamente naquele local, entre o nível estratégico e o operacional, e atuando muito severamente em cooperação e integração com a segurança de infraestruturas críticas, tão importantes para todos nós, cidadãos e cidadãs brasileiros.

A nossa atuação... Essa figura é o espectro do conflito, não é? Nós temos... Da esquerda para a direita: as coisas vão ficando mais incontroláveis, e se orienta um uso maior de força à medida que o conflito avança para a direita desse espectro. A defesa cibernética atua em todo esse espectro. O nosso comando pretende ser com capacidade operacional plena, que não temos ainda – é um comando muito novo, com três anos de existência, o setor está sendo implantado. Nós buscamos ser um comando operacional conjunto e interagências permanentemente ativado, da mesma forma que o nosso Comando de Defesa Aérea atua hoje no Brasil.

Então este é o substrato da nossa atuação: guerra cibernética, ações entre Estados. É essa a nossa preocupação.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com relação às nossas fake news, há algumas características da atuação no espaço cibernético com influência nessa questão que é preciso ter em mente no momento em que tentamos combater esse tipo de coisa. Primeira: a dificuldade de atribuição. É muito difícil se atribuir, com o adequado grau de certeza, uma ação a determinada organização ou pessoa, porque há meios de se anonimizar essa atuação. Assim, não se consegue simplesmente chegar e determinar, com razoável certeza, a autoria de uma ação como essa. Outra coisa é a facilidade de acesso a essas capacidades: elas são baratas, de fácil acesso, não demandam, às vezes, nem mesmo grande preparação técnica para que alguém consiga atuar dessa maneira.

Como eu disse antes, com o advento da inteligência artificial e da deepfake, ver e ouvir não são mais crer. Estamos na época da pós-verdade. É aquele corolário que diz que, eventualmente, o fato é absolutamente irrelevante; o que interessa é a versão que se tem dele, é a percepção que se tem dele. Isso é muito perigoso.

Com relação a essa questão também, como eu disse, é muito difícil nós classificarmos essas ações num espectro entre um crime comum e um crime ou uma ação contra o Estado – e essa é a que mais preocupa o estamento de defesa do Estado. É muito difícil fazer essa comparação, essa classificação e, assim, nos posicionarmos. Essa classificação é importante para se definir que meios serão usados pelo Estado para combater isso.

Nós temos competências já estabelecidas: polícia do Estado, órgãos de defesa do Estado. Então, é importante que cada organização se mantenha no seu âmbito de competência para que não haja problemas, como se diz na Marinha, de um cruzar a proa do outro e acabar dando problema. Nós temos atribuições já definidas no nosso marco legal para esse tipo de coisa.

É importante levar em consideração que, para classificar essa ação hostil e, assim, definir que elementos do Estado poderão ser usados...

(Soa a campanha.)

O SR. GUIDO AMIN NAVES – ... para combater essa anomalia, posso citar aqui, por exemplo, a motivação e intenção do autor, as consequências da ação, o próprio ativo que foi atacado e os próprios meios que o Estado vai usar para combater isso.

À guisa de conclusão: os órgãos de defesa e segurança do Estado, certamente, precisam de agilidade e pronta resposta nesse combate. Isso significa amparos legais, estruturas, meios e capacitação. Mas, na discussão de fundo disso tudo – comentava com o meu colega de mesa aqui, o Walter –, a pergunta que temos de responder é a seguinte: até onde pode ir o Estado em detrimento de um e em favor do coletivo? Essa é uma discussão, senhoras e senhores, que acontece nos Estados Unidos, aqui e em todos os países de cunho democrático, enfim, com quem temos contato e participação e intercâmbio. Esta discussão é muito séria: enfim, até onde pode ir o poder do Estado contra determinadas pessoas, em detrimento dessas pessoas e em favor da coletividade? Isso é muito complicado. Eu não tenho a resposta. Por favor, não me





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

perguntem isso, porque eu não tenho resposta para dar, mas é uma discussão sobre a qual nós temos de nos debruçar.

E, complementando o que já foi dito antes aqui, essa questão, senhoras e senhores, é um desafio para toda a Nação brasileira. Isso tem que começar na escola fundamental, é preciso ensinar às crianças o que é uma senha, o que é a internet, que as pessoas não são necessariamente boas, como os pais e as mães, que as pessoas fazem coisas más. Trata-se de introduzir essa mentalidade desde a escola fundamental até a idade adulta, com essa educação verdadeira, para que possamos transacionar e nos relacionar vivendo, ninguém pode viver sem as benesses dessa tecnologia. Ninguém, nenhum de nós aqui hoje, vive sem celular, transações bancárias...

Nós precisamos ter segurança para viver neste mundo, e esse é um desafio para toda a Nação brasileira.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Passo a palavra ao Sr. Walter Capanema, Diretor de inovação e ensino na Smart3 Consultoria e Treinamento, Coordenador-Geral e Professor do Curso de Extensão em Direito Eletrônico da Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro.

O SR. WALTER CAPANEMA (Para expor.) – Exmo. Senador Angelo Coronel, Exma. Deputada Lídice da Mata, senhoras e senhores, Sras. e Srs. Senadores e Deputados, é uma grande alegria poder participar de um evento tão importante e poder humildemente aqui trazer uma contribuição.

Eu acho muito importante falarmos no contexto atual da fake news, porque nós verificamos que, cada vez mais, as pessoas utilizam a internet para tudo. Elas estão, infelizmente, esquecendo dos jornais, das televisões, das notícias e usando a internet.

E a internet também se tornou a praça do debate político e das informações. E, se a vida está ocorrendo na internet, é lá também que, de certa forma, o mal vai buscar se procriar e se compartilhar. E falando aqui em relação a fake news, eu acho importante trazer para as senhoras e os senhores um conceito. Se nós vamos combater fake news, primeira coisa: vamos defini-la, porque, se não definirmos o mal que nós estamos buscando combater, haverá riscos de injustiças.

Então, humildemente, eu trago aqui uma sugestão de conceito: fake news seria a desinformação com a intenção de prejudicar alguém. É você manusear a verdade, é você modificar verdade, é você criar uma mentira para trazer um prejuízo. Mas eu vou mais além: num contexto eleitoral, eu vejo que a fake news poderia ter mais um elemento. Na fake news eleitoral, haveria o contexto ainda de beneficiar um candidato.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, por exemplo, se um candidato na sua campanha alega que construiu 10 mil casas populares quando não construiu nenhuma, eu vejo que, nesse caso, nós temos também fake news, algo que merece ser combatido.

E as fake news se utilizam, na internet, de todos os elementos possíveis, desde o antigo SMS, que hoje em dia pouca gente utiliza, passando por e-mails, redes sociais, WhatsApp e que tais. Portanto, aí, ela tem um grande poder de compartilhamento. E esse compartilhamento acontece com uma intenção dolosa de pessoas que têm a necessidade e a vontade, a consciência, de compartilhar a mentira, ou com uma intenção às vezes inocente: a pessoa acha que aquilo é verdade e vai compartilhando. E, às vezes, até têm aquela intenção: "eu não sei se é mentira, mas eu vou compartilhar" – achando que está transmitindo um conteúdo público, um conteúdo interessante.

Há os famosos perfis falsos e os robôs, que são tão comuns, infelizmente, principalmente nas redes como o Twitter, em que eles utilizam palavras-chave ou frases-chave até mesmo para fazer ataques contra pessoas.

É interessante falar que a questão fake news não é um fenômeno moderno ou um fenômeno digital. É um fenômeno que já é muito antigo. Eu poderia citar aqui como um dos precedentes, até em homenagem ao nosso General, a Operação Fortitude, na Segunda Guerra Mundial, que foi uma operação de desinformação para que os aliados ocultassem por onde fariam a invasão à Normandia. E, mais ainda, pensando aqui em fake news numa época mais moderna, talvez o nosso precursor tecnológico... A vítima foi a Deputada Jandira Feghali, num ataque de SMS que foi dirigido a pessoas específicas, e a alegação era que ela era contra a Igreja Católica, que ela não acreditava em Deus. Então, era fake news, mas fake news usando SMS.

Analisando os efeitos de fake news na sociedade, é importante falar que há uma quantidade muito grande de casos e de situações que mostram o quanto ela é perigosa. Veja, por exemplo, o boato que surgiu sobre o Bolsa Família, que teria sido cancelado, causando um caos social, ou a moça que foi assassinada em Guarujá – esse assassinato bárbaro foi transmitido pela internet, deu para ver a via-crúcis que ela sofreu por causa de um boato surgido em rede social –, ou, recentemente, um falso anúncio de fila de emprego em Niterói, causando um alvoroço, causando uma tristeza e uma decepção muito grandes nas pessoas que estavam procurando emprego.

E há uma preocupação do TSE em criar uma força-tarefa para combater fake news no contexto eleitoral. É interessante comentar isso porque houve o famoso escândalo da Cambridge Analytica, uma empresa inglesa que tem braços pelo mundo todo e que, usando as redes sociais, conseguiu criar fake news microgerenciadas, com microtargeting, para pessoas específicas. Aí o nosso querido Mark Zuckerberg foi chamado a depor em vários lugares – perdoem-me pela intimidade – e acabou não dando muitas informações sobre o quanto o Facebook tem poder para





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

influir na propaganda eleitoral. A jornalista Carole Cadwalladr, do The Guardian, mostrou o quanto fake news acaba influenciando as eleições, como no caso do Brexit, em que uma determinada área da Inglaterra, se não me falha a memória, votou a favor da saída da União Europeia mesmo essa área tendo sido muito beneficiada pela União Europeia, ou seja, como alguém vai votar contra algo que lhe beneficiou muito? Foi por causa de fake news, conforme a jornalista apurou.

É interessante que, para criar fake news, não se precisa de um grande conhecimento tecnológico. Basta, muitas vezes, você utilizar uma informação, uma foto ou um dado verdadeiro e mudar o seu contexto, como no caso da Senadora Marina Silva, então candidata a Presidente: fez-se circular uma foto dela dizendo que ela teria feito invasões. Era uma foto com ela fazendo invasões em fazendas quando, na realidade, era uma caminhada que ela estava coordenando, ou seja, era um ato positivo dela que foi usado no sentido negativo.

Mas, algumas vezes, é possível haver fake news com conteúdo mais tecnológico, como o caso do nosso Vereador Tarcísio Motta. Fizeram fake news bem interessante dele, uma verdadeira fotomontagem, simulando uma reportagem da TV Globo, dizendo que ele participaria de um rodízio de pizza, churrasco e sushi com eleitores, em Botafogo, ou seja, era uma forma de diminuí-lo, de desprezá-lo. E o Tarcísio deu uma resposta muito interessante e muito viva – ele fez até pouco caso: "Na realidade, isso é fake news. Se me conhecessem, saberiam que eu gostaria de pastel com caldo de cana. E vamos, então, combater a gordofobia." Então, ele deu uma resposta de forma divertida e à altura.

É importante mostrar também o perigo associado a fake news. Há casos, por exemplo, de pessoas da internet que são contrárias ao uso da vacina. Dizem que as vacinas podem causar câncer, podem matar, dar cegueira, e a internet acaba sendo, assim, um grande manancial de transmissão dessas informações.

É interessante comentar, por exemplo, que é até fácil você transmitir fake news. No caso do WhatsApp, houve uma matéria que, de certa forma, parecia que era do G1, do Portal G1, dizendo que o Presidente Bolsonaro havia falecido em razão de um ataque. Na realidade, era tão somente uma foto montagem que fizeram com um endereço de internet falso.

Das normas aplicáveis aqui – eu acho interessante comentar –, a mais importante é a Constituição. É a Constituição, ao estabelecer a liberdade de expressão, a liberdade de pensamento. Por outro lado, ela não dá muito limite. Como se vai verificar o limite da liberdade de expressão? Eu acho muito difícil e muito perigoso quando leis definem de forma aberta o que seria a desobediência, o que seria o abuso, o que seria o absurdo. Por exemplo, nós temos aqui a calúnia no Código Penal, com uma pena muito pequena, de 6 meses a 2 anos. É um crime de menor potencial ofensivo para o qual não há prisão. Muitas vezes, alguns criminosos se gabam, numa audiência, dizendo: "Olha, foi pouco. Até valeu a pena. Pelo custo-benefício valeu ter te





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

xingado." Então, acaba não havendo a coerção. Há também a denúncia caluniosa, que é você dar motivo a uma investigação sem base na verdade.

Eu acho importante, especificamente falando sobre o Código Eleitoral, que o art. 323 estabelece com crime, mas com uma pena muito pequena, divulgar na propaganda fatos que sabem inverídicos. Mas o seu parágrafo único coloca apenas um agravante: se o crime é...

(Soa a campainha.)

O SR. WALTER CAPANEMA – ... praticado pela imprensa, rádio ou televisão.

Eu vejo que deveria haver uma modificação legislativa para, além de se ter uma pena maior, ter-se também um agravante em relação à internet, que é o principal manancial de fake news.

Prosseguindo aqui: nós devemos criminalizar o envio de fake news e a criação de perfis falsos? Eu acho isso muito complicado, porque, na realidade, criminalizar fake news também implica criminalizar quem compartilha sem dolo. E como você vai comprovar que aquela pessoa, que aquela senhora, que aquela dona de casa do interior do País, tinha o dolo, tinha vontade de divulgar fake news? Isso é muito difícil. Eu acho que isso vai trazer um efeito resfriador à nossa liberdade de expressão. As pessoas vão ter medo de se expressar.

Já caminhando aqui para o final, eu gostaria de falar aqui em relação às medidas que eu acho interessantes, as sugestões: definir o que é fake news; alteração legal do art. 323 para incluir a internet; definir sanções, formas de combate e medidas coercitivas, também definindo aqui...

Pode passar o eslaide para mim?

Existe uma cooperação das empresas de internet que exige também uma capacitação das empresas do Poder Público e da sociedade, uma adesão à Convenção de Budapeste. Eu acho muito importante que o Brasil possa combater cyber crimes no mundo.

Para terminar, deixo aqui uma frase para os senhores: "Os lábios de quem diz a verdade permanecem para sempre, mas a língua do mentiroso dura apenas um instante." Então, que a mentira possa ser desvendada.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Passo a palavra agora para a nobre Relatora, a Deputada Lídice da Mata.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Como Relatora.) – Boa tarde a todos os Srs. e Sras. Deputados e Deputadas, Senadores e Senadoras que integram esta Comissão, aos nossos convidados e àqueles que acompanham esta audiência pelas redes de comunicação da Casa.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A ideia de que nós iniciássemos os nossos trabalhos da CPMI com uma audiência que debatesse o conceito de fake news foi justamente para que nós pudéssemos iniciar buscando não um consenso, mas pontos de unidade que nos levassem à compreensão de como esse fenômeno ocorre e, posteriormente, de como podemos combatê-lo, portanto. Aqui, inclusive, o Sr. Walter Capanema já apresentou algumas sugestões.

Eu queria fazer umas perguntas rápidas a cada um dos que estão na Mesa, até porque, do momento em que nós iniciamos e instalamos a CPMI até agora, já aprovamos mais de 80 requerimentos – e já temos no forno pelo menos mais 20 requerimentos convidando pessoas para serem ouvidas –, e muita água rolou por baixo dessa ponte, muitas coisas vieram à tona, tanto do processo político-eleitoral, quanto da realidade que nós vivemos hoje no Brasil.

Pelo que foi falado tanto pelos jornalistas, pelos comunicadores, quanto pelas palavras do General e do Dr. Walter Capanema, fake news é um fenômeno da política, um fenômeno da sociedade, não é um fenômeno especificamente do jornalismo. Essa foi uma tentativa clara de dissociação feita pelo representante da Abraji... Mas, ao mesmo tempo, há o conteúdo de malignidade no fenômeno fake news. E, à medida que há um conteúdo de malignidade, fake news tem que ser vista como um perigo para a sociedade e um perigo para a democracia.

Recentemente houve diversos casos que mostram que isso está caracterizado no mundo. Há intervenções de países em outros países, gerando mais do que uma interferência na eleição, o que já se registra como um caso grave de intervenção na democracia, mas também a provocação de guerras.

Eu queria, portanto, perguntar, tanto à Abraji quanto ao Prof. Wilson, o seguinte: o fenômeno fake news que ocorre na sociedade, levando a uma falta de credibilidade em tudo, não tem também uma ligação com uma certa falta de credibilidade dos grandes meios de comunicação? Não seria também o caso de se estabelecer uma referência com a busca da verdade por instituições que podem desenvolver essa tarefa de revelar se aquela notícia é verdadeira ou falsa? Com toda a negação da mídia hoje no Brasil, isso também não coloca, ainda assim, uma certa imprecisão dos fatos? Ou seja, há credibilidade? As pessoas acreditam naqueles que desmentem fake news? Há algum nível de...

O jornalismo de fonte basta? Não havia, antes, uma busca de, além da fonte, o jornalista pesquisar a verdade? Apesar de fake news não ser um fenômeno do jornalismo, digamos assim, o jornalismo tem servido, muitas vezes, para a disseminação de fake news. E quanto a essa revelação recente da Intercept? Como os senhores veem a atuação do Intercept na divulgação desses fatos? É o resultado de uma posição, de um jornalismo investigativo ou, como alguns querem caracterizar, uma ação criminosa?

Aos dois debatedores e conferencistas do lado de cá, queria direcionar a seguinte questão. Recentemente, o senhor, General, falou muito claramente que há uma relação muito difícil de se





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

estabelecer, uma fronteira difícil de se estabelecer, entre fake news que atinge a sociedade e a que atinge o Estado brasileiro. Muito bem, na semana passada foi divulgada por um meio de comunicação – a Revista Crusoé – uma entrevista com pessoas que acusam a existência, no Governo Federal hoje, de uma verdadeira força-tarefa para a fabricação de fake news. Inclusive, chegam a mencionar a existência de um grupo que se voltou especialmente para destruir a imagem do General Santos Cruz, levando ao seu afastamento do Governo. Isso não seria, portanto, uma questão de Estado? É um grupo de pessoas atuando para destruir membros do próprio Governo! Isso não seria um ataque ao Estado? De que maneira a sua ação, o seu departamento, digamos assim, funciona para impedir a ocorrência dessas situações?

Nós já temos aqui, inclusive, um requerimento para que o General Santos Cruz venha a esta CPMI e faça o seu depoimento. Queria, portanto, saber como o senhor, como responsável por salvaguardar, por defender institucionalmente essa guerra cibernética que pode vir a atingir os interesses do Estado brasileiro, vê esse fato.

E também ao Walter Capanema, para não esquecer-lo. Foi colocado aqui – essa é uma preocupação desde o início desta Comissão – que nós temos que ir com muita calma para não transformar qualquer ação posterior de legislação ou de regulação num movimento que restrinja a liberdade de expressão. Isso quer dizer que nós não podemos ter nenhum nível de regulação desse fenômeno do ponto de vista da legislação penal no Brasil? De que maneira aprimorá-la? O senhor chegou a indicar ali. Isso basta? É suficiente para punir?

Há registros de que a França hoje já avançou no sentido da corresponsabilidade das redes sociais com a notícia falsa, a desinformação, e de que a punição não se dê apenas na origem de um grupo que venha a praticar esse ato, mas, sim, também, dividindo esta penalidade, inclusive do ponto de vista pecuniário, com as empresas que de alguma maneira se colocaram à disposição dessa prática. Como o senhor vê isso? Qual é a sua opinião?

O SR. DANIEL BRAMATTI (Para expor.) – Sobre a questão da falta de credibilidade: de fato, nós vemos hoje uma erosão da credibilidade em todas as instituições do mundo – a imprensa é uma delas –, essa horizontalidade trazida pelas redes sociais colocou em xeque a credibilidade de instituições que eram vistas como intocáveis até recentemente. E, nesse sentido, cria-se um ambiente de contestação a tudo, em que nada é sagrado, nada é verdadeiro, um contexto que é muito propício à disseminação de falsidades. Isso, obviamente, tem a ver com a circulação de conteúdo falso, com a explosão da circulação de conteúdo falso.

Mas a Sra. Deputada pergunta se as pessoas acreditam quando há um desmentido feito, por exemplo, por uma agência de checagem ou por um veículo de comunicação. A nossa experiência é que sim, mas, obviamente, nós podemos estar pegando apenas uma pequena amostra não representativa do todo da população.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu, como jornalista, em todos os meus muitos anos de carreira, sempre fui acostumado a ser criticado, criticado pelos leitores, criticado pelas fontes, criticado pelos chefes. Ao começar a fazer checagem, a gente começa a receber agradecimentos, as pessoas se sentem perdidas nesse ambiente poluído, um ambiente informativo poluído, e, quando há alguém que vai lá e diz "Olha, isso aqui está errado"... E vou dizer não só que está errado, vou dizer por que está errado, por que é falso, como é que a gente chegou à conclusão de que é falso. Nós vamos mostrar com transparência qual foi o caminho da nossa verificação para que você não precise acreditar em mim, para que você possa fazer o mesmo caminho que eu fiz e possa concluir no mesmo sentido. Então, as pessoas têm uma resposta positiva a isso. Repito: pode ser que a nossa amostra seja pequena, pode ser que ela não seja representativa do todo, mas o trabalho de checagem das agências e dos jornalistas que trabalham com isso tem um efeito, apesar de ser difícil de medir.

A sua pergunta sobre o jornalismo ter servido, ou servir, para a difusão de fake news. O Rodrigo Duterte acha isso, o Nicolás Maduro acha isso, o Donald Trump acha isso, o Bolsonaro acha isso. Em geral, quem está numa situação de poder usa o estratagema de chamar de fake news tudo o que o desagrada, e é esse o risco. Nos países onde houve mudança de legislação para tratar desse fenômeno, a liberdade de expressão e a liberdade de imprensa saíram, no mínimo, arranhadas ou saíram muito prejudicadas. Existem ditadores usando leis contra fake news para prender gente.

Criminalizar fake news, como se fala aqui nessa Mesa, para mim é o absurdo dos absurdos. Não existe, não há como se definir dolo quando um conteúdo falso circula. Não há como se saber quem criou um conteúdo que circula pelo WhatsApp. Um conteúdo pode ser... Eu posso mandar um conteúdo para fulano que eu recebi de sicrano, mas eu não tenho como provar que não fui eu que criei. Aí, a pessoa que recebeu vai me acusar de ter criado um conteúdo falso e vai criminalizar essa questão? Imaginem isso! E imaginem o poder que vai ter um juiz... Recentemente se tem debatido muito a questão do abuso de poder de juízes. Nós vamos dar mais esse poder para os juízes?

Então, essa é a reflexão que eu faço.

Muito obrigado.

O SR. WILSON GOMES (Para expor.) – Eu vou pegar justamente desse ponto aqui. Eu não vou discutir, pelo menos neste momento, o problema da criminalização de fake news. Eu acho que é menos misterioso e menos complicado do que parece e não se trata propriamente de criminalizar fake news, mas há determinadas coisas que se podem fazer.

Aparentemente, no discurso popular, fake news é uma criação espontânea, que nasce como cogumelo no banhado, quando, na verdade, fake news, naquilo que realmente importa – destruição de reputações, fazer a política suja, campanha de ataques etc. –, é organizada. Então, há uma indústria de fake news.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Para além de fake news disseminada espontaneamente por garotos, na deep web ou em qualquer outra dessas formas, ou por velhinhos aposentados, ou por grupos outros, nos grupos de família, porque têm uma posição partidária etc., há uma indústria produzindo fake news organizadamente. É possível extrair dados e notar que há pessoas que se dedicam profissionalmente dentro de grupos de WhatsApp a fazer aquilo, porque elas fazem 24 horas por dia esse tipo de coisa. Que medidas podem ser feitas e tal... Eu sou professor, eu só pesquiso, eu só levanto os dados etc., mas, certamente, é menos misterioso e menos intocável do que parece.

Voltando à questão do jornalismo, eu acho que sim. O jornalismo, de alguma maneira, entrou muito na hiperpolarização da política e, de alguma maneira, sabotou a própria credibilidade. Isso se aplica a uma parte do jornalismo pelo menos, para não generalizar, colocar tudo no mesmo saco, porque eu não gosto desse tipo de generalização. Uma parte do jornalismo entrou na hiperpolarização e, aí, parecia que não havia mais ninguém narrando o jogo, estava todo mundo jogando. Essa é uma impressão, eu falo de sentimentos e de percepções – é a minha área, a área de sentimentos e percepções de política, não dos fatos. Isso corrói, isso produz uma erosão na credibilidade.

Por outro lado, eu acho que confundir fake news com mau jornalismo é ruim, porque não resolvemos o problema do mau jornalismo, que precisa ser resolvido, e não resolvemos o problema de fake news. Fake news não é mau jornalismo, não é jornalismo com uma apuração ruim, não é jornalismo partidário ou hiperpartidário. É que nós temos todos esses tipos de jornalismo, além do jornalismo mainstream, de boa qualidade, baseado em objetividade, neutralidade, imparcialidade etc. Temos tudo isso, mas fake news não é simplesmente um tipo de mau jornalismo. Fake news é outro tipo de criatura, que qualquer um pode produzir. E não é produzida na redação, é produzida em outro lugar. Então, acho que separar esses dois tipos de discussão ajuda um pouco a ver que medidas tomadas tratando fake news como fenômeno político, da má política, da política sombria... Talvez assim a gente possa tomar alguma medida a respeito.

Com relação à credibilidade das instituições, eu digo o seguinte. Nós estamos na universidade, o jornalismo tem uma credibilidade que está em baixa e nós ficamos... Não é a nossa, é a do jornalismo. Aí, você está no Judiciário, diz: "Bom, o jornalismo está mal, mas não é a nossa, o Judiciário está bem." E de repente você olha e diz "não". Chegou-se um determinado momento em que estão atacando, e isso faz parte do mesmo movimento que produz fake news, a credibilidade de todas as instituições sociais que foram organizadas e que se reconhecem socialmente com uma espécie de arbitragem ou de arbitração sobre o que é verdade, sobre o que é objetividade, sobre o que é Constituição, sobre quais são os territórios legítimos em que a gente pode de alguma maneira construir um projeto de País.

Então, começa-se atacando o jornalismo: nós não acreditamos no jornalismo e podemos usar o termo fake news de maneira reversa. É o fenômeno que os pesquisadores americanos





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

chamam de fake news. Fake news acaba sendo usada como uma espécie de palavrão que você pode usar para desacreditar news que o outro produz. Fake news é news dos outros, news contra o meu lugar, news contra a minha tribo.

O Donald Trump é especialista em fazer esse tipo de coisa. Fake news é CNN e Washington Post, não é Fox. Fox não é fake news. No Brasil – não vou dar exemplos brasileiros – é a mesma coisa. Então, nós conhecemos esse fenômeno, que é um fenômeno da política, do uso dos reversos disso, mas primeiro atacamos o jornalismo.

Para no jornalismo? Não. A fake news mais disseminada do mundo é a que diz que vacina causa autismo. Portanto, a ciência também entrou no roldão. Agora ninguém acredita mais em pesquisador, ninguém mais acredita em cientista. Quer dizer, há um conjunto de pessoas que não acredita mais em cientistas, só acredita nos próprios cientistas. Não acreditam mais nos intelectuais, que arbitravam as informações. Agora não se acredita mais nos intelectuais. Os intelectuais também são uma instituição comprometida, porque foram todos vendidos para o comunismo ou para os liberais ou qualquer outra dessas instâncias.

Você foi incluindo assim, e chegamos à Suprema Corte. Ontem eu falava no TRE de Aracaju, semana passada no TRE da Bahia. É a mesma situação. Os juízes também, ninguém mais acredita nos juízes. O maior objeto de fake news no Brasil, ao lado de Jean Wyllys e Lula, é Gilmar Mendes – eu estou falando de pesquisa, de dados –, é um ministro da Suprema Corte. Se nem a Suprema Corte é respeitada por essa barreira de fake news, nenhuma das instituições será, as credibilidades de todas as instituições foram atacadas.

Então, criou-se um sistema que é mais ou menos o seguinte. Nós decretamos que nenhuma das instituições de arbitragem sobre objetividade de fatos, jornalismo, cientista, professor, intelectual, político, Governo, STF, nenhuma dessas, merece credibilidade, todas as instituições estão comprometidas. E o que sobra disso? Quem ocupa esse lugar? Ocupa esse lugar a nossa tribo. Então, a verdade é aquilo que serve para os interesses da nossa tribo. Aí, nós vamos ter os nossos próprios filósofos, nossos próprios cientistas, o nosso próprio jornalismo.

A ecologia midiática hiperpartidária foi inventada para substituir o jornalismo. E aí, claro, mentira eu sei fazer sozinho. Se todo jornalista é mentiroso, eu minto sozinho. É fácil fazer o jornalismo que me interessa, que é esse jornalismo de fake news, que não é jornalismo, mas um pseudojornalismo, porque ele é puramente militância.

É isso.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Nosso General.

O SR. GUIDO AMIN NAVES (Para expor.) – Bom, sobre a pergunta que a Deputada me dirigiu, como eu disse, nós temos um espectro: numa ponta, um crime contra pessoas, contra





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

organizações e assim por diante; em outra ponta, as ações contra o Estado estabelecido. E disse também que é mais fácil nós entendermos ações próximas às duas pontas, citei até exemplos das duas pontas do espectro e ressaltei que, à medida que essas ações se aproximam do meio do espectro, fica mais difícil caracterizar como uma coisa ou como outra.

Quanto ao próprio Comando de Defesa Cibernética: eu poderia enunciar aqui a missão dele como sendo planejar, executar e coordenar ações cibernéticas com a finalidade de garantir liberdade de ação da Defesa no espectro eletromagnético e impedir seu uso contra os interesses nacionais, de defesa nacional e assim por diante. O que eu quero dizer é que a nossa atuação hoje é mais focada nas questões da guerra cibernética, o que pressupõe a ação de um Estado contra o nosso Estado.

Em última análise, todo o estamento Defesa – e falo aqui, no caso, pelo Comando que ocupo, o Comando de Defesa Cibernética – vai executar tudo aquilo que o Estado brasileiro disser para ele fazer, tudo aquilo, nem uma palavra a mais nem uma a menos.

E, no caso que a senhora citou como exemplo, Deputada, eu posso lhe garantir: esse tipo de coisa não está no nosso espectro de atuação. Nós não atuamos nessa questão que a senhora definiu aqui, não foi do nosso escopo de trabalho, está bem?

Por ora, é o que eu tenho a dizer. Fico à disposição para mais perguntas.

Obrigado.

O SR. WALTER CAPANEMA (Para expor.) – Em relação às questões de V. Exa.: a liberdade de expressão não é ilimitada, ela tem limites. O grande problema é definir esses limites sem que, com isso, nós tenhamos atitudes arbitrárias, porque defender a liberdade de expressão não significa apenas defender o ponto de vista com que eu concorde. Liberdade de expressão é defender e permitir que coexista o conhecimento, o ponto de vista e a opinião com que eu não concorde. Então, a liberdade de expressão pressupõe uma pluralidade de ideias.

É interessante comentar que, na nossa realidade, para se combater fake news, eu vejo que seria interessante, em primeiro lugar, aumentar a pena do crime de calúnia. A pena é muito pequena, especialmente quando o crime de calúnia é praticado pelas redes sociais. E praticar um crime de calúnia por uma rede social não exige muito conhecimento técnico. Uma pessoa pode usar o seu próprio perfil numa rede social ou pode criar um perfil falso. Isso não demanda muito conhecimento técnico e causa muitos danos, porque aquele conteúdo acaba sendo compartilhado, ele acaba ficando na internet durante muito tempo e, com isso, cria-se uma avalanche de informação.

Eu acho também importante que existam penas maiores para os crimes eleitorais contra a honra e, principalmente, para o crime do art. 323, citado, para que não só tenha uma pena maior





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

propagar propaganda eleitoral falsa, mas que também exista um agravante caso essa propaganda ocorra pela internet.

E, em relação também à outra pergunta de V. Exa., a respeito da corresponsabilidade das redes sociais em relação aos conteúdos que elas transmitem, é interessante mencionar que nós temos em vigor uma lei chamada Marco Civil da Internet, e essa lei, de certa forma, afasta a responsabilidade dessas empresas. A lei chama essas empresas de provedores de aplicação. Então, os provedores de aplicação não são responsabilizados, a princípio, pelo conteúdo que eles divulgam, pelo conteúdo que eles transportam, o que eu acho muito injusto. Data venia, eu vejo que o Marco Civil da Internet foi uma lei que só beneficiou poucas empresas, que foram as empresas de internet. Esse marco dificulta a responsabilidade dessas empresas, porque essas empresas lucram com as notícias, sendo falsas ou verdadeiras. As empresas de internet não são meros transportadores de informação. Elas são como se fossem canais de comunicação, e os usuários é que produzem o conteúdo gratuitamente a troco de likes, curtidas e alguns outros mimos virtuais.

O que eu acho interessante é que poucas vezes as empresas de internet cooperam com o Poder Judiciário. Eu não vejo, como regra geral, o Poder Judiciário como um inimigo. Eu vejo que o Poder Judiciário precisa de instruções sobre como lidar com essa nova realidade. E é importante também que as empresas cooperem com o Poder Judiciário. Muitas vezes essas empresas invocam leis locais, invocam normas fantásticas, data venia, para não atender as ordens judiciais. E eu vejo que é importante que se traga, por exemplo, medidas coercitivas para que essas empresas cooperem com o Poder Judiciário.

Algum tempo atrás era muito utilizado em alguns casos o bloqueio do WhatsApp. Eu vejo que essa medida atualmente, data venia, seria muito abusiva e muito forçosa, porque, afinal de contas, o WhatsApp talvez seja o principal meio de comunicação do Brasil na atualidade, por meio do qual as pessoas veem televisão, se comunicam e acessam informações. Então, esse bloqueio, a meu ver e a meu sentir, seria muito exagerado. Mas há outras medidas coercitivas, e aqui cito a doutrina do Promotor baiano Fabrício Patury, de congelamento do CNPJ das empresas, de proibição de contratar com o Poder Público, porque muitas dessas empresas exibem propaganda política e propaganda governamental.

Acho também interessante mencionar que eu concordo com as palavras dos meus colegas no sentido de que o Poder Judiciário não deve ser o fiscal da verdade, mas qualquer mentira, qualquer falsidade que cause dano a pessoas e à coletividade deve, sim, ser judicializada, e aqueles que cometerem atos ilícitos devem ser punidos de acordo com a lei e de forma proporcional.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Chegaram algumas perguntas no nosso portal.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Fabício Vieira, de Minas Gerais: "Uma Deputada Federal acusa o filho do Presidente de ter uma milícia virtual. O que o Congresso tem feito no plano penal sobre uso de robôs para fake news?"

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP. Fora do microfone.) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Pela ordem, Deputado Rui.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP. Pela ordem.) – Eu acho que os Deputados e Senadores, já que o tempo é limitado, todos nós somos chamados para outros trabalhos... Talvez fosse o caso de deixar as questões dos portais por último para que os Deputados possam... Talvez agora, a bem dos trabalhos, se os conferencistas não se opuserem, devêssemos fazer um bloco de perguntas para que eles respondessem ao final do bloco, para ganhar tempo.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – O.k.

Eu vou acatar a sua questão de ordem, Deputado, e vou convidá-lo, inclusive, para assumir a Presidência interinamente, porque fui chamado agora à CMO para dar presença numa votação importante, mas retornarei.

Em tempo, anuncio que o próximo a fazer uso da palavra é V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Rui Falcão. PT - SP) – Isso se chama punição pela idade!

O Vice-Presidente precisa ser eleito aqui ainda, mas, como eu vou presidir os trabalhos... (Risos.)

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA) – Garanto sua defesa como Presidente da Comissão da Pessoa Idosa!

O SR. PRESIDENTE (Rui Falcão. PT - SP) – Eu estou inscrito agora, mas vou deixar os demais Deputados e Senadores falarem antes para poder conduzir os trabalhos.

Seguiremos o seguinte critério: quem tiver perguntas e estiver inscrito faz suas colocações, e os conferencistas respondem em bloco.

A próxima oradora é a Deputada Luizianne Lins. Em seguida, Senador Humberto Costa, Deputada Natália Bonavides, Senadora Soraya Thronicke e Deputado Aureo Ribeiro. São os que se inscreveram aqui. Eu falarei por último.

Deputada Luizianne Lins.

A SRA. LUIZIANNE LINS (PT - CE. Para interpelar.) – Boa tarde a todas e a todos!

Quero saudar a Mesa na pessoa da nossa Relatora, a companheira Lídice da Mata, que foi Senadora e agora é Deputada e está tendo esse grande desafio pela frente.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Como o Deputado Rui Falcão, também sou jornalista, e vou falar a partir do nosso ponto de vista de jornalista, independentemente do cargo de Deputada Federal.

Em primeiro lugar – demorou muito para que o Governo compreendesse isto –, esta CPMI tem um papel fundamental no momento em que a humanidade está atravessando um marco, porque, para mim, a revolução tecnológica traz consigo um novo paradigma para as relações entre as pessoas de uma forma geral.

Por acaso, vou apresentar um artigo que foi aprovado, um artigo científico, no Congresso Jornadas de Problemas Latino-Americanos, no Chile. Eu estava exatamente revendo uma série de coisas para escrever o artigo e descobri uma coisa: nós tínhamos um teórico da comunicação que escreveu, em 1962, um livro chamado A Galáxia de Gutenberg. Refiro-me a McLuhan.

McLuhan falava da aldeia global, por incrível que pareça. Ele foi o primeiro filósofo, a primeira pessoa, o primeiro que começou a compreender e a entender que as manifestações, que a tecnologia digital... Ele até usa essa expressão nesse livro de 1962. Ele dizia que a mídia – ele batia pesado na imprensa –, a imprensa, estava destribalizando o mundo e que iria caber à revolução tecnológica tribalizá-lo novamente. Ele usou a expressão "aldeia global" e dizia que nós poderíamos viver em uma aldeia global.

A gente precisa entender que a gente está falando aqui de fake news, mas o grande fenômeno que gerou todas essas questões... E não necessariamente coisas ruins, gerou coisas boas inclusive. Como o General falou, nós não podemos viver mais sem essa tecnologia.

Quem assistiu Privacidade Hackeada... Eu recomendo que todo mundo assista. Está no Netflix, gente; só não assiste quem não quiser. É muito óbvio, é muito claro como nós vivemos hoje. Nós somos apenas algoritmos nesse processo todo. Isso aqui é porque... Eu falo muito o seguinte: se você quer que uma coisa fique escondida, não a leve para a política, porque, se você levá-la para a política, rapidamente ela vai para a esfera pública, porque a política tem esse papel de desnudar essas questões.

Então, isso já era usado, e continua sendo usado, pela indústria, pelo capital, para ficar o tempo todo azucrinando o seu juízo. Na hora em que você abre qualquer dispositivo, seja um laptop, seja um computador, seja um smartphone, que é o novo vício moderno... Inclusive, a capa de uma revista chamada Carta Capital diz que o novo vício é o smartphone. Aliás, desculpe-me, foi a Superinteressante que saiu com isso, disse que o novo vício é o smartphone. E isso é uma coisa um pouco assustadora porque é irreversível. É impossível imaginar que os jovens criados na era da internet possam simplesmente guardar o smartphone e dizer "Não quero saber". É muito difícil!

Então, estamos aqui trabalhando em um processo de redução de danos, em um processo onde a vagabundagem – vou usar essa expressão... Porque o problema de fake news – concordo com o jornalista Daniel – é o seguinte: a gente...





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu fazia parte, até pouco tempo, de um grupo de estudo chamado Teorias do Jornalismo, da PUC do Rio. Eu morei um período lá, fiz mestrado lá. Era um grupo de jornalistas que estavam nas redações e que faziam o tempo todo essa avaliação crítica das coisas. E a gente se recusava a usar o nome fake news porque o jornalista clássico, o jornalista verdadeiro, o jornalista que tem a profissão como de fato ela deveria ser, para a busca incessante da verdade, ele não aceita falar uma mentira. Então, não existe notícia falsa. Se é notícia, não pode e não deve ser falsa.

Mas nós estamos falando aqui é da mentira. E a mentira não é uma coisa nova, gente. A mentira existe desde que o ser humano existe. Sempre havia um mentiroso, sempre havia um mentiroso. Inclusive, vou citar a época do Hitler. Todo mundo sabe que Goebbels foi o ministro da comunicação e da publicidade do Hitler e que a ele é atribuída a frase que até hoje se fala no mundo: repita mil vezes uma mentira que ela vai se tornar verdade. Essa era uma estratégia de guerra, e eles fizeram isso.

Só que agora a mentira não precisa mais de muita gente distribuindo papel para ser disseminada; ela está sendo disseminada a toda hora, a todo instante e para todo mundo, é democrática. A mentira chega a todo canto. E o que é pior: os desonestos, os vagabundos da política – vou usar essa expressão, porque para mim não há outra definição –, aquelas pessoas que querem enganar as outras, aquelas pessoas que querem ludibriar para se aproveitar, para tirar proveito disso, é que estão flinando hoje em cima da chamada fake news.

Com fake news, no final das contas, todo mundo deveria estar se preocupando porque é muito grave. Quem joga fake news e tem um filho deveria estar pensando – essa é uma questão existencial humana – que o próprio filho pode ser vítima da fake news que ele soltou de forma deliberada, de forma desonesta. A discussão desses valores precisa ser colocada.

Eu queria, só para finalizar, pedir a vocês o seguinte. Eu tenho pensado muito, como professora universitária do curso de jornalismo, em especial de imagem... Eu trabalhava com fotografia; quando eu estava na universidade, a fotografia ainda era analógica, não era digital. A gente discutia muito na década de 90 na universidade, primeiro como estudante, depois como professora, o que fazer diante da televisão. Chamava-se radiodifusão. A gente não tinha controle, era um controle muito tênue. Hoje em dia... Se a gente achava descontrolado, o que dizer agora desse processo? A gente dizia o seguinte: temos de fazer imediatamente – foi dito aqui, não sei se pelo General ou pelo Walter – a leitura crítica dos meios de comunicação de massa. Essa era uma tarefa para quem entrava na universidade, era para a gente fazer isso junto ao povo que não tinha acesso à universidade. Então, acho que, cada vez mais, General, isso precisa ir para escola, porque essa questão do caráter, da desonestidade...

Quando foi para política isso... Começou em 2016. Houve a eleição do Barack Obama. Foi uma forma de a política tentar ter ferramentas para otimizar a chegada das informações para as pessoas. A partir da eleição do Trump, a gente começou a ver... A Cambridge Analytica era cara de pau, ela dizia: "A diferença são os dados". Ela tinha cinco mil dados de cada indivíduo. E no





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

filme que estou entendendo que você viu, porque eu o vi citando a jornalista, que hoje é militante dessa área... E ela diz que os direitos digitais deveriam ser mais um patamar dos direitos humanos universais. Ela coloca que a proteção dos dados, e por isso estou tão preocupada com essa discussão... Ela hoje é militante, fala isso para a juventude.

Para finalizar: me preocupa muito que tenhamos agora um processo em que você cria bolhas de pensamento das pessoas, principalmente as que, infelizmente – coitadas! –, não têm muito acesso a informação de qualidade e se julgam as mais informadas do mundo. Aí, se você diz para ela uma coisa real, verdadeira, ela diz: "É fake news". Quer dizer, é o contrário. Mas, pelo menos, há uma coisa boa. Eu sempre vejo uma coisa boa no fim do túnel, sempre: agora todo mundo sabe o que é fake news. Você pode não saber se aquilo é ou não fake news, mas hoje o povão, a população, o nosso povo, até o menos escolarizado, sabe o que é fake news. Só ainda não conseguiu ter capacidade de discernimento sobre a falsa notícia, que está longe do jornalismo sério, longe do jornalismo investigativo de qualidade.

A pergunta que quero colocar para vocês ou, pelo menos, a contribuição: como nós podemos estabelecer formas... Porque essas redes advindas da internet, as redes sociais particularmente, são empresas mundiais, e elas entram nos países e estabelecem a política delas até que haja uma legislação que possa minimamente organizar as coisas naquele País. Nós precisamos de leis. Pode ser que as leis não bastem – os lírios não nascem das leis, como disse Drummond –, mas elas são necessárias pelo menos para se ter um parâmetro, uma dimensão de onde se vai recorrer contra aquilo ali.

E, aí, finalizo dizendo: o problema de fake news é que, infelizmente, as pessoas só sabem do potencial destrutivo delas quando são vítimas. Aí as pessoas começam a se preocupar, mas já foi. Então, queria que vocês colocassem como nós podemos tentar melhorar, digamos assim, a legislação ou melhorar a forma como a sociedade vai enfrentar esse problema cada vez mais.

O SR. PRESIDENTE (Rui Falcão. PT - SP) – Obrigado, Deputada.

Deputada Natália Bonavides.

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN. Para interpelar.) – Obrigada, Presidente.

Quero saudar também nossa Relatora, a Deputada Lídice da Mata.

Queria agradecer aos expositores, que vieram enriquecer aqui a nossa primeira audiência desta CPMI.

Queria perguntar: com a experiência que vocês têm no assunto, com o que vocês conseguem perceber por meio desse monitoramento dos atores que têm feito a utilização de notícias fraudulentas para difamação de adversários, nós estamos diante do uso da mentira por amadores ou há algum indício de que haja profissionalização da mentira? Se há, quais seriam





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

esses indícios? O que vocês consideram que poderia caracterizar essa produção de fake news como profissionalizada? E onde estariam esses sujeitos profissionalizados?

Eu acho, senhores e senhoras, que nós estamos num contexto extremamente preocupante. A Deputada que há poucos dias era líder do Governo no Congresso fala em milícia virtual, fala em uma equipe de assessores dos filhos do Presidente que teriam como função produzir fake news. O ex-Ministro da Secretaria de Governo fala em milícias virtuais. Um Deputado que até pouco tempo era do partido do Presidente fala que sabe onde é o bunker de produção de fake news.

Então, enquanto o Estado brasileiro deveria estar pensando em enfrentar esse tema, que hoje é uma preocupação global, enquanto a gente deveria estar pensando em educação digital como uma das medidas que, inclusive, foi posta aqui pelos expositores como essencial para esses novos tempos da democracia, o que nós estamos vendo é haver grupos instalados no aparato estatal que estão fazendo do uso da mentira um método político, possivelmente até de forma financiada com dinheiro público. E não são os opositores ao Governo que estão denunciando isso; são pessoas de dentro, que trabalharam junto, que sabem como funcionou e como vem funcionando tudo isso que vem acontecendo.

Então, aproveito este momento de perguntas aos expositores para expressar minha extrema preocupação com a nossa democracia, porque os indícios aqui não são mais só de uso de fake news nas eleições do ano passado. A gente está falando, na verdade, em algo que não parou, algo que continua como método político e que está interferindo na produção legislativa desta Casa, por exemplo, nas informações que chegam à população em relação ao que está sendo votado aqui. E já se falou aqui também do Supremo Tribunal Federal como outro órgão que é impactado.

Então, manifesto, expresso essa preocupação. Sei que essa preocupação não é só nossa, de brasileiros e brasileiras, mas algo que aflige as democracias no mundo, uma preocupação especial nesse contexto específico que a gente está vivendo, em que a cada dia são mais fortes os indícios e as denúncias de que essa prática está instalada no próprio aparato estatal.

Agradeço a atenção e o tempo dispensado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rui Falcão. PT - SP) – Deputado Aureo Ribeiro.

O SR. AUREO RIBEIRO (SOLIDARIEDADE - RJ. Para interpelar.) – Sr. Presidente, Sra. Relatora, todos os expositores, primeiro, quero falar que a internet não é esse parque de diversão, como está sendo colocado no Brasil. Acho que a gente tem um problema de legislação e esse tem que ser o foco central da CPML. É diferente quem comete um crime no mundo real de quem o comete no mundo virtual. É diferente quando uma pessoa pode, na Macedônia, colocar um conteúdo e esse conteúdo chegar ao Brasil pensar como você vai punir essa pessoa.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós vivemos um novo momento, em que o Marco Civil deixou algumas lacunas para serem preenchidas. Acho que a gente vive um momento, no Brasil, diferenciado, com um Presidente que trabalha bem a internet, um ex-Presidente preso, dois grupos. E a gente não pode transformar este debate da CPMI em um debate eleitoral, mas sim em um debate técnico que vai produzir uma legislação que vai enfrentar um problema que hoje acontece e que, se não cuidarmos, vai continuar acontecendo no nosso País.

Existe uma preocupação quando se fala em fake news hoje no Brasil: muitos levam para a classe política, e o político passa a ser culpado por tudo neste País. A gente tem que separar essa questão no Brasil, porque ela não tem só a ver com a política. Fake news não é um problema eleitoral, é um problema em que há uma falta de legislação, com pessoas que se utilizam dessa ferramenta e praticam crimes, e a impunidade reina no nosso País.

Eu quero aqui, na CPMI, contribuir para que a gente possa avançar na legislação, para que a gente possa entender e trabalhar mecanismos de punição para quem está na Macedônia, mas atinge uma pessoa brasileira, para que a gente possa entender que a internet não é um parque de diversões sem regra e sem ordem. Eu quero contribuir no debate, contribuir numa nova legislação, não transformando esta CPMI num palco político de oposição ao Governo.

Triste quando você recebe algumas informações... Um fala que sabe onde tem, outro acusa milícia, mas ninguém, até o determinado momento, esclareceu e colocou a público, de fato. Triste, porque quem tem o papel de desenvolver uma nova legislação concorda com a legislação que está sendo aplicada e se beneficia da legislação aplicada no nosso País. Eu acho que a gente tem que ter um avanço na CPMI para que a gente possa dar um ponto final a isso.

É claro que, na internet, você não faz uma legislação para sempre. A velocidade é muito grande, a velocidade de informação é muito grande. Você coloca um post que, de repente, tem milhões de compartilhamentos, e, daqui a pouco, você vai ter novas ferramentas para ser combatido.

Eu agora protocolei, na Câmara dos Deputados, uma CPI que trata de pirâmides financeiras feitas com criptomoeda, outro grande problema. Há pessoas lucrando bilhões de reais; há pessoas se beneficiando com crime na internet hoje; há empresas que têm bilhões para devolver a brasileiros. Existe uma estimativa de 4 milhões de pessoas sendo lesadas, mas, pela falta de legislação, a pessoa fica impune, recebendo dinheiro e botando dinheiro fora deste País. Já realizamos audiências públicas na Câmara dos Deputados através de um projeto de lei, de que sou autor, que regulamenta a criptomoeda no nosso País, para que possamos entender o que é isto: o que é um bitcoin, o que é um ethereum, o que é esse mecanismo utilizado hoje como forma de pagamento, como o Brasil vai classificar isso, se é um ativo digital, quem vai tomar conta disso, se é o Banco Central ou se é CVM, como funciona isso no Brasil, para que possamos avançar.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agora, cabe ao Congresso Nacional, com a CPMI aqui instalada, propor uma nova legislação para que se possa delimitar o que cada um pode fazer no Brasil e para não se tornar essa grande bagunça, infelizmente, praticada por quem teria que dar exemplo no nosso País, mas que hoje causa esse grande transtorno ao povo brasileiro.

O problema não está só na política, vai muito além da política. Há um tempo, uma pessoa colocou uma informação de que uma pessoa tinha cometido um ato de pedofilia e mostrou a foto e o seu bairro. Quando essa pessoa saiu na rua, o carro dela foi todo apedrejado. Foi uma situação que a pessoa nem conhecia, colocaram fake que quase levou essa pessoa à morte. Essa falta de legislação e a impunidade têm que acabar no Brasil, têm que acabar no nosso País.

Então, quero contribuir para que a gente possa avançar neste debate.

O SR. PRESIDENTE (Rui Falcão. PT - SP) – Obrigado, Deputado.

Senadora Soraya Thronicke.

A SRA. SORAYA THRONICKE (PSL - MS. Para interpelar.) – Muito obrigada, Sr. Presidente.

Boa tarde a todos, nobres Deputados, servidores, Senadores e quem assiste a nós.

Antes de iniciar, eu só gostaria de falar sobre uma celeuma que aconteceu por conta da abertura desta CPI, muita gente dizendo que esta CPI foi subvertida. Muitos seguidores do nosso Presidente Jair Bolsonaro passaram a entender o motivo desta CPI e passaram a acreditar em fake news – em fake news. Como o próprio Deputado disse, nós temos que ser técnicos aqui e não políticos.

Mas, de qualquer forma, eu acho importante esclarecer que a proposta desta CPI foi feita por um Deputado do DEM. O DEM é o Partido mais prestigiado da base do Governo. Então, não tínhamos dúvida de que esta CPI não era para prejudicar o Governo.

Além disso, esta CPI foi avalizada pela Liderança do Governo no Senado. Portanto, mais uma vez nós tínhamos o respaldo de que era para abrir esta CPI principalmente porque nós sabemos que fake news vem todos os lados, absolutamente de todos os lados, e não de uma direita – certo? –, como foi dito. Não da direita, não tem nada a ver isso. Temos que ser técnicos, temos que ser racionais aqui na apuração de fake news, porque ela vem, pode vir, veio e virá de todos os lados e nós não temos como imputar a uma ala ideológica. Eu acho isso um absurdo.

Porém, no meio do caminho esta CPI foi subvertida, começa a virar esta CPI. E eu peço à base do Governo – principalmente ao DEM, que foi extremamente prestigiado, com quatro ministros e a votação dos dois Presidentes das duas Casas por unanimidade pelo PSL –, que esteja aqui conosco. Muita gente tem espaço no Governo, mas não está aqui. Isso me incomoda





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

bastante porque na hora de segurar a bronca, quem tem que segurar é a gente. Então, tem que ser cobrado daqueles, dos pais da criança, a verdade é essa.

Mas, enfim, o Dr. Daniel disse que nós não resolveremos esse problema nem com lei, nem com justiça. E aí eu vou questionar o senhor como é que se resolve: manu militari? Não podemos, não é? Com as próprias mãos também não, não podemos fazer isso. Isso para mim é algo absolutamente antidemocrático. A Justiça tem, sim... Nós temos que encontrar um caminho. O problema nós já temos, então, essas audiências públicas se destinam a nos ajudar a encontrar um caminho. Se não é legal nem judicial, é o quê? Pelas mãos do Executivo? Então, se ficarmos discutindo, às vezes, perdemos tempo, mas temos que encontrar. Ou não vamos encontrar uma solução para isso?

Porque a liberdade de expressão, ela termina onde começa o Código Penal. E isso tem vindo de jornalistas também, não é só dos seguidores, do pessoal que não é jornalista que está nas redes sociais.

O próprio Presidente Jair Bolsonaro foi vítima de fake news: "Bolsonaro perde para todos", "Caixa dois", no WhatsApp, "Bolsonaro vai acabar com o Bolsa Família"... Quem inventou isso? Alguém contou para algum jornalista isso ou o jornalista inventou? "É a volta da ditadura". Cadê a ditadura? Nós não propomos ditadura de forma alguma, mas existe uma proposta de não resolver isso nem pela Justiça, nem pelo Legislativo. Mas isso não vem da gente. "Não foi uma facada, foi um câncer". "Cadê o sangue?" "A facada é fake." Nós passamos por isso. "Lula pode ser candidato". Também era fake. "Mourão torturou não sei quem". Fake.

E fake também, de certo, para o outro lado, mas nós temos que ter aqui um mínimo de sanidade, porque as coisas estão tomando um rumo insano. Alguém disse que um hacker entra nos celulares de Ministros, de Ministros do Supremo, do Executivo... Esse hacker sequer entregou para a Justiça, para o Ministério Público, esse material que tem nas mãos. Pensem bem: toda vez que a gente tem uma notícia criminis, nós temos que entregar para o Ministério Público, nós temos que fazer um B.O. A vida inteira foi assim. Por que agora não? Aí, a pessoa usa as redes sociais para denunciar um crime, um suposto crime? Isso, judicialmente, Dr. Walter, o senhor é professor de Direito, é chocante! É chocante alguém dar bola para alguém que vai para as redes sociais denunciar. Há lugar certo para se fazer uma denúncia correta. Você coloca tudo num documento e entrega para a autoridade competente para abrir a ação penal, para investigar.

Então, nós estamos num momento em que temos que ter um pingão de racionalidade, gente, e nem de um lado, nem do outro, porque fake news não é um problema de uma ideologia; é um problema do ser humano, que inventa mentira. Mentira!

E não podemos também... O Dr. Walter foi muito feliz na colocação: a expressão "fake news" está ficando banalizada. "Ah, é fake news, é fake news...". E vai indo. É mentira! Isso é





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

coisa de gente mentirosa! Isso é muito feio! Desde criança a gente aprende isto: que é muito feio.

O pior é que nós estamos sofrendo questões que não é "quem conta um conto aumenta um ponto". As pessoas inventam! Inventam!

E jamais podemos generalizar: há muito jornalista sério, há muita gente séria que propaga o que é verdade, mas parece que a verdade não tem graça.

Sexta-feira tivemos uma convenção do PSL e estava lotada de jornalistas lá embaixo. Eu dei uma coletiva. Eu dei uma coletiva combatendo todas as mentiras que tinham colocado no dia. Todas. Todas. Uma por uma. Foi a portas fechadas? Não, não foi. Era para expulsar Flávio e Eduardo dos diretórios estaduais? Não. Era apenas e tão somente para aumentar o número de participantes na executiva estadual. Dei o nome aqui, tarará, falei toda a verdade; toda. Ainda falei o seguinte: a ordem de Luciano Bivar foi: independentemente do que quer que aconteça, quem vai ficar, quem não vai ficar, não interessa, a ordem é ser Governo, continuar apoiando Jair Bolsonaro. Eu contei um monte de verdades, só que essas verdades apagaram o fogo. Não saiu em lugar nenhum a verdade que eu contei. Porque não tem graça para certas pessoas isso. A verdade não tem mais graça. Isso é muito feio!

Então, eu quero pedir para os Parlamentares aqui, para a Relatora, que nós tenhamos – sabe? – bastante parcimônia, razoabilidade, para apurar fatos e encontrar uma saída, porque não é possível. Se pelo Legislativo não dá, então o que a gente está fazendo aqui? Perdendo o nosso tempo. Se esta Casa não serve para nada, se nem o Judiciário serve para nada, é para fazer como? Quem está propondo aqui? O quê? Um 142? Um absurdo isso. Ou então a Justiça... Ou então a sociedade... A sociedade brasileira está buscando os meios... A sociedade é representada por nós. Como a sociedade está buscando os meios? Vamos abandonar tudo e vamos o quê? Com as próprias mãos? Também não é razoável.

Eu até entendo. Eu fico nervosa diante de um fato desse, o senhor fica nervoso, todo mundo fica nervoso, porque é horrível uma injustiça, é horrível ser caluniado. E só quem está aqui onde nós estamos sabe o que acordar, sofrer uma calúnia e ter de ficar por isso mesmo. Por quê? Porque é liberdade de expressão. Liberdade de expressão. Então, faz o que quer. A liberdade de expressão termina onde começa o Código Penal. Aí, cada um que se vire. Se é calúnia, se é difamação, se é injúria, independente, se vire. Concordam?

Então, peço o favor a todos os membros: que a gente consiga construir algo decente e construir uma legislação. Eu já comecei a escrever algo, Relatora, mas eu sempre estou reconstruindo, repensando, analisando, porque essa linha é muito tênue, muito tênue. Até aonde vai um e até aonde vai o outro.

Eu estou chegando hoje a esta CPMI e espero que ela não dê em pizza, que a gente consiga apurar tudo isso, bem como as questões dos institutos de pesquisa. Como são feitas as





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pesquisas? As pesquisas todas erraram; eu ia perder a eleição. Nunca fui candidata na vida, estava em sexto lugar. Todo mundo ria, dizia que eu ia perder, mas, nas pesquisas internas que eu via e que as pessoas me contavam que os partidos encomendavam, eu estava em segundo lugar, em terceiro lugar. Isso é estelionato eleitoral, e os partidos compram, os jornais compram mentiram e publicam mentiras. E fica por isso mesmo. É estelionato eleitoral. Eu perdi muitos votos de gente que dizia: "A Soraya não vai ganhar". Isso aconteceu com muitos. Isso tem que ser repensado. Ou essas pessoas se venderam ou essas pessoas são absolutamente incompetentes porque não acertam uma. Então, para que existir?

Então temos de achar um caminho também para que institutos de pesquisas que fazem fake possam só fazer; publicar, não mais. Há países da Europa em que não se publica. Então, parem de publicar, porque é mentira atrás de mentira. Virou uma vergonha geral. É uma vergonha geral. Então, que tenhamos aqui condições de fazer um trabalho benfeito.

Sobre aquela propagação de fake news de que veto do Presidente Jair Bolsonaro foi derrubado, da disseminação de fake news, o que eu fiz? Eu já fiz um projeto de lei para que traga, no art. 326-A... Ficou assim:

Aquele que, comprovadamente, ciente da ciência e com finalidade eleitoral, divulga ou propala, por qualquer meio ou forma, o crime ou o ato infracional falsamente atribuído ao investigado ou ao denunciado, é punido com detenção, de seis meses a dois anos, e pagamento de 10 a 40 dias-multa.

Essa aqui é a mudança que nós estamos fazendo, equiparando ao crime de calúnia. Simples! E tão somente ao crime de calúnia, porque não deixa de ser uma calúnia. Não podemos apenas da forma como foi derrubado esse veto. Acho vergonhoso também. E as pessoas não podem ser punidas. Aquele que inventou a mentira deve ser mais apenado do que os demais.

E conscientizar a população também para checar, checar as fontes.

Mais uma vez, parabéns para aqueles que propagam apenas a verdade. "E conhecereis a verdade, e a verdade vos libertará" – João 8:32.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Rui Falcão. PT - SP) – Obrigado, Senadora.

Eu sou o último inscrito aqui. Vou pedir, então, para nossa Relatora presidir os trabalhos para que eu possa fazer a minha intervenção. (Pausa.)

A SRA. PRESIDENTE (Lídice da Mata. PSB - BA) – Passo a palavra ao Deputado Rui Falcão para que ele possa proferir sua intervenção.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP. Para interpelar.) – Primeiro, Presidenta – os palestrantes aqui talvez não saibam –, é bom que a gente veja qual foi a ementa para a convocação desta





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

CPMI, feita por um Deputado do DEM, o Deputado Alexandre Leite. Diz aqui o objetivo da CPI: "investigar os ataques cibernéticos que atentam contra a democracia e o debate público; a utilização de perfis falsos para influenciar os resultados das eleições 2018; a prática de cyberbullying sobre os usuários mais vulneráveis da rede de computadores, bem como sobre agentes públicos; e o aliciamento e orientação de crianças para o cometimento de crimes de ódio e suicídio".

Portanto, nós estamos tratando aqui de uma temática com objeto preciso, embora amplo. Esta convocação foi objeto, inclusive, de uma ação no Supremo Tribunal Federal, sob o argumento de que ela não tinha fato determinado para investigar, e o Ministro Lewandowski, sem contestação do Plenário, considerou que a CPI era plausível e tinha objeto. Então não há nenhuma distorção de seus objetivos. E nós começamos justamente procurando caracterizar o que é fake news para, então, podemos avançar nos objetivos da CPMI.

Aqui várias coisas foram mencionadas, como a questão da vacina, vários fatos que não dizem respeito exclusivamente às eleições, mas também fatos que dizem respeito às eleições. E de minha parte o objetivo, mais do que caracterizar e apurar irregularidades nas eleições de 2018, porque elas podem ter vindo de qualquer lado, são irregularidades em 2018 – quem investiga não tem dono, então nós vamos investigar –, é também proteger futuro. Nós teremos eleições no ano que vem, e é bom que elas se deem sob outro cenário, em outro clima.

Eu sou jornalista, como a Luizianne, como o Daniel Bramatti, e sou, assim, defensor impertérito – para usar uma expressão antiga – da mais ampla liberdade de expressão, de informação, que é muito contida no nosso País, porque nós temos na Constituição um dispositivo que proíbe monopólios e oligopólios na comunicação, e esse dispositivo nunca foi regulamentado. Então os monopólios são cerceadores da liberdade de expressão e impedem, inclusive, muitas vezes, o livre exercício da profissão dos jornalistas, através da autocensura empresarial. E hoje essa democratização é mais que nunca importante, porque nós temos hoje os grandes conglomerados internacionais, que não são mais só o rádio, a TV e a mídia impressa, mas também todas essas plataformas, todas essas empresas que, na verdade, funcionam como difusoras, em escala exponencial e global, de todo tipo de informação.

Então, nesse caminho entre como estabelecer limites para fake news, para os perfis falsos, a gente transita num território em que se deve ser muito cauteloso, porque toda vez que se fala isso dizem que nós queremos censurar ou queremos cercear a liberdade de expressão. Não se trata disso. Em nenhum momento nós podemos colocar em risco a liberdade de expressão, a liberdade de informação. Nós devemos é ampliá-la com a restrição da ação dos monopólios que condicionam e restringem a informação da população.

O nosso palestrante Prof. Walter Capanema disse que era muito difícil estabelecer limites ou criminalizar fake news, mas não falou nada sobre os perfis falsos. Queria que, depois, o senhor falasse sobre isso também.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E uma última pergunta, para não me estender em demasia, ao General Guido Amin, uma pergunta mais direta. Porque eu vi que não é da sua atribuição... O senhor trata de guerras cibernéticas, ações de outras potências contra o nosso Estado, mas eu indago ao senhor: quem é que cuida disso, então, dentro do Palácio do Planalto? Porque uma Deputada nossa que era Líder do Governo até anteontem ou até a semana passada disse que tem gente dentro do Palácio do Planalto, chamado trio do ódio, propagando fake news com dinheiro público. Quem é, General? O senhor pode me informar? Quem é que cuida disso? Quem é que protege o Presidente da República? Quem é que protege a população, os políticos, a imprensa dessa difusão de mentiras em escala industrial? É o Gabinete de Segurança Institucional? Não sei se é atribuição de algum departamento do Gabinete, mas não é possível que dentro do Palácio do Planalto, se isso é verdade, estou me louvando aqui nas informações não só dos jornalistas, mas da própria Deputada... Quem é que contém isso? Porque é dinheiro público. É inimaginável que isso possa estar ocorrendo dentro do Palácio do Planalto, inclusive, segundo se diz, operando contra figuras respeitáveis da República, como era o General abatido por essas denúncias, o General Santos Cruz, e, antes dele, um dos que participaram da campanha, Gustavo Bebianno, e assim tantos outros.

Então, é essa a pergunta que eu deixo.

E agora, tendo encerrado aqui as perguntas, para a gente encerrar... Desculpe.

A SRA. PRESIDENTE (Lídice da Mata. PSB - BA) – Quero só fazer uma pequena referência a uma pergunta que fiz e que não foi tocada, que é sobre o trabalho do Intercept. O que acha do trabalho do Intercept? Do ponto de vista da Associação Brasileira de Jornalistas, se o reconhece como um trabalho investigativo, de jornalismo investigativo, correto. Eu acho que era importante que nós pudéssemos ter essa análise, essa opinião.

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. PRESIDENTE (Lídice da Mata. PSB - BA) – Vou devolver a Presidência para o Deputado Rui, só fazendo uma última consideração, Deputado. V. Exa. já respondeu, mas, como foi dirigida a mim diversas vezes, estando como Relatora, eu queria tranquilizar a Senadora que, da minha parte, não há nenhuma perda de paciência, nenhuma perda de...

A SRA. SORAYA THRONICKE (PSL - MS. Fora do microfone.) – Eu falo da minha parte.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA) – Mas, da minha parte, não! Eu sou assim. Da minha parte, não há isso. Eu tenho conduzido... Aliás, eu falo pouco, porque tenho o papel de perguntar, embora caiba a mim, sim, uma deliberação sobre o roteiro da investigação, seguindo aquilo que foi determinado pela ementa da constituição da CPMI e também o que foi aprovado como plano de trabalho nesta Comissão.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Se há denúncias e se muitas pessoas voluntariamente têm se colocado na imprensa à disposição da CPMI, obviamente nós convocaremos essas pessoas, porque se trata de investigar uma coisa que, como acredito, realmente não nasce por geração espontânea: fake news. Hoje, há um processo não apenas brasileiro. Há, inclusive, denúncias de que calúnias contra o Supremo Tribunal, contra a Presidência desta Casa, o Senado Federal, e contra a Presidência da Câmara dos Deputados têm origem fora do País, têm uma referência em determinado Estado dos Estados Unidos. Eu queria até perguntar ao Gabinete de Segurança Nacional se é possível identificar isso, se os órgãos de inteligência brasileira conseguem identificar essa movimentação vinda de fora do País para atingi-los. Aí volto a dizer: não são pessoas... Quando se atinge o Presidente da Câmara dos Deputados, o Presidente do Senado Federal ou o Presidente do Supremo Tribunal, atingem-se pessoas que representam uma instituição. Portanto, estão em jogo as instituições democráticas do Brasil, está em jogo o Estado brasileiro.

Era só mais essa pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Rui Falcão. PT - SP) – Devolvo a Presidência para o Senador Angelo Coronel, informando-lhe, Senador, que agora estamos na fase final, para que os nossos palestrantes, os nossos convidados possam se pronunciar sobre o bloco de questões que foi apresentado aqui na sua ausência.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Fora do microfone.) – O Humberto Costa chegou. Creio que ele vai querer falar.

O SR. HUMBERTO COSTA (PT - PE. Fora do microfone.) – Ainda dá para falar?

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Quer apresentar uma questão de ordem, Senador Humberto?

O SR. HUMBERTO COSTA (PT - PE. Fora do microfone.) – Quero saber se, nesta audiência, ainda dá para falar, porque eu saí daqui para falar no Plenário sobre o Nordeste. Se não der, tudo bem!

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Não há nenhum problema. V. Exa. é uma voz da qual não devemos jamais prescindir.

O SR. HUMBERTO COSTA (PT - PE. Para interpelar.) – Eu vou tentar ser rápido. Eu tinha formulado algumas questões, mas queria só abordar um tema.

Quando o Presidente da Abraji, o jornalista Daniel Bramatti, aqui falou, ele ressaltou uma questão que nós entendemos ser importante, quando ele diz que nem juiz, nem lei vai resolver essa questão. Eu concordo em grande parte com esse raciocínio. Eu acho que é muito difícil haver uma legislação que coíba um tipo de coisa como essa e que, de alguma forma, não atinja





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

a liberdade de expressão. E, ao mesmo tempo, esse julgamento subjetivo sobre o que é verdadeiro e o que não o é algo difícil de se fazer.

Foi dentro desse espírito que, aqui, a partir de uma articulação que foi feita envolvendo um grupo de pessoas da própria sociedade preocupadas com essa disseminação de fake news, boa parte delas vítimas de fake news, desde artistas que foram acusados de serem pedófilos, passando por outras pessoas que sofreram esse linchamento que é feito muitas vezes pela internet, em comum acordo com o Presidente desta Casa e também com o Senador Randolfe, que tem também uma preocupação com essa área, nós elaboramos uma proposição que está na CCJ. A proposição visa à criação de uma instituição independente cujo papel seria o de acompanhar as redes sociais, especialmente com a perspectiva de poder receber denúncias, de poder checar essas denúncias e de poder encaminhar aquilo que, entendido como correto nessas denúncias, caracterize crime. Disseminar uma notícia falsa, inventar um boato, atacar a honra, caluniar, tudo isso é crime que está previsto já na legislação. Além disso, buscará desenvolver ou coordenar um trabalho educativo – este, sim, acho que é o mais importante – em relação a esse tema de fake news.

Na Inglaterra, como decorrência do trabalho que foi feito pelo Parlamento britânico logo depois daquele plebiscito que tratou da saída da Grã-Bretanha da União Europeia, uma das resoluções foi a de criação de uma agência vinculada ao Parlamento britânico que teria um papel de regulação nessa área especialmente da disseminação de notícias falsas e de acompanhamento das redes sociais, sendo que lá ainda não foi aprovada essa estrutura, que está em discussão e vai ter um papel mais regulatório mesmo.

Mas esperamos que essa proposição que foi feita aqui, o mais rapidamente possível, possa ser concretizada, com a aprovação no Congresso Nacional e, especialmente, no Senado, porque ela tem a perspectiva de ser vinculada ao Conselho de Comunicação Social, embora o Relator tenha dado um parecer de que não seria necessária essa vinculação. Mas ela será um órgão independente, com pessoas que serão indicadas, como são indicados os integrantes dos conselhos do Ministério Público ou do Conselho Nacional de Justiça. E também haverá um conselho da sociedade que vai acompanhar o funcionamento dessa instituição independente.

Eu queria dizer isso, eu queria trazer essa informação, porque acho que é uma tentativa, sem de forma alguma produzir qualquer tipo de censura, de nós podermos ter uma referência para a sociedade em relação a essa questão.

Nós ouvimos aqui e temos visto o comentário de que o TSE tentou, na eleição de 2018, evitar que isso acontecesse e reuniu a sociedade civil ou a própria imprensa. No Brasil, isso não teve efeito nenhum. Já uma experiência diferente está havendo agora no Uruguai. No Uruguai, todos os partidos políticos, nessa eleição, reuniram-se e aceitaram a ideia que foi puxada pelos meios de comunicação. Os órgãos legais de controle da eleição também participam e a sociedade civil participa. Essa tem sido uma eleição que teve – lógico que a eleição ainda vai até





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

o final do mês – até agora só algumas ações muito distantes do que aconteceu no Brasil, mas que a gente pode caracterizar como fake news nas eleições nas prévias dos partidos, inclusive, principalmente de um partido. Mas, neste momento, essa experiência está funcionando bem. Eu, inclusive, estava querendo ver se a gente fazia uma audiência interativa com um jornalista. Um jornalista lá é o principal coordenador dessa articulação.

Eu acho que são essas iniciativas, que ainda são muito simples, são muito iniciais, que podem fazer com que a gente possa ter eficácia para enfrentar esse tema.

Era basicamente isso que eu queria trazer e pedir o apoio dos Senadores, obviamente, para a gente aprovar isso o mais rapidamente possível.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – O.k., Senador.

Estamos chegando ao final. Eu vou passar aos nossos palestrantes para responderem o que lhes foi perguntado e, ao mesmo tempo, fazerem as suas considerações finais.

Então, passo ao Wilson Gomes, da UFBA.

O SR. WILSON GOMES (Para expor.) – O.k. Aqui eu me despeço de vocês.

Quero dizer que fiquei muito honrado com esse convite, até por razões acadêmicas. Nós começamos a falar, os convites para falar sobre fake news começaram em ambientes universitários. Então, a gente tinha discussões, sobretudo na área de comunicação e na área de ciência política, nós trabalhamos juntos e tínhamos muitas preocupações, são dois anos. Depois, começaram os convites institucionais. Eu fui falar umas duas vezes no Comitê Gestor da Internet no Brasil, porque ele tem responsabilidade direta com o funcionamento da internet no Brasil. Então, tínhamos muita preocupação, inclusive com projetos de lei, com hiperlegislações, legislações que poderiam atacar a liberdade de expressão e essas coisas. Depois, tornou-se um problema de Justiça Eleitoral. Então, começaram a chegar os convites para ir aos regionais eleitorais, que também se espalharam pelo Brasil. Já fui a alguns lugares para falar sobre isso, a Justiça Eleitoral está preocupada. Mas essa é a primeira vez que sou chamado para falar sobre fake news ou para discutir fake news no ambiente, numa Casa Legislativa, justamente na principal Casa Legislativa Federal.

Então, eu acho que é sinal de que o tema vai crescendo na sua importância, não é mais um tema acadêmico, mas um tema que vai perpassando as várias instituições da sociedade brasileira quando chegamos nesse nível.

E não é uma preocupação – acho que a Deputada está certa, a Senadora está certa –, não é um problema brasileiro. De 17 a 24 de novembro eu devo fazer parte de uma comissão. Fui convidado pelo Ministério das Relações Exteriores da Alemanha para visitar o Parlamento alemão. O tema do encontro, que é muito curioso, que é sobre digitalização, datificação e fake news, são as grandes preocupações hoje de parlamentos digitais, o fato de haver a digitalização,





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

isso já é fato e houve num determinado momento, mas, sobretudo das questões relacionadas à chamada segurança de dados e, não falamos disso aqui, mas provavelmente os senhores falarão disso mais adiante, nesta CPI, que é o problema do uso de inteligência artificial de computação para produzir e disseminar fake news e para produzir outros comportamentos – digamos assim – falsos, que perturbam também o ambiente eleitoral, além do uso de dados de eleitores, como o caso do escândalo da Cambridge Analytica, que é uma preocupação de todo lado. Então, não é nossa preocupação apenas, o sisudo Parlamento alemão também terá que lidar com essas questões e está convidando especialistas para tentar resolver, além do problema da fake news.

Fake news faz parte da ementa desta semana. Então, como vemos, todos estamos preocupados com isso.

Além disso, há pouco tempo, a própria Comissão Europeia, que encomendou e fez um grande relatório daquilo que eles chamam de "desinformação", eles não gostam do termo fake news, e eu não gosto do termo "desinformação", mas, de qualquer maneira, este é o tempo para poder discutir e encontrar alternativas. Isso significa que a Europa também está muito preocupada com esses mesmos temas que estão nos preocupando. Fico contente em saber que o nosso Parlamento está acompanhando aí, os seus censores, está acompanhando aquilo que acontece no mundo e que afeta enormemente não só o trabalho parlamentar, mas afeta, digamos assim, o ambiente político.

Fake news não tem a ver com eleições, especificamente. Eu acho que é um erro imaginar que fake news é um elemento episódico que afeta as eleições. Hoje as campanhas são permanentes. Então, a política é uma campanha permanente, e fake news faz um processo contínuo de liquidação de reputações, de assassinato de imagens, de condução da opinião pública para um lado e para o outro, etc. Isso é muito importante ter em consideração.

Segundo, eu falei aqui no começo que o fenômeno fake news é um fenômeno que surge concomitantemente com o avanço da extrema direita no mundo. Isso é fato. Isso independe de escolha do pesquisador achar que é assim ou que é assado. O que não significa que as outras partes do espectro político, liberais, conservadores, direita e esquerda, não aprendam a usar e não tenham aprendido a fazer isso. Em breve, nós teremos todos – se não houver algum tipo de contenção – essa luta de todos contra todos, que está certamente, na minha opinião, envenenando o ambiente político brasileiro.

Terceira coisa: quando eu comecei, há 30 anos, na faculdade de Comunicação – também sou professor de Jornalismo –, o centro da preocupação de comunicação política era a televisão. Então, no final dos anos 80, nós tivemos o aparelho de televisão, o Brasil teve uma invenção magnífica, que foi esse horário de propaganda eleitoral gratuita, que permitiu, de igual maneira, uma recomposição das forças relativas dos partidos e, portanto, foi muito importante.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Até 2018, a televisão decidiu eleições. De lá para cá, de 2018, foi um momento de divisor de águas. Nós sabemos que alguma coisa mudou gravemente no cenário político-eleitoral brasileiro no ano passado. O ano de 2018 está para os meios digitais como 1989 esteve para a televisão no Brasil.

Em 1989 foi quando vimos o quanto que a televisão era o centro e, em 2018, descobrimos que o centro se deslocou, está em outro lugar. Os eleitores não estão mais no sofá da sala, assistindo à televisão. Os eleitores estão com os seus dispositivos móveis em toda parte, fazendo downloads e uploads constantes, em estado permanente, sobre conteúdos de tudo, inclusive conteúdo político, o que mudou, inclusive, uma outra característica da sociedade. Antes a gente brincava um pouco, dizendo que nós éramos uma Nação de 200 milhões de técnicos de futebol, 200 milhões, depois, de roteiristas de telenovela, agora nós somos 200 milhões de comentaristas de política, 200 milhões de juízes da Suprema Corte. Nós damos palpite sobre tudo, o brasileiro enlouqueceu com política, e é isso que nós estamos vivendo agora.

Houve uma geração, primeiro, de subparticipantes. Eu sou de uma geração de cientistas políticos que reclamava da baixa participação popular; agora sou de uma geração de cientistas políticos que reclama da superparticipação popular. O sujeito se improvisa num grande legislador, num grande juiz da Suprema Corte, no dia seguinte já começa a pontificar sobre isso e a viver política como se fosse uma guerra. É isso que é o problema.

Fake news faz parte desse ambiente, digamos assim, de um sujeito que não participava, não se interessava, não acompanhava política, que, portanto, de ânimo guerreiro, sente-se como a última resistência da sua facção contra o fim do mundo: "A liberdade está guardada pela minha posição". Então... E na guerra, como se sabe, vale tudo!

As posições a respeito de fake news são mais ou menos essas que vocês viram aqui, desenhadas pela Mesa. Há quem ache que tudo se resolve com a legislação, que quanto mais se transformarem as coisas em crimes hediondos menos as pessoas farão, etc. Sabemos que isso é muito difícil de acontecer em outros âmbitos. No âmbito digital, é muito mais difícil imaginar que simplesmente a criminalização possa resolver tudo.

A pergunta fundamental de uma pesquisa, inclusive encomendada pelo WhatsApp, era: por que pessoas educadas e cultas disseminam fake news? Não estou falando de criar fake news, porque não pode; tem de seguir o papel do criador do fake news, do disseminador de fake news. E as respostas foram simplesmente estas: "porque querem", "porque compensa", "porque eles se recompensam psiquicamente". As pessoas estão tão envolvidas em uma guerra política fundamental que acham que seu lado precisa disso. Então, desse ponto de vista, as pessoas fazem isso porque... E, quando as pessoas querem, não há legislação que resolva isso.

Outra alternativa geral é a questão da media literacy ou educação midiática. Eu tive recentemente, em São Paulo, uma reunião com todas as plataformas – acho que as plataformas





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

devem ter sido convocadas aqui também, as empresas de plataforma. Estavam lá Google, Facebook, todo mundo lá, e eu dizia que 70% da política nacional estão aqui representados, que são as plataformas. E a resposta das plataformas foi: "Vamos ter agências de checagem". Então, criaram-se agência de checagem de fatos. E aí, multiplicadas as agências de checagem, temos maravilhosas agências de checagem no Brasil, perguntem se isso diminuiu fake news. Eu não sei. Eu tenho dúvidas se, de fato, isso consegue, porque só a pessoa que está muito interessada ou que hesita ainda vai verificar se aquela notícia que está passando adiante é uma notícia que foi checada por agência de checagem ou não. Quem não está interessado nisso, quem está, na verdade, vivendo religiosamente a sua função de proselitismo – eu brinco um pouco que viramos uma nação de 200 milhões de Testemunhas de Jeová pregando incessantemente a verdade uns para os outros, etc. –, essa pessoa aqui não está interessada em checar nada; está interessada em confirmar a sua própria crença e em passar a verdade para uma outra pessoa que não pode lhe ensinar nada, mas que pode ser convertida. Então, isso eu não acredito muito que possa ser feito, mas é um caminho.

Outro caminho é a educação midiática. Está bom, escuto isto desde a geração televisão: as pessoas precisam ser educadas para aprenderem a ver televisão e aprenderem a se defender da televisão. O fato é que não sei se as pessoas usam fake news porque não sabem que são fake news. Se assim fosse, o problema de fake news estaria relacionado a alguma falta – e nós adoramos pensar em faltas. As pessoas são conduzidas politicamente pela televisão porque lhes falta discernimento, educação, etc. Fake news é disseminada nos países nórdicos, onde a educação universal já foi atingida há não sei quanto tempo. Os grupos profissionais que mais disseminam fake news no Brasil – pesquisa! – são grupos de advogados e médicos. Então, não se trata especificamente de pessoas a quem falte alguma coisa. As pessoas disseminam fake news por outra razão que não passa por aqui. Então, educação midiática pode não ser a razão para isso.

Deve-se deixar então o campo aberto? Vamos dizer, a mão de fake news pode atingir qualquer pessoa, do Presidente do Supremo Tribunal Federal ao Presidente da Câmara dos Deputados e ao Presidente da República, a todos impunemente, quiçá o pobre professor da UFBA! Que defesa ele terá? Todos nós somos seremos alcançados pela fake news em determinado momento e todos nós temos de ficar com medo de estar sob o radar da fake news? Eu acho que sim, mas alguma coisa pode ser feita. Eu acho que o caminho mais promissor até agora, que é exatamente identificar a orquestração, a organização da produção de fake news política, que certamente, na minha opinião, não é espontânea, há trabalho articulado nesse campo.

Muito obrigado a todos.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – O senhor disse que o Congresso, que nós aqui estamos com os sensores ligados – sensores com "s", hein! (Risos.)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Passo a palavra ao Sr. Daniel Bramatti.

O SR. DANIEL BRAMATTI (Para expor.) – Mais uma vez eu queria agradecer o convite. É uma honra estar aqui. É muito produtivo debater e participar dessa discussão.

Eu entendo que esta é uma Casa Legislativa. E eu entendo que parta de vocês uma intenção – e creio que muitos são movidos por ótimas intenções – de tentar resolver, atacar esse problema com a questão da legislação. É absolutamente compreensível isso. Eu estou aqui no papel de chato mesmo. Estou aqui no papel de: "olha, se vocês fizerem isso, pode piorar". E pode piorar muito, porque, onde se fez isso, piorou: não se resolveu o problema e se criou um problema para quem não atua no campo da falsidade, mas atua no campo da perseguição da verdade, da exposição de fatos, da descrição do cotidiano com conexão com a realidade.

E eu não estou aqui para defender só os jornalistas. Eu estou aqui para defender o jornalismo, sim, mas liberdade de expressão é muito mais do que liberdade de imprensa, e a ameaça à liberdade de expressão é o que se discute aqui. Uma legislação restritiva que tenha como objetivo atacar algo que ninguém sabe o que é, porque aqui cada um de vocês tem uma definição de fake news... E a Senadora Soraya exemplificou muito bem o meu ponto de vista ao citar notícias contra o Presidente Bolsonaro como exemplos de fake news. Então, vão prender o jornalista? Vão prender o editor? Vão fechar o jornal?

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP. Fora do microfone.) – Se depender dela...

O SR. DANIEL BRAMATTI – Pois é. (Risos.)

Mas não é um caso isolado! Não é um caso isolado; tem gente que não convive bem com a pluralidade da imprensa. Ponto. E eu estou aqui para dizer que a pluralidade da imprensa, a livre circulação de ideias é boa para a sociedade, é a essência da democracia. Nós estamos num momento de retrocesso democrático no mundo. Defendam a democracia! Defendam a liberdade de imprensa e defendam a liberdade de expressão.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Passo a palavra ao General de Divisão Guido Amin Naves.

O SR. GUIDO AMIN NAVES (Para expor.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Faço minhas as palavras dos que me antecederam à Mesa. É um prazer poder estar aqui e discutir essas coisas tão importantes para nós.

Vou tentar aqui abranger um pouco os comentários que foram feitos.

Primeiro, Deputada Luizianne Lins, à senhora, como professora... O meu companheiro de Mesa, o Prof. Wilson, quase chegou à frase que eu vou dizer aqui. Esta frase foi dita por um





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

camarada chamado Thomas Hobbes, no seu livro Leviatã: "O homem é o lobo do homem" em "guerra de todos contra todos". Infelizmente, parece que ele está certo, como estava certo Aristóteles em Ética a Nicômaco, quando disse que "Os homens são bons de um modo apenas, porém são maus de muitos modos". É disso que nós falamos aqui. Eu recomendo à senhora – comecei a ler esta semana –, mais do que a Privacidade Hackeada, A Ordem Mundial Hackeada. Esse livro eu comecei a ler e me parece ser muito bom.

Isso volta a uma questão que eu mencionei no final da minha fala. Isso é um desafio para toda a Nação. Não adianta que nós... E eu coloquei "Nação" de propósito; não coloquei "Estado", não coloquei "sociedade", coloquei "Nação", porque Nação remete a um conceito de todos nós, unidos por cultura, enfim, por posições que estão acima de qualquer outro tipo de disputa interna que tenhamos. É preciso que a Nação, nós todos juntos enfrentemos esse problema.

Nós vimos aqui discussões sobre se é o caso ou não de, enfim, censurar, não censurar, estabelecer normas, leis, justiça, quem vai dizer quem está certo, quem está errado. Há muitas opiniões que podem ser consideradas, todas elas defensáveis, com argumentos sólidos, mas o fato é que enquanto a Nação, todos nós estivermos juntos para coibir os abusos nisso, que desvirtuam coisas legítimas como liberdade de imprensa, como liberdade de expressão e outras que falamos aqui, eu acho muito importante. E isso começa na escola fundamental e vai até os últimos níveis. As pessoas têm que ser não informadas, mas formadas para agir de uma maneira melhor diante de toda essa tecnologia disponível hoje.

À Deputada Natália Bonavides eu não diria que estamos profissionalizando a mentira, mas, da experiência, do trabalho, eu tenho certeza de que a ameaça representada por quem faz mau uso das tecnologias de informação e comunicações não só para mentiras, fake news ou coisa que o valha, mas para tudo que se possa fazer como crimes virtuais, roubos, enfim, essa ameaça é cada vez mais presente, mais atuante e mais real, porque é uma ameaça que não depende de muita coisa, não depende de muito recurso e é um conhecimento que pode ser facilmente desenvolvido.

Nós, às vezes, nos debatemos com problemas, vamos procurar saber o que está acontecendo e nos batemos, às vezes, com jovens de 16 anos com uma capacidade... Vou citar um caso real: um jovem de 16 anos, em contato com o Exército, nos disse: "Vocês têm uma vulnerabilidade assim, assim, assim no sistema de vocês". Eu falei: "não é possível que esse menino"... Fomos lá e ela estava lá. Fechamos a vulnerabilidade e nós o agradecemos. Ele ficou todo orgulho porque o Exército agradeceu a ele. Um garoto de 16 anos.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. GUIDO AMIN NAVES – Como eu faço isso, Deputada, sem o ECA me pegar e me enforcar no dia seguinte? Eu fiz essa pergunta num debate e me disseram o seguinte: "Use-o como aprendiz legal". Eu disse: boa ideia, vou fazer isso, vou usar...





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. GUIDO AMIN NAVES – Aprendiz legal.

Então, vejam, é uma ameaça bastante real e presente.

Com relação à Deputada Lídice, que disse da questão dessa ameaça internacional, um dado que eu posso dizer aqui, reconhecido e discutido com minhas contrapartes nos Estados Unidos: o Brasil, o Território brasileiro é uma das maiores fontes de ataque cibernético ao território americano.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. GUIDO AMIN NAVES – O caso Snowden, que foi revelado aqui, aquelas coisas. Enfim, o que estou dizendo é o seguinte: o Território brasileiro é uma grande fonte de ataque ao território americano, mas eles nem pensam em retaliar contra o Brasil, porque sabem que isso é uma coisa que é feita inclusive totalmente à revelia. Nós já tivemos problemas em investigações nossas em que chegamos, por exemplo, a um servidor na Finlândia. Mas eles não têm sequer a menor noção, não é o Estado que está fazendo isso, isso vem daquela dificuldade que nós tivemos de atribuição. Porque existem maneiras de se navegar nesse mundo da internet em que simplesmente não se consegue rastrear, não se consegue chegar à origem e, em consequência, à autoria de ações dessas com um nível razoável de certeza que permita inclusive aplicar uma punição.

E falando em punição, estamos falando de ambiente internacional. Nós não temos regimes internacionais. Temos a Convenção de Budapeste, que é de proteção de dados, mas não há regimes internacionais, não se conseguiu, diplomatas trabalham muito pesado nisso.

Há um grupo de especialistas governamentais tratando desses assuntos. Na última reunião na ONU, chegaram à conclusão – em setembro desse ano, eu vi lá o boletim que eles tiveram – de que a identificação – uma das poucas conclusões a que eles chegaram – do território de um país como fonte de um determinado ataque cibernético não pode ser considerada como suficiente para responsabilizar aquele país sobre aquela ação. E hoje, com a internet das coisas, nós podemos ter a nossa geladeira, a nossa máquina de lavar louça passando mensagens sem que nós demos a menor atenção a isso.

Então, é muito complicado, não conseguimos chegar... O fato de ser complicado não quer dizer que não deu, vamos endereçar esse fato. Mas o fato é que internacionalmente não se conseguiu chegar ainda a alguma coisa concreta no sentido de responsabilizar Estados, corporações e outras coisas.

Alguém citou, o Deputado Aureo Ribeiro citou o exemplo aqui: como é que eu vou poder aplicar uma sanção ao cidadão estoniano que foi identificado? É muito complicado. O fato é que, no atual estágio, nós não chegamos a um denominador comum entre Estados que permita esse





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tipo de atuação e esse tipo de – vamos dizer assim – resposta a uma ação negativa de um Estado contra outro.

E, por fim, a pergunta do Deputado Rui Falcão. Preciso responder mesmo, Deputado? Preciso, não é?

Brincadeiras à parte, definitivamente, aquilo que o senhor perguntou não faz parte do nosso escopo de atuação. Eu creio que o senhor poderia fazer essa pergunta ao próprio GSI, eles teriam... Porque atribuições nesse campo legal geralmente estão mais com Polícia Federal, outros órgãos do próprio GSI, a Abin... Eu confesso ao senhor que estou aqui fora do meu do meu território, fora da minha segurança.

O que eu posso dizer é que esta atividade, esta preocupação – não posso dizer assim, não posso dizer que não estou preocupado com isso, claro que estou, com brasileiro que sou –, esse aspecto não está no escopo das atribuições ou do meu comando.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP. Fora do microfone.) – Obrigado.

O SR. GUIDO AMIN NAVES – Obrigado ao senhor.

Creio que seja isso.

Muito obrigado.

Seguimos à disposição sempre.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Concedo a palavra ao Sr. Walter Capanema.

O SR. WALTER CAPANEMA (Para expor.) – Presidente, muito obrigado. Quero agradecer aqui o gentil convite da Deputada Lídice da Mata. É uma grande alegria poder contribuir.

Interessante, pegando um gancho no que o General comentou, em relação às redes zumbis de computadores que atacam – V. Exa. mencionou os casos de computadores nas casas –, existe uma rede de computadores zumbis chamada Mirai, que atingia não só os computadores das casas das pessoas, mas também aquelas câmeras que as pessoas colocam para babás de crianças ou, então, câmeras de garagem. Então eram milhões de computadores fazendo ataques zumbis.

Agora, respondo às perguntas de V. Exas., começando pela da Deputada Luizianne Lins.

V. Exa. captou a minha menção ao filme – aquele filme é muito interessante. Há um livro interessantíssimo do Christopher Willey. Ele foi denunciante do caso do Cambridge Analytica. Ele lançou um livro agora muito interessante.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em relação à lei eleitoral, eu acho muito importante comentar o seguinte: atualmente, a propaganda eleitoral paga na internet só pode ser feita por um meio chamado impulsionamento de conteúdo. Esse impulsionamento de conteúdo está nas mãos das empresas que cuidam das redes sociais, ou seja, a propaganda eleitoral do Brasil paga está nas mãos de empresas americanas. E eu vejo aí um sério risco à nossa soberania em ter esse monopólio de empresas americanas tomando o controle sobre como a propaganda eleitoral vai ocorrer na internet, sabendo, inclusive, que a internet é uma rede em que grande parte das informações ficam ocultas, ou seja, nós, como cidadãos e até como consumidores, estamos cada vez mais vulneráveis.

Em relação ao que a Deputada Natália Bonavides perguntou, em relação a fake news profissional, houve no ano passado uma série de reportagens do Correio Braziliense falando que existem verdadeiras empresas de marketing voltadas para fake news. Inclusive, se não me falha a memória, nessas empresas havia até pessoas que faziam imitações das vozes de determinados políticos. Parece que o Governador Caiado foi vítima...

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP. Fora do microfone.) – Foram todos convocados.

O SR. WALTER CAPANEMA – Foram todos convocados, não é? Foi uma excelente lembrança: todos convocados.

Então o que acontece? Isso mostra que cada vez mais essa atividade não é apenas a daquele rapaz em casa que faz a modificação no Photoshop; nós temos uma atividade empresarial, nós temos uma Orcrim voltada à criação e disseminação de fake news.

O Deputado Rui Falcão perguntou em relação a perfis falsos. Eu acho interessante comentar, porque o simples fato de você criar um perfil falso, como regra geral, não é crime. Criar um perfil falso, como regra geral, não é crime. O Código Penal, no art. 307, exige para a configuração do crime de falsa identidade uma finalidade específica. Diz o art. 307 que o crime é: "Atribuir-se ou atribuir a terceiro falsa identidade para obter vantagem, em proveito próprio ou alheio, ou para causar dano a outrem", ou seja, você criar um perfil falso para se manifestar sem causar dano, criar um perfil falso para seguir a sua namorada nas redes sociais, eu acho que, em princípio, não seja crime.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA. Fora do microfone.) – Opa, claro que é!

O SR. WALTER CAPANEMA – Pela ordem. (Risos.)

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA. Fora do microfone.) – Hoje em dia há vários...

O SR. WALTER CAPANEMA – Então digamos que é uma situação, assim, controvertida.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Fora do microfone.) – Para seguir a namorada é.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP. Fora do microfone.) – E quando cria 1,5 mil perfis?

O SR. WALTER CAPANEMA – Aí, sim. Aí, nós teríamos então uma botnet de namorados.

Eu acho interessante comentar que o anonimato pode ser utilizado. Embora a nossa Constituição vede o anonimato, eu já defendi doutrinariamente que não é todo anonimato que a Constituição veda; só aquele exercício do anonimato que é utilizado para praticar crimes e delitos, até porque a própria jurisprudência e legislação consagram o anonimato em alguns casos, como, por exemplo, o da denúncia anônima, que já é consagrada, ou então, no caso da legislação do direito autoral, o do pseudônimo, que não deixa de ser uma forma de anonimato.

O que eu acho interessante comentar é que, mais do que se criar órgãos para procurar fake news e investigar, eu acho muito importante, eu acho crucial investir nas polícias. Eu acho muito importante, acho crucial investir nas polícias. Acho que a gente precisa ter investimento na polícia, em equipamento, investimento em treinamento, porque são as polícias que vão investigar fake news quando se torne crime.

E acho, em relação à questão da educação das pessoas, uma coisa complicada, porque a gente sempre pensa que educação vai ser uma forma de se combater fake news, mas eu vejo que atualmente as pessoas gostam de viver nas suas bolhas, as pessoas não querem a verdade, elas querem se sentir bem e, muitas vezes, procurar um entendimento, por mais mentiroso que seja, mas que seja de acordo com seus desejos. Eu quero crer que esse meu entendimento não seja muito triste, mas acho que parte das pessoas pensam dessa maneira.

Vejo que a gente tem que ter várias formas para combater fake news, legislativas, judiciais, não uma única forma. O mais importante é justamente, ao combater fake news, garantir a liberdade de expressão. A gente não pode, com a finalidade de combater fake news, prejudicar, atrapalhar a liberdade de expressão e, com isso, fazer com que as pessoas fiquem com medo de se manifestar nas redes sociais e na internet.

Aqui defendo os advogados. Eu acho que essa matéria que colocou os advogados como os que mais compartilham fake news talvez, data venia, seja fake news também. Vou defender aqui minha categoria, doutor, peço aqui vênia.

E quero agradecer as senhoras e os senhores pela paciência e pela atenção.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rui Falcão. PT - SP) – Srs. Senadores e Senadoras, senhores convidados, eu vou começar a ler aqui algumas inserções das pessoas que resolveram participar via nossos portais.

Germana Mesquita, do Ceará: "Quais as punições para quem pratica fake news?".





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Fernanda Ferreira, do Rio de Janeiro: "As fake news definiram as eleições 2018?".

Leandro Alves Souza, do Distrito Federal: "A única forma de evitar fake news é educar o povo. Uma educação anti fake news inclui o pensamento crítico. O que vocês estão fazendo a respeito?".

Leandro Alves Souza: "Fake news sempre existiu e o Governo sempre se aproveitou delas? Lembra do Plano Cohen?".

Marcos Vinícius de Oliveira Rios, da Bahia: "Diante do precoce uso de celulares por crianças, existe alguma ideia para combater fake news na infância?".

Herbert di Macedo Herlly, de Santa Catarina: "Poderíamos criar um sistema para verificação de notícias falsas?".

Karen Thuane, de Goiás: "Os meios de combate a fake news produzem eficácia?". Karen novamente: "Fake News pode afetar a democracia principalmente no âmbito eleitoral. Como fazer para que a visão sobre os fatos não seja alterada?".

Leandro Toledo, de São Paulo: "Como a liberdade de expressão pode ser afetada?".

Fernando Costa Nogueira, do Mato Grosso: "Quais os atuais meios de combate a fake news? São eficazes?".

Sara Cristine, do Ceará: "De que forma fake news pode influenciar na política?".

Fernanda Silva, da Bahia: "Não permitir fake news. Se houver, punir o mais rápido possível".

Eu queria agradecer a todos os internautas pela participação. Há mais, mas estamos chegando já ao final da nossa sessão de hoje.

Quero agradecer a presença de todos os senhores, senhoras, imprensa presente, dos nossos convidados, da nossa Relatora, dos Parlamentares.

Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos, convidando para a próxima reunião, a realizar-se amanhã, às 12 horas. Será uma sessão deliberativa em que deveremos colocar para apreciação vários requerimentos, aproximadamente mais de 100 requerimentos protocolados. Esperamos amanhã deliberá-los.

Quero ratificar que muitas vezes as pessoas me perguntam se a CPMI – Fake News é para a gente poder cercear a imprensa ou para simplesmente perseguir o atual Presidente. Esta CPMI foi criada, inclusive, por um requerimento do Democratas, Partido da base do Governo, e visa, a meu ver... Pelo menos espero conduzir os trabalhos com total isenção, para que a gente possa, com isso, ao final, contribuir com a sociedade, para evitar que pessoas utilizem perfis falsos para,





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

com isso, com suas venais inserções nas redes sociais, depreciar seus alvos, depreciar seus desafetos. Essa é a contribuição que esperamos, no final, dar para a sociedade brasileira.

Muito obrigado.

Boa noite!

Fiquem com Deus!

(Iniciada às 13 horas e 23 minutos, a reunião é encerrada às 15 horas e 55 minutos.)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 6ª REUNIÃO DA COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO - FAKE NEWS DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 23 DE OUTUBRO DE 2019, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 19.

Às doze horas e quarenta e dois minutos do dia vinte e três de outubro de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19, sob a Presidência do Senador Angelo Coronel, reúne-se a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito - Fake News com a presença dos Parlamentares Eduardo Braga, Eduardo Gomes, Marcio Bittar, Luiz do Carmo, Mecias de Jesus, Esperidião Amin, Veneziano Vital do Rêgo, Randolfe Rodrigues, Fabiano Contarato, Soraya Thronicke, Flávio Bolsonaro, Major Olímpio, Nelsinho Trad, Irajá, Humberto Costa, Rogério Carvalho, Jean Paul Prates, Chico Rodrigues, Wellington Fagundes, Jorginho Mello, Eduardo Girão, Ricardo Barros, Walter Alves, Jandira Feghali, Juarez Costa, Luizianne Lins, Rui Falcão, Natália Bonavides, Filipe Barros, Caroline de Toni, Eduardo Bolsonaro, Delegado Éder Mauro, Marcelo Ramos, Lídice da Mata, Celso Russomanno, Shéridan, Túlio Gadêlha, José Medeiros, Dr. Leonardo, Aureo Ribeiro, Izalci Lucas, Delegado Pablo, Rose de Freitas, Paulo Rocha, Fernando Bezerra Coelho, João Roma, Dário Berger e Marcos do Val. Deixam de comparecer os Parlamentares Ciro Nogueira, Kátia Abreu, Roberto Rocha, Hiran Gonçalves, Arthur Oliveira Maia e Pr. Marco Feliciano. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Foram aprovados em globo os requerimentos de número: **71, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 108, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 161, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 178 (aprovado como convite), 180 (aprovado como convite), 182 (aprovado como convite), 186 (aprovado como convite), 187 (aprovado como convite), 189 (aprovado como convite), 191 (aprovado como convite), 202 (aprovado como convite), 206, 207, 208, 209, 210, 211, 212, 214, 215, 216, 217, 218, 219, 220, 221, 222, 223, 224, 225, 226, 227, 228, 229, 230, 231, 232, 233, 234, 235, 236, 239 e 240.** Em seguida, foi aprovado o Requerimento nº 162. Ainda, foi eleito Vice-Presidente da Comissão o Deputado Ricardo Barros. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quatorze horas e oito minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Angelo Coronel

Presidente da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito - Fake News





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2019/10/23>

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente reunião.

Havendo número regimental, declaro, repetindo, aberta a 6ª Reunião da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito criada pelo Requerimento do Congresso Nacional nº 11, de 2019, para investigar os ataques cibernéticos que atentam contra a democracia e o debate público, a utilização de perfis falsos para influenciar nos resultados das eleições de 2018, a prática de cyberbullying sobre os usuários mais vulneráveis da rede de computadores, bem como sobre agentes públicos, e o aliciamento e a orientação de crianças para o cometimento de crimes de ódio e suicídio.

A presente reunião destina-se à apreciação dos Requerimentos nºs 71, 98 a 106...

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP) – Pela ordem, Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – ... 108, 153 a 212, 214 a 236, 239 e 240.

Antes, porém, eu queria comunicar aos Srs. Senadores e Senadoras e aos Srs. Deputados e Deputadas que irei usar a mesma regra utilizada nas sessões anteriores, ou seja, requerimentos aos quais não for dada entrada com dois dias úteis não serão apreciados no dia de hoje. Os requerimentos que serão apreciados são os requerimentos que estão pautados dentro do prazo regimental, em 48 horas dentro do prazo regimental.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP) – Pela ordem, Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Pela ordem, tem a palavra o Deputado Rui Falcão.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP. Pela ordem.) – Em primeiro lugar, eu gostaria de dizer que nós estamos sem Vice-Presidente nesta Comissão. E não é de bom grado que, na sua ausência eventual, eu, pelo critério de idade, presida as sessões.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Para mim, foi um prazer V. Exa. ter assumido por duas vezes a Presidência.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP) – Mas eu acho que, para um melhor equilíbrio, não seria conveniente que eu fosse o Presidente da Comissão. Então, eu gostaria de propor aos nobres colegas e às nobres colegas o nome do Deputado Ricardo Barros para ser o Vice-Presidente desta CPMI. Se não houver nenhuma contradição...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – A sua questão de ordem...

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP) – ... a gente poderá aclamá-lo.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – ... será acatada. Se algum outro nome quiser disputar com o Deputado Ricardo, que se candidate, ou, então, podemos votar por aclamação.

O SR. EDUARDO BOLSONARO (PSL - SP) – Eu acho que por aclamação vai ser aprovado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Por aclamação? (Palmas.)

Então, fica eleito o Deputado Ricardo Barros como Vice-Presidente.

Será um prazer estar ao seu lado.

O SR. RICARDO BARROS (PP - PR) – Agradeço a confiança.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – E, ao mesmo tempo, já convido V. Exa. para fazer parte da nossa Mesa.

O SR. RICARDO BARROS (PP - PR) – Obrigado, Presidente. Eu vou em seguida. Obrigado.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP) – Pela ordem ainda, Presidente, quero dizer que temos três requerimentos para votação, daqueles que foram listados pelo senhor. Há três blocos separados de requerimentos.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Solicito à Secretaria da Mesa que me apresente os requerimentos protocolados.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Fora do microfone.) – Parabéns ao Vice-Presidente!

O SR. RICARDO BARROS (PP - PR. Fora do microfone.) – Vamos trabalhar juntos.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Eu queria até fazer a menção de que a Deputada Lídice da Mata é baiana, eu sou baiano e o Deputado Ricardo Barros também tem laços com a Bahia, ou seja, a Bahia está aqui...

O SR. RICARDO BARROS (PP - PR. Fora do microfone.) – Tenho duas netas baianas.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Tem duas netas baianas.

Assim, há uma baianidade total nesta CPMI!

Por favor, a Mesa poderia me passar os requerimentos, para que a gente pudesse... (Pausa.)

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Presidente, nós aportamos à Mesa um requerimento para votação em globo.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Já vi aqui, Deputada.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Há três blocos que foram sugeridos pelo Deputado, mas nós gostaríamos que fosse votação em globo.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Há quatro requerimentos. Há um requerimento assinado pela Deputada Caroline de Toni. Eu fiquei feliz até com o retorno dela a esta Comissão.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Com o seu também, Deputado. Eu fiquei preocupado de que V. Exas. não fossem mais participar, porque eu gosto de ver a jovialidade aqui, cada dia mais, aflorando e mostrando as suas competências.

Então, há um requerimento da Deputada Caroline de Toni solicitando que todos os requerimentos sejam votados em bloco, e há três requerimentos subscritos pelo Deputado Rui Falcão para separar.

Então, é melhor fazer o seguinte: caso não haja acordo, nós vamos votar da seguinte maneira, vota quem é contra em bloco e quem não é contra em bloco. Se for a favor, se a votação em bloco ganhar, os três ficam prejudicados.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP. Pela ordem.) – Pela ordem, Presidente!

Veja: por que nós separamos? (Fora do microfone.) Por que separamos em três blocos? Porque há uma série de requerimentos subscritos pela Deputada Caroline de Toni que nós gostaríamos de aprovar, e há também outros de convocação que, se transformados em convite, nós também gostaríamos de aprovar. Se a gente adotar o critério de votar tudo em bloco, corremos o seguinte risco: ou de rejeitar tudo em bloco, ou de ir separando. Eu preferiria que a





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

gente pudesse... Existem requerimentos meritórios da Deputada Caroline de Toni que abarcam a questão do cyberbullying, a questão das crianças. Há uma convocação de sete blogueiros que a gente queria transformar em convite. Então, eu prefiro que a gente faça a votação dos três blocos, e não a votação de um único bloco.

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Pela ordem, tem a palavra o Deputado Filipe Barros.

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR. Pela ordem.) – Eu não sei se seria possível, mas, tendo em vista a fala do Deputado Rui, a gente poderia suspender a reunião por dez minutos para a gente conversar com o Deputado Rui.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Eu já ia até propor isso.

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR) – Seriam cinco ou dez minutos.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Fica difícil fazer a negociação sem ter o papel na mão.

Então, fica suspensa a reunião por dez minutos, para que o Líder do bloco A e o Líder do bloco B – não vou chamar bloco de Governo ou de oposição porque eu não conheço ninguém aqui, quem é Governo e quem é oposição; como aqui eu sou magistrado, então é bloco A e bloco B – cheguem a uma negociação.

(Suspensa às 12 horas e 47 minutos, a reunião é reaberta às 12 horas e 59 minutos.)

A SRA. LUIZIANNE LINS (PT - CE) – Sr. Presidente, nem vou pedir a palavra pela ordem já que está suspensa a reunião. Eu vou só aproveitar...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA. Fora do microfone.) – A sessão está suspensa!

A SRA. LUIZIANNE LINS (PT - CE) – Eu gostaria apenas de fazer um registro importante: a gente acabou de saber que, cerca de uma hora atrás, 17 militantes do Greenpeace foram detidos pela Polícia e estão sendo fichados na 5ª DP. Então, acho que isso é muito grave. Eles estavam fazendo um protesto sobre a questão do óleo no Nordeste, do piche no Nordeste, o que é escandaloso neste País. Esse vai ser mais um problema internacional contra o Brasil, já que o Brasil está em baixa no mundo. As pessoas estão rindo dos brasileiros, quando eles saem do Brasil, em função do que está acontecendo aqui no nosso País. Então, infelizmente, eu gostaria de denunciar, pois acho isso muito grave, com repercussões muito ruins, porque o Greenpeace é uma organização internacional.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É triste saber que quem está lutando contra o óleo no Nordeste, que atingiu as nossas praias, principalmente dos nordestinos... Tentaram imputar, em um primeiro momento, até que o óleo estava vindo da Venezuela. É mais uma fake news que foi disseminada. Está provado que isso nada tem a ver com a Venezuela. Até agora, não se sabe de nada. Todavia, quando não se quer aprovar nada, quando não se quer apurar nada nesse Governo, coloca-se a culpa na conta do cão.

Então, eu gostaria apenas de aproveitar este momento para fazer esse registro, porque isso é muito grave. Militantes em favor do meio ambiente estão sendo fichados porque estavam protestando contra o óleo que foi derramado de forma criminosa no Nordeste.

O SR. EDUARDO BOLSONARO (PSL - SP) – Sr. Presidente, só quero registrar aqui o apoio à Polícia, que está colocando ordem na casa. São pessoas que não estavam protestando, que estavam emporcalhando a rua. Certamente, elas não fazem isso na casa delas.

E, mesmo sem saber a origem, ou qualquer coisa que seja... Se bem que, quanto à origem, existe o DNA do petróleo, e, salvo engano, a Petrobras já detectou que vem, sim, da Venezuela. Mas, independentemente disso, há pessoas que não ajudam e só vêm aqui querer atrapalhar. E fazem da pauta ambiental uma política para tentar atingir o Governo Bolsonaro.

O Governo Bolsonaro não deu causa a isso. O pessoal do Greenpeace teve a cara de pau de vir a público para dizer que existe tecnologia para você retirar as manchas de óleo que estão aparecendo, quando, nas imagens, a gente está vendo que os nordestinos é que estão, em boa parte, fazendo a limpeza daquele local, tratando muito bem das suas praias. Eu acho que a gente tem que ter esforços e energia para solucionar o problema, e não fazer disso uma mera disputa política.

Então, o povo ordeiro de Brasília que está indo e voltando do trabalho agradece à Polícia Militar por ter acabado com essa baderna. E, agora, eu quero ver se essas pessoas que estão na Polícia vão lá limpar. É óbvio que elas não vão limpar as ruas, não é? Elas vão dar para outros limparem.

A SRA. LUIZIANNE LINS (PT - CE) – Baderna é o óleo no Nordeste, Deputado!

O SR. TÚLIO GADÊLHA (PDT - PE) – Sr. Presidente...

A SRA. LUIZIANNE LINS (PT - CE) – Baderna é o óleo no Nordeste!

O SR. TÚLIO GADÊLHA (PDT - PE) – Presidente, faço um aparte.

O Deputado Eduardo colocou que os nordestinos estão fazendo o trabalho. Eles o estão fazendo, mas é muito irresponsável um Governo omissivo diante do absurdo que tem acontecido nas praias do Nordeste.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu estive lá presencialmente, eu acompanhei. Havia dois agentes do Ibama. Recentemente, o Governo decretou que R\$8,5 mil por mês serão liberados para cada Estado. O que está acontecendo no Nordeste é um absurdo! E a omissão do Governo tem nos deixado cada vez mais chocados, porque não existe nenhuma ação efetiva por parte do Governo Federal. Eles anunciam que há fuzileiros navais atuando nas praias, mas eles botaram ali garotos de 17 anos, de 18 anos. Nem aspirantes são aqueles garotos que estavam fazendo um trabalho sem API, sem luva, sem material, sem bota. Ninguém sabe os danos que aquele material pode causar à saúde daquelas pessoas que estavam ali. Ninguém sabe o grau de toxicidade daquele material que está despejado nas praias do Nordeste.

É muito importante que fique claro que falta ação do Governo Federal, é importante que fique claro também que os manifestantes que foram presos não estavam fazendo baderna. Eu estava lá agora também. Eles colocaram uma lona no chão para poder despejar o óleo, eles tiveram cuidado. O que está acontecendo é um autoritarismo exacerbado e uma falta de atenção com o povo do Nordeste.

Muito obrigado.

A SRA. LUIZIANNE LINS (PT - CE) – Eu gostaria, Sr. Presidente, de aproveitar para fazer uma pergunta ao Deputado Eduardo Bolsonaro, o 03. É o seu pai que fala assim. (Risos.)

Eduardo, eu gostaria só de perguntar quando a Petrobras afirmou que o petróleo é da Venezuela! Mais uma vez, agora, repete-se mil vezes uma coisa que não é real, até se tornar verdadeiro o que não é verdade. Isso aí me remete a Goebbels, como falei ontem, que era o Ministro de Comunicação do Hitler. Fale mil vezes uma mentira, que ela vai se tornar verdade.

Eu quero que a Petrobras afirme que esse petróleo é da Venezuela, como o Deputado começa novamente a dizer, quando já foi detectado que não tem nada a ver com a Venezuela. Mais uma vez, nós estamos diante de verdades que não são factíveis e que ficam sendo insistidas sistematicamente para culpabilizar a Venezuela. E o mais interessante é que só o Nordeste foi "premiado", digamos assim, com o óleo vindo dos barris da Shell.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (REDE - AP) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Senador Randolfe...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (REDE - AP) – Presidente, independentemente da origem do óleo, o problema é a ausência do Governo nessa questão. Esse é o problema central a esta altura. São 60 dias de uma tragédia que é só sintomática do desmanche que esse Governo fez na área ambiental. Primeiro, tocou fogo na Amazônia toda. Aliás, ampliou o índice de desmatamento na Amazônia e teve, como decorrência, os incêndios em larga escala na Amazônia. E agora o petróleo toma conta das praias nordestinas.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O povo nordestino está colocando a mão na massa, porque não há ação de Governo. O Ibama liberou R\$8,5 mil por Estado. Aliás, não existe Ibama, não existe ICMBio porque a governança ambiental deste País foi destruída de janeiro para cá por parte desse senhor que pode ser qualquer coisa menos Ministro do Meio Ambiente, mas que, em tese, responde por essa pasta.

A política do Governo levou a isso. E, veja, a única argumentação... Tanto nós da oposição quanto o povo brasileiro, o povo nordestino não queremos saber se o óleo é venezuelano, se o óleo é iraquiano, se o óleo é russo, se é americano, mas queremos a resolução de problemas. O Governo brasileiro se diz tão amigo de Donald Trump, do Governo dos Estados Unidos! Peça o apoio deles! Há lá a Shell, há um conjunto de petroleiras lá. Peça o apoio deles, para eles virem ajudar com tecnologia aqui. Peça o apoio de multinacionais do petróleo, peça o apoio da ONU, mas, enfim, tem que tomar medidas!

Fica travando com um debate ideológico, não trabalha, e é o povo nordestino que está arregaçando as mangas para resolver o problema. É isso o que está acontecendo.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Com a palavra a Deputada Jandira.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) – Presidente, primeiro, já que o debate se iniciou em relação à questão ambiental, primeiro, eu quero expressar aqui a minha solidariedade aos ativistas do Greenpeace nesse evento de hoje. Eles foram ali com todo o cuidado, com a limpeza urbana inclusive, fazer um protesto extremamente criativo e simbólico do que ocorre hoje com o povo nordestino, com os pescadores do Nordeste, com um impacto, inclusive, sobre uma cadeia produtiva importante para o Nordeste, que é a do turismo, sobre as praias, sobre a fauna, sobre a flora. Tudo isso impacta muito negativamente a vida daquela região numerosa, que tem uma desigualdade social importante, que sofre um impacto grande quando há uma paralisia, inclusive, de economias, como, por exemplo, a atividade pesqueira daquela região.

Em segundo lugar, quero dizer que há, sim, por todas as informações que acumulamos durante tantos anos, participando não apenas do Congresso Nacional, mas da vida política deste País, dados que sobram neste País, dados científicos das instituições científicas, universitárias e acadêmicas, dos institutos de meio ambiente. Há, sim, uma total capacidade técnica e tecnológica de identificação por satélite e de ação com plano de contingência, de ações que já poderiam ser exercitadas se o Governo, de fato, fosse apto, competente, comprometido e corajoso no sentido de assumir o seu papel. O Governo não é só omissor; o Governo é incompetente, é inepto, é inapto! Esse Ministro não podia mais ser Ministro do Meio Ambiente deste País! Aliás, já há muitas denúncias em relação a ele em São Paulo que se repetem neste momento. Toda a política de construção da política ambiental e de fiscalização foi completamente impossibilitada de ser exercida porque os órgãos foram desmontados. Até as infrações diminuíram porque toda a fiscalização foi desmontada. O que há hoje são muitos voluntários, são





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

prefeituras e governos tentando salvar, mas não há recursos humanos e financeiros suficientes para que isso aconteça.

Então, é um crime o que ocorre hoje no Brasil de omissão e de incompetência, e nós precisamos é cobrar isso jurídica e politicamente desse Governo e fazer com que de fato as coisas ocorram.

É até bom avisar aos Parlamentares presentes que, às 17h, será dada entrada à CPI de apuração, de investigação sobre o vazamento de óleo no Nordeste brasileiro, até para investigar também as ações do próprio Governo. Às 17h, estão todos convidados, porque será protocolada a CPI, assinada por mais de metade da Câmara de Deputados, ou seja, não é uma questão só da oposição, mas uma questão deste País.

O SR. EDUARDO BOLSONARO (PSL - SP) – Sr. Presidente, só quero que conste aqui matéria da revista Exame: "Óleo achado em praias têm origem na Venezuela, diz laudo de universidade". É por isso que está o óleo no Nordeste, e não no Sul do Brasil.

Mas o mais estranho é a característica peculiar desse óleo – para finalizar, Sr. Presidente: é que não é de fácil contenção; não é aquele óleo que fica à flor da água, que você cerca com boias e que depois é retirado. Ele fica debaixo da água e só vem à superfície quando toca as praias. Então, é difícil, sim, você retirá-lo, e exige um esforço, que tem sido feito pelo Governo, Marinha, Defesa Civil, Municípios, Estados, todos tentando ajudar. Apenas a oposição, aqui, tenta jogar isso aí na conta do Governo. É um acidente ao qual o Governo não deu causa.

É só isso que quero deixar registrado.

O SR. ANGELO CORONEL (PSD - BA) – Reabro aqui a reunião, apesar de ela não ter sido nem fechada.

Já que não houve acordo, pela informação do nosso Vice-Presidente, que participou, então vamos a voto. Vamos democraticamente a voto.

Então, aqueles que concordam com a votação em bloco de todos os requerimentos em pauta permaneçam como se encontram.

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR) – Presidente...

O SR. HUMBERTO COSTA (PT - PE) – Presidente, para orientação...

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR) – ... quero encaminhar a votação.

O SR. HUMBERTO COSTA (PT - PE) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Existe um requerimento...

O SR. HUMBERTO COSTA (PT - PE) – ... nós queremos orientar.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – ... solicitando a votação em bloco de todos os requerimentos que estão em pauta, e existem mais dois outros requerimentos para separar. Eu vou pelo mais amplo porque, se esse passar, os outros ficam prejudicados. Isso é lógico.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) – Espere aí, Presidente! Só quero entender: o senhor colocou em bloco todos os requerimentos?

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Todos os requerimentos que estão em pauta, ou seja, a que foi dada entrada dois dias atrás.

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR) – Posso encaminhar, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Os requerimentos a que foi dada entrada nessas 48 horas para a frente, como já foi combinado aqui desde o início, não entrarão nesta reunião, mas entrarão na reunião seguinte.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) – O problema, Presidente, é que pode haver requerimentos dentro desse bloco global que eu quero aprovar e outros que eu quero rejeitar. Como é que eu faço essa votação?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (REDE - AP) – Presidente, Excelência...

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) – Por isso, é preciso dividir em partes, porque, se eu votar tudo a favor ou tudo contra... Há requerimentos que eu quero aprovar e requerimentos que eu quero rejeitar.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (REDE - AP) – Presidente...

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Foi o procedimento adotado na outra reunião. Acredito que é um procedimento justo.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – O procedimento, Deputada, foi o de que nós os colocaríamos em bloco. Quanto à questão agora de depois querer excluir alguém desse requerimento, cabe a cada um de vocês, regimentalmente, ver de que maneira proceder.

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR) – Sr. Presidente...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (REDE - AP) – Presidente, pela ordem!

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Pela ordem, tem a palavra o Senador Randolfe.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (REDE - AP. Pela ordem.) – Tentando contribuir com a Mesa, se V. Exa. me permite...





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Pois não, Senador.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (REDE - AP. Pela ordem.) – Obviamente, o conjunto dos colegas tem direito a aprovar alguns requerimentos e a divergir de outros. Então, eu sugiro, como encaminhamento por parte da Mesa, que os colegas que tenham divergência em algum dos requerimentos peçam destaque. Pedindo destaque, obviamente, esses serão votados em separado. Os demais, a que não for pedido destaque, obviamente, vão no bloco de aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Exatamente! Senador, eu faria o seguinte: que cada um que achar que quer votar separado use o Regimento! V. Exa. foi pertinente na questão de ordem.

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Com a palavra o Deputado Filipe.

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR) – Nós, nas reuniões passadas, adotamos o procedimento de votarmos tudo em bloco. V. Exa. já se manifestou inúmeras vezes aqui, na Comissão, e até em particular, nas nossas conversas, de que o mesmo procedimento adotado seria o procedimento...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Estamos adotando o mesmo procedimento, Senador.

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR) – Não, perfeito! Não é uma crítica a V. Exa., não! Eu só quero deixar público que, nas reuniões passadas, houve votações em bloco. Então, o nosso pedido, a nossa solicitação é a de que a mesma regra seja usada, que seja votado em bloco.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – O Plenário sempre será soberano aqui, na condução dos trabalhos.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Presidente, caso...

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP) – Presidente...

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Presidente, caso o pessoal queira destacar, nós queremos destacar todos os requerimentos, e aí vamos votar um a um. Ou isso é feito em bloco, ou a gente quer já consignar que quer destacar todos.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Eu sempre digo: cada dia tem sua agonia. Vamos fazer o seguinte: inclusive, vou solicitar que essa votação seja nominal. Por que nominal? Porque há muitos titulares e há suplentes também. Então, na hora H, levanta o braço. A gente aferir quem é suplente e titular vai dar trabalho. Então, nominalmente, fica mais fácil apurarmos o resultado...





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP) – Pela ordem, Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – ... dessa votação.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP. Pela ordem.) – Quero deixar claro que esse requerimento é para votar em bloco ou não votar em bloco. Nós não estamos entrando no mérito dos requerimentos.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Exatamente, não estamos no mérito ainda.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) – É o método ainda que está sendo votado...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Ainda é o método que nós estamos aqui para votar.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) – ... para ver se é um bloco ou se são dois blocos. É isso? Quero só entender.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Agora vamos colocar em votação a votação em bloco. Se a votação em bloco não for vencedora, então os outros três requerimentos começam a ter validade porque foram separados. Mas, se a votação em bloco passar, as outras ficam prejudicadas.

A SRA. LUIZIANNE LINS (PT - CE. Pela ordem.) – Sr. Presidente, antes da votação, permita-me só fazer um esclarecimento. É bom para todo mundo. Muita gente está chegando hoje aqui na CPMI porque houve mudança de pessoas. É importante só deixar claro o que está proposto na Mesa.

Nós já aprovamos uma série de requerimentos...

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR. Fora do microfone.) – Em bloco.

A SRA. LUIZIANNE LINS (PT - CE) – ... em bloco, porque a maioria decidiu que era em bloco, Filipe, e o Presidente pode encaminhar em bloco. Agora, pode ser que decida que não deverá ser em bloco. Isso aí é uma questão que a cada momento...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Irei dar encaminhamento da mesma maneira como me portei nas reuniões anteriores.

A SRA. LUIZIANNE LINS (PT - CE) – Isso, é claro!

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Não existem dois pesos e duas medidas aqui.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. LUIZIANNE LINS (PT - CE) – É claro, exatamente, o Plenário é soberano e encaminha.

Mas o que eu queria dizer é o seguinte: existem requerimentos com que nós, digamos, concordamos – inclusive, quem os apresentou foi, como o senhor chamou, o bloco B –, existem requerimentos de que discordamos, e existem alguns requerimentos que queremos só transformar em convite. Não houve acordo algum. É bom deixar claro que nós estamos querendo esses três que estão aí e que o Deputado Rui Falcão assinou, exatamente pontuando aqueles que são consenso de todos nós, aqueles que não são consenso – e aí poderíamos votá-los em separado – e aqueles que são para transformar a convocatória em convite.

Quero só esclarecer que, depois que votarmos em bloco ou não, em globo ou não, nós vamos apreciar esses outros três, como o nosso Presidente colocou agora, que tratam exatamente... Eles separam os requerimentos em três outros blocos. É só para esclarecer.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Já é outro tema, outro assunto. É outro assunto. Então...

O SR. HUMBERTO COSTA (PT - PE. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu queria só que V. Exa. permitisse o encaminhamento antes da votação.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Na hora do mérito?

O SR. HUMBERTO COSTA (PT - PE) – Como?

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Na hora do mérito ou agora V. Exa. quer encaminhar?

O SR. HUMBERTO COSTA (PT - PE) – Não, agora.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Então, V. Exa. está com a palavra.

O SR. HUMBERTO COSTA (PT - PE) – Nós vamos já iniciar a votação. É isso?

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Vamos iniciar a votação para ver se será em bloco ou não.

O SR. HUMBERTO COSTA (PT - PE. Para encaminhar.) – Certo, certo!

Eu queria aqui encaminhar, em nome da nossa Bancada, para que nós votássemos contra essa ideia de fazer a votação em bloco.

Nós já tivemos oportunidade de analisar todos os requerimentos que foram apresentados, e há, sem dúvida – admitimos até que do outro lado possam fazer esses questionamentos também –, uma série de convocatórias, de convites, enfim, que são feitos a pessoas que, em nenhum momento, nada têm a ver com o tema fake news. O requerimento é absolutamente claro





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

no sentido de que tem que se tratar de fake news no que diz respeito a questões eleitorais que digam respeito a 2018.

Portanto, nós temos que ter aqui o cuidado de não desviar o foco da CPMI. E há inúmeros requerimentos – e nós tentamos negociar ali – que nada têm a ver com o tema desta CPMI. O que tem a ver trazer aqui a Presidenta Dilma ou o Presidente Lula ou quem quer que seja? De que é que eles estão sendo acusados em termos dessa questão de fake news?

Então, por essa razão, nós cremos que tem que ser feito um entendimento: aquilo que for consensual, nós aprovamos em bloco; o que não for consensual, nós vamos então destacar e fazer a votação. Esse é o nosso entendimento, é o que nós entendemos.

Portanto, eu quero entender que quem vota contra esse requerimento vota "não". É isso?

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Quem vota favoravelmente a que os requerimentos sejam votados em bloco vota "sim".

O SR. HUMBERTO COSTA (PT - PE) – Certo.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – E quem é contrário vota "não".

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Fora do microfone.) – São três blocos.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Não. Nós estamos votando aqui o requerimento central, o requerimento da Deputada Caroline de Toni.

O SR. HUMBERTO COSTA (PT - PE) – Nós votamos "não".

A SRA. LUIZIANNE LINS (PT - CE) – "Não".

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Exatamente. O bloco B vai votar "não", o bloco A vota "sim", no caso.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Vai ser nominal, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – O painel está aberto.

(Procede-se à votação.)

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – É nominal, não é?

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – É nominal. (Pausa.)

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR. Para orientar a bancada.) – O PSL orienta "sim", Sr. Presidente, porque nós defendemos uma ampla investigação sobre a divulgação de notícias falsas, fake news. Nós não temos receio nem medo de investigar absolutamente nada. Pelo contrário, nós queremos investigar tudo, para que este Parlamento de fato cumpra o seu papel





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

e possa contribuir com a sociedade brasileira no combate a notícias falsas, à divulgação de notícias falsas e mentirosas. Por isso, nós defendemos a votação em bloco, aprovando todos os requerimentos constantes da pauta.

O SR. DELEGADO ÉDER MAURO (PSD - PA) – O PSD, Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Pois não, Deputado.

O SR. DELEGADO ÉDER MAURO (PSD - PA. Para orientar a bancada.) – O PSD orienta "sim".

Eu fico aqui abismado de ver Deputados e Senadores da esquerda não quererem que se aprovem em bloco esses requerimentos, como se tivessem receio de que no meio estivessem os requerimentos que exatamente viessem a esclarecer a questão de verdadeiras fake news que foram usadas na eleição de 2018. É impressionante! Eu estive ainda há pouco na reunião para tentar que fosse feito em forma de consenso, e parece que a reunião era de caráter leonino; só queriam que tirassem os nossos requerimentos. Quanto aos deles, não queriam que saísse nenhum. Então, não sei por que o receio de que sejam votados em bloco.

É impressionante como a esquerda sempre quer levar vantagem em tudo e não quer que venham as verdades às claras! Só sabe dizer das questões de fake news quando se fala do próprio Presidente Bolsonaro, que, naquela ocasião, era o mais atacado por fake news: era homofóbico, tinha raiva de mulher e uma série de outras coisas. E agora estão com receio de aprovar o requerimento em bloco?

Vamos votar em bloco! Vamos trazer para cá todos que têm que dar explicação na questão de fake news!

Obrigado, Sr. Presidente.

A SRA. LUIZIANNE LINS (PT - CE. Para contraditar.) – Sr. Presidente, eu gostaria só, para contraditar, de dizer o seguinte: até agora, esta CPMI tem tido muito cuidado. Se for para trazer quem hoje está diretamente envolvido... E não somos nós que estamos dizendo isso, é o que está público! Nós não estamos convocando o Sr. Carlos Bolsonaro, por exemplo, porque nós entendemos que ela não deve ter esse viés político. Mas quando há aí requerimentos...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Inclusive, Deputada, só para interromper V. Exa., esse requerimento não está em pauta.

A SRA. LUIZIANNE LINS (PT - CE) – Não está em pauta. Eu estou colocando de forma muito clara que não há sequer um requerimento que atinja ou tente atingir ou constranger na política o Governo, nenhum! Mas aí está listado o da Dilma, e não sei o que ela tem a ver com 2018! É objeto da CPMI, inclusive, a eleição de 2018; esse é um deles, não é para trás! Até a Dilma foi colocada aí!





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu quero dizer que aqui nós estamos tendo uma postura diferenciada da do Governo. Nossa ideia aqui é a gente poder aprofundar as discussões. Inclusive, não tivemos consenso nem concordamos com a colocação de Carlos Bolsonaro como um nome a ser convocado pela CPML, até agora!

O SR. AUREO RIBEIRO (SOLIDARIEDADE - RJ) – Sr. Presidente...

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP) – Presidente, qual é o resultado da votação?

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA. Fora do microfone.) – Ainda não se procedeu à apuração.

O SR. AUREO RIBEIRO (SOLIDARIEDADE - RJ) – Sr. Presidente...

O SR. EDUARDO BOLSONARO (PSL - SP. Pela ordem.) – Sr. Presidente, quero só dizer aqui o que eu vejo: a questão do Carlos Bolsonaro é usada aqui como moeda de troca, barganha. Convocá-lo ou não convocá-lo, para mim, sinceramente, é um tanto quanto indiferente! Acho que, se ele vier aqui, ele vai falar muitas verdades, como sempre falou nas redes sociais. O que se tenta aqui é minar todas as pessoas que tenham alguma ascensão conservadora.

O que a gente tem aqui hoje, analisando? Nós temos quatro servidores da Presidência, nós temos Felipe G. Martins, Carlos Bolsonaro, que não está aqui hoje, mas virá na semana que vem o requerimento dele para ser votado. Então, não há problema. Agora querer dizer que o nosso lado aqui não vai chamar a Dilma, porque ela não participou da eleição de 2018, ora, é o mesmo que dizer que Carlos Bolsonaro também não participou da eleição de 2018.

O que a gente está defendendo aqui é uma aprovação em globo para que ambos os lados, todas as vertentes políticas e ideológicas etc. tenham a oportunidade de falar. Se a gente olha, quem está vindo aqui? Parece até um sarau da Globo: Caetano Veloso; Bruno Gagliasso; Felipe Neto, que virá aqui para falar sobre fake news; Alexandre Frota, Sr. Presidente. Isso aqui, na verdade, vai se transformar num circo!

Já se perdeu totalmente o propósito desta CPML. O proponente, Deputado Alexandre Leite, já falou que hoje isto aqui não se presta à intenção inicial dele, que tinha até certa fundamentação, que era ver como as nossas informações que estão nas redes sociais se prestaram para as eleições. O que ele quis dizer com outras palavras é o seguinte: quando a gente pega o celular e fica falando em casa "vou viajar para Brasília" ou quando eu falo com um amigo "eu quero ir para Brasília no final de semana", de repente pula no Instagram um anúncio do Decolar.com ou da Latam com voos para Brasília. É isso que o Deputado Alexandre Leite queria apurar inicialmente.

Então, na minha visão aqui, Sr. Presidente, com todo o respeito, já se desvirtuou muito da pauta daquilo que era querido pelo Deputado. Uma CPML aqui na Casa, a gente sabe como começa, mas não sabe como termina.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. AUREO RIBEIRO (SOLIDARIEDADE - RJ) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Vou dar mais cinco minutinhos para que a gente possa abrir o painel.

Pois não, Deputado.

O SR. AUREO RIBEIRO (SOLIDARIEDADE - RJ. Pela ordem.) – Sr. Presidente, primeiro, eu não vejo nenhum problema em aprovar em bloco os requerimentos, porque eu acho que isso não vai mudar o curso da CPI. O que me preocupa é a capacidade que a CPI vai ter de colocar um debate técnico, e não político.

Nós temos que entender que temos um problema com a tecnologia hoje que é muito fácil de ser resolvido se a CPI focar os seus esforços em um debate técnico de solução, não em um debate de transformar a CPI num palco político, de escutar A, B ou C e não escutar fundamentos que possam gerar uma nova legislação. Há uma lacuna no vácuo que ficou no Marco Civil da Internet, e a gente pode propor soluções no Congresso Nacional de avanço nesse tema.

Não vejo problema em se aprovar o requerimento individualmente ou em se aprovar em bloco. Acho que isso não vai mudar o futuro da CPMI.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Solicito à Secretaria da Mesa que, por favor, abra o painel.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Só um minutinho! É que o Senador está votando aqui, por gentileza, Presidente. É só um minutinho, só um minutinho.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Senador Chico Rodrigues...

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Há gente que está chegando e que quer votar.

Os cinco minutos já passaram, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Já passaram.

Solicito à Secretaria que abra o painel, por favor.

(Procede-se à apuração.)

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Votaram SIM 09; NÃO, 12.

Fica prejudicada a votação em bloco.

A SRA. LUIZIANNE LINS (PT - CE. Fora do microfone.) – Ele está fotografando o painel.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP) – Presidente...





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Pois não, Deputado Rui Falcão.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP. Pela ordem.) – Nós fizemos três requerimentos para que pudéssemos aprovar solicitações da Deputada Caroline de Toni e outro requerimento pedindo para transformar convocações que a Deputada faz em convite. Nós queremos manter esses requerimentos, queremos aprová-los aqui. Portanto, pedimos para que esses três requerimentos em bloco possam ser votados nessa ordem.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Deputado, eu só peço para tomar conhecimento de quais seriam os blocos porque não ficou bem claro quais são os itens. Teria como disponibilizar isso para a gente ou falar os itens, por gentileza, Presidente?

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Isso! Podia ler, por gentileza, quais seriam os blocos, qual a divisão dos blocos. Há uma cópia?

O SR. HUMBERTO COSTA (PT - PE) – Ela está vendo ali...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Há mais dois requerimentos que eu vou colocar também em apreciação do Plenário.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Há um requerimento individual: "Requeremos, nos termos do art. 151 do Regimento Comum do Congresso Nacional, combinado com o art. 235, inciso III, alínea "b", item 5, do Regimento Interno do Senado Federal, a votação em globo dos requerimentos constantes dos itens da pauta 1 a 96".

Por que eu vou colocar dessa forma? Porque está separado. São dois requerimentos separados.

Há dois requerimentos, mas separados. Foram protocolados três requerimentos: um diz respeito à votação em bloco de todos em requerimentos. Este aqui foi prejudicado.

E há mais dois requerimentos, ou melhor, três requerimentos que separam por blocos. Então, vamos colocar também em votação de acordo como estamos levando aqui a condução dos trabalhos.

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR. Fora do microfone.) – Qual é o bloco?

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – É o requerimento... É melhor, realmente, passar uma cópia, porque são muitos números. Isso é melhor. Solicito à Secretaria...

A SRA. LUIZIANNE LINS (PT - CE. Fora do microfone.) – Mas quais são os números dos requerimentos?





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – São os Requerimentos 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 37, 39, 41, 45, 46, 48, 50, 61, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95 e 96, constantes na pauta.

Há um requerimento...

O SR. HUMBERTO COSTA (PT - PE. Fora do microfone.) – Esses são pela aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Primeiro, vamos saber se vamos votar em bloco ou separado. Estamos primeiro no bloco; depois vamos ao mérito.

O bloco geral já foi indeferido.

Agora, seria importante que se distribuisse, porque é muito requerimento – são quase cem requerimentos –, ou que então eles fossem colocados nos computadores, o que seria melhor, porque aí cada um veria qual é o conteúdo de cada requerimento.

A SRA. LUIZIANNE LINS (PT - CE. Fora do microfone.) – É melhor! (Pausa.)

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Srs. Senadores e Senadoras, Deputados e Deputadas, enquanto a nossa Secretaria da Mesa ajusta o envio on-line para os computadores, para dar sequência e celeridade à nossa reunião, quero dizer que existe o terceiro requerimento, que eu acredito que é menos polêmico. É o que diz: "Sr. Presidente, requeremos que os requerimentos de convocação referentes aos itens 31, 37, 39, 41, 45, 46, 48, 50, 51, e 61, constantes da pauta, sejam transformados em convite".

Eu quero colocar em votação, se aprovam ou não, a transformação de convocação em convite constante dos seis requerimentos que eu acabei de ler, enquanto eles separam ali e enviam para os computadores dos senhores e das senhoras.

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR) – Por favor, repita os números para a gente, Presidente, por gentileza.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Vou ler aqui.

São os que requerem a convocação do Sr. Marcos Petrucelli...

O SR. RICARDO BARROS (PP - PR) – São jornalistas, blogueiros. Esse Marcos Petrucelli era crítico de cinema.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – ... de Josias Teófilo, do representante da revista Fórum, do representante do Brasil 247, do representante do Brasil de Fato, do representante da Carta Maior, do representante do Diário Centro do Mundo, do Sr. Edinho Silva, do representante do Ópera Mundi.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

São esses aí, transformando de convocação para convite.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP. Fora do microfone.) – Menos o do Edinho Silva, que não está nessa relação.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Não está na relação?

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP. Fora do microfone.) – É que esse já era convite.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Já era convite. Desculpem! Houve um equívoco da Secretaria da Mesa.

Então, os Srs. Senadores e Senadoras e Deputados e Deputadas que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

Ficam transformadas essas convocações em convites, com exceção do Edinho Silva, que já era convite.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP. Fora do microfone.) – Ele não está nessa relação.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Não está nessa relação? (Pausa.)

Os Srs. Parlamentares já receberam nos seus computadores os requerimentos? (Pausa.)

Ainda não?

Vamos lá, Secretaria!

Está aberto o painel dos senhores?

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Isso foi enviado para o computador.

Dê uma atualização, aperte o F5.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT - PE. Fora do microfone.) – É votação nominal.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Estou passando os dois requerimentos do Deputado Rui, para que vocês possam ter acesso a eles, que não vieram com cópia.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT - PE. Fora do microfone.) – O painel está aberto.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Não, o painel não está aberto! Há um equívoco da Mesa. Já foi encerrada a primeira votação.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Presidente, esclareça qual requerimento está sendo votado.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Não, não! Podem fechar o painel aí.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Qual requerimento está sendo votado?

O SR. RICARDO BARROS (PP - PR) – Nenhum. Vai cancelar o painel.

Eu queria propor aos senhores... Sr. Presidente, há um requerimento para se aprovar tudo em bloco e outro para rejeitar. Está certo? Então, esse que é para aprovar todos que estão em bloco podia ser aprovado, já que se queria votar tudo em bloco. Então, podíamos aprovar esses que são favoráveis, e aí ficam só os que são a rejeitar. Se for aprovado o bloco dos requerimentos a rejeitar, é uma votação única; se não for aprovado o bloco, vamos votar, um a um, aqueles que ficaram destacados. É isso.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Eles estão aguardando chegar ao computador, para eles terem acesso.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) – Não é para rejeitar, é para aprovar de todo mundo que propôs. Para aprovar, há lógica, a não ser que seja para obstruir a sessão.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Eu tenho a impressão de que o Ricardo está certo: a xérox aqui é mais evoluída do que o sistema on-line da Casa.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) – Se quem propôs não quer mais aprovar, é melhor retirar, então.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Por favor, peço para fechar o painel de votação. Ele está aberto, e não há votação. (Pausa.)

Consegui zerar agora. Foi um erro do sistema. Até o sistema hoje está dando curto-circuito, a transmissão de dados está dando curto. (Pausa.)

Segundo informações da Secretaria da Mesa, eles já se encontram na tela dos senhores e das senhoras. São dois requerimentos que chegaram para vocês, o de nº 246... Qual é o número do outro?

(Intervenções fora do microfone.) (Pausa.)

Srs. Parlamentares, podemos dar sequência aos trabalhos?

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR. Fora do microfone.) – Nós estamos vendo aqui, Presidente.

(Intervenções fora do microfone.)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (REDE - AP. Fora do microfone.) – Prossiga, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Estamos aguardando os seus colegas analisarem os requerimentos que foram enviados pelo sistema.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Fora do microfone.) – O primeiro bloco já foi aprovado. Foi um bloco de requerimentos que foram aprovados, transformando convocação em convite. (Pausa.)

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Concluída a análise, vamos dar sequência aos trabalhos. (Pausa.)

Srs. Parlamentares, dando sequência, vamos apreciar o Requerimento de Votação em Globo 246, objeto do envio on-line para os computadores dos senhores.

Quem concorda com a votação em globo, segundo a solicitação do requerimento, permaneça como se encontra.

O SR. EDUARDO BOLSONARO (PSL - SP) – Pedimos verificação.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Pedimos verificação.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Eu gostaria de dizer aos senhores e às senhoras que só podem levantar uma mão, um braço.

O SR. EDUARDO BOLSONARO (PSL - SP) – Faça nominal, de ofício, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – É que há suplente... Solicito à Secretaria que abra o painel rapidamente. Realmente, há suplente votando, o que está embolando. O Deputado Eduardo mesmo, que é suplente, está votando.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT - PE) – Sr. Presidente, peço para orientar nossa Bancada.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Zerem o painel!

O painel está aberto.

(Procede-se a votação.)

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT - PE. Para orientar a bancada.) – Parece-me que o Deputado Ricardo Barros colocou isto de maneira adequada: ora, se todos que aí estão queriam que fossem votados todos de uma única vez, por que não o fazem quanto a esses cuja aprovação pedimos?





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Concordo.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT - PE) – O sentido é o que se votem todos.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Eu gostaria de ouvir o Líder aqui do bloco A. Já que os senhores e as senhoras solicitaram aquela votação em bloco, como ela foi prejudicada...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT - PE) – O PT vota "sim".

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) – Aliás, se não querem que aprove, é melhor retirar os requerimentos. Não tem cabimento isso!

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Continua o painel aberto.

(Procede-se à votação.)

O SR. EDUARDO GIRÃO (PODEMOS - CE) – Presidente, Senador Angelo Coronel, quero só fazer aqui um...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Com a palavra o Senador Eduardo Girão.

O SR. EDUARDO GIRÃO (PODEMOS - CE) – Eu peço desculpas. Eu estava no Plenário agora há pouco e não acompanhei o debate.

Dentro dessa linha, eu fico muito preocupado, neste momento que a gente vive, com a questão de direita e de esquerda, com uma coisa acirrada. A gente precisa buscar, eu acredito, um entendimento, para o País caminhar, para a gente fazer o que é certo.

Eu queria fazer uma solicitação, mas não sei se a faço a tempo. Eu tenho uma linha aqui independente, tenho demonstrado isso. A pauta é a favor do Brasil. Eu acho o seguinte: se buscamos a verdade, se o objetivo é buscarmos a verdade, que se chame todo mundo, que se chame todo mundo que a direita quer, todo mundo que a esquerda quer, para a gente aqui ouvir todos. Acho que essa linha, eu acredito, no meu ponto de vista, seria algo positivo para o Brasil, para que a verdade prevaleça e venha à tona.

Esse é o meu apelo, não sei se o faço a tempo. Peço desculpas se eu estou me colocando equivocadamente aqui, mas eu acho que desse acirramento, dessa coisa de direita e de esquerda, o brasileiro já está de saco cheio!

Eu acho que a gente precisa partir para uma coisa mais amadurecida e buscar aqui... Se pudermos trazer aqui os especialistas, para ouvi-los – a gente participou ontem, eu pude participar ontem da audiência pública –, eu acho bacana. Agora, se é para chamar todo mundo,





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de um lado e do outro, vamos chamar! Não vamos ficar seletivos, não, porque eu acho que isso aí não é justo, fica uma coisa parcial.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – O.k., Senador!

Podem abrir o painel, por favor, e apurar o resultado.

(Procede-se à apuração.)

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Aprovada a votação em bloco do Requerimento 246.

Vamos ao mérito desse requerimento.

Zere o painel, para começarmos outra votação do mérito.

O SR. HUMBERTO COSTA (PT - PE) – Peço a palavra para orientar, Sr. Presidente.

A SRA. SHÉRIDAN (PSDB - RR) – Presidente...

O SR. TÚLIO GADÊLHA (PDT - PE) – Presidente, eu gostaria de subscrever os Requerimentos nºs 96 e 95. Quero subscrever os Requerimentos nºs 95 e 96.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – A Secretaria vai considerar isso, Deputado.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) – Presidente, só quero um esclarecimento: a última votação nominal foi feita por pedido de verificação?

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Não, ali foi para votarmos o modus operandi. Agora vamos votar o mérito do requerimento.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) – Eu sei. Mas foi feita por pedido de verificação? Foi por pedido de verificação?

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Pedi de ofício, porque havia suplente votando no lugar de titular e vice-versa.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (REDE - AP) – Portanto, tem de haver interstício.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) – Mas, na última agora, foi por pedido de verificação?

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Não, foi de ofício. Eu é que pedi de ofício.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) – Não foi por pedido de verificação?





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Não, foi de ofício.

A SRA. SHÉRIDAN (PSDB - RR) – Presidente, eu quero me unir à fala do Senador Girão, até porque aqui é natural que a gente respeite a pluralidade, a natureza das orientações políticas de cada um. E peço exclusivamente a V. Exa. essa atenção, esse olhar mais sensível. É natural que ambos tenham aqui suas posições.

Não estou me colocando numa condição... Inclusive, ironizam muito, brincam muito com o meu Partido de não estar em nenhum dos lados. Não, eu estou aqui pelo PSDB, na condição exclusiva de trabalhar uma frente que é uma frente necessária, que requer uma atenção especial do Congresso brasileiro com relação a fake news, que vitimiza milhares de pessoas, que já fez grandes estragos na vida de muitas pessoas e que transcende também a condição política.

Eu ouvi aqui a fala do Senador Girão e quero me unir a ele nesse apelo a esta Comissão, aos colegas, aos pares que compõem a CPI da Fake News, para que a gente possa avançar.

Eu não sei se a ideia de que todo mundo faça de todo jeito, de "quanto mais, melhor" ou de "quanto pior, melhor" fará com que alguém avance.

Eu acho que a gente tem que estabelecer uma linha de trabalho aqui, focar no que a gente precisa alcançar, sem permitir que mais uma vez as coisas se percam pela polarização, pelo extremismo e pela falta de bom senso, que, muitas vezes, compromete os trabalhos em várias frentes, em várias matérias, em várias pautas importantes neste Congresso.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Com certeza, nobre Deputada.

O SR. HUMBERTO COSTA (PT - PE) – Para orientar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Espero que, após a aprovação desses requerimentos, nas próximas sessões, a gente vá diretamente para o foco da CPMI; acabar essa briga aí de requerimento aprovado, requerimento rejeitado. Isso aí, na verdade, a população brasileira não está querendo saber desse embate de requerimentos aqui.

O SR. HUMBERTO COSTA (PT - PE) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Não está somando em nada isso aqui.

O SR. HUMBERTO COSTA (PT - PE) – Para encaminhar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – O painel está aberto.

O SR. HUMBERTO COSTA (PT - PE) – Para encaminhar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras, Deputados, Deputadas, podem...





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. HUMBERTO COSTA (PT - PE) – Sr. Presidente, para encaminhar.

Para encaminhar, um minuto.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Para encaminhar, Senador Humberto.

O SR. HUMBERTO COSTA (PT - PE. Para encaminhar.) – Bem, eu queria solicitar aqui o encaminhamento pelo voto "sim".

Todos esses requerimentos que foram apresentados e que estão nesse bloco dizem respeito a questões concretas, relacionadas ao tema da proliferação das chamadas fake news. Inclusive, como a primeira posição – e aí eu concordo com o argumento do Deputado Ricardo Barros – de todos, de uma boa parte que votou contra, era de que se aprovasse tudo, eu solicito, inclusive, a V. Exa. que se pudesse fazer a votação simplesmente simbólica em relação a essa proposição.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – V. Exa. solicitou; espero que um membro, do outro lado, também concorde ou não.

O SR. DELEGADO ÉDER MAURO (PSD - PA. Fora do microfone.) – Não! (Pausa.)

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – É porque esse bloco aqui não tem problema, esse bloco foi consenso, mas...

O SR. HUMBERTO COSTA (PT - PE) – Presidente, está sendo feita uma solicitação de verificação? Não se pode votar isso simbolicamente?

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Não, não, não. Foi de ofício.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Nominal, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Está aberto, então, o painel.

Eu solicitei... Eu queria até ver com os nobres colegas, como esse requerimento é um requerimento em que há consenso...

O SR. HUMBERTO COSTA (PT - PE) – O PT vota "sim".

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – ... para o votarmos simbolicamente e partirmos para o outro, em que há mais questões, porque esse aí está naquele bloco de requerimentos.

O SR. DELEGADO ÉDER MAURO (PSD - PA) – Não... Mas, Sr. Presidente, só para esclarecer.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A gente era a favor desde que estivessem Gleisi Hoffmann, Palocci e etc. – não vou entrar no mérito, não. É por isso que nós éramos a favor. A partir do momento em que os tiraram, a gente acabou sendo preterido nessa votação em bloco. É por isso que a gente está tendo essa certa resistência. Então, eu não vejo como natural nós aprovarmos agora. Entendeu? Não sei se me fiz entender.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Não, eu entendi. Entendi.

Em votação.

(Procede-se à votação.)

O SR. HUMBERTO COSTA (PT - PE. Para orientar a bancada.) – O PT vota "sim", Sr. Presidente. (Pausa.)

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Operadora, o painel, por favor. Pode encerrar e abrir para computarmos o resultado.

(Procede-se à apuração.)

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Ficam aprovados os requerimentos.

O SR. HUMBERTO COSTA (PT - PE. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu gostaria de solicitar a retirada desse último requerimento, que pede a rejeição em globo, para que nós possamos fazer a discussão e a votação um por um, para que cada um aqui possa se posicionar.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Então, V. Exa., que é o proponente, está retirando? (Pausa.)

Como o proponente, Deputado Rui Falcão, solicitou a retirada do requerimento dele de votação em globo, partiremos para a votação individual de cada requerimento constante deste ofício.

O SR. IVAN VALENTE (PSOL - SP) – Presidente... Presidente. Deputado Ivan Valente, Líder do PSOL.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Pois não, Deputado.

O SR. IVAN VALENTE (PSOL - SP. Pela ordem.) – Eu queria utilizar o tempo de Líder neste momento para fazer um comunicado, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Pois não, Deputado.

O SR. IVAN VALENTE (PSOL - SP. Pela Liderança.) – Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, Deputados, Senadores e Senadoras, queria primeiro dizer que é muito importante, fundamental, que esta CPI aja com a maior fluidez e eficiência para que nós cheguemos ao objetivo rápido de





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

combater mentiras, calúnia, difamação e essa rede que foi montada através de fake news, com robôs, milícias digitais. Então, quero desejar aos membros da Comissão que essa investigação seja a mais eficiente possível. Estaremos aqui acompanhando também, como Líder.

Mas quero aproveitar, Presidente, para comunicar... Entendo que a CPI, ao aprovar todos esses requerimentos, o que está fazendo hoje, já vai dar uma demonstração dos rumos, mas comunico que a Bancada do PSOL na Câmara dos Deputados entrou agora com uma representação à Procuradoria-Geral da República – foi protocolada já, através da sua bancada - para requerer a investigação desta questão também. Significa o seguinte: esta CPI tem poder de polícia, tem poder investigativo, tem poder de punição e de indicar um relatório final, mas a PGR não pode se omitir diante de tantos fatos que mostram que as milícias digitais estão em ação.

Nosso partido levantou, através da crise desencadeada dentro do próprio partido do Governo, que os desafetos procuraram mostrar aquilo que a Folha de S.Paulo, o UOL já tinham demonstrado: que existiam milícias digitais e centros de disparos em massa através de perfis falsos, utilizados, inclusive, ilegalmente, indevidamente, e que agora são confirmados por membros do próprio partido governamental que estão em crise com o próprio partido. É o caso da jornalista Deputada Joice Hasselmann, que era Líder do Governo. Ela afirma que não tem medo de milícia e sabe o que todos eles fizeram no verão passado, que é disseminar mentiras e ameaças a opositores e desafetos do Presidente da República, o que ela diz explicitamente que foi comandado pela família do Presidente da República.

Então, nós pedimos ao Ministério Público Federal que não se omita, que não engavete e que investigue também, assim como esta CPI.

Em segundo lugar, nós tivemos vários outros componentes que mostram que os perfis falsos são de funcionários dos filhos do Presidente da República e estão incrustados dentro do Palácio do Planalto. O Deputado Alexandre Frota, que também vai ser convocado aqui – e riram quando o convocaram –, disse que há três centros difusores. Ele precisa ser ouvido também.

Em terceiro lugar, o próprio Delegado Waldir, que era até antes de ontem o Líder do partido na Câmara dos Deputados, também diz que há grupos contratados que foram levados para dentro do Palácio do Planalto, comandados, inclusive, a partir do Rio de Janeiro.

É óbvio que outros Parlamentares, inclusive o Presidente desta Comissão, Senador Angelo Coronel, sofreram ameaças de morte: o Senador Fabiano Contarato, a Senadora Eliziane Gama, o Senador Marcos do Val, vários Parlamentares da Câmara dos Deputados, inclusive os do PSOL, que já sofrem esses atentados há muito tempo. Então, eu acho também que a Procuradoria-Geral da República não pode se omitir. Ela precisa, além da CPI, se posicionar sobre essa questão.

Por isso, Sr. Presidente, finalizando, eu queria só colocar o seguinte: há crime de responsabilidade nesse processo. Por isso, nós estamos pedindo a instauração de procedimento





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

investigativo que pode constituir crime de responsabilidade por coagir pessoas e Poderes, inclusive o Supremo Tribunal Federal. Então, listamos aqui como crime de responsabilidade, da Lei nº 1.079, de 1950, o uso de violência ou ameaça contra algum representante da Nação para afastá-lo da Câmara e assim por diante, assim como o uso de violência e ameaça contra juiz e outras instituições; e que o Presidente da República também seja responsabilizado. Nós temos cópias dessa representação. Se os Senadores e as Senadoras, os Deputados e as Deputadas tiverem interesse, nós vamos apresentar, como também a imprensa aqui presente.

Agradeço ao Presidente pelo tempo de Liderança.

Obrigado, Presidente.

O SR. DELEGADO ÉDER MAURO (PSD - PA) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Vamos às votações.

Podemos ir para as votações?

O SR. DELEGADO ÉDER MAURO (PSD - PA) – Podemos.

Só para contrapor aqui a fala...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Deputado.

O SR. DELEGADO ÉDER MAURO (PSD - PA) – ... do Deputado Ivan, que eu não sei – sinceramente, eu estou procurando, mas não estou enxergando direito – não sei nem se é titular aqui, na CPI. Mas, de qualquer maneira, seja bem-vindo.

Eu quero agradecer, fazendo parte como base do Governo, ao PSOL por entrar com esse requerimento na PGR. Eu espero que o tiro não saia pela culatra, porque muitos do PSOL, muitos do PT e de outros partidos de esquerda estão sendo investigados, vão ser investigados. Inclusive alguns estão na cadeia, inclusive o maior líder da esquerda, que é o Lula. Para mim não há a menor dúvida de que o requerimento do PSOL só vai contribuir para que a gente possa realmente trazer às claras quem é que estava abusando de fake news para poder fazer com que as coisas, em 2018, pudessem acontecer do lado deles.

Ficou muito claro quando se viu, muitas e muitas vezes, dentro das "internets" da vida, ataques ao Sr. Jair Bolsonaro, quando então candidato, que, inclusive, nem saiu de casa para fazer campanha. Eram impressionantes os ataques: que ele não gostava de viado, que ele não gostava de mulher, dentre tantas e tantas outras coisas que ele teve que aturar. Mas não foi ninguém do lado dele que fez isso.

A SRA. LUIZIANNE LINS (PT - CE) – Foi ele que disse.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. DELEGADO ÉDER MAURO (PSD - PA) – Não foi ninguém do lado dele. Era a esquerda que plantava isso.

A SRA. LUIZIANNE LINS (PT - CE) – Foi ele que disse, Deputado.

O SR. DELEGADO ÉDER MAURO (PSD - PA) – E agora vem dizer aqui que entrou com um requerimento para querer apurar alguma coisa do lado do Governo. Ora, Sr. Ivan Valente, que venha! Nós não temos o menor receio do seu requerimento. Nós vamos enfrentá-lo. O Governo não tem o menor receio. Estão aqui os dois filhos do Bolsonaro – está faltando o Carlos aqui. Não quero aqui fazer defesa, mas tenha a certeza de que o teu partido, que é, sim, um puxadinho do PT, está com o teu líder na cadeia. E não vai ser diferente com tantos e tantos outros, meu amigo. Pode vir!

A SRA. LUIZIANNE LINS (PT - CE) – Sr. Presidente, eu não sei que questão é essa...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Em votação.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Vamos fazer simbólica, Presidente, ou nominal?

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Nominal.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Qual é o requerimento? É só para a gente saber.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Requerimento nº 162.

ITEM 21

Requerimento Nº 162/2019

Requer seja convocado para prestar depoimento nesta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito a Sra. Gleisi Hoffman, Deputada Federal.

Autoria: Deputada Caroline de Toni

Os Srs. Parlamentares que apoiam o requerimento permaneçam como se encontram.

O SR. HUMBERTO COSTA (PT - PE. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu peço a verificação.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC. Fora do microfone.) – Aprovado.

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR. Fora do microfone.) – Aprovado.

O SR. HUMBERTO COSTA (PT - PE) – Verificação.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Há um pedido de verificação de quórum do Senador Humberto Costa. Eu gostaria, inclusive...





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. HUMBERTO COSTA (PT - PE) – Líder, como Líder.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Como Líder.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC. Pela ordem.) – Verificação conjunta.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – É um direito do Líder.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Verificação conjunta.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Para verificação de quórum precisamos de 17 Srs. Parlamentares para termos quórum de votação.

Abrir o painel, senhor operador. (Pausa.)

O SR. EDUARDO BOLSONARO (PSL - SP) – Só para deixar registrado – estavam falando aqui sobre Lula, Dilma –, a fala do Deputado Éder Mauro é totalmente verdadeira. Só para a gente lembrar aqui, uma matéria fake news da Folha de S. Paulo foi utilizada para abrir um processo do PT contra o Presidente Jair Bolsonaro, em que acabou sendo absolvido Jair Bolsonaro.

O mesmo não se pode dizer sobre o Fernando Haddad, que utilizou impulsionamentos em massa para tentar reverter a imagem ruim do PT durante a campanha eleitoral. Depois de enganar o povo, depois de ter esquemas com o BNDES, enviando dinheiro para a construção do Porto de Mariel, em Cuba, pela Odebrecht, metrô na Venezuela, hidrelétrica na Nicarágua, perdão de dívida de países africanos... Uma hora o povo cansa!

Bolsonaro, para ganhar, não precisou fazer fake news. Para ganhar do PT, é só falar a verdade, Presidente. Ele passou 77% do tempo da campanha eleitoral ou em casa ou no hospital. E a revolta da população com o PT era tão grande que as pessoas fizeram campanha de graça. Agora querem pegar essas pessoas e dizer que elas são robôs; não adiantou. Querem dizer que é caixa dois; não adiantou. Querem dizer que é MAV; não adiantou. Tomou pau no TSE, que inocentou Jair Bolsonaro. Haddad foi condenado. E, como última instância do terceiro turno, tentam trazer agora esse debate para esta CPMI de Fake News.

O Delegado Éder Mauro falou muito bem: não temos medo da verdade. O pessoal vai vir aqui e vai falar. Agora eu quero ver vir aqui quem a gente está querendo convocar e eles estão barrando: Palocci, para falar sobre o dinheiro que entregava para Lula em caixas de uísque; a Sra. Mônica, que fez, junto com seu marido, campanha para Nicolás Maduro, Mônica Santana; e tantos outros que foram presos. O André Vargas... A lista é extensa, Sr. Presidente, ela não se extingue aqui, mas é necessário deixar registrado esse ponto.

Muito obrigado.

O SR. IVAN VALENTE (PSOL - SP) – Sr. Presidente....





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT - PE) – Para concluir a votação, Presidente. Não há quórum.

O SR. IVAN VALENTE (PSOL - SP) – Presidente, fui citado nominalmente. Regimentalmente, tenho direito de resposta de um minuto.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Nobre Deputado, vou conceder a palavra a V. Exa., mas me deixe apurar o resultado aqui, porque nós teremos sessão do Congresso Nacional.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT - PE) – Apure o resultado aí, Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Abram o painel, senhores operadores. (Pausa.)

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR) – Não feche o painel, não, Presidente!

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT - PE) – Eduardo... Eduardo...

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Fora do microfone.) – É ele quem determina...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Podem abrir o painel.

(Procede-se à apuração.)

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT - PE) – Abra aí!

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Já mandei abrir.

SIM, 3; NÃO, 3.

Fica aprovado o convite... a convocação da Deputada Gleisi Hoffmann.

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR) – Convocação. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Convocação.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT - PE) – E ela terá o prazer de vir aqui.

O SR. EDUARDO BOLSONARO (PSL - SP) – Convocação ou convite, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Convocação.

Próximo item.

ITEM 22





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Requerimento Nº 163/2019

Convocação do Sr. Luiz Marinho, ex-prefeito de São Bernardo do Campo (2009-2016).

Autoria: Deputada Caroline de Toni

Senhores...

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Simbólica, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Sras. e Srs. Parlamentares...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT - PE) – Sr. Presidente, para encaminhar.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Eu gostaria de informar aos Srs. Parlamentares que não há mais pedido de verificação de quórum; só daqui a uma hora, segundo o Regimento Interno da Casa.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Mas foi dado de ofício, Presidente. Não foi feita verificação.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – É preciso ter 17 Srs. Parlamentares para deliberar.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Vamos fazer simbólica, então?

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT - PE. Para encaminhar.) – Sr. Presidente...

Sr. Presidente, esse requerimento é a demonstração cabal do que se pretende fazer aqui nesta CPMI, uma CPMI que foi convocada para apurar aquilo que é chamado de fake news, ou seja, notícias falsas.

Cada pessoa que nós apresentamos o requerimento para convocação... Ou são pessoas que foram citadas ou são pessoas que já respondem, de alguma maneira, a algum tipo de inquérito que trate de fake news. Eu pergunto o que é que o Sr. Luiz Marinho, ex-Prefeito de São Bernardo do Campo, ex-Ministro da Previdência Social; o que é que o Sr. Luiz Marinho tem a ver com fake news? Qual foi a denúncia feita contra ele de que ele estaria mobilizando robôs, de que ele estaria fazendo com que notícias que não correspondem à realidade estivessem sendo divulgadas? Quem, em qualquer momento, de imprensa, de Parlamentares, de pessoas fez qualquer referência a isso?

Então nós só podemos entender que quem está nos acusando de querer politizar, partidizar é quem está partidizando essa questão.

Portanto nós queremos o voto "não", Sr. Presidente.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC. Pela ordem.) – Presidente, nós estamos reapresentando o nosso requerimento de votação em bloco.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Já deferi a questão de ordem anterior de que seria a votação, um a um, dos requerimentos, porque a votação em bloco já tinha sido prejudicada.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – É que não foi aprovado ainda.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Já tinha sido prejudicada anteriormente.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Não, foi retirada de pauta. Então nós queremos a reinclusão na pauta.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Deputada, eu indefiro sua questão de ordem. Vai ser votação nominal, cada requerimento aqui proposto, sem verificação de quórum, contanto que haja 17 Srs. Parlamentares na Comissão.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Mas o senhor acabou de falar que não haveria verificação...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Em votação o Requerimento nº 163.

(Procede-se à votação.)

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Vamos apurar os votos.

O SR. HUMBERTO COSTA (PT - PE) – O PT vota "não", Sr. Presidente.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – De ofício nominal ou simbólica, Presidente? Só para eu entender.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Simbólica.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – O.k.

O SR. HUMBERTO COSTA (PT - PE) – É nominal ou simbólica, Sr. Presidente? Eu não estou entendendo.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Simbólica. Só há dois votos aqui do seu bloco, Senador!

O SR. HUMBERTO COSTA (PT - PE) – Sim, mas há quórum aqui? Não tem que aferir se há quórum?

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Então pronto. Eu vou colocar nominal.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então abra o painel, senhor operador.

O SR. DELEGADO ÉDER MAURO (PSD - PA. Fora do microfone.) – Vamos todo mundo votar "sim".

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC. Pela ordem.) – Presidente, eu só quero, enquanto está nominal, tramitando... Antes de ver se vamos ter quórum nessa votação, eu quero falar um pouquinho, Sr. Presidente, só respondendo ao Senador do PT. Todos esses requerimentos, quase 50 requerimentos que nós fizemos, chamando um monte de pessoas que eles não estão entendendo por que a gente está chamando, na verdade sabemos que, no Governo passado, a Secom do Governo foi utilizada para financiar diversos blogs para manipular o debate público, espalhando fake news, por parte do Partido dos Trabalhadores, e da oposição. Então esses mais de 50 requerimentos que nós apresentamos, Presidente, têm, sim, todo um encadeamento de pessoas, de indícios de manipulação, sim, do debate público, tipo o mensalinho do PT, por exemplo... Do Twitter, perdão; mensalinho do Twitter.

Então tudo isso vai ser demonstrado por meio das pessoas que nós convocamos, por meio dos nossos requerimentos.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Painel aberto.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – O que está em jogo aqui, Presidente, é a tentativa de cercear a liberdade de pensamento, de expressão e até mesmo a liberdade de imprensa.

Então, os grandes veículos de mídia que acompanham esta CPI, que devem estar incentivando muito do que acontece aqui, têm que tomar cuidado, porque existe, sim, uma tentativa de tentar manipular o debate público contra o nosso Presidente democraticamente eleito.

Cabe lembrar que, pela primeira vez na história do Brasil, não foram as elites que trouxeram a público o nome de um candidato à Presidência da República, mas foi o próprio povo, por meio da liberdade trazida na internet, que trouxe o nome do Presidente Jair Bolsonaro, que era um nome totalmente fora das elites burocráticas e da elite social do Brasil.

Então, o que se está tentando fazer aqui é tentar cercear a voz do povo, é tentar dizer, falar sobre algo em que sequer existe um consenso acerca do seu conceito jurídico. Nós não temos hoje uma delimitação, um acordo, um consenso do que seja sequer fake news. Não temos a criminalização disso, não temos sequer um conceito, ou seja, o que se está tentando fazer aqui é criar uma narrativa, porque até agora não veio nenhuma evidência, nenhuma prova de, supostamente, ter havido qualquer coisa contra o nosso Presidente.

Então, a gente está assistindo é a uma tentativa da oposição de criar uma narrativa falaciosa. Eles implantam primeiro uma notícia nos meios de mídia para depois, baseados





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nessas notícias que eles mesmos plantaram, chamarem pessoas para tentar manipular novamente o debate público. O que está acontecendo aqui é uma manipulação do debate público, porque sequer nós temos evidências.

Eu sou defensora, Presidente, da ampla e irrestrita liberdade de pensamento, expressão e opinião. Nós somos favoráveis à Primeira Emenda dos Estados Unidos, que chega a vedar ao Congresso sequer legislar a respeito da liberdade. Nós só teremos liberdade no Brasil quando nós defendermos, de forma irrestrita, que o povo tenha acesso à internet, tenha acesso às redes sociais e possa livremente utilizá-las, mesmo que eventualmente seja desmentida alguma postagem. O que a gente não pode fazer é querer tolher a voz do povo brasileiro. E é por isso que nós estamos, muitas vezes, obstruindo esta Comissão, mas é importante que o povo brasileiro saiba o que está acontecendo nesta CPI e saiba que isso aqui é uma tentativa de controlar a mídia e de cercear a voz do povo brasileiro. E nós não admitiremos que isso aconteça.

Muito obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Por favor, abrir o painel.

Abrir o painel.

Aliás, computar os votos, por favor.

(Procede-se à apuração.)

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Não há quórum.

Não houve quórum para deliberar.

Declaro encerrada a presente reunião.

Fica convocada para a próxima terça-feira, no mesmo horário – terça e quarta, para darmos celeridade, senão a gente não chega a lugar nenhum nesta CPMI.

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR. Fora do microfone.) – Deliberativa?

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Vamos ver a pauta, porque existe pauta ainda aí... Vamos ver o que foi protocolado. É tanta coisa protocolada que a gente fica com a cabeça perdida aqui.

Esperamos que na próxima sessão a gente consiga fazer um acordo e que não haja essa beligerância como ocorreu aqui hoje. E que o bom senso prevaleça, porque o importante é que a sociedade brasileira veja que esta CPMI é para proteger a sociedade brasileira. Ninguém está aqui para partidarizar, e sim proteger a sociedade brasileira das fake news, que destroem, não só no Brasil, destroem famílias no mundo todo, e manter as instituições vivas, acesas, sem serem também dilapidadas e depredadas.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu declaro encerrada a presente sessão.

(Iniciada às 12 horas e 42 minutos, a reunião é encerrada às 14 horas e 08 minutos.)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 7ª REUNIÃO DA COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO - FAKE NEWS DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 29 DE OUTUBRO DE 2019, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 19.

Às treze horas e cinquenta e dois minutos do dia vinte e nove de outubro de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19, sob a Presidência do Senador Angelo Coronel, reúne-se a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito - Fake News com a presença dos Parlamentares Mecias de Jesus, Esperidião Amin, Veneziano Vital do Rêgo, Kátia Abreu, Fabiano Contarato, Soraya Thronicke, Major Olimpio, Nelsinho Trad, Otto Alencar, Irajá, Humberto Costa, Rogério Carvalho, Telmário Mota, Chico Rodrigues, Wellington Fagundes, Jorginho Mello, Ricardo Barros, Jandira Feghali, David Miranda, Juarez Costa, Rui Falcão, Natália Bonavides, Caroline de Toni, Delegado Éder Mauro, Lídice da Mata, Arthur Oliveira Maia, Pedro Lupion, José Medeiros, Dr. Leonardo, Aureo Ribeiro, Bosco Costa, Denis Bezerra, Rose de Freitas, Paulo Rocha, Diego Andrade, Rodrigo Cunha, Izalci Lucas, José Nelto, Zé Vitor, Bia Kicis, Diego Garcia e Luisa Canziani. Deixam de comparecer os Parlamentares Eduardo Braga, Eduardo Gomes, Marcio Bittar, Ciro Nogueira, Randolfe Rodrigues, Roberto Rocha, Eduardo Girão, Hiran Gonçalves, Walter Alves, Luizianne Lins, Filipe Barros, Marcelo Ramos, Celso Russomanno, Shéridan, Túlio Gadêlha e Pr. Marco Feliciano. Havendo número regimental, a reunião é aberta. **Oitiva. Finalidade:** Oitivas decorrentes dos requerimentos 161, 169 e 171/2019. Oitiva do Alessandro Barreto, Delegado de Polícia Civil., em atendimento ao requerimento 169/2019; da Thiago Tavares Nunes de Oliveria, Representante da Safernet, em atendimento ao requerimento 161/2019; da Carlos Felipe Almeida D'Oliveira, Representante da Associação Brasileira de Estudos e Pervenção do Suicídio, em atendimento ao requerimento 171/2019. **Resultado:** Oitivas realizadas. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezesseis horas e oito minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Angelo Coronel

Presidente da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito - Fake News





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2019/10/29>

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente reunião, havendo número regimental para nossa 7ª Reunião da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento do Congresso Nacional nº 11 de 2019, para investigar os ataques cibernéticos que atentam contra a democracia e o debate público, a utilização de perfis falsos para influenciar o resultado das eleições 2018, a prática de cyberbullying sobre os usuários mais vulneráveis da rede de computadores, bem como sobre agentes públicos, e aliciamento e orientação de crianças para o cometimento de crimes de ódio e suicídio.

A presente reunião destina-se às oitivas decorrentes dos Requerimentos nºs 161, 169 e 171, da CPMI Fake News.

Inicialmente, esclareço que o Requerimento nº 169, de autoria da Deputada Caroline de Toni, solicita a convocação do Sr. Alessandro Barreto, Delegado da Polícia Civil. Entretanto, conforme se depreende da própria justificativa do requerimento, o Sr. Alessandro não se enquadra nas características de testemunha ou de investigado desta CPMI, mas sim de um delegado com relevante atuação no tema, com muito a contribuir para o objeto deste inquérito parlamentar.

Faço essa ressalva para esclarecer que apesar de formalmente convocado para depor, o Sr. Alessandro é um especialista do assunto e, portanto, não está qualificado como testemunha ou investigado.

Consulto à autora do requerimento, Deputada Caroline de Toni, sobre a questão. (Pausa.)

Ela não está presente.

Estão presentes os seguintes palestrantes, os quais chamo para tomarem lugar à mesa.

Sr. Thiago Tavares Nunes de Oliveira, Presidente da SaferNet Brasil. O Sr. Thiago possui graduação em Administração, Direito e mestrado em Desenvolvimento e Gestão Social. É





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

professor da pós-graduação da Faculdade de Direito da Universidade Católica de Salvador e professor convidado do ESMPU e da Escola de Governança da Internet – EGI. É Conselheiro Titular do Comitê Gestor da Internet no Brasil e do Conselho Consultivo sobre Internet e Eleições do TSE 2017/2018. Em 2005, fundou a SaferNet Brasil, ONG de referência e segurança digital no Brasil. Tem experiência na área de direito e tecnologia, formação e implementação de políticas públicas com ênfase em direitos humanos e Internet e organismos internacionais, atuando principalmente nos seguintes temas: crimes cibernéticos, governança da internet, crianças e adolescentes e direitos e liberdades fundamentais.

Seja bem-vindo!

Convido o Sr. Alessandro Barreto, Delegado de Polícia Civil. Alessandro Barreto é Delegado de Polícia Civil do Estado do Piauí. Possui graduação pela Universidade Regional do Cariri, 1998. É pós-graduado em Direito pela Universidade Federal do Piauí. Foi Diretor da Unidade do Subsistema de Inteligência da Secretaria de Segurança Pública do Estado do Piauí, de 2005 a 2016, integrou o grupo de trabalho revisor da Doutrina Nacional de Inteligência de Segurança Pública. É professor de cursos de inteligência cibernética pela Senasp – Secretaria Nacional de Segurança Pública, e pela Seopi – Secretaria de Operações Integradas. É professor na Academia da Polícia Civil do Piauí das disciplinas Inteligência de Segurança Pública e Investigação Policial. É professor convidado da Unaula – Universidad Autónoma Latinoamericana de Medellín, na Colômbia, colaborador eventual da SESGE-MJ e Coordenador do NUFA – Núcleo de Fontes Abertas da Secretaria Extraordinária de Segurança Pública de Grandes Eventos do Ministério da Justiça durante os Jogos Olímpicos e Paralímpicos do Rio, 2016. É Coordenador-Geral da Contraineligência da Diretoria de Inteligência e, posteriormente, colaborador eventual da Secretaria Nacional de Segurança Pública. É Coordenador-Geral substituto da Polícia Judiciária e Perícia da Diretoria da Força Nacional de Segurança Pública da Secretaria Nacional de Segurança Pública, servidor mobilizado da Secretaria de Operações Integradas do Ministério da Justiça e Segurança Pública.

Seja bem-vindo, Dr. Alessandro.

Convido o Sr. Carlos Felipe Almeida D'Oliveira, Diretor da Associação Brasileira de Estudos e Prevenção de Suicídio.

O SR. ARTHUR OLIVEIRA MAIA (DEM - BA. Pela ordem.) – Pela ordem, Presidente.

Existe, na pauta, algum requerimento a ser deliberado na tarde de hoje?

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Não.

O SR. ARTHUR OLIVEIRA MAIA (DEM - BA) – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Graduado em Medicina pela Faculdade de Medicina da Universidade Regional do Rio de Janeiro, 1974, mestre em Saúde da Criança





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pelo Instituto Fernandes Figueira, da Fundação Oswaldo Cruz, especialista em Educação em Saúde pelo NUT da Universidade do Rio de Janeiro, pós-graduado em Pediatria no Instituto de Pediatria e Puericultura Martagão Gesteira, no Rio de Janeiro, médico pediatra do Hospital Infantil Dr. Walter Telles, em Fortaleza, médico pediatra do Ministério da Saúde, aposentado em 2008, coordenador do grupo de trabalho que formulou a Estratégia Nacional de Prevenção ao Suicídio, primeiro representante nacional da International Association for Suicide Prevention, de 2006 a 2009, Coordenador Nacional de Saúde do Mercosul, Chefe de Gabinete da Secretaria de Atenção à Saúde do Ministério da Saúde.

Coordenador do Projeto ConViver para sobreviventes de suicídios no Rio de Janeiro, assessor do Ministério da Saúde, de 2007 a 2010, coordenador da Comissão Binacional Brasil-Uruguai de Saúde na fronteira, conselheiro do conselho administrativo do Hospital das Clínicas de Porto Alegre, representante do Brasil no Comitê Coordenador do Conselho Sul-Americano de Saúde da Unasul, coordenador do projeto e representante do Brasil no Comitê Gestor do Memorando de Entendimento Brasil-Cuba-Haiti para o fortalecimento do sistema de saúde do Haiti, coordenador da rede brasileira de prevenção do suicídio, membro da Associação Latino-Americana e do Caribe de prevenção ao suicídio, membro do conselho consultivo do Centro de Valorização da Vida, membro do conselho consultivo da Organização Decide Viver México de Prevenção do Suicídio, membro da Diretoria da Associação Brasileira de Estudos e Prevenção de Suicídio, medalha do mérito Oswaldo Cruz, oficial da Ordem do Rio Branco.

O suicídio é um problema de saúde pública e pode ser prevenido. O suicídio e a tentativa não configuram categorias diferentes, todavia, o suicídio é uma forma de comunicação.

No Mato Grosso do Sul, há um quadro alarmante de suicídio dos índios da tribo Guarani: de 100 mortes, 98 foram por suicídio. Na região Sul, Rio Grande do Sul e Santa Catarina apresentam os índices mais altos do Brasil.

Isso aqui também está no currículo do Dr. Carlos Felipe Almeida D'Oliveira.

Agradeço a presença de todos.

Queria comunicar que a nossa Relatora encontra-se numa reunião de bancada, mas está chegando. O nosso Vice-Presidente, Ricardo Barros, se quiser tomar assento à Mesa, está a sua disposição. Saúde a todos os Parlamentares aqui presentes.

Vamos dar início ouvindo o nosso Thiago Tavares Nunes de Oliveira, Presidente da SaferNet Brasil, pelo prazo de 15 minutos.

O SR. THIAGO TAVARES NUNES DE OLIVEIRA (Para expor.) – Muito boa tarde, Sr. Presidente, nobres Deputadas, Deputados, Senadoras e Senadores, é uma honra para mim e para a SaferNet Brasil poder participar dessa audiência pública. Quero agradecer o honroso convite e dizer da minha alegria em poder contribuir com esse debate tão importante.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu acho que tem que colocar no "visualizar, apresentação de eslaides", porque aí eu consigo passar aqui mais facilmente.

Visualizar, modo tela cheia.

Isso, perfeito.

Preparei um roteiro para a minha apresentação e terei o desafio aí de conseguir fazê-la em 15 minutos, procurando fazer em três tópicos, dois grandes eixos, um resumo sobre a nossa atuação institucional e o que justifica a minha presença aqui.

Procurei focar o miolo da apresentação nos eixos do plano de trabalho desta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito. Quais sejam? O eixo de fake news democracia e eleições, proteção de dados pessoais e, por fim, cyberbullying e os ataques à dignidade humana. São esses, literalmente, os três eixos que constam do planejamento, do plano de trabalho desta Comissão.

Para quem não conhece, a SaferNet Brasil é uma organização civil sem fins lucrativos, sem qualquer tipo de vinculação político-partidária, nem religiosa e nem ideológica, fundada há quase 15 anos atrás, por professores e pesquisadores do Departamento de Ciências da Computação e da Faculdade de Direito da Universidade Federal da Bahia e da Universidade Católica, também em Salvador, e atua internacionalmente através da rede Inhope, que é uma associação internacional que tem sede em Amsterdam, na Holanda. Existe desde 1999, foi fundada pela Comissão Europeia e até hoje é financiada pela Comissão Europeia e que atua na coordenação de hotlines ou canais de denúncia em 48 países.

Eu já tive a oportunidade de ser membro da diretoria do Inhope e estive presencialmente em mais de 30 países conhecendo experiências que deram certo e sobretudo as que deram errado no enfrentamento sobretudo à exploração sexual de crianças e adolescentes.

Então aqui no Brasil nós somos responsáveis pelo hotline brasileiro que é acessado pelo denuncie.org.br. Recebemos denúncias anônimas de 10 categorias de crimes e violações a direitos fundamentais, desde crimes sexuais contra crianças e adolescentes até tráfico de pessoas e outros crimes relacionados à dignidade humana, como por exemplo o racismo, a xenofobia, a discriminação e intolerância, apologia e incitação a crimes contra a vida, que incluem páginas que fazem incitação ao suicídio, à automutilação e a outros atos de violência.

Recebemos quase quatro milhões de denúncias anônimas, em 12 anos, mais de 700 mil páginas foram denunciadas nesse período, quase 250 mil foram removidas, e há páginas hospedadas aí em mais de 100 países, o que mostra a importância da cooperação internacional nessa área.

Mais da metade das denúncias se referem a crimes de ódio, ou seja, conteúdos que pregam o extermínio ou a eliminação de pessoas em razão da sua raça, cor, etnia, religião ou





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

procedência nacional, ou também orientação sexual. E esses crimes que vêm sendo praticados no País representam mais da metade das quatro milhões de denúncias que recebemos.

A SaferNet também oferece um serviço gratuito de orientação a crianças, adolescentes, jovens e também professores e adultos que estejam vivenciando alguma situação de risco na internet.

Então situações de cyberbullying, situações de vazamento de nudes, problemas com questões de dados pessoais, privacidade, ofensas e etcétera. Nós temos uma equipe de psicólogos que trabalham diariamente atendendo esses casos e orientando essas vítimas sobre o que fazer e também acolhendo os relatos e oferecendo ali aquele apoio emergencial em situações de grave risco à dignidade ou à integridade dessas pessoas. E colaboramos, contribuímos, com o esforço do Tribunal Superior Eleitoral quando da constituição de um Conselho consultivo sobre Internet e Eleições, que funcionou entre 2017 e 2018 e nós tínhamos um assento nesse conselho, participamos então das dez reuniões que foram convocadas pelo TSE, como também dos dois seminários internacionais realizados pelo tribunal para discutir a questão.

E naquela ocasião submetemos duas contribuições por escrito, com um total de 22 recomendações concretas ao TSE, ao WhatsApp e a outras empresas de internet.

E aí, começando, Sr. Presidente, estritamente seguindo aí o plano de trabalho desta Comissão, que trata do eixo 1, o tema fake news, democracia e eleições. Importante dizer que esse é um tema que é mais amplo e se relaciona com várias questões e desafios que estão colocados no campo não só da política, mas sobretudo da segurança cibernética, da proteção de dados, da própria noção de ambiente e ecossistema informacional.

E não é à toa que a literatura mais consolidada e evoluída trata da questão a partir do conceito da desordem informacional. Ou seja, uma desordem informacional que pode ser didaticamente aí subdividida em alguns clusters, em alguns grupos, alguns clusters temáticos, que vão desde a desinformação em si, como conteúdos que são tirados de contexto ou conteúdos manipulados ou conteúdos fabricados, até a chamada mal informação ou misinformation, que é aquele conteúdo que é criado com o objetivo de provocar um dano. E aí, nessa misinformation está incluído aí o discurso de ódio, mas também as tentativas de assédio, de intimidação e também o vazamento de dados e credenciais de acesso.

A desinformação é um fenômeno global. Ela não é um fenômeno brasileiro. Todos os países estão se debruçando sobre esse desafio. E ela tem um efeito real. Nos Estados Unidos, por exemplo, o Pew Research Center, que é um dos principais think tanks responsáveis por pesquisas de ponta nessa área, junto à população, detectaram que 64% dos americanos revelaram sofrer de uma grande confusão em relação a fatos básicos.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, por exemplo, fatos no campo da saúde. Vacina, por exemplo. Vacina faz bem ou faz mal? Vacina dá câncer? Bicarbonato de sódio, se passar na pele, ajuda a curar o câncer? Esse tipo de informação, que seria impensável tempos atrás, hoje encontra uma grande parcela da população que não tem segurança, não tem certeza sobre esses fatos, esses conceitos básicos.

O Datafolha fez uma pesquisa recente e revelou que 11% da população brasileira acredita que a Terra é plana, ou seja, que a Terra não é redonda. Pode não ser uma esfera perfeita, mas plana certamente ela não é. Mas isso mostra o potencial de manipulação que a desinformação pode causar.

Em contextos eleitorais, e aqui são dados da eleição americana de 2016, nós temos exemplos de histórias que foram fabricadas e veiculadas no formato de notícias, que tiveram grande engajamento e adesão. Então, casos aí que se tornaram célebres. O Papa Francisco teria chocado o mundo ao endossar a campanha presidencial do Donald Trump, etc. e vários outros exemplos aí que foram veiculados na época.

E essa questão, Sras. e Srs. Deputados e Senadores, está muito bem descrita neste documento recente publicado pela Hande Corporation. A Hande Corporation, para quem não conhece, é a maior consultoria na área de defesa que existe no mundo.

Eles publicaram um documento há cerca de dois meses, com mais de 340 páginas, que procura descrever, em detalhes, o modus operandi, a tipologia, as definições e os conceitos básicos para entender como essa desordem informacional e o ambiente informacional podem ser manipulados a partir de técnicas e táticas já bem consolidadas.

Então, não tenho tempo, evidentemente, para me debruçar e para explicar o documento, mas eu deixo a referência do documento e o índice da publicação, com a sugestão de que V. Exas. ou suas assessorias possam se debruçar e entender mais a amplitude desse fenômeno.

Uma outra referência que trago é essa da Universidade de Oxford. Em relatório publicado, há poucos meses, ele revelou que, em 2019, cerca de 70 países já se utilizam dessa estratégia de manipulação e desinformação com o objetivo de influenciar o contexto interno, mas também, em alguns casos, influenciar o contexto externo.

Nesse estudo, que está disponível online, é possível perceber, por exemplo, que existe um conjunto de sete países, que oficialmente já foram atribuídos, inclusive pelas grandes plataformas que são vítimas desse tipo de manipulação, como origem de grandes campanhas de desinformação, de desestabilização e de interferência externa. São aqueles lá que V. Exas. estão vendo: Venezuela, Arábia Saudita, Rússia, Paquistão e Irã, Índia e China.

Esses países têm atuado concretamente no uso da manipulação de redes sociais tanto no ambiente interno quanto no ambiente para interferência externa.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. THIAGO TAVARES NUNES DE OLIVERIA – Não. Está aqui no relatório. É um relatório baseado em evidências.

Então, o relatório não é exaustivo e os pesquisadores são muito rigorosos em termos metodológicos e eles deixam claro não só a metodologia, mas também as conclusões a que eles chegam, que são todas elas suportadas por evidências concretas. Então, como eles não conseguiram evidências concretas em outros países, eles se limitaram a mencionar esses sete, que são sete países, cujas empresas Twitter e Facebook já publicaram statements, reconhecendo a desativação de redes coordenadas de comportamento não autêntico, ou seja, automatizado.

Prosseguindo, nesse levantamento, o Brasil aparece ali. Existem muitos dados sobre o Brasil: 87%, em dados gerais, desses países, utilizam contas operadas por humanos; 80% dos países têm usado contas operadoras por robôs; 11% dos países têm usado contas operadas por ciborgues, que é uma mescla, têm uma parte humana e uma parte automatizada por robô; e 7% têm usado dados roubados ou contas comprometidas, como vazamentos de dados, invasões, etc e tal.

Esses são os dados globais e os dados por países os que estão naquela planilha.

Nessa outra tela, a gente vê que 71% dos países têm utilizado desta estratégia para disseminar e amplificar propaganda pró-governo ou pró-partido, ou seja, uma iniciativa partidária ou governamental, e 89% têm usado a propaganda computacional para atacar opositores políticos. Então, essa é uma tática que tem se disseminado no mundo inteiro – lembrando que esse levantamento aqui é referente a 70 países.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP. Fora do microfone.) – E aquela flechinha ali?

O SR. THIAGO TAVARES NUNES DE OLIVERIA – A flechinha ali está destacando o Brasil.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP. Fora do microfone.) – Esses dados não são do Brasil?

(Soa a campanha.)

O SR. THIAGO TAVARES NUNES DE OLIVERIA – Esses dados são globais, referentes a 70 países. Aquela flechinha ali está destacando as menções ao Brasil nesse relatório internacional.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP. Fora do microfone.) – Não entendi aquelas menções com a flechinha no Brasil.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. THIAGO TAVARES NUNES DE OLIVERIA – É apenas para mostrar, situar, localizar dentre as bandeiras, dentre as 70 bandeiras dos países, onde está o Brasil, a bandeira brasileira.

Bom, e aqui, outras questões ligadas: 75% dos países têm usado a desinformação e a manipulação de mídia para manipular usuários da rede; 68% dos países também têm usado state sponsors, ou seja, mecanismos que são verbas públicas, para atingir os seus alvos, que incluem dissidentes políticos, e também oposição à imprensa profissional e perseguição a jornalistas, e 73% têm usado mecanismos de amplificação de mensagens e conteúdo, sobretudo através de sequestro e flooding de hashtags.

E nós vimos no contexto político, em eleições existentes no Canadá, no Brexit, na Inglaterra e nos Estados Unidos, como a propaganda computacional pode ser usada como um instrumento efetivo de manipulação do eleitor. E o modus operandi é muito simples, até. Esse eslaide ilustra bem, em sete passos, coisas que qualquer adolescente pode reproduzir, o que fazer para amplificar essas mensagens. Então, primeiro você identifica uma audiência que seja alvo: você identifica o alvo, a partir de análise de dados. A partir daí, no item 2, você cria um conteúdo inflamatório e injeta esse conteúdo inflamatório numa câmara de eco ou numa bolha. Isso fará com que haja interação, ou seja, vai gerar interação: muita gente vai curtir, outros vão compartilhar, outros vão contestar, outros vão reagir. Essas interações são entendidas pelos algoritmos da plataforma como sinal de relevância e de autoridade daquele perfil daquele usuário.

Isso serve para que os algoritmos sejam manipulados a acreditar que aquele conteúdo e aquela conta têm uma relevância maior – os conteúdos postados por aquela conta tenham uma relevância maior do que os demais –, de modo que os próximos conteúdos terão uma relevância orgânica maior do que os conteúdos anteriores. Ou seja, eles exploram o próprio mecanismo de funcionamento dos algoritmos.

E a sequência: você então mobiliza os seguidores para uma ação, que pode ser coordenada ou não coordenada, e item 6, você atinge aquilo que se chama de estágio de escândalo; ou seja, ao criar-se um escândalo por conta do conteúdo inflamatório e por conta da repercussão, você acaba ganhando atenção da mídia tradicional, e com isso você obtém mídia espontânea e passa a ser o assunto do momento.

Então, pode estar acontecendo qualquer coisa no País, mas ninguém falará mais nada a não ser repercutir aquele assunto, aquele conteúdo inflamatório que atingiu instituições, que atacou adversários ou que estigmatizou minorias ou o que seja.

Por fim, item 7, você vai aprender com a experiência, revisar, adaptar e repeti-la, entrando num processo de looping que vai manter o modelo funcionando.

Eixo 2: Nada disso seria possível sem acesso a dados pessoais. O dado pessoal é a matéria-prima para estratégias de manipulação de redes sociais e estratégias de campanhas





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

massivas de desinformação. Dados pessoais existem em abundância. Infelizmente, existem vazamentos de dados diários, por mais que as empresas se esforcem em garantir a segurança da sua infraestrutura, há todo um mercado paralelo de crackers, de criminosos que estão desenvolvendo técnicas para tentar invadir esses servidores, descobrir vulnerabilidades; pesquisadores que estão desenvolvendo softwares, empresas que estão ganhando muito dinheiro pesquisando vulnerabilidades em sistemas, explorando essas vulnerabilidades. Inclusive, muitas dessas empresas são financiadas pelo Poder Público, porque há uma corrida no mundo para estocar vulnerabilidades por governos. Ou seja, que querem explorar vulnerabilidades em sistemas.

E, apenas em relação a dados sensíveis, esses são os números mais recentes. As maiores empresas do mundo já foram alvo desse tipo de vazamento. Uma vez obtidos esses dados aplicam-se ferramentas analytics, de análise de dados, de big data e de microtargets. Ou seja de perfilamento e de micro impulsionamento.

Então, você começa a desenvolver um mecanismo que se vale muito de psicometria, que é uma área da Psicologia que estuda categorias de personalidades humanas e você começa a segmentar, no contexto eleitoral, eleitores a partir de grupos de preferências, e não mais apenas a partir de indicações geográficas. E essa metodologia, que foi desenvolvida e aplicada pela Cambridge Analytica em vários países, foi bem sucedida e ganhou notoriedade a partir da eleição americana.

Uma das razões que mostra a eficácia da estratégia é o grande engajamento em redes sociais como uma condição para que a estratégia seja eficaz e a produção de conteúdos falsos.

Na eleição americana, conteúdos falsos, veiculados na forma de supostas notícias, tiveram engajamento maior do que toda a produção jornalista profissional feita pelos veículos americanos nesse período, de fevereiro até o dia da eleição, em agosto.

E o que esperar, então, das eleições municipais de 2020? Evidentemente, as eleições de 2020 são muito diferentes das eleições gerais. Ela é uma eleição muito mais fragmentada e uma eleição muito mais difusa. De modo que nós da SaferNet entendemos que está havendo e haverá uma tentativa de emular o modelo de segmentação e o modelo de microtargeting inaugurado ali pela Cambridge Analytica.

A gente tem evidências concretas disso. Isso aqui são eslaides de uma apresentação de uma empresa brasileira que tem sede em Brasília. Esses eslaides vazaram na imprensa internacional e eles mostram exatamente a mesma coisa, ou seja, trabalhar com psicometria, técnicas de psicometria e técnicas de microtargeting para fazer chegar, mobilizar audiências e gerar interações em redes sociais, nas quais existem potenciais eleitores dispostos a atuar como embaixadores do Governo ou fazer chegar essas mensagens em echo chambers ou câmaras de eco, onde ela tenha maior possibilidade de propagação.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Lembrando que isso aqui não tem uma matriz ideológica, ou seja, pode acontecer nos dois espectros ou nos "n" espectros políticos. Isso aqui é um método, o método pode ser usado para qualquer coisa, pode ser usado na área de saúde, na área de segurança, na área política. O método é o método, ele é agnóstico em relação ao conteúdo e ao propósito.

Então, aqui também há eslaides da mesma empresa mostrando, baseado no mesmo modelo psicométrico que é utilizado pela Cambridge Analytica, que foi baseado num pesquisador da Universidade de Cambridge chamado Alexander Kruger.

No caso brasileiro, o foco maior é em relação ao WhatsApp. Não porque o WhatsApp seja uma ferramenta criada para isso ou propícia para isso, mas simplesmente porque é a ferramenta que é líder de mercado. Se nós tivéssemos outro aplicativo com a mesma base de usuários do WhatsApp ou tivesse a mesma liderança que o WhatsApp tem no mercado brasileiro, certamente esse aplicativo seria o alvo dessas campanhas de manipulação e também de uso indevido e ilícito da aplicação.

Também enxergamos como uma tendência a criação de data lakes nos Municípios. O que é isso? Os data lakes são formas de você coletar uma grande quantidade de dados não estruturados e utilizar ferramentas de march learning, de aprendizado de máquina, e também de analytics para extrair dali informações em tempo real e utilizar essas informações acopladas a outras ferramentas de microtargeting e de impulsionamento e amplificação de conteúdos.

No caso brasileiro, esses serviços hoje são oferecidos a preços módicos, ou seja, não custa caro você fazer isso. Existem vários serviços na nuvem que são oferecidos. Esse aqui, por exemplo, é um serviço oferecido pela Amazon para o mundo inteiro e você pode contratar um serviço de... Criar um serviço de data lake usando a cloud, infraestruturas de cloud, a um preço módico; e as ferramentas de analytics, de análise, e march learning também estão disponíveis na mesma cloud a preço módico.

A fonte dos dados está muito dispersa. Enquanto as empresas, as grandes plataformas, estão fazendo um esforço enorme para restringir o acesso às suas APIs, restringir o acesso a dados pessoais, responder de forma eficiente e convincente no mundo inteiro ao escândalo revelado após a Cambridge Analytica e a preocupação do mundo inteiro em relação à manipulação de processos eleitorais que, como eu mencionei no início da minha apresentação, não tem ocorrido só aqui, mas no mundo inteiro está sendo assim.

Então, enquanto o foco está todo voltado para as grandes plataformas, Google, Facebook, Instagram, Twitter e WhatsApp, ninguém está olhando para outra fonte rica de dados que são por onde os dados passam, os dutos por onde os dados passam, que são os provedores de acesso.

É possível criar data lakes a partir de conexões de acesso à internet. E no caso brasileiro, nós temos uma característica bem particular: é que um terço, quase 40%, hoje, das conexões à





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

internet no Brasil são prestadas por pequenas e médias empresas, são pequenos e médios provedores. E esses pequenos e médios provedores têm uma atuação no Município. Eles não têm uma atuação como a Vivo, a Claro ou a Oi, que atuam no País inteiro e têm uma regulação pesada da Anatel, fiscalização, equipamentos de segurança, ou seja, têm toda uma estratégia e obrigações de compliance que eles precisam seguir.

Os pequenos e médios provedores não estão submetidos à mesma carga regulatória, e isso faz sentido, porque, se eles estivessem submetidos à mesma carga regulatória, eles não conseguiriam inovar e não conseguiriam atuar no mercado. Mas o fato é que isso cria uma vulnerabilidade, que é a possibilidade de você ter um pequeno provedor no interior, criando seu próprio data lake e usando dados da população do Município para estratégias de microtargets, estratégias de segmentação e distribuição de propaganda computacional no período eleitoral.

Então hoje, esta aqui é uma pesquisa do Comitê Gestor da Internet, que é feita com os provedores, essa pesquisa é feita a cada três anos, então o último dado disponível é de 2017. Naquela época existiam 6.618 pequenas e médias empresas provendo acesso à internet no País. Hoje esse número passa de dez mil pequenas e médias empresas. O perfil dessas empresas é esse aí, 88% são micro e pequenas empresas, de uma a 49 pessoas ocupadas, a distribuição das regiões do País, 85% delas, para se ter uma ideia, são optantes do Simples Nacional, mas o fato é que essas empresas são responsáveis por conectar o usuário final e têm a possibilidade de visualizar boa parte do tráfego que passa em suas redes, e esse tráfego pode ser redirecionado para uma infraestrutura de cloud computing e criação de um data lake para perfilamento e acoplamento a ferramentas de analytics e machine learning e o uso disso durante a campanha eleitoral, que vai acontecer nos Municípios; e aos dados dos eleitores, muitas dessas empresas têm acesso, devido à atuação municipal.

Por fim, o terceiro eixo, cyberbullying e os ataques à dignidade humana. Aqui é fundamental que V. Exas. façam uma distinção, porque o cyberbullying pode ser visto de duas formas. Se ele for visto dentro dessa estratégia de manipulação hostil de redes sociais, ele vai aparecer ali como uma das táticas usadas para intimidação de oponentes políticos, de adversários políticos, de jornalistas, de organizações do terceiro setor. Enfim, qualquer alvo de instituições da República, qualquer alvo que represente uma ameaça aos meus interesses pode ser alvo de um cyberbullying. Mas isso é dentro desse framework de análise.

O outro caso de cyberbullying, que é o caso que nós atendemos na SaferNet, e aqui tem o gráfico evolutivo do número de casos concretos de vítimas de cyberbullying que nos procuraram, isso aqui são crianças. É outra história. Ou seja, são crianças que estão sendo vítimas de cyberbullying por outras razões que não têm nenhuma relação com política nem disputa partidária, disputa política, o que seja. São casos que acontecem em escolas e normalmente o autor e a vítima têm a mesma idade e estão na faixa etária de adolescentes ou pré-adolescentes. E as respostas a esses dois fenômenos são necessariamente diferentes.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, esse é o nosso foco. A SaferNet não recebe outros tipos de denúncia. Aqui tem os dados relativos ao primeiro e ao segundo turno da eleição do ano passado, ou seja, quais denúncias foram formuladas naquela ocasião. Todos os casos já foram apurados ou estão em apuração pelo Ministério Público Federal.

Nota-se que, durante o período eleitoral, e isso não foi na eleição passada, nas eleições anteriores também aconteceu, houve um aumento muito significativo no número de denúncias relacionadas a crimes de ódio, preconceito, intolerância, discriminação. Em 2014 foi assim. Em 2018 foi assim. Em 2016 foi assim. E a análise da série histórica comprova que esse período é um período em que há uma maior polarização da sociedade, dos usuários e, muitas vezes, essa polarização transborda para crime de racismo, de intolerância, etc.

E, por fim, então a nossa abordagem tem sido com foco em educação. É dessa forma que a gente aborda a questão do cyberbullying. Aqui está o índice de um módulo sobre cyberbullying num curso EAD que nós oferecemos gratuitamente para professores da rede pública ou privada de ensino. Já são mais de 21 mil professores matriculados em todo o País, em mais de dez Estados. Uma iniciativa que a gente tem o prazer de desenvolver em parceria com o Google. E aqui uma outra iniciativa, também de prevenção ao bullying, dessa vez em parceria com Instagram, Facebook e Unicef, que procura conscientizar adolescentes e pré-adolescentes sobre a importância de se combater o bullying.

Essas atividades acontecem não só nas próprias redes sociais, na própria internet, mas também fisicamente nas escolas. E nós estivemos aí, nos últimos anos, em todas as 27 unidades da Federação realizando oficinas, palestras de sensibilização e conscientização sobre o uso ético, seguro e responsável da internet.

Conclusão, Sr. Presidente, espero não ter estourado muito o tempo. Não existe, senhores, uma bala de prata. A experiência internacional tem mostrado isso e as tentativas, algumas vezes açodadas, de criminalizar, por exemplo, o envio de conteúdos falsos se têm revelado um grande tiro no pé, porque isso põe em risco a liberdade de expressão, a liberdade de imprensa, a liberdade de opinião.

Nós não estamos falando aqui de notícias imprecisas, de notícias mal apuradas, de notícias de baixa qualidade. Nós estamos falando de algo muito maior, que envolve a utilização massiva de dados pessoais para perfilamento, usando técnicas de psicométrica para a amplificação de conteúdos que são deliberadamente criados com o objetivo de manipular algoritmos, de manipular percepções, de gerar engajamento, isso tudo faz parte de um framework, que está bem descrito nos estudos científicos internacionais.

Isso faz parte de uma metodologia que é bem conhecida, cujos propósitos e finalidades e impactos podem se dar tanto no campo da política, mas também no campo da segurança pública, no campo da saúde – e o exemplo do Movimento Antivacina é isso – e no campo da defesa.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Basta olhar o que aconteceu durante o processo de anexação da Crimeia. As campanhas de desinformação promovidas pela Rússia tiveram um papel decisivo naquele processo. Basta olhar o que a Europa está fazendo, desde 2015, no monitoramento das campanhas de desinformação, que têm origem em Estados estrangeiros. No caso europeu, sobretudo a Rússia. Mas a China agora, por exemplo, está engajada diretamente numa campanha em relação à população de Hong Kong.

Então, não há bala de prata. E a gente entende que o foco deve-se concentrar nas estratégias multissetoriais. São essas que se revelaram as mais bem-sucedidas ao redor do mundo e que procuram aumentar a capacidade de as instituições detectarem esse tipo de interferência e manipulação, responderem em tempo hábil e fortalecerem o accountability e a transparência das empresas que são vítimas desse processo. Afinal de contas, não conheço nenhuma empresa que deseje deliberadamente ter os seus serviços utilizados para essa natureza.

Essa é uma estratégia, a meu ver, que pode surtir efeitos de curto prazo; e, no longo prazo, aperfeiçoar a educação e investir nela para o uso ético, seguro e responsável da internet.

Eu agradeço muito a atenção, sobretudo a generosidade do nosso Presidente em relação ao tempo.

Fico à inteira disposição de V. Exas. para as perguntas.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – É difícil interromper quando o conteúdo está bom, não é?

Vamos ouvir agora o Dr. Alessandro Barreto, Delegado de Polícia.

Eu queria esclarecer que, ao final das três apresentações, vamos ouvir a Relatora, Deputada Lídice, e, depois, a autora dos requerimentos, a Deputada Caroline de Toni, e os Srs. Deputados e Deputadas, Senadores e Senadoras, que podem se inscrever, caso desejarem fazer alguma pergunta aos nossos palestrantes.

O SR. ALESSANDRO BARRETO (Para expor.) – Boa tarde, Sr. Presidente, Srs. Senhores, Senadoras; Deputados e Deputadas. Obrigado pelo convite. Para mim é uma honra estar aqui

Eu sou Delegado de Polícia Civil do Estado do Piauí, mas estou no Ministério da Justiça há algum tempo. Atualmente eu coordeno o Laboratório de Operações Cibernéticas.

A minha função aqui é falar um pouco sobre a atividade que a gente desenvolve lá: o que tem sido feito na proteção de crianças e adolescentes online e, no final, vou passar um pouco da





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

minha experiência, pois venho há algum tempo estudando o ambiente cibernético. E vou propor algumas sugestões para os senhores e as senhoras sobre a temática.

Bom, dentro da Secretaria de Operações Integradas funciona o Laboratório de Operações Cibernéticas. Esse laboratório vem desenvolvendo há algum tempo ações notadamente de proteção a crianças e adolescentes que são abusadas e exploradas on-line. Uma dessas ações desenvolvidas é a Operação Luz na Infância. A Operação Luz na Infância visa a essa proteção de crianças e adolescentes on-line e tem identificado diversos indivíduos pelo País que estão notadamente armazenando conteúdo relacionado a abuso e exploração.

Qual a função, o que o laboratório faz? Ele produz pacotes acionáveis e envia para os Estados, informando dados, indícios de autoria e materialidade de crimes cometidos on-line. O que os Estados fazem? Instauram as investigações, identificam os responsáveis e solicitam mandados de busca e apreensão. Crimes gravíssimos são cometidos: crianças abusadas desde os dois anos de idade, imagens, vídeos, fotografias de crianças que são exploradas. Em alguns casos, chegamos a encontrar manuais com o título, por exemplo: Como fazer amor infantil, Como abordar crianças, qual idade, qual engenharia social aplicada.

Nesse contexto, foram desenvolvidas cinco ações. A primeira em 20 de outubro de 2017; a segunda em 17 de maio, que foi a maior ação já realizada no Planeta contra abuso e exploração sexual infantil; dia 22 de novembro, a terceira fase foi em cooperação Brasil-Argentina; quarta fase, em março de 2019, todos os Estados da Federação participaram; e a quinta fase foi agora em setembro, quando tivemos Brasil, Estados Unidos, El Salvador, Panamá, Chile e mais dois países que agora não me vêm a memória, sete países participaram.

Então, no cenário das buscas e apreensões realizadas, tivemos quase 600 pessoas presas em flagrante, indivíduos acima de qualquer suspeita que estavam cometendo crimes foram identificados, e as investigações estão em andamento.

Vou passar aqui os Estados participantes, o quantitativo de presos em flagrante pela operação. O número é bem maior, porque, em alguns casos, o material é identificado só posteriormente na perícia e os indivíduos são indiciados.

O perfil. Nós temos de pessoas de 17 anos a pessoas presas com mais de 70 anos, em diversas profissões, não há profissão definida.

O nosso centro. Quais são as dificuldades encontradas na proteção de crianças e adolescentes on-line? A primeira é nossa legislação. Eu trabalho já há algum tempo estudando crime cibernético e sou totalmente contrário a querer legislar tudo no que se refere a tecnologia, mas a questão de...

Algumas coisas precisam ser aperfeiçoadas, por exemplo, vou tentar ser objetivo sobre como a internet funciona. É como se eu estivesse entrando no Senado, preciso passar pela





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

portaria, preciso de uma identificação, preciso de um número de IP válido. Esse número de IP válido não traz conteúdo, é como se fosse uma identificação. Por exemplo, vou entrar na sala do Facebook, eu tenho que digitar facebook.com, coloco meu login e senha. Na hora em que entro na sala do Facebook, ele vai pegar meu IP, vai guardar meu IP.

Como é que a nossa legislação está construída hoje? Se eu preciso que a aplicação me forneça o IP, eu preciso de ordem judicial. O IP não carrega conteúdo, não é necessário ordem judicial, mas, da forma como a legislação está escrita, eu preciso de ordem judicial para isso. Então, uma das alternativas que o nosso setor discutiu era que, nos casos de abuso e exploração sexual infantil, fosse proposta uma adequação da legislação para não precisar de ordem judicial.

Existe uma iniciativa muito boa do Facebook para os casos de prevenção ao suicídio, cyberbullying, automutilação, em que eles identificam, o algoritmo deles consegue identificar as pessoas que fazem postagens suicidas ou de automutilação. O nosso setor já foi acionado por quase uma centena de vezes e sempre está localizando essas pessoas que postam conteúdo. Então, é uma boa iniciativa nesse cenário.

Mais um detalhe: há um projeto de lei em andamento, de autoria do Deputado Marcos Sampaio, do MDB do Piauí, que propõe, na forma da legislação americana, em alguns casos emergenciais, por exemplo, terrorismo, risco da integridade física, risco de morte, abuso e exploração sexual infantil, que as aplicações forneçam dados de IP, geolocalização, sem precisar de ordem judicial. Isso funciona muito bem na lei americana. Algumas aplicações americanas que fornecem serviço para a gente utilizam essa legislação para salvar vidas, o que tem sido uma iniciativa excelente. Eu acredito que se tivéssemos algo parecido no País seria bom.

Mais um detalhe: quando nós estamos fazendo as operações, alguns países vieram participar das ações conosco. E o que nós notamos é que as penas para abuso e exploração sexual infantojuvenil no País são pequenas. Na América do Sul e América Central, só a Argentina tem pena menor. Alguns países têm 10 a 20 anos, outros têm 20 anos, alguns 30 anos. A minha visão é que isso também poderia ser um pouco aperfeiçoado.

Trazendo aqui para o cenário agora de notícia falsa. Como delegado de polícia e com experiência no ambiente cibernético, quando você está investigando um crime no ambiente cibernético você tem três missões: preservar o conteúdo é a primeira opção, ele tem que ser preservado porque essa evidência é bem volátil; e você tem mais dois caminhos: a remoção de conteúdo e a atribuição de autoria.

Então, ora eu faço um antes, ora eu removo antes, ora eu atribuo autoria antes. O que a gente tem visto? Por exemplo, alguns aplicativos de mensageria como o WhatsApp funcionaram bem nas eleições para remover conteúdo viral. Apesar de não identificarem o conteúdo que está transitando, eles conseguem identificar o URL de encaminhamento e conseguem fazer a remoção de conteúdo. O que a gente precisa avançar nisso? Quem trabalha com banco de dados





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sabe que é possível identificar o primeiro que subiu determinado conteúdo. Isso seria interessante para lá na frente responsabilizar o autor do encaminhamento de uma mensagem. Então, é possível isso ser feito nessa seara de identificação, principalmente em aplicativos. Como o Dr. Thiago falou, o WhatsApp é o mais usado, então, a gente tem que focar nele. Se há uma mudança da regra, isso vai ajudar bastante.

Mais um cenário que vou trazer aos senhores e senhoras. Talvez a gente vivencie muito isso no ano que vem, a questão do telefone virtualizado. Tecnicamente é possível você estar dentro do Brasil utilizando telefone de fora, você cria números virtualizados. E isso vai trazer uma problemática grande para o ano que vem. O que nós precisamos fazer? Algumas aplicações de internet, redes sociais, aplicativos de mensageria só indexam pelo +55. Eu preciso indexar além do +55, eu preciso indexar pelo range de IPs do Brasil, de IP tal a tal eu preciso coletar dados para que, lá na frente, se alguém cometer o crime, praticar exploração ou disseminar notícias falsas, eu possa chegar à identificação.

Mais um ponto que vou passar para os senhores antes de esgotar o tempo. O que é CGNAT? Até 2012, 2013, nós tínhamos o IPv4. Eles eram individualizados, cada um tinha um IP para utilizar nas suas conexões de internet. O que houve, principalmente com o incremento da Internet das Coisas? Com a implementação da tecnologia, há necessidade de mais IPs. Então, no ano de 2014, se eu não estiver enganado, houve um grupo de trabalho formado pela Anatel, Polícia Federal, Ministério Público Federal que discutiu regras para que o IPv4 fosse nateado. O que acontece? É a mesma coisa que pegar mil gols brancos, colocar a mesma placa, mesmo ano, e dar para mil pessoas dirigirem em Brasília. Se eu não atribuir "porta lógica de origem", eu vou ter dificuldades em responsabilizar aquele autor. Tenho certeza de que ano que vem vamos ter problema com nateamento de IP. E o que está no meio dessa história toda? Duas pontas, os provedores de conexão, que dizem que estão prontos para virar para o IPv6, mas as aplicações de internet não estão prontas. E lá na frente, quando a gente precisar atribuir autoria, a gente não vai conseguir, porque o IP está nateado.

Nós temos casos aqui, no Brasil, de aplicações que dividem um IP para 16 mil pessoas. Se um desses 16 mil cometeu o crime, eu não vou saber quem é. Então, é preciso estar atento a esse cenário.

Senhores, com a questão de CGNAT, o que é importante? É que peçam para fazer uma revisão no grupo de trabalho para a implementação do protocolo IPv6, para ver se melhora, para ver se principalmente os provedores de conexão reduzem essa quantidade de usuários por IP, enquanto não houver a migração da tecnologia IPv6. Temos um caso muito legal que foi na Bélgica. A Bélgica limitou a apenas a seis usuários...

(Soa a campainha.)

O SR. ALESSANDRO BARRETO – ... por protocolo de internet.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu acho que estou dentro do meu tempo, Presidente.

Eu quero agradecer a todos. Muito obrigado pelo espaço, pela oportunidade de estar aqui presente.

Ao final, estarei à disposição para esclarecimentos.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Obrigado, por enquanto, Sr. Alessandro.

Vamos ouvir agora o Sr. Carlos Felipe Almeida D'Oliveira, Diretor da Associação Brasileira de Estudos e Prevenção de Suicídio.

O SR. CARLOS FELIPE ALMEIDA D'OLIVEIRA (Para expor.) – Boa tarde, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, Sras. Senadoras e Srs. Senadores, Sr. Presidente.

Eu quero agradecer em nome da Associação Brasileira de Estudos e Prevenção de Suicídio. Esse convite é mais uma oportunidade que nós temos – vimos trabalhando há mais de 20 anos com o tema do suicídio – de poder dar visibilidade ao tema.

Essa questão de visibilidade do tema diz respeito à questão de que o suicídio era visto como algo que não poderia ser debatido na mídia. Isso tem uma história antiga, era chamado Efeito Werther, quando um livro publicado, nos anos 1800, circulou pela Europa e provocou um aumento da taxa de suicídio. Eu trago isso porque hoje a mídia de que nós estamos falando é outra mídia, é uma mídia rápida, que, mesmo com todos os recursos de segurança que temos hoje dentro das páginas das mídias sociais, às vezes, é tarde demais.

Hoje, conseguimos até intervir em determinados fóruns... E temos visto alguns fóruns em que as pessoas estão se queixando de suas dores e entram pessoas falando dentro desses fóruns, e não sabemos se é por uma empatia ou se é uma ação criminosa. No final desses fóruns, alguém diz: "Então, não tem jeito, só dando um tiro na cabeça". Isso é uma ação criminosa, crítica e tem um efeito enorme sobre aqueles que têm maior fragilidade, sejam crianças, sejam adolescentes, sejam aqueles que têm transtornos mentais.

Uma outra questão, que diz respeito ainda a essa circulação, sobre a qual nós temos recebido vários comunicados, é a transmissão imediata, rápida de imagens contendo a privacidade dos indivíduos e com características, como foi colocado aqui, de ódio ou mesmo de preconceito.

Principalmente, temos observado que, em cidades pequenas e médias, o impacto disso é grande sobre esses indivíduos, aumentando as taxas de suicídio. Nas cidades maiores, isso tem um efeito sobre o indivíduo, mas a circulação da informação fica disseminada, o impacto não é "o vizinho que sabe".





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Baseado nessas questões todas, é claro... E muitas pessoas nos perguntaram por que nós estávamos aqui. E, claro, fui ver todo o histórico da Comissão no que diz respeito à questão da prática de cyberbullying sobre os usuários mais vulneráveis da rede de computadores, as pessoas com transtornos mentais. E, quando falamos de transtornos mentais, estamos falando de transtornos mentais leves, moderados ou graves. As pessoas têm transtornos e estão aí, estão na vida trabalhando, medicando-se; mas elas podem ser afetadas por induções que podem fazer com que elas cometam atos de tentativas de suicídio ou mesmo de suicídios, como eu vou mostrar mais adiante.

Em relação à questão do aliciamento e orientação de crianças... Em relação à questão do suicídio de crianças, isso é um fato ainda novo, ainda é algo raro, o que não é entre os jovens, porque a tendência que nós temos já nos últimos anos – e aí eu estou falando dos últimos sete anos – foi o aumento da taxa de suicídio em torno de 8% da população jovem, dados do Ministério da Saúde. Então, isso é dentro dessa população jovem, mas isso também diz respeito.... Há o art. 122 do Código Penal que já prevê a pena para o incitamento.

Hoje lançamos uma nota por conta de uma nota que saiu na Folha de S.Paulo, e essa nota de um humorista foi utilizada num colégio em Belo Horizonte como tema de aula. O humorista é conhecido, e este é o problema: a identificação com pessoas conhecidas. Se é alguém que não tem seu fã-clube, isso é menos problemático, mas, se é alguém que tem uma penetração, uma identificação, isso corre o risco. Por quê? Em função de várias questões, que eram questões políticas e ideológicas, essa matéria que saiu na Folha dizia: "Com a situação como está, só dando um tiro na cabeça". Em vários e vários momentos, isso foi alertado... E isso foi utilizado numa escola com adolescentes. E aí resolvemos... É claro que ocorreram várias críticas, mas nenhuma atentando para o fato de que ninguém pode dizer e sugerir que, com a situação como está, só dando um tiro na cabeça. Então, esse é o risco de se divulgarem na mídia ações que incitam. Isso tem que provocar um debate.

No âmbito da prevenção do suicídio, nós estamos trabalhando no âmbito do Governo e agora junto com as organizações da sociedade.

Em 2006, o Ministério da Saúde instituiu as Diretrizes Nacionais para Prevenção do Suicídio. E uma delas – e elas podem ser visualizadas na página do Ministério – é dar visibilidade, porque, 20 anos atrás, não podíamos falar sobre suicídio. Hoje, podemos falar e trabalhamos com a mídia também de que forma correta falar. Não vamos, claro, em nenhum momento, apontar casos específicos de suicídio nem metodologias usadas por suicídio. Isso pode provocar danos.

A outra questão importante dentro das diretrizes é exatamente essa intervenção junto com a mídia. Queremos que a mídia nos apoie, porque ela pode nos apoiar. Podemos fazer um debate. As próprias mídias de internet têm questões positivas que estão nos ajudando, que podem nos ajudar.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Baseados nessa visão das diretrizes, que na realidade não eram apenas no Brasil... Fizemos todo um levantamento em outros países, vendo como é que vinham aqueles países que já vinham cuidando da questão do suicídio.

E, a partir daí, essa mesma diretriz foi a que acabou dando origem neste ano à Lei 13.819, do Congresso Nacional, que institui a Política de Prevenção de Automutilação e Suicídio. Achamos bom, que bom que o Congresso publique uma lei baseada em dados técnicos. Isso ajuda, isso fortalece, isso permite que gestores de todas as unidades possam hoje ter como uma proteção ou uma forma de negociar com gestores para podermos implantar ações desse tipo.

Em maio de 2013, durante a 66ª Assembleia Mundial de Saúde, o Brasil se comprometeu a reduzir até 2020 em 10% a taxa de suicídio de sua população. O Brasil assinou isso com mais de 30 países. E, dois anos depois, participando de um workshop da Organização Mundial de Saúde, eu perguntava: "Mas por que 10% e como é possível que 30 países tão diversos possam ter a mesma meta de redução?". Isso não é um planejamento correto, porque temos cenários epidemiológicos diferentes, temos recursos institucionais, profissionais e financeiros diferentes. Eu estou sempre falando que, se o Brasil tem que implantar um plano nacional de prevenção do suicídio, tem que ser com metas regionalizadas. Isso é fundamental. É claro que, no ano que vem, na Assembleia Mundial de Saúde, nós não vamos poder mostrar esse resultado, porque, efetivamente, de 2013 para cá, a taxa de suicídio do Brasil aumentou em 10%. Na realidade, países que tecnicamente não assinaram esse acordo e tinham visões muito claras, como os Estados Unidos, disseram: "Nós não queremos neste momento reduzir a taxa de suicídio, o que nós queremos é manter num primeiro momento a taxa de suicídio nos níveis em que elas estão".

Outra diretriz importante que defendemos – e isto foi a partir do que vimos no Estados Unidos e no Canadá – foi a participação da sociedade. Por quê? Apenas em 2001, o suicídio foi considerado uma questão de saúde pública nos Estados Unidos, e isso não foi por outro motivo que a pressão dos familiares dos 100 mil retornados do Vietnã que haviam se suicidado. Multiplicando isso por seis, podemos imaginar um impacto sobre 600 mil pessoas. Isso fez com que o Congresso americano aprovasse que o suicídio é uma questão de saúde pública – e isso é muito importante, é um diferencial – e, com isso, também disponibilizasse os recursos necessários para uma questão de saúde pública que ocorre no campo da saúde mental. É muito importante dizer que isso é uma questão de saúde mental, que envolve aqueles que têm transtornos mentais. É claro que sempre pode ocorrer um ou outro suicídio de alguém que não tivesse um transtorno, mas a grande maioria e os dados recentes do Ministério da Saúde mostraram isso.

Como o colega falou, a respeito da questão não temos uma bala de prata. Eu tenho dito: esse é um fenômeno complexo. Fenômenos complexos não se resolvem com soluções simples, nem de uma hora para a outra. Precisamos de tempo. Não podemos fazer projeções como "vamos reduzir para o ano que vem a taxa de suicídios". Não. A orientação do Centro de Controle de Doenças dos Estados Unidos é que a gente faça projeções para cinco ou dez anos, para





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

fazermos intervenções corretas, até porque quando iniciamos todo um trabalho, como foi o trabalho que ocorreu em 2014, quando a Secretaria de Vigilância em Saúde lançou a portaria que torna as tentativas de suicídio um agravo de notificação obrigatória e fez com que houvesse um treinamento das equipes; Tivemos, nos anos de 2014 e 2015, um aumento das taxas de suicídio. Isso não quer dizer que tivemos um aumento, mas sim que melhoramos os nossos registros. E isso vai ser sempre assim.

O Brasil tem hoje um sistema – tanto o Sinam quanto o Sistema de Informações de Mortalidade – denso, compacto, bom, e que vai continuar desenvolvendo todo esse trabalho nesse sentido. Mesmo quando as pessoas dizem que há casos que não aparecem na mídia, que tem casos que não estão aparecendo... É, tem casos que não aparecem, mas nós já temos uma visão bastante clara do número de suicídios.

Em relação à questão do fenômeno, é um fenômeno complexo, não é linear, e isso quer dizer o seguinte: não é inteiramente previsível. É regulado por diversas variáveis. Ninguém se suicida porque viu apenas uma mensagem na internet, mas tem um cenário, tem um conjunto de fatores de risco e de proteção, e aqui nós estamos falando da internet como um fator de risco e também como um fator de proteção, que podem intervir. Essa é a visão moderna que a gente pode ter de que o suicídio é um fenômeno complexo. Ninguém se suicidou apenas porque tinha uma depressão, porque brigou com a namorada. não, a questão era mais ampla.

Baseados nisso, nós temos dados bem recentes mostrando esse quadro. No período de 2011 a 2015, a taxa geral de suicídios publicada pelo Ministério da Saúde passou de 5,3 para 5,7. Aqui uma observação clara: Nós estamos em 2019. O Ministério vai publicar os dados de 2017, porque é preciso dois anos de crítica dos dados, para termos uma observação, e vem fazendo isso, análises de cinco em cinco anos. Tecnicamente, é bastante correto, porque não são viradas. Às vezes, uma instituição passa a não publicar determinados dados, e os dados podem desaparecer. Então, estudos de cinco e dez anos são bem consistentes.

Temos um aumento de óbitos por suicídio entre jovens de 15 a 29 anos. Isso é preocupante, porque isso vem se manifestando como uma tendência, sendo 8,7 entre os homens e 7,3 entre as mulheres.

(Soa a campanha.)

O SR. CARLOS FELIPE ALMEIDA D'OLIVEIRA – Um minuto?

Entre 2011 e 2008, ocorreram 150 mil casos de lesões autoprovocadas na população dessa faixa etária; 20% tinham transtornos mentais – dados da Secretaria de Vigilância em Saúde do Ministério. Como eu disse, entre 2011 e 2017, tivemos um aumento de 10% da taxa de mortalidade dessa população, quando havíamos, em 2013, assinado um acordo segundo o qual iríamos reduzir em 10%.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

As organizações têm trabalhado nesse sentido. Trouxe aqui exemplos de trabalhos especificamente relacionados à internet: Prevenção do Suicídio na Internet, pelo Instituto Vita Alere – o Instituto Vita Alere participa da diretoria da nossa associação – e Prevenção do Suicídio na Internet para Pais e Educadores.

Eu relatei aqui como fazer um uso positivo da internet, mas está nas cartilhas, está nos manuais. Em função do tempo, eu não vou ler esse material. Agora, é importante falarmos que temos fatores de risco, mas temos que atuar mais fortemente nos fatores de proteção. Em relação à rede, temos que ter mecanismos mais rápidos de resposta, porque hoje o que acontece é uma transmissão rápida, e principalmente de imagens, e essas imagens são extremamente danosas sobre os jovens. Não dá tempo. Não é apenas "vamos, sim, localizar de onde vem essa mensagem". Isso é efetivo, isso é importante, mas antes disso, os atos suicidas estão acontecendo na rede.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Agradeço ao Dr. Carlos Felipe.

Vamos ouvir agora nossa Relatora, a Deputada Lídice da Mata.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Como Relatora.) – Sr. Presidente, senhores convidados, que contribuem muito nesta audiência, Srs. e Sras. Parlamentares, esta audiência hoje é dedicada exatamente à pesquisa e identificação do fenômeno do cyberbullying, vinculado ao suicídio – não apenas a ele, mas também à ideia de que há diversos tipos de crimes cometidos na rede que atingem a sociedade e a sua vida, independente do crime relacionado com a política. Eu queria, portanto, fazer algumas perguntas, para que nós pudéssemos, com essa discussão, também relacionar aquilo que está identificado também pelos especialistas, que é a forte utilização da ferramenta das redes sociais, da propagação de notícias fraudulentas, ao processo eleitoral.

Do ponto de vista do processo eleitoral, já que Dr. Thiago falou da proximidade das eleições de 2020, e tem sido uma preocupação nossa na CPMI nos anteciparmos aos fatos eleitorais de 2020 e 2022, como também pelos partidos políticos. Nós temos visto a sua movimentação aqui na Casa, inclusive uma audiência marcada com o TSE para discutir as medidas de prevenção à utilização de fake news na próxima eleição.

Eu perguntaria ao Dr. Thiago: no caso do data lake e grandes empresas, se o senhor tem alguma proposta que possa nos ajudar a desestimular a prática desse fenômeno, ou sugestão, já que V. Sa. é um daqueles que defende que não é possível nenhum tipo... Que tem dificuldade de analisar qualquer forma de criminalização das redes e põe isso versus a liberdade de expressão. Esse é um debate que se mantém permanente em toda a discussão. Na primeira Mesa que nós tivemos, também alguns se pronunciaram contrários e outros, pelo contrário – os





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que são especificamente representantes do mundo jurídico –, da possibilidade de aperfeiçoar a legislação já existente no sentido de se coibir o que já está criminalizado.

Também ao nosso delegado eu gostaria de perguntar: quais têm sido as ações adotadas pelas autoridades policiais brasileiras, em especial as polícias civis, para investigação dos delitos cometidos na internet?

Dois. O Thiago também, como uma representação desse monitoramento, pode responder. As organizações criminosas que atuam na internet são especializadas em determinados tipos de crime ou costumam atuar em modalidades plurais? Existe alguma relação comprovada entre grupos que comercializam dados pessoais – essa é uma questão importante que já foi destacada aqui, não é possível se ter uma ação do tipo da Cambridge Analytica sem ter acesso aos dados – sigilosos e ações de direcionamento de propaganda política para grupos específicos? Se sim, de que maneira, e quem são os envolvidos?

Quatro. Como é a relação dos órgãos de investigação com os provedores de aplicação de internet que atuam no Brasil? Esses órgãos de investigação, como eles se relacionam com esses provedores, grandes, médios e pequenos? Existe alguma dificuldade de obtenção dos dados necessários à investigação? A adesão do Brasil a tratados internacionais sobre o cibercrime, em especial a convenção de Budapeste sobre o cibercrime ajudaria os órgãos de investigação brasileiros em suas atividades nesse setor? De que modo? Sabemos que o Brasil não é signatário da convenção de Budapeste, apenas pela tradição diplomática de não aderir a acordos sobre os quais não foi sequer convidado a discutir os termos, mas em relação à convenção, integrarmos o compromisso, o acordo de Budapeste, ajudaria a combater esses crimes? São perguntas iniciais para que possamos ampliar o debate e também abrir para que outros Parlamentares possam também dirigir perguntas.

Quanto à questão do suicídio, eu creio que a fala do representante da Associação Brasileira de Suicídio destaca uma questão fundamental neste momento, que é um novo parâmetro de enfrentamento da questão. No passado – algumas religiões até condenam o suicídio, por isso também omitem a sua prática –, a atitude das autoridades em relação ao suicídio era a não divulgação, com a não divulgação como elemento de prevenção. Hoje se toma uma postura radicalmente diferente, que é divulgar para prevenir.

Acho que, na fala de V. Sa., eu senti também que pensa que é possível haver ações, mesmo que não sejam de perseguição na rede, de monitoramento e ações que possam vir no sentido de alguma legislação que pudesse ser auxiliar no combate à luta contra o suicídio. Há da Associação Brasileira de Estudos e Prevenção de Suicídio alguma sugestão visando legislar esta questão no Brasil?

O SR. CARLOS FELIPE ALMEIDA D'OLIVEIRA (Para expor.) – Deputada, na realidade, o Código Penal, em relação ao incitamento, está claro. Eu acho que uma revisão desse art. 122





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

cabe, porque diz respeito à questão inclusive das penas, que são pequenas. Elas aumentam, por exemplo, quando ocorre um caso de suicídio por indução: ela duplica, mas duplica de dois para quatro anos. Nós estamos falando de populações jovens, menores. Então, isso tem que ser avaliado do ponto de vista jurídico, mas, como eu acho que é um cidadão fragilizado, eu acho que cabe ao Estado uma maior proteção.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Como Relatora.) – Levando em conta que justamente se trata de uma população fragilizada, seja pelas características emocionais da faixa etária, seja pela possibilidade de algum transtorno emocional, há já em estudo... Apenas o aumento de pena seria o indicado ou há uma dificuldade de identificação de que o processo, talvez até para o delegado... É possível identificar a incitação ao crime de suicídio e, de forma imediata, estabelecer os critérios para a sua penalização?

O SR. THIAGO TAVARES NUNES DE OLIVERIA (Para expor.) – Muito obrigado pelas questões, Deputada Lídice.

Eu anotei cinco questões que V. Exa. formulou e pretendo abordar todas. Se escapar alguma ou surgir alguma outra, por favor, sinta-se inteiramente à vontade para complementar.

Em relação aos data lakes, o que fazer? Bem, eu entendo que a principal medida legislativa já foi adotada, que foi a aprovação por esta Casa e também pela Câmara dos Deputados da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais. Essa lei geral, com o seu decreto regulamentador, estabelece uma série de garantias e compromissos para a coleta, tratamento, armazenamento de dados pessoais.

Acontece que o órgão responsável pela fiscalização e pelo estabelecimento das diretrizes – inclusive para a educação do mercado em relação à conformidade da LGPD –, que é a autoridade nacional de proteção de dados, ainda não foi constituído. Então, nós estamos diante de uma situação em que temos uma lei, a lei é fruto de um amplo consenso que foi alcançado no Congresso, nas duas Casas Legislativas, e o órgão que vai fiscalizar a sua implementação e definir as diretrizes de sua aplicação ainda não existe. A lei entra em vigor em agosto do ano que vem e nós estamos quase em novembro.

Então, eu acho que a minha principal sugestão em relação a esse ponto seria, dentro das possibilidades institucionais da CPMI, estimular ou fazer gestões no sentido de agilizar a criação da ANPD e a definição de seu corpo diretivo e de seu órgão consultivo. Isso estabelecido, com a ANPD funcionando, certamente esse tema poderá ser objeto de maior aprofundamento e haverá o estabelecimento de algumas diretrizes de conformidade para os pequenos, médios e também os grandes provedores de conexão.

Um outro caminho alternativo seria via Anatel. A Anatel tem um regulamento, que é o Regulamento do Serviço de Comunicação Multimídia, que estabelece uma série de regras para os pequenos e médios provedores de conexão e acesso à internet.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por que eu estou chamando a atenção para os pequenos e médios provedores de conexão à internet? Porque esses têm uma atuação municipal e, no ano que vem, nós temos eleições municipais. Então, em alguns casos, dada a capilaridade e o número de empresas que atuam nessa área, será muito difícil uma fiscalização efetiva, de modo que a janela de oportunidade para que sejam estabelecidas diretrizes claras nessa área está aberta agora. Se nós não conseguirmos avançar nesse ponto, teremos que lidar com as consequências depois.

Da mesma forma, eu acredito que também seria interessante um diálogo desta Comissão com as empresas que oferecem infraestrutura de cloud computing. Sobretudo eu destaco aqui a Amazon, que é líder de mercado, mas não só a Amazon: a Microsoft também tem uma estrutura de cloud computing, o Google também tem uma estrutura de cloud computing. E eu tenho certeza de que essas empresas têm interesse de que os seus produtos e as suas plataformas sejam usados em conformidade com a lei. Eles não têm interesse em promover usos ilícitos ou abrigar serviços que não estejam em conformidade com lei.

Sobre as organizações criminosas – eu acho que o Dr. Alessandro tem mais propriedade para falar sobre isso do que eu –, eu comentaria o seguinte: em relação à desinformação, em 2016, nos Estados Unidos, um dos principais vetores de fabricação de conteúdo falso e criação de sites para veiculação desses conteúdos falsos, uma das principais células estava na Macedônia. A Macedônia é um país no Leste Europeu, com uma grande taxa de desemprego e com uma renda média de US\$382 mensais. E lá, numa cidade chamada Veles, foi detectada uma grande quantidade de conteúdos produzidos. E houve um documentário de um jornalista brasileiro chamado André Fran, que tem um programa na GloboNews. Ele foi até lá, conseguiu entrevistar alguns desses jovens diretamente envolvidos na fabricação desses conteúdos e descobriu o seguinte: que eles estavam fazendo isso não por interesse ideológico, ou político, ou partidário; eles estavam fazendo isso para ganhar dinheiro. Eles estavam desempregados e eles perceberam que tinham ali uma fonte de renda que garantia a eles algo em torno de 10 mil euros por mês fabricando conteúdo falso e monetizando esse conteúdo on-line.

Então, as motivações variam: você tem o agente que vai ter motivação ideológica, outro vai ter motivação política, outro vai ter motivação partidária, outro vai ter motivação financeira, então as motivações são as mais diversas.

E, em relação a dados pessoais, esses dados, uma vez obtidos, têm valor, evidentemente, são monetizados. E eu me recordo de que mais de 50% – essa é uma estatística internacional – dos vazamentos de dados ocorrem pelo público interno. Recentemente nós vimos aí um grande vazamento de dados do Detran, ou seja, de órgãos públicos. Até hoje, se você for na Santa Efigênia, em São Paulo, você consegue comprar credenciais de acesso ao Infoseg, que é um sistema de segurança pública restrito a órgãos públicos de segurança pública, autoridades de segurança pública. Você compra credenciais de acesso, você compra login e senha.

(Intervenção fora do microfone.)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. THIAGO TAVARES NUNES DE OLIVERIA – Exatamente, o Deputado está bem lembrando: compra-se declaração de Imposto de Renda, até hoje é vendida. Você vai na Santa Efigênia, em São Paulo, e você consegue comprar um dump, a cópia da base de dados da declaração de Imposto de Renda. Pode não ser a cópia mais atualizada, mas a base histórica é possível comprar, sim.

Então, existe muito vazamento de dado vindo do próprio setor público, e isso eu reputo mais grave ainda, porque, em relação às empresas, eu tenho sempre a opção de não ser cliente daquela empresa. Se eu entender que uma determinada empresa não trata bem os meus dados, aliás, deixo de instalar muitos aplicativos no meu celular, porque sou daqueles chatos e raras espécies que leem os termos de uso. Eu li o termo de uso e não concordei. Eu deixo de instalar e deixo de usar o aplicativo. Inclusive vários aplicativos muito usados no Brasil e no mundo eu não tenho instalados no meu telefone, porque eu li os termos de uso e não concordei com a política de privacidade.

Agora, em relação ao Estado, eu não tenho essa opção. Se eu não fornecer a minha impressão digital, eu não tiro passaporte; se eu não fornecer a minha impressão digital, eu não exerço o meu direito de votar. Percebeu? E eu não tenho opção. Para me relacionar com o Estado, eu sou obrigado a fornecer dados pessoais e, quando esses dados pessoais não são armazenados de maneira correta, quando eles são compartilhados, quando eles são vendidos, em muitos casos, ou quando eles são objeto de vazamentos internos, sejam eles intencionais, sejam acidentais, estamos diante de um cenário de extrema gravidade, porque esses dados terão as finalidades múltiplas: eles serão usados para fins comerciais, eles serão usados para a finalidade política, eles serão usados para doxing, que é uma das táticas de intimidação muito utilizada quando você quer perseguir um oponente. Isso acontece muito contra jornalistas; você quer intimidar um jornalista, você vaza informações pessoais do jornalista, da família do jornalista, e você expõe esses dados na internet ou você ameaça expor como uma forma de intimidação, de chantagem, para evitar que o jornalista publique uma matéria investigativa, ou, então, que ele continue publicando ou apurando determinada pauta. Isso acontece no Brasil e em todo o resto do mundo.

Então, as organizações criminosas que obtêm esses dados, normalmente visam ao retorno financeiro. Portanto, elas são polivalentes nesse aspecto, desde que haja retorno financeiro.

Em relação à relação dos órgãos de investigação com os provedores de plataformas, também o Dr. Alessandro está muito melhor posicionado do que eu para falar sobre isso, mas eu posso compartilhar a minha experiência, sobretudo nos temas em que a SaferNet atua há quase 15 anos. Há uma atuação proativa e efetiva das principais empresas na colaboração no que diz respeito aos crimes mais graves relacionados a abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes, suicídio, riscos iminentes à vida ou à integridade física, inclusive casos emergenciais em que não só metadados, mas informações de conteúdo são compartilhadas em questão de minutos. Eu já vi um caso de uma tentativa de suicídio em que o próprio, nesse caso,





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Facebook, informou a Polícia Civil de Santa Catarina uma tentativa de suicídio em quatro minutos, e eles, proativamente, acionaram a autoridade local para tentar repassar a informação e tentar impedir que aquele caso de suicídio se consumasse.

Da mesma forma com os casos de abuso e exploração sexual, anualmente o Brasil recebe em torno de 600 mil relatórios com suspeitas de divulgação de imagens de abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes. Esses relatórios são produzidos de forma proativa pelas empresas que têm sede nos Estados Unidos e são compartilhados com a Polícia Federal aqui, no Brasil, de forma proativa. Sempre que as imagens são detectadas pelos sistemas de inteligência artificial, de aprendizado de máquina ou são objeto de denúncias de usuários ou de hotlines, essas empresas produzem o relatório e encaminham.

Em relação à adesão do Brasil à convenção de Budapeste, a convenção de 2001 é um texto. O texto principal da convenção já foi bastante superado, mas existem os protocolos facultativos. O primeiro protocolo facultativo à convenção trata de xenofobia e racismo, e o segundo protocolo facultativo está, neste exato momento, sendo negociado pelo grupo de países, pelos representantes dos países que aderiram à convenção.

Haverá, inclusive, agora, nos dias 20 e 22 de novembro, em Estrasburgo, na França – eu estarei lá –, uma conferência, a Octopus Conference, que é a conferência do Conselho da Europa, convocada pelo Conselho da Europa. Nessa conferência será realizada uma consulta pública multissetorial, ou seja, aberta à participação da sociedade civil, das empresas, dos governos e da academia para avaliar esse protocolo facultativo, o segundo protocolo facultativo à convenção de Budapeste, que trata sobre acesso transfronteiriço a dados, metadados em curso ali, durante o curso das investigações criminais.

Por fim, um último comentário, ainda dentro das perguntas que V. Exa. formulou, sobre o que é possível fazer. Eu queria até tomar emprestado um exemplo da dificuldade mencionada pelo Dr. Alessandro quando ele mencionou, por exemplo, os números virtualizados. Esses números já foram largamente utilizados na eleição de 2018. Muitas das contas que foram usadas, tiveram comportamento automatizado na amplificação de conteúdos, sobretudo pelo WhatsApp, eram contas de números virtualizados. Isso foi detectado, foi discutido inclusive à época, no Conselho Consultivo do TSE.

Acontece que essa questão nos confronta, ela não é simples de resolução. Por quê? Porque ela nos confronta com a natureza transnacional da internet. O Brasil é parte da internet, mas ele não estabelece regras globais para a internet, ou seja, as regras estabelecidas aqui precisam estar em harmonia com o consenso internacional. Por quê? Porque a rede é internacional. Com o próprio mecanismo de telefonia, nada impede que eu pegue o meu celular aqui, disque 00, operadora, código do país, código da cidade, número do telefone e faça uma ligação, com o telefone fixo, para Nova York, por exemplo. A partir dessa conexão de um telefone fixo, eu posso transitar voz, mas eu também posso transitar dados. O sistema de telefonia foi





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

concebido dessa forma, e existem acordos e tratados internacionais que disciplinam essa matéria.

Então, é por isso que é importante, quando a gente vai falar, por exemplo, de atribuições de números IPs, alocação de IPs, etc., é preciso que o Brasil siga as melhores práticas internacionais. Eu não estou, com isso, dizendo que os números virtualizados não são um problema; sim, eles podem, sim, ser uma fonte de problema, mas a solução não passa, ao meu ver, por um distanciamento daquilo que é consenso técnico nos foros técnicos internacionais. A gente tem que buscar um consenso em relação a essa área.

E, sobre o CGNAT e o IPv6, o Dr. Alessandro também destacou como âmbito das dificuldades de se estabelecer atribuição e autoria dos crimes cibernéticos – isso é fato. Essa prática tem sido usada no Brasil pelos provedores não só de aplicações, mas também de acesso, sobretudo de acesso e conexão à internet.

A solução para isso também não é simples, porque passa por uma questão econômica, e a razão para isso é que essas empresas fizeram investimentos lá atrás em equipamentos que são incompatíveis com IPv6, e a substituição desses equipamentos demandaria um investimento significativo. Então, criaram essa solução provisória, que não é uma solução, é uma gambiarra chamada CGNAT. Existem várias versões. O mais comum é o 444.

Aí, usa-se essa solução como uma maneira de prolongar a vida útil de roteadores e sistemas de rede que são incompatíveis com o IPv6. A solução definitiva para isso é a migração para o IPv6, e o Comitê Gestor da Internet iniciou, há mais de dez anos, uma iniciativa nesse sentido, procurando acelerar o processo de migração e oferecendo curso, treinamento e capacitação gratuitos para técnicos e engenheiros de redes, empresas, pequenos, médios e grandes provedores de acesso e aplicações na internet, para que essa migração aconteça da forma mais célere possível.

Hoje, cerca de 30% das conexões da internet no Brasil já são sob o IPv6, e essa é a média internacional. Quando comparamos o Brasil com países como França, Alemanha e Inglaterra, nós estamos dentro da média internacional, mas, como bem destacou o Dr. Alessandro, os outros 70% não são ainda IPv6, e nós ficamos diante dessas dificuldades de definir com precisão a atribuição em matéria de crimes cibernéticos, sejam eles da natureza que forem.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Eu vou passar a palavra agora à Deputada Caroline de Toni, e, ao final, o Dr. Felipe e o Dr. Alessandro poderão também fazer as considerações e responder a alguma pergunta se, por acaso, a Deputada solicitar. Depois ouviremos também os Senadores e Deputados que assim desejarem.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC. Para interpelar.) – Sr. Presidente, só gostaria de saber se a gente poderia delimitar o tempo de resposta, porque a gente tem outras Comissões também para participar na Câmara – delimitar o tempo de resposta dos convidados.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, boa tarde a todos, em especial aos convidados desta audiência pública. Primeiramente, quero dizer que esses temas são muito importantes, e acho que o nosso principal foco nesta CPMI deve ser principalmente salvar vidas de crianças e adolescentes, especialmente com relação ao suicídio ou a automutilação. Pelo menos de minha parte, essa é a principal intenção ao participar desta CPMI.

Primeiro, eu gostaria, então, de cumprimentar o primeiro a falar, que foi o Sr. Thiago Tavares de Oliveira. Nossa intenção ao chamá-lo aqui foi saber um pouco mais sobre o trabalho da SaferNet com relação às mais de 1,4 milhão de denúncias anônimas de pornografia infantil, envolvendo 296 mil páginas distintas, escritas em nove idiomas e hospedadas em mais de 39 mil domínios diferentes, atribuídos a 97 países, em cinco continentes. Então, gostaria de que o senhor falasse um pouco mais sobre isso, especialmente com relação à remoção de conteúdo. Além da remoção de conteúdo, quais foram os dados sobre as punições de todos os envolvidos. Gostaria de que respondesse isso.

Também gostaria de saber um pouco mais sobre a SaferNet, no sentido de que, para tanta demanda – mais de 1 milhão de denúncias ao longo de mais de uma década –, com quantos colaboradores vocês contam e como a entidade se mantém, se ela se mantém com ajuda governamental, etc.

Enfim, esses são meus questionamentos, agradecendo já pela sua vinda. Também gostaria de agradecer ao Delegado Alessandro Barreto e de pedir desculpa com relação à sua convocação; na verdade, era um convite. Então, por erro da nossa assessoria, acabou vindo como convocação. Quero parabenizá-lo pela Operação Luz na Infância, que trouxe resultados espetaculares no combate à exploração sexual de crianças e adolescentes pela internet. Foram mais de 500 pessoas presas, uma operação com mais de 300 mil documentos analisados.

Enfim, devido ao nosso tempo, eu vou encurtar aqui o nosso comentário, mas acredito que a operação foi um marco na luta da pornografia infantil e com relação às redes internacionais de pedofilia que afligem hoje em dia.

Com relação à operação: numa entrevista, o senhor faz uma espécie de queixa baseada numa constatação do Laboratório de Inteligência Cibernética, que o senhor coordena, contra as operações de telefonia e os provedores de internet. O senhor comentou brevemente sobre isso, que seria a migração do sistema IPv4 para IPv6, que tornaria a identificação dos criminosos mais fácil. O senhor poderia detalhar como é que a polícia enxerga essa questão ou quais os obstáculos que a gente tem para poder fazer essa migração, bem como que essa operação ocorreu com a participação internacional de órgãos de segurança e justiça e o senhor também identificou dificuldades que o Estado brasileiro enfrentou que outros países não enfrentariam. Então, eu gostaria de saber se isso se refere a marcos legais, regulamentação, operacionalidade; no que o Estado brasileiro está aquém de outros países nessa luta. E, com relação às redes de





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pedofilia, há os seus consumidores e produtores. A Operação Luz na Infância chegou a estimar quanto esse mercado criminoso movimentava no Brasil?

E quero deixar aqui o nosso gabinete à disposição no sentido de aprimoramento da legislação para poder colaborar para esse tipo de operação que o senhor realiza. De minha parte é isso.

Com relação... Boa tarde, Sr. Carlos Felipe. Quero parabenizar também pelo trabalho à frente aí da Associação Brasileira de Estudos e Prevenção do Suicídio. O senhor relatou que já haveria uma previsão legal com relação ao induzimento, só que até eu gostaria de noticiar que eu já fiz a relatoria na CCJ do Projeto de Lei 8.833/2017, que tinha mais de 15 apensados, que vem justamente tentar dar uma resposta a esse fenômeno que a gente está enfrentando nas redes, que é o induzimento à automutilação e ao suicídio por meio das redes, seja principalmente para proteger aqueles que, por sua idade, são mais suscetíveis, que são as crianças e adolescentes. Após fazer a relatoria desse projeto de lei, que inclui mais de 15 iniciativas, havia um outro projeto do Deputado Marcelo Ramos e nós pegamos a relatoria de Plenário. Então, acredito que já era para ter sido feita na semana passada, mas eu acho que vai ficar para hoje agora no Plenário, que é a relatoria de todos esses projetos que incluem... E a gente está criando um tipo penal para atender a esta demanda; seria o artigo... Eu até vou pedir licença para poder ler, até para ter conhecimento, porque nós tivemos acordo aí de todas os partidos no sentido de aprovação do projeto já. Então, nós vamos criar o art. 122 do Código Penal. É uma alteração... Havia várias alterações sugeridas, seja na Lei do Marco Civil da Internet, seja no Código Penal ou no Estatuto da Criança e do Adolescente. Nós vimos por bem alterar apenas o Código Penal para criar o seguinte tipo:

Art. 122. Induzir ou instigar alguém a suicidar-se, a praticar automutilação ou prestar-lhe auxílio material para que o faça:

Pena – reclusão, de seis meses a dois anos.

§ 1º Se da automutilação ou da tentativa de suicídio resulta lesão corporal de natureza grave ou gravíssima, nos termos dos §§ 1º e 2º do art. 129 deste Código:

Pena - reclusão, de um a três anos.

§ 2º Se o suicídio se consuma ou se da automutilação resulta morte:

Pena – reclusão, de dois a seis anos.

§ 3º A pena é duplicada:

I – se o crime é praticado por motivo egoístico, torpe ou fútil;

II – se a vítima é menor ou tem diminuída, por qualquer causa, a capacidade de resistência.

§ 4º A pena é aumentada até o dobro se a conduta é realizada por meio da rede de computadores, de rede social ou transmitida em tempo real [que aí atenderia a esse fenômeno das redes].





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

§ 5º Aumenta-se a pena em 1/2 (metade) se o agente é líder ou coordenador de grupo ou de rede virtual.

§ 6º Se o crime de que trata o § 1º deste artigo resulta em lesão corporal de natureza gravíssima e é cometido contra menor de 14 (quatorze) anos ou contra quem, por enfermidade ou deficiência mental, não tem o necessário discernimento para a prática do ato, ou que, por qualquer outra causa, não pode oferecer resistência, responde o agente pelo crime descrito no do art. 129 § 2º, deste Código.

§ 7º Se o crime de que trata o § 2º deste artigo é cometido contra menor de 14 (quatorze) anos ou contra quem, por enfermidade ou deficiência mental, não tem o necessário discernimento para a prática do ato, ou que, por qualquer outra causa, não pode oferecer resistência, responde o agente pelo crime de homicídio, nos termos do art. 121 desde Código.

Então, essa ficou a nossa sugestão, depois de amplo debate na Comissão de Constituição e Justiça. E vem aí a nossa resposta também legal para atender a essas demandas modernas, que seria a rede mundial de computadores.

De minha parte, quero agradecer a presença de todos e devolver a palavra aí para os comentários.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Passo a palavra aos nossos três palestrantes. Dr. Alessandro, em primeiro lugar.

O SR. ALESSANDRO BARRETO (Para expor.) – Vou tentar ser objetivo nas respostas.

Deputada Lídice, é muito difícil criminalizar a internet, até porque as aplicações, grande parte delas, foram criadas com fins lícitos; todavia, criminosos usam ilicitamente. Por exemplo: aplicativo de mensagens foram criados lícitamente, mas o criminoso usa para se comunicar. Agora, eu tenho algumas sugestões para a senhora, aproveitar até a deixa aqui que o Dr. Thiago falou, sobre o caso da publicidade com fake news.

Os garotos da Macedônia ganharam muito dinheiro. Eu vou tentar ser objetivo aqui sobre como a publicidade funciona on-line. Há de um lado o anunciante e há do outro o publisher; quer dizer, há a grande empresa que quer anunciar em algum site e no meio há um intermediário de propaganda ou a rede de propaganda. O que acontece? Isso não sei se através de lei, mas precisa haver um saneamento da publicidade on-line, porque os garotos da Macedônia ganharam muito dinheiro, mas quem está ali no meio, a rede de propaganda ou o intermediário de propaganda, ganhou muito mais – algumas centenas de milhões de dólares. Então, a gente precisa fazer esse saneamento. As regras de compliance têm que ser adequadas para publicidade on-line.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Uma outra pergunta da senhora, Deputada, é sobre que tipo de crime os criminosos cometem no ambiente cibernético: todo e qualquer que a senhora possa imaginar. Então, utilizam a rede como facilitador. A rede é um meio, e há crimes contra o patrimônio, contra a dignidade sexual – tudo nessa tocada.

O que as polícias estaduais têm feito? Elas têm avançado. Há uma lei de 2012 que manda criar delegacias de polícia especializada nos Estados. Todavia, na minha visão, hoje não é mais suficiente; só uma delegacia especializada não tem condição, porque todo o crime está virtualizado, seja patrimônio, seja qualquer tipo de crime. As polícias judiciárias têm atuado basicamente no treinamento. A capacitação é uma excelente arma na luta contra esse tipo de crime. E, do outro lado, a gente tem um crime como serviço. Eu não preciso ser um hacker para cometer crime cibernético: eu subloco o serviço, é o que se chama crime as a service (crime como serviço). Então, seja na surface, seja na deep web há algo como "Pague US\$50 e acabo com a vida de quem você quiser", "Invado redes sociais" – tudo que é tipo de crime eles fornecem.

Dificuldades encontradas com os provedores de conexão: vamos lá! É uma relação de amor e de ódio. Já foi mais de ódio, está mais com amor. Estou falando como quem está lá na ponta. Em 2014, quando estava exercendo minhas atividades no Piauí, eu e um grupo de delegados solicitamos informações ao WhatsApp. A primeira resposta que obtivemos foi: "Não devemos satisfação à Justiça brasileira". E, de lá para cá, avançou. Nós pedimos o primeiro bloqueio no País. Foi a Polícia Civil do Piauí que pediu. Na época foi bem difícil. Muita gente ficou chateada com a gente. Até minha filha mais nova reclamou: "Papai, vão bloquear o aplicativo!". Mas melhorou, avançou bastante. Algumas aplicações de internet hoje que passam muitas informações, há cinco, seis anos diziam: "Eu não tenho condições técnicas de lhe dar um IP, eu não tenho condição técnica de lhe fornecer isso", a gente, como polícia, escuta muito "condição técnica", "me falta condução técnica", e para a tecnologia da informação não há impossibilidade – não há impossibilidade; sempre há um caminho que possa ser resolvido. Então, algumas aplicações vão avançando. É certo que outras vão trazendo dificuldades.

Deputada Caroline, é uma dificuldade um rastreamento de um IP. Eu tive uma reunião com as operadoras de telefonia principais do País, as quatro grandes, semana passada, e elas me disseram que estão com a chave pronta para virar para o IPv6, só que as aplicações de internet dizem que não têm a obrigação de coletar porta lógica, algumas não estão adequadas ainda para virar para IPv6. E fica aquela confusão, com a polícia no meio – vai ao provedor de conexão e ele diz: "Me dá a porta lógica"; chega para a aplicação de internet, que diz "Eu não tenho porta lógica", fica aquela confusão, e, no final das contas, a gente não atribui a autoria delitiva. É uma gambiarra, com bem Dr. Thiago falou, mas ela está sendo toda vida adiada – adiada.

Então, a gente não pode ficar, principalmente o ano que vem, quando vai haver mais utilização de rede social, mais essa digitalização. E a gente precisa resolver esse problema ou pelo menos minimizá-lo, limitar a quantidade de usuários por protocolo de internet. Porque o





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Marco Civil da Internet é claro. Ele diz o seguinte: que as empresas têm que fornecer informações que individualizem a autoria em matéria delitiva – ponto.

Quanto à convenção de Budapeste, Deputada, ela é interessantíssima, apesar de já ter alguns anos, ela vai facilitar para o Brasil principalmente no que se refere à troca de informações, ao intercâmbio. E a luta contra o crime cibernético não pode ser dentro de uma bolha, ela precisa de parcerias, de que as polícias se conectem, não só polícia e polícia, mas polícia e iniciativa privada. Os players privados têm que ser trazidos para cá. As grandes empresas têm que cooperar e estão cooperando. Mas com uma adesão à convenção de Budapeste, certamente o Brasil vai ganhar na luta contra o crime cibernético.

Só mais um detalhe. Quanto ao emergencial, concordo com o que o Dr. Thiago falou. A legislação, as grandes empresas, principalmente Google, Facebook, Twitter, Instagram, estão cooperando em situações emergenciais. Mas, no Brasil, as empresas com sede aqui não têm essa obrigação. E eu asseguro a vocês... O Dr. Thiago falou sobre um caso de Santa Catarina. E eu asseguro a vocês, nós trabalhamos em um caso em Goiás, em que o Facebook informou que um adolescente estaria praticando suicídio. E nós acionamos a polícia com geocoordenadas. Chegamos a casa, e o pai disse: "Ele está dormindo". "Não. Abra o quarto que seu filho se automedicou". E o filho estava bem ruim no quarto. Então, em vários casos a gente chegou a tirar... Mas é preciso aperfeiçoar a legislação para obrigar as empresas com sede aqui dentro a fornecerem isso.

Quais as estimativas de ganho?

Deputada, eu não tenho como precisar para a senhora o quanto o crime organizado se locupleta com abuso e exploração sexual infantojuvenil. As organizações criminosas migraram para esse ambiente, porque é uma fonte de renda espetacular que, em tese, garante um anonimato – em tese, porque nada é anônimo na internet. E as dificuldades enfrentadas são grandes nesse tipo de ambiente. A gente precisa aperfeiçoar a legislação. Temos algumas alternativas que depois eu passarei para a senhora. Mas essa luta contra o crime no meio cibernético é bem difícil.

Por último, Deputada Lídice, quanta à incitação, é possível a identificação? Sim. Todo e qualquer ato praticado na internet é possível ser identificado. Só é preciso haver procedimentos na identificação, na atribuição de autoria e materialidade delitiva.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Dr. Carlos Felipe.

O SR. CARLOS FELIPE ALMEIDA D'OLIVEIRA (Para expor.) – Obrigado, Deputada.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

De início, queremos colocar a Associação à disposição de participar desse debate das contribuições ao art. 122 e parabenizar pela inclusão das populações fragilizadas com transtornos e deficiências.

Agora, há uma questão que é uma dúvida. Na realidade, lendo o Código e o artigo, quando falavam dos motivos egoísticos, logo isso me levou a Durkheim, que definiu suicídio como suicídio egoísta, altruísta – que é aquele dos camicazes –, anômico – daqueles que perdem suas ligações culturais. E eu sinceramente não... Qual é o significado? Eu pergunto isso no sentido de que a legislação possa ajudar aqueles que vão responder. O que significaria, nesse caso, a indução egoística em relação ao suicídio? Isso parece, quer dizer, eu não sei realmente... Fica uma dúvida e fico pensando que essa dúvida pode se reproduzir na aplicação da lei. Então, acho que isso deveria estar bem tipificado, uma especificação na própria lei. De qualquer forma, quero parabenizar pela ação.

Obrigado!

O SR. THIAGO TAVARES NUNES DE OLIVERIA (Para expor.) – Muito obrigado, Deputada, pelo convite e também pelas perguntas. Atendendo ao pedido de V. Exa., serei curto nas respostas, mas já me disponho a, com mais tempo, visitá-la no seu gabinete e lhe fornecer mais detalhes e informações.

O que tem sido feito em relação a combate, abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes pela internet? De fato, a SaferNet recebeu 1,6 milhões de denúncias em relação – esse dado referente aos últimos 14 anos... Nessa mesma ferramenta em que existem os dados globais, é possível analisar os dados anuais. Existe uma linha de tempo em que é possível ver, ano a ano, a evolução desses números e também conhecer onde o conteúdo estava armazenado, ou seja, uma vez que o conteúdo está disponível na web, ele pode estar armazenado em qualquer lugar, inclusive nos chamados paraísos cibernéticos – lugares do mundo como Tuvalu, como outros espaços –, onde são armazenados conteúdos ilícitos sem atuação das autoridades locais.

As denúncias são anônimas. Isso significa dizer que há um índice de falso positivo muito grande. A única informação que nós solicitamos é o link da página. Então, imagine V. Exa. que os dados oficiais, por exemplo da Polícia Militar, da Secretaria de Segurança Pública em geral, apontam que 60% das ligações para 190 são trote. Isso que, quando o sujeito liga para 190, o telefone dele fica identificado. Em se tratando de um formulário anônimo na web, em que você não tem que fornecer nenhum dado exatamente para que o denunciante tenha segurança em denunciar, esse índice pode subir, em muitos casos, para até 90%.

Então, o nosso trabalho é, sobretudo, de filtrar essa duplicidade. Uma mesma página também pode ser denunciada várias vezes. A gente teve casos, por exemplo, de uma





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

organização criminosa envolvendo Silvio Koerich. Foram mais de 70 mil denúncias duplicadas em relação a esse site.

Nós desenvolvemos sistemas automatizados, algoritmos automatizados que filtram automaticamente essa duplicidade. Havendo a unicidade da URL, existem crawlers que fazem a coleta dessas evidências que estejam publicamente disponíveis na web. Então, se o conteúdo não estiver na web, nós não temos capacidade nem de receber nem de processar denúncia. Por exemplo, conteúdo que circula pelo WhatsApp: nós não temos acesso; conteúdos que, mesmo estando na web, estão protegidos por ferramentas de privacidade ou estão bloqueados por processo ou necessidade de pagamento, ou seja, em que nós não temos acesso público, também não conseguimos verificar.

De modo que os sistemas coletam essas evidências e armazenam isso em um sistema em que os órgãos conveniados têm acesso. Quais são os órgãos? Hoje, atualmente, cerca de 20 ministérios públicos estaduais e procuradorias da República nos Estados, mas também a Procuradoria-Geral da República, através da 2ª Câmara de Coordenação e Revisão, que é câmara criminal, a que nós temos acesso. A Polícia Federal também acessa o sistema da SaferNet e extrai dali informações, e com essas informações já foi possível deflagrar pelo menos dez operações policiais. A maior delas foi a Operação Turko, que foi deflagrada em 2009 e que resultou no cumprimento de 130 mandados de busca e apreensão em 21 Estados e no Distrito Federal e na prisão de mais de 30 agressores sexuais; e 100% da operação, que mobilizou na época 450 policiais federais, tiveram origem em denúncias anônimas e informações extraídas pela Polícia Federal da base dados da SaferNet Brasil.

Quando o conteúdo está no exterior, nós atuamos em parceria com os hotlines internacionais membros do Inhope não só na remoção desse conteúdo, mas também na preservação dessas evidências.

E aí, concluindo, eu destaco o último balanço público que foi divulgado, um balanço conjunto divulgado pela SaferNet e pelo Ministério Público Federal, em que essa atuação conjunta resultou na identificação de mais de 6 mil sites de pornografia infantil, sendo que 832 desses sites estão sendo objeto de investigação pelo MPF. E há um núcleo especializado em crimes cibernéticos da Procuradoria da República em São Paulo que faz esse trabalho de análise e de verificação do conteúdo dessas denúncias diariamente. É um trabalho hercúleo, um trabalho difícil, porque ver essas imagens não é algo fácil: são imagens, como o Dr. Alessandro mencionou, de abuso sexual de crianças muito pequenas. Então, é fundamental investir em acompanhamento e suporte psicológico para os profissionais que atuam nessa área, sobretudo no setor público – policiais, promotores, analistas, técnicos do Poder Judiciário, técnicos do Ministério Público. Os policiais que conduzem essas investigações precisam de um maior apoio, sobretudo interno, e mais estrutura também.

E os demais casos foram reportados aos hotlines internacionais.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Há uma nota no site do Ministério Público Federal com essas informações, que eu posso repassar a V. Exa.

No tocante à última pergunta....

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP) – Presidente.

O SR. THIAGO TAVARES NUNES DE OLIVERIA – Pois não.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP) – Não, não. Conclua.

O SR. THIAGO TAVARES NUNES DE OLIVERIA – A sua última pergunta, em relação a como a entidade se mantém.

A SaferNet se mantém exclusivamente com receitas próprias provenientes de palestras, cursos, treinamentos, capacitação e projetos que são desenvolvidos com grandes empresas – por exemplo, o Google, o Facebook, a Netflix, a Telefônica Vivo, entre outras – e também projetos desenvolvidos com organismos internacionais, como, por exemplo, o Unicef. A SaferNet não recebe recursos públicos de nenhuma natureza, nem do Poder Executivo federal, estadual ou municipal, nem de empresas públicas, nem de empresas estatais, nem de economia mista; e também não recebe destinação de recursos provenientes de emendas parlamentares ou de partidos políticos ou de agremiações políticas de qualquer espectro ideológico.

E, por fim...

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP. Fora do microfone.) – São empresas privadas?

O SR. THIAGO TAVARES NUNES DE OLIVERIA – São empresas privadas e organismos internacionais.

E o número de colaboradores. A SaferNet nasceu em rede. Nós somos um grupo fixo, pequeno, somos oito pessoas no quadro fixo da instituição, sendo cinco delas com mestrado, doutorado ou pós-doutorado, e temos dezenas de colaboradores externos, que são contratados para atuar em projetos específicos por um período específico de tempo. A equipe fixa dos colaboradores está na instituição há mais de uma década.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Com a palavra o Deputado Rui Falcão.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP. Para interpelar.) – Primeiro, queria cumprimentar a Deputada Caroline de Toni pelos convites, pela convocação. As perguntas muito percutientes, como também as perguntas da nossa Relatora Lídice da Mata. Queria cumprimentar os nossos convidados, apesar da baixa frequência aqui.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu achei muito elucidativa essa audiência. Extraímos vários ensinamentos daqui. Ela mostra que há organismos de controle que podem dar cobro a esse tipo de desinformação, de propaganda com grau de malignidade; enfim, boas sugestões como esta de acelerar a constituição da Agência Nacional de Proteção de Dados, que nós podemos, se a Relatora assim entender, colocar no nosso relatório.

Eu queria manifestar uma preocupação. V. Sa., Prof. Thiago, disse que na Macedônia os jovens principalmente devido às taxas de desemprego num país que tem uma renda de trezentos e poucos dólares mensais – maior portanto do que a nossa renda média aqui no Brasil... Dado o alto índice de desemprego aqui existente no País, sobretudo na juventude, é preciso que haja um alerta às autoridades, àqueles que trabalham inclusive com medidas preventivas, para que os nossos jovens, sem fazer nenhum juízo de valor aqui, não sejam recrutados ou tentados a ter uma renda, não só uma renda de sobrevivência, mas uma renda como essa da Macedônia e se transformarem em aviõezinhos de fake news aqui. Chamou-me a atenção esse exemplo da Macedônia, para que a gente esteja atento e para que esse exemplo não se repita aqui no Brasil; ao contrário, que a gente crie condições para que essa sua juventude tenha outro no tipo de ocupação, acesso à universidade, oportunidade de trabalho, para não serem vítimas desse tipo de recrutamento.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC. Pela ordem.) – Presidente, só para responder aqui ao Dr. Carlos Felipe.

Ele questionou, dentro do tipo criado, o que seria motivo egoístico, não é?

Então, nós entendemos que, na hora de aplicação da pena, quando você vai instigar ou induzir alguém a cometer suicídio ou automutilação, o motivo egoístico é um elemento subjetivo, que o juiz vai ver na hora da aplicação da pena. Ele pode ter como motivação, numa relação familiar, por exemplo, o desejo de obter uma herança ou uma competição de negócios. Mas, no âmbito das relações da internet, eu entendo, pelo menos, o motivo egoístico – até o delegado pode colaborar nisso –, quando, por exemplo, a pessoa pode ter ali uma misantropia, um ódio à humanidade e querer refletir isso dentro das relações das redes, ou uma inconformidade, um distúrbio psicológico e querer, por motivos egoísticos mesmo, personalísticos, induzir outro com base nisso. Isso já está no tipo do homicídio também. Eu acho que esse tipo também, essa modalidade de motivo egoístico pode ser aplicada não só no caso do homicídio, mas também na instigação da automutilação ou do suicídio. Eu acho que a mesma modalidade que se aplica ao homicídio pode ser aplicada aqui também neste caso, até porque pode resultar no fenômeno morte.

Eu vou pedir licença, Presidente, porque tenho que ir para a CCJ.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Eu quero agradecer a presença do Sr. Thiago Tavares Nunes de Oliveira, da SaferNet; do Sr. Alessandro Barreto, Delegado de Polícia





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Civil; do Sr. Carlos Felipe Almeida D'Oliveira, Diretor da Associação Brasileira de Estudos e Prevenção do Suicídio.

Antes, porém, quero propor que as atas sejam apreciadas somente ao final das reuniões, como tem sido feito, sem as respectivas leituras, inclusive a 5ª e a 6ª da semana passada, 22/10 e 23/10.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos, convidando-os para a próxima reunião, que se realizará amanhã às 13h.

Declaro encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 13 horas e 52 minutos, a reunião é encerrada às 16 horas e 08 minutos.)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 8ª REUNIÃO DA COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO - FAKE NEWS DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 30 DE OUTUBRO DE 2019, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às treze horas e vinte minutos do dia trinta de outubro de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob a Presidência do Senador Angelo Coronel, reúne-se a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito - Fake News com a presença dos Parlamentares Eduardo Gomes, Marcio Bittar, Ciro Nogueira, Mecias de Jesus, Esperidião Amin, Veneziano Vital do Rêgo, Randolfe Rodrigues, Fabiano Contarato, Major Olimpio, Nelsinho Trad, Humberto Costa, Rogério Carvalho, Wellington Fagundes, Jorginho Mello, Styvenson Valentim, Ricardo Barros, Walter Alves, Jandira Feghali, Juarez Costa, Luizianne Lins, Rui Falcão, Natália Bonavides, Filipe Barros, Caroline de Toni, Eduardo Bolsonaro, Delegado Éder Mauro, Coronel Tadeu, Marcelo Ramos, Lídice da Mata, Celso Russomanno, Shéridan, Alexandre Frota, Pedro Lupion, Paulo Ramos, José Medeiros, Dr. Leonardo, Joice Hasselmann, Dário Berger, Diego Garcia, Alencar Santana Braga, Marcos do Val, Rodrigo Cunha, Rogério Correia, Izalci Lucas, Delegado Pablo, Acir Gurgacz, Maria Rosas, Bia Kicis, Paulo Rocha, Márcio Labre, Igor Timo, Fernando Bezerra Coelho, Léo Moraes, Arolde de Oliveira, Juíza Selma e Reginaldo Lopes. Deixam de comparecer os Parlamentares Eduardo Braga, Kátia Abreu, Roberto Rocha, Soraya Thronicke, Chico Rodrigues, Eduardo Girão, Hiran Gonçalves, Arthur Oliveira Maia, Túlio Gadêlha e Pr. Marco Feliciano. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Oitiva.** **Finalidade:** Oitiva decorrente do Requerimento nº 96/2019. Oitiva do Alexandre Frota, Deputado Federal, em atendimento ao requerimento 96/2019. **Resultado:** Oitiva realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezoito horas e quarenta e seis minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Angelo Coronel

Presidente da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito - Fake News



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2019/10/30>

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Boa tarde a todos!

Havendo número regimental, declaro aberta a 8ª Reunião da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito criada pelo Requerimento do Congresso nº 11, de 2019, para investigar os ataques cibernéticos que atentam contra a democracia, o debate público; a utilização de perfis falsos para influenciar o resultado das eleições de 2018; a prática de *cyberbullying* sobre os usuários mais vulneráveis da rede de computadores, bem como sobre agentes públicos; e o aliciamento e orientação de crianças para o cometimento de crimes de ódio e suicídio.

A presente reunião destina-se à oitiva decorrente do Requerimento nº 96, de 2019, da CPMI *Fake news*.

Esclareço que, para fins de organização dos trabalhos, o uso da palavra seguirá os dispositivos regimentais, bem como as normas enviadas a todos os membros, e que passo a ler.

Os Parlamentares poderão fazer uso da palavra de acordo com a ordem contida na lista de inscrição, que estará disponível para assinatura exclusivamente no Plenário em que será realizada a reunião da Comissão, com antecedência de 30 minutos do horário marcado para o seu início.

Nos depoimentos e inquirições, o Presidente poderá franquear inicialmente a palavra ao depoente. A Relatora, então, interpelará o depoente pelo prazo que for necessário. Em seguida, os Relatores parciais, se assim o desejarem, poderão fazer perguntas ao depoente por até dez minutos cada um, assegurado o mesmo prazo para resposta. Após a resposta, é franqueado o prazo de dois minutos para réplica e de até dois minutos para tréplica. Após a Relatora e os Relatores parciais, os autores dos requerimentos aprovados na ordem de apresentação e os demais membros da Comissão, pela ordem de inscrição, poderão dirigir perguntas ao depoente pelo prazo de até cinco minutos cada um, assegurado o mesmo prazo para resposta. Após a resposta, é franqueado o prazo de até dois minutos para a réplica e de até dois minutos para a tréplica.

Os demais Congressistas que não sejam membros da Comissão poderão participar dos trabalhos podendo usar da palavra após os membros da referida Comissão.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

A Relatora e o Presidente poderão interpelar o depoente a qualquer instante do depoimento.

O Presidente deverá alertar o interpelante sobre a pergunta que já houver sido respondida pelo depoente, a fim de se evitar repetições desnecessárias.

Concedo a palavra, por 15 minutos, ao Deputado Alexandre Frota, para sua exposição.

O SR. HUMBERTO COSTA (PT - PE) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Pela ordem, o Senador Humberto.

O SR. HUMBERTO COSTA (PT - PE. Pela ordem.) – A minha proposição iria no sentido de que nós pudéssemos utilizar, por exemplo, aqueles 14 minutos – 5 mais 5, 2 mais 2 –, sem necessariamente ser aquele bloco, porque existem perguntas que nós pretendemos fazer ao depoente que ele pode responder "sim" ou "não", e já interferem na outra pergunta, se você vai fazer ou não. Será que poderia ser usada essa forma? Talvez ela pudesse ser mais eficiente para o que gente quer.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Responderei logo mais.

Pela ordem, o Deputado Rui.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP. Pela ordem.) – Presidente, talvez seja desnecessário, dado que o depoente foi convidado e já havia assentido antes inclusive, mas talvez fosse importante relembrar sempre que os que participam da CPI na condição de depoentes estão obrigados a falar a verdade.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Eu acredito que todos que chegarão aqui falarão a verdade. Não tenho a menor dúvida disso, nobre Deputado.

Eu vou deferir favorável à questão de ordem do Senador Humberto Costa.

Com a palavra, por 15 minutos, o Deputado Alexandre Frota.

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP. Para expor.) – Boa tarde, Senadores e Senadoras, Deputados e Deputadas, Presidente, nossa Relatora, todos aqui, os convidados, imprensa.

Vamos ao que interessa.

A CPI tem o poder de polícia. Eu sei tudo o que eu vi, ouvi e vivi. Temos a tarefa de investigar o *modus operandi* de milícias digitais, tão comuns nas redes sociais: ataques combinados, fogo amigo, assassinato de reputações, *fake news*, ameaças contra aliados, contra





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mulheres, contra nossos filhos ou qualquer um que não aceite compactuar com que eu chamo hoje de seita. Um terrorismo virtual, assédio digital que vai aos extremos, pessoas que atuam de maneira perversa em cima da intimidação. De amadores iludidos passaram a assessores parlamentares credenciados e remunerados. Saíram do esgoto, ratos de *web*. Essa milícia virtual existe, está clara e é de conhecimento nacional e da maioria que quer enxergar o que vem acontecendo. São responsáveis por muitos problemas que acontecem, com suas ideologias: indicações de cargos, fomento da raiva e do ódio. Ministros, secretários e assessores indicados no que eu posso chamar hoje "a farra do cargo". A farra dos cargos é extensa: para vocês verem, até o Queiroz reapareceu com 500 carguinhos de 20 mil contos – 20 mil contos cada – e ainda falou: "Pode indicar para qualquer comissão". Ora, se isso não é uma confissão, isso é o quê?

Bolsonaro mente quando diz que governa para todos e sem viés ideológico. É óbvio que ele tem um viés ideológico, e todos nós sabemos disso. Os meninos do Bolsonaro, como ele próprio gosta de chamar, já conhecidos nas mais diversas reportagens de revistas de cunho nacional, trabalham com perfis falsos em excesso.

Sabemos o quanto é grave a existência da rede de intrigas de Bolsonaro, que produz o material em escala, atacando quem estiver na frente ou venha a discordar, venha a fazer o contraditório. Os ataques coordenados contra a Joice nas últimas semanas foram covardes. Durante a campanha, existiu *fake news* de ambas as partes, o.k.? Eu mesmo fui muito atacado e fui vítima do PT e hoje sou vítima do bolsonarismo.

São muitos perfis, Bolsonéas, Bolsonaro 2.0, SnaPiru. Eles estão também – também – em gabinetes de Deputados, aqui na Câmara, que usam as horas vagas para atacar. Criam grupos de WhatsApp e operam dessa maneira. E eu estou muito perto de descobrir. Por isso, solicitei ao meu partido, o PSDB, que me colocasse posteriormente como membro desta Comissão, porque tenho certeza de que poderei colaborar e, muito em breve, poderei apresentar aqui esses gabinetes que mantêm alguns milicianos digitais travestidos de assessores parlamentares.

Não falei antes – talvez alguém pergunte isso – porque, além de não ter sido perguntado, eu não sabia que se tratava de uma rede de pessoas. Recentemente, ficou claro que o Palácio do Planalto virou um porto seguro desses terroristas digitais. Assim que soube, fui o primeiro a falar, fui o primeiro a denunciar e, por isso, também fui expulso do PSL.

Terroristas virtuais, pessoas que compõem esse grupo... Está claro que há interferência do Poder Executivo no Legislativo, inclusive com ameaças virtuais. Posso citar o exemplo do Presidente Jair Bolsonaro interferindo no processo de escolha do Líder do PSL.

Por isso, hoje é um dia importante para analisarmos o que vem acontecendo, pois vêm de dentro do Palácio os três personagens que vieram das redes bolsonaristas e tiveram oficializadas as suas redes de ataque com dinheiro público. Eu tenho aqui em minhas mãos a foto dessas





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

peessoas e pretendo mostrá-la aqui se vocês me derem alguns minutos. Não, não. É do Tércio, do Matheus e do outro Mateus.

Enquanto isso, eu vou continuar lendo aqui.

Vieram das redes bolsonaristas, tiveram oficializadas suas redes de ataque com dinheiro público. E quem coordena? Carlos Bolsonaro. Carlos Bolsonaro, direto do Rio de Janeiro, coordena, realizando reuniões, disparando, via WhatsApp, os seus comandos. Inclusive, eu sou a maior testemunha. Eu fui almoçar com o Presidente Jair Bolsonaro, no Palácio, e os três, Matheus, Tércio e o outro Mateus, e mais o filho Carlos Bolsonaro estavam na sala do Presidente. Eu esperei alguns minutos e depois entrei. Eles saíram assim que eu cheguei. Estavam os três. Vocês podem confirmar, a qualquer momento, a minha entrada, o meu almoço com o Presidente e, inclusive, a entrada dessas pessoas e também do próprio Carlos Bolsonaro.

E ainda falo mais: lembro-me de que ele havia me dito que o filho dele não comparecia, não frequentava o Palácio. E, por diversas vezes que fui, lá ele estava.

Sabemos que esse grupo trabalha com injúria, ódio, calúnia e ideologia. Acho que tudo isso atrapalha em muito a nossa democracia.

Recentemente, Joice Hasselmann declarou que existem 1,5 mil perfis falsos. Acredito que haja até mais. Acredito que tudo isso que vem acontecendo fere a Lei nº 1.079, que trata do crime de responsabilidade do Presidente da República, de improbidade administrativa e de segurança nacional, pois ele aumenta, ele estimula, ele apoia, ele bate palmas, ele ri e ele paga – essas pessoas são pagas; e cada uma dessas pessoas recebe um bom dinheiro –, coagindo, humilhando e ameaçando.

Ao contrário do que eles dizem, a liberdade de expressão não representa um salvo conduto para divulgar *fake news* e achincalhar críticos, Deputados, Senadores, Secretários, Ministros, adversários na internet, inclusive por meio de perfis falsos e de robôs, os famosos *bots*, nem usar servidores pagos com o dinheiro público para promover linchamentos virtuais, tampouco representa uma tentativa de instaurar o "ministério da verdade" para arbitrar o que seriam e o que não seriam *fake news*.

Imaginar que a divulgação de notícias falsas e difamação em rede possa continuar a ocorrer impunemente é querer institucionalizar o vale tudo que existe hoje em dia na *web*, para o qual não faltam exemplos e testemunhas. Não é preciso ser iluminado pela luz divina para apurar o quanto isso acontece e identificar os responsáveis pelos atos de vandalismo.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É uma honra abrir as apresentações. Fui convidado e, com muito orgulho, gostaria de dizer algumas palavras para que nós possamos entender a gravidade do tema de que estamos tratando.

A CPMI trata de *fake news* e *cyberbullying* nas redes sociais. Este é um dos problemas mais graves da atualidade, e, se não tratarmos disso, a nossa democracia vai pagar um preço.

Assim que as eleições terminaram, já víamos diversas notícias falsas: de um lado, a famosa mamadeira de piroca; de outro, as afirmações de que as urnas eram fraudadas. Aliás, sobre a mamadeira de piroca, já notaram que os bolsonaristas não falam mais sobre isso?

Vimos um autointitulado filósofo, um charlatão que mora na Virginia, que se apresentou como *influencer* do Governo. O Brasil havia eleito um governo de direita, mas foram usados linchamentos públicos dentro da própria direita.

Se há Deputados do Novo aqui dentro...

Eu gostaria de pedir silêncio, por favor.

Desculpe-me, Presidente.

Se há Deputados do Novo aqui dentro, eles devem estar cientes de que, talvez, o número de liberais de direita fosse ainda maior no Parlamento, mas candidatos do Novo foram linchados nas redes sociais pela ala olavista, os mais extremos da direita, com mentiras do tipo "o partido é globalista", por apoiar a Agenda 2030, agenda com objetivos claros de desenvolvimento sustentável que deverá ser implantada até 2030.

Queríamos saber até onde esse Governo seria civilizado, como esse Governo restabeleceria pontes, quais os danos. Quando esse Governo começou, muitos pensavam que o Presidente era vítima dos filhos, que era alguém que se deixava enganar por filhos precipitados e mimados, que tocavam o terror nas redes sociais. Não demorou muito para acontecer comigo e com outros Deputados aquilo que aconteceu com vários adversários na campanha. Eu, por exemplo, sofri linchamento público quando, em 17 de janeiro, Olavo de Carvalho, principal influenciador, guru, chefe do Bolsonaro, da ala mais selvagem e sectária do Governo... Deputados que viajaram para a China sofreram ataques enormes. Olavo entrou, deu um chique, ameaçou os Deputados, que ficaram conhecidos como a bancada da China. E foi aí que me solidarizei com esses Deputados que tinham viajado e começou a minha guerra com esse charlatão, esse Herculano Quintanilha, que mora na Virgínia. Ele falava que os Deputados tinham ido em busca de negócios para o Brasil. Entre os Deputados agredidos, estava Carla Zambelli, vejam, que apanhou tanto que deve ter perdido toda a sua dignidade e hoje age feito uma das principais puxa-sacos do Jair Bolsonaro.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Uma curiosidade aqui: Jair Bolsonaro fez, dias atrás, uma viagem à China para fechar negócios. Todos nós sabemos disso. Vocês, por acaso, viram, ouviram ou leram os linchadores que atacaram os Deputados, em fevereiro, abrirem o bico? Não. Não falaram nada. Isso mostra o quanto eles são seletivos. Eles vão atrás daqueles que têm um pouquinho de autonomia e pensamento e que querem o contraditório quando não concordam com essa lambança que vem sendo feita pelo Governo Bolsonaro, que, infelizmente, eu ajudei a eleger.

Mas vamos voltar para janeiro, novamente, a partir de Olavo de Carvalho. A partir do dia 25 de janeiro, ele começou a atacar o Presidente Mourão desenfreadamente, e não houve por parte do Presidente da República nenhuma ação para proteger o seu Vice-Presidente. E eu fiz uma pesquisa enorme, que está aqui e vou deixar para o uso dessa relatoria e de todos vocês, sobre as convocações e o linchamento de Mourão. É óbvio que não vou ler tudo aqui para vocês, mas aqui eu tenho a data em que ela inicia, a data em que ela termina e o número de postagens humilhando, desprezando, acabando com o Vice-Presidente. É algo inadmissível, e o Presidente nada fez. Muito pelo contrário, seus filhos, seus comandados no Palácio e todos aqueles que trabalham nessa rede podre da internet, todos eles atacaram o Presidente Mourão. Ataques intensos, ataques intensos, ataques intensos!

E aqui eu tenho todo o conceito de milícias virtuais utilizado atualmente. E tenho vários aqui.

(Soa a campanha.)

O SR. ALEXANDRE FROTA – Tem os formadores de opinião – só mais um tempo, por gentileza –, tem os formadores de opinião, tem os "youtubers", tem aqui os "blogosferas", tem aqui a mídia e tem aqui os políticos que concordam com o que é feito.

Golpe do Vice, o bizarro caso do golpe do Vice no primeiro mês de Governo. Um dia depois, Olavo começa a campanha difamatória contra Mourão. Primeiro, diz que o decreto assinado por Mourão, que fora feito na época de Temer e validado por Bolsonaro, ampliava direito ao sigilo, citando o caso do crime de Adélio, e por aí. Olhem bem...

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP. Para questão de ordem.) – Presidente, uma questão de ordem.

São revelações chocantes. Eu nunca tive conhecimento de muitas delas. Talvez dar um tempo adicional para o depoente seria importante para o esclarecimento da CPMI.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Deputado, não terá problema, porque eu já olhei o painel. O Deputado Alexandre já faz parte da Comissão, então, mesmo que a gente não desse a extensão no tempo, ele, como membro da Comissão, terá mais uma dilação.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP) – Obrigado, Presidente.

O SR. MARCIO BITTAR (MDB - AC. Para questão de ordem.) – Sr. Presidente, só uma observação: na verdade eu não estou vendo nada de novidade, não estou vendo nada que não tenha saído na imprensa, mas, de qualquer forma, também não tenho nada contra ele continuar a falar.

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP. Para expor.) – Muito obrigado. Mas vai ver daqui a pouco.

Eu fiquei de apresentar para vocês os contratados de Bolsonaro, conforme saiu na imprensa. Todos sabem que esse se chama Tercio e que veio exatamente das redes sociais do Bolsonaro; hoje está praticamente do lado da sala do Bolsonaro essa figura, que é uma das figuras comandadas por toda essa rede e essa pessoa que está aqui do lado do Bolsonaro.

Aqui tem o tal do Matheus. Quero mostrar. Um é o Matheus e esse aqui é o Tércio. O Matheus é o maior.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (REDE - AP) – Presidente, só para ficar claro: eles estão no gabinete do Presidente da República?

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Estão no gabinete. Os três estão no gabinete, contratados como assessores parlamentares ou assessores técnicos do Presidente Bolsonaro. Eles foram trazidos de fora, vieram da campanha, tinham suas páginas, páginas *fakes*, brigavam, arrebentavam... O Jair Bolsonaro se encantou por eles e trouxe essas três figuras para trabalhar dentro do gabinete. Estão lá hoje. Se vocês quiserem sair daqui, a gente vai até lá. Eles estão sentados lá, trabalhando e, naturalmente, falando muito mal de todos nós aqui.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Deputado, para manter aqui a ordem dos trabalhos, eu gostaria que os nobres Parlamentares que estão nesta Comissão não interrompessem essa exposição do nosso depoente, porque depois vai haver o debate de perguntas e respostas e gostaria também que o nobre Deputado desse celeridade para mostrar suas provas no momento adequado, quando for questionado.

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Perfeito. Para vocês verem: ele tem até o crachá – aqui. É importante mostrar isso para vocês.

Então, eu vou entregar todo esse material. Infelizmente esse material a imprensa não tem. Esse material aqui é um material de pesquisa, que eu vou entregar para a CPI, que prova aqui a convocação do Olavo de Carvalho, pedindo o linchamento do nosso Vice-Presidente.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas eu vou aqui... Eu quero falar para vocês que o guru do Jair Bolsonaro, o cara que indica ministro, que trabalha em cima de ministro, ele e a milícia dele fazem isto aqui, por exemplo... Eu espero que o Caetano tome cuidado. Vocês acham que pode, seja ele, seja da milícia dele? Isso é certo?

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Não é o perfil dele.

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Tudo bem que não é, mas é da turma, é da turma, né? Vamos lá.

Esse sujeito aqui postou o vídeo, disse que foi pai, o pai disse foi ele. Agora ele acabou de dizer que foi o pai que postou o vídeo que fala tanto combatendo, trabalhando em cima da injúria, da difamação, da calúnia, do ódio... Está aqui.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Hã?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Quer falar?

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Pessoal, por favor, eu gostaria que as pessoas que estão aqui, nesta Comissão, permanecessem caladas...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (REDE - AP) – Está intimidando o depoente, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – ... até o depoente concluir seu relacionamento.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (REDE - AP) – Isso é intimidação ao depoente.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Outra coisa...

(Tumulto no recinto.)

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Se houver alguma pessoa que não seja Parlamentar e que provoque qualquer problema para constranger o depoente, eu vou solicitar à segurança que a retire da sala.

O SR. MARCIO BITTAR (MDB - AC) – Sr. Presidente, só mais uma breve observação. Eu concordo com nossos colegas, mas pediria aos nobres amigos e colegas que, quando for o contrário, ajam assim também, porque eu estou cansado de ver Comissões... Historicamente, quando você está defendendo algum tipo de reforma a que algum sindicato é contra, acontece a mesma coisa do outro lado. Portanto, deveriam ter o mesmo comportamento.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Estão intimidando um Parlamentar numa CPI.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Com certeza.

Vamos dar sequência, Deputado Alexandre.

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Vamos.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (REDE - AP) – Presidente, tem que tomar uma providência. Está conturbando o trabalho da CPI. Está intimidando o depoente, Presidente. É necessária uma providência.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Eu vou voltar a avisar...

(Tumulto no recinto.)

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – ... que as pessoas...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (REDE - AP) – Solicito a V. Exa. que peça à Polícia para retirá-lo.

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Quero que reforce o meu tempo, por favor.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Vai identificar quem é.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (REDE - AP. *Fora do microfone.*) – Manda identificar.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Eu solicito à segurança da Casa... Se alguém que está aqui, que vamos chamar até de plateia, se exacerbar nas suas críticas ao depoente, a favor ou contra, que a segurança aja de acordo com o Regimento Interno da Casa.

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP. Para expor.) – Muito obrigado, Presidente. Mas só para avisar a ele que eu não fico intimidado com nada.

Como é de conhecimento, tivemos linchamentos... Como é de conhecimento, tivemos linchamentos contra o Bebianno contra o Santos Cruz, contra a Joice, eu, Bivar e diversos outros, e isso não para, mas ficou ainda pior depois de fevereiro ou março, quando até pessoas ligadas ao Governo começaram a usar uma estética chamada *vaporwave*. Eu tenho ela aqui, inclusive. Isso foi apreendido como uma *alt-right* nos Estados Unidos, que fazia a mesma coisa, mas com uma diferença: nos Estados Unidos, eles defendem racismo e eugenia. Certo? Aqui, pelo menos não chegaram a isso, mas são misóginos, são antissociais, é uma espécie... São pessoas que se apresentam hoje nas redes sociais com... São identificadas com um processo neon, psicodélico,





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

golfinho voando, tudo muito lilás... Eu tenho... Inclusive, aqui eu mostro para vocês, eu trouxe aqui... (*Pausa.*)

A gente vai achando aqui e vai mostrando aos poucos para vocês.

Mas, enfim... (*Pausa.*)

Com esse excesso de perfis falsos, agressividade descomunal, emporcalhamento do debate e intimidação, qualquer pessoa civilizada que entre em seu caminho sofre ataques. Eu mesmo sofri muitos ataques, tive minha família ameaçada, tive meus filhos ameaçados, tive minha esposa... Enfim, muita gente... Tive, sim. Você não acredita, mas tive. Eu mostro para você.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC. *Fora do microfone.*) – Manda para a polícia.

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Vou mandar para a polícia. Eu não sou...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Eu gostaria de fazer um apelo aqui à nobre Deputada Caroline. A senhora vai ter tempo suficiente para questionar, para inquirir o depoente. Por favor, eu gostaria que V. Exa. não atrapalhasse os trabalhos da Casa.

Volto a palavra ao Deputado depoente.

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP. Para expor.) – Aqui eu tenho uma das ameaças, por exemplo.

Vamos lá.

Um cara que se diz Diego Smizero, militante de direita e conservador. Está aqui. E aí ele fala para mim: "Pensa que é super-homem, mas não é, viu? É de carne e osso". Está aqui. Ele se apresenta como militante da direita.

Esse aqui, olha, é o famoso *vaporwave*. É assim que eles se apresentam. Todas as vezes que vocês tiverem conhecimento dessas pessoas com isso aqui, fazem parte dessa gangue digital, muitas vezes orgânica, muitas vezes contratados ou grupos, mas eles se unem e se autointitulam os *vaporwaves*. Está aqui. Eu queria mostrar para vocês.

Esse aqui também é curioso. Juliano Neres da Silva, zero seguidor – zero seguidor –, em busca da verdade objetiva. Ele tem zero seguidor, mas ele entrou, atrás de mim, e falou o seguinte: "Deixe de ser ridículo, sujeito! O público inteligente não deixará de confiar no Terça Livre. Não deixará também de acreditar no Bolsonaro. Você, Joice e *tutti quanti* foram impelidos a despirem-se de seus avatares". Zero seguidores.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Paulo César, cristão, educador... Vejam bem, cristão, educador: "Deus é meu guia, família meu porto seguro, quero apenas um país justo onde todos sejam iguais perante a lei". Ele é cristão, educador, mas ele entra no "traíra pornô".

Maria Laura – vive falando com Abraham Weintraub: "Esse fruta não passa de um parasita, sustentando [na verdade, sustentado] com o dinheiro público. Nojo define".

Estou mostrando os ataques...

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – O que isso tem a ver com *fake news*, Deputado? Não estou entendendo.

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – A senhora fala na sua vez, por favor.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Não estou entendendo só.

O SR. MARCIO BITTAR (MDB - AC. *Fora do microfone.*) – Presidente, só lembrar que o Deputado Frota está aqui na condição de depoente.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Ele foi convidado, nobre Senador, e ele está expondo.

Depois da exposição dele, V. Exa. vai poder inquiri-lo.

O SR. MARCIO BITTAR (MDB - AC) – Só para lembrar que ele está na condição de depoente aqui, hoje.

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Eu fui convidado.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Convidado, Senador.

O SR. MARCIO BITTAR (MDB - AC) – De qualquer maneira, está aqui na condição de depoente, não está aqui com a prerrogativa de Deputado. Está aqui como depoente.

A SRA. LUIZIANNE LINS (PT - CE) – Convidado, foi meu convite, que foi aprovado.

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Deputado eu sempre sou. Desculpa.

Deixa eu mostrar para vocês agora o que os robôs fazem. Vejam aqui esse texto. Leiam bem esse texto: "Urgente flagrante nas eleições argentinas". Quem fala é Margareth Jogaib, certo? Um seguidor. Está certo?

Olha o texto: Milton Higger, o mesmo texto; quatro seguidores.

Todos, praticamente, na mesma hora.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Reginaldo Miguel, oito seguidores. Marcos Pontes – não é o Ministro –, sete seguidores, o mesmo texto.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Deputado, o problema é *fake news* ou é a pessoa ter poucos seguidores ou nenhum seguidor na rede? Eu não estou entendendo qual é o problema.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (REDE - AP) – Presidente, é relevante a informação. Ele está informando como funciona o sistema de robôs na internet.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Eu vou garantir a palavra aqui ao nobre depoente. E depois todos os Parlamentares terão a oportunidade de inquiri-lo e de questionar o seu depoimento.

Eu solicito, inclusive, ao nobre Deputado Alexandre, se puder dar celeridade...

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Vamos lá. Tudo bem.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (REDE - AP. Pela ordem.) – Presidente, me permita.

Continua tendo... Talvez o depoente nem esteja percebendo, mas continua havendo manifestações na plateia e ameaças – e ameaças! Presidente, isso torna impossível a continuidade dessa CPI. Torna impossível. Se eles querem conturbar e impedir o funcionamento, se nós permitirmos, assim vamos deixar.

Então, arguo o Regimento Interno para V. Exa., porque está havendo uma conturbação do ambiente, para que V. Exa. determine a retirada desses indivíduos que querem, primeiramente, impedir que esta CPI conduza suas investigações; segundo, obstruir um depoimento que é importante para os trabalhos desta CPI.

A SRA. BIA KICIS (PSL - DF. Pela ordem.) – Presidente, em primeiro lugar, eu gostaria que fosse esclarecido se neste momento o Alexandre Frota está como depoente ou como Parlamentar, porque, como depoente, o tempo dele já acabou. Mas V. Exa. disse que ele continua por ser membro da Comissão. Então, eu gostaria, em primeiro lugar, que fosse esclarecida qual a natureza da presença dele neste momento à Mesa?

A SRA. LUIZIANNE LINS (PT - CE) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Pela ordem, Deputada Luizianne.

A SRA. LUIZIANNE LINS (PT - CE. Pela ordem.) – Eu só gostaria de esclarecer para a Deputada Bia e para os demais que o Deputado Alexandre Frota veio por requerimento de minha autoria, de convite ao Deputado Federal Alexandre Frota. Ele está convidado nesta Comissão.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu acho que, como a gente convidou, e ele atendeu ao convite, ele tem o direito de falar e ter o tempo para falar o que ele quer falar. Ou a gente não quer ouvir porque está com medo do que ele vai dizer?

Então, eu só peço para respeitarem...

A SRA. BIA KICIS (PSL - DF) – Ninguém tem medo aqui. Nós queremos só o esclarecimento.

A SRA. LUIZIANNE LINS (PT - CE) – Eu gostaria apenas...

(Tumulto no recinto.)

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Nobres Parlamentares...

A SRA. BIA KICIS (PSL - DF) – Com relação a obstrução, muito me espanta...

A SRA. LUIZIANNE LINS (PT - CE) – Eu gostaria apenas...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Nobres Parlamentares, vamos manter a calma, vamos manter a tranquilidade no Plenário.

A SRA. LUIZIANNE LINS (PT - CE) – ... as pessoas que estão atrapalhando.

A SRA. BIA KICIS (PSL - DF) – ... vir falar de obstrução, eles que são os mestres da obstrução.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Vamos manter a tranquilidade.

A SRA. LUIZIANNE LINS (PT - CE) – Há uma claqué que vem organizada aqui. O pessoal está atrapalhando. Deixe-o falar. Presidente, dá o tempo...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Vamos manter a tranquilidade.

A SRA. LUIZIANNE LINS (PT - CE) – E a gente depois faz o debate.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – O nobre Deputado Alexandre Frota está aqui a convite. Como para qualquer um que for convidado, sempre nós vamos dar uma extensão do seu tempo. Porque o importante é que hoje não temos nenhum outro membro a depor, nenhum outro membro convidado, nem convocado, então esta Presidência vai elastecer mais o tempo do Deputado Alexandre Frota. E garanto aos senhores que qualquer outro que venha aqui terá o mesmo tratamento, seja de um lado, seja de outro lado.

Com a palavra o Deputado Alexandre Frota.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (REDE - AP) – Presidente, e as manifestações em Plenário de intimidação ao depoente?

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Eu vou solicitar, nobre Deputado, à segurança da Casa... Ou, então, eu vou pedir, pelo menos, antes de utilizar do Regimento Interno: gostaria que os nobres membros que estão ali atrás das galerias, se pudessem, recolhessem esses cartazes, a Presidência ficaria muito grata, já que o Regimento da Casa proíbe esses *banners*.

Obrigado.

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Posso continuar, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – À vontade, Deputado.

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP. Para expor.) – Já que a Deputada Bia Kicis queria que eu falasse de *fake news*, ela como uma das maiores defensoras do Jair Bolsonaro, essa semana postou esta *fake news*... Não é, Bia? Vamos falar agora sobre *fake news*. Então, ela postou esta *fake news* e depois, quando ela viu que era *fake news*, "Deputada do PSL diz que apagou suposto vídeo das Farc". E aquilo foi uma palhaçada; nem o Gugu Liberato fez aquilo. Foi um suposto vídeo das Farc, após saber que seria *fake*. Já que ela gosta de falar aqui sobre *fake news*, estamos aqui.

A SRA. BIA KICIS (PSL - DF) – Perfeitamente, Deputado. Quando eu...

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – A maior difusora...

A SRA. BIA KICIS (PSL - DF) – Quando eu...

Não sou maior difusora de *fake news*.

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Está me interrompendo, Presidente.

A SRA. BIA KICIS (PSL - DF) – Não, porque você agora está me acusando.

(*Tumulto no recinto.*)

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Eu quero manter a palavra, nobres Deputados e Deputadas, Senadores.

A SRA. BIA KICIS (PSL - DF) – Você me citou e está me acusando. Direito de resposta, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – O convidado está com a palavra.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. BIA KICIS (PSL - DF) – Sim, Presidente. Direito de resposta tão logo ele acabe de falar.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Vamos lá.

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Ela não tem direito de resposta.

A SRA. BIA KICIS (PSL - DF) – Não, só se fala como ofendida.

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Prossiga, Deputado.

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – A maior defensora do Bolsonaro assume que é *fake*, mas disparou para criar fato, emoção e coitadismo. Mudaram o foco inclusive. Ex-Procuradora da República, Deputada Federal, está aqui, olha, lançou. Aí o Nando Moura, que é o principal articulador, um dos principais alunos de Olavo de Carvalho, mandou este tuíte aqui, olha: "Gosto do Olavo, mas gosto mais da verdade. A Bia Kicis apagou a postagem e depois me agradeceu em privado." Está aqui, certo?

E é para vocês entenderem como faz.

A SRA. BIA KICIS (PSL - DF) – Presidente, antes que ele passe para outros fatos, eu exijo meu direito de resposta agora, Presidente, porque eu estou sendo ofendida.

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Eu não acabei ainda.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Após o depoimento, Deputada.

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Eu não acabei.

A SRA. BIA KICIS (PSL - DF) – Eu quero esclarecer, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Após o depoimento do depoente. A senhora vai ter tempo à vontade.

A SRA. BIA KICIS (PSL - DF) – Não, ele já está passando para outras pessoas. Eu quero meu direito de resposta, Presidente, por gentileza.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Eu vou lhe dar tempo à vontade para a senhora responder.

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Eu não acabei.

A SRA. BIA KICIS (PSL - DF) – Por gentileza, Presidente, eu gostaria agora.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Com a palavra o Deputado Alexandre Frota, para continuar o seu depoimento. Espero que seja breve, para que a gente abra para o debate.

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Porque aí a Deputada Bia...

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Eu estou acabando, eu estou acabando.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – ... e qualquer outro vai ter a defesa para poder utilizar.

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP. Para expor.) – Estou acabando aqui esta primeira parte.

Então Olavo de Carvalho, que é o mentor, o guru, esta semana idealizou, no curso *on-line* dele, e aí pessoas como esse Clicktime falam o seguinte sobre o vídeo que a Deputada Bia Kicis postou: "Ainda sobre o vídeo das Farc, eu afirmo que é *fake*. Porém, nem de longe podemos menosprezar a intenção de ação". Vocês entenderam como eles querem trabalhar a cabeça das pessoas? Mesmo sendo falso, não é? Está aqui a prova.

E há mais outro aqui também, é o tal do Oswaldo Eustáquio, também figura carimbada no Twitter. Ele fala: "As Farc..."

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – "As Farc..."

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/REDE - AP) – Presidente, não é possível. Presidente, V. Exa. tem que tomar uma providência.

ORADORA NÃO IDENTIFICADA – Presidente, não há condição mais.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (REDE - AP) – Tem que retirar, Presidente.

ORADORA NÃO IDENTIFICADA – Não há condição.

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – "As Farc ameaçam Bolsonaro."

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Solicito ao... Ah, já saindo dali. Por favor.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – "As Farc ameaçam Bolsonaro. As manifestações violentas na América Latina não são coincidência. Meu Deus, Bolsonaro está sendo ameaçado." Aí, aqui embaixo ele posta dizendo que é *fake* e concordando e retuitando a Deputada.

E termino com ela aqui falando sobre o vídeo das Farc: "Removi assim que fui informada de que seria *fake*. Postei porque recebi de uma fonte muito respeitável, acreditem." Quais são as fontes? As milícias digitais, não é?

Então eu tenho um vasto material aqui, que à medida que vocês forem me perguntando, eu vou mostrando para vocês.

Só para encerrar, este aqui...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Para concluir, Deputado.

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Este aqui é de Amanda Verso. Isto aqui é como eles fazem quando eles querem comandar, dar uma ordem de comando nas redes sociais. Então um posta: "Sabia por que o MBL não quer que o Governo Bolsonaro dê certo? Saiba por que o MBL não quer que o Governo Bolsonaro dê certo. Conheça as maracutaias do verdadeiro partido político do Kim, que quer censurar quem fala a verdade".

Eles soltam isso. Eles fazem uma *trade*, que é uma linha de raciocínio. E, aí, começa a disseminação geral. Então, à medida que vocês foram me perguntando e forem falando, eu vou mostrar mais um vasto material que tenho aqui.

Eu entreguei para o senhor o linchamento do Mourão.

Nós temos aqui os dados da convocação ao linchamento contra Rachel Sheherazade, em 2017, quando ela compara Lula e Bolsonaro no populismo. Foi uma crítica política. Nada de baixo foi falado. Foi um negócio que não foi pessoal. Aí, o Allan dos Santos ativa um seguidor, e esse seguidor inicia o linchamento.

Está aqui também toda a pesquisa feita. Vou deixar aqui para que todos os que quiserem tenham o acesso. Ela é minuciosa. Há aqui a hora em que começam os ataques e a hora em que terminam os ataques.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Concluindo, Deputado, essa primeira fala.

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Vou concluir agora só esta primeira parte aqui.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Perfis que comemoraram a demissão do Santos Cruz. Há todos. Esses são os mesmos do Mourão, são os mesmos da Rachel Sheherazade, são os mesmos do Alexandre Frota, são os mesmos da Joice, são os mesmos do Bivar. São os mesmos! Vocês podem fazer um cruzamento e vocês vão ver que é sempre a mesma milícia fazendo isso.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. *Fora do microfone.*) – Deixe aqui os documentos, por gentileza.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Concluiu, não foi, Deputado?

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Concluí.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Então, invocando aqui o art. 14, no seu inciso VIII, eu concedo a palavra por cinco minutos à Deputada Bia para fazer a defesa, pois foi citada nessa primeira parte do pronunciamento do Deputado Alexandre Frota, para demonstrar assim, Deputada, que esta Presidência age com isenção, mesmo que alguém pense que é ao contrário.

A SRA. BIA KICIS (PSL - DF. Para explicação pessoal.) – Pois não, Presidente. Nem se poderia esperar de outra forma.

Em primeiro lugar, eu quero deixar muito claro que eu sou uma pessoa muito honrada e sou uma pessoa que nunca propaguei *fake news*, e o Alexandre Frota sabe disso porque me conhece há muito tempo, esteve comigo em cima de caminhões, fez junto comigo campanha para Jair Bolsonaro. Então, se há alguém aqui que é *fake*, certamente não sou eu.

Então, quero deixar claro o seguinte: de fato, eu recebi de uma fonte muito respeitável, que não tem nada a ver com milícia, é uma pessoa de carne e osso, respeitada. Eu não vou dizer o nome, mas me mandou.

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP. *Fora do microfone.*) – Por quê?

A SRA. BIA KICIS (PSL - DF) – Porque eu estou preservando essa pessoa.

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP. *Fora do microfone.*) – Tinha de dizer.

A SRA. BIA KICIS (PSL - DF) – Então, essa pessoa me mandou o vídeo. Em razão exatamente da honradez dessa pessoa, eu tomei por verdadeiro o vídeo. Ela também foi enganada. Essa pessoa também recebeu de outra e me passou. Mande o vídeo. Meus editores de vídeo normalmente colocam a minha logo, e mandei o vídeo.

Pouco tempo depois, logo de manhã cedo, alguém me falou: Bia, esse vídeo parece ser falso. Não foi o Nando Moura. O Nando, eu vi depois o vídeo dele. Parece ser falso.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Diante da hipótese de ser falso, eu removi e imediatamente fiz uma explicação aos meus seguidores de que removi porque o vídeo podia ser falso, e eu estou sempre pela verdade. Prefiro perder um vídeo, números, curtidas, mas sou uma pessoa íntegra, sempre fui. Isso não está em questão, porque, se há alguém que não é falso, que não produz *fake news*, sou eu. Não sou falsa nem nas redes e nem em pessoa, porque, quando eu apoio, quando eu faço uma campanha, como fiz para o Presidente Bolsonaro, eu me mantenho fiel aos princípios que me trouxeram para o Parlamento, diferente de outras pessoas que já viraram as costas para aqueles que colocaram seu nome nas urnas.

Mas quero dizer aqui que esse vídeo foi removido, sim, porque era falso, e não há nenhum problema nisso; isso não me torna uma pessoa que dissemina *fake news*. Quem dissemina *fake news* normalmente é uma pessoa que, sabendo da falsidade dos fatos, continua propagando esses fatos.

Então, quero dizer aqui que não aceito esse tipo de insinuação. Repudio veementemente. Sou uma pessoa honrada, sim, sou uma procuradora, sim, agora Deputada, sim, e isso só se soma aos meus valores. Então, eu rejeito esse tipo de imputação.

Quero dizer que tudo que foi colocado aqui não tem nada a ver com *fake news*, tem a ver com uma pessoa que está se aliando a outras que querem calar as redes, querem tirar a plataforma da internet, a liberdade que existe exatamente de pessoas comuns, que o único lugar que tem para propagar a sua voz é exatamente a internet. São pessoas que não têm acesso à mídia.

Eu estive este ano no Parlatino e para minha nada surpresa, ao chegar lá – porque eu já percebi que o Parlatino é um olho do Foro de São Paulo, é um braço do Foro de São Paulo –, um dos temas que estava sendo debatido era exatamente como regular as redes. E todas as pessoas falavam: "Ah, nós temos que regular; as pessoas não podem falar o que quiserem nas redes", e eu me opus e disse: "Por que não?" As redes têm que ser livres, nós temos a liberdade de expressão garantida na Constituição. Quem é que vai regular as redes: um burocrata sentado numa cadeira, na ONU, na OEA, seja onde for, ou o Estado vai regular e dizer o que eu posso ou não falar? Porque a legislação dos países democratas já prevê que a pessoa que causa injúria, que propaga mentira seja punida, mas a punição nunca pode ser uma censura, ela tem que ser *a posteriori* e nunca numa forma de censura. Tantos aqui que dizem que lutaram tanto contra a censura estão defendendo aqui esta CPML, cujo objeto a gente já sabe muito bem qual é, que é fazer um terceiro turno nas eleições.

Então, vamos falar a verdade: se estão tão preocupados com *fake news*, por que não falar a verdade? Por que não desnudar aqui o verdadeiro interesse desta CPML, que não tem nada a ver com buscar mentira nas redes; tem a ver com calar aquelas pessoas que querem exatamente





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

expor a verdade? Mas a verdade dói quando contraria interesses como esse que nós vimos ontem na Rede Globo, fazer uma grande mentira, jogar uma *fake news* na cara do povo, como se o Presidente Bolsonaro, esse homem honrado, honesto, tivesse alguma coisa a ver com o crime da Marielle.

Então, chega! Se vamos falar de *fake news*, vamos falar das *fake news* que estão aí povoando a mídia tradicional, não ficar buscando nas redes robosinhos ou coisas ocultas, insinuações para querer dizer que o povo brasileiro e o povo do mundo inteiro, que tem a internet como seu único ponto, única plataforma para poder se expressar livremente, possa ser calado.

E lá no Parlatino eu pude ver Deputado e Parlamentares de Cuba, da Venezuela, da Bolívia, da Argentina, todos dizerem: "Não; nós amamos a liberdade, Deputada, nós só queremos que regule."

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Conclua, Deputada.

A SRA. BIA KICIS (PSL - DF) – Quem é que vai regular? É o Estado que vai regular? Eu não quero o Estado regulando a minha voz, eu não quero o Estado regulando a voz de ninguém. Eu quero as pessoas com liberdade de expressão.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Conclua, Deputada.

A SRA. BIA KICIS (PSL - DF) – E eu quero uma internet livre. E eu quero que a verdadeira intenção desta CPMI da Fake News seja trazida à tona.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Para responder à Deputada, se assim desejar, o convidado Deputado Alexandre Frota.

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP. Para expor.) – Será bem rápido.

A SRA. BIA KICIS (PSL - DF. *Fora do microfone.*) – Eu não citei...

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Eu quero agradecer à Deputada Bia Kicis por reconhecer aqui que ela postou *fake news*, a primeira coisa.

A SRA. BIA KICIS (PSL - DF) – Não postei *fake news*. Postei uma notícia enganosa. Não foi *fake news*.

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Mas é um *fake news*.

A SRA. BIA KICIS (PSL - DF) – Não foi *fake news*.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Deputada, V. Exa. teve oito minutos, com três de tolerância.

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Quero agradecer por ter postado *fake news* e também ter reconhecido aqui.

Também, no passado mais recente, ela também compartilhou outro *fake news* que foi, no caso, da *overdose* do Glenn. Lembra que "ele deu entrada, que cheirou cocaína", e que isso não foi verdade. A senhora também postou isso.

O SR. MARCIO BITTAR (MDB - AC. Pela ordem.) – Presidente, uma questão de ordem!

A Bia pediu, baseada no art. 14, direito de resposta. O senhor concedeu a ela cinco minutos...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Não, eu concedi a ela oito minutos, Senador.

O SR. MARCIO BITTAR (MDB - AC) – Deixa eu terminar. Deixa eu terminar, Presidente.

Foi concedido a ela como direito de resposta. E, além disso, ela não fez pergunta para o depoente. Portanto, ele não tem que interpelá-la de novo.

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Esse é o diretor do negócio?

O SR. MARCIO BITTAR (MDB - AC) – Eu não sou diretor de nada.

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Ah, bom.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Mas, nobre Senador, em nenhum momento ela interpelou ou foi...

(*Tumulto no recinto.*)

O SR. MARCIO BITTAR (MDB - AC) – Só gostaria que, dessa maneira,...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Mas, esta Presidência entende que qualquer pessoa, quando for feito o debate, tem que ter o direito de resposta.

O SR. MARCIO BITTAR (MDB - AC) – Não, Sr. Presidente. Mas é...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Esse é o trabalho, essa é a condução dos trabalhos.

O SR. MARCIO BITTAR (MDB - AC) – O direito de resposta está com a Deputada...





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP) – Questão de ordem, Presidente.

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Eu vou concordar com ela para ela não falar...

A SRA. BIA KICIS (PSL - DF) – Presidente, o direito de resposta é meu.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP) – Presidente.

A SRA. BIA KICIS (PSL - DF) – Ele não tem direito a contrarresposta, não existe isso.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP) – Questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Questão de ordem, com o Deputado Rui Falcão.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP. Pela ordem.) – Presidente, o senhor concedeu o direito de resposta à Deputada. Ela o fez e até se excedeu, transpondo o direito de resposta e se manifestando sobre a suposta intenção da CPMI. Eu gostaria que o senhor encaminhasse para que essa polêmica bilateral se encerrasse.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Claro.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP) – E a gente pudesse dar ordem aos trabalhos, dando a palavra à Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – A Relatora vai falar em seguida, nobre Deputado. Obrigado por sua participação.

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP. Para depor.) – Eu só quero deixar claro que eu não defendo aqui censura. Eu defendo a responsabilização pelo que é praticado.

E quero falar do art. 5º aqui: "é livre a manifestação do pensamento, sendo vedado o anonimato". Qualquer pessoa tem o direito de se manifestar em qualquer assunto, inclusive emitindo opiniões e divulgando notícias. Porém, o anonimato é vedado, ou seja, não pode o Twitter ou qualquer outro meio de comunicação, seja privado, seja público...

(Soa a campainha.)

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – ... garantir o anonimato de quem quer que seja, ainda mais aceitar contas anônimas em seu portal de comunicação.

Só para deixar isso aqui claro.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Concluindo, Deputado.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Pode continuar.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Eu passo a palavra agora à Deputada Lídice da Mata, Relatora desta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito.

Antes, porém, quero avisar aos Srs. Parlamentares que a nobre Relatora tem o tempo livre que assim desejar.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Como Relatora.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, eu quero, primeiro, chamar a atenção para o fato de que nós não estamos aqui nem numa Comissão especial nem numa Comissão ordinária da Casa Legislativa, e sim numa Comissão de inquérito. Portanto, nós temos procedimentos regimentais que devem ser assegurados por todos nós. Em determinados momentos, nós poderemos, inclusive, ter a possibilidade de fazer sessões secretas. Portanto, é importante que cada Parlamentar possa até analisar o Regimento previsto para CPIs, para que a gente possa ter um nível de participação que permita assegurar uma investigação. E é isso que nós estamos fazendo aqui.

Eu quero me dirigir ao convidado, o Deputado Alexandre Frota, para requerer e solicitar dele a possibilidade... Saber se o senhor tem mais algum documento que o senhor queira deixar conosco, porque esses documentos integrarão a nossa CPMI. E, na medida em que não são documentos secretos, nós vamos colocar à disposição de todos os membros, para que possam ter acesso a eles.

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP. Para expor.) – Tenho, sim. Tenho, sim, Relatora. Tenho vários documentos, que, ao longo do trajeto aqui da nossa Comissão, da nossa reunião, eu vou disponibilizando mediante os assuntos que forem surgindo aqui.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Como Relatora.) – Pois não. Então, eu agradeço e quero novamente reiterar a solicitação de que o senhor possa deixar tudo conosco, inclusive fotografia, se for...

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Todas elas.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA) – ... no seu caso, uma constituição de prova daquilo que está falando.

Há nas... Recentemente, além de V. Exa., alguns meios de comunicação denunciaram a formação de milícias digitais para dispararem *fake news*.

Diferente do que alguns podem imaginar, esta CPMI foi feita com uma intenção clara: investigar se as *fake news* interferiram no processo eleitoral e os casos em que a *fake news* ameaçam a democracia em nosso País, com ataques a instituições, inclusive à instituição



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

parlamentar a que pertencemos. Houve também... Eu vou, portanto, dirigir perguntas nessa direção.

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Perfeito.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA) – Há também afirmação de V. Exa. e também de algumas reportagens, como é o caso da reportagem da revista Crusoé...

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Muito boa, por sinal.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA) – ... em que se identifica, veja bem, se identifica, no Governo Federal, a existência do que se chama o *bunker* do ódio. Eu gostaria de saber se V. Exa. confirma essa ideia de que existe, no Governo Federal, no Gabinete do Presidente da República, a formação de um grupo de trabalho com o objetivo de disseminar o ódio, portanto, recebendo recursos públicos salariais para este fim. O senhor confirma?

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP. Para expor.) – Confirmo. É um gabinete. Hoje há três pessoas trabalhando nesse gabinete, talvez até um pouco mais.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA) – E o nome dessas pessoas?

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – É... Tércio, Mateus e Matheus. Eu tenho os nomes aqui todos.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA) – E sobrenomes?

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Eu vou dar os sobrenomes para a senhora.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA) – O senhor também afirmou aqui, eu queria que confirmasse...

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Mas só para encerrar essa resposta...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Deputada e Deputado, eu vou solicitar à nossa Relatora que, quando ela solicitar algum documento e V. Exa. aferir que existe...

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Passo para ela?

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – ... que passe para ela ao final da oitava.

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Perfeito. O.k. Está bem.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA) – O interesse da Câmara dos Deputados e do Senado nesta investigação é justamente para que se possa identificar quem produz, quem distribui, quem financia... O senhor, que participou da campanha, tem conhecimento de algum





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

empresário, o nome de algum empresário, de alguma empresa que tenha financiado essas equipes de *fake news* ou de disseminadores de notícias fraudulentas?

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Posso responder aqui?

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA) – Pode.

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Esse é um almoço de que participei após uma palestra com o Jair Bolsonaro. Ele fez uma palestra. Eu o levei a essa palestra. E, nesse dia, nesse almoço, em que está Eduardo Bolsonaro, Carlos Bolsonaro, Alexandre Frota e o então candidato a Presidente Jair Bolsonaro, houve ali uma discussão entre o Carlos e o Flávio, entre o Carlos e o Bolsonaro sobre impulsionamento de Facebook. Não falaram em Twitter, não falaram em Instagram; falaram em impulsionamento de Facebook. E a conversa continuou. A pergunta era: "Quem iria financiar? Quem poderia financiar?". E aí surge o nome de um empresário chamado Otávio...

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP. *Fora do microfone.*) – O nome completo.

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Eu não tenho o nome completo aqui.

Nesse almoço, surge o nome de um empresário chamado Otávio, surge o nome de um empresário chamado Meyer e, pela primeira...

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP. *Fora do microfone.*) – Meyer Nigri?

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Meyer.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP) – Não é Meyer Nigri?

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Eu não sei. É Meyer que ouvi.

O SR. HUMBERTO COSTA (PT - PE) – Pode repetir os três?

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Posso. Otávio...

O SR. HUMBERTO COSTA (PT - PE) – Fakhoury?

O SR. ALEXANDRE FROTA – Não sei se é Fakhoury. É Otávio. Meyer...

A conversa era sobre impulsionamento de Facebook. Não era de Twitter. Não era de Instagram. Era de Facebook.

Pela primeira vez, também ouvi falar ali de uma pessoa chamada Victor Metta, que poderia conseguir esses patrocínios ou essa doação. O Victor Metta, depois, eu estive com ele, quando eu fui filiado ao PSL. Encontrei-o no escritório dos advogados do Eduardo Bolsonaro. E, pela





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

primeira vez, nessa conversa, nesse almoço aqui, eu também fiquei conhecendo e ouvindo o nome de Letícia Catel, que, posteriormente, veio a ser diretora da Apex, Letícia Catel, que também participou da minha filiação no PSL, no escritório em Pinheiros, em São Paulo. Estava ela, Rodrigo, que atende pelo nome de Rodrigo, Victor Metta. Foi quando nós fizemos a reunião para que eu entrasse para o PSL.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Ah, vocês queriam os nomes. Bom, são dois Matheus, mas um é Matheus Sales Gomes. Ele está atualmente lá. Todas as revistas já divulgaram isso. Isso não é novidade nenhuma. Todo mundo sabe. E o outro é Tercio Arnaud Tomaz. Eu mostrei aqui, inclusive, as fotos deles. E o outro é o Tomaz.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP) – Estão todos convocados.

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Estão todos convocados. Inclusive, eles vão vir aqui, e eu faço questão de estar aí desse outro lado também.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Como Relatora.) – Uma das questões nebulosas relativas à propaganda eleitoral da eleição do então Presidente Jair Bolsonaro envolve a utilização da casa do empresário Paulo Marinho para a produção e disseminação de conteúdos eleitorais.

Em entrevista à GloboNews, o próprio Marinho admitiu que dessa casa eram retransmitidas *fake news* durante a campanha. Sobre esse tema, o senhor tem conhecimento desta casa, já esteve nela, sabe informar quem participou desse QG eleitoral que atuou na casa do Sr. Paulo Marinho?

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Essa casa do Paulo Marinho realmente foi um QG da campanha do Bolsonaro. Eu apenas fui uma vez lá a essa casa. Estava o Bebianno, estava o Julian Lemos, o Bolsonaro chegou depois... Dali ele gravava alguns vídeos, passavam algumas informações para a imprensa, enfim.

E aí o Paulo Marinho... Hoje, eu perguntei para o Paulo Marinho, antes de vir para cá, porque eu também havia ouvido falar, o próprio Paulo Marinho parece que havia mencionado em algum lugar que dali disparavam mídias sociais, mas mais para o PSL do que para o Governo Bolsonaro. Porém, eu liguei para o Paulo agora à tarde... Não, agora de manhã, às 10h 43min, Senador Humberto Costa, e o Paulo Marinho falou que eu procurasse – e eu quero dividir isso com vocês – o Marquinhos da M4. Foi ele que fez a campanha do capitão. Está aqui: Marquinhos da M4. Eu tive o cuidado de falar com o Paulo Marinho antes de vir para cá, e perguntei a ele sobre isso, porque até achei que seria perguntado aqui. Então, o próprio Paulo Marinho me enviou





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

isso aqui, que eu também vou passar para vocês: Marquinhos da M4. Eu acho que ele deveria ser convocado a vir aqui também, já que ele fez toda a campanha do capitão. Está certo?

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA) – Eu também iria perguntar, em relação à M4, se o senhor tem conhecimento de se, através da M4, eram pagas as pessoas, as equipes que faziam as *fake news*.

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Eu não posso lhe afirmar isso porque eu não tive nenhum contato com a M4, e muito menos conheço esse Marquinhos da M4. Minha campanha foi totalmente independente. Apesar de ter apoiado o Bolsonaro e ter viajado com ele muitas vezes, ela foi extremamente independente. Não fiz parte desse tipo de coisa, até porque eles não me queriam ali no meio. Então, eu não tenho acesso ao Marquinhos da M4, mas acho que é de grande relevância a informação do próprio Paulo Marinho, que foi um idealizador ali da campanha do Bolsonaro, que geriu ali a campanha, um gerente da campanha. Eu acho que eles vão poder falar melhor sobre essa situação.

Sobre a pergunta que a senhora me fez, sobre pagamento, quem paga esses grupos, enfim,... Durante a campanha eu acredito que tenha havido, sim, financiamento. Ninguém trabalha de graça. Então, acredito que empresários... E, ao longo aqui desse processo, eu vou mostrando documentos, enfim, coisas que podem nos ajudar a chegar a essas pessoas, haja vista que hoje elas trabalham, algumas delas trabalham aqui dentro... O próprio Allan dos Santos...

A SRA. LUIZIANNE LINS (PT - CE. *Fora do microfone.*) – Está convocado também.

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Está convocado?

Ele, até um tempo atrás, não tinha onde cair morto e hoje está numa mansão aqui, em Brasília, com carro alugado, um tal de um Corolla, alugado, um carro de luxo.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP. *Fora do microfone.*) – Tem endereço?

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Tenho o endereço. Eu passo para vocês.

Ele inclusive anda aqui, dentro da Câmara, credenciado. Anda ao lado do Presidente como se ele fosse um assessor de comunicação, não é? Eu, inclusive, tenho aqui fotos dele dentro da Câmara. Tenho...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Não precisa agora, não.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Tenho fotos dele dentro da Câmara. Enfim, é uma pessoa que trabalha, e ele é, sem dúvida nenhuma, é do conhecimento de todos, o maior incentivador das *fake news*. O cara que ataca, o cara que solta, e aí vêm as pessoas para publicar, os publicadores, os replicadores. Enfim, existe todo um processo que, ao longo desta sessão aqui, eu vou mostrar para vocês.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP. *Fora do microfone.*) – Deputada, só pela oportunidade, a senhora fez uma pergunta que eu acho que o Deputado responder...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Deputado Rui, a palavra está com a Relatora. V. Exa. terá tempo suficiente no seu momento.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP) – Eu perguntei para ela se podia, pela oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Mas passe pelo "zap" ou, então, venha aqui, se não for incômodo.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Como Relatora.) – Um minuto Deputado.

A lei eleitoral define como gasto eleitoral propaganda, publicidade direta ou indireta por qualquer meio de divulgação destinado a conquistar votos. O senhor classificaria as atividades exercidas do QG de Paulo Marinho como gasto eleitoral?

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Olha, eu fui apenas uma vez no QG do Paulo Marinho, não é? Então, eu também não fiz... Não participei desse processo da pós-campanha do Bolsonaro de prestar contas e etc. Então, eu não posso lhe falar se esse QG do Paulo Marinho... E o Paulo Marinho vai vir aqui? Não sei se o Paulo Marinho está convocado, se está convidado. Mas, enfim, acho que deveria vir aqui, também, porque ele pode falar melhor sobre isso, entendeu? Eu não tenho como falar para vocês isto aqui, se ele realmente... Se isso foi colocado na prestação de contas, se não foi. Todo mundo sabe, passou no Jornal Nacional, passou nas mais diversas reportagens, a casa, o QG, as pessoas entrando, as pessoas saindo, entrevistas na porta da casa. Enfim, a gente sabe que a gente está lutando contra um processo, contra uma gangue digital, uma gangue virtual, e cabe à gente aqui investigar e trabalhar isso da melhor maneira possível.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA) – Queria...

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Só um minuto, Relatora.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA) – Pois não.

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Eu gostaria de agradecer ao Carlos Bolsonaro, que está assistindo neste momento e está aqui tuitando, xingando e falando um monte. Queria agradecer sua audiência. Fique com Deus aí. (*Risos.*)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Como Relatora.) – Queria só mais duas perguntas, Sr. Presidente. Embora tenha muitas aqui, mas selecionei duas aqui para dar um roteiro aqui...

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Pois não.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA) – ... da nossa investigação.

O senhor se referiu a um possível colaborador da campanha, um empresário de nome Otávio.

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Sim.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA) – Coincidentemente ou não, a matéria da revista Crusoé que ouve o jornalista Felipe Moura Brasil...

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Sim, aliás, foi uma grande denúncia.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA) – ... cita alguns nomes de pessoas que são responsáveis por disseminarem diversas informações classificadas como *fake news* pelas principais agências de checagem de notícia brasileira.

Por exemplo, Allan Lopes dos Santos, do blogue Terça Livre; Luciano Ayan, do blogue Ceticismo Político; Paulo Oliveira Eneas, do blogue Crítica Nacional. Todos eles atuaram, segundo a reportagem, intensamente, durante as eleições, disseminando *fake news*. Portanto, é possível afirmar que a milícia virtual bolsonarista foi responsável claramente pela produção e disseminação de propaganda política na forma de *fake news* durante a eleição?

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Eu acredito que sim. Eu acredito que sim, inclusive, acompanhando a sua leitura, aqui a senhora está se referindo a Otávio Oscar Fakhoury...

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA) – É, Fakhoury.

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – ... Fakhoury, o investidor por trás do *site* bolsonarista Crítica Nacional, o qual eu conheço. Esse é o Prof. Paulo Eneas. O Prof. Paulo Eneas, até três anos atrás, estava extremamente falido, mas proprietário do Crítica Nacional, um jornaleco, um portal. E ele, na época, já falava para mim que ele não podia deixar esse jornal fechar, acabar, e que ele gostaria imensamente de ter um financiador. Depois eu li, na matéria brilhante do Felipe Moura Brasil, que o Otávio Fakhoury comprou, virou acionista do Crítica Nacional, uma rede que inclusive, antes da eleição obviamente, quase se especializou em atacar a esquerda. Está aqui, esse é o Paulo Eneas.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA) – E o senhor não tem nenhuma informação a respeito de como se deu esse financiamento?

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Não.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA) – Apenas com base na matéria?

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Não, e com o que ele me falou também.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA) – Sim, sim.

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Não foi só matéria.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA) – Certo.

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Ele falou para mim...

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA) – Certo.

A Lei Eleitoral no Brasil proíbe que candidato ou partido receba doação em dinheiro ou estimável em dinheiro, inclusive por meio de publicidade de qualquer espécie, de entidade estrangeira. Contudo, há notícias de que alguns grupos internacionais, inclusive da chamada *alt-right*, especialmente na pessoa do Sr. Steve Bannon, contribuíram com recursos logísticos em campanha de candidatos conservadores, incluindo a do Presidente Jair Bolsonaro.

Pergunto se houve esse fato, se o senhor tem conhecimento de que houve contribuição de organismos internacionais na campanha; e, se houve, como se deu essa contribuição, de que maneira; e se existiu aplicação de ferramentas nos moldes das desenvolvidas pela Cambridge Analytica no disparo de matérias de campanha durante as eleições brasileiras. Se sim, quais foram as ferramentas usadas? Isso se o senhor tiver conhecimento dessa área mais técnica.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Eu gostaria de que os Parlamentares, os convidados e a imprensa pudessem reduzir um pouquinho o volume da voz, porque está atrapalhando aqui os trabalhos da Comissão.

Obrigado.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA) – Só essas duas perguntas.

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – É... Com toda certeza, nós sabemos aí que o Eduardo Bolsonaro é um trumpista, amante do Steve Bannon. Nós sabemos o que o Steve Bannon fez durante o processo de candidatura da eleição do Trump. Depois foi demitido. O que eu posso falar é que eles receberam estratégias.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Gostaria de saber se, inclusive, alguns que fazem parte da ala que está defendendo Bolsonaro conhecem esse senhor aqui, esse garoto especialista em estratégias marxistas, que fez uma conferência, inclusive com a Dona Bia Kicis, presente. Ele implantou na cabeça do Bolsonaro a saída da ONU, chamou a ONU de reunião de comunista. Foi uma conferência que aconteceu em Nova York, onde uma ideologia começou a ser construída. Esse garoto, esse rapaz se chama Jeffrey Richard Nyquist, que inclusive é citado pelo Felipe Moura Brasil, que participou – muito bem falado na entrevista aqui, na matéria da Crusoé... Ele fala, tem uma passagem do Jeffrey Richard Nyquist, que participou dessa conferência ao lado do Bolsonaro. Agora, Sr. Paulo Pimenta, quem indicou Jeffrey Richard Nyquist? Olavo de Carvalho. Olavo de Carvalho.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Não, eu só estou falando o que eu sei, o que eu vi e mais nada. Está aqui. Pode não ser um problema agora; pode ser um problema mais tarde.

A senhora pode continuar?

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA) – Estou satisfeita. E para dar oportunidade dos Srs. Deputados também usarem da palavra.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Vamos ouvir agora a nossa autora do requerimento de convite ao Deputado Alexandre Frota, a Deputada cearense Luizianne Lins.

A SRA. LUIZIANNE LINS (PT - CE. Para interpellar.) – Bom, em primeiro lugar, eu gostaria de agradecer o Deputado pela disposição de ter aceitado o convite e a disposição de colaborar com o País através desse depoimento nesta CPMI, porque, embora as coisas que foram colocadas aqui tenham saído pontualmente em um ou outro veículo de imprensa, a narrativa não se construiu de forma integral. Eu acho que agora começa a ficar claro para o Brasil, para a população brasileira exatamente com o que nós estamos lidando e por que o temor e por que a dificuldade... Membros desta CPI, em especial do PSL, tentaram obstruir e tentaram fazer com que esta CPMI não andasse. Está ficando claro cada vez mais.

V. Exa. declinou nomes de pessoas reais. Eu gostaria só de, inclusive, confirmar que Tercio Arnaud Tomaz, José Matheus Sales Gomes, Mateus Matos Diniz, Allan dos Santos e Paulo Marinho estão convocados – não convidados como V. Exa. – para prestar depoimento nesta CPMI pelo requerimento do Deputado Rui Falcão e o requerimento da Deputada Natália Bonavides. Portanto, eles virão aqui, e nós saberemos exatamente guardar essas informações para perguntá-los sobre isso.

V. Exa. também usou uma expressão que anotei aqui: "Vi, ouvi e vivi". Portanto, é um depoimento forte.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Sim.

A SRA. LUIZIANNE LINS (PT - CE) – É diferente de quem ouviu falar.

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Sim.

A SRA. LUIZIANNE LINS (PT - CE) – É diferente, quando você está dentro de um processo, acredito que com muitos arrependimentos certamente, mas, quando V. Exa. afirma que gabinetes com milicianos digitais – chama também de terroristas digitais – estão convivendo entre nós, Deputados e Deputadas na Câmara e aqui no Senado, isso é muito grave. Nós temos que identificar quais são as pessoas que vieram para cá para, através de um novo nome de *fake news*... A Deputada teve que sair, mas ela usou essa expressão. "Não, não é *fake news*, apenas são notícias falsas". Bom... Traduziu assim, mais ou menos assim, pelo que eu entendi.

Eu gostaria, Deputado Alexandre Frota, de fazer, a partir das suas próprias considerações, algumas perguntas...

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP. *Fora do microfone.*) – Preste atenção, Deputado.

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Vamos lá, desculpem.

A SRA. LUIZIANNE LINS (PT - CE) – ... a partir de manifestação de V. Exa. em veículos de imprensa. Aí são três que eu gostaria de assinalar.

No Twitter saiu uma matéria, no Blog do Tales Farias, de V. Exa. conversando com a Deputada Joice, que diz o seguinte. Num dos *posts* postados por V. Exa., V. Exa. conclama a Joice, que também foi convidada a depor aqui nesta CPMI, a revelar fatos de Curitiba, que, segundo afirma V. Exa., poderiam causar uma crise – abre aspas: "Joice, sei que é forte, mas meta a boca e fale de Curitiba. Acho que a casa cai geral". Então, primeiro, gostaria de que V. Exa. colocasse que fatos tão graves poderiam estar por trás, digamos assim, de Curitiba. O que seriam os fatos de Curitiba?

A segunda coisa seria no que diz respeito a também uma colocação de V. Exa. sobre o último fato acontecido...

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. LUIZIANNE LINS (PT - CE) – Se V. Exa. puder falar sobre Curitiba, eu agradeceria, porque eu tenho mais outros... Para não se perder.

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Perfeito.

Quando eu falo "vi, vivi e ouvi" é porque eu estava lá.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP. *Fora do microfone.*) – Pode acrescentar "participei" também.

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Participei não, eu vivi intensamente. Está aqui. Esta foto é de minutos antes de o Bolsonaro ser anunciado como Presidente da República. No chão, eu; do lado, Julian Lemos, que nós sabemos que foi muito humilhado após a eleição; do lado, Paulo Guedes, Jair Bolsonaro e Magno Malta, que, depois daquela oração, sumiu, nunca mais apareceu. Então, está aqui.

Sobre Curitiba, foi uma das cidades a que eu fui também, onde havia todo aquele estardalhaço de gente, enfim... E, conversando com Joice, já existia ali uma discussão sobre quem seria um possível ministro, enfim, secretários etc. e tal. E me chamava muito a atenção porque a gente estava numa campanha absurda, grande e desonesta – desonesta no sentido de que, no dia 14 de outubro de 2016, Bolsonaro fez um vídeo onde ele fez uma brincadeira em que ele fala: "Alexandre Frota, se você quer me ver Presidente da República, eu quero te ver Ministro da Cultura".

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP. *Fora do microfone.*) – Em 2018 ou em...

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Não, é de 2016 esse vídeo. Ele mandou para mim no meu aniversário. O que aconteceu com isso? Esse vídeo passou, ninguém comentou absolutamente nada.

Já em 2018 e já em Curitiba, esse vídeo foi ressuscitado, e foi ressuscitado pela própria direita, como se o Bolsonaro tivesse lançado o Alexandre Frota – e aí eles entraram com aquela discussão do ator pornô, do maluco, do *bad boy*, etc. e tal. E aí eu estou participando de um programa de rádio com o Bolsonaro, e ele não sabia que haviam feito um linchamento virtual. Ali eu participava de um linchamento virtual – ele não sabia que o tinham feito – colocando-o na parede. Como? "Você vai colocar... Como pode você colocar o Alexandre Frota como Ministro da Cultura?", e ele nunca me convidou.

E aí, o que acontece? O repórter, o apresentador, faz essa pergunta para o Bolsonaro, e o Bolsonaro foi pego de surpresa ali, naquela hora, porque ele não sabia o que falar, ele não lembrava nem do vídeo, na verdade. E, com isso, o Julian Lemos desce, me chama no canto e fala: "Frota, saiu um negócio de um vídeo agora, o Bolsonaro está te convidando... Cara, você sabe, o Bolsonaro é muito brincalhão, vamos gravar um vídeo aqui com você dizendo que o Bolsonaro é brincalhão e que esse convite não existiu, foi uma brincadeira dele". E isso eu fiz. E eu confidenciei à Joice, nesse momento, que eu estava sentindo que a própria direita já começava a fazer – essa direita radical, vamos dizer assim – esse linchamento e que seria difícil, seria uma campanha difícil, com puxadas de tapete, gente querendo te apunhalar pelas costas. Enfim, foi a partir daí que eu comecei a entender a dificuldade que nós sofreríamos nessa campanha.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. LUIZIANNE LINS (PT - CE. Para interpelar.) – Bom, eu gostaria também de saber, a partir também da sua manifestação ontem pelo Twitter que estremeceu o Brasil, acerca da possibilidade de o atual Presidente da República estar vinculado ao assassinato da Vereadora Marielle Franco – não sou eu que estou dizendo, foi o Jornal Nacional que usou uma matéria que foi muito significativa e forte. É que você imaginar que quem é suspeito de matar estava lá e foram encontrados 170 rifles no mesmo lugar... Ou seja, é um condomínio, mas parece uma quadrilha que foi se organizar e morar todo mundo junto para fazer marmota, só penso assim, porque é muita coincidência. V. Exa., inclusive, usa no Twitter... O senhor levantou a hipótese sobre quem poderia estar na casa 58, que é a pergunta, que teria autorizado esse PM Elcio Queiroz a entrar e ir direto para a casa do Ronnie Lessa. V. Exa., inclusive – abro aspas –, disse: "Talvez quem tenha atendido tenha sido o Queiroz ou o Renan, o Mito Jr.", que seria o Jair Renan, o filho mais novo.

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Isso.

A SRA. LUIZIANNE LINS (PT - CE) – "De qualquer forma quando iríamos imaginar que os assassinos de Marielle [...] [morassem] dentro do condomínio do Mito. Nem Aguinaldo Silva escreveria esse roteiro". Gostaria de saber o que o senhor tem a falar sobre ontem, essa notícia que estremeceu o Brasil, digamos assim.

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP. Para expor.) – Bom, eu fiquei estremecido como todos. Eu acho... O Rio de Janeiro é a minha cidade, cidade maravilhosa, as pessoas costumam dizer: "Nossa, como o Rio é pequeno". Mas eu nunca iria imaginar na minha vida – e já tinha algumas vezes ido, inclusive, à casa do Jair – que...

A SRA. LUIZIANNE LINS (PT - CE) – Que todos moravam juntos.

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – ... o suspeito de ter matado, de ter assassinado a Marielle morasse dentro do condomínio do Bolsonaro, eu jamais iria imaginar isso. Fiquei mais surpreso ainda quando soube que o filho namorou a filha desse cara, desse Ronnie Lessa. Então, assim, eu fiquei estremecido com isso. Acho que como todo o Brasil...

A SRA. LUIZIANNE LINS (PT - CE) – Tudo em família.

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – A gente já tem...

O próprio Jornal Nacional foi coeso em mostrar que ele tinha dado entrada aqui, que ele fez votação nominal, enfim, que ele estava aqui. Agora, a pergunta que não quer calar é: quem atendeu o interfone com a voz parecida e deixou, autorizou o carro a entrar? Quem? Essa é uma pergunta que a gente quer saber. E o próprio porteiro ainda vai mais longe, ele diz que o carro caminhou até perto da casa, mas virou e foi para a casa do tal do Elcio – o nome dele, né? Enfim...





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E aí ligou pela segunda vez para informar que o carro não teria ido para o endereço, mas para o outro, e de novo uma pessoa atendeu. Isso tem que ser extremamente investigado – salvo erro de memória, acho que o Senador Randolfe já pediu a proteção para esse...

A SRA. LUIZIANNE LINS (PT - CE) – Porteiro.

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – ... porteiro, muito bem feito isso. Isso precisa ser desvendado, é um absurdo essas coisas que estão acontecendo.

A SRA. LUIZIANNE LINS (PT - CE) – Inclusive, Deputado, é só para dizer que ontem mesmo foi informado na própria matéria...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Nobre Deputada, por favor. Eu gostaria que os Srs. Parlamentares, quando fizessem qualquer pergunta ao convidado, se ativessem ao nosso tema, que é o combate a *fake news*. Se formos derivar aqui para uma questão política, uma questão de crime, não vai ser mais uma sessão de CPMI, vai ser um tribunal de júri até qualificado. Então, nós não somos aqui juristas para poder... Tampouco há aqui algum perito para ver se a voz é de José, Pedro ou João. Então, vamos nos concentrar no tema, que é a CPMI, por favor.

Obrigado.

A SRA. LUIZIANNE LINS (PT - CE. Para interpelar.) – O.k.

Por fim, a última pergunta, que é diretamente ligada a isso, embora eu ache que sejam crimes da mesma forma, né, porque o Deputado usou essa expressão: " [...] a campanha de Bolsonaro trabalhou com uma 'milícia digital'".

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Sim, eu fui o primeiro a relatar isso.

A SRA. LUIZIANNE LINS (PT - CE) – Exatamente.

Portanto, em cima disso, eu gostaria de fazer algumas perguntas – algumas já foram até contempladas, por isso vou passar. Se V. Exa. puder anotar, a nossa Relatora, de algumas, já até colocou.

Sobre essas empresas que promoveram disparos em massa na campanha de 2018 – isso foi largamente anunciado por alguns poucos veículos de imprensa –, a primeira pergunta já foi respondida, se V. Exa. conhecia a empresa AM4, empresa que tem como sócio – bom, já colocando – Marcos Aurélio Carvalho, que ele, o Deputado, disse que não conhecia; Magno Carvalho; Alexandre José Martins, que é apontado por diversas matérias jornalísticas como produtora e distribuidora de *fake news*. Então, queria saber o que V. Exa. sabia disso, mas V. Exa. já respondeu à nobre Relatora.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A segunda pergunta seria a seguinte. As Sras. Taíse de Almeida Feijó, Rebecca Félix da Silva Ribeiro são ex-funcionárias da AM4 que atuaram na campanha do então candidato Jair Bolsonaro e hoje trabalham no Governo Federal. Ambas são apontadas como tendo participado da produção e distribuição de disparos em massa na campanha de 2018, o que é vedado pela lei eleitoral. O que V. Exa. sabe sobre isso? Essas pessoas atuaram na produção e distribuição de *fake news* durante a campanha do atual Presidente Jair Bolsonaro?

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Infelizmente, não posso te ajudar porque não conheço nenhuma das duas, primeira vez que eu ouço falar... Primeira vez que eu ouço falar sobre elas.

A SRA. LUIZIANNE LINS (PT - CE) – O.k.

As agências Quickmobile, Yacows, Croc Services e SMS Market são apontadas como tendo realizado disparos em massa, inclusive de *fake news*, inclusive, algumas delas foram – não sei se todo mundo acompanhou nessa semana passada – denunciadas pelas operadoras telefônicas, que se juntaram e denunciaram essas empresas. Agora não é possível que as pessoas continuem achando que não é verdade, não somos mais nós que estamos denunciando, são as operadoras telefônicas hoje que atuam no Brasil. São apontadas, como eu falei, por terem realizado disparos em massa.

V. Exa. tem conhecimento, sabe se essas empresas trabalharam para a campanha de Jair Bolsonaro? Vou repetir os nomes: QuickMobile, Yacows, Croc Services, SMS Market. Se sim, por que essas empresas não aparecem na prestação de contas do então candidato? Quem teria remunerado essas empresas? V. Exa. tem alguma coisa que poderia ajudar nesse sentido?

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Infelizmente, não. Não conheço nenhuma dessas empresas. Gostaria também de saber quem financiou, mas chamo a atenção de todos vocês aqui para o fato de que o WhatsApp admite envio maciço ilegal de mensagens nas eleições de 2018. "O WhatsApp admitiu, pela primeira vez, que a eleição brasileira de 2018 teve uso de envios maciços de mensagens, com sistemas automatizados, contratados por empresas" – Ben Supple, gerente de políticas públicas e eleições globais do WhatsApp. Quer dizer, acho que essa pergunta fica muito bem respondida a partir do momento em que um CEO ou um diretor técnico do WhatsApp, dessa ferramenta, já manifestou, já avisou, já falou sobre esse processo.

E chamo mais a atenção – só um minuto, pedindo à nobre Deputada – para a questão da Patrícia Mello.

A SRA. LUIZIANNE LINS (PT - CE) – A jornalista.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – A jornalista Patrícia Mello, com muita propriedade, fez um trabalho, foi agredida na rua, ameaçada, etc. e tal.

A SRA. LUIZIANNE LINS (PT - CE) – Está convidada também para cá.

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – A Patrícia Mello fala que isso é um escárnio. As nossas matérias mostram com fotos que as agências compravam centenas de *chips* e registravam com CPFs de terceiros, ilegalmente, para fazer os disparos de WhatsApp. "O que adianta o TSE pedir às operadoras as linhas dos sócios? Quem acha que os donos das agências faziam disparo em massa de *fake news* da própria linha de celular?". E ela fala mais aqui: "Olha só [...] como eram feitos os disparos em massa. De que adianta pedir pras operadoras as linhas das agências e donos? Que tal pedir para o WhatsApp as linhas que foram bloqueadas? Ai, com metadados ou IP, dá pra chegar a quem enviou".

Então, ela falou aqui porque o relator da investigação do TSE, o Juiz Jorge Mussi, resolveu fingir...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – ... que investigava e anunciou que pediu às operadoras de telefonia as linhas dos donos das agências de *marketing*, das agências que foram citadas, o que é absolutamente ridículo, porque saíram várias matérias mostrando que eles usam *chips* de terceiros e registravam no CPF dos outros para fazer esse disparo. Ninguém é idiota de fazer disparo em massa de WhatsApp da própria linha. O que adiantaria, sim, seria o TSE pedir essa investigação no próprio WhatsApp.

A SRA. LUIZIANNE LINS (PT - CE) – Eu acabei de sugerir isso aqui à nossa Relatora.

Por fim, Deputado Alexandre Frota, V. Exa. conhece Steve Bannon? Conhece Steve Bannon?

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Eu queria pedir desculpa. Chamei a senhora de Deputada, e é Senadora.

A SRA. LUIZIANNE LINS (PT - CE) – Sou Deputada.

V. Exa. gostaria de...

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – É uma profecia.

A SRA. LUIZIANNE LINS (PT - CE) – Gostaria de saber se V. Exa. conhece Steve Bannon.

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Conheço Steve Bannon das redes sociais, das matérias.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. LUIZIANNE LINS (PT - CE) – E sabe informar se ele trabalhou antes, durante e depois da campanha eleitoral de 2018 de Jair Bolsonaro?

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Eu sei informar que ele foi... Sei que quem promoveu, pela primeira vez, o encontro do Steve Bannon com o Eduardo Bolsonaro foi o Filipe G. Martins, que é uma espécie de Louro José do Bolsonaro. Ele fica no ombro do Bolsonaro, recebendo os comandos do Olavo de Carvalho, lá na Virgínia, e ele, enfim, foi a pessoa que promoveu esse encontro, inclusive com o Eduardo fazendo aquela foto ridícula com o bonezinho do Trump.

A SRA. LUIZIANNE LINS (PT - CE) – Matérias e *sites* de *blogs* insinuam que a campanha de Bolsonaro contou com disparos cuja origem seriam países estrangeiros, citando inclusive que seriam oriundos até de Israel. O publicitário Fabio Wajngarten teria alguma relação com isso?

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Fabio Wajngarten.

A SRA. LUIZIANNE LINS (PT - CE) – Ele teria alguma relação com isso? V. Exa. sabe algo sobre isso?

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Não. O Fabio Wajngarten hoje é o diretor-geral da Secom. O Fabio viajou com o Bolsonaro para Israel, mas, assim, é um empresário, é uma pessoa que mexe com publicidade, é uma pessoa íntegra, e não tenho nada para falar do Fabio. Não posso ajudar vocês nisso.

A SRA. LUIZIANNE LINS (PT - CE) – E a última, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Nobre Deputada, a senhora já falou que era a última quatro vezes!

A SRA. LUIZIANNE LINS (PT - CE) – E a última! É a última!

V. Exa. tem conhecimento da existência de uma rede de produção de *fake news* e ataques virtuais montada em gabinetes da Assembleia Legislativa de São Paulo, notadamente dos Parlamentares Gil Diniz e Douglas Garcia?

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Tenho.

A SRA. LUIZIANNE LINS (PT - CE) – Gostaria de saber, se sim, se o Deputado teria alguma coisa a falar sobre isso.

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Eu gostaria de falar e, pela quantidade de material que eu vou entregar a vocês, eu não vou me estender. Aqui existe uma pesquisa de cinco meses – até porque fui muitas vezes agredido – referente a todas essas pessoas que a





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

senhora acaba de mencionar, tanto o Gil Diniz, que é o principal braço direito do Eduardo Bolsonaro, como o Douglas Garcia, que eu ajudei a se eleger – o Douglas Garcia.

Então, nós temos aqui o *modus operandi* de todo esse pessoal, que antes era do Direita São Paulo e agora fundou um movimento chamado Movimento Conservador, que inclusive teve o seu lançamento no CPAC, aquele projeto em que o Eduardo Bolsonaro se apresentou no sábado. A bancada, inclusive pelo PSL... Conversei até com o Rueda, o Vice-Presidente. Realmente foram gastos R\$800 mil. Foi uma espécie de *stand up comedy* que o Eduardo Bolsonaro fez ali naquele dia. E esse pessoal se lançou ali.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. *Fora do microfone.*) – V. Exa. vai nos dar esse material?

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Eu vou dar esse material todo para vocês. Há as críticas, a maneira como eles arrebetam as pessoas. Aparecem aqui os mesmos nomes que aparecem em todos os linchamentos: linchamento da Joice, linchamento do Major Olímpio, linchamento do Alexandre Frota, linchamento do Bivar, linchamento do Vice-Presidente Mourão, do Bebianno, do Santos Cruz.

Enfim, aqui está o trabalho. Vocês podem pesquisá-lo e vocês vão chagar a todos esses nomes que hoje muitos...Inclusive, o próprio Deputado Estadual Douglas Garcia confidenciou para todo mundo que os assessores dele atuam na hora do intervalo, quando eles escolhem um personagem: "Ah, vamos bater no Deputado Celso Russomanno". Aí eles escolhem o Celso Russomanno e, segundo eles, durante o intervalo na Alesp, eles trabalham com isso, mas são remunerados, etc. e tal.

A SRA. LUIZIANNE LINS (PT - CE) – Gostaria de agradecer, Sr. Presidente, e só dizer que eu vou apresentar requerimento convocando Gil Diniz e Douglas Garcia para também prestarem depoimento nesta Comissão.

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – E deveria chamar também Edson Salomão.

A SRA. LUIZIANNE LINS (PT - CE) – E Edson Salomão.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – O Deputado Russomanno foi citado. Gostaria de fazer alguma contestação na citação?

O SR. CELSO RUSSOMANNO (REPUBLICANOS - SP) – Não, de jeito nenhum.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – V. Exa. que é afeito aos microfones...

O SR. CELSO RUSSOMANNO (REPUBLICANOS - SP) – O Deputado Alexandre Frota é meu amigo há 30 anos e fez essa menção só porque eu estava aqui assistindo.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Sim.

O SR. CELSO RUSSOMANNO (REPUBLICANOS - SP) – Só por esse motivo.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Concedo a palavra agora à Deputada do Rio Grande do Norte Natália Bonavides.

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN) – Obrigada, Presidente.

Boa tarde, Deputado.

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Boa tarde.

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN. Para interpelar.) – De início, eu queria dizer que esta Comissão agradece a sua disponibilidade de vir colaborar com os nossos trabalhos.

Eu vou buscar ser bastante objetiva para que aproveitemos o nosso tempo da melhor forma.

De início, eu queria perguntar... Nós sabemos que está havendo uma investigação sobre o ex-assessor do Senador Flávio Bolsonaro, o Queiroz, por um suposto esquema de "rachadinha" da família Bolsonaro, e há até o registro de depósito de valores por Queiroz na conta da esposa de Bolsonaro. Então, a primeira pergunta que eu gostaria de fazer é se o senhor tem algum conhecimento se as supostas "rachadinhas" de Queiroz ajudaram a financiar as milícias virtuais de Bolsonaro, da família Bolsonaro.

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP. Para expor.) – Deputada, obrigado pela pergunta.

Eu não sei se eles ajudaram a financiar – tudo levar a crer que sim, as investigações caminham para isso –, mas ajudaram a desestruturar a base do Governo, o PSL, o meu ex-partido. E, como um faixa branca, caí na provocação do nobre Deputado Paulo Pimenta. Eu não me esqueço mais do dia em que o Paulo Pimenta subiu do outro lado – era início de mandato, eu como faixa branca –, vira, aponta para o meio do grupo do PSL e fala: "Quero saber se vocês, depois de todas as notícias sobre o tal do Queiroz, se alguém aqui do PSL vai subir e vai pedir a prisão do Queiroz". E o Alexandre Frota caiu!

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN) – Mas sobre se...

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – E eu subi... Desculpe.

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN) – Sim.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Subi e pedi a prisão do Queiroz. Meu telefone tocou, meu telefone tocou. Era Jair Bolsonaro, reclamando que eu teria, no Plenário, pedido a prisão do Queiroz. E, posteriormente a isso, 15 minutos depois...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Nobre Deputado, um minutinho, por favor.

Usando o Regimento: V. Exa. dispõe da quebra do seu sigilo telefônico para comprovar se houve esse diálogo de V. Exa. com o Presidente Bolsonaro?

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Sim, claro.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – O.k., obrigado.

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Sem problema nenhum.

Na sequência, aparece o Senador Flávio Bolsonaro, aparece o Senador Flávio Bolsonaro, que me dá um abraço e fala: "Papai ficou chateado com você por você ter se expressado dessa maneira ali, no Plenário". Inclusive, está gravado aqui, na Câmara, o dia em que eu subo e falo que quero a prisão do Queiroz, tem lá. Então, foi isso. Eu acho que...

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN) – Mas sobre se essas supostas rachadinhas financiavam as milícias virtuais...

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Isso eu não posso... Eu não sei, porque realmente... Eu fiquei tão desestruturado, porque, quando o... O Queiroz apareceu na largada do ano, na largada da corrida. Ninguém ia esperar que ia aparecer o caso Queiroz. Nós fizemos uma campanha falando que era o mais ilibado, que era o mais sério, contra corrupção, e, na primeira ou na segunda semana de... E, na primeira semana de Legislatura, acontece o caso Queiroz! Isso, com toda a certeza, perturbou o andamento das nossas estratégias etc. e tal.

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN) – Deputado, obrigada pela resposta.

Existem – ainda sobre as milícias virtuais – muitas ameaças e ataques que são feitas por essas milícias.

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Sim.

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN) – O senhor mesmo nos mostrou alguns exemplos. A minha pergunta é se existe alguma relação que você tenha observado entre as milícias virtuais e aquelas milícias não virtuais, os milicianos que a família Bolsonaro costuma homenagear.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Não. A milícia que eu venho combatendo, a milícia da qual eu tenho conhecimento de causa é a milícia virtual, a digital, na qual já me atacaram diversas vezes... Enfim, eu posso, ao longo dos próximos meses aí, dos próximos dias, trazer aqui para vocês, com precisão e detalhes de requintes, as ameaças que eu já sofri de todas as maneiras possíveis.

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN) – Obrigada.

Na época do assassinato da Vereadora Marielle Franco e do motorista Anderson Gomes, é de amplo conhecimento que muitas *fake news* foram disparadas para tentar manchar a história da Vereadora. Eu queria saber se o senhor tem conhecimento se essas milícias virtuais que atuaram na campanha, que estão atuando ainda hoje, durante o mandato do Presidente Bolsonaro, estavam ligadas a esse disparo de uma campanha de difamação contra a memória da Vereadora que foi assassinada.

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Não, não tenho. Não tenho conhecimento sobre isso. Nunca nem ouvi falar a respeito dessas milícias envolvidas com esse processo do assassinato da Vereadora Marielle.

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN) – Obrigada.

No dia 25 de outubro, o senhor publicou no Twitter uma série de mensagens, uma série de tuítes, mencionando, entre outras coisas, que há pessoas que fingem ser assessores, mas que, na verdade, trabalham unicamente na difamação de opositores no Palácio do Planalto. Você teria condições de indicar quem são esses supostos assessores e falar mais sobre essas suspeitas?

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Já foram indicados aqui. São as três pessoas...

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN) – Da Assembleia...

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Não, não da Alesp...

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN) – Seria o trio...

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Do Palácio. Seria o trio.

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN) – Aquele tuíte se referia a eles três.

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Exatamente.

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN) – Além disso, o senhor postou no Twitter que tem informações de que tem uma outra base, que o senhor chamou de MAVs, as tais Militâncias em Ambiente Virtual, MAVs bolsonaristas, que estariam em gabinetes na Câmara dos



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Deputados. Inclusive, na sua exposição inicial, o senhor disse que ainda estava investigando essa questão e esperava em breve trazer mais informações sobre isso. De toda forma, o senhor disse que já tinha suspeita de que... O senhor disse que achava que funcionaria em dois gabinetes. Aí eu queira saber se o senhor pode nos responder quais seriam esses dois gabinetes, por qual razão desconfia desses dois gabinetes especificamente e quais são os indícios para essas suspeitas.

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Eu ainda não posso responder porque ainda não cheguei ao final dessa investigação, mas, com toda a certeza, assim que eu souber, eu serei o primeiro a falar aqui para vocês quais são os gabinetes que abrigam assessores parlamentares que trabalham nesse grupo virtual atacando as pessoas, influenciando outras, enfim... Eu estou atrás e estou quase chegando lá.

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN) – Obrigada.

Ainda sobre a resposta que o senhor nos deu anteriormente sobre o dia em que falou no Plenário, na tribuna, sobre a prisão de Queiroz: então o senhor afirma que o Presidente lhe telefonou para tentar obstruir...

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Não, tentar obstruir não. Eu já havia falado. Liguei mais para reclamar mesmo. Liguei mais para reclamar. E, posteriormente, o Senador Flávio veio e também trouxe esse recado. Inclusive, também – é uma pena ela não estar aqui – a própria Deputada Bia Kicis, que estava aqui agora, também veio me falar sobre isso. Posteriormente, eu fui a um evento no Palácio. Tenho até um vídeo gravado – nós temos o vídeo gravado – do momento em que o Jair me puxa pelo braço e fala: "Frota, cala essa matraca. Porra!" Entendeu? Eu tenho esse vídeo, está aqui. A gente tem o vídeo.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/REDE - AP) – Quem falou isso?

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN) – Vai disponibilizar para a Comissão?

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Jair Bolsonaro.

Fui a um evento no Palácio. Ele já estava atordoado comigo porque eu já vinha batendo, já vinha entrando em rota de colisão com ele, com o Eduardo, com o filho, enfim... E, quando eu chego ao Palácio, ele me cumprimentou muito bem, só que me puxa pelo braço, bota a mão na mão e fala, mas dá para ver no vídeo: "Cala essa matraca. Porra!" E ainda brinca depois e fala assim: "Quero continuar casado com você, hein? Está o.k.?"

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/REDE - AP) – Isso foi no Palácio do Planalto?

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Foi no Palácio do Planalto.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN) – O senhor disponibilizaria o vídeo para a Comissão?

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Assim que puder. Temos o vídeo aí.

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN) – Deputado, numa entrevista que o senhor deu ao programa Roda Vida, chegou a dizer que o assessor especial para assuntos internacionais da Presidência da República, Filipe Martins – que inclusive já foi mencionado aqui no dia de hoje –, seria uma das figuras que mais influenciam o Presidente da República.

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Sim.

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN) – E, na última semana, a conta do Presidente da República, em um claro ataque, em um indignante ataque às instituições, publicou aquele famigerado vídeo em que o Presidente é um leão ameaçado por hienas, que no vídeo são instituições como a ONU, o STF, como o próprio Partido do Presidente e outros partidos de oposição. Mesmo após o pedido de desculpas do Presidente da República, pois ele viu que teve uma repercussão ruim, o assessor ao qual me referi, Filipe Martins, reiterou o conteúdo do vídeo – parece-me que o senhor está mostrando o tuíte que se refere a isso – na sua rede social dizendo que as instituições são hienas mesmo que atacam...

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Aqui está!

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN) – ... quem – abro aspas – "ameaça o esquema de poder".

Nesse episódio ficou muito claro que o assessor tem uma influência forte na comunicação do Presidente, afinal ele saiu em defesa do vídeo que fazia ataque às instituições. Queria saber do senhor que papel Filipe Martins cumpre hoje no Governo. Mas, principalmente, gostaria de saber que papel esse assessor cumpriu na campanha de 2018. É possível que, enfim, esse assessor também comande o gabinete do ódio, que tem sido usado para difamar os opositores políticos do Governo?

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Ele é uma pessoa que trabalha lá dentro, é assessor do Presidente para assuntos internacionais. Como a Deputada falou, aqui está o Twitter dele, em que ele fala que "o *establishment* não gosta de ser retratado, mas ele é o que ele é". Ou seja, ele afirma, mesmo depois de o Presidente da República pedir desculpas, de o STF pedir que ele pedisse desculpas. Acho que ele comete um crime de responsabilidade, porque ele é um agente público e ele fala do STF, fala da OAB, fala do PSL, coloca todos como hienas.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas, sobre o Filipe Martins... Eu sabia que nós iríamos passar por esse figura. Ele também é conhecido como Robespírralho. Filipe Martins é assessor especial da Presidência de Jair Bolsonaro para assuntos internacionais, é a ponte entre o Itamaraty e o Planalto. Só que sua figura é muito mais abjeta do que a de qualquer um que já tenha ocupado essa função antes. Para começar, Martins não tem nenhuma qualificação profissional. Seu currículo menciona que ele é formado em Relações Exteriores, mas sem nada de relevante em seu histórico profissional. Nunca fez nada, mas é conhecido como um dos principais alunos de Olavo de Carvalho – e novamente aparece o nome desse senhor. Nós sabemos o que isso significa: teorias da conspiração e assassinatos da reputação de quem discorda.

Martins age feito um bozó das relações exteriores, isso porque busca viver de aparências para obter vantagens. É claro que o seu dedo está por trás da indicação de Eduardo Bolsonaro à Embaixada dos Estados Unidos. É claro que ele influencia essa política de puxar o saco de Trump nos isolando de outros países – autoritários sempre adoram isolar seus países do mundo civilizado. Foi ele, o Filipe Martins, esse assessor, que levou o Eduardo Bolsonaro para se encontrar com Steve Bannon.

Também existe algo muito suspeito em sua relação, ele é uma das pessoas da Presidência mais apoiadas pelos perfis que eu mostrei para vocês aqui, os *vaporwaves*, que são aqueles perfis psicodélicos que fazem linchamentos virtuais nas redes, mas o seu cargo não tem visibilidade como o dos Ministros, por isso o seu apoio entre os *vaporwaves* é muito suspeito. Sem nunca ser nada de relevante em sua vida, aproveita-se da influência sobre os dois filhos de Jair Bolsonaro, Eduardo e Carlos Bolsonaro.

Os olavistas, nas redes, fazem propaganda de Filipe Martins dizendo que ele acertou os resultados das eleições de Trump em 2016, mas ele apenas replicou a análise de Nate Silver. Também disse ele...

(*Soa a campanha.*)

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – ... que acertou os resultados das eleições de 2018, mas era barbada. Como Constantino apontou, o Rodrigo Constantino, a tática dele é tipo a do Alex Muralha, dos pênaltis: joga-se para a direita e fica torcendo para a bola ir na sua direção. Dá errado em 90% das vezes, mas, quando dá certo, ele grita: "sou o maior goleiro do universo!" Errou feio em várias análises, como na eleição do Reino Unido e da França.

Martins vive de truques, um deles é fingir que representa uma ala *anti-establishment* – como vocês viram aqui no Twitter dele – no Governo, e que, na verdade, são os olavistas que não possuem qualificação alguma e dependem dos linchamentos virtuais para se sustentarem. Se uma pessoa se segura no cargo por causa desse jogo tão sujo é porque não presta.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agora tiramos a dúvida com a matéria brilhante que o Felipe Moura Brasil fez na *Crusoe*, no dia 11 de outubro de 2019. Ele compareceu a uma reunião dessas milícias virtuais, mas foi escondido. A senhora acredita? Ele foi escondido. Martins tem muito mais a esconder, como se percebe.

Até agora Jair Bolsonaro não abriu o bico para justificar a contratação de alguém tão desqualificado e de histórico tão obscuro, além das ações incompatíveis com o cargo de assessor da Presidência.

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN) – Por fim, Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Conclua, Deputada.

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN) – A Deputada Luiziane perguntou sobre um outro tuíte do senhor, que se referia à Joice e pedia para ela falar de Curitiba.

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Sim, já expliquei.

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN) – O senhor já respondeu essa pergunta.

Neste tuíte o senhor dizia que, se ela falasse de Curitiba, "a casa cai geral". Eu queria saber se há algum outro episódio de Curitiba além desse que o senhor relatou.

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Não, esse é o principal. Ali começa, ali inicia um linchamento virtual, ali inicia uma problemática dentro do próprio contexto, dentro da própria campanha, começa uma puxação de tapete. A gente entende que o que poderia ter sido plantado pela esquerda foi plantado pela direita. A troca de quê ressuscitar aquele vídeo?

Enfim, é isso que eu tenho a falar.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Passo a palavra para o nobre Senador do Amapá Randolfe Rodrigues.

Antes, porém, a Relatora gostaria de fazer uso da palavra.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA) – Antes de o Senador falar, eu peço licença a ele, ao meu querido amigo, apenas... V. Exa. pode responder junto com a pergunta dele, não precisa ser imediatamente.

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Pois não, claro.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Como Relatora.) – O senhor disse que o Presidente Bolsonaro ligou para o senhor para reclamar de Queiroz, para defender Queiroz.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP. Para expor.) – Sim.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA) – Alguma vez ele já tinha... Alguma outra vez ele já tinha feito isso, de ligar para o senhor para defender alguém, se colocar?

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Não, principalmente... Pelo Queiroz, foi a primeira vez que eu o ouvi, que ele falou isso comigo. Não só falou via telefone, falou também pessoalmente, no Palácio, puxou meu braço, falou comigo. Enfim, como eu expliquei aqui: ele já me ligou várias vezes para diversos assuntos, os mais variados, como eu também falava com ele normalmente, afinal eu estava lutando para que o Governo dele se estabelecesse neste País e mudasse, de alguma maneira, o que a gente viu aí nos últimos anos.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA) – O.k.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Senador Randolfe.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (REDE - AP. Para interpelar.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Presidente, continuo na mesma sequência, porque me parece, aliás, está claro, que a revelação que o Deputado faz neste momento é a mais grave de todo o depoimento. Pela primeira vez, existe um depoimento que dá conta de que o Presidente da República entrou em contato com outra pessoa, sendo essa pessoa um Parlamentar, um membro do Congresso Nacional, para que ele não se manifestasse em relação a alguém que está sendo investigado pelo Ministério Público e que, várias vezes, tem sido chamado a depor no Ministério Público e não tem ido.

Essa revelação é gravíssima, e eu quero partir desse liame, que, me parece, tem a ver... Além de a gravidade dos fatos, notória gravidade dos fatos, ter relação com esta CPMI, a gravidade dos fatos tem relação com tudo que está acontecendo no Brasil neste momento.

Então, só para ficar bem claro, Deputado Alexandre Frota: os dois momentos em que houve contato do Presidente da República com o senhor em relação ao Sr. Fabrício Queiroz foram logo após o senhor utilizar a tribuna da Câmara depois de ter sido instado pelo Deputado Paulo Pimenta e, logo em seguida, no Palácio do Planalto? E eu pergunto: V. Exa. sabe declinar em que data ocorreu isso? A primeira já ficou clara, mas pergunto quanto à segunda, o encontro no Palácio do Planalto.

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP. Para expor.) – Olha, o Santos Cruz ainda estava no Governo. Então havia Santos Cruz, estava eu e Paulo Guedes juntos. Nós tiramos até uma foto, eu tenho a foto desse momento. A gente tem que procurar no arquivo certinho quando foi esse evento.

(Intervenção fora do microfone.)



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – O convite? Não, eu não tinha o convite.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Ah, o vídeo? O vídeo, sim, o vídeo eu tenho aqui.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (REDE - AP) – O vídeo da sua ida ao Palácio do Planalto?

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Da minha ida ao Palácio do Planalto.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (REDE - AP) – Quando o Presidente o abordou?

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Quando ele me aborda, ele me pega pelo braço e novamente fala: "Frota, fecha essa matraca, porra. Senão... Eu quero continuar meu casamento com você".

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (REDE - AP) – O senhor não tem como declinar a data, não é? O senhor não tem como declinar a data? Mas, se tem o vídeo, o vídeo deve ter a data.

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Mas, com o vídeo, a gente vai saber qual foi o evento.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (REDE - AP) – Perfeito.

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Pelo vídeo, a gente sabe identificar qual foi o evento.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (REDE - AP) – O senhor pode disponibilizar, então, essa informação?

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Sim, já está disponibilizada.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (REDE - AP) – Perfeito.

Assim, só para reafirmar: V. Exa. também declina seu sigilo telefônico para confirmar...

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Sim, sim.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (REDE - AP) – ... o telefonema do Presidente da República para V. Exa.?

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Sim.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (REDE - AP) – Presidente, eu fiz questão de ressaltar isso porque se trata de obstrução à Justiça por parte do Presidente da República. É este o grau, é esta a gravidade do que acaba de ser relatado nesta CPMI.

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – E posteriormente, no mesmo dia, no mesmo horário, quase no mesmo horário, o Senador Flávio Bolsonaro também se dirige ali... Ele já estaria indo fazer algo ali, e ele me abraça ali e repete a situação.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (REDE - AP) – O senhor sabe declinar a data em que o Senador...

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Foi no mesmo dia, no mesmo dia.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (REDE - AP) – Foi na mesma data?

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Na mesma data.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (REDE - AP) – Perfeitamente.

Bom, talvez ainda não esteja respondida a pergunta "onde está Queiroz?", mas, pelo menos, nós, a partir de agora, podemos começar a saber quem pode estar escondendo o Queiroz.

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Ele está no Morumbi, a gente já sabe. Vale a gente perguntar é quem paga o hospital, o tratamento, a comida, o táxi do Queiroz, porque ele está reclamando aí.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (REDE - AP) – Então, só quero ressaltar, Presidente, a gravidade dessas informações que, obviamente confirmadas, levam esta CPMI a uma outra conduta também de investigação.

Ainda em relação ao Fabrício Queiroz, Deputado Alexandre Frota, o senhor o conheceu... Vou fazer logo três perguntas...

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Perfeito.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (REDE - AP) – ... para a gente encerrar o Fabrício Queiroz e passarmos para outra.

O senhor o conheceu? Qual foi a participação dele durante a campanha, se V. Exa. sabe? E qual é a ligação do Sr. Queiroz com a milícia virtual?

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Vamos lá.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

A ligação dele com a milícia virtual, eu não sei qual é; sei o que todos vocês sabem, o que sai nos jornais, porque eu não o conheço. A única vez em que eu vi o Queiroz foi agora, há pouco tempo, num vídeo, porque ele esteve no mesmo evento que nós, mas eu ainda não sabia que ele era o Queiroz. Então...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (REDE - AP) – Mas, na campanha, o senhor ouvia falar dele?

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Não, nunca tinha ouvido falar dele. Outro dia foi que ouvi o Bebianno falando, acho que numa entrevista, que ele fazia a segurança do Senador Flávio Bolsonaro.

Enfim, foi postado um vídeo da convenção que nós tivemos no Rio de Janeiro, e naquele dia seria lançada à Vice-Presidência a Janaina Paschoal. Ali, depois de muita discussão, chegou-se à conclusão de que não era bom lançar a Janaína Paschoal naquele momento.

De qualquer forma, outro dia, revendo esse vídeo, revendo o vídeo da convenção, quem é que eu que vejo em cima do palco? O Queiroz.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (REDE - AP) – Qual foi essa convenção?

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Foi a convenção no Rio de Janeiro, a convenção do PSL, do Bolsonaro, enfim.

Então, foi a primeira vez. Eu vi o Queiroz naquele palco. Chamou-me atenção porque era um vídeo. Eu não o conhecia pessoalmente, nunca tinha ouvido falar do Queiroz, nunca tinha ouvido falar dessas milícias, mas, naquele vídeo, depois de tudo isso... Há pouco, há poucos dias, eu estava vendo o vídeo, que eu até postei no meu Twitter. Eu falei: "Gente, olha o Queiroz no palco". Eu postei, está no meu Twitter.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (REDE - AP) – O senhor falou... Aproveitando que o senhor citou o Sr. Bebianno... Em entrevista recente, o Sr. Bebianno falou que temia que o Senhor Presidente da República Jair Bolsonaro pudesse dar um golpe de Estado. O senhor acredita que esse esquema que foi denunciado pelo senhor neste momento, de milícia virtual, tem também esse papel de desestabilizar a democracia?

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Olha, eu acho que o Bebianno pode responder isso melhor, porque o Bebianno viveu 26 horas ao lado do Jair Bolsonaro. Eu realmente, nessa parte, não posso responder. Posso responder sobre as milícias digitais, o que elas têm causado na democracia do País, o que elas têm causado no meu ex-partido, o que elas têm causado no Congresso, enfim, muitas agressões em cima do Senado, muitas agressões em cima da Câmara dos Deputados Federais. Vocês sabem que a maioria... O Presidente da Câmara, Rodrigo Maia,





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

já sofreu linchamento; o Alcolumbre, Presidente do Senado, já sofreu linchamento também, e sempre partindo... Isto é que tem que ficar claro aqui para todos nós: se nós fizermos o cruzamento dos linchamentos, seja aquele que foi feito em maio ou seja esse que foi que foi feito agora, vocês vão ver que sempre cruzam as mesmas pessoas. São sempre as mesmas pessoas! Isso se torna uma gangue, isso se torna um culto, uma seita que ataca, e você vê sempre os mesmos personagens, que antes amavam e agora te chutam, por um simples comando.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (REDE - AP) – Perfeito.

Há uma série de denúncias de contratação ilegal de empresas de mídia para realizar disparos em massa nas redes sociais. V. Exa., inclusive, dá pistas nesse sentido aqui.

O senhor tem conhecimento desses contratos? O senhor tem conhecimento de quais empresas podem ter sido contratadas? O senhor tem conhecimento de quem pode ter financiado esses contratos? Sabe se esses contratos foram financiados por empresas? Sabe se tem alguma participação do PSL? Se há empresários, quem são os empresários? O Presidente da República tem total conhecimento da existência desse esquema?

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Olha, eu não tenho conhecimento desse esquema, mas todos nós sabemos, e nós estamos vivendo isso – inclusive, muitos aqui na pele – o que é ser atingido por essa milícia.

Eu ouvi muitas vezes, assim como vocês ouviram também, que houve financiamento, que houve disparo em massa. Já falamos sobre isso aqui, inclusive eu citei dois nomes: Otávio e, se eu não me engano... Como é que é o nome do outro?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Méier... Para impulsionamento em Facebook, mas, realmente, eu não posso me aprofundar nisso, porque eu não fiz parte disso. Eles me jogavam para o lado nesse momento.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (REDE - AP) – Essa milícia virtual que V. Exa. já citou... V. Exa. já deu uma pista aqui de quem são os líderes do grupo. O senhor disse também que existe um *bunker* da milícia, ou que parte desse *bunker* atua na Câmara dos Deputados.

O senhor pode confirmar essas informações? Onde é o *bunker*? Quem são os responsáveis por esse *bunker* na Câmara dos Deputados?

Só complementando essa pergunta: em um tuíte, V. Exa. disse "Vamos descobrir essa milícia virtual; eu já sei que tem uma parte no Palácio, a outra em um gabinete da Câmara e uma numa casa na QL 19..."





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Isso.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (REDE - AP) – ... em Brasília. A suspeita é que, na casa, esteja o núcleo e a direção dos ataques virtuais".

Eu só queria confirmar com V. Exa. se V. Exa. pode, primeiro, confirmar esse endereço da QL 19...

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Confirmo.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (REDE - AP) – V. Exa. pode confirmar que parte dessa milícia atua junto ao Palácio do Planalto?

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Confirmo.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (REDE - AP) – E qual é o gabinete da Câmara dos Deputados onde funciona esse...

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Esse eu não posso confirmar. Esse eu estou investigando, mas vou chegar lá e tenho certeza de que, até o final desta CPMI aqui, nós vamos poder falar aqui quem é que abriga essa gente fantasiada de assessores parlamentares.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (REDE - AP) – Presidente, Sra. Relatora, quero só pedir a atenção de V. Exas.

Há três informações aqui que eu considero centrais para esta CPMI, prestadas pelo depoente, o nosso convidado Deputado Alexandre Frota.

A primeira: a confirmação de que existe no Palácio do Planalto o funcionamento de um esquema de disparo em massa de *fake news* ou, como foi dito pelo próprio depoente, de uma milícia virtual.

A segunda. Foi declinado nesse momento o endereço QL 19, aqui em Brasília.

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Sim, do Sr. Allan dos Santos.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (REDE - AP) – Do Sr. Alan dos Santos. Onde funciona esse QG?

Parece-me será necessária uma providência complementar por parte desta CPMI. E aguardamos, obviamente, que o Deputado possa depois prestar a informação sobre o gabinete da Câmara dos Deputados onde funciona esse *banker* de ataques virtuais.

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Perfeito.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Só para deixar claro, Senador...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (REDE - AP) – Pois não.

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Os disparos em massa do Palácio: nós acreditamos que sejam feitos de lá. O que eu afirmei aqui é que lá existem os três personagens, que eu mostrei aqui inclusive, que atuam e que vieram das ruas, vieram do ativismo digital para dentro do Palácio, mas eu ainda não posso afirmar que dali eles também disparem em massa os tuítes deles, mas eles colaboram com isso.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (REDE - AP) – Só voltando a uma pergunta anterior que eu considero relevante, uma informação que poderia passar despercebida.

Quando o senhor recebeu o telefonema do Presidente da República logo após ter subido à Tribuna da Câmara: o senhor lembra se o telefonema era procedente de um número funcional do Palácio do Planalto ou se era procedente de algum número de celular?

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Não, não posso. Isso eu não tenho como afirmar. Eu sei que eu atendi o telefone, que eu já nem esperava que fosse...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (REDE - AP) – Foi o Presidente da República diretamente ou algum assessor passou...

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Não, diretamente.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (REDE - AP) – Ele diretamente?

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Ele sempre teve o meu telefone, e eu, o dele.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (REDE - AP) – Perfeitamente.

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Só para completar aqui.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (REDE - AP) – Pois não.

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Nós estávamos falando do Filipe G. Martins, do assessor do Presidente, e sai agora, neste minuto aqui, em primeira mão: "Filipe G. Martins, assessor internacional da Presidência, virou alvo de inquérito constitucional aberto por Dias Toffoli para apurar ofensas contra o STF" – é aquele tuíte que eu mostrei aqui – "e seus integrantes."

Martins foi ao Twitter na segunda-feira, 28, defender o vídeo abusivo que ataca as instituições – OAB, Supremo Tribunal Federal –, tratando todos como hiena.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (REDE - AP) – Por fim, Deputado...

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – É o vídeo que, diga-se de passagem, foi publicado pelo Presidente da República e confirmado pelo filho. Ele confirmou aqui hoje que foi o pai que publicou. Aliás, quero agradecer mais uma vez ao Carlos Bolsonaro, que está nos assistindo, por ter feito essa confirmação.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (REDE - AP) – A propósito, Deputado, quem opera o Twitter do Presidente da República? É o próprio Carlos Bolsonaro? É o próprio Presidente?

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Até onde eu sei, são os dois. Ele tem a senha e o filho tem a senha. E aí acabam acontecendo problemas, porque às vezes o filho posta alguma coisa, o pai não queria, ou o pai queria, enfim, aí fica essa confusão.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (REDE - AP) – Perfeito.

Já concluí Presidente... Já concluindo... Eu tinha uma pergunta final, mas acho que já foi esclarecida. Era sobre quais eram os papéis desempenhados na milícia virtual pelos Srs. Carlos, Allan dos Santos, Eduardo, Robespirlhalho e Olavo, mas o depoente aqui já esclareceu o papel de cada um desses.

V. Exa. poderia só me confirmar se o Presidente da República alguma vez se dirigiu a V. Exa. para se orgulhar do papel, da atuação dessa sua milícia virtual?

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Sim. Eu tenho aqui um vídeo onde ele próprio mostra, inclusive, a quantidade de grupos e comunidades de WhatsApp que realmente...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (REDE - AP) – O próprio Presidente da República?

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – O próprio... Não, tem ele...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (REDE - AP) – O senhor tem o vídeo?

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Tenho o vídeo aqui, e com ele falando, inclusive, com a voz dele.

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (REDE - AP) – Perfeito. Isso está disponibilizado para a CPI? Certo?

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Está disponibilizado ele falando aqui... Deixa eu ver se eu aumento... Aumenta aí.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (REDE - AP) – É bom aumentar isso.

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – É, mas na época da campanha mesmo.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Concluiu, Senador?

O SR. DELEGADO ÉDER MAURO (PSD - PA) – Sr. Presidente, não cabe nesta Comissão colocar áudio ou vídeo sem autorização judicial. Não cabe.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Nobre Deputado, seu colega vai entregar o vídeo para a Comissão.

O SR. DELEGADO ÉDER MAURO (PSD - PA) – O depoente pode falar, mas ele não pode colocar, a não ser que tenha uma ordem judicial.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Ele vai entregar o vídeo para a Comissão.

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Pois não, eu entrego o vídeo.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (REDE - AP) – Para concluir, Presidente, todos os que foram citados pelo Deputado, todos os Deputados citados...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Peço silêncio, por favor, no plenário.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (REDE - AP) – ... já são objeto de convocação desta CPMI.

Eu só queria, Presidente – me parece que é inevitável em uma futura sessão administrativa, a ser convocada por V. Exa. e pela Relatora no momento mais adequado –, apreciar o requerimento de convocação do Sr. Carlos Bolsonaro. E comunico também que protocolaremos requerimento convocando a Sra. Letícia Tatel, que também...

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Catel.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (REDE - AP) – Catel, que foi citada pelo depoente.

Era o que tinha, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Eu vou aproveitar aqui, nobre Relatora, e fazer uma pergunta ao nosso convidado.

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Pois não.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Deputado, V. Exa. tem saudades do PSL?

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Olha, eu vou falar para vocês que eu fui muito feliz no PSL. O PSL me deu...

O SR. DELEGADO ÉDER MAURO (PSD - PA) – Eu acho que é uma pergunta também inoportuna, com todo o respeito ao Presidente. Não tem nada a ver com a CPI. O senhor está sendo... Com todo o respeito, é uma pergunta leviana, para expor o Partido PSL numa condição...

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Mas eu gostaria de responder, e não vai expor porque eu não vou expor o partido, porque eu só guardo boas recordações do partido, tenho grandes amigos lá dentro, fui muito respeitado lá dentro.

O SR. DELEGADO ÉDER MAURO (PSD - PA) – Então, que fique respondida a pergunta do Presidente, que foi inadequada, covarde e irresponsável.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – A palavra está com o convidado.

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Apesar da...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Deputado, o senhor deve ter vindo aqui a serviço de alguém para ficar com essa exacerbação de pensamento. Se V. Exa., porque tem um cargo de delegado... Isso não quer dizer nada. Então, não venha com valentia aqui na Comissão não!

O SR. DELEGADO ÉDER MAURO (PSD - PA) – E o senhor, porque tem o cargo de Presidente desta Comissão, também não pode estar fazendo pergunta que não cabe nesta Comissão!

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Baixe a voz! Baixe a voz, por favor!

O SR. DELEGADO ÉDER MAURO (PSD - PA) – O senhor está sendo inoportuno nisso! Ou o senhor não sabe que não pode fazer pergunta que não tem nada a ver com a CPI? Como é que o senhor vai perguntar se ele sente saudade do PSL? Que pergunta imbecil a sua, Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Me deu vontade de perguntar. V. Exa. fique tranquilo, mas ele vai ser atendido nas suas demandas.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (REDE - AP) – Isso é quebra de decoro, Presidente.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Mas eu queria dizer, terminar aqui, que eu tenho grandes amigos lá, inclusive um deles está aqui na minha frente, que é o Deputado Filipe Barros. Guardo boas recordações de lá.

Não deu certo, fui expulso. Saí tranquilamente, vida que segue, mas eu não tenho absolutamente nada a falar do PSL. Muito pelo contrário, o partido sempre me respeitou muito bem, fiz grandes amigos lá, e gostaria, inclusive, de deixar um abraço grande aqui para o meu ex-Líder Waldir e também ao Bivar e ao Rueda, que são pessoas que sempre me respeitaram muito, me deram todas as oportunidades para esse início de Legislatura – é muito difícil quando você chega a Câmara.

Então, muito obrigado, Deputado Waldir.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Nobre Deputado Frota, ainda no setor de nostalgia, já que o senhor está elogiando muita gente, pergunto: o senhor tem saudade de ter saído do convívio do Presidente Bolsonaro? É que eu vi nas fotos que o senhor, no início da campanha, bem... Até no chão sentado e tal...

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Não, eu não tenho saudade porque a nossa relação entrou em rota de colisão profissionalmente, politicamente. Eu tenho meus motivos, ele tem os dele. E eu acho que agora é um caminho novo que eu vou seguir e ele que siga o caminho dele também, com tudo que ele vem fazendo aí.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Deputada Lídice da Mata.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA) – Presidente, no sentido de confirmar...

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Para interpelar.) – Deputado Filipe, eu prometo que é apenas uma pergunta, uma pergunta que se faz necessária para o pensamento que estou desenvolvendo aqui na linha de raciocínio da investigação.

V. Exa. se referiu algumas vezes à presença do General Santos Cruz...

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP. Para expor.) – Isso.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA) – Posteriormente, o General Santos Cruz veio a perder o seu cargo.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Exonerado.**A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA) – Foi exonerado.**

Eu queria saber se o senhor sabe por que houve esses ataques ao General Santos Cruz e se eles foram coordenados por esse tal gabinete do ódio. Queria saber também se o senhor pode identificar, além do gabinete do ódio, outros casos de *fake news* conhecidos por V. Exa. nessa ação contra o General Santos Cruz.

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Bom, o General Santos Cruz é um herói brasileiro. É uma pessoa que trabalhou incansavelmente no Exército Brasileiro, é uma pessoa respeitada no meio, na classe dele, e que se tornou meu amigo ao longo da gestão dele.

Eu vou contar aqui para vocês exatamente um episódio que, acho, mostra bastante o que vem acontecendo.

O General Santos Cruz entrou primeiro em rota de colisão com essa ala bolsolavista, com essa ala do Filipe G. Martins, com essa ala daqueles que sempre estiveram lá dentro do Palácio e que gostariam... Eu acho que o que mais criou esse distúrbio foi a verba que há na Secom. E o Fabio Wajngarten, que... Aliás, a chegada dele lá à Presidência, à Secom – está aqui o Deputado Celso Russomanno que não vai me deixar mentir –, teve a minha participação, a do próprio Celso Russomanno e também a do proprietário e CEO da Rede TV, Marcelo Carvalho, que é meu amigo também. Nós iniciamos essa conversa para que o Fabio Wajngarten viesse a ser o que ele é hoje na Secom. Houve muita confusão com isso, mas chegamos a esse momento.

Eu recebi uma ligação das maiores produtoras e produtores do cinema: Gullane, Conspiração, Pródigo... Enfim, todos eles vieram aqui, e nós fizemos uma audiência pública onde existia uma preocupação enorme com os caminhos que o audiovisual e o cinema do País iriam seguir. Eles me procuraram, pediram que eu tentasse interferir junto à Secretaria de Cultura – infelizmente se tornou uma Secretaria de Cultura, deixou de ser um Ministério –, e me relataram o seguinte: desde 2008, se eu não me engano, a Apex patrocinava o Festival de Cannes; ela levava os artistas, diretores, produtores e filmes ao Festival de Cannes, há muitos anos levava. Passou por todos os governos e sempre foi assim – parece-me que era um patrocínio de R\$500 mil. Os governos vieram trabalhando com esse patrocínio, mas, quando chegou o Governo Bolsonaro, por acaso, acaba o convênio da Apex com o Governo Federal e, aí, então, esses proprietários das maiores empresas – volto a repetir – do cinema nacional, as grandes produtoras, me procuram para tentar reverter o caso. E aí eu vou a quem eu considerava meu amigo, e que é meu amigo, o Gen. Santos Cruz, e passo para ele o que vinha acontecendo. É que essa mesma turma do cinema tentou acesso à Apex e, pela primeira vez em muitos anos, não conseguiu



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

acesso à Apex, a partir do momento em que o Presidente Jair Bolsonaro assumiu; não conseguiram acesso à Apex.

O que acontece com isso? Eles me procuram para tentar reverter. Eu vou ao Santos Cruz e conto para ele o que estava acontecendo. Volto a lembrar a vocês aqui que, na época, a Diretora-Geral da Apex era a Sra. Leticia Catel, e eles ouviram de lá, os produtores, que não haveria esse dinheiro para o patrocínio do Festival de Cannes.

Então, eu tentei junto ao Santos Cruz que ele fizesse exatamente isto, que ele entrasse em contato com o Vilalva, que na época era o CEO da Apex, para tentar viabilizar esse patrocínio. E me lembro, inclusive, de ter falado por telefone com o Major Cid, que acompanha o Presidente Jair Bolsonaro, e eles estavam em Israel. Qual era a nossa preocupação? Nossa preocupação era que artistas consagrados e diretores pegassem suas redes sociais, como o Instagram, e comesçassem a falar que justamente agora, no Governo Bolsonaro, a Apex encerraria a negociação para uma possível renovação de contrato. E foi exatamente isso que aconteceu.

O Gen. Santos Cruz entrou em contato com o Vilalva e posteriormente recebeu uma ligação inesperada do Chanceler, do Ernesto Araújo, dizendo que era para ele não interferir nesse processo, que não haveria forma de patrocinar ou de se negociar um novo adendo por 40 dias, para que pelo menos eles pudessem ir para o Festival de Cannes. Com isso, encerrou-se ali o patrocínio, os produtores do cinema viajaram por conta própria. Porém, logo após a saída da Leticia Catel da Apex, logo após a saída dela, eu ligo para o novo Diretor da Apex, Almirante Segovia, e ele me atende imediatamente, coisa que a Apex, via Dr. Vilalva, não tinha feito. Ele me atende, me pede desculpas e me relata que poderia, sim, ter patrocinado o Festival de Cannes. Então, esse foi um momento em que eu vi pessoas que talvez nada tivessem a ver com a Apex influenciarem uma decisão. E, com isso, as produtoras acabaram viajando sem o patrocínio da Apex. Hoje não sei se já foi renovado ou se não foi renovado, mas sempre foi um patrocínio importante. Acredito que tenha passado pelo Governo Lula, passou pelo Governo Dilma, pelo Temer, mas posteriormente não passou pelo Governo Bolsonaro.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Com a palavra o Deputado Rui Falcão.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP. Para interpelar.) – Presidente, inicialmente eu queria pedir que fossem colocados como documentos oficiais desta CPMI todos os vídeos de que o Deputado Alexandre Frota diz dispor, que esses vídeos fossem colocados como documentos oficiais, e depois, inclusive, através dos poderes judiciais desta Comissão, que pudessem ser exibidos aqui.

Em segundo lugar, embora o Deputado já tenha disponibilizado, eu gostaria que a gente pedisse a quebra do sigilo telefônico nessas datas citadas – não de todo o seu sigilo –, para que



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

a companhia telefônica – Presidente, é importante isto aqui – pudesse identificar não o número do Deputado, que já tem, mas qual é o número que ligou para ele.

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP. Para expor.) – Perfeito.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP) – Então, queria pedir formalmente a quebra do sigilo.

Segundo: o Deputado faz depoimento aqui em uma extensão que transcende até os objetivos iniciais desta CPMI. O Deputado fez afirmações aqui que, se verazes, podem implicar o Presidente da República em crime de responsabilidade, e nós, como Deputados e Senadores, estaríamos prevaricando se não tomássemos medidas legais e oficiais em relação a essas afirmações do Deputado, que precisam ser confirmadas, periciadas se for o caso.

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Claro.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP) – Mas, para que tenham mais verossimilhança as declarações do Deputado, eu queria fazer algumas perguntas de ordem pessoal. Não queria que o Deputado levasse a mal...

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Perfeito, claro.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP) – São só perguntas de sim ou não, para que depois eu possa prosseguir. São perguntas simples. Passo a fazê-las.

Deputado, o senhor é comunista?

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Não.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP) – O senhor é de esquerda?

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Não.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP) – O senhor já integrou o Foro de São Paulo?

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Não.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP) – O senhor é do Grupo de Puebla?

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Não.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP) – Qual é a sua caracterização política? Direita, extrema-direita ou centro-direita?

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Eu comecei na extrema-direita e...



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP) – Não, a sua qualificação hoje. O senhor foi da extrema-direita para...

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Para o centro-direita.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP) – Centro-direita. Então, não há nenhuma das suas afirmações que esteja beneficiando, pelas suas características, pelo seu passado e pelo seu presente, qualquer intenção de qualquer partido alinhado com outra ideologia?

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Não.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP) – O senhor é, portanto, uma pessoa de centro-direita. Já foi de extrema-direita e transitou para o centro-direita.

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Isso.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP) – Então, passo a fazer algumas perguntas ao senhor.

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – O.k.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP) – Em algum momento, o senhor disse que tinha um áudio bomba. São esses áudios a que o senhor se referiu ou tem outros?

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Não, tenho outros.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP) – Então, gostaria que o senhor também pudesse... Peço que todos esses áudios que o senhor diz ter sejam entregues à CPMI.

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Perfeito.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP) – Quantos são além desses que o senhor mencionou?

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Como?

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP) – Quantos são além desses que o senhor mencionou?

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Muitos. Acho que pelo menos uns nove.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP) – Dez?

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Uns nove.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP) – Nove?

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – É.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP) – Então, eu gostaria que todos eles pudessem ser disponibilizados.

O senhor afirmou, durante o programa Roda Viva, que houve *fake news* na campanha do PSL e do Bolsonaro. Como é que o senhor sabe disso? O senhor viu algum desses materiais circulando?

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Eu não afirmei. Eles me perguntaram isso...

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP) – E o senhor negou?

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – E eu falei que não tinha conhecimento disso.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP) – Talvez porque, em algum momento, o senhor privava muito do círculo íntimo...

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Sim.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP) – Mas o senhor disse que, em determinados momentos, o senhor era "jogado para o lado".

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Sim.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP) – Para isso? Para não ficar sabendo?

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Talvez. Talvez sim.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP) – O senhor disse também, logo no começo, "o que eu fiz, vi e vivi".

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Isso.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP) – Mas eu perguntei e o senhor disse que não. Mas o senhor não participou? Estava no meio de tudo isso...

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Não participei.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP) – Não participou de nada?

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Nesse ponto eu não participei.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP) – Em qual ponto o senhor participou?

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Eu participei no ponto da minha própria campanha e das viagens que eu fiz com o Jair Bolsonaro.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP) – O senhor produziu *fake news*?

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Não produzi *fake news*. Não fiz parte dessa milícia, não fiz parte desse negócio.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP) – Por que o senhor é contra?

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Não só contra, como eu estava preocupado com outras coisas, estava fazendo outras coisas e não tinha esse interesse.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP) – Por exemplo?

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Minha campanha na época. Eu estava viajando...

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP) – O senhor disse que fez uma campanha...

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – ... fiz 35 mil quilômetros de carro, fiz 90 cidades..

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP) – Fez uma campanha independente?

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Fiz.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP) – Mas o senhor, por acaso, usava os serviços da agência Vinix, de Vinicius da Silva Gonçalves?

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Não.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP) – Que também prestava serviço para a Deputada Carla Zambelli?

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Não. Nunca ouvi falar.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP) – O senhor citou alguns empresários aqui e se referiu a um tal de Meyer.

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Sim.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP) – Os jornais, na ocasião, falavam que há um grande empresário, CEO da Tecnisa, Meyer Nigri. O senhor só ouviu "Meyer"?

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Sim.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP) – Não ouviu "Nigri"?



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Não.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP) – O senhor sabe se empresários contratavam agências na Espanha, na Colômbia, na Bolívia, ou em outros países? Há um tal de Luis Novoa, dono de uma agência espanhola chamada Enviawhatsapps, que também há outros nomes, que afirmou que empresas brasileiras compravam disparos a favor de Bolsonaro. O senhor também não tem conhecimento ou tem conhecimento?

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Não. Não tenho conhecimento disso.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP) – Quem é que fazia os disparos de WhatsApp com *fake news* para os grupos de apoiadores do PSL? Era o núcleo que o senhor mencionou aí e que hoje está no Palácio ou os empresários, também eles, que contratavam agência de *marketing* digital para fazer os disparos?

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Bom, o Paulo Marinho hoje relatou que essa AM4 foi que fez toda a campanha, ele próprio me falou isso; fora as pessoas, os amantes, os publicadores e replicadores que existiam nessa campanha toda. Mas a única empresa de que eu ouvi falar, hoje inclusive, porque liguei para ele, foi essa AM4.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP) – O senhor ligou para o Paulo Marinho?

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Liguei para o Paulo Marinho.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP) – Que tinha mais subsídios para...

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Isso. Mas ele falou para mim que...

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP) – Só se falou sobre isso?

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Ele falou para mim que quem poderia nos ajudar seria o próprio Marquinhos, que é o dono da empresa.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP) – Eu vi que o senhor já foi reinquerido sobre essa questão de que "a casa vai cair lá em Curitiba". Parece-me muito pouco um vídeo de dois anos atrás dizendo que o senhor ia ser Ministro da Cultura, não creio que isso fosse suficiente para causar um terremoto, a ponto de a casa cair. Geralmente, quando a gente fala "casa cair", são fatos gravíssimos.

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Sim.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP) – E, por mais que se possa imaginar que o senhor não pudesse ser Ministro da Cultura, que isso pudesse ser uma bomba, e realmente algumas





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pessoas achavam que sim, não havia outros fatos? Por exemplo, nessa ocasião não houve nenhum contato, nessa visita a Curitiba, com o atual Ministro Sergio Moro?

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Não. Eu nem vi o Moro.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP) – O senhor nunca teve contato com ele na campanha?

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Não. Nunca tive contato com ele.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP) – O que teria levado o senhor... Eu vi aqui as faixas do público, provocadoras, dizendo que o senhor era traíra...

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Isso.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP) – As faixas diziam isso, não sou eu.

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Passei a ser traíra, é o que eles falam.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP) – Dizem que o senhor "transitou pelas malhas do poder, traidor". A que o senhor atribui esse tipo de increpação ao senhor?

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Essa manifestação toda que fizeram? Ué, porque...

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP) – "Nadaram entre nós pelo poder." Eles veem que o senhor transitava no poder e, por algum motivo ainda desconhecido, o senhor nadou ali como traíra para outras...

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – É a partir do momento em que você passa a ser contraditório, passa a não concordar com determinadas coisas, que você se torna traidor, você se torna o judas, você se torna o cara que está cuspiendo no prato que comeu, e mais uma série de coisas que a gente tem visto aí.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP) – O senhor mencionou um fato, de ruptura talvez, que foi aquele seu pronunciamento na tribuna da Câmara. Aliás, Presidente, eu gostaria que fosse requisitado o vídeo desse pronunciamento do Deputado Paulo Pimenta e, em seguida, do Deputado Alexandre Frota.

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Perfeito.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP) – Teria sido esse o detonador da sua exclusão?

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Isso também. A gente já vinha entrando em rota de colisão com o Governo...





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP) – Por quais motivos?

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Por vários motivos. Quando nós chegamos na transição...

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP) – *Fake news* eram motivo?

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Quando nós chegamos na transição, o PSL foi o partido que já foi preterido pelo Governo. Se a gente fosse perguntar hoje qual partido que foi mais apoiado pelo Governo, a resposta seria que foi o DEM. O PSL foi um partido que ficou preterido ali dentro da transição. E isso não sou só eu que falo; a maioria dos Deputados, inclusive do PSL, falam e reclamavam disso. O problema é que ninguém tinha coragem de falar.

Fora isso, houve vários outros momentos de colisão: em relação à Ancine, em relação a esse caso que contei da Apex aqui, do patrocínio com as produtoras de cinema e, principalmente, também o processo que nós fizemos para a Secretaria de Cultura junto com o Deputado na época, o Secretário Henrique Pires. A partir de uma reunião que nós fizemos com o Osmar Terra, nós planejamos seis secretarias para apoiar, dar total estrutura ao Ministro, que tinha relatado inclusive que o que ele entendia de cultura era tocar berimbau – ele próprio falou isso. Então, nós começamos a preparar um processo de seis secretarias. Envolveu também a Ancine... Enfim, vários processos foram entregues a esse Governo, e depois não foi cumprido com a gente. Então, a partir daí começa uma rota de colisão sem parar.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP) – Deputado, o senhor afirmou aqui duas coisas em momentos diferentes. Uma, que o Sr. Fabio Wajngarten é um homem honrado – ninguém colocou isso aqui em dúvida, não estamos fazendo juízos morais aqui –; e o senhor mencionou também que, para que ele fosse indicado como Secretário da Secom, houve muita confusão.

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Houve confusão e discussão.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP. Para interpelar.) – Então, primeiro eu gostaria de fazer a seguinte pergunta: que o senhor esclarecesse que confusão foi essa. E, segundo, ele tinha uma agência de *marketing* antes de ser...

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Ele era publicitário.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP. Para interpelar.) – Isso. O senhor sabe se ele ofereceu disparos de mensagens para alguns candidatos? Ele estava envolvido nesse processo da campanha eleitoral? Então, que o senhor respondesse qual é a confusão e essa segunda pergunta.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Tá. Ele não estava envolvido, até onde eu sei, nesses disparos. Eu levei o Fabio para lá...

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP) – Foi o senhor que indicou?

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Eu, o Celso ajudou nessa indicação, o Celso Russomanno, que está até aqui dentro, e o Marcelo de Carvalho. Era uma coisa que o Fabio...

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP) – Então, o senhor não foi tão preterido assim, porque conseguiu nomear o secretário da Secom.

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP. Para expor.) – Não, mas não sabe a guerra que foi e a luta que foi. Era um sonho dele, ele gostaria, não sei se só pelo poder, pela maneira como ele queria. Ele trabalhou na campanha, várias vezes eu encontrei com ele pela campanha do Presidente. E nós fomos à sala do Presidente, eu, o Marcelo de Carvalho, o Santos Cruz estava e mais o Jair Bolsonaro. E fomos pedir para que o Fabio se tornasse o diretor da Secom, enfim. Eles queriam dar algo menor, o Santos Cruz não queria contratá-lo, só se o Bolsonaro quisesse muito que contratasse, enfim. E, a partir daí, se estabeleceu uma discussão. Posteriormente a isso, nós estivemos outras vezes lá com o mesmo assunto, o Fabio também várias vezes ligando: "E aí? Acho que vai dar certo". Ele pediu também que o Flávio Bolsonaro interferisse nessa contratação. Enfim, ele acabou se tornando o diretor da Secom.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP) – O senhor chama isso tudo de confusão?

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Foi uma confusão porque levou mais de um mês para resolver um processo que talvez pudesse ter sido resolvido com mais rapidez, até porque, até onde eu sei, o Fabio é um empresário, é qualificado, publicitário, como você mesmo falou aqui. Então, essa foi a confusão.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP) – Presidente, para concluir, eu percebo que o Deputado Alexandre Frota, que veio aqui espontaneamente colaborar, talvez tenha muito mais coisa a nos dizer no correr desta CPMI. Então, que o senhor se disponha, Deputado...

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Claro.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP) – ... a ficar aqui como uma espécie de colaborador permanente...

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Perfeito.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP) – ... inclusive porque o senhor é membro suplente aqui da CPMI.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Isso aí. Eu pedi, inclusive, para entrar.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP) – Certamente tem coisas que o senhor não pôde falar hoje ainda, pode falar no futuro...

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Perfeito.

(*Soa a campanha.*)

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP) – ... e pode trazer novos documentos, novas provas para que esta CPI possa avançar nos seus objetivos. Como colaborador, o senhor nos ajudou bastante.

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Muito obrigado.

O SR. EDUARDO BOLSONARO (PSL - SP) – Tempo de líder...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Na condição de líder, o Deputado Eduardo Bolsonaro solicita a palavra, conforme o art. 6º: "Ao Líder é lícito usar da palavra, uma única vez, em qualquer fase da sessão, pelo prazo [...] de 5 (cinco) minutos, para comunicação urgente".

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Sr. Presidente, Sr. Presidente, me inscreva como líder também.

O SR. EDUARDO BOLSONARO (PSL - SP) – Sr. Presidente, antes somente gostaria de perguntar qual é a condição do Deputado Alexandre Frota aqui, é de Deputado, é de inquirido?

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Convidado.

O SR. EDUARDO BOLSONARO (PSL - SP) – Convidado, mas não de Deputado, né? Convidado como outro qualquer.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Convidado.

O SR. EDUARDO BOLSONARO (PSL - SP. Pela Liderança.) – Perfeito.

Sr. Presidente, primeiro, só a presença do Alexandre Frota aqui já é um escárnio com a sociedade brasileira. Achar que ele vem aqui para tentar trazer luz sobre *fake news*? A palhaçada começa em si só quando ele próprio já demonstra aqui um *print* de um *post* do Olavo que não foi o Olavo que escreveu. Em 29 de março, o Olavo já desmentiu essa *fake news* que o senhor acaba de propagar aqui, Sr. Alexandre Frota.

Mas eu não vou ficar aqui fazendo perguntas nem nada desse tipo não, porque eu tenho mais o que fazer. Eu tenho que trabalhar, ao invés de ouvir baboseiras e ilações sem qualquer





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

conexão com a verdade. Espero que o senhor aproveite os seus tempos aqui, com o pessoal de PT...

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP. Para expor.) – Estou aproveitando.

O SR. EDUARDO BOLSONARO (PSL - SP. Para interpelar.) – ... fazendo massagem no ego do senhor.

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP. Para expor.) – Estou aproveitando. Estou aproveitando.

O SR. EDUARDO BOLSONARO (PSL - SP. Para interpelar.) – Conheci o senhor quando o senhor mendigava carona para o então candidato Jair Bolsonaro; disputava para ver quem iria levá-lo à Jovem Pan, lá no Aeroporto de Congonhas.

Eu fico pensando, o que passa pela sua cabeça? Olha para mim aqui, Alexandre!

Eu nunca... Eu nunca cheguei...

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP. Para expor.) – O que passa pela minha cabeça só interessa a mim; não interessa a você.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Deputado, V. Exa. pediu a palavra...

O SR. EDUARDO BOLSONARO (PSL - SP. Para interpelar.) – Eu nunca cheguei a trocar uma ideia...

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP. Para expor.) – Desculpe, mas o que passa na minha cabeça só interessa a mim, e não a você.

O SR. EDUARDO BOLSONARO (PSL - SP. Para interpelar.) – Porque é o seguinte, as pessoas, a população, em geral, Sr. Presidente, tem aversão a esse tipo de conduta. A pessoa é muito sua amiga, dá tapa nas costas, aí é eleito, depois muda de lado. Eu fico impressionado de ver...

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP. Para expor.) – Quem te falou que eu mudei de lado?

O SR. EDUARDO BOLSONARO (PSL - SP. Para interpelar.) – Eu fico impressionado de ver... Eu fico impressionado de ver...

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Corta o microfone! É o tempo de Líder, Presidente.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO BOLSONARO (PSL - SP. Para interpelar.) – Eu estou fazendo o uso da palavra, Sr. Presidente. Poderia só me assegurar a palavra, por favor!

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Pois não. Eu gostaria que o nobre Deputado Alexandre, após a fala...

O SR. EDUARDO BOLSONARO (PSL - SP. Para interpelar.) – Depois você constrói as mentiras aí. Eu não tenho medo de cara feia, não! Para mim você é só mais um! É só mais um...

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP. Para expor.) – Tá bom! Você também para mim é só mais um...

O SR. EDUARDO BOLSONARO (PSL - SP. Para interpelar.) – ... é só mais um traira, que traiu e apunhalou o Presidente pelas costas, lamentavelmente!

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Vamos deixar o aquário para outro momento. A palavra está com o Líder – viu, Deputado Alexandre Frota? –, por favor.

O SR. EDUARDO BOLSONARO (PSL - SP. Para interpelar.) – O senhor era menos promíscuo quando só fazia filme pornô. Hoje em dia essa promiscuidade enoja o Brasil inteiro...

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP. Para expor.) – Mas você assistiu muito, não é? *(Risos.)*

O SR. EDUARDO BOLSONARO (PSL - SP. Para interpelar.) – Não, nem um pouco! Nem um pouco!

(Tumulto no recinto.)

O SR. EDUARDO BOLSONARO (PSL - SP. Para interpelar.) – Nem um pouco!

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP. Para expor.) – Eu sei que você gosta! Eu sei que você gosta!

O SR. EDUARDO BOLSONARO (PSL - SP. Para interpelar.) – Aproveite... Aproveite os seus momentos... Aproveite os seus momentos... Quatro anos passam rápido, Sr. Presidente! Depois de quatro anos...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Vamos manter o nível do debate, com tranquilidade, com paz. Isso é importante.

O SR. PAULO RAMOS (PDT - RJ) – Presidente, vamos manter a ordem.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO BOLSONARO (PSL - SP. Para interpelar.) – É o nível do nosso Parlamento, não é, Presidente? É o nível do nosso Parlamento: Alexandre Frota falando sobre *fake news*...

Vamos lá.

Deputado Rui Falcão perguntando para Alexandre Frota se é de direita, de esquerda... Ele não tem intelecto para se definir com relação a isso. É lamentável que a gente esteja aqui... E ele fala um monte de besteira, um monte de baboseira. Aí, aqui, é levado com seriedade pelos Deputados do PT, que ignoram o fato de que Lula foi denunciado por Marcos Valério como mandante do assassinato de Celso Daniel. Mas, aqui, parece que é muito foco e energia para tentar dizer que existe um gabinete de ódio, uma milícia virtual. E disso tudo, Sr. Presidente, a gente sabe qual é a intenção – o Rui Falcão acabou de falar aqui: são coisas que podem levar ao *impeachment*. Eu duvido que isso daí ocorra, porque o Presidente Jair Bolsonaro tem...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. EDUARDO BOLSONARO (PSL - SP) – Crime de responsabilidade leva a quê? A *impeachment*. Não rebaixe minha intelectualidade, não, Deputado Rui Falcão! Os senhores podem muito bem usar o Alexandre Frota, mas a mim, não!

Então, quero só fazer esses registros aqui, Sr. Presidente, neste pouco tempo que me resta, porque realmente esta CPMI aqui não serve para outra coisa, que não criar essa narrativa.

O próprio proponente desta CPMI da Fake News, Deputado Alexandre Leite, diz que a intenção dele era investigar outras coisas, mas uma CPMI a gente sabe como é que começa e não sabe como é que termina. E a gente está hoje aqui, ouvindo Alexandre Frota, chamando Joice... Mais quem? Bruno Gagliasso, Caetano Veloso, pessoas que só têm como única missão tentar destruir o Governo Bolsonaro. Então, aqui, na verdade, virou um palco político. Eu vou me retirar porque não vou perder meu tempo. Vai continuar falando aí à vontade as mentiras que ele quiser, e eu espero não retornar mais a esse assunto aqui. Quem sabe, voltando a ser ator de filme pornô, como o senhor diz...

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP. Para expor.) – Que você gosta!

O SR. EDUARDO BOLSONARO (PSL - SP. Para expor.) – Não gosto, não! Rita Cadillac é...

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP. Para depor.) – Tu gosta! Tu gosta, sim, que eu sei!





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Vamos manter o nível do papo. Vamos manter o nível, gente!

O SR. EDUARDO BOLSONARO (PSL - SP. Para interpelar.) – Sr. Presidente, só me assegure a palavra. Estou terminando!

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Pois não, Deputado! Para concluir...

O SR. PAULO RAMOS (PDT - RJ) – Esse prazer não nos interessa!

O SR. EDUARDO BOLSONARO (PSL - SP. Para interpelar.) – E o próprio Olavo de Carvalho já desmentiu!

Mas, no mais, Sr. Presidente, espero que o pessoal que esteja assistindo aí no Senado continue se deleitando com esse conto de fadas que o Alexandre Frota vem aqui falar.

E, olhe, hoje é dia 30 de outubro de 2019. Eu vou me encontrar com o senhor em outubro de 2022...

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP. Para expor.) – Que bom!

O SR. EDUARDO BOLSONARO (PSL - SP. Para interpelar.) – ... e a gente vai ver o julgamento não que eu estou fazendo, o julgamento que o povo fará com essa sua carinha de deboche aí. Vai ser um prazer!

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP. Para expor.) – Vamos lá! É isso aí! Vamos lá!

O SR. EDUARDO BOLSONARO (PSL - SP. Para interpelar.) – O apressado come cru, não se esqueça disso!

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP. Para expor.) – É, come (*Trecho editado nos termos do art. 48, inciso XXXI e art. 19, inciso I. do Regimento Interno.*).

O SR. EDUARDO BOLSONARO (PSL - SP. Para interpelar.) – Um abraço, Sr. Presidente. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Com a palavra, para contraponto, o Líder do PT, Deputado Paulo Pimenta.

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP. Para expor.) – Agora vai sair? Vai embora? Não vai ouvir?

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Só um momentinho, por favor!





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS. Para interpelar.) – Sr. Presidente, eu acho que o Deputado Eduardo Bolsonaro deveria ficar porque...

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP. Para expor.) – Só um minuto! O moleque vai embora... Ele não quer ouvir agora. Olha lá! Já fez o *show* dele.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Vamos manter o nível da Comissão, minha gente.

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS. Para interpelar.) – Devolva o meu tempo, por favor, Presidente.

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP. Para expor.) – É um mimado o nenenzinho!

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS. Para interpelar.) – O meu tempo, por gentileza!

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Deputado Paulo, por favor, a palavra é sua.

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS. Para interpelar.) – Só corrija o meu tempo ali, Presidente.

Olha, eu gostaria de falar na frente do Deputado Eduardo Bolsonaro.

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP. Para expor.) – Ele correu, não é?

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS. Para interpelar.) – Infelizmente, ele teve uma atitude aqui, digamos assim, não vou dizer covarde; vou dizer deselegante, porque falou, ofendeu várias pessoas, levantou e foi embora.

Sr. Presidente, eu quero dizer o seguinte: o fato mais importante aqui, no dia de hoje, foi um fato que desestrutura a família Bolsonaro. Sempre que alguém fala em Queiroz, esse nome provoca o que foi provocado aqui no Eduardo Bolsonaro. Quando o Deputado Alexandre Frota revela que a proteção ao Queiroz é comandada pelo próprio Jair Bolsonaro, que é o próprio Jair Bolsonaro que liga para Deputados para exigir proteção a essa figura que foi denunciada no dia 15 de dezembro e até hoje não apareceu para depor, protegido pelo novo Filinto Müller do Brasil... Sergio Moro é o novo Filinto Müller, a política dos bolsonaros é comandada por ele. Os bolsonaros estão desesperados. Por quê? Por causa dos áudios do Queiroz. Esses dois cidadãos – se é que dá para chamá-los de cidadãos –, esses dois indivíduos – um mora no condomínio; o outro visitava o condomínio –, os dois têm como chefe um cara chamado Capitão Adriano, que está foragido e que, ao que tudo indica, é quem comandou o assassinato da Marielle. A mãe e a mulher do Capitão Adriano estavam até dezembro nomeadas no gabinete do Flávio Bolsonaro.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP. Para expor.) – Onze anos!

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS. Para interpelar.) – As duas depositavam o dinheiro na conta do Queiroz, e da conta do Queiroz foram pagas despesas, inclusive, da Primeira-Dama, na conta em que entrou dinheiro do principal envolvido na investigação da morte da Marielle... A mulher dele, a mãe dele botavam o dinheiro na conta do Queiroz, e o Queiroz pagava a conta até da Primeira-Dama. É isso que os deixa desesperados.

Ninguém aqui está dizendo que o Jair Bolsonaro estava dentro da casa 58, mas o Brasil quer saber quem estava na casa 58. Quem estava na casa 58? Ninguém está dizendo aqui que o Jair Bolsonaro participou. Ninguém disse isso.

Agora, senhoras e senhores, esse Capitão Adriano, miliciano foragido, recebeu a Medalha Tiradentes na cadeia. O Flávio Bolsonaro levou para ele. Ele estava preso quando foi proposta uma homenagem para ele na Assembleia Legislativa. Assassino! Bandido! Tinha a mulher e a mãe nomeadas no gabinete há 12 anos. A mulher nunca tirou o crachá da Alerj, o dinheiro ia para a conta do Queiroz. É fácil para a família Bolsonaro provar a sua inocência. Por que vocês não deixam a quebra do sigilo bancário do Queiroz? Vamos trazer o Queiroz aqui nesta CPI, gente, vamos! Vamos ver se da conta do Queiroz saía dinheiro para pagar milícia digital. Vamos aprovar nós todos juntos aqui – eu queria pedir para o Eduardo Bolsonaro, inclusive, assinar o requerimento comigo –, vamos quebrar o sigilo do Queiroz.

(Soa a campainha.)

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS) – ... o sigilo fiscal, telefônico, bancário, telemático. Vamos ver se dessa conta que o tesoureiro da família comandava saiu pagamento para a milícia digital. Resolve o problema.

Mas não, ofendem o Supremo Tribunal Federal, chamam de hiena. Esse que saiu daqui agora postou uma foto do Tim Lopes esta semana. Queria dizer o quê para os jornalistas quando postou a foto do Tim Lopes? O que ele quis dizer? Foi para a tribuna ontem ameaçar o País de golpe. E aí, na hora em que está no debate...

O SR. ANGELO CORONEL (PSD - BA) – Concluindo, Deputado.

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS) – ... fala o que quer, vira as costas e foge. Além de mimados, são covardes, e vão acabar tudo na cadeia, junto com o Queiroz, que é o lugar onde ele tem que ... Miliciano tem que estar é na cadeia, esse é o lugar em que eles todos vão parar, Sr. Presidente.

O SR. PAULO RAMOS (PDT - RJ) – Presidente.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ANGELO CORONEL (PSD - BA) – Senador Humberto Costa.

O SR. PAULO RAMOS (PDT - RJ) – Presidente, no momento oportuno eu gostaria de falar pela Liderança do PDT.

O SR. ANGELO CORONEL (PSD - BA) – Pois não.

Senador Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (PT - PE. Para interpelar.) – Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, Sras. Parlamentares, Sr. depoente, Deputado Alexandre Frota, em primeiro lugar, pelo que nós vimos aqui hoje, talvez o Congresso Nacional não tenha, nos últimos anos, tomado uma decisão tão correta quanto a de instalar esta CPI. Esta CPI e V. Exa., Deputado, que veio aqui, poderão ter dado uma contribuição à democracia no nosso País que talvez demore muito tempo para nós termos outra semelhante.

Aqui, menos do que investigar 2018, que é importante, ouvindo um depoimento desses a gente identifica como o Tribunal Superior Eleitoral é incompetente, ou não é incompetente, para chegar a isso que foi determinante para a resolução da campanha eleitoral do ano passado. Mas a importância é para o futuro. Talvez nem todos aqui tenham sido vítimas dessas milícias. Eu já fui, outros foram, a gente sabe o que isso representa, e qualquer um aqui, se nós não desmontarmos isso daqui para frente, vai ser, pode ser vítima desse tipo de ação. Primeiro.

A segunda constatação que eu faço é que o motor desse projeto político que está à frente do nosso País não são ideias, não são propostas, mas é uma coisa: é o ódio, é o ódio! Eu antes pensava que nós éramos as únicas vítimas do ódio, mas, observando o tratamento que é dado a pessoas como o próprio Alexandre Frota... Mas aí eu até fico calado, porque ele foi para o enfrentamento com esse grupo, ele rompeu. Mas e no caso do Vice-Presidente, que ele narrou aqui? E no caso do Gen. Santos Cruz? E de tantos outros? É um ódio, é a incapacidade de conviver com qualquer tipo de diferença de opinião, de ideia. Isso é uma constatação que nós temos que fazer e mostrar para o Brasil. O que move o projeto desse Governo, desse bloco político é o ódio, coisa que não casa com o nosso País.

Mais, Presidente, eu queria colocar aqui: esta CPI, até pelo papel fundamental que ela tem, tem que funcionar o tempo previsto pela Constituição. Não podemos aceitar qualquer tipo de interpretação de que, agora em dezembro, a CPI acaba. Nós temos que trazer todos esses atores aqui. Isso é fundamental para a democracia, é fundamental para o nosso País.

E quero fazer uma sugestão: a julgar pelo que foi dito pelo Deputado, existem três pessoas que poderiam entrar imediatamente na fila de depoimentos aqui: o Sr. Bebianno, a Deputada Joice Hasselmann e o Gen. Santos Cruz, porque eu acho que são pessoas que têm credibilidade,





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

inclusive, para virem aqui, confirmarem ou não as colocações do Deputado Alexandre Frota e trazerem novas questões.

Mas a minha pergunta a V. Exa., Deputado, é a seguinte: essas milícias funcionaram na eleição, e V. Exa. confirma que elas continuam funcionando hoje em dia...

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP. Para expor.) – Sim, confirmo.

O SR. HUMBERTO COSTA (PT - PE. Para interpelar.) – ... moendo adversários, principalmente...

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Os ex-aliados.

O SR. HUMBERTO COSTA (PT - PE) – Dizia o ex-Senador Antonio Carlos Magalhães que o pior inimigo é o último, e geralmente acontece exatamente isso.

Mas eu lhe pergunto, porque isso é importante, inclusive, para podermos fazer cruzamentos fundamentais: é do seu conhecimento que essas milícias estejam sendo utilizadas ou estão ou foram utilizadas para atacar, por exemplo, o Presidente da Câmara ou o Presidente do Senado?

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP. Para depor.) – Sim.

O SR. HUMBERTO COSTA (PT - PE. Para interpelar.) – É possível nesse cruzamento identificar...

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP. Para depor.) – Sim.

O SR. HUMBERTO COSTA (PT - PE. Para interpelar.) – ... que as coisas partem do mesmo lugar?

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP. Para depor.) – Sim.

O SR. HUMBERTO COSTA (PT - PE. Para interpelar.) – Isso é... Relatora, essa é uma coisa muito importante que está sendo dita aqui. Com certeza, o Presidente do Senado e o Presidente da Câmara devem ter orientado as suas Casas para fazerem investigações e eles devem ter documentos que podem fazer...

E eu pergunto: e em relação ao Supremo, os ataques que o Supremo recebeu?

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP. Para depor.) – Também.

O SR. HUMBERTO COSTA (PT - PE. Para interpelar.) – Então, sinceramente, nós temos aqui uma matéria-prima extremamente farta para trabalharmos.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

E a última pergunta. Aqui, nesse processo de votação de várias coisas – nós nos lembramos aqui –: Estatuto do Desarmamento, essa proposta de mudança do Estatuto do Desarmamento, reforma da previdência; medida provisória de mudança da estrutura administrativa do Governo, inclusive com a mudança do Coaf do Ministério da Fazenda para o Ministério da Justiça... E aqui muitos, pelo menos Senadores – não posso falar pelos Deputados –, mas muitos Senadores ficaram fortemente impressionados, pressionados e influenciados no seu voto por esse tipo de ação e de milícia digital. V. Exa. confirma que essas milícias possam também ter atuado no sentido de fazer esse cerco ao Congresso Nacional para fazer valerem determinados interesses de votações aqui nas duas Casas?

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP. Para expor.) – Sim, sim, foi tentado, por diversas vezes, todos nós sabemos disso. A pressão como... Vou falar pelo Deputados, que, muitas vezes, se comportam pensando no que vai acontecer lá fora, na maneira como vai acontecer, por pressão externa, por pressão dessas milícias, dessas gangues virtuais que têm esse comportamento que vocês viram aqui do embaixador...

O SR. HUMBERTO COSTA (PT - PE) – Sim.

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – ... que infelizmente não está aqui, saiu correndo com os seguranças dele e não ficou aqui para ouvir falar porque falar que é um escárnio o convite, atendendo a um gentil convite de vocês aqui... Escárnio foi a tentativa dele de passar por cima de tudo e de todos e tentar se tornar embaixador nos Estados Unidos. O escárnio foi ele falar que vai fechar o STF com um jipe e com um cabo, não é?

E, quando ele me chama de caroneiro, ele está chamando todos os Deputados que apostaram um dia no pai dele. Agora, eu acho que é melhor ser caroneiro do que fura fila.

O SR. HUMBERTO COSTA (PT - PE. Para interpelar.) – Ainda, Sr. Presidente, eu queria perguntar se V. Exa. conhece a Sra. Bruna Luiza Becker, que foi assessora no Ministério da Educação. O senhor tem conhecimento de que essa senhora também seja produtora de notícias falsas?

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Não, não conheço. Nunca ouvi falar de Bruna Becker.

O SR. HUMBERTO COSTA (PT - PE) – Pois não.

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Eu tenho os nomes aqui de quem já ouvi falar e conheço. Posso passá-los aqui.

O SR. HUMBERTO COSTA (PT - PE) – O.k.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por último, eu só queria aqui, para respaldar o que disse V. Exa... O senhor citou José Matheus Sales Gomes.

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Sim.

O SR. HUMBERTO COSTA (PT - PE) – Esse é assessor presidencial...

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Sim.

O SR. HUMBERTO COSTA (PT - PE) – ... com um salário de R\$13.623,33.

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Isso. Confirmo.

O SR. HUMBERTO COSTA (PT - PE) – O Sr. Felipe Martins, com um salário de R\$16.944,90.

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Confirmo.

O SR. HUMBERTO COSTA (PT - PE) – E o Sr. Tercio Tomaz, com um salário de R\$13.623,33.

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Perfeito. Confirmo.

Ainda tem mais um Mateus, mas a gente não conseguiu achar aqui.

O SR. HUMBERTO COSTA (PT - PE) – Essa...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Não, o salário quem está confirmando é o nobre Senador.

O SR. HUMBERTO COSTA (PT - PE) – Não, eu estou confirmando, sou eu que estou confirmando o salário.

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Eu estou confirmando aqui a existência deles.

O SR. HUMBERTO COSTA (PT - PE) – É importante confirmar isso porque...

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Claro.

O SR. HUMBERTO COSTA (PT - PE) – ... V. Exa. fez uma afirmação gravíssima de que essas pessoas recebem dinheiro público para fazer esse tipo de ação.

O.k. Muito obrigado.

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – De nada.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Concedo a palavra ao Líder do PDT, na condição de Líder, o Deputado do Rio de Janeiro, Paulo Ramos.

O SR. MARCELO RAMOS (PL - AM) – Sr. Presidente, só para pedir o tempo de Líder do PL após o Deputado Paulo Ramos, Sr. Presidente.

O SR. PAULO RAMOS (PDT - RJ) – Sr. Presidente, estamos atravessando uma fase em que estão tratando da fauna: já falaram de vaca, de veado; agora, tem leão e hienas, não é isso? Eu não sei se vamos recuperar aqui também as fábulas de Esopo e La Fontaine, aliás, sem nenhuma espirituosidade, porque as fábulas trazem ensinamentos.

Eu quero, Sr. Presidente, diante da gravidade das afirmações feitas aqui pelo nosso convidado, que está no exercício do mandato... A Constituição diz que o Deputado é inviolável por suas opiniões, palavras e votos, mas o depoente está fazendo aqui afirmações, atribuindo a outros comportamentos também delituosos. Na verdade, eu não sei, pela seriedade com que está se comportando o depoente, se ele se dispõe a assumir que tudo que ele disse é a expressão da verdade, submetendo-se às penas da lei se as afirmações feitas não forem verdadeiras.

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Claro, eu estou aqui falando a verdade.

O SR. PAULO RAMOS (PDT - RJ) – Então, eu sugiro, Presidente, e submeto a V. Exa. e aos membros da Comissão, que ele deixe a condição de convidado para se transformar em testemunha, senão tudo aquilo que estamos tratando aqui será algo que depois não teremos...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Sem problema nenhum, teria que ter prestado o compromisso antes.

O SR. PAULO RAMOS (PDT - RJ) – ... a possibilidade de exigir a responsabilidade

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Teria que ter prestado o compromisso antes, Deputado, eu acho.

O SR. PAULO RAMOS (PDT - RJ) – Não, eu estou sugerindo.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Foi? Então, se foi...

O SR. PAULO RAMOS (PDT - RJ) – Esta é a minha sugestão e submeto-a, Presidente, para que não deixemos passar, porque assumir o compromisso é numa velocidade muito grande, e poderia V. Exa., já que o convidado se dispõe, colher dele o juramento, porque as coisas têm uma gravidade muito grande...

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Claro.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO RAMOS (PDT - RJ) – ... e nós não podemos ficar aqui, em alguns momentos, com muita espirituosidade, com muita alegria, mas é preciso que esta CPI assuma também as suas responsabilidades.

Então, quero pedir a V. Exa., antes das minhas indagações, que o convidado assuma o compromisso.

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Por ser Deputado, eu nem preciso prestar esse juramento. A gente está aqui já trabalhando e falando a verdade aqui.

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR) – Se ele mentir aqui é cassação, é quebra de decoro, se ele mentir aqui como Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Deputado, Deputado...

O SR. PAULO RAMOS (PDT - RJ) – Presidente, eu submeti a V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Certo. A Constituição, no seu art. 6º, é bem clara: "Os Deputados e Senadores não serão obrigados a testemunhar sobre informações recebidas ou prestadas em razão do exercício do mandato, nem sobre as pessoas que lhes confiaram ou deles receberam informações".

Se o Deputado quiser apor sua assinatura espontaneamente, não seremos nós que iremos impedir.

O SR. PAULO RAMOS (PDT - RJ) – Não sei se voluntariamente...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Mas ele já se comprometeu até...

O SR. PAULO RAMOS (PDT - RJ) – ... o Deputado assume esse compromisso.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Presidente, só uma questão de ordem.

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Eu vou continuar aqui como convidado, isso me dá o direito... E vamos continuar aqui o nosso trabalho.

O SR. PAULO RAMOS (PDT - RJ) – Está bem.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – O próximo orador inscrito...

O SR. PAULO RAMOS (PDT - RJ. Para interpelar.) – Não, eu quero fazer minha indagação, ainda não terminei, porque as coisas não podem ser levadas no campo da possibilidade de depois invocar a proteção constitucional pelo exercício do mandato, somente isso, porque são graves. Porque as redes sociais não são apenas redes de intrigas, também são utilizadas para





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

caluniar, injuriar, difamar, e eu não sei se ele conhece casos de calúnia, de injúria e difamação nas redes sociais.

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Foi tudo falado aqui inclusive.

O SR. PAULO RAMOS (PDT - RJ) – Conhece?

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Eu abri falando sobre isso, inclusive, sobre injúria, calúnia, difamação, ódio.

O SR. PAULO RAMOS (PDT - RJ) – O senhor trouxe uma foto de Curitiba...

(Soa a campainha.)

O SR. PAULO RAMOS (PDT - RJ) – ... onde há também a pessoa do Ministro da Economia, Paulo Guedes.

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – De Curitiba, não; do Rio de Janeiro.

O SR. PAULO RAMOS (PDT - RJ) – Do Rio de Janeiro.

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Isso.

O SR. PAULO RAMOS (PDT - RJ) – Em que estava o Ministro Paulo, que seria o futuro Ministro.

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Isso. Isso.

O SR. PAULO RAMOS (PDT - RJ) – Paulo Guedes.

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Exatamente.

O SR. PAULO RAMOS (PDT - RJ. Para interpelar.) – O senhor conhece a vinculação do Sr. Paulo Guedes também com qualquer empresário que tenha de alguma forma contribuído para bancar essas redes sociais?

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP. Para expor.) – Não, não conheço. Não conheço. O Paulo Guedes para mim foi apresentado, seria o futuro Ministro da Economia, só, ponto. Nunca vi o Paulo Guedes fazendo absolutamente nada ou nenhum tipo de reunião ou presenciei qualquer coisa nesse sentido. Inclusive eu vim a conhecer o Paulo Guedes mais na Comissão da Reforma da Previdência.

O SR. PAULO RAMOS (PDT - RJ) – Houve aqui, Sr. Presidente, eu vou encerrar porque as perguntas já foram feitas e há mais outros Parlamentares inscritos... Sobre se haveria em São Paulo ou na Assembleia Legislativa uma espécie também de central de disseminação de notícias.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Sim, existe.

O SR. PAULO RAMOS (PDT - RJ) – Somente...

E em outras Assembleias Legislativas? O senhor tem conhecimento?

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Não sei. Eu tenho a de São Paulo, na Alesp, só. Só na Alesp.

O SR. PAULO RAMOS (PDT - RJ) – Mas em nenhuma outra?

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Nenhuma outra.

O SR. PAULO RAMOS (PDT - RJ) – Muito obrigado, Presidente.

Muito rapidamente, agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Concedo a palavra à nobre Deputada Caroline de Toni, do PSL, de Santa Catarina.

O SR. MARCELO RAMOS (PL - AM) – Sr. Presidente, depois eu peço o tempo de Líder do PL, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – O.k., está inscrito, Deputado.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC. Para questão de ordem.) – Presidente, só uma questão de ordem antes de computar o meu tempo. Só quero que pare o meu tempo para a questão de ordem.

O art. 148, do Senado, §2º, fala o seguinte:

No exercício das suas atribuições, a comissão parlamentar de inquérito terá poderes de investigação próprios das autoridades judiciais, facultada a realização de diligências que julgar necessárias, podendo convocar Ministros de Estado, tomar o depoimento de qualquer autoridade, inquirir testemunhas, sob compromisso, ouvir indiciados, requisitar de órgão público informações ou documentos de qualquer natureza, bem como requerer ao Tribunal de Contas da União a realização de inspeções e auditorias [...].

§ 2º Os indiciados e testemunhas serão intimados de acordo com as prescrições estabelecidas na legislação processual penal [...].

Ou seja, nós só temos a figura de indiciado ou da testemunha, por isso que eu peço aqui que o Deputado Alexandre Frota preste o compromisso de declarar apenas a verdade. Nós





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

queremos que ele preste esse compromisso porque só temos esta figura em nosso Regimento. Então, ou é indiciado ou é testemunha.

Gostaria que fosse esclarecida esta questão de ordem.

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Eu não tenho obrigação nenhuma disso.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Mas é que estão sendo relatadas coisas que extrapolam a questão do mandato parlamentar.

Ele foi convidado ou convocado e está aqui...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Ele foi convidado, Deputada.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Mas sobre coisas que extrapolam o exercício do mandato. Então, nem sempre vai estar abrangido pela imunidade, que não diz atinência só ao exercício do seu mandato, faz referência às eleições, faz referência a várias coisas.

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Eu fui convidado, acho que isso já é o suficiente.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Então, qual condição em que ele está dentro do Regimento? É isso o que a gente quer saber.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Deputada, respondendo à sua questão de ordem, o Deputado tem imunidade parlamentar e se alguém for atingido em sua honra cabe, via o Código Penal, impetrar uma ação contra o Parlamentar. Mas, nesta Comissão, ele veio como convidado, está garantido o seu direito de externar o que ele achar pertinente e, se alguém achar, repito, que foi prejudicado pelas palavras do Deputado Alexandre Frota, acione a lei.

V. Exa. agora com a palavra.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Gostaria que começasse a computar meu tempo então de 15 minutos, como foi dado para os demais parlamentares.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Fique tranquila, Deputada. Se V. Exa. quiser prorrogação, concederemos.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC. Para interpelar.) – O.k. Muito obrigada.

Então, Presidente e Deputado Alexandre Frota, qualquer teoria básica da comunicação diz que uma fonte de informação deve ser confiável. E, se houver conflito de interesses ou uma possibilidade de favorecimento pessoal, essa fonte deixa de ser confiável. Isso em teorias de comunicação, jornalísticas, quanto mais judicialmente. Já no Direito brasileiro, a gente vê que



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

uma pessoa pode falar, testemunhar fatos, desde que ela não seja considerada suspeita ou impedida. No presente caso, nós temos várias evidências pelas quais nós colocamos sob suspeita...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Silêncio, por favor, Plenário.

Agradeço.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – ... o depoimento do Deputado Alexandre Frota. E aqui eu vou evidenciar alguns motivos e gostaria até de fazer alguns questionamentos a ele sobre isso.

Por exemplo, no seu Twitter aqui, Alexandre Frota, peço que você averigue a veracidade, mas a nossa assessoria acessou o seu Twitter... É alefrota77?

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Isso.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – O.k. Aqui está escrito no dia 20 de outubro, palavras suas, abro aspas: "Minha guerra com Bolsonaro será sem sentimentos até o fim. Meu nojo, desprezo e ódio por eles são grandes, que vale até o Lula solto para criar um radicalismo no Brasil. Jair é confusão e, se é confusão, ele quer" –, Brasil, bandeirinha do Brasil — "terá essa confusão. Eu não vou medir esforços para tirá-lo de lá".

Você confirma essas afirmações?

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Confirmo. E não vou medir esforços para tirá-lo da Presidência.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Bom, então nós estamos vendo aqui, e também o povo brasileiro que nos assiste, aqui está escancarado que não temos condições de isenção e imparcialidade por parte do depoente, o Sr. Deputado Alexandre Frota, porque ele realmente nutre, apesar de ele dizer que não tem sentimentos, está falando aqui: nojo, desprezo e ódio. Ou seja, uma pessoa que destila essas palavras em rede social, logo, e afirma que quer tirá-lo, vai fazer de tudo para criar uma narrativa com esse fim, para dar todo esse subsídio que nós sabemos ser inverídico para a oposição aqui se esbaldar e criar essa narrativa contra o nosso Presidente.

Outra coisa que coloca suspeição, até quero pedir para você se há essa confirmação, de que, no início do Governo Bolsonaro, o senhor tentou emplacar alguns homens na Secretaria do Audiovisual, na Ancine e na Secretaria de Cultura. Confirma? Tentou fazer algumas indicações para o Presidente?





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Não, não fiz indicações. O Presidente me pediu que fizesse, que levasse essas pessoas, inclusive tenho essa gravação aqui, ele me pedindo, ele me solicitando, já disponibilizei outro dia...

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – E esses nomes que o senhor indicou foram emplantados em algum cargo do Governo?

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Inicialmente sim. Depois não.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – O senhor teria se indisposto com o Ministro Osmar Terra ou o Onix, com relação a isso, por não acatarem eventuais sugestões para cargos?

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Não, não me indispus por causa disso. Eu me indispus com eles pela maneira como eles trataram uma coisa que estava sendo previamente acordada.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Então, se o senhor tivesse tido sucesso nas indicações, o senhor teria um grande poder, seria o rei do audiovisual brasileiro?

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Não seria. Não seria porque as indicações... Eu não estava indicando nenhum amiguinho meu, estava indicando pessoas técnicas, solicitadas pelo Presidente da República, que sabia que tinha um Ministro fraco, que não entendia absolutamente nada de cultura, que deu uma entrevista dizendo que de cultura ele só sabia tocar berimbau. Então, o Jair Bolsonaro me procura e pede que eu auxilie na formação dessas secretarias, que eram seis secretarias que apoiariam o secretário de cultura.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – O senhor, com base nessa rejeição, por não ter emplantado, o senhor acha que isso contribuiu para a sua indisposição com o Presidente?

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Não. Isso mostrou só a maneira como ele trata muitos dos temas dentro desta Casa e dentro da condução dele como Presidente. Eu, para mim, era indiferente. Eu não ia trabalhar no Ministério da Cultura nem na Secretaria de Cultura.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC. Para interpelar.) – Deputado Frota, o senhor se utilizou dessa mesma estrutura que agora você acusa e do próprio nome do Presidente Bolsonaro para se eleger. Agora você tenta denegrir, caluniar o Presidente e sua família porque é público e notório que o senhor está fazendo parte de outro movimento político... É fato público e notório que o senhor ingressou agora para o PSDB. Se o senhor tinha todos esses indícios, por que o senhor trouxe só agora? Por que o senhor foi, em tese, conivente com tudo que aconteceu? Não seria uma conveniência o senhor trazer agora, já que você está fazendo parte de um projeto do próximo futuro candidato à Presidência, que é o João Doria?



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP. Para expor.) – Vamos lá. Vou responder às suas perguntas.

Primeiro, a Deputada falou aí que é inverídico, que é mentira. Eu acho que ninguém pode vir a esta CPMI mentir ou falar qualquer coisa que não seja provado. Então, acho que a senhora está equivocada quando se dirige a mim falando que é mentira.

Em relação a usar a estrutura, que eu usei a estrutura do Bolsonaro, a senhora acaba de revelar que o Bolsonaro tinha uma estrutura. Eu gostaria de saber qual é a estrutura, se a senhora tem esse conhecimento, porque eu não tive esse conhecimento.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – No sentido do apoio popular que ele tinha...

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Não, a senhora falou de estrutura. Estrutura é, eu entendo...

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Cinquenta e sete milhões de brasileiros estavam apoiando ele. Era um apoio maciço...

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Sim. E daí?

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – ... nas manifestações etc. É nesse sentido, apoio popular dele. O senhor se aproveitou. Vestiu "Bolsonaro Presidente" na época da eleição, se aproveitou dessa onda.

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP. Para expor.) – Mas é óbvio que eu tinha que apoiar o Bolsonaro e surfar na onda Bolsonaro. Eu fui eleito na onda Bolsonaro. Eu não sou eleito na onda do Haddad. O Haddad não era o meu candidato. O meu candidato era o Bolsonaro. Portanto, eu só poderia surfar na onda do Bolsonaro. Eu só poderia fazer as coisas junto ao Bolsonaro, e não ao rival ou a outro adversário que estivesse ali naquele momento concorrendo.

Então, quando a senhora fala de estrutura, eu não usei nenhuma estrutura. Vou dar um exemplo para a senhora. Eu gastei R\$10 mil na minha campanha. E o PSL, quando me chamou para o partido, a primeira coisa que eles falaram para mim é que não haveria...

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Presidente, eu só peço que pause meu tempo enquanto eu não estiver falando porque senão... Eu tenho várias perguntas.

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – ... que não haveria financiamento de campanha. E duas semanas depois que eu assinei com o PSL, eu descubro que a Deputada Joice Hasselmann e o Deputado que saiu daqui, o que fugiu daqui, o Eduardo Bolsonaro, são os dois que tinham ganho dinheiro para a campanha.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu não sei se a senhora recebeu do PSL...

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Não recebi nada.

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – ... se o Deputado Felipe Maia... Eu também não recebi nada. Então, eu não usei estrutura. Eu não usei banda, não usei foguete, não usei trio elétrico, não usei absolutamente nada disso. Eu fui na cara e na coragem.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – E com relação à futura candidatura do João Dória, já que você faz parte do PSDB, você não acha que é muito vantajoso vir para aqui denegrir e tentar tirar o Presidente?

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP. Para expor.) – Olha só, o João Dória não está em campanha; quem está em campanha é o Jair Bolsonaro. Então, eu não posso responder pelo João Dória. Neste momento João Dória é o Governador do Estado de São Paulo.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC. Para interpelar.) – Muito bem.

Eu gostaria de perguntar ao Deputado Alexandre Frota, no caso do ex-Ministro Santos Cruz, se você sabia que quem viralizou o vídeo em que ele diz que é necessário regulamentar as redes sociais foi o apresentador Danilo Gentili, que por acaso é um dos maiores influenciadores em língua portuguesa do Twitter. Não passa pela sua cabeça, Deputado, que muitas vezes influenciadores podem gerar um efeito cascata nas redes sociais? O senhor ignora este tipo de situação de que influenciadores realmente têm um poder de influenciar um vasto número de pessoas?

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP. Para expor.) – Mas é por isso que esta CPI está sendo feita aqui, justamente pelo poder da influência que essa gangue suja tem em cima das pessoas.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Danilo Gentili fazia parte da gangue?

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Não, eu não sei se o Danilo Gentili... Até porque não conheço muito o Danilo Gentili.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Eu estou usando um caso específico aqui. Por gentileza, o senhor tem que falar de fatos que o senhor presenciou; não do que o senhor acha.

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – O Danilo Gentili, até há pouco tempo, era bloqueado na minha rede social, entendeu? Então, eu não posso falar pelo Danilo Gentili. Se ele usou alguma coisa referente ao Santos Cruz, ele e o Santos Cruz que se entendam.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC. Para interpelar.) – O senhor participou das manifestações populares desde 2014, foi às ruas...

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Em 2013.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Em 2013, 2014, etc.

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Isso.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC. Para interpelar.) – Qual foi a manifestação que o senhor participou de maior número? Qual era o número mais ou menos preciso de pessoas que havia, assim, aproximadamente?

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP. Para expor.) – Ah, na Avenida Paulista, acho que coisa em torno de quase 2 milhões de pessoas.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC. Para interpelar.) – O senhor acha que essas manifestações foram legítimas?

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Eu acho que foram legítimas essas manifestações, claro; eu não acho que elas tiveram nenhum cunho diferenciado além disso.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC. Para interpelar.) – Se um grupo de pessoas, assim como as pessoas se unem para ir às ruas se manifestar, resolve entrar na página de um político para criticá-lo, fazer uma opinião, o senhor acha que isso pode ser qualificado como milícia virtual?

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP. Para expor.) – Eu acho que a senhora tem que fazer essa pergunta para o Allan dos Santos, que é a pessoa que costuma fazer esse tipo de coisa. De qualquer maneira, eu acho que é extremamente preocupante quando a gente junta aqui uma série de coisas e a gente entende que as mesmas pessoas estão sempre atuando e desencadeando esse ódio, esse assassinato de reputações, essa humilhação nas redes sociais. Isso se torna uma gangue.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Eu só fiz o raciocínio, Deputado, se, da mesma forma que as pessoas se unem para ir a manifestações exigindo mudanças, apoio à Lava Jato, etc., essas pessoas não podem ir às suas casas e se manifestarem livremente na internet?

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Podem, mas depende de como elas se manifestam, não é?

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC. Para interpelar.) – O que o senhor define como um ataque coordenado?





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Um ataque coordenado...

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Qual é a sua definição?

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP. Para expor.) – Eu já mostrei aqui diversos, mas eu posso ler aqui, se a senhora quiser.

Saiu uma matéria muito boa, que eu peço a todos que leiam. É esta matéria que tem aqui o Eduardo, o Flávio e aqui vem um mapeamento de todo o processo. E aí o ataque coordenado eu vou falar como é: "O mecanismo para engajar. Como funciona a mobilização pró-governo nas redes". "Fábricas" de conteúdo". Circulando em redes sociais.

Apoiadores de Bolsonaro se reúnem virtualmente, muitos deles no WhatsApp [ou por um] fórum de discussão. São elaborados conteúdos sobre causas bolsonaristas ou alvos específicos. Empresas de *marketing* digital também atuam na produção.

O conteúdo elaborado nos grupos chega às principais redes sociais – Twitter, Facebook e Instagram. Imagens, vídeos, *hashtags* e notícias falsas ou distorcidas são publicadas por contas com comportamentos humanos e sem indícios de automatização.

Distribuição, grupos pró-Governo, WhatsApp, usuários, todos disparam em massa, compartilhando o conteúdo, produção de conteúdos e de comunidades.

A transmissão de conteúdos. Há fluxos orgânicos e [também] automatizados. Ao mesmo tempo em que usuários compartilham conteúdos entre si, há disparos de mensagens automáticas que espalham a produção.

Isso fica muito claro aqui nesse processo desse *post* que eu estou lendo aqui para a senhora.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC. Para interpelar.) – Deputado, qual é o Twitter do Prof. Olavo de Carvalho?

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP. Para expor.) – O Twitter do professor eu não sei, porque eu já bloqueei tantos *twitters* do Olavo de Carvalho que eu não posso te falar qual é o Twitter. Você sabe...

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Esse que o senhor... Mostre para mim aquele que o senhor trouxe, hoje, por gentileza.

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Este aqui...

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Mostre, por gentileza.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – ... não é o Twitter do Olavo de Carvalho.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC. Para interpelar.) – O senhor tinha conhecimento disso?

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Do quê?

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – De que esse não é o Twitter oficial do Prof. Olavo de Carvalho?

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP. Para expor.) – Não, eu não tinha conhecimento. O Olavo tem tantos *twitters* que eu não tinha...

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Não, ele só tem um Twitter, que se chama: @oproiolavo.

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Obrigado. Eu vou ver se eu sigo ele.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC. Para interpelar.) – Então, o que o senhor fez aqui foi espalhar *fake news*.

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP. Para depor.) – Não. Por que espalhar *fake news*?

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Porque esse Twitter é de 26 de março. No dia 29 de março, ele foi lá e desmentiu, dizendo...

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Ah, tá, tudo bem! Mas alguém postou, não é?

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Ou seja, com uma antecedência de meses.

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Mas alguém postou.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Ele já desmentiu!

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Tudo bem.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC. Para interpelar.) – E o senhor vem aqui nesta CPI, em outubro...

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Sim.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC. Para interpelar.) – ... trazendo uma notícia falsa.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP. Para expor.) – Mostrar... Aqui o que nós estamos fazendo é juntando documentos e toda uma história. A gente está fazendo uma linha de raciocínio.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC. Para interpelar.) – *Fake news*.

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – A gente não está aqui provando nada.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC. Para interpelar.) – *Fake news*.

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP. Para expor.) – Não estou falando de *fake news*. A senhora quer ver o que é *fake news*? Tem as imagens aí, por favor?

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC. Para interpelar.) – Fala tanto em *fake news*... Outra *fake news* que o senhor fez foi uma *fake news* relacionada a meu nome, inclusive. Fui vítima.

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP. Para expor.) – Só um minuto, por gentileza.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC. Para interpelar.) – Eu convidei a Deputada Chris Tonietto...

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Eu estou acabando a minha resposta.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC. Para interpelar.) – Não. Eu estou fazendo um comentário, depois passo a palavra, porque o meu tempo, inclusive, não está pausado.

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Deixa o tempo dela rolar mais.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC. Para interpelar.) – Depois eu quero mais tempo.

Eu chamei a Deputada Chris Tonietto e o Príncipe para a gente fazer um lanche, outro dia, no restaurante do Plenário. Por um acaso, o Sr. Allan dos Santos estava ali no restaurante, eu não sei como ele entrou, e ele se sentou à mesma mesa da gente. E um agente seu, infiltrado aqui, na Câmara dos Deputados, tirou fotos que você publicou no Twitter espalhando *fake news* acerca de minha pessoa também, de que seria a milícia digital, etc. Não mencionou meu nome, mas eu estava na foto. Até porque eu sou há muitos anos de direita, acompanho o Bolsonaro há muitos anos e sei que é tudo um movimento espontâneo de 57... Eu queria saber se os 57 milhões de brasileiros que votaram no Bolsonaro são robôs ou pertencem à milícia.

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP. Para interpelar.) – Não, quem votou no Bolsonaro foram 30 milhões de brasileiros.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC. Para interpelar.) – Foram robôs que foram às urnas eletrônicas?

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP. Para expor.) – Os outros votaram porque não tinham em quem votar.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC. Para interpelar.) – Foram robôs que foram votar, Deputado?

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP. Para expor.) – Mas não é isso que a gente está...

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC. Para interpelar.) – Essas pessoas não têm Twitter, não têm WhatsApp?

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP. Para expor.) – Têm. Têm.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC. Para interpelar.) – E eles não podem se manifestar livremente?

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP. Para expor.) – Podem se manifestar, ué. A gente...

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC. Para interpelar.) – Isso seria uma milícia virtual?

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP. Para expor.) – Isso seria uma milícia virtual quando eles partem para uma agressão, quando eles partem para um sufocamento...

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC. Para interpelar.) – O senhor fala muito em agressão. Então, eu gostaria de saber de alguma... O senhor fala que ele, no Palácio, haveria...

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Só mostrar aqui.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – ... que no Palácio haveria...

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Mas a senhora fala.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – ... haveria um ataque coordenado.

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP. Para expor.) – Está bom. Vou mostrar.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC. Para interpelar.) – Cite um ataque coordenado que teria vindo do Palácio de que o senhor tenha provas efetivas, e não só ilações genéricas acerca de supostos ataques feitos por sei lá quem, porque até agora eu só vi narrativa que junta uma série de conceitos que não têm ligação. Uma coisa é *fake news*; outra coisa seriam milícias virtuais; outra coisa seriam robôs; outra coisa, disparos em massa; outra coisa, gabinete do ódio.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Está certo.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC. Para interpelar.) – E o senhor junta tudo isso para fazer uma narrativa.

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP. Para expor.) – É porque tudo faz parte de uma única coisa só.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Cadê a prova concreta dessas coisas?

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Vamos lá.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Para concluir.

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Posso falar agora? Posso falar?

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Pode.

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP. Para expor.) – A senhora não estaria na foto se não estivesse com o Allan dos Santos, o chefe da milícia. Foi a essa foto a que a senhora se referiu aqui.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC. Para interpelar.) – Eu vou trazer a Deputada Chris e o Deputado Príncipe para mostrar o que de fato aconteceu.

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP. Para expor.) – Não, mas tudo bem. Mas a senhora está mostrando para o cara que comanda, um dos caras, que comanda essa milícia toda, um dos caras que mais ataca as pessoas, que mais interfere em todo o processo... A senhora sabe disso, eu não estou aqui mentindo. Eu mostro aqui...

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Não posso responder por ele.

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP. Para expor.) – Eu mostro aqui a quantidade de *posts* que o Allan dos Santos desferiu...

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Críticas!

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Críticas, não!

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC. Para interpelar.) – Liberdade de expressão!

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP. Para expor.) – São ataques...





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu preciso falar!

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC. Para interpelar.) – Liberdade de pensamento, Deputado!

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Para concluir, nobre Deputada e nobre Deputado.

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Queria eu falar agora. Posso falar?

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Trinta segundos, Deputado.

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Não, 30 segundos?

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Então 45.

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Ela falou tanto...

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC. Para interpelar.) – É que eu fui vítima do Deputado de *fake news*.

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP. Para expor.) – Eu quero mostrar. A senhora não foi vítima. Eu apenas fiz uma foto e mostrei que o Allan dos Santos...

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC. Para interpelar.) – Não era o senhor. Quem era seu agente lá? Quem foi que tirou essa foto?

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – ... que o Allan dos Santos...

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC. Para interpelar.) – Quem tirou essa foto, Deputado? Eu quero saber quem tirou essa foto?

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Deputada, se V. Exa. pergunta...

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP. Para expor.) – Não interessa para a senhora quem tirou...

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC. Para interpelar.) – Interessante! Eu estou nessa foto!
(*Tumulto no recinto.*)

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP. Para expor.) – Eu tirei a foto, pronto!

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Deixe o Deputado responder a sua pergunta com celeridade.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP. Para expor.) – Olha só, essa foto aqui... Ela não estaria nessa foto se o Allan dos Santos não estivesse aqui nesse momento, até porque é dentro do café, um local que é só para os Deputados, até então, e ele estava lá, e com crachá, andando com um crachá e conversando com eles. Eu só apenas bati a foto porque achei interessante. Eu queria ver o Allan dos Santos e presenciei o Allan dos Santos ali dentro. Então, está aqui o Allan dos Santos. Essa foi a foto...

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC. Para interpelar.) – Quem tirou a foto, Deputado?

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP. Para expor.) – Não interessa para a senhora quem tirou.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC. Para interpelar.) – Foi o Vinícius, assessor do Deputado...

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP. Para expor.) – Não, não foi o Vinícius, não! Não foi o Vinícius, não!

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC. Para interpelar.) – Quem foi que tirou essa foto?

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Concluindo...

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC. Para interpelar.) – Eu estou na foto. Por que o senhor não quer dizer? O que o senhor quer esconder, Deputado?

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP. Para expor.) – Eu não quero esconder nada. Fui eu que tirei a foto. Pronto.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC. Para interpelar.) – Com relação a...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Deputada, o seu tempo...

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC. Para interpelar.) – Não, é que eu não fui pausada enquanto ele estava falando.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Mas não existe pausa, não, Deputada. O tempo é corrido, 14 minutos.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC. Para interpelar.) – Só mais um último comentário.

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP. Para expor.) – O tempo é corrido.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC. Para interpelar.) – Mais um último. O senhor disse que ia me dar mais um tempo.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Mas eu vou lhe deixar; eu vou dar mais 30 segundinhos, Deputada.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC. Para interpelar.) – Um minuto.

O senhor fala aqui, Deputado, em linchamento do Prof. Olavo contra Mourão.

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP. Para expor.) – Isso.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC. Para interpelar.) – E não sei mais o quê, que o Prof. Olavo seria guru do Presidente.

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Isso.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Gente, qualquer pessoa séria... Eu sou aluna do Prof. Olavo há mais de dez anos.

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Nossa!

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC. Para interpelar.) – Qualquer pessoa, qualquer pessoa que vê... É só ver uma entrevista que ele deu ao Bial, ele fala que ele não é guru de ninguém...

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Está bom!

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – ... que ele não assessora o Presidente. Que se ele falou três vezes na vida com o Presidente Bolsonaro foi muito!

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Ah! Tá bom!

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – O próprio Prof. Olavo fala que pediu para todos os alunos dele saírem do Governo.

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Entendi. E eles saíram?

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC. Para interpelar.) – Quem tem seriedade, compromisso intelectual...

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Não saíram!





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – ... não faz essa outra *fake news* que o senhor fez aqui.

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP. Para expor.) – Não saíram. A senhora está falando que pediu para sair... Ele pediu para sair, mas não saíram. Estão todos lá, e a senhora sabe disso, e a senhora sabe quem é quem lá dentro.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Eu estou falando o que o Prof. Olavo fala.

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Fala. Então, o que o Prof. Olavo fala vira lei!

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC. Para interpelar.) – Qualquer pessoa que ler os livros do Prof. Olavo sabe que a influência dele não é a política do dia.

Na entrevista do Bial, eu até fiz uma anotação outro dia aqui e peguei por acaso, o Prof. Olavo fala escancaradamente que o objetivo dele não é influenciar a política do dia. Ele tem um compromisso com a parte cultural do Brasil. Ele fala aqui, há mais de uma década, que o primeiro sujeito que fizesse um programa conservador ganharia as eleições porque a gente não tinha era meio; o que a gente não tinha era meio de se expressar. Com as redes sociais...

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – A senhora está fazendo o curso aqui do Olavo.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Eu estou falando. Com licença!

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP. *Fora do microfone.*) – Mas não acaba esse tempo?

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC. Para interpelar.) – O povo brasileiro não tinha meios de expressão para poder eleger uma pessoa que ele quisesse.

O Prof. Olavo disse, com uma década de antecedência, que a primeira pessoa que tivesse um discurso conservador ganharia o povo, e foi isso que aconteceu: 57 milhões de pessoas se identificaram com a proposta do Presidente Bolsonaro. E não é esta CPMI, querendo cercear a liberdade de pensamento e de expressão do povo brasileiro...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – O.k., Deputada.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – ... e criando uma narrativa falaciosa, de milícia, etc., que vai conseguir aplacar a vontade do povo. E o povo está alerta ao que está acontecendo.

E esses robôs, os supostos robôs, são pessoas. Não existem robôs. Essa é uma narrativa falaciosa, e o próprio povo vai demonstrar isso se for necessário.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – O.k., Deputada.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN) – Se ela quiser depor, ela pode ser...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Com a palavra o Líder do PL, pelo PL, o Deputado Marcelo Ramos, do Amazonas.

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Deixe-me só responder antes.

O SR. MARCELO RAMOS (PL - AM) – Sr. Presidente...

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Eu poderia responder antes?

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Na próxima oportunidade, Deputado. Vamos ouvir aqui...

O SR. MARCELO RAMOS (PL - AM. Para interpelar.) – Sr. Presidente, eu vou usar bem menos que o tempo de Liderança, e, assim, o Deputado Alexandre vai ter tempo suficiente.

Eu quero, Sr. Presidente, tentar trazer este debate, esta CPMI para um caminho de ponderação, racionalidade e de busca de um objetivo concreto que interesse ao País.

Eu acho que, primeiramente, nós temos de fazer uma constatação: a eleição de 2018 não foi a primeira eleição em que candidatos foram vítimas de achincalhamento virtual, ou nós não nos lembramos do que foi feito com a candidata Marina Silva na eleição de 2014?

Portanto, nós não temos que perseguir simplesmente o combate à *fake news* como prática do Governo Bolsonaro, que, a meu ver, acirrou isso bastante. Nós temos que combater a *fake news* como uma prática que não interessa ao País, como uma prática que contraria os valores democráticos do País, como uma prática que enxovalha reputações, como uma prática covarde e criminosa, não só na política, mas também nos negócios e na vida social das pessoas. O buraco é mais embaixo! A política acabou ganhando uma expressão em relação a isso.

E, aí, eu quero relatar aqui a minha experiência pessoal quando fui Presidente da Comissão Especial que analisou a reforma da previdência. Por várias vezes – o Deputado Alexandre e eu dialogamos muitas vezes sobre isso, assim como dialoguei com membros do Governo sobre isso –, eu fui vítima de achaques, de enxovalhamento da minha honra nas redes sociais pelo Governo... Pelo Governo, não; por governistas, por esse movimento.

E eu separo muito bem o que é crítica política legítima, às vezes até despropositada, exagerada e mal educada, e mesmo criminosa, do que é mentira...

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – A Deputada vai embora também. Ela não vai ficar para ouvir.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC. *Fora do microfone.*) – Estou aqui desde uma da tarde, Deputado.

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Não aguentam.

O SR. MARCELO RAMOS (PL - AM) – ... do que são mentiras.

Então, o que faz toda a diferença aqui não é o direito de emitir opinião...

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP. *Fora do microfone.*) – Não aguentam.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. MARCELO RAMOS (PL - AM) – ... o que faz toda diferença aqui é o conteúdo do que é divulgado. Se o conteúdo for uma crítica política, isso é legítimo, é da democracia. O problema é que nós estamos com as redes sociais tomadas por conteúdos mentirosos que atacam a honra das pessoas.

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Exatamente.

O SR. MARCELO RAMOS (PL - AM) – Então, não. Alguém pode fazer o mesmo. E pode. Cinquenta e sete milhões de brasileiros podem se manifestar pró-Bolsonaro? Podem. Agora, nenhum brasileiro pode criar um meme com uma mentira que enxovalha a vida de uma pessoa pública e distribuir de forma coordenada nas redes sociais. Esse é o problema. Esse é o problema.

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Exatamente.

O SR. MARCELO RAMOS (PL - AM. Para interpelar.) – Nós não estamos falando aqui de liberdade de expressão. Cada um responde pelos seus atos quanto ultrapassa os limites da liberdade de expressão. E a Constituição prevê isso. Então, a questão principal é o conteúdo, se o conteúdo do que é formado é verdadeiro ou falso.

E, aí, eu acho que o resumo dos esforços desta Comissão deve-se dar para responder a algumas perguntas.

Primeira: havia ação coordenada de divulgação de notícias falsas sobre candidatos, não de divulgação sobre candidatos, mas de notícias falsas sobre candidatos? Houve ação coordenada disso no processo eleitoral e há ação coordenada disso hoje?

(Soa a campanha.)

O SR. MARCELO RAMOS (PL - AM) – Primeira coisa.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Segundo: houve pagamento dessas divulgações por empresários? Isso é crucial nas nossas investigações.

Terceiro: se houve pagamento, esses recursos foram contabilizados na eleição? É um tema que nós temos de responder.

E o último: há pessoas pagas com recursos públicos divulgando *fake news* contra adversários do Governo?

Eu acho que, se a gente conseguir responder isso, a gente pode dar um sinal para o País de que nós queremos preservar a liberdade de expressão, porque a liberdade de expressão não protege quem usa a rede social para distribuir de forma coordenada notícia falsa.

Não tenho nem prova de que isso aconteceu e não quero ser leviano, mas nós temos que investigar e chegar a um resultado sobre isso.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Concedo a palavra ao Deputado Filipe Barros, PSL, do Paraná.

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR. Para interpelar.) – Sr. Presidente, colegas Deputados, Deputadas, Senadores, Senadoras, meu amigo Alexandre Frota, Deputado, permita-me chamá-lo de meu amigo, pois de fato o somos.

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP. *Fora do microfone.*) – Claro.

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR. Para interpelar.) – Neste momento, Srs. Parlamentares, estou aqui cumprindo o meu dever como Deputado, e é necessário, neste primeiro depoimento que estamos tomando na CPI – é fato que já houve outras audiências públicas, mas é o primeiro depoimento –, claro, esclarecer e fazer alguns questionamentos importantes para a sociedade brasileira que nos acompanha neste momento.

O seu discurso, Deputado Alexandre Frota, na minha opinião, na minha visão, foi um discurso político, repleto de ressentimento, repleto de ódio, sem nenhuma prova cabal daquilo que você disse, daquilo que V. Exa. disse, apenas repetindo os fatos que foram noticiados pela imprensa desde que Jair Bolsonaro tomou posse no início do ano. Nada mais nada menos, todo o seu discurso se resume em uma reclamação de pessoas que, eventualmente, se juntam para criticar determinadas posturas da classe política, determinadas posturas de nós, que estamos investidos num cargo político. Um exemplo disso foi aquilo que V. Exa. disse sobre Curitiba. Disse no seu Twitter que tinha uma bomba, e, na verdade, era um traque, não uma bomba. E, parafraseando V. Exa. mesmo, quando disse que você viu e viveu, eu também estava lá quando



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

V. Exa. estava em Curitiba. Aliás, foi lá que nós nos conhecemos pessoalmente, quando o Jair Bolsonaro foi a Curitiba. Então, eu estava lá e vi que a bomba que V. Exa. disse que soltaria através do Twitter, no caso de Curitiba, era apenas um traque.

O fato, Deputado, é que nossa relação sempre foi muito próxima, e nos aproximamos muito quando participamos – eu tive a honra de participar com V. Exa. – da Comissão da Previdência, onde ficávamos inúmeras horas, junto com o Deputado Marcelo Ramos, inclusive debatendo a previdência. Eu tive a oportunidade de te conhecer um pouco mais e de te elogiar publicamente várias vezes. E, nessas oportunidades em que estávamos juntos na Comissão Especial da Previdência, V. Exa. trouxe para mim reclamações, diversas vezes, sobre algumas pessoas que V. Exa. teria indicado ao Presidente da República, como V. Exa. mesmo já disse, e até disse que foi um pedido do próprio Presidente, mas V. Exa., nessas oportunidades em que estávamos juntos, trouxe para mim inúmeras reclamações sobre a Ancine, a Secretaria da Cultura, a Funarte...

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Isso.

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR) – ..., que V. Exa. teria indicado nomes e que esses nomes não estavam andando. Então, na minha visão, Deputado e amigo Alexandre Frota, seu discurso hoje, nesta Comissão, nesta CPI, reflete o ressentimento que V. Exa. tem pelo Governo Jair Bolsonaro por não te ter dado a atenção que V. Exa. achou que teria. V. Exa. achou que seria Ministro, e não foi Ministro. V. Exa. indicou pessoas para as áreas da cultura do Ministério da Cidadania, e os nomes que V. Exa. indicou não foram emplacados, não foram nomeados. V. Exa. disse aqui também que fez *lobby* com o ex-Ministro Santos Cruz para algumas áreas, para alguns contratos existentes na Apex. V. Exa. disse aqui.

Eu queria saber de V. Exa. – e esta é a primeira pergunta – se V. Exa. insistiu com o ex-Ministro Santos Cruz, se V. Exa. pediu para o ex-Ministro Santos Cruz que mantivesse outros contratos com agências de publicidade. Essa é a primeira pergunta que faço a V. Exa.

Continuando meu raciocínio, Deputado Alexandre Frota, eu quero mostrar aqui uma notícia que foi divulgada pela Globo – não que a Globo seja uma fonte boa de notícias; vide o que aconteceu ontem no Jornal Nacional –, que está aqui: "Expulso do PSL, Alexandre Frota subiu tom nas redes sociais contra o governo nos últimos meses". Isto, na minha visão, meu amigo Alexandre Frota, reflete o ressentimento que V. Exa. tem pelo Governo Federal.

Mas o que eu quero dizer aqui é aquilo que já foi inclusive questionado a V. Exa. no programa Roda Viva. V. Exa. aqui hoje está supostamente combatendo supostas *fake news*. V. Exa. já divulgou inúmeras vezes no decorrer de sua vida pública várias *fake news*. Rachel Sheherazade, que V. Exa. citou aqui, já lhe processou por você ter comparado ela a uma





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

prostituta. Jean Wyllys também já lhe processou por difamação e injúria. Alexandre Frota, no programa do Rafinha Bastos, V. Exa. chegou a assumir que transou com uma mãe de santo quando ela estava desmaiada – não sei se isso é *fake news* ou se essa notícia é verdadeira. Então, meu amigo Alexandre Frota, se estamos aqui falando sobre *fake news* é importante que a gente pontue que, no decorrer de sua vida pública, V. Exa. divulgou inúmeras *fake news* e se aproveitou delas.

Falando em *fake news*, no início de sua fala, V. Exa. mostrou um tuíte do Prof. Olavo de Carvalho e, naquele momento, você disse – ergueu a placa agora aqui –, afirmou que esse era o guru do Governo e ainda fez uma brincadeira com o cantor Caetano Veloso, que também foi convidado para estar aqui presente nesta CPI. E, neste ato, V. Exa. comete uma *fake news* na CPI da Fake News porque esse tuíte foi desmentido pelo próprio Prof. Olavo de Carvalho. O próprio professor já disse que esse perfil não é dele, e que, portanto, V. Exa. poderia ter tido – ou sua assessoria – obviamente o cuidado de averiguar essa situação.

Eu quero aqui, Sr. Presidente, subscrever e concordar com a solicitação feita por V. Exa. da quebra do sigilo telefônico do Deputado Alexandre Frota, com a qual ele mesmo já concordou.

Quero aqui também, Sr. Presidente, deixar claro que o argumento das milícias virtuais virou uma tentativa de justificativa para alguns Parlamentares que desrespeitam o seu eleitorado e depois não aguentam uma pressão das mídias sociais. Outros inúmeros Deputados, nessas últimas semanas, estão se utilizando desse argumento, dessa justificativa, na minha visão, mequetrefe, fajuta, que, na verdade, é um manto para tentar esconder os seus próprios erros.

Eu finalizo aqui, Sr. Presidente, já passo a palavra para o meu amigo Alexandre Frota, dizendo: Frota, eu e você sempre tivemos uma relação muito respeitosa. Eu com os seus assessores, a mesma coisa; e V. Exa. com os meus assessores, a mesma coisa. E eu falo olhando nos seus olhos porque, toda vez, V. Exa. foi muito sincero e muito honesto comigo. Inclusive, em algumas divergências ali na Comissão da Previdência, chegamos a discutir, etc. Mas nossa relação sempre foi muito amistosa, amigável, uma relação de confiança.

V. Exa. sabe, e eu afirmo isso aqui com base no conhecimento e na confiança em V. Exa., que parcela dos fatos que trouxe aqui não são verdade. V. Exa. sabe que alguns fatos que trouxe aqui foram fatos criados, aumentados, exagerados.

Sr. Presidente, a Deputada Caroline de Toni, que precisou sair, fez um questionamento a respeito de em qual condição o Deputado Alexandre Frota estava aqui presente. O Deputado Rui Falcão, no início da reunião, fez o mesmo questionamento e solicitou o compromisso da verdade. E o Deputado Alexandre Frota naquele momento prontamente disse que, se estava aqui, obviamente estava falando a verdade.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu queria, Sr. Presidente, no momento cabível, que V. Exa. encaminhasse o que aconteceu nesta tarde para as autoridades competentes, porque de pronto já houve um falso testemunho do Deputado Alexandre Frota, que foi a divulgação do tuíte do Olavo de Carvalho dizendo que era ele, quando na verdade não era ele.

E digo, Frota, que continuo tendo respeito por V. Exa. E digo mais, V. Exa. sabe que não precisa disso.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Posso agora responder?

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Com a palavra o Deputado Alexandre Frota.

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP. Para expor.) – Obrigado.

Obrigado, Deputado Filipe Barros, pela sua colocação. O que eu sei é que eu aqui estou falando a verdade e tudo que eu falo eu provo aqui. Tanto é que trago documentação exatamente para isso. Não criei fatos, não criei nenhum tipo de distúrbio aqui dentro que possa fazer com que possam achar que isto aqui seja uma encenação ou uma mentira. Autoridades competentes eu acho que somos nós. A CPMI está sendo feita justamente para isso. Ela já tem poder de polícia. A CPMI é para isso.

Quando o senhor fala que eu queria ser ministro, sinto informá-lo de que não é verdade. Eu nunca quis ser ministro, nunca. Aquilo foi uma brincadeira que o Bolsonaro fez comigo no dia do meu aniversário. Jamais deixaria a minha legislatura para me tornar ministro. Até porque sei a pressão que há e sei também que o Bolsonaro não era fã do Ministério da Cultura, que ele iria transformar o Ministério da Cultura numa secretaria de cultura. Então, eu nunca quis ser ministro.

Quando o senhor fala o que aconteceu, que eu fiquei chateado ou, enfim, desiludido... Houve um acordo profissional para ajudar o Governo, para colocar e fazer o que aqui eu já falei que são as próprias secretarias, secretaria de audiovisual, da diversidade, secretaria de fomento, para ajudar o Ministro. Nada mais. Nada mais!

E é óbvio que eu fiquei chateado com isso, porque eu tirei profissionais de determinados lugares para trazê-los para o Ministério, como, por exemplo, o Sr. Pedro Peixoto, que saiu da Fox para assumir a Secretaria do Audiovisual e um mês depois foi tirado, porque houve distribuição de cargos, porque tentaram de alguma outra forma fazer os arranjos dentro do Governo, tinham feito acordos com muitas pessoas e acabou tendo que estourar na mão de algumas. E essas pessoas, por acaso, a maioria, eram das secretarias. Então, eu nunca quis ser ministro e muito menos estava colocando lá dentro qualquer cidadão ou amiguinho meu.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quanto ao *lobby*, eu também não fiz *lobby*, eu apenas fui apagar mais um incêndio do Governo Bolsonaro, que era o caso da classe do audiovisual que me procurou, não fui eu que os procurei. Eles me procuraram relatando um processo que eu nem sabia que existia, a tal da Apex. Então, eu não fiz *lobby* nenhum, em nenhum momento, eu apenas quis ajudar uma classe que vem há algum tempo sendo desprezada, estrangulada no País.

Sobre a agência de publicidade, não é a agência, era só a Apex. Quando o Deputado mencionou aí as agências, se eu tinha conhecimento, era só a agência Apex. Foi essa.

Em relação a ter divulgado uma *fake news*, ou compartilhado, que esse é o segmento do processo que tem, eu fui condenado, eu estou sendo julgado em outro, e estou pagando por isso, por ter compartilhado uma coisa que realmente... Mas eu assumo.

Então, eu não tenho ressentimento, eu acho que realmente falta ao nosso Presidente cumprir os acordos decentemente, decentemente.

Eu nunca tive cargo na direção... No PSL. Eu não tenho cargo lá na liderança do PSL. Sei que alguns Deputados têm. Eu não tenho nenhum. O senhor tem algum lá?

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR. *Fora do microfone.*) – Tenho.

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Quantos o senhor tem? O senhor poderia falar?

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR. *Fora do microfone.*) – Dois.

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Tem dois. Eu não tenho nenhum cargo, nenhum cargo. E também não tiro a sua... Acho que você tem que ter porque você é um dos mais nobres Deputados aqui dentro, você merece, você lutou por isso. Mas eu não tive. Então, basicamente eu queria falar isso.

Em relação à Carol de Toni, que saiu daqui...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Para concluir, Deputado.

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – É. Ela não deixou que eu concluísse aqui, mas como o Deputado estaria, posteriormente àquela foto que vocês viram, que eu fiz, da Carol de Toni conversando com o Allan dos Santos no cafezinho da Câmara, eu posteriormente falei que eu estou atrás de gabinetes que estejam apoiando esse tipo de milícia dentro desse gabinete, dentro dos gabinetes. Eu falei isso, tuitei isso e saiu na imprensa isso.

Aí eu tomei uma porrada de um ativista militante!

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP. *Fora do microfone.*) – Jefferson dos Santos?





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Não. Eu tomei uma porrada de um ativista militante, e aí eu fui ver, eu peguei e respondi muito forte a esse ativista. Dias depois, para a minha surpresa, eu estava dentro do Plenário – e podem chamá-la aqui porque ela vai confirmar isso –, e a Carol de Toni, a Deputada, vem para mim e fala assim: "Olha, você está batendo no meu assessor! Você está batendo no meu assessor!". Eu falei: "Eu não sabia que era o seu assessor. Mesmo sendo seu assessor, não retiro a devolutiva que eu dei a ele". Aí, sem eu perguntar absolutamente nada, a Deputada Carol de Toni virou para mim e falou assim: "Olha, eu vi que você falou que um ou dois gabinetes possuem, possivelmente, os militantes...

A SRA. LUIZIANNE LINS (PT - CE. *Fora do microfone.*) – Virtuais.

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – ... virtuais vestidos de assessores. Eu ouvi o que você falou. Eu queria falar que eu não tenho nenhum no meu gabinete". Mas eu não perguntei isso para ela e não a acusei em nenhum momento. Mas eu recebi o ataque desse rapaz. Por isso, eu queria que ela estivesse aqui. Esse rapaz chama-se Nicholas Mello. Você o conhece? Conhece. É o Nicholas Mello. Ele está aqui com o Embaixador e com a Carol de Toni, que acabou de sair daqui.

Então, para vocês entenderem, eu recebi ataque desse rapaz por ter falado que existiam – eu acho que existem e estou procurando e investigando – dois gabinetes que mantêm ativistas virtuais propagando tudo que a gente está falando. Ele bate em mim, eu respondo, mas não sabia que ele era do gabinete dela. E ela é uma fervorosa "olavete". Ela, inclusive, compactua com a mesa do Olavo de Carvalho. A Roxane, o que ela é dele? É a esposa? É a esposa. A Sra. Roxane é a esposa. Aqui eles estão comendo... Eu preservei as outras pessoas que estavam aqui. Então, para vocês verem a relação dela...

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR) – Eu posso só acrescentar um fato, Deputado Alexandre Frota?

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Pode, é claro.

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR) – V. Exa. comentou dos cargos, mas o Sr. Cleber dos Santos Teixeira, indicação sua, era nomeado na 2ª Vice-Liderança desta Casa com CNE-9.

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Sim, mas não no PSL lá.

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR) – É, mas estava contemplado lá.

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Sim, mas não no PSL. Era isso que eu queria falar. Ele estava contemplado mesmo, mas não no PSL.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Este aqui é o rapaz, o Nicholas, que, para a minha surpresa... Eu fui fazer uma pesquisa nas redes sociais, e olha quem é que eu vejo nas redes sociais: Nicholas; o Embaixador; Letícia Catel, que era a diretora mão de ferro da Apex, que deu todo aquele problema, que pulou a catraca e tentou invadir a Apex depois que foi demitida – foi ela que colocou uma porta de vidro para que o Presidente da Apex não conseguisse entrar no escritório –; e Gil, o Carteiro Reação. Esses dias, o Ministério o está investigando por rachadinha na Alesp.

Então, olha aqui no que se transformou isso: o garoto que trabalhava aqui dentro, o Embaixador, o carteiro e a dama de ferro, que não é atendida aqui pelo Eduardo Bolsonaro há mais de cinco meses, Senador Humberto Costa. Depois que ela saiu, ela tem tentado falar e não vem aqui, não é recebida aqui. Por que não é recebida aqui? E essa é uma pessoa influente, uma empresária influente no mercado financeiro. Ela é capaz de agregar empresários. Ela é capaz de agregar empresários. Ela tem conhecimento para isso.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Conclua, Deputado.

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Pois não.

Eu fui pesquisar e descobri que Nicholas Mello, aquele que me atacou, ao qual a Deputada se antecipou e disse que não existia ninguém do gabinete dela... E eu não estou falando aqui, não estou acusando. Ele entrou aqui no dia 5/02/2019. Ele foi admitido. E acredite, quatro dias ou cinco dias depois do dia em que ela veio me indagar e falou que não havia ninguém no gabinete dela, que não existia ninguém no gabinete dela, ele foi demitido. Aqui está. Então, havia uma pessoa dentro do gabinete dela que me atacou na rede social. Ela...

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP. *Fora do microfone.*) – Talvez, por isso, ela o tenha demitido.

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Então, ela disse que não havia ninguém lá no gabinete. E eu acredito. Só que está aqui o Nicholas. Está aqui o dia em que ele entrou, em que foi admitido, e a exoneração dele. Então, do gabinete dela veio um ataque para mim. Se ele é miliciano ou não, eu não sei, mas que partiu de dentro o ataque, no Twitter, a meu respeito, partiu.

Então, eu entrego ao Presidente e à Relatoria também esse caso, porque era um caso que realmente existia e existe.

Que pena ela não estar aqui também! Mas o nobre Rui Falcão pode anotar. Eu iria fazer a pergunta para ela – não sei se o Deputado conhece – sobre se conhece esta pessoa aqui. Não conhece?

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR. *Fora do microfone.*) – Ô Frota, o inquirido é você.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Não, mas eu estou lhe perguntando se você conhece ou não conhece. Ninguém conhece?

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP. *Fora do microfone.*) – Eu já ouvi falar de nome.

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Quem é?

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP. *Fora do microfone.*) – É o Jeferson Monteiro.

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Pois é! É o Jeferson Monteiro. Nós ainda iremos falar muito do Jeferson Monteiro numa próxima oportunidade. Eu não vou me estender aqui.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – O.k., Deputado!

Concedo a palavra ao Senador do Estado de Sergipe, pelo PT, Rogério Carvalho.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (PT - SE. Para interpelar.) – Obrigado, Sr. Presidente, e Sra. Deputada Lídice da Mata, Sra. Relatora.

Quero cumprimentar o Deputado Alexandre Frota.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Senador, só para esclarecer, faltam dois oradores inscritos, o Deputado Éder Mauro e o Deputado Alencar Santana. Após isso, nós vamos encerrar porque há a ordem do dia, e já estamos estourados.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (PT - SE. Para interpelar.) – Eu queria cumprimentar o Deputado Alexandre Frota.

Preocupa-me esse debate sobre *fake news*, que deve ser uma preocupação de toda a sociedade brasileira, porque de alguma forma interfere no debate político e distorce a visão das pessoas sobre as propostas, o que pensam os políticos, o que eles pensam para o País. E a gente tem visto a utilização de notícias falsas ou de outro tipo de expediente juntamente com as notícias falsas, que é a comunicação dirigida...

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Sim.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (PT - SE. Para interpelar.) – ... ao se ter acesso a bancos de dados que não são legalmente adquiridos, com a utilização desses bancos de dados para dirigir mensagens para grupos específicos, com objetivo de induzir as pessoas que são alvo dessas mensagens a pensarem ou a formarem opinião equivocada sobre fatos e sobre personalidades da política. Isso é muito danoso porque sai do ambiente público, onde se deve dar o debate político, e você leva a mensagem para o ambiente privado, onde não se conhece o conteúdo do que se veicula para quem precisa formar opinião em um processo democrático.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Então, dito isso, eu farei a primeira pergunta ao Deputado Alexandre Frota, aqui como colaborador.

V. Exa. teve acesso a alguma informação sobre esses grupos ou sobre a aquisição de bancos de dados para os quais ou através dos quais se encaminhavam mensagens falsas ou não? Essa é a primeira pergunta que eu deixo para o senhor responder logo na sequência.

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Perfeito!

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (PT - SE. Para interpelar.) – A segunda questão que me preocupa também, porque o debate é a democracia, é o que nós ouvimos hoje. Diante de uma crise provocada por notícias... Eu fico, às vezes, pensando sobre o que passa na cabeça dessa nova geração que chegou ao Congresso Nacional diante de fatos de tamanha gravidade como os que a gente ouviu hoje, diante do fato de ter sido noticiada uma ilação ou uma denúncia, ou seja lá o que for, da proximidade de um assassinato com familiares do Presidente da República ou com o ambiente por que caminha o Presidente da República. Isso para mim é uma questão policial. Eu não vou entrar no mérito nem vou fazer juízo de valor sobre essa questão.

Nós testemunhamos, e o Brasil inteiro viu, a posição do Deputado Federal Eduardo Bolsonaro, Líder do PSL, ao fazer uma ameaça de golpe, uma ameaça não velada à democracia. E o que mais me deixou estarrecido é que esta Casa não parou para tomar satisfação, porque não se trata de qualquer um, trata-se do Líder do Partido do Presidente da República, do filho do Presidente da República, que diz que, se não for do jeito que eles querem, vão interromper o funcionamento institucional democrático do País! E a gente acha isso normal? E a gente acha isso... "Ah, não, vejam, se vem deles, eles estão acostumados a fazer isso!" Mas nós estamos falando de algo de extrema gravidade. Nós estamos falando de algo que é o que há de mais caro na nossa sociedade, que custou milhares de vidas e décadas de sofrimento de milhares de famílias, de submissão de uma Nação inteira a um regime autoritário. E ele está propondo fazer uma intervenção militar para restabelecer a ordem que ele quer ou a vontade deles. Isso é muito grave. Isso é gravíssimo! Isso é o que há de mais grave neste momento!

Aí eu pergunto ao Deputado colaborador.... Primeiro, há uma conversa de que o Sr. Carlos Bolsonaro criou uma Abin paralela para investigar pessoas que são desafetos da política e produzir dossiês para, através dessa milícia, fazer a destruição de imagem, a destruição de vidas. Também pergunto a V. Exa. se há, nesse campo, um pensamento que sempre namora, flerta com a possibilidade de intervenção militar. V. Exa. presenciou, nos momentos em que o senhor esteve no convívio, conversas sobre a possibilidade de intervenção militar em momentos de crise? Deixo essas perguntas para V. Exa.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Para terminar, quero dizer que eu não tenho nenhum ressentimento em relação a V. Exa. Eu não tenho nenhum ressentimento com relação a ninguém.

Eu também não enganei meu eleitor, eu disse que votaria contra armar a população, eu disse que votaria contra a reforma da previdência, eu disse que votaria contra a abertura da utilização de agrotóxico irrestritamente, eu disse que votaria a favor das políticas relacionadas à defesa da Amazônia e dos índios, à defesa dos quilombolas. Eu não enganei ninguém, mas eu sou vítima de *fake news*. Então, não é verdade que eu tenho medo do meu eleitor. E eu fui ameaçado – inclusive, mandei para o Presidente Davi Alcolumbre – quando da votação do decreto de armas, que a gente votou contra aqui. Eu fui ameaçado por alguém que se dizia caminhoneiro, que dizia que ia fechar a Esplanada e ia quebrar todo mundo de cacete. Eu também fui vítima dessa milícia virtual.

Então, além da questão da democracia, além do flerte permanente com o autoritarismo iminente que eles apresentam quando são contrariados, nós estamos diante de uma ação coercitiva permanente dessa milícia, que, inclusive, nos ameaça fisicamente através das redes sociais.

Então, eu deixo essas perguntas a V. Exa.

Fica aqui o meu estarrecimento com as declarações e, pior, com a apatia das Casas em relação à declaração de utilização do art. 142 da Constituição Federal de intervenção militar para estabelecer a ordem. Isso significa fechar o Congresso e fechar o Supremo, significa acabar com nós todos, para, com um poder de outra natureza, dirigir o País. Isso, para mim, é o mais grave de tudo que aconteceu de ontem para hoje, que saiu do Sr. Eduardo Bolsonaro. Eu não consigo me conformar desde a hora em que eu ouvi. Imagino V. Exa. ouvindo todas as barbaridades todos os dias. Eu queria saber de V. Exa. como é que foi esse convívio.

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP. Para expor.) – Obrigado, Senador.

Realmente, essa nova... Pegando as coisas que o senhor falou, realmente essa nova geração é complicada, ela ataca, ela é covarde, ela não quer ouvir, eles falam e saem, falam e saem correndo, são poucos que ficam e permanecem para ouvir.

Nessa ameaça de golpe, realmente eu compactuo com o senhor, esse golpe à democracia. Eu já havia falado no início aqui e no passado, o Eduardo já tinha falado, o embaixador já tinha dito que fecharia o STF com um jipe e com um cabo, mas ele é extremamente frouxo, ele não faz nada. Ele não faz nada. Ele fala muito, mas não faz absolutamente nada.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (PT - SE. *Fora do microfone.*) – Quem faz?



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP. Para expor.) – Quem faz são aqueles que realmente vão para o embate, vão para a briga. Ele não faz, ele apenas fala, ele apenas coloca fogo, e, ali atrás, vem toda aquela gente trabalhando nas redes sociais, enfim.

Também acho que, como Líder do Partido, como filho do Presidente, enfim, ele erra, erra inclusive como ele se comporta naquele momento em que ele entra aqui e vem especificamente para isso. É até um momento que a gente deve guardar porque poucas vezes durante essa legislatura ele apareceu. Ainda bem que ele veio aqui dessa vez! Ele tem frequentado pouco. Ele tem frequentado mais a partir do momento em que ele não conseguiu no Senado os votos para embaixador. Então, ele passou a frequentar um pouco mais. Eu também não quero ficar falando dele porque ele não está aqui. Eu queria falar na cara dele, mas ele foi embora com os seguranças dele.

Relacionado à intervenção, eu, sinceramente, nunca ouvia sobre essa intervenção militar.

(Soa a campainha.)

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Eu ouvi, sim, durante todo o processo de campanha, dos intervencionistas, que não queriam no início o Bolsonaro, queriam o Mourão e queriam a intervenção. Nessa época, realmente, ouvi muito isso.

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR. *Fora do microfone.*) – O Mourão faria isso?

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Não, os intervencionistas tinham o Mourão como o cara que pudesse ser o presidente deles. Enfim, acabou não sendo por um acordo do Bolsonaro com o Levy Fidelix.

E dessa conversa do Carlos Bolsonaro, que disparou e que montou algo para verificar a vida das pessoas, eu também não sei, mas eu posso esperar tudo. Aqui dentro tenho visto acontecer de tudo. Então, não será uma novidade se amanhã a gente for surpreendido com esse tipo de coisa.

E só para...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Peço para concluir, Deputado.

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – ... concluir aqui, uma das coisas que eu vivi agora, recentemente, junto com a Joice Hasselmann, junto com o Deputado Abou Anni, também com o Presidente Bivar, do PSL, e com o Eduardo, deu-se em uma reunião na sala da 2ª Secretaria, quando nós fomos ali indagar a possibilidade de a Joice se tornar candidata à Prefeita do Estado de São Paulo – da cidade de São Paulo, perdão – e o Eduardo fala nitidamente que ela não é a candidata do PSL. Isso gerou um conflito ali dentro. E é a primeira vez em que ele também, olhando para mim, fala... Eu anotei bem aqui quando ele disse, quando ele falou para





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mim... Desculpem-me a palavra, mas ele fala: "Estão te fodendo nas redes sociais. Você vai perder com isso. Uma tuitada acaba com você, no caso. Estão te arrebetando nas redes e vão continuar te arrebetando nas redes". Eu entendo que isso, naquele momento ali, era quase uma ameaça velada daquele que tem uma rede: "Olha, vão te arrebetar nas redes".

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA (PT - SP) – Quem falou isso, Deputado?

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – O Eduardo Bolsonaro.

Então, foi isso.

Em relação... O senhor não me perguntou, mas, em relação aos contatos que eu tinha, o Bolsonaro me ligou às 5h30 da manhã e fala que o Philippe, que o Luiz Philippe, o Príncipe Luiz Philippe não poderia ser o Vice e se eu tinha o telefone do Levy Fidelix para que eles pudessem tomar uma atitude referente a isso. Era o dia da convenção, Luiz Philippe já estava lá, mas eles decidiram que ele não fosse sair como Vice-Presidente. Eu já sabia disso às 5h30 da manhã.

Então, é isso. Acho que eu respondi tudo que o senhor me perguntou.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Concedo a palavra ao nobre Deputado do Estado do Pará, do PSD, Éder Mauro.

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Tutuca!

O SR. DELEGADO ÉDER MAURO (PSD - PA. Para interpelar.) – Sr. Presidente, Senador Angelo Coronel; Sr. Alexandre Frota, Deputado Federal; Dr. Rogério Lopes; Deputada Lídice da Mata, obrigado por estarem aqui e por estarmos tratando desse assunto.

Eu iniciaria dizendo que, quando eu fui escalado para fazer parte, Deputado Filipe, desta CPMI para tratar de *fake news*, eu imaginei, sinceramente, que nós iríamos fazer um trabalho sério, transparente, sem qualquer ideologia, para que nós pudéssemos, como falou ainda há pouco – não sei se foi um Senador ou um Deputado – verdadeiramente procurar aqueles que, dentro dos nossos Estados, dentro da própria União como um todo, estivessem prejudicando pessoas aqui ou ali, como eu, Alexandre, sou prejudicado dentro do meu Estado constantemente!

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – É claro!

O SR. DELEGADO ÉDER MAURO (PSD - PA. Para interpelar.) – Eu sou atacado diuturnamente dentro do meu Estado por defender o conservadorismo, por defender tantas coisas que eu entendo como corretas, respeitando quem pensa o contrário.

Aí eu vejo uma CPI, do tempo em que eu venho frequentando, desvirtuar os interesses de uma forma parcial, de uma forma ideológica. É uma CPI que, como está claro, é política, que tem





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

o objetivo único de tentar, como *fake news*, prejudicar determinado ente. Isso nós não podemos aceitar aqui.

Inclusive, falando em *fake news*, eu vejo uma composição dentro desta Casa e dentro desta CPI não só de quem compõe a CPI, mas daqueles que virão aqui depor sem qualquer moral para tratar de uma simples CPI de *fake news*. Muitos aqui falaram e criticaram o Governo Bolsonaro por aí afora, quando a gente sabe que participaram de esquema na Petrobras nas eleições de 2010, recebendo R\$1 milhão para suas campanhas, caso que foi parar no Supremo Tribunal Federal, caso claramente destacado em todas as mídias deste País e que está na Lava Jato. Mas está aqui, direcionando para um único lado esta CPI. Que moral um político como esse pode ter para vir aqui falar, direcionando e não sendo sincero e honesto e com senso de justiça, para tentar procurar o objetivo único desta CPI, que é poder punir e achar um rumo, uma solução para os ataques que são disparados de todos os lados neste País?

Então, minha gente, não se pode aceitar isso. É impressionante ver essas pessoas neste momento caladas, caladas!

E se viu ultimamente agora que até a própria Globo recuou, sentiu vergonha pela covardia que ela fez de jogar o nome do Presidente da República ligado ao caso Marielle. Ela esqueceu que o Presidente estava aqui nesta Casa, falando, dando presença e votando. Então, nessas covardias que a Globo fez nesse sentido e que muitos Deputados e Senadores que aqui compõem esta CPI o fazem também, vão ter que recuar em algum momento porque o povo lá fora não vai aceitar, de jeito nenhum.

Então, minha gente, eu não vou aqui mencionar nome de ninguém – de ninguém –, mas cada um sabe o calo que tem e onde aperta. Eu queria que cada um chegasse aqui e dissesse: "Não, eu tenho uma podridão tão grande que eu não tenho sequer coragem de fazer uma pergunta para uma testemunha que aqui venha depor".

Então, Deputado Alexandre, com o qual, como pessoa, como Parlamentar, não tenho qualquer divergência, eu diria a você, em primeiro lugar, amigo: não se deixe iludir com confetes da esquerda para tentar fazer ou deixar de fazer alguma coisa. Pense, você, como pessoa, como político que agora o é, para seguir a sua vida, pense no que você defendeu e defende sempre, para que depois não se arrependa.

Eu diria e tenho praticamente, Alexandre, duas perguntas a você. Eu queria que você voltasse, amigo, ao passado, esqueça tudo que está acontecendo agora e que aconteceu recentemente entre você e o Governo Bolsonaro ou qualquer outro tipo de pessoa ligada ao Governo. Vamos voltar à campanha política de 2018. Você era um candidato a Deputado Federal ligado ao então candidato Jair Bolsonaro. Naquela ocasião, você ouviu falar, ouviu, como candidato, esquecendo os problemas atuais, alguém, nas redes sociais, emitir fatos ou notícias





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

falsas ligadas ao Presidente da República Jair Bolsonaro? O senhor lembra de fatos como esses? O senhor chegou a mencionar na sua rede social fatos que o senhor criticou como sendo *fake news* em relação ao Sr. Jair Bolsonaro, o então candidato a Presidente naquela época? Esta é uma pergunta que eu gostaria, a princípio, que o senhor respondesse "sim" ou "não" e que pode até responder agora. Depois o senhor pode complementar, quando eu acabar.

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Está...

O SR. DELEGADO ÉDER MAURO (PSD - PA) – O senhor se lembra disso?

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Não.

O SR. DELEGADO ÉDER MAURO (PSD - PA) – Não se lembra de nenhuma *fake news* em relação a que Bolsonaro era homofóbico, a que Bolsonaro não gostava de negro, não gostava de mulher? O senhor não se lembra de nada disso?

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Não, isso aí, sim. Mas eu não acho que isso seja uma coisa... Acho que isso fez parte da minha campanha.

O SR. DELEGADO ÉDER MAURO (PSD - PA) – Mas o senhor se lembra disso?

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Lembro.

O SR. DELEGADO ÉDER MAURO (PSD - PA) – Lembra isso?

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Lembro, *fake news* vem de ambas as partes.

O SR. DELEGADO ÉDER MAURO (PSD - PA) – O.k.! Aí, eu lhe pergunto: naquela ocasião, quando o senhor ouvia falar isso e via isso nas redes sociais...

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Não, não.

O SR. DELEGADO ÉDER MAURO (PSD - PA) – ... o senhor, ao lado do então candidato, o senhor, que andou com ele, viu, alguma vez, o atual Presidente, o então candidato, não gostar de homossexuais ou de negro ou de mulher?

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Não, eu não vi isso.

O SR. DELEGADO ÉDER MAURO (PSD - PA) – Então, era *fake news*. Então, o senhor admite que era *fake news*?

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Havia *fake news* de ambas as partes.

O SR. DELEGADO ÉDER MAURO (PSD - PA) – Obrigado. Obrigado, amigo.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Faço a segunda pergunta, Deputado Alexandre: o senhor já foi interpelado aqui por um Senador, perguntando se o senhor participou do Foro de São Paulo, se o senhor é de extrema direita, se o senhor é de direita, dando a entender, certamente, que o senhor estaria aqui com ânimos, independentemente de não ter nada contra quem o senhor vai falar.

Como lhe foi perguntado isso, nessa questão do direcionamento, eu lhe pergunto: dos últimos três meses para cá... E aí o senhor me responde "sim" ou "não", até porque talvez nem precisasse responder, porque o senhor, claramente, Deputado, já falou que tem problemas com o Presidente da República, tanto é que o senhor já foi claro em dizer aí que o senhor fará de tudo para tirá-lo do poder. Isso aí está registrado, o senhor falou.

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – É claro! Sim.

O SR. DELEGADO ÉDER MAURO (PSD - PA) – Então, eu lhe pergunto – mas eu quero ouvir da sua boca: o senhor tem e teve, nesses últimos meses, um problema com o Presidente da República ou com os filhos do Presidente da República?

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Eu tenho quase todos os dias, nos últimos...

O SR. DELEGADO ÉDER MAURO (PSD - PA) – Beleza! Era só isso que eu queria da sua resposta.

Bem, Sr. Presidente, diante do que fora, nessas duas perguntas, colocado pelo Deputado Alexandre Frota, eu, como pessoa – e, particularmente, não tenho absolutamente nada contra –, gostaria que fosse registrado um requerimento oral meu aqui, dizendo o seguinte: o Regimento a que esta CPI está subordinada certamente deve fazer analogia ou similitude – e aqui está um advogado – ao Código de Processo Penal. Como foi claramente dito anteriormente, aqui – e fora cobrado inclusive por um Senador –, a testemunha que está aqui prestou juramento. Ou não prestou?

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP. *Fora do microfone.*) – Prestou.

O SR. DELEGADO ÉDER MAURO (PSD - PA) – Eu gostaria de ouvir da Mesa. A Mesa é que tem que me dizer: a testemunha prestou ou não prestou juramento?

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – O Parlamentar, no exercício do seu mandato, não precisa fazer essa declaração, mesmo se, aleatoriamente, liberalmente, ele está à disposição.

O SR. DELEGADO ÉDER MAURO (PSD - PA) – Mas ele, para prestar depoimento como testemunha, tem que prestar o juramento. Então, eu quero lhe dizer – e o meu requerimento é este...





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Até porque eu sou convidado aqui. Não sou testemunha.

O SR. DELEGADO ÉDER MAURO (PSD - PA) – Está bom.

Não, Alexandre, não tenho nada contra você.

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Não, eu sei. Mas, no caso aqui, sou convidado.

O SR. DELEGADO ÉDER MAURO (PSD - PA) – O meu caso, agora, é apenas técnico e uma questão jurídica.

Se o Deputado Alexandre foi convidado para prestar testemunho e se ficou claro e evidente, como testemunha... Se foi convidado para prestar declarações como testemunha e se ficou claro e evidente que ele se declara um inimigo de Jair Messias Bolsonaro, eu gostaria de invocar, se não estou enganado, o art. 447 do Código de Processo Penal, onde se diz: "Podem depor como testemunha todas as pessoas, exceto as incapazes, impedidas ou suspeitas". Diz o §3º que são suspeitos um inimigo da parte e um amigo íntimo.

Portanto, eu quero, em meu requerimento à Mesa, que considerem todas as declarações prestadas pelo Deputado Alexandre Frota apenas como informações, e não como testemunhos, mas apenas como informações, e todas as documentações por ele também apresentadas apenas como documentações de caráter informativo, e não como provas, conforme estabelece o Código de Processo Penal brasileiro.

Eu gostaria que ficasse registrado esse meu requerimento e que me fosse dada a resposta a respeito do meu requerimento.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – O.k.!

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP. *Fora do microfone.*) – Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Nobre Deputado Éder, tenha a certeza de que, dentro do prazo regimental, que é de 48 horas, segundo reza o Regimento, V. Exa. terá a resposta.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Pela ordem, tem a palavra o Deputado Rui Falcão.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP. Pela ordem.) – Independentemente da resposta que V. Exa. venha a dar a essa questão de ordem, eu mantenho o meu pedido, seja em que condição...

(Interrupção do som.)

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP. Pela ordem.) – ... para que o telefonema que o Deputado diz ter recebido do Presidente Bolsonaro...

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Sim, sim.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP) – Que se quebre o sigilo telefônico, naquele período, do Deputado Alexandre Frota, para que a gente identifique se esse telefonema ocorreu, de onde ele partiu, porque isso é uma revelação gravíssima, seja feita como testemunha, seja feita como colaborador, seja feita como convidado!

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR) – Não pode...

O SR. MÁRCIO LABRE (PSL - RJ) – Há algum crime nisso? Isso é crime agora?

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Está assinado aqui, inclusive.

O SR. MÁRCIO LABRE (PSL - RJ) – Vai sair quebrando o sigilo de todo mundo agora porque deu uma ligação? É assim que funciona, doutor?

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR) – Presidente, posso rapidamente fazer uma pergunta, antes de V. Exa. encerrar?

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – É uma pergunta ou uma questão de ordem?

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR) – É um questionamento ao Deputado Alexandre, rapidamente.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Com a palavra o Deputado que quer fazer um adendo ao seu questionamento, o Deputado Filipe Barros.

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR. Para interpelar.) – Isso, isso.

Deputado Alexandre Frota, o que exatamente o Cleber, nomeado na 2ª Vice-Presidência e indicado por V. Exa., fazia?

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – O que ele fazia?

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR) – É.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Ele estava prestando assessoria para mim. Por quê? Qual o problema?

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR) – Porque ele é dono de uma das páginas de Facebook...

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN) – Podemos fazer mais perguntas, Presidente?

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR) – Ele é dono de páginas de Facebook também, e eu gostaria de entender o que ele prestava na 2ª Vice-Presidência.

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Sim. Ele é dono de página de Facebook, sim.

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR) – Nesses relatórios que V. Exa. entregou à Presidência da CPI, há alguma página dele?

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Não há nenhuma dele, nenhuma dele.

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR) – Não?

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Nenhuma.

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR) – O.k.!

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Concedo a palavra à Deputada Bia Kicis, do PSL, do Distrito Federal.

A senhora estava inscrita anteriormente, saiu, mas já vi que a senhora retornou.

Está à disposição.

A SRA. BIA KICIS (PSL - DF. Para interpelar.) – Obrigada, Presidente.

Estamos assistindo aqui a um verdadeiro *show* de horrores, porque estamos assistindo a um Parlamentar que se elegeu na chamada "onda do Presidente Jair Bolsonaro", que da campanha fez parte, como eu disse, subiu em caminhão de som na Paulista, junto comigo, puxou grito de guerra, vestiu camiseta amarela com "Bolsonaro". Eu acho que a virada desse Parlamentar é a maior prova de que mentira sempre existiu; não precisa de internet para isso. Falsidade sempre existiu, não depende de internet. E a gente nunca precisou ficar calando as pessoas, procurando calar ou cassar as pessoas porque estavam mentindo.

A internet – até vou usar o exemplo do vídeo que eu, por engano, postei; eu o postei, enganada sobre a veracidade do vídeo –, a própria internet, a sociedade a regula! Ela trata de afastar, de coibir, de censurar socialmente aquelas pessoas que mentem, enganam, traem. E nós não temos que fazer uma CPML de *fake news* no intuito de buscar mentiras, no sentido de censurá-las, porque a própria rede vai fazer essa censura. A sociedade faz essa censura.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu, realmente, não entendo o sentido disso. Estou vendo aqui uma pessoa que hoje, para mim, representa, é um símbolo, é um marco da falsidade, da mentira. Se a *fake news* pudesse ser personalizada em carne e osso, seria exatamente essa pessoa que hoje depõe aqui, acusa o Presidente, acusa seus filhos, mas estava lá, no dia em que o Presidente venceu as eleições, no dia 28 de outubro de 2018, desfrutando a intimidade do lar do Presidente, de sua família. Tão poucas pessoas estavam presentes, tão poucas pessoas eram recebidas, e ele estava lá, e eu estava junto!

Então, realmente, não entendo o sentido de tudo isso, ver uma pessoa que... A troca de quê? Será que a troca de cargos que não foram concedidos, de cargos pedidos no Governo que não foram dados, por algumas desilusões, então, essa pessoa encheu a rede de *fake news*? Essa pessoa postou que o meu vídeo havia sido passado para mim, aquele vídeo das Farc, pelo Terça Livre. Não sabe das coisas e posta, engana o público, dizendo que o Terça Livre teria me passado o vídeo. Não foi o Terça Livre. Eu disse que recebi de uma pessoa que me passou privadamente e que recebeu de outra. Também foi enganada. Então, é muito fácil sair acusando os outros de *fake news*, quando a própria pessoa produz *fake news*, quando ela própria é uma *fake news*.

Então, era isso que eu queria deixar bem claro aqui, Presidente, porque a gente percebe que mentira existe, não só na internet, mas existe na vida, existe na mídia, existe nos jornais, no Jornal Nacional.

Agora eu acabo de receber uma notícia de que o Ministério Público falou que o depoimento do porteiro não condiz com a gravação que existe no condomínio. E aí? Quem vai pagar por isso? E o estrago da imagem do Presidente, que estava lá para receber, para se encontrar com 300 empresários, e não pôde dormir? Teve que ficar, às 4h da manhã, gravando *live*, vídeo.

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. BIA KICIS (PSL - DF) – É, coitadinho sim, porque isso é desumano! É uma pessoa que quase morreu, que levou facada de um ex-filiado do PSOL. E há outra *fake news* com a qual a gente tem que conviver, como se a gente fosse idiota!

Houve, nesta Casa, registro da entrada do Adélio por duas vezes! E a gente tem que acreditar que foi um servidor que, por curiosidade, resolveu pesquisar no registro da Casa se essa pessoa já tinha entrado aqui e aí, sem querer, registrou duas vezes. Se eu quero saber quem é alguém, eu vou ao Facebook da pessoa, eu vou ao Google. Agora, eu não vou ao sistema da Câmara dos Deputados para saber quem é Adélio.

Então, é tanta *fake news*, é tanta mentira deslavada! *Fake news* é um nome bonito para canalhice, para mentira canalha! E a gente tem que engolir isso?





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E aí vem uma CPMI para tratar como se o Presidente, os seus amigos e as pessoas que usam as redes livremente se tratasse de milícia? O que é isso? São 57 milhões de brasileiros que votaram no Presidente, 57 milhões de brasileiros indignados com as mentiras que a esquerda contou. O Lula está lá preso, na cadeia, e a gente fica ouvindo *fake news* o dia inteiro que ele é inocente, que ele é preso político.

A *fake news* vem até da Argentina, do Presidente eleito: "Lula, querido", "solta", "Lula livre". O que é isso? Onde estamos? Há *fake news* que não respeita nem a soberania de uma nação? Onde estamos?

Então, isto aqui me parece... Desculpem-me os Parlamentares aqui presentes, mas isto me parece uma enorme palhaçada! E, se não for palhaçada, eu não estou fazendo *fake news*; eu estou emitindo uma opinião.

Então, aquelas pessoas que vão às redes e falam coisas de que o depoente não gosta, com as quais não concorda, não estão fazendo *fake news*; estão dando uma opinião divergente da dele, e ele está doidinho para cassar a palavra dessas pessoas. Isso muito me espanta! E é alguém que lutava tanto pela liberdade. Muito isso me espanta!

Muitos aqui... Este é o objetivo da esquerda, calar as redes, porque sabe que é com elas que nós contamos para falar a verdade! Ninguém quer usar as redes para contar mentira! Nós queremos usar as redes para contar a verdade! Aí está!

Então, eu estou aqui usando desse espaço, para deixar muito claro que o Presidente Jair Bolsonaro é a maior vítima de *fake news* na história deste País. É o Presidente mais atacado que já houve na história deste País. E é vítima de "traíragem", é vítima de falsos amigos, que lhe viram as costas agora.

Então, vamos combater a mentira, a falsidade, a "traíragem". É isso que a gente tem que combater. Agora, mentira nas redes, deixem, que as redes vão resolver; não precisa do Estado para isso, não! Menos Estado, mais liberdade! "O Estado não é a solução, o Estado é o problema", já dizia Ronald Reagan. Nós vamos querer agora que o Estado regule o que nós podemos falar ou não? Se alguém mentir nas redes, como mente na vida, como mente na rua, no boteco, em qualquer lugar, como mente no jornal, na revista *IstoÉ* ou na *Exame*, que falou que o Eduardo Bolsonaro viajou e foi ter lua de mel paga pelo Fundão... Quem tem que cuidar disso é o Código Penal.

Então, meios para que a gente cuide de quem mente, engana, nós já temos na nossa legislação. Calar as redes não! Calar a voz do povo não! Imputar às pessoas que estão nas redes, desmontando as mentiras... Isso seria uma censura e seria uma censura muito mal-intencionada,



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

e a esquerda faz isso no mundo inteiro. No mundo inteiro, a esquerda só está preocupada em regular a internet.

Vamos deixar a internet livre, vamos deixar as pessoas livres! Neste País, querem soltar um bandido, mas querem prender e calar a voz do povo. Isso não é possível, Presidente. Isso é um absurdo!

Então, eu aqui peço que tenhamos todos nós consciência do nosso papel como representantes do povo. Este Parlamento tem muita coisa séria para tratar, e eu creio que esta CPML é um desvio de foco. E me desculpe a Relatora, porque sei que ela quer fazer o melhor trabalho possível, assim como o Presidente, mas eu não creio que este seja o papel principal deste Parlamento, com tanto problema acontecendo! Há o desvio de Parlamentares para tratarem de uma falsa acusação de que o Presidente e as pessoas que o apoiam nas redes estejam produzindo *fake news*. Isso não é verdade. Quem foi condenado por *fake news*, que eu saiba, foi o Haddad, por produzir *fake news*. E agora estão buscando motivos para se imputar ao Presidente Bolsonaro a mesma coisa.

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. BIA KICIS (PSL - DF) – Eu gostaria de ter o meu tempo respeitado aqui. Eu não estou mentindo, estou falando algo que é público e notório, é uma condenação judicial, não sou eu que estou falando.

(Intervenção fora do microfone.)

(Soa a campainha.)

A SRA. BIA KICIS (PSL - DF) – Não produzo *fake news*. Estou falando a minha opinião e gostaria que ela fosse respeitada. Depois você fala o que quiser e eu vou ouvir calada.

Presidente, eu tenho um respeito extremo a esta Casa, ao Congresso Nacional. Creio que está na hora de nós resgatarmos, inclusive, a imagem do Congresso perante a população, mas só faremos isso se respeitarmos aqueles que nos elegeram.

A liberdade de expressão, Presidente, é um dos valores mais caros, é uma das garantias mais importantes que nós temos. Inclusive, nós, como Parlamentares, temos a nossa imunidade parlamentar, que, às vezes, vejo sendo atacada aqui dentro, um querendo acusar o outro, tentando calar o colega. Não! A gente fala, discorda, mas, no final, é importante que a gente respeite a nossa garantia de liberdade de expressão. E o povo só tem a internet para isso.

Muito obrigada.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Com a palavra o convidado, Deputado Frota.

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP. Para expor.) – Que bom que a Deputada falou em liberdade de expressão! Eu nunca neguei, em nenhum momento, que tenha feito parte da onda do Bolsonaro. Todos nós sabemos disso, e todos que foram eleitos, inclusive ela, também surfaram na onda do Bolsonaro. Então, falam isso, e parece que é um crime, e não o é. Todos surfaram na onda do Bolsonaro. Essa é a primeira resposta que eu gostaria de dar à Deputada.

Segundo, a Deputada fala aqui que eu sou a personificação da *fake news*. Eu também, Deputada, acho a senhora falsa, dissimulada, e acho a senhora também a personificação da *fake news*. Então, eu sou o rei, e a senhora é a rainha.

E eu acho que todos temos o direito de mudar. Eu acho que nós temos direito de mudar na nossa vida. Nós temos direito de fazer o contraditório, de não nos posicionarmos como talvez gostaríamos de nos posicionar, por muitas vezes.

Eu nunca neguei absolutamente nada, nunca neguei meu passado. Todo mundo sabe o que eu fiz, o que eu já fiz e o que eu não fiz, enfim.

Então, eu acho que são duas visões completamente diferentes. Talvez, hoje a Deputada possa transitar de uma maneira melhor dentro do Palácio, ao lado do Jair Bolsonaro, e nem por isso eu fico impressionado ou me emociono com esse tipo de coisa.

Se eu sou a personificação, como ela falou, desta CPMI, vocês podem ter a certeza de que ela vai acabar bem, porque é uma das CPMIs mais importantes que nós vamos passar neste momento, nesses próximos dias, e, aconteça o que aconteça, nós já sabemos aqui e temos muitas coisas aqui que foram faladas, trazidas, enfim. Ninguém é bobo, ninguém está aqui como criança, ninguém começou a vida ontem. Todos nós sabemos por que estamos aqui, o que queremos e temos a liberdade de falar, temos a liberdade de nos expressar. Então, é só isso o que eu tenho a falar para a senhora.

Muito obrigado.

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN. Pela ordem.) – Presidente, só quero registrar, porque, enfim, o PSL não aguenta ficar sem mentir: é mentira que o candidato à Presidência Haddad foi condenado por *fake news*. É quase uma metalinguagem *fake news* sendo ouvida aqui na CPMI da *Fake News*.

O SR. MÁRCIO LABRE (PSL - RJ. Pela ordem.) – Com licença, Presidente, só quero fazer uma contradita. É só para uma contradita!





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Só um minutinho...

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA) – Presidente...

O SR. MÁRCIO LABRE (PSL - RJ) – Eu tenho seis fontes, e alguma dessas seis deve ser confiável: G1...

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA) – Presidente...

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN) – Que tal o TSE, Deputado?

O SR. MÁRCIO LABRE (PSL - RJ) – ... *Veja*, *Revista Fórum*, que é ligada a vocês, *Carta Capital*, *Conjur*, que é neutro, e UOL.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA) – Sr. Presidente, por favor, eu queria...

O SR. MÁRCIO LABRE (PSL - RJ) – "TSE multa Haddad por propaganda negativa contra Bolsonaro."

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN) – Propaganda negativa é *fake news*?

O SR. MÁRCIO LABRE (PSL - RJ) – Ah! É *true news*!

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN) – Propaganda negativa é divulgar uma coisa que não falava bem do candidato, Presidente.

Leia um pouquinho.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Com a palavra a nobre Relatora.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Como Relatora.) – Sr. Presidente, eu queria...

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA) – ... apenas levantar uma questão pela ordem...

O SR. MÁRCIO LABRE (PSL - RJ) – É o festival da semântica aqui. Inversão semântica é uma festa.

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA) – ... em função da possibilidade nossa de trabalho.

Nós já tivemos outras CPIs nesta Casa em que ouvimos depoimentos de mais de uma pessoa e foi possível realizá-la. Nós não temos a função de fazer uma censura da fala de nenhum



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

dos Deputados ou Deputadas. Agora, eu quero pedir que nós possamos conduzir os trabalhos de maneira a que seja possível que participemos dos trabalhos da Casa.

Inclusive, eu vou encaminhar a V. Exa. uma solicitação: que seja encaminhada ao Presidente da Câmara dos Deputados e ao Presidente do Senado Federal uma liberação da presença em Plenário dos Deputados e Deputadas integrantes e presentes nas Comissões. No ritmo que nós vamos, se não chegarmos a um acordo de procedimento, de como conduzir os trabalhos, se nós os conduzirmos da forma com que os conduzimos hoje, nós vamos tomar falta todos os dias. Já se abriu a sessão do Senado, daqui a pouco abre-se a sessão da Câmara, e nós não terminamos ainda o processo de discussão. Diversas vezes, a discussão e o encaminhamento foram interrompidos por debates entre pessoas, entre Deputados.

Então, eu queria propor a V. Exa. que tomasse esse procedimento depois, porque senão vai ficar inviável a participação dos Deputados e das Deputadas e dos Senadores e das Senadoras aqui nas nossas reuniões.

Na próxima semana, nós teremos só um ouvido novamente. Depois, vamos ter, na quarta-feira, uma audiência pública com quatro pessoas. Se for assim, nós não vamos avançar e chegar a tempo de terminar os trabalhos com aquelas pessoas que nós já aprovamos como possíveis depoentes aqui, inclusive uma série de empresas que precisarão depor, que foram convocadas para depor. Temos regras, portanto, para esse funcionamento.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Nobre Relatora, eu ouvi bem a sua fala e acho que V. Exa. tem razão, mas eu não posso cercear o direito de qualquer Parlamentar falar, pois é o que está no Regimento. Se V. Exa. conseguir com que o Presidente da Câmara Federal ou do Senado abone as faltas, ótimo. Agora, cercear, tirar o direito de as pessoas inscritas falarem, infelizmente, eu não vou poder atender, mesmo que vare até a madrugada.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Como Relatora.) – Não, Sr. Presidente, eu não disse isso, pelo contrário. Eu disse que nós não temos nem o direito de cercear nem o direito de censurar. Agora, nós temos, como condutores do trabalho, a autoridade e a possibilidade de convocar os Líderes para propor um encaminhamento e acordo nos procedimentos desta CPMI e temos, sim, como organizadores do trabalho, a possibilidade de encaminhar num momento em que houver um debate que não seja apropriado ao encaminhamento daquilo que é o relatório.

Eu tenho o maior carinho por V. Exa. e estou dizendo isso para contribuir com o nosso trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Está tranquilo, tranquilo!



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA) – Eu acho que V. Exa., como Presidente da Comissão, poderia negociar com os Presidentes das duas Casas, porque senão nós não teremos como funcionar. Vamos funcionar aqui com alguns poucos Deputados que tomarão falta efetivamente nos trabalhos da Casa.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – O.k., Deputada, vamos tentar conversar com os Presidentes para ver se eles abonam a falta ou então reduzir o tempo das pessoas que vão inquirir os próximos depoentes.

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – É Claro!

Peço só 30 segundos.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Com a palavra o Deputado Alexandre por 30 segundos.

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP. Para expor.) – Eu gostaria também de ressaltar aqui – e é importante para todos os membros desta Comissão especial – que nós temos que chamar aqui o Twitter, o WhatsApp, o Facebook, o Instagram, porque não é permitido esse tipo de coisa. Nós temos as nossas contas verificadas, temos as nossas fotos, as pessoas sabem quem somos e sabem com quem estão falando. E aí entra um jornalista de Harvard com uma foto de um maconheiro: "Sou jornalista sem diploma e maluco. E ninguém pode me prender". E aí ele fala o que ele quer sobre quem ele quer, da maneira que ele quer, e nós ficamos à mercê disso. Nós não podemos combater, porque... Com quem eu estou falando aqui? Quem está do outro lado ali? Ele sabe com quem está falando: com a Deputada Joice, com o Deputado Márcio Labre, com o Deputado Alexandre Frota. E a gente está falando com quem? Isso é uma covardia! Isso é uma covardia! E isso não significa querer regular as mídias, mas algo tem que ser feito, porque, até quando existe um ataque, seja ele de pedofilia ou mais agressivo, seja uma ameaça, o próprio Twitter, o próprio Facebook e o próprio Instagram se recusam a dizer quem é esse pilantra aqui. E isso está errado. Acho que nós devemos também chamar a atenção para isso.

Muito obrigado.

A SRA. LUIZIANNE LINS (PT - CE) – Sr. Presidente, só quero dar uma informação rapidamente.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Com a palavra o Deputado Rogério Correia, do PT, de Minas Gerais.

A SRA. LUIZIANNE LINS (PT - CE. Pela ordem.) – Rapidamente, só quero dizer ao Deputado Alexandre Frota que todas as redes sociais mais relevantes estão convocadas, já com requerimento aprovado.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Ótimo! Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronei. PSD - BA) – Com a palavra o Deputado Rogério Correia.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG. Para interpelar.) – Obrigado, Presidente.

Deputado Alexandre Frota, é claro que não vim aqui tecer loas a V. Exa. do ponto de vista das posições políticas!

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP. Para expor.) – Nem eu esperava isso.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – Nós temos opiniões bastante diferentes, mas não é essa a discussão que está posta aqui.

Nesse sentido, eu quero me solidarizar com V. Exa. por causa daqueles que agora o consideram traira, falso amigo...

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Judas.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – ... Judas, porque realmente é uma forma de desqualificar também o que V. Exa. está apontando de concreto. Portanto, eu vim aqui discutir no concreto.

Nesse sentido, solidarizo-me com V. Exa., assim como com o Delegado Waldir, com quem já tive grandes embates, e com a Deputada Joice Hasselmann, que está aqui também. Foram tratados como se agora fossem laranjas, ou seja, chupam o suco, depois querem jogar o bagaço fora e não levam em consideração tudo o que foi feito e o que agora que está também sendo feito.

Então, o sentido da minha vinda aqui – não sou membro da CPI – para escutá-lo é em respeito também a uma posição concreta que V. Exa. está colocando...

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – É claro!

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – ... e que sempre respeitei no passado e continuo respeitando.

A primeira questão que eu queria levantar para V. Exa. é essa.

A segunda questão é que *fake news* é algo sério, e há gente que a trata assim: "Deixe acontecer!". V. Exa. exemplificou bem. Então, põe-se um perfil falso, espalham-se milhões de falsidades contra quem se queira, e depois diz: "Deixe, que a rede resolve". Não é assim. É crime! Crime tem de ser tipificado, e as pessoas têm de ser punidas, porque, se for dessa forma, também valeria o "deixe que mate, que, depois, se resolve isso através das pessoas que queiram fazer a



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

própria justiça com as mãos". Não é assim. *Fake news* é um crime que tem de ser regulamentado, e as pessoas têm de ser punidas.

Por isso, Senador Coronel, Deputada Lídice da Mata, eu desejo que esta CPI funcione muito bem no sentido de que *fake news* possa ser algo que as pessoas que a utilizam sejam punidas, para que as pessoas não sejam aplaudidas pelo uso de um malfeito que acaba prejudicando a sociedade como um todo. Então, o trabalho da CPI é muito importante nesse sentido.

Eu queria, entrando mais diretamente no assunto, fazer alguns questionamentos ao Deputado Alexandre Frota, se ele me permite, primeiro, em relação ao Queiroz, que é um assunto que, muitas vezes, envolve também mentiras, *fake news*. Eu perguntaria a V. Exa. se, alguma vez, o próprio Presidente da República ou seus filhos chegaram a solicitar a V. Exa. que pudesse, vamos dizer, usando uma palavra, um linguajar mais popular, refrescar-se com o Queiroz? Isso aconteceu alguma vez, em quais circunstâncias? E V. Exa. considera isso grave?

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Refrescar-se?

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – Refrescar com o Queiroz...

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Sim. Não bater muito?

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – Não denunciar, fazer com que o Queiroz não fosse investigado. Quero saber se o próprio Presidente chegou a pedir isso a V. Exa. ou se houve conversa desse tipo. Essa é uma pergunta que eu gostaria que V. Exa. anotasse.

Segundo, eu queria também fazer uma observação para que houvesse determinado cuidado, porque muitas pessoas que propagam *fake news*, pelo que pude ver, são também ameaçadoras. Ameaçam no sentido literal da palavra, e muitas se envolvem com milícias.

Eu mesmo fiz uma crítica ao Presidente Bolsonaro durante o Carnaval, repercutindo algo que diziam dele, e o próprio filho dele, o Carluxo – eu tenho isso, é claro, salvo –, ameaçou-me de morte.

Então, eu diria a V. Exa.: tenha certo cuidado também com isso! É um ato de coragem poder colocar o dedo na ferida de quem está se utilizando dessas questões.

Assim, hoje, pedi também para que o próprio porteiro que fez essa questão, esse relato de que o motorista que participou do assassinato da Marielle esteve no tal condomínio, pudesse também ter certa garantia, para que ele fosse colocado em um programa de assistência para poder continuar contribuindo.

Eu perguntaria outra questão para V. Exa.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É claro que opiniões são uma coisa; *fake news* é outra. Defender que o Lula seja livre e que ele seja inocente não é *fake news*; é só uma defesa. Eu faço isso sempre. Essa é uma convicção que eu tenho, numa análise história. Então, longe disso ser *fake news*. Mas, por exemplo, mamadeira de piroca, que foi dito que existia. V. Exa. chegou a ver isso durante a campanha? Sabe de onde veio? Isso é nitidamente *fake news*, porque ninguém provou isso, mas isso foi disseminado aos milhões. Isso é *fake news*. É uma que eu perguntaria.

Há outra questão: a Presidenta Dilma como terrorista que teria, inclusive, matado pessoas, que teria, quando jovem, atirado nas pessoas. Isso é *fake news*, nunca foi provado e foi também disseminado aos milhões. V. Exa. presenciou isso?

V. Exa. foi agora atacado diversas vezes também, como já colocou aí.

Quanto à Deputada Joice Hasselmann, eu vi, outro dia, um ataque generalizado a ela por robôs. Isso é *fake news*.

Então, eu queria que V. Exa. detalhasse isso. Por exemplo, "Adélio filiado ao PT", "o PT é quem mandou matar Bolsonaro", é evidente que isso é *fake news*, isso é óbvio. E as pessoas vão colocando... São milhões de robôs, como V. Exa. mostrou aí. V. Exa. teve conhecimento disso?

Há outra questão: "Haddad potencializava e legalizava pedofilia, defendia a legalização da pedofilia". Evidentemente, isso é *fake news*. Isso foi difundido enormemente.

Foi mostrada a Manuela com a camiseta "Jesus é travesti", e depois se viu que a camiseta que ela usava não tinha nada a ver com isso e que nem ela pensa isso. Isso foi divulgado aos milhões por robôs como esses que V. Exa. colocou.

Outra dizia: "Urnas eletrônicas foram entregues para a Venezuela, que vai fraudar as eleições". Espalharam isso aos montes. Isso é *fake news*, Deputados e Deputadas. Não se pode dizer "deixe a rede resolver". Não! Isso é crime!

Eu estou citando, evidentemente, o que atingiu a esquerda, mesmo porque, pelo dado que nós temos do *The Guardian*, que fez uma apuração sobre isso, 42% das mensagens difundidas pela direita durante as eleições eram falsas e, pela esquerda, 3%. Foi um dado colocado em uma pesquisa científica feita pelo *The Guardian*. É claro que estou colocando *fake news* que eu vi que atingiram a campanha da esquerda. Mas é *fake news*. Não estou dizendo que não existiu do outro lado, mas isso tem de ser, evidentemente, banido, fiscalizado, e tem que ser apurado. Isso não pode ser normalizado, para as pessoas chegarem aqui e dizer: "Não, esta CPI não vale nada. Que as pessoas se decidam na rede!". Essas me parecem palavras de quem usa *fake news*, quer continuar usando e tem medo de que, caso a CPI vá para frente, ela própria possa ser atingida pela *fake news*.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu vejo disso Deputados falarem, o Carluxo falar, o embaixador... Desculpe-me, o ex-futuro embaixador! Aliás, ele estava nervoso hoje, hem?

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Estava.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – Ofendeu V. Exa. e depois saiu, não quis escutar. Ele anda nervoso assim, e temos que saber por que o nervo está tão grande. O pai dele, ontem, às 3h30 da manhã, estava respondendo na internet, fazendo *live* às 3h30 da madrugada! As coisas estão difíceis!

Mas o problema, Presidente Coronel, é que, com tudo isso, com *fake news*, o Brasil está à deriva. Nós ficamos tendo de tratar desses assuntos sérios, porque o Brasil precisa chegar ao eixo. Os problemas dos brasileiros são problemas concretos de desemprego, da miséria, que se está agravando, e se ficam criando também falsos debates e *fake news* que alimentam o ódio na sociedade. E, ao alimentar o ódio, não se põe a mão para resolver os problemas; escondem-se os problemas que vão ser resolvidos. Então, ficam aí aprovando o fim da previdência, da aposentadoria, e, enquanto isso, o Presidente vai atacando em outras frentes.

Hoje, por exemplo, na Europa, ele disse que foi... Eu não tenho a palavra correta aqui, mas isso está, inclusive, em vídeo. Disse que ele foi um... Não foi bem incentivador; tenho de olhar a palavra ali. Mas disse que ele incentivou a questão do fogo na Floresta Amazônica, que isso era normal. Está aí!

O SR. HUMBERTO COSTA (PT - PE. *Fora do microfone.*) – Potencializou.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – Potencializou. Imagina o Presidente falar: "Eu potencializei...". Vai todo mundo discutir se o Presidente potencializou o fogo na Amazônia. Essas questões não ajudam o Brasil.

Por exemplo, disseram: "O óleo é venezuelano". Bem, pode até ser que o óleo seja venezuelano, mas não se vai resolver isso no Nordeste. Eu mesmo estou com férias... Eu sempre passo férias no Nordeste. Agora, minha esposa perguntou: "Nós vamos para o Nordeste?". Eu fico pensando no coitado do povo nordestino. Isso precisa ser resolvido! Isso precisa ser resolvido, e não ficar espalhando ódio, como se, caso o óleo seja da Venezuela, não se precisa resolver. "Azar do povo, porque estou fazendo a guerra ideológica, estou disseminando ódio!"

Então, *fake news* tem a ver com isso, com disseminação de mentiras, disseminação de ódio, divisão da sociedade. Isso não ajuda o Brasil.

Deputado Alexandre Frota, são essas as perguntas que eu faria a V. Exa.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Havia ainda mais uma pergunta que eu também anotei aqui em relação a essas questões que V. Exa. já colocou sobre *fake news*. V. Exa. colocou que isso existe até hoje e que está ligado, inclusive, ao próprio Palácio do Presidente, onde ele está. V. Exa. sabe se há envolvimento de dinheiro público nisso? Seria ainda mais grave existir dinheiro público para propagar *fake news*.

A Deputada está dizendo que já foi colocado esse assunto, mas eu tive de estar em outra Comissão. As que eu repeti, se V. Exa. puder responder, bem, senão, depois vou pegar o resumo da reunião.

Essas são as questões que eu queria levantar para V. Exa. E quero parabenizá-lo por estar aqui se dispondo a tratar do assunto *fake news*, doa ele a quem doer.

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – É claro!

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – Eu acho que é importante.

Obrigado.

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Muito obrigado, Deputado.

O SR. MÁRCIO LABRE (PSL - RJ) – Deputado...

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Pois não.

O SR. MÁRCIO LABRE (PSL - RJ) – Depois, no finalzinho, V. Exa. me concede 30 segundos do seu tempinho?

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – O Presidente é ele?

O SR. MÁRCIO LABRE (PSL - RJ) – Não, do seu tempo.

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Do meu tempo?

O SR. MÁRCIO LABRE (PSL - RJ) – Do seu tempo.

Eu prometo que é... É só para não roubar nada de ninguém. Eu só quero fazer um comentário, no final ou no começo. São só 30 segundos.

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Quer fazer já?

O SR. MÁRCIO LABRE (PSL - RJ) – Pode ser?

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Pode ser.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Vou cortar do seu tempo, Deputado, e passo para ele.

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Não há problema nenhum.

O SR. MÁRCIO LABRE (PSL - RJ) – Eu queria só fazer um esclarecimento.

Semana que vem, vou ser membro aqui. Não haver mais contradita, não. Hoje, não!

É o seguinte: o art. 5º da Constituição já resguarda a questão da liberdade de expressão, vedado o anonimato.

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Sim.

O SR. MÁRCIO LABRE (PSL - RJ) – Eu acho que toda essa questão, essa troca de acusações, se isso for esmiuçado, os números vão aparecer, quem está errado, quem está certo. Há erro dos dois lados, nós sabemos disso. E concordo com a Bia quando ela diz que o Estado não tem que se meter nisso.

Agora, a identificação de quem está fazendo qualquer tipo de propagação na internet, nas redes sociais, isso já devia ter sido resolvido há muito tempo. Essa coisa de o camarada chegar lá, cadastrar-se e não ter identidade, isso sim, deveria estar sendo resolvido, porque o anonimato é que está produzindo tudo isso. Esta Casa consegue resolver isso, esta Casa pode resolver isso. Então, vou deixar essa mensagem aí.

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Muito bem.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Muito bem, Deputado!

Passo a palavra ao Deputado Frota antes do último inscrito.

Anuncio aos senhores e às senhoras que há mais um orador inscrito para encerrar os trabalhos da tarde noite de hoje.

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP. Para expor.) – Eu vou ser rápido aqui.

O Deputado Rogério falou em relação ao vídeo que surgiu, o do leão com as hienas, com falta de respeito por completo com diversas instituições, a OAB, o STF, o próprio Partido do Presidente. E o STF ligou, até onde a gente sabe, para o Presidente, e ele se desculpou e depois tuitou com normalidade – não lembro agora as palavras, mas eu as tenho –, como se fosse... "Foi desnecessário, me desculpem, vou fazer uma matéria." Isso está lá no Twitter dele. Matéria onde? Como ele vai fazer matéria? Matéria de quê, sobre o quê? Foi um vídeo extremamente grotesco, nós sabemos disso.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relacionado ao Queiroz, eu acho que aqui nós temos que continuar andando na *fake news*. Já falei aqui sobre a questão do Queiroz hoje. Quando indaguei no Plenário e disse que gostaria da prisão do Queiroz, eu fui extremamente hostilizado, criticado. O próprio Presidente me ligou, a própria Deputada que está aqui também posteriormente me encontrou e falou comigo, a Deputada Bia Kicis: "Olha, o Bolsonaro 'está de bode' de você". As palavras foram assim. E o próprio Flávio Bolsonaro, que me encontrou e me abraçou, falou: "Papai está chateado contigo. Você não cala a boca". E, quando eu fui posteriormente ao Palácio – a Dona Bia estava lá também –, ele me segurou pelo braço, colocou a mão no rosto, e ele fala: "Fecha essa matraca, porra. Eu quero continuar o casamento com você". A gente tem o vídeo.

A SRA. BIA KICIS (PSL - DF. *Fora do microfone.*) – Eu não estava lá.

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Ah, não, você não estava ali na hora, mas você estava atrás, assim, passando.

Mas, enfim, então, foi isso.

Relacionado a *fake news*, eu vi de ambas as partes. Vi tanto do PT, da esquerda, massacrando, "as urnas são fraudadas", como também vi do outro lado, também, foi aquela guerra de *fake news*, e foi aí que as coisas afloraram nessa campanha. Foi uma campanha em que houve *fake news* para todos os lados. Nisso a gente tem que ser verdadeiro e concordar com isso aqui.

Eu acho que foi isso que o senhor me perguntou.

Eu só queria mostrar, porque como o senhor não estava aqui antes, como funciona o processo aqui. As pessoas já viram, a maioria, mas eu quero recolocar aqui.

Então, esta é Margareth Jogaib. Olhe o texto dela: "Urgente! Flagrante nas eleições da Argentina". Um seguidor. Milton Rieger: o mesmo texto, quatro seguidores. Reginaldo Miguel: o mesmo texto, oito seguidores. E todos quase que na mesma hora. Marcos Pontes – que não é o Ministro –: sete seguidores. o mesmo texto.

Ora, se isso não é disparo de *bot*, é o quê? Baixou o Chico Xavier em todo mundo, e todo mundo ao mesmo tempo ali tuitou isso? Não. Aqui está uma prova. Aqui tem uma prova de que existe isso.

A outra questão é do Sr. Allan dos Santos, do Terça Livre.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG. Para interpelar.) – Deputado, só em relação a essa questão que V. Exa. citou. Eu citei algumas: mamadeira de piroca, etc. Esse que V. Exa...

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Sim. Ouvi todos. Ouvi todos.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG. Para interpelar.) – Funcionava dessa forma também?

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP. Para expor.) – Foi uma *fake news* que veio da direita, essa mamadeira de piroca, assim como também veio da esquerda a questão de urna fraudada e tudo, essa coisa toda.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG. Para interpelar.) – Mas esse caso da mamadeira de piroca funciona dessa forma, com esses *bots*?

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP. Para expor.) – Acredito que sim, porque foi tão replicado aquilo... Porque existem os publicadores e existem os replicadores. São publicadores e replicadores. Aqui nós temos o Allan dos Santos falando: "Deixei de seguir o Alexandre Garcia", por causa de um áudio ou uma coisa assim. E aí a Natuza Nery, que é da GloboNews desmente... O Igor Gadelha... Olha só: "Site do Terça Livre atribui falsamente a jornalista do Estadão declaração sobre a intenção de arruinar Flávio Bolsonaro" e o Governo Bolsonaro.

Na verdade, o Presidente Bolsonaro vê inimigo em todos os lados que ele olha. Se não tem confusão, ele arruma a confusão. E ele vive de um processo que o próprio Octavio...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Concluindo, nobre Deputado.

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – ... Octavio Guedes, da GloboNews... É Guedes, não é? Não é Mendes, é Guedes. Octavio Guedes. Ele fala: ele sofre de uma coisa chamada filhotismo. Filhotismo é: mexeu com filho, virou o tempo.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – E sofre mesmo então. Sofre mesmo.

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – E aí começa: mexe no Coaf, mexe na Polícia Federal, mexe na Receita Federal, em proteção do filho. Isso chama-se filhotismo. Esse nome foi dado pelo brilhante jornalista Octavio Guedes.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Concedo a palavra, para encerrar a participação de todos os Parlamentares, ao Deputado Alencar Santana, do Estado de São Paulo, pelo PT.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA (PT - SP. Para interpelar.) – Obrigado, Presidente.

Quero cumprimentar aqui a todos, em especial o Deputado Alexandre Frota, que se colocou à disposição de vir à CPI, e parabenizá-lo também por essa iniciativa. No momento que a gente vive, alguns atacando as instituições, eu diria que esse gesto é importante para preservar a democracia brasileira.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu vou tentar ser breve e queria fazer algumas perguntas bem objetivas.

Deputado Alexandre Frota, você apresentou um esquema de funcionamento desse grupo, de *fake news*. Há quanto tempo isso funciona? Você sabe dizer mais ou menos há quanto tempo?

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP. Para expor.) – Olha, isso já deve funcionar há um bom tempo. Eu vim tomar conhecimento disso a partir do momento em que iniciou a transição do Governo, do Temer para o Bolsonaro. A partir daquele momento ali, eu comecei a sentir uma pressão diferenciada nas redes sociais. Pessoas e grupos que até aquele momento enalteciam você, apoiavam você... A partir do momento em que o Presidente Jair Bolsonaro chega à Presidência, muitas coisas começam a mudar. Muitas coisas começam a mudar. E aí, não sei se é o sistema, a pressão, se a cadeira ficou muito grande para ele, se são pessoas que pressionaram, como foi o entendimento, mas uma coisa eu carrego comigo. Ele sempre colocou e sempre falou, passou *banner* para que a gente pudesse postar: "Soldado ferido em guerra que eu luto não fica para trás". Muitos ficaram. Muitos ficaram.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA (PT - SP. Para interpelar.) – Quem postou esse *banner*?

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP. Para expor.) – O Bolsonaro postou e nós postamos também. É algo mais ou menos assim, "soldado ferido numa luta ou numa guerra minha não fica para trás". E ele deixou muitos para trás. Então, ali na transição, eu já percebi...

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA (PT - SP. Para interpelar.) – Ele postou isso onde, Facebook, Twitter, "zap"?

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP. Para expor.) – Facebook, Twitter e tudo. Nós temos, inclusive, aí. Então ali eu já comecei a perceber isso.

E as pessoas acham que o fato de eu estar aqui hoje... Muitas pessoas, eu sei que muita gente não, mas tem algumas pessoas que acham que "ah, está aqui porque está magoado ou porque quer sacanear". Não; nós estamos aqui trabalhando em cima da verdade. Quando você tem seu filho atacado, sua família atacada, quando você é ameaçado, como eu mostrei aqui nos *posts*, quando nós somos atacados, somos violentados nas redes sociais, algo começa a estar errado, principalmente quando isso vem da própria direita radical, a direita xiita, a direita visceral, comandada por aquele senhor, um maluco que mora na Virgínia, e que inclusive opera, da Virgínia... Eu acho que esta Comissão deveria trazer aqui o Sr. Olavo de Carvalho, que é um dos mentores dessa vagabundagem toda a que nós estamos assistindo, que não traz nenhum bem para a democracia dos Países.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Vocês assistiram aqui como eles agem. O Eduardo Bolsonaro, o embaixador, entrou aqui, só faltou pular no meu pescoço, agrediu, inclusive, falou da Deputada Joice aqui, e depois não ficou para ouvir, levantou-se e foi embora com os seguranças dele.

Mas o Olavo de Carvalho... É um apelo que eu faço ao Presidente, à Relatora e a todos aqui, que enviem para a Virgínia e que tragam esse cara, porque lá fora ele ataca o Deputado, a Deputada, o Senador, a Senadora, o Ministro, o Presidente, o Vice-Presidente, ele ataca todo mundo, mas fica lá. Isso é uma maneira covarde. E eu não vejo o Presidente pegar o telefone, ligar e falar: "Cale sua boca, porque você está atrapalhando meu Governo". Não; pega uma medalha, medalha Rio Branco, não sei quê, e manda o Flávio Bolsonaro levar uma medalha para ele, ou seja, o cara ataca todas as instituições – vamos falar o português claro aqui –, chama o Vice-Presidente de merda, chama o Exército Brasileiro de bosta, que não vale absolutamente nada, e o Presidente da República, que é da classe do Exército, pega uma medalha e dá para o cara! Como pode isso?

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA (PT - SP) – Isso porque é patriota, hein?

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Isso porque é patriota, e isso porque foi criado dentro do Exército.

A SRA. LUIZIANNE LINS (PT - CE. Pela ordem.) – Pela ordem, Sr. Presidente, só uma informação. Acabei de saber da assessoria, Deputado, que o Deputado Paulo Ramos, do PDT, apresentou um requerimento de convocação de Olavo de Carvalho.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA (PT - SP. Para interpelar.) – Essa estrutura funcionou durante a campanha?

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP. Para expor.) – Olha, eu sou sincero a lhe falar que durante a campanha eu vi *fake news* dos dois lados. Se tinha esse esquema, e eu acredito até que tenha, e eu acho que a gente vai conseguir chegar lá, eu não posso falar, porque eu estava dedicado, primeiro, a minha campanha. Eu fiz 35 mil quilômetros de carro, foram mais de 60, 70 cidades, fui a algumas cidades, fui a muitas cidades com o próprio Presidente, mas eu não tinha parado para falar... Tanto é que existe uma frase... E eu fui fuzilado nas redes sociais, porque só depois, ali na transição, é que surge – surge para mim, você pode até falar para mim "mas você foi ingênuo", tudo bem – surge para mim a figura desse cara chamado Olavo de Carvalho.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA (PT - SP. Para interpelar.) – Mas o método que você percebeu, a partir desse momento, com o anterior, era idêntico, das notícias falsas?





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP. Para expor.) – Sim, mas a partir desse momento, na transição, eu começo a ver o processo de fritura, o processo de armação, a negociação de cargos. Foi a partir dali, de dezembro.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA (PT - SP. Para interpelar.) – O.k., tudo bem. Estou perguntando o seguinte: a estrutura que você percebeu nesse período era a mesma de notícias falsas veiculadas, memes de "zap", notícias no Twitter...

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP. Para expor.) – É, o que eu respondi aqui é que, a partir de dezembro, da transição, eu vejo muito mais forte isso porque paro para dar atenção, porque começo a ser atacado.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA (PT - SP. Para interpelar.) – É muita gente que faz isso? Que tem um grupo grande?

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP. Para expor.) – Ah, é um grupo enorme. A gente mostrou hoje aqui um vídeo, inclusive, do próprio Presidente, mostrando a quantidade de WhatsApp, grupos e comunidades que...

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA (PT - SP. Para interpelar.) – E todas essas pessoas apoiaram o Bolsonaro na campanha?

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP. Para expor.) – É, acredito que sim, não é? Ele se vangloriava mostrando isso.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA (PT - SP. Para interpelar.) – Elas estavam diretamente na campanha também?

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP. Para expor.) – Eu não posso lhe falar se elas estavam diretamente na campanha, mas elas tinham o número do Presidente, porque elas trabalhavam no WhatsApp.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA (PT - SP. Para interpelar.) – Você participou de algum grupo de "zap", por exemplo, ou algum outro, alguma página fechada onde você recebia também – isso durante a campanha – esse tipo de notícia?

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP. Para expor.) – Eu nunca gostei de participar de grupo, então todas as vezes que me colocavam em grupo, eu saía, mas obviamente que existiam muitos grupos que vinham com *banners*, com memes, com recados, uma série de coisas. Existiam esses grupos sim, mas eu não participava desses grupos porque eu nunca gostei de participar desses grupos, e os grupos principais, que eu acho que é onde eles atuavam, eles me deixavam fora, entendeu?





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA (PT - SP. Para interpelar.) – Esse vídeo de ontem, por exemplo, do leão e da hiena, onde há um ataque frontal às instituições, o Presidente postou, como você mesmo disse...

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Sim.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA (PT - SP) – ... depois foi lá, retirou pedindo desculpas, assim como ele já fez em alguns outros casos anteriormente. Ele tinha conhecimento claro da criação daquele vídeo?

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP. Para expor.) – Eu não sei. Eu não falo com Bolsonaro tem muito tempo, então, assim...

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA (PT - SP. Para interpelar.) – Mas no método, o funcionamento desse grupo...

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP. Para expor.) – Não sei, não posso lhe falar. Isso eu não posso lhe falar porque esse vídeo pegou todo mundo de surpresa, inclusive a mim. Quando eu vi, achei um absurdo. Não posso lhe falar. Foi criado por alguém muito próximo a ele, porque foi postado na conta presidencial, na conta oficial do Presidente, e só ele e o Carlos Bolsonaro têm a senha, até onde eu sei.

Então, o Carlos Bolsonaro declarou aqui – eu até mostrei aqui –, declarou agora à tarde, ou ontem à tarde, que quem postou foi o pai, não foi ele, inclusive dando margem para o Filipe G. Martins, que é o secretário internacional lá do Bolsonaro, se posicionar contra o Bolsonaro! Porque o Bolsonaro pediu desculpas por ter postado, assumiu a bronca para ele, e o Filipe G. Martins interferiu e soltou um tuíte dizendo que as instituições estavam se vendo naquele vídeo etc. e tal., o que é um absurdo, é um crime também isso, porque é um funcionário que trabalha no Governo enaltecendo e viabilizando uma coisa que o Presidente tinha acabado de tirar.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA (PT - SP. Para interpelar.) – Você disse que participou de vários eventos de campanha com o Presidente...

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Muitos.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA (PT - SP) – ... fez viagens, não é?

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Sim.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA (PT - SP) – Em algum momento houve comentários sobre alguma notícia falsa propagada, *fake news*, onde as pessoas estavam, de certa maneira, comemorando isso?



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP. Para expor.) – Não, eu nunca vi isso.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA (PT - SP) – Você nunca pegou?

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Não.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA (PT - SP. Para interpelar.) – Você está dizendo também...

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – E, se pegasse, falava aqui agora.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA (PT - SP) – ... que há ali um sistema de funcionamento, que há um grupo que cria...

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Sim.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA (PT - SP) – ... outro que compartilha.

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Isso.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA (PT - SP) – Agora, quem é o comando principal, ou seja, do que vai ser criado? Quem decide o que vai ser criado e qual vai ser o conteúdo?

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP. Para expor.) – Acho que são muitas pessoas. Acho que o Allan dos Santos é um, acho que o Carlos Bolsonaro é outro, acho que os três que trabalham na Presidência – o Tercio, o Matheus e o outro Mateus – são outros também que fazem, inclusive credenciados.

E, aí, para vocês entenderem, é o seguinte: eles preparam, eles atacam – o Olavo de Carvalho muitas vezes ataca primeiro, depois eles vêm com um processo de fritura –; aí tem a propagação orgânica, mas também tem as que eles já trabalham com eles. Então, isso começa a se alastrar de uma maneira que você fica sem entender, é covarde a ação.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA (PT - SP. Para interpelar.) – Além deles existe algum comando político superior a essas pessoas?

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Comando político?

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA (PT - SP) – É, alguma figura política que decida, além do Carlos por exemplo?

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP. Para expor.) – Não, não. Agora, a gente não pode deixar aqui de falar mais uma vez da brilhante matéria que o Felipe Moura Brasil fez na Crusoé, onde ele elenca os nomes de todos aqueles que atuam, e principalmente vêm de São



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Paulo, da Alesp. Então, tenho aqui: Stefanny Papaiano; Douglas Garcia, Deputado Estadual; Leonardo Vieira; Gil Diniz, que é o Carteiro Reaça. E vários outros. Isso aqui não sou eu que estou falando, está numa lista muito bem feita e pesquisada... André Petros Junior; Jhonatan da Silva Valêncio Costa; Wellington da Silva Santos... Do mesmo gabinete, tudo aqui do mesmo gabinete. Tem uma parte em São Paulo muito forte, que se tornou esse ativista virtual que faz esses ataques.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Para concluir, Deputado.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA (PT - SP) – Não, obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – V. Exa. quer fazer alguma consideração, Deputado?

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Sim, rapidamente.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Trinta segundos está bom?

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP. Para expor.) – Está ótimo!

Eu gostaria, extremamente, de agradecer a todos vocês que participaram, agradecer à Mesa, aos Deputados e Senadores e Senadoras, e falar que eu estou à disposição desta Casa e desta Comissão. Fiz questão de me tornar também membro dela – pedi isso ao meu Partido, o PSDB –, para que, nas próximas sessões, a gente possa colocar e trazer aqui sempre a verdade.

Agradeço a todos vocês. Muito obrigado. Contem comigo!

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Esperem aí, Deputados, Deputadas, Senadores! Temos ainda aqui... Vamos encerrar os trabalhos, calma!

A Senadora Lídice vai fazer um encaminhamento.

Eu sei que todos nós estamos cansados, são seis horas aqui sentados, mas são apenas mais cinco minutos.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Como Relatora.) – É um encaminhamento rápido.

Nosso Presidente vai anunciar as próximas audiências, e eu queria dizer que acho, diferentemente do que muitos disseram aqui, que foi uma audiência muito produtiva. Independentemente dos discursos políticos, de ataques ao depoente ou convidado, nós seguimos aqui à risca o que falou o Deputado Marcelo Ramos quando disse qual seria o roteiro de nossa investigação. Isso tudo eu perguntei ao Deputado Alexandre Frota.

Por exemplo: "Havia ação coordenada de notícias falsas?". Ele respondeu "sim".



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

"Continua a existir ação coordenada de notícias falsas?"

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Sim.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA) – "Sim".

"Houve pagamento?". Ele disse: "Acredito que sim, porém não tenho comprovação, mas imagino que as pessoas não trabalhem gratuitamente".

"Conhece os empresários que pagam?". Ele disse que não, mas elencou que uma vez ouviu o nome de três empresários e que, coincidentemente, um deles está também na matéria da Crusoé. Portanto, isso confirma um caminho, dá uma referência de que o que a Crusoé falou é possível que seja verdade.

"Houve prestação de contas, ou seja, essas despesas estavam na prestação de contas do Presidente?". Ele não sabe dizer. Disse que não sabia.

"A casa de Paulo Marinho entrou na prestação de contas do Presidente?". Ele disse que não sabia dizer, mas nós temos a prestação de contas do Presidente e poderemos verificar se está ou não está.

Portanto, nosso roteiro não foi afastado.

Eu queria reafirmar que nós estamos seguindo o roteiro para o qual esta CPMI foi convocada: foi convocada para investigar a existência de *fake news* nas eleições de 2018, a existência de *fake news* como ameaça à democracia.

E eu quero dizer, Presidente, que recebi recentemente, esta semana, um conjunto de *cards*, fotografias de membros do Supremo Tribunal. Em cada um, há uma acusação muito grave. Lembro-me bem da do Ministro Celso de Mello: vinha a sua foto e, escrito bem pequeninho, "defende" e, grande, "a pedofilia". Trata-se de *fake news* grave que atenta contra a imagem de todos os membros do Supremo Tribunal Federal. Como é que isso não é uma ameaça à democracia?

É para isso que nós estamos com esta CPMI, porque é atual e porque todos os países do mundo estão reconhecendo que essa prática nas redes sociais ameaça as instituições democráticas. Então, não é possível dizer que esta CPMI existe para acabar com a liberdade de expressão. Ela existe para investigar esse tipo de ataque à democracia. E ele é tão sério que, há poucos momentos, uma hora atrás, o Ministro Toffoli, ao sair de um local, teve seu carro cercado por pessoas que batiam no sentido de arrebentar o carro e gritavam: "Hiena do Supremo Tribunal! Hiena do Supremo Tribunal!".

Então, é isso que está sendo investigado por esta CPMI.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

E eu quero dizer, Presidente, que o senhor está de parabéns por ter aceitado a tarefa difícil, porém indispensável, de presidir esta Comissão.

Nós estamos seguindo claramente o roteiro proposto por esta Casa. Esta CPMI não foi proposta por uma pessoa só, ela tem mais de 170 assinaturas da Câmara dos Deputados e tem mais de um terço do Senado Federal, como é exigido pelo Regimento da Casa.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Senhores e senhoras, na próxima terça-feira, dia 5, teremos aqui a oitiva do Sr. Allan dos Santos, como convocado. E teremos, na quarta-feira, dia 6, plataformas de checagem: a Sra. Adrielle Britto, representante da Federação das Associações das Empresas Brasileiras de Tecnologia da Informação; o Sr. Edgard Matsuki, responsável pelo portal Boatos.org; o Sr. Sérgio Lüdtkke, representante do portal Comprova; o Sr. Gilmar Henrique Lopes, responsável pelo portal E-farsas. São requerimentos de autoria do Deputado Leonardo. E o requerimento de convocação do Sr. Allan dos Santos foi de autoria do Deputado Rui Falcão, de São Paulo.

Eu queria aproveitar, Srs. Senadores, Sras. Senadoras e Deputados, para fazer também aqui formalmente, ou informalmente, o convite à Deputada Joice para marcar o dia que ele deseja, para colocarmos na agenda, já que foi aprovado o seu requerimento.

Antes, porém, eu queria fazer aqui uma ressalva a respeito do seguinte. O Presidente ontem falou que renovação de concessões de televisão, se não estiver tudo direitinho, ele, com uma canetada só, vai cancelar ou não vai renovar. Eu quero deixar bem claro que a última palavra não é do Presidente da República que está de plantão: a última palavra é do Congresso Nacional pela renovação, ou não, de concessões de rádio e televisão. Então, para ficar bem claro que o poder final está na mão do Congresso Nacional.

Quero também aqui, para concluir, dizer que esta CPMI visa proteger as instituições – não me canso de falar –, as famílias, fortalecer a democracia, porque não podemos conviver com esse câncer que está assolando o povo brasileiro.

Quero aqui também colocar em votação a Ata da 7ª Reunião, solicitando a dispensa de sua leitura.

Os Srs. Parlamentares que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos e convido-os para a próxima reunião, que se realizará no próximo dia 5/11, às 13h.

Declaro encerrada a presente sessão.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Que Deus acompanhe todos nós!

(Iniciada às 13 horas e 20 minutos, a reunião é encerrada às 18 horas e 46 minutos.)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 9ª REUNIÃO DA COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO - FAKE NEWS DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 05 DE NOVEMBRO DE 2019, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às treze horas e treze minutos do dia cinco de novembro de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob a Presidência do Senador Coronel, reúne-se a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito - Fake News com a presença dos Parlamentares Eduardo Braga, Eduardo Gomes, Luiz do Carmo, Mecias de Jesus, Esperidião Amin, Veneziano Vital do Rêgo, Randolfe Rodrigues, Fabiano Contarato, Alessandro Vieira, Soraya Thronicke, Humberto Costa, Rogério Carvalho, Jean Paul Prates, Chico Rodrigues, Wellington Fagundes, Jorginho Mello, David Miranda, Luizianne Lins, Rui Falcão, Natália Bonavides, Carlos Zarattini, Filipe Barros, Caroline de Toni, Eduardo Bolsonaro, Delegado Éder Mauro, Coronel Tadeu, Lídice da Mata, Alessandro Molon, Celso Russomanno, Shéridan, Alexandre Frota, Pedro Lupion, Túlio Gadêlha, Paulo Ramos, Pr. Marco Feliciano, José Medeiros, Dr. Leonardo, Juíza Selma, João Roma, Dário Berger, Marcos do Val, Marco Bertaiolli, Diego Andrade, Rodrigo Cunha, Izalci Lucas, Bia Kicis, Zenaide Maia, Paulo Rocha, Junio Amaral, Jorge Kajuru, Paulo Paim e Elias Vaz. Deixam de comparecer os Parlamentares Marcio Bittar, Ciro Nogueira, Kátia Abreu, Roberto Rocha, Nelsinho Trad, Eduardo Girão, Hiran Gonçalves, Ricardo Barros, Walter Alves, Marcelo Ramos e Arthur Oliveira Maia. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Oitiva.** **Finalidade:** Oitiva decorrente do Requerimento nº 98/2019. Oitiva do Allan dos Santos, Jornalista do Terça Livre, em atendimento ao requerimento 98/2019. **Resultado:** Oitiva realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezoito horas e quarenta e cinco minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Angelo Coronel

Presidente da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito - Fake News





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2019/11/05>

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente reunião, havendo número regimental para nossa 7ª Reunião da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento do Congresso Nacional nº 11 de 2019, para investigar os ataques cibernéticos que atentam contra a democracia e o debate público, a utilização de perfis falsos para influenciar o resultado das eleições 2018, a prática de cyberbullying sobre os usuários mais vulneráveis da rede de computadores, bem como sobre agentes públicos, e aliciamento e orientação de crianças para o cometimento de crimes de ódio e suicídio.

A presente reunião destina-se às oitivas decorrentes dos Requerimentos nºs 161, 169 e 171, da CPMI Fake News.

Inicialmente, esclareço que o Requerimento nº 169, de autoria da Deputada Caroline de Toni, solicita a convocação do Sr. Alessandro Barreto, Delegado da Polícia Civil. Entretanto, conforme se depreende da própria justificativa do requerimento, o Sr. Alessandro não se enquadra nas características de testemunha ou de investigado desta CPMI, mas sim de um delegado com relevante atuação no tema, com muito a contribuir para o objeto deste inquérito parlamentar.

Faço essa ressalva para esclarecer que apesar de formalmente convocado para depor, o Sr. Alessandro é um especialista do assunto e, portanto, não está qualificado como testemunha ou investigado.

Consulto à autora do requerimento, Deputada Caroline de Toni, sobre a questão. (Pausa.)

Ela não está presente.

Estão presentes os seguintes palestrantes, os quais chamo para tomarem lugar à mesa.

Sr. Thiago Tavares Nunes de Oliveira, Presidente da SaferNet Brasil. O Sr. Thiago possui graduação em Administração, Direito e mestrado em Desenvolvimento e Gestão Social. É professor da pós-graduação da Faculdade de Direito da Universidade Católica de Salvador e professor convidado do ESMPU e da Escola de Governança da Internet – EGI. É Conselheiro Titular do Comitê Gestor da Internet no Brasil e do Conselho Consultivo sobre Internet e Eleições do TSE 2017/2018. Em 2005, fundou a SaferNet Brasil, ONG de referência e segurança digital no Brasil. Tem experiência na área de direito e tecnologia, formação e implementação de





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

políticas públicas com ênfase em direitos humanos e Internet e organismos internacionais, atuando principalmente nos seguintes temas: crimes cibernéticos, governança da internet, crianças e adolescentes e direitos e liberdades fundamentais.

Seja bem-vindo!

Convido o Sr. Alessandro Barreto, Delegado de Polícia Civil. Alessandro Barreto é Delegado de Polícia Civil do Estado do Piauí. Possui graduação pela Universidade Regional do Cariri, 1998. É pós-graduado em Direito pela Universidade Federal do Piauí. Foi Diretor da Unidade do Subsistema de Inteligência da Secretaria de Segurança Pública do Estado do Piauí, de 2005 a 2016, integrou o grupo de trabalho revisor da Doutrina Nacional de Inteligência de Segurança Pública. É professor de cursos de inteligência cibernética pela Senasp – Secretaria Nacional de Segurança Pública, e pela Seopi – Secretaria de Operações Integradas. É professor na Academia da Polícia Civil do Piauí das disciplinas Inteligência de Segurança Pública e Investigação Policial. É professor convidado da Unaula – Universidad Autónoma Latinoamericana de Medellín, na Colômbia, colaborador eventual da SESGE-MJ e Coordenador do NUFA – Núcleo de Fontes Abertas da Secretaria Extraordinária de Segurança Pública de Grandes Eventos do Ministério da Justiça durante os Jogos Olímpicos e Paralímpicos do Rio, 2016. É Coordenador-Geral da Contraineligência da Diretoria de Inteligência e, posteriormente, colaborador eventual da Secretaria Nacional de Segurança Pública. É Coordenador-Geral substituto da Polícia Judiciária e Perícia da Diretoria da Força Nacional de Segurança Pública da Secretaria Nacional de Segurança Pública, servidor mobilizado da Secretaria de Operações Integradas do Ministério da Justiça e Segurança Pública.

Seja bem-vindo, Dr. Alessandro.

Convido o Sr. Carlos Felipe Almeida D'Oliveira, Diretor da Associação Brasileira de Estudos e Prevenção de Suicídio.

O SR. ARTHUR OLIVEIRA MAIA (DEM - BA. Pela ordem.) – Pela ordem, Presidente.

Existe, na pauta, algum requerimento a ser deliberado na tarde de hoje?

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Não.

O SR. ARTHUR OLIVEIRA MAIA (DEM - BA) – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Graduado em Medicina pela Faculdade de Medicina da Universidade Regional do Rio de Janeiro, 1974, mestre em Saúde da Criança pelo Instituto Fernandes Figueira, da Fundação Oswaldo Cruz, especialista em Educação em Saúde pelo NUT da Universidade do Rio de Janeiro, pós-graduado em Pediatria no Instituto de Pediatria e Puericultura Martagão Gesteira, no Rio de Janeiro, médico pediatra do Hospital Infantil Dr. Walter Telles, em Fortaleza, médico pediatra do Ministério da Saúde, aposentado em 2008, coordenador do grupo de trabalho que formulou a Estratégia Nacional de Prevenção ao





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Suicídio, primeiro representante nacional da International Association for Suicide Prevention, de 2006 a 2009, Coordenador Nacional de Saúde do Mercosul, Chefe de Gabinete da Secretaria de Atenção à Saúde do Ministério da Saúde.

Coordenador do Projeto ConViver para sobreviventes de suicídios no Rio de Janeiro, assessor do Ministério da Saúde, de 2007 a 2010, coordenador da Comissão Binacional Brasil-Uruguai de Saúde na fronteira, conselheiro do conselho administrativo do Hospital das Clínicas de Porto Alegre, representante do Brasil no Comitê Coordenador do Conselho Sul-Americano de Saúde da Unasul, coordenador do projeto e representante do Brasil no Comitê Gestor do Memorando de Entendimento Brasil-Cuba-Haiti para o fortalecimento do sistema de saúde do Haiti, coordenador da rede brasileira de prevenção do suicídio, membro da Associação Latino-Americana e do Caribe de prevenção ao suicídio, membro do conselho consultivo do Centro de Valorização da Vida, membro do conselho consultivo da Organização Decide Viver México de Prevenção do Suicídio, membro da Diretoria da Associação Brasileira de Estudos e Prevenção de Suicídio, medalha do mérito Osvaldo Cruz, oficial da Ordem do Rio Branco.

O suicídio é um problema de saúde pública e pode ser prevenido. O suicídio e a tentativa não configuram categorias diferentes, todavia, o suicídio é uma forma de comunicação.

No Mato Grosso do Sul, há um quadro alarmante de suicídio dos índios da tribo Guarani: de 100 mortes, 98 foram por suicídio. Na região Sul, Rio Grande do Sul e Santa Catarina apresentam os índices mais altos do Brasil.

Isso aqui também está no currículo do Dr. Carlos Felipe Almeida D'Oliveira.

Agradeço a presença de todos.

Queria comunicar que a nossa Relatora encontra-se numa reunião de bancada, mas está chegando. O nosso Vice-Presidente, Ricardo Barros, se quiser tomar assento à Mesa, está a sua disposição. Saúde a todos os Parlamentares aqui presentes.

Vamos dar início ouvindo o nosso Thiago Tavares Nunes de Oliveira, Presidente da SaferNet Brasil, pelo prazo de 15 minutos.

O SR. THIAGO TAVARES NUNES DE OLIVERIA (Para expor.) – Muito boa tarde, Sr. Presidente, nobres Deputadas, Deputados, Senadoras e Senadores, é uma honra para mim e para a SaferNet Brasil poder participar dessa audiência pública. Quero agradecer o honroso convite e dizer da minha alegria em poder contribuir com esse debate tão importante.

Eu acho que tem que colocar no "visualizar, apresentação de eslaides", porque aí eu consigo passar aqui mais facilmente.

Visualizar, modo tela cheia.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Isso, perfeito.

Preparei um roteiro para a minha apresentação e terei o desafio aí de conseguir fazê-la em 15 minutos, procurando fazer em três tópicos, dois grandes eixos, um resumo sobre a nossa atuação institucional e o que justifica a minha presença aqui.

Procurei focar o miolo da apresentação nos eixos do plano de trabalho desta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito. Quais sejam? O eixo de fake news, democracia e eleições, proteção de dados pessoais e, por fim, cyberbullying e os ataques à dignidade humana. São esses, literalmente, os três eixos que constam do planejamento, do plano de trabalho desta Comissão.

Para quem não conhece, a SaferNet Brasil é uma organização civil sem fins lucrativos, sem qualquer tipo de vinculação político-partidária, nem religiosa e nem ideológica, fundada há quase 15 anos atrás, por professores e pesquisadores do Departamento de Ciências da Computação e da Faculdade de Direito da Universidade Federal da Bahia e da Universidade Católica, também em Salvador, e atua internacionalmente através da rede Inhope, que é uma associação internacional que tem sede em Amsterdam, na Holanda. Existe desde 1999, foi fundada pela Comissão Europeia e até hoje é financiada pela Comissão Europeia e que atua na coordenação de hotlines ou canais de denúncia em 48 países.

Eu já tive a oportunidade de ser membro da diretoria do Inhope e estive presencialmente em mais de 30 países conhecendo experiências que deram certo e sobretudo as que deram errado no enfrentamento sobretudo à exploração sexual de crianças e adolescentes.

Então aqui no Brasil nós somos responsáveis pelo hotline brasileiro que é acessado pelo denuncie.org.br. Recebemos denúncias anônimas de 10 categorias de crimes e violações a direitos fundamentais, desde crimes sexuais contra crianças e adolescentes até tráfico de pessoas e outros crimes relacionados à dignidade humana, como por exemplo o racismo, a xenofobia, a discriminação e intolerância, apologia e incitação a crimes contra a vida, que incluem páginas que fazem incitação ao suicídio, à automutilação e a outros atos de violência.

Recebemos quase quatro milhões de denúncias anônimas, em 12 anos, mais de 700 mil páginas foram denunciadas nesse período, quase 250 mil foram removidas, e há páginas hospedadas aí em mais de 100 países, o que mostra a importância da cooperação internacional nessa área.

Mais da metade das denúncias se referem a crimes de ódio, ou seja, conteúdos que pregam o extermínio ou a eliminação de pessoas em razão da sua raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional, ou também orientação sexual. E esses crimes que vêm sendo praticados no País representam mais da metade das quatro milhões de denúncias que recebemos.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SaferNet também oferece um serviço gratuito de orientação a crianças, adolescentes, jovens e também professores e adultos que estejam vivenciando alguma situação de risco na internet.

Então situações de cyberbullying, situações de vazamento de nudes, problemas com questões de dados pessoais, privacidade, ofensas e etcétera. Nós temos uma equipe de psicólogos que trabalham diariamente atendendo esses casos e orientando essas vítimas sobre o que fazer e também acolhendo os relatos e oferecendo ali aquele apoio emergencial em situações de grave risco à dignidade ou à integridade dessas pessoas. E colaboramos, contribuímos, com o esforço do Tribunal Superior Eleitoral quando da constituição de um Conselho consultivo sobre Internet e Eleições, que funcionou entre 2017 e 2018 e nós tínhamos um assento nesse conselho, participamos então das dez reuniões que foram convocadas pelo TSE, como também dos dois seminários internacionais realizados pelo tribunal para discutir a questão.

E naquela ocasião submetemos duas contribuições por escrito, com um total de 22 recomendações concretas ao TSE, ao WhatsApp e a outras empresas de internet.

E aí, começando, Sr. Presidente, estritamente seguindo aí o plano de trabalho desta Comissão, que trata do eixo 1, o tema fake news, democracia e eleições. Importante dizer que esse é um tema que é mais amplo e se relaciona com várias questões e desafios que estão colocados no campo não só da política, mas sobretudo da segurança cibernética, da proteção de dados, da própria noção de ambiente e ecossistema informacional.

E não é à toa que a literatura mais consolidada e evoluída trata da questão a partir do conceito da desordem informacional. Ou seja, uma desordem informacional que pode ser didaticamente aí subdividida em alguns clusters, em alguns grupos, alguns clusters temáticos, que vão desde a desinformação em si, como conteúdos que são tirados de contexto ou conteúdos manipulados ou conteúdos fabricados, até a chamada mal informação ou misinformation, que é aquele conteúdo que é criado com o objetivo de provocar um dano. E aí, nessa misinformation está incluído aí o discurso de ódio, mas também as tentativas de assédio, de intimidação e também o vazamento de dados e credenciais de acesso.

A desinformação é um fenômeno global. Ela não é um fenômeno brasileiro. Todos os países estão se debruçando sobre esse desafio. E ela tem um efeito real. Nos Estados Unidos, por exemplo, o Pew Research Center, que é um dos principais think tanks responsáveis por pesquisas de ponta nessa área, junto à população, detectaram que 64% dos americanos revelaram sofrer de uma grande confusão em relação a fatos básicos.

Então, por exemplo, fatos no campo da saúde. Vacina, por exemplo. Vacina faz bem ou faz mal? Vacina dá câncer? Bicarbonato de sódio, se passar na pele, ajuda a curar o câncer? Esse tipo de informação, que seria impensável tempos atrás, hoje encontra uma grande parcela





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

da população que não tem segurança, não tem certeza sobre esses fatos, esses conceitos básicos.

O Datafolha fez uma pesquisa recente e revelou que 11% da população brasileira acredita que a Terra é plana, ou seja, que a Terra não é redonda. Pode não ser uma esfera perfeita, mas plana certamente ela não é. Mas isso mostra o potencial de manipulação que a desinformação pode causar.

Em contextos eleitorais, e aqui são dados da eleição americana de 2016, nós temos exemplos de histórias que foram fabricadas e veiculadas no formato de notícias, que tiveram grande engajamento e adesão. Então, casos aí que se tornaram célebres. O Papa Francisco teria chocado o mundo ao endossar a campanha presidencial do Donald Trump, etc. e vários outros exemplos aí que foram veiculados na época.

E essa questão, Sras. e Srs. Deputados e Senadores, está muito bem descrita neste documento recente publicado pela Hande Corporation. A Hande Corporation, para quem não conhece, é a maior consultoria na área de defesa que existe no mundo.

Eles publicaram um documento há cerca de dois meses, com mais de 340 páginas, que procura descrever, em detalhes, o modus operandi, a tipologia, as definições e os conceitos básicos para entender como essa desordem informacional e o ambiente informacional podem ser manipulados a partir de técnicas e táticas já bem consolidadas.

Então, não tenho tempo, evidentemente, para me debruçar e para explicar o documento, mas eu deixo a referência do documento e o índice da publicação, com a sugestão de que V. Exas. ou suas assessorias possam se debruçar e entender mais a amplitude desse fenômeno.

Uma outra referência que trago é essa da Universidade de Oxford. Em relatório publicado, há poucos meses, ele revelou que, em 2019, cerca de 70 países já se utilizam dessa estratégia de manipulação e desinformação com o objetivo de influenciar o contexto interno, mas também, em alguns casos, influenciar o contexto externo.

Nesse estudo, que está disponível online, é possível perceber, por exemplo, que existe um conjunto de sete países, que oficialmente já foram atribuídos, inclusive pelas grandes plataformas que são vítimas desse tipo de manipulação, como origem de grandes campanhas de desinformação, de desestabilização e de interferência externa. São aqueles lá que V. Exas. estão vendo: Venezuela, Arábia Saudita, Rússia, Paquistão e Irã, Índia e China.

Esses países têm atuado concretamente no uso da manipulação de redes sociais tanto no ambiente interno quanto no ambiente para interferência externa.

(Intervenção fora do microfone.)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. THIAGO TAVARES NUNES DE OLIVERIA – Não. Está aqui no relatório. É um relatório baseado em evidências.

Então, o relatório não é exaustivo e os pesquisadores são muito rigorosos em termos metodológicos e eles deixam claro não só a metodologia, mas também as conclusões a que eles chegam, que são todas elas suportadas por evidências concretas. Então, como eles não conseguiram evidências concretas em outros países, eles se limitaram a mencionar esses sete, que são sete países, cujas empresas Twitter e Facebook já publicaram statements, reconhecendo a desativação de redes coordenadas de comportamento não autêntico, ou seja, automatizado.

Prosseguindo, nesse levantamento, o Brasil aparece ali. Existem muitos dados sobre o Brasil: 87%, em dados gerais, desses países, utilizam contas operadas por humanos; 80% dos países têm usado contas operadoras por robôs; 11% dos países têm usado contas operadas por ciborgues, que é uma mescla, têm uma parte humana e uma parte automatizada por robô; e 7% têm usado dados roubados ou contas comprometidas, como vazamentos de dados, invasões, etc e tal.

Esses são os dados globais e os dados por países os que estão naquela planilha.

Nessa outra tela, a gente vê que 71% dos países têm utilizado desta estratégia para disseminar e amplificar propaganda pró-governo ou pró-partido, ou seja, uma iniciativa partidária ou governamental, e 89% têm usado a propaganda computacional para atacar opositores políticos. Então, essa é uma tática que tem se disseminado no mundo inteiro – lembrando que esse levantamento aqui é referente a 70 países.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP. Fora do microfone.) – E aquela flechinha ali?

O SR. THIAGO TAVARES NUNES DE OLIVERIA – A flechinha ali está destacando o Brasil.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP. Fora do microfone.) – Esses dados não são do Brasil?

(Soa a campanha.)

O SR. THIAGO TAVARES NUNES DE OLIVERIA – Esses dados são globais, referentes a 70 países. Aquela flechinha ali está destacando as menções ao Brasil nesse relatório internacional.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP. Fora do microfone.) – Não entendi aquelas menções com a flechinha no Brasil.

O SR. THIAGO TAVARES NUNES DE OLIVERIA – É apenas para mostrar, situar, localizar dentre as bandeiras, dentre as 70 bandeiras dos países, onde está o Brasil, a bandeira brasileira.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Bom, e aqui, outras questões ligadas: 75% dos países têm usado a desinformação e a manipulação de mídia para manipular usuários da rede; 68% dos países também têm usado state sponsors, ou seja, mecanismos que são verbas públicas, para atingir os seus alvos, que incluem dissidentes políticos, e também oposição à imprensa profissional e perseguição a jornalistas, e 73% têm usado mecanismos de amplificação de mensagens e conteúdo, sobretudo através de sequestro e flooding de hashtags.

E nós vimos no contexto político, em eleições existentes no Canadá, no Brexit, na Inglaterra e nos Estados Unidos, como a propaganda computacional pode ser usada como um instrumento efetivo de manipulação do eleitor. E o modus operandi é muito simples, até. Esse eslaide ilustra bem, em sete passos, coisas que qualquer adolescente pode reproduzir, o que fazer para amplificar essas mensagens. Então, primeiro você identifica uma audiência que seja alvo: você identifica o alvo, a partir de análise de dados. A partir daí, no item 2, você cria um conteúdo inflamatório e injeta esse conteúdo inflamatório numa câmara de eco ou numa bolha. Isso fará com que haja interação, ou seja, vai gerar interação: muita gente vai curtir, outros vão compartilhar, outros vão contestar, outros vão reagir. Essas interações são entendidas pelos algoritmos da plataforma como sinal de relevância e de autoridade daquele perfil daquele usuário.

Isso serve para que os algoritmos sejam manipulados a acreditar que aquele conteúdo e aquela conta têm uma relevância maior – os conteúdos postados por aquela conta tenham uma relevância maior do que os demais –, de modo que os próximos conteúdos terão uma relevância orgânica maior do que os conteúdos anteriores. Ou seja, eles exploram o próprio mecanismo de funcionamento dos algoritmos.

E a sequência: você então mobiliza os seguidores para uma ação, que pode ser coordenada ou não coordenada, e item 6, você atinge aquilo que se chama de estágio de escândalo; ou seja, ao criar-se um escândalo por conta do conteúdo inflamatório e por conta da repercussão, você acaba ganhando atenção da mídia tradicional, e com isso você obtém mídia espontânea e passa a ser o assunto do momento.

Então, pode estar acontecendo qualquer coisa no País, mas ninguém falará mais nada a não ser repercutir aquele assunto, aquele conteúdo inflamatório que atingiu instituições, que atacou adversários ou que estigmatizou minorias ou o que seja.

Por fim, item 7, você vai aprender com a experiência, revisar, adaptar e repeti-la, entrando num processo de looping que vai manter o modelo funcionando.

Eixo 2: Nada disso seria possível sem acesso a dados pessoais. O dado pessoal é a matéria-prima para estratégias de manipulação de redes sociais e estratégias de campanhas massivas de desinformação. Dados pessoais existem em abundância. Infelizmente, existem vazamentos de dados diários, por mais que as empresas se esforcem em garantir a segurança





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

da sua infraestrutura, há todo um mercado paralelo de crackers, de criminosos que estão desenvolvendo técnicas para tentar invadir esses servidores, descobrir vulnerabilidades; pesquisadores que estão desenvolvendo softwares, empresas que estão ganhando muito dinheiro pesquisando vulnerabilidades em sistemas, explorando essas vulnerabilidades. Inclusive, muitas dessas empresas são financiadas pelo Poder Público, porque há uma corrida no mundo para estocar vulnerabilidades por governos. Ou seja, que querem explorar vulnerabilidades em sistemas.

E, apenas em relação a dados sensíveis, esses são os números mais recentes. As maiores empresas do mundo já foram alvo desse tipo de vazamento. Uma vez obtidos esses dados aplicam-se ferramentas analytics, de análise de dados, de big data e de microtargets. Ou seja de perfilamento e de micro impulsionamento.

Então, você começa a desenvolver um mecanismo que se vale muito de psicometria, que é uma área da Psicologia que estuda categorias de personalidades humanas e você começa a segmentar, no contexto eleitoral, eleitores a partir de grupos de preferências, e não mais apenas a partir de indicações geográficas. E essa metodologia, que foi desenvolvida e aplicada pela Cambridge Analytica em vários países, foi bem sucedida e ganhou notoriedade a partir da eleição americana.

Uma das razões que mostra a eficácia da estratégia é o grande engajamento em redes sociais como uma condição para que a estratégia seja eficaz e a produção de conteúdos falsos.

Na eleição americana, conteúdos falsos, veiculados na forma de supostas notícias, tiveram engajamento maior do que toda a produção jornalista profissional feita pelos veículos americanos nesse período, de fevereiro até o dia da eleição, em agosto.

E o que esperar, então, das eleições municipais de 2020? Evidentemente, as eleições de 2020 são muito diferentes das eleições gerais. Ela é uma eleição muito mais fragmentada e uma eleição muito mais difusa. De modo que nós da SaferNet entendemos que está havendo e haverá uma tentativa de emular o modelo de segmentação e o modelo de microtargeting inaugurado ali pela Cambridge Analytica.

A gente tem evidências concretas disso. Isso aqui são eslaides de uma apresentação de uma empresa brasileira que tem sede em Brasília. Esses eslaides vazaram na imprensa internacional e eles mostram exatamente a mesma coisa, ou seja, trabalhar com psicometria, técnicas de psicometria e técnicas de microtargeting para fazer chegar, mobilizar audiências e gerar interações em redes sociais, nas quais existem potenciais eleitores dispostos a atuar como embaixadores do Governo ou fazer chegar essas mensagens em echo chambers ou câmaras de eco, onde ela tenha maior possibilidade de propagação.

Lembrando que isso aqui não tem uma matriz ideológica, ou seja, pode acontecer nos dois espectros ou nos "n" espectros políticos. Isso aqui é um método, o método pode ser usado para





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

qualquer coisa, pode ser usado na área de saúde, na área de segurança, na área política. O método é o método, ele é agnóstico em relação ao conteúdo e ao propósito.

Então, aqui também há eslaides da mesma empresa mostrando, baseado no mesmo modelo psicométrico que é utilizado pela Cambridge Analytica, que foi baseado num pesquisador da Universidade de Cambridge chamado Alexander Kruger.

No caso brasileiro, o foco maior é em relação ao WhatsApp. Não porque o WhatsApp seja uma ferramenta criada para isso ou propícia para isso, mas simplesmente porque é a ferramenta que é líder de mercado. Se nós tivéssemos outro aplicativo com a mesma base de usuários do WhatsApp ou tivesse a mesma liderança que o WhatsApp tem no mercado brasileiro, certamente esse aplicativo seria o alvo dessas campanhas de manipulação e também de uso indevido e ilícito da aplicação.

Também enxergamos como uma tendência a criação de data lakes nos Municípios. O que é isso? Os data lakes são formas de você coletar uma grande quantidade de dados não estruturados e utilizar ferramentas de machine learning, de aprendizado de máquina, e também de analytics para extrair dali informações em tempo real e utilizar essas informações acopladas a outras ferramentas de microtargeting e de impulsionamento e amplificação de conteúdos.

No caso brasileiro, esses serviços hoje são oferecidos a preços módicos, ou seja, não custa caro você fazer isso. Existem vários serviços na nuvem que são oferecidos. Esse aqui, por exemplo, é um serviço oferecido pela Amazon para o mundo inteiro e você pode contratar um serviço de... Criar um serviço de data lake usando a cloud, infraestruturas de cloud, a um preço módico; e as ferramentas de analytics, de análise, e machine learning também estão disponíveis na mesma cloud a preço módico.

A fonte dos dados está muito dispersa. Enquanto as empresas, as grandes plataformas, estão fazendo um esforço enorme para restringir o acesso às suas APIs, restringir o acesso a dados pessoais, responder de forma eficiente e convincente no mundo inteiro ao escândalo revelado após a Cambridge Analytica e a preocupação do mundo inteiro em relação à manipulação de processos eleitorais que, como eu mencionei no início da minha apresentação, não tem ocorrido só aqui, mas no mundo inteiro está sendo assim.

Então, enquanto o foco está todo voltado para as grandes plataformas, Google, Facebook, Instagram, Twitter e WhatsApp, ninguém está olhando para outra fonte rica de dados que são por onde os dados passam, os dutos por onde os dados passam, que são os provedores de acesso.

É possível criar data lakes a partir de conexões de acesso à internet. E no caso brasileiro, nós temos uma característica bem particular: é que um terço, quase 40%, hoje, das conexões à internet no Brasil são prestadas por pequenas e médias empresas, são pequenos e médios provedores. E esses pequenos e médios provedores têm uma atuação no Município. Eles não





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

têm uma atuação como a Vivo, a Claro ou a Oi, que atuam no País inteiro e têm uma regulação pesada da Anatel, fiscalização, equipamentos de segurança, ou seja, têm toda uma estratégia e obrigações de compliance que eles precisam seguir.

Os pequenos e médios provedores não estão submetidos à mesma carga regulatória, e isso faz sentido, porque, se eles estivessem submetidos à mesma carga regulatória, eles não conseguiriam inovar e não conseguiriam atuar no mercado. Mas o fato é que isso cria uma vulnerabilidade, que é a possibilidade de você ter um pequeno provedor no interior, criando seu próprio data lake e usando dados da população do Município para estratégias de microtargets, estratégias de segmentação e distribuição de propaganda computacional no período eleitoral.

Então hoje, esta aqui é uma pesquisa do Comitê Gestor da Internet, que é feita com os provedores, essa pesquisa é feita a cada três anos, então o último dado disponível é de 2017. Naquela época existiam 6.618 pequenas e médias empresas provendo acesso à internet no País. Hoje esse número passa de dez mil pequenas e médias empresas. O perfil dessas empresas é esse aí, 88% são micro e pequenas empresas, de uma a 49 pessoas ocupadas, a distribuição das regiões do País, 85% delas, para se ter uma ideia, são optantes do Simples Nacional, mas o fato é que essas empresas são responsáveis por conectar o usuário final e têm a possibilidade de visualizar boa parte do tráfego que passa em suas redes, e esse tráfego pode ser redirecionado para uma infraestrutura de cloud computing e criação de um data lake para perfilamento e acoplamento a ferramentas de analytics e machine learning e o uso disso durante a campanha eleitoral, que vai acontecer nos Municípios; e aos dados dos eleitores, muitas dessas empresas têm acesso, devido à atuação municipal.

Por fim, o terceiro eixo, cyberbullying e os ataques à dignidade humana. Aqui é fundamental que V. Exas. façam uma distinção, porque o cyberbullying pode ser visto de duas formas. Se ele for visto dentro dessa estratégia de manipulação hostil de redes sociais, ele vai aparecer ali como uma das táticas usadas para intimidação de oponentes políticos, de adversários políticos, de jornalistas, de organizações do terceiro setor. Enfim, qualquer alvo de instituições da República, qualquer alvo que represente uma ameaça aos meus interesses pode ser alvo de um cyberbullying. Mas isso é dentro desse framework de análise.

O outro caso de cyberbullying, que é o caso que nós atendemos na SaferNet, e aqui tem o gráfico evolutivo do número de casos concretos de vítimas de cyberbullying que nos procuraram, isso aqui são crianças. É outra história. Ou seja, são crianças que estão sendo vítimas de cyberbullying por outras razões que não têm nenhuma relação com política nem disputa partidária, disputa política, o que seja. São casos que acontecem em escolas e normalmente o autor e a vítima têm a mesma idade e estão na faixa etária de adolescentes ou pré-adolescentes. E as respostas a esses dois fenômenos são necessariamente diferentes.

Então, esse é o nosso foco. A SaferNet não recebe outros tipos de denúncia. Aqui tem os dados relativos ao primeiro e ao segundo turno da eleição do ano passado, ou seja, quais





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

denúncias foram formuladas naquela ocasião. Todos os casos já foram apurados ou estão em apuração pelo Ministério Público Federal.

Nota-se que, durante o período eleitoral, e isso não foi na eleição passada, nas eleições anteriores também aconteceu, houve um aumento muito significativo no número de denúncias relacionadas a crimes de ódio, preconceito, intolerância, discriminação. Em 2014 foi assim. Em 2018 foi assim. Em 2016 foi assim. E a análise da série histórica comprova que esse período é um período em que há uma maior polarização da sociedade, dos usuários e, muitas vezes, essa polarização transborda para crime de racismo, de intolerância, etc.

E, por fim, então a nossa abordagem tem sido com foco em educação. É dessa forma que a gente aborda a questão do cyberbullying. Aqui está o índice de um módulo sobre cyberbullying num curso EAD que nós oferecemos gratuitamente para professores da rede pública ou privada de ensino. Já são mais de 21 mil professores matriculados em todo o País, em mais de dez Estados. Uma iniciativa que a gente tem o prazer de desenvolver em parceria com o Google. E aqui uma outra iniciativa, também de prevenção ao bullying, dessa vez em parceria com Instagram, Facebook e Unicef, que procura conscientizar adolescentes e pré-adolescentes sobre a importância de se combater o bullying.

Essas atividades acontecem não só nas próprias redes sociais, na própria internet, mas também fisicamente nas escolas. E nós estivemos aí, nos últimos anos, em todas as 27 unidades da Federação realizando oficinas, palestras de sensibilização e conscientização sobre o uso ético, seguro e responsável da internet.

Conclusão, Sr. Presidente, espero não ter estourado muito o tempo. Não existe, senhores, uma bala de prata. A experiência internacional tem mostrado isso e as tentativas, algumas vezes açodadas, de criminalizar, por exemplo, o envio de conteúdos falsos se têm revelado um grande tiro no pé, porque isso põe em risco a liberdade de expressão, a liberdade de imprensa, a liberdade de opinião.

Nós não estamos falando aqui de notícias imprecisas, de notícias mal apuradas, de notícias de baixa qualidade. Nós estamos falando de algo muito maior, que envolve a utilização massiva de dados pessoais para perfilamento, usando técnicas de psicomетria para a amplificação de conteúdos que são deliberadamente criados com o objetivo de manipular algoritmos, de manipular percepções, de gerar engajamento, isso tudo faz parte de um framework, que está bem descrito nos estudos científicos internacionais.

Isso faz parte de uma metodologia que é bem conhecida, cujos propósitos e finalidades e impactos podem se dar tanto no campo da política, mas também no campo da segurança pública, no campo da saúde – e o exemplo do Movimento Antivacina é isso – e no campo da defesa.

Basta olhar o que aconteceu durante o processo de anexação da Crimeia. As campanhas de desinformação promovidas pela Rússia tiveram um papel decisivo naquele processo. Basta





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

olhar o que a Europa está fazendo, desde 2015, no monitoramento das campanhas de desinformação, que têm origem em Estados estrangeiros. No caso europeu, sobretudo a Rússia. Mas a China agora, por exemplo, está engajada diretamente numa campanha em relação à população de Hong Kong.

Então, não há bala de prata. E a gente entende que o foco deve-se concentrar nas estratégias multissetoriais. São essas que se revelaram as mais bem-sucedidas ao redor do mundo e que procuram aumentar a capacidade de as instituições detectarem esse tipo de interferência e manipulação, responderem em tempo hábil e fortalecerem o accountability e a transparência das empresas que são vítimas desse processo. Afinal de contas, não conheço nenhuma empresa que deseje deliberadamente ter os seus serviços utilizados para essa natureza.

Essa é uma estratégia, a meu ver, que pode surtir efeitos de curto prazo; e, no longo prazo, aperfeiçoar a educação e investir nela para o uso ético, seguro e responsável da internet.

Eu agradeço muito a atenção, sobretudo a generosidade do nosso Presidente em relação ao tempo.

Fico à inteira disposição de V. Exas. para as perguntas.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – É difícil interromper quando o conteúdo está bom, não é?

Vamos ouvir agora o Dr. Alessandro Barreto, Delegado de Polícia.

Eu queria esclarecer que, ao final das três apresentações, vamos ouvir a Relatora, Deputada Lídice, e, depois, a autora dos requerimentos, a Deputada Caroline de Toni, e os Srs. Deputados e Deputadas, Senadores e Senadoras, que podem se inscrever, caso desejarem fazer alguma pergunta aos nossos palestrantes.

O SR. ALESSANDRO BARRETO (Para expor.) – Boa tarde, Sr. Presidente, Srs. Senhores, Senadoras; Deputados e Deputadas. Obrigado pelo convite. Para mim é uma honra estar aqui

Eu sou Delegado de Polícia Civil do Estado do Piauí, mas estou no Ministério da Justiça há algum tempo. Atualmente eu coordeno o Laboratório de Operações Cibernéticas.

A minha função aqui é falar um pouco sobre a atividade que a gente desenvolve lá: o que tem sido feito na proteção de crianças e adolescentes online e, no final, vou passar um pouco da minha experiência, pois venho há algum tempo estudando o ambiente cibernético. E vou propor algumas sugestões para os senhores e as senhoras sobre a temática.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Bom, dentro da Secretaria de Operações Integradas funciona o Laboratório de Operações Cibernéticas. Esse laboratório vem desenvolvendo há algum tempo ações notadamente de proteção a crianças e adolescentes que são abusadas e exploradas on-line. Uma dessas ações desenvolvidas é a Operação Luz na Infância. A Operação Luz na Infância visa a essa proteção de crianças e adolescentes on-line e tem identificado diversos indivíduos pelo País que estão notadamente armazenando conteúdo relacionado a abuso e exploração.

Qual a função, o que o laboratório faz? Ele produz pacotes acionáveis e envia para os Estados, informando dados, indícios de autoria e materialidade de crimes cometidos on-line. O que os Estados fazem? Instauram as investigações, identificam os responsáveis e solicitam mandados de busca e apreensão. Crimes gravíssimos são cometidos: crianças abusadas desde os dois anos de idade, imagens, vídeos, fotografias de crianças que são exploradas. Em alguns casos, chegamos a encontrar manuais com o título, por exemplo: Como fazer amor infantil, Como abordar crianças, qual idade, qual engenharia social aplicada.

Nesse contexto, foram desenvolvidas cinco ações. A primeira em 20 de outubro de 2017; a segunda em 17 de maio, que foi a maior ação já realizada no Planeta contra abuso e exploração sexual infantil; dia 22 de novembro, a terceira fase foi em cooperação Brasil-Argentina; quarta fase, em março de 2019, todos os Estados da Federação participaram; e a quinta fase foi agora em setembro, quando tivemos Brasil, Estados Unidos, El Salvador, Panamá, Chile e mais dois países que agora não me vêm a memória, sete países participaram.

Então, no cenário das buscas e apreensões realizadas, tivemos quase 600 pessoas presas em flagrante, indivíduos acima de qualquer suspeita que estavam cometendo crimes foram identificados, e as investigações estão em andamento.

Vou passar aqui os Estados participantes, o quantitativo de presos em flagrante pela operação. O número é bem maior, porque, em alguns casos, o material é identificado só posteriormente na perícia e os indivíduos são indiciados.

O perfil. Nós temos de pessoas de 17 anos a pessoas presas com mais de 70 anos, em diversas profissões, não há profissão definida.

O nosso centro. Quais são as dificuldades encontradas na proteção de crianças e adolescentes on-line? A primeira é nossa legislação. Eu trabalho já há algum tempo estudando crime cibernético e sou totalmente contrário a querer legislar tudo no que se refere a tecnologia, mas a questão de...

Algumas coisas precisam ser aperfeiçoadas, por exemplo, vou tentar ser objetivo sobre como a internet funciona. É como se eu estivesse entrando no Senado, preciso passar pela portaria, preciso de uma identificação, preciso de um número de IP válido. Esse número de IP válido não traz conteúdo, é como se fosse uma identificação. Por exemplo, vou entrar na sala do





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Facebook, eu tenho que digitar facebook.com, coloco meu login e senha. Na hora em que entro na sala do Facebook, ele vai pegar meu IP, vai guardar meu IP.

Como é que a nossa legislação está construída hoje? Se eu preciso que a aplicação me forneça o IP, eu preciso de ordem judicial. O IP não carrega conteúdo, não é necessário ordem judicial, mas, da forma como a legislação está escrita, eu preciso de ordem judicial para isso. Então, uma das alternativas que o nosso setor discutiu era que, nos casos de abuso e exploração sexual infantil, fosse proposta uma adequação da legislação para não precisar de ordem judicial.

Existe uma iniciativa muito boa do Facebook para os casos de prevenção ao suicídio, cyberbullying, automutilação, em que eles identificam, o algoritmo deles consegue identificar as pessoas que fazem postagens suicidas ou de automutilação. O nosso setor já foi acionado por quase uma centena de vezes e sempre está localizando essas pessoas que postam conteúdo. Então, é uma boa iniciativa nesse cenário.

Mais um detalhe: há um projeto de lei em andamento, de autoria do Deputado Marcos Sampaio, do MDB do Piauí, que propõe, na forma da legislação americana, em alguns casos emergenciais, por exemplo, terrorismo, risco da integridade física, risco de morte, abuso e exploração sexual infantil, que as aplicações forneçam dados de IP, geolocalização, sem precisar de ordem judicial. Isso funciona muito bem na lei americana. Algumas aplicações americanas que fornecem serviço para a gente utilizam essa legislação para salvar vidas, o que tem sido uma iniciativa excelente. Eu acredito que se tivéssemos algo parecido no País seria bom.

Mais um detalhe: quando nós estamos fazendo as operações, alguns países vieram participar das ações conosco. E o que nós notamos é que as penas para abuso e exploração sexual infantojuvenil no País são pequenas. Na América do Sul e América Central, só a Argentina tem pena menor. Alguns países têm 10 a 20 anos, outros têm 20 anos, alguns 30 anos. A minha visão é que isso também poderia ser um pouco aperfeiçoado.

Trazendo aqui para o cenário agora de notícia falsa. Como delegado de polícia e com experiência no ambiente cibernético, quando você está investigando um crime no ambiente cibernético você tem três missões: preservar o conteúdo é a primeira opção, ele tem que ser preservado porque essa evidência é bem volátil; e você tem mais dois caminhos: a remoção de conteúdo e a atribuição de autoria.

Então, ora eu faço um antes, ora eu removo antes, ora eu atribuo autoria antes. O que a gente tem visto? Por exemplo, alguns aplicativos de mensagem como o WhatsApp funcionaram bem nas eleições para remover conteúdo viral. Apesar de não identificarem o conteúdo que está transitando, eles conseguem identificar o URL de encaminhamento e conseguem fazer a remoção de conteúdo. O que a gente precisa avançar nisso? Quem trabalha com banco de dados sabe que é possível identificar o primeiro que subiu determinado conteúdo. Isso seria interessante para lá na frente responsabilizar o autor do encaminhamento de uma mensagem.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, é possível isso ser feito nessa seara de identificação, principalmente em aplicativos. Como o Dr. Thiago falou, o WhatsApp é o mais usado, então, a gente tem que focar nele. Se há uma mudança da regra, isso vai ajudar bastante.

Mais um cenário que vou trazer aos senhores e senhoras. Talvez a gente vivencie muito isso no ano que vem, a questão do telefone virtualizado. Tecnicamente é possível você estar dentro do Brasil utilizando telefone de fora, você cria números virtualizados. E isso vai trazer uma problemática grande para o ano que vem. O que nós precisamos fazer? Algumas aplicações de internet, redes sociais, aplicativos de mensageria só indexam pelo +55. Eu preciso indexar além do +55, eu preciso indexar pelo range de IPs do Brasil, de IP tal a tal eu preciso coletar dados para que, lá na frente, se alguém cometer o crime, praticar exploração ou disseminar notícias falsas, eu possa chegar à identificação.

Mais um ponto que vou passar para os senhores antes de esgotar o tempo. O que é CGNAT? Até 2012, 2013, nós tínhamos o IPv4. Eles eram individualizados, cada um tinha um IP para utilizar nas suas conexões de internet. O que houve, principalmente com o incremento da Internet das Coisas? Com a implementação da tecnologia, há necessidade de mais IPs. Então, no ano de 2014, se eu não estiver enganado, houve um grupo de trabalho formado pela Anatel, Polícia Federal, Ministério Público Federal que discutiu regras para que o IPv4 fosse nateado. O que acontece? É a mesma coisa que pegar mil gols brancos, colocar a mesma placa, mesmo ano, e dar para mil pessoas dirigirem em Brasília. Se eu não atribuir "porta lógica de origem", eu vou ter dificuldades em responsabilizar aquele autor. Tenho certeza de que ano que vem vamos ter problema com nateamento de IP. E o que está no meio dessa história toda? Duas pontas, os provedores de conexão, que dizem que estão prontos para virar para o IPv6, mas as aplicações de internet não estão prontas. E lá na frente, quando a gente precisar atribuir autoria, a gente não vai conseguir, porque o IP está nateado.

Nós temos casos aqui, no Brasil, de aplicações que dividem um IP para 16 mil pessoas. Se um desses 16 mil cometeu o crime, eu não vou saber quem é. Então, é preciso estar atento a esse cenário.

Senhores, com a questão de CGNAT, o que é importante? É que peçam para fazer uma revisão no grupo de trabalho para a implementação do protocolo IPv6, para ver se melhora, para ver se principalmente os provedores de conexão reduzem essa quantidade de usuários por IP, enquanto não houver a migração da tecnologia IPv6. Temos um caso muito legal que foi na Bélgica. A Bélgica limitou a apenas a seis usuários...

(Soa a campanha.)

O SR. ALESSANDRO BARRETO – ... por protocolo de internet.

Eu acho que estou dentro do meu tempo, Presidente.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu quero agradecer a todos. Muito obrigado pelo espaço, pela oportunidade de estar aqui presente.

Ao final, estarei à disposição para esclarecimentos.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Obrigado, por enquanto, Sr. Alessandro.

Vamos ouvir agora o Sr. Carlos Felipe Almeida D'Oliveira, Diretor da Associação Brasileira de Estudos e Prevenção de Suicídio.

O SR. CARLOS FELIPE ALMEIDA D'OLIVEIRA (Para expor.) – Boa tarde, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, Sras. Senadoras e Srs. Senadores, Sr. Presidente.

Eu quero agradecer em nome da Associação Brasileira de Estudos e Prevenção de Suicídio. Esse convite é mais uma oportunidade que nós temos – vimos trabalhando há mais de 20 anos com o tema do suicídio – de poder dar visibilidade ao tema.

Essa questão de visibilidade do tema diz respeito à questão de que o suicídio era visto como algo que não poderia ser debatido na mídia. Isso tem uma história antiga, era chamado Efeito Werther, quando um livro publicado, nos anos 1800, circulou pela Europa e provocou um aumento da taxa de suicídio. Eu trago isso porque hoje a mídia de que nós estamos falando é outra mídia, é uma mídia rápida, que, mesmo com todos os recursos de segurança que temos hoje dentro das páginas das mídias sociais, às vezes, é tarde demais.

Hoje, conseguimos até intervir em determinados fóruns... E temos visto alguns fóruns em que as pessoas estão se queixando de suas dores e entram pessoas falando dentro desses fóruns, e não sabemos se é por uma empatia ou se é uma ação criminosa. No final desses fóruns, alguém diz: "Então, não tem jeito, só dando um tiro na cabeça". Isso é uma ação criminosa, crítica e tem um efeito enorme sobre aqueles que têm maior fragilidade, sejam crianças, sejam adolescentes, sejam aqueles que têm transtornos mentais.

Uma outra questão, que diz respeito ainda a essa circulação, sobre a qual nós temos recebido vários comunicados, é a transmissão imediata, rápida de imagens contendo a privacidade dos indivíduos e com características, como foi colocado aqui, de ódio ou mesmo de preconceito.

Principalmente, temos observado que, em cidades pequenas e médias, o impacto disso é grande sobre esses indivíduos, aumentando as taxas de suicídio. Nas cidades maiores, isso tem um efeito sobre o indivíduo, mas a circulação da informação fica disseminada, o impacto não é "o vizinho que sabe".

Baseado nessas questões todas, é claro... E muitas pessoas nos perguntaram por que nós estávamos aqui. E, claro, fui ver todo o histórico da Comissão no que diz respeito à questão da





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

prática de cyberbullying sobre os usuários mais vulneráveis da rede de computadores, as pessoas com transtornos mentais. E, quando falamos de transtornos mentais, estamos falando de transtornos mentais leves, moderados ou graves. As pessoas têm transtornos e estão aí, estão na vida trabalhando, medicando-se; mas elas podem ser afetadas por induções que podem fazer com que elas cometam atos de tentativas de suicídio ou mesmo de suicídios, como eu vou mostrar mais adiante.

Em relação à questão do aliciamento e orientação de crianças... Em relação à questão do suicídio de crianças, isso é um fato ainda novo, ainda é algo raro, o que não é entre os jovens, porque a tendência que nós temos já nos últimos anos – e aí eu estou falando dos últimos sete anos – foi o aumento da taxa de suicídio em torno de 8% da população jovem, dados do Ministério da Saúde. Então, isso é dentro dessa população jovem, mas isso também diz respeito.... Há o art. 122 do Código Penal que já prevê a pena para o incitamento.

Hoje lançamos uma nota por conta de uma nota que saiu na Folha de S.Paulo, e essa nota de um humorista foi utilizada num colégio em Belo Horizonte como tema de aula. O humorista é conhecido, e este é o problema: a identificação com pessoas conhecidas. Se é alguém que não tem seu fã-clube, isso é menos problemático, mas, se é alguém que tem uma penetração, uma identificação, isso corre o risco. Por quê? Em função de várias questões, que eram questões políticas e ideológicas, essa matéria que saiu na Folha dizia: "Com a situação como está, só dando um tiro na cabeça". Em vários e vários momentos, isso foi alertado... E isso foi utilizado numa escola com adolescentes. E aí resolvemos... É claro que ocorreram várias críticas, mas nenhuma atentando para o fato de que ninguém pode dizer e sugerir que, com a situação como está, só dando um tiro na cabeça. Então, esse é o risco de se divulgarem na mídia ações que incitam. Isso tem que provocar um debate.

No âmbito da prevenção do suicídio, nós estamos trabalhando no âmbito do Governo e agora junto com as organizações da sociedade.

Em 2006, o Ministério da Saúde instituiu as Diretrizes Nacionais para Prevenção do Suicídio. E uma delas – e elas podem ser visualizadas na página do Ministério – é dar visibilidade, porque, 20 anos atrás, não podíamos falar sobre suicídio. Hoje, podemos falar e trabalhamos com a mídia também de que forma correta falar. Não vamos, claro, em nenhum momento, apontar casos específicos de suicídio nem metodologias usadas por suicídio. Isso pode provocar danos.

A outra questão importante dentro das diretrizes é exatamente essa intervenção junto com a mídia. Queremos que a mídia nos apoie, porque ela pode nos apoiar. Podemos fazer um debate. As próprias mídias de internet têm questões positivas que estão nos ajudando, que podem nos ajudar.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Baseados nessa visão das diretrizes, que na realidade não eram apenas no Brasil... Fizemos todo um levantamento em outros países, vendo como é que vinham aqueles países que já vinham cuidando da questão do suicídio.

E, a partir daí, essa mesma diretriz foi a que acabou dando origem neste ano à Lei 13.819, do Congresso Nacional, que institui a Política de Prevenção de Automutilação e Suicídio. Achamos bom, que bom que o Congresso publique uma lei baseada em dados técnicos. Isso ajuda, isso fortalece, isso permite que gestores de todas as unidades possam hoje ter como uma proteção ou uma forma de negociar com gestores para podermos implantar ações desse tipo.

Em maio de 2013, durante a 66ª Assembleia Mundial de Saúde, o Brasil se comprometeu a reduzir até 2020 em 10% a taxa de suicídio de sua população. O Brasil assinou isso com mais de 30 países. E, dois anos depois, participando de um workshop da Organização Mundial de Saúde, eu perguntava: "Mas por que 10% e como é possível que 30 países tão diversos possam ter a mesma meta de redução?". Isso não é um planejamento correto, porque temos cenários epidemiológicos diferentes, temos recursos institucionais, profissionais e financeiros diferentes. Eu estou sempre falando que, se o Brasil tem que implantar um plano nacional de prevenção do suicídio, tem que ser com metas regionalizadas. Isso é fundamental. É claro que, no ano que vem, na Assembleia Mundial de Saúde, nós não vamos poder mostrar esse resultado, porque, efetivamente, de 2013 para cá, a taxa de suicídio do Brasil aumentou em 10%. Na realidade, países que tecnicamente não assinaram esse acordo e tinham visões muito claras, como os Estados Unidos, disseram: "Nós não queremos neste momento reduzir a taxa de suicídio, o que nós queremos é manter num primeiro momento a taxa de suicídio nos níveis em que elas estão".

Outra diretriz importante que defendemos – e isto foi a partir do que vimos no Estados Unidos e no Canadá – foi a participação da sociedade. Por quê? Apenas em 2001, o suicídio foi considerado uma questão de saúde pública nos Estados Unidos, e isso não foi por outro motivo que a pressão dos familiares dos 100 mil retornados do Vietnã que haviam se suicidado. Multiplicando isso por seis, podemos imaginar um impacto sobre 600 mil pessoas. Isso fez com que o Congresso americano aprovasse que o suicídio é uma questão de saúde pública – e isso é muito importante, é um diferencial – e, com isso, também disponibilizasse os recursos necessários para uma questão de saúde pública que ocorre no campo da saúde mental. É muito importante dizer que isso é uma questão de saúde mental, que envolve aqueles que têm transtornos mentais. É claro que sempre pode ocorrer um ou outro suicídio de alguém que não tivesse um transtorno, mas a grande maioria e os dados recentes do Ministério da Saúde mostraram isso.

Como o colega falou, a respeito da questão não temos uma bala de prata. Eu tenho dito: esse é um fenômeno complexo. Fenômenos complexos não se resolvem com soluções simples, nem de uma hora para a outra. Precisamos de tempo. Não podemos fazer projeções como "vamos reduzir para o ano que vem a taxa de suicídios". Não. A orientação do Centro de Controle de Doenças dos Estados Unidos é que a gente faça projeções para cinco ou dez anos, para





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

fazermos intervenções corretas, até porque quando iniciamos todo um trabalho, como foi o trabalho que ocorreu em 2014, quando a Secretaria de Vigilância em Saúde lançou a portaria que torna as tentativas de suicídio um agravo de notificação obrigatória e fez com que houvesse um treinamento das equipes; Tivemos, nos anos de 2014 e 2015, um aumento das taxas de suicídio. Isso não quer dizer que tivemos um aumento, mas sim que melhoramos os nossos registros. E isso vai ser sempre assim.

O Brasil tem hoje um sistema – tanto o Sinam quanto o Sistema de Informações de Mortalidade – denso, compacto, bom, e que vai continuar desenvolvendo todo esse trabalho nesse sentido. Mesmo quando as pessoas dizem que há casos que não aparecem na mídia, que tem casos que não estão aparecendo... É, tem casos que não aparecem, mas nós já temos uma visão bastante clara do número de suicídios.

Em relação à questão do fenômeno, é um fenômeno complexo, não é linear, e isso quer dizer o seguinte: não é inteiramente previsível. É regulado por diversas variáveis. Ninguém se suicida porque viu apenas uma mensagem na internet, mas tem um cenário, tem um conjunto de fatores de risco e de proteção, e aqui nós estamos falando da internet como um fator de risco e também como um fator de proteção, que podem intervir. Essa é a visão moderna que a gente pode ter de que o suicídio é um fenômeno complexo. Ninguém se suicidou apenas porque tinha uma depressão, porque brigou com a namorada. não, a questão era mais ampla.

Baseados nisso, nós temos dados bem recentes mostrando esse quadro. No período de 2011 a 2015, a taxa geral de suicídios publicada pelo Ministério da Saúde passou de 5,3 para 5,7. Aqui uma observação clara: Nós estamos em 2019. O Ministério vai publicar os dados de 2017, porque é preciso dois anos de crítica dos dados, para termos uma observação, e vem fazendo isso, análises de cinco em cinco anos. Tecnicamente, é bastante correto, porque não são viradas. Às vezes, uma instituição passa a não publicar determinados dados, e os dados podem desaparecer. Então, estudos de cinco e dez anos são bem consistentes.

Temos um aumento de óbitos por suicídio entre jovens de 15 a 29 anos. Isso é preocupante, porque isso vem se manifestando como uma tendência, sendo 8,7 entre os homens e 7,3 entre as mulheres.

(Soa a campanha.)

O SR. CARLOS FELIPE ALMEIDA D'OLIVEIRA – Um minuto?

Entre 2011 e 2008, ocorreram 150 mil casos de lesões autoprovocadas na população dessa faixa etária; 20% tinham transtornos mentais – dados da Secretaria de Vigilância em Saúde do Ministério. Como eu disse, entre 2011 e 2017, tivemos um aumento de 10% da taxa de mortalidade dessa população, quando havíamos, em 2013, assinado um acordo segundo o qual iríamos reduzir em 10%.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

As organizações têm trabalhado nesse sentido. Trouxe aqui exemplos de trabalhos especificamente relacionados à internet: Prevenção do Suicídio na Internet, pelo Instituto Vita Alere – o Instituto Vita Alere participa da diretoria da nossa associação – e Prevenção do Suicídio na Internet para Pais e Educadores.

Eu relatei aqui como fazer um uso positivo da internet, mas está nas cartilhas, está nos manuais. Em função do tempo, eu não vou ler esse material. Agora, é importante falarmos que temos fatores de risco, mas temos que atuar mais fortemente nos fatores de proteção. Em relação à rede, temos que ter mecanismos mais rápidos de resposta, porque hoje o que acontece é uma transmissão rápida, e principalmente de imagens, e essas imagens são extremamente danosas sobre os jovens. Não dá tempo. Não é apenas "vamos, sim, localizar de onde vem essa mensagem". Isso é efetivo, isso é importante, mas antes disso, os atos suicidas estão acontecendo na rede.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Agradeço ao Dr. Carlos Felipe.

Vamos ouvir agora nossa Relatora, a Deputada Lídice da Mata.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Como Relatora.) – Sr. Presidente, senhores convidados, que contribuem muito nesta audiência, Srs. e Sras. Parlamentares, esta audiência hoje é dedicada exatamente à pesquisa e identificação do fenômeno do cyberbullying, vinculado ao suicídio – não apenas a ele, mas também à ideia de que há diversos tipos de crimes cometidos na rede que atingem a sociedade e a sua vida, independente do crime relacionado com a política. Eu queria, portanto, fazer algumas perguntas, para que nós pudéssemos, com essa discussão, também relacionar aquilo que está identificado também pelos especialistas, que é a forte utilização da ferramenta das redes sociais, da propagação de notícias fraudulentas, ao processo eleitoral.

Do ponto de vista do processo eleitoral, já que Dr. Thiago falou da proximidade das eleições de 2020, e tem sido uma preocupação nossa na CPMI nos anteciparmos aos fatos eleitorais de 2020 e 2022, como também pelos partidos políticos. Nós temos visto a sua movimentação aqui na Casa, inclusive uma audiência marcada com o TSE para discutir as medidas de prevenção à utilização de fake news na próxima eleição.

Eu perguntaria ao Dr. Thiago: no caso do data lake e grandes empresas, se o senhor tem alguma proposta que possa nos ajudar a desestimular a prática desse fenômeno, ou sugestão, já que V. Sa. é um daqueles que defende que não é possível nenhum tipo... Que tem dificuldade de analisar qualquer forma de criminalização das redes e põe isso versus a liberdade de expressão. Esse é um debate que se mantém permanente em toda a discussão. Na primeira Mesa que nós tivemos, também alguns se pronunciaram contrários e outros, pelo contrário – os





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que são especificamente representantes do mundo jurídico –, da possibilidade de aperfeiçoar a legislação já existente no sentido de se coibir o que já está criminalizado.

Também ao nosso delegado eu gostaria de perguntar: quais têm sido as ações adotadas pelas autoridades policiais brasileiras, em especial as polícias civis, para investigação dos delitos cometidos na internet?

Dois. O Thiago também, como uma representação desse monitoramento, pode responder. As organizações criminosas que atuam na internet são especializadas em determinados tipos de crime ou costumam atuar em modalidades plurais? Existe alguma relação comprovada entre grupos que comercializam dados pessoais – essa é uma questão importante que já foi destacada aqui, não é possível se ter uma ação do tipo da Cambridge Analytica sem ter acesso aos dados – sigilosos e ações de direcionamento de propaganda política para grupos específicos? Se sim, de que maneira, e quem são os envolvidos?

Quatro. Como é a relação dos órgãos de investigação com os provedores de aplicação de internet que atuam no Brasil? Esses órgãos de investigação, como eles se relacionam com esses provedores, grandes, médios e pequenos? Existe alguma dificuldade de obtenção dos dados necessários à investigação? A adesão do Brasil a tratados internacionais sobre o cibercrime, em especial a convenção de Budapeste sobre o cibercrime ajudaria os órgãos de investigação brasileiros em suas atividades nesse setor? De que modo? Sabemos que o Brasil não é signatário da convenção de Budapeste, apenas pela tradição diplomática de não aderir a acordos sobre os quais não foi sequer convidado a discutir os termos, mas em relação à convenção, integrarmos o compromisso, o acordo de Budapeste, ajudaria a combater esses crimes? São perguntas iniciais para que possamos ampliar o debate e também abrir para que outros Parlamentares possam também dirigir perguntas.

Quanto à questão do suicídio, eu creio que a fala do representante da Associação Brasileira de Suicídio destaca uma questão fundamental neste momento, que é um novo parâmetro de enfrentamento da questão. No passado – algumas religiões até condenam o suicídio, por isso também omitem a sua prática –, a atitude das autoridades em relação ao suicídio era a não divulgação, com a não divulgação como elemento de prevenção. Hoje se toma uma postura radicalmente diferente, que é divulgar para prevenir.

Acho que, na fala de V. Sa., eu senti também que pensa que é possível haver ações, mesmo que não sejam de perseguição na rede, de monitoramento e ações que possam vir no sentido de alguma legislação que pudesse ser auxiliar no combate à luta contra o suicídio. Há da Associação Brasileira de Estudos e Prevenção de Suicídio alguma sugestão visando legislar esta questão no Brasil?

O SR. CARLOS FELIPE ALMEIDA D'OLIVEIRA (Para expor.) – Deputada, na realidade, o Código Penal, em relação ao incitamento, está claro. Eu acho que uma revisão desse art. 122





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

cabe, porque diz respeito à questão inclusive das penas, que são pequenas. Elas aumentam, por exemplo, quando ocorre um caso de suicídio por indução: ela duplica, mas duplica de dois para quatro anos. Nós estamos falando de populações jovens, menores. Então, isso tem que ser avaliado do ponto de vista jurídico, mas, como eu acho que é um cidadão fragilizado, eu acho que cabe ao Estado uma maior proteção.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Como Relatora.) – Levando em conta que justamente se trata de uma população fragilizada, seja pelas características emocionais da faixa etária, seja pela possibilidade de algum transtorno emocional, há já em estudo... Apenas o aumento de pena seria o indicado ou há uma dificuldade de identificação de que o processo, talvez até para o delegado... É possível identificar a incitação ao crime de suicídio e, de forma imediata, estabelecer os critérios para a sua penalização?

O SR. THIAGO TAVARES NUNES DE OLIVERIA (Para expor.) – Muito obrigado pelas questões, Deputada Lídice.

Eu anotei cinco questões que V. Exa. formulou e pretendo abordar todas. Se escapar alguma ou surgir alguma outra, por favor, sinta-se inteiramente à vontade para complementar.

Em relação aos data lakes, o que fazer? Bem, eu entendo que a principal medida legislativa já foi adotada, que foi a aprovação por esta Casa e também pela Câmara dos Deputados da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais. Essa lei geral, com o seu decreto regulamentador, estabelece uma série de garantias e compromissos para a coleta, tratamento, armazenamento de dados pessoais.

Acontece que o órgão responsável pela fiscalização e pelo estabelecimento das diretrizes – inclusive para a educação do mercado em relação à conformidade da LGPD –, que é a autoridade nacional de proteção de dados, ainda não foi constituído. Então, nós estamos diante de uma situação em que temos uma lei, a lei é fruto de um amplo consenso que foi alcançado no Congresso, nas duas Casas Legislativas, e o órgão que vai fiscalizar a sua implementação e definir as diretrizes de sua aplicação ainda não existe. A lei entra em vigor em agosto do ano que vem e nós estamos quase em novembro.

Então, eu acho que a minha principal sugestão em relação a esse ponto seria, dentro das possibilidades institucionais da CPMI, estimular ou fazer gestões no sentido de agilizar a criação da ANPD e a definição de seu corpo diretivo e de seu órgão consultivo. Isso estabelecido, com a ANPD funcionando, certamente esse tema poderá ser objeto de maior aprofundamento e haverá o estabelecimento de algumas diretrizes de conformidade para os pequenos, médios e também os grandes provedores de conexão.

Um outro caminho alternativo seria via Anatel. A Anatel tem um regulamento, que é o Regulamento do Serviço de Comunicação Multimídia, que estabelece uma série de regras para os pequenos e médios provedores de conexão e acesso à internet.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por que eu estou chamando a atenção para os pequenos e médios provedores de conexão à internet? Porque esses têm uma atuação municipal e, no ano que vem, nós temos eleições municipais. Então, em alguns casos, dada a capilaridade e o número de empresas que atuam nessa área, será muito difícil uma fiscalização efetiva, de modo que a janela de oportunidade para que sejam estabelecidas diretrizes claras nessa área está aberta agora. Se nós não conseguirmos avançar nesse ponto, teremos que lidar com as consequências depois.

Da mesma forma, eu acredito que também seria interessante um diálogo desta Comissão com as empresas que oferecem infraestrutura de cloud computing. Sobretudo eu destaco aqui a Amazon, que é líder de mercado, mas não só a Amazon: a Microsoft também tem uma estrutura de cloud computing, o Google também tem uma estrutura de cloud computing. E eu tenho certeza de que essas empresas têm interesse de que os seus produtos e as suas plataformas sejam usados em conformidade com a lei. Eles não têm interesse em promover usos ilícitos ou abrigar serviços que não estejam em conformidade com lei.

Sobre as organizações criminosas – eu acho que o Dr. Alessandro tem mais propriedade para falar sobre isso do que eu –, eu comentaria o seguinte: em relação à desinformação, em 2016, nos Estados Unidos, um dos principais vetores de fabricação de conteúdo falso e criação de sites para veiculação desses conteúdos falsos, uma das principais células estava na Macedônia. A Macedônia é um país no Leste Europeu, com uma grande taxa de desemprego e com uma renda média de US\$382 mensais. E lá, numa cidade chamada Veles, foi detectada uma grande quantidade de conteúdos produzidos. E houve um documentário de um jornalista brasileiro chamado André Fran, que tem um programa na GloboNews. Ele foi até lá, conseguiu entrevistar alguns desses jovens diretamente envolvidos na fabricação desses conteúdos e descobriu o seguinte: que eles estavam fazendo isso não por interesse ideológico, ou político, ou partidário; eles estavam fazendo isso para ganhar dinheiro. Eles estavam desempregados e eles perceberam que tinham ali uma fonte de renda que garantia a eles algo em torno de 10 mil euros por mês fabricando conteúdo falso e monetizando esse conteúdo on-line.

Então, as motivações variam: você tem o agente que vai ter motivação ideológica, outro vai ter motivação política, outro vai ter motivação partidária, outro vai ter motivação financeira, então as motivações são as mais diversas.

E, em relação a dados pessoais, esses dados, uma vez obtidos, têm valor, evidentemente, são monetizados. E eu me recordo de que mais de 50% – essa é uma estatística internacional – dos vazamentos de dados ocorrem pelo público interno. Recentemente nós vimos aí um grande vazamento de dados do Detran, ou seja, de órgãos públicos. Até hoje, se você for na Santa Efigênia, em São Paulo, você consegue comprar credenciais de acesso ao Infoseg, que é um sistema de segurança pública restrito a órgãos públicos de segurança pública, autoridades de segurança pública. Você compra credenciais de acesso, você compra login e senha.

(Intervenção fora do microfone.)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. THIAGO TAVARES NUNES DE OLIVERIA – Exatamente, o Deputado está bem lembrando: compra-se declaração de Imposto de Renda, até hoje é vendida. Você vai na Santa Efigênia, em São Paulo, e você consegue comprar um dump, a cópia da base de dados da declaração de Imposto de Renda. Pode não ser a cópia mais atualizada, mas a base histórica é possível comprar, sim.

Então, existe muito vazamento de dado vindo do próprio setor público, e isso eu reputo mais grave ainda, porque, em relação às empresas, eu tenho sempre a opção de não ser cliente daquela empresa. Se eu entender que uma determinada empresa não trata bem os meus dados, aliás, deixo de instalar muitos aplicativos no meu celular, porque sou daqueles chatos e raras espécies que leem os termos de uso. Eu li o termo de uso e não concordei. Eu deixo de instalar e deixo de usar o aplicativo. Inclusive vários aplicativos muito usados no Brasil e no mundo eu não tenho instalados no meu telefone, porque eu li os termos de uso e não concordei com a política de privacidade.

Agora, em relação ao Estado, eu não tenho essa opção. Se eu não fornecer a minha impressão digital, eu não tiro passaporte; se eu não fornecer a minha impressão digital, eu não exerço o meu direito de votar. Percebeu? E eu não tenho opção. Para me relacionar com o Estado, eu sou obrigado a fornecer dados pessoais e, quando esses dados pessoais não são armazenados de maneira correta, quando eles são compartilhados, quando eles são vendidos, em muitos casos, ou quando eles são objeto de vazamentos internos, sejam eles intencionais, sejam acidentais, estamos diante de um cenário de extrema gravidade, porque esses dados terão as finalidades múltiplas: eles serão usados para fins comerciais, eles serão usados para a finalidade política, eles serão usados para doxing, que é uma das táticas de intimidação muito utilizada quando você quer perseguir um oponente. Isso acontece muito contra jornalistas; você quer intimidar um jornalista, você vaza informações pessoais do jornalista, da família do jornalista, e você expõe esses dados na internet ou você ameaça expor como uma forma de intimidação, de chantagem, para evitar que o jornalista publique uma matéria investigativa, ou, então, que ele continue publicando ou apurando determinada pauta. Isso acontece no Brasil e em todo o resto do mundo.

Então, as organizações criminosas que obtêm esses dados, normalmente visam ao retorno financeiro. Portanto, elas são polivalentes nesse aspecto, desde que haja retorno financeiro.

Em relação à relação dos órgãos de investigação com os provedores de plataformas, também o Dr. Alessandro está muito melhor posicionado do que eu para falar sobre isso, mas eu posso compartilhar a minha experiência, sobretudo nos temas em que a SaferNet atua há quase 15 anos. Há uma atuação proativa e efetiva das principais empresas na colaboração no que diz respeito aos crimes mais graves relacionados a abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes, suicídio, riscos iminentes à vida ou à integridade física, inclusive casos emergenciais em que não só metadados, mas informações de conteúdo são compartilhadas em questão de minutos. Eu já vi um caso de uma tentativa de suicídio em que o próprio, nesse caso,





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Facebook, informou a Polícia Civil de Santa Catarina uma tentativa de suicídio em quatro minutos, e eles, proativamente, acionaram a autoridade local para tentar repassar a informação e tentar impedir que aquele caso de suicídio se consumasse.

Da mesma forma com os casos de abuso e exploração sexual, anualmente o Brasil recebe em torno de 600 mil relatórios com suspeitas de divulgação de imagens de abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes. Esses relatórios são produzidos de forma proativa pelas empresas que têm sede nos Estados Unidos e são compartilhados com a Polícia Federal aqui, no Brasil, de forma proativa. Sempre que as imagens são detectadas pelos sistemas de inteligência artificial, de aprendizado de máquina ou são objeto de denúncias de usuários ou de hotlines, essas empresas produzem o relatório e encaminham.

Em relação à adesão do Brasil à convenção de Budapeste, a convenção de 2001 é um texto. O texto principal da convenção já foi bastante superado, mas existem os protocolos facultativos. O primeiro protocolo facultativo à convenção trata de xenofobia e racismo, e o segundo protocolo facultativo está, neste exato momento, sendo negociado pelo grupo de países, pelos representantes dos países que aderiram à convenção.

Haverá, inclusive, agora, nos dias 20 e 22 de novembro, em Estrasburgo, na França – eu estarei lá –, uma conferência, a Octopus Conference, que é a conferência do Conselho da Europa, convocada pelo Conselho da Europa. Nessa conferência será realizada uma consulta pública multissetorial, ou seja, aberta à participação da sociedade civil, das empresas, dos governos e da academia para avaliar esse protocolo facultativo, o segundo protocolo facultativo à convenção de Budapeste, que trata sobre acesso transfronteiriço a dados, metadados em curso ali, durante o curso das investigações criminais.

Por fim, um último comentário, ainda dentro das perguntas que V. Exa. formulou, sobre o que é possível fazer. Eu queria até tomar emprestado um exemplo da dificuldade mencionada pelo Dr. Alessandro quando ele mencionou, por exemplo, os números virtualizados. Esses números já foram largamente utilizados na eleição de 2018. Muitas das contas que foram usadas, tiveram comportamento automatizado na amplificação de conteúdos, sobretudo pelo WhatsApp, eram contas de números virtualizados. Isso foi detectado, foi discutido inclusive à época, no Conselho Consultivo do TSE.

Acontece que essa questão nos confronta, ela não é simples de resolução. Por quê? Porque ela nos confronta com a natureza transnacional da internet. O Brasil é parte da internet, mas ele não estabelece regras globais para a internet, ou seja, as regras estabelecidas aqui precisam estar em harmonia com o consenso internacional. Por quê? Porque a rede é internacional. Com o próprio mecanismo de telefonia, nada impede que eu pegue o meu celular aqui, disque 00, operadora, código do país, código da cidade, número do telefone e faça uma ligação, com o telefone fixo, para Nova York, por exemplo. A partir dessa conexão de um telefone fixo, eu posso transitar voz, mas eu também posso transitar dados. O sistema de telefonia foi





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

concebido dessa forma, e existem acordos e tratados internacionais que disciplinam essa matéria.

Então, é por isso que é importante, quando a gente vai falar, por exemplo, de atribuições de números IPs, alocação de IPs, etc., é preciso que o Brasil siga as melhores práticas internacionais. Eu não estou, com isso, dizendo que os números virtualizados não são um problema; sim, eles podem, sim, ser uma fonte de problema, mas a solução não passa, ao meu ver, por um distanciamento daquilo que é consenso técnico nos foros técnicos internacionais. A gente tem que buscar um consenso em relação a essa área.

E, sobre o CGNAT e o IPv6, o Dr. Alessandro também destacou como âmbito das dificuldades de se estabelecer atribuição e autoria dos crimes cibernéticos – isso é fato. Essa prática tem sido usada no Brasil pelos provedores não só de aplicações, mas também de acesso, sobretudo de acesso e conexão à internet.

A solução para isso também não é simples, porque passa por uma questão econômica, e a razão para isso é que essas empresas fizeram investimentos lá atrás em equipamentos que são incompatíveis com IPv6, e a substituição desses equipamentos demandaria um investimento significativo. Então, criaram essa solução provisória, que não é uma solução, é uma gambiarra chamada CGNAT. Existem várias versões. O mais comum é o 444.

Aí, usa-se essa solução como uma maneira de prolongar a vida útil de roteadores e sistemas de rede que são incompatíveis com o IPv6. A solução definitiva para isso é a migração para o IPv6, e o Comitê Gestor da Internet iniciou, há mais de dez anos, uma iniciativa nesse sentido, procurando acelerar o processo de migração e oferecendo curso, treinamento e capacitação gratuitos para técnicos e engenheiros de redes, empresas, pequenos, médios e grandes provedores de acesso e aplicações na internet, para que essa migração aconteça da forma mais célere possível.

Hoje, cerca de 30% das conexões da internet no Brasil já são sob o IPv6, e essa é a média internacional. Quando comparamos o Brasil com países como França, Alemanha e Inglaterra, nós estamos dentro da média internacional, mas, como bem destacou o Dr. Alessandro, os outros 70% não são ainda IPv6, e nós ficamos diante dessas dificuldades de definir com precisão a atribuição em matéria de crimes cibernéticos, sejam eles da natureza que forem.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Eu vou passar a palavra agora à Deputada Caroline de Toni, e, ao final, o Dr. Felipe e o Dr. Alessandro poderão também fazer as considerações e responder a alguma pergunta se, por acaso, a Deputada solicitar. Depois ouviremos também os Senadores e Deputados que assim desejarem.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC. Para interpelar.) – Sr. Presidente, só gostaria de saber se a gente poderia delimitar o tempo de resposta, porque a gente tem outras Comissões também para participar na Câmara – delimitar o tempo de resposta dos convidados.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, boa tarde a todos, em especial aos convidados desta audiência pública. Primeiramente, quero dizer que esses temas são muito importantes, e acho que o nosso principal foco nesta CPMI deve ser principalmente salvar vidas de crianças e adolescentes, especialmente com relação ao suicídio ou a automutilação. Pelo menos de minha parte, essa é a principal intenção ao participar desta CPMI.

Primeiro, eu gostaria, então, de cumprimentar o primeiro a falar, que foi o Sr. Thiago Tavares de Oliveira. Nossa intenção ao chamá-lo aqui foi saber um pouco mais sobre o trabalho da SaferNet com relação às mais de 1,4 milhão de denúncias anônimas de pornografia infantil, envolvendo 296 mil páginas distintas, escritas em nove idiomas e hospedadas em mais de 39 mil domínios diferentes, atribuídos a 97 países, em cinco continentes. Então, gostaria de que o senhor falasse um pouco mais sobre isso, especialmente com relação à remoção de conteúdo. Além da remoção de conteúdo, quais foram os dados sobre as punições de todos os envolvidos. Gostaria de que respondesse isso.

Também gostaria de saber um pouco mais sobre a SaferNet, no sentido de que, para tanta demanda – mais de 1 milhão de denúncias ao longo de mais de uma década –, com quantos colaboradores vocês contam e como a entidade se mantém, se ela se mantém com ajuda governamental, etc.

Enfim, esses são meus questionamentos, agradecendo já pela sua vinda. Também gostaria de agradecer ao Delegado Alessandro Barreto e de pedir desculpa com relação à sua convocação; na verdade, era um convite. Então, por erro da nossa assessoria, acabou vindo como convocação. Quero parabenizá-lo pela Operação Luz na Infância, que trouxe resultados espetaculares no combate à exploração sexual de crianças e adolescentes pela internet. Foram mais de 500 pessoas presas, uma operação com mais de 300 mil documentos analisados.

Enfim, devido ao nosso tempo, eu vou encurtar aqui o nosso comentário, mas acredito que a operação foi um marco na luta da pornografia infantil e com relação às redes internacionais de pedofilia que afligem hoje em dia.

Com relação à operação: numa entrevista, o senhor faz uma espécie de queixa baseada numa constatação do Laboratório de Inteligência Cibernética, que o senhor coordena, contra as operações de telefonia e os provedores de internet. O senhor comentou brevemente sobre isso, que seria a migração do sistema IPv4 para IPv6, que tornaria a identificação dos criminosos mais fácil. O senhor poderia detalhar como é que a polícia enxerga essa questão ou quais os obstáculos que a gente tem para poder fazer essa migração, bem como que essa operação ocorreu com a participação internacional de órgãos de segurança e justiça e o senhor também identificou dificuldades que o Estado brasileiro enfrentou que outros países não enfrentariam. Então, eu gostaria de saber se isso se refere a marcos legais, regulamentação, operacionalidade; no que o Estado brasileiro está aquém de outros países nessa luta. E, com relação às redes de





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pedofilia, há os seus consumidores e produtores. A Operação Luz na Infância chegou a estimar quanto esse mercado criminoso movimentava no Brasil?

E quero deixar aqui o nosso gabinete à disposição no sentido de aprimoramento da legislação para poder colaborar para esse tipo de operação que o senhor realiza. De minha parte é isso.

Com relação... Boa tarde, Sr. Carlos Felipe. Quero parabenizar também pelo trabalho à frente aí da Associação Brasileira de Estudos e Prevenção do Suicídio. O senhor relatou que já haveria uma previsão legal com relação ao induzimento, só que até eu gostaria de noticiar que eu já fiz a relatoria na CCJ do Projeto de Lei 8.833/2017, que tinha mais de 15 apensados, que vem justamente tentar dar uma resposta a esse fenômeno que a gente está enfrentando nas redes, que é o induzimento à automutilação e ao suicídio por meio das redes, seja principalmente para proteger aqueles que, por sua idade, são mais suscetíveis, que são as crianças e adolescentes. Após fazer a relatoria desse projeto de lei, que inclui mais de 15 iniciativas, havia um outro projeto do Deputado Marcelo Ramos e nós pegamos a relatoria de Plenário. Então, acredito que já era para ter sido feita na semana passada, mas eu acho que vai ficar para hoje agora no Plenário, que é a relatoria de todos esses projetos que incluem... E a gente está criando um tipo penal para atender a esta demanda; seria o artigo... Eu até vou pedir licença para poder ler, até para ter conhecimento, porque nós tivemos acordo aí de todas as partes no sentido de aprovação do projeto já. Então, nós vamos criar o art. 122 do Código Penal. É uma alteração... Havia várias alterações sugeridas, seja na Lei do Marco Civil da Internet, seja no Código Penal ou no Estatuto da Criança e do Adolescente. Nós vimos por bem alterar apenas o Código Penal para criar o seguinte tipo:

Art. 122. Induzir ou instigar alguém a suicidar-se, a praticar automutilação ou prestar-lhe auxílio material para que o faça:

Pena – reclusão, de seis meses a dois anos.

§ 1º Se da automutilação ou da tentativa de suicídio resulta lesão corporal de natureza grave ou gravíssima, nos termos dos §§ 1º e 2º do art. 129 deste Código:

Pena - reclusão, de um a três anos.

§ 2º Se o suicídio se consuma ou se da automutilação resulta morte:

Pena – reclusão, de dois a seis anos.

§ 3º A pena é duplicada:

I – se o crime é praticado por motivo egoístico, torpe ou fútil;

II – se a vítima é menor ou tem diminuída, por qualquer causa, a capacidade de resistência.

§ 4º A pena é aumentada até o dobro se a conduta é realizada por meio da rede de computadores, de rede social ou transmitida em tempo real [que aí atenderia a esse fenômeno das redes].





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

§ 5º Aumenta-se a pena em 1/2 (metade) se o agente é líder ou coordenador de grupo ou de rede virtual.

§ 6º Se o crime de que trata o § 1º deste artigo resulta em lesão corporal de natureza gravíssima e é cometido contra menor de 14 (quatorze) anos ou contra quem, por enfermidade ou deficiência mental, não tem o necessário discernimento para a prática do ato, ou que, por qualquer outra causa, não pode oferecer resistência, responde o agente pelo crime descrito no do art. 129 § 2º, deste Código.

§ 7º Se o crime de que trata o § 2º deste artigo é cometido contra menor de 14 (quatorze) anos ou contra quem, por enfermidade ou deficiência mental, não tem o necessário discernimento para a prática do ato, ou que, por qualquer outra causa, não pode oferecer resistência, responde o agente pelo crime de homicídio, nos termos do art. 121 desde Código.

Então, essa ficou a nossa sugestão, depois de amplo debate na Comissão de Constituição e Justiça. E vem aí a nossa resposta também legal para atender a essas demandas modernas, que seria a rede mundial de computadores.

De minha parte, quero agradecer a presença de todos e devolver a palavra aí para os comentários.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Passo a palavra aos nossos três palestrantes. Dr. Alessandro, em primeiro lugar.

O SR. ALESSANDRO BARRETO (Para expor.) – Vou tentar ser objetivo nas respostas.

Deputada Lídice, é muito difícil criminalizar a internet, até porque as aplicações, grande parte delas, foram criadas com fins lícitos; todavia, criminosos usam ilicitamente. Por exemplo: aplicativo de mensagens foram criados lícitamente, mas o criminoso usa para se comunicar. Agora, eu tenho algumas sugestões para a senhora, aproveitar até a deixa aqui que o Dr. Thiago falou, sobre o caso da publicidade com fake news.

Os garotos da Macedônia ganharam muito dinheiro. Eu vou tentar ser objetivo aqui sobre como a publicidade funciona on-line. Há de um lado o anunciante e há do outro o publisher; quer dizer, há a grande empresa que quer anunciar em algum site e no meio há um intermediário de propaganda ou a rede de propaganda. O que acontece? Isso não sei se através de lei, mas precisa haver um saneamento da publicidade on-line, porque os garotos da Macedônia ganharam muito dinheiro, mas quem está ali no meio, a rede de propaganda ou o intermediário de propaganda, ganhou muito mais – algumas centenas de milhões de dólares. Então, a gente precisa fazer esse saneamento. As regras de compliance têm que ser adequadas para publicidade on-line.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Uma outra pergunta da senhora, Deputada, é sobre que tipo de crime os criminosos cometem no ambiente cibernético: todo e qualquer que a senhora possa imaginar. Então, utilizam a rede como facilitador. A rede é um meio, e há crimes contra o patrimônio, contra a dignidade sexual – tudo nessa tocada.

O que as polícias estaduais têm feito? Elas têm avançado. Há uma lei de 2012 que manda criar delegacias de polícia especializada nos Estados. Todavia, na minha visão, hoje não é mais suficiente; só uma delegacia especializada não tem condição, porque todo o crime está virtualizado, seja patrimônio, seja qualquer tipo de crime. As polícias judiciárias têm atuado basicamente no treinamento. A capacitação é uma excelente arma na luta contra esse tipo de crime. E, do outro lado, a gente tem um crime como serviço. Eu não preciso ser um hacker para cometer crime cibernético: eu subloco o serviço, é o que se chama crime as a service (crime como serviço). Então, seja na surface, seja na deep web há algo como "Pague US\$50 e acabo com a vida de quem você quiser", "Invado redes sociais" – tudo que é tipo de crime eles fornecem.

Dificuldades encontradas com os provedores de conexão: vamos lá! É uma relação de amor e de ódio. Já foi mais de ódio, está mais com amor. Estou falando como quem está lá na ponta. Em 2014, quando estava exercendo minhas atividades no Piauí, eu e um grupo de delegados solicitamos informações ao WhatsApp. A primeira resposta que obtivemos foi: "Não devemos satisfação à Justiça brasileira". E, de lá para cá, avançou. Nós pedimos o primeiro bloqueio no País. Foi a Polícia Civil do Piauí que pediu. Na época foi bem difícil. Muita gente ficou chateada com a gente. Até minha filha mais nova reclamou: "Papai, vão bloquear o aplicativo!". Mas melhorou, avançou bastante. Algumas aplicações de internet hoje que passam muitas informações, há cinco, seis anos diziam: "Eu não tenho condições técnicas de lhe dar um IP, eu não tenho condição técnica de lhe fornecer isso", a gente, como polícia, escuta muito "condição técnica", "me falta condução técnica", e para a tecnologia da informação não há impossibilidade – não há impossibilidade; sempre há um caminho que possa ser resolvido. Então, algumas aplicações vão avançando. É certo que outras vão trazendo dificuldades.

Deputada Caroline, é uma dificuldade um rastreamento de um IP. Eu tive uma reunião com as operadoras de telefonia principais do País, as quatro grandes, semana passada, e elas me disseram que estão com a chave pronta para virar para o IPv6, só que as aplicações de internet dizem que não têm a obrigação de coletar porta lógica, algumas não estão adequadas ainda para virar para IPv6. E fica aquela confusão, com a polícia no meio – vai ao provedor de conexão e ele diz: "Me dá a porta lógica"; chega para a aplicação de internet, que diz "Eu não tenho porta lógica", fica aquela confusão, e, no final das contas, a gente não atribui a autoria delitiva. É uma gambiarra, com bem Dr. Thiago falou, mas ela está sendo toda vida adiada – adiada.

Então, a gente não pode ficar, principalmente o ano que vem, quando vai haver mais utilização de rede social, mais essa digitalização. E a gente precisa resolver esse problema ou pelo menos minimizá-lo, limitar a quantidade de usuários por protocolo de internet. Porque o





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Marco Civil da Internet é claro. Ele diz o seguinte: que as empresas têm que fornecer informações que individualizem a autoria em matéria delitiva – ponto.

Quanto à convenção de Budapeste, Deputada, ela é interessantíssima, apesar de já ter alguns anos, ela vai facilitar para o Brasil principalmente no que se refere à troca de informações, ao intercâmbio. E a luta contra o crime cibernético não pode ser dentro de uma bolha, ela precisa de parcerias, de que as polícias se conectem, não só polícia e polícia, mas polícia e iniciativa privada. Os players privados têm que ser trazidos para cá. As grandes empresas têm que cooperar e estão cooperando. Mas com uma adesão à convenção de Budapeste, certamente o Brasil vai ganhar na luta contra o crime cibernético.

Só mais um detalhe. Quanto ao emergencial, concordo com o que o Dr. Thiago falou. A legislação, as grandes empresas, principalmente Google, Facebook, Twitter, Instagram, estão cooperando em situações emergenciais. Mas, no Brasil, as empresas com sede aqui não têm essa obrigação. E eu asseguro a vocês... O Dr. Thiago falou sobre um caso de Santa Catarina. E eu asseguro a vocês, nós trabalhamos em um caso em Goiás, em que o Facebook informou que um adolescente estaria praticando suicídio. E nós acionamos a polícia com geocoordenadas. Chegamos a casa, e o pai disse: "Ele está dormindo". "Não. Abra o quarto que seu filho se automedicou". E o filho estava bem ruim no quarto. Então, em vários casos a gente chegou a tirar... Mas é preciso aperfeiçoar a legislação para obrigar as empresas com sede aqui dentro a fornecerem isso.

Quais as estimativas de ganho?

Deputada, eu não tenho como precisar para a senhora o quanto o crime organizado se locupleta com abuso e exploração sexual infantojuvenil. As organizações criminosas migraram para esse ambiente, porque é uma fonte de renda espetacular que, em tese, garante um anonimato – em tese, porque nada é anônimo na internet. E as dificuldades enfrentadas são grandes nesse tipo de ambiente. A gente precisa aperfeiçoar a legislação. Temos algumas alternativas que depois eu passarei para a senhora. Mas essa luta contra o crime no meio cibernético é bem difícil.

Por último, Deputada Lídice, quanta à incitação, é possível a identificação? Sim. Todo e qualquer ato praticado na internet é possível ser identificado. Só é preciso haver procedimentos na identificação, na atribuição de autoria e materialidade delitiva.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Dr. Carlos Felipe.

O SR. CARLOS FELIPE ALMEIDA D'OLIVEIRA (Para expor.) – Obrigado, Deputada.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

De início, queremos colocar a Associação à disposição de participar desse debate das contribuições ao art. 122 e parabenizar pela inclusão das populações fragilizadas com transtornos e deficiências.

Agora, há uma questão que é uma dúvida. Na realidade, lendo o Código e o artigo, quando falavam dos motivos egoísticos, logo isso me levou a Durkheim, que definiu suicídio como suicídio egoísta, altruísta – que é aquele dos camicazes –, anômico – daqueles que perdem suas ligações culturais. E eu sinceramente não... Qual é o significado? Eu pergunto isso no sentido de que a legislação possa ajudar aqueles que vão responder. O que significaria, nesse caso, a indução egoística em relação ao suicídio? Isso parece, quer dizer, eu não sei realmente... Fica uma dúvida e fico pensando que essa dúvida pode se reproduzir na aplicação da lei. Então, acho que isso deveria estar bem tipificado, uma especificação na própria lei. De qualquer forma, quero parabenizar pela ação.

Obrigado!

O SR. THIAGO TAVARES NUNES DE OLIVERIA (Para expor.) – Muito obrigado, Deputada, pelo convite e também pelas perguntas. Atendendo ao pedido de V. Exa., serei curto nas respostas, mas já me disponho a, com mais tempo, visitá-la no seu gabinete e lhe fornecer mais detalhes e informações.

O que tem sido feito em relação a combate, abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes pela internet? De fato, a SaferNet recebeu 1,6 milhões de denúncias em relação – esse dado referente aos últimos 14 anos... Nessa mesma ferramenta em que existem os dados globais, é possível analisar os dados anuais. Existe uma linha de tempo em que é possível ver, ano a ano, a evolução desses números e também conhecer onde o conteúdo estava armazenado, ou seja, uma vez que o conteúdo está disponível na web, ele pode estar armazenado em qualquer lugar, inclusive nos chamados paraísos cibernéticos – lugares do mundo como Tuvalu, como outros espaços –, onde são armazenados conteúdos ilícitos sem atuação das autoridades locais.

As denúncias são anônimas. Isso significa dizer que há um índice de falso positivo muito grande. A única informação que nós solicitamos é o link da página. Então, imagine V. Exa. que os dados oficiais, por exemplo da Polícia Militar, da Secretaria de Segurança Pública em geral, apontam que 60% das ligações para 190 são trote. Isso que, quando o sujeito liga para 190, o telefone dele fica identificado. Em se tratando de um formulário anônimo na web, em que você não tem que fornecer nenhum dado exatamente para que o denunciante tenha segurança em denunciar, esse índice pode subir, em muitos casos, para até 90%.

Então, o nosso trabalho é, sobretudo, de filtrar essa duplicidade. Uma mesma página também pode ser denunciada várias vezes. A gente teve casos, por exemplo, de uma





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

organização criminosa envolvendo Silvio Koerich. Foram mais de 70 mil denúncias duplicadas em relação a esse site.

Nós desenvolvemos sistemas automatizados, algoritmos automatizados que filtram automaticamente essa duplicidade. Havendo a unicidade da URL, existem crawlers que fazem a coleta dessas evidências que estejam publicamente disponíveis na web. Então, se o conteúdo não estiver na web, nós não temos capacidade nem de receber nem de processar denúncia. Por exemplo, conteúdo que circula pelo WhatsApp: nós não temos acesso; conteúdos que, mesmo estando na web, estão protegidos por ferramentas de privacidade ou estão bloqueados por processo ou necessidade de pagamento, ou seja, em que nós não temos acesso público, também não conseguimos verificar.

De modo que os sistemas coletam essas evidências e armazenam isso em um sistema em que os órgãos conveniados têm acesso. Quais são os órgãos? Hoje, atualmente, cerca de 20 ministérios públicos estaduais e procuradorias da República nos Estados, mas também a Procuradoria-Geral da República, através da 2ª Câmara de Coordenação e Revisão, que é câmara criminal, a que nós temos acesso. A Polícia Federal também acessa o sistema da SaferNet e extrai dali informações, e com essas informações já foi possível deflagrar pelo menos dez operações policiais. A maior delas foi a Operação Turko, que foi deflagrada em 2009 e que resultou no cumprimento de 130 mandados de busca e apreensão em 21 Estados e no Distrito Federal e na prisão de mais de 30 agressores sexuais; e 100% da operação, que mobilizou na época 450 policiais federais, tiveram origem em denúncias anônimas e informações extraídas pela Polícia Federal da base dados da SaferNet Brasil.

Quando o conteúdo está no exterior, nós atuamos em parceria com os hotlines internacionais membros do Inhope não só na remoção desse conteúdo, mas também na preservação dessas evidências.

E aí, concluindo, eu destaco o último balanço público que foi divulgado, um balanço conjunto divulgado pela SaferNet e pelo Ministério Público Federal, em que essa atuação conjunta resultou na identificação de mais de 6 mil sites de pornografia infantil, sendo que 832 desses sites estão sendo objeto de investigação pelo MPF. E há um núcleo especializado em crimes cibernéticos da Procuradoria da República em São Paulo que faz esse trabalho de análise e de verificação do conteúdo dessas denúncias diariamente. É um trabalho hercúleo, um trabalho difícil, porque ver essas imagens não é algo fácil: são imagens, como o Dr. Alessandro mencionou, de abuso sexual de crianças muito pequenas. Então, é fundamental investir em acompanhamento e suporte psicológico para os profissionais que atuam nessa área, sobretudo no setor público – policiais, promotores, analistas, técnicos do Poder Judiciário, técnicos do Ministério Público. Os policiais que conduzem essas investigações precisam de um maior apoio, sobretudo interno, e mais estrutura também.

E os demais casos foram reportados aos hotlines internacionais.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Há uma nota no site do Ministério Público Federal com essas informações, que eu posso repassar a V. Exa.

No tocante à última pergunta....

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP) – Presidente.

O SR. THIAGO TAVARES NUNES DE OLIVERIA – Pois não.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP) – Não, não. Conclua.

O SR. THIAGO TAVARES NUNES DE OLIVERIA – A sua última pergunta, em relação a como a entidade se mantém.

A SaferNet se mantém exclusivamente com receitas próprias provenientes de palestras, cursos, treinamentos, capacitação e projetos que são desenvolvidos com grandes empresas – por exemplo, o Google, o Facebook, a Netflix, a Telefônica Vivo, entre outras – e também projetos desenvolvidos com organismos internacionais, como, por exemplo, o Unicef. A SaferNet não recebe recursos públicos de nenhuma natureza, nem do Poder Executivo federal, estadual ou municipal, nem de empresas públicas, nem de empresas estatais, nem de economia mista; e também não recebe destinação de recursos provenientes de emendas parlamentares ou de partidos políticos ou de agremiações políticas de qualquer espectro ideológico.

E, por fim...

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP. Fora do microfone.) – São empresas privadas?

O SR. THIAGO TAVARES NUNES DE OLIVERIA – São empresas privadas e organismos internacionais.

E o número de colaboradores. A SaferNet nasceu em rede. Nós somos um grupo fixo, pequeno, somos oito pessoas no quadro fixo da instituição, sendo cinco delas com mestrado, doutorado ou pós-doutorado, e temos dezenas de colaboradores externos, que são contratados para atuar em projetos específicos por um período específico de tempo. A equipe fixa dos colaboradores está na instituição há mais de uma década.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Com a palavra o Deputado Rui Falcão.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP. Para interpelar.) – Primeiro, queria cumprimentar a Deputada Caroline de Toni pelos convites, pela convocação. As perguntas muito percutientes, como também as perguntas da nossa Relatora Lídice da Mata. Queria cumprimentar os nossos convidados, apesar da baixa frequência aqui.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu achei muito elucidativa essa audiência. Extraímos vários ensinamentos daqui. Ela mostra que há organismos de controle que podem dar cobro a esse tipo de desinformação, de propaganda com grau de malignidade; enfim, boas sugestões como esta de acelerar a constituição da Agência Nacional de Proteção de Dados, que nós podemos, se a Relatora assim entender, colocar no nosso relatório.

Eu queria manifestar uma preocupação. V. Sa., Prof. Thiago, disse que na Macedônia os jovens principalmente devido às taxas de desemprego num país que tem uma renda de trezentos e poucos dólares mensais – maior portanto do que a nossa renda média aqui no Brasil... Dado o alto índice de desemprego aqui existente no País, sobretudo na juventude, é preciso que haja um alerta às autoridades, àqueles que trabalham inclusive com medidas preventivas, para que os nossos jovens, sem fazer nenhum juízo de valor aqui, não sejam recrutados ou tentados a ter uma renda, não só uma renda de sobrevivência, mas uma renda como essa da Macedônia e se transformarem em aviõezinhos de fake news aqui. Chamou-me a atenção esse exemplo da Macedônia, para que a gente esteja atento e para que esse exemplo não se repita aqui no Brasil; ao contrário, que a gente crie condições para que essa sua juventude tenha outro no tipo de ocupação, acesso à universidade, oportunidade de trabalho, para não serem vítimas desse tipo de recrutamento.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC. Pela ordem.) – Presidente, só para responder aqui ao Dr. Carlos Felipe.

Ele questionou, dentro do tipo criado, o que seria motivo egoístico, não é?

Então, nós entendemos que, na hora de aplicação da pena, quando você vai instigar ou induzir alguém a cometer suicídio ou automutilação, o motivo egoístico é um elemento subjetivo, que o juiz vai ver na hora da aplicação da pena. Ele pode ter como motivação, numa relação familiar, por exemplo, o desejo de obter uma herança ou uma competição de negócios. Mas, no âmbito das relações da internet, eu entendo, pelo menos, o motivo egoístico – até o delegado pode colaborar nisso –, quando, por exemplo, a pessoa pode ter ali uma misantropia, um ódio à humanidade e querer refletir isso dentro das relações das redes, ou uma inconformidade, um distúrbio psicológico e querer, por motivos egoísticos mesmo, personalísticos, induzir outro com base nisso. Isso já está no tipo do homicídio também. Eu acho que esse tipo também, essa modalidade de motivo egoístico pode ser aplicada não só no caso do homicídio, mas também na instigação da automutilação ou do suicídio. Eu acho que a mesma modalidade que se aplica ao homicídio pode ser aplicada aqui também neste caso, até porque pode resultar no fenômeno morte.

Eu vou pedir licença, Presidente, porque tenho que ir para a CCJ.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Eu quero agradecer a presença do Sr. Thiago Tavares Nunes de Oliveira, da SaferNet; do Sr. Alessandro Barreto, Delegado de Polícia





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Civil; do Sr. Carlos Felipe Almeida D'Oliveira, Diretor da Associação Brasileira de Estudos e Prevenção do Suicídio.

Antes, porém, quero propor que as atas sejam apreciadas somente ao final das reuniões, como tem sido feito, sem as respectivas leituras, inclusive a 5ª e a 6ª da semana passada, 22/10 e 23/10.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos, convidando-os para a próxima reunião, que se realizará amanhã às 13h.

Declaro encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 13 horas e 52 minutos, a reunião é encerrada às 16 horas e 08 minutos.)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 10ª REUNIÃO DA COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO - FAKE NEWS DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 06 DE NOVEMBRO DE 2019, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às treze horas e trinta e nove minutos do dia seis de novembro de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob a Presidência do Senador Angelo Coronel, reúne-se a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito - Fake News com a presença dos Parlamentares Eduardo Braga, Eduardo Gomes, Luiz do Carmo, Mecias de Jesus, Esperidião Amin, Veneziano Vital do Rêgo, Fabiano Contarato, Eliziane Gama, Soraya Thronicke, Major Olimpio, Nelsinho Trad, Humberto Costa, Rogério Carvalho, Wellington Fagundes, Luizianne Lins, Rui Falcão, Natália Bonavides, Caroline de Toni, Delegado Éder Mauro, Márcio Labre, Lídice da Mata, Celso Russomanno, Alexandre Frota, Pedro Lupion, Paulo Ramos, Pr. Marco Feliciano, José Medeiros, Dr. Leonardo, Aureo Ribeiro, Arolde de Oliveira, Dário Berger, Paulo Rocha, Carlos Jordy, Marcos do Val, Marco Bertaiolli, Rodrigo Cunha, Fernando Bezerra Coelho, Heitor Schuch, Izalci Lucas e Paulo Paim. Deixam de comparecer os Parlamentares Marcio Bittar, Ciro Nogueira, Randolfe Rodrigues, Kátia Abreu, Roberto Rocha, Chico Rodrigues, Eduardo Girão, Hiran Gonçalves, Ricardo Barros, Walter Alves, Filipe Barros, Marcelo Ramos, Arthur Oliveira Maia e Túlio Gadêlha. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Oitiva. Finalidade:** Depoimentos decorrentes dos requerimentos 83, 101, 102, e 103/2019. Oitiva do Edgard Matsuki, Representante do portal "Boatos.org", em atendimento ao requerimento 101/2019; do Sérgio Boeck Lüdtke, Representante do portal Comprova, em atendimento ao requerimento 102/2019; do Gilmar Henrique Lopes, Representante do portal "e-farsas.com", em atendimento ao requerimento 103/2019; da Adriele Britto, Representante da Associações das Empresas de Tecnologia da Informação (Assespro Nacional), em atendimento ao requerimento 83/2019. **Resultado:** Oitivas realizadas. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezoito horas e quarenta e três minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Angelo Coronel

Presidente da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito - Fake News





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2019/11/06>

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Invocando a proteção de Deus e havendo número regimental, declaro aberta a 10ª Reunião da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito criada pelo Requerimento do Congresso Nacional nº 11, de 2019, para investigar os ataques cibernéticos que atentam contra a democracia e o debate público; a utilização de perfis falsos para influenciar os resultados das eleições de 2018; a prática de cyberbullying sobre os usuários mais vulneráveis da rede de computadores, bem como sobre agentes públicos; e o aliciamento e a orientação de crianças para o cometimento de crimes de ódio e suicídio.

A presente reunião destina-se a oitivas decorrentes dos Requerimentos nºs 83, 101, 102, e 103, de 2019, CPMI Fake News, de autoria do Deputado Dr. Leonardo, que já está presente no Plenário.

Estão presentes os seguintes convidados, os quais chamo para compor a Mesa: Srta. Adriele Britto, representante da Federação das Associações das Empresas Brasileiras de Tecnologia da Informação; Sr. Edgard Matsuki, representante do portal boatos.org; Sr. Sérgio Lüdtke, representante do portal Comprova; Sr. Gilmar Lopes, representante do portal E-farsas.com. De antemão, agradeço a presença dos senhores e da senhora.

Concedo a palavra, por 15 minutos, à Sra. Adriele Britto, representante da Assespro Nacional, para sua exposição. A senhora tem um tempo, repito, de 15 minutos para contribuir com esta Comissão.

A SRA. ADRIELE BRITTO (Para expor.) – Muito obrigada, Presidente.

Boa tarde a todos.

Saúdo os presentes na pessoa do Presidente desta Comissão, o Senador Angelo Coronel. Também saúdo todos na presença da Relatora, a Deputada Lídice da Mata. E também cumprimento o Dr. Leonardo, que fez o generoso convite à Assespro Nacional para poder contribuir da melhor forma para elucidação das questões que dizem respeito à cooperação jurídica internacional.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

De início, eu vou falar um pouquinho sobre a Assespro Nacional, que é a Federação das Associações das Empresas Brasileiras de Tecnologia da Informação. Ela é uma associação fundada em 1976, ela é a mais antiga no Brasil e também a maior, representando mais 2.500 empresas do setor. Ela tem representante em diversos comitês, como CGI, Aleti, Softex e diversos outros. Então, ela é uma empresa que tem ampla capilaridade no Brasil. Ela está representada em 19 entidades regionais, 2,5 mil empresas, é a maior delas.

Então, nesse ponto, a associação é então imbuída e dá legitimidade específica para entrar com Ação Declaratória de Constitucionalidade, que no caso foi numerada sob o nº 51, com trâmite no Supremo. Para se ter esse ajuizamento é necessário ser uma entidade de classe de âmbito nacional, sem fins lucrativos, ter a legitimação específica e por conta da pertinência temática com o assunto; ou seja, são empresas do setor de tecnologia da informação no Brasil, tanto de grande quanto de pequeno porte, e que têm encontrado alguma resistência nos tribunais brasileiros sobre a aplicação de legislação específica sobre a cooperação jurídica internacional. E também, além desses comitês, a Assespro Nacional também busca contribuir da melhor forma com a ANPD (Autoridade Nacional de Proteção de Dados), que também está em curso e também seria uma ótima oportunidade da Assespro poder contribuir.

Qual seria então no caso – pode mudar por favor – o contexto do ajuizamento dessa ADC 51? Em primeiro lugar, o que seria? Haveria, portanto, a necessária demonstração da controvérsia judicial relevante para aplicar uma norma exarada por este Congresso, pode ser tanto uma lei em sentido estrito, quanto um ato normativo federal. No caso, nós temos os dois; nós temos aqui o Decreto Executivo Federal nº 3.810/2001, que fala sobre o acordo de assistência judiciária penal entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo dos EUA, conhecido como Mlat, além de dispositivos previstos tanto no Código de Processo Civil quanto no Código de Processo Penal, que tratam sobre as cartas rogatórias. Por que são esses dois instrumentos? Porque o Mlat é uma via facilitada de transferência de bens, haveres, documentos que por acaso venham a ser úteis em investigações criminais por todo o mundo. Então, isso não é um problema apenas brasileiro. Este Mlat, nesses termos, também foi assinado com mais 21 países – Bélgica, Suíça, Panamá, Reino Unido, França, Itália – todos eles fazem parte do Mlat, porém não em relação a este; este diz respeito exclusivamente a atos que digam respeito à disponibilização de conteúdo de comunicações privadas que estejam por acaso guardados e armazenados em servidores nos Estados Unidos.

O que acontece? Nós temos aí um conflito de normas: existem as leis brasileiras, às quais as empresas que são associadas e filiadas a Assespro Nacional se sujeitam, sem problema algum, porém encontra-se uma certa dificuldade em ter acesso aos dados que estão armazenados nos Estados Unidos, porque existe uma ambiência própria de troca desse fluxo transnacional de dados.

Então, o que nós queremos aqui é que haja um prestígio de ato normativo federal exarado por este Congresso Nacional, que no caso é o Mlat ou decreto executivo federal. Ele não tem





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sido observado por alguns juízes nos tribunais afora pelo Brasil porque se diz que haveria, então, uma afronta à soberania nacional. Porém, com todo o respeito, nós acabamos colocando os nossos argumentos na nossa ADC, ela é pública, está disponível para todos.

Nós entendemos que haveria, sim, uma garantia do devido processo legal. Às vezes, realmente é um instrumento que não foi feito para isso, é de 2001, Deputado. O acordo foi de 1997, realmente é um acordo antigo, porém, é o que nós temos. Ou seja, nós temos, sim, é que trabalhar para que ele seja melhorado, da melhor forma possível, com o debate perante a sociedade, a comunidade jurídica, a parte científica... Aqui também, nesta Casa, em ambas as Casas Legislativas.

E aí nós fazemos sempre uma menção aos dados bancários. Ou seja, quando se quer um dado bancário, alguma informação sensível, sigilosa que esteja, digamos, na Suíça, o Mlat é observado.

Então, nós também falamos que, pelo princípio da igualdade, o Mlat deve ser aplicado em toda e qualquer investigação criminal, e não apenas naquelas se dizem respeito ao conteúdo das comunicações privadas.

E por que se conter... Qual seria então... O que quer dizer, realmente, conteúdo de comunicação privada? É aquilo que você, como usuário, alimenta numa plataforma de mídia social, por exemplo. Não é, não são, não se trata no caso de metadados, que são os dados sobre os dados... (Pausa.)

Por favor, pode trocar. (Pausa.)

Então, não são discutidos na Ação Declaratória de Constitucionalidade 51. Nos casos de investigação criminal sobre pedofilia, a ADC não contempla, e por quê? Porque existe uma previsão própria na legislação americana... Existem mecanismos próprios para que haja uma notificação direta ao Ncmec, que é o Centro Nacional para Crianças Desaparecidas e Exploradas. Ele existe desde a década de 80.

E o que ocorre? Quando há alguma denúncia, alguma ocorrência de algum ato de pedofilia dentro das plataformas, há uma notificação direta pelo Ncmec para a Polícia Federal aqui em Brasília. Isso acontece em diversas partes do mundo, isso já acontece há muitos anos, não é nenhuma novidade. Então, no caso, a ADC não atrapalha de forma alguma esse tipo de investigação.

E nos casos emergenciais de risco iminente de morte ou lesão física contra pessoas, no caso de terrorismo, sequestro, uma ameaça de homicídio, também a ADC não contempla, porque também existe uma exceção própria na legislação americana que, no caso, é o Stored Communications Act, chamado de SCA.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, existe uma previsão própria nessa legislação para que, nesses casos emergenciais... Imaginamos nós aqui que não haja nenhuma outra dúvida em relação a essas hipóteses de que realmente os pedidos devam ser atendidos a tempo e a hora.

E voltando também para a entrega de metadados, também é outra exceção que existe no SCA, em que não há nenhum tipo de entrave burocrático ou de cooperação jurídica entre os países, porque também é uma exceção da própria legislação americana.

Então, houve uma escolha também aqui no legislador pelo Brasil, no nosso Marco Civil da Internet, no art. 15, quando ele fala sobre a entrega de registros de acesso e conexões. Então, se há algum tipo de postagem, algum post que é público, de conhecimento coletivo, faz-se então cotejo entre aquele post e a entrega de metadados correspondente àquele post, àquela postagem dentro daquela mídia social.

Então, é muito difícil haver algum tipo de anonimato porque existem esses traços que ficam relacionados aos metadados.

Então, também aí agora, já trazendo o tema aqui para esta Comissão, no dia de hoje.

Em relação às fake news, eu vejo até uma dificuldade em saber como é que se encaixariam, então, esses pedidos de conteúdo de comunicação privada, sendo o aspecto essencial das fake news é a sua publicidade, é o seu aspecto coletivo, é a sua publicação, até porque, se ela não é pública, ela não se perfaz.

Então, não há nada que transite na ambiência de um conteúdo de comunicações privadas entre um usuário e outro.

E aí voltando também para o trâmite da ADC – pode passar, por favor –, houve um pedido de liminar. A nossa liminar foi concedida. Ficamos bastante satisfeitos com essa concessão. O Supremo entendeu que sim, que haveria, no caso, um risco jurídico de plausibilidade do direito, porque, toda vez que há um descumprimento de uma ordem judicial que não consegue ter acesso ao conteúdo das comunicações privadas, há, portanto, uma imposição de multas, juridicamente falando, de astreintes, multas, bloqueio do aplicativo – isso também, já tem algum tempo que não acontece, mas já aconteceu no passado – e prisões.

Então, este é um tema que toca diretamente a preocupação da Assespro, como uma associação representante aqui de 2,5 mil empresas: que o Brasil seja um ambiente atrativo para as empresas e que nós possamos ter segurança jurídica nas relações travadas entre o Judiciário, entre os consumidores e entre o Estado.

No caso da liminar que foi concedida, pode até haver algum tipo de imposição de multa, porém esse valor não fica à disposição da União, Senador. Ele não vai ser usufruído para que não tenha, então, que ir pelo caminho dos precatórios, enfim, que essa ação demore mais anos e anos.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No caso, qual seria, então, o risco de não se observar o procedimento de cooperação jurídica internacional previsto nesse decreto executivo? Um deles, inclusive, é até mesmo a nulidade da prova obtida. Ou seja, se por algum acaso uma prova ou outra for obtida não pelo meio do devido processo legal, por alguma outra forma que não essa, é possível, sim, haver algum tipo de nulidade nas provas, é possível argui-las. E também haveria uma violação ao princípio da simetria entre os países, porque o Brasil tanto é emissor dessas ordens como receptor. Então, o Brasil também pode querer uma prova que esteja, digamos, no Reino Unido, em algum servidor na Irlanda, por exemplo, onde eles também estão.

Então, como é que fica essa questão? O Brasil também deveria se atentar para esse ponto e se atentar para o princípio da simetria que rege as relações diplomáticas. O nosso art. 181 da Constituição é bastante claro em que haveria somente uma disponibilização dos documentos de empresas privadas mediante autorização do poder competente.

Então, para que nós possamos concretizar os direitos e garantias fundamentais previstos na Constituição, a partir do art. 3º, que é justamente a coexistência pacífica entre os países, a solução pacífica das controvérsias, e também do art. 5º da Constituição, sobre o devido processo legal, sobre a proteção também da livre iniciativa, diversos dispositivos têm a necessária proteção e arcabouço para que possa se então fundamentar todo e qualquer tratado internacional do qual o Brasil faça parte.

Outra coisa também é que essa não é uma preocupação apenas do Brasil, é uma preocupação mundial. Inclusive, em junho deste ano, participei de uma discussão em Berlim, na Alemanha, sobre internet e jurisdição, da qual saiu um documento que vai ser apresentado agora em novembro novamente. Nós fizemos grupos de estudo em que são discutidas várias trilhas de vários problemas, não só do Brasil, outros países têm exatamente as nossas questões.

Então não adianta também a gente pensar numa solução só para o Brasil. Se a gente pensar nisso, "ah, mas aqui no Brasil, não importa; se está ganhando dinheiro no Brasil, então tem que se sujeitar à legislação brasileira."

(Soa a campainha.)

A SRA. ADRIELE BRITO – As empresas se sujeitam...

Somente mais cinco minutos. Então, para finalizar. Muito obrigada.

E nesse caso, elas se sujeitam, sim. Tanto é que nós queremos a aplicação de um tratado internacional, do decreto executivo federal, que também foi ratificado por este Congresso Nacional.

Então, Excelências, eu imagino que essas sejam as nossas contribuições.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Existem também alguns pareceres do mais alto nível, que foram juntados aos autos. Há o parecer do Ministro Rezek, professor do mais alto gabarito, de conhecimento de todos. Ele faz uma diferenciação interessantíssima sobre sujeição à lei brasileira e a execução dessa mesma lei, ou seja, ele deixa extremamente claro, no parecer dele, que não há como um juiz brasileiro ter poderes ultraterritoriais, ou seja, sujeitar uma empresa que seja controladora jurídica de dados que estejam situados fora do Brasil, que ela seja compelida a cumprir uma ordem judicial meramente porque existe uma afiliada do grupo econômico aqui no Brasil. Ora, são diversas as empresas que compõem os grupos econômicos, cada uma com sua função. E assim, a exemplo do que acontece com os dados bancários, ninguém pede a um banco que tem representação aqui no Brasil dados que estejam na Suíça, por exemplo. Então esse tipo de situação que nós queremos que não se repita.

Existem também mais dois pareceres de advogados americanos, que são o Eric Holder e o Todd que também falam exaustivamente sobre todos os riscos jurídicos os quais as empresas que aqui estão sediadas podem sofrer lá nos Estados Unidos, além do Yahoo, do Iris também, o Iris que é um grupo de estudos que também se debruça sobre esse assunto.

E para finalizar, o que se espera do Supremo, Deputada Lídice, é uma segurança jurídica, ou seja, diante dessa controvérsia judicial relevante, que justamente é embasadora para o ajuizamento da ação, em que a aplicação, alguns tribunais entendem pela aplicação, e outros, não, e justamente esses que não entendem pela aplicação não o fazem de acordo com o Art. 97 da Constituição, e sendo que para não se aplicar um tratado, ele deveria ser, no caso então, denunciado. Isso também é uma outra ferramenta jurídica que estaria aqui também à disposição do Congresso.

Então o que a Assespro quer é ir no sentido natural da norma, que é a sua constitucionalidade. Por isso que nós interpusemos uma ADC. E que haja, portanto, uma predominância da aplicação da legislação brasileira regente da matéria já existente.

Então ficam essas as minhas palavras. Fico à disposição para perguntas de todos. E muito obrigada pelo silêncio com que eu fui ouvida. Obrigada. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Nós temos quatro palestrantes, vamos assim chamar. Eu não sei, queria ouvir dos senhores, das senhoras, se era melhor já fazermos perguntas à senhora Adriele, ou deixar para o fim, porque deixar para o fim talvez disperse a apresentação dela.

Vamos colocar em votação.

Ouve todos, ou pergunta um por um?

A SRA. ROSE DE FREITAS (PODEMOS - ES) – Ouve todos, porque cada um tem uma..





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Então pronto. Então concedo a palavra, por 15 minutos, ao Sr. Edgar Matsuki, representando o portal boatos.org.

O SR. EDGARD MATSUKI (Para expor.) – Ok.

Olá, todos e todas, senhores e senhoras, Deputados e Senadores. Agradeço o convite do Deputado Dr. Leonardo, cumprimento o Senador Ângelo Coronel, a Deputada Lídice da Mata, e digo que é muito importante estarmos aqui para debater um tema tão importante para a nossa democracia atualmente como as fake news. Para quem não me conhece, eu sou Edgar Matsuki e desde 2013 eu toco o boatos.org. Assim como o meu colega Gilmar Mendes... Mendes não, opa, Lopes. (Risos.)

Não sou colega do Gilmar Mendes. Assim como o meu colega Gilmar Lopes, quando criamos os nossos projetos não existiam os termos agência de checagem, fact checking, ou mesmo fake news, ou eles não estavam nem perto de ser populares.

Aqui nestes 15 minutos acredito que não vai dar para falar tudo o que eu precisaria falar nos 15 minutos, mas eu vou falar um pouco da metodologia nossa de trabalho para demonstrar que os serviços de fact checking, que atuam no momento, utilizam-se de critérios objetivos para decidir quais são os temas a serem tratados. Falo isso pelo boatos.org, em que a gente trata de temas objetivos e também, na hora da própria apuração, nós nos utilizamos de objetividade. Não falamos que nada é falso pela nossa opinião. E também vou falar um pouco da nossa metodologia para demonstrar de qual lugar de fala eu vou estar para falar sobre algumas impressões minhas sobre a questão das fake news.

Como eu falei anteriormente, o boatos.org foi criado em 2013. A principal motivação minha foi profissional. Na época eu trabalhava para outros veículos de comunicação, mas eu queria ter um projeto próprio, no qual eu pudesse experimentar, jornalisticamente falando, para que eu pudesse experimentar, em termos de tecnologia voltada ao jornalismo, sem ter que me submeter, por exemplo, a um crivo de um chefe ou algo desse tipo. Para tanto eu precisava de um tema e na época eu já tinha o diagnóstico de que existiam muitas informações falsas circulando na internet, mas não existiam...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Eu gostaria que o Plenário mantivesse em volume o mais baixo possível as conversas paralelas, porque está atrapalhando aqui o nosso palestrante. Obrigado.

O SR. EDGARD MATSUKI – Ok. Conseguem me escutar melhor agora? Ótimo! Vou falar um pouquinho mais perto aqui. E eu tinha percebido que não existiam tantas fontes que desmentiam essas informações falsas na internet. Projeto criado por jornalista, não existia nenhum na época, existia o E-farsas, existia o quatorcantos.com, que hoje também não atua.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A partir daí, na verdade na época não tinha de fato a dimensão do problema que são as fake news, nós acabamos entrando no tema e nesses seis anos e meio nós desenvolvemos uma metodologia para escolher as mensagens a serem apreciadas e também para realizar os nossos desmentidos.

Isso nos garantiu tranquilidade para, de fato, ser justo na hora de escolher o tema que vai ser tratado e também nos garante uma certa isenção sobre supostas acusações de que estaríamos, por exemplo... principalmente em termos de boatos relacionados à política, que é o que mais se fala a respeito, que estaríamos isentando, por exemplo, mais de um lado político do que outro lado. Na verdade, se está no boatos.org ou em outros sites de checagem, é porque, de fato, a informação circulou muito na internet.

Hoje, nós temos uma média de quatro milhões de visualizações de páginas por mês, contando a média dos últimos 12 meses, quase 300 mil perfis nos seguem em redes sociais e, dessas pessoas, muitas colaboram de duas maneiras para o boatos.org: a primeira é enviando sugestão de pauta e a segunda é pesquisando dentro do site sobre quais temas são verdadeiros ou falsos. É a partir desses dados e da colaboração dos internautas que acompanham o boatos.org que nós definimos o que é apreciado, e aí, a que nós chegamos na hora da análise do conteúdo. A gente não decide de uma forma: eu vou decidir esse ou eu vou decidir aquele conteúdo a ser desmentido; na realidade, a gente faz uma métrica. Existem dados diários que nós coletamos, tanto pela busca interna do site como de envio de mensagens. E, aí, na hora da análise do conteúdo – isso é importante falar não só para os Srs. e Sras. Deputados e Senadores, mas também para quem está acompanhando –, muitas das tarefas que nós realizamos, qualquer internauta poderia e deveria realizar antes de compartilhar um conteúdo falso.

O primeiro momento da nossa checagem perpassa por uma leitura com atenção do conteúdo que está sendo compartilhado na internet. Infelizmente, hoje muitas pessoas compartilham conteúdo sem ler, compartilham conteúdo sem entender, na realidade, o que está sendo dito ou, às vezes, compartilham mesmo sabendo que o conteúdo é falso, mas, de certa forma, para ganhar algum tipo de debate.

A partir desse primeiro momento no qual nós realizamos uma leitura com atenção e verificamos os arquivos que estão acompanhando os conteúdos que estão circulando na internet, a gente parte para uma segunda etapa, que também todos os internautas deveriam realizar antes de compartilhar uma informação, que é fazer uma pesquisa mais aprofundada sobre o assunto que está sendo tratado. Eu posso dizer, com certeza, que 70% das informações que nós desmentimos no boatos.org não teriam circulado da forma que circularam se as pessoas realizem essas duas tarefas: lessem com atenção e compartilhassem o conteúdo. E, claro, existe muita gente que se aproveita disso: da falta de leitura de conteúdo e da falta de pesquisa.

Em seis anos e meio, nós desmentimos cerca de 4.500 notícias falsas na internet. E, com base nessa experiência, eu queria fazer alguns apontamentos sobre as fake news que – entendo





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

– não é o termo mais apropriado para falar sobre a desinformação na internet, mas foi o termo convencionado.

O primeiro ponto que eu queria deixar aqui é ressaltar que, a partir do momento em que se fala em notícia falsa na internet, é preciso também sair da caixinha político-partidária. Muito se debate sobre fake news e política no Brasil, mas as fake news não estão apenas no tema política, é muito mais do que isso. Existem hoje pessoas que estão parando tratamentos médicos por causa de notícias falsas na internet. Existem pessoas que estão apelando para remédios que não têm comprovação científica de que curam doenças graves. Ou seja, pessoas estão arriscando suas vidas por causa de notícias falsas. Existem pessoas que estão sendo acusadas de crimes que não cometeram. Existe um caso emblemático no Brasil, em 2014, de uma mulher que foi linchada, foi morta porque ela foi acusada por uma notícia falsa na internet. Então, a partir do momento que a gente está se propondo a debater fake news, eu gostaria que nós não ficassemos apenas falando sobre o tema política. Claro que é uma grave questão a manipulação do debate político no Brasil, mas as notícias falsas vão muito além disso.

Nesse período que eu tenho apurado fake news, eu tenho uma hipótese – não posso dizer que é uma teoria fechada, mas hoje é o que, na minha visão, acontece em termos de circulação de notícias falsas – de um caminho em que fake news circulam. A grande maioria dos conteúdos que nós desmentimos – e, como disse antes, se nós desmentimos, é porque as pessoas estão procurando – são notícias falsas que surgem quase anonimamente em aplicativos como o WhatsApp e em redes sociais como o Facebook, no formato das velhas correntes.

As notícias falsas seguem uma certa linha de texto que faz duas coisas – as características –: deixam o texto com uma qualidade sofrível, primeiramente; e, segundo, dão a possibilidade para que sejam viralizados. As características são essas. Normalmente, esses conteúdos são vagos, ou seja, uma vez que um conteúdo vago circula na internet, fica mais difícil a pessoa fazer a apuração de mais detalhes sobre o assunto. Ele é extremamente alarmista, ele tem tom apelativo, ele usa palavras em caixa-alta, pontos de exclamação, adjetivos, acusações. Ele tem erros de português, via de regra. Normalmente esse conteúdo é criado na própria rede social, não passa por uma revisão – nem todos são assim. Existem notícias falsas que são muito bem escritas, muito bem redigidas e muito convincentes. Elas têm normalmente pedido de compartilhamento e também não citam fontes confiáveis, porque isso dificulta a própria apuração.

Mas há um detalhe mais importante do que todos esses: na grande maioria das vezes – isto eu tenho percebido cada vez mais, principalmente desde 2014, 2015 – essas notícias necessitam do que eu chamo de um vetor para viralizarem na internet. O que seria esse vetor? Pode ser um perfil influente em redes sociais, pode ser um impulsionamento artificial da informação em redes sociais ou aplicativos de mensagens, pode ser a notícia ir para um site com grande número de acessos ou mesmo alguém conhecido compartilhar informação falsa, seja de forma culposa ou seja de forma dolosa. Então, é importante, a partir do momento em que a gente





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

está se propondo a debater isso, pensar não só na criação, mas no momento em que essa notícia falsa toma corpo de verdade.

O terceiro ponto que eu queria destacar é em relação à eficácia das agências de checagem e ao papel que nós nos colocamos em meio dessa questão de fake news: obviamente, nunca... E nem é nossa... Na verdade, a gente sabe que isso não vai acontecer, que o desmentido nunca vai atingir o mesmo alcance de um boato na internet. É impossível, mas, a partir do momento em que uma notícia é desmentida, eu tenho percebido que pelo menos o alcance do boato diminui. Isso prova duas coisas: primeiro, que algumas pessoas de fato necessitam de uma fonte que elas consideram confiável e que aponte que uma informação é falsa. Nesse sentido, ou a própria mídia tradicional ou a própria agência de checagem entra refutando o conteúdo e até explicando para ela. Não adianta só refutar um conteúdo, a gente tem que explicar, de fato, por que uma informação é falsa. A partir do momento em que a pessoa é convencida, ela de fato para de compartilhar.

Para além disso, é importante, por causa desse freio que eu tenho visto que os desmentidos dão às fake news – de certa forma, até quem cria fake news em alguns momentos acaba apagando a publicação ou se retratando a partir do momento em que verifica que a informação não é verdadeira –, serviços como o boatos.org, o projeto Comprova, o E-farsas.com e tantos outros que não puderam ter representantes aqui hoje são importantes nessa questão e precisam, de certa forma, ser valorizados.

E eu falo valorizados até no sentido de que, se for pensada uma legislação a respeito disso, que haja mecanismos que protejam quem faça isso, porque a gente, de certa forma, está muito exposto. O próprio colega Gilmar Lopes – não Mendes – teve uma situação há pouco tempo – talvez ele possa falar a respeito disso. Ele desmentiu um conteúdo e a pessoa o ameaçou por causa do desmentido. Não só ameaçou como processou. E, na verdade, na Justiça a gente sabe que é certo que ele vai ganhar esse processo, mas o incômodo que ele está tendo por causa disso é grave. Então, é preciso que a gente tenha essa proteção.

Eu quero falar de um quarto ponto, que é a questão das plataformas de tecnologia. Todo mundo sabe que sites como Google, Facebook e WhatsApp são de grande utilidade para todos; eles encurtam distâncias, eles facilitam a comunicação e eles facilitam de fato até a divulgação de trabalhos. Acredito que o E-farsas, o boatos.org e outros sites, de certa forma, conseguem certa repercussão e alcance das suas publicações por causa dessas ferramentas, mas é importante citar que as mesmas pessoas que podem utilizar essas plataformas para uma ação boa também podem utilizar para uma ação ruim, uma ação má. Por isso, é preciso que se cobre das plataformas – que, de fato, ressalto que são úteis – que se tornem aliadas no combate à fake news.

Muito se está fazendo, mas eu queria citar algumas situações, só como exemplo, de como essas plataformas podem melhorar e, de certa forma, não só combater fake news como também





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ajudar a diminuir o acirramento da polarização que a gente vive hoje. Na internet parece que só existem vozes de dois lados. E não é assim; existem muito mais pessoas do que um lado ou outro lado do polo.

Primeiro ponto, no WhatsApp, para além de toda a questão das mensagens falsas, existem, quase que diariamente, inúmeras iscas para roubo de dados das pessoas. Existem promoções falsas, petições falsas, anúncios de ofertas que mandam para um site, que pede o compartilhamento da pessoa para os contatos dela. A partir do momento em que a pessoa compartilha o conteúdo desse site no WhatsApp, ela dá acesso à lista de contatos. Eu não sei o que as pessoas fazem com esses dados, mas eles podem ter um poder muito grande com os dados das pessoas. Então, é preciso olhar para isso. Eu não sei como se resolve a questão desse tipo de mensagem com a criptografia que há no WhatsApp. Acredito que a privacidade dos internautas deve ser mantida, mas é preciso pensar em soluções que barrem esse tipo de conteúdo.

(Soa a campanha.)

O SR. EDGARD MATSUKI – Há uma quantidade de artigos que aparecem em destaque em ferramentas de notícias que acirram a polarização. Hoje se a gente for olhar na página inicial do Google ou no próprio Google Notícias, a gente vê mais artigo com adjetivo contra políticos, artigos com acusações, do que o próprio conteúdo noticioso. Hoje a gente vê muito mais conteúdo opinativo – não sei se só no meu feed que aparece, mas acredito que no dos senhores também –, há mais conteúdo opinativo do que informativo. Claro, a gente entende que esses conteúdos com adjetivos fortes no título rendem cliques e, de certa forma, aumentam a taxa de engajamento nessas ferramentas, mas é preciso pensar para além disso: o quanto elas acirram a polarização. Senão, daqui a pouco, o jornalismo brasileiro vai virar ataque de um lado, ataque do outro lado e não vai existir mais informação no meio desses ataques.

Terceiro ponto: os algoritmos em redes sociais promovem conteúdo que os usuários curtem ou reagem com estímulos positivos. Isso tem cada vez mais fechado as pessoas em grupos, e, uma vez que elas se fecham em grupos nas redes sociais, fica cada vez mais difícil ouvir o outro lado. Mas algumas... E aí eu falo de um ponto que, de fato, a priori, parece positivo, mas é preciso pensar na questão de fake news a respeito disso. Muitas pessoas não conseguem checar algum conteúdo na internet porque alguns planos de operadoras só dão acesso a alguns tipos de serviço. Como uma pessoa que tem R\$10 de crédito no seu telefone celular e precisa dele para uma ligação de emergência vai fazer a checagem de uma informação se essa checagem que ela viu no WhatsApp e acessou de graça vai acarretar em cobrança no pacote de dados dela?

Por fim, o quinto ponto. Infelizmente, existem algumas páginas que espalham notícias falsas e sobrevivem graças à publicidade online. Eu sei que algumas plataformas, como o próprio Google, têm empreendido ações para cortar a publicidade desses sites, mas existem outras plataformas que ajudam no próprio financiamento de fake news.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu queria só complementar com um ponto. Na verdade, teria até mais para fazer. Eu deixei o texto completo no boatos.org, e quem está acompanhando esta reunião na internet pode ver todos os apontamentos. Acredito que a Deputada Lídice poderia dar uma olhada, o que, de fato, pode contribuir com o próprio relatório desta CPMI.

Mas, em relação à legislação, aí eu faço uma menção ao meu colega de trabalho Daniel Bramatti, que esteve aqui na semana passada. Ele falou que é preciso ter muito cuidado com a criminalização de fake news para que o jornalismo não saia prejudicado com isso. Gostaria de aprofundar mais a respeito desse assunto, mas, como não há tempo...

Mas eu queria deixar apenas alguns questionamentos que deveriam ser realizados antes de qualquer legislação que pense em criminalização de fake news. O primeiro: quem tomaria para si a missão de julgar o que é verdadeiro ou falso? Autoridades policiais? Judiciárias? Elas criariam um núcleo de checagem para isso?

Como uma lei como essa que pensa em criminalizar as notícias falsas não cercearia a liberdade de expressão? E aí é importante citar que a opinião precisa de um embasamento, mas a pessoa pode responder pela sua opinião. E também tão ou mais importante é a privacidade online das pessoas. Eu já vi especialistas falando que, por exemplo, as pessoas deveriam colocar um CPF para fazer um login em uma rede social. Eu acho isso uma proposta absurda porque você confiar a uma empresa privada os seus dados pessoais não é o melhor caminho para combater esse tipo de problema.

O que poderia ser conceituado como fake news? Hoje, ter fake news tem sido utilizado como estratégia de retórica para muitas pessoas, ou seja, qualquer coisa que não agrada acaba virando fake news.

Erro jornalístico, na minha opinião, não pode ser considerado fake news – houve uma metodologia na apuração do conteúdo. Se a fonte repassou a informação de uma forma errada, o jornalista colocou na fonte. Ele não pode ser enquadrado como fake news.

Como essa lei poderia ser utilizada para atacar quem faz fact-checking? – porque, também como estratégia de retórica, a gente ouve de muita gente que é desmentida pelo boatos.org e por outros sites falarem: "Ah, essas agências de checagem é que fazem fake news, enquanto a gente está aqui para tentar só ajudar".

E, por final, eu gostaria de saber como ficariam as plataformas ou se, por um lado, elas deveriam, de fato, colaborar com essa questão. Uma legislação muito pesada nesse sentido não inibiria o desenvolvimento de novas ferramentas tecnológicas que facilitariam a comunicação das pessoas?

Por fim, só para encerrar, eu quero apontar uma questão. Mais importante do que a questão da legislação – e eu acho que devemos bater nesse ponto – é a questão da educação.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esse tema, notícias falsas, e o próprio comportamento das pessoas na internet devem ser levados às escolas, devem ser ensinados para crianças e adolescentes. Acredito, assim como no caso de muitas outras questões que envolvem tecnologia, que nós não vamos conseguir chegar ao ápice até da própria habilidade em lidar com essas ferramentas tecnológicas, mas, a partir do momento em que a criança e o adolescente forem ensinados desde a escola – acredito, essa é a minha opinião –, esse problema tenderá a ser minimizado com o passar dos anos.

Agradeço o momento de fala. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Concedo a palavra, pelo tempo de 15 minutos, ao Sr. Sérgio Boeck, representante do portal Comprova.

O SR. SÉRGIO BOECK LÜDTKE (Para expor.) – Boa tarde a todos!

Acho que não vou usar os meus 15 minutos todos. Vou explicar um pouco como funciona o Comprova e depois ficarei aberto às questões que vocês tiverem.

O Comprova surgiu, como ideia, praticamente dois anos atrás. A Abraji foi procurada pelo First Draft, que é uma organização internacional comandada pela Claire Wardle. Eles tiveram uma experiência interessante no Brexit e na eleição americana e depois fizeram uma coalizão de veículos na França na eleição que elegeu o Macron. Procuraram no Brasil uma entidade que pudesse reproduzir um pouco da experiência de verificação que foi feita naqueles países, a Abraji chamou várias organizações que trabalham com jornalismo, tivemos várias reuniões e, no final, sobraram 24 veículos que aceitaram formar uma coalizão para fazer verificação especificamente nas eleições presidenciais do ano passado.

O Comprova surgiu no período eleitoral exatamente e decidi fazer o seu trabalho de verificação somente nas redes sociais, diferentemente do que se faz no fact-checking, que é a verificação da veracidade do discurso de personalidades públicas, políticos, autoridades, coisas assim. Nós decidimos, então, fazer verificação somente naquilo que transitava pelas redes sociais em relação às eleições presidenciais do ano passado – por 12 semanas nós trabalhamos – e que tivesse muita viralização, ou pelo menos um grande potencial de viralização.

No começo, nós formamos uma pequena redação em São Paulo e trabalhamos remotamente com essas outras 24 redações. A ideia era que nós só publicaríamos alguma verificação se conseguíssemos ser absolutamente conclusivos. Não fizemos nenhuma interpretação; se não tivéssemos dados que pudessem mostrar uma conclusão sobre aquilo que estávamos verificando, não publicávamos. A gente chegou a publicar 146 verificações de boatos que tiveram grande alcance; quatro deles não eram boatos, eram verdade, mas eram conteúdos duvidosos no começo.

Para fazer a publicação, a gente sempre tinha três ou quatro jornalistas de veículos diferentes. Então, tinha essa diversidade, e precisávamos de que mais três veículos fizessem o





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que a gente chama de cross checagem, quer dizer, uma checagem cruzada, e fizessem a checagem da checagem – não é? – para ver se todos os elementos estavam ali, os que pudessem ser conclusivos, e a gente não tivesse nenhuma falha. Nossa meta era que não tivéssemos nenhum erro durante esse processo.

É um processo bastante lento. Durante as eleições, a gente até produziu bastante coisa. Nós retornamos agora, mas eu falo isso um pouquinho depois...

Essa metodologia faz o seguinte: a gente tem três etapas de produção – uma delas é o monitoramento, que é uma das mais importantes, outra é a verificação e a outra é a distribuição desse conteúdo.

O monitoramento contava com, primeiro, um trabalho de identificação dos atores envolvidos nas eleições, dos temas que estavam envolvidos nas eleições. E aqui tem um ponto importante, que é o seguinte: esses temas variam muito porque os boatos, esses conteúdos duvidosos seguem a agenda pública, e eles vão e vêm como ondas. A agenda pública é um estímulo, os assuntos que estão na pauta são estímulos para a formação desse tipo de desinformação. Então, o monitoramento levava em consideração esses atores, esses temas, levava em consideração as plataformas que pudessem estar envolvidas nisso. Então, a gente monitorou nas eleições as plataformas mais conhecidas, como Facebook, Twitter, Reddit, Instagram, Gabi, Mano, vários aplicativos e várias plataformas.

O WhatsApp. No WhatsApp a gente fez um trabalho específico. Nós divulgamos um número, o WhatsApp nos cedeu um software para o acompanhamento de conteúdos em grande quantidade – e quando eu falo em grande quantidade é muita quantidade mesmo. Durante dez semanas que a gente trabalhou com WhatsApp, a gente recebeu 78 mil arquivos das pessoas que não conheciam antes aquele número, não era um número divulgado. Então, a gente divulgou em dez semanas e nessas dez semanas recebemos 78 mil arquivos, tivemos 350 mil trocas de mensagens. Contamos com o apoio de estagiários que nos ajudaram a fazer todo o atendimento dessas pessoas. E toda vez que a gente recebia esses conteúdos de WhatsApp, a gente levava para as ferramentas de monitoramento que a gente tinha para ver o alcance nas outras plataformas.

Acho que o Edgard já falou um pouco disto: não há como fazer verificação ou algum desmentido sem levar pela mão o boato. Então, fazer verificação ou fazer alguma publicação de verificação de um boato que não tenha tido muita viralização é um tiro no pé, a gente ajuda a promover o boato, não tem como fazer isso. E a grande dificuldade que nós temos é exatamente esta: identificar quem são as pessoas que foram afetadas por esse boato e como chegar a essas pessoas. Então, é muito difícil que se consiga identificar isso e fazer com que a gente só chegue ou só limite a verificação às pessoas que receberam o boato. Isso é praticamente impossível hoje.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Existem algumas iniciativas como o Fátima Bot, que é do Aos Fatos, que tenta identificar na web pessoas que estão fazendo divulgação de alguns conteúdos que já foram verificados por eles e envia para esses perfis, para essas páginas a verificação pronta. Mas isso ainda é uma coisa muito incipiente.

Bom, voltando um pouco, quando a gente bate isso com a viralização, com o potencial de viralização que esses conteúdos têm, a gente vê ali qual é a nossa capacidade de verificação durante o dia e aqueles boatos ou aqueles conteúdos duvidosos que estão viralizando mais. E, a partir dali, a gente começa a fazer um trabalho que é similar em algum aspecto à cobertura jornalística, à investigação jornalística, mas ele se vale de muito software para isso, de muitos elementos assim.

Uma coisa que a gente tem tentado fazer mais e que eu acho que é uma chave importante para o trabalho de verificação é tentar encontrar e falar com o autor do post original. Esse post original nem sempre foi utilizado para semear algum conteúdo, algum boato, alguma coisa assim. Muitas vezes é utilizado por terceiros para dar um novo contexto. Então se busca sempre, fazendo uma metáfora aqui, um tijolinho de verdade para construir um castelo de mentiras. Sempre há alguma coisa de verdade que pode ser a isca para as pessoas consumirem aquela informação e, de repente, passarem adiante essa informação duvidosa, esse boato, essa coisa.

Bom, então, a gente faz a verificação, tenta chegar à pessoa que publicou e tenta fazer com que ela dê uma errata, se a gente consegue provar para ela que esse conteúdo é falso ou que ele é enganoso de alguma maneira, ou que ela pelo menos delete. É sempre melhor que ela publique uma errata, porque ela está em contato com pessoas que foram afetadas por esse conteúdo duvidoso antes, mas, se não, que ela delete. Então, este é mais ou menos o processo: a gente tenta, de qualquer maneira, buscar a fonte original e entender quais foram as razões, se ela tinha uma intenção que é a intenção que acabou sendo distribuída pela web ou se era uma intenção simplesmente de falar bem de algum candidato, falar bem de alguém de quem ela goste, ou seguir uma ideia que ela tenha e, às vezes, de uma forma muito ingênua.

Quando a gente vai para a construção da narrativa do que a gente publica na web, do resultado da nossa verificação, o que a gente tem tentado fazer é convidar as pessoas para seguirem aquele mesmo caminho e oferecer para as pessoas todos os elementos para que ela também possa experimentar a verificação que a gente fez. Isso é importante porque a gente tem uma crise de confiança no jornalismo. É importante que as pessoas entendam que o processo de investigação, a metodologia de investigação do jornalismo segue um determinado rigor e é importante que elas entendam por que aquilo é importante.

Então, seguir, oferecer para as pessoas esse mesmo caminho da verificação, fazer com que elas acessem todas as trocas de e-mails que a gente teve, que elas possam utilizar uma ferramenta que a gente utilizou, desde que esteja disponível para essas pessoas – e muitas delas estão, muitas delas são gratuitas, estão disponíveis na web –, isso é importante porque as





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

peessoas veem onde está um pouco da malícia daquela informação que acabou circulando, começam a entender um pouco qual é o mecanismo que está por trás disso. Elas veem com os próprios olhos aquilo que a gente conseguiu concluir.

E a gente fecha sempre a verificação com a repercussão nas redes para mostrar: "Olha, a gente só fez essa verificação, o que nos levou a fazer a verificação desse conteúdo foi a grande viralização que ele teve". A gente tem hoje algumas ferramentas que nos possibilitam vislumbrar por algumas horas aonde vai chegar essa viralização. A partir de alguns algoritmos, vendo quais são as contas, quais são os perfis que estão envolvidos nessa divulgação, entender um pouco até aonde ela vai.

O Comprova encerrou com as eleições do segundo turno. A gente acabou fazendo no passado uma coalizão ampliada com vários outros veículos que não fazem parte do Comprova. Estava o E-farsas, estava o boatos.org, estava Lupa, Aos Fatos, Fato ou Fake da Globo... Vários outros e a gente fez verificação de 50 conteúdos duvidosos em 48 horas no último final de semana das eleições. Acho que a gente contribuiu bastante para minimizar um pouco os efeitos dos boatos naquele momento.

O Comprova voltou esse ano para fazer a verificação de conteúdos duvidosos sobre políticas públicas do Governo Federal. Foi uma forma de a gente continuar atuando, porque ele tem um efeito muito educativo nas redações. A transparência e essa coisa de tentar buscar informação e cercar a informação a todo pano para que a gente não cometa erros é muito importante e a gente consegue levar isso para dentro das redações. E a gente está trabalhando, vamos trabalhar até 15 de dezembro, continuando nesse trabalho, porque a gente identificou que a polarização continuava. E ela continua mesmo, a gente tem boatos que estão no mesmo patamar do ano passado, mas com um número que nos parece ser muito maior de desinformação que circula neste momento nas redes.

Então, aquilo que está no nosso escopo tem o mesmo patamar...

(Soa a campanha.)

O SR. SÉRGIO BOECK LÜDTKE – ... mas nos parece que existe muito mais informação circulando agora até do que nas eleições.

Encero. Depois volto se vocês tiverem alguma dúvida. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Concedo a palavra, por 15 minutos, ao Sr. Gilmar Henrique Lopes, representante do portal E-farsas, para sua exposição.

O SR. GILMAR HENRIQUE LOPES (Para expor.) – Boa tarde. É o Gilmar Lopes aqui, não é o Gilmar Mendes.

Muito obrigado pelo convite.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Isso aqui é um trecho da minha palestra que eu faço já tem um tempo. Eu fiz no mês passado, na USP, e ela é muito maior do que isso. Eu peguei só alguns pontos aqui para mostrar para vocês.

Para quem não me conhece, o meu nome é Gilmar Lopes, eu sou analista de sistemas, eu não sou jornalista.

Eu trabalho há 25 anos já com informática e eu trabalho com softwares de mineração de dados e eu desenvolvo um software para uma rede de supermercados em São Paulo.

O site E-farsas foi criado no dia 1º de abril de 2002, está há 17 anos no ar. Então, de todas as agências aqui eu sou o mais velho – acho que de idade também sou o mais velho. E eu também participo de um quadro dentro do programa Você é Curioso?, na Rádio Bandeirantes. O quadro chama Verdadeiro ou Farsa, onde o ouvinte manda uma pergunta de alguma coisa que circulou na internet naquela semana e eu explico se é verdade ou se é mentira.

Eu também sou parceiro do Portal R7 e co-apresento o Fake em Nós com o Pirula, um biólogo muito conhecido no YouTube, lá no UOL.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP. Fora do microfone.) – Quem fez esse ranking do quarto lugar?

O SR. GILMAR HENRIQUE LOPES – Volta lá. Do quarto melhor do mundo? A Deutsche Welle, que é uma agência de notícias alemã. Ela fez uma eleição no mundo inteiro dos sites que falam língua portuguesa. O E-farsas ficou em quarto lugar, perdeu para o Jovem Nerd, para o Cardoso e mais outro site que agora não lembro. O meu ficou em quarto lugar nessa votação.

E a ideia do E-farsas é de usar a própria internet como ferramenta para desmentir ou para confirmar as histórias que circulam nela, até para mostrar que qualquer um pode fazer isso. Eu era pedreiro quando comecei a fazer isso. Então, para mostrar que qualquer um com acesso à internet consegue fazer isso, tá?

O site não tem investidores. Então, quando a gente faz uma postagem lá sobre determinado político, vem sempre um que escreve lá: "Você está sendo financiado por esse político". Ou quando a gente fala sobre uma notícia que circulou sobre um remédio que cura todos os cânceres... Olha que perigo, a pessoa deixa de fazer o tratamento convencional para ficar se tratando com esses chazinhos que não resolvem nada. E aí a gente é acusado de ser financiado pela indústria farmacêutica, porque a indústria está ganhando. Mentira, a gente não ganha quase nada com o site, a gente ganha uma merrequinha lá com o AdSense. A hospedagem do site é fornecida pelo Portal R7. Então, o maior gasto, o maior custo que a gente teria com o site é fornecido pelo Portal R7. Eu tenho um colaborador lá, que começou comigo agora, em 2019, que é o Marco Faustino, um jornalista de verdade. Ele faz uma pesquisa bem





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

extensa, ele faz uns textos bem grandes. A gente até corta um pouquinho as asinhas dele porque ele escreve demais. Um abraço, Marco!

O que mais?

Pode pôr no próximo aqui, por favor.

Isso e o que eu falo nas minhas palestras. Fake news, o termo fake news, apesar de estar sendo cunhado um termo recente, já está no dicionário inglês, há 130 anos existe esse termo fake news. Mas, por causa do Trump, acabou sendo cunhado esse termo de fake news. Mas geralmente está sendo usado assim: quando uma notícia é contra mim e eu não gosto eu chamo de fake news. Então, com isso que a gente tem que tomar muito cuidado quando a gente começar a classificar as coisas como fake news, porque às vezes pode ser apenas e tão somente uma notícia falsa contra você ou uma notícia verdadeira contra você e você não gostou.

Geralmente, ela pede para ser repassada. Então, você vai receber uma corrente no WhatsApp dizendo assim: "Gente, vamos repassar para o número de pessoas. Todo mundo tem que saber disso".

É confusa e é cheia de contradições. Então o texto começa assim: "Foi descoberto essa semana que o chá de graviola cura câncer". E no mesmo texto embaixo está dizendo: "Isso já é sabido pela cultura chinesa há mais de mil anos", então, o próprio texto está se contradizendo.

Cita nomes de pessoas importantes para dar mais credibilidade. Eu começo a minha palestra citando a "cenolobra", que seria uma entidade que cuida dos nomes das localizações brasileiras. Não existe, mas eu falo isso para tentar enganar o público falando: "Gente, vocês sabem qual é a origem da palavra São Paulo?" Aí, eu invento uma história qualquer lá, mas eu coloco a "cenolobra" no meio para enganar as pessoas. As pessoas falam: "Ah, a 'cenolobra' falou que existe essa história. Então é verdade". Então, gente, tem que tomar muito cuidado.

Um exemplo é exatamente o leite de alpiste que cura diabetes. Olha só que perigo! Eu nem sabia que o alpiste dava leite, mas, enfim...

A corrente que circulou nos anos anteriores era de que esse leite estaria sendo estudado pela Universidade do México e que tinha todas as propriedades de curar as pessoas do diabetes. E a pessoa acaba deixando de fazer o tratamento para ficar tomando esse chazinho.

A primeira coisa que a gente faz é procurar lá nessa universidade. Não tem o nome da pessoa que estaria envolvida com a pesquisa e tampouco a pesquisa existe. Eles usam isso para validar ainda mais a sua história.

E geralmente não sabe a autoria. Em alguns casos, a gente acaba descobrindo quem foi o primeiro site que publicou aquilo, quem foi o primeiro perfil no Twitter que publicou aquilo. Mas, em grande parte, a gente acaba não descobrindo. A gente encontra alguns sites que replicaram





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aquela notícia e a gente presume que aquele seria o primeiro, mas pode ser que ele apenas tenha copiado de outra pessoa.

Próximo.

Apela para o lado emocional. Então, geralmente, quando acontece uma coisa que teve uma grande repercussão... Como, por exemplo, há poucos dias circulou um vídeo de um cara, um sujeito batendo numa criança, colocaram isso no WhatsApp. Eles disseram assim: "Vamos repassar para o maior número de pessoas até chegar nas autoridades, que esse cara tem que ser preso". O caso tinha acontecido na Arábia Saudita, o rapaz já tinha sido preso e mesmo assim continuaram circulando esse vídeo do pai batendo na criança.

Na semana seguinte, no dia seguinte começaram a espalhar que esse sujeito já tinha sido preso e que tinha apanhado na cadeia. Quer dizer, eles estavam usando já da emoção do leitor para conseguir compartilhar aquilo ali.

Possui o tom alarmista e conspiratório. Aquele: "Olha, gente, só a gente que sabe, hein? Só a gente que está aqui nesse grupo sabe, hein? Vamos compartilhar antes que tirem do ar", sabe, essas coisas.

E cita nomes de cargos que não existem, que é aquele caso que eu falei para vocês da universidade.

Um exemplo de fake news que circulou na época das eleições. Essa pessoa terrível ao lado do Hitler... Não, desculpa, gente, brincadeira. A Dilma pequena do lado do Hitler. É uma montagem, gente, porque o Hitler morreu em 45 e a Dilma nasceu em 47. Tem a foto original aqui, na próxima tela. Olha lá, a foto original é essa do meio, tá? E a Dilma ali. A gente pode ver que ela era bonitinha desde pequena.

Próxima foto, só para gente mostrar aqui. Isso aqui também circulou na época de eleição, até para mostrar que o E-farsas não faz checagem só de um lado e também que não existem só dois lados, há vários lados. A gente também desmentiu essa, que seria o filho do Bolsonaro com uma camiseta dizendo... Xenofóbica, falando que os nordestinos deviam ir embora e tal... A foto original é essa aí, ele com o número 20 ali. Isso circulou muito na época das eleições.

Próximo.

Isso é o exemplo dos perigos da fake news, até que o meu colega ali, o Edgard falou. Foi em 2014, que essa moça aí, esse retrato falado seria de uma mulher que estaria fazendo magia negra com criança. Olha só, a gente está em pleno século XXI e as pessoas acreditam nisso. E aí, uma moça estava andando na rua e acabaram achando que ela parecia com essa moça e a lincharam. Acho que a próxima foto você pode até pular – pode pular –, que ela está machucada. Isso.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. GILMAR HENRIQUE LOPES – Ela morreu, ela morreu. E cinco dessas pessoas aí que participaram desse linchamento foram presas, as outras estão ainda livres por aí.

Essa é a fanpage que publicou a notícia. Depois ela fez o desmentido, mas aí eu acho que já era meio tarde.

E aqui é um exemplo que circulou há poucos dias de um site que foi criado recentemente para disseminar fake news. Então era assim... Quando os assessores do PT ganharam na Mega-Sena surgiu essa história dizendo que o assessor do PT tinha comprado um carro de luxo antes de saber que tinha ganhado na Mega-Sena.

Dá para passar para a próxima?

Isso foi o que circulou no WhatsApp. Então, ele teria comprado um carro de 650 mil – que, na verdade, é muito mais do que isso – três dias antes de saber que ele ia ganhar na Mega-Sena.

Pode pôr no próximo aqui.

Se a gente entrar em qualquer site de Whois – se inscreve lá Whois e o endereço do site – ele mostra quando que o site foi criado... Que foi criado lá em 30 de julho de 2019 e todos os dados estão bloqueados lá. Se é um site de notícia, deveria ter os dados ali abertos para que qualquer um pudesse entrar em contato. Mas, não, está tudo bloqueado.

E as notícias do site, olha lá, são todas as notícias genéricas. O site foi criado há um mês, o dono do site... Eu não sei, essa rede de sites aí... Até o Aos Fatos ou Comprova descobriu que isso é uma rede de sites que usa o mesmo AdSense para todos os sites.

Tem várias notícias genéricas e, no meio dessas genéricas, uma falando do PT, que teve milhares e milhares de compartilhamentos.

Onde que a gente pesquisa?

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP. Fora do microfone.) – Nem quando ganha na loteria...

O SR. GILMAR HENRIQUE LOPES – Nem eles têm sossego.

A gente pesquisa basicamente... O E-farsas basicamente o inicial, que são sites de buscas. A gente também faz busca reversa de imagens. Eu não vou conseguir mostrar para vocês, mas vocês podem entrar no site TinEye ou Google Images, jogar a imagem lá e ele mostra as imagens mais antigas referentes àquela, iguais àquela ou as mais modificadas. A gente consegue até ter um panorama de onde surgiu aquela imagem, se ela é montagem ou não.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Software de edição. No caso, a gente pode usar até um software gratuito. Na minha palestra eu mostro uma foto de uma moça com um zíper na boca. Através do software de edição, a gente deixa a imagem um pouquinho mais clara e vê que tem uma montagem nela.

Tradutor on-line. Agora está muito fácil, porque a gente tem aí nos nossos navegadores os tradutores que fazem tradução até boa.

A Wikipedia. Muita gente não gosta muito da Wikipedia, porque diz que é bagunça, e tal. Mas a Wikipedia tem uma equipe que cuida de todas as alterações que são feitas lá na Wikipédia e também tem embaixo a bibliografia de onde foram tiradas aquelas informações.

E há o Google Books ali. Então, até na universidade, na faculdade, nas escolas onde dou minha palestra, eu explico para os alunos que se eles quiserem fazer um trabalho usando a Wikipedia, eles podem. O que eles fazem? Eles entram lá, querem falar sobre cavalo. Então, eles fazem uma busca lá sobre o verbete cavalo e aí embaixo tem toda a bibliografia de onde foram tirados aqueles dados para colocar na Wikipédia. Você pode entrar no Google Books, de graça, não dá para copiar... Aí, eu falo: "Ah, alunos, que pena, não dá para copiar". Mas você pode colocar no seu trabalho o que você olhou nos livros que foram referenciados na Wikipédia.

O YouTube. A gente faz parte de um selo chamado Science Vlogs Brasil, que contempla vários sites que têm esse selo que falam de ciência. Tudo que é falado lá a gente pode confiar... Nem sempre, porque o legal da ciência é que ela pode sempre ser verificada, checada e novas informações chegam. Mas esse selo só, esse vlog garante que esses grupos de sites e de canais – inclusive E-farsas está no meio – têm um conteúdo que pode ser levado a sério.

Fórums. Pouca gente usa fóruns hoje em dia, mas ainda há muita coisa que a gente pode pesquisar lá. Há poucos dias eu publiquei lá no site um vídeo de um cara se afogando dentro da areia movediça. Aí, eu descobri que há um fórum de gente especializada nisso. Eles filmam se afogando na areia movediça e depois eles saem. Porque dá para você sair, não é igual ao filme, em que você cai na areia movediça... Enfim.

Também, por último ali, bom senso. Deve ter bom senso para poder separar o que é verdade e o que não é.

Há mais alguma coisa para frente?

Esses são os dois sites de que eu falei: o TinEye.com e o Google Images, onde você pode jogar as imagens.

Acho que aí acaba.

Eu queria só pontuar duas coisas para vocês, rapidamente. Ontem, o Sr. Allan, do Terça Livre, falou algumas inverdades aqui para vocês. Não sei se vocês sabem, mas ele mostrou aqui algumas notícias para vocês e muitas dessas não eram verdadeiras, eram inverídicas. Ele disse





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aqui que as agências de checagem o estão perseguindo, mas, se ele falar a verdade, ninguém vai persegui-lo.

Ele falou ontem que o Brasil estava com um acordo com Cuba para troca de armas nucleares e ele mostrou aqui uma reportagem da Veja. Hoje de manhã eu publiquei lá no site... Eu entrei no site da Veja e vi que essa reportagem, na verdade, está falando de Coreia do Sul e Cuba. Não tem nada a ver com o Brasil...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. GILMAR HENRIQUE LOPES – Coreia do Norte, não é? Eu não sei de onde ele tirou essa informação, mas, como ele jogou para vocês, eu lembrei dessa história e quis falar para vocês.

Outro caso interessante que eu queria falar para vocês também – até o Edgard falou – é até aonde a gente pode ir com essa questão de correr atrás de fake news sem esbarrar na censura ou na liberdade de imprensa, na liberdade de opinião. Há poucos dias, no ano passado, para ser mais sincero, um jornal de Passo Fundo publicou uma notícia dizendo assim: "O pessoal se calou depois que descobriu que o assassino da Marielle Franco é um assassino comum". Aí, a primeira coisa que eu fiz foi procurar no site do pessoal e vi que o pessoal não se calou. O pessoal está falando até hoje sobre isso, é um assunto que não sai da pauta do pessoal. Outra coisa: os assassinos da Marielle não são assassinos comuns. Ainda se está verificando; então, o assunto não está fechado.

Eu disse na matéria que essa pessoa que publicou essa notícia como forma de opinião – ele escreveu opinião ali em cima só para se valer, dizendo que aquilo era uma opinião, mas, na verdade, era uma notícia que estava publicando – estava errada, que a notícia estava errada, estava falsa. Depois eu coloquei lá embaixo que ela não estava falsa, ela estava equivocada. Como ela colocou uma label que ela era de opinião, ela tem a opinião dela. Acontece que a publicação dela nesse site teve dois milhões de visualizações – inclusive no dia seguinte eles fizeram outra publicação se vangloriando dessa postagem que teve dois milhões de visualizações –, e o nosso desmentido teve só 15 mil visualizações. E mesmo assim eu estou sendo processado por esse jornal, por desmentir uma coisa que eles falaram e que é inverídica.

Então, a gente tem de tomar muito cuidado. A gente tem uma linha muito tênue para decidir o que é fake news e também sem esbarrar na censura.

Gente, muito obrigado. Espero que vocês visitem o E-farsas.com. Qualquer coisa podem perguntar que eu vou tentar não – como ele falou ontem? – tergiversar.

Obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Acho que foram de grande valia as quatro apresentações.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu estava aqui pensando que realmente é nisso que nós temos de trabalhar, é nesse combate. Acho que até então essas quatro plataformas de checagem que estão aqui, sem política, sem disputa, repito, eleitoral, vieram aqui para dar realmente uma explicação do que é a internet, vamos dizer, clandestina, principalmente quando se usam perfis falsos.

Vou passar a palavra agora para a nossa Relatora, Deputada Lídice da Mata.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA) – Boa tarde...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Um minutinho só.

Eu queria parabenizar inclusive o Deputado Dr. Leonardo, que foi o responsável por esses quatro requerimentos de convite para essas plataformas.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Como Relatora.) – Boa tarde a todos os Parlamentares, presentes, assessores, todos os amigos e pessoas que nos acompanham no Brasil inteiro pelas mídias sociais no nosso trabalho na Câmara e no Senado.

Também parabenizo o Dr. Leonardo por essas propostas, que vieram na direção daquilo que a gente busca desde o início caracterizar no trabalho desta CPMI; a Dra. Adriele destacando também as dificuldades no campo do Direito; e as agências de checagem, que se tivessem sido usadas no seu caso, Deputado Russomanno, nós poderíamos ter evitado muita coisa.

Eu queria fazer algumas perguntas também nessa direção do que vocês nos mostraram.

Um dos grandes desafios técnicos no monitoramento da produção e no monitoramento da produção de fake news é a utilização de mecanismo de mascaramento de IP e de VPNs e de outros artifícios que dificultam a identificação dos autores. Os senhores poderiam discorrer mais sobre as características desses mecanismos?

Existem formas de combater esse tipo de prática de anonimidade de usuários?

Eu faço perguntas para os três e também à senhora, se também se interessar pelo tema.

Quais são as principais técnicas utilizadas para a disseminação manipulada de conteúdos na internet?

Existem formas de artificialmente viralizar conteúdos?

Existem tecnologias capazes de rastrear, com confiabilidade, a utilização de bots ou botnets em redes sociais na internet?

Já foram identificados botnets ou outros tipos de redes de bots no Brasil utilizados com o fim de disseminar fake news?





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nas eleições de 2018, houve algum indício de ampliação do uso de bots ou de botnets especialmente ligadas a campanhas eleitorais?

Existem mecanismos confiáveis para, em caso de disseminação de boatos na internet, identificar a origem da primeira mensagem compartilhada?

Em relação a fake news, os casos analisados até agora por esta CPMI parecem seguir uma receita pré-determinada tanto para elaboração do seu conteúdo quanto para sua propagação. Vocês inclusive já identificaram as características desse tipo de notícia. Existem de fato técnicas estabelecidas para manipulação e disseminação de conteúdos de desinformação? Se sim, como são essas técnicas?

Vocês falaram, em parte, muito disso, da caracterização do tipo de mensagem.

Em depoimento a essa CPMI – o Sr. Gilmar já tratou aqui –, ontem o Sr. Allan dos Santos, do Terça Livre, afirmou que as empresas de checagem são financiadas por empresas internacionais muitas vezes e por empresários bilionários, como George Soros, bem como que são alinhados à grande mídia. Qual a opinião de vocês sobre isso?

Aliás, a grande mídia é um sujeito. Toda a mídia... Essa é uma avaliação importante, porque ela diz respeito à credibilidade dessas empresas e do funcionamento das empresas de checagem.

Quais sites, perfis em redes sociais, empresas, pessoas, vocês podem identificar como sendo os maiores disseminadores de fake news no Brasil?

Qual a metodologia para averiguar se uma informação que circulou na internet é falsa? – disso vocês já falaram longamente.

Existe algum tipo de vezo ideológico ou político na atividade que os senhores exercem durante a averiguação de notícias?

Por enquanto é isso. Temos outros companheiros para falar e, se for necessário, eu volto.

A SRA. ADRIELE BRITTO – Se me permite, Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Vamos começar com a primeira palestrante.

A SRA. ADRIELE BRITTO (Para expor.) – Muito obrigada.

Vou me ater apenas à primeira pergunta da Relatora, sobre o mascaramento de IPs.

No caso, o que eu poderia falar para contribuir com o debate é o seguinte: que o registro de acesso a conexões dos aplicativos de internet, de acordo com o nosso art. 15 do Marco Civil da Internet, no §3º também, determina a guarda desses dados por até seis meses, ou seja, todo





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

e qualquer aplicativo ou toda e qualquer aplicação da internet que tiver um fim econômico deve guardar esses dados de seis meses para trás. Em qualquer investigação criminal em que seja necessário acessar esses dados, ou seja, os metadados, reconhecidamente havendo a sua necessidade e a sua serventia dentro das investigações criminais, as plataformas têm prontamente disponibilizado, as grandes plataformas... Assim como Deputada falou das grandes mídias, existem as grandes plataformas também. Então, em razão disso, não se tem notícia de que não há entrega desses registros de metadados.

Eu gostaria apenas de contribuir com isso.

Mais um ponto que seria interessante para que haja a cooperação jurídica internacional é que há a Convenção de Budapeste – creio que ela já tenha sido aventada aqui nas demais reuniões –, de que o Brasil não é signatário. Porém, de acordo com o Cloud Act, que foi uma nova legislação americana emendada àquela que foi por mim mencionada anteriormente, o Stored Communications Act, dispensa-se a assinatura, caso o país que pretenda fazer parte desse Cloud Act tenha legislações específicas que respeitem a privacidade dos seus usuários. E o Brasil configura essa posição. Então, não haveria, digamos, um empecilho de ordem maior para que o Brasil pudesse estabelecer um acordo executivo com os Estados Unidos, principalmente porque já foi feito esse acordo com o Reino Unido. Já foram abertas as portas para que o Brasil pudesse trilhar e seguir adiante nessa cooperação jurídica internacional.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Como Relatora.) – Não tenho dúvida, no entanto, nós não temos ainda a Autoridade Nacional de Proteção de Dados Implantada.

A SRA. ADRIELE BRITTO – Exatamente, perfeito.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Como Relatora.) – Deve ser uma solicitação e reivindicação desta CPMI.

A SRA. ADRIELE BRITTO – No caso, o Ministério da Justiça já seria representante bastante. Atualmente, é através dele que é feito todo e qualquer pedido de cooperação jurídica internacional, através do seu Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP. Fora do microfone.) – Esse mecanismo foi burlado no caso da Lava Jato. A obtenção de dados na Suíça foi feita por fora. Não passou por isso.

A SRA. ADRIELE BRITTO – Pois é. Justamente, não é, Deputado? Ou seja, o devido processo legal, no caso, é o que deve ser observado, sem me ater aqui ao caso específico de A ou B.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Sr. Edgard.

O SR. EDGARD MATSUKI (Para expor.) – Eu vou pular essa questão do IP e VPN.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Falando do anonimato na internet à Sra. Deputada, existem dois pontos que nós deveríamos destacar – na verdade, dois caminhos. Visto que a grande maioria das notícias falsas surgem em aplicativos de mensagem que são criptografados, como o WhatsApp, eu vejo uma certa dificuldade em identificar quem foi o emissor zero de uma mensagem.

Como opinião pessoal, acho, acredito que qualquer tipo de medida que venha a quebrar esse anonimato ou essa privacidade que os usuários têm nos aplicativos de mensagem tende a acarretar dois problemas. O primeiro é a fuga em massa do aplicativo, porque as pessoas não vão querer que as mensagens pessoais delas sejam acessadas; o segundo é o cerceamento de privacidade das pessoas.

Por outro lado, existem alguns sites que, de fato, criam notícias falsas, e há alguns sites que ajudam no compartilhamento dessas notícias falsas, só que eles conseguem manter o anonimato, como eu falei aqui com a Dra. Adriele, por meio de registros de domínio e de hospedagem no exterior. Nesse sentido, acredito que nós podemos tentar algum caminho para identificação das pessoas que fazem esses registros, porque, além de estar compartilhando a notícia falsa, eles estão, de fato, obtendo algum tipo de vantagem econômica ou mesmo política com esses sites.

Em relação à técnica de manipulação, é importante citar que a maioria dos boatos na internet se aproveitam da própria pauta do debate público que está sendo feito na internet no momento. De fato, eles entram na esteira desse debate público e, claro, inventam uma notícia com as características que eu citei na apresentação. O texto em si, de certa forma, é uma técnica. Criar um boato extremamente alarmista e com pedido de compartilhamento ajuda que ele se espalhe de uma forma mais rápida.

Além disso, é claro que existem técnicas artificiais, mas são difíceis de identificar. Existem algumas características de perfis no Twitter sobre os quais alguns serviços se debruçam, como identificar certos endereços no Twitter que foram criados, por exemplo, e automaticamente ou usuários com pequeno número de seguidores, mas particularmente eu não vi nada extremamente exato, no sentido de identificar um bot enquanto esse bot está ajudando, por exemplo, um assunto a ser um dos mais comentados do dia em uma rede social como o Twitter, o que é algo que, de certa forma... Uma vez que muita gente se utiliza de redes sociais para se informar, a partir do momento em que um tópico está entre os trending topics do Twitter, pode ser que a pessoa, de fato, seja levada a acreditar que aquele assunto é o mais importante ou que está sendo muito debatido.

Com relação às eleições de 2018, eu não posso falar exatamente de casos isolados de bots que nós identificamos, porém é fato que, assim como o Comprova, nós recebemos muitas mensagens por dia. Eu não trouxe hoje, mas eu tenho quatro telefones celulares, com quatro números em que eu recebo sugestões. Na época das eleições, o Boato.org recebia cerca de mil mensagens por dia nos quatro números. A gente não dava conta nem de ler tudo. Claro que era





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

o assunto do momento, mas o volume de mensagens que a gente recebia no WhatsApp foi atípico naquela época.

Sobre os mecanismos de identificar já falei na apresentação e sobre técnicas de manipulação também.

Sobre as agências de checagem serem – corrija-me se eu estiver errado – "aliadas da grande mídia e financiados por grupos internacionais"... É isso que foi a acusação?

Na verdade, posso falar pelo...

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Como Relatora.) – Além de especificamente o George Soros.

O SR. EDGARD MATSUKI – Ah, está bem! Ótimo.

O SR. GILMAR HENRIQUE LOPES (Para expor.) – Eu estou esperando a minha parte, porque não recebi nada até hoje. Estou há 17 anos com esse site e não ganhei nada ainda.

O SR. EDGARD MATSUKI (Para expor.) – Talvez, o senhor que fez essa colocação queira dizer que os sites mantêm a publicidade de empresas como o Google, mas eu não acredito que isso seja exclusividade dos sites de checagem. Creio que, inclusive, alguns sites que publicam notícias falsas também fazem isso.

Sobre sermos aliados da grande mídia, o primeiro ponto é que não se pode fazer a demonização, da forma que está havendo, da grande mídia. Como eu disse: o jornalismo pode errar? Pode. Mas ele segue uma metodologia. A partir do momento em que há uma metodologia fechada para se fazer apuração de conteúdo, você pode apontar: fiz isso, isso e isso. Se a informação não for correta, eu vou lá e me corrijo – isso, inclusive, faz parte da metodologia. Essa demonização da grande mídia é, inclusive, uma estratégia de retórica de muitas pessoas que buscam alcançar um espaço na internet, inclusive com informações que não são das mais exatas.

Já tive muitas propostas de muitos veículos para fazer uma parceria de uma forma mais incisiva, mas eu não achei interessante para o projeto que é o Boatos.org, que é uma iniciativa mais pessoal, que, apesar do alcance, é um projeto pequeno. Eu quero fazer um crescimento mais sustentável. Mas, de fato, nós mantemos parcerias pontuais com alguns portais que publicam nossas informações, mas não creio que isso possa prejudicar nossa isenção.

Sobre o viés ideológico, é importante citar que não existe neutralidade. Todo mundo tem uma visão de mundo, mas é importante, na hora da publicação de um conteúdo, você não levar em conta essa visão de mundo. Hoje, há muito na internet o jornalismo ativista, e, como eu falei, muitos desses artigos ativistas estão conseguindo emplacar como mais vistos ou vistos primeiro em algumas plataformas, mas eu, particularmente, sou contrário a isso. Mesmo que eu tenha





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

algum tipo de visão de mundo, na hora em que estou fazendo a checagem da informação, eu preciso me eximir dessa visão e lidar com dados objetivos.

Eu anotei aqui: sites e perfis de empresas que compartilhariam fake news. É uma tarefa árdua identificar quem criou uma fake news. Na maioria absoluta das vezes, nós preferimos nos eximir e não colocar essa informação, por não termos certeza absoluta em relação a quem criou a fake news, mas, em alguns momentos, é possível não só averiguar quem a criou, mas, principalmente, o que eu chamei na minha apresentação de vetor – a pessoa que fez, de fato, uma corrente que não teria tanto alcance se ganhasse repercussão.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Sr. Sérgio.

O SR. SÉRGIO BOECK LÜDTKE (Para expor.) – Quanto às principais técnicas para disseminação, acho que a primeira coisa que se tem que pensar é que a mentira é muito mais sexy que a verdade. É muito mais fácil construir um conteúdo falso, porque ele está limitado somente pela imaginação das pessoas. Eu posso me utilizar de qualquer elemento que esteja ao meu alcance, na minha imaginação, para produzir algo que seja enganoso, que seja falso, enquanto a verdade está muito circunscrita aos fatos.

Na medida em que um texto de verificação, de checagem, traz esses fatos, precisa mostrar os fatos para as pessoas, a gente começa a caminhar em um campo que é muito objetivo. Então, é muito difícil, mesmo que as pessoas envolvidas tenham algum viés ideológico, que isso apareça tão fortemente numa verificação.

No caso do Comprova, isso é ainda mais difícil, porque ali nada passa por menos de dez pessoas, nada passa pelo crivo de menos de dez pessoas, e essas pessoas estão em Fortaleza, como estão em Porto Alegre, como estão em Florianópolis, em São Paulo, aqui em Brasília. São pessoas diferentes, que não se conhecem assim tão bem, e que fazem parte desse crivo. Então, nós nunca tivemos problemas com isso, de alguém apontar algo que tivesse desviado da objetividade da verificação.

Quanto a outras técnicas utilizadas para a disseminação, eu vejo alguns caminhos. Um deles é a simplificação. Simplifica-se o máximo possível um vídeo, uma imagem, para que seja mais difícil fazer a verificação e as pessoas identificarem a fonte original mais facilmente ou chegar à verdade. E, às vezes, esse sugestionamento que se dá com a simplificação, com a pouca informação que se oferece na peça, já é suficiente para convencer as pessoas. Nós somos muito mais suscetíveis a acreditar em histórias que, de alguma forma, se alinham àquilo que a gente já pensa. Então, toda vez que eu sugestiono, que eu simplifico algo ou que eu carrego de interpretação, eu posso direcionar as coisas para outro lado e, assim, estou encontrando um campo fértil, porque existe um número de pessoas, existe um grupo de pessoas que vai acreditar nisso. Muitas vezes, eu apelo para o lado emocional, para o medo, e eu faço com que essas





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pessoas se motivem a compartilhar aquilo, porque elas estão com medo de que algo venha a acontecer.

Em outro sentido, a gente vê coisas que são muito sofisticadas. No ano passado, eu me lembro aqui de um vídeo que foi feito – eu me lembrei disso porque falaram no Soros –, tentando vincular o João Amoêdo, candidato a Presidente pelo Novo, ao Foro de São Paulo e ao George Soros. Era uma construção narrativa em que praticamente todas as peças eram verdadeiras. Algumas delas foram tiradas de contexto. Junta-se uma informação com outra que não faz tanto sentido, mas dá, no final, um sentido, e quem quisesse acreditar naquilo acreditaria com muita facilidade, porque identificaria vários elementos naquela narrativa que eram verdadeiros. Então, eu chego, no final, a uma coisa que é completamente falsa, que é completamente enganosa, construída quase só com elementos verdadeiros. Então, essa é uma outra forma de fazer isso.

Eu acho que, hoje, o que a gente tem de mais problemas são esses conteúdos sobre os quais as pessoas não necessariamente conseguem fazer uma conclusão, mas que sugestionam, que levam para uma visão, utilizando informações verdadeiras, mas levando para outro caminho, levando para outra interpretação. Acho que esse é um dos principais problemas. E a gente bate com isso todos os dias, e não consegue fazer a confirmação daquilo. Por mais que se comece a fazer uma investigação, é muito difícil de ela ser conclusiva, e, se não for conclusiva, a gente não consegue publicar.

Existem tecnologias capazes de rastrear? Existem algumas. Nós não as utilizamos. A gente não faz rastreamento; o que a gente tenta fazer, como eu disse, é chegar à fonte original.

Aí já vou responder a outra questão aqui sobre financiamento.

A gente recebe no Comprova financiamento do Google e do Facebook Journalism Project. Esse dinheiro é importante para a gente, porque a gente faz quase uma escola ali.

Vou dar um exemplo para vocês: há algumas semanas, circulou um vídeo de um avião, um Boeing, jogando água, e havia algumas pessoas – talvez, vocês tenham visto isso –, e a legenda dizia que era um avião israelense que estava ajudando o Brasil a apagar os fogos na Amazônia. Praticamente todas as agências de checagem conseguiram fazer a checagem daquilo e provaram que não, que aquilo ali tinha sido feito na Bolívia, que não tinha nada a ver com o Brasil, que o Governo da Bolívia tinha contratado esse avião. O que que a gente fez no Comprova? E a gente só fez isso porque a gente teve recurso e capacidade de verificação. A gente conseguiu falar com essa senhora que estava ajudando, na Bolívia, a apagar o incêndio. Não contente em falar com ela e em ter encontrado o vídeo – o vídeo dela foi o mais remoto que a gente encontrou na web –, a gente pediu para ela nos mandar os dados e metadados, que são a identificação de geolocalização e horário em que foi gravado, do celular dela. Ela não conseguia fazer isso, porque não sabia, mas a gente a orientou, e ela gravou com o celular do marido e mostrou isso para gente.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Bom, aí poderíamos nos dar por satisfeitos: "Realmente foi ela que fez o vídeo". Não. A gente foi falar com o presidente da empresa nos Estados Unidos, pegou um software para "trackear" o caminho, o percurso que aquele avião fez, ele confirmou que era o avião dele, e a gente conseguiu confirmar, naquele horário em que ela gravou e naquela localização, o "trackeamento" do voo do avião; ele realmente passava, naquele horário, por aquele local.

Então, é quase um excesso disso, é quase uma operação padrão do jornalismo, mas a gente só consegue fazer isso com recurso, porque jornalismo é uma coisa muito cara. E o jornalismo sofre com a falta de confiança também porque não tem recursos, também porque passou a ser muito declaratório, também porque deixou de fazer muitas investigações próprias, só que esse não é um desafio só do jornalismo, é um desafio da sociedade, porque a gente está formando opinião e está tomando decisões em cima de informações que não são corretas. Então, isso é importante compartilhar aqui, dizer por que é importante para a gente receber esse tipo de recurso. Nós não o recebemos, que eu saiba, do George Soros.

Existem ações confiáveis em casos de disseminação de boatos? A gente percebe alguns grupos, alguns sites que publicam informação... Isto se viu muito nas eleições: alguns sites publicam determinada informação que é enganosa ou falsa, que pode dar uma interpretação diferente da realidade dos fatos; algumas redes, no entorno desses sites, republicam essas informações, e, ao fazerem clique nessas publicações nas redes sociais, as pessoas vão para o site, e aí se gera algum recurso, em função da publicidade que é exibida lá. Então, a gente mapeou isso. É muito fácil encontrar sites com sete, oito, dez, 15 milhões de visitas no mês, que é um número de visitas impressionante. E são sites que não são sites jornalísticos, são sites que ou criam ou reproduzem ou copiam informações e as distribuem por aí.

Quanto às técnicas para manipulação, eu acho que cada história é uma história, cada caso é uma história diferente, e eles são criados por pessoas diferentes. Seguem um pouco nessas duas linhas.

Neste ano, o que a gente está percebendo é que as pessoas já não estão mais tão preocupadas em sofisticar. A simplificação está se bastando. Então, por exemplo: eu uso, no YouTube, para um vídeo de oito minutos, uma chamada que é enganosa, a pessoa faz todo um discurso nesses oito minutos que leva para o lado enganoso, mas conta a verdade lá no final. Então, estou contando com a incapacidade que as pessoas têm de ir até o final. Quem conhece um pouco de redes sociais, quem mapeia isso, vê que, nos primeiros três segundos, a maior parte está ali. E, aí, para fazer a verificação, a gente não pode dizer que é mentiroso, porque, lá no final, ele está dizendo a verdade. Então, ele passou por um momento em que ele estava sugestionando uma coisa, e conta a verdade no final. Então, não há o que fazer com aquilo, não é? Mas as pessoas se bastam com a primeira informação. Então, acho que o sugestionamento, hoje, é a pior coisa para a gente.

Esse, da metodologia, acho que já falei... O viés ideológico...





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Acho que é importante falar aqui das agências de fact-checking – não é o que o Comprova faz –, agências como Lupa, como a Aos Fatos, como a AFP, que faz isso no Brasil, como o Estadão Verifica, que têm compromissos com a IFCN, que é um órgão que é ligado à Poynter, nos Estados Unidos, e que tem uma série de exigências para que eles recebam essa certificação. Ali há padrões de transparência que me parecem muito importantes e que o jornalismo, talvez, devesse adotar mais, que são quem financia; a garantia de que as pessoas não estão envolvidas com partidos políticos ou com agremiações que são partidárias de alguma forma; quais são as regras para se adotar erro, por exemplo, como se trabalha com erro – porque quem trabalha no jornalismo está passível de errar. Então, essas políticas todas são importantes, e acho que é uma coisa que o fact-checking faz muito bem e que poderia ser adotada por mais gente.

Havia aqui a coisa da grande mídia..

Bom, nós somos, de certa forma, parte da grande mídia, porque a gente tem o SBT, a Band, a Folha, o Estadão, veículos regionais como O Povo, como o Jornal do Commercio, como o Correio da Bahia, como o Zero Hora, como Correio do Povo, NSC... Temos também novos meios nativos digitais, como o Nexo, como o Poder360... Então, eu me sinto muito tranquilo em trabalhar com essa variedade, com essa diversidade de veículos e com a diversidade de pessoas que compõem isso. A gente está em um trabalho colaborativo, e eu acho que essa foi uma das lições que eu, pelo menos, tive com o trabalho colaborativo, tanto no ano passado como agora.

E vou dar um caso para vocês – se eu puder, rapidamente – de uma verificação que a gente estava fazendo de alguns boatos sobre a Greta, essa menina sueca que esteve na ONU. Um dia – eram 2 da manhã –, eu recebi uma mensagem de WhatsApp de um rapaz, um jornalista que faz parte do Comprova, vibrando porque ele tinha conseguido falar com a diretora da escola.

Em um dia, eram 2h da manhã, eu recebi uma mensagem de WhatsApp de um rapaz, um jornalista que faz parte do Comprova, vibrando porque ele tinha conseguido falar com a diretora da escola. Havia um boato de que a escola dela era a mais cara do mundo e tal. Às 2 da manhã, e ele festejando daquela maneira.. Eu fui ver, e ele nem fazia parte da verificação. Ele era do grupo do Comprova e nem fazia parte. Por conta dele, ele foi atrás de uma coisa que achava que não tinha sido vista ainda e estava vibrando quando conseguiu ter essa conversa com essa diretora.

Então, o que me parece é que, para os jornalistas que estão envolvidos com o Comprova – os 24 do ano passado e os quase 40 deste ano –, o propósito comum de fazer um jornalismo bem feito é muito maior do que a concorrência. Essa, para mim, foi uma das grandes lições, e acho que a colaboração é, talvez, uma das chaves para a gente enfrentar o problema da desinformação.

O SR. GILMAR HENRIQUE LOPES (Para expor.) – Só complementando aqui: é interessante que há muitas pessoas que criticam a grande mídia, não é? Mas, quando aparece





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

uma notícia que as favorece, elas usam a grande mídia como fonte. A gente viu aqui, ontem mesmo, o Allan, que usou aqui textos da Globo, textos da Veja... Ou seja: quando vai favorecê-los, eles usam; quando não, eles falam que a grande mídia é comprada e tal.

Outras coisa de que a gente estava falando aqui era dos bots, não é? Eu disponibilizei um número lá no E-farsas, para as pessoas usarem o WhatsApp e entrarem em contato com a gente, e, involuntariamente, a gente é colocado em vários grupos já, sem querer, e o que a gente tem notado é que não há interação nesses grupos. Eles mandam várias, várias notícias, e ninguém interage com ninguém. Às vezes, eu até entro lá e faço uma provocação lá dentro, para ver se alguém me xinga ou faz alguma coisa, mas não. São grupos criados para disseminar desinformação.

Bom, é isso. Essa é a contribuição que eu tenho para vocês.

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Presidente, tempo de Líder, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Pois não, Deputado Alexandre Frota.

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP. Pela Liderança.) – Muito obrigado a todos vocês da Mesa, Presidente, Relatora, a todos vocês que vieram aqui hoje a esta Comissão Especial.

Ontem, ao que nós assistimos aqui foi praticamente uma pessoa que não respondeu principalmente às minhas perguntas. Respondeu a alguns Deputados aqui, mas atacando esses Deputados, tentando tripudiar sobre a cabeça desses Deputados. Fala muito que a mídia é comprada, que a mídia é vendida, mas, na hora em que ele precisou, para se defender aqui, ele usou essa mesma mídia que ele considera que é comprada. Ele próprio levantou aí, diversas vezes, várias manchetes e reportagens.

Tivemos também o caso de fake news ao vivo aqui. Ele fez ontem fake news ao vivo aqui. Fora o desrespeito com Senadores, Senadoras, Deputados e Deputadas, que estão aqui para investigar, para perguntar, independentemente de partido. Eu entendo que esta Comissão é suprapartidária, inclusive com um poder muito grande de investigação.

Ele falou também, e eu anotei aqui ontem... Ele assumiu ontem, pela primeira vez, que ele não é jornalista, mas é jornalista, e que, quando dá as notícias, aqueles que se sentem feridos e etc. que procurem seus direitos. Foi isso que ele colocou aqui. Ele se recusou a responder às minhas perguntas...

Nós entendemos que esta Comissão aqui necessita do apoio da Polícia Federal, Presidente Angelo Coronel. Ela necessita também do Ministério Público atuando, e acredito que a Relatora Lídice da Mata já tenha conversado isso com o senhor.

E aí, ontem, eu indaguei ao Allan dos Santos se ele poderia abrir os dados daquelas pessoas do APOIA.se de que ele falou, e ele disse aqui claramente, ele disse aqui claramente –





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

está gravado – que não existe como passar as informações e os dados – CNPJ, CPF... – daqueles que estão no APOIA.se. Mentira! Ontem ele mentiu ao vivo aqui, porque nós temos, sim. Inclusive, já mandamos levantar.

Então, ele mentiu aqui ontem, ele pregou fake news aqui ontem, e eu vejo que as pessoas que defendem hoje o Presidente Jair Bolsonaro vieram aqui ontem com uma tática formada para obstruir, para xingar e, principalmente, para falar do passado de muitos aqui dentro, quando, na verdade, todos aqui têm um passado – todos. Todos aqui têm um passado. E, aí, ontem começaram a levantar uma série de passados aqui dentro, numa tentativa clara de criar uma interferência nesta reunião aqui.

E, aí, eu quero falar aqui para vocês o seguinte: ontem, uma Deputada que se encontra aqui dentro falou que o Allan dos Santos sofreu demasiadamente, quando foi publicada uma foto da frente da casa dele. Disse que ele está correndo perigo, que a Al-Qaeda quer matá-lo, a esposa e a filha, que ele vai ser sequestrado, uma série de coisas assim. E, obviamente, toda aquela rede caiu em cima apoiando: "Não, é verdade! É um absurdo terem publicado a frente...

(Soa a campanha.)

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – ... da sua casa". No entanto, há poucos meses, depois que o Allan implorou para não revelar o seu endereço, o guru deles, o faraó da Virgínia, o Olavo de Carvalho, revelou na própria conta dele o endereço do repórter Denis Burgman, da Época. E, aí, o Sr. Allan dos Santos compartilhou! Compartilhou esse tuíte do Olavo de Carvalho, aquele charlatão, aquele Herculano Quintanilha da Virgínia. Essa é a verdade! Essa é a verdade! O Allan dos Santos compartilhou uma coisa que agora, há semanas atrás, ele veio a repreender.

Peço mais um minuto, por favor.

Então, fica claro aqui que nós não podemos fazer com que esta Comissão seja palco para aqueles que vêm aqui, como ele veio ontem: divulgou diversas vezes o endereço dele, todo mundo bateu palma, aquela gente divulgando tudo... As pessoas acharam interessantíssimo. E existia, na internet, uma guerra dos apoiadores dele, querendo desmerecer e humilhar esta CPMI. Volto a dizer: eu acho que não há ninguém aqui dentro que tenha mais problema e que tenha já discutido tanto com o PT, com o PCdoB e com o PSOL do que eu. No entanto, eu vejo que as pessoas querem desqualificar isso aqui, Relatora, e não podem, porque isso aqui é de uma seriedade...

Nós já entendemos a quantidade de pessoas que sofrem com esses linchamentos virtuais, com esse apedrejamento digital: existem as gangues que se falam e que atacam, existem aqueles que acompanham as gangues, existem os publicadores, existem os replicadores, existe o orgânico... Nós sabemos disso, e ninguém pode negar! Nós sabemos que, lá dentro do Palácio, estão os três psicopatas que destroem as pessoas. Nós sabemos disso!





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Para concluir, Deputado.

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Não é nenhum tipo de... Nós não estamos aqui brincando. Isso tem que ficar claro.

Então, há as rotinas, e eu tenho aqui...

Vou terminar, mas eu tenho aqui, em mãos, uma pesquisa nossa, que a gente tem feito já há alguns meses, que são as rotinas que serão usadas nesta Comissão nos próximos que chamarem, porque eles vão falar que nós queremos censurar as tias do WhatsApp, que a CPMI é uma reação do establishment, que a CPMI quer acabar com o contraditório... Eles vão falar por que que nós não investigamos a Globo, que a principal vítima de fake news é o Bolsonaro, que a CPMI significa dinheiro público jogado fora, que já existem instrumentos para coibir abusos no uso das redes sociais... Tudo isso. Então, quero deixar claro aqui que nós não vamos passar em branco aqui; nós vamos realmente combater isso, de verdade.

É por isso que eu, mais uma vez, peço ao nobre Presidente... Sei da sua boa intenção e peço ao senhor e àqueles que puderem colaborar que a gente incorpore a Polícia Federal a esse processo. Apesar de a Polícia Federal hoje estar sendo comandada pelo Bolsonaro e de ele mexer na Polícia Federal para proteger o filho dele, o Senador Flávio Bolsonaro, de todas as maneiras, nós temos que ter a Polícia Federal ao nosso lado e temos que ter também o Ministério Público, porque, na hora em que nós quisermos entrar no Twitter e pedir o nome, o telefone e o endereço daqueles que mais atacam, nós temos que estar baseados nisso judicialmente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Eu queria informar aos senhores e às senhoras que fiz uma questão de ordem ao Presidente do Congresso Nacional a respeito do prazo de encerramento dos trabalhos da CPMI. Ele ontem deferiu o nosso requerimento, e a CPMI vai até o dia 13 de abril de 2020. Ou seja, pararemos no recesso de dezembro e não será preciso renovar: serão 180 dias úteis. A CPMI vai ter um prazo normal dela, podendo ser prorrogado, se assim for necessário.

Quanto à questão de ordem do Deputado Alexandre Frota, eu queria informar que nós solicitamos um delegado da Polícia Federal para auxiliar a CPMI, já foi solicitado, e aqui vou passar rapidamente o currículo desse delegado que deve ser disponibilizado para trabalhar conosco.

Ele é delegado federal de segunda classe especial. Tomou posse na Polícia Federal em 2003.

Foi Chefe do Serviço de Repressão à Crimes Cibernéticos da Direção da Polícia Federal, no período de 2007 a 2013; foi Coordenador-Geral Substituto de Projetos de Tecnologia da Informação da Secretaria Extraordinária para Segurança de Grandes Eventos do Ministério da





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Justiça; é professor da Academia Nacional de Polícia e foi professor convidado do curso de pós-graduação da Universidade de Brasília, da Rede Luiz Flávio Gomes, e da Universidade Mackenzie; participou da coordenação de diversas operações policiais de combate à pornografia infantil, à pirataria, aos crimes de alta tecnologia – como a Operação Conexão Holanda/Shadow e fraudes bancárias; projetos Oráculo e Tentáculos e Operação Caçada –; possui formação em Direito; foi assessor técnico indicado pela Polícia Federal para compor o grupo de trabalho na CPI da Pedofilia do Senado Federal; representou a Polícia Federal na Câmara dos Deputados e no Ministério das Relações Exteriores nas discussões de proposta legislativa sobre crimes cibernéticos e sobre o Marco Civil da Internet; representou o Brasil no grupo de especialistas em crimes cibernéticos no escritório das Nações Unidas para combate aos crimes e às drogas; foi membro do Conasp e da Encla, representando a ADPF; foi Presidente da Associação Nacional dos Delegados da Polícia Federal, de 2015 e 2017; e, atualmente, é Chefe do escritório de Gestões Estratégicas da Coordenação Geral da Polícia Fazendária e da Diretoria de Investigação e Combate ao Crime Organizado (Dicor) da Polícia Federal.

Estamos aguardando. Essa solicitação foi feita, e espero que o Delegado-Chefe da Federal disponibilize esse técnico, esse delegado, para também auxiliar aqui nas investigações da CPML.

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP. Pela ordem.) – Parabéns, Presidente! Parabéns!

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Eu queria aproveitar aqui para fazer também uma pergunta, para dar mais sequência aos nossos debates. Eu queria fazer essa pergunta aos editores do Boatos e do E-farsas.

Falaram na questão do AdSense, que é o programa de recompensa e publicidade do Google. Pelo que ficou entendido, essa é uma ferramenta poderosa de estímulos aos sites, inclusive àqueles que propagam fake news... Vocês têm notícias sobre ações do Google para mudar e tornar o AdSense mais rígido nessa questão? Se têm, é suficiente o que é feito?

O SR. HUMBERTO COSTA (PT - PE. Para questão de ordem. Fora do microfone.) – Questão de ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Questão de ordem, Senador Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (PT - PE. Para questão de ordem.) – Como, diferentemente de ontem, há muito pouca gente... Parece que aquele cidadão que veio ontem realmente é muito importante no meio desse troço aí, porque o que tinha de gente aqui, de Deputados, para defender, para vaiar os outros... E, depois, o linchamento... Eu, inclusive, estou sendo vítima desse linchamento, com coisas que foram ditas aqui. É tão engraçado, não é? Mas hoje o clima está um pouco mais tranquilo...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Tranquilidade.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. HUMBERTO COSTA (PT - PE) – Aí, a minha sugestão é que, em vez de fazermos só uma pergunta e eles responderem, a gente poderia, talvez, fazer um grupo de três perguntas, e aí eles podem responder, porque ganha-se mais tempo para todo mundo.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Tranquilo.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC. Pela ordem.) – Presidente, eu vou querer fazer perguntas específicas para um dos palestrantes...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – V. Exa. está inscrita...

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Isso, mas eu quero assegurar o meu direito de fazer de forma diferente que a do Deputado. Só para deixar claro, está bom?

Obrigada.

O SR. HUMBERTO COSTA (PT - PE) – Não, eu só pedi para fazer o bloco; depois ele responde.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Com a palavra o Sr. Edgard, a respeito da pergunta que eu fiz.

O SR. EDGARD MATSUKI – Eu não posso...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Um momentinho.

Pela ordem, Deputado Mauro.

O SR. DELEGADO ÉDER MAURO (PSD - PA. Pela ordem.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Eu pedi a palavra, Sr. Presidente, até porque eu tenho uma audiência agora em um dos Ministérios e vou ter que me ausentar, mas eu quero aqui agradecer a presença de todos os que se disponibilizaram a vir aqui e, diferentemente do Senador que ainda há pouco se posicionou, não considero vocês uns "troços", como ele falou, estabelecendo uma relação entre vocês e os que estiveram ontem aqui. Vocês são tão importantes quanto qualquer um que esteja aqui para pode falar. Então, não considero vocês troços.

E, com relação à questão do policial federal que venha a fazer para desta CPMI, eu acho também de suma importância. Eu não tenho nenhum problema com a Polícia Federal e muito menos com a Justiça, a não ser os processos a que respondo pelas questões de polícia que eu tive, mas nenhum é por corrupção. É porque me envolvi em morte de bandido, é porque invadi casa de bandido, torturas, e por aí vai; mas nenhum é por corrupção. Tudo porque eu defendi cidadãos de bem...

(Intervenção fora do microfone.)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. DELEGADO ÉDER MAURO (PSD - PA) – É, Deputada, respondo por tortura. Mas é comum bandido e familiar de bandido irem à Corregedoria denunciar policiais por tortura. Policial, sempre que faz trabalho de rua, responde por isso. Mas, se você procurar lá, verá que não há nenhum por corrupção, amiga. Nenhum.

Então, a presença de um policial federal aqui vai causar problemas e temor para muitos aqui dentro. Para muitos, mas não para mim. Eu acho que vai ser muito importante a presença do policial federal aqui.

E quero dizer que, em momento algum, acho que a CPMI seja desnecessária ou coisa parecida. A única coisa que a gente sempre questionou aqui é que ela seja imparcial e procure exatamente trabalhar em cima do objeto a que ela se propôs: fake news, seja de que lado for. Ela não pode é ser um papagaio penso – o que no Rio é pipa, na minha cidade é papagaio. Então, papagaio penso é aquele que só vai para um lado. Então, ela não pode ser de maneira nenhuma nesse sentido. Esse aqui é um trabalho sério; é uma CPMI tratando de fake news, que hoje e no passado, da eleição de 2018 para cá, tem sido um dos piores problemas que este País enfrenta. São pessoas sendo desqualificadas, sendo agredidas pelas redes sociais, por coisas que nunca fizeram ou das quais nunca participaram. Ou simplesmente aumentam as coisas que não deveriam ter sido feitas daquela maneira.

Então, eu acredito que, se esta CPMI tiver o caráter imparcial para apurar, doa a quem doer, de todos os lados, terá o nosso apoio, não tenho a menor dúvida. Se ela se desvirtuar para o papagaio penso, aí nós temos que nos posicionar, com toda certeza.

Seja bem-vindo o Sr. Delegado da Polícia Federal a este recinto.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Sr. Edgard Matsuki para a resposta.

O SR. EDGARD MATSUKI (Para expor.) – Sobre a questão do AdSense, eu não posso falar pelo Google, não sou representante do Google, mas posso falar pela minha experiência como editor.

O AdSense não é a única rede de publicidade com que nós trabalhamos; existem algumas outras empresas também. E, como administrador do Boatos.org, a gente acaba sempre fazendo testes com algumas empresas, para verificar posicionamento... São coisas mais técnicas, mas o fato é que o AdSense não é a única.

Eu tenho visto, de fato, até pelo próprio acesso à plataforma, que eles têm, sim, tirado a publicidade de sites que podem promover a desinformação – eles têm pelo menos tentado isso –, e, de fato, acredito... E aí eu não posso falar, porque eu acabei não sendo banido em nenhum artigo com isso, mas existe essa iniciativa deles de tentar banir sites que divulgam a desinformação.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agora, em relação à eficácia, eu não posso ser exato. De fato, se eu falar aqui que é eficiente ou que não é eficiente, eu poderia dar uma informação errada para vocês.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Gilmar, alguma opinião?

O SR. GILMAR HENRIQUE LOPES (Para expor.) – Algumas iniciativas a gente tem sofrido... O Google, por exemplo, agora analisa cada publicação que a gente faz. Antigamente, o Google tinha um sistema em que ele analisava o site inteiro. Então, se o site não estivesse em conformidade com as boas práticas do Google, ele tirava a monetização do site.

Agora, ele abriu para cada postagem. Então, certos tipos de publicação não são monetizadas. Por exemplo, se eu falar algumas palavras que não podem ser usadas, ele tira a monetização daquela publicação.

Mas alguns sites que vivem disso e criam fake news para ganhar popularidade e ganhar dinheiro com a AdSense conseguem burlar isso, trocando algumas palavras e conseguindo manter a monetização.

Fora isso, há as outras redes, como o Edgard falou, não só a AdSense como várias outras aí. Então, se a pessoa deixa de ganhar dinheiro com a AdSense, ela parte para outra agência de publicidade e acaba ganhando dinheiro de outras formas.

Então, é, sim, uma forma de coibir isso a pessoa sentir no bolso, mas existem alternativas.

Então, você tampa um lado, acaba descobrindo do outro.

O SR. ANGELO CORONEL (PSD - BA) – Eu queria fazer mais uma pergunta aqui, neste momento, à Dra. Adriele.

Nós votamos aqui a criação da Autoridade Nacional de Proteção de Dados, vinculada à Presidência da República. A senhora, como jurista, como uma pessoa entendida do assunto, o que me diz? Essa autoridade não deveria ser transformada em uma agência, para ficar independente, em vez de ficar subordinada à Presidência?

A SRA. ADRIELE BRITTO (Para expor.) – Perfeito, Excelência.

Parece-me o seguinte: atualmente, tudo gira em torno de dados. Os dados estão em todos os lugares: dados pessoais, dados públicos, dados privados... E o que me ocorre é o seguinte: seria, sim, necessária uma certa independência desta autoridade ou agência. No caso, seria uma agência tal como as que nós temos hoje, as agências reguladoras.

Não me parece que seria a tanto. No caso, com o nome "agência reguladora", parece-me que haveria uma interferência muito grande nas plataformas, e até mesmo seria uma barreira de entrada muito alta para as startups. Porém, ela deve ser dotada da necessária independência,





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

para aplicar toda e qualquer sanção ou advertência ou recomendação que deva ser exarada por ela.

Então, o meu cuidado – e aí é uma visão extremamente pessoal, não reflete aqui a opinião da Assespro de forma alguma – é que ela deva ser dotada de independência, tal como nós temos hoje em dia uma Defensoria Pública, um Ministério Público, com acabou de ser mencionado aqui, ou talvez até mesmo o Tribunal de Contas. Quando há uma determinada ligação ou subordinação dentro de algum Poder...

O SR. ANGELO CORONEL (PSD - BA) – Independente.

A SRA. ADRIELE BRITTO – Eu imagino que ela deve ter, sim, uma necessária... Atualmente, como ela está ligada ao Executivo, ela tem ali funções que são adequadas a como ela está hoje, porém se poderia pensar em algo mais trabalhado. Do meu ponto de vista, seria isso.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Obrigado.

Concedo a palavra à Deputada Caroline de Toni.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC. Para interpelar.) – Boa tarde, Presidente; boa tarde, Relatora, todos os convidados.

A minha pergunta vai para o Sr. Sérgio, da Comprova.

Sr. Sérgio, de onde surgiu a ideia da iniciativa do site? Eu gostaria de ir falando e o senhor respondendo, para ficar mais dinâmico.

O SR. SÉRGIO BOECK LÜDTKE (Para expor.) – Sim.

Foi uma, eu acho que cheguei a mencionar isso no início.. A First Draft, essa organização que lida com verificação de checagem, que está hoje nos Estados Unidos, procurou a Abraj para ser representante, no Brasil, da metodologia que eles utilizam, e a Abraj abriu isso para todas as principais associações de mídia, convidando as pessoas para fazerem parte, e, a partir daí, se formou esse grupo, que depois terminou em 24 veículos de comunicação.

No ano passado, a gente teve a Gazeta do Povo, que saiu e entrou o Correio da Bahia – continuamos sendo 24 –, e foi a partir daí. Quer dizer, Google e Facebook nos ajudaram, Twitter nos ajudou, algumas outras organizações nos ajudaram com softwares, para a gente fazer o trabalho, eles nos deram formação para fazer o trabalho de verificação, e, a partir daí, se constituiu o Comprova.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC. Para interpelar.) – Então ela surgiu basicamente de uma iniciativa da First Draft?





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. SÉRGIO BOECK LÜDTKE (Para expor.) – Isso.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC. Para interpelar.) – E de onde, por sua vez, surgiu a First Draft? Foi por iniciativa de quem? Poderia falar mais sobre isso?

O SR. SÉRGIO BOECK LÜDTKE (Para expor.) – A First Draft é uma organização. Ela foi criada por uma senhora chamada Claire Wardle. Ela trabalha com desinformação há muito tempo. Quando eu comecei a trabalhar com jornalismo on-line, eu já via... Quando a gente teve aquelas movimentações, as manifestações no Egito, já havia a agência em que ela trabalhava, que, se não me engano, se chama Storyful.

Ela é uma das primeiras jornalistas a trabalhar com essa área de verificação de conteúdos de redes sociais. Ela construiu toda a metodologia e fez um trabalho no cross-check, na França, fez no Brexit, fez na eleição americana...

Eu trabalhei com eles fora do Comprova este ano, ajudando jornalistas na Nigéria, a fazerem o cross-check Nigéria nas eleições. E eles trabalham muito com períodos eleitorais.

O Comprova saiu um pouco dessa linha, ao continuar, este ano, fazendo sobre políticas públicas, e a gente entendeu que deveria incluir no nosso trabalho também um pouco mais de jornalismo explicativo, falar um pouco mais de contexto, na medida em que a gente está lidando com um assunto que é um assunto árido muitas vezes, que é o das políticas públicas, explicar as políticas públicas, explicar quem são os grupos de interesse e tentar dar um pouco mais de contexto para as pessoas.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC. Para interpelar.) – Certo.

Quais são as principais fontes de financiamento do site?

O SR. SÉRGIO BOECK LÜDTKE (Para expor.) – Hoje é Facebook Journalism Project e Google News Initiative (GNI). Eles patrocinam projetos da Abraji, e a Abraji é quem cuida do orçamento do Comprova.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC. Para interpelar.) – Foi comentado aqui acerca de que seria uma fake news a participação de fundações internacionais, mas eu estou aqui com... Abri o site da First Draft, e aqui, na explicação, há um agradecimento a várias fundações – deve ser do seu conhecimento –, e, dentre essas fundações, há um agradecimento especial à Open Society Foundations, à Ford Foundation... O senhor conhece esse texto? Sabe que essas empresas também patrocinam e financiam a First Draft? Posso até...

O SR. SÉRGIO BOECK LÜDTKE (Para expor.) – Acho que da Open Society sabia. Da Ford não. Assim, eu não tenho contato... A First Draft não tem contato no nosso dia a dia...

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC. Para interpelar.) – Mas elas repassam...





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. SÉRGIO BOECK LÜDTKE (Para expor.) – Eles nos deram uma metodologia de verificação.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC. Para interpelar.) – Eles repassam verba também para ajudar a financiar o Comprova ou não?

O SR. SÉRGIO BOECK LÜDTKE (Para expor.) – Não. A First Draft não.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC. Para interpelar.) – Então seria totalmente independente o Comprova no Brasil? Ou ele recebe subsídios de empresas...

O SR. SÉRGIO BOECK LÜDTKE (Para expor.) – Sim...

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC. Para interpelar.) – ... organismos internacionais?

O SR. SÉRGIO BOECK LÜDTKE (Para expor.) – A gente tem um grupo de líderes de projetos dos veículos, e esses líderes é que dão todo o direcionamento, inclusive o escopo, todas essas coisas, e o processo todo de decisão do que é verificável e o que é publicado.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC. Para interpelar.) – Tá, mas, então, quem financia seriam basicamente Facebook e Google?

O SR. SÉRGIO BOECK LÜDTKE (Para expor.) – Sim.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC. Para interpelar.) – Não seria nenhuma dessas empresas?

O SR. SÉRGIO BOECK LÜDTKE (Para expor.) – Não. Diretamente, não.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC. Para interpelar.) – Com relação ao Comprova. E também com relação ao First, daí o senhor não saberia informar...

O SR. SÉRGIO BOECK LÜDTKE (Para depor.) – Não. Não posso falar por eles. Não...

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC. Para interpelar.) – Tá.

Como seria... O senhor comentou essa questão da metodologia...

O SR. SÉRGIO BOECK LÜDTKE (Para expor.) – Sim.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC. Para interpelar.) – ... que teria sido repassada principalmente pela First Draft o que seria a metodologia que vocês utilizam. O senhor poderia falar objetivamente no que consiste essa metodologia?

O SR. SÉRGIO BOECK LÜDTKE (Para expor.) – Basicamente perguntas que a gente precisa fazer para o conteúdo, do tipo: quem publicou, ou se a gente consegue ter a intenção de quem publicou, se a gente consegue falar com quem publicou, as perguntas básicas do





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

jornalismo, onde ela foi publicada pela primeira vez, a tentativa de buscar os conteúdos na origem, para ver se eles foram utilizados depois ou não ou se eles, na origem, tinham alguma intenção... A ideia é de mostrar todo o processo de toda a verificação que foi feita, apresentar para as pessoas toda a documentação que a gente conseguiu reunir, a tipificação do conteúdo, quando ele é enganoso, quando ele é falso, quando ele é verdadeiro – então, e o que que isso significa.

Eles nos ajudaram com softwares nos dando treinamento, basicamente com softwares...

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC. Para interpelar.) – Então os softwares utilizados são deles, da First Draft?

O SR. SÉRGIO BOECK LÜDTKE (Para expor.) – Não, não deles. Eles nos indicaram e nos deram treinamento.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC. Para interpelar.) – Mas eles disseram... O senhor falou que eles forneceram o software ou não?

O SR. SÉRGIO BOECK LÜDTKE (Para expor.) – Não, não, não. Eles nos ajudaram no treinamento para os softwares, indicando, por exemplo, empresas. Há um software que a gente utiliza, que se chama NewsWhip – Spike, a NewsWhip é a empresa. O site é irlandês e é um dos poucos em que a gente consegue medir, por exemplo, viralização de Youtube. Então, eu posso fazer buscas e ver Youtube. A gente o tem de graça, por conta de uma interferência que a First Draft faz, para que a gente consiga isso. Então, eles internacionalmente agem, para que a gente tenha o melhor aparato para fazer verificações.

Deve ser um software muito caro. Nenhuma redação, acho, no Brasil utiliza, mas a gente tem possibilidade de, com ele, por exemplo, projetar a viralização de um determinado conteúdo.

Outras coisas que estão envolvidas na metodologia: a questão da viralização, jamais fazer verificação de algo que não esteja viralizando. Então, assim... No ano passado, a gente teve muito equilibrado... O ator principal, sendo atacado ou favorecido, estava muito equilibrado nas eleições. Mas o que determina que a gente tivesse feito aquela verificação era o volume de viralização. Então, a gente escolhe as coisas que têm mais viralização, segue por esse caminho, se ele estiver dentro do escopo do que a gente está verificando, e, aí, pela nossa capacidade de verificação, o nosso fôlego, o número de pessoas que a gente tem, naquele momento, para fazer, a gente vai pegando o que tem mais viralização.

Então, assim...

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC. Para interpelar.) – Certo. Então é esse critério, a viralização é um dos critérios objetivos...

O SR. SÉRGIO BOECK LÜDTKE (Para expor.) – Sim, sim.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC. Para interpelar.) – ... para poder entrar no raio de verificação...

O SR. SÉRGIO BOECK LÜDTKE (Para expor.) – Sim.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC. Para interpelar.) – ... da situação, não é?

No caso das eleições, então, já que o senhor entrou nessa questão, houve até um levantamento, mostrando que um lado teve mais notícias checadas do que outro. Isso confere?

O SR. SÉRGIO BOECK LÜDTKE (Para expor.) – Não, não, não, não. Assim...

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC. Para interpelar.) – Dentro da polarização que tinha, por exemplo, a eleição presidencial. Houve algum lado que foi mais verificado do que outro, por conta de viralização? Vocês têm estatísticas sobre isso?

O SR. SÉRGIO BOECK LÜDTKE (Para expor.) – Sim... No segundo turno, eu creio que sim, Bolsonaro foi mais verificado, ou talvez não mais verificado; talvez as coisas que eram favoráveis a ele tenham sido mais verificadas. Mas eu reputo isso basicamente à organicidade das redes, que... Isso não é... Isso é claro para todo mundo, né? Quer dizer, as redes que davam suporte ao Bolsonaro, no segundo turno, eram redes mais... Orgânicas não é o termo, mas, talvez, mais mobilizadas. E aí, sim, aquilo que aparecia de desinformação ali caía mais na nossa rede.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC. Para interpelar.) – Vocês conseguem verificar essa questão da organicidade, dessa mobilização, ou não?

O SR. SÉRGIO BOECK LÜDTKE (Para expor.) – Não, porque...

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC. Para interpelar.) – Dentro do software aparece isso ou não?

O SR. SÉRGIO BOECK LÜDTKE (Para expor.) – Não, não, não.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC. Para interpelar.) – Tá.

O SR. SÉRGIO BOECK LÜDTKE (Para expor.) – Eu só consigo ver o volume de engajamento que determinada peça tem.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC. Para interpelar.) – Só o engajamento mesmo de certa publicação...

O SR. SÉRGIO BOECK LÜDTKE (Para expor.) – Exato. Eu não vejo se isso foi impulsionado...





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC. Para interpelar.) – O Facebook, por ele ser um dos apoiadores do projeto, e o Google... No caso da plataforma do Facebook, a partir do momento em que ele é um dos apoiadores do Comprova, ele chega a fornecer dados para vocês fazerem essa verificação de engajamento das postagens, etc.?

O SR. SÉRGIO BOECK LÜDTKE (Para expor.) – Não. A gente não tem nenhum contato com eles. A única coisa que Facebook nos dá é uma ferramenta que eles têm que nos ajuda no monitoramento que se chama CrowdTangle. É uma ferramenta usada pelo mercado. Ela é gratuita. Não só jornalistas usam, mas agências de publicidade, empresas, áreas de marketing...

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC. Para interpelar.) – Mas eles dão acesso a alguma informação que o usuário comum não teria? Esse Crowd... Como é que é o nome?

O SR. SÉRGIO BOECK LÜDTKE (Para expor.) – CrowdTangle.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC. Para interpelar.) – O que que seria... No que consiste ele, só para a gente entender.

O SR. SÉRGIO BOECK LÜDTKE (Para expor.) – Ele é uma ferramenta de monitoramento. Eu faço... Por exemplo, eu faço uma configuração de listas, de páginas, de grupos que fazem parte do mapeamento... Por exemplo, nas eleições, a gente, se pegar segundo turno, pegava várias páginas que estavam vinculadas à candidatura de Bolsonaro, várias páginas que estavam vinculadas à candidatura do Haddad, fazia... Configurava buscas para temas que estavam muito relacionados à campanha de Bolsonaro, fazia buscas que estavam relacionadas à campanha do Haddad e a gente "setava", quer dizer... São planilhas e planilhas de informação, assim, palavras-chaves, grupos, páginas, perfis...

Tudo que a gente deve monitorar a gente joga nesse software e, aí, a gente vai vendo – para cada uma delas, se eu quiser, ou no todo – o que está mais viralizado. Eu tenho um ranking completo, ali, pela viralização, pelo engajamento que esses conteúdos foram tendo.

Aí existe o olhar de jornalista, que é ver, daquilo ali, o que é conteúdo suspeito.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC. Para interpelar.) – O software faz esse filtro inicial ou não?

O SR. SÉRGIO BOECK LÜDTKE (Para expor.) – Não. Não faz esse filtro, mas eu vou dar um exemplo para vocês: o conteúdo satírico muitas vezes cai na nossa rede, porque ele tem muita viralização, e a gente não costuma fazer verificação de conteúdo satírico, mas há um caso emblemático do ano passado, que é a famosa mamadeira, que é conhecida hoje, no mundo inteiro, que caiu na nossa rede. Ela caiu na nossa rede, e a gente teve um primeiro olhar para ela, que foi um olhar de: "Bom, alguém fez isso para uma piada", quer dizer, está distribuindo nas escolas para alunos de sete anos e aquela coisa toda. Aí, o que que essa ferramenta nos mostra? O que que a ferramenta do CrowdTangle nos mostra? Nos mostra o volume de





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

engajamento por tipo de reação. Então, assim, quem gostou, quem riu, quem fez cara de brabo, aquela coisa toda. E a gente notou um número muito grande de pessoas com cara de brabo, aquilo me chamou a atenção, e eu fui olhar para os comentários, porque os comentários são importantes para a gente identificar se aquilo está fazendo algum efeito nas pessoas ou não. Então, algo sobre o que eu não tinha dúvida nenhuma e que eu deixaria passar, no momento em que eu fui olhar para os comentários, a gente contou lá quase 2 mil pessoas – é o número que me vem agora à cabeça...

(Soa a campainha.)

O SR. SÉRGIO BOECK LÜDTKE – ... quase 2 mil pessoas, num universo de 6 mil, que estavam acreditando que aquilo era verdade. Então, a gente resolveu fazer a verificação de algo que parecia impossível ser verdade.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC. Para interpelar.) – Outra coisa: quando o senhor fala dessas checagens, que há algum escopo para fazer isso, quais são as diretrizes que vocês seguem? As diretrizes... Por exemplo, o Facebook: vocês têm uma recomendação de seguir as diretrizes do Facebook na análise também das postagens ou do trabalho de vocês...

O SR. SÉRGIO BOECK LÜDTKE (Para expor.) – Não.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC. Para interpelar.) – ... pelo First Draft? Há alguma diretriz que eles mandam seguir, alguns princípios, alguma coisa assim?

O SR. SÉRGIO BOECK LÜDTKE (Para expor.) – Não. O First Draft nos dá essa metodologia, a gente modifica, se for o caso...

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC. Para interpelar.) – Mas é com relação só à forma, ou também ao fundo? Ou seja...

O SR. SÉRGIO BOECK LÜDTKE (Para expor.) – Não, só forma.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC. Para interpelar.) – Só com relação à forma?

O SR. SÉRGIO BOECK LÜDTKE (Para expor.) – Só com relação à forma.

É muito objetivo. Se a senhora for olhar uma verificação e ler do princípio ao final, é muito difícil que aquilo não seja conclusivo e não seja... Que com os documentos que estão ali disponíveis, para se checar todas as informações... Tudo isso você pode checar. É muito difícil que chegue lá, ao final, ainda duvidando de que "olha, essa verificação foi bem feita", porque tudo é muito objetivo.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC. Para interpelar.) – O senhor tem como fornecer esses formulários para a gente ter conhecimento de como é feita essa verificação?





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. SÉRGIO BOECK LÜDTKE (Para expor.) – Está no site. Seguindo no site, tudo isso está com link. Então, se há um e-mail trocado com uma assessoria, a imagem desse e-mail está no link. É só clicar no link e ele vai aparecer. Se há uma busca num banco de dados do IBGE, por exemplo, para trazer um dado específico: ele está com link, para se checar essa página. Se a gente precisa provar que uma foto é de uma determinada pessoa, está lá a imagem dos metadados daquela foto.

Então, a gente tenta fazer tudo isso e ainda tenta falar com a pessoa que publicou.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC. Para interpelar.) – Certo. Outra pergunta. No caso, vocês aqui representam... Há outro site que representa o First Draft ou seria mais vocês mesmos? E quero saber se há um intercâmbio entre experiências do Brasil e outros países, por exemplo, no caso das eleições, dessas verificações. Vocês fazem encontros internacionais para discutir isso?

O SR. SÉRGIO BOECK LÜDTKE (Para expor.) – Eu participei da eleição na Nigéria e eu dei treinamento para a entidade que foi criada na Espanha, para verificação nas eleições espanholas e para o comitê europeu. Agora há pouco, estive na Argentina, para dar treinamento para os jornalistas que trabalhavam lá com o Chequeado, para as eleições na Argentina. E estive também no Equador esse ano. Então, eu me tornei, a partir do trabalho no Comprova, uma espécie de treinador. Quer dizer, eu levo essa metodologia para outros jornalistas e a gente tenta distribuir isso de alguma maneira.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC. Para interpelar.) – O First Draft se envolveu nas eleições americanas também ou não? Ele prestou serviço lá?

O SR. SÉRGIO BOECK LÜDTKE (Para expor.) – Eles fizeram verificação lá, mas de uma maneira muito incipiente. O trabalho com colaboração, com jornalistas, com coalizões, começou na França, com...

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC. Para interpelar.) – Quem são, então, os colaboradores? Mais jornalistas? Ou há o pessoal da ciência da informação, essas coisas? É uma equipe multidisciplinar?

O SR. SÉRGIO BOECK LÜDTKE (Para expor.) – Durante as eleições, a gente teve colaboração de alguns pesquisadores. O First Draft estava baseado em Harvard até as eleições do ano passado. Depois, ele se tornou um organismo independente. E a gente teve apoio do Pedro Burgos, que hoje trabalha com o Insper e é um jornalista de dados. Ele fez todo o trabalho de avaliação dos dados que a gente conseguiu reunir do WhatsApp, porque o WhatsApp é uma caixa preta, é como se fosse uma correspondência antiga. Quer dizer, a pessoa posta, e só quem vai abrir é quem recebe. Então, é muito difícil ter acesso a esse intermédio aqui.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, alguns fazem como o monitor de WhatsApp da Universidade Federal de Minas Gerais, que nos ajudou na campanha também: eles participam de alguns grupos que são grupos abertos, no WhatsApp, e trazem isso para uma espécie de dashboard. Então, ele vai mostrando, por dia, conteúdos de vídeo, de áudio, que estão viralizando mais, e coloca isso num ranking. Então, ali há alguns elementos para se ver o que circula no WhatsApp.

Esse trabalho que a gente fez, que foi reativo, porque foi depois de fechada toda essa base de 350 mil mensagens, 78 mil arquivos, o Pedro Burgos fez esse trabalho de análise tanto para o First Draft quanto, eu acho, para o Insider também. Então, há pesquisadores.

Todo esse conteúdo que foi gerado no WhatsApp, diga-se de passagem, vai estar disponível para pesquisadores, universidades, para que todos eles possam olhar para isso que foi gerado, que nós recebemos da audiência. Não teve nenhuma incidência nossa sobre isso; simplesmente recebemos da audiência nesse período todo.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC. Para interpelar.) – O senhor poderia citar quem são, hoje em dia, os maiores especialistas nessa sua área?

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Deputada?

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC. Para interpelar.) – É a última pergunta.

Os maiores especialistas nessa área, ou seja, na área que o senhor atua? Pesquisadores, jornalistas, que têm esse conhecimento e estão fazendo esse intercâmbio, como a Comprova, por exemplo?

O SR. SÉRGIO BOECK LÜDTKE (Para expor.) – A gente... Bom, a Claire eu acho que é uma das pessoas mais importantes nessa área hoje. A gente tem as pessoas que são ligadas à IFCN; na Pointer são bastantes também.

Aqui no Brasil há vários pesquisadores que lidam com redes sociais, como o Pablo Ortellado, como o Malini... Vou esquecer de outros agora, porque a memória não é muito boa, mas a gente já tem hoje várias universidades tentando trabalhar com isso, tentando entender esse universo da desinformação. Eu não uso o termo fake news. Essa é uma das nossas regrinhas que veio da First Draft. Esse é um termo que é usado para desqualificar ou que tem sido utilizado para desqualificar o jornalismo. Então, a gente usa desinformação, porque trata do ambiente como um todo. Mas eu posso, depois, reunir, se a senhora quiser, uma lista de nomes e sugestões para acompanhar pesquisadores que estão trabalhando com isso sim.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – O.k., Presidente.

Muito obrigada.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (PODEMOS - MT) – Presidente, só pela ordem aqui.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Pela ordem, Deputado José Medeiros.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (PODEMOS - MT. Pela ordem.) – Sr. Presidente, acabei de ver uma... Eu sei que esta CPI está uma das mais concorridas que eu tenho visto nos últimos tempos aqui, com a imprensa toda acompanhando também, e eu vi uma postagem, agora, extremamente desagradável, do jornalista Andreazza, desnecessária, e, em nome deste Colegiado aqui, eu queria fazer esse registro. Ele acabou de dizer que é um grupo de estúpidos, alguns autoritários, conduzindo um inquérito que não leva a lugar nenhum.

Eu sei que cada um dá o que tem, o Parlamento não é perfeito... Agora, aqui se busca cada Parlamentar fazer o seu trabalho, cada Parlamentar aqui foi eleito pelo povo brasileiro, tem sua representação, e é possível que, no jornalismo também, não seja esse paraíso todo de perfeição. Somos todos humanos, passíveis de erros e acertos, e... Lamentável. Eu só queria fazer esse registro aqui: lamentável a declaração do Andreazza, se não me engano em O Globo, agora. Mas, enfim, acabou de colocar no Twitter, muito depreciativo ao Parlamento, gratuito, e não precisava disso.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Corroboro com V. Exa. Fica aqui o repúdio, em nome desta Comissão.

Passo a palavra ao Deputado Rui Falcão.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP. Para interpelar.) – Boa tarde a todos e a todas; aos Parlamentares: Deputados, Deputadas, Senadores, Senadoras; ao Presidente da CPMI, à nossa Relatora; àqueles que nos acompanham aqui, pelas redes sociais, e o meu agradecimento aos palestrantes e à palestrante, que nos honram aqui hoje com suas informações e sua colaboração.

Embora não queira, em nenhum momento, desqualificar a fala do Deputado Alexandre Frota, eu não quero impor aos senhores e à senhora o constrangimento de mencionar aquele cidadão que esteve aqui ontem, que teve um comportamento deplorável. Mas, como ele está ausente, eu prefiro relegá-lo ao esquecimento, embora ele continue atuando e produzindo fake news, inclusive contra nós aqui. Mas deixemo-lo lá. Não vamos dar muita importância a ele aqui, porque os senhores têm coisas mais importantes a fazer e têm nos ajudado aqui nesses depoimentos.

Primeiro, eu queria dialogar com a fala do Edgard Matsuki, porque existe e acho que não é só preocupação dele, já foi mencionado aqui em outras ocasiões, o fato de que a nossa tentativa de entender o fenômeno da desinformação, ou como aqui popularmente se chama de fake news, pode nos levar ao risco de impor censura aos meios de comunicação, seja à mídia tradicional, seja às plataformas, seja aos novos veículos de difusão da informação.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu tenho dito que, de nossa parte, isso nunca existiu. Nós somos daqueles que historicamente, há décadas, defendemos a liberdade de informação, a liberdade de expressão, e muitos dos nossos companheiros e companheiras que lutaram por isso deram suas vidas por isso. E nós, infelizmente, não temos ainda essa ampla liberdade de informação e de expressão no País. Por quê? Porque, embora a Constituição Federal assegure isso, nos arts. 220, 221, 222, há lá um preceito que até hoje não foi transformado em norma infraconstitucional, porque a Constituição, ao assegurar essa ampla liberdade, proíbe a existência de monopólios e oligopólios na comunicação social; e eles estão aí, visíveis, atuando, poderosos, inclusive impondo censura aos seus profissionais e cortando cada vez mais esses profissionais, levando inclusive a que caia a qualidade da informação, seja pelo excesso de trabalho imposto aos seus funcionários, seja pela falta de tempo disponível, que impede, muitas vezes, seja a checagem, seja ouvir mais de uma fonte, e o que o Sr. Sérgio mencionou, trazendo cada vez mais o jornalismo declaratório, ou seja, o jornalismo do antigo gravador, que agora grava no celular. Uma autoridade, um Deputado, seja quem for, um empresário, dá uma declaração e eu registro e publico. É o jornalismo declaratório.

Então, acho que há uma luta muito grande pela frente, para que a sociedade não só possa ser receptora de informações muitas vezes não só enviesadas mas falsas, como também para que a sociedade tenha meios de se expressar. E, paradoxalmente, embora a internet e as redes sociais tenham dado voz cada vez maior às pessoas, paradoxalmente ela também produz esse fenômeno que nós estamos aqui querendo combater. E, ao mesmo tempo, por uma certa racionalidade mundial, está dissociando os coletivos e produzindo o egoísmo social. Cada vez mais as pessoas falam com alguém distante, a comunicação interpessoal vai se desfazendo, inclusive nos núcleos familiares... A gente vê, em restaurante, quatro pessoas de uma família e todo mundo tecendo aqui, um não fala com o outro... Então, são coisas decorrentes desses fenômenos que nós procuramos compreender, são objeto de estudos universitários, de teses e do trabalho dos senhores e da senhora.

Mas, ao falar isso, era para dizer que nós queremos sim manter liberdade de expressão, de informação e ampliá-la. Portanto, nada que se discuta aqui ou qualquer tipo de sugestão que venha, ou que contenha medidas de regulação, de legislação, que a nossa Relatora certamente proporá, irá nessa linha. É bom fazer esse esclarecimento, porque há muita manipulação para desqualificar a CPMI.

Mas, quanto à presença dos senhores aqui, de checagem de informação, isso é um mercado que surge. Aqui são três. Há tantos outros por aí, uns de porte maior, outros de porte menor, nem por isso de menor qualidade, mas mostra que, quanto mais se propaga essa indústria da mentira, da desinformação, também cresce o mercado da checagem. Então, os senhores são testemunha viva de que as fake news existem e se propagam cada vez mais e é preciso combatê-las. Esse é o nosso objetivo.

Eu queria, por fim, fazer uma pergunta ao Sr. Sérgio.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O senhor mencionou a mamadeira. Na verdade, é mamadeira de piroca. Não se trata aqui de poupar a palavra, porque ela circulou, ela existiu; não tem nenhum conteúdo além de dar nome aos bois – ou às vacas. E eu perguntaria ao senhor, no trabalho de checagem do Comprova – e estendo a pergunta aos outros dois que estão aqui, se também fizeram essa checagem –, qual foi a comprovação dessa figura? Quero saber se foi apontada por vocês como fake news ou apenas como uma brincadeira, como uma coisa de humor? E se isso teve algum impacto do ponto de vista eleitoral também. Qual é a extensão dessa mentira que se estendeu amplamente? Foi viralizada, suponho. Eu gostaria que o senhor e os senhores também – se fizeram essa checagem – se manifestassem a respeito.

O SR. SÉRGIO BOECK LÜDTKE (Para expor.) – Bom, ela é conhecida no mundo inteiro. Então, eu fui para a Espanha fazer esse treinamento, e as pessoas me perguntavam pelo biberon de pene.

(Risos.)

O SR. GILMAR HENRIQUE LOPES (Fora do microfone.) – Eu queria saber como seria em espanhol.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP. Para interpelar.) – Sim, mas eu pergunto se vocês atestaram como mentira isso.

O SR. SÉRGIO BOECK LÜDTKE (Para expor.) – Sim.

Eu não lembro agora qual foi o rótulo que a gente colocou, mas sim.

A gente não conseguiu falar com a pessoa que fez a publicação. Nós não conseguimos falar com ela...

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP. Para interpelar. Fora do microfone.) – Vocês identificaram mas não conseguiram falar?

O SR. SÉRGIO BOECK LÜDTKE (Para expor.) – É. Não conseguimos falar.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP. Para interpelar.) – Não conseguiram falar ou não identificaram?

O SR. SÉRGIO BOECK LÜDTKE (Para expor.) – Ela estava identificada, eu acho. Não me recordo agora. A minha memória não é muito boa.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP. Para interpelar.) – Eu gostaria que o senhor, depois, ativasse a memória em outra ocasião e nos desse o nome.

O SR. SÉRGIO BOECK LÜDTKE (Para expor.) – Posso ver.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas a gente chegou a mandar repórter em loja de sex shop para fotografar e mostrar que aquilo era um artigo de sex shop e não uma coisa distribuída nas escolas. Mas eu não me recordo qual foi, se a gente colocou como sátira... Provavelmente como sátira.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP. Para interpelar. Fora do microfone.) – Sátira?

O SR. SÉRGIO BOECK LÜDTKE (Para expor.) – É, que é um dos...

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP. Para interpelar. Fora do microfone.) – Um belo trabalho de checagem.

O SR. SÉRGIO BOECK LÜDTKE (Para expor.) – É um dos... Mas fazer o quê, não é?

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP. Para interpelar.) – Eu entendi que... Talvez outras empresas de checagem façam isso. Eu entendi que... Eu vejo outras que dizem: "Isso aqui é informação que não coincide", ou "coincide parcialmente"; "não é veraz" ou "é veraz"...

O SR. SÉRGIO BOECK LÜDTKE (Para expor.) – Não... No texto, é claro que...

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP. Para interpelar.) – É falso.

O SR. SÉRGIO BOECK LÜDTKE (Para depor.) – Sim, porque, daí, todos os outros elementos são... Por exemplo, não é distribuído nas escolas...

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP. Para interpelar.) – Não, mas vocês então comprovaram que era falsa a informação?

O SR. SÉRGIO BOECK LÜDTKE (Para expor.) – Sim, sim, que isso não foi distribuído nas escolas.

Não, a verificação é muito mais longa do que isso. Eu estou falando da etiqueta que se coloca.

O SR. GILMAR HENRIQUE LOPES (Para expor.) – A gente adotou, lá no E-farsas, agora, até algumas etiquetas finais, lá na conclusão, que a gente simplesmente, no final, depois de toda, de a gente explicar tudo que a gente pesquisou, no final a gente falava: conclusão: isso é mentira, por isso e por isso; ou: isso é verdade, por isso e por isso... Porque a gente entendia que havia muita gente que olhava apenas o título e depois ia lá, para a conclusão.

A partir de dois anos para cá, até com a ajuda do Marco Faustino, que me ajuda lá no site, a gente começou a criar também outras etiquetas, que são: "fora de contexto", "meia verdade" e outras definições, para a gente não colocar que é totalmente falso ou totalmente verdadeiro.

No caso da mamadeira, a gente colocou lá que era falso, e, diferentemente de outros casos que circularam na época, esse caso a gente entendeu que não foi um grupo que criou aquilo para inventar uma notícia, para acabar com a eleição, alguma coisa desse tipo; foi um sujeito





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

qualquer que resolveu jogar isso na internet, sem a participação de um grupo por trás, alguma coisa desse tipo. E a gente colocou isso no site, colocou lá qual foi o primeiro perfil que publicou aquilo, e explicou embaixo lá que aquilo era mentira. E, inclusive, a gente não foi ao sex shop, mas a gente pegou uma foto na internet, para mostrar que aquilo era... (Risos.)

Mas essa não é a única; outras histórias circularam na época. Havia uma dizendo que, se o PT ganhasse, todo cidadão iria ter que ceder um quarto da sua casa, um quarto para outra pessoa morar; foi um boato virtual que circulou na época do Collor e voltou a circular agora, na época da eleição.

Então, nesse caso específico da mamadeira, a gente colocou lá como falso e explicou que surgiu de um sujeito qualquer lá, não de um grupo especializado em fake news.

O SR. EDGARD MATSUKI (Para expor.) – Eu até acessei aqui o link da checagem. Ela foi feita no dia 29 de agosto de 2018.

No nosso desmentido, há a transcrição do que o sujeito fala no vídeo. Ele fala mais ou menos assim: "Olha aqui, vocês que votam no PT, essa que é a mamadeira distribuída na creche. Olha a marca aqui distribuída na creche para o seu filho". Ou seja, ele fala de ação que já teria acontecido. "Seu filho de cinco, seis anos vai beber mamadeira na creche". Primeiro, que, cinco, seis anos já não é mais idade de creche, não é? E aí: "Isso faz parte dos planos do PT. Haddad, Lula, Dilma só querem isso aqui para os nossos filhos. Isso faz parte do kit gay". E aí foi.

Com base na mensagem, pressupunha-se que a denúncia fazia parte de algo que foi retirado, de repente, de um plano de governo ou algo do tipo. Então, a primeira coisa que a gente foi fazer foi verificar o plano de governo do candidato, e a gente não encontrou nada que falasse sobre mamadeira de piroca, como disse o Deputado...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. EDGARD MATSUKI – Dependendo da região, pode ter outros nomes também, não é? Enfim...

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. EDGARD MATSUKI – Mas não encontramos um plano de governo, independentemente da nomenclatura. Também a gente não encontrou nada sobre kit gay no plano de governo do candidato.

Verificando a fonte da informação, de fato, foi como eu falei: surgiu como uma corrente na internet. Só que, com certeza... E, aí, nós não podemos afirmar de que forma, mas sim, isso passou por algum tipo de impulsionamento, para que saísse do WhatsApp e fosse para as redes sociais. E aí é o que eu falo: pode ser tanto impulsionamento artificial dentro do WhatsApp, com





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

bots, ou mesmo perfis influentes, publicando a informação em redes sociais. De alguma forma, isso cresceu.

Olhando aqui, além de não ver, eu vi que, na época, o próprio partido acabou desmentindo a informação publicamente: "Não, não temos intenção de colocar". E também fizemos um cruzamento pelas imagens e verificamos que era um produto comum de sex shops.

Acho que é isso. Se, se...

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP. Para interpelar.) – Como é que vocês qualificaram a informação?

O SR. EDGARD MATSUKI (Para expor.) – Na realidade, na Boatos.org, quando há uma informação que é duvidosa ou então que, depois da nossa checagem, se aponta como verdadeira, a gente não publica. Às vezes, dá um trabalhão, a gente fica uma semana fazendo uma apuração, e ela se mostra verdadeira, mas, por causa até do nome do site, a gente não quer fazer isso, para não confundir os nossos leitores. Então, sim, colocamos como uma informação falsa.

O SR. SÉRGIO BOECK LÜDTKE (Para expor.) – Deputado...

O SR. EDGARD MATSUKI (Para expor.) – Só um complemento em relação às sátiras. Essa, na verdade, de cara a gente não tomou com conteúdo satírico, principalmente pelo momento que se vivia, mas de fato existem algumas informações que surgem como publicação de humor. Mas o que acontece? Um site de humor publica a informação.

(Soa a campainha.)

O SR. EDGARD MATSUKI – Um outro site copia e publica como se fosse verdade. Ou, então, uma pessoa, um perfil influente vai e publica como se fosse verdade. E aí a gente checa.

O SR. SÉRGIO BOECK LÜDTKE (Para expor.) – Só um esclarecimento: a gente deu como falso. E o título era "Mamadeiras eróticas não foram distribuídas em creches pelo PT".

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP. Fora do microfone.) – Obrigado.

O SR. PAULO RAMOS (PDT - RJ) – Sr. Presidente, uma pequeníssima questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Pois não, Deputado.

O SR. PAULO RAMOS (PDT - RJ. Pela ordem.) – Quando eu recebi as normas de funcionamento da nossa Comissão, fui movido por uma preocupação, porque a Comissão é formada por representações partidárias. E aqui, diferentemente de outros CPIs de que já participei, está sendo feita uma distinção para inscrição para se fazerem perguntas entre titulares





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

e suplentes. E eu queria solicitar a V. Exa. que fizesse uma reavaliação, porque, às vezes, o partido tem um representante titular e um representante suplente. O suplente não estando presente, o titular substitui.

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PAULO RAMOS (PDT - RJ) – Então, eu queria que se fizesse essa avaliação para modificar a norma. Só para deixar essa solicitação.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – O.k., Deputado, obrigado.

Mas a Secretaria da Comissão está ciente de que a lista primeiro é de todos os titulares, depois chamaremos os suplentes.

O SR. PAULO RAMOS (PDT - RJ) – É isso, no meu partido, o titular não está presente.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Como Relatora.) – O que ele está perguntando, Presidente, é que ele deixa de ser suplente na hora em que o titular não está presente. Ele está assumindo a titularidade do seu partido, é isso aí. E é correto.

O SR. PAULO RAMOS (PDT - RJ) – É isso. Só pedir para fazer uma alteração, se possível for, na norma que foi distribuída de funcionamento.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Como Relatora.) – Até porque, se houvesse votação, quem votaria seria o senhor.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Obrigado pela sugestão, Deputado.

O SR. PAULO RAMOS (PDT - RJ) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Eu passo a palavra ao Senador pernambucano do Partido dos Trabalhadores, Humberto Costa.

O SR. MÁRCIO LABRE (PSL - RJ) – Vai furar a fila, hein, Deputado? Se deu bem, hein? (Risos.)

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Só para esclarecer, Senador.

O SR. MÁRCIO LABRE (PSL - RJ) – Foi uma brincadeira.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Nós temos aqui, após a sua fala, o Deputado Dr. Leonardo, do Solidariedade; depois, nós temos aqui a Deputada Luizianne Lins e o Deputado Alexandre Frota; são os que estão inscritos até então, os titulares inscritos até então.

O SR. HUMBERTO COSTA (PT - PE. Para interpelar.) – Sr. Presidente, Srs. e Sras. Parlamentares, senhores e senhoras que aqui participam desta Mesa, eu não tive condições de ouvir a todos. Ainda ouvi a Dra. Adriele, ouvi o Dr. Edgard já no Plenário, por intermédio do





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

YouTube, mas, do que eu pude ouvir, inclusive das respostas agora, eu acho que o trabalho que os senhores fazem é extremamente importante, precisa ser altamente valorizado e estimulado. Espero que esse mercado se amplie, como disse o Rui. (Risos.)

Mas eu queria fazer algumas perguntas e, ao mesmo tempo, também, vou pedir algumas sugestões. O que muda no trabalho de vocês com essa coisa tenebrosa de que se fala que é o chamado deepfake, ou seja, a utilização de tecnologia que simula não mais apenas uma fotografia, mas simula a própria pessoa fazendo um discurso, ou um áudio, ou um não sei o quê. Parece que, diferentemente do que acontece normalmente... Diferentemente, não. De forma semelhante ao que acontece em qualquer tipo de atividade criminosa, os bandidos, parece que estão na frente. Eu pergunto o que é que muda, se vocês estão preparados para enfrentar essa realidade? Alguns dizem que ela já é uma realidade concreta. Então, eu queria saber sobre isso.

Segundo, eu gostaria que cada um pudesse fazer algumas sugestões pela experiência de vocês, o que é que pode ser feito. Lógico, ninguém quer, de forma alguma, limitar a liberdade de expressão, a liberdade de imprensa, mas também nós não podemos permitir que livremente as pessoas divulguem coisas que representam calúnias, difamação, injúria, essa coisa toda. Então, eu digo: que ideias?

Nós aqui... Eu queria até ouvir a opinião de vocês e também já queria antecipadamente colocar uma necessidade, não sei se vocês têm uma entidade representativa das empresas todas ou não, porque é o seguinte: eu aqui apresentei, por meio de uma discussão que nós fizemos com muitas pessoas incomodadas com esse tema das notícias falsas, gente, inclusive, que estudou bastante esse tema, e as preocupações, no momento que estavam acontecendo, pelos ataques massivos que estavam sendo feitos ao Congresso Nacional, particularmente ao Presidente da Câmara e ao Presidente do Senado... Nós chegamos à ideia da constituição de uma instituição independente aqui no Senado.

A ideia é uma estrutura vinculada ao Senado que seria formada por três integrantes que seriam – três não; cinco integrantes –, que seriam indicados pelo Senado, pela Câmara. Enfim, há todo um desenho que eu posso depois transferir para vocês e que teria, inclusive, uma espécie de um conselho de acompanhamento, em que aí a gente teria representação da mídia, representação da OAB e tal. É um projeto interessante que está prestes a ser aprovado inclusive aqui na Comissão de Constituição e Justiça. Eu tinha apresentado a proposta, o Senador Marcio Bittar aprimorou essa proposição. Ela está posta como algo que tem por objetivo acompanhar as redes sociais, e não ter qualquer papel repressivo e tal.

Eu queria perguntar se, pela experiência que vocês têm internacionalmente, isso pode ser um instrumento que ajude, qual a disposição de vocês poderem compor e participar também, porque eu acho que esse segmento é fundamental para que a gente possa estabelecer essa questão.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A outra coisa, eu pergunto se vocês têm conhecimento de um trabalho que foi feito, está sendo feito, não sei se agora no segundo turno está funcionando bem. No Uruguai houve agora, para essa eleição presidencial, uma articulação, foi puxada, inclusive, por um jornalista muito conhecido e reconhecido lá. E ele conseguiu em torno disso, inclusive, trazer os partidos políticos, trazer os órgãos públicos responsáveis pelo acompanhamento e pela regulação da eleição. Então, seria um pouco isso que eu queria saber.

E o que é que, pela experiência de vocês, vocês poderiam propor a essa CPI que ela pudesse no seu relatório incorporar como sugestão para que a gente enfrente esse problema, porque ele não vai acabar. Aqui é a CPI que investiga as notícias falsas. E o que está acontecendo em torno desta CPI, parece até uma coisa para debochar da CPI, é que os integrantes da CPI que não rezam por uma determinada linha estão sendo vítimas permanentes de fake news. O Presidente já foi ameaçado de morte; a Senadora já foi; eu fui; o Senador Randolfe já foi. Quer dizer, é até uma coisa assim, parece que, como disse hoje um jornalista, o Bruno Boghossian, que assistiu à reunião de ontem, parece que há um movimento organizado, orquestrado para que a CPI não dê certo, não tenha prosseguimento.

Então, eu acho que a opinião de vocês, ideias que possam dar agora ou depois são muito importantes para que a gente... Porque o que essas pessoas querem é que daqui não saia nada, é que a selva continue do jeito que está. E eu acho que a população brasileira não quer isso, tanto que algumas pesquisas que são feitas vão mostrando as pessoas já um pouco mais atentas a esse tipo de coisa, dizendo que não acreditam, que não tomam uma posição por isso.

E a última pergunta que eu queria fazer é: que eu tenha a lembrança, nos últimos tempos, o WhatsApp, talvez por tudo que aconteceu, tem tomado algumas decisões que eu acho que me parecem interessantes. Aquela de que você não pode emitir compartilhamento acima de um determinado número e agora a decisão por que a gente tinha brigado bastante e conseguimos num determinado momento. E eu digo conseguimos porque aqui, na época do impeachment, nós fomos vítimas também. Aqui se formavam grupos em que nós éramos inseridos sem querer e de que a gente saía e eles colocavam, a gente saía e eles colocavam, a gente saía e eles colocavam, e atacavam; enfim, essa coisa toda ficou. Depois o WhatsApp adotou a medida de: "Você foi colocado num grupo, saiu, não o podem colocar mais". E agora vem a medida que eu acho melhor, a de que você tem que ser consultado se quer entrar naquele grupo ou não. São avanços que estão sendo feitos.

Eu pergunto: o que é que se poderia fazer mais em relação a outras redes sociais, ao WhatsApp mesmo. Não sei se o Instagram, ou o Facebook também, já está adotando uma pré-checagem. A notícia sai, ele não impede, mas ele já coloca um rótulo dizendo: "Isso aqui não é confiável", pelo menos isso. O que é que se pode fazer? Esse é o meu questionamento para todos.

O SR. EDGARD MATSUKI (Para expor.) – Obrigado pelas perguntas.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Começando pela questão do deepfake, ainda não chegou em massa, no Brasil, são raras as notícias falsas que se utilizam da técnica que chegaram ao nosso radar. Mas ano passado nós tivemos um caso que, se não foi de um deepfake, foi de algum muito duvidoso. Um candidato a Governador foi, entre aspas, "flagrado" com diversas mulheres em um local. E o estranho é que, quando acabou a eleição, não se falou mais no assunto. Então, se o vídeo foi, de fato, feito, manipulado, se essa tecnologia melhorar, nós teremos problemas para fazer esse tipo de checagem, a não ser que a gente tenha soluções tecnológicas para isso. E aí cabe, de fato, a quem produz tecnologias, às próprias plataformas pensarem soluções nesse sentido.

Sugestões. Eu citei algumas, mas só falando em passant aqui, eu acredito que a primeira coisa que nós deveríamos é pensar na educação das pessoas de fato, porque, uma vez que você ensine às pessoas como fazer checagem, ensine às pessoas como interpretar – não é a mais simples; deveria ser a primeira, mas não é a mais simples –, a munição de quem espalha fake news fica muito diminuída, muito desarmada nesse sentido.

Em relação à questão da criminalização ou punição, eu fico, de fato, receoso. Ainda há alguma sugestão que possa, de fato, cercear a nossa atividade. E, aí, nós que trabalhamos com informação sabemos que a liberdade de expressão e a liberdade de imprensa no Brasil são algo muito caro. As pessoas passaram por alguns períodos no País nos quais não podiam publicar as informações que queriam, e eu não gostaria que isso voltasse.

Por outro lado, de fato, é preciso, ao se pensar em legislação, estrangular financeiramente esses núcleos, porque, se existem tensões, sejam ideológicas, sejam diretamente políticas ou relacionadas a outro assunto, sempre há dinheiro por trás disso. Então, acredito que, se a gente atuar em quem financia isso ou obtém recursos com notícias falsas, a gente estaria no caminho.

Deixem eu verificar as outras questões aqui.

Em relação ao conselho, eu precisaria saber mais a respeito para emitir uma opinião, mas o TSE e o STF estão com iniciativas similares. Nós fomos chamados a participar de uma espécie de painel, mas é algo muito embrionário. Aceitamos que a gente quer colaborar ao máximo, inclusive deixo aberto aqui para os Srs. Deputados e Senadores: a gente quer colaborar com a diminuição das notícias falsas na internet.

Em relação ao WhatsApp, acredito que seja uma estratégia não só para combater fake news como para a própria sobrevivência da plataforma. Uma vez que o WhatsApp é inundado de notícias falsas e deixa de ser um ambiente considerado confiável, ele perde, então... Essa dos grupos eu achei mais eficaz do que a do compartilhamento em massa, porque existem softwares que conseguem burlar esse limite de cinco compartilhamentos, e esses, sim, deveriam ser combatidos.

Espero ter satisfeito...





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. GILMAR HENRIQUE LOPES (Para expor.) – Em relação à verificação que o Facebook tem feito... O Facebook tem tentado várias maneiras, mas algumas são inócuas e algumas são errôneas também, como, por exemplo, aconteceu com a gente. A nossa postagem no E-farsas é feita sempre em forma de pergunta. Então, a gente pergunta assim: é verdade mesmo que o presidente disse tal coisa? Depois, no final, a gente explica.

E a gente fez uma publicação lá explicando uma coisa que até aconteceu fora do Brasil. Disse-se que havia caído uma ponte e, lá no Japão, eles fizeram a ponte em 24 horas, coisa que aqui no Brasil demora meses. Na verdade, lá no Japão também demorou, mas não tanto quanto aqui no Brasil. Aí, a gente publicou isso lá no Facebook, e o Facebook colocou a nossa notícia como falsa, tendo como base uma agência de checagem que tinha feito uma checagem dessa notícia e a colocado como falsa. O detalhe é que essa agência internacional que fez a checagem usou os dados do E-farsas como fonte! Então, a gente foi bloqueado, impedido de falar sobre uma coisa que a gente mesmo pesquisou; uma agência internacional regulou aquilo, e a gente foi cerceado de falar sobre aquilo, sendo que, na verdade, o material era nosso, porque a gente é que fez a pesquisa, entendeu? Então, eu acho que, antes de a gente pensar em uma fórmula, um script que consiga segurar tudo isso, a gente vai ter que ter muita intervenção humana e colaboração, como a gente fez com o TSE no ano passado.

No ano passado, a gente criou a hashtag #checkersbr no dia do segundo turno, no final de semana do segundo turno, e a gente conseguiu – todas as agências, as principais agências de checagem – desmentir 50 fake news que circularam ali só naquele intervalo de 48 horas.

Esse foi um projeto bem bacana que a gente fez com a ajuda do TSE, que também colaborou com a gente – quando a gente ligava para eles, entrava em contato, havia uma pessoa lá de prontidão para responder para a gente algumas coisas.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Dra. Adriele.

A SRA. ADRIELE BRITTO (Para expor.) – Vamos lá!

Eu imagino que aqui a grande maioria das perguntas já tenha sido respondida. E concordo com eles quando dizem que realmente as próprias plataformas já têm os seus próprios mecanismos de autodefesa e de autorregulação, ou seja, quando há uma violação aos termos de uso e à sua política de privacidade, é possível, sim, a remoção de determinado conteúdo ou alguma ação por parte das plataformas. Isso eu falo em tese.

É lógico que também temos nosso art. 19 do Marco Civil da Internet, que fala que também por uma questão de violação... Em razão de uma determinação de uma ordem judicial, é possível fazer uma remoção de conteúdo. Então, eu imagino que o assunto... Tendo em vista o calibre do direito em questão, que é a liberdade de expressão, é isso mesmo. O controle é feito a posteriori. É muito difícil que ele seja feito ex ante, ou seja, que a plataforma em si determine o que deve ou não ser colocado, que tenha uma ingerência muito grande.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, nós estamos todos caminhando para esse ponto de equilíbrio, esse ponto ótimo de que, até determinado ponto, existe uma liberdade plena de expressão, porém, ultrapassando aquilo ali, existem os termos de uso, existem ordens judiciais, e aí se faz essa simbiose entre esses dois panoramas. Mas, dentro do que nós pretendemos, voltando à nossa ação declaratória de constitucionalidade, nós estamos aí, no caso, no outro ponto, que é justamente o conteúdo de comunicações privadas. Então, essa questão de posts públicos, de remoção, etc., está no extremo oposto da nossa ADC, Deputado. Então, realmente, nesse ponto, a ADC não conseguiria abranger, ela não teria incidência nessas questões.

Coloco-me à disposição caso seja necessário responder a mais alguma pergunta em relação a essa diferenciação entre fake news e o conteúdo das comunicações privadas, tendo em vista a estatutura constitucional que eles têm – eles estão no art. 5º, e há uma proteção ao sigilo da comunicação, ou seja, quando se protege o sigilo dessa troca de informações, de comunicação, ele é absoluto, ele é, num primeiro momento, absoluto. Qualquer questão... E aí vem a própria Constituição depois falando sobre indenizações, a honra, a imagem, e todos os outros conteúdos desses direitos. Aí sim, é que ela vai tratar sobre indenizações, etc. Mas tudo é feito a posteriori, tudo na esteira daquilo que o Supremo Tribunal Federal já decidiu na ADPF 130, que fala sobre a Lei de Imprensa, ou seja, que, nos termos do Relator, do Ministro Ayres Britto, a liberdade de expressão é a maior manifestação da liberdade.

Então, quando se tem desinformação... Desinformação se combate com mais informação, ou seja, quanto mais conectados estivermos, quanto mais o assunto estiver sendo debatido e não escondido, porque acho que isso também pode ser uma falsa impressão, uma falsa solução... "Ah, então vamos remover o conteúdo, vamos retirar tudo". Creio que, no caso, quanto maior for o debate...

(Soa a campainha.)

A SRA. ADRIELE BRITTO – Mais um minuto, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Pois não.

A SRA. ADRIELE BRITTO (Para expor.) – Só para finalizar.

Quanto maior for o debate sobre alguma questão, melhor será para a sociedade.

O SR. SÉRGIO BOECK LÜDTKE (Para expor.) – Bom, sobre deepfakes, o desafio é que cada vez fica mais barato fazer e cada vez fica mais caro verificar. Eu não acredito que isso seja um grande problema nas eleições do ano que vem, municipais, exceto, talvez, em grandes cidades, porque ainda é um pouco caro fazer, exige muito processamento de máquina e pouca gente sabe fazer. Mas dá tempo – para quem quiser –, dá tempo até lá de se organizar para fazer, esse é o problema.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A verificação disso é bastante complexa, a gente não teve nenhum caso ainda. Houve no ano passado aquele caso envolvendo o Prefeito João Doria, que não estava no nosso escopo porque ele era candidato ao governo estadual e não à Presidência da República. Então, a gente não fez a verificação daquilo ali e nunca tivemos essa experiência.

No Brasil, hoje, há um canal de sátira que faz isso, que é do Bruno Sartori. Acompanho um pouco de longe as coisas, acompanho até para ver que evolução isso vai ter. Ele próprio já... A gente teve um seminário agora em junho para tratar de deepfakes, e há um documento sobre isso feito pela Witness, que é uma organização americana que organizou isso – talvez fosse interessante fazer chegar isso a vocês. E ele disse assim: "Eu faço isso como sátira, e muita gente acha que é verdade tudo o que faço." Ele pega figuras como o Presidente Bolsonaro e o Ministro Sergio Moro e coloca em situações constrangedoras e tal. Com o Presidente Lula ele também já fez isso, mas como sátira. A gente não tem visto florescer muito a deepfake no ambiente político aqui no Brasil, porque parece que esse caminho da simplificação ainda é um caminho que está fazendo efeito. É muito mais barato colocar um título numa imagem que está em outro contexto e esse título sugerir outra coisa; é muito mais eficiente fazer isso ainda do que ter que buscar toda uma sofisticação para produzir uma peça que vai enganar.

Acho que o grande risco que a gente tem é de, às vésperas de uma eleição, ou às vésperas de uma decisão importante, esse tipo de conteúdo surgir, porque o tempo é muito maior para fazer a verificação e talvez não haja tempo de se chegar com a verdade, com a verificação, antes de ter qualquer tipo de decisão. Quer dizer, acho que ele pode provocar um dano bastante grande.

Em relação às sugestões, eu acho que a gente tem que ter em mente que o universo das redes sociais, o uso das redes sociais como forma primeira de comunicação é uma coisa muito recente. É uma novidade para todo mundo, transformou... Antes a gente tinha a mediação dos jornais, dos veículos de comunicação; hoje em dia a gente não tem mais essa mediação, e a gente não colocou nada no lugar. Quer dizer, as pessoas transformam em mídia, as pessoas produzem coisas e distribuem coisas sem fazer a checagem que a gente estava acostumado a ter, tanto é que boa parte, inclusive, dos sites que a gente tem verificado que produzem informação enganosa, se vale de uma narrativa que é uma narrativa de notícia, quer dizer, imita notícia para entregar um conteúdo enganoso. Então, a falta dessa mediação e as redes sociais...

Se a gente pegar o ano passado, verá que teve mais usuários ativos no Facebook e no WhatsApp em outubro do que eleitores na eleição. É um número espantoso: foram 120 milhões de usuários ativos no WhatsApp e 127 no Facebook; o número de eleitores, se não me engano, foi 115, alguma coisa assim. Isso é muito novo para todo mundo. Então, eu acho que... Eu insisto que... E acho que esta CPMI está fazendo isso... Quer dizer, é um assunto que é um problema da sociedade, embora o jornalismo talvez tenha sido uma das primeiras vítimas; agora, as pessoas que são alvo são vítimas dessa situação.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas eu acho que há várias coisas que precisam andar juntas. Uma delas é a lição de casa do jornalismo. A gente falou de mercado de verificações, mas isso tem que começar a ser incorporado por todos os veículos. É mais difícil? É mais difícil, porque a situação dos veículos de comunicação não é boa e, por não ser boa, o jornalismo ficou mais fechado. No ano passado, muitos veículos de comunicação que a gente estava acostumado a acessar estavam com paywall, estavam fechados. Então, conteúdos mais analíticos... Talvez o jornalismo, em alguns momentos, precise se abrir, porque vai ser importante levar uma informação de qualidade para o público.

O jornalismo precisa ser mais transparente, ele precisa ganhar confiança. Eu não posso simplesmente chegar aqui e dizer para as pessoas de modo geral "não confiem mais em nada" ou "baixem o seu nível de confiança". O nível de confiança nas pessoas comuns no ano passado era 70, do jornalismo era 42. Eu preciso fazer com que cresça o nível de confiança que se tem no jornalismo. Ele precisa readquirir isso, ter um papel de mediação, porque a mediação ainda é importante, não vejo nada que possa ser colocado no lugar dela neste momento.

Por outro lado, nós, nossos parentes, nossos colegas e nossos familiares que produzem e distribuem conteúdo todos os dias precisam receber algum tipo de orientação. Acho que algumas iniciativas de educação midiática, que vão levar para a escola um pouco mais de conhecimento sobre as armadilhas que a gente acaba encontrando nas redes ou a forma como fazer a melhor leitura dos conteúdos que a gente recebe, ou a responsabilização sobre aquilo que a gente publica... Porque agora não é mais uma coisa que eu estou dizendo para o meu colega; é uma coisa que eu estou dizendo para o meu colega, mas que o mundo inteiro está ouvindo.

Então, o surgimento... No caso da mídia, o surgimento de novas iniciativas e mídia de nichos ou novos veículos de comunicação que possam arejar um pouco mais esse nosso ambiente da informação, para que a gente não tenha que estar falando sempre em grande mídia, mas falando da mídia de uma maneira geral e ter uma mídia diversa.

A gente tem um crescimento do número de novos veículos de comunicação, como o Nexô, como o Poder360 e como vários outros, até 2015, 2016. Com o começo da crise econômica, simplesmente se parou... A gente tem duas ou três iniciativas agora. O Vortex é a mais nova, mas, assim, são raras as novas iniciativas de mídia digital que aparecem para dar conta de melhorar, de depurar esse ambiente de informação. Então, iniciativas que ajudem a fazer com que novos veículos de comunicação façam um trabalho baseado no rigor jornalístico eu acho que são muito importantes.

E eu não sei muito bem como lidar com as pessoas mais velhas, porque eu não sei se uma educação midiática atingiria, mas acho que é um grande desafio esse. Eu não tenho uma resposta para eles, mas eu acho que a gente deveria procurar uma resposta para eles também.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Concedo a palavra ao autor dos requerimentos, Deputado Dr. Leonardo, médico, do Solidarietà, do Mato Grosso.

O SR. DR. LEONARDO (SOLIDARIEDADE - MT) – Sr. Presidente...

O SR. MÁRCIO LABRE (PSL - RJ. Pela ordem.) – Só um minutinho. (Fora do microfone.)

Sr. Presidente, na sequência, eu vou pedir o tempo de Liderança quando ele encerrar, está bem? Tempo de Liderança, tempo de Líder.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Questão de ordem?

O SR. MÁRCIO LABRE (PSL - RJ) – Quando ele encerrar.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Ah, quando ele encerrar...

O SR. MÁRCIO LABRE (PSL - RJ) – Depois dele, está bem?

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Está o.k.

O SR. MÁRCIO LABRE (PSL - RJ) – Obrigado.

Deputado Márcio Labre.

O SR. DR. LEONARDO (SOLIDARIEDADE - MT. Para interpelar.) – Sr. Presidente Angelo Coronel, que preside tão bem esta CPMI, espero que as próximas reuniões sejam tranquilas quanto esta. Sr. Presidente, a sua condução está de excelência, mesmo nos momentos mais acalorados ou como este, tranquilo, mas faz parte. Agradeço a sua presidência, sempre gentil com todos, e a paciência também.

Já cumprimento todos os Senadores e Senadoras presentes.

Quero cumprimentar também a nossa Deputada Lídice da Mata – e, em sua pessoa, todos os Deputados e Deputadas presentes –, que é a Relatora desta CPMI, eminente Relatora, parabenizar pelos trabalhos, os questionamentos. Alguns questionamentos que V. Exa. fez faziam parte do meu rol de perguntas iniciais.

E cumprimento todos os nossos convidados: a Dra. Adriele Britto, que representa a Associação das Empresas de Tecnologia da Informação (Assespro Nacional), que veio falar sobre proteção de dados; e os nossos convidados que vieram falar sobre fact-checking, as agências de checagem, o Edgard, o Sérgio e o Gilmar Lopes, que está presente. Quero agradecer-lhes. Para que as pessoas entendam, são assuntos diferentes, mas convergem. Como a Comissão aprovou em bloco os nossos requerimentos, apesar de serem dois assuntos distintos, estamos juntos hoje, mas foi convergente.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero lembrar também... Vou separar, então, em dois momentos: vou fazer para a Assespro; depois, farei para os nossos companheiros das fact-checkings.

Em relação... Eu convidei também... No início dos trabalhos desta CPMI, protocolamos outros convites, que foram para a Procuradoria-Geral da República e a Polícia Federal. Acho importante reforçarmos esses convites, inclusive o da Polícia Federal, para mostrar as dificuldades que há na investigação, quais são os caminhos difíceis, por que é difícil, se falta tecnologia ou se falta outra situação. Gostaria que a Presidência fizesse o reforço desse convite às instituições.

A ideia do convite foi discutir os fundamentos da Ação Declaratória de Constitucionalidade (ADC) 51, ajuizada no STF pela Federação de Associações das Empresas de Tecnologia da Informação (Assespro). A ação busca validar dispositivos de cooperação internacional referentes à obtenção de conteúdo de comunicação privada sob controle de provedores de aplicativos de internet sediados no exterior. Parece um tema complicado, não é? Mas tem total ligação com os nossos trabalhos. Isso porque o tema impacta diretamente no combate aos crimes cibernéticos.

Os dispositivos em questão fazem parte do Decreto Federal – que a doutora já citou – 3.810, de 2001, que promulgou o Acordo de Assistência Judiciário-Penal entre os Governos brasileiro e norte-americano, além de outros dispositivos legais que tratam das relações jurisdicionais do Brasil com autoridades estrangeiras.

A PGR (Procuradoria-Geral da República), em parecer enviado ao Supremo Tribunal Federal, defende que as empresas de aplicativos com servidores de internet sediados no exterior, como Facebook e Google, devem obedecer às leis brasileiras para fornecimento de dados, conforme determina o Marco Civil da Internet e o Código de Processo Civil.

Concordo com a premissa de que qualquer restrição às autoridades nacionais para obter diretamente as informações coletadas por essas empresas vai gerar prejuízo às investigações em andamento, dificultando a apuração de crimes cibernéticos. E a doutora já colocou que certos crimes não entram, já esclareceu. Eu gostaria... Obrigado, porque muitas das minhas questões já foram esclarecidas – peço desculpa pela ausência, porque no grande expediente eu estava inscrito e fui sorteado para falar; tive que sair e voltar.

Portanto, a ideia de convidá-los para esta Comissão teve o objetivo de inserir o Poder Legislativo nessa discussão, Sr. Presidente – porque ela estava lá no Judiciário –, verificando principalmente se existe a necessidade de novas medidas legislativas para proteger nossas instituições na apuração dos crimes.

Então, agradecendo a presença da Dra. Adriele, representante da Assespro, pergunto a ela. Segundo a associação, o acordo usado habitualmente nas promoções e requisições de provas em diligências sobre pessoas, bens e haveres situados fora do Brasil em investigações





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

criminais e instruções penais em curso no País enfrenta problemas em sua aplicabilidade quanto a empresas do setor tecnológico. Quais são esses problemas?

E, como o procedimento de requisição de informações ocorre em outros países, a associação alega que, de acordo com a lei norte-americana, os provedores de serviços de comunicações eletrônicas ou de serviços de computação remota não devem disponibilizar o conteúdo de comunicação a autoridades estrangeiras. Quero saber como são feitas as investigações lá nos Estados Unidos e se lá as empresas fornecem os dados.

Agradeço pela participação à Dra. Adrielle e vou passar para o bloco de perguntas – é uma abordagem técnica aqui, mas a repercussão vai ser prática, no futuro, no final destes trabalhos –, o bloco para as empresas de checagem de fatos.

A gente tem tantas informações contestáveis que circulam na internet! Os instrumentos de prestação de contas são elementos essenciais tanto para o controle social quanto para a checagem das notícias, envolvendo a vida política e administrativa dos Poderes constituídos. Uma medida prática adotada pelos veículos de comunicação quanto à repercussão das notícias falsas foi o fact-checking, a checagem de fatos, histórias, dados, pesquisas e registros – eu queria agradecer a iniciativa ao Sr. Gilmar, que tem mais tempo, mas a todos os senhores –, tratando-se de um método jornalístico por meio do qual é possível certificar se a informação apurada foi obtida por meio de fontes confiáveis, para, então, validar se é verdadeira ou falsa, se é sustentável ou não a ideia.

Para debater o assunto, convidei Agência Lupa, Aos Fatos, Boatos.org, Comprova, E-farsas, Cidadão Verifica e Fato ou Fake, do portal G1. Alguns não vieram, mas eu queria agradecer ao E-farsas, ao Comprova e ao Boatos.org por estarem aqui. Hoje contamos com a presença dos senhores, que será muito útil no prosseguimento desta CPMI.

Os estudos de comunicação mostram que o fact-checking é visto como uma forma de resgatar as funções essenciais da produção de informação, negligenciadas pela possibilidade de cada pessoa ser o produtor do conteúdo – mais uma vez, estamos diante de um tema técnico que vai repercutir diretamente naquilo que estamos falando nesta Comissão. Então, diante da presença dos senhores – e eu vi que muitas perguntas já foram respondidas, até vou pular algumas, mas eu não estava aqui e não ouvi todas –, é possível dizer que o trabalho dos senhores busca, ou atua em romper o ciclo das notícias falsas? Até porque a gente ouviu também outras questões em reuniões anteriores.

Vocês já responderam sobre o financiamento. Fico feliz, porque quiseram colocar em dúvida essa questão. Muito obrigado pela resposta.

O Senador Humberto Costa perguntou algo interessante: se é possível que haja uma institucionalização do serviço, ou seja, o Estado possuir uma ferramenta similar em benefício da população, ou seja, o Senado, a Câmara, o próprio Estado. Foi essa a pergunta que ele fez, que





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

está sendo desenvolvida: se é possível institucionalizar. O que vocês acham? Esse foi um questionamento que o nosso Senador Ministro fez.

Na avaliação de vocês, existe alguma iniciativa ou iniciativas que o Parlamento brasileiro pode adotar para fortalecer o trabalho de checagem de fatos e, conseqüentemente, o combate a notícias falsas? O Edgard falou um pouco sobre esse assunto, deixou escrito lá no portal, mas pergunto se os senhores também têm essa possibilidade de deixar para esta CPML, para facilitar o trabalho – às vezes, há uma questão de segurança jurídica, como o Gilmar está passando por agora –, para a gente fortalecer esse trabalho... Porque os senhores conhecem bem a metodologia de como se faz fake news. Como a gente pode contribuir?

Eu sei que hoje algumas empresas estão investindo, como o WhatsApp, mas ainda se é possível, nessa gênese, de como se fazer, mais iniciativas. Quais são? Para que a gente possa cobrar dessas empresas para que elas tomem medidas, até para a sua própria credibilidade, porque, se aquele instrumento social que veio para ficar perder sua credibilidade, ele vai perder sua função, então sua sobrevivência será alterada, mas é um caminho sem volta. Eu me preocupo muito aqui, na área de psiquiatria, em relação a alguns crimes cibernéticos, suicídio, automutilação, enfim, situações de violência que acontecem, mas nós vamos abordar aqui.

E percebemos que há a própria falta de educação. A grande metodologia é a educação das pessoas para a gente combater fake news. Não tem como, judicialmente vai ser impossível a gente conseguir combater isso, o juiz determinar uma pena para cada um. Mas a gente não pode cobrar mais das empresas que estão aí, faturando milhões, bilhões de reais, com impulsionamento, com anúncio, com propaganda? A gente não podia cobrar mais delas alguma atitude? Porque, na minha opinião, tem que passar por elas a iniciativa também de combater, até pela sua própria sobrevivência e credibilidade no mercado.

O que eu tinha para o momento era isso.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Vou aguardar as respostas.

A SRA. ADRIELE BRITTO – Posso, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Pois não, doutora.

A SRA. ADRIELE BRITTO (Para expor.) – Muito obrigada.

Deputado Dr. Leonardo, muito obrigada pelo relatório, muito preciso, percuciente, de acordo realmente com o que está nos autos da nossa ADC.

Realmente, o Mlat, o decreto executivo, vem realmente encontrando algumas dificuldades de ordem prática, pragmática mesmo, ou seja, ele determina um devido processo legal, tanto





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

formal quanto substantivo, porque aí ele deixa ao talante dos governos que eles conversem entre eles. E isso também é algo importante, porque, de acordo com esse decreto executivo, o tratado vem proteger também as empresas, que têm que cumprir a própria ordem, ou seja, ela estará de consciência limpa, digamos assim. Ela estará tranquila no seu dever de disponibilizar um conteúdo de uma comunicação privada que realmente seguiu um processo de começo, meio e fim, então, que siga completamente o devido processo legal. E isso é no mundo inteiro, não é só no Brasil. Aqui na América do Sul também temos o Chile, que também é signatário. Então, assim, em todos os países... Isso é um tratamento uniforme em diversas partes do mundo.

E, realmente, em relação... Quanto aos problemas da aplicação, o primeiro deles, que eu acho que é unânime, é a demora. Realmente há uma demora nesse trajeto, nesse iter processual, porque ele segue... Do juiz de primeira instância vai para o Ministério da Justiça, depois vai para o Departamento de Justiça americano, e em seguida vai para um procurador, um representante do Ministério Público, para que ele consiga um search warrant, ou seja, um mandado perante um juiz americano para que esse juiz tenha adequadamente a sanção, a ordem judicial cogente, para que ela possa ser dirigida a um determinado servidor, a uma determinada aplicação de internet. Então, somente esse juiz americano da ponta é que realmente tem a força cogente, de ter autodeterminação, de ver respeitada a autoridade da sua decisão judicial. Então, é por isso que esse devido processo legal é tão importante. Uma vez conseguidas as informações, elas seguem todo o trâmite de volta. Então, muitas vezes acontece algum erro de interpretação, alguma falha nessa comunicação entre eles, e então...

Inclusive se fez uma audiência pública no Supremo Tribunal Federal, da qual também nós participamos, juntamente com vários representantes de outras empresas, também com outros órgãos da Administração Pública – AGU, Ministério Público, Itamaraty –, e ali se tentou fazer uma conversa inicial, muito incipiente, para se chegar a algum denominador comum. Por parte das empresas de tecnologia da informação, nós temos aqui a maior boa vontade para que se faça, então, que se facilite essa comunicação.

E também... Outro problema também é a própria tradução, porque as sentenças saem daqui em português, e elas devem ser todas traduzidas. Mas isso eu ouvi também de pessoas fora daqui, quando eu fui a esse evento na Alemanha, de que até mesmo no Japão eles também têm esse tipo de problema. Então, não é apenas um problema que nós estamos sofrendo aqui sozinhos; é algo que nós temos também, que eu percebi que há uma reverberação em diversas partes do mundo.

E também, em relação a como é que é nos Estados Unidos, lá eles têm uma legislação própria; lá eles têm, inclusive, vários atos... Enfim, não sou uma especialista em Direito americano neste ponto, mas eles têm vários patriot acts, o próprio Stored Communications Act. E aí, em razão dessa legislação, que é extremamente específica, eles também encontram alguma dificuldade. Tanto é que lá, Presidente, Deputada, houve um caso muito interessante, chamado Microsoft versus Ireland, que tramitou na Suprema Corte americana. E olhe que





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

curioso: aí, agora, eram os Estados Unidos que tinham dificuldade, era o sistema de Justiça americano...

(Soa a campainha.)

A SRA. ADRIELE BRITTO – ... que tinha dificuldade em acessar dados que estavam na Irlanda.

Então, daqui do nosso lado, estamos com dificuldade em ter acesso a dados que estão nos Estados Unidos, e os Estados Unidos têm dificuldade de acesso daqueles que estão na Irlanda. E isso é no mundo inteiro, tanto é que o Brasil é signatário do Mlat com mais 21 países; não é somente com os Estados Unidos.

E eu gostaria também aqui muito de me valer de uma frase do Tobias Barreto, sergipano, um juriconsulto – acho que é de conhecimento aqui de todos – que fala o seguinte: que o Direito não é um filho do céu; é simplesmente um fenômeno histórico, um produto cultural da humanidade. Então, o Direito é o *modus vivendi* possível entre nós, que somos seres gregários e que, nas nossas relações interpessoais, aqui tentamos chegar a uma paz social da melhor forma possível. Então, dizer que este ou aquele instrumento é o melhor ou não tem nenhum defeito? Não; acho que isso não se pretende afirmar aqui neste depoimento.

Então, estamos, sim, cientes dessas dificuldades, tanto que, na época, para fechar a questão do Microsoft versus Ireland, lá na Suprema Corte americana, durante, no íterim do trâmite desse processo lá, houve a promulgação do Cloud Act, que justamente veio para emendar o Stored Communications Act.

Então, a partir dali, eles conseguiram resolver a questão em específico pela Suprema Corte, que é diferente da nossa. A partir de casos específicos, eles resolvem os casos gerais. No nosso caso, a ADC é um caso geral, em tese abstrato, que vai ter efeito *erga omnes*, e, aí sim, nos casos concretos. São dois vetores em ordens diferentes, mas o resultado é um só.

Então, eu imagino que realmente a melhor solução para o que nós temos agora, neste momento, é a assinatura do Cloud Act. Sem sombra de dúvida, é algo uniforme. Tendo em vista o princípio da igualdade, ele é feito em todos os países e também estará de acordo com o que se pratica em outros níveis de investigação, como, por exemplo, a perseguição de dados bancários em outros países.

Espero ter respondido às perguntas.

O SR. EDGARD MATSUKI (Para expor.) – Agradeço as perguntas, nobre Deputado, e agradeço também o convite. Talvez, para mim, tenha sido mais fácil porque moro em Brasília. Então, tive de pegar um carro e atravessar um quilômetro mais ou menos para chegar até aqui.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu queria fazer só alguns apontamentos. Na realidade, muitas das perguntas já foram respondidas na minha apresentação e também em outros questionamentos. Em relação ao trabalho do jornalista no fact-checking, é bom destacar que o jornalismo em si, o jornalismo profissional acordou há pouco tempo para essa questão. Gilmar sabe mais do que eu que, até um certo momento – e eu acredito que o momento de virada foi de fato as eleições norte-americanas, em que o assunto fake news começou a ser tratado com mais seriedade –, o jornalismo não tratava dessa questão. Provavelmente se o boato da mamadeira das eleições de 2018 tivesse circulado nas eleições de 2014 ou nas eleições de 2010, antes dessa virada, não seria desmentido por praticamente ninguém.

Então, eu acho positivo isso e acredito que é uma tendência. Eu acho que todo mundo que vem somar com o fact-checking ajuda até a dar mais credibilidade ao movimento de checagem de informações.

Houve uma pergunta aqui em que eu anotei "ciclo de notícias falsas". Só que eu acabei pescando. O Deputado conseguiria só recapitular para mim?

O SR. DR. LEONARDO (SOLIDARIEDADE - MT) – Para romper o ciclo, porque a notícia falsa tem um ciclo.

O SR. EDGARD MATSUKI (Para expor.) – Ah sim, o fact-checking, né? Sim, eu até falei na minha apresentação. É isso mesmo. A gente não consegue o mesmo alcance de uma notícia falsa, mas, a partir do momento em que ela é desmentida, às vezes o próprio autor ou a pessoa que compartilhou faz uma retratação. Então, por experiência prática e experiência empírica, eu consigo identificar que, de fato, essas notícias conseguem interromper esse ciclo e acredito que esse deve ser o objetivo a ser visado pelas agências de checagem. Nunca a gente vai ter mais compartilhamento do que a notícia falsa, até porque, como disse o colega Sérgio, nós temos compromisso com a verdade, e é muito mais difícil criar um texto atraente com compromisso com a verdade. E também a gente já parte de muitos compartilhamentos atrás da notícia falsa. Quando começamos o compartilhamento um, provavelmente eles estão no compartilhamento alguns milhares.

Em relação ao Estado, eu acredito que sim, tudo o que venha somar com iniciativas de checagem de informação pode ser saudável, mas há dois pontos. O primeiro: se algo for feito, é preciso que seja uma iniciativa de Estado e não de governo, para justamente desvincularmos de partidos políticos principalmente, porque muitas das notícias falsas que circulam na internet são relacionadas ao meio político. E acredito que os políticos, sejam os de Governo em nível federal, estadual ou municipal, têm assessoria que consegue fazer o desmentido das informações. Mas, de certa forma, é preciso tomar cuidado e muita parcimônia.

Como falei anteriormente, coloco-me à disposição para ideias; posso colaborar. Nós colaboramos, de certa forma, com o STF, com o TSE, por meio de ideias, publicando ou enviando





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

alguns desmentidos para eles também colocarem em uma plataforma. A gente está aqui para colaborar, só que precisaria saber mais como estaria isso. Só que é muito importante que algo feito pelo Estado não caia naquela velha armadilha da censura, porque, uma vez que o Estado vai definir o que é verdade ou não é verdade, é preciso ter certeza absoluta de que a informação não é correta.

Em relação ao que as agências de checagem podem ter. Na verdade, particularmente eu estou muito satisfeito com o que a gente faz. É um projeto pequeno, eu não tenho desejo nem de crescer em nível exponencial. Claro que visibilidade – esta própria CPMI nos ajuda nesse sentido, e creio que os Deputados podem nos ajudar também em relação à visibilidade – e segurança jurídica seriam o mais importante. Não acredito que financiamento público possa ser a solução a priori. Não penso nisso.

Em relação ainda à questão das plataformas é preciso que elas tenham muito cuidado – como elas fazem esse filtro. E a gente está falando de empresas particulares. Então, é preciso ver até onde a gente pode gerenciar essas empresas particulares. Mas, só para citar o exemplo que eu citei na minha apresentação das notícias que aparecem para a gente quando nós acessamos serviços de busca, acredito que... Eu não tenho certeza em relação ao Projeto Comprova. O projctocomprova.com.br está no Google News também. Os artigos aparecem lá, Sérgio?

O SR. SÉRGIO BOECK LÜDTKE (Para expor. Fora do microfone.) – No Google News, sim.

O SR. EDGARD MATSUKI (Para expor.) – Está, não é? Eu sei que o do Gilmar, o E-farsas, e o Boatos.org não aparecem. Eu já tentei algumas vezes verificar por que nós não somos classificados como notícia. Na verdade, recebemos uma resposta padrão: "Leia os termos de uso e revise". Em contrapartida, a gente vê artigos opinativos circulando como se fossem notícia.

E, só para citar em relação a outros problemas na internet, é importante pontuar que fake news também ajuda em outros tipos de ações, como por exemplo o bullying. Eu posso citar um exemplo: no ano de 2017, se eu não me engano – não tenho tanta certeza se foi em 2017 ou 2018 –, começou a circular um rumor de que existia um jogo entre adolescentes chamado Baleia Azul. Só que, ao buscar pela fonte da informação, a gente descobriu que foi uma notícia falsa de um site russo, e aí o que aconteceu? A história cresceu dentro da Rússia, a partir daí houve um grande veículo de mídia brasileiro que deu a história de uma forma sensacionalista, e isso virou praticamente um pânico. Enquanto os pais ficaram em pânico, os jovens resolveram brincar com a situação, e aí, de fato, eles começaram a fazer bullying, falando se matariam e outras coisas do tipo. Então uma fake news gerou um movimento negativo na época, para o qual foi preciso muito trabalho para a gente explicar. Eu me debrucei especialmente em relação a essa questão,





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

para tentar esclarecer ao máximo na época, mas foi difícil porque nós éramos um projeto pequeno, não é? Ainda somos.

Acho que é isso.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP) – Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Pois não, Deputado.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP. Pela ordem. Fora do microfone.) – Gostaria de informar que, novamente, Presidente, a Ordem do Dia está correndo...

O SR. CELSO RUSSOMANNO (REPUBLICANOS - SP. Fora do microfone.) – Tem uma votação agora.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP) – Talvez o senhor...

O SR. CELSO RUSSOMANNO (REPUBLICANOS - SP) – Talvez a gente pudesse votar e voltar aqui.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA. Fora do microfone.) – Nós estamos aqui trabalhando para nossa pauta...

O SR. CELSO RUSSOMANNO (REPUBLICANOS - SP) – O ideal seria que nós nos dividíssemos aqui, fôssemos votar e voltássemos.

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP. Pela ordem.) – O ideal seria falar – é o Rodrigo Maia que está presidindo? Quem está presidindo? – para liberar, porque não tem como, nesta CPMI, sair daqui, ir até lá, voltar, etc. e tal. Na verdade, a minha sugestão é que a gente tenha uma reunião com o Presidente Rodrigo Maia para falar da importância desta CPMI e que, quando abre lá a votação, nós não podemos sair daqui para votar lá. Isso tem que ser justificado assim, porque fica muito difícil isso.

O SR. CELSO RUSSOMANNO (REPUBLICANOS - SP) – Deputado Alexandre, isso não vai acontecer porque teria que abrir mão para as outras também. É melhor a gente se revezar, como a gente faz sempre. Quem vai perguntar? O próximo orador fala enquanto nós votamos, e depois substituímos.

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Celso, eu acho que a gente deve perguntar ao Rodrigo isso, conversar com ele. Vamos tentar.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Olha, eu queria esclarecer aos senhores e às senhoras que ontem eu conversei com o Presidente Davi a respeito dessa questão, ele ficou de consultar também a parte técnica da Casa para ver se poderia nos liberar.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Depois ele levaria o assunto também para o Presidente Rodrigo Maia, mas não recebi essa resposta ainda.

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – O que é o mais correto é liberar aqueles que já estão aqui ou os que já falaram, podem ir votar, podem sair, mas o que não falaram têm que ser liberados.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Irei cobrar essa resposta, se ele já teve alguma ideia a respeito da parte legal da nossa ausência – na verdade, é presença.

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Eu, por exemplo, não vou lá votar, vou entrar com um requerimento, com um ofício, seja o que for, e vou falar que eu estava aqui trabalhando.

O SR. PAULO RAMOS (PDT - RJ. Pela ordem.) – Presidente, aproveito, então, essa pequena digressão para dizer o seguinte – e quero cumprimentar todos da Mesa. Eu fiquei um período da minha vida aqui, depois fiquei muitos anos fora e voltei agora. O que está acontecendo no Congresso Nacional é de um absurdo em relação ao exercício do mandato. Eu não conheço o Senado, mas os Deputados são completamente desrespeitados. A Câmara dos Deputados – eu falo da Câmara – se transformou numa espécie de máquina de votar – máquina de votar – e o Deputado sendo ponto biométrico. Uma correria, corta o ponto... O Presidente chama a atenção do Deputado no Plenário. É uma situação deprimente para a representação popular. Era preciso... Quando essas coisas acontecem temos que sair correndo lá, revezar. Isso é de um absurdo que não pode prevalecer. Aqui está a prova de que esse funcionamento, esse mecanismo é uma obstrução ao exercício do mandato. Cortam o ponto, descontam na folha de pagamento, ameaçam: "Essa vai ter efeito administrativo", sai todo mundo correndo de onde está.

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Deputado...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – É verdade, Deputado.

O SR. PAULO RAMOS (PDT - RJ) – Eu peço desculpas aos convidados. Se isso não for debatido, nós vamos viver esse constrangimento diante dos convidados.

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Até porque é um desrespeito – perdão – com os próprios convidados que vêm aqui. Eu acho que deveria se fazer um sistema em que nós votássemos daqui. Aqueles que estão aqui recebem as orientações do partido "é 'sim', é 'não', libera", vota daqui e acabou esse assunto.

O SR. PAULO RAMOS (PDT - RJ) – Nós temos, pela representação, o direito de decidir o que nós entendemos que é mais importante fazer em cada momento.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA) – Presidente...





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Concordo.

O SR. PAULO RAMOS (PDT - RJ) – É somente isso.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA) – Questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Coberto de razão, Deputado Ramos. Eu acho que nós temos que realmente procurar os Presidentes das Casas para tentar chegar a um consenso a respeito desse fato.

Agora mesmo, eu recebi aqui do meu assessor...

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Exatamente.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – A Ordem do Dia abriu aqui, no Senado, votação nominal...

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – É tanto café da manhã que se faz na residência do Senado e na residência da Câmara que pode haver um café da manhã com a gente lá e resolver isso, porque o que não falta é café da manhã. O café da manhã começa às 6h, 6h30, 7h, 7h30, 8h, 8h30, 9h, 9h30... São dez cafés da manhã por dia!

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA) – Até à noite...

O SR. PAULO RAMOS (PDT - RJ) – Sr. Presidente...

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA) – Sr. Presidente, eu queria...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Questão de ordem com a Relatora.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA) – É uma questão de ordem, Paulo...

O SR. PAULO RAMOS (PDT - RJ) – Só um minutinho, pedindo desculpas, para encerrar.

Daqui, de todos os presentes, eu convivi só com a Deputada Lídice da Mata, nossa Relatora, e acredito que ela tenha também essa avaliação.

Para dar um exemplo do Senado, com que me assustei, num dia, uma matéria é votada na Comissão de Constituição e Justiça – emenda constitucional! – e, no mesmo dia, é votada no primeiro e no segundo turnos. É uma situação de difícil aceitação, porque demonstra claramente que não existe o debate, que não existe a discussão. Já acontece aqui, pelo menos na Câmara, para preencher interstício regimental ou constitucional, de fazerem cinco sessões consecutivas: abrem o painel, dão presença, leem a ata, encerram a sessão, iniciam outra sessão... É um





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

absurdo o que está acontecendo aqui. Por várias razões, e eu incluo esta, é que o Poder Legislativo vai sendo objeto de tanto assédio, de tanta desmoralização.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Com a palavra a Relatora.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Pela ordem.) – É pela ordem apenas.

É para comunicar à nossa CPMI que nós temos alguns convidados... Especificamente o Sr. Sérgio viajará às 19h. Então, nós deveríamos liberá-lo daqui a pouquinho, para que ele possa ter condição de chegar ao aeroporto no horário devido. Então, eu queria encaminhar, Presidente, que se pudesse ver com os Deputados e Deputadas presentes, com o Líder, se há alguma questão a ser dirigida ao Sr. Sérgio, porque, se não houver, nós poderíamos liberá-lo. São 17h20.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – O Deputado Márcio Labre solicitou questão de ordem pela Liderança...

O SR. MÁRCIO LABRE (PSL - RJ) – Não, de minha parte, em relação ao nosso amigo Sérgio, se ele precisar sair, não há problema nenhum.

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Eu queria falar só uma coisa para o Sérgio: que não levasse a mal a Deputada que saiu daqui, porque, geralmente, ela fala, fala, fala e, depois, não fica para ouvir. Que o senhor não levasse isso em consideração.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Deputado Márcio, vai falar pela Liderança?

O SR. MÁRCIO LABRE (PSL - RJ) – Perfeito. Tempo de Líder. Qual o tempo de hoje disponível? São 45 minutos?

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – V. Exa. sabe que esta Presidência é bem condescendente. Se V. Exa. puder ser breve, ótimo.

O SR. PAULO RAMOS (PDT - RJ) – Sr. Presidente, é só esclarecer que, com o tempo de Líder, não pode fazer perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Exatamente. Ele sabe.

O SR. MÁRCIO LABRE (PSL - RJ. Pela Liderança.) – Eu não vou fazer perguntas. Responderei ao senhor.

Pode contar? Então, vamos lá.

Boa tarde a todos os presentes, boa tarde, Presidente, Relatora, convidados.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A presença de dois representantes, o Sr. Edgard, do Boatos, e o Sr. Gilmar, do E-farsas, de certo modo, acaba esvaziando um pouco o primeiro sentido inicial desta CPMI. Por quê? Porque eu conheço essas páginas de muito tempo, do tempo em que desmentiam pouso de ET em estrada, e que tinha negócio de fantasma embaixo da cama. Era só isso. E era bem divertido acompanhar esses sites, porque, algumas coisas que circulavam no MSN, no Orkut, o pessoal corria para lá e ia desmentir.

Então, é uma prova também de que o próprio mercado, digamos assim, esse mercado de comunicação em redes sociais, vai se regulando. Eu entendo... Eu nunca identifiquei nenhum boato no E-farsas com nenhum viés político não. Sempre foi bem tranquilo quanto a isso. Agora, realmente, a gente entrou, o Brasil entrou, de 2013 para cá, numa outra batida. Então, a população começou a debater política. Eu acredito que vocês foram na esteira disso, e a coisa começou a complicar porque, como disse o Edgard, é impossível não ter lado. Você sempre tem algum lado, mesmo que seja de forma respeitosa.

Mas o que eu queria, realmente, que tivesse aqui hoje eram as agências. Essas, sim, eu posso dizer com propriedade que essas têm viés: dona Lupa, dona Aos Fatos, Estadão Verifica, Fato ou Fake. Isso aí tem... Porque são questões, assim... Eu vou exemplificar algumas questões bem objetivas aqui, para a gente não prolongar. Um fato que foi bastante corriqueiro nas eleições de 2018 foi aquele negócio em que digitava, aquela urna lá, a urna eletrônica, em que apertava o 1 e aparecia o nome do Haddad, não é? Isso foi rapidamente desmentido por essas agências, numa velocidade invejável, de primeiro mundo, por estas agências aqui: Lupa, Aos Fatos, Estadão. Todo mundo se mobilizou e desmentiu rápido. A entrevista que o Jair Bolsonaro, então candidato, deu sobre aquela questão do kit gay, aquele material didático – na verdade, ele se equivocou em dizer que foi distribuído, mas não se equivocou em dizer que foi concebido, porque foi concebido e tentou-se fazer a distribuição –, isso foi também rapidamente desmentido, entre várias aspas. Porém, a menininha lá da suástica nazista, ah, aquilo ali demorou. A Lupa não fez nenhuma checagem daquilo. Aos Fatos não fez checagem daquilo. E aquilo foi, escandalosamente, uma tentativa de difamar a candidatura do Jair, atribuir ao Presidente Jair Bolsonaro a pecha de nazista, de candidato nazista. Tivemos também aquela do Geraldo Azevedo – aquela foi demais –, que alegou ter sido torturado no regime militar pelo Mourão, que só tinha 16 anos. Não houve dessas agências nenhuma checagem, nenhuma. Então, só por esses quatro exemplos que tenho, dois de cada lado, percebemos que aqui, sim, nós temos viés.

Então, se, por acaso, esta CPMI fosse estabelecer a normatização de empresas para fazer checagem, quem garante que não haverá viés ideológico? As únicas por quem eu poderia, mais ou menos, pôr a mão no fogo são essas duas aqui, que estão no caminho bem, bem antes. Ultimamente, como tudo está sendo discussão política, eu acho que a maior pauta de vocês hoje também é política, desmentir sobre política e tal, porque é o momento que o Brasil vive.

Mas eu quero dar até um recado. Por isso que eu queria a presença de todo mundo aqui.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(Soa a campainha.)

O SR. MÁRCIO LABRE (PSL - RJ) – Infelizmente, eu não dei sorte com essa questão da votação nominal, mas eu queria dar um recado aqui para o Senador, para o Deputado: olha, a população brasileira não é boba. Ela está percebendo que existe uma clara tentativa de se inviabilizar o Governo do Presidente. E todo mundo sabe... Quem sabe, minimamente, de ciência política sabe que um governo com ampla aprovação, ninguém derruba, de forma alguma. Então o que eu recomendo, para que a gente possa avançar e construir aí até 2022, é uma... O que eu estou fazendo aqui, na verdade, é tentar dar mais um sinal para que a gente vá por um bom caminho. Vamos governar, façam oposição responsável, mas não vai funcionar. Não vai funcionar tentar derrubar o Governo a partir desta CPI, porque as pessoas sabem perfeitamente que não estamos lidando com uma situação de fake news como causadora da vitória de Jair Bolsonaro.

O que a gente sabe historicamente é que a esquerda brasileira sempre cria um inimigo, um inimigo oculto, que já foi o regime militar. E hoje, como desculpa para os seus militantes, a gente precisa de um outro inimigo. Perdemos a eleição por causa de fake news. Não é porque nós fizemos um Governo ruim, não é porque nós destruímos a economia, não é porque nós prometemos conta de luz barata e depois não deu para dar continuidade, é porque inimigos ocultos nos destruíram, nos tiraram do poder. Então esse discurso é antigo, desde que eu me conheço por gente.

E hoje o alvo desse discurso é essa coisa de fake news, que vem sendo confundida – já vou terminar, Presidente –, vem sendo confundida com calúnia, difamação e injúria, que já são crimes tipificados e previstos no Código Penal. Então fake news é fofoca, um nome sofisticado para fofoca. O restante é calúnia e difamação, que estão previstos.

E aí eu queria dirigir a palavra, para finalizar, ao Senador, ainda bem que ele voltou, o Senador Humberto, se o senhor quiser depois responder. O Senador vem se vitimizando aí, fez uma declaração de que o senhor vem sendo atacado, enfim, pelas redes sociais, mas eu gostaria de perguntar ao senhor sobre uma postagem no Twitter que o senhor fez, que eu vou transcrever aqui. Foi no dia 19 de outubro. O senhor disse: "A paciência do povo com a direita ultraliberal fascista e entreguista está acabando em diversos lugares do mundo. Jair Bolsonaro está com os dias contados. É questão de tempo. A hora do Brasil vai chegar, anotem aí". O senhor considera isto aqui uma postagem pacificadora, uma postagem agregadora?

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Deputado Márcio.

O SR. MÁRCIO LABRE (PSL - RJ) – Eu vou deixar essa pergunta, porque ele vai ter o direito de resposta. Perfeito? Só que isso vai de encontro a quem está aqui dizendo que quer construir um País pacífico. Isto aqui não é postura disso, tá?





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E essa questão de fake... Eu quero deixar claro o seguinte: se quisermos seguir em frente, vamos aceitar perder a eleição. Eu acho que o melhor conselho que eu daria para quem está querendo chegar às vias de fato, no pior sentido da palavra, com esta CPI, é dizer o seguinte: vamos tentar fazer uma oposição responsável e disputar 2022. É simples. É tão simples e tão nobre admitir: erramos, fizemos um Governo desastroso, vamos nos recompor e vamos tentar ganhar a próxima eleição.

Agora, o que se está tentando fazer, eu volto a dizer, não vai funcionar. Nós temos alguns problemas, como eu disse ontem, de pessoas que refletem a sociedade brasileira, que estão nas redes sociais, os neuróticos, os histéricos, os bandidos, os criminosos, tudo que há na sociedade está na rede social. Então, atribuir a isso a causa de derrotas eleitorais e derrotas políticas é realmente uma desculpa que não cola.

Muito obrigado pela paciência, viu?

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Com a palavra a Deputada Luizianne Lins, PT, do Ceará.

A SRA. LUIZIANNE LINS (PT - CE. Para interpelar.) – Boa tarde a todos e a todas, boa tarde ao nosso Presidente, à nossa Relatora e a vocês que vieram aqui ajudar a entrar nesse pântano que adveio, muito dele vindo do subterrâneo diretamente para a esfera pública. Isso impactou e ao mesmo tempo, acredito que isso não vai se repetir da mesma forma, então o pessoal pode começar a procurar realmente prestar serviço ao povo brasileiro, porque eu acredito que o fato inclusive dessas coisas serem compreendidas à medida que... Eu sempre falo aqui, eu sempre coloco o que eu acho um paradigma importante: quando a televisão começou a ser estudada pela academia, falava-se muito se a televisão era boa ou ruim, e na verdade a gente dizia depois: não, é meio. Meio é meio. Então pode ser feita de bom ou ruim, ela pode ter várias utilizações, porém é um meio. O que vai ser veiculado através dela não podia e era irreversível, como agora também são irreversíveis as redes sociais.

Então eu acho que agora... Eu estou inclusive defendendo que a gente faça uma... Acho que tem que ser ensinado aqui desde cedo às crianças, porque essa geração praticamente nasceu toda – eu tenho um filho de 19 anos –, essa geração praticamente nasceu já na era da internet. Então essa geração não viu... Popularizada, porque a internet nasceu, praticamente eu não tinha nem nascido, no entanto, ela se popularizou agora, e o smartphone a popularizou mais ainda, porque nós temos uma questão muito forte. Essa geração não assiste mais televisão. Ela se informa por aqui, tudo está aqui. Então se ela quer ver televisão, ela vai ver por aqui também. Isso aumenta mais ainda a responsabilidade da gente sobre que mundo nós queremos construir, principalmente quem tem filho e tem responsabilidade política, e que não quer ficar ganhando eleição mentindo para as pessoas, porque na verdade, gente, eu também faço essa reflexão, por que não se coloca fake news como um termo, aspas, "adequado"? Mas tinha que chamar de algum nome, não é?





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aí eu vou citar aqui um processo, que depois eu vou até passar para os membros da CPMI, um projeto que foi feito pela Universidade Federal de Minas Gerais, Universidade de São Paulo, a USP, e Agência Lupa cujo nome era Projeto Eleições Sem Fake, em que eles fizeram estudo profundo com pesquisadores do Brasil, pesquisadores em nível internacional, e que monitorava, desde o anúncio no Facebook, principalmente o WhatsApp... Porque qual é o problema do WhatsApp? Por que ele virou uma arma contra a população brasileira? Porque ele tem pouca... Ele tem muita dificuldade de ser detectado pela Justiça Eleitoral. Então a quantidade de desinformação que foi jogada e não se pôde saber de onde elas estavam surgindo... Porque uma coisa é quando está pública. Hoje há instrumentos que não são... Por exemplo, a eleição do Trump, tinha eleição no Facebook que era direcionada para aquela pessoa, aquele ser humano, com 5.000 pontos de informação sobre determinado ser humano, e aí depois que ele lia, ia embora, ela se apagava automaticamente.

Então existem muitas armadilhas nas novas tecnologias que nos fazem ter que pensar mesmo, ter que pensar isso com seriedade, porque ontem aqui, foi triste aqui haver algumas interpretações de que, por exemplo, nós somos contra rede social. É como eu digo, é inevitável. O meu mandato tem utilizado rede social para divulgar o material, principalmente para atingir essa juventude que não assiste mais TV. No entanto, as pessoas estão confundindo a questão de ser ou não a favor de rede social – e nós somos favoráveis, eu pessoalmente sou – com a questão de você ter o direito de mentir descaradamente para as pessoas na rede social. Aí ficam tentando essa confusão, para de novo enganar opinião pública.

Gente, quem está nos assistindo, nós estamos aqui discutindo pessoas que, de forma dolosa, de forma sacana, de forma criminosa, querem enganar as pessoas com mentiras. Estão provocando dores, mortes, angústia, ansiedade, e isso nós não queremos. Eu não quero um mundo para o meu filho que seja recheado dessas coisas. Isso não me interessa, porque daqui a pouco...

Se a gente for analisar os dados, o número de suicídios entre a juventude multiplicou-se muito pós popularização disso. Porque, se a gente, de uma certa forma com experiência de idade, etc. e tal, vive situações extremamente angustiantes, constrangedoras, etc., você imagina um jovem que é atacado, é linchado, digamos assim, na era digital.

Então, quem hoje vem com essa hipocrisia de dizer que está preservando a liberdade de imprensa para mentir... Nunca o jornalismo teve carta branca para mentir. Nunca. Quem quiser se utilize porque a gente tem a Lei de Imprensa, nós temos regulamento, tem que responder juridicamente pelo que escreve. Por isso que hoje o diploma faz tanta falta. Quem fez isso foi de forma equivocada. Faz falta porque você, na universidade, aprende uma coisa que não é a ética do jornalista, a ética do pedreiro, a ética do trabalhador. A ética é ética, é a sua postura em relação à vida, como você se coloca, como você olha no olho lá do outro.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E a política transborda isso porque não é só você e a sua ética. É com quem você está se relacionando. Quando você olha para o eleitor e pede o voto, você tem obrigação de estar falando a verdade. E ele tem obrigação de saber que você está mentindo quando você está mentindo também. E o que me preocupa... E aí eu vou fazer aqui as perguntas para que vocês possam nos ajudar aqui.

O que me preocupa é que as mentiras... Eu vou citar por exemplo o caso da Hillary Clinton e do Trump. Ninguém inventou. Não foi nenhum terraplanista que chegou, baixou a nave espacial e a nave espacial resolveu começar a fazer discurso. Não. Foi a própria Cambridge Analytica que disse que eles monitoravam 5 mil dados de cada eleitor nos Estados Unidos, direcionaram para os Estados para reverter o processo eleitoral. Como foi o caso do Brexit, no Reino Unido. Está aí o Reino Unido nessa confusão, porque são maiorias consolidadas de forma artificial.

E outra coisa, mamadeira de piroca, gente, não pensem que não vai chegar um ser humano que acredita. Acredita, porque as pessoas zombam da inteligência do povo. O povo é inteligente, mas dê para ele informação de qualidade que ele vai saber discernir.

Eu vou dizer uma coisa. Eu, por exemplo, fui Prefeita de Fortaleza. Eu fui vítima de fake news quando nem era fake news, não tinha nem ainda essa capilaridade de rede social não. Foi através de e-mail. Pornografia, me botaram como se eu estivesse transando com um homem. Eu Prefeita da cidade, você imagina isso. Imediatamente eu chamei a Polícia Federal, fui no superintendente da Polícia Federal. Vim aqui, era o Tarso Genro, na época era Governo inclusive do PT. Vim aqui, pedi audiência com o Ministro da Justiça, que era na época o Tarso Genro, apresentei para ele as provas documentais, onde tinha rodado. Esse e-mail já tinha circulado por mais de 5 mil endereços.

A Polícia Federal, não dando respostas... Inclusive, eu tenho uma lei aprovada chamada Lei Lola, que é exatamente a misoginia na internet. Hoje é obrigação da Polícia Federal, graças a uma lei nossa que foi aprovada... Aí, o que foi que eu fiz? Contratei um grande advogado, um senhor de 80 anos de idade, letrado nessa especialidade de crime – não cibernético, mas nessa especialidade de crime –, que começou, acionou, etc.

Mas foi uma menina que trabalhava na época na prefeitura no setor de tecnologia, solidária à minha condição de mulher, porque é uma jovem também, feminista, etc. e tal, que começou a vasculhar. Foi encontrar, brigar... Fotos, porque pegaram vídeos pornográficos de lá de um tal de Red Sex, Tube, sei lá o quê, Redtube, que é sexo na internet... Aí, pegaram uma pessoa, num site americano, loira, que parecia comigo, e pegaram os ângulos... Num filme que tinha 26 minutos de pornografia, pegou exatamente os ângulos em que ela parecia comigo e jogaram na rede, como se fosse... Meu filho tinha, na época, 8 anos. E isso aí foi disseminado.

Aí, como ninguém conseguiu, eu fiz, pelo menos, esse advogado, a Polícia Federal atestar que não era eu. E eu não tenho problema com negócio de sexo, não, não tenho a hipocrisia de





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

muita gente aqui, não, que é conservadora, mas o pessoal fala de não sei o quê. É conservador, "eu não gosto disso", "não gosto daquilo outro", é conservador, mas só fala esculhambação. Eu nunca vi uma loucura dessa que está aqui, inclusive. São os conservadores mais para a frente que eu já vi na minha vida. É impressionante como o pessoal é da pá-virada, mas é conservador. Eu não consigo entender.

Então, eu queria dizer que eu não tenho problema nenhum com minha sexualidade, sou resolvida, mas é só porque era mentira, porque, se fosse alguém com quem eu tivesse estado, etc. e tal, e tivesse fotografado, era crime também, mas era outra natureza de crime. O problema é o dolo.

Então, eu estou colocando isso porque o pessoal diz "ai, se faz de muito ingênua", "estão querendo proibir...". É não, a gente está sabendo quem está mentindo na internet, porque agora está se configurando... E quem acha que ontem aquele jovem que esteve aqui sambou em cima da câmera, porque eu também fui atacada violentamente nas redes sociais... E eu estou dizendo isso porque eu tenho moral, porque eu não ando publicando notícia falsa, não. Eu não escuto a notícia e saio publicando na minha, não, porque eu sou jornalista de formação e tenho responsabilidade pelas coisas que eu digo e também como Deputada Federal. Tenho responsabilidade. Mas vou dizer: fui atacada ontem, violentamente, nas redes.

Um senhor chegou ao ponto de ligar para o meu gabinete dizendo que o rapaz que veio ontem aqui ia acabar comigo. Aí a pessoa que atendeu, um pouco assustada, minha assessora, disse assim: "Mas o senhor... Olhe, não se preocupe. A gente quer ouvir o que o senhor tem a dizer, porque a gente dá satisfação para quem votou na gente. O senhor votou na gente?". Ele: "Claro que não!" Pronto. "Claro que não!". A pessoa, na hora que viu, militante experiente, uma pessoa, uma assessora que está na militância há muito tempo, disse assim: "Olha, meu senhor, então sinto muito. O senhor está ligando para o gabinete errado. Então o senhor liga para o gabinete do Deputado em quem o senhor votou, e o senhor cobre uma postura, porque nós vamos continuar assim". O cara estava tentando explicar para a assessora que a Terra era plana. Gente, eu não acreditei quando ouvi esse relato.

Então, nós estamos vivendo num mundo em que a piada está virando verdade, em que a chacota está virando verdade, em que as pessoas estão se construindo em cima da mentira. Aí, eu vou, só para finalizar... Por que a academia rejeita e um jornalista rejeita a história de fake news? É que tem aqui... Inclusive, na história desse Projeto Eleições Sem Fake é exatamente... Na capa tem exatamente aqui, eu até coloquei aqui: "É fake ou é news?". Porque é contraditório, porque, para um jornalista clássico, um jornalista que tem responsabilidade pelo que escreve, se é notícia, não é mentira, não é falso. É contraditório. Só que o problema é que você agora bota qualquer porcaria, qualquer coisa que você ouviu falar e joga numa rede capilarizada que engana o mais longínquo que está ali, em rede fechada, que é o WhatsApp, que é fechado. O WhatsApp, inclusive... Todas as redes vão sendo... Gente, vamos, só para a gente analisar o que esta CPMI





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

já consegui fazer, nobre Relatora, que, inclusive, foi brilhante ontem... Aliás, a dupla aí tem sido muito importante, eu acho, para esta Câmara.

Por exemplo: foi requerimento de minha autoria, convoquei todas as operadoras telefônicas e convoquei todas as grandes plataformas, WhatsApp, YouTube, e até o Telegram foi chamado. Sabem o que as empresas fizeram, as empresas telefônicas? Elas, elas, não fui eu, não é não sei quem, não é não sei quem da oposição, não é essa loucura de perseguição desvairada. Desde Hitler que se fala, desde Goebbels, que era o ministro de comunicação do Hitler. Sabem o que ele dizia? Repita mil vezes uma mentira que ela vai se tornar verdade. Então, as mentiras, os boatos não são novos, não. O problema é que hoje eles se disseminam... Eu estou aqui...

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. LUIZIANNE LINS (PT - CE) – As companhias telefônicas denunciaram as redes que fizeram disparo em massa. Desculpem, as empresas, para se livrarem, para dizer que só foram correio de transmissão, denunciaram. Foi a Vivo, foi a TIM, foi a OI, foi a Nextel, foram empresas telefônicas que operam no Brasil, algumas internacionais, que denunciaram. E foi por causa desta CPMI, porque elas têm que chegar aqui e dizer alguma coisa. Então, para se livrar do problema, elas já disseram o nome das empresas. Só não vê quem não quer quem é praticante de fake news!

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. LUIZIANNE LINS (PT - CE) – Aí é outra parte desse processo todo.

Eu finalizo perguntando o seguinte para vocês.

(Soa a campainha.)

A SRA. LUIZIANNE LINS (PT - CE) – Rapidamente aqui eu quis contextualizar e vou agora perguntar... Se as perguntas já foram feitas, você faz a triagem de o que é importante. Quando a Agência Lupa fez, ela pegou as 50 fake news mais compartilhadas, mais viralizadas, isso foi um estudo científico. Se o povo que quer saber se a Terra é plana, quer ir à Lua poder olhar, é problema deles. Pior que eu ainda acho que a ciência dá, de certa forma, corpo à ideia, à teoria etc. e tal. E a Lupa dizia que, das 50 mais compartilhadas, apenas 8 foram constatadas pela Lupa como verdadeiras. Oito, oito! Ou seja... E isso rolou violentamente em tudo quanto foi grupo de WhatsApp.

Aí eu pergunto, primeiro: a partir do levantamento, do trabalho que vocês têm prestado de checagem, é possível apontar quais as páginas e quais os influenciadores que são os principais disseminadores de notícias falsas no Brasil?





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Uma segunda questão: na opinião de vocês, como a disseminação das fake news durante a campanha eleitoral de 2018 interferiu nos resultados das eleições? Porque isso é muito recente. Não estou falando em 2018 porque foi eleito o Bolsonaro, não.

Inclusive, aproveitando, acabou de sair aqui que a Folha criou um "bolsonômetro", a Folha foi checar as informações que o Bolsonaro dá. E a própria Folha publicou agora que Bolsonaro dá uma informação falsa ou imprecisa a cada quatro dias. Isso é o "bolsonômetro", exatamente porque vem na cabeça e fala, e tem que acreditar e etc. e tal. Ou seja, é um mundo surreal.

Terceira: é possível apontar quais fake news tiveram maior alcance em termos de compartilhamento durante as eleições de 2018? E quais consequências vocês acreditam que elas trouxeram para esse processo eleitoral no processo democrático brasileiro?

Quarta: após a checagem de uma notícia falsa, qual a maior dificuldade em se restabelecer a verdade? Por que, ainda que seja desmentida, a notícia falsa permanece sendo disseminada? Por quê? Isso que o Senador Humberto falou já é um critério que eu estava lendo. Tanto o Instagram quanto o Facebook – que são da mesma empresa hoje em dia, o Facebook comprou o Instagram – hoje já estão se dispondo a colocar, se já está provado que é notícia falsa, eles colocam uma espécie de capa dizendo que é fake news, que é notícia falsa. Não sei como isso vai se dar, mas já estão prometendo.

Considerando-se que hoje boatos e notícias falsas disseminam-se por plataformas diversas como WhatsApp, Twitter, YouTube, Instagram etc., para vocês, qual é a plataforma mais difícil de realizar o trabalho de checagem, e por quê?

Por fim, só para finalizar, ontem tivemos aqui – eu acho importante deixar isso muito claro –, algumas pessoas disseram que o rapaz que veio aqui ontem disse muitas verdades etc. e tal. Gente, não é bem assim, não. Existe a bolha dele. A bolha dele está achando lindo, maravilhoso que ele veio aqui, disse o que disse, enfrentou Parlamentares, disse o que queria, abriu mão do sigilo bancário, depois fechou, enfim, esse engodo ao qual a gente vai chegar ou nesta CPI ou a vida vai tratar de esclarecer... Mas uma coisa eu digo para vocês: está surgindo – objetivamente, esta CPI tem tido um papel fundamental – o fio da meada.

Um especialista está dizendo que haverá um uso louco e desesperado de fake news na eleição de 2020. Então, é o seguinte: eu vou me calar como ser humano, não vou lutar mais por um mundo melhor, porque eu vou ser invadida na minha rede social e atacada por moleque, por vagabundo da notícia?!

Gente, é preciso tomar posição no mundo! É por isso que nós estamos abrindo essa caixa-preta. Não é só produção, não, porque não adianta produzir nada se você não consegue distribuir. É a mesma coisa de cinema. A pessoa pode fazer um filme lindo, maravilhoso, absoluto, mas, se não houver distribuição, seu filme acabou, é só seu. Então, é a mesma coisa da produção. Pode morrer de ter laboratório de produzir fake news, se não tiver válvula de





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

escape, de distribuição... Então, eles constituíram desde 2014, isso não é novo, do ano passado! Desde 2014, eles constituem uma rede capilarizada, principalmente as ferramentas difíceis de se ver...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Concluindo, Deputada.

A SRA. LUIZIANNE LINS (PT - CE) – O WhatsApp foi o principal escolhido em 2018, que tomou algumas providências, mas ainda está longe.

Vou terminar dizendo: também recentemente uma matéria no New York Times deixou muito claro. O YouTube foi o responsável, está sendo o responsável no mundo por juntar a tal da extrema direita, que começou a se ver, porque ela não tinha organicidade, mas ela começa agora a se encontrar. E a gente pensa que é majoritário. Ah, é a sociedade conservadora, a sociedade brasileira é conservadora... É conservadora coisa nenhuma. Esse conservadorismo hipócrita da burguesia, da pequena burguesia não faz parte da maioria do povo brasileiro. O povo brasileiro não é conservador; o povo brasileiro é um dia atrás do outro, é lutando para o filho ser gente, essa é a maioria do povo. Vir com essa conversa aqui: "Ah, a sociedade é conservadora". Conservadora não, mentira e muita. Gente, mamadeira de piroca? Quem é que acreditava que alguém pudesse acreditar? Muita gente acreditou. Acreditou não, reproduziu. Então, vamos com calma, porque as retóricas daqui são cada coisa. Gente que nunca exerceu cargo público e chega aqui, meu Deus, você fica prestando atenção na percepção, é uma coisa tão impressionante que não dá nem...

Vou concluir. O Presidente está preocupado com a próxima palavra. Não, Presidente, vou parar por aqui, mas o que eu quero dizer é que muita gente tem que ralar muito para conhecer o povo brasileiro em vez de ficar falando em nome dele, porque esse surto que aconteceu em 2018 não vai se dar da mesma forma. Pode até continuar se repetindo, não é um mal que se acabe de um dia para o outro, não. Mas isso daqui não vai mais ser do jeito que foi, porque esses mecanismos, como essa CPMI, estão trazendo à luz muita coisa que não era clara. Então – eu finalizo, Sr. Presidente –, o senhor que veio ontem aqui... Eu não sabia nem da existência dele. Olha se eu vou perder tempo vendo Terça Livre, ou sei lá o quê, sei lá o nome. Nunca! Eu não sabia nem que existia, não sabia nem da existência desse cidadão, nada, jamais, em tempo algum... Quando agora eu sei que vários colegas só se falam por lá. Quer dizer, de fato, é uma coisa estranha para mim. Mas ele vir aqui significa que ele saiu do anonimato. Isso para nós é muito importante.

Então, parabéns, mais uma vez, ao Presidente e à Relatora.

E agradeço a presença de vocês que vieram aqui para nos ajudar.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Com a palavra, para responder a pergunta, o Sr. Edgard.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDGARD MATSUKI (Para expor.) – Obrigado pelas perguntas – perguntas difíceis, por sinal.

É muito complicado falar quais são os maiores disseminadores de fake news no Brasil. Eu não me arriscaria a falar isso. E digo mais: há alguns anos, começou a surgir na internet uma história de uma lista dos sites que mais publicavam fake news no Brasil, que seria um estudo da USP e apontava inclusive que o MBL era o maior disseminador de fake news do Brasil. Na verdade, eu conhecia o pesquisador, que é o Prof. Pablo Ortellado, lá da USP. Quando eu vi a notícia, eu já perguntei para ele, e ele falou: "Não, a gente não tem lista nenhuma a respeito". Então, acho que qualquer tipo de movimento que tente fazer um ranking de quem mais divulga notícias falsas tem grandes chances de errar. Como o boatos.org é apenas um recorte nesse mundo das fake news, eu não faria isso, eu não chegaria ao ponto de citar quem são as páginas que mais influenciam, mas eu acredito que, principalmente de 2016 e 2017 para cá, isso não está tanto em páginas, isso está mais em aplicativos como o WhatsApp.

Sobre as eleições de 2018, eu não posso dizer com toda a certeza que influenciou o resultado final, mas com certeza as notícias falsas influenciaram o debate durante as eleições. Isso tende a acontecer em todo pleito eleitoral. É incrível como a desinformação acaba rebaixando o próprio debate político. Pouco se fala em termos de pautas importantes, que seriam importantes de verdade para a população, e aí se fala no lugar em pautas de comportamento, em pautas que segregam e de certa forma são até preconceituosas. Justamente, então, nesse sentido, as notícias falsas, sim, influenciaram o debate. Não posso dizer que influenciou...

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP. Para interpelar. Fora do microfone.) – Que debate? Não houve nenhum debate.

O SR. EDGARD MATSUKI (Para expor.) – É, na verdade, ajudou a diminuir o debate.

Agora, só é importante citar, por mais que possa haver, quantitativamente, um certo número de notícias falsas de um polo político para outro polo político, existem notícias falsas de todas as categorias, de todos os lados, e que atingem todos os tipos de políticos. Então, acho que a gente tem que prestar muita atenção nisso.

Em relação à plataforma, sim, o WhatsApp é a mais difícil, e não só pela questão de as mensagens serem privadas e a gente não conseguir ter um lastro de compartilhamento delas, mas principalmente pelo formato em que elas circulam. Um formato de áudio no WhatsApp é uma das coisas mais complicadas de se checar, porque você não conseguiria, sem uma ferramenta ou um banco de voz, identificar a pessoa que gravou. Nesse caso – e aparecem muitos áudios de WhatsApp com notícias falsas –, o que a gente faz é tentar buscar por referências que desmintam essa informação, mas de fato tem muito áudio aí que a gente não consegue desmentir, e, se não tem certeza de que é falso, a gente acaba deixando passar batido.

A SRA. ADRIELE BRITTO – Eu, poderia, Presidente...





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Com a palavra, Dra. Adriele.

A SRA. ADRIELE BRITTO (Para expor.) – Muito obrigada, Presidente.

Eu gostaria aqui de fazer uso da palavra para falar em tese, ou seja, não me ater a um determinado assunto ou a uma determinada plataforma, mas, do ponto de vista da legislação brasileira, de acordo com a situação relatada por V. Exa., durante a campanha eleitoral, creio que isso seja uma das piores situações que uma mulher candidata possa passar. Realmente é um alvo muito fácil e previsível, até mesmo um clichê. Isso acaba inibindo, inclusive, as mulheres de adentrarem a vida pública, em relação a esse receio que ela tem de se expor, família, filhos... Realmente, ainda temos um resquício aí de machismo que nos impede de seguir alguns passos.

A SRA. LUIZIANNE LINS (PT - CE. Fora do microfone.) – Resquício, não. Um grupo.

A SRA. ADRIELE BRITTO (Para expor.) – Isso, isso. Verdade, Excelência.

Passo então para uma solução jurídica para as questões aqui apontadas. Em relação aos casos de revenge porn, ou aos casos de pornografia na internet em que mulheres são expostas, gostaria apenas aqui de ressaltar o art. 21 do nosso Marco Civil, em que basta uma notificação à plataforma para que essas imagens ou vídeos sejam então retirados.

Já em relação a serviços de mensagem encriptados ponta a ponta, que são diversos – não é somente um –, a criptografia realmente vem para proteger os cidadãos, os seus usuários, nas suas conversas de ponta a ponta, ou seja, entre usuários. A criptografia também evita vazamento de dados, ou seja, ela também serve para proteger aqueles bens jurídicos que estão no art. 10 do Marco Civil – a intimidade, honra, privacidade –, porém realmente existe essa impossibilidade do alcance à mensagem em si. Mas é claro que existem meios alternativos de busca a essas mensagens, e aí vem também essa questão do backup na nuvem, ou então uma busca e apreensão do dispositivo, ou seja, do próprio aparelho, além, é claro, da guarda, que é obrigatória, de acordo com nosso Marco Civil, no art. 5, §3º, dos metadados. Aqui eu repiso mais uma vez a guarda desses registros, que são de grande valia também para a investigação criminal. Muito embora ainda não se tenha uma solução perfeita para toda e qualquer situação, nós estamos ainda caminhando da melhor forma, lembrando sempre que a entrega de metadados foi uma escolha do legislador quando da elaboração do Marco Civil da internet.

Então, deixo aqui esses esclarecimentos em relação à legislação atualmente aplicada.

O SR. GILMAR HENRIQUE LOPES (Para expor.) – O meu colega Edgard tinha falado sobre o WhatsApp, que era o que eu ia falar mesmo, que é o mais difícil de você achar e pesquisar dentro do WhatsApp alguma coisa. Quando é texto, é até mais fácil, você vai lá na busca e acaba conseguindo achar, mas, na questão de áudio ou vídeo, é muito mais difícil.

O Facebook tem um alcance menor, porque você tem que pagar para você ter um alcance no Facebook. Então, uma pessoa comum, um usuário normal, não consegue ter um alcance tão





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

grande quanto uma equipe que tem um dinheiro para investir no Facebook para conseguir disseminar alguma coisa. Na nossa fanpage lá no Faceboo –, a gente tem pouco mais de 200 mil fãs –, a gente não tem 1%. Quando a gente publica alguma coisa lá, a gente vê que a gente tem menos de 1% de alcance, mas, se a gente pagasse, a gente teria muito mais. Então, acho que o mais difícil é o WhatsApp mesmo. E o Facebook tem feito isto – é mais uma questão financeira – de restringir o alcance. Mas quem tem dinheiro consegue fazer um estrago grande lá no Facebook.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Vamos ouvir agora o Deputado Alexandre Frota, de SP, do PSDB.

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Logo em seguida, teremos o Deputado Celso Russomanno, essa grande liderança paulista...

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – ... que foi vítima também de fake news.

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP. Para interpelar.) – Muito, muito grande. Era para ele ter sido Prefeito.

Bom, primeiro, eu gostaria, Presidente, de chamar atenção aqui dos Senadores presentes e também dos Deputados, porque, nas duas últimas reuniões que nós tivemos, houve um assessor aqui dentro, credenciado, inclusive – ele tem crachá da Câmara –, que se posiciona aqui atrás, de barba, bigode... Eu não sei o nome dele. Hoje ele não está aqui. Eu procurei já diversas vezes, ele não está aqui hoje. Ele, além de ter se manifestado, da primeira vez, inclusive, com cartaz... E me estranha ele, sendo assessor Parlamentar, se manifestar. Ele ontem saiu daqui e foi para as redes sociais e praticamente liquidou aqui, verbalizou coisas terríveis nas redes sociais dele, sendo que ele é daqui de dentro. Então, eu gostaria... Da próxima vez em que ele estiver aqui, eu vou parar e vou pedir para que ele se identifique e diga para qual Parlamentar ele trabalha, se é para Senador, Senadora, Deputado, Deputada, enfim...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Eu não sei o nome dele. Por isso que a gente estava discutindo aqui. É justamente aquele rapaz que fica ali atrás.

Bom, eu queria falar do modus operandi dessa turma que existe, porque aqui a gente está falando de fake news, cyber bullying, bullying, linchamentos virtuais. Eu vou me atentar aqui nesse caminho.

Antes de o Presidente tomar o cafezinho, eu queria, Presidente, só lembrar aqui que ontem o Allan negou o tempo todo qualquer conexão com empresários ou financiamento de empresas





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ao site dele. Nós até levantamos aqui uma... Eu tinha ampliado aqui: joao@jbbpar, uma coisa assim, que a Deputada Luizianne falou aqui, inclusive, mostrou comprovou que é o site, que é um e-mail se responsabilizando ali pela rede no início do Terça Livre. E aí ninguém se atentou para isso. Quando foi perguntado aqui, ele disse que desconhecia essas empresas. Mas um feliz fotógrafo fez uma foto do Sr. Allan justamente com uma pasta, aqui em cima da mesa, da Argus, que é justamente uma empresa da holding da JBB Par, uma empresa de monitoramento e segurança. Ele disse que desconhecia as empresas, mas, em cima da mesa, havia... Nós não vimos na hora, mas havia. E a foto está aqui. Eu vou passá-la para depois a gente arquivar aqui esse momento. Mais uma mentira dele, porque ele disse que desconhecia aquelas empresas, mas, no entanto, por descuido, ele trouxe uma pasta de uma das empresas.

A militância do Olavo, de que a gente tanto fala, se reuniu em São Paulo no sábado, dia 6 de abril de 2019. Quatro dias antes do encontro, dia 2 de abril, um empresário chamado Otávio Oscar Fakhoury, o investidor por trás do site bolsonarista Crítica Nacional, falou a uma pessoa próxima sobre o teor bélico e o caráter secreto da reunião: "Sábado é para planejamento de guerra; não é para ser divulgado – e não será – em lugar nenhum. Tem líderes de movimentos, tem influenciadores. Aqui de São Paulo, tem o Direita São Paulo, tem o Edson Salomão, tem o coordenador. E vai também o Filipe G. Martins, como influenciador. Hehehe!" – disse ele.

Fakhoury também enviou áudio dizendo o seguinte: "Esse hotel vai parecer uma central da conspiração, porque vão estar líderes de todos os movimentos de direita do Brasil hospedados lá no mesmo fim de semana. Então, é uma conspiração só nesse hotel que faremos. Agora, tem que ser muito secreta essa reunião. Nenhuma imprensa pode saber". Por quê? Não é? Aí o Filipe G. Martins responde – e ele é assessor especial da Presidência da República; é aquele que eu já falei que é uma espécie de Louro José do Olavo de Carvalho no ombro do Bolsonaro –, ele fala: "Eu vou! Mas em segredo, não fale para ninguém. Na Presidência ninguém pode saber". Muito bem. Ainda na noite de 6 de abril, o Filipe Martins, por acaso, divulgou uma foto da reunião realizada naquele dia. E aí todos descobriram que houve uma reunião dessa gangue, desse grupo, seja o que for.

E, quando nós cruzamos aqui todas as informações e todas as pesquisas levantadas nesses últimos meses – porque nós não estamos nisso agora –, nós conseguimos detalhar que são sempre essas pessoas que estavam reunidas nessa reunião; são as mesmas que atacam, inclusive, os próprios aliados do Presidente Bolsonaro quando ele resolve que não serão mais aliados. E aí vem um comando, vem um comando do Olavo de Carvalho que dispara... Ele é o primeiro a fazer o linchamento. Esse senhor, para quem não sabe, indicou ministros, pediu a exoneração de ministros, faz o Presidente tipo... O Bolsonaro fica na mão dele como se fosse um joystick, sabe? E aí ele passa a humilhar as pessoas, faz todos os ataques. Esse cidadão dá o primeiro start. E aí, na sequência, há os fomentadores, em que se enquadra o Sr. Allan dos Santos. Aí os fomentadores precisam enaltecer o radicalismo daquele que deu a ordem do





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

linchamento. Aí vem os publicadores; atrás dos publicadores, vêm os replicadores; aí vêm os orgânicos, vêm os pagos. E aí você... Sua vida se torna um caos – sua vida se torna um caos!

E aqui que fique claro: ninguém quer derrubar o Presidente. Nós só gostaríamos de que o Presidente estivesse fazendo o Governo que ele prometeu. Eu próprio ajudei a elegê-lo.

Depois que o Estadão publicou, em março, a reportagem: "Rede bolsonarista 'jacobina' promove linchamento virtual até de aliados" – OESP são as iniciais de O Estado de S. Paulo –, o jornal listou os membros da militância virtual bolsonarista, dividindo a rede em grupos, como núcleo central, Bolsonaro e o escritor Olavo de Carvalho; estrategistas, em que entram Carlos Bolsonaro, o quase embaixador, e o Filipe Martins; influenciadores – e todos divididos com suas páginas. Há o Paulo Eneas, do Crítica Nacional; Leandro Ruschel; Bernardo Pires Küster – todos vão passar aqui, vão sentar aqui – Paula Marisa, Steph Papaiano, Allan dos Santos, João Vinicius Manssur e mais uma série deles.

O novo grupo de WhatsApp facilitou a comunicação da militância de gabinete e dos blogueiros de crachá para definir... E ontem tínhamos aqui um blogueiro de crachá, que não soube dizer como ele conseguiu o crachá. Ele disse que apenas pediu. Nós já sabemos onde ele pediu e conseguiu. Foi junto à Deputada Soraya Santos.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Ela é a 1ª Secretária. Ela deu. Não existe nada de errado nisso. É que ontem ele não soube explicar aqui.

E aí eles definem seus alvos, estratégias virtuais e ajudam nas tarefas a compartilhar as postagens de seus respectivos sites etc. Muitas vezes eles se chamam... Aqueles que financiam são apenas empresários ou colaboradores.

Aí a gente foi fazer uma pesquisa e saiu também junto em uma reportagem de onde vinham os principais ataques virtuais etc. E, para nossa surpresa, vieram muitos ataques da Alesp, em São Paulo, principalmente do gabinete do Deputado Estadual Douglas Garcia, que deverá ser chamado aqui. Ele já declarou que realmente existe essa militância, mas na hora vaga, Senador, na hora em que eles vão almoçar. Quando eles vão para dentro do gabinete, eles só trabalham.

E essa Steph Papaiano, que é assistente parlamentar, ganha R\$9.317. Em conversas privadas de um grupo menor criado por ela em 6 de dezembro, batizado de Juventude, na intenção de reunir lideranças jovens, ela ri de um ruído plantado sobre um adversário. "Está muito forte o ruído, mas foi plantado pela galera, viu? Pelo submundo, kkkkk. E o pessoal do memes, a galera do memes, tá toda militância..." Ela própria fala. Então, eles não podem achar que é uma coisa de outro mundo quando a gente fala em militância, porque falam: "Militância política virtual que faz o que eu chamo de go tropa na rataiada quando se mobiliza para quebrar narrativas de adversários".





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E aí vejo mais aqui: Bolsonaro Opressor. Bolsonaro Opressor está trabalhando hoje do lado do Bolsonaro. Ele está trabalhando lá dentro. Está lá do lado do Bolsonaro o Bolsonaro Opressor, o 2.0 etc. Está trabalhando lá. Não sou eu que estou inventando. Ele está lá. A gente pode sair daqui agora e ir lá. Ele deve estar tomando um chá gelado lá, disparando alguma coisa contra mim neste momento em que estou falando aqui.

Então, quero que este nome fique muito claro aqui, Milícia Jacobina, porque nós vamos ainda ouvir falar muito sobre isso. Mas há um personagem que a gente deveria chamar aqui: o Príncipe da Câmara dos Deputados Federais, Luiz Philippe de Orleans, porque o Príncipe, um desses militantes virtuais que ri da nossa cara quando a gente fala que eles são militantes virtuais, solicitou... E aí eu queria saber: já que ele solicitou, o Príncipe o conhece. Ele solicitou ao Príncipe para descolar um emprego para um outro amigo que também é forte nas redes sociais, ativista da tropa. "Aí, Luiz, descola um emprego para o fulano, deixa ele mexer nas suas redes sociais. O maluco é fera. Você vai ver o que nós vamos fazer. Nós somos do submundo virtual." Está aqui. E aí a gente começa a ver quem são...

(Soa a campanha.)

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – ... lá de Brasília, lá de São Paulo. Há vários, e são todos assistentes parlamentares – todos assistentes parlamentares.

E aí me chama a atenção também, Presidente e Relatora, que depois que eu fui interrogado e que nós praticamente falamos dos assessores que, aqui dentro desta Câmara, estão travestidos de assessores, mas fazem parte dessa milícia, haja vista um que fica aqui atrás, credenciado, xingando os Deputados, as Deputadas, os Senadores, as Senadoras... A gente vai pegá-lo. Deixe vir uma estrela aqui que a gente vai buscá-lo. Essas pessoas, esses assessores que hoje se encontram aqui por dentro... Nós temos aí de dois a três gabinetes sob investigação na Câmara. O que acontece é o seguinte: começaram a ser exonerados. Começaram a ser exonerados. Do nada, começaram a ser exonerados.

Eu, inclusive, peço mais um tempo. Eu inclusive...

É uma pena que a Deputada sempre fala e vai embora, porque eu vou falar novamente. Depois que eu falei nas redes sociais que nós estamos no caminho de dois ou três gabinetes em que há dentro pessoas trabalhando contra tudo nas redes sociais – apenas falei isso –, eu fui atacado. Eu fui atacado por um rapaz que eu olhei e falei: "Eu conheço esse cara de algum lugar. Ele é um ativista e o conheço de algum lugar". Mas respondi bem forte a ele. Respondi bem forte a ele, e o que aconteceu? Eu chego ao Plenário, e a Deputada Carol de Toni vem na minha direção... Ela não pode desmentir isso. Eu quero que ela esteja aqui para ouvir. Ela não pode desmentir. Ela veio na minha direção e falou assim: "Frota, você bateu muito no Nicholas". Aí eu falei: "Mas quem é o Nicholas?". Ela falou: "O Nicholas é aquele lá". Aí, eu olhei o Nicholas, que era assessor dela, que estava lá com o material, assessorando-a na Câmara, era o Nicholas que





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

me atacou na rede social. E ela, sem eu perguntar nada e sem eu ter dirigido a palavra para a nobre Deputada Carol de Toni, falou: "Olha, e eu quero falar mais: eu não tenho nenhum miliciano digital no meu gabinete. Eu não tenho!". E eu falei: "Bom, mas eu não falei nada sobre você, não te acusei de nada". "Não, mas eu não tenho!". Falei: "Tudo bem!".

Pois é, o Nicholas foi demitido quatro dias depois, o Nicholas Mello. Por quê? Não sei; ela teve os motivos dela e o demitiu.

Então, não vou me estender, porque eu sei que nós vamos ficar aqui até... Quando?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Abril. Vai ser uma festa! Vai ser uma festa!

Mas eu quero fazer uma pergunta para o Dr. Edgard.

O senhor acha covardia ou não os ataques, os bullyings que são disparados por pessoas – vamos usar o Twitter – que não se identificam nem na foto nem no nome? O senhor considera isso covardia ou não?

O SR. EDGARD MATSUKI (Para expor.) – Na realidade, eu acho que a questão vai muito mais além da covardia de quem não se identifica, e, sim, saber se essas pessoas do Twitter realmente existem, não é? Creio que, como é uma rede social que leva muito em conta as palavras que são utilizadas para gerar os assuntos do momento, em algumas vezes a gente não consegue nem saber se, de fato, quem criou, quem compartilhou esse conteúdo ou fez o conteúdo chegar aos tópicos mais vistos é, de fato, uma pessoa real. Sim, a partir do momento, e aí falando em tese, que a pessoa não existe, que esse anônimo não existe e é um robô, ela não teria nem opinião, ela simplesmente está repercutindo uma opinião de terceiro e fazendo ela ganhar corpo.

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP. Para interpelar.) – Então, é uma covardia, porque a gente está lutando contra alguém que a gente não sabe se é um robô, se é uma pessoa, se é uma mulher, se é um homem, se é um político, não é?

O SR. EDGARD MATSUKI (Para expor.) – É, até porque você é uma pessoa tentando responder a milhares.

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP. Para interpelar.) – Porque, por exemplo, no meu Twitter eu sou verificado: você vai saber que você está falando comigo; você vai saber que você está me atacando. Agora, eu estou respondendo para quem?

Obrigado.

Para a doutora. Eu gostaria só que a senhora me respondesse: a senhora acha que existe ou não fake news?





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ADRIELE BRITTO (Para expor.) – Existe, e como, não é? Claro, claro que sim, é um fenômeno da nossa sociedade atual, sem sombra de dúvida, e é uma chaga que cabe a nós mesmos combatê-la.

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP. Para interpelar.) – Então, não é uma coisa da esquerda, não é uma coisa da direita...

A SRA. ADRIELE BRITTO (Para expor.) – Não, não.

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – ... nem do centro. Ela existe.

A SRA. ADRIELE BRITTO (Para expor.) – Existe. E não é só na política também, ou seja, o Dr. Edgar falou muito bem aqui mais cedo sobre as questões de saúde também, ou seja, pedido de informação para que não se tomem vacinas, para que não se tomem remédios, ou que tomem remédios que prometem, como pomadas milagrosas por aí que são vendidas, resolver todo e qualquer tipo de problema.

Então, fake news é algo que realmente está entranhado em diversos setores da nossa sociedade.

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Perfeito. Obrigado. E obrigado pela sua presença aqui e do Edgard também.

A SRA. ADRIELE BRITTO (Para expor.) – Eu que agradeço.

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP. Para interpelar.) – Ao Dr. Gilmar. O senhor concorda com que essa investigação desta CPMI deveria usar ordem judicial ou não para adentrar as redes sociais Twitter, Instagram, seja o que for, para buscar aqueles que estão escondidos atrás de fotos de palhaço, com nome de Papai Sabe Tudo etc e tal? O senhor concorda com isso ou não?

O SR. GILMAR HENRIQUE LOPES (Para expor.) – É, eu acredito que, se tiver um indício de que aquele perfil ou aquele conjunto de perfis tenha algum perigo ou alguma coisa de disseminar notícia falsa, eu acho que cabe, sim; eu acho que cabe um pedido judicial, inclusive para verificar sigilo bancário e tudo. Mas a gente tem que tomar cuidado para não fazer disso um abuso, não é? Claro!

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Claro.

O SR. GILMAR HENRIQUE LOPES (Para expor.) – Sim. Agora, você estava falando sobre a questão de orquestrar – não é? –, de orquestramento.

Como eu já falei aqui no começo, eu participo de alguns grupos porque eu disponibilizei o número do e-farsas lá no WhatsApp, então vários grupos me colocam. Agora eu nem sei; com essa mudança aí, acho que não dá mais. Mas eu participo de vários grupos, tanto de direita





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

quanto de esquerda, quanto de... Enfim, de inúmeros grupos. E aí eu percebi que começaram a fazer piadinha, a jogar notícia falsa da Joice Hasselmann, há poucos dias. Logo após ela perder a Liderança do Governo, ela começou a aparecer nesses grupos como chacota, com notícia falsa envolvendo ela. E aí eu questionei, eu falei assim: "Engraçado, pouco tempo atrás, eu publiquei aqui uma notícia que eu tinha verificado sobre ela, e vocês quase me expulsaram do grupo – porque não podia falar mal dela nem de ninguém que fosse aliado, nesse caso, nesse grupo especificamente que é de direita, não é? –, e agora pode? O que aconteceu? Alguém mandou vocês fazerem isso?". E aí aquela conversa vai, conversa vem, e acabei não ficando sabendo se há uma ordem superior "agora vocês podem atacar fulano de tal".

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP. Para interpelar.) – Há uma ordem superior.

O SR. GILMAR HENRIQUE LOPES (Para expor.) – Mas foi essa impressão que deu, falando assim "agora a gente pode falar mal de determinada pessoa aqui no grupo".

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Isso fica muito nítido, e me perdoem aqui as mulheres e senhoras aqui dentro, porque, a partir do momento em que na quarta-feira a Joice tem a chave do gabinete do Presidente Bolsonaro e na quinta-feira de manhã ela é chamada de "vagabunda", "vadia", "piranha", "traidora", "você não presta", "porca", e por aí vai, é óbvio que, em algumas horas, houve uma mobilização, houve uma ordem e essa ordem propagou essa questão da Joice.

Quero agradecer-lhes. Voltem aqui sempre.

Obrigado, Presidente. Obrigado, Relatora e demais Deputados e Senadores.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Ouviremos agora o último orador inscrito, nobre Deputado pelo Estado de São Paulo, Presidente do Parlasul, Russomanno.

O SR. CELSO RUSSOMANNO (REPUBLICANOS - SP. Para interpelar.) – Obrigado, Sr. Presidente, Sra. Relatora, Deputada Lídice da Mata, minha querida amiga!

Eu tenho tentado aqui conduzir a CPI para o que interessa à sociedade, e não para uma discussão de ideologia aqui, porque nós todos somos vítimas de fake news, mesmo as pessoas que não são públicas. E eu tenho a condição dobrada nessa relação porque, além de ser político, sou um profissional de televisão.

Mas o que eu gostaria de abordar aqui – depois até posso citar a questão da fake news que me envolveu na campanha de 2012 – é uma outra situação: é a fake news para a prática de estelionato no Brasil – gravíssimo.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Presidente, V. Exa. não tem ideia do que eu recebo de denúncias. E eu vou citar um dos casos aqui, para não me alongar.

Hoje, as pessoas famosas, os influenciadores digitais, os blogueiros, os intérpretes e os artistas, de uma maneira geral, recebem presentes, Presidente, na maioria das vezes, presentes caros, com o intuito, única e exclusivamente, de que eles abram esses presentes na frente das suas redes sociais, digam e façam uma publicidade da empresa que lhes mandou o produto.

Nós temos o caso da Pelisão iPhones. Ela está atualmente morando no Paraguai e se chama Luana Pelisão. Ela vendeu, Presidente, três mil celulares iPhone e não entregou nenhum – três mil celulares! E as pessoas depositaram o dinheiro na sua conta pessoal, acreditando que as informações dadas pelos artistas ou influenciadores digital que ela levava para as redes sociais estivessem de fato falando a verdade, que a empresa era séria, que a empresa entregava os celulares a um preço menor do que o mercado vende e de que essas pessoas estavam fazendo um grande negócio.

A questão da fake news esbarra em todos os segmentos da sociedade, e, quando se trata de estelionato praticado pelas redes sociais, sabedores os artistas, sabedores os influenciadores digitais que estão emprestando o seu nome para uma empresa que, na maioria das vezes, eles nem conhecem, mas o fazem para obter alguma vantagem... O Deputado Rui comentou agora, o famoso jabá. Na televisão, o chamado famoso jabá é um presente ou uma gratificação, digamos assim, que um artista, em tese, receberia para fazer uma publicidade que, digamos, não foi paga e não está nos moldes republicanos, ou com pouco de ética. E, por conta disso, milhares e milhares de pessoas são vítimas.

Deputada Lídice, isso é importante no relatório, porque eu fiz um levantamento, através das minhas redes sociais, fiz uma enquete sobre o que as pessoas gostariam de que esta CPMI fizesse, e a resposta foi: "Nós gostaríamos de que os crimes cometidos na esfera nacional fossem punidos".

Vou explicar do que se trata. Ela vendia celulares – há várias outras empresas, mas eu a estou usando como exemplo – para o Brasil inteiro, com promessa de entrega.

Então, se um consumidor for à delegacia de polícia de um distrito policial próximo da sua casa e fizer o boletim de ocorrência, que gerará um inquérito policial por prática de estelionato, isso vai ficar no Estado, ou seja, se o estelionatário está em outro Estado, não existe como a polícia estadual apurar aquele delito. Eles vão ter que mandar um precatório para o outro Estado para tentar que o policial localize aquele estelionatário, o endereço do estelionatário, que, geralmente, nas redes sociais, não existe.

Os brasileiros são muito inocentes e veem uma publicidade ou veem uma pessoa famosa falando de alguma coisa, acreditam e saem depositando dinheiro não só para isso, para todo tipo de compra possível e imaginável. Até geladeiras, fogões, que eles sabem, um site é uma loja





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

virtual. Agora, será que, por trás dessa empresa, quando existe, existe estrutura para entregar aquilo que está sendo vendido?

E a primeira coisa que a autoridade policial pergunta, Deputada Lídice, é o seguinte: "Você teve contato como estelionatário? Você viu a fisionomia dele? Será que, de fato, o nome que ele pôs na rede social é verdadeiro?". E aí é uma dificuldade enorme para que essas pessoas respondam criminalmente pela prática do estelionato. Isso se dissolve pelo Brasil inteiro. Acaba que os inquéritos são arquivados, essas pessoas se veem livres da prática do crime. As pessoas que estão lesadas procuram, muitas vezes, a Justiça Cível, demandam uma ação, é julgado à revelia, não há como executar porque não sabem nem o paradeiro dessa pessoa.

Nós tivemos um outro caso de mais ou menos 1,6 mil celulares, de uma mulher que se chamava Luana Cunha, e ela tinha uma empresa chamada LuCunha, que vendeu 1,6 mil celulares. Eu tomei providências, num primeiro momento, e fiz com que ela entregasse ao universo de pessoas que me procuraram, que eram de dez ou doze pessoas, e ela entregou para esses, com medo da repercussão. Num segundo momento, quando chegaram centenas de pessoas reclamando, ela desapareceu, fugiu, sumiu. E, assim, a gente vem tendo situações como essa que eu trago para esta CPMI.

Depois gostaria de ouvir o Sr. Edgard, a Dra. Adrielle e o Sr. Gilmar sobre os mecanismos que a gente pode encontrar para atender isso, mas, mais do que isso, para tirarmos daqui uma legislação para que determinados crimes cometidos em dois ou três Estados, ou mais, ou, pelo menos, que sejam cometidos para mais de dois Estados, sejam apurados pela Polícia Federal, a fim de que essas pessoas, de fato, sejam presas, porque não é competência da Polícia Federal apurar esse tipo de crime, ou seja, a prática de estelionato.

E isto é exatamente o que a população brasileira espera desta CPMI: que esta CPMI, Presidente, tome providências para evitar que esse tipo de fake news, usando ou não... Porque nunca a gente sabe se aquele que emprestou sua imagem tinha conhecimento ou não de que estava participando de uma prática de estelionato, até porque pode ser que tenham recebido cachês para esse tipo de coisa, além do aparelho celular, que nunca – diga-se de passagem – é dito que foi presente. "Olha, eu comprei este celular, estou abrindo aqui a caixa. Olha que bonito, veio com um fone de ouvido, veio com isso, veio aqui. Chegou na data certinha que me prometeram. Entregaram no prazo. Eu depusitei o dinheiro na conta e veio o celular da maneira como eu esperava. Estou muito feliz!" E faz aquela publicidade toda fazendo com que as pessoas creiam que, de fato, receberão esses produtos.

Então, que a gente tire daqui, desta CPI, Deputada Lídice, um projeto de lei da CPI, como nós já fizemos em outras CPIs das quais eu participei, que atenda a necessidade da população em relação a essa fake news que é feita na intenção de induzir o consumidor ou o cidadão brasileiro a erro e ser vítima de um estelionato que ele não vai conseguir apurar infelizmente. Então, eu gostaria de ouvir nossos convidados.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Antes só de terminar minha fala, Presidente, como eu disse na semana passada, eu trouxe aqui o relatório da Polícia Federal, o verdadeiro. Para os nossos convidados que não estavam aqui na minha fala, eu fui vítima de uma fake news em 2012, nos últimos dias da campanha minha para Prefeito em São Paulo. O jornal Correio Braziliense publicou uma matéria, dizendo o seguinte: "Russomanno é citado em grampo do Cachoeira". Naquela época, estava sendo apurado na CPI o crime organizado praticado pelo Capoeira, pelo Cachoeira, que atribuía, nesse grampo, à minha pessoa o ganho de "R\$7 milhões em conta do candidato Celso Russomanno a Prefeito de São Paulo".

O relatório da Polícia Federal que eles publicaram no jornal – está aqui, olhe, um pedaço do relatório, Presidente! Está aqui, olhe – é falso. O relatório verdadeiro está aqui, olhe: não há nada e nunca houve a respeito do Celso Russomanno.

Eu vou entregar esses documentos para a Deputada Lídice, porque eu fiz um requerimento para que nós possamos ouvir aqui o Correio Braziliense e o jornalista Gabriel Mascarenhas, que foi avisado por mim que ele estava sendo induzido a erro, que esse documento era falso, e mesmo assim ele publicou a notícia. Publicou num sábado, e domingo era o último debate, eu estava em primeiro lugar nas pesquisas e perdi a eleição por conta disso. Todos os veículos de comunicação do País televisados, falados e impressos republicaram como fonte o Correio Braziliense e destruíram não só a minha candidatura, Presidente, destruíram a minha reputação, que é o pior de tudo. Porque eu não tenho problema de perder uma eleição ou de ganhar; eu tenho problema de ser visto publicamente como uma pessoa que está ligada à corrupção – aí eu tenho problema. Eu tenho vergonha de uma situação como essa porque eu não participo desse tipo de coisa.

E isso me criou um constrangimento imenso de ter que sair na rua, no dia seguinte, com minha cara estampada em todos os veículos de comunicação deste País, como se fosse alguém que tivesse alguma relação com o bicheiro Cachoeira. E ainda dizia aos jornalistas: "Mas, se eu recebi R\$7 milhões dele, eu fiz alguma coisa em troca, porque, como é que alguém...

(Soa a campanha.)

O SR. CELSO RUSSOMANNO (REPUBLICANOS - SP) – ... dá R\$7 milhões para outra pessoa se essa pessoa você nem mesmo conhece. Então, alguma coisa eu fiz de bom para ele, para poder receber uma vantagem desse tamanho. Ninguém sai por aí distribuindo R\$7 milhões para pessoas desconhecidas."

Então, são coisas como essas que a gente, de fato, precisa evitar. E tiremos desta CPMI, Deputada Lídice, minha grande amiga, alguma coisa que proteja o cidadão com um todo, porque nós, entes públicos, temos até uma determinada estrutura para nos protegermos, mas que proteja o cidadão como um todo dessa fake news e dessas práticas de estelionato que vêm por trás de fakes





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Com a palavra o Sr. Edgard. (Pausa.)

Dra. Adriele.

A SRA. ADRIELE BRITTO (Para expor.) – Obrigada, Presidente.

Em relação aos fatos narrados pelo nobre Deputado, me vem aqui à memória um termo em inglês que é bem interessante – eu tenho um filho, e as crianças gostam muito de ver –, que é o unboxing, ou seja, é aquele ato de você desembalar como é que vem realmente aquele produto, diretamente de fábrica, para se tornar o mais real possível, porque ali não há nenhuma peça publicitária nem nada. O que me causa uma certa preocupação é que, muitas vezes, isso é feito por pessoas normais, às vezes até mesmo próximas das idades das crianças, porém, há outras vezes em que é feito por uma modelo, um ator, uma atriz, em que isso é meio velado. Porém, o que eu já percebi é que algumas plataformas de mídias sociais deixam transparecer isso de forma mais clara, dizendo que é um sponsor dele, então, que é realmente algum tipo de impulsionamento ali, por conta da própria pessoa, ou, então, dentro das legendas. Isso os que são mais sérios; porém, não são todos que seguem esse tipo de conduta.

Em relação ao estelionato nas mídias sociais, naquelas que têm finalidade econômica, é possível, sim, rastrear as contas do contrafator através dos metadados, que seria através do art. 15 do nosso Marco Civil, que fala:

O provedor de aplicações de internet constituído na forma de pessoa jurídica e que exerça essa atividade de forma organizada, profissionalmente e com fins econômicos deverá manter os respectivos registros de acesso a aplicações de internet, sob sigilo, em ambiente controlado e de segurança, pelo prazo 6 (seis) meses, nos termos do regulamento.

Eu venho batendo um pouco nesse artigo, ao longo da tarde, porque há de ser bastante expedito em qualquer tipo de investigação criminal, por conta desse prazo bastante exíguo, que é de seis meses apenas.

Por favor.

O SR. CELSO RUSSOMANNO (REPUBLICANOS - SP. Para interpelar.) – Eu conheço o artigo. Por sinal, fiz parte, era Líder, inclusive quando nós votamos o Marco Civil da Internet.

A SRA. ADRIELE BRITTO (Para expor.) – Sim, sim.

O SR. CELSO RUSSOMANNO (REPUBLICANOS - SP. Para interpelar.) – O grande problema é que, geralmente, esses golpes são praticados por pessoas físicas, e, às vezes, as empresas de fato nem existem.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ADRIELE BRITTO (Para expor.) – Sim.

O SR. CELSO RUSSOMANNO (REPUBLICANOS - SP. Para interpelar.) – E eu sempre aconselho aqueles que estão comprando na internet a verificar se tem CNPJ, se tem inscrição estadual, se tem endereço fixo, se tem telefone fixo também, para dar um mínimo de garantia; se não existem outras reclamações...

Mas, no caso tanto da Luana Pelisão como da Luana Cunha – por sinal, são xarás as duas, estelionatárias as duas –, os valores foram depositados em conta pessoal. Então, nós temos um problema sério em relação a isso, que tem de ser apurado como crime e tem de ser apurado, Deputada Lídice, através de uma legislação nova que nós temos que construir aqui, para evitar que esses crimes que sejam praticados em vários Estados fiquem impunes.

A SRA. ADRIELE BRITTO (Para expor.) – Eu imagino também que uma mentira não se sustenta apenas com uma história, ou seja, ela vem acompanhada de outras questões que vêm a reboque.

Então, digamos, se houver uma entrega ainda que inicial de alguns produtos, já se pode pensar numa receptação, ou seja, que isso também já acaba mobilizando em outros Estados, nas fronteiras, enfim. Mas eu imagino, sim, que alguém da Polícia ou alguém do Ministério Público pudesse responder melhor do que eu em relação a esse ponto. Também existe a quebra de sigilo bancário, ou seja, parece-me que é algo que também é acessível. Eu acho muito difícil que não haja nenhum tipo de rastro que a pessoa não deixe, não consiga deixar. Então, se não é através da rede social que ela utiliza, é através da telefonia; se não é da telefonia, é o dado bancário...

O SR. CELSO RUSSOMANNO (REPUBLICANOS - SP. Para interpelar.) – Não, o rastro existe. O problema é que as polícias estaduais...

A SRA. ADRIELE BRITTO (Para expor.) – Isso.

O SR. CELSO RUSSOMANNO (REPUBLICANOS - SP. Para interpelar.) – ... não conseguem apurar.

A SRA. ADRIELE BRITTO (Para expor.) – Imagino.

O SR. CELSO RUSSOMANNO (REPUBLICANOS - SP. Para interpelar.) – O rastro sempre existe. A conta bancária existe, o telefone que foi usado existe, o IP do computador, enfim, existem esses mecanismos, mas as polícias, por serem estaduais, não atravessam as fronteiras com facilidade, e acaba que esses inquéritos são arquivados um atrás do outro, por insuficiência de provas, de documentação, e essas pessoas ficam impunes.

A SRA. ADRIELE BRITTO (Para expor.) – Em relação à ADC, num caso desses, digamos – entre parênteses –, ou seja, a forma de se defender que o consumidor, o pretenso usuário





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

teria, é porque as conversas privadas já estão no poder dele. Então, muito se fala: "Ah, mas é muito difícil investigar por conta da requisição do decreto, que prevê o MLAT etc., porém há crimes em que a própria vítima já detém as comunicações privadas, e isso já facilita bastante. Ou seja, crimes de ameaça, de injúria, todos ali, a pessoa já tem o próprio acesso, a materialidade do crime.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Para se ter uma ideia, doutora, no mês passado, Deputada, a mídia divulgou, eu recebi, logo que tomei posse como Presidente, acho que oito ou dez e-mails com perfis diferentes me ameaçando de morte. Pedi à Polícia Legislativa, eles acionaram a plataforma do Google, descobriram o IP da máquina, estava localizada em Belo Horizonte, a Polícia Legislativa foi a Belo Horizonte, conseguiu ouvir o cidadão, um piloto de avião, 36 anos de idade, e a mãe, uma policial. O Senado, inclusive, abriu um processo contra esse cidadão. Para você ver: se as plataformas contribuírem e colaborarem, com certeza, a gente chega aos autores, aos criminosos.

O SR. CELSO RUSSOMANNO (REPUBLICANOS - SP. Para interpelar.) – É, é verdade.

A SRA. ADRIELE BRITTO (Para expor.) – Nesse caso, certamente entra uma daquelas exceções, Excelências, que eu trouxe mais cedo, no caso da ADC, ou seja, a ameaça, a iminente ameaça de riscos físicos, de morte, sequestro, terrorismo... Quanto a isso, não há nenhum tipo de recalcitrância das plataformas para fornecer a informação adequada.

O SR. CELSO RUSSOMANNO (REPUBLICANOS - SP. Para interpelar.) – Eu agradeço. É uma constatação a mais. Eu até pedi comentários. Mas é uma constatação que todos aqui já conhecem. Quem lida com esse mercado da internet sabe como é que funciona. E eu acho que a gente precisa caminhar para uma legislação que atenda às necessidades daquele que é hipossuficiente e que está ou no Estado do Amazonas, ou lá no Rio Grande do Sul, nas pontas do Brasil, e que, através da delegacia de polícia local, não consegue chegar ao estelionatário.

O SR. GILMAR HENRIQUE LOPES (Para expor.) – Eu quero fazer só um adendo. Eu já tenho que ir embora, porque vou pegar um avião para São Paulo. Seria bom se isso se estendesse também para sites. A gente vê muitos sites de produtos que prometem emagrecer. Há um que promete inteligência: você toma a pílula e fica mais inteligente. E o site – eu fiz algumas pesquisas e tenho lá no e-farsas – é todo construído para você ter uma urgência. Você entra lá e aparece assim: "Você tem que comprar em cinco minutos. Está acabando o seu tempo. Você é um dos privilegiados que vai ter acesso a essa promoção". E aí você compra o produto, e em algumas vezes, você recebe o produto e em algumas vezes o produto não é nem um suplemento alimentar. Eles conseguem passar sem ser pela Anvisa, porque o produto não é sequer um suplemento alimentar. As pessoas compram aquilo achando que vão tomar e vão ficar mais inteligentes. Se tivesse tomado, não tinha comprado... (Risos.)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CELSO RUSSOMANNO (REPUBLICANOS - SP. Para interpelar.) – E os anúncios publicitários são o seguinte: "Atriz tal emagrece 20 quilos...

O SR. GILMAR HENRIQUE LOPES (Para expor.) – Exatamente.

O SR. CELSO RUSSOMANNO (REPUBLICANOS - SP. Para interpelar.) – ... em um mês. Saiba o que aconteceu. Todo mundo não acredita", e coisas assim. Usam a imagem de um artista, e o artista está recebendo o cachê para induzir as pessoas ao erro.

O SR. GILMAR HENRIQUE LOPES (Para expor.) – Às vezes eles também pegam fotos de bancos de imagens. Então, pegam duas pessoas parecidas, uma mais gordinha, outra mais magrinha; aí colocam uma ao lado da outra e falam: "Olha só o que aconteceu!". É o antes e o depois. Inclusive, até a legislação brasileira proíbe isso de "antes e depois". Em casos de operação plástica, por exemplo, você não pode mostrar foto de antes e de depois.

Então, eu acho que isso também deveria se estender para esse tipo de propaganda que é extremamente enganosa. Inclusive, se a gente entrar no Whois, como mostrei aqui, para mostrar quem foi que criou aquele site, está bloqueado lá o nome de contato. Se é uma loja, deveria estar aberta para todas as pessoas saberem onde é. Então, que se estenda para isso também.

O SR. CELSO RUSSOMANNO (REPUBLICANOS - SP) – E eu vou precisar sair também porque tenho uma votação de novo lá.

O SR. GILMAR HENRIQUE LOPES (Para expor.) – Obrigado, pessoal. Muito obrigado pelo convite. Estarei à disposição. Sempre que quiserem visitem o e-farsas.com. Até mais. Tchau, tchau.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – A Relatora quer fazer alguma consideração?

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Como Relatora.) – Não, Sr. Presidente. Eu prefiro sistematizar isso aqui para a próxima reunião.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Eu quero agradecer aos convidados do dia de hoje, ao Sr. Edgard, ao Sr. Gilmar, à Dra. Adriele pela contribuição bastante valorosa a esta Comissão. Tenho certeza de que, se precisarmos de V. Sas., nós vamos chamá-los de novo, como convidados, evidentemente.

Eu queria também informar aqui aos membros das Comissões que 17 processos e inquéritos solicitados, aliás, vários já se encontram aqui no arquivo no cofre desta Comissão – 17 remessas, remessas do Brasil Facebook, remessa de tradução de texto de desinformação às eleições de 2020 com as redes sociais. O Facebook Brasil encaminha a lista de perfis removidos pela plataforma por violarem políticas de autenticidade. E também o Ministério Público de Goiás encaminhou inquérito civil. Ou seja, já chegaram aqui 17 solicitações.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu vou me sentar, logo mais, com a nossa Relatora, para ver se a gente tira uma semana, também, para começarmos a analisar. Se deixarmos acumular, vamos chegar ao final desta CPMI – ou então vamos entrar no recesso – sem começar a fazer essas análises. Então, para a próxima semana, fica em aberto se iremos fazer reuniões ou não, na próxima terça e na próxima quarta. Até segunda-feira, haveremos de avisar a todos os membros se teremos reuniões com oitivas.

Coloco em votação a ata da 9ª Reunião, solicitando a dispensa de sua leitura.

Os Srs. Parlamentares que a aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovada.

Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos.

Declaro encerrada a presente reunião.

Vão com Deus, que é quem nos guia.

(Iniciada às 13 horas e 39 minutos, a reunião é encerrada às 18 horas e 43 minutos.)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 11ª REUNIÃO DA COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO - FAKE NEWS DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 19 DE NOVEMBRO DE 2019, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às treze horas e vinte e nove minutos do dia dezoito de novembro de dois mil e dezoito, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob a Presidência do Senador Angelo Coronel, reúne-se a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito - Fake News com a presença dos Parlamentares Eduardo Braga, Eduardo Gomes, Luiz do Carmo, Mecias de Jesus, Esperidião Amin, Veneziano Vital do Rêgo, Fabiano Contarato, Alessandro Vieira, Soraya Thronicke, Flávio Bolsonaro, Major Olímpio, Humberto Costa, Wellington Fagundes, Jorginho Mello, Rui Falcão, Natália Bonavides, Carlos Zarattini, Lídice da Mata, Celso Russomanno, Paulo Ramos, José Medeiros, Dr. Leonardo, Aureo Ribeiro, Dário Berger, Marcos do Val, Paulo Rocha, Zenaide Maia, Rodrigo Cunha, Izalci Lucas, Fernando Bezerra Coelho e Paulo Paim. Deixam de comparecer os Parlamentares Marcio Bittar, Ciro Nogueira, Randolfe Rodrigues, Kátia Abreu, Roberto Rocha, Nelsinho Trad, Rogério Carvalho, Chico Rodrigues, Eduardo Girão, Hiran Gonçalves, Ricardo Barros, Walter Alves, Luizianne Lins, Filipe Barros, Caroline de Toni, Delegado Éder Mauro, Marcelo Ramos, Alexandre Frota, Arthur Oliveira Maia, Túlio Gadêlha e Pr. Marco Feliciano. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à pauta: **Audiência Pública Interativa. Finalidade:** Realização de Audiência Pública com convidados dos Requerimentos nº 10 e 38/2019-CPMI Fake News. **Participantes:** Sr. Francisco Brito Cruz, Diretor do InternetLab e Delegado Emerson Wendt, Especialista em crimes cibernéticos e segurança digital. **Resultado:** Audiência Pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezesseis horas e cinquenta e quatro minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Angelo Coronel

Presidente da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito - Fake News





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2019/11/19>

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Invocando a proteção de Deus e havendo número regimental, declaro aberta a 11ª Reunião da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 11, de 2019-CN, para investigar os ataques cibernéticos que atentam contra a democracia e o debate público, a utilização de perfis falsos para influenciar o resultado das eleições de 2018, a prática de cyberbullying sobre usuários mais vulneráveis da rede de computadores, bem como sobre os agentes públicos, e o aliciamento e orientação de crianças para o cometimento de crimes de ódio e suicídio.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública decorrente dos seguintes requerimentos: Requerimento nº 10, de autoria do Senador Eduardo Gomes; Requerimento nº 38, de autoria da Deputada Lídice da Mata; e Requerimento nº 156, de autoria do Senador Alessandro Vieira.

Inicialmente, informo que esta audiência pública será transmitida ao vivo pela internet e será realizada em caráter interativo, com a possibilidade de participação popular. Por isso, as pessoas que tenham interesse em participar com comentários ou perguntas poderão fazê-lo por meio do portal e-Cidadania, no endereço www.senado.leg.br/ecidadania, e do Alô Senado, pelo número 0800-612211.

Esclareço também que um dos convidados para participar desta reunião, o Sr. Pablo Cerdeira, da Fundação Getúlio Vargas, informou por e-mail, hoje pela manhã, que, por motivo de saúde, não poderia comparecer à presente reunião.

Estão presentes os seguintes convidados, os quais chamo para compor a Mesa: o Sr. Francisco Brito Cruz, Diretor da InternetLab; e o Delegado Emerson Wendt, especialista em crimes cibernéticos e segurança digital.

Antes, porém, agradeço a presença de todas os Srs. Senadores, Senadoras, Deputados, Deputadas, imprensa e assessores por estarem prestigiando mais uma reunião da CPMI da Fake News.

Francisco Brito Cruz, Diretor do InternetLab, doutor e mestre em Filosofia e Teoria Geral do Direito na Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, graduado em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo e, durante o curso, bolsista do Programa de Educação Tutorial – Sociologia Jurídica.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em 2010, participou do programa de intercâmbio da Secretaria de Assuntos Legislativos do Ministério da Justiça e da Secretaria para Assuntos Jurídicos da Casa Civil da Presidência da República.

Foi pesquisador visitante (2013) no Center for Study of Law and Society, da Universidade da Califórnia – Berkeley, por meio de programa de intercâmbio da Rede de Pesquisa Empírica em Direito.

Em 2011, foi ganhador do primeiro lugar do Prêmio Marco Civil da Internet e Desenvolvimento da Escola de Direito da Fundação Getúlio Vargas.

Autor de artigos acadêmicos e de opinião sobre políticas de internet, fundou e é coordenador, de 2012 a 2014 e de 2016 até hoje, do Núcleo de Direito, Internet e Sociedade da Universidade de São Paulo.

É especialista no monitoramento de políticas públicas ligadas à tecnologia e pesquisa sobre as relações delas com a democracia.

Eu passo a palavra para o nosso convidado, Dr. Francisco Brito Cruz, pelo tempo inicial de 15 minutos.

O SR. FRANCISCO BRITO CRUZ (Para expor.) – Muito boa-tarde a todas e todos.

Eu queria agradecer muitíssimo o convite, na pessoa do Sr. Senador Angelo Coronel, Presidente da CPMI, e na pessoa da Deputada Lídice, Relatora, e cumprimentar o meu companheiro de Mesa.

E queria, em primeiro lugar, saudar esta Comissão, por conta do esforço dedicado a um tema tão complexo e tão desafiador. Acho que, da mesma forma como muitos já devem ter dito aqui – eu acompanhei as audiências, e muitos já disseram que má informação se combate com mais informação –, esse é um esforço de ter mais informação.

O que eu vou compartilhar aqui com todos os senhores é um diagnóstico sobre o que está acontecendo na forma como estamos nos informando, como isso impacta campanhas políticas e a propaganda política. Isso é fruto de um trabalho individual e coletivo – individual, porque esse foi o tema do meu doutorado, que defendi agora em junho; e, coletivo, porque é também fruto de um esforço coletivo de pesquisa no InternetLab, organização que dirijo, em São Paulo, que é um centro de pesquisa em direito de tecnologia, dedicado a produzir diagnósticos e participar desses debates.

Já aviso de pronto que a minha apresentação vai ser estruturada a partir deste documento aqui, que vou transmitir, imediatamente, ao Presidente e à Relatora, que é fruto do nosso trabalho. Isso está disponível na internet, no nosso site. Quem quiser acessar pode acessar. Eu trouxe mais cópias físicas aos Deputados e Deputadas que aqui estão presentes.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Isso vai, vamos dizer, estruturar a minha apresentação, porque aí há, vamos dizer, uma versão expandida do nosso diagnóstico e recomendações também. Por que não? Pensar em caminhos para frente, numa agenda mais propositiva do que dá para ser feito, e tudo mais.

Então, vou começar aqui com as senhoras e os senhores, falando um pouco deste "nomão" que eu coloquei na apresentação: "Redes de comunicação política em tempos de transformação nas lógicas de produção de informação". É um nome grande e é de propósito. É para reforçar que isso é um tema muito complexo.

Não dá para a gente, vamos dizer, encapsular o assunto em um termo só, sem reduzir muito a complexidade do assunto.

Peço para passar.

Bom, a minha apresentação vai ter três partes: a primeira é um diagnóstico, a segunda é uma discussão sobre o cenário que a gente tem hoje, a partir desse diagnóstico, e, na terceira, vou me reservar para fazer algumas recomendações para caminhos a serem seguidos, mesmo sabendo que a Comissão agora se encontra no estágio anterior a um debate mais propositivo, mas eu não poderia deixar de trazer isso aqui para discussão.

Vamos lá.

O diagnóstico: o que aconteceu no Brasil? Por que que a gente está debruçado neste tema tão complexo?

Acho que o fundamental é que a nossa dieta de mídia se transformou radicalmente nos últimos 30 anos. Antes, o brasileiro, como se fosse um feijão com arroz, se alimentava, vamos dizer, em termos de informação política, do que via pela TV. E cada um, em sua cidade, tinha um acompanhamento diferente, mas o feijão com arroz estava lá, e isso estruturava com a gente fazia política. Isso estruturava como as pessoas se informavam, porque, na hora em que elas buscavam saber de um candidato, era lá que elas olhavam.

E essa transformação na dieta de mídia brasileira tornou-a mais híbrida, ou seja, não é só um meio que tem preponderância em relação aos demais. A gente tem a TV convivendo com a internet, convivendo com os jornais, e, inclusive, a TV e os jornais entrando na internet. Então, a gente tem, vamos dizer, uma dieta em que um modal não tem uma dominância, nem um modal nem uma empresa, em termos absolutos, se a gente olhar as divisões de mercado que se tem, e tem uma dieta mais aberta a novos atores. Por quê? Porque a barreira para entrar nesse mercado de distribuição, circulação, produção de informação política se, vamos dizer, esfacelou. Há menos barreira.

Isso também passa por uma reformulação no papel da audiência. Por quê? Porque a audiência passa a distribuir conteúdo também. E aí vem toda aquela discussão dos algoritmos. A gente pode ter ela um pouco mais aqui, mas o ponto é que a gente se transferiu, de um modelo





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de comunicação de massa – ou seja, de um para muitos, de um para a massa –, para um modelo de autocomunicação de massa. Ou seja, cada um de nós é potencialmente um comunicador de massa. E isso é bastante importante, se a gente considera que só é assim porque as coisas começaram a funcionar em rede. A internet é uma rede aberta. Qualquer um pode, com baixíssimo recurso, se conectar a ela e postar qualquer coisa nela, seja numa plataforma como o Facebook, como o Instagram etc., seja num website mesmo. Então, pensar em rede é fundamental.

E, claramente, isso teria impacto nas campanhas políticas, porque elas foram se transformando em campanhas em rede.

O que isso significa? Eu gosto de usar uma metáfora e eu vou usar essa metáfora algumas vezes aqui, na minha apresentação. É como se a gente tivesse um jogo de futebol, e os dois times estão lá, jogando um contra o outro, e, de repente, o alambrado que separa a arquibancada do campo se desfaz, e a torcida tem a possibilidade de entrar no campo e jogar junto.

Mas aí vocês vão dizer: isso reconfigura o papel da militância? Com certeza. Ao mesmo tempo, significa que qualquer um que quiser entrar no campo, inclusive aqueles que estão mal-intencionados, inclusive aqueles que podem estar combinados com o time que está jogando lá, para ajudar, inclusive aqueles que vão eventualmente fazer condutas ilícitas... Todo mundo pode entrar no campo. Por quê? Porque o alambrado não existe mais. Essa barreira não existe mais. Não é?

Isso é o que eu estou querendo explicar com campanhas em rede. São essas campanhas em que qualquer um pode se plugar e nas quais os componentes dessa rede têm relações diversas entre si.

Você tem aqueles componentes que têm relação de controle: eu controlo você, eu contratei você. Você tem aqueles componentes que têm relação de aliança, ou seja, eu sou seu amiguinho, vou jogar junto com você. E há aqueles que têm relação de sinergia, ou seja, a gente nem conversa, às vezes a gente nem tem a mesma finalidade, mas a gente trabalha, vamos dizer, com um mesmo objetivo prático. A gente está, vamos dizer, produzindo os mesmos efeitos.

E a ideia de que qualquer um pode se plugar é muito importante, porque isso faz com que, potencialmente, qualquer campanha tenha componentes de militância orgânica e componentes que não são de militância orgânica, porque qualquer coisa pode se plugar nela, não é? E acho que isso é um elemento central do diagnóstico.

A campanha deixou de funcionar na mão do marqueteiro que, vamos dizer, construía uma narrativa grandiloquente e que abarcaria e que se comunicaria com todos os brasileiros ao mesmo tempo. Isso não acontece mais. Por quê? Porque cada brasileiro vai receber uma mensagem de um jeito. Por quê? Porque cada brasileiro vai ter uma dieta de mídia diferente.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Pode passar.

E, continuando no diagnóstico, isso ocorre em paralelo com outros processos também muito relevantes. O primeiro é que há uma minoração da importância da lógica jornalística na dinâmica de produção e circulação de informação política. O que eu quero dizer? É o que muita gente tem aqui dito como uma espécie de crise do jornalismo. O que eu quero dizer com isso? Bom, a crise do jornalismo tem um lado econômico. Então, essas empresas jornalísticas que custam caro, porque a apuração custa caro, como os senhores e as senhoras já sabem, passam a ter que competir com gigantes da tecnologia. E por anúncio, porque essa é a renda dessas empresas.

Por outro lado, existe uma crise nessas instituições de mediação, muito porque a gente vive um cenário de instabilidade político-jurídica. A gente passou por um momento em que uma boa parte da classe política foi presa. A gente teve uma operação anticorrupção gigantesca no Brasil. E o fato de que isso produziu instabilidade é um consenso para todo mundo.

E um tensionamento dos discursos, a chamada polarização. Isso também prejudica a dinâmica jornalística, não é?

E, aí, eu acho que é importante, nesse diagnóstico, dizer como a ideia de que existe uma relação direta entre o povo e os políticos, ou a nova política, é uma falácia. Por quê? Porque a ideia da desintermediação, ou seja, a ideia de que político e povo se comunicam agora pela tecnologia, e não há nada mais que os intermedeie apaga a presença dos intermediários digitais, apaga a presença das plataformas de internet, que são fruto de uma série de escolhas empresariais e técnicas que têm que estar na conversa.

Isso não quer dizer que a gente tenha que vilanizar essas plataformas, mas achar que desintermediou, não há mais intermediário algum, é absolutamente uma falácia. Há intermediário, sim, e são essas grandes empresas. E isso, esse cenário, interagiu com regras do jogoostas, e essas regras do jogo não foram projetadas para o jeito que o jogo é jogado hoje. Acho que isso é o fundamental.

Então, essas regras do jogo foram feitas para um jogo jogado, o jogo dos marqueteiros, dessa narrativa para todo mundo ao mesmo tempo, que vai se comunicar com a senhora no Amapá, com o jovem em Campinas e com o senhor de meia-idade em Goiás. Não é mais assim.

Isso interagiu com as regras do jogo mais antigas e, por consequência, a gente vê uma série de atritos, como eu vou falar daqui a pouco.

Eu acho que, em 2018, isso esteve presente. Esteve presente em várias campanhas, esteve presente em várias campanhas vitoriosas... A ideia de campanha em rede não necessariamente é uma coisa que, na minha opinião, diz mal em relação às campanhas, mas o fato é que se tornou mais possível agregar componentes problemáticos ou não problemáticos.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Pode passar.

Bom, e aí eu vou discutir um pouco o cenário que nós temos, com as novidades e os seus problemas. Vou dividir em quatro.

A primeira coisa é que, nesse novo cenário, dessa nova dieta de mídia do brasileiro, nós temos a presença de novas técnicas. O que que significa isso?

Hoje, dados pessoais são um insumo importantíssimo para as campanhas. Nenhum disparo em massa consegue ser feito sem telefones para serem disparados, sem você conseguir um telefone para você disparar a mensagem, certo? Esse telefone é dado pessoal de alguém. A gente sabe que existe um mercado de dados pessoais no Brasil, tanto que, se você for a Santa Efigênia, em São Paulo, com algum dinheiro no bolso, não é segredo para ninguém que é possível comprar uma lista de CPFs e telefones. Isso é um mercado agora regulado pela Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais, mas que se torna realidade não só para o marketing comercial, mas para o marketing político também.

Outra coisa: automatização, automação de rotinas, a ideia de que você consegue fazer um programa de computador fazer coisas por você. Isso pode ser bom e isso pode ser ruim, já discuto.

Marketing de influência. Você tem os influenciadores digitais, é uma nova técnica. Por quê? Porque esses influenciadores conseguem arrebanhar muitos seguidores, seja lá por que, e eles se tornam players importantes na política.

Por que que eu estou dizendo que isso é importante? Vamos pensar em termos de regulação de campanha: se alguém dirige um carro daqui até algum outro lugar, levando material de campanha, isso é algo a ser declarado pela campanha? Será que eu deveria ou não declarar um posto de um influenciador digital que tem 5 milhões de seguidores na campanha? O que que vale mais? Às vezes, o que vale mais é o posto desse influenciador, mas também a opinião pessoal dele. Isso complexifica as coisas. E também há o surgimento de uma mídia digital hiperpartidária. O que que significa isso? São veículos de mídia que parecem jornais, parece que fazem jornalismo, mas no fundo fazem propaganda.

Isso já existia, mas no meio digital isso é relevante, especialmente porque você tem menos barreiras de entrada.

Novas fraudes.

Então, com todas essas novas técnicas, você pode criar uma série de problemas ao acesso à informação de qualidade, isso é um valor importante. Então, você tem os bots, como já deve ter sido discutido aqui, as diversas modalidades de comportamento inautêntico... O que quer dizer isso? É gente parecendo uma coisa e sendo outra.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Comportamento inautêntico é um conceito interessante, porque vai além dos bots. Então, vamos dizer: o que que é um comportamento inautêntico para o Facebook, por exemplo? É se eu tiver uma série de páginas, que parecem jornais de cidades diferentes, mas são todas elas controladas pela mesma pessoa. Pode fazer propaganda para um lado, pode fazer propaganda para o outro, mas isso, em si, é um comportamento que fraudar a informação que você tem sobre o debate público. E também o roubo ou abuso de dados.

(Soa a campanha.)

O SR. FRANCISCO BRITO CRUZ – Se eu roubo uma base de dados gigantesca, para fazer propaganda, isso é uma fraude importante.

Há uma série de violências e danos, como estão colocadas aí...

Eu estou no final do meu tempo, não?

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Não, não. Pode ficar tranquilo.

O SR. FRANCISCO BRITO CRUZ – As violências e danos, então, a gente tem ataques cibernéticos. Teve uma série de grupos feitos para a campanha eleitoral que foram atacados por hackers e a gente sabe disso, não é? Então, abre-se uma nova fronteira para discutir cibersegurança. Tem um aumento na capacidade de circulação de qualquer discurso, portanto, também, de discursos violentos, de discursos discriminatórios, e tem problemas evidentes na proteção das reputações e na igualdade de chances nas eleições. Por quê? Porque igualdade de chances é um valor que nós temos que proteger para ter eleições íntegras, para ter eleições com integridade.

E, por fim, comentando a parte jurídica – e aí faço as vezes, porque sou advogado e estudo Direito, então acho que essa é uma parte muito importante –, essa regulação baseada na ideia de propaganda eleitoral, como se a propaganda eleitoral fosse autoevidente, funcionava para a TV, porque ela era autoevidente na TV. Agora, quando a gente fala da internet, ela não é mais autoevidente, fica difícil de distinguir o que é manifestação espontânea do eleitor e o que é propaganda eleitoral. Nós não temos parâmetros jurídicos para isso. E, muitas vezes, a regulação que surge ela surgiu unicamente baseada na noção de remoção e responsabilização, como se aumentar dose disso fosse o único remédio para essa questão. Apesar de ser um remédio importante, esse não é o único remédio, até porque, se você aumenta muito a dose de um remédio, todo mundo sabe que ele vira veneno, ele acaba virando veneno. Então, existe o problema da dose aí.

Outra questão de inadequação jurídica é que a gente tem uma cultura de proteção jurídica à privacidade incipiente no Brasil. A gente acabou de aprovar a legislação de proteção de dados pessoais, que é muito importante; a gente nem a aplicou ainda, só que os problemas de uso indevido de dados por campanhas e propaganda política já estão aí. Então, como a gente resolve





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

essa questão de cultura de privacidade insuficiente e incipiente? E, além de tudo, na forma como o nosso Judiciário funciona – e aí trago como bagagem os levantamentos que fazemos de jurisprudência no InternetLab –, a gente vê um quadro um tanto quanto dramático que é o seguinte: por um lado, há uma hipertrofia na proteção da honra e da reputação, mesmo que esses sejam valores que tenham que ser protegidos; mas, por outro lado, há uma atrofia na defesa de grupos vulneráveis e isso é garantido pela legislação, não há como fugir disso. A gente tem tipificação para injúria racial, por exemplo, não é? A gente tem tipificação, agora com base na decisão do Supremo Tribunal Federal, para outros tipos de injúrias discriminatórias.

Então, assim, há uma inadequação jurídica tanto no plano legislativo quanto no plano regulatório, em termos de TSE, mas também no plano da jurisprudência, e todas essas questões fazem parte do quadro que a gente encontra hoje e no que a gente precisa se debruçar para poder avançar. Não estou exigindo aqui – claro que não – que a gente vá resolver isso de uma hora para outra, até porque problemas antigos não deixaram de existir, mesmo a gente se esforçando para eles deixarem de existir. Caixa dois ainda existe, compra de voto ainda existe e, muitas vezes, eles se reinventaram. O ponto é que a gente não consegue fugir dessa discussão e por isso que esta Comissão é tão importante.

Pode passar.

E aí, indo para recomendações, eu fiz aqui oito. Irei bem rápido para não tomar muito tempo e a gente poder ir para a discussão.

A primeira coisa é: menos consequencialismo e mais discussão de valores. Por quê? Porque é muito difícil você saber o que teve efeito numa eleição, por exemplo. É muito difícil. Cientistas políticos se debruçam em relação a isso há anos, há décadas, não é? O ponto não é o que muda o voto ou não, o ponto é o que é certo ou não, o que está protegendo valores ou não, o valor da igualdade de chances, o valor da liberdade de expressão, o valor da privacidade. Então, vamos centrar a discussão em valores – isto é muito importante – e no acesso à informação também, porque a gente, às vezes, não discute muito a informação. A discussão para mim sobre bots, por exemplo, é uma discussão sobre o acesso à informação, porque você tem acesso à informação, ao que é um debate público que está acontecendo autenticamente, e não, vamos dizer, ao que se está fingindo que é um debate público.

Em segundo lugar, é necessário a gente pensar nesse aperfeiçoamento com o envolvimento de todos os setores. Esse é o caminho do equilíbrio, é assim que foi na legislação de proteção de dados pessoais, é assim que foi no Marco Civil da Internet, que foi modelo para o mundo todo e colocou o Brasil como exemplo. Enfim, acho que o envolvimento em relação a todos os setores é crucial. Sei que a Comissão está fazendo esse esforço, o que é muito salutar, e acho que a gente tem de continuar nesse esforço.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A terceira coisa é que controle de conteúdo não pode ser a única aposta. Por quê? Porque, ele, obviamente, é importante. Ninguém quer que haja imagens de exploração sexual de crianças e de adolescentes na internet. Você tem de controlar esse conteúdo, por exemplo, evidentemente. Agora, vamos apostar unicamente nisso e fechar os olhos para uma alternativa interessante, que é minimizar o controle de conteúdo e combiná-lo com uma proteção agnóstica em relação ao conteúdo, ao acesso à informação, ou seja, combater bots, independentemente do lado em que eles estejam; combater comportamentos inautênticos, independentemente do lado em que eles estejam; combater usos e abusos indevidos de dados pessoais, independentemente do lado em que eles estejam? Isso melhora a qualidade do debate público de uma forma geral e aumenta a legitimidade da regulação, porque aí você percebe que você não está só controlando conteúdo, que você está, vamos dizer, fazendo as regras do jogo mais justas para todo mundo.

A aplicação da lei é essencial quando a gente tem controle de conteúdo, para que haja parâmetros, testes e teses jurisprudenciais, para não haver abuso. Isso é fundamental. Então, o que o Marco Civil trouxe para, por exemplo, você ter uma quebra de sigilo... Há a ideia de que há uma fundada ocorrência de ilícito. Isso é fundamental. Se não houvesse isso, qualquer sigilo na internet estava quebrado agora. Então, é fundamental que haja parâmetros.

Em quinto lugar, tem de haver boas práticas para influenciadores digitais, boas práticas do sentido mais tranquilo mesmo; nem estou falando de regulação. Mas, para uma pessoa que tem 300 mil seguidores, que mora no interior do Brasil e que não se envolveu antes em uma campanha, é preciso haver algum tipo de orientação do que ela pode ou não pode fazer por parte do TSE ou por parte mesmo dos órgãos que estão discutindo essa questão.

Em sexto lugar, a proteção de dados pessoais é essencial. Trago aqui o exemplo do PL 3.843, de 2019, do Deputado Mário Heringer, que é um exemplo de um bom começo de conversa. Ele fala: "Vamos tentar criar o que, na lei eleitoral, tem de conversar com a LGPD em termos de compartilhamento de dados entre candidatos e partidos, por exemplo, ou em termos de fiscalização mesmo por parte da Justiça Eleitoral!".

Em sétimo lugar, a cibersegurança não é só assunto de governos e empresas. Grupos da sociedade civil sofrem ataques cibernéticos e precisam ter uma atenção.

Em oitavo lugar, as plataformas de internet, em primeiro lugar, antes de a gente discutir regulação e antes de a gente discutir qualquer outro assunto em relação a elas, têm de se comprometer com a transparência. Elas têm de se comprometer com a transparência em termos do marketing digital: quem contrata impulsionamento? Em quais termos aquela pessoa o está contratando? Quanto dinheiro foi colocado? Qual é o público que foi selecionado para aquele anúncio ser direcionado? Além disso, é preciso haver transparência em termos de moderação de conteúdo. Conteúdos não podem cair sem se saber por quê. Por quê? Porque isso é fundamental em termos democráticos. Se um conteúdo caiu, muitas vezes a expressão de





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

alguém é que se tornou vulnerável. Então, isso precisa estar muito claro, até para que haja um ganho de legitimidade.

Próximo: recomendações.

E termino com uma questão de agenda estratégica para discutir com os senhores, que são três perguntas. A primeira: quando começa uma campanha na internet? Será que a gente não teria de discutir essa questão de uma forma mais alongada? Por quê? Porque na TV é fácil; marca-se o dia para começar e o horário que vai passar. Agora, como você não tem o controle do que passa na internet e do que não passa, a campanha já começou hoje. Como a gente vai lidar com essa realidade? Talvez isso sirva de agenda estratégica para a gente pensar nas regras do jogo para frente, porque o jogo já mudou, o jogo já está sendo jogado de forma diferente.

Em segundo lugar: o que deve ser considerado propaganda eleitoral? Não há na legislação brasileira, como os senhores sabem, uma construção do que é exatamente propaganda eleitoral; há uma construção do que não é propaganda eleitoral. O problema é que na internet, com eu estava dizendo anteriormente, a propaganda eleitoral não é autoevidente; então, precisa-se de algum tipo de definição, porque ser propaganda eleitoral, como os senhores sabem, carrega dezenas de regras: a propaganda eleitoral tem que ser em português, a propaganda eleitoral não pode ter meios destinados a criar emoções nos eleitores, a propaganda eleitoral não pode ser de guerra, isso entre várias outras coisas. Então, o que é a propaganda eleitoral para carregar todas essas regras? A gente precisa saber o que é.

Por fim, uma questão que eu sei que não é tranquila, mas eu queria começar esse debate, porque eu sei que ele é longo. O que é? Responsabilização. Qual é o meu argumento? Vamos dizer que as senhoras e os senhores são donos ou presidentes de um time de futebol. Vai haver um jogo, um grande clássico, e o time visitante vai estar presente. Haverá um espaço para a torcida do time visitante, e vocês vão lá e delimitam esse espaço. São 300 pessoas do time visitante e 5 mil pessoas do time da casa, só que o presidente do clube vai lá e coloca o time visitante em uma área que não tem alambrado nenhum, desprotegida, sem polícia, sem ninguém, sem segurança, sem nada, no meio das 5 mil do time da casa. E aí eles vão lá e apanham. O que acontece hoje quando a gente tem um caso como esse no futebol? O que acontece é que o time perde o mando, o time é punido, porque ele agiu com imprudência; ele não poderia ter deixado aquele grupo de 300 pessoas no meio das 5 mil livre para serem espancadas, certo?

Então, qual é o ponto que eu quero discutir com as senhoras e com os senhores? Candidatos devem agir com qual prudência durante a campanha eleitoral? Porque, se você não tem como controlar o que se pluga em uma rede de campanha, talvez você tenha como usar outros tipos de responsabilização que sejam mais eficientes. Isso não significa, na minha opinião, criar mecanismos que uma campanha consiga sabotar a outra. A gente tem de pensar muito bem em como vai fazer isso; esse é um processo de discussão de longo prazo.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Só que, se a regra do jogo mudou, a gente tem de ter esse nível de ousadia para pensar a regra do jogo para frente, senão a gente vai continuar enxugando gelo em termo de pedido de remoção, e a Justiça Eleitoral vai continuar sendo o que ela é hoje: um palco para declarar se uma coisa é verdade ou não e conseguir a manchete do dia seguinte. Eu acho esse um papel insuficiente para a Justiça Eleitoral, insuficiente em termos de regra do jogo. Parece que o juiz está perdido e vai ser usado por um lado e por outro. Acho que a gente tem muito a ganhar nessa discussão.

Agradeço demais o tempo que me foi dado e me coloco à disposição.

Ao final da apresentação, tenho os materiais impressos para distribuir para os Deputados e Deputadas e para as Senadores e Senadoras.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Dando sequência aos trabalhos desta tarde, vamos convidar para falar agora, conforme requerimento de autoria do Senador Alessandro Vieira, o Delegado de Polícia Civil do Rio Grande do Sul Dr. Emerson Wendt.

O Dr. Wendt é formado em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade Federal de Santa Maria; pós-graduado em Direito pela URI; Mestre em Direito pela Unilasalle, Canoas, Rio Grande do Sul; Diretor do Departamento Estadual de Investigações do Narcotráfico e membro do Conselho Superior de Polícia Civil do Rio Grande do Sul; Professor da Academia de Polícia Civil nas cadeiras de Inteligência Policial e Investigação Criminal; ex-Diretor do Gabinete de Inteligência e Assuntos Estratégicos. Também é Professor dos cursos de pós-graduação e extensão de Unisinos, Senac, Verbo Jurídico, Uniritter, EPD, Imed, Unitoledo, Uninorte, Unifacs; membro da Associação Internacional de Investigação de Crimes de Alta Tecnologia do PoaSec e do Inasis; além de ex-integrante do Comitê Gestor de Tecnologia da Informação da Secretaria de Segurança Pública do Rio Grande do Sul. Já ministrou aula nas Academias das Polícias Cíveis de Pernambuco, Goiás, Paraná, Acre, Alagoas, Sergipe, Rondônia e Piauí. Também é tutor dos cursos de EaD e presenciais da Secretaria Nacional de Segurança Pública, especialmente na atividade de inteligência de segurança pública. Ele é autor do livro Inteligência Cibernética e coautor dos livros Crimes Cibernéticos: Ameaças e Procedimentos de Investigação, com Higor Vinicius Nogueira Jorge, e Inteligência Digital, com Alessandro Gonçalves Barreto. Também é autor e organizador dos livros Investigação Criminal. Ensaio sobre a arte de investigar crimes e também Investigação Criminal. Provas, juntamente com Fábio Motta Lopes.

Passo a palavra para o Dr. Emerson Wendt para que possa...

(Interrupção do som.)

O SR. EMERSON WENDT (Para expor.) – Obrigado. Boa tarde a todos e todas.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Uma saudação ao Presidente, Senador Angelo Coronel; à Deputada Lídice, Relatora da CPML; ao debatedor, Dr. Francisco. Quero fazer uma saudação especial a todos os presentes na pessoa do Senador Alessandro Vieira, sergipano, mas gaúcho também, e agradecer o convite para falar nesta Casa.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Fora do microfone.) – É gaúcho?

O SR. EMERSON WENDT – É gaúcho, é gaúcho. E colorado também.

O objetivo meu aqui – gostaria que já pudesse passar – é talvez trazer não só alguns aspectos relativos ao tema investigação criminal dos delitos praticados no âmbito e na internet, um assunto que eu tenho trabalhado desde 2005. Ministrei vários cursos em várias localidades do País, principalmente para policiais, e desde então tenho me dedicado também não só a essa parte operativa, mas à parte de estudos acadêmicos, e esse é o campo hoje também do estudo relativo ao doutorado que estou fazendo na Universidade La Salle em Canoas. É justamente uma interação no contexto direito, internet e sociedade. Até um trabalho anterior, que também foi produto de um livro, Internet & Direito Penal, tem justamente uma observação sobre isso. Fiz uma pesquisa a que praticamente mil pessoas do País todo responderam, e 92% da população nacional quer algum tipo de regulação no contexto da internet, ou seja, ainda temem não só contexto de risco, mas o contexto de medo também na internet. Para isso é importante conhecer esses desafios que a sociedade tem frente aos chamados delitos informáticos ou delitos eletrônicos ou delitos digitais, seja lá qual for o nome dado e a amplitude que se queira dar.

Eu tenho me dedicado mais neste momento justamente a como aconteceu essa timeline do direito normatizado, do direito projetado no Brasil, em relação aos projetos de lei, em relação ao que já existe sobre o tema, pautando justamente uma correlação disso com essa parte estrutural que existe em relação à investigação, porque justamente nesse aspecto talvez esteja o principal problema que faça gerar a sensação de impunidade e fazer com que as pessoas queiram mais uma lei, mais uma lei, sendo que, na realidade, lá embaixo, as coisas não são resolvidas. Então, a ideia é trabalhar o segundo e o terceiro tema com vocês aqui, principalmente na questão da timeline das perspectivas de persecução da criminalidade no País.

Pode passar.

Uma timeline do direito projetado e legislado no Brasil, se puder passar na próxima, a gente já vai ter um emaranhado de legislação. Eu procurei estabelecer um deadline na Constituição Federal, mas retornei um pouquinho antes, no ano anterior, porque ali existia a primeira lei que tratou dessa parte de informática, que foi a lei de software. Mas procurei separar justamente as legislações que são do aspecto procedimental do aspecto penal.

No aspecto procedimental, por exemplo, a primeira lei que surgiu foi a lei de interceptação telefônica, telemática e de informática. Aí a gente já tem um dos primeiros grandes problemas em relação a investigação hoje, porque todo e qualquer interceptação informática e telemática





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que se faça, claro, com a devida vênica judicial, você não consegue ler o conteúdo, em razão da criptografia. Ou seja, não existe um mandamento obrigando os provedores de conteúdo, provedores de conexão, quem tem essa chave criptográfica, a entregar para a autoridade policial ou ao juiz para poder fazer a leitura daqueles dados, tanto é que a parte da interceptação telemática e de informática é pouco utilizada, em razão disso.

Nós tivemos outras legislações relativamente a essa questão procedimental. Uma delas é a questão da infiltração de policiais na internet, a Lei 3.441, que foi um grande avanço nesse contexto justamente para estabelecer parâmetros disso. E nós tivemos, na parte penal, talvez o primeiro projeto de lei que tratou especificamente disso, uma cópia de uma legislação de 1990 do Reino Unido, o Projeto de Lei do Senado 152, que se transformou no Projeto de Lei nº 4.102, da Câmara dos Deputados e está até hoje no Congresso Nacional; em 2017, foi a última movimentação, por assim dizer.

Nós temos também um aspecto que eu chamo genericamente, para facilitar, de política pública: a Lei 12.735, que foi o que restou do antigo Projeto de Lei Azeredo, estabelecendo que os Estados deverão criar estruturas para o enfrentamento da criminalidade praticada através da rede mundial de computadores. É uma lei que foi sancionada em 2012 e que, na verdade, não tem tido um fomento centralizado nacionalmente justamente para fazer com que as estruturas sejam realmente postas em atividade no País como um todo.

Nós tivemos também, originado de um projeto de 2009, em termos de política pública, a questão relativa a uma política nacional de enfrentamento ao bullying, principalmente no ambiente escolar, que gerou na Lei 13.185, aprovada em 2015.

Em relação à questão eleitoral é interessante fazer uma abordagem também, porque nós tivemos, já na Lei 9.504, uma previsão quanto à questão da fraude em relação às urnas, mas o contexto da internet surgiu na norma federal em 2009 e em 2013, com um tipo em relação a essa questão da propagação, de certa forma, de notícias, e esse tipo foi incrementado agora com outro tipo penal com a Lei 13.834, que teve justamente um veto presidencial, e esse veto derrubado aqui no Congresso Nacional.

E nós temos vários projetos que são discutidos relativamente ao tema, não só alguns que são remetidos ao Código de Processo Penal, mas alguns que fazem referência ao Marco Civil da Internet, propiciando novas formas, principalmente, de remoção de conteúdo e responsabilização de provedores.

Poderia ficar aqui um grande período de tempo falando sobre cada um desses atos normativos, mas não é o objetivo. Gostaria de passar à sequência.

Os projetos de lei: para se ter um contexto sobre fake news, eu encontrei 27 projetos aqui no Congresso Nacional, e a gente pode separar na Câmara dos Deputados por três blocos, totalizando em torno de 24 projetos. A maioria deles contempla a questão da criminalização;





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pouquíssimos ou quase nenhum, a questão de eventual política de orientação, de prevenção em relação a isso; e alguns aspectos na parte procedimental, como alguma previsão relativamente à remoção de conteúdo, principalmente – talvez seja o mote principal. E aqui no Senado Federal, três projetos, dois no ano passado e um deste ano, também tratando do assunto; dois deles contendo também essa incursão penal dentro da legislação eleitoral, que, no meu entender, já estaria, de certa forma, subsumida com essa Lei 13.834 – se não me falha a memória –, deste ano.

Então, o enquadramento hoje possível que nós temos, não só pelo Código Penal, mas também pela legislação eleitoral, está ali nos arts. 138 a 140 do Código Penal e também no art. 57-H da Lei 9.504, que foi inserido pela Lei 12.891, e neste artigo novo inserido neste ano, ou seja, de certa forma uma possibilidade de aplicação do ponto de vista penal, além dos projetos que eu procurei categorizar neste assunto.

Pode passar.

Da mesma forma o bullying, que é outro objeto da Comissão. Hoje nós temos um enquadramento possível também na parte da legislação penal da ofensa à honra, principalmente, e da questão da lesão corporal, seja ela leve ou até mesmo grave ou gravíssima, dependendo do contexto, em razão da possibilidade de considerar como lesão a violência psicológica.

Mas nós temos dez projetos relativamente a esse tema, e nenhum dos projetos contempla, até porque já existe, naturalmente, uma política pública, mas não se faz, de certa forma, essa política pública ser vista lá embaixo, ou seja, lá onde deve principalmente acontecer, que é nos colégios. Pelo que eu tenho acompanhado, a maioria dos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio não sabem lidar com a questão do bullying ou do cyberbullying. Então há a necessidade, sim, de uma política relativa principalmente à prevenção de caráter nacional em relação a isso.

E nós temos um outro aspecto que praticamente nenhum dos projetos aborda, que é a imediata remoção de conteúdos, sem necessariamente depender de uma ordem judicial. Eu não sei como acontece nos outros Estados, mas, dependendo do contexto, no Estado do Rio Grande do Sul, às vezes uma ordem judicial demora de 30 a 45 ou 60 dias para ser emitida. É tempo suficiente para aquela notícia, aquele cyberbullying ser propagado no ambiente digital e não haver mais retorno, mesmo que haja uma ordem judicial em razão disso. Então, alguma medida... Embora alguns possam não considerar extremamente satisfatória essa possibilidade, mas há necessidade de praticamente se igualar ali o que existe em relação à questão da intimidade prevista no Marco Civil da Internet, também em relação ao cyberbullying e ao cyberstalking de certa forma também.

Pode passar, por favor.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, no parecer substitutivo do bullying do ano passado, procurou-se consolidar esses dez projetos, propondo a criação de três tipos penais. Toda aquela parte ali, prevendo aspectos procedimentais, ou o que eu chamo de administrativo, quando há possibilidade de notificação, por exemplo, de um provedor de conteúdo para retirada daquela informação, neste e também no projeto substitutivo apresentado este ano foram retirados. Só ficou a parte penal. Isso, no meu entender, causa um sério prejuízo, porque a contingência penal nem sempre vai resolver o problema lá na ponta.

Pode passar.

Cyberstalking hoje tem dois enquadramentos possíveis, principalmente a questão da ameaça, a contravenção penal de perturbação da tranquilidade, ou seja, já temos uma possibilidade de enquadramento, mesmo que a pena seja pequena, depende de interesses. Isto aqui é um aspecto que influencia muito lá a aplicação da Lei Maria da Penha com as medidas protetivas de urgência, porque tem um caráter muito próximo da relação doméstica.

Pode passar. O cyberstalking...

Pode passar, por favor.

(Soa a campainha.)

O SR. EMERSON WENDT – O cyberstalking tem seis projetos, e da mesma forma esses projetos apenas contemplam a parte penal; a parte de eventual política pública em relação a isso ou procedimental é colocada de lado, e isso seria a criação do tipo penal de perseguição.

Pode passar.

Então, a lógica que eu tenho justamente visto nesse contexto é de termos uma legislação que vise à pena, à punição. Temos aí nesse contexto a legislação relativamente ao Marco Civil da Internet e à Lei Geral de Proteção de Dados, que são extremamente importantes, nos trazem direitos – o Marco Civil da Internet também traz deveres aos provedores de aplicação e conexão –, mas, do ponto de vista procedimental de políticas públicas, ainda há a necessidade de um reforço nesse contexto, justamente para obrigar os gestores – eu não estou falando só de gestores públicos, mas também dos privados, principalmente na questão do estabelecimento de ensino – a adotarem o que eu chamei genericamente de políticas públicas.

Pode passar.

Do ponto de vista da persecução da criminalidade cibernética, Senador – se me permite mais um ou dois minutos –, nós não temos, de certa forma, a não ser a Lei 12.735, a que já me referi, com a criação de órgãos estruturados em relação à questão de equipes especializadas no enfrentamento a essa criminalidade no âmbito da internet. Nós só temos essa legislação, mas não temos... Por exemplo, Portugal tem uma legislação bianual que estabelece o que a polícia





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

judiciária deve fazer nos próximos dois anos, principalmente concentrando seu foco naquilo que está permeando a sociedade naquele momento. Vamos dizer assim, é um referencial primeiro que eu trago, até porque é o início da pesquisa de doutorado, mas acho extremamente importante nesse contexto.

E também trago, nesse aspecto das perspectivas da investigação criminal, as alterações, as propostas do Marco Civil da Internet, que têm pelo menos cinco projetos, dos quais eu destaco ali o Projeto de Lei 9.808, do ano passado, que foi um encaminhamento feito pelo Conselho Nacional de Chefes de Polícia ao Deputado João Campos, naquela oportunidade, justamente propondo esta alteração ao Marco Civil da Internet em relação não só à questão de remoção de conteúdo, mas principalmente à questão da criptografia. Baseamo-nos aqui, fizemos, de certa forma, um transplante jurídico adaptado da Alemanha, para tentar inserir no contexto brasileiro essa possibilidade de que os provedores, mediante uma ordem judicial, possam entregar especificamente uma chave criptográfica para leitura do conteúdo de mensagens relativamente não só aos delitos de que eu acabei de falar, mas de outras investigações, como investigação de homicídios, assaltos, etc. Então, seriam ferramentas importantes, já que as políticas de segurança pública precisam de melhoria na questão da prevenção aos delitos e também da melhoria na investigação.

Muito já se tem feito. Existe um laboratório de inteligência cibernética no Ministério da Justiça e Segurança, mas esse laboratório pode servir justamente de modelo para ser fomentado nos Estados e, a partir daí, se criar algo uniformizado, procedimentalizado, já que são 27 polícias diferentes, 27 polícias civis diferentes, que abarcam mais ou menos 98% dos casos de investigação previstos no Código Penal e legislações esparsas, e cada uma delas tem a sua estrutura e políticas próprias.

Em termos procedimentais, eu faço aqui uma referência quanto à questão da obrigação ou da necessidade de implantação efetiva do protocolo de internet versão 6, o IPv6, justamente porque hoje, mesmo com grandes companhias telefônicas, se nós não informarmos a porta lógica, por exemplo, nós não conseguimos identificar o autor de um delito, seja ele de menor potencial ofensivo ou de maior gravidade. É fazer a ampliação dessas medidas administrativas de remoção de conteúdo. Elas têm um papel importante e, de certa forma, evitam danos futuros importantes. Isso é algum processo; nem que nós copiemos os procedimentos de algum outro País, adaptando à legislação nacional, como a questão da notificação para retirada, não retirada, a contestação, mas nós precisamos ter uma política mais efetiva em relação a isso, não só em relação, por exemplo, à pornografia de vingança, já contemplada não só pelo Marco Civil da Internet, mas também pela legislação penal, que entrou em vigor no ano passado.

Obrigado, Presidente. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Hoje estamos cheios de doutores aqui realmente, experts no assunto – isso que é importante.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Temos regras aqui para esta reunião do dia de hoje. Nós vamos ouvir agora a Relatora, que terá o tempo livre. Depois, iremos ouvir o Senador Alessandro Vieira, que é Relator setorial do item proteção de dados. Depois os titulares terão 14 minutos, contando perguntas e respostas; os suplentes, 5 e os não membros 5 minutos – ou seja, 14 para os titulares, 7 minutos para os suplentes; não membros, 5 minutos.

O SR. PAULO RAMOS (PDT - RJ) – Sr. Presidente, tenho mais uma questão de ordem a V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Pois não.

O SR. PAULO RAMOS (PDT - RJ. Para questão de ordem.) – Eu sou suplente do PDT; o titular não está presente.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – V. Exa. virou titular.

O SR. PAULO RAMOS (PDT - RJ) – Não seria bom inclusive – quero sugerir a V. Exa. –, quando da inscrição não ser feita a distinção e, no momento em que chegar a vez, estando presente o titular, o suplente não faz a pergunta? Eu concordo – lamento, mas concordo. Mas, não estando o titular... Porque, senão, a preferência vai sendo dada a titular, independentemente de ordem, de momento de chegada, e aí alguém chega depois, mas é titular, se inscreve e vai jogando quem esteve, às vezes, desde o início, para o final.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Da fila.

O SR. PAULO RAMOS (PDT - RJ) – Às vezes, nem tendo a oportunidade de fazer a pergunta.

Então, gostaria de, mais uma vez, submeter a V. Exa. a avaliação deste critério: colocar na ordem de inscrição.

Aliás é a primeira CPI em que eu vejo essa distinção. Não tenho grandes experiências, mas é a primeira em que eu vejo aqui essa distinção entre suplente e titular. Então, eu queria que V. Exa. reavaliasse.

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN) – Eu me somo como suplente também, da Bancada do Partido dos Trabalhadores.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Eu vou acatar a questão de ordem do Deputado e vou solicitar à Secretaria da Comissão que faça a lista pela ordem cronológica de chegada. Se no momento em que a palavra for franqueada a V. Exa. o senhor estiver como suplente, será o tempo de suplente. Se estiver ausente o titular, V. Exa. migrará ao tempo de titular. O. k, Deputado?

O SR. PAULO RAMOS (PDT - RJ) – Agradeço, não podia esperar outra coisa de V. Exa.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Muito obrigado.

Com a palavra a Deputada Lídice da Mata, Relatora.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Como Relatora.) – Sr. Presidente, Srs. convidados, a quem agradeço a contribuição que estão dando ao nosso trabalho, ao trabalho desta Comissão, Srs. e Sras. Parlamentares. Na verdade, acho que as duas palestras, as duas falas se complementam, porque elas focaram em assuntos distintos, portanto, nos permitindo aproveitar bastante as duas. A do Sr. Francisco Cruz, do InternetLab, se dirige mais à política propriamente dita, à política de comunicação e à política, e a do nosso Delegado focou na legislação e, inclusive, na legislação ainda não existente, mas em curso na Casa, e aos crimes, principalmente a prática de cyberbullying na juventude, entre as crianças, que também é um dos temas do nosso trabalho e de que o Senador Alessandro vai poder falar um pouco mais.

Eu queria, no entanto, fazer algumas perguntas relacionadas com esse tema da política eleitoral, mas também no geral. Faço para os dois, e, no que o Dr. Emerson considerar que tem contribuição também a dar, espero que possa fazê-lo.

Recentemente foram alterados alguns pontos da legislação eleitoral para adaptá-la à utilização da internet em campanhas eleitorais. Os senhores acreditam que tais mudanças foram suficientes para regular de maneira adequada essa nova realidade das eleições brasileiras?

Eu vi aqui mais ou menos duas posições, porque o Sr. Francisco, como está mais ligado à comunicação, geralmente todos aqueles que falaram sobre a temática de fake news vinculada à comunicação sempre ressaltaram a necessidade de não evoluir, digamos assim, num procedimento proibitório, mas menos regulador; já na própria pesquisa, o Dr. Emerson revela – isso foi bem interessante – um desejo da população de que haja uma regulamentação. Uma coisa pode não ser contrária a outra, mas, efetivamente, pelo que senti, há um desejo de que algo pudesse ser contido.

Existem evidências no Brasil de coleta de tratamento de dados pessoais para o microdirecionamento de conteúdos eleitorais para determinados grupos de eleitores. Os senhores acreditam que já temos essa prática demonstrada no Brasil, especialmente na eleição de 2018, na eleição passada? Há evidências dessa utilização para disseminação de conteúdos de desinformação ou de fake news nos moldes do que ocorreu com a Cambridge Analytica?

Qual a opinião dos senhores acerca da utilização de robôs de contas falsas e de contas anonimizadas por meio de pseudônimos no debate público e mais especificamente nas campanhas eleitorais?

Existem evidências de possíveis fraudes no acesso à informação por meio da internet no Brasil?





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Já foram identificadas redes de robôs, perfis falsos ou outras técnicas para manipulação de informações na internet brasileira? Na avaliação e na pesquisa dos senhores, como isso foi detectado?

Os senhores acreditam ser necessário algum tipo de auditoria com monitoramento público dos algoritmos utilizados pelas grandes empresas de conteúdo na internet, tais como Google, Facebook, Twitter, entres outras?

O disparo de mensagens eleitorais por meio do WhatsApp é caracterizado como crime eleitoral ou poderia ser configurado como uma ação de impulsionamento prevista pela lei eleitoral? Falo de disparo de mensagens eleitorais não é apenas o compartilhamento.

A utilização de bots para a disseminação de propaganda eleitoral é uma forma válida para impulsionamento ou se trata de uma prática que atenta contra as previsões da lei eleitoral?

É possível aplicar os preceitos da Lei Geral de Proteção de Dados para a proteção dos dados pessoais de eleitores nas eleições vindouras?

Seriam necessárias adequações na lei eleitoral para compatibilizar as regras da Lei Geral de Proteção de Dados com as normas eleitorais no Brasil?

Como os senhores veem, eu estou tentando dar um foco para nos prepararmos para as próximas eleições e a eleição de 2022. No entanto, o próprio TSE, com base em toda essa discussão e na análise de 2018... Esta semana, ontem, foi publicado em quase todos os grandes meios de comunicação algumas normas que o TSE tentará colocar em vigor. Já disponibilizou uma consulta pública para as próximas eleições de 2020. E eu queria também ouvir a opinião dos senhores.

Fala sobre uma minuta de resolução, sobre propaganda eleitoral e condutas ilícitas em campanhas eleitorais. A Seção II trata da desinformação na propaganda eleitoral. Na opinião dos senhores, quais medidas deveriam ser adotadas pelo TSE para coibir essa desinformação durante as eleições?

O art. 9º da minuta de resolução do TSE prevê que candidatos, partidos ou coligações – e isso, é claro, é um tema que chama muito a atenção do Congresso – procedam à checagem da veracidade e fidedignidade da informação utilizada na propaganda eleitoral. Quais podem ser os mecanismos para a checagem dessas informações?

No parágrafo único do mesmo art. 9º, a minuta de resolução determina direito de resposta caso não seja demonstrado "o uso de fontes de notória credibilidade". Quais são os elementos necessários para caracterizar uma fonte como de notória credibilidade?

São essas as minhas perguntas, Sr. Presidente, para permitir que os nossos participantes da CPMI também possam se beneficiar da presença dos nossos convidados.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Como as perguntas foram para as dois... Não é isso, Deputada?

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA) – É.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Então, passo o primeiro bloco para o Dr. Francisco Cruz.

O SR. FRANCISCO BRITO CRUZ – Sr. Presidente, quanto tempo eu tenho? Só para saber quanto mais ou menos. Uns cinco minutos?

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Pode discorrer. Se V. Sa. estiver se estendendo muito, eu aviso.

O SR. FRANCISCO BRITO CRUZ (Para expor.) – Obrigado.

Vou tentar responder de forma tópica e concisa aos questionamentos da Sra. Relatora. Anotei aqui que são dez questões. Então, vou tentar ser bem conciso.

Em primeiro lugar vem o impulsionamento. Será que o marketing digital, o marketing eleitoral digital está bem regulado da forma como acontece hoje? Na minha opinião, o que aconteceu de 2017 para 2018 foi um começo de conversa, mas não é o ponto final. Por quê? Porque a gente não definiu exatamente o que é impulsionamento e, principalmente, não considerou, ao permitir o impulsionamento como a única modalidade de propaganda paga na Internet que é permitida pela legislação eleitoral, as diferenças entre as diferentes plataformas, as diferenças entre Facebook, Google, Instagram, Twitter, etc., inclusive entre cada um dos sites. Então, o que a gente criou foi um ambiente de alguma segurança jurídica para algumas plataformas e de ausência de segurança jurídica para outras, mas sem uma definição concreta. Acho que o jeito de avançar nessa questão, parece-me, é a gente admitir que se trata de compra de anúncio. Acho o nome impulsionamento, eventualmente, problemático, porque ele, como vou dizer um pouco mais para a frente, cria alguns entendimentos confusos sobre como cada uma dessas plataformas funciona. Acho que, no fundo, é venda de anúncio. Alguns anúncios estão permitidos hoje. E como é venda de anúncio, ou seja, como há transferência de dinheiro, uma das formas de a gente ganhar em eficiência, em termos de aperfeiçoamento regulatório e em termos de controle e fiscalização, é olhar para o dinheiro, é olhar para a apresentação de contas desses anúncios, para como esses anúncios devem ser declarados, inclusive porque em muitos desses casos a gente está falando de anúncios que são microdirecionados por natureza.

O que é o microdirecionamento? O microdirecionamento é quando você compra um anúncio e segmenta uma audiência com base em interesses, com base em dados daqueles cidadãos. Qualquer ferramenta de marketing digital hoje utiliza esse conceito do direcionamento. Você não compra uma propaganda simplesmente só para estar nos seus sites – é muito raro.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Você compra uma propaganda para ser direcionada a algum tipo de público que vai estar no seu site.

Então, parece-me que a gente deve avançar em termos de como essas contas devem ser prestadas e o que deve ser prestado de contas também, especialmente em termos do que é marketing de influência. Então, se o influenciador digital, que tem muitos seguidores, possui uma conta comercial que faz um pool te apoiando, deve ser declarado ou não deve ser declarado?

Enfim, em tudo isso me parece que é interessante a gente avançar. Por quê? Porque a gente começa a entender o que faz parte dessas redes de campanha e o que deve ser tutelado, vamos dizer, delimitando o que deve ser tutelado antes, inclusive para a gente, eventualmente, apurar abusos de poder econômico, abusos de meios de comunicação, que já são figuras presentes na legislação hoje em dia.

Segunda pergunta: Existem evidências de microdirecionamentos no Brasil? Sim. Em 2018? Sim. Nós temos uma série de relatórios que, vamos dizer, subsidiaram o documento que eu passei às senhoras e aos senhores do nosso projeto chamado Você na Mira. Nós olhamos para todas as campanhas que gastaram com impulsionamento e como elas gastaram. Para além disso, nós recrutamos voluntários que nos enviaram propagandas que eles receberam. Em cada uma dessas propagandas a gente conseguia ver, como foram os próprios usuários que nos enviaram, qual era o mote do direcionamento, qual era o termo de direcionamento utilizado, porque isso é informado individualmente para quem recebe a propaganda, pelo menos no Facebook, e nós vimos vários casos de propagandas microdirecionadas.

E vocês podem perguntar: parece a Cambridge Analytica? Na minha opinião, não parece a Cambridge Analytica hoje. Por quê? Porque a Cambridge Analytica foi um caso, em termos de escala, muito diferente. O tanto de dinheiro injetado no impulsionamento da campanha do Trump, em 2016, foge da escala que a gente tem hoje no Brasil em termos de impulsionamento. Isso quer dizer que não houve campanha digital? Claro que não! Agora, ela aconteceu em outros lugares e não foi pelas mesmas técnicas, isso para qualquer um dos lados da política. Então, parece-me que não é muito parecido com a Cambridge Analytica.

A campanha do Trump montou uma verdadeira estrutura enorme de compra de anúncios e de direcionamento e, de fato, esse tipo de coisa não aconteceu da mesma forma, até porque o gasto com o impulsionamento, se a gente pegar o gasto total com campanhas, é um gasto pequeno. Esse gasto com compras de anúncio no Facebook, que foi a estratégia da Cambridge Analytica, é um gasto pequeno. Pequeno se comparado ao gasto com marketing digital em 2018, pequeno se comparado com a compensação fiscal que as emissoras receberam para passar o horário político eleitoral e pequeno também se comparado ao bruto da campanha.

Em terceiro lugar... Aliás, em quarto lugar, robôs e pseudônimos. Eu acredito que a automatização não é a vilã em si. É possível ter um robô do bem. Por quê? Porque ele é uma





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ferramenta. O problema não é o robô em si, o problema é se o robô não diz que é robô, esse é o problema.

Então, a gente não pode seguir um caminho de criminalizar o uso de uma automatização que pode ser útil. A gente tem uma série de robôs hoje no Twitter que falam que são robôs e que cumprem um papel interessante, que é um papel de interesse público. Por exemplo, há robôs que fiscalizam contas, há robôs que fiscalizam determinados projetos de lei sobre temas interessantes para a sociedade. Eles dizem que são robôs; não é esse tipo de coisa que é o problema. Pseudônimo também não me parece ser o problema em si, porque o pseudônimo é permitido pela Constituição na minha visão, na minha visão jurídica. O problema é quando isso descamba para a fraude nessa informação, então, você não está só usando o pseudônimo, você está criando um comportamento inautêntico, não é só uma pessoa querendo expressar a sua opinião, é uma rede criada ou controlada por atores que, vamos dizer, estão fraudando o jeito como as pessoas percebem o debate. Nenhum problema há de a pessoa olhar alguém usando um pseudônimo e achar isso interessante, querer ler a opinião daquela pessoa. O problema é que existem 500 perfis usando pseudônimos, controlados pela mesma pessoa, fingindo que são pessoas diferentes. Isso é um problema, e aí a gente tem que perceber e entender como a gente lida com essa questão.

A quinta é, sobre fraudes no acesso à informação de qualidade no Brasil, se existe ou se não existe, se não existiu ou existiu em 2018. Acho que existiu, assim como existiu em 2014, assim como existiu em 2010. Isso já estava presente. O ponto é que, como a dieta de mídia se tornou mais digital, essas técnicas se tornaram cada vez mais possíveis. Ou seja, isso se tornou cada vez mais presente.

Sexta, a auditoria de algoritmos. Algoritmos, como é que funciona essa questão? Eu acho que essa é uma questão que a gente tem que debater no âmbito, principalmente, da proteção de dados pessoais, porque há uma série de questões aí com que não são simples de se lidar – você tem o segredo de negócio dessas empresas que precisa ser levado em consideração, você tem os dados pessoais também daqueles envolvidos. Então, se você vai fazer uma auditoria, você vai expor os dados pessoais daqueles que estão utilizando a plataforma? Eles não estão protegidos? Enfim, me parece que essa é uma questão de suma importância, mas eu acho que o foro adequado para a gente lidar com essa questão são justamente as discussões sobre proteção de dados pessoais, especialmente porque a gente tem que discutir em conjunto com os outros princípios dessa legislação, porque, justamente, o que esses algoritmos fazem é tratar dados pessoais. Então, existem outras questões que estão, vamos dizer, no meio desse caminho.

Mas é importante lembrar que nem sempre o algoritmo é o vilão, porque nem toda rede social é conduzida ou estruturada a partir de distribuição algorítmica de conteúdo. Por quê? Porque o WhatsApp não é. O WhatsApp distribui conteúdo na ordem em que o conteúdo enviado. O Twitter é bem pouco, comparado aos demais, especialmente se você o regula para te mandar





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

os últimos tweets não os mais relevantes. Então, você tem disparidades na forma como os algoritmos atuam de rede para rede.

Estou acelerando para não ocupar muito tempo.

Sobre disparos de mensagens. Isso é impulsionamento? Na minha opinião, não é impulsionamento o disparo de mensagens em massa, inclusive não tem a ver com impulsionamento, porque impulsionamento é alguma coisa que fica no ar na internet, é um anúncio que se compra para ficar no ar e, no WhatsApp, nada fica no ar. No WhatsApp as coisas são transmitidas do meu telefone ou do telefone dos senhores e senhoras para o telefone daqueles para quem a mensagem foi enviada. Você não conversa, você não fala sobre remover algo do WhatsApp, porque aquilo não está removível no ar, aquilo está no telefone da pessoa que já recebeu o conteúdo. Então, não se trata nem da mesma forma de comunicação. É comunicação privada de mensagens privadas. Então, não acho que esse é o termo correto de se utilizar.

Eu utilizo o termo spam, especialmente quando a gente está falando de mensagens não solicitadas, mas me parece que, inclusive em termos eleitorais, na Lei das Eleições, o artigo para se conversar sobre esse assunto é justamente o artigo que fala sobre cadastros de endereço eletrônico, que é aquele artigo que, vamos dizer, estava regulando as listas de mailing ou as listas de telefone. Esse me parece o artigo mais adequado, que não tem nada a ver com impulsionamento.

Sobre bots, também acho que é uma questão que a gente não pode ver stricto sensu como impulsionamento, porque não se trata de compra de anúncio, mas me parece que a lei eleitoral já veda especialmente, porque a lei eleitoral veda mecanismos que potencializem a visualização e a visibilidade de determinados conteúdos que não sejam previstos pelas plataformas, ou seja, que não sejam previstos pelos provedores de aplicação e oferecidos aos consumidores.

Ora, um robô não é um produto que o Twitter está oferecendo às pessoas. Um robô é construído em cima da infraestrutura, por exemplo, do Twitter, em cima da infraestrutura do Facebook, mas não é um produto que eles estão vendendo. Ou seja, é proibido pela legislação eleitoral, porque tenta aumentar a visibilidade de algum conteúdo, especialmente se você vai retuitando ou compartilhando.

A LGPD é possível aplicar para a legislação eleitoral? Sim. E aí eu levanto dois pontos que eu acho bem importantes. O primeiro é de que há um princípio na LGPD que é o princípio da finalidade; você coleta o dado a partir de uma finalidade, para alguma coisa. Isso está no consentimento, por exemplo, dado eventualmente pelo cidadão que lhe deu o dado. O problema é quando você usa para outra finalidade. Ora, isso precisa estar presente na regra do jogo eleitoral, porque, se você, por exemplo, é dono de uma farmácia e tem o cadastro dos seus clientes feito com a finalidade comercial da farmácia, você pode pegar esse cadastro e doar,





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pessoa física, para o candidato de sua preferência? Na minha opinião, isso fere a LGPD. Então, a gente tem que começar a conversar sobre como aplicar a LGPD para esses casos, porque isso é proteger o cidadão. Eu sempre falo que privacidade, hoje em dia, não é mais só o direito de estar sozinho, não é só mais o direito de ter uma cortina na janela da sua casa; privacidade é você controlar as informações sobre você, porque informação sobre você é poder sobre você.

E, por fim, sobre a minuta do TSE, parece-me que a resolução é interessante, sim. Vou estar presente nesta audiência pública do TSE para comentar com mais profundidade, mas, em primeiro lugar, eu queria dizer que ela é, em alguma medida, equilibrada, acho que tem pontos de ajuste, mas também me preocupa, Sra. Relatora, o que seria uma fonte de notória credibilidade. Acho que a gente precisa avançar no sentido de dar mais concretude a esse artigo proposto na minuta do TSE, porque ele dá muita margem a interpretação. É como eu estava dizendo antes: não adianta nada a gente fazer regras genéricas para controle de conteúdo, porque isso vai dar, vamos dizer, ao sabor do vento, poder discricionário para se controlar conteúdo na internet, e esse não é o caminho.

Agradeço demais e peço perdão por ter me alongado.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Passo a palavra ao Dr. Emerson Wendt.

O SR. EMERSON WENDT (Para expor.) – Bom, acredito que boa parte das questões já tenha sido respondida pelo Dr. Francisco.

No que se refere à questão primeira, a questão das alterações da legislação eleitoral – e aí volto até 2013 –, eu acredito que sim, que elas são suficientes em relação a isso para aplicar. Ou seja, não haveria necessidade de uma nova modificação nesse contexto.

Quanto à segunda questão, eu não tenho, especificamente eu não fiz ou acompanhei nenhum estudo específico relativamente à questão da coleta e tratamento de dados pessoais que o Dr. Francisco mencionou que sim, mas, pelo que eu tenho lido em termos de notícias em sites que a gente considera confiáveis, sim, isso pode ter ocorrido.

Em relação à terceira questão, que é a questão da utilização de robôs, de contas falsas e de contas anonimizadas, tem de se verificar qual é a finalidade específica, ou seja, qual é o dolo nesse campo, mas ela pode, sim, ser considerada uma forma de fraude. E pode ser aplicada, no caso do período eleitoral, a legislação eleitoral, ou, até mesmo fora desse período, a legislação penal existente.

Também concordo, em relação à questão 4, que a robotização, por si só, não pode sofrer um processo de criminalização. Acredito que existem muitos processos robotizados que vêm para o bem, ou seja, têm uma finalidade positiva, assim como a maioria da deep web também é positiva, embora o senso que se tenha é o de que não. Então, tem de se verificar – volto à





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

resposta à questão 3 – qual é a finalidade específica ou especial em relação a isso. Se, por exemplo, ela ofender, manipular ou criar determinado comportamento, aí, sim, nós podemos buscar a possibilidade de enquadramento penal nesse caso ou, no mínimo, uma aplicação de multa, prevista na legislação eleitoral também.

Quanto à questão da auditoria ou do monitoramento dessas aplicações, eu acredito que a Lei Geral de Proteção de Dados já respondeu isso. Se nós cobramos desses mecanismos, dessas aplicações, uma proteção dos nossos dados, ao fazer o monitoramento, nós vamos colocar em desproteção esses dados, o que, de certa forma, no meu ponto de vista, significaria desobrigar a proteger e seria um contrassenso em relação a isso.

Em relação a outra questão, a questão do disparo de mensagens eleitorais por WhatsApp, a lei eleitoral já veda isso, a Lei 9.504, através do seu dispositivo específico de 2013, inclusive. Também não vejo como termo correto a questão do impulsionamento ou mero repasse, mas, se for possível considerar esse repasse um spam ou até mesmo um scam, é possível, sim, fazer o enquadramento inclusive penal.

Quanto à questão de bots para disseminação de propaganda eleitoral, isso é plenamente enquadrável na questão da legislação eleitoral, porque tem uma finalidade já direcionada aqui.

E, quanto à questão da aplicação dos preceitos da Lei Geral de Proteção de Dados para o período eleitoral, para as eleições, eu digo que sim, acho que a Lei Geral de Proteção de Dados visa justamente à proteção dos nossos dados pessoais, sejam eles sensíveis ou não. Isso vai, de certa forma, nos garantir que os nossos dados não serão coletados e individualizados para nós recebermos uma campanha em massa, de certa forma. Eu acredito que não há a necessidade de uma mudança específica para a eleição na Lei Geral de Proteção de Dados.

Quanto ao outro assunto, o da resolução, Deputada, acredito que, como é uma consulta pública, há a necessidade... Eu até fiz uma anotação aqui, na sua pergunta nº 2, em relação a isso. Há a questão de mecanismos de checagem. Existem mecanismos de checagem não oficiais que são muito conhecidos dos brasileiros, como sites – não cabe aqui eu me referir a eles –, e existe até um oficial da Câmara dos Deputados, lançado recentemente, que também faz a checagem desse tipo de informação que corre nesses mecanismos.

Da mesma forma, acredito que seja bastante subjetivo o conceito de notória credibilidade. Isso pode ser mais bem escrito na resolução. A consulta pública está aí, e certamente todos têm possibilidade de colaborar nesse sentido.

Acredito que era isso, objetivamente.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Antes de passar a palavra para o próximo orador, o Senador Alessandro Vieira, que foi autor do convite ao Dr. Emerson e também





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

é Sub-Relator, o nosso Portal e-Cidadania já fez registros de várias intervenções do povo brasileiro.

A Larissa Barbosa, do Ceará, pergunta: "Quais são as providências que o Governo pretende tomar para impedir a influência de fake news no processo eleitoral?"

Minha cara Larissa, esse é um assunto do Congresso Nacional.

Jefferson Silva, de Alagoas: "As grandes mídias sempre tiveram grande influência nas eleições. De que modo os senhores pensam em vetar essa influência?"

João Henrique, de São Paulo: "Uma legislação que determine a autorregulação das mídias sociais seria um instrumento capaz de mitigar os impactos de fake news?"

Quer responder, Doutor?

O SR. FRANCISCO BRITO CRUZ (Para expor.) – Posso responder.

Sobre as grandes mídias, acho natural que elas tenham influência. Afinal de contas, como você vai conseguir atingir 200 milhões de pessoas para fazer campanha? Só com a grande mídia. Então, alguma influência ela tem que ter. O ponto é como a gente consegue proteger a igualdade de chances e como a gente consegue proteger os direitos individuais de privacidade e de liberdade de expressão. Então, no fundo, não é vetar a influência das grandes mídias, mas regular essa influência a partir de determinados valores.

E sobre autorregulação, acho que há experiências interessantes e acho que dá para a gente pesquisar, mas o fundamental é a gente atuar de forma multissetorial. Acho que essa é uma lição da comunidade da qual eu faço parte, de políticas de internet, e que é: a gente avança e avança de forma equilibrada quando todos os setores estão representados. E todos os setores não significam um monte de gente só; significam as empresas, o Governo, diferentes setores do Governo, a academia, a sociedade civil, diferentes setores de cada um deles, porque assim a gente consegue construir alguma coisa com base em consensos, em entendimentos compartilhados. Então, parece-me que esse é um caminho de grande valia.

O SR. EMERSON WENDT (Para expor.) – Senador, se me permite, na pergunta referente à autorregulação, acredito que esse processo, aliado justamente à questão da Agência Nacional de Proteção de Dados, se faria um bom trabalho. Aí, se corre o risco, se eventualmente se prorrogar o início da vigência da lei, de não termos agência efetiva a partir do ano que vem. Então, essa interlocução multissetorial em relação a um processo de governança ou de autorregulamentação eu vejo com bons olhos.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – De Jack Franco, do Paraná: "Quais as formas pensadas para mapeamento de fake news e punição aos produtores e disseminadores destas notícias?"





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Thais Cristina, também do Paraná: "Existe algum projeto sobre educação digital para compreender o que é verdade ou não dentro das redes sociais?".

Leonardo Toledo, de São Paulo: "Precisamos tomar cuidado para que o combate a fake news não se torne censura".

E Marcos Salles, de São Paulo: "Qual deve ser a conduta da vítima de ofensa na internet?".

Dr. Emerson.

O SR. EMERSON WENDT (Para expor.) – Eu desconheço alguma política específica, em âmbito nacional, de educação digital voltada especificamente para isso. É muito da autoaprendizagem e da relação de pessoas. Então não existe, pelo que me recordo, nenhuma política nesse sentido.

A última pergunta – desculpe, Senador – é referente a...?

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Se existe algum projeto sobre educação digital, você respondeu.

"Precisamos tomar cuidado para que o combate a fake news não se torne censura."

O SR. EMERSON WENDT – Ah, sim, isso é importante.

Por isso que a questão de censura é muito sensível. A manifestação de pensamento e de palavra é um princípio fundamental da Constituição, e por isso que eu referi antes que é preciso estabelecer um mecanismo específico para essa remoção, para que ela não seja de certa forma autoritária também, ou seja, simplesmente porque alguém decidiu retirar a informação, ela vai ser retirada.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Aqui mais uma pergunta, antes de passar para o Senador Alessandro: "Qual deve ser a conduta da vítima de ofensa na internet?" – Marcos Salles, de São Paulo.

O SR. EMERSON WENDT – Olha, a ofensa em regra é uma ação penal privada, então isso leva necessariamente a vontade da vítima em processar o autor. A orientação que se dá é que, além de fazer o boletim de ocorrência, ela também procure algum advogado na área para fazer as duas coisas, ou seja, o processamento penal e o processamento cível buscando a reparação de danos. Mas, principalmente, antes de fazer qualquer uma das duas coisas, é a preservação da evidência, daquela informação com a ofensa na internet.

Aliás, em relação a isso, esqueci a minha fala principal de que não existe na legislação brasileira nada que fale sobre preservação de evidências digitais. O que nós temos nos nossos códigos de processo é ainda uma legislação que diz que para a fotografia ter validade nós precisamos guardar o negativo. Nós não temos mais uma fotografia analógica, nós temos





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

fotografia digital, que tem inúmeras informações. Nós precisamos nesse ponto, sim, fazer uma adequação da normativa federal, nesse campo da preservação das evidências e provas digitais.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Aqui, encerrando.

Leandro Souza, do Distrito Federal – aqui próximo da gente: "Exigir que os usuários informem seus documentos para logar é um remédio efetivo para o mau uso da internet ou apenas burocratiza o acesso?".

Para os dois.

O SR. FRANCISCO BRITO CRUZ (Para expor.) – Esse tipo de ideia não é nova. É a ideia de que você tem que autenticar a sua conexão e tudo mais. Isso já estava, inclusive, presente no projeto de lei que meu colega de Mesa estava apresentando. Isso era, inclusive, parte da Lei Azeredo.

O ponto, na minha opinião – e aí eu dialogo com o colega –, em especial sobre preservação de evidências e sobre essas iniciativas de autenticação, é que hoje nós já temos, vamos dizer, uma capacidade violenta de investigação e de intrusão na privacidade das pessoas. Da forma como a internet funciona hoje, tudo que nós fazemos na internet cria rastros. E a discussão no marco civil, por exemplo, de guarda compulsória de evidências de todos os brasileiros avançou, inclusive, todos os dados de navegação de todos que estão nesta sala são guardados pelo menos por seis meses no Brasil. Isso é uma medida de coleta de dados em massa.

Eu não sou necessariamente contra essa medida em si, mas ela já é uma medida bastante intrusiva. O meu ponto é: se o Brasil hoje, com a legislação que a gente tem hoje, conseguiu dismantelar esquemas de corrupção gigantescos e para todos os lados, a gente quer aumentar a capacidade de investigação ainda mais? Sob que pretexto? A que custo?

Eu sei que essa questão não é fácil, eu sei que há uma necessidade de coleta de evidências por parte dos órgãos de investigação, mas acho que é importante, como pesquisador da área, fazer o alerta para os problemas do aumento da capacidade de investigação, em especial da coleta massiva de dados de usuários da internet sem que haja um motivo preestabelecido, ou seja, sem uma noção de que aquela pessoa pode ser culpada. Você vai coletar o dado dela mesmo que você não saiba se ela é culpada ou não, de forma genérica? Isso já acontece hoje. E expandir esse tipo de coisa me parece bem preocupante, porque caminha no sentido de vigilância em massa, e isso não acho bom, porque é justamente aquela história: se você aumenta muito a dose, o remédio vira veneno. E a gente caminha justamente para modelos que não são compatíveis inclusive com a nossa Constituição.

O SR. EMERSON WENDT – Essa questão...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Pois não.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EMERSON WENDT – Desculpa, Senador.

Essa questão da identificação das pessoas ao utilizar a internet é muito discutida também no âmbito de governo digital, ou seja, se se vai exigir um cadastro único no âmbito do Estado, no âmbito do Município, para poder ter acesso a determinados serviços e bens. Então, isso é algo que tem sido bastante discutido justamente porque, na maioria das vezes, acaba por restringir, ou seja, a pessoa não quer repassar o dado, mas, como o Dr. Francisco falou, o fato de nós navegarmos, utilizarmos, já deixa algum tipo de registro.

O fato de não haver registro, nenhum tipo de registro, o Marco Civil da Internet é bem feliz por obrigar a guardar registro de conexão e de acesso especificamente, não de conteúdo, então, esses provedores de conteúdo, provedores de conexão não sabem o que a gente está acessando, mas sabem de onde a gente acessou, é disso que a gente precisa num contexto de investigação. Não há como chegar à autoria de um delito se nós não tivermos esse tipo de dado. E ao não ter o dado, não guardar por período nenhum, nós teríamos certamente uma taxa de eficiência zero nas investigações criminais que dependam de ter acesso a algum dado relativamente à internet para poder identificar o autor. Nós teríamos a prova e não teríamos a possibilidade de chegar a uma autoria. Essa é a grande questão.

Então, fica um processo de busca de equilíbrio entre guardar os dados de forma segura, guardar de forma efetivamente segura, como prevê o Marco Civil da Internet e a Lei Geral de Proteção de Dados, e, de outro lado, justamente a possibilidade de se chegar, por ação da autoria, com esses dados. E mesmo assim nós temos inúmeras dificuldades, porque cada provedor tem um procedimento diferente, tem uma plataforma diferente – e para a acessarmos não existe uma plataforma única neste contexto –, tem prazos diferenciados para responder, e muitas vezes acaba por atender a legislação do seu país e não a legislação do país onde está, de certa forma, prestando serviço, como acontece muito. Ou seja, nós não conseguimos alguns dados ainda em relação a alguns dos principais serviços que todos os brasileiros utilizam, por uma questão de eventual dado privado dentro do Facebook.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – O.k.

Dando sequência, ouviremos agora o Senador Alessandro Vieira, sub-relator e também responsável pelo convite do Dr. Emerson.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (CIDADANIA - SE. Para interpelar.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Parabenizo os dois expositores pela qualidade das informações que trouxeram a esta Comissão.

Centro o questionamento especificamente na questão da rastreabilidade das informações falsas que são disseminadas em rede, nas duas pontas – na ponta da autoria e na ponta do





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

financiamento –, para que isso seja feito de forma maciça, porque é notório que não é possível fazer uma disseminação de fake news em massa sem o emprego de recursos financeiros, isso é bastante claro. Então, gostaria de ouvir dos dois expositores o que nós temos hoje vigente para fins de rastreamento daquilo que é postado de forma ilegítima e irregular nas redes; e aquilo que eles sugerem em termo de alteração legislativa, inclusive com base no Direito comparado, especificamente no tocante à questão da criptografia nas comunicações. Nós temos hoje meios de comunicação de massa que não são acessados mesmo com ordem judicial, e essa é uma situação que fere o Estado democrático de direito. Você não tem como suportar ou tolerar comunicação privada indevassável mesmo com ordem judicial, que é o que acontece hoje e que dificulta muito apurações, seja de crimes graves, seja de fake news com finalidade eleitoral. Então, centro apenas nesses dois pontos o questionamento aos dois expositores.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Com a palavra o Dr. Francisco.

O SR. FRANCISCO BRITO CRUZ (Para expor.) – Bom, em primeiro lugar, queria agradecer a intervenção, a pergunta. Acho que são temas que também me preocupam, e compartilho a preocupação do Parlamentar. Vou fazer alguns comentários, sem a pretensão de responder de forma definitiva.

Em primeiro lugar, sobre a possibilidade de disseminar fake news ou boatos ou qualquer coisa que o valha em massa sem dinheiro, acho que dinheiro ajuda, pode ajudar, deve ter ajudado e/ou em casos que nós sabemos ajudou, mas é possível disseminar sem dinheiro se você contar com, vamos dizer, muita gente para passar aquilo para a frente. Isso não significa que essa conduta, inclusive a conduta dessas pessoas, não esteja passível de uma análise jurídica ou de tutela. Mas o ponto é que não dá para desprezar o fato de que, vou dar um exemplo, um vídeo de um menino segurando o seu gatinho muito bonitinho no interior do Brasil pode viralizar – ele pode viralizar.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP. Fora do microfone.) – Não é isso.

O SR. FRANCISCO BRITO CRUZ – Não é disso exatamente que estamos falando. O que eu estou querendo dizer é que a gente precisa investigar cada caso, porque cada caso é um caso. É óbvio que não é disso que a gente está falando aqui, porque a gente está falando das coisas organizadas, e há essa possibilidade. Como que isso se dá?

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Fora do microfone.) – Maléfica.

O SR. FRANCISCO BRITO CRUZ – Sim, maléfica e com a intenção.

Quando eu disse sobre descentralização, queria esclarecer aos Parlamentares que eu não estou falando que tudo é orgânico: eu estou falando que as redes são abertas para quem quiser plugar inclusive coisas muito maléficas, inclusive coisas problemáticas, inclusive com anuência





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

e controle por parte do candidato, por exemplo. Isso a ver caso a caso. Não excluo essa possibilidade. Os diagnósticos convivem. Eles não se excluem um ao outro.

E, para fazer isso, acho que a gente tem que trabalhar em termos de regulação de campanha e em termos de dinheiro. Tem que declarar um post de um influenciador que tem muitos seguidores? Ou não tem? Se um jogador de futebol que tem 25 milhões de seguidores publicar alguma coisa apoiando um candidato – se não for fake news ou, se for, tanto faz –, tem que declarar ou não tem que declarar? A gente tem essa resposta pronta? Se um empresário quiser fazer alguma coisa em favor de um candidato, ele tem que declarar? Como ele vai declarar? O que vai ser considerado uma ação voluntária e o que vai ser considerado uma doação indevida? Parece-me que hoje isso é doação indevida. Mas quais vão ser os instrumentos?

Eu acho que a gente tem muita capacidade investigativa para muita coisa no Brasil; o problema é que essa capacidade não está sendo usada para essas coisas também. Parece-me que o grande problema de a gente utilizar, vamos dizer, a nossa capacidade de investigação para investigar fake news é que a gente precisa circunscrever o que de fato é ilícito e o que é opinião. Acho que isso é um grande desafio, em primeiro lugar. Em segundo lugar, a gente precisa tornar esse controle mais agnóstico em relação a conteúdo mesmo, porque, se a gente vai combater o comportamento inautêntico – e não necessariamente o conteúdo de lá e o conteúdo de cá, mas o que está errado, por exemplo, no sentido de injeção de recursos, no sentido de coordenação indevida –, aí a gente consegue, vamos dizer, fazer um jogo justo para todo mundo.

E queria dizer sobre a criptografia que eu acho que é bastante importante. Nós já contribuimos, no InternetLab, no processo do Supremo Tribunal Federal que vai julgar a questão dos bloqueios ao aplicativo WhatsApp, que discute criptografia. E a minha opinião é que existem muitos meios de investigação para além da criptografia.

A criptografia é a única fronteira hoje de proteção do cidadão. Se a gente quebra a criptografia hoje ou faz algum tipo de backdoor, a gente vai vulnerabilizar a comunicação de muitos brasileiros, num contexto em que brasileiros podem ser perseguidos pelo que estão comunicando. Mas isso não significa que nós não tenhamos que discutir, por exemplo, com essas plataformas, jeitos de o conteúdo não ser disseminado em massa. Porque tudo bem, eventualmente, se a criptografia estiver presente e a comunicação for de indivíduo para indivíduo; o problema é se for uma criptografia e você conseguir massificar essa comunicação. Você pode tentar mudar a arquitetura do serviço sem perder isso. Por que eu digo isso? Porque essa última fronteira, no sentido de se criar uma porta dos fundos para acessar esse conteúdo, me parece que vai estar vulnerabilizando mesmo a comunicação – e a comunicação de todo mundo.

A gente viu casos recentes de vazamento de mensagens por conta de falhas no serviço de um aplicativo de mensagens. É um caso recente, todo mundo sabe, no caso, do Telegram.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Imagina se a vulnerabilidade fosse no WhatsApp. Imagina se a gente criasse uma vulnerabilidade no WhatsApp. A gente ia ter uma Vaza Jato por dia, de todos os lados. Não me parece razoável. Acho que a gente tem que avançar no sentido de garantir a segurança também nas comunicações. Por quê? Porque, quando a criptografia é de ponta a ponta, o conteúdo está disponível também nas duas pontas. Se você acessar o celular da pessoa, você consegue o conteúdo de quem mandou e de quem recebeu. Você pode infiltrar um agente, você pode fazer várias coisas, mesmo havendo criptografia.

Parece-me que a gente tem que ser criativo também, mesmo que essa seja uma questão que também me aflija. Eu também fico dividido, eu também fico preocupado.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Dr. Emerson.

O SR. EMERSON WENDT – Bom, Senador, a sua pergunta é a pergunta que a gente faz diariamente em um processo de investigação. Seja monetizada, seja não monetizada, teria de ser possível logicamente fazer a rastreabilidade de qualquer tipo de comunicação, seja ela um vídeo enviado ou no WhatsApp ou no Facebook ou no Twitter. Cada arquivo digital, cada comunicação, cada frase que a gente escreve... Por exemplo, no WhatsApp ela tem um hash único. Ou seja, você teria condições de, de certa forma, fazer o rastreamento, pelo menos tecnicamente.

Com a gama de informações que são carregadas no sistema desses aplicativos diariamente, a dificuldade que eles dizem é de encontrar isso, mas, tecnicamente, teoricamente, sim, existe essa possibilidade. Assim como eu descobri, por exemplo, aquela propagação de fotos ou de memes contendo uma fake news, mesmo que ela tenha sido novamente recarregada no WhatsApp, ou seja, não é aquele simples reencaminhamento a lógica lhe permite chegar à origem, porque aquela imagem vai continuar tendo uma identificação única dentro do processo, dentro do sistema. Um vídeo postado no Facebook, uma foto postada no Facebook também têm identificações únicas, ou seja, embora os metadados, as informações de uma fotografia ou de um vídeo sejam modificados ao carregar em algumas plataformas, como o Facebook, o Instagram, o Twitter e o WhatsApp, as informações da identificação dentro do sistema são únicas, e por isso se permitiria a questão da identificação. Bastaria necessariamente a colaboração para esse processo. E parece-me que um pouco eles já modificaram essa possibilidade: basta que a gente tenha a identificação específica em relação ao parâmetro específico para informar.

Quanto à questão da monetização, quando ela acontece, eu vejo isso como algo natural. Quem paga precisa de um controle sobre o que está pagando. Então, naturalmente, a disseminação vai ter uma forma de controle seja ele qual for, como o clique na visualização, etc. e tal. Então, se existe essa forma de controle, naturalmente que você também tem como





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

descobrir como foi esse processo de monetização e se existe lavagem de dinheiro, se existe caixa dois, etc. e tal, em relação a isso. Mas é importante lembrar que é bom verificar sempre qual é o bem jurídico que vai ser tutelado nesse aspecto, ou seja, numa fake news, é a honra, é o processo eleitoral, é a questão da segurança nacional, para o que também existem alguns projetos que eu acabei não mencionando.

Quanto à questão da criptografia, eu já disse que é um problema, principalmente quando a gente trata de interceptação telemática e de informática devidamente autorizadas – e eu não estou falando em nenhum processo invasivo; não conheço nenhum juiz no País que tenha autorizado processos invasivos de interceptação telemática e de informática meramente, ou seja, todos são meramente passivos –, pela dificuldade da leitura deste dado. E é claro que entregar uma chave criptográfica ao Poder Judiciário, à autoridade policial pode gerar sensação de vulnerabilidade, mas ela é específica para um determinado contexto; ela não é específica para todo o aspecto, toda a utilização da aplicação. Então, por isso, sim, é uma necessidade investigativa do contexto real das investigações no Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Uma réplica ao Senador Alessandro.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (CIDADANIA - SE) – Não; satisfeito com as informações.

Eu só registro para o Dr. Francisco – 20 anos como delegado de polícia – que infiltrar investigadores em organizações criminosas não é uma atividade tão simples como parece nos filmes. Efetivamente, o uso da tecnologia, com a devida salvaguarda da ordem judicial prévia, é uma medida racional de investigação e absolutamente necessária. A gente conhece, pois trabalha com isso, a migração da comunicação do crime organizado dos meios comuns para o WhatsApp, por conta justamente da proteção da criptografia ponta a ponta.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Passo a palavra ao Deputado do Rio de Janeiro, do PDT, Paulo Ramos.

O SR. PAULO RAMOS (PDT - RJ. Para interpelar.) – Gostei da entonação, Senador. Fiquei feliz com o anúncio.

Primeiro, quero dizer que sempre que eu ouço a apresentação dos convidados, com os respectivos currículos, eu sei que é uma forma de demonstrar as credenciais, a importância e o valor das informações que serão trazidas, mas sempre tenho por hábito brincar de dizer: qual é o currículo do trabalhador? Fulano é um bom mecânico, de confiança, é um bom pedreiro, e encerra-se aí – não tem currículo. Mas eu quero dizer que fiquei muito feliz de saber das credenciais dos nossos convidados.

Eu não sei, a gente chega a um estágio da vida já tendo participado de debates os mais diversos. E eu me lembro, em uma fase da minha pequeníssima e modestíssima trajetória, que não valoriza nenhum currículo, da discussão sobre as contas numeradas e secretas. Até hoje,





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

no sistema financeiro, não se permite a descoberta, o conhecimento daqueles que fazem as grandes movimentações financeiras através de contas numeradas e secretas. O sigilo é algo, assim, quase impenetrável.

Estamos vivendo uma situação curiosa no nosso País agora, com essa discussão sobre os dados sigilosos das pessoas, os relatórios do Coaf. E aí vem um representante da OCDE, dizendo que o Brasil ficará numa situação dramática diante do cenário internacional caso esses relatórios sejam..., o compartilhamento seja impossibilitado, etc. – a OCDE. E eu fiz um levantamento dos países que integram a OCDE. Quase todos controlam paraísos fiscais, pequenínimas repúblicas que têm as chamadas contas numeradas e secretas.

Nesse caso específico, que é o tema aqui, eu sempre quero dizer que estou sendo muito instruído em relação ao tema, e hoje mais ainda não só com a exposição, mas com as respostas dos nossos convidados, o preparo que eles têm, o conhecimento. Mas esta atividade é uma atividade comercial, é uma atividade, aliás, altíssimamente lucrativa.

Então a minha pergunta é: até que ponto patrocina o interesse comercial a preservação do anonimato? Porque a grande questão é a irresponsabilidade, eu digo no aspecto criminal, porque irresponsável é aquele que não assume ou que não tem a possibilidade de ser alcançado para assumir a responsabilidade por aquilo que pratica. Esse é o irresponsável.

Nós temos os inimputáveis, que não são também responsabilizados. Mas estou me referindo à inimputabilidade em função do anonimato. Interessa a esses provedores a preservação do anonimato, exatamente se escudando em vários argumentos. A liberdade de expressão é um argumento, porque, aliás, foi dito aqui com muita propriedade: a distinção entre aquilo que é lícito e aquilo que é ilícito. Cada um pode formular a sua opinião em relação àquilo que é lícito. Mas se a opinião incorporar ilícito ou ofensa à pessoa, crimes contra a honra, como é que...

Então a pergunta que eu faço, e quero dizer que saio daqui até mais preparado para debater o tema: se vamos caminhar para a impossibilidade, isto é, isso é algo incontrolável, não existe a possibilidade de controle em diversos aspectos, não em todos. Como se diz assim: o fulano tem 25 milhões de seguidores, é um cabo eleitoral de peso. Mas qual é a impossibilidade... Cada um então que lute para ter apoiantes. Esse apoio vai ser vendido? É um apoio voluntário? Isso é incontrolável. Não tem como valorizar isso. Mas a grande questão é o anonimato.

O Senador que acabou de sair falou: criptografa. Como é que fica? Como é que se alcança?

Então, a grande questão é: como é possível criar condições para que comportamentos que não sejam lícitos não sejam protegidos pelo anonimato? Porque quem faz um comportamento lícito não tem interesse no anonimato; tem interesse no anonimato quem está transgredindo de





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

alguma forma. Então, como será possível eliminar a figura do anonimato? Através de robô, pseudônimo, etc., é possível isso? É possível estabelecer regras que causem o constrangimento para o empresário, o dono do empreendimento, ser impossível o anonimato. Cada um que postar tem que ser identificado. É possível isso ou não é possível?

Parabéns pela participação, que está sendo muito construtiva, instrutiva e esclarecedora.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Com a palavra o Dr. Emerson.

O SR. EMERSON WENDT (Para expor.) – Pela característica da internet, ela nasceu mundial, vai continuar sendo mundial, teríamos que trabalhar esse contexto, começar justamente estabelecendo algum tipo de protocolo nesse sentido, mas eu acredito que isso ainda não é possível. Como a internet nasceu com essa característica justamente de propiciar o anonimato, eu até já escrevi, utilizando um filme do Pedro Almodóvar, que é uma nova pele que as pessoas podem habitar, porque eu posso me dar a cara que eu quiser lá do outro lado, então, acredito que é bastante complexo. Mas na Cúpula Mundial de Segurança da Informação isso já é pauta, já foi pauta através também do grupo de governança em relação a isso. Mas ela não é uma pauta naturalmente prioritária. Existe justamente a democratização do acesso à internet, acredito que seja ainda a maior pauta nesse contexto, até porque se a gente pegar a internet mundial, menos de 60% das pessoas do mundo inteiro têm acesso à internet. No Brasil, nós ficamos em torno de 70%. Então, a pauta é justamente procurar dar acesso e não necessariamente efetivar o controle.

E mesmo assim, a questão do anonimato, Deputado, é relativa, porque no momento em que gente tem a questão da possibilidade de identificação por um protocolo de internet, por um protocolo IP, a gente tem possibilidade de buscar essa individualização da conduta exigida pelo Código Penal. Então, de certa forma, eu reputo como uma anonimidade relativa, por assim dizer. Estabelecer um controle total sobre isso também existem riscos. Eu sei que a sociedade é pautada pela palavra controle, segurança, mas isso tudo a internet mudou muito nos últimos 25 anos, esse contexto, com uma maior participação das pessoas, etc., com liberdade de manifestação, direitos reconhecidamente existentes. Acredito que esse é um debate que não é numa sessão ou em dez minutos que a gente vai conseguir responder a sua pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Dr. Francisco.

O SR. FRANCISCO BRITO CRUZ (Para expor.) – Bom, queria agradecer a pergunta do nobre Deputado, porque isso é algo que me aflige, inclusive, me aflige há bastante tempo. Desde que eu comecei a entrar nesse assunto, o primeiro trabalho que eu fiz foi exatamente sobre isto: como identificar as pessoas na internet, quais são os modelos adequados para isso. E a gente teve uma escolha regulatória que não é desprezível no Brasil, com o Marco Civil da Internet. A gente escolheu guardar registros de navegação de todos os brasileiros, todos, durante seis meses, para que haja possibilidade de identificação. Por quê? Porque nossa Constituição veda o anonimato. Então, parece-me que... Olhando para os casos com os quais eu tenho contato no





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

meu dia a dia, nos nossos levantamentos jurisprudenciais, inclusive, na maioria deles, as pessoas são identificadas com base nos registros de acesso a aplicações e com base nos registros de conexão, em especial na área cível, quando a gente tem discussão, por exemplo, de dano moral ou mesmo de crimes de opinião.

É claro que a questão se complica, como eu estava dizendo na pergunta anterior, inclusive na réplica, quando a gente está falando sobre redes criminosas. É claro que a gente tem que ter outras ferramentas de investigação para além dessa, mas uma série de questões já são resolvidas especificamente por essa guarda obrigatória de todos os brasileiros, o que é uma ferramenta, de certa forma, de vigilância em massa, mas a gente acordou que é o parâmetro equilibrado para existir hoje.

A Constituição Federal veda o anonimato. Na minha opinião – e peço vênias para discordar um pouco da colocação do Deputado –, existem hipóteses em que o anonimato, na verdade, é um pseudoanonimato, e não um anonimato. Ou seja, é algo em que você não está vendo na hora a identidade da pessoa, mas você pode identificar, caso haja o ilícito. Acho que é essa a situação que a gente pode ter no Brasil. Anonimato, no Brasil, não pode existir por vedação constitucional, mas o pseudoanonimato pode ser legítimo. Por exemplo, quando se tem uma sátira política para um lado e para o outro, e já se teve. Cito de um lado e do outro. Tivemos dois perfis do Twitter: o perfil @aeciodepapelão. Criticava o Aécio, fazia sátira do Aécio. Não tinha nenhum conteúdo que fosse visto como ilícito pela Justiça. Enfim, era um conteúdo de sátira, era um pseudônimo que alguém estava utilizando. Você poderia identificar, pedir os dados e identificar quem era a pessoa e processá-la, porque os dados estavam guardados no provedor. Por outro lado, você tem o @lulainflado, que também era um @ possível que estava lá criticando o ex-Presidente Lula. Os dois casos são perfis de sátira. Se legítimo ou não... O Judiciário já julgou, em alguns casos, que sim e em outros que não.

Outra coisa na qual o pseudônimo é interessante ou importante: em especial, em situações de vulnerabilidade dos comunicadores. Vamos pensar, então, numa cidade no interior do Brasil onde você tenha uma luta de um grande grupo econômico contra um pequeno grupo de ativistas. E esse grupo de ativistas quer publicar informações que, vamos dizer, vão de encontro a um grande proprietário, a alguém que tenha uma grande indústria ali, sabe que vai ter problemas físicos, de violência física, caso publique com o seu nome e prefere publicar com um pseudônimo. Isso é necessariamente ilegítimo? Eu não acho ilegítimo. Se a pessoa eventualmente publicar alguma coisa ilícita, ela é identificável, segundo o marco civil.

Então, parece-me que o parâmetro é: as pessoas têm que ser identificáveis e não imediatamente identificadas, porque existem situações em que o pseudoanonimato é legítimo.

A gente está pensando também – e aí eu alerto os presentes – em regras gerais para todos os casos. A gente está falando do caso que tem organização criminosa e do que não tem. A gente está falando de um caso, muitas vezes, que tem essa situação de assimetria ou de





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

vulnerabilidade do comunicador e do que não tem. Então, a gente tem que criar regras que abarquem todos os casos ou que façam diferenciações.

Aí eu queria só insistir num ponto e, enfim, continuar a conversa, em especial, com o Deputado Rui Falcão, que respeito e de quem admiro o trabalho faz tempo. É sobre a viralização. Eu não quis dizer aqui, Deputado, que as fake news que nós estamos discutindo são totalmente orgânicas. O que quis dizer é que a emoção faz com que a coisa vá para a frente também. A gente sabe que, muitas vezes, a emoção é utilizada pelos propagandistas justamente para obter esse efeito de que muitas pessoas passem aquele conteúdo para a frente organicamente. Então, você mexe com a emoção da pessoa. Se o gatinho mexe com a emoção da pessoa porque a pessoa tem ternura quando vê o gatinho, a notícia sensacionalista, a manchete radical ou mesmo a mentira mexem com a emoção da pessoa e isso garante que o conteúdo vá para frente. É isso que eu quis dizer.

De certa forma, quando eu estava falando sobre uma agenda estratégica para o futuro, e olhando como é que os candidatos vão atuar com prudência, eu estou falando sobre isso também. O candidato não pode incentivar as piores emoções da sua torcida. Se ele incentivar as piores emoções da sua torcida hoje, e eu acho que daqui para frente, a torcida vai bater na torcida adversária, e isso é problemático, é o que está acontecendo.

Então, a gente tem que começar a pensar em outros tipos de responsabilidade e de prudência, de compliance para a frente. É um pouco por aí, sabe por quê? A gente tem uma torcida ali e muitas vezes nem sabe como a torcida vai se comportar, mas você tem que agir de forma prudente para garantir que não haja violência, que não haja ilícito, que não haja esse tipo de conduta.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP. Fora do microfone.) – Melhor os gatinhos que as milícias.

O SR. FRANCISCO BRITO CRUZ – Com certeza.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Passo a palavra ao Deputado Rui Falcão, do PT, de São Paulo.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP) – Boa tarde.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Informando – Deputado, licença, por favor – que estão inscritos ainda para falar o Deputado Celso Russomanno e o Deputado Carlos Zarattini, os dois últimos inscritos.

O SR. HUMBERTO COSTA (PT - PE) – Eu também, Senador Humberto Costa.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – E o Senador Humberto Costa, a partir de agora também.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP. Para interpelar.) – Boa tarde, Presidente, Deputados, Deputadas, Senadores e Senadoras, público que interage conosco aqui nesta CPMI.

Muito obrigado pela participação dos dois doutores palestrantes.

Dr. Francisco, não leve a mal a minha brincadeira em nenhum momento, nem precisava se dar ao trabalho de responder, foi uma mera... Para quebrar o que estava ficando já um pouco cansativo.

Mas eu queria começar dizendo que aprendi muito com as duas intervenções e lamento profundamente que nesta sessão tão instrutiva haja ausência de uma bancada muito aguerrida aqui, que se preocupa com a censura, que se preocupa com a qualidade da terra, se é plana, se é circular, se é elíptica, que, num dia como hoje, muito instrutivo, haja uma ausência notória aqui.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA. Fora do microfone.) – O Deputado Celso não está...

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP) – Não, o Deputado Russomanno não participa da milícia. Ele tem posições diferentes das nossas, mas não compõe com esse aguerrimento e essa sanha. Está sempre presente aqui, não é Deputado? Tem contribuído. Refiro-me àqueles que não sei se continuarão, dado o entrevero que assola hoje o partido. Esses do partido do Governo não sei se continuarão aqui. De qualquer maneira, não gosto de falar disso, porque estou falando de ausentes, mas não falo depreciativamente, falo da ausência que nos preocupa, porque poderiam estar contribuindo aqui.

Dito isso, quero me somar às perguntas da Deputada Lídice, do Deputado Paulo Ramos, do Senador Alessandro Vieira, de todos que contribuíram muito para ampliação das informações.

Agora faço as minhas perguntas aqui. Primeiro... E digo mais, há uma preocupação excessiva com 2018, querem cassar o Presidente da República que foi eleito democraticamente, e nós estamos aqui justamente não falando tanto do passado, falando do futuro, estamos preocupados com 2020, como serão as eleições de 2020, e essa ausência a gente sente mais ainda porque também deverão participar de 2020.

Mas, primeiro, eu queria pedir aos senhores que essas sugestões, que, para essa minuta do TSE que os senhores estão acompanhando, pudessem também mandar suas sugestões posteriormente para a CPMI aqui. Porque acho que poderão, inclusive, contribuir muito para o relatório da Deputada Lídice da Mata, suas opiniões, essa questão da fonte confiável e tal, muito genérica e tal, o que poderia... O Delegado Dr. Emerson inclusive falou: "Existem várias agências de checagem hoje". Seriam elas, talvez, utilizáveis para esse trabalho de checagem? Existem várias de respeitabilidade, inclusive a que faz a checagem aqui no Congresso. Podia ser um caminho para verificar.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas as minhas perguntas vão na seguinte linha: primeiro, sabe-se que há uma compra de chips no exterior e campanhas que são veiculadas a partir do exterior para cá. Dizem que existe uma matéria admitida durante a campanha de 2018 na Espanha sobre pessoas que trabalhavam em padarias, em lava jato e tal, tinham suas contas em Israel, de uma empresa de Israel, inclusive. Como é possível ter controle, e aí é controle mesmo, sobre esse tipo de atividade que, pela legislação eleitoral, é considerada atividade ilícita? Inclusive, financiamentos a partir do exterior são passíveis de cassação de registro de candidatura e cassação de registro partidário inclusive.

Segundo, essa questão da preservação das evidências. Parece que é por seis meses, mas consta que, do Telegram, a gente pode acessar as comunicações do Telegram por um período maior que seis meses. Então, no caso das revelações do Intercept, para verificar a autenticidade dessas, dizem, supostas mensagens, que podem ser supostamente alteradas, como dizem os procuradores, seria importante ter a preservação dessas evidências, para verificar até que ponto certos processos, em particular a impugnação e condenação do Presidente Lula, foram realmente fruto de ações ilegais praticadas por funcionários com responsabilidade pública, no caso, os procuradores e juízes. No caso, isso aumenta, porque nós temos hoje a confissão de um coordenador de campanha do atual Presidente que admite que, por cinco ou seis vezes, o atual Ministro da Justiça foi consultado antes do segundo turno se aceitava ser ministro de um futuro Governo Bolsonaro. Ora, uma consulta desse tipo? Ninguém consulta alguém: "Eu queria saber se você, caso o Presidente x seja eleito, aceitaria ser ministro. Sim ou não?". Essa consulta já tem uma resposta, e isso pode ter interferido.

Então, essas comunicações, esse tipo de mensagem eletrônica pode ser verificável, e isso é fundamental para a democracia, nesse caso e em outros.

Queria saber do Dr. Francisco, se ele poderia qualificar mais, detalhar mais para nós o que ele chama de regulamentação do marketing digital, que é uma das pontuações que ele fez aí. Queria também que ele pudesse falar um pouco, se eu bem entendi, os senhores lá no laboratório têm um Você na Mira – é isso? –, que apreciou as campanhas, queria que o senhor falasse um pouco das duas campanhas principais de 2018, do que esse Você na Mira pode ter apontado.

Por último, e é mais uma manifestação aqui que eu faço sempre – e me dirijo aos ausentes –, em todo processo de regulamentação há sempre o risco de dizerem que, quando você quer regulamentar, você quer censurar. Particularmente em relação à grande mídia, não a mídia da internet, mas a mídia impressa, a mídia televisiva, principalmente a mídia televisiva e radiofônica, que são concessões de serviço público, a lei, a Constituição garante a liberdade de expressão e informação e proíbe a censura e, em seguida, diz: "ficam proibidos os monopólios e oligopólios na comunicação social", mas nós temos oligopólios evidentes até hoje. Aquilo que seria disciplinado na forma da lei até hoje não foi feito, o Conselho Nacional de Comunicação Social está praticamente extinto, foi esterilizado pelo Governo anterior e por este, e a propriedade cruzada é uma evidência, e isso acresce mais quando você tem hoje as grandes plataformas





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

internacionais, que exigem outro tipo de regulação que não essa prevista na Constituição. Nós não temos instrumentos suficientes hoje. Se não temos para democratizar a mídia de concessão de serviços públicos, muito mais com relação a essas grandes plataformas internacionais.

Então, falo isto para dizer que, quando tratamos aqui de regular, de ter preocupação com a democracia, com a realização de eleições limpas, em nenhum momento nós estamos propondo censura. Há uma distinção muito clara aqui.

Então, são essas as questões que eu queria levantar aqui, e eu queria dizer que, com relação à questão da privacidade também e da criptografia, é preciso ter esses cuidados, mas todas essas grandes plataformas mundiais podem acessar, sim, podem quebrar a criptografia de todo mundo. Então, a gente fala de preocupação, Senador Alessandro Vieira, em casos individualizados de indícios de um crime que foi perpetrado e que há necessidade de quebrar, sim, a criptografia num caso específico. Acho que essas questões precisam ser também dirimidas em algum tipo de regulação dos meios eletrônicos e desses meios telemáticos também.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Com a palavra o Dr. Francisco.

O SR. FRANCISCO BRITO CRUZ (Para expor.) – Bom, foram várias questões. Então, eu vou tentar responder, comentar algumas.

Sobre mandar sugestões que enviaremos ao TSE aqui para a CPMI, compromisso feito. Inclusive mais do que isto, coloco-me à disposição da CPMI em tudo que for necessário. Acho que, na condição aqui de Diretor da InternetLab, é nossa obrigação, como centro de pesquisa preocupado com o debate público, fornecer o máximo de dados possível. Inclusive, já falo do projeto Você na Mira.

Deputado, o projeto Você na Mira olhou para a compra de anúncio, especificamente, para impulsionamento. Então, a gente olhou para os dados do TSE, para, além disso, a plataforma de anúncios que o Facebook tem, porque o Facebook está nessa plataforma de transparência de anúncios que não está declarada ao TSE – então, a gente olhou para isso também – e a gente fez esse trabalho com mais de cem voluntários que nos enviaram aquilo que receberam em termos de propaganda. E o que a gente conseguiu concluir é que já começou a propaganda microdirecionada no Brasil. Se a gente atrasa a vigência da LGPD, por exemplo, a gente vai ter problemas em proteger as pessoas, porque, vamos dizer, se o bebê estava engatinhando em 2018, no que diz respeito a esse tipo de propaganda, em 2020 é possível que ele não esteja mais, e aí, por consequência, o poder sobre alguém, que é o poder de conhecer sobre alguém, vai poder ser exercido cada vez mais sem regulação. E aí eu emendo: é claro que regulação não é apenas censura. O Marco Civil da Internet é um exemplo, na minha opinião, de regulação que garantiu direitos, em que a gente fez escolhas regulatórias importantes para proteger a liberdade de expressão, a privacidade, a neutralidade da rede.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O que me espanta também, Deputado, é que se fale mal do marco civil ultimamente, como se fosse uma espécie de legado de um governo só.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP) – Vamos acabar com a neutralidade.

O SR. FRANCISCO BRITO CRUZ – Exato. Não me parece nem um pouco razoável quem diz ser contra a censura ser contra o marco civil, porque o marco civil funciona hoje para proteger a expressão das pessoas na internet, e foi um importantíssimo legado feito e elaborado pela sociedade brasileira.

Então, não tem essa crise em relação a regulação, agora, há que se estar muito atento. Como eu estava dizendo, o que diferencia o remédio do veneno é a dose. Então, há que se estar atento.

Sobre compra de chips, me parece que esse é um assunto bem importante também. E queria recomendar às Deputadas e aos Deputados, às Senadoras e aos Senadores, um documento recente. Uma das autoras é chamada Yasodara Córdova, pensadora em Harvard e agora acho que no Banco Mundial, Yasodara com "y". Vou enviar por e-mail. Ela e mais um autor, nesse documento, abordaram algumas questões relativas à desinformação, disparos em massa, e um dos pontos é justamente como melhorar a regulação da Anatel, por exemplo, para garantir que isso seja mais difícil. Acho que é um documento interessante para a Comissão analisar.

Sobre preservação de evidências, por fim, antes de falar de regulação do marketing digital. O que existe no marco civil hoje é preservação dos registros de acesso à aplicação, que é um tipo de evidência, que é o rastro do que você acessou, do que você fez na internet. Agora, as mensagens em si são outro tipo de evidência, pois se trata de conteúdo de comunicações. É como e-mail ou como telefone, em algum sentido. A diferença é que, nesse caso, a comunicação fica armazenada no telefone e não é fugaz como uma ligação telefônica. Nesse caso, acho bastante importante começar a discutir qual a conduta esperada de agentes públicos em termos de comunicações no âmbito profissional.

Nos Estados Unidos, existe legislação para isso. Você tem que armazenar num servidor público todas as comunicações que aquele agente teve durante toda sua função, porque, depois de 30 anos, por exemplo, você tem que liberar isso em termos de acesso à informação, 30 ou 40 anos, sei lá.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP) – O caso do Watergate.

O SR. FRANCISCO BRITO CRUZ – Exatamente. Ou o caso recente do servidor da candidata Hillary Clinton. Ela mantinha um servidor privado e isso causou um escândalo enorme nos Estados Unidos. Então, qual é a conduta esperada em termos de agentes públicos? Você pode usar um Telegram privado para falar sobre algum assunto público? Não há regulação específica sobre isso. Você pode interpretar a regulação que há, mas me parece que há de se





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

avançar sobre essa regulação justamente para conservar aquilo que é de interesse público e não privado.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Com a palavra o Dr. Emerson.

O SR. EMERSON WENDT (Para expor.) – Deputado, a gente vai, sim, fazer alguma sugestão nessa minuta do TSE. Vou encaminhar aqui para a Comissão Mista.

Em relação à primeira preocupação do senhor, chips do exterior, eu acredito não ser só necessário tratar esse problema separadamente. Existe um outro problema que é mais complexo ainda, que é a questão de virtualização de números plenamente possíveis. Acredito que o Dr. Alessandro Barreto, quando veio falar aqui, acho que ele já falou alguma coisa. Ou seja, você não precisa nem ir ao exterior, você pode virtualizar um número e utilizá-lo em qualquer parte do mundo. Então, vai haver um trabalho grande para a Anatel junto com a ANPD nesse processo de tentar trabalhar essa questão.

Preocupa-me muito essa possibilidade...

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP. Fora do microfone.) – Mas não existe...

O SR. EMERSON WENDT – Não existe ainda, mas, justamente, a preocupação que eu esbocei na primeira parte da minha fala é justamente a de que, se houver a prorrogação do início da vigência, talvez ela vá existir, vá demorar ainda mais para existir.

O SR. CELSO RUSSOMANNO (REPUBLICANOS - SP. Fora do microfone.) – Nós não vamos deixar acontecer isso.

O SR. EMERSON WENDT – Então, é complicado. Eu acho que é premente a vigência da Lei Geral de Proteção de Dados, até porque, com base nela e com base no Regulamento Geral de Proteção de Dados, na comunidade europeia surgiu a ISO 27701, que tem um processo de compliance em relação à proteção de dados.

Em relação à questão de preservação de evidência, eu faço coro aqui ao Dr. Francisco. Nós temos a previsão no Marco Civil da Internet de preservação de dados de acesso e de dados de conexão, respectivamente por seis meses e um ano – não de dados de conteúdo; inclusive o art. 16, se não me falha a memória, proíbe qualquer registro de conteúdo. Então, se é qualquer registro de conteúdo, também aquilo que foi referido. E isso não impede, Deputado, que em uma investigação criminal você solicite dados referentes ou dados telemáticos de algum provedor de conteúdo, e lá exista informação de backup de dados referente a comunicação do WhatsApp ou de outros apps, para você ter acesso a esse tipo de coisa.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP. Fora do microfone.) – Do Telegram.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EMERSON WENDT – Ou do Telegram também. Estou citando aqui o mais usual, não é?

E quanto à questão da privacidade, naturalmente que é uma preocupação, mas a gente, na investigação criminal, só tem acesso a isso mediante ordem judicial, com exceção daquilo que as pessoas publicam diuturnamente, ou seja, aquilo que é publicado e exposto publicamente pode naturalmente ser utilizado. Já existem inúmeras decisões judiciais no Brasil neste sentido da possibilidade de utilização, até contra a pessoa que publicou uma determinada informação, e isso, no meu ponto de vista, não é quebra da privacidade. O que é quebra é justamente aceder justamente um dado sensível, um dado pessoal sem uma vênica judicial.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP. Fora do microfone.) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Passo a palavra ao Deputado do PT, de São Paulo, Carlos Zarattini.

O SR. CARLOS ZARATTINI (PT - SP. Para interpelar.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Queria cumprimentar o Sr. Emerson e o Sr. Francisco Brito por essas exposições muito importantes e deixar aqui duas perguntas.

O que aconteceu na campanha de 2018 e que vem acontecendo desde então revelam que a atuação nas redes está longe de ser neutra. Existe uma cadeia de comando. Ainda que a distribuição do conteúdo produzido seja descentralizada, a CPMI tem revelado que há um centro que decide que notícia divulgar ou que biografia destruir. Há um grupo que operacionaliza os conteúdos e há um processo de distribuição. Qual a opinião dos senhores sobre esse tema? Como nós podemos tratar essa questão?

E também: no documento "Internet e Eleições no Brasil" – que o Sr. Francisco apresentou aqui –, o senhor faz a recomendação de detalhar e aperfeiçoar as regras sobre ferramentas de marketing digital, regulamentando novas técnicas e ajustando as regras relativas ao impulsionamento de conteúdo. Como se daria essa regulamentação? Pode citar algum exemplo?

São essas perguntas, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Com a palavra o Dr. Francisco.

O SR. FRANCISCO BRITO CRUZ (Para expor.) – Agradeço ao Deputado, especialmente porque estava apertado para ir ao banheiro e me esqueci de abordar o último ponto que me cabia da pergunta do Deputado Rui Falcão também, que é essa questão do marketing digital.

Bom, me parece que as campanhas deveriam declarar, para começar, para além do quanto foi gasto com anúncio, qual é a audiência que se buscou atingir com aquele anúncio. Por exemplo, não apenas: "Comprei um anúncio no Facebook", mas: "Comprei um anúncio no





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Facebook para esse público, com base nesse parâmetro", seja isso constante do recibo que a própria plataforma dá, seja isso constante da declaração realizada.

Em segundo lugar, acho que o marketing de influência para mim é a grande questão. Então, como regular o fato de que existem influenciadores com muitos seguidores e que fazem posts eventualmente apoiando ou passando para a frente alguma mensagem política, eventualmente uma mensagem mentirosa. Como você regula essa situação? Isso está dentro ou fora da campanha? Porque não me parece que isso é impulsionamento, especialmente se não há transferência de dinheiro. Impulsionamento stricto sensu, como está na legislação eleitoral, é compra de anúncio nas grandes redes, no Facebook e no Google. O que está para além disso, especialmente aquilo que é feito, por exemplo, em caráter de aliança entre um candidato e um influenciador, no sentido de não haver essa transferência monetária necessariamente, como a gente regula? Isso está dentro ou está fora? Não acho que existe clareza a esse respeito. E é desse tipo de detalhamento que a gente precisa.

A gente pode dizer: "Bom, tudo que citar o nome de um candidato a gente considera que aquilo trabalha em favor dele; e, se o influenciador tiver mais do que "x" seguidores, a campanha tem que se atentar e é responsabilizada por isso". A gente pode ir por esse caminho. Mas pode ir por outro. O ponto é que isso não está regulado em nenhuma hipótese.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. FRANCISCO BRITO CRUZ – Bom, é outro caminho. Eu pessoalmente acho que, ao proibir, você vai ter uma dificuldade muito grande de fiscalização, porque daí você teria que criar um filtro a priori para determinar o que vai ser postado ou não, a não ser que você queira ficar vendo post por post que é feito. E o número de posts feito no Brasil a cada minuto é inconferível por uma pessoa nesse mesmo minuto. Você vai ter um trabalho hercúleo, como é o trabalho das agências de checagem.

Então, me parece que avançar nesse sentido de detalhar melhor o que é impulsionamento, o que não é impulsionamento, o que está dentro e o que está fora, e essas franjas de marketing digital, que é esse marketing de influência, por exemplo.

O SR. CARLOS ZARATTINI (PT - SP) – É, você sabe que na lei eleitoral toda contribuição não monetária deveria ser declarada também e valorada, isso não para as questões de internet, mas, por exemplo: o camarada emprestou um carro para a campanha, esse carro tem que ser valorado, estimado, por exemplo, R\$1 mil. Tem que ser declarado na conta de campanha. Então, talvez, similarmente alguma coisa por aí.

O SR. FRANCISCO BRITO CRUZ – É um caminho. O problema é que, para a gente adequar a legislação sobre propaganda eleitoral, a mesma lei eleitoral fala que é permitida ou não é considerada propaganda eleitoral a manifestação espontânea do eleitor. Então, o que vai diferenciar no final das contas a manifestação espontânea do eleitor do marketing de influência





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de um grande influenciador digital? Eu não acho que essa resposta esteja pronta. É esse tipo de aperfeiçoamento que eu acho que a gente precisa ter.

Para além disso, parece-me que há uma confluência entre a regulação do marketing digital e a regulação dos dados pessoais. Por quê? Quando a gente não está falando sobre Facebook ou Google, etc., mas a gente está falando sobre WhatsApp, Telegram ou mesmo e-mail, o ponto é a regulação dos cadastros utilizados, os endereços para os quais aquela mensagem vai ser enviada. E me parece que talvez um outro passo interessante seja que a Justiça Eleitoral tutele os dados e as bases de dados utilizados pelas campanhas. Então, obviamente, para proteger o dado do cidadão... Não é que cada campanha vai declarar e mostrar para a Justiça Eleitoral, criar uma base de dados da Justiça Eleitoral antes, a priori, mas, possivelmente, outros arranjos podem ser feitos para, num segundo momento, você consegue conferir, por exemplo, se um candidato enviou uma mensagem ou se alguém enviou uma mensagem em nome de um candidato indevidamente, utilizando um cadastro de forma indevida. A gente tem que começar a ser criativo, mas esse tipo de marketing também, que não é um marketing de impulsionamento, um marketing de envio de mensagens, também acontece, está presente hoje e precisa ser olhado.

E aí, por fim, eu queria só comentar essa questão do controle, que o Deputado falou: "Existem redes de controle". Parece-me que sim, que existem redes de controle. O nosso diagnóstico num documento que eu entreguei às senhoras e aos senhores não é um diagnóstico de inexistência do controle, mas é um diagnóstico da convivência entre controle e espontaneidade, mais do que nunca. O grande problema é que a gente ainda tem poucas ferramentas jurídicas para enquadrar o que a gente acha problemático e o que a gente acha legítimo. Por isso que eu acho que gera tanto atrito em vários sentidos. É claro que, enfim, atrito sempre vai haver, mas acho que gera muito atrito porque a gente não tem esse parâmetro do que exatamente deve ser proibido ou não, porque essas ferramentas também são muito novas. E acho que compartilho aqui um desafio do meu campo de estudo, do meu campo de trabalho de pesquisa: muitas vezes, nesses casos, a gente não tem regulação pronta, e aí a gente tem que usar a que existe, e a que existe nunca é a melhor do mundo; a que existe, vamos dizer, é um puxadinho.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Passo a palavra para o Dr. Emerson.

O SR. EMERSON WENDT (Para expor.) – Vou me ater só à questão dessa necessidade de controle ou possibilidade.

Eu acredito que nós não temos, do ponto de vista técnico, estrutural e orgânico das instituições, não só o arcabouço jurídico específico para isso, mas também técnico de como chegar a esse aspecto. Então, quando a gente vai procurar fazer uma análise em relação a isso, a gente acaba utilizando alguma ferramenta internacional que não necessariamente faz uma coleta dessa base de dados no contexto local, e, sim, num contexto em nuvem, etc. e tal.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, existem vários desafios na frente, justamente quando se trata desse contexto mais complexo e relativamente a uma investigação, ou seja, chegar num ponto neural, num ponto central de onde estão propagando essas notícias falsas e, a partir, estabelecer justamente como funciona o mecanismo, como é que ele se financia para justamente verificar se existe ou não uma organização criminosa ou não por trás disso que está procedendo a essa manipulação. Essa manipulação pode ser diversa, ela pode ser de potencialização de uma figura ou pode ser de potencialização negativa em relação ao outro. Por exemplo: criar um mecanismo, criar uma figura que acabe denegrindo a imagem do outro. Isso também pode ter um centro de produção em relação a isso, e é um desafio. Na verdade, não é só um mecanismo técnico, mas também um mecanismo jurídico para se chegar a isso, até porque é uma dificuldade que a gente tem enfrentado.

E aí eu volto à questão básica de uma investigação, que tem a ver com a parte de internet. Nós temos, muitas vezes, dificuldade para convencer o Judiciário de um determinado termo técnico. Eu recorro sempre aos alunos que, lá no início, ainda na primeira década, a gente pediu um dado cadastral e um log de acesso a uma conta de e-mail. A juíza disse: "Não, não vou dar, não vou emitir uma ordem judicial para dar senha para autoridade policial acessar o e-mail". Eu disse: "Não, mas não foi isso que eu pedi. Eu quero apenas saber de onde aquele e-mail acessou, naquele período de tempo em que o delito aconteceu, ou seja, eu não quero acessar o conteúdo; eu só quero acesso a de onde partiu aquela mensagem, justamente para poder individualizar a conduta penal". Ou seja, nós ainda temos essa dificuldade.

O treinamento dos policiais, de certa forma, nesses últimos 15, 20 anos, evoluiu, mas ainda o Judiciário precisa, de certa forma, buscar esse tipo de conhecimento para compreender como funciona a internet, os termos técnicos da área de tecnologia, e adaptar isso a uma decisão judicial.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Concedo a palavra ao Deputado, pelo Estado de São Paulo, Celso Russomanno.

O SR. CELSO RUSSOMANNO (REPUBLICANOS - SP) – Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Informando que temos mais um orador inscrito, que é o Senador Humberto, o próximo.

O SR. CELSO RUSSOMANNO (REPUBLICANOS - SP. Para interpelar.) – Posso até passar para o Senador Humberto e ser o último. O Senador Humberto é um bom amigo.

Sr. Presidente, eu queria sair um pouquinho da questão política, porque a gente tem abordado aqui, na CPML essas questões políticas o tempo todo. Existe uma população brasileira imensa vítima de fake news, não só das notícias falsas, que caminham em todos os sentidos e segmentos da sociedade, mas também os golpes praticados pela internet através de fake news. E esses golpes acontecem das mais variadas formas, usando, inclusive, pessoas públicas,





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

formadores de opinião na internet, ou seja, os influenciadores digitais, os blogueiros e até os artistas.

E uma coisa que eu recebo diariamente são centenas de denúncias de pessoas que são vítimas hoje de todo tipo de estelionato praticado pela internet. Dr. Emerson sabe muito bem, Dr. Francisco também, que a maior dificuldade do policial hoje é, Deputada Lídice, nossa Relatora, buscar de onde o golpe saiu.

Então, se a gente usa as redes sociais, como por exemplo o Instagram, nós temos uma quantidade imensa de hoje lojas virtuais vendendo todo tipo de produto, e os mais comuns são o iPhone, que é objeto de consumo, sonho de consumo de muita gente, com as mais variadas promoções, e as pessoas acreditam e depositam valores, às vezes, imensos. Há pessoas que comprem quatro, cinco iPhones, depositam R\$20 mil, R\$30 mil na conta de terceiro.

O povo brasileiro é tão ingênuo que deposita ainda na conta de pessoa física, Deputada Lídice, deposita dinheiro na esperança de que vão receber celulares. E onde acontecem os fakes? Acontecem através do uso de influenciadores digitais que, muitas vezes, são pagos para fazerem publicidade nas suas redes sociais e, outras vezes, recebem o produto gratuitamente, ou seja, eles recebem o produto, mas não dizem que recebeu gratuitamente, eles dizem que receberam no prazo, na data em que foi vendido, e as pessoas são vítimas desses golpes.

Muitas vezes a gente vai procurar os estelionatários, eles usam contas de terceiros. Eu tenho vários casos de pessoas que vão aos cartórios de registro de pessoa natural, pegam uma certidão de nascimento de uma pessoa que nasceu e morreu logo em seguida, um natimorto com cinco, seis minutos – é obrigado a se fazer no Brasil registro de nascimento e óbito. Só que eles pegam essas certidões e tiram documentos em cima dessas pessoas, saem por aí abrindo contas bancárias, recebem fortunas, e a polícia tem uma dificuldade imensa de buscar essas pessoas em todos os sentidos, porque o chip foi usado, era um chip que... Agora o Governo está tomando providência através da Agência Nacional de Telecomunicações, está tomando providências em identificar os pré-pagos, ou seja, aqueles que são detentores de linhas pré-pagas, porque aí está o cerne da questão.

As pessoas usam aparelhos celulares pré-pagos para aplicarem os golpes, vender e não entregar todo tipo de produto. O iPhone aqui foi um exemplo, porque é o que é mais procurado nas redes sociais e, quando a pessoa vai atrás dos seus direitos, não encontra. O grande problema é que muitos desses estelionatários que usam a internet e fazem as notícias falsas, publicitariamente falando, estão sediados fora do Brasil.

Quando você fala de um aparelho celular, você tem um mecanismo para usar em qualquer lugar do mundo, mesmo um chip pré-pago. Ainda mais se você tiver acesso à internet. Quando a gente fala de um site ".com", nós estamos falando de sites sediados fora do Brasil.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quando a gente está no ".com.br", a gente tem como identificar muitas vezes. Há vários casos de sites hospedados na China. Nós vamos atravessar o mundo para pegar o estelionatário que, muitas vezes, é até um brasileiro que está aplicando o golpe lá do outro lado do mundo?

Então, em relação a essa dificuldade, eu queria ouvir dos nossos convidados hoje o que fazer. Eu poderia abrir o meu sistema de denúncias, tanto do meu programa de televisão quanto da Comissão de Defesa do Consumidor da Câmara dos Deputados, do Instituto Nacional de Defesa do Consumidor ou de todos os órgãos de defesa do consumidor que integram o Sistema Nacional de Defesa do Consumidor – são os PROCONs estaduais e municipais ou as entidades de defesa do consumidor. Nós vamos ver que a maioria, hoje, dos golpes praticados não são solucionados – eu acredito que nem chegue a 1,5% a solução dos golpes praticados pela internet. Quais são os mecanismos que a gente pode criar para proteger essa população brasileira?

A gente está falando aqui de política, de política... Também fui vítima de fake news – contei aqui numa das audiências passadas. Estou na Justiça há 12 anos brigando para poder identificar a notícia falsa, um relatório falso da Polícia Federal, e há todas as dificuldades. Imaginem quem não tem condição financeira! Imaginem quem não tem acesso à Justiça! Imaginem quem procura, de uma forma ou de outra, garantir seus direitos como usuário da internet, de uma maneira geral.

Eu gostaria de ouvi-los.

Muito obrigado.

Antes, Presidente, quero dizer que eu me retirei porque... Olhem só: hoje eu tenho a Comissão de Relações Exteriores, a Comissão de Proteção de Dados, a Comissão de Defesa do Consumidor, a CPMI aqui. É humanamente impossível.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Para V. Exa., isso ainda é muito pouco.

O SR. CELSO RUSSOMANNO (REPUBLICANOS - SP) – Eu procuro estar um pouquinho em cada um dos lugares. Então, perdoem-me!

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Mas V. Exa. tem capacidade para assumir mais Comissões ainda.

O SR. CELSO RUSSOMANNO (REPUBLICANOS - SP) – Perdoem-me.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Com a palavra o Sr. Francisco.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. CELSO RUSSOMANNO (REPUBLICANOS - SP) – Ainda há a votação no Plenário. Se houver votação lá, a gente tem que sair correndo.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO RAMOS (PDT - RJ. Fora do microfone.) – Interrompe tudo.

O SR. FRANCISCO BRITO CRUZ (Para expor.) – Queria agradecer a pergunta do Deputado Celso Russomano.

Enfim, acho que há uma preocupação sabida e inegável por todos nós. Eu sou de São Paulo. Então, conheço o trabalho do Deputado faz tempo.

Vou fazer dois comentários que me parecem pertinentes, sem a pretensão de responder em absoluto, porque, ao mesmo tempo, as questões trazidas pelo Deputado são de extrema complexidade, assim como são as questões que estávamos discutindo anteriormente.

O primeiro comentário é sobre fraudes e estelionato. A gente tem uma taxa muito baixa de resolução de crimes no Brasil, de uma forma geral, Deputado. Nos homicídios, por exemplo, um décimo dos homicídios no Brasil são resolvidos. Isso me parece também que se dá não só por conta da falta de – vamos dizer – instrumentos jurídicos de preservação de evidência, mas também por carência nos órgãos de fiscalização e nos órgãos de controle.

Eu acho que aí está um caminho complementar. Não fecho os olhos para eventuais mudanças legislativas que devam acontecer para frente, mas acho que a gente sempre tem que estar atento a como se comportam ou a como a gente, de certa forma, aperfeiçoa o trabalho das polícias, aperfeiçoa o trabalho do Ministério Público e justamente do Sistema Nacional de Proteção do Consumidor, que é tão importante.

Em especial, em relação ao mundo digital, a aprovação da LGPD já foi um grande passo, porque muitas vezes os dados das pessoas são parte desses estratégias. Então, ter uma maneira de protegê-los é também proteger as pessoas e a manipulação que se faz sobre as pessoas. Cito aí um caso comum: você vaza quando uma pessoa vai se aposentar e, logo antes de ela se aposentar, ela começa a receber um monte de telefonema, um monte de e-mails e mensagens no WhatsApp com propostas, vamos dizer, indecorosas do que ela deve fazer com o dinheiro da aposentadoria. Isso só acontece...

O SR. CELSO RUSSOMANNO (REPUBLICANOS - SP) – De crédito consignado...

O SR. FRANCISCO BRITO CRUZ – Exatamente...

O SR. CELSO RUSSOMANNO (REPUBLICANOS - SP. Fora do microfone.) – São as instituições financeiras, que têm compliance nas suas estruturas, e não respeitam absolutamente nada.

O SR. FRANCISCO BRITO CRUZ – Está aí uma questão importante, que é o uso de dados pessoais para esse tipo de fraude. Então, a gente já tem aí... Bom, que bom que a gente já avançou nessa proteção.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Parece que o mundo do marketing de influência, dos influenciadores, também é um mundo que comercialmente a gente vai precisar discutir. Por exemplo, hoje eu sei de decisões do Conar a esse respeito, ou seja, da autorregulamentação publicitária, que vão crescendo a respeito do marketing de influência, mas eu acho que ainda, no caso da defesa do consumidor, isso está tímido.

Então, como que a gente chama essa discussão dos influenciadores digitais para a discussão de proteção e defesa do consumidor? Eu acho que está aí uma tarefa hercúlea. Nada melhor do que especialistas em direito do consumidor e na proteção do consumidor para conduzir esse debate aqui nas duas Casas.

O SR. PAULO RAMOS (PDT - RJ) – Aprovamos aqui o cadastro das pessoas honradas, adimplentes, para que as instituições financeiras tenham acesso. Imaginem: os desativados são convocados na televisão por instituições financeiras. Abrimos crédito para desativados.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PAULO RAMOS (PDT - RJ) – Negativados. Não é? É um horror isso.

O SR. FRANCISCO BRITO CRUZ – Exatamente. Aí, só faço uma última questão, uma última fala, para repetir uma coisa que eu já disse, mas nunca é tarde para repetir coisas que são importantes. Saber algo sobre alguém, toda aquela história... Se você está devendo algo, aí é que você não quer que as pessoas saibam sobre você. Saber sobre alguém é ter poder sobre alguém. Então, saber sobre um consumidor é ter poder sobre o consumidor, saber sobre um cidadão é ter poder sobre esse cidadão. Se esse poder vai ser efetivo, aí já é outra história. Você não sabe se o consumidor vai cair no golpe ou não, por exemplo. Por isso que a proteção de dados é tão importante, porque o marketing se tornou assim, ele agregou essas técnicas, e discuti-las e regular esse poder se tornou tão importante quanto regular o poder econômico, quanto regular o poder de meios de comunicação e por aí vai.

O SR. CELSO RUSSOMANNO (REPUBLICANOS - SP) – Dr. Francisco, só existe a lei de proteção de dados porque eu não votei o cadastro positivo e derrubei por três vezes no Plenário da Câmara dos Deputados o cadastro positivo, antes de fazermos a lei de proteção de dados. O cadastro positivo, todos sabem aqui, não é um cadastro positivo, é um cadastro restritivo, porque ele avança a sua história para 15 anos atrás, o que o cadastro de negativados não faz, e vão constar todos os seus dados, bons e ruins, durante os últimos 15 anos. E mais do que isso: vai constar também o quanto você tem de crédito na praça, se o crédito que você tem condiz com o que você ganha todos os meses. E, se isso não for suficiente, eles vão começar a restringir o crédito, diminuindo seu cartão de crédito pela metade, seus cheques especiais pela metade, seus financiamentos pessoais pela metade, financiamentos de carro, etc.

Então, por conta disso e de proteger os dados é que a gente impôs, em primeiro lugar, no cadastro positivo, o cruzamento de dados só para parentes de primeiro grau, que seriam pais e





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

filhos; nem os laterais podem. E foi uma imposição, porque, se deixasse do jeito que eles queriam, eles iriam cruzar todos os tipos de dados possíveis e imagináveis, fazendo com que nós não tivéssemos mais acesso a nada. E isso só por uma coisa: não é para baixar as taxas de juros, como as instituições financeiras prometeram e não aconteceu absolutamente nada até hoje, é para proteger os seus bens, é para proteger o seu dinheiro, única e exclusivamente para isso.

Nós fizemos a Lei de Proteção de Dados, trabalhei bastante em cima disso e tenho certeza absoluta de que ela vai entrar em vigor porque nós vamos fazer tudo para que isso aconteça. Nós estamos vendo seguidamente dados, inclusive dados sensíveis... Ontem foi publicado que a Unimed de alguns Estados do Nordeste, toda ela foi franqueada a toda a população brasileira. Dados sensíveis, inclusive de pessoas que têm doenças terminais, todos os dados dessas pessoas. Isso é terrível. E nós estamos vendo, a cada dia que passa, as coisas acontecendo desse jeito. Quer dizer, não para mais.

Duas grandes companhias de telefonia foram vítimas agora de ataques – eu não estou aqui citando nomes porque não vem ao caso, mas com uma grande companhia acabou de acontecer ontem de novo – e liberaram-se dados, Presidente, de mais de dois milhões de consumidores que têm contas, que têm acesso à internet, que têm linhas telefônicas. Têm o seu CPF, têm os seus dados todos, se é bom pagador, se é mal pagador, tudo está liberado.

O SR. PAULO RAMOS (PDT - RJ. Fora do microfone.) – Vendeu?

O SR. CELSO RUSSOMANNO (REPUBLICANOS - SP) – Não, está público, está público para quem quiser acessar. Então, essas coisas me preocupam muito, por isso a Lei de Proteção de Dados, Dr. Emerson, precisa entrar em vigor, sim, na data que foi determinada. Eu tenho certeza de que este Parlamento não vai voltar atrás no sentido de desproteger o cidadão brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Com a palavra o Sr. Emerson.

O SR. EMERSON WENDT (Para expor.) – Deputado, excelente a sua pergunta. Junto com o estelionato, que é uma das fraudes eletrônicas, a pedofilia e os crimes contra a honra talvez sejam os delitos mais registrados no País todo. E o estelionato se destaca, junto com a questão da extorsão, principalmente a extorsão mediante ransomware e com pagamento em bitcoin...

O SR. CELSO RUSSOMANNO (REPUBLICANOS - SP) – Que é outra coisa que não dá para a gente...

O SR. EMERSON WENDT – É complexo.

O SR. CELSO RUSSOMANNO (REPUBLICANOS - SP) – É complexo, porque como é que se vai buscar o pagamento de uma moeda virtual, não é? Como é que a gente vai cercar isso para prender o estelionatário ou aquele que praticou a extorsão?





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EMERSON WENDT – É, tecnicamente até já existem algumas ferramentas possíveis, mas não é o caso aqui da nossa reunião.

Mas o que dizer, por exemplo, de pessoas que cadastram a venda de um produto, por exemplo, hoje, em sites de classificados como o OLX, e no mesmo dia já recebem uma mensagem, um contato telefônico de um suposto integrante da empresa dizendo que enviou uma mensagem para confirmar a suposta venda? Isso é justamente para clonar. Ou seja, a exposição, o repasse de dados, isso é totalmente questionável.

Não vou falar aqui da questão necessária em relação ao Código de Defesa do Consumidor – prevenção, questão de conferência de notícias e até mesmo da qualidade de sites de empresas –, mas o estelionatário é muito ávido por conseguir vítimas. Ele funciona através do dinheiro e busca, muitas vezes, a questão que eles chamam de qualificação. Eles fazem um processo colaborativo, muitas vezes sem se conhecerem. Eles vão lá, criam os fóruns onde fazem a oferta do produto e alguém vai lá, que nem conhecem, mas eles comentam, dizendo: "Eu comprei, eu recebi, etc. e tal", justamente para dar a qualificação necessária ao vendedor e ao produto. Isso é muito comum. Eu tenho visto nos últimos 10, 12, 15 anos, no Brasil todo.

E em relação a sites específicos, a dificuldade está, inclusive, lá na regra do Código de Processo Penal, de que a atribuição de investigação ou de processamento é de onde foi auferida a vantagem financeira indevida. Eu sempre dou o exemplo para os alunos: um site ".com.br", registrado aqui no Brasil, pode ser registrado no nome de uma pessoa, o endereço ser de outra, e o pagamento do registro de domínio ser feito por uma terceira pessoa. Aí ele pode pegar um serviço DNS de fora do País ou qualquer serviço DNS, ou utilizar o seu próprio. Ou até mesmo... O quinto ponto é a questão da hospedagem: pode hospedar aqui ou fora do País. Além disso, no site hoje, com a questão da virtualização de números telefônicos, ele pode colocar telefones de vários Estados. Então, você não sabe exatamente qual Estado é. Mas quando você vai, por exemplo, pagar o boleto, como falou a questão, vai para uma conta física, a conta física é de um banco, de uma agência de Minas Gerais, o saque do valor é feito em Pernambuco, só que a vítima é lá do Rio Grande do Sul. Aí, você vai registrar, a pessoa registra a ocorrência e você vai pedir lá para o juiz: "Eu preciso de uma ordem judicial", porque você não tem todas as informações ainda, para justamente tentar identificar a origem. Você tem dois parâmetros: a questão de seguir o dinheiro e a questão de seguir os rastros digitais.

Então, você tem dois parâmetros, e o juiz muitas vezes confunde esses aspectos. E aí ele diz: "Não, isso aqui você vai ter que pedir lá para o..." Qual é o Estado de que eu falei – até me perdi com tanto Estado, mas... Minas Gerais ou outro. Mas onde foi sacado o dinheiro? Aí você tem que pedir lá a informação. Daí, como eu tenho atribuição estadual, eles pegam e remetem o processo ao outro Estado. Já tive vários casos assim. Então, por isso, um dos motivos da baixa elucidação de casos.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CELSO RUSSOMANNO (REPUBLICANOS - SP) – E é o que eu falei aqui para a Deputada Lídice na outra audiência: nós temos de federalizar determinados crimes quando são praticados em vários Estados, porque nós temos uma dificuldade muito grande – está aí um delegado de polícia especialista na questão dos crimes praticados pela internet, os crimes cibernéticos, que não me deixa mentir –, a dificuldade que um delegado de polícia tem para apurar um crime em que a conta bancária está num lugar, o telefone está num outro Estado, o saque foi feito num terceiro Estado totalmente diferente, é muito difícil. E os valores são absurdos.

Eu tenho um caso da Luana Pelisão – está no Paraguai essa mulher –, que arrecadou mais de R\$6 milhões vendendo iPhones e não entregou para ninguém: mais de 3 mil iPhones vendidos.

O SR. EMERSON WENDT – Só para concluir. Uma solução que não é eterna, mas que ajudaria é justamente trabalhar, investir na área de inteligência, justamente porque você tem uma pessoa ou um grupo de pessoas que comete um golpe em todo o País. E cada registro de ocorrência registrado no Rio Grande do Sul, ou em Minas Gerais, ou em Santa Catarina, ou em qualquer lugar, é uma ocorrência diferente, quando, na verdade, deveria ser uma investigação só ou um trabalho só.

Então, é investimento nessa parte de inteligência, com data mining, com análise conjunta de dados. Isso é extremamente importante hoje. É por isso que a questão do laboratório de inteligência cibernética, a meu ver – algo que eu sugeri lá em 2015 e foi montado posteriormente –, acredito que seja uma grande saída para tentar trabalhar esse aspecto.

Além disso, obrigar que sites, por exemplo, de classificados possam fazer atuações proativas; ou seja, se perceberem situações de fraude, notificarem as autoridades. Hoje mesmo, antes de embarcar, eu recebi, da área de inteligência de um setor financeiro de crédito, uma notificação de onde estava partindo uma determinada fraude. É claro que, nesse caso, o setor financeiro é vítima. Quando não é vítima, quando alguém está pagando essa conta, eles não vão atrás de uma notificação. E é raro a gente receber esse tipo de notificação.

Então, é importante criar uma regra – assim como o médico hoje, numa epidemia, tem a obrigação de notificar –, criar uma forma, um formulário de notificação. Acho que seria interessante.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Concedo a palavra, para encerrar, ao último orador inscrito, Senador Humberto Costa, do PT de Pernambuco.

O SR. HUMBERTO COSTA (PT - PE. Para interpelar.) – Sr. Presidente, Sras. Senadoras, Srs. Senadores, ilustres depoentes do dia de hoje, eu queria fazer uma pergunta singela.

Na verdade, toda essa temática de divulgação de informações falsas, de desinformação que existe já há um certo tempo teve uma dimensão importante no campo da política ao longo





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de uma série de eventos políticos: o caso do plebiscito que tratou da saída do Reino Unido da União Europeia, a eleição de 2016 nos Estados Unidos, tivemos Índia, tivemos Brasil, tivemos... Agora, recentemente, na Bolívia, foram descobertos, por exemplo, 68 mil perfis falsos de WhatsApp, de estímulo ao golpe que aconteceu lá, no próprio período pós-eleitoral.

E, já que nós estamos tendo agora uma eleição que não estava programada, mas que está acontecendo na Inglaterra para renovação do Parlamento britânico e escolha do novo governo, e, no ano que vem, quando vai acontecer a eleição nos Estados Unidos, eu pergunto: qual o conhecimento que vocês têm de algumas medidas que estão sendo, neste momento, tomadas nesses países em relação à disseminação dessas notícias falsas? Porque elas continuam.

Acho que, há duas semanas, o site do Partido Trabalhista – não sei bem se é site – sofreu um ataque, e eles conseguiram, porque tinham um programa de segurança recentemente adquirido, elaborado na própria Inglaterra, eles conseguiram manter o funcionamento desse site. Enfim, pergunto isto: existe alguma coisa que está sendo, neste momento, aplicada em resposta a esse tipo de ação, que foi determinante, inclusive, nas eleições desses dois países, na eleição e no plebiscito?

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Dr. Emerson.

O SR. EMERSON WENDT (Para expor.) – Olha, a sua pergunta é interessante, mas confesso que desconheço. Se há alguma situação atual, não tenho acompanhado, apenas acompanhei aquela parte justamente de apuração e soube também, todo mundo viu que o Legislativo de cada um desses países foi extremamente importante para conter esse tipo de situação, o recebimento das denúncias e o tratamento disso justamente para que pudesse não acontecer.

Então, a gente, como Brasil, acho que tem que monitorar ano que vem, porque, eventualmente, o que for utilizado lá pode ser utilizado aqui na sequência. Então, isto é muito importante: a gente fazer esse tipo de monitoramento.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Dr. Francisco.

O SR. FRANCISCO BRITO CRUZ (Para expor.) – Bom, só comentando, acho que, quanto a exemplos internacionais no combate à desinformação, me parece que um exemplo interessante foi a investigação que o Comissariado de Informação, de proteção de dados, basicamente, da Inglaterra fez sobre a Cambridge Analytica. Acho que é um processo de investigação que deu muito pano para manga e que trouxe muitas questões interessantes. Isso ocorreu, logicamente, depois do referendo do Brexit, depois da campanha do Donald Trump, mas acho que é um processo que já teve muito documento publicado e me parece interessante, porque é justamente aquele processo de descobrir o que aconteceu, de descobrir como os dados





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

foram utilizados. Em primeiro lugar, acho que esse é um bom exemplo de processo para se olhar, pelo menos para conhecer e entender como uma agência nacional ou uma autoridade nacional de proteção de dados pode atuar para proteger os dados do cidadão e, no Brasil, em conjunto com a Justiça Eleitoral.

O Programa de Enfrentamento à Desinformação, do TSE, me parece que elegeu uma prioridade interessante, especificamente sobre boatos, que é a ideia de pelo menos tentar combater em primeiro lugar o boato da urna, de que as urnas seriam fraudadas etc. É claro que isso não resolve nem metade do problema que se tem no Brasil, mas acho que é um bom começo elegeu grandes questões para serem combatidas.

Acho que outro exemplo interessante é o exemplo espanhol. A gente teve notícias de muitas contas, especificamente no WhatsApp, caindo na Espanha, contas que estavam sendo utilizadas para disparo em massa, seja porque as autoridades espanholas estavam olhando para isso, seja porque também as ferramentas que a própria plataforma começou a aplicar para derrubar as contas foram mais eficientes. Então, acho que o exemplo espanhol é interessante para se observar.

E acho que faz sentido se levantar uma bola aqui de algo aqui com que esta Casa tem que começar a se preocupar, começar a observar também que é a questão dos deepfakes, ou seja vídeos que são adulterados para parecer reais e que mostram a pessoa em uma condição que ela não viveu. Então, vamos dizer que seja uma montagem em vídeo. Essas ferramentas já estão disponíveis hoje. Usar uma ferramenta dessa para se fazer uma paródia não é proibido, obviamente. Várias paródias são, de fato, engraçadas e não são realistas o suficiente para enganar as pessoas. Ao se colocar a face de qualquer um na cara de um desenho animado, não se está necessariamente enganando a pessoa; você pode estar ofendendo a pessoa que foi colocada naquela situação, mas não é uma enganação. Acho que questões como essa, de alta complexidade, precisam entrar em discussão. Mas, para essa discussão ser equilibrada, acho que a gente não pode perder o caráter multissetorial da discussão.

Conheço muito a atuação do Deputado Celso Russomanno na aprovação da legislação de proteção de dados pessoais, e o Deputado é testemunha de como a colaboração entre os setores – setor privado, sociedade civil, academia – é interessante para a gente encontrar arranjos equilibrados para lidar com essas questões muito complexas. É disto que se trata, de alta complexidade. Essas ferramentas, com o avanço da inteligência artificial e o barateamento dessas tecnologias, vão estar disponíveis para muitas pessoas em pouco tempo.

Acho que está aí um ponto para se olhar para a frente, para além dos exemplos internacionais que citei aqui, sobre o qual todos os países estão se debruçando. Essas questões também estão sendo debatidas nos Paramentos dos Estados Unidos e nos Paramentos da União Europeia e por aí vai.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em relação às empresas, só para terminar, parece-me que o grande compromisso, o primordial para se exigir das empresas de tecnologias é transparência. Então, para além de a gente discutir quais são as obrigações delas, a gente tem que saber quais são as providências que estão sendo tomadas. É claro que esse esforço de transparência não pode ser para que elas entreguem todas as suas táticas de localizar os maus elementos ou aqueles que estão infringindo as suas regras, porque a gente sabe que, se você fala tudo que você faz para pegar o bandido, o bandido vai saber o que você faz para pegá-lo e vai deixar de fazer aquelas mesmas coisas. Então, você não pode, vamos dizer, ter uma revelação generalizada das técnicas da segurança da informação, como o próprio Delegado aqui, meu companheiro de Mesa, sabe muito bem. Se você disser tudo o que você faz para investigar, a investigação se torna obsoleta ou problemática, mas a transparência pelo menos dos valores e das regras gerais das políticas adotadas é muito interessante. E relatórios de transparência. Quantas contas caíram? Por que elas caíram? Qual é o maior problema que vocês estão observando?

Esse diálogo franco, para além do medo de regulação ou de não regulação, é importante. Ele tem de ser frutífero. A gente não tem de olhar em uma perspectiva de "vilanizar" ninguém, mas em uma perspectiva de colaborar para uma democracia melhor. Então, estabelecer um canal de confiança, de troca de informações entre quem está querendo discutir a qualidade da democracia e quem está, vamos dizer, fazendo escolhas essenciais para a forma como o debate público se estrutura hoje, escolhas técnicas e escolhas empresariais, é fundamental, esse diálogo é importantíssimo.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – O.k.

Acabamos as nossas oitavas dos nossos convidados. Eu queria agradecer aos dois, que foram muito importantes para nos recheiar mais de conhecimento.

Pela ordem, Deputado.

O SR. PAULO RAMOS (PDT - RJ) – Antes de V. Exa. terminar, eu queria...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Não, eu não vou concluir ainda não. A Deputada ainda vai falar.

O SR. PAULO RAMOS (PDT - RJ) – Não? Então...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Então, foi de grande valia a participação do Dr. Francisco e do Dr. Emerson num tema que, realmente, é muito nebuloso e para o qual precisamos, realmente, ter técnicos que substanciem esta Comissão, porque, muitas vezes, a gente fica aqui nesta Comissão só fazendo política e se esquece do nosso foco, que é tentar proteger a sociedade brasileira para o futuro.

Não é esquecer o passado, mas nós temos que visar ao futuro, que é o mais importante.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu passo a palavra agora para a nossa Relatora, a Deputada Lídice da Mata.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Como Relatora.) – Sr. Presidente, apenas para destacar alguns pontos do que foi aqui falado pelos dois e a unidade que eles têm com o debate que aqui enfatiza essa necessidade. Nós não vamos poder passar ao largo dessa providência, como Parlamento, de cobrança.

Então, quero dizer que também aqui se falou, novamente, da necessidade de implantação da agência nacional de proteção de dados. Deve ser a terceira ou quarta pessoa ou convidado que aqui enfatiza essa necessidade. Nós não vamos poder passar ao largo dessa providência, como Parlamento, de cobrança.

Quero também destacar o que tem sido muito falado pelo Deputado Russomanno – e eu, como Presidente da Comissão do idoso, não posso deixar também de registrar aqui –, a utilização das redes para atingir o direito do cidadão comum, que, no caso do idoso, é uma coisa, realmente, de uma importância muito grande na vida deles, porque eles estão, crescentemente, se tornando a vítima preferencial do crime de estelionato...

O SR. CELSO RUSSOMANNO (REPUBLICANOS - SP) – Cada vez mais vulneráveis.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Como Relatora.) – Mais vulneráveis, e vulneráveis ao grande capital, porque é o sistema financeiro, as seguradoras, os bancos, que mais se utilizam... Nós já estamos com mais de 5 milhões de idosos hiperendividados no Brasil, por uma coação de grandes empresas financeiras de utilização dos seus dados, do uso de seus dados, para buscar superendividá-los.

Mas, voltando aqui para a discussão dessa dualidade, Dr. Francisco e Dr. Emerson, em que este mundo digital nos coloca, em que, de um lado, está a proteção de dados e, do outro lado, a liberdade na rede, mas isso se confrontando com a prática de crimes que são crimes graves, que vão no sentido de lesar a organização da sociedade, no caso da sociedade brasileira, de maneira democrática, assim como outras democracias no mundo.

No caso do Reino Unido, isso talvez tenha sido não fácil de identificar, porque foi difícilimo, mas tenha se tornado um clamor, porque, apesar de serem posicionamentos diversos, houve uma crise, quer dizer, um resultado que impactou, diretamente, a economia do Reino Unido.

Já no Brasil, nós estamos discutindo com base no cometimento de crimes de ódio, de fake news, de modificação, de desinformação na rede, do ponto de vista da política; de assassinato de reputações que atacam a democracia, visam a atacar personalidades, por exemplo, do Supremo Tribunal ou da Câmara, servindo como pano de fundo, cada fake news das possíveis feitas contra uma Sra. Deputada ou um Sr. Deputado ou Senador, para desmoralizar o conjunto do Congresso Nacional e portanto vir criar o clamor contra a existência da instituição.

Ora, é claro que eu entendo toda a discussão que está aqui; e o Senador Alessandro foi muito pertinente quando disse: "É possível rastrear?". E na discussão, os dois disseram que é





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

possível rastrear, mas ao mesmo tempo o Dr. Emerson, no momento seguinte, fez uma fala em que demonstra a dificuldade de rastrear, a imensa complexidade de rastrear no caso de um crime comum, um crime de estelionato, menor, que pode atingir muitas pessoas, mas muito menos do que ocorreu no processo eleitoral.

Então, a pergunta permanece. Se não há nenhum tipo de regulamentação... E eu sinto que esse ambiente de insegurança que vai ficando no cidadão, que vai se sentindo numa condição de impunidade, e na política também, pode gerar um movimento contrário de, em vez de defesa da Lei de Proteção de Dados, uma pressão para que isso seja aberto no sentido de que disso precisa – entre aspas – "ser tornado de conhecimento de todos".

Nós somos defensores da proteção de dados, obviamente. Eu participei, aqui no Senado inclusive, da parte que discutia proteção de dados de crianças e adolescentes. Pude fazer uma emenda nessa direção. Acho que é extremamente importante que ela seja posta em vigor o mais rápido possível. Mas nós precisamos de ajuda no sentido de entender como rastrear os dados, objetivamente, da prática de fake news num universo tão grande como no que ela se dá, expande-se, coloca-se, inclusive com a possibilidade de uso de todas essas ferramentas: IPs falsos, contratação de disparos fora do País, necessidade de uma – entre aspas – "punição" que tenha de ser compatibilizada com a lei nacional e com a lei de outro país. E quem sabe a necessidade de se debater, no âmbito das organizações internacionais, dos acordos internacionais, uma legislação que possa servir a todos ou proteger a todos da prática desses crimes.

Portanto, eu novamente solicito... Agradeço a disposição dos senhores de contribuir para que nós possamos chegar a um denominador comum, até da mesma forma que foi aqui colocada, com diversos representantes da academia. Por isso nós insistimos em trazer aqui a academia, os especialistas.

Mas quero trazer também as pessoas que foram vítimas dos crimes cometidos, no âmbito da luta democrática, da proteção das instituições democráticas no País, e também aqueles que eventualmente...

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP. Fora do microfone.) – Os suspeitos.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA) – ... são suspeitos de terem cometido esses crimes. Para nós é muito importante que nós possamos fazer, digamos assim, uma gigantesca força tarefa em defesa da democracia, dos, digamos assim, valores democráticos para que nós possamos atuar. Porque, se formos no limite da liberdade total individual, a liberdade total individual vai chegar a um nível de individualismo em que não se vai poder condenar, por exemplo, o crime de disseminação do suicídio, porque alguém há de achar que é um direito seu suicidar-se ou não, mesmo sendo, digamos assim, um vulnerável, alguém que esteja numa situação de vulnerabilidade, como as pessoas idosas.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, é preciso que nós possamos estabelecer valores reais, valores que possam nos unir a todos em defesa da vida, em defesa da sociedade, em defesa dos valores democráticos para que nós possamos efetivamente avançar. E é nisso que eu tenho insistido aqui. Eu destaquei esses pontos, porque estão relacionados com outros desafios já colocados aqui por outros que são os especialistas que aqui estiveram. Está certo?

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Gostaria de passar para os Srs. Parlamentares, para a imprensa presente e os assessores um balanço dos nossos trabalhos até então. Houve primeiro o Requerimento nº 11, de 2009, estudo técnico sobre a fake news. A Consultoria Legislativa já nos respondeu.

O Requerimento nº 23, de 2019, destinatário Polícia Federal, designação de agente delegado, ainda está pendente.

Temos o Ofício 14/2009, ao Tribunal Superior Eleitoral. É um relatório completo do grupo de trabalho criado pela Presidência do TSE para investigar a divulgação de fake news durante o processo eleitoral. Já foi respondido.

O Ofício nº 89, de 2019, ao Facebook, que nos enviaram já – está sob sigilo – a lista das contas suspensas no ano de 2018, por estarem usando práticas eleitorais indevidas. Aliás, segundo a assessoria, essa informação do Facebook já está pública.

Temos o Ofício 92/2019, para a 7ª Vara Cível de São Paulo. É uma ação civil pública para investigar a Cambridge Analytica e a Ponte Ltda. pelo uso ilegal de dados dos brasileiros nas eleições de 2018. Já nos foi respondido e está sob sigilo.

O Ofício 93/2019, para a Polícia Federal. É um inquérito policial que visa investigar empresas de tecnologia suspeitas de uso também das suas plataformas para enviar mensagens em massa e comentários difamatórios. Este material a Polícia Federal no início demorou a enviar e, graças a Deus, já encaminhou o documento completo e também está sob sigilo nesta CPMI.

O Ofício 94 e o Ofício 107, de 2019, para o Supremo Tribunal Federal. É o Inquérito nº 4.781, que visa investigar ataques ao próprio Supremo Tribunal Federal. Até então, não respondido.

Inquéritos 153/2019 e 224/2019, ao Tribunal Superior Eleitoral. É uma ação de investigação eleitoral, tendo como Relator o Ministro Og Fernandes. Foi respondido hoje, 19/11, e já se encontra aqui na CPMI, também sob sigilo.

Temos o Ofício nº 154/2019, ao Tribunal Superior Eleitoral, sobre documentos elaborados pelo Conselho Consultivo sobre Internet e Eleições. Já nos respondeu também. Está público.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ofício nº 206/2019, ao WhatsApp. Eles já nos enviaram a lista de todas as contas banidas que utilizaram mensagens durante as eleições de 2018. Está também sob sigilo.

Ofício 2008/2019, Ministério Público de Goiás. Inquérito civil instaurado pela Procuradoria-Geral de Goiás contra o Facebook, para apurar omissões e listas daquela plataforma.

E temos ainda o Ofício 228/2019, para o TRT da 2ª Região. É uma ação trabalhista impetrada pelo Sr. Hans River Nascimento contra a Kiplix Comunicação Digital. A empresa é acusada pelo próprio Hans River de ter atuado no envio ilegal de mensagens via WhatsApp, durante as eleições 2018, em favor do candidato Jair Bolsonaro. Também não foi respondido.

Portanto, até então três ofícios não foram respondidos. Os demais, que somam nove, já foram respondidos pelas instituições às quais nós solicitamos.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Pois não, Deputado.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP. Pela ordem.) – Esse último ofício que não foi respondido, se não me engano, é um requerimento meu. E é importantíssimo que a gente tenha acesso a esse processo, porque talvez esse senhor e mais duas senhoras possam ser ouvidos como testemunhas aqui nesta CPI. O testemunho é fundamental, porque são pessoas que confessam que as empresas e que eles, indiretamente, como funcionários, praticaram atos ilícitos. Então, é fundamental que a gente possa ter essa resposta.

Consulto também V. Exa. sobre se os ofícios de convocação foram todos expedidos.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Todos os ofícios a Secretaria me informa que já foram encaminhados para os respectivos – não vou dizer "alvos" – convidados e convocados.

O SR. PAULO RAMOS (PDT - RJ) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Pois não, Deputado.

O SR. PAULO RAMOS (PDT - RJ. Pela ordem.) – Aquela minha intervenção... Eu aguardei o momento mais oportuno.

Quando vai haver uma reunião deliberativa? Porque há requerimentos encaminhados ainda pendentes de apreciação pela Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Deputado, eu estou tentando dar a máxima celeridade, porque há 180... Devemos ter ainda um saldo de 160. Então, se ficarmos deliberando e não obedecermos pelo menos a cronologia dos requerimentos a que deram entrada aqui, termina-se chegando ao final e não se chegando a nenhum denominador comum.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Tenho certeza de que, como vamos entrar em recesso provavelmente daqui a 30 dias e teremos mais 90 dias de CPMI após o retorno, nós vamos deliberar para que, no segundo tempo da CPMI, possamos apreciar todos os requerimentos.

O SR. PAULO RAMOS (PDT - RJ. Pela ordem.) – Permita-me, então, deixar uma sugestão para a nossa Relatora, a Deputada Lídice da Mata, que sempre está no meu coração.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Como Relatora. Fora do microfone.) – Muito obrigada. Você também, no meu.

O SR. PAULO RAMOS (PDT - RJ) – Quero fazer uma avaliação dos requerimentos para a oitiva...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Eu fico feliz pela troca de amor recíproca.

O SR. PAULO RAMOS (PDT - RJ) – ... não requerimentos de informação, mas de oitivas, para que ela pudesse verificar, tendo em vista o transcorrer dos trabalhos nesta CPI, quais são aqueles requerimentos que ela entende que tenham uma urgência maior, para que nós pudessemos, vamos dizer, antecipar a apreciação.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Então, coloco em votação nesse momento a Ata da 10ª Reunião, solicitando a dispensa de sua leitura.

Os Srs. Parlamentares que aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

A ata está aprovada.

O SR. CELSO RUSSOMANNO (REPUBLICANOS - SP. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu só gostaria de solicitar, se fosse da sua vontade, que fizesse audiência pública com os requeridos, no meu caso, o Correio Braziliense.

Isso é extremamente importante para a gente...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – V. Exa. já deu entrada? Já fez o requerimento?

O SR. CELSO RUSSOMANNO (REPUBLICANOS - SP) – Já fiz, já foi aprovado o requerimento, para que a gente evite que isso continue acontecendo com outros possíveis candidatos nas próximas eleições.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Com certeza.

Nós vamos nos debruçar, até para vermos, sobre essa pauta que teremos agora, até o dia 19 de dezembro... São três... mais cinco sessões da CPMI. Vamos tentar dar celeridade para





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que esse requerimento de V. Exa. a gente aprecie para ver se fazemos essa audiência ainda nesse primeiro turno da CPMI. Se não conseguirmos, ficará para logo no início do segundo turno.

Esta CPMI tem uma vantagem: são dois turnos.

O SR. CELSO RUSSOMANNO (REPUBLICANOS - SP) – Se conseguir no primeiro eu lhe agradeço muito.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – O.k., Deputado.

Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos, convidando-os para a próxima reunião, que se realizará amanhã, às 13h, com o depoimento da Deputada Joice Hasselmann.

Declaro encerrada a presente reunião.

Vão todos com Deus, que é quem nos guia.

(Iniciada às 13 horas e 29 minutos, a reunião é encerrada às 16 horas e 54 minutos.)





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

ATA DA 1ª REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA DA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 889, DE 2019 DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 21 DE AGOSTO DE 2019, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às quinze horas e sete minutos do dia vinte e um de agosto de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob as Presidências dos Parlamentares Chico Rodrigues e Rodrigo Coelho, reúne-se a Comissão Mista da Medida Provisória nº 889, de 2019 com a presença dos Parlamentares Fernando Bezerra Coelho, Mecias de Jesus, Antonio Anastasia, Soraya Thronicke, Major Olímpio, Lucas Barreto, Carlos Viana, Angelo Coronel, Arolde de Oliveira, Zenaide Maia, Bia Kicis, Joice Hasselmann, Diego Andrade, Elias Vaz, Hugo Motta, Rodrigo de Castro, Kim Kataguirí, Pedro Lupion, José Nelto, Pastor Sargento Isidório, Veneziano Vital do Rêgo, Wellington Fagundes, Marcos do Val, Márcio Biolchi, Paula Belmonte, Styvenson Valentim, Rodrigo Pacheco, Luis Carlos Heinze, Izalci Lucas, Delegado Pablo, Aline Gurgel, André Ferreira, Pr. Marco Feliciano, Dr. Jaziel, Felício Laterça, Luciano Ducci, Átila Lira, Nelsinho Trad, Alexandre Padilha, Simone Tebet, Oriovisto Guimarães, Igor Timo, Jarbas Vasconcelos, Paulo Paim, Eduardo Costa, Léo Moraes, Da Vitoria, Dr. Zacharias Calil e Juíza Selma. Deixam de comparecer os Parlamentares Daniella Ribeiro, Weverton, Randolfe Rodrigues, Jean Paul Prates, Telmário Mota, Rose de Freitas, Arthur Lira, Baleia Rossi, Reginaldo Lopes, Marco Bertaiolli, Marcelo Ramos, André Figueiredo, Diego Garcia e Luis Tibé. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Instalação e Eleição.** **Finalidade:** Instalação da Comissão e Eleição de Presidente e Vice-Presidente. A Presidência comunica a existência de acordo das lideranças das duas Casas pelo qual é indicado o nome do Senador Chico Rodrigues para assumir a Presidência da Comissão. Submetido o nome indicado ao Plenário, é aprovado por aclamação. Assume a direção dos trabalhos o Senador Chico Rodrigues, Presidente Eleito da Comissão, que, ato contínuo, designa o Deputado Hugo Motta Relator da Comissão. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e vinte e um minutos. É aprovada a presente Ata, que será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Congresso Nacional, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Chico Rodrigues

Presidente Eventual da Comissão Mista da Medida Provisória nº 889, de 2019

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2019/08/21>

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Coelho. PSB - SC) – Boa tarde a todos.

Se puderem se acomodar os Deputados e Senadores, vamos fazer a instalação da Comissão Mista da MP 889.

Havendo número regimental, declaro aberta a 1ª Reunião da Comissão Mista, destinada a emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 889, de 2019.

De acordo com a Resolução nº 1, de 2002, do Congresso Nacional, a Presidência desta Comissão ficará sob a responsabilidade do Senado Federal, e a relatoria, com a Câmara dos Deputados.

Comunico que houve acordo de lideranças para a eleição da Mesa, tendo sido indicado para Presidente o nobre Senador Chico Rodrigues.

Consulto o Plenário se podemos fazer a eleição da Mesa por aclamação.

Os Parlamentares que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Declaro eleito o nobre Senador Chico Rodrigues para a Presidência da Comissão da MP 889 e já o convido para assumir a Presidência desta Comissão. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Chico Rodrigues. DEM - RR) – Designo o Deputado Hugo Motta, do PRB da Paraíba, para assumir como Relator. (*Palmas.*)

Agradeço ao nobre Deputado a abertura dos trabalhos, como Presidente eventual desta Comissão que trata da Medida Provisória 889, de 2019, do saque-aniversário do FGTS.

Primeiramente, agradeço a eleição ao cargo de Presidente da Comissão desta importante medida provisória.

Entendo, nobres colegas, que a Medida Provisória 889, de 2019, tem por objetivo, entre outros, instituir novas sistemáticas de movimentação das contas vinculadas ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) que permitam ao trabalhador o saque de parcela do saldo total existente em suas contas vinculadas por um período de três meses, a contar do mês de aniversário do titular.

A medida propõe também aumentar para 100% o percentual de distribuição de resultados anuais do fundo aos trabalhadores, hoje fixado em 50%.

Os impactos positivos da nova sistemática são expressivos. Teremos aumento permanente, ao longo do prazo, de 2,57% na produtividade do trabalhador brasileiro, a adição de empregos com carteira assinada na casa de 3 milhões, em dez anos em relação ao número esperado, tendo em conta o cenário atual, representando um aumento de 5,6% no emprego formal e expansão no volume de contribuições do FGTS de cerca de R\$11,3 bilhões em dez anos.

Para os empregadores, a opção pela nova sistemática de saques não trará qualquer efeito negativo, uma vez que as alíquotas dos depósitos do FGTS permanecem inalteradas em 8% sobre o salário bruto.

A medida provisória vai impactar positivamente o PIB do País em 0,26 pontos percentuais neste ano. Em 2020, o acréscimo será de 0,59 pontos percentuais.





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

A relevância da proposta decorre do ganho substancial de emprego e renda para a economia brasileira e do aumento do acesso aos recursos do fundo dos trabalhadores, em especial daqueles em situação de maior vulnerabilidade e endividamento.

Com toda certeza, proporciona à economia brasileira, ainda neste semestre, um impulso significativo sobre a renda, contribuindo para a retomada do ritmo de crescimento do País.

Por fim, senhoras e senhores, desejo que esta Comissão tenha a sua condução da forma mais tranquila e positiva possível, para que não apenas nós, mas também o povo brasileiro, que nós acompanha diariamente, possa entender a relevância desta medida provisória.

Tenho certeza de que o nosso Relator, Deputado Hugo Motta, fará um belo trabalho em seu relatório, de forma competente e atenta aos anseios da população.

É interessante compreender que, tendo sido instalada a Comissão nesta tarde de quarta-feira, nós iremos, juntamente com o Relator, Deputado Hugo Motta, fazer uma programação para que esta Comissão possa, no mais curto espaço de tempo possível, sem enrolação, ter essa medida provisória pronta com o seu relatório, discutidas as emendas, tudo concluso para que nós possamos votar o mais rápido possível. Essa é a nossa intenção, e tenho certeza de que os Srs. Deputados, os Srs. Senadores, o Relator, cuidadoso que é, irá dedicar todo o seu tempo para que possamos, nesse curto espaço de tempo, concluirmos essa medida provisória.

Pergunto se alguém gostaria de usar a palavra.

O SR. HUGO MOTTA (REPUBLICANOS - PB) – Eu gostaria.

O SR. PRESIDENTE (Chico Rodrigues. DEM - RR) – Passo a palavra ao nobre Relator e depois ao Deputado Alexandre.

O SR. HUGO MOTTA (REPUBLICANOS - PB. Como Relator.) – Primeiro, quero cumprimentar o Presidente recém-eleito, Senador Chico Rodrigues, e dizer que muito me honra estar aqui ao seu lado, um Parlamentar que tem uma história no Congresso Nacional e no seu Estado, o Estado de Roraima; cumprimentar os demais pares, Deputados e Senadores, Deputadas e Senadoras, e dizer que nós temos uma responsabilidade grande, porque essa medida provisória tem um papel fundamental na recuperação da economia do nosso País.

Quero, Presidente, sem muito me alongar, solicitar de V. Exa., porque já me chegou que existem requerimentos de pedidos de audiência pública sobre a mesa, que nós não apreciemos nenhum requerimento hoje. Que a gente possa, na próxima semana, sob o comando de V. Exa., realizar uma nova reunião, uma nova audiência para votarmos aqui os requerimentos, já com um pequeno plano de trabalho a ser seguido. Corroborando com aquilo que V. Exa. acaba de falar, que façamos um trabalho eficiente no menor espaço de tempo possível e também dizer aos Parlamentares que nós estamos extremamente abertos. Mais de cem emendas foram apresentadas. Nós vamos analisá-las criteriosamente para que tenhamos a oportunidade de otimizar o texto que foi enviado pelo Poder Executivo para que, ao final do nosso trabalho, tenhamos a elaboração, com a possível aprovação do texto nesta Comissão e no Plenário da Câmara e do Senado de uma medida provisória que venha principalmente dar ao nosso País a condição de se recuperar economicamente, mas, acima de tudo, de valorizarmos aqueles que serão beneficiários da oportunidade que o Governo está dando de terem acesso a esse recurso que será tão importante para as famílias brasileiras. Então, quero dizer que nós iremos fazer um trabalho comprometido com o nosso País para que a gente possa ter aqui a condição de dar a nossa colaboração por uma Brasil cada vez melhor.





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

Meu muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Chico Rodrigues. DEM - RR) – Pela ordem, passo a palavra ao nobre Deputado Alexandre Padilha.

O SR. ALEXANDRE PADILHA (PT - SP. Pela ordem.) – Muito obrigado, Sr. Presidente. Queria parabenizar o senhor pelo papel e a Presidência desta Comissão, parabenizar o querido Relator Hugo Motta, grande representante da renovação política do nosso País, saudar o Ministro Mandetta, que agora chega, certamente para discutir a outra MP.

Ministro, o senhor, como sempre, chegou antecipado. Inclusive, se o senhor concordar com essa sugestão do nosso Relator Hugo Motta, eu queria só, em nome da Liderança da Minoria, dizer que nós apresentamos um conjunto de requerimentos que buscam trazer representantes do Conselho Curador do FGTS, representantes do movimento sindical, de outros setores, dos próprios administradores do FGTS, principalmente da Caixa Econômica Federal, um conjunto de associações.

Vamos apresentar, Sr. Relator, se o senhor concordar também, a sugestão de que a gente traga o setor da indústria da construção civil também, para que a gente possa debater.

Quero só reafirmar os requerimentos apresentados e concordar e subscrever essa sugestão do nosso Relator Hugo Motta, de que possam ser todos recebidos, acolhidos, e a apresentação da proposta de plano de trabalho pelo nosso Relator e o Sr. Presidente.

O SR. HUGO MOTTA (REPUBLICANOS - PB. Como Relator.) – Nós teremos, só esclarecendo, Deputado Padilha, uma reunião de trabalho, na próxima semana, com o Presidente, vamos aguardar a sua disponibilidade de horário, para que a gente trace um plano de trabalho e possa avaliar como se darão os próximos passos. Mas, sim, vamos combinando aí as audiências públicas e também respeitando o rito que o Presidente vai querer dar ao trabalho da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Chico Rodrigues. DEM - RR) – Eu comunico aos membros da Comissão, Deputado Alexandre Padilha, que, na terça-feira, eu vou me reunir com o Relator às 14h – já fica convocado para as 14h –, no gabinete, para que nós possamos fazer exatamente essa estratégia e planejamento, e aí já facilitarmos e informarmos para todos os membros, para nós começarmos essas audiências públicas.

Passo a palavra ao nobre Senador Carlos Viana.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG. Pela ordem.) – Meu boa-tarde, Sr. Presidente Chico Rodrigues, representante do nosso Estado de Roraima, terra dos nossos cavalos selvagens, e também ao nobre Relator e aos Srs. Deputados aqui presentes.

Minha satisfação em dizer da minha alegria em participar desses debates sobre um tema que hoje, Relator, chama muito a atenção em nosso País, pelo índice de desemprego que temos, mas principalmente por discutir que o Fundo de Garantia se torne de verdade do trabalhador.

Nós acompanhamos, nessas últimas décadas, o Fundo de Garantia servindo a diversos interesses – partidários, interesses de financiamento, grandes empreiteiras, desvios absurdos, muitas vezes com prejuízo para o erário, para o trabalhador.

E uma primeira leitura já da medida provisória, dos impactos que pode trazer, garante-nos que nós estamos aqui diante, talvez, da principal mudança e mais importante na estrutura desse fundo desde a criação dele para o trabalhador, para que de fato as famílias possam ter o benefício e encontrarem aqui pelo menos uma partilha de lucro que dê a elas o direito.





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

O trabalhador hoje não tem lucro nenhum com o Fundo de Garantia. Pelo contrário, ele só empresta para os grandes projetos, mas a si mesmo e a própria família, muitas vezes ele acaba não trazendo o resultado da maneira como nós gostaríamos.

Dou os parabéns a V. Exas. e digo mais uma vez da alegria em participar dos debates. E estarei à disposição aqui, pelo Estado de Minas Gerais, para essa discussão e naturalmente esse novo tempo do Fundo de Garantia. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Chico Rodrigues. DEM - RR) – Nobre Senador Carlos Viana, V. Exa., que é um Senador experiente, que conhece, inclusive com precisão cirúrgica, a importância de revitalizar o FGTS, nós entendemos que a partir desse marco, nós ofereceremos ao trabalhador brasileiro melhores condições. E como V. Exa. se referiu, eu também faço minhas as suas palavras: acho que todos aqueles que utilizam o fundo, de uma forma muitas vezes indevida, são os maiores beneficiários, em detrimento daquele trabalhador que, na verdade, com o suor do seu rosto, se dedica, contribui e tem os menores benefícios.

Portanto, vamos nos debruçar, durante este período de discussão aqui na nossa Comissão, e tenho certeza de que o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço sairá potencialmente mais bem aplicável àquele trabalhador brasileiro, que tanto precisa desses recursos.

Eu quero consultar o Plenário, Srs. Deputados e Senadores, se alguém gostaria de fazer uso da palavra. *(Pausa.)*

Não havendo mais quem queira se manifestar, proponho a aprovação da ata da presente reunião.

As Sras. e os Srs. Parlamentares que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Antes de encerrar a presente reunião, eu gostaria de dizer a todos vocês, Srs. Senadores e Deputados, que nós estamos muito alegres e orgulhosos com a presença aqui do nosso grande Ministro Mandetta, que tem sido, na verdade, uma referência importante no Governo do Presidente Jair Bolsonaro.

Então, muito obrigado, Ministro, pela sua presença. Eu tenho certeza que V. Exa. contribuirá muito durante essas discussões aqui também.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

Obrigado.

(Iniciada às 15 horas e 06 minutos, a reunião é encerrada às 15 horas e 20 minutos.)





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

ATA DA 2ª REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA DA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 889, DE 2019 DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 03 DE SETEMBRO DE 2019, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13.

Às quinze horas e três minutos do dia três de setembro de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13, sob a Presidência do Senador Chico Rodrigues, reúne-se a Comissão Mista da Medida Provisória nº 889, de 2019 com a presença dos Parlamentares Fernando Bezerra Coelho, Mecias de Jesus, Dário Berger, Antonio Anastasia, Soraya Thronicke, Major Olímpio, Eliziane Gama, Carlos Viana, Angelo Coronel, Zenaide Maia, Jorginho Mello, Reginaldo Lopes, Alencar Santana Braga, Bia Kicis, Joice Hasselmann, Rodrigo Coelho, Hugo Motta, Rodrigo de Castro, Beto Pereira, Pedro Lupion, José Nelto, Pastor Sargento Isidório, Flávio Bolsonaro, Coronel Armando, Otoni de Paula, Felício Laterça, João Roma, Benes Leocádio, Sergio Souza, Rodrigo Cunha, Dr. Frederico, Izalci Lucas, Igor Timo, Jarbas Vasconcelos, Luis Carlos Heinze, Rodrigo Pacheco, Gonzaga Patriota, Paulo Paim, Esperidião Amin e Eduardo Girão. Deixam de comparecer os Parlamentares Daniella Ribeiro, Weverton, Randolfe Rodrigues, Lucas Barreto, Jean Paul Prates, Telmário Mota, Rose de Freitas, Arthur Lira, Baleia Rossi, Marco Bertaiolli, Marcelo Ramos, Kim Kataguiiri, André Figueiredo, Diego Garcia e Luis Tibé. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Reunião de Trabalho. Finalidade:** Apreciação do Plano de Trabalho e de requerimentos. **Resultado:** Aprovado o Requerimento nº 4 (Plano de Trabalho), do Deputado Hugo Motta, propondo a realização de audiências públicas para debater a matéria. Aprovados os Requerimentos nº 1 a 3, do Deputado Federal Reginaldo Lopes, nos termos do Plano de Trabalho. É aprovada, ainda, a ata da 2ª Reunião. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e vinte minutos. É aprovada a presente Ata, que será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Congresso Nacional.

Senador Chico Rodrigues

Presidente da Comissão Mista da Medida Provisória nº 889, de 2019

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2019/09/03>





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

ATA DA 3ª REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA DA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 889, DE 2019 DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 17 DE SETEMBRO DE 2019, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 6.

Às quinze horas e zero minutos do dia dezessete de setembro de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 6, sob a Presidência do Deputado Hugo Motta, reúne-se a Comissão Mista da Medida Provisória nº 889, de 2019 com a presença dos Parlamentares Fernando Bezerra Coelho, Dário Berger, Antonio Anastasia, Soraya Thronicke, Lucas Barreto, Angelo Coronel, Zenaide Maia, Jorginho Mello, Reginaldo Lopes, Alencar Santana Braga, Bia Kicis, Marco Bertaiolli, Rodrigo Coelho, Elias Vaz, Kim Kataguiri, Diego Garcia, José Nelto, Gonzaga Patriota, Manuel Marcos, Paulo Paim, Fred Costa, Acir Gurgacz, Pr. Marco Feliciano, Eduardo Braide, Luciano Ducci, Toninho Wandscheer, João Roma, Nelsinho Trad, Wellington Fagundes, Beto Pereira, Rodrigo Cunha, Ossesio Silva, Styvenson Valentim, Coronel Tadeu, Izalci Lucas, Paulo Azi, Hercílio Coelho Diniz e Igor Timo. Deixam de comparecer os demais Parlamentares. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento MPV 889/2019, de autoria Presidência da República. **Finalidade:** Debater a MEDIDA PROVISÓRIA Nº 889, de 2019. **Participantes:** Marcos Antônio Kohler, Subsecretário de Direito Econômico da Secretaria de Política Econômica do Ministério da Economia; Cilene Dorea, Subsecretária de Planejamento Integrado, Fundos e Incentivos Fiscais do Ministério do Desenvolvimento Regional; Edilson Carrogi Ribeiro Vianna, Diretor Executivo de Fundos de Governo da Caixa Econômica Federal. André Tosello Lalon, Diretor do Banco de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES. **Resultado:** Audiência Pública realizada. Prejudicado o Requerimento nº 5, do Senador Weverton, e aprovado o Requerimento nº 6, do Deputado Hugo Motta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da presente reunião, que é aprovada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezesseis horas e quarenta e sete minutos. A presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Congresso Nacional.

Deputado Hugo Motta

Presidente Eventual da Comissão Mista da Medida Provisória nº 889, de 2019

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2019/09/17>





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

ATA DA 4ª REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA DA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 889, DE 2019 DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 19 DE SETEMBRO DE 2019, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLÊNÁRIO Nº 6.

Às dez horas e quarenta e dois minutos do dia dezanove de setembro de dois mil e dezanove, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 6, sob a Presidência do Deputado Hugo Motta, reúne-se a Comissão Mista da Medida Provisória nº 889, de 2019 com a presença dos Parlamentares Mecias de Jesus, Ciro Nogueira, Soraya Thronicke, Major Olímpio, Arolde de Oliveira, Telmário Mota, Reginaldo Lopes, Rodrigo Coelho, Paulo Paim, Marcos do Val, Acir Gurgacz, Luis Carlos Heinze e Nelsinho Trad. Deixam de comparecer os Parlamentares Fernando Bezerra Coelho, Daniella Ribeiro, Antonio Anastasia, Weverton, Randolfe Rodrigues, Lucas Barreto, Carlos Viana, Jean Paul Prates, Chico Rodrigues, Rose de Freitas, Arthur Lira, Baleia Rossi, Bia Kicis, Marco Bertaiolli, Marcelo Ramos, Rodrigo de Castro, Kim Kataguirí, André Figueiredo, Diego Garcia e Leda Sadala. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento MPV 889/2019, de autoria Presidência da República. **Finalidade:** Debater a MEDIDA PROVISÓRIA Nº 889, de 2019. **Participantes:** Luiz Antonio França, Presidente da Associação Brasileira de Incorporadoras Imobiliárias - ABRAINC; João André Calvino Marques Pereira, Chefe do Departamento de Regulação do Sistema Financeiro do Banco Central; Jair Pedro Ferreira, Presidente da Federação Nacional das Associações do Pessoal da Caixa Econômica Federal (Fenae); e Mário Avelino, Presidente do Instituto Fundo de Garantia do Trabalhador - IFGT. **Resultado:** Audiência pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e sete minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Congresso Nacional.

Deputado Hugo Motta

Presidente Eventual da Comissão Mista da Medida Provisória nº 889, de 2019

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2019/09/19>





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

ATA DA 5ª REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA DA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 889, DE 2019 DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 26 DE SETEMBRO DE 2019, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 6.

Às dez horas e trinta e quatro minutos do dia vinte e seis de setembro de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 6, sob a Presidência do Senador Chico Rodrigues, reúne-se a Comissão Mista da Medida Provisória nº 889, de 2019 com a presença dos Parlamentares Dário Berger, Arolde de Oliveira, Telmário Mota, Paulo Rocha, Hugo Motta, Rodrigo de Castro, Wellington Fagundes, Flávio Bolsonaro, Jarbas Vasconcelos, Nelsinho Trad, Rodrigo Coelho, Paulo Paim e Marcos do Val. Deixam de comparecer os Parlamentares Fernando Bezerra Coelho, Mecias de Jesus, Daniella Ribeiro, Antonio Anastasia, Soraya Thronicke, Weverton, Randolfe Rodrigues, Lucas Barreto, Carlos Viana, Jean Paul Prates, Rose de Freitas, Arthur Lira, Baleia Rossi, Reginaldo Lopes, Bia Kicis, Marco Bertaiolli, Marcelo Ramos, Kim Kataguiri, André Figueiredo, Diego Garcia e Leda Sadala. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa.** **Finalidade:** Debater a MEDIDA PROVISÓRIA Nº 889, de 2019. **Participantes:** Igor Vilas Boas de Freitas, Presidente do Conselho Curador do FGTS; Alexandre Sampaio Ferraz, Técnico do DIEESE (representante de: Central Única dos Trabalhadores (CUT)); Antônio de Sousa Ramalho, Vice-presidente da Força Sindical. José Carlos Rodrigues Martins, Presidente da Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC). **Resultado:** Audiência Pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e cinquenta e quatro minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Congresso Nacional.

Senador Chico Rodrigues

Presidente da Comissão Mista da Medida Provisória nº 889, de 2019

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2019/09/26>





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

ATA DA 6ª REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA DA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 889, DE 2019 DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 30 DE OUTUBRO E 05 DE NOVEMBRO DE 2019 NO SENADO FEDERAL.

Às onze horas e vinte e cinco minutos do dia trinta de outubro de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19, sob a Presidência do Senador Chico Rodrigues, reúne-se a Comissão Mista da Medida Provisória nº 889, de 2019 com a presença dos Parlamentares Fernando Bezerra Coelho, Mecias de Jesus, Dário Berger, Luiz do Carmo, Ciro Nogueira, Antonio Anastasia, Major Olimpio, Jorge Kajuru, Lucas Barreto, Carlos Viana, Angelo Coronel, Arolde de Oliveira, Paulo Rocha, Reginaldo Lopes, Alencar Santana Braga, Bia Kicis, Marco Bertaiolli, Marcelo Ramos, Elias Vaz, Hugo Motta, Rodrigo de Castro, Kim Kataguiri, Pedro Lupion, Pompeo de Mattos, Diego Garcia, José Nelto, Leda Sadala, Paulo Paim, Léo Moraes, Juíza Selma, João Roma, Vitor Lippi, Marcio Bittar, Wellington Fagundes, Marcos do Val, Rodrigo Cunha, Styvenson Valentim, Rodrigo Pacheco, Luis Carlos Heinze, Izalci Lucas, Delegado Pablo, Esperidião Amin, Acir Gurgacz, Pr. Marco Feliciano, Felício Laterça, Nelsinho Trad, Maria Rosas, Simone Tebet, Jorginho Mello, Eduardo Gomes, Igor Timo e Jarbas Vasconcelos. Deixam de comparecer os Parlamentares Daniella Ribeiro, Soraya Thronicke, Weverton, Randolfe Rodrigues, Jean Paul Prates, Telmário Mota, Rose de Freitas, Arthur Lira, Baleia Rossi, Felipe Francischini, André Figueiredo e Luis Tibé. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa. ITEM 1 - Medida Provisória nº 889, de 2019 - Não Terminativo** - que: "Altera a Lei Complementar nº 26, de 11 de setembro de 1975, para dispor sobre a possibilidade de movimentação das contas do Programa de Integração Social - PIS e do Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público - PASEP, e a Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, para instituir a modalidade de saque-aniversário no Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, e dá outras providências." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Deputado Hugo Motta. **Relatório:** Pela aprovação nos termos do PLV que apresenta. **Resultado:** Lido o Relatório do Deputado Hugo Motta. A Reunião é suspensa às doze horas e cinquenta e cinco minutos e a reabertura agendada para às 15h do dia 30/10/2019. Às quinze horas e zero minutos do dia trinta de outubro de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9, sob a Presidência do Senador Chico Rodrigues, a Reunião é reaberta. Passa-se à apreciação da pauta. **Resultado:** Concedida vista coletiva da matéria. A reunião é suspensa às quinze horas e cinquenta minutos e a reabertura agendada para o dia 05/11/2019. Às quatorze horas e cinquenta e um minutos do dia cinco de novembro de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13, sob a Presidência do Senador Chico Rodrigues, a Reunião é reaberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Resultado:** Lida a Complementação de Voto do Relator. Aprovado o Relatório do Deputado Hugo Motta, com alterações lidas em Plenário, que passa a constituir o Parecer da Comissão, o qual conclui pelo atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência da Medida Provisória nº 889, de 2019; pela constitucionalidade, juridicidade, boa técnica legislativa, adequação orçamentária e financeira e, no mérito, pela aprovação da Medida Provisória nº 899, de 2019,





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

nos termos do Projeto de Lei de Conversão apresentado; pela inconstitucionalidade das Emendas nºs 1 e 114; pelo não acolhimento da Emenda nº 22, por não ter relação com o tema da Medida Provisória, restando assim prejudicada; pela não apreciação da Emenda nº 134, por ter sido retirada pela autora; pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa das demais emendas e, no mérito, pela aprovação, total ou parcial, das emendas nºs 2, 9, 12, 14 a 16, 24, 28, 32, 33, 35, 37, 41, 50, 53, 61, 62, 75, 76, 78, 79, 84, 87, 100, 101, 108, 109, 115, 121, 123, 125, 129, nos termos do Projeto de Lei de Conversão apresentado; pela rejeição das emendas nºs 3 a 8, 10, 11, 13, 17 a 21, 23, 25 a 27, 29 a 31, 34, 36, 38 a 40, 42 a 49, 51, 52, 54 a 60, 63 a 74, 77, 80 a 83, 85, 86, 88 a 99, 102 a 107, 110 a 113, 116 a 120, 122, 124, 126 a 128, 130 a 133, por disporem sobre aspectos que alteram ou prejudicam os objetivos propostos pela Medida Provisória. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da 4ª, da 5ª e desta 6ª Reunião, que são aprovadas. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e trinta e cinco minutos.

Senador Chico Rodrigues

Presidente da Comissão Mista da Medida Provisória nº 889, de 2019

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

<http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2019/10/30>

<http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2019/11/05>





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

O SR. PRESIDENTE (Chico Rodrigues. DEM - RR. *Fazendo soar a campainha.*) – Gostaria de pedir ao pessoal que está nos corredores que se sente, por favor.

Havendo número regimental, declaro aberta a 6ª Reunião da Comissão Mista destinada a emitir parecer sobre a Medida Provisória 889, de 2019.

Passo a palavra ao Relator, Deputado Hugo Motta, para que proceda à leitura do seu relatório.

O SR. HUGO MOTTA (REPUBLICANOS - PB. Como Relator.) – Muito bom dia a todos.

Quero cumprimentar o Senador Chico Rodrigues, Presidente desta Comissão Mista que trata sobre a Medida Provisória 889, da qual tive a honra de ser o seu Relator.

Quero cumprimentar aqui o Consultor Dr. Marcos, e, em seu nome, cumprimento toda a Consultoria Legislativa da Câmara dos Deputados, que nos auxiliou desde o primeiro momento, a quem, desde já agradecemos toda a dedicação, empenho e compromisso com um tema tão importante para a sociedade brasileira.

Sr. Presidente, eu peço permissão para ir direto ao voto.

O nosso PLV já está disponibilizado no sistema da Comissão para aqueles que quiserem ter acesso ao nosso relatório. Eu peço aos nobres Parlamentares para ir direto ao nosso voto.

1. Da admissibilidade – requisitos de urgência e relevância (art. 62 da Constituição Federal) e atendimento ao art. 2º, §1º, da Resolução nº 1, de 2002, da nossa Constituição

A urgência e a relevância da Medida Provisória nº 889, de 2019, se confirmam ante a necessidade de ingestão de recursos na economia no intuito de beneficiar milhões de trabalhadores brasileiros que vêm sofrendo com a perda do poder aquisitivo, sobretudo pela recessão econômica, que tem ceifado milhões de empregos e ocasionado o fechamento de inúmeros pequenos empreendimentos. Por conseguinte, a medida atende aos requisitos estabelecidos pelo *caput* do art. 62 da Constituição Federal.

Também foi atendido o requisito disposto no art. 2º, §1º, da Resolução nº 1, de 2002, por meio do envio, pelo Poder Executivo, da Mensagem nº 314, de 2019, e da Exposição de Motivos nº 216/2019.





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

2. Dos demais requisitos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa

A presente medida provisória trata de matéria que se insere na competência legislativa do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 22 e 48 da Constituição Federal, e não incorre em quaisquer das vedações temáticas estabelecidas pelo §1º do art. 62 do Texto Constitucional. Tampouco encontra óbices quanto à sua juridicidade e técnica legislativa.

É de se observar também que a Lei Complementar nº 26, de 11 de setembro de 1975, está sendo alterada pelo art. 1º da medida, a qual equivale a uma lei ordinária. Isso é possível porque está sendo alterada matéria não submetida à reserva constitucional de lei complementar. Tal possibilidade é bem explicada na decisão do Supremo Tribunal Federal aqui anexada ao nosso voto e já disponível para os Srs. e as Sras. Parlamentares e sociedade civil, no geral.

3. Da adequação orçamentária e financeira

A medida provisória em análise não tem implicação orçamentária e financeira, na medida em que tem como objeto os recursos do FGTS e do Fundo do PIS-Pasep, que não figuram na lei orçamentária uma vez que são patrimônio dos trabalhadores. A medida visa, especialmente, facilitar o acesso aos saldos das contas a fim de injetar recursos na economia com vistas à retomada da economia por meio do estímulo ao consumo. As alterações promovidas no FAT (Fundo de Amparo ao Trabalhador) são de natureza normativa, com a finalidade de melhorar a utilização dos recursos que lhe são destinados para assegurar o pagamento de benefícios do seguro-desemprego e do abono salarial.

Nesse sentido, a proposição não apresenta implicações financeiras ou orçamentárias às finanças públicas federais, de maneira que não cabe pronunciamento quanto à adequação financeira ou orçamentária da MP 889, de 2019.

4. Do mérito

4.1 – Da Medida Provisória

4.1.1 – Do Fundo PIS-Pasep

Devemos lembrar que os trabalhadores dos setores público e privado que estavam cadastrados nos referidos programas até 4 de outubro de 1988 são titulares de contas individuais de participação no Fundo PIS-Pasep, ou seja, trata-se daqueles que estavam empregados até a promulgação da atual Constituição Federal.

O *caput* do art. 239 da Constituição estabelece que, a partir de 5 de outubro de 1988, a arrecadação decorrente das contribuições para o Fundo PIS-Pasep financia o Programa do Seguro-Desemprego e o Abono Salarial. O §2º desse artigo preservou os saldos das contas vinculadas existentes àquela época e manteve os critérios de saque previstos na Lei Complementar nº 26, de 1975, com





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

exceção da retirada por motivo de casamento. Por conseguinte, a partir da promulgação da Constituição, essas contas individuais de participação deixaram de receber qualquer aporte adicional, com a exceção dos rendimentos financeiros decorrentes da aplicação do patrimônio do Fundo PIS-Pasep.

Tem-se assim que o Fundo PIS-Pasep é residual e em extinção com a saída dos participantes que preenchem os requisitos para o saque dos valores nele existentes. Há que se observar que os trabalhadores inscritos no PIS ou no Pasep a partir de 5 de outubro de 1988 não possuem contas individuais de participação e, portanto, não são atingidos pelas disposições da presente Medida Provisória.

É oportuno destacar que a Lei nº 13.677, de 13 de junho de 2018, já havia tornado disponível a qualquer titular da conta individual do PIS-Pasep o saque do saldo até 29 de junho de 2018 e, após essa data, aos titulares enquadrados em diversas hipóteses que permitiriam a retirada desses recursos.

Dados do Relatório de Gestão do Fundo PIS-Pasep, dão conta de que, em 30 de junho de 2018, havia 23,8 milhões de contas, com saldo médio de R\$1.187 mil e com patrimônio líquido de R\$34,8 bilhões, sendo que 30,8% do saldo total das contas referiam-se a cotistas com idade igual ou superior a 70 anos.

Mais recentemente, de acordo com a Exposição de Motivos que acompanha a presente Medida Provisória, restam ainda hoje no Fundo PIS-Pasep cerca de R\$23,2 bilhões referentes a 11,7 milhões de cotistas, recursos passíveis de utilização mais eficiente do que as hoje disponíveis.

A Medida Provisória, portanto, altera a Lei Complementar nº 26, de 1975, com o objetivo de:

1) tornar disponível a qualquer titular da conta individual dos participantes do PIS-Pasep o saque integral do seu saldo a partir de 19 de agosto de 2019;

2) facilitar os saques aos dependentes e sucessores de titulares falecidos.

O fornecimento dos saldos das contas individuais será efetuado conforme cronogramas de atendimento, critérios e forma estabelecidos pela Caixa Econômica Federal, quanto ao PIS, e pelo Banco do Brasil, quanto ao Pasep.

4.1.2 – Do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT)

O art. 3º da Medida Provisória em apreciação dá nova redação ao art. 7º da Lei nº 8.019, de 1990, a fim de dispor sobre os critérios e as condições para a devolução ao FAT dos recursos aplicados nos depósitos especiais e daqueles repassados ao BNDES, que serão disciplinados por ato do Ministro de Estado da Economia. Antes, essa incumbência cabia ao Codefat.





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

A Medida Provisória também altera o art. 9º da Lei nº 8.019, de 1990, para dispor sobre a reserva mínima de liquidez destinada a garantir, em tempo hábil, os recursos necessários ao pagamento das despesas referentes ao Programa do Seguro-Desemprego e do Abono Salarial. Nesse sentido, estabelece que essa reserva não poderá ser inferior ao montante equivalente a três meses de pagamentos dos benefícios, computados por meio da média móvel dos desembolsos efetuados nos doze meses anteriores, atualizados mensalmente pela variação do IPCA, calculado pelo IBGE, ou por índice que vier a substituí-lo. Também quanto a esse aspecto, a Medida Provisória estabelece que ato do Ministro de Estado da Economia disciplinará as condições de utilização e de recomposição da reserva mínima de liquidez do Fundo de Amparo ao Trabalhador.

O Poder Executivo alega que a alteração no art. 7º da Lei nº 8.019, de 1990, visa eliminar ambiguidade nesse comando legal. A redação vigente dá espaço para interpretações divergentes e tem causado discordância entre o BNDES e o Codefat acerca da caracterização da condição de insuficiência de recursos que permitiria a devolução de valores ao FAT, o que impede o Fundo de utilizar seu próprio patrimônio para fazer frente às despesas obrigatórias com o pagamento de benefícios, exigindo aportes do Tesouro Nacional para equilibrar as contas do Fundo, numa operação de custo mais elevado para a União.

Quanto à alteração do art. 9º da mesma lei, a justificativa é que ela tem o objetivo de dotar o FAT de maior eficiência e capacidade de gestão sobre seu patrimônio. A medida simplifica a legislação, fixando critério único para a constituição da reserva de disponibilidade do Fundo. O dimensionamento da reserva mínima de liquidez do FAT com base na capacidade de pagamento de benefícios esperados para determinado período é o único critério atualmente aplicável, entre os dois previstos na lei, e aquele mais apropriado para fazer face às despesas obrigatórias do Fundo.

4.1.3 – Do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS

O FGTS é patrimônio dos brasileiros, instituído pela Lei nº 5.107, de 1966, e tem por finalidade garantir ao trabalhador um pecúlio, sob a forma de reserva financeira compulsória, proporcional ao tempo de serviço.

Além desse objetivo principal, que é amparar o trabalhador individualmente, o FGTS é um importante propulsor das políticas públicas do País, pois movimenta a economia por meio do financiamento de empreendimentos nas áreas de habitação, saneamento básico, infraestrutura urbana e nas operações de crédito destinadas às entidades hospitalares filantrópicas. Ademais, o FGTS também pode destinar recursos por meio de operações de crédito a instituições sem fins lucrativos que atuam no campo para pessoas com deficiência que participem de forma complementar do Sistema Único de Saúde, o nosso SUS.





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

O FGTS tem natureza privada sob gestão pública e é gerido e administrado por um Conselho Curador, tendo como Agente Operador a Caixa Econômica Federal e como Gestor da Aplicação o Ministério do Desenvolvimento Regional.

Segundo as demonstrações financeiras de 2018, o FGTS apresentou ativos que totalizaram R\$529,2 bilhões e passivos de R\$422,4 bilhões, dentre os quais se incluem R\$413,8 bilhões referentes aos saldos das 272 milhões de contas com saldo positivo naquela data. Como os ativos são substancialmente maiores que os passivos, há um patrimônio líquido expressivo que alcançou R\$106,8 bilhões, no final do ano de 2018.

Ademais, em 2018, o FGTS injetou na economia brasileira R\$111,4 bilhões, que foram direcionados para pagamentos dos saques regulares, e R\$69,55 bilhões destinados a desembolsos, habitação, saneamento e infraestrutura. Houve nada menos que 527.733 famílias atendidas com unidades habitacionais, sendo que 351.606 foram beneficiadas com a redução dos valores a serem pagos por meio da política de concessão unilateral de descontos por parte do FGTS, que somaram R\$9,28 bilhões naquele ano.

Essa massa considerável de recursos vem agora, como antes, em auxílio do País. Em 2017, a Lei nº 13.446, de 2017, permitiu a movimentação das contas inativas, injetando R\$44,4 bilhões na economia de maneira a incentivar a sua recuperação. Agora, a Medida Provisória nº 889, de 2019, permite o saque imediato de até R\$500 a partir deste ano, o que, segundo a Exposição de Motivos apresentada, injetará até R\$40 bilhões adicionais na economia, no período de sete meses, compreendido entre setembro de 2019 a março de 2020.

Conforme a exposição de motivos, a liberação tem duplo objetivo: acelerar a recuperação da economia, ao estimular o consumo e a atividade econômica; e permitir a rápida introdução do saque-aniversário. O saque especial de até R\$500 irá zerar 80% das contas do Fundo, facilitando a gestão dos sistemas computacionais do FGTS e criando as condições técnicas para acelerar a introdução do saque-aniversário.

Além dessa medida temporária, são efetuadas outras mudanças permanentes no FGTS:

- a criação da sistemática do saque-aniversário, na qual anualmente, no mês de seu aniversário, o trabalhador poderá realizar um saque cujo valor é apurado por meio da tabela constante do Anexo à Medida Provisória;

- a criação da hipótese de saque da conta vinculada a qualquer tempo quando seu saldo for inferior a R\$80,00 e não houver ocorrido depósitos ou saques por no mínimo um ano, à exceção da distribuição de resultados;





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

– a previsão de que o Conselho Curador determinará a distribuição da totalidade do resultado positivo auferido pelo FGTS – vejam bem, a medida provisória traz a distribuição, Senador Chico, de 100% de todos os recursos que forem dados como resultado positivo do Fundo de Garantia. Esses 100% serão distribuídos para os trabalhadores, que são os verdadeiros donos desses recursos que estão na contas do Fundo de Garantia –, por meio de crédito nas contas vinculadas de titularidade dos trabalhadores;

– a possibilidade de, a critério do titular da conta vinculada do FGTS, os direitos aos saques anuais serem objeto de alienação ou cessão fiduciária em favor de qualquer instituição do Sistema Financeiro Nacional.

Com relação a essa última alteração, o art. 1º da Lei nº 10.820, de 2003, já permite que, nas operações de crédito consignado, o empregado possa oferecer em garantia até 10% do saldo de sua conta vinculada no FGTS ou até 100% do valor da multa paga pelo empregador, em caso de despedida sem justa causa ou de despedida por culpa recíproca ou força maior, não se aplicando, em relação à essa garantia, a determinação de que as contas vinculadas são impenhoráveis.

Assim, essas medidas flexibilizam a utilização dos recursos pelos trabalhadores, além de tornar os rendimentos das contas mais atraentes com a distribuição dos lucros, que ocasionalmente poderiam, segundo especialistas, superar os ganhos alcançados com outros investimentos como a poupança.

No entanto, de forma a assegurar o equilíbrio do Fundo, a Medida Provisória possibilita que o Poder Executivo poderá modificar, até 30 de junho de cada ano, o valor que poderá ser retirado no âmbito da sistemática de saque-aniversário, mediante a possibilidade de alteração da tabela anexa à Medida Provisória, respeitada a alíquota mínima de 5% a ser aplicada sobre o valor das contas vinculadas para a apuração do montante que poderá ser sacado.

Entretanto, esta Medida Provisória não se limita a dispor sobre saques e distribuição de resultados, mas também trata de diversos outros assuntos, estabelecendo, por exemplo:

- que o empregador ou o responsável fica obrigado a elaborar folha de pagamento e declarar os dados relacionados aos valores do FGTS e outras informações de interesse do Ministério da Economia, por meio de sistema de escrituração digital;

- que as informações prestadas por meio desse sistema digital constituem declaração e reconhecimento de créditos caracterizando confissão de débito, sendo assim instrumento hábil e suficiente para a cobrança do crédito do FGTS;

- que o lançamento da obrigação principal e das obrigações acessórias relativas ao FGTS será efetuado de ofício pela autoridade competente na hipótese de o empregador ou terceiro não





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

apresentar a declaração por meio do sistema digital e será revisto de ofício, nas hipóteses de omissão, erro, fraude ou sonegação;

- que a notificação do empregador relativa aos débitos com o FGTS, o início de procedimento administrativo ou a medida de fiscalização interrompem o prazo prescricional;

- que, para fins de apuração e lançamento, considera-se não quitado o FGTS pago diretamente ao trabalhador, vedada a sua conversão em indenização compensatória;

- que será de R\$100 a R\$300 por trabalhador prejudicado a multa devida em decorrência da ausência de apresentação, ou apresentação com erros ou omissões, das informações ao sistema de escrituração digital e das demais informações legalmente exigíveis.

Da necessidade de aprimoramento e complementação das disposições da Medida Provisória nº 889, de 2019

Consideramos que a presente Medida Provisória trata de temas de grande relevância para o FGTS. Entretanto, também entendemos que seus dispositivos acarretam a necessidade de assegurar o equilíbrio econômico-financeiro do Fundo.

Mais especificamente, há que se observar que uma parte substancial das receitas do FGTS decorrem das aplicações que são atualmente realizadas em títulos e valores mobiliários, aplicações interfinanceiras de liquidez e outras disponibilidades. Conforme as demonstrações financeiras de 2018, essas receitas atingiram o valor de R\$14,7 bilhões no ano de 2018, representando nada menos que 87% das receitas decorrentes de operações de crédito em financiamentos habitacionais e em infraestrutura e desenvolvimento urbano.

Entretanto, com a edição da presente Medida, espera-se, conforme mencionado, que ocorram no curto prazo saques da ordem de R\$40 bilhões, que ocasionarão redução importante dessa carteira de títulos, valores mobiliários e outros ativos líquidos, que em dezembro de 2018 apresentava saldo de R\$169 bilhões. A redução desses ativos certamente acarretará a redução significativa de receitas do Fundo.

Essa redução de receitas em decorrência dos saques ora viabilizados, conjugada com a expectativa de um ambiente de taxas de juros mais moderadas e, conseqüentemente, de menores receitas financeiras, cumulada com a necessidade premente de extinção da contribuição social instituída pela Lei Complementar nº 110, de 2001, cujos recursos são destinados ao FGTS, traz desafios imediatos ao Fundo cujo equacionamento deve ser prontamente enfrentando.

É crucial, portanto, apresentarmos, concomitantemente às inovações introduzidas pela Medida Provisória, dispositivos que assegurem o equilíbrio do FGTS no longo prazo por meio da redução de





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

custos administrativos e do aprimoramento de sua gestão, de sua governança e de seu sistema de fiscalização da arrecadação de recursos ao Fundo, dentre outros aspectos.

Trata-se de medidas absolutamente inadiáveis que permitirão a consecução segura dos objetivos propostos pelo Poder Executivo com a edição da presente Medida Provisória, possibilitando ao FGTS continuar, de forma segura, a atingir seus objetivos sociais e de proteção ao trabalhador.

Da contribuição social criada pela Lei Complementar nº 110, de 2001.

Apesar da esperada perda de receitas do Fundo, é inadiável reconhecer que uma parte da arrecadação do FGTS não pode continuar a ser auferida.

Estamos nos referindo aqui à necessidade imediata de interromper a cobrança da contribuição social devida pelos empregadores em caso de despedida de empregado sem justa causa, à alíquota de 10% sobre o montante de todos os depósitos efetuados no FGTS, acrescido das respectivas remunerações, e que foi instituída pela Lei Complementar nº 110, de 2001.

Essa contribuição já cumpriu totalmente a sua função que era dotar o Fundo de recursos para compensar os pagamentos efetuados às contas vinculadas em face dos complementos de atualização monetária determinados pelo Poder Judiciário em decorrência dos planos Verão (em 1988 e 1989) e Collor I (em 1990). Apenas no ano passado essa contribuição gerou R\$5 bilhões em arrecadações ao FGTS. Trata-se de um tributo a mais a elevar o custo do trabalho, tornando a dispensa sobremaneira onerosa para o empregador, que já está sujeito ao pagamento de multa de 40% sobre todos os depósitos ao Fundo e suas remunerações.

Estamos, Senador Chico, com isso, é importante destacar, diminuindo o custo para se gerar emprego no País, um tema extremamente importante. Tiraremos, sim, recursos do Fundo de Garantia, mas estamos dizendo ao setor produtivo que ele, para gerar emprego no País, estará tendo um custo menor a partir da aprovação do nosso relatório pelos Plenários desta Comissão, da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.

Apesar de instituída por lei que é, formalmente, complementar, entendemos que essa contribuição pode ser extinta, sim, por lei ordinária. A nosso ver, trata-se de contribuição social geral, prevista no art. 149 da Constituição Federal. A exigência de lei complementar dá-se apenas para as contribuições sociais destinadas à seguridade social (art. 195, §4º, combinado com o art. 154, inciso I, da CF). Assim, a Lei Complementar nº 110, de 2001, no ponto em que cria a contribuição social, é apenas formalmente complementar, sendo assim, passível de ser alterada por lei ordinária ou medida provisória. Dessa forma, propomos extinguir a referida contribuição.

Trata-se de medida que não tem implicação orçamentária e financeira, uma vez que, ao mesmo tempo em que fica extinta a contribuição, extingue-se também a destinação desses recursos ao FGTS.





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

A esse respeito, o art. 3º, §1º, da Lei Complementar nº 110, de 2001, dispõe que essas contribuições sociais são recolhidas na rede arrecadadora e transferidas à Caixa Econômica Federal para incorporação ao FGTS, na forma do art. 11 da Lei nº 8.036, de 1990. Por sua vez, esse dispositivo determina que os depósitos feitos na rede bancária relativos ao FGTS serão transferidos à Caixa Econômica Federal no segundo dia útil subsequente à data em que tenham sido efetuados. Assim, a extinção da contribuição não acarreta impacto às finanças públicas.

Contudo, haverá impactos importantes ao Fundo, o que exige maior eficiência em seu funcionamento, inclusive no financiamento à habitação, saneamento básico e infraestrutura urbana, e mediante a redução dos custos envolvidos em sua administração.

Da estipulação de limites às doações do FGTS a programas sociais.

Em face da necessidade de maior eficiência do Fundo, propomos estipular regras quanto ao montante de recursos que poderão ser doados pelo FGTS a programas sociais habitacionais. Essas doações são denominadas "descontos", os quais são concedidos a fundo perdido à população de baixa renda nos programas de habitação popular – sendo que os beneficiários podem ou não ser titulares das contas do FGTS.

É importante ponderar que não se pretende, nessa oportunidade, estabelecer vedação às doações de recursos do FGTS a programas sociais. Ao contrário, temos em mente a preservação do importante papel social que vem sendo prestado pelo FGTS em especial em uma conjuntura econômica que torna necessário o apoio à população de baixa renda. O que se critica aqui é a inexistência de limites claros a essas doações.

Mais especificamente, sem a estipulação de limites poderia se chegar a uma situação em que quase a totalidade dos resultados efetivamente auferidos pelo Fundo poderia ser doado a programas sociais, reduzindo a zero o resultado contábil do ano, tornando assim inócua a política de distribuição de resultados aos titulares das contas vinculadas.

Nos últimos anos, os seguintes valores foram doados pelo FGTS na forma de descontos: R\$8 bilhões em 2014; R\$10,5 bilhões em 2015; R\$10,9 bilhões em 2016; R\$8,6 bilhões em 2017; e R\$9,6 bilhões em 2018.

Essas doações representaram, em 2014, nada menos que 87% do resultado (ou seja, do lucro) auferido pelo FGTS no ano anterior. Em 2015, essa proporção foi de 82%; em 2016, também foi de 82%; em 2017, de 59%; e em 2018, de 77%.

A esse respeito, temos a convicção, com muita clareza, de que o valor a ser doado pelo FGTS a programas sociais habitacionais deve necessariamente depender da magnitude dos resultados auferidos pelo Fundo.





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

Nesse sentido, caso se deseje a expansão das destinações a fundo perdido para programas sociais, deve haver simultaneamente um esforço para uma melhor gestão do FGTS, de maneira a que sejam obtidos melhores resultados que, por sua vez, possibilitarão uma maior destinação de recursos aos programas sociais – que...

O SR. PRESIDENTE (Chico Rodrigues. DEM - RR) – Nobre Relator Hugo Motta, eu gostaria de consultar, como há quase 20 páginas ainda a serem lidas e o relatório já foi distribuído aos Srs. Deputados e Senadores, se o Plenário concorda com que o Relator faça apenas a leitura do voto, e nós passássemos, depois, à discussão. Pode ser?

O SR. HUGO MOTTA (REPUBLICANOS - PB. Como Relator.) – Sr. Presidente, isso que estamos lendo é o nosso voto, porque, como fizemos muitas mudanças na medida provisória, nós estamos aqui explicando cada uma dessas mudanças.

O SR. PRESIDENTE (Chico Rodrigues. DEM - RR) – O.k.

O SR. HUGO MOTTA (REPUBLICANOS - PB. Como Relator.) – Então, faz-se necessária a leitura...

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT - RS) – É o voto explicado.

O SR. PRESIDENTE (Chico Rodrigues. DEM - RR) – Item a item V. Exa. prefere ler...

O SR. HUGO MOTTA (REPUBLICANOS - PB. Como Relator.) – Eu prefiro ler até para que eu possa explicar as mudanças...

O SR. PRESIDENTE (Chico Rodrigues. DEM - RR) – Então, está bem. Continue a leitura, por favor.

O SR. HUGO MOTTA (REPUBLICANOS - PB. Como Relator.) – ... a propósito, deveriam ser custeados prioritariamente por recursos de toda a sociedade, e não com recursos dos trabalhadores por meio do orçamento do FGTS.

Em face da atual situação das contas públicas, compreende-se a necessidade de o FGTS dar sua parcela de contribuição a esse objetivo, mas desde que essa liberalidade ocorra dentro das possibilidades geradas pelos lucros auferidos pelo Fundo.

É por esse motivo que consideramos adequado que as doações a programas sociais sejam limitadas a 50% do resultado auferido pelo FGTS no ano anterior. Temos a convicção de que destinações superiores a esse limite representariam oneração excessiva aos trabalhadores, que seriam privados de receber esses recursos por meio de política de distribuição de resultados recentemente estabelecida pela legislação.

A propósito, é importante destacar que os limites aos descontos podem ser estipulados em duas formas muito similares: (i) em relação ao resultado do ano anterior; ou (ii) em relação ao resultado





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

acrescido dos descontos concedidos no ano anterior (o que representaria o “resultado efetivo” do fundo).

Se a geração de “resultado efetivo” for, digamos, de R\$21 bilhões ao ano, estipular como limite aos descontos o percentual de 50% do resultado anterior levaria, após poucos anos, à seguinte proporção de valores: R\$14 bilhões de resultado e R\$7 bilhões de descontos a cada ano.

Seria indiferente, assim, estipular como limite aos descontos: (i) 50% do resultado de R\$14 bilhões (resultando em R\$7 bilhões como limite); ou (ii) 33,3% do “resultado efetivo” de R\$21 bilhões (também resultando em R\$7 bilhões como limite a ser concedido como descontos).

Entretanto, no curto prazo é preferível que o limite seja aplicado ao “resultado efetivo” (resultado + descontos) do ano anterior. O teto do desconto apurado dessa maneira é numericamente muito mais estável ao longo do tempo do que o limite aplicado apenas ao resultado, caso ocorram, por quaisquer motivos, variações no resultado do FGTS.

Da taxa de administração devida à Caixa Econômica Federal e das demais despesas administrativas.

No que se refere aos lucros auferidos, é importante destacar a expressiva magnitude dos valores pagos pelo FGTS a título de taxa de administração à Caixa Econômica Federal. Com efeito, os resultados do FGTS continuam fortemente prejudicados pela ineficiência da gestão estatal que lhes é imposta.

Mais especificamente, nos últimos dez anos foi permitido que a taxa de administração recebida pela Caixa estivesse muito acima dos valores praticados pelo mercado para esse tipo de atividade.

Conforme as demonstrações contábeis publicadas, no período de cinco anos entre o início de 2014 ao final de 2018, o FGTS pagou à Caixa nada menos que R\$23 bilhões apenas para que administrasse o Fundo. Essa taxa de administração, que é de 1% ao ano sobre o valor total dos ativos (que totalizaram, na última aferição, R\$529 bilhões ao final de 2018), é francamente impraticável em ambientes de taxas de juros moderadas como a que vivenciamos no presente. Tal patamar de taxa de administração faz com que o Fundo tenha de pagar à Caixa grande parte dos juros reais que obtém das operações que realiza com seus ativos.

É oportuno observar que, de acordo com as demonstrações financeiras do FGTS, nos anos de 2005, 2006 e 2007, os valores pagos à Caixa a título de taxa de administração foram, respectivamente, de R\$1,29 bilhão (2005); de R\$1,34 bilhão (2006) e de R\$1,44 bilhão (2007). Já em 2018 esse pagamento foi de nada menos que R\$5,14 bilhões. Mesmo a inflação no período não é capaz de explicar tamanha discrepância. Aplicando a variação da inflação apurada pelo IPCA de forma a trazer todos os valores a preços de 2018, o aumento real das taxas de administração surpreende: R\$2,59 bilhões em 2005;





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

R\$2,62 bilhões em 2006; e R\$2,70 bilhões em 2007; e a seguir um aumento contínuo até atingir R\$5,14 bilhões em 2018.

Assim sendo, uma indagação é pertinente: se a preços de 2018 cerca de R\$2,6 bilhões ao ano era montante suficiente para administrar o FGTS no período entre 2005 a 2007, quando a informatização era mais precária, por que, em 2018, com todos os recursos de informática atualmente disponíveis, seria necessário o dobro desse valor? Não vemos motivo para essa elevação de custos. Ao contrário, consideramos que, em face das tecnologias atualmente existentes, espera-se uma substancial redução – e não elevação – dos custos de gestão do FGTS. Mesmo adotando uma visão conservadora, assumindo que surpreendentemente não haveria nenhum ganho decorrente das novas tecnologias, o pagamento de cerca de R\$2,6 bilhões deveria continuar a ser suficiente para a gestão do Fundo. A esse respeito, esse montante equivale a 0,498% sobre o valor total dos ativos do FGTS ao final de 2018.

Assim, em face desse contexto, não vemos não determinar a redução da taxa de administração paga à Caixa Econômica Federal para, pelo menos, 0,5% do valor dos ativos do Fundo, sendo que esse mesmo patamar deve também ser estipulado como limite superior para o pagamento da taxa de administração do FI-FGTS.

Da necessidade de manutenção de um patrimônio líquido mínimo do FGTS.

Consideramos adequado estipular um valor mínimo de patrimônio líquido a ser mantido pelo Fundo. Com a atual política de distribuição de 100% dos resultados anuais, esse patrimônio líquido estará congelado em termos nominais, salvo na hipótese de prejuízo, quando apresentará redução. Dessa maneira, o patrimônio líquido, que representa uma segurança para a manutenção do equilíbrio econômico do Fundo, estará sujeito à contínua perda de valor em decorrência da inflação.

Dessa maneira, propomos que, quando esse patrimônio representar apenas 10% dos saldos das contas vinculadas, haverá limitação dos lucros a serem distribuídos de maneira a manter esse patamar mínimo prudencial. Não obstante, é oportuno mencionar que estamos ainda distantes dessa situação, uma vez que o patrimônio líquido representava, ao final de 2018, cerca de 26% dos saldos das contas vinculadas do FGTS.

Da necessidade de auditoria externa independente e das regras de governança.

Esses aspectos apontam, inclusive, para uma fragilidade evidente no modelo de governança do FGTS, que é a inexistência da realização de auditoria externa independente. As contas do Fundo foram sempre auditadas por empresas contratadas pelo próprio executor das despesas, que é o agente operador único, em flagrante conflito com regras básicas de governança. Em qualquer organização, a contratação e o acompanhamento do trabalho dos auditores independentes são tarefas do Conselho de Administração, por meio de um Comitê de Auditoria, e nunca da Diretoria Executiva, cujas ações e despesas constituem o objeto auditado. Como a boa governança é uma prática cada vez mais





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

demandada na gestão do patrimônio alheio, decidimos, entre outras medidas pontuais, estabelecer critérios para o exercício do cargo de membro do Conselho Curador – em especial o atendimento aos requisitos da Lei da Ficha Limpa –, sendo que as reuniões do Conselho passarão, inclusive, a ser transmitidas ao vivo pela internet, salvo se houver temas cuja discussão esteja sob previsão legal de sigilo.

Ademais, consideramos oportuno prever adequadamente que o FGTS mantenha, em seus ativos, uma parcela de recursos que não estejam imobilizados em operações de crédito, de maneira a possibilitar os saques dos titulares das contas vinculadas, os quais podem ser expressivos em caso de ocorrência de desastres naturais, que constituem uma das hipóteses de saque, ou das próprias possibilidades abertas pela presente medida provisória, das quais são esperados saques da ordem de R\$40 bilhões.

Enfim, seria absolutamente inviável a realização de saques caso todos os recursos do Fundo estivessem imobilizados em longas operações de crédito. Em decorrência dessa necessidade, é indispensável possibilitar a aplicação de uma parcela dos recursos em ativos líquidos como títulos e fundos de investimento, nos termos permitidos por regulamento do Conselho Curador e nos termos de proposta apresentada pelo agente operador.

Entretanto, a Caixa, como agente operador, já efetua essas aplicações. No ano de 2014, nada menos que R\$178 bilhões dos recursos do FGTS em depósitos bancários, aplicações interfinanceiras de liquidez, títulos e valores mobiliários e outras disponibilidades, o que representava 43% do total dos ativos do FGTS naquele ano.

Em 2015, os investimentos realizados pela Caixa nessa modalidade de ativos financeiros e de valores mobiliários atingiram R\$205 bilhões, ou 45% do total de recursos do FGTS; em 2016, de R\$210 bilhões; em 2017, R\$166 bilhões; e, em 2018, R\$169 bilhões ou 32% do total. Apesar de essa atuação da Caixa já existir, é oportuno estabelecer essa prerrogativa com mais clareza. Não obstante é, ao mesmo tempo, necessário destacar que não está sendo modificada, em nenhum aspecto, a necessidade de direcionamento prioritário dos recursos do FGTS para as áreas de habitação, em saneamento básico, em infraestrutura urbana.

Assim, há que ser ressaltada a manutenção integral dos §§2º e 3º do art. 9º da Lei nº 8.036, de 1990, que dispõem expressamente que: os recursos do FGTS deverão ser aplicados em habitação, em saneamento básico, em infraestrutura urbana e em operações de crédito destinadas às entidades hospitalares filantrópicas, bem como a instituições que atuam no campo para pessoas com deficiência, e sem fins lucrativos que participem de forma complementar do Sistema Único de Saúde; o programa de aplicações deverá destinar, no mínimo, 60% para investimentos em habitação popular. Assim, o foco da atuação da Caixa como agente operador continuará a ser as operações de crédito, as quais estão asseguradas, conforme mencionado, pela Lei nº 8.036, de 1990.





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

Da estipulação de limites às taxas de juros nas operações de crédito garantidas com recursos do FGTS.

Quanto à proteção ao trabalhador, há também aprimoramentos relevantes a serem feitos, como em relação aos dispositivos que preveem a alienação ou cessão fiduciária dos recursos que serão recebidos por meio da sistemática de saque-aniversário. Acerca dessa questão, a medida provisória possibilita a realização de operações de crédito mediante taxas de juros que poderão ser muito reduzidas em face da solidez da garantia oferecida. Assim, a medida propicia aos trabalhadores a antecipação dos valores dos saques-aniversários futuros sem que ocorra, no presente, saída de recursos do FGTS, preservando assim suas atribuições quanto ao financiamento da habitação e da infraestrutura nacional.

Contudo, há também que se observar que o impacto da medida na redução do *spread* praticado no mercado de crédito dependerá da concorrência na oferta desse serviço. Sabe-se que o preço de qualquer produto não é determinado pelos custos incorridos em produzi-lo, mas pelo custo de oportunidade envolvido. Em um mercado sem concorrência e insuficientemente regulado, o preço do crédito lastreado com recursos do FGTS poderá ser apenas ligeiramente inferior ao dos produtos substitutos.

Propomos, portanto, que nessas operações de crédito altamente garantidas por meio da cessão fiduciária dos recebimentos certos do saque-aniversário, as taxas de juros praticadas estejam sujeitas aos limites estipulados pelo Conselho Curador do FGTS, os quais deverão ser inferiores aos limites de taxas de juros estipulados para os empréstimos consignados dos servidores públicos federais do Poder Executivo.

Do aprimoramento da política de distribuição de resultados.

Importa observar que mesmo a importante política de distribuição de 100% dos resultados do fundo aos trabalhadores apresentada por esta medida provisória é merecedora de reparos. Ocorre que foi estabelecido como base para a distribuição os saldos existentes apenas na data de 31 de dezembro de cada ano. Ora, se o trabalhador se encontrar em uma situação que tenha de sacar todos os seus recursos do FGTS ainda que poucos dias antes de 31 de dezembro, perderá todo o direito à distribuição de resultados. Trata-se, assim, de regra que não é razoável.

É importante estabelecer, alternativamente, que seja considerado o saldo médio de cada conta vinculada para fins da apuração do montante que valor que será devido para fins de distribuição de resultado.

Afinal, todas as contas com saldo não nulo participaram para a consecução dos resultados positivos do FGTS naquele ano.





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

Da redução de custos aos trabalhadores titulares das contas vinculadas. Em termos de redução de custos para os titulares da conta, a nossa proposta de Projeto de Lei de Conversão:

- a) isenta tarifas para transferência de recursos do FGTS para contas de depósitos mantidas em outras instituições (quando houver a possibilidade de movimentação desses valores); e
- b) conforme já mencionado, estipula limites às taxas de juros praticadas quando do adiantamento do saque-aniversário junto a instituições financeiras.

Da ampliação do saque imediato (retirada da totalidade dos recursos das contas vinculadas com saldo inferior a um salário mínimo na data de publicação da medida provisória).

Reconhecendo a atual dificuldade por que passa a população brasileira, garantimos, Presidente Chico, o saque total, para aquelas contas que tinham, na data de entrada em vigor da medida provisória, saldo de até um salário mínimo nas contas vinculadas, de modo que o titular possa ter ainda mais recursos disponíveis para utilizar como melhor convier. Conforme estimativas do Governo, essa medida possibilitará saques que, em seu conjunto, totalizem cerca de R\$3 bilhões.

Não obstante, acatamos solicitação do governo para que o saque de valores residuais de R\$80,00 ocorra após 180 dias da data de publicação da lei resultante desta medida provisória. Trata-se de solicitação decorrente de dificuldades operacionais para possibilitar a retirada desses valores no mesmo período em que estão previstos os saques imediatos facultados pela medida provisória.

Quero aqui chamar a atenção do Deputado Reginaldo Lopes. V. Exa. havia proposto o aumento do valor do saque para os trabalhadores. Nós não o atendemos na totalidade, mas estamos atendendo parcialmente. Aqueles trabalhadores que têm até um salário mínimo na data da publicação da medida provisória poderão sacar a totalidade desses recursos, possibilitando, assim, a injeção de mais de R\$3 bilhões com a aprovação da medida provisória, levando assim, Senador Chico, à condição de darmos às famílias mais necessitadas, aos trabalhadores que enfrentam mais dificuldades, que estão sofrendo com as altas taxas de juros cobradas por empréstimos, por dívidas. Possibilitaremos, assim, que essas famílias tenham acesso a um valor maior do que R\$500, colocando o dinheiro na mão de quem mais precisa, dando ainda uma contribuição maior do que aquela que foi proposta inicialmente pelo Governo. É uma vitória desta Comissão, Senador Chico, esse saque de até um salário mínimo para todas as contas.

O Deputado Reginaldo propôs o aumento do saque para mil reais; estou atendendo parcialmente à emenda do Deputado Reginaldo.

Da utilização dos recursos do FGTS para aquisição de imóveis fora do Sistema Financeiro da Habitação (SFH), nos limites estipulados pelo Conselho Curador.





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

A nossa proposta também possibilita que os recursos depositados na conta do FGTS também possam ser utilizados em financiamentos fora do âmbito do SFH. Não obstante, as operações fora do SFH observarão os mesmos limites financeiros das operações realizadas no âmbito desse sistema, no que se refere ao valor máximo de movimentação da conta vinculada e os limites, critérios e condições estabelecidos pelo Conselho Curador.

Dos serviços prestados pelo FGTS aos trabalhadores e empregadores.

É preciso destacar também a qualidade dos serviços prestados pelo FGTS aos trabalhadores e empregadores. A atual redação da Lei do FGTS ainda dispõe que os empregadores, em plena era digital, é que devem comunicar mensalmente aos trabalhadores os valores depositados no FGTS, repassando-lhes as informações sobre suas contas vinculadas administradas pela Caixa Econômica Federal.

Além de completamente anacrônica, essa disposição legal impõe um custo adicional para empregadores, sujeitando-os a sanções pela falta de prestação de um serviço que deveria ser oferecido, com qualidade e baixo custo, diretamente pelo agente operador dos recursos, que é a Caixa.

Assim, propomos estipular que competirá à Caixa Econômica Federal a disponibilização de serviços digitais que permitam: aos trabalhadores a prestação de informações sobre seus créditos perante o fundo e o acionamento imediato da inspeção do trabalho em caso de inadimplemento do empregador, de forma que seja possível acompanhar a evolução de eventuais cobranças administrativas e judiciais dos valores não recolhidos; aos empregadores, a desburocratização de suas obrigações perante o fundo, incluindo a geração de guias, o parcelamento de débitos, a emissão, sem ônus, do Certificado de Regularidade do FGTS, e a realização de procedimentos de restituição e compensação.

Nós estamos, Senador Chico, aqui também digitalizando o FGTS no País, tirando do método analógico hoje praticado e instituindo um sistema, que será ofertado pela Caixa, para que tanto os trabalhadores como os empregadores tenham maior facilidade no acompanhamento dos seus recursos junto ao fundo de garantia.

Do Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS).

Como forma de liberar mais recursos para o FGTS, que é credor do Fundo de Compensação de Variações Salariais, deliberamos no sentido de alterar o arcabouço regulatório que disciplina a nova ação de dívidas e responsabilidades do FCVS.

Esse tema, Deputado Reginaldo e Senador Ciro Nogueira, estamos trazendo para cá para que a gente possibilite que, das companhias habitacionais estaduais, que em sua grande maioria – à exceção das companhias habitacionais de São Paulo e do Paraná, que têm saúde financeira – estão extremamente endividadas, fora das políticas habitacionais e fora do acesso aos recursos do fundo de garantia e cujos maiores débitos são junto ao FGTS, com títulos do FCVS como garantia. Nós estamos





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

possibilitando – eu vou ler as mudanças que estamos fazendo –, que esses débitos possam ser quitados junto ao FGTS com esses títulos, que têm o Tesouro Nacional como fiador. Que a gente possa trazer de volta as companhias habitacionais estaduais para a política habitacional do nosso País, possibilitando assim a elas, que têm uma grande carteira, levar habitações para os menores Municípios do Brasil, que infelizmente ficam fora das grandes políticas habitacionais e dos grandes projetos habitacionais hoje instituídos pelo Minha Casa, Minha Vida. É uma forma de possibilitar que o recurso do FGTS possa chegar aonde não consegue chegar hoje, dado o modelo preestabelecido e ao endividamento dessas companhias.

Este aperfeiçoamento legislativo corrige parâmetros e detalhes previstos na Lei nº 10.150, de 2000, que trata deste tema. É importante destacar que se trata de medidas cuja inclusão no projeto de lei de conversão foi solicitada com ênfase pelo Poder Executivo, após, conforme relatado, terem ocorrido amplas deliberações no âmbito daquele Poder que teriam contado inclusive com a manifestação favorável da Controladoria-Geral da União.

A esse respeito, o Poder Executivo apresentou a este Relator a seguinte justificacão acerca da presente proposta de alteracão no FCVS:

O Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS é credor de diversas instituicões públicas e privadas que contraíram operaçõs de crédito junto ao fundo para realizar empreendimentos nas áreas de habitaçã, saneamento e infraestrutura. Um volume expressivo dessas operaçõs contava com a garantia de pagamento na forma de créditos junto ao [...] FCVS, cujo passivo foi assumido pela Uniã por meio da Lei nº 10.150, de 21 de dezembro de 2000.

Em outra vertente, o FCVS, fundo instituído em 1967 por meio de Resoluçã de Diretoria do entã Banco Nacional da Habitaçã – BNH, cuidava de política pública, hoje extinta, da qual resta um passivo para regularizaçã por parte da Uniã e um ativo relevante para o FGTS. Adicionalmente, por força do §8º do art. 9º da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, é da Uniã o risco de crédito nas aplicaçõs efetuadas até 1º de junho de 2001 pelos demais órgãos integrantes do Sistema Financeiro da Habitaçã - SFH e pelas entidades credenciadas pelo Banco Central do Brasil como agentes financeiros, sub-rogando-se nas garantias prestadas à Caixa Econômica Federal.

Segundo estimativas obtidas junto ao agente operador do FGTS, o Fundo é credor em cerca de R\$16,4 bilhões de agentes que atuaram no Sistema Financeiro da Habitaçã no passado e que caucionaram suas operaçõs de empréstimo junto ao FGTS com créditos junto FCVS. Mais de 50% do montante dessas obrigaçõs encontra-se em atraso, o que traz forte impacto sobre a





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

capacidade de financiamento do FGTS, e impede que muitos agentes voltem a atuar na política habitacional. O próprio FGTS possui uma carteira de aproximadamente R\$7 bilhões em créditos passíveis de novação junto ao FCVS que, se novados, ofereceriam importante fôlego ao Fundo para alavancar novas operações com forte impulso ao emprego e à economia nacional. As alterações aqui propostas à Lei nº 10.150/2000 tratam aspectos regulatórios que têm dificultado o andamento dos processos de novação das dívidas do FCVS, sem ampliar ou criar novas obrigações à União. A medida preserva o estoque de créditos FCVS já apurados pela CAIXA - Administradora do FCVS – permitindo que a política de novação reforce a sustentabilidade do FGTS em potencial superior a R\$ 20 bilhões.

A presente medida é especialmente oportuna neste momento em que o FGTS facilita o acesso dos trabalhadores os seus saldos em conta vinculada, tornando-se fundamental garantir que o Fundo possa recuperar receitas para manter sua capacidade de oferecer benefícios à sociedade na forma de investimentos em habitação, saneamento e infraestrutura. As alterações oferecem benefícios também à União, ao viabilizar que os devedores do FGTS quitem suas obrigações evitando que os cofres públicos sejam demandados a honrar garantias de operações do passado com prejuízo de outras políticas públicas que atendam a sociedade neste momento de restrição de recursos.

Da viabilização de saques em decorrência de doenças raras.

O Senador Flávio Arns e o Presidente da Frente Parlamentar de Doenças Raras, Deputado Marcelo Aro, nos procuraram e nos propuseram que pudéssemos incluir nas possibilidades de saque dos recursos do FGTS o cotista, se portador de doenças raras ou algum dos seus dependentes. Nós estamos acatando essa emenda, porque entendemos que ela é muito importante para que essas famílias tenham condição de acessar esses recursos, caso desejem, para ajudar no seu tratamento ou no tratamento dos seus dependentes. Geralmente são doenças que têm um alto custo para serem tratadas.

Acatando a Emenda nº 37, buscamos acolher, com um olhar solidário, as pessoas que sejam acometidas por doenças raras, seja o titular ou seu dependente. Para esses interessados, estipulamos a possibilidade de sacar seus recursos do FGTS. Trata-se de medida de caráter humanitário e que não mais pode tardar, uma vez que, em determinadas circunstâncias, as pessoas acometidas por essas doenças podem, inesperada e repentinamente, necessitar com urgência de recursos financeiros, de maneira que não podem ser impedidas de utilizar os recursos que mantêm depositados no Fundo.

Da importância das medidas apresentadas por meio do Projeto de Lei de Conversão em anexo.





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

Consideramos oportuno resumir as principais propostas que são cruciais para o aprimoramento do FGTS, devendo ser destacado que parte dessas alterações resultaram de incorporações das propostas constantes das diversas emendas apresentadas a esta Comissão Parlamentar Mista.

Trata-se de medidas cruciais para assegurar o FGTS, para os trabalhadores brasileiros e, de modo mais amplo, para a economia brasileira como um todo, as quais, dentre outros aspectos, abrangem:

- Elevação do saque imediato: para aqueles que tinham saldo de até um salário mínimo na data de publicação da medida provisória, será permitido o saque total da conta (e não apenas até R\$500).
- Melhoria da forma de distribuição de resultados, que será efetuada com base no saldo médio da conta durante o ano, e não mais sobre o saldo da conta no último dia do ano.
- Fim da “multa” adicional de 10% sobre os depósitos no caso de demissão sem justa causa.
- Limitação às taxas de juros nas operações de antecipação dos saques-aniversários futuros (similar aos “empréstimos consignados”). O Conselho Curador definirá teto de taxas de juros para essas operações que serão inferiores aos juros dos empréstimos consignados dos servidores públicos federais do Poder Executivo.
- Vedação de cobrança de tarifas para movimentações dos recursos das contas do FGTS para outros bancos;
- Consulta e movimentação das contas do FGTS por aplicativo de celular, sem tarifas.
- Possibilidade de saque das contas do FGTS para aquisição de imóvel fora do Sistema Financeiro da Habitação (SFH);
- Possibilidade de saque da conta do FGTS caso o trabalhador ou qualquer de seus dependentes tenham doenças raras;
- Melhorias na governança do FGTS estabelecendo, entre outros: (i) obrigatoriedade de transmissão ao vivo, pela internet, das reuniões do Conselho Curador, sendo que as gravações poderão ser acessadas a qualquer momento no *site* do FGTS (será resguardada a possibilidade de tratamento sigiloso de matérias assim classificadas na forma da lei); e (ii) necessidade de os membros do Conselho Curador cumprirem os requisitos da “Lei da Ficha Limpa”.
- Limitação das doações (denominadas “descontos”) efetuadas pelo FGTS a programas sociais habitacionais. Os descontos serão limitados a 33,3% do “resultado efetivo” do FGTS, ou seja, da soma do resultado auferido no ano anterior com os descontos concedidos também no ano anterior.
- Melhorias na fiscalização das empresas quanto aos depósitos do FGTS, incluindo a disponibilização de serviços digitais que permitam aos trabalhadores a verificação dos depósitos





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

efetuados e o acionamento imediato da inspeção do trabalho em caso de inadimplemento do empregador.

– Desburocratização aos empregadores com a disponibilização de serviços digitais que permitam a geração de guias, o parcelamento de débitos, a emissão sem ônus do Certificado de Regularidade do FGTS, entre outros.

– Redução da taxa de administração do FGTS de 1% ao ano para 0,5% ao ano sobre o total dos ativos. Nós estamos trazendo para a metade o custo da taxa paga à Caixa Econômica Federal pelo Fundo de Garantia. Isso implica, em valores de hoje, economia de algo em torno de R\$2,5 bilhões ao ano, com a redução dessa taxa antes paga à Caixa Econômica Federal.

– Limite para outras despesas administrativas, como a contratação de auditoria independente para as contas do Fundo e outros serviços, que será de 0,1% ao ano sobre o valor dos ativos do FGTS.

– Redução da taxa de administração do FI-FGTS de 1% ao ano sobre o valor dos ativos (com pequenas deduções) para 0,5% ao ano sobre o valor dos ativos.

– Previsão expressa da possibilidade de o Conselho Curador estipular limites às taxas cobradas no caso de uso dos recursos do FGTS para aquisição de casa própria. As taxas atualmente praticadas nessa movimentação podem atingir valores da ordem de três mil reais por movimentação.

– Proteção do patrimônio líquido do FGTS, com a garantia de um patrimônio líquido mínimo equivalente a 10% dos saldos das contas vinculadas.

– Alterações nas regras de novações de operações do Fundo de Compensação de Variações Salariais – FCVS, de maneira a inclusive viabilizar a liberação de recursos para o FGTS.

Trata-se, assim, de medidas que asseguram os objetivos da MP nº 889, de 2019, uma vez que, dentre outros aspectos:

- permitem a compensação dos efeitos, ao FGTS, da inadiável retirada do adicional de 10% devido ao Fundo nas demissões imotivadas;

- asseguram a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro em face dos desafios que se vislumbram quanto às reduções de taxas de juros e aumentos dos saques;

- limitam os custos administrativos e pagamentos de taxa de administração que se apresentam em patamares francamente insustentáveis;

- propiciam a continuidade de resultados favoráveis do Fundo, cujos valores serão distribuídos aos titulares das contas vinculadas, elevando a remuneração dos seus recursos bloqueados no FGTS.





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

4.2 - Das Emendas.

No que tange à constitucionalidade, à exceção das Emendas nºs 1 e 114, que deixam de considerar o FGTS como regime obrigatório e como direito constitucional do trabalhador sujeito à CLT, ou mesmo objetivam sua extinção, estando assim em desacordo com o art. 7º, inciso III, da Constituição Federal, todas as outras emendas obedecem às normas constitucionais, inclusive no que se refere à competência legislativa da União (art. 22, inciso I); atribuição do Congresso Nacional, com posterior pronunciamento do Presidente da República (art. 48); e legitimidade da iniciativa concorrente (art. 61, *caput*).

A técnica legislativa não merece reparos.

A Emenda nº 22 não têm relação com o tema da Medida Provisória, uma vez que dispõe sobre a insolvência civil e a recuperação financeira de pessoas físicas superendividadas.

A Emenda nº 134 foi retirada pelo autor.

Efetuada essas considerações, é apresentada, a seguir, tabela com as emendas total ou parcialmente incorporadas ao Projeto de Lei de Conversão, com menção ao tema principal por elas tratado.

Todo o quadro das emendas está aqui, junto ao nosso voto, e eu peço permissão ao Presidente para pular a leitura de cada emenda, porque elas foram incorporadas total ou parcialmente ao nosso projeto de lei de conversão.

Em face de todo o exposto, nosso voto é:

- pelo atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência da Medida Provisória nº 889, de 2019;
- pela constitucionalidade, juridicidade, boa técnica legislativa, adequação orçamentária e financeira e, no mérito, pela aprovação da Medida Provisória nº 889, de 2019, nos termos do Projeto de Lei de Conversão em anexo;
- pela inconstitucionalidade das Emendas nºs 1 e 114;
- pelo não acolhimento da Emenda nº 22, por não ter relação com o tema da Medida Provisória, restando assim prejudicada;
- pela não apreciação da Emenda nº 134, por ter sido retirada pela autora;
- pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa das demais emendas e, no mérito:





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

a) pela aprovação, total ou parcial, das emendas nºs 2, 9, 12, 15, 16, 24, 28, 32, 35, 37, 41, 50, 53, 61, 62, 75, 76, 78, 79, 84, 100, 101, 109, 115, 125, 129, nos termos do Projeto de Lei de Conversão em anexo;

b) pela rejeição das emendas nºs 3 a 8, 10, 11, 13, 14, 17 a 21, 23, 25 a 27, 29 a 31, 33, 34, 36, 38 a 40, 42 a 49, 51, 52, 54 a 60, 63 a 74, 77, 80 a 83, 85 a 89, 102 a 108, 110 a 113, 116 a 124, 126 a 128, 130 a 133, por disporem sobre aspectos que alteram ou inviabilizam os objetivos propostos pela Medida Provisória.

É esse o nosso voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Chico Rodrigues. DEM - RR) – Eu gostaria de parabenizar o nobre Deputado Hugo Motta, que, com muita maestria e com muita determinação, se debruçou sobre essa questão que é fundamental para a vida dos trabalhadores brasileiros, essa MP 889, que trata do FGTS. Ela realmente teve um tempo longo de análise, mas gostaria de dizer que, pelo relatório de V. Exa., praticamente quase todos os itens foram atendidos.

Eu gostaria de colocar em discussão a matéria.

O SR. MARCELO RAMOS (PL - AM) – Sr. Presidente, eu posso fazer um apelo a V. Exa.?

O SR. PRESIDENTE (Chico Rodrigues. DEM - RR) – Claro.

O SR. MARCELO RAMOS (PL - AM. Pela ordem.) – Há um diálogo, uma tentativa de construção de um acordo para que a gente possa votar matéria tão relevante e que contou com um esforço do Relator também do tamanho da relevância da matéria.

Eu queria pedir a V. Exa. que a gente pudesse suspender a sessão por cinco minutos para tentar construir aqui um diálogo que talvez até permita a votação da matéria já agora.

O SR. PRESIDENTE (Chico Rodrigues. DEM - RR) – O.k., atendendo reivindicação do nobre Deputado Marcelo Ramos, eu suspendo a sessão por dez minutos.

(Suspensa às 12 horas e 33 minutos, a reunião é reaberta às 12 horas e 48 minutos.) (Pausa.)

O SR. PRESIDENTE (Chico Rodrigues. DEM - RR) – Declaro reaberta a reunião.

Declaro também suspensa a presente reunião, marcada a reabertura para as 15h, no Plenário 9, para que, na verdade, seja discutido um acordo que ora se processa aqui na sala ao lado.

Pois não, Deputado.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT - RS. Pela ordem.) – Presidente, me permita V. Exa., até porque nós estamos fazendo uma conversa de bastidores, até por dever de consciência, de transparência do





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

meu partido, o PDT – eu fui designado hoje para esta missão aqui, então peguei a batata bem quente para que a gente pudesse descascar juntos –, dizer que é meu propósito que a gente possa construir um acordo, porque a Medida Provisória 889 é muito importante para o País, é muito importante para os trabalhadores, é muito importante para os empresários, para a Caixa Econômica Federal, para o BNDES. Então, só me permita, em dois minutos, Presidente, dizer algumas coisas que considero relevante deixar aqui registrado.

Primeiro, nós queremos votar a favor da medida provisória que nós estamos nos esforçando para construir, portanto, a medida provisória não pode sair daqui como chegou da parte do Governo; nós temos que melhorá-la. Mas aquilo que queria o Deputado Hugo Motta, nosso eminente Relator, em determinadas circunstâncias, eu diria que tinha um pouco de exagero que nós queremos adequar, corrigir, aperfeiçoar. Enfim, nesse contexto, é o diálogo que nós estamos fazendo, de tal sorte que o FGTS, primeiro, fique com a Caixa Econômica Federal. Isso para nós é condição *sine qua non*, que o Relator aceitou.

Baixar a taxa de administração de 1% para 0,5%. O Relator acolheu e definiu.

Nós estamos ainda com uma preocupação em relação ao desconto quando baixa a renda. Quando a lucratividade é menor, aqueles trabalhadores que são beneficiados no sistema de habitação de baixa renda vão ter um prejuízo. Então, nós temos essa preocupação, que nós precisamos ajustar muito bem.

Nós sabemos que essa medida provisória vai injetar 44 bilhões, o que parece bastante, e é, mas, diante do que significa o fundo, 1,3 trilhão, eu diria, sim, que é perfeitamente possível, suportável, aceitável.

Nós temos mais um avanço, Presidente. O saque é de R\$500, mas, para aqueles que têm um saldo de, no máximo, um salário mínimo, o saque pode ser total, de até um salário mínimo. Então, é mais um avanço sob a batuta do Senador Chico Rodrigues, que nos preside e que também permite esses avanços coletivos que nós estamos construindo aqui com muitas mãos.

E para concluir, Presidente, quero dizer que esse dinheiro sobre o qual nós estamos legislando não é do Governo, não é do Parlamento; é do trabalhador, fundamentalmente do trabalhador, com a participação importante da empresa, do empreendedor e do empresário.

A preocupação final que ficou, e eu vou concluir, é exatamente sobre esse dinheiro do FAT, cujo valor, trinta e tantos por cento, 38%, pode ser disponibilizado para o BNDES, que tem um dinheiro barato para fazer investimentos importantes com juros aceitáveis, razoáveis. E aí atende o empreendedor e o empresário, que vai gerar emprego, que vai gerar renda. Assim a máquina gira, gira o desenvolvimento.





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

A nossa preocupação, e é isso que nós vamos deixar aqui pendurado por conta do diálogo que vamos fazer nesse período de suspensão da reunião, é fazer um entendimento, um acordo de tal sorte que esse dinheiro vá para o BNDES, mas que tenha a proteção legal, que não fique na mão nem no poder discricionário do Ministro, que ele possa, a qualquer hora, fazer gestão, aqui, ali ou acolá, desse recurso. Que ele não seja regido tão somente por pessoas, mas por regras. Como diria Honório Lemes, o Leão do Caverá, que peleou muito por causas, fez peleias de verdade no Rio Grande, guerras, quando perguntaram para ele: "Por que tu peleias tanto, tchê?". Ele disse: "Peleio porque quero leis que regulem homens, e não homens que regulem as leis". Então, nós não queremos um homem dizendo como vai ser, mas uma lei demonstrando como faz e um Ministro cumprindo a lei, até porque, na reforma da previdência, queriam botar a mão no dinheiro do FAT, queriam botar a mão no dinheiro do FGTS, e nós derrubamos na previdência. Então, gato escaldado tem medo de água fria.

Nós estamos tendo o cuidado aqui de fazer com que o dinheiro dos trabalhadores seja verdadeiramente dos trabalhadores, que seja gestado pelos trabalhadores, pelos empresários e pelo Governo, mas em favor dos trabalhadores, em favor dos empreendedores que possam gerar renda através do BNDES. Então, esse detalhe está pendente.

Nós vamos então, sob a batuta de V. Exa., suspender. É isso que V. Exa. fará.

Nós vamos voltar mais tarde então para ver se conseguimos avançar nesse acordo. Se não der acordo, é orientação do meu partido, o PDT, pedir vista. Mas quero dizer que vou me esforçar o máximo que puder para que a gente possa construir esse acordo para o bem dos trabalhadores, para o bem dos empreendedores, para a boa governança, para o bem da Caixa, do BNDES, para o bem da nossa Pátria amada chamada Brasil.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Chico Rodrigues. DEM - RR) – Muito obrigado, nobre Deputado Pompeo de Mattos. V. Exa. pontuou algumas questões que acredito que são realmente absolutamente defensáveis.

Já tendo havido o início da negociação com o Relator, Deputado Hugo Motta, que é flexível, procurou, na medida das possibilidades, fazer uma adequação ao texto da MP originária, com as suas adaptações, eu gostaria apenas de pedir a V. Exa. também que, dentro desse esforço que está fazendo para nos ajudar a decidir hoje essa questão da MP...

Há uma comunicação que recebi aqui do Presidente Rodrigo Maia: "Comunico que, em virtude das decisões proferidas pela Presidência da Câmara dos Deputados nas Questões de Ordem 352/2013 e 153/2016, o termo final para recebimento da MP 889 pela Câmara dos Deputados é o dia 30 de outubro de 2019".





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

Eu tenho certeza de que vai haver esse alinhamento, esses pontos serão, acho, recebidos por parte do Relator e nós retomaremos a reunião às 15h no Plenário 9.

Declaro encerrada a reunião – aliás, suspensa, perdão.

Declaro suspensa a reunião.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT - RS) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Iniciada às 11 horas e 25 minutos, a reunião é suspensa às 12 horas e 56 minutos.)

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Chico Rodrigues. DEM - RR) – Declaro reaberta a 6ª Reunião da Comissão Mista destinada a emitir parecer sobre a Medida Provisória 889, de 2019.

Passo a palavra ao Relator, Deputado Hugo Motta, para suas considerações. Lido o relatório, passo a palavra para o Deputado Hugo Motta fazer as suas considerações e nós podermos fazer avançar a matéria.

O SR. HUGO MOTTA (REPUBLICANOS - PB. Como Relator.) – Presidente Senador Chico, colegas Parlamentares, nós tivemos alguns pontos que nos foram passados como condições para a mudança de nosso relatório sobre o acordo, alguns colocados pela Liderança do PT, outros colocados pelo PDT e outro colocado pelo Deputado Marcelo Ramos, do PL.

O primeiro, que foi colocado aqui pelo PT, pelo Senador Paulo, pelo Deputado Reginaldo e pelo Deputado Pompeo também, diz respeito a dois assuntos.

O primeiro é relativo à questão do FAT. Eles colocam sobre o poder discricionário do Ministro da Economia de disciplinar a questão da devolução dos recursos do FAT para o BNDES e sobre a diminuição do colchão de seis para três meses. Eu quero dizer que, em conversa com o Governo e com os Parlamentares, nós anuímos para tirar esse poder discricionário do Ministro da Economia e transferir esse poder para o Codefat, que é quem disciplinará agora as regras para a devolução dos recursos do FAT, acredito eu que, aí, mantendo e atendendo aquilo que foi conversado aqui antes da nossa segunda reunião de hoje, digamos, ter início. Então, a gente está tirando o poder discricionário, Senador Paulo,





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

do Ministro da Economia e passando-o para o Conselho, como maneira de atender aquilo que foi colocado por V. Exas.

A segunda questão colocada foi sobre a governança do fundo, as mudanças que fizemos na governança, o que também foi colocado aqui pelo setor de construção, por alguns conselheiros do FGTS que estão aqui presentes.

Deixe-me achar o trecho aqui para eu poder ler para os Parlamentares. *(Pausa.)*

Nós mantivemos a questão da Presidência do Conselho Curador por representante da área fazendária e estamos acrescentando, a pedido também do PT e conforme o que nos foi colocado, no §8º, que o Poder Executivo designará, entre os órgãos governamentais com representação no Conselho Curador do FGTS, aquele que lhe proporcionará estrutura administrativa de suporte para o exercício de sua competência, e que atuará na função de Secretaria Executiva do colegiado, sendo que o Presidente do Conselho Curador não poderá acumular a titularidade dessa Secretaria Executiva, coisa que hoje acontece, havendo, assim, uma divisão de atribuições dentro do Conselho Curador e uma descentralização dos trabalhos do Conselho.

Foi-nos solicitado, mas nós não anuímos, porque nós colocamos a impossibilidade de haver a reeleição infinita dos membros do Conselho Curador. Nós estamos aqui regendo que:

Os representantes dos trabalhadores e dos empregadores e seus suplentes serão indicados pelas respectivas centrais sindicais e confederações nacionais [como é hoje] e nomeados pelo Poder Executivo, e terão mandato de 2 (dois) anos, podendo ser reconduzidos uma única vez, sendo vedada a permanência de uma mesma pessoa, seja como membro titular, suplente, ou de forma alternada como titular e suplente, por período consecutivo superior a 4 (quatro) anos no Conselho.

Nós entendemos que isso é uma grande inovação que possibilita ao Conselho uma oxigenação, uma renovação, claro que sempre respeitando o bom trabalho que hoje é feito pelos conselheiros. Nós acreditamos que isso é muito importante para a governança que nós apresentamos. Então, atendemos também a questão da Secretaria Executiva.

Eu pedi que os representantes do Governo trouxessem – isso me foi cobrado – o cálculo da questão do saque-aniversário. Eu quero saber se isso foi trazido, se se deseja falar um pouco sobre esses cálculos, porque o setor...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. HUGO MOTTA (REPUBLICANOS - PB) – Sim. Então, eu vou avançando nos outros pontos e, em seguida, a gente volta para ele.





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

O Deputado Marcelo Ramos, do PL, colocou uma objeção que o setor de construção havia pedido, Senador Chico. O nosso teto, de 33,3%, acerca da distribuição do subsídio, poderia, de certa forma, impactar os empreendimentos que estão em curso no Brasil todo e, claro, o nosso desejo não é esse. Nós queremos, na verdade, é dar a nossa contribuição sem atrapalhar a construção e protegendo o fundo.

A proposta deles foi que elevássemos esse percentual de 33,3% para 40%. Nós estamos atendendo isso no primeiro ano, que é o ano que vem, 40%, e estamos criando uma regra gradativa. Será 40% em 2020, 38% em 2021, 36% em 2022, e, depois de 2022, a partir de 2023, vem para os 33,3%, que correspondem ao percentual que nós propomos, ou seja, estamos dando uma regra de transição. Não há nenhum empreendimento, mesmo entre aqueles que estejam sendo iniciados hoje, agora, que não será concluído num prazo de três anos a três anos e meio. Então, isso aqui praticamente garante que não haverá solução de continuidade nos projetos habitacionais Brasil afora.

Então, basicamente, nos foi colocado isso. Eu estou aguardando os cálculos do saque-aniversário para que eu possa passar a forma desses cálculos para que...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. HUGO MOTTA (REPUBLICANOS - PB) – Eu já falei, já falei.

Deputado Reginaldo, então eu acho que... Só faltam aqui os cálculos do saque-aniversário... Eu praticamente aquiesci a todos os pedidos, Senador Paulo, fazendo um esforço aqui, tudo dentro do que foi possível. Aquilo que a gente não atendeu foi porque, realmente, inviabilizaria todo o trabalho que a gente fez. Mas eu acho que todos podem ver a nossa boa vontade em construir um relatório que atenda não só os anseios do Governo e os anseios daqueles que fazem oposição, mas que atendam também os anseios do trabalhador, que é o verdadeiro dono desses recursos do FGTS. O meu trabalho, desde o início, foi para proteger o fundo, para que ele tenha um resultado melhor, para que o trabalhador, que coloca compulsoriamente o seu dinheiro nesse fundo, tenha condições pelo menos de ter decisões e resultados positivos com o seu dinheiro.

Então, eu pergunto ao Deputado Reginaldo e ao Deputado Pompeo se temos acordo. Havendo acordo, a ideia seria votar hoje; não havendo, eu vou sugerir ao Presidente Chico que a gente possa manter o quórum, suspender, e voltar na próxima terça para que alguma sugestão adicional possa ser construída. Mas acredito que o nosso esforço aqui já beira quase a totalidade daquilo que foi conversado e sugerido a este Relator pelos Parlamentares, nobres pares que compõem esta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Chico Rodrigues. DEM - RR) – Eu gostaria de dizer que tanto o Deputado Pompeo de Mattos, que se houve bem nessa discussão, quanto o Deputado Reginaldo Lopes tiveram realmente uma participação ativa, inclusive nesse acordo e no alinhamento com o Relator, que





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

efetivamente apresentou... Foi necessário haver uma discussão para que esses itens fossem incorporados alterando alguns pontos desse diploma legal. Portanto, eu gostaria de...

O SR. HUGO MOTTA (REPUBLICANOS - PB. Como Relator.) – Senador Chico, peço licença para interrompê-lo e dizer que, quanto a essa questão do Codefat, há um texto aqui, mas ele não atende o que nós acordamos. Aqui se está dizendo que vai submeter ao Ministro de Estado da Economia, mas nós acertamos que não, que o Conselho realmente resolverá. Então, este texto aqui ainda precisa ser elaborado para ser juntado e votado. Depois que a gente votar, não há como mexer no texto. Então, a gente precisa de um pouco mais de tempo para poder não cometer erros e prejudicar a votação da medida provisória. Então, nós vamos precisar de um pouco mais de tempo...

O SR. PRESIDENTE (Chico Rodrigues. DEM - RR) – Eu gostaria de...

A SRA. BIA KICIS (PSL - DF) – Sr. Relator, aqui eu estou tendo a palavra do Governo de que está o.k. que seja Codefat, que não há necessidade de submeter. Aqui a palavra do Governo é essa, há um acordo para isso.

O SR. PRESIDENTE (Chico Rodrigues. DEM - RR) – Se há acordo para votação, eu coloco a matéria em discussão.

O SR. PAULO ROCHA (PT - PA. Para discutir.) – Presidente, ainda há pendências, dúvidas. Então, como há uma disposição do Relator de continuar dialogando, é melhor não apressar essa decisão.

O SR. HUGO MOTTA (REPUBLICANOS - PB. Como Relator.) – Eu aquiesci, Senador Paulo, a praticamente todas as intervenções que foram feitas. O que for analisado agora será mais relativo a dúvidas, para a gente esclarecer, mas os pedidos que foram feitos pelo Partido dos Trabalhadores e pelo PDT nós estamos atendendo quase que na totalidade.

Deputado Vitor Lippi.

O SR. PRESIDENTE (Chico Rodrigues. DEM - RR) – Com a palavra o Deputado Vitor Lippi.

O SR. VITOR LIPPI (PSDB - SP. Para discutir.) – Obrigado, Senador Chico Rodrigues e Deputado Hugo Motta, em cujos nomes cumprimento todos os outros presentes.

Senador Chico Rodrigues, felizmente esta não é uma matéria emergencial. Ela é uma matéria importante, mas não tem uma urgência para hoje. E ela é uma matéria impactante, tanto para os trabalhadores, para aqueles que precisam do seguro-desemprego, como também para o financiamento dos investimentos de que o Brasil precisa para crescer, para desenvolver sua infraestrutura e setores estratégicos, que também dependem dos recursos do FAT, como a Embraer, como o setor de energias renováveis, e grande parte desses recursos vêm dos financiamentos do BNDES. Há a questão do papel e celulose, dos metrô do País, do setor de máquinas e equipamentos, da exportação de vários setores:





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

todos esses dependem do principal e mais importante banco de financiamento de infraestrutura e de desenvolvimento do Brasil, que é o BNDES.

Ainda surgem, até por conta da complexidade da matéria, algumas dúvidas. Inclusive, Deputado Hugo Motta, nesse sentido, eu gostaria de saber se haveria a possibilidade ainda da retirada hoje para que nós pudéssemos discutir durante esta semana, tirando todas as dúvidas, para que possamos aperfeiçoar e trazer uma contribuição que promova o desenvolvimento econômico e social do País, que garanta instituições que possam financiar a infraestrutura, os setores estratégicos para o crescimento da nossa economia e os empregos de que todos nós precisamos. Nesse sentido e como ainda sinto certo desconforto, porque nem todos conseguiram entender a amplitude das propostas, que pudesse ser retirada a matéria por uma sessão.

Obrigado, Sr. Presidente.

A SRA. BIA KICIS (PSL - DF. Para discutir.) – Presidente, eu gostaria de fazer uma consideração aqui como membro e Vice-Líder do Governo no Congresso. Poucas vezes eu vi um relatório tão bem construído, ouvindo e acatando todas as partes, todos os lados. Como disse aqui o Relator, mais de 85% dos pleitos foram atendidos.

Deputado Lippi, V. Exa. diz que não há pressa, mas é o contrário: o Governo tem pressa, esse é um assunto de extrema importância para a economia do País, para os trabalhadores, para aqueles pessoas que estão esperando para fazer o saque de aniversário. Então, eu gostaria de ponderar aqui no sentido de que concluíssemos esse acordo. Se houver alguma dúvida, Deputado, podemos discutir aqui a dúvida. Estamos aqui, estamos presentes na Comissão o Relator, o Governo e a Economia. Estamos aqui e podemos conversar com a oposição, todos juntos.

Podemos esclarecer todas as dúvidas, mas vamos, hoje, costurar esse acordo, selar esse acordo, que, aliás, já vem sendo muito bem costurado, porque temos outras medidas provisórias também que necessitam da nossa atenção. Se nós tivermos que ficar para terça-feira, o Governo vai preferir levar o relatório original a voto, porque nós estamos aqui com toda a intenção de fazer esse acordo e gostaríamos de contar com a boa vontade de todos.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Chico Rodrigues. DEM - RR) – Eu gostaria de...

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT - RS) – Ouço V. Exa. e me manifesto depois.

O SR. PRESIDENTE (Chico Rodrigues. DEM - RR) – Concedo a palavra a V. Exa.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT - RS. Para discutir.) – Na verdade, Presidente, nós estamos aqui, todos, angustiados. Eu mesmo estou angustiado, porque nós queremos é acertar, nós queremos ajustar,





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

nós queremos construir, não há nenhum preconceito da nossa parte, da oposição, muito menos do PDT e de minha parte. Estou testemunhando aqui o esforço do Deputado Hugo Motta – e, olhem, quero aqui tecer rasgados elogios à atitude dele, à disposição, ao ânimo, à vontade –, bem assessorado tecnicamente pela equipe e pelo Secretário do Ministério, que estava aqui também.

Eu sei que nós estamos evoluindo, mas eu também sei, sinto isso... E estou sendo também pressionado pela minha retaguarda, pela minha liderança, não só do PDT, mas também do PSB – digo isso também porque recebi mensagens aqui –, no sentido de que, em que pese a boa vontade do Relator, ele também tem que colocar no papel essa boa vontade dele. E essa boa vontade dele, essa palavra dele, que não tenho dúvida de que vai honrar... Mas essa palavra tem que se tornar ato fático, ele tem que formular isso, ele tem que fazer essas adequações no papel, até para nós olharmos e concordarmos com o que está escrito. Nós não podemos votar, em que pese o respeito que temos pelo Deputado Hugo Motta, só na palavra, no diz que me diz. Nós precisamos documentar isso.

Então, eu quero aqui fazer esta constatação, que é do que também estou sendo cobrado, porque... É que duas coisas fundamentais e essenciais foram alteradas aqui por conta do diálogo mantido coletivamente. Duas coisas fundamentais, essenciais foram alteradas aqui por conta do diálogo mantido coletivamente, a portas fechadas, antes, quais sejam de que o art. 7º – e eu vou me socorrer aqui, Presidente –, em seu §8º, diz que ato do Ministro de Estado da Economia disciplinará as condições de utilização e de recomposição da reserva mínima da liquidez do FAT de que trata o parágrafo tal do artigo tal. Enfim, isso significa dizer, Presidente, que o Ministro terá na mão, sozinho, individualmente, monocraticamente, o poder de, faltando dinheiro no FAT para seu custeio, para o dia a dia do FAT, discricionariamente, pedir que o BNDES devolva um tanto dos empréstimos, pedir que o Banco do Brasil devolva um tanto, que a Caixa devolva um tanto ou que o Tesouro devolva um tanto, que são os quatro entes...

(Soa a campainha.)

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT - RS) – ... que recebem o recurso do FAT.

O que nós estamos propondo? Que seja uma decisão coletiva, colegiada, do Codefat. O Relator consentiu, aliás, de maneira muito inteligente e muito abnegada, mas isso tem de ser traduzido. É um ponto.

O outro ponto, Presidente, diz respeito à questão da apuração do resultado do FAT, cujo valor apurado concede um benefício àqueles que receberam financiamentos habitacionais, especialmente as COHABs, como a gente fala, os mais pobres. Dependendo do resultado, o benefício será maior ou menor. Hoje o benefício é indefinido. E agora nós vamos definir o benefício. O Relator definiu em 33%. Nós questionamos o Relator, apelamos ao Relator, ele consentiu e subiu para 40%.





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

O SR. HUGO MOTTA (REPUBLICANOS - PB. Como Relator.) – O pedido nos foi feito para ir para 40, e eu atendi.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT - RS) – Exatamente. Foi o pedido que nós fizemos para o Relator. E o Relator consentiu. Mais uma vez um elogio ao Relator. Ele fez o acordo na proposta de que esses 40%...

(Soa a campainha.)

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT - RS) – ... teriam uma evolução gradativa de 30...

O SR. HUGO MOTTA (REPUBLICANOS - PB. Como Relator.) – Quarenta ano que vem, 38 em 2021, 36 em 2022 e só em 2023 ele viria para o índice de 33,3%, quase 34%.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT - RS) – Então, uma evolução de 40%, 38%, 36%, 33%, 34%, que me parece extremamente razoável, mas isso tem que botar no papel, tem que descrever. Então, desses ajustes, Presidente, nós precisamos.

Por isso eu estou fazendo aqui um apelo, até por conta da cobrança que estou recebendo dos meus Líderes – o Deputado André Figueiredo me ligou há pouco me cobrando, está aqui a ligação...

O SR. PRESIDENTE (Chico Rodrigues. DEM - RR) – Deputado Pompeo, eu posso propor um acordo? Nobre Relator, Hugo Motta, V. Exa. tem sido tão condescendente em todas essas sugestões! Eu gostaria de dizer para o Deputado Pompeo de Mattos que ele sempre se coloca de uma posição muito cartesiana, muito clara, determinada. E esses três pontos a que V. Exa. se refere serão acatados pelo Relator, como ele já confirmou. Não se preocupe, porque está tudo gravado nas notas taquigráficas, está filmado aqui e eu só encaminharei para a Câmara depois de vocês, na verdade, reverem esse relatório, porque tenho absoluta certeza de que ele vai cumprir *ipsis litteris* o que está sendo acordado. Gostaria que V. Exa. ficasse despreocupado.

O SR. HUGO MOTTA (REPUBLICANOS - PB. Como Relator.) – Senador Chico, eu queria propor aqui um encaminhamento de acordo.

Esse é um tema extremamente delicado. Eu me debrucei sobre ele, Deputada Bia, dois meses – o senhor é testemunha –, praticamente todas as semanas, com reuniões quase intermináveis, Deputado Vitor, para tentar fazer um relatório que pudesse avançar ainda mais naquilo que foi proposto pelo Governo na medida provisória. Acredito eu que nós conseguimos isso. Nós conseguimos avançar, conseguimos melhorar, atendemos aqui pleitos, vocês podem ver no meu voto. Nós atendemos uma quantidade enorme de emendas, todo o esforço foi feito. Então, com essas proposições que foram colocadas na reunião da manhã, nós também estamos aquiescendo. O Deputado Vitor Lippi esteve também conosco em nosso gabinete.





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

Eu sou um cara, Deputado Pompeo, que gosto de esgotar o diálogo, porque acho que é a única ferramenta que a gente tem para construir uma política melhor a cada dia. Nós construímos todo esse relatório dialogando com o Governo, com os técnicos, com meu Presidente Chico, com sua experiência de Governador, Senador, Deputado Federal, que, por todos os cargos que exerceu, também nos ajudou muito. Nós conseguimos evoluir até aqui.

Eu gostaria de propor um acordo. Nós estamos acatando as sugestões que foram feitas. Precisamos efetivamente – o Dr. Marcos aqui nos ajudou também desde o início – colocar isso no texto. Queria propor o seguinte acordo: nós concederíamos aqui tudo aquilo que foi colocado, que a gente já acatou, que eu já falei que acatei, vamos colocar isso no papel, no nosso voto, e vamos fazer o acordo seguinte: a gente vota simbolicamente, sem poder fazer pedido nominal, na próxima terça pela manhã, ao constatar que tudo isso está colocado.

Podemos fazer assim? De acordo?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. HUGO MOTTA (REPUBLICANOS - PB) – Então, vista concedida. E aí o Presidente marca a próxima reunião para a gente poder votar.

O SR. REGINALDO LOPES (PT - MG) – Presidente, só um detalhe.

O SR. PRESIDENTE (Chico Rodrigues. DEM - RR) – Pois não. Deputado Reginaldo Lopes, V. Exa. tem a palavra.

O SR. REGINALDO LOPES (PT - MG. Para discutir.) – Obrigado, Presidente, só para fazer um apelo, para fazer um estudo dessa questão da votação na terça-feira sobre o financiamento acima de 1,5 milhão fora da secretaria financeira de habitação.

O SR. HUGO MOTTA (REPUBLICANOS - PB. Como Relator.) – Nós vamos estudar. Houve uma proposição da Dra. Henriqueta, que é Conselheira, é lá do Conselho, de permitir só a compra do primeiro imóvel. Nós vamos ver isso tanto junto aos consultores como vamos consultar também o Governo, ver o impacto para que a gente chegue à melhor solução possível. Até terça a gente dá uma posição.

O SR. REGINALDO LOPES (PT - MG. Para discutir.) – A segunda questão: parece que o cotista, sim, pode aplicar no mercado, mas o fundo, não. Parece-me que V. Exa. altera. Então, também veja qual seria o impacto.

O SR. HUGO MOTTA (REPUBLICANOS - PB. Como Relator.) – Deixe-me explicar. Eu falei no meu voto, é que meu voto foi muito extenso, que a gente permite lá o investimento pelo fundo em outras atividades, e isso efetivamente hoje já acontece. O resultado positivo que hoje o FGTS dá não é de





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

investimento na habitação. O investimento na habitação talvez seja um dos menos rentáveis financeiramente para o fundo. O investimento em habitação tem um outro viés, que é a política social, é a geração de emprego e renda. O que traz hoje o resultado positivo para o fundo são esses investimentos, títulos do Tesouro, outros investimentos que o próprio Conselho Curador rege. Nós só estamos colocando no papel aquilo que já é feito na prática e isso não vai mudar o viés social do fundo porque o que a gente está colocando já é realizado hoje pelo Conselho Curador. E aqui todos que estão presentes conhecem o funcionamento do FGTS sabem que nós não estamos mudando nada, nós só estamos prevendo na lei aquilo que já é feito. Apenas isso.

O SR. REGINALDO LOPES (PT - MG. Para discutir.) – O último apelo é a questão do BNDES, de poder, o ato discricionário que não é mais do Ministro, mas do Codefat, que pudesse ver também, porque nós sabemos que a maioria hoje é seis a seis, sendo três...

O SR. HUGO MOTTA (REPUBLICANOS - PB. Como Relator.) – Nós não podemos aqui mexer na composição do Codefat. A gente pode mexer é na atribuição. Nós estamos tirando o poder discricionário do Ministro da Economia e agora essa decisão acerca da devolução dos recursos passa a ser do Codefat, mantendo esse colchão de três meses. Antigamente era de seis. Eu expliquei isso ao Deputado Vitor Lippi, que é um grande entusiasta, assim como todos nós, das atividades do BNDES. Esse colchão era de seis meses, e está ficando em três. E eu acredito que é razoável. A gente está dando três meses de recursos que ficavam represados para continuar no BNDES fomentando... O Deputado Vitor levou para mim um estudo que mostra que o BNDES, quando você o compara aos bancos de fomento dos grandes países, é um dos que têm menos recursos para investir, ou seja, mostra que o desenvolvimento econômico, o crescimento dos países está diretamente ligado...

O SR. REGINALDO LOPES (PT - MG) – Investimento de longo prazo quem faz é o BNDES no Brasil.

O SR. HUGO MOTTA (REPUBLICANOS - PB. Como Relator.) – É isso. Então, a gente está reduzindo um pouco esse recurso que fica represado e, no fundo, dando mais lucro ao FAT. O FAT continua com o colchão, continua com os recursos para pagar o seguro-desemprego, abono salarial, que é uma política importante do nosso País, e a gente está aumentando o retorno, porque esses três meses de recursos que ficavam parados vão para o BNDES e, no final do ano, voltam como dividendo.

Então, eu acredito que você deixar isso em seis não vai mudar nada para o trabalhador e vai prejudicar o BNDES. E a gente está tirando a única coisa que falava sobre isso, que era que o Ministro da Economia deveria decidir. Nós estamos tirando, atendendo ao que vocês estão colocando, e mandando isso para o Conselho. Então, nós estamos cedendo, democratiza, a decisão passa a ser compartilhada e eu acho que atende, Deputado Reginaldo, aquilo que foi colocado por V. Exa.

O SR. VITOR LIPPI (PSDB - SP) – Deputado Hugo Motta...

A SRA. BIA KICIS (PSL - DF) – Presidente.





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

O SR. VITOR LIPPI (PSDB - SP. Para discutir.) – Aproveitando esse espírito democrático, moderador, consciente e conciliador que V. Exa. tem demonstrado durante todo o tempo, eu gostaria de tirar uma dúvida ainda, até porque, Senador, nós não somos especialistas na matéria, mas temos preocupações com eventuais repercussões. Uma dúvida que eu ainda tenho, não sei se outros têm a mesma dúvida, é que aquele poder discricionário sai do Ministro, e eu achei absolutamente correto, porque nós temos que pensar no BNDES e no FAT como políticas de longo prazo, estratégicas para o Brasil, então, não pode ser, às vezes, da conveniência de quem está na pasta naquele momento. Achei muito prudente, até porque muitos investimentos dependem disso, o banco também e vice-versa.

A outra questão é esta de que o Conselho vai definir. Agora, o que esse Conselho vai definir? Ele vai definir apenas o tempo, se é três meses ou seis meses? Ou ele tem, por exemplo, a discricionariedade de reduzir os recursos que vão do FAT para o BNDES ou a velocidade da vinda dos recursos? Quer dizer, até onde vai o poder do Conselho?

O SR. HUGO MOTTA (REPUBLICANOS - PB. Como Relator.) – O Conselho poderá decidir acima de três meses, nunca abaixo. Então, a gente mantém o piso de três meses, é o mínimo. Não poderá, por exemplo, o Conselho amanhã se reunir e decidir que o colchão será dois ou um. Não! O piso é três. Se tivermos, por exemplo, um cenário de crise em que o fundo – e isso dificilmente acontecerá na nossa avaliação – precise ou seja demandado acima daquilo que se espera, o Conselho se reúne, aumenta esse colchão e aí vai pedir a devolução de todos aqueles que têm recurso do FAT: BNDES, Caixa, Banco do Brasil, Tesouro, e isso diante da decisão do Conselho e não mais do Ministro da Economia.

O SR. VITOR LIPPI (PSDB - SP. Para discutir.) – Ainda uma dúvida...

A SRA. BIA KICIS (PSL - DF) – Presidente.

O SR. VITOR LIPPI (PSDB - SP) – O que, na prática, significa isso? Pelo que eu me lembro, pelos estudos que nós tínhamos em outras oportunidades de discussão da matéria, hoje, aproximadamente, o Governo envia R\$20 bilhões, aproximadamente isso este ano, para o BNDES. Muito bem. Se houver uma decisão do Conselho, por exemplo, ele pode reduzir isso para R\$5 bilhões por ano ou baixar para zero ou o percentual variável é pequeno? Porque o nosso receio é inviabilizar o banco, ter um impacto muito grande, quer dizer...

O SR. HUGO MOTTA (REPUBLICANOS - PB. Como Relator.) – Não. O que o Conselho trata, Deputado Vitor, é só da devolução das instituições bancárias...

O SR. VITOR LIPPI (PSDB - SP) – Não o envio do recurso...

O SR. HUGO MOTTA (REPUBLICANOS - PB. Como Relator.) – É a mão contrária.

O SR. VITOR LIPPI (PSDB - SP) – ... do retorno do investimento?





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

O SR. HUGO MOTTA (REPUBLICANOS - PB. Como Relator.) – É a mão contrária.

O SR. VITOR LIPPI (PSDB - SP) – Está bom.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT - RS) – É tão somente a mão inversa.

O SR. HUGO MOTTA (REPUBLICANOS - PB. Como Relator.) – Na verdade, é uma garantia para que não haja risco ao pagamento do abono salarial, do seguro-desemprego...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. HUGO MOTTA (REPUBLICANOS - PB) – Isso. É isso aí. Então, não é uma mão de ida, é uma mão de volta.

O SR. PRESIDENTE (Chico Rodrigues. DEM - RR) – Com a palavra a Deputada Bia Kicis.

O SR. VITOR LIPPI (PSDB - SP) – Eu me sinto contemplado.

O SR. PRESIDENTE (Chico Rodrigues. DEM - RR) – Enquanto ela está ocupada, Deputado Pompeo de Mattos.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT - RS. Para discutir.) – Presidente, acho que nós avançamos sob todos os aspectos. Aliás, mérito do nosso Senador Chico Rodrigues, com sua paciência, e também a sua experiência nos dá a credencial. E o jovem Hugo Motta, com sua inteligência, tem maturidade para avançar também.

Mas, primeiro, está feito o acordo, está mantido o painel, não há nenhum problema...

O SR. HUGO MOTTA (REPUBLICANOS - PB. Como Relator.) – Votamos simbolicamente na terça-feira pela manhã.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT - RS) – Votamos simbolicamente. Se não votarmos simbolicamente, o painel está mantido. Pode tomar as atitudes que achar que tem de tomar. Estamos conscientes do acordo que estamos fazendo. Eu só queria fazer um pedido aqui...

O SR. HUGO MOTTA (REPUBLICANOS - PB. Como Relator.) – E na segunda-feira eu disponibilizo o relatório com todas essas questões equacionadas.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT - RS) – Isso. Final. Segunda-feira, para nós termos na internet. Eu só queria pedir que fosse a reunião a partir das 14h.

O SR. PRESIDENTE (Chico Rodrigues. DEM - RR) – Está marcado para as 11h, mas nós prorrogamos para as 14h.

O SR. HUGO MOTTA (REPUBLICANOS - PB) – Para dar tempo de vocês chegarem.





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT - RS) – Para nós chegarmos, Presidente. Uns chegam 10h, eu chego às 11h. Mas, daqui a pouco, atrasa o avião de um, de outro...

O SR. HUGO MOTTA (REPUBLICANOS - PB. Como Relator.) – Para nós é indiferente.

E há o compromisso também, Deputado Pompeo... Para que V. Exa. saiba, nós nos comunicamos com o Presidente Rodrigo, porque essa é uma medida que impacta a vida de milhões de pessoas...

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT - RS) – Milhões e milhões.

O SR. HUGO MOTTA (REPUBLICANOS - PB. Como Relator.) – O saque já está sendo pago. Nós precisamos cuidar porque a gente está elevando o valor do saque para as pessoas que ganham até um salário mínimo, ou seja, as pessoas vão ter de voltar ao banco para sacar o remanescente. Se o impacto positivo seria de 40 bilhões, será de 43 bilhões. É uma vitória desta Comissão, uma vitória deste relatório que, espero eu, seja aprovado por todos nós, pela Câmara dos Deputados e pelo Senado.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT - RS) – Então, Presidente, para mim...

O SR. HUGO MOTTA (REPUBLICANOS - PB. Como Relator.) – Só para concluir, falei com o Presidente Rodrigo. O Presidente foi notificado regimentalmente sobre o prazo da MP. Não haverá prejuízo legal. Nós já acertamos que votamos na terça-feira aqui na Comissão e, na terça ainda, será levado ao Plenário da Câmara para que, na quarta, já esteja no Senado, à disposição do Presidente Davi Alcolumbre para ser votado o relatório da MP.

A SRA. BIA KICIS (PSL - DF) – Presidente, então, só para...

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT - RS) – Só para concluir...

A SRA. BIA KICIS (PSL - DF) – Perdão.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT - RS) – Só para concluir, Presidente, é o acordo ganha-ganha. Todos nós vamos ganhar. Fundamentalmente quem vai ganhar é a sociedade, o cidadão brasileiro, até porque se nós aprovássemos hoje, de qualquer sorte, no Plenário...

O SR. HUGO MOTTA (REPUBLICANOS - PB) – Só vai ser votado terça.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT - RS) – Terça-feira à tarde. Então, o que nós estamos garantindo é que na terça-feira, à tarde, como é o desejo do Presidente de que a medida provisória esteja lá, estará lá. Nós só atrasamos um pouco o nosso trabalho para ganhar em clareza e transparência.

Como eu disse que ia concluir, Presidente, eu quero deixar enfatizado aqui o meu compromisso e o compromisso, no caso, do meu Partido com o Banco do Brasil. Sou funcionário do banco, sou defensor do banco. Nós temos o compromisso de valorizar, respeitar e credenciar o Banco do Brasil. Eu tenho um





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

compromisso com a irmã do Banco do Brasil, a Caixa Econômica Federal, que é irmã siamesa do banco. Eles se interdependem. Não sou daqueles que pregam a privatização da Caixa, acho que esse é um equívoco. Nós temos que valorizar a Caixa. O Banco do Brasil é um instrumento forte para a agricultura deste País, levantou o Brasil agrícola. A Caixa deu vida para o Brasil social. E nós precisamos do BNDES, que dá vida para o Brasil empreendedor, para o Brasil empresarial.

São esses três entes, Presidente, pelos quais, enquanto eu for Deputado aqui, darei a minha alma. Dou a minha vida em defesa da Caixa Econômica Federal, em defesa do BNDES e, muito mais ainda, permita-me, em defesa do Banco do Brasil, por interesse pessoal legítimo. Estou fora do banco, mas dele sou funcionário, dele não vou me esquecer nunca. São 42 anos de vida dentro do Banco do Brasil. Fui estagiário aos 14 anos de idade. Fui por 15 anos estagiário, contínuo do Banco do Brasil, estafeta. Fui funcionário do quadro, funcionário de carreira, funcionário da carreira administrativa e da carreira executiva do banco. Então, tenho toda uma trajetória lá. Não vou esquecer essas minhas origens, a minha referência, quem me deu o norte, o rumo, a direção.

Estes três entes federados são o tripé da essência da economia do País, volto a dizer: Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal e BNDES. É a agricultura, o social e o empreendedorismo que cada um deles faz. No conjunto, dão a dimensão para o Brasil, que é deste tamanho, do qual nós podemos nos orgulhar.

Estamos fazendo a nossa parte para manter vivas, muito vivas as três instituições, que vão ter dinheiro do FAT, que vão ter dinheiro do FGTS e que vão poder, com esse dinheiro, implementar o crescimento econômico no nosso País.

Muito obrigado.

O SR. HUGO MOTTA (REPUBLICANOS - PB. Como Relator.) – Senador Chico, foi-nos pedido aqui, foi solicitada a questão dos cálculos acerca do saque-aniversário, sobre o impacto do fundo. O Dr. Vladimir, que aqui representa o Ministério da Economia, está com esses dados. Diante do adiantado da hora, o que vou solicitar? O Dr. Vladimir disse que, da forma que a gente sugerir, ele acata. Digo às pessoas interessadas em saber como esse cálculo foi feito que ele vai ficar aqui à disposição para fazer essa apresentação. Vou pedir para usar a sala de reuniões. Ele faz a apresentação sobre como se chegou ao saque-aniversário, para que todas as dúvidas possam ser elucidadas.

Podemos fazer assim, Dr. Vladimir? *(Pausa.)*

O Senador Chico tem outros compromissos, e a gente já acatou a votação na terça-feira.

O SR. PRESIDENTE (Chico Rodrigues. DEM - RR) – Eu quero agradecer as palavras sábias do nobre Deputado Pompeo de Mattos, meu colega por longas jornadas na Câmara dos Deputados.





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

Quero dizer que V. Exa. tem em mim um aliado de primeira hora em relação ao BNDES, ao Banco do Brasil e à Caixa Econômica. Eu acho que, independentemente de ser um patrimônio nacional, no momento em que o Brasil vive, mais ainda ele tem que ser fortalecido, porque, obviamente, as instituições privadas não têm o mesmo empenho na economia do nosso País, principalmente na atividade da agricultura, na habitação etc., como têm essas três instituições. Então, somos aliados de primeira hora nessa questão.

Com a palavra a nobre Deputada Bia Kicis.

A SRA. BIA KICIS (PSL - DF. Para discutir.) – Presidente, primeiro, quero cumprimentar V. Exa., o nobre Relator, os meus pares aqui.

Quero dizer que ficamos, no final das contas, felizes e satisfeitos, digamos assim, porque o acordo atende a todos. O Governo acabou cedendo em vários pontos que lhe eram caros, que seriam importantes, mas sabemos que é sempre melhor um bom acordo, um acordo em torno do que é uma excelente demanda, que nunca termina. É uma excelente briga.

Então, o que eu gostaria apenas de saber do Relator é se não haverá mais qualquer alteração no que já foi dito aqui. Eu vi que os meus colegas aqui fizeram mais algumas demandas, levantaram pedidos, e fiquei um pouco intranquila com relação a isso.

O SR. HUGO MOTTA (REPUBLICANOS - PB. Como Relator.) – Efetivamente, o nosso acordo foi pautado, Deputada Bia, naquilo que foi trazido pelos Deputados. Nós vamos colocar isso dentro do texto que foi apresentado, vamos encaminhar aos Deputados, ver se ele está conforme nós acordamos. Pelo que eu vi aqui, há entendimento e acordo nesse sentido. Nós não estamos atendendo 100%, mas estamos atendendo 90%. Então, é um esforço que estamos fazendo, com a aquiescência do Governo.

Nós precisamos também, Deputado Pompeo, fazer um acordo que o Governo tenha condições de sancionar, porque essa é também uma etapa importante nessa construção. Não adianta também a gente só colocar isso, porque papel em branco aceita tudo. A gente tem que ter a construção política. Primeiro, a gente precisa ter a viabilidade política de aprovar aqui e de aprovar nos Plenários, e depois o Presidente precisa ter a tranquilidade e a anuência da equipe técnica para sancionar aquilo que a gente está colocando. Aí, sim, nós vamos fazer uma construção do Poder Legislativo com o Poder Executivo, e acho que é isso que todos nós queremos. Não precisa haver a vitória de um só Poder, de uma só pessoa, mas, sim, a vitória da construção política democrática, pautada no diálogo.

A SRA. BIA KICIS (PSL - DF) – Perfeitamente. Eu fico bastante tranquila quando está aqui a equipe do Governo, a equipe econômica, acenando que está tudo correto. A nossa principal preocupação era com a premência do tempo. Nós queremos que essa medida provisória seja aprovada, porque ela trará realmente muitos benefícios para os trabalhadores, que estão ansiosos aguardando por esse saque do FGTS.





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

Então, com essas palavras, eu reafirmo meus cumprimentos à Mesa.

Na terça-feira, estaremos aqui, prontos para votar e para celebrar essa medida provisória de um Governo que pensa nos mais pobres, naqueles que mais precisam.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Chico Rodrigues. DEM - RR) – Eu gostaria de dizer a V. Exa...

Pois não, nobre Deputado Reginaldo.

O SR. REGINALDO LOPES (PT - MG. Para discutir.) – Presidente, também quero aqui agradecer. Acho que, de uma forma ou de outra, nós temos aqui um bom debate, um bom diálogo. Então, quero reconhecer o papel do senhor na Presidência, Senador Chico Rodrigues, e também o do Deputado Relator, o amigo Hugo Motta.

De fato, acho que a gente avançou. É evidente que aqui não é uma política para ganhar 100%, mas acho que fizemos uma política, como diz o Pompeo de Mattos, do ganha-ganha, em especial também por ter alterado o valor do saque, já que se permite o saque de R\$500 mais o saque-aniversário.

Quando eu apresentei uma emenda à medida provisória, junto com o Deputado Alencar Braga, eu o fiz a partir da compreensão de que o Brasil tem 64 milhões de inadimplentes no SPC. Quando eu estudei esses 64 milhões, vi que a metade deve até R\$1 mil. Então, é evidente que, para quem tem um pouquinho a mais de R\$500, é melhor que ele faça o saque em uma parcela, justamente para ele sair do círculo vicioso dos juros sobre juros, porque senão ele vai pagar só juro e vai continuar devendo o capital, apesar de ele já ter pagado muitas vezes o capital. Sou a favor de descontar o juro já pago. Eu acho que nós temos de pensar em como resolver o problema dos brasileiros superendividados no SPC, que, na verdade, não são superendividados, pois têm uma dívida de até R\$3 mil, em média. Mas quem ganha R\$1 mil fica pagando 30% do seu salário, diminuindo a qualidade de vida e alimentando lucros exorbitantes no sistema financeiro. Os cinco maiores bancos ganharam R\$109 bilhões de agosto de 2019 a agosto 2020.

Então, eu quero aqui, Relator, dizer que V. Exa. mostrou sua sensibilidade, para que se possa fazer o saque de até R\$998, que é o salário mínimo. Eu acho que isso contribui com o povo brasileiro, para retirar os trabalhadores do SPC, para reabilitá-los ao direito ao crédito. Numa economia que depende 80% do consumo das famílias, não podemos deixar nossas famílias fora do mercado de consumo, inadimplentes.

Então, quero me posicionar e também dizer da sensibilidade e da busca da transparência. De fato, promover esse acordo para a votação simbólica na terça-feira, a partir da distribuição do texto, é aquilo de que o Parlamento precisa, é evidente! Precisamos ter toda a matéria em mão. Eu sei que o acordo,





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

que o que é acordado na política, a palavra dada, é o nosso maior patrimônio, e a gente tem de cumprir isso. Então, é evidente que nós estamos aqui afirmando o acordo. É evidente que, ao adiar o nosso compromisso de votar simbolicamente, isso pressupõe que o que nós já acordamos estará previsto no relatório.

Então, nesse sentido, quero agradecer ao Senador Chico Rodrigues, quero parabenizá-lo pelo trabalho à frente desta Comissão Mista, que trata de uma medida provisória tão importante para o povo brasileiro, como também o Relator Hugo Motta.

O SR. PRESIDENTE (Chico Rodrigues. DEM - RR) – O.k.!

Eu quero agradecer ao Deputado Vitor Lippi pelo gesto, pela gentileza e, acima de tudo, pelo interesse, assim como ao Deputado Pompeo de Mattos, ao Deputado Reginaldo Lopes e ao próprio Senador Paulo Rocha, que, na verdade, desde o início, se houveram muito bem nas discussões, com solicitações que eram absolutamente cabíveis no relatório e que foram acatadas pelo Relator.

Quero dizer que o Relator teve uma participação intensa. Tivemos momentos de certa tensão, tivemos momentos talvez até de enfrentamento com outros segmentos, mas, obviamente, isso ocorreu para chegarmos aonde chegamos aqui hoje.

Eu gostaria também de agradecer ao Presidente da Câmara dos Deputados, o Deputado Rodrigo Maia, que, em um gesto, por ser jeitoso ao tratar das questões... Muitas vezes, é um pouco impulsivo, mas sempre compreende as questões maiores. Ele tinha encaminhado um ofício ao Presidente da MP. Havia um prazo determinado, que era o dia 30 de outubro. Mas ele aquiesceu à solicitação do Relator. E nós, na verdade, nos comprometemos a, na terça-feira, fazer essa votação simbólica, aprovar e encaminhar para a Câmara dos Deputados.

Então, houve o pedido de vista.

Nos termos do art. 132, §1º, do Regimento Interno do Senado Federal, fica concedida vista coletiva da matéria.

Declaro suspensa a presente reunião, marcando a reabertura para o dia 5 de novembro, por solicitação do nobre Deputado Pompeo de Mattos, às 14h30, no Plenário 13.

Está suspensa a reunião.

Obrigado. (*Palmas.*)

(Iniciada às 11 horas e 25 minutos, a reunião é suspensa às 12 horas e 56 minutos. Reaberta às 15 horas e 07 minutos, a reunião é suspensa às 15 horas e 51 minutos do dia 30/11/2019.)

(Texto com revisão.)





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

O SR. PRESIDENTE (Chico Rodrigues. DEM - RR) – Declaro reaberta a 6ª reunião da Comissão Mista destinada a emitir parecer sobre a Medida Provisória 889, de 2019.

Passo a palavra ao Relator, Deputado Hugo Motta, para suas considerações.

O SR. HUGO MOTTA (REPUBLICANOS - PB. Como Relator.) – Muito boa tarde.

Cumprimento o Sr. Presidente, Senador Chico.

Cumprimento todos os presentes, setores aqui presentes. O Presidente da Cemig, Dr. José Carlos, está aqui presente.

Demais Parlamentares que estão vindo, nós disponibilizamos a complementação do voto desde o dia de ontem, Senador Chico. Demos 24 horas de prazo para análise dos acordos aqui estabelecidos.

Eu vou pedir aqui vênias a V. Exa. para não fazer a leitura do voto, pois pode ficar um pouco cansativo, e para que possamos ir direto aos pontos que foram acertados aqui na última reunião como acordo.

O primeiro ponto foi a reivindicação do setor da construção civil sobre o limite dos descontos. Foi-nos trazida a reivindicação para que elevássemos o limite de 33,3% para 40%. Nós aquiescemos. A partir de 2020, será 40%; em 2021, 38%; em 2022, 36%. A partir de 2023, 33,5%, para que a gente dê a garantia de que não haverá solução de continuidade acerca dos projetos habitacionais já em execução bem como daqueles que foram lançados recentemente ou o serão até o final deste ano.

Então, esse foi um acordo que nós fizemos.

O outro ponto foi sobre a determinação da questão do FAT. Nós tiramos, através de uma negociação que foi pedida aqui tanto pelo PDT como pelo PT bem como pelo PSDB, a discricionariedade do poder Ministro da Economia.

Nós transferimos esse poder para o Codefat, que é o conselho que administra esse fundo. Essa decisão caberá agora ao Codefat. E o Senador José Serra tem uma emenda, aliás, tinha uma emenda antes, Deputada Bia, falando sobre a devolução desses recursos do BNDES para o FAT. Nós estamos colocando um parágrafo a mais, limitando essa devolução por parte do BNDES ao FAT. Esse cálculo se dará através do produto da arrecadação das contribuições devidas ao PIS e ao Pasep, deduzidas as destinações ao BNDES; e dos recursos necessários para o custeio do Programa do Seguro-Desemprego, pagamento do abono salarial e o financiamento de programas de educação profissional tecnológica, sendo que esse cálculo será efetuado conforme estimativas do Codefat para arrecadações e dispêndios para o exercício.





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

Esse tema não fez parte – eu preciso ser claro – do acordo que foi feito, que foi uma reunião que eu fiz *a posteriori* com o Senador José Serra. Nós incluímos no texto. Foi comunicado ontem também aos membros do Governo que nós estaríamos fazendo um adendo ao texto com esse parágrafo. Ele está no nosso texto que foi apresentado desde o dia de ontem.

Também há uma reivindicação que nos foi trazida pelo setor da construção e também pelo PT. Nós estamos determinando que o Presidente do Conselho Curador do FGTS não acumulará a titularidade da secretaria-executiva do colegiado – coisa que é possível nos dias de hoje. Nós acertamos também isso na última reunião.

Além dessas alterações, consideramos necessário proceder ainda aos seguintes ajustes: a estipulação segundo a qual o sistema digital de que trata o art. 17 do PLV e que trará facilidades marcantes tanto aos trabalhadores como empregadores, por ser substancialmente abrangente, terá o seu desenvolvimento assegurado pelo Poder Executivo, sendo que já recebemos o compromisso do Governo quanto ao desenvolvimento desse sistema.

Então, o Poder Executivo é que determinará quem irá fornecer os serviços digitais para o acompanhamento das contas do fundo de garantia, se os empregadores estão cumprindo as suas obrigações com os empregados. Se os empregadores quiserem parcelar os seus dados, poderão fazê-lo acessando esse sistema, bem como o certificado de regularidade do pagamento do FGTS também poderá ser emitido por esse sistema. Então, nós estamos, com isso, atendendo aqui aquilo que colocamos no nosso voto inicial, Senador Chico, que é a transformação do FGTS, que hoje é totalmente analógico, para o meio digital, facilitando assim a vida de todos aqueles que estão direta ou indiretamente ligados ao fundo.

Determinamos ainda que as demonstrações financeiras do FGTS serão encaminhadas até 30 de abril. No nosso texto inicial, estava a data de 31 de julho, mas estamos trazendo para abril, Deputada Bia Kicis, para que a auditoria externa que nós estamos criando para o conselho curador tenha tempo hábil para trabalhar, fazer a análise das contas, fazer todo o trabalho e, assim, no momento em que o resultado for divulgado e a distribuição for iniciada, nós vamos ter a condição de já termos tido o trabalho da auditoria independente que o conselho curador passará a ter após a aprovação do nosso texto.

Então, nós estamos trazendo...

A SRA. BIA KICIS (PSL - DF) – Relator, só uma pergunta. A Caixa está de acordo? Ela diz que é possível fazer?

O SR. HUGO MOTTA (REPUBLICANOS - PB) – A Caixa foi comunicada, tanto ela como a questão do FI-FGTS, e sabe que esse prazo é exequível. Nós havíamos negociado 31 de março, eles pediram 31 de





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

julho. Para nem ficar 31 de março nem 31 de julho, nós colocamos 30 de abril, dando mais 30 dias à Caixa e aos fundos para cumprir esse prazo.

A SRA. BIA KICIS (PSL - DF) – Obrigada.

O SR. HUGO MOTTA (REPUBLICANOS - PB) – Então, nós estamos encaminhando que a determinação de que as demonstrações financeiras do FGTS serão encaminhadas até 30 de abril do exercício subsequente, de forma a viabilizar a atuação efetiva dos auditores externos independentes antes da distribuição de resultados aos trabalhadores.

Esses foram os pontos que nós amarramos acerca da última reunião e dos acordos, Deputado Pompeo, que nós fizemos. Há ainda duas alterações, que são, na minha avaliação, pacíficas de acordo. Nós colocamos a previsão legal para que 0,1% do total dos ativos do fundo fossem destinados para as despesas do conselho curador, com auditoria e com os gastos que esse conselho curador tem.

Como nós estamos num momento em que todos estão fazendo, digamos, um sacrifício para o bom funcionamento do fundo de garantia, não é justo que deixemos também uma taxa tão alta. Então, diante do que nos foi trazido e pautado, principalmente no que foi gasto nos últimos anos – no ano passado, foram gastos 93 milhões; em 2017, 126 milhões –, nós vamos colocar... Como nesses anos você não tinha a contratação de uma auditoria independente, nós vamos baixar essa taxa de 0,1% para 0,04%. Nós vamos reduzir em 60% os custos do conselho curador, o que acarreta uma economia ainda maior de R\$300 milhões, ou seja, nós estamos dizendo que o que era gasto antes... Neste ano, vai ser algo em torno de R\$5,3 bilhões. A partir do ano que vem, nós vamos ter um gasto com a Caixa e com esse custo a mais de administração do conselho curador de algo em torno de até R\$2,7 bilhões, trazendo uma redução inicial impactante de R\$2,6 bilhões já no primeiro ano, Senador Chico, dinheiro esse que sairia da conta do trabalhador para pagar esses custos que nós estamos, a partir do nosso relatório, economizando. Então, os custos adicionais não serão mais de até 0,1%, eles serão de até 0,04%, o que nos dá uma média de R\$200 milhões, duzentos e pouco milhões de reais, o que, na nossa avaliação, é mais do que suficiente para podermos acompanhar o que está sendo feito com os recursos do fundo de garantia e com a atividade do fundo.

Foi trazida a nós uma reivindicação, e nós estamos achando por bem acatar. Na hora em que nós falamos aqui da parte da governança, nós temos, no primeiro ponto, que a presidência será exercida por um representante da área fazendária do Governo. Eu quero fazer o adendo de que a presidência do conselho curador será exercida pelo Ministro da Economia ou por um representante da área fazendária que seja indicado por ele. Por que isso? Para que a gente possa trazer mais responsabilidade com relação às decisões e que a gente tenha o Ministério na cabeça dessas decisões, o que já é feito hoje.





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

Ele poderá determinar quem o será, mas nós colocamos na Presidência do Conselho o Ministro da Economia, por entendermos que esse fundo é muito importante para que a gente tenha condição de tomar decisões arrazoadas, responsáveis e, acima de tudo, que venham a beneficiar o nosso País.

Então, essa é a complementação de voto que nós trouxemos agora. Eu peço que o Dr. Marcos possa fazê-lo. Nós estamos fazendo aqui oralmente e colocando que todos os acordos que fizemos na última reunião, Deputado Pompeo, estão cumpridos no voto distribuído ontem.

Só para concluir: Adendo à complementação de voto.

No *caput* do art. 13 do PLV apresentado à Medida Provisória nº 889, de 2019, o dispositivo mencionado é o art. 9º, §6º-A, inciso I, da Lei nº 8.036, de 1990. No texto apresentado, falta a menção à lei que contém o referido dispositivo.

Sala das Sessões, em 5 de novembro de 2019.

Esse é o nosso voto.

O SR. PRESIDENTE (Chico Rodrigues. Bloco/DEM - RR) – Obrigado, nobre Relator Hugo Motta.

Eu gostaria de dizer aos Srs. Senadores e aos Srs. Deputados e Deputadas que, na última quarta-feira, nós fizemos um acordo em que estavam presentes o Senador Paulo Rocha, do PT; o Deputado Reginaldo Lopes, do PT; o Deputado Federal Pompeo de Mattos, do PDT; e o Deputado Vitor Lippi, do PSDB.

Obviamente, nobre Deputada, eu gostaria de dizer a V. Exa. que houve um acordo preliminar de que posteriormente ficava a discussão por conta da conclusão da inclusão desse acordo no relatório. Ontem o Relator distribuiu para os líderes partidários esse relatório já concluso e agora, com a sua leitura, eu passo à discussão da matéria.

Deputado Reginaldo Lopes, V. Exa. tem a palavra.

O SR. REGINALDO LOPES (PT - MG. Para discutir.) – Uma pergunta ao nobre Relator Hugo Motta.

Fazia parte um pouco da negociação, mas nós não concluímos essa parte, em relação a aplicar o recurso em fundos. V. Exa. me explicou, mas eu queria só compreender um pouco como é feito hoje e o que V. Exa. está propondo que é bom para o trabalhador e para o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço.

O SR. HUGO MOTTA (REPUBLICANOS - PB) – Nós temos que ter... Deputado Reginaldo, eu falei rapidamente na última reunião o porquê nós estamos trazendo isso e colocando no nosso texto. Inclusive, há até uma rejeição nos setores de construção. Nós estamos absolutamente tranquilos em relação a isso. Isso não tirará nem um só real da habitação. Nós temos que ter um fundo viável





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

financeiramente, até para que se financie a habitação, Deputada Bia Kicis, até para que se financie a infraestrutura, até para que se consiga continuar distribuindo subsídios.

Eu não estou dizendo que todo o recurso do fundo será investido nisso nem estou mudando o viés do Fundo de Garantia. Essas aplicações no mercado financeiro que hoje já são feitas pela Caixa Econômica Federal e pelo Conselho Curador do Fundo são as que garantem a maior rentabilidade para que o fundo tenha condições de continuar financiando o que financia hoje. Nós não podemos aqui ser hipócritas de dizer que isso não é feito. Já é feito, Senador Chico. Nós estamos prevendo em lei que isso possa ser feito claramente, para que a gente tenha condição de ter um fundo mais rentável, para que ele possa, quando for financiar aquilo que tem que financiar, que seja importante para geração de emprego e renda no Brasil, que seja importante para que o Brasil possa retomar o caminho do seu crescimento e para que a gente proteja também o resultado para o trabalhador, porque eu estou aqui preocupado em defender aquilo que é importante para o trabalhador.

Eu preciso ter essa opção, porque, senão, o fundo vai chegar a um momento em que ele não vai ser rentável e vai diminuir o seu resultado.

E, como nós estamos amarrando o resultado para o financiamento e para a distribuição de subsídios, nós vamos, indiretamente, prejudicar toda a cadeia que estamos criando a partir de agora no FGTS. O bom resultado do fundo garante um maior investimento na habitação e em todas as áreas estratégicas que o fundo hoje pode assumir. Então, nós estamos colocando nada mais que aquilo que já é praticado, mas prevendo expressamente na lei que isso claramente poderá ser feito pelo seu conselho curador, que tem lá os representantes dos trabalhadores, dos empregadores, do próprio Governo, não é uma decisão de uma só pessoa, é uma decisão em colegiado. Isso, com certeza, na nossa avaliação, será positivo para garantir que o dinheiro do trabalhador vá render mais.

Eu pude dar uma entrevista hoje pela manhã e fiz um seguinte esclarecimento: financiar a habitação é importante, financiar a infraestrutura é importante, financiar as santas-casas é importante, distribuir subsídio para dar moradia a quem não tem é importante, mas é importante também que o fundo renda para o trabalhador. O trabalhador não escolhe colocar o seu dinheiro lá, ele coloca compulsoriamente, o trabalhador não decide onde esse dinheiro será empregado e investido, e ele ainda teve, por muitos e muitos anos, resultados negativos. Então, eu acho que não serve para o trabalhador, não serve para o País o fundo ter um resultado negativo. Será bom para a habitação, será bom para a construção civil, mas tem que ser bom também para o trabalhador, que é o verdadeiro dono desse dinheiro que financia tudo isso no nosso País.

É por isso que expressamente nós estamos colocando isso no nosso PLV.

O SR. PRESIDENTE (Chico Rodrigues. DEM - RR) – Eu gostaria de continuar a discussão. Os Deputados e os Senadores podem discutir.





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

Eu gostaria de passar a palavra ao nobre Deputado Pompeo de Mattos.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT - RS. Para discutir.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Senadores, primeiro, é importante dizer que a Medida Provisória 889 é de uma importância muito grande para o nosso País, ela é muito relevante.

Ela chega em uma hora muito importante. É importante que todos nós reconheçamos isso, porque ela tem uma magnitude, uma grandeza, um significado, uma importância para a nossa economia... Ela mexe um pouco com os nossos sentimentos. Na medida em que há uma economia reprimida, nós brasileiros, empreendedores, empresários, gestores, administradores, enfim, aqueles que têm a responsabilidade de governar este País vão buscar um dinheiro novo. E o que é curioso é que esse dinheiro novo sai exatamente da mão dos trabalhadores, o que, eu diria assim, é muito alvissareiro e mostra que o trabalhador tem uma importância muito grande para este País, o que nós não podemos desconhecer.

Neste contexto de construção, participam os trabalhadores, na medida em que há um fundo que é dos trabalhadores, o FGTS, de 1,3 trilhão, e que esse fundo vem para alimentar a economia exatamente estimulando o empreendedorismo, o empreendedor, ou seja, socorrendo o empresário, as nossas empresas, que retroalimentam o emprego, que beneficia o trabalhador, que, empregado, vai recolher mais FGTS.

É uma engrenagem, Presidente, de uma magnitude, de uma grandeza, de um significado, Deputado Hugo Motta, que nós temos que compreender muito claramente, até para que não fique mais essa dicotomia: trabalhador é para cá, empresário é para lá. Não vive um sem o outro.

Agora, os empresários precisam do dinheiro dos trabalhadores para que o dinheiro dos trabalhadores estimule a empregabilidade, estimule o trabalho empresarial e o empreendedorismo. E aí os trabalhadores podem dizer: "Pois é, agora os empresários se aproveitaram do nosso dinheiro...", mas, no fundo, esse dinheiro que é dos trabalhadores e que os empresários vão pegar, vão ter na mão, ao final e ao cabo, reverte para os trabalhadores, ou seja, é uma corrente que se retroalimenta, em que ganham todos. Ganham os trabalhadores que fizeram essa poupança institucional, que é o FGTS; ganham os empresários, que podem ter esse dinheiro dessa poupança em condições melhores para empreenderem e aí gerarem mais emprego, e os trabalhadores continuarem depositando nesse fundo. Então, essa é a razão desse fundo. Por isso, nós temos que zelar, cuidar do nosso FGTS.

Por isso, quando nós fazemos esse tipo de movimentação, nós temos que fazer de tal forma: com a responsabilidade, com o cuidado e com o zelo, para que a gente não exagere em hipótese nenhuma, para que a gente não mate o fundo, para que a gente não descapitalize o fundo, para que a gente mantenha o fundo equilibrado, mas que, ao mesmo tempo, a gente dê o desafoço que a economia





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

pede, precisa, merece, reclama e a que tem direito, para que a gente possa respirar neste País, que está sufocado economicamente.

Então, nesse contexto, eu quero me somar a tantos outros para dizer que nós vamos cumprir o acordo à risca, Presidente Chico Rodrigues e Deputado Hugo Motta, na forma e nos instrumentos que V. Exa. apresentou, porque o acordo que nós firmamos aqui – e que foi um acordo de fio de bigode, como a gente diz lá no Rio Grande do Sul – agora passou a ser um acordo de papel, com assinatura e tudo do Relator. Eu diria, assim, que nós aqui do lado de cá vamos fazer a parte do tabelião: o referido é verdade e dou fé, ou seja, vamos sustentar essa posição.

E, concluindo, Presidente, quero dizer que nós conseguimos uma série de avanços aqui sob a batuta do Senador Chico Rodrigues, Deputada Bia. Os nossos Deputados do PT, do MDB, do PP, sim, de todos os partidos, do PDT – e dentre os quais me incluo, porque briguei um pouco com o Relator, fui um pouco duro com o Relator... Mas era na causa boa, em defesa daquilo que nós acreditávamos.

Por exemplo, a taxa do conselho curador, aliás a taxa que era cobrada pela Caixa, que era de 1%, veio para 0,4. Aliás, era uma briga para chegar a 0,5; baixou para 0,4.

O SR. HUGO MOTTA (REPUBLICANOS - PB) – Nós estamos deixando em 0,5 a Caixa.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT - RS) – Ah, a Caixa, 0,5? O conselho curador é que ficou 0,4?

O SR. HUGO MOTTA (REPUBLICANOS - PB) – O conselho curador, para o qual nós estávamos prevendo um custo de 0,1, nós estamos baixando para 0,04.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT - RS) – Perfeito.

O SR. HUGO MOTTA (REPUBLICANOS - PB) – Como no FGTS os números são vultosos, Deputado Pompeo, essa redução acarreta a redução de R\$300 milhões.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT - RS) – É uma fortuna.

Então, nós temos duas, digamos assim, economias fundamentais: uma para o *spread* da Caixa, na administração da Caixa; e outra, do Fundo Curador. Da caixa, de 1 para 0,4... Aliás, desculpe: 0,5. Eu estou insistindo aqui, mas a da Caixa é de 1 para 0,5; e do conselho curador, de 1 para 0,4.

Então, isso é relevante. Ou o FGTS continua na Caixa... A questão do desconto para baixa renda, que hoje não tinha limite, a gente sabe que era algo descontrolado, tinha que ser regrado, nós compreendemos bem.

O SR. HUGO MOTTA (REPUBLICANOS - PB) – O saque de um salário mínimo para quem tinha até um salário mínimo na data da MP.





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT - RS) – Eu vou chegar lá.

São avanços, tanto que a gente se emociona aqui. Mas, a verdade é que ficou, então, em 40%, sendo que em quatro anos ele vai diminuindo para chegar aos 33 vírgula qualquer coisa, mas também é um avanço para exatamente aqueles pobres que têm os financiamentos habitacionais e que vão ter vantagem nesse acordo, porque vão ter um rebate, uma diminuição nas suas prestações, nos valores a serem pagos.

O valor do saque que, agora, a medida provisória veio tão somente com R\$ 500. Ela sai daqui com os R\$500 para todos e, para aqueles que têm no fundo até um salário mínimo, o saque é total. Então, isso é um avanço expressivo. Só aí deve dar, não sei, mas em torno de...

O SR. HUGO MOTTA (REPUBLICANOS - PB) – Três bilhões a mais na economia.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT - RS) – Mais ou menos 3 bilhões de dinheiro na economia, sem contar os 44 bilhões, ou seja, além dos 44 bilhões, Deputada Bia, dos R\$500 de saque e ainda mais três bilhões. Podemos chegar, então, a 47 bilhões de recursos de injeção na economia.

O Codefat entra de novo para o dinheiro quando for solicitado, o dinheiro do FAT que vai para o Banco do Brasil – permita-me dizer para o meu Banco do Brasil, do qual sou servidor –, para a Caixa Econômica Federal, para o BNDES e para o Tesouro não fica mais só nas mãos do Ministro. Como esse dinheiro vai, como esse dinheiro vem, o Codefat, o seu conselho, o coletivo, o plural vai interferir, embora o Governo tenha a maioria no Codefat, são três representantes dos trabalhadores, três representantes dos empresários, são seis do Governo; mas ele é plural e é coletivo, e ali nós podemos abrir a discussão. Se ela não for algo positivo, alguém vai dizer o que está errado, alguém vai falar, alguém vai alertar.

Concluo, Presidente, de maneira muito afirmativa, comemorando que a Caixa, ao final e ao cabo, vai disponibilizar, por meio digital, exatamente o controle de todo esse funcionamento do FGTS, porque hoje, para você acessar o FGTS – está aqui falando um bancário –, não é fácil.

Então, essa questão do meio digital, que a gente vai trabalhar esse tema, é algo positivo que vem ali na frente para que o trabalhador – esse é o nosso desejo – possa ter acesso com mais facilidade, porque hoje os meios digitais é o que mais nós temos funcionando, em termos de acesso a contas correntes, a contas de depósito, enfim, a fundos e todo tipo de relação bancária.

Presidente, parabéns, Deputado Hugo Motta, parabéns, Senador Chico Rodrigues, parabéns a todos nós. Eu até fiquei pensando aqui comigo que talvez sobre pouco para nós acertarmos em Plenário, mas que bom que nós acertamos entre nós aqui.

O SR. HUGO MOTTA (REPUBLICANOS - PB) – Tomara, tomara que não sobre nada.





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT - RS) – Tomara que não sobre nada.

Demorou um pouco aqui, Presidente, valeu a pena ter esperado da semana passada para hoje, porque os avanços foram significativos, os consensos foram formados e o pior dos acordos é melhor do que a melhor decisão, porque o acordado e combinado sempre é mais barato e mais significativo.

O povo gaúcho, no meu caso, e o povo brasileiro, no nosso, saiu ganhando com esse entendimento.

Muito obrigado.

O SR. HUGO MOTTA (REPUBLICANOS - PB) – Com certeza.

O SR. PRESIDENTE (Chico Rodrigues. DEM - RR) – Eu gostaria de cumprimentar o nobre Deputado Pompeu de Matos, que tem se havido muito bem em todas as discussões. Fomos colegas na Câmara dos Deputados e a gente percebe que este tema, especificamente, ele domina, assim como também o Deputado Reginaldo Lopes, que é um trabalhador por excelência, que, na verdade, procurou se debruçar sobre esse projeto, que é fundamental, essa medida provisória, que é fundamental para o País. Não é medida provisória partidária nem política, e isso aqui ficou bem claro, ficou transparente, como uma janela sem vidros. As discussões foram extremamente acaloradas. Nós verificamos, inclusive, em alguns momentos, junto com o Relator, algum desentendimento por questão de posições em relação a taxas, etc. Mas o importante é que houve unidade no essencial, que era exatamente a importância e a relevância dessa medida provisória apresentada pelo Governo, no sentido de nós equalizarmos essa questão, que é fundamental para a sociedade brasileira.

Afinal de contas, às vezes, nós no imaginário, você como até um visionário, você imagina com o trabalho que foi desenvolvido aqui pelo Relator, os avanços que foram conquistados, a possibilidade que tem de o Governo, inclusive, investir na habitação popular mais e mais, para aqueles mais de seis milhões de brasileiros que não têm acesso à habitação popular.

Então, meu caro Deputado Hugo Motta, você, na verdade... Volto a dizer, isso é importante que fique claro, o acordo, o entendimento, o que foi construído aqui, alguns diziam que não se votaria, mas pelo nosso entendimento, eu diria parabéns a vocês, porque a palavra determina o destino do homem, e vocês, na verdade, tiveram uma palavra firme, estudaram os avanços, as perdas, os ganhos, mas, afinal de contas, nós conseguimos, nesta tarde de hoje, coroar o trabalho brilhante do nobre Deputado Hugo Motta, que orgulha a Paraíba, que orgulha a Câmara dos Deputados, com esta relatoria que, talvez não tenha sido o melhor dos mundos para os vários segmentos que tinham interesse, mas, dentro do possível, houve um equacionamento nas dúvidas e, acima de tudo, um avanço e uma conquista para o que mais importa a cada um de nós que estamos aqui, que é para o trabalhador brasileiro.

Portanto, sem mais quem queira discutir, está encerrada a discussão.





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

Passamos à votação da matéria.

Em votação o relatório.

Os Parlamentares que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão.

Para não adiantar, até porque havia um pedido anterior da nobre Deputada Bia kicis, eu gostaria de dizer que ela que foi ativa, muito ativa, nessas discussões, ela usasse a palavra para também deixar o registro aqui da sua participação política nesta discussão.

A SRA. BIA KICIS (PSL - DF. Pela Liderança.) – Muito obrigada, Sr. Presidente, Senador Chico Rodrigues, a quem eu chamo e considero um amigo; Deputado Hugo Motta, eminente Relator, que fez esse trabalho belíssimo, todos os meus pares aqui desta Comissão. Eu falo como integrante da Comissão e como Vice-Líder do Governo no Congresso, para dizer que muito me alegra.

Eu fico feliz com o entusiasmo do Deputado Pompeu de Mattos, que é meu colega de CCJ também e lá nós temos um excelente entendimento, um excelente diálogo.

Quero dizer que essa construção no Parlamento é o que nós buscamos, porque esta é a Casa do povo e esse é o mais – eu diria – é o principal Poder, porque aqui que as matérias tem que ser, afinal de contas, construídas. Elas vêm do Executivo.

E hoje nós temos uma felicidade, a meu ver, de termos um Presidente, aquele homem em que eu votei, que eu escolhi para governar esta Nação, que pensa no povo e mandou uma medida provisória e que conta com uma equipe econômica do Ministro Paulo Guedes, com todos os membros da equipe; e eu me orgulho muito de estar ao lado caminhando, fazendo parte dessa história, junto com essas pessoas – aqui o Secretário Adolfo Sachsida, tantas as pessoas aqui presentes.

Mas eu quero agradecer aos meus colegas, o Deputado Reginaldo Lopes, o Deputado Pompeo, todos os demais, porque, enfim, nós fizemos um acordo e ele foi honrado. E embora eu não tenha bigode, eu aprendi de pequena, eu aprendi de pequena na minha casa que acordo se faz no fio do bigode, como neta de gaúcho, aprendi e fico feliz que todos aqui estejamos agora honrando, para o bem do povo brasileiro.

Mais uma vez meus cumprimentos ao nosso querido Relator, que fez um trabalho brilhante, e ao nosso Senador Chico Rodrigues, que conduziu tão bem, com tanta maestria, esta Comissão.

Muito obrigada.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT - RS) – Só um minutinho, Presidente, só para eu dizer uma coisa.





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

Eu tenho dito, e nunca é demais repetir, até para que possa nortear a nossa relação aqui na Câmara dos Deputados, eu disse isso já à Deputada Bia Kicis e vou repetir para todos nós, inclusive para mim mesmo, Presidente: eu não votei no Presidente Bolsonaro, não fiz campanha, não era e não foi o meu candidato. Eu votei no Ciro Gomes. Mas ele se elegeu Presidente, então eu respeito, até para ser respeitado, eu reconheço, até para ser reconhecido. É claro que o meu partido, o PDT, é oposição ao Governo. Agora, aqui no Parlamento, o meu comportamento como Parlamentar, eu não voto as matérias que nos dizem respeito em função do autor; eu voto em função do conteúdo, como dizia o Dr. Brizola. Ah, o autor é o Bolsonaro, não quer dizer que é bom porque é do Bolsonaro. Ah, o autor é o Bolsonaro, não quer dizer que é ruim porque é o Bolsonaro – eu vou ler e vou ver o que está escrito e vou examinar o conteúdo. Se é bom, eu voto a favor. Absolutamente não há nenhum preconceito e não há nenhum problema, inclusive, se necessário, posso elogiá-lo. Se é ruim, eu tento melhorar, e, se não houver jeito, eu faço as minhas críticas e voto contra. Essa é minha postura muito clara e esse é o comportamento.

E aí serve de exemplo a Medida Provisória 889, do Fundo de Garantia, que é uma medida provisória boa, que nós a tornamos aqui melhor, maior e mais expressiva, mais ampla em favor dos trabalhadores, em favor dos empreendedores. E eu diria mais: regulando a relação do fundo, do FGTS, do FAT, do Codefat, com o Banco do Brasil, com a Caixa, com o Tesouro e com o BNDES, dando o equilíbrio necessário e suficiente. Quer dizer: feito isso, tendo uma medida provisória boa, que nós a tornamos melhor, por que eu não votaria a favor? Eu sou a favor do meu Brasil, do meu País, e esta maturidade nós devemos ter. "Ah, mas então agora nós vamos votar a favor das coisas do Bolsonaro?" Não! As coisas não são do Bolsonaro, as coisas são do Brasil. Nós estamos todos num barco chamado Brasil; se esse barco chamado Brasil afundar, se engane quem quiser, todos vamos nos molhar, alguns vão se afogar e outros tantos vão morrer. Eu não sou aquele que vai sabotar o barco. Eu até vou fazer advertência:

(Soa a campanha.)

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT - RS) – "Olha, Capitão, o barco está indo à deriva, vamos remar, vamos sair", eu faço essas advertências, agora vou fazer o meu papel em favor da nossa Pátria amada, Brasil. Esse é o meu compromisso aqui no Parlamento.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Chico Rodrigues. DEM - RR) – É...

O SR. REGINALDO LOPES (PT - MG) – Presidente, só para...

O SR. PRESIDENTE (Chico Rodrigues. DEM - RR) – V. Exa. com a palavra, nobre Deputado Reginaldo Lopes.





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

O SR. REGINALDO LOPES (PT - MG) – Só para reconhecer também que eu acho que tanto V. Exa., na condição de Presidente, garantiu o contraditório, o processo democrático de debate, as audiências públicas, V. Exa. conduziu, e também o nobre Relator. Acho que, de fato, houve avanço. Acho que, de fato, nós melhoramos muito a medida provisória. E tem muito da capacidade do Relator, que estudou, que dedicou e também soube fazer os acordos, as negociações necessárias. Lógico: eu sei, dentro do limite, talvez, se fosse uma decisão pessoal, poderia até ter me atendido um pouco mais algumas demandas, mas evidente acho que, de fato, modernizamos esta medida provisória no sentido de proteger a poupança, porque, ao contrário do que o Paulo Guedes acha, que quem ganha R\$1 mil tem condição de fazer previdência, capitalização ou poupança, essa é a única poupança que o trabalhador brasileiro, na ampla maioria, consegue fazer, porque é compulsória, porque se ela não fosse compulsória, o trabalhador iria sacar todos os meses, porque, de fato, a renda *per capita* no Brasil é uma vergonha. Nós precisamos melhorar muito ainda a distribuição de renda no Brasil. Mas V. Exa. preservou essa poupança, que, no final da vida, ajuda vários trabalhadores e trabalhadoras brasileiros.

Então, quero agradecer em especial pela sensibilidade de ter aumentado o saque imediato de 500 para um salário mínimo, que eu acho que ajuda nessa nossa tarefa de enfrentar o círculo vicioso do juro sobre juro que o sistema financeiro impõe aos mais pobres do País.

Parabéns ao Relator Motta e Parabéns Chico Rodrigues.

O SR. HUGO MOTTA (REPUBLICANOS - PB) – Obrigado, Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Chico Rodrigues. DEM - RR) – Muito obrigado, Deputado Reginaldo Lopes.

Eu gostaria de passar a palavra ao Deputado Vitor Lippi, do PSDB.

O SR. VITOR LIPPI (PSDB - SP) – Obrigado, Senador Chico Rodrigues, Deputado Hugo Motta. Quero cumprimentar os nobres pares aqui presentes. Eu gostaria de cumprimentá-los. Da mesma forma que nós estivemos debatendo a matéria, uma matéria importante, entendo, Deputado Hugo Motta, Senador Chico Rodrigues, que nós conseguimos aquilo que a sociedade espera de nós: ajudar os trabalhadores, e, ao mesmo tempo, manter as instituições de fomento ao desenvolvimento econômico do País, porque esse fomento ao desenvolvimento econômico é que gera os empregos. Então, ao mesmo tempo que estamos ajudando aquele que trabalha, nós estamos ajudando aquele que quer ter um emprego. Eu acho que essa é a grande questão de termos o equilíbrio desta Casa, porque para ajudarmos o trabalhador, nós temos que também desenvolver a atividade econômica, nós temos que achar esse equilíbrio. E eu acho que nós conseguimos isso.

E eu gostaria de cumprimentar em especial o nosso Relator e o nosso Senador Chico Rodrigues pela sensibilidade; uma matéria importante, mas que ao mesmo tempo que ela inicialmente trazia benefícios para o trabalhador, poderia trazer riscos para o fomento do desenvolvimento econômico do País. Para ser mais claro, nós estávamos falando aqui do BNDES, e todos nós sabemos que o BNDES





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

passou por um desgaste, mas todos nós temos que reconhecer que ele é uma instituição estratégica para o financiamento do desenvolvimento econômico do País, da infraestrutura do País, dos financiamentos de longo prazo e do financiamento das pesquisas estratégicas do País. E em nada disso têm compromisso outros bancos, só esse banco chamado BNDES tem esse compromisso. Por isso, manter a capacidade do BNDES, garantir que o BNDES não tenha um risco de virar um banco insolvente, ou sem recursos para financiar o Brasil, V. Exas. tiveram essa capacidade. Então, eu queria cumprimentá-los.

Quero agradecer ao Deputado Hugo Motta, fico muito feliz, nós estávamos muito preocupados, nós estávamos pensando estrategicamente no Brasil e, às vezes, uma vírgula, uma frase, um artigo pode mudar a história das instituições.

Mas V. Exas. primaram pela responsabilidade, pela preocupação estratégica, pelo equilíbrio, pelo processo democrático e entendo que nós construímos algo que é bom para o Brasil, tanto para os trabalhadores quanto, também, importante para garantir as instituições de fomento ao desenvolvimento econômico, social e de pesquisa do País.

Os meus cumprimentos, muito obrigado por toda a atenção que V. Exa. deu durante todo o tempo para os debates que foram muito profícuos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Chico Rodrigues. DEM - RR) – Muito obrigado, Deputado Vitor Lippi, pelas suas palavras; e vemos que houve, na verdade, da direita ou centro esquerda, que não existe time de futebol, o que existe é o interesse defendido por cada um dos Parlamentares com o nosso País.

Passo a palavra ao nobre Relator, que vai fazer o seu breve comentário de encerramento.

O SR. HUGO MOTTA (REPUBLICANOS - PB) – Só quero agradecer.

Quero, primeiro, agradecer a V. Exa., Senador Chico, pela parceria desde o início estabelecida entre o nosso trabalho e o trabalho de V. Exa. É uma parceria que, com certeza, ajudou muito para que pudéssemos afinar esse relatório, a sua experiência, o seu conhecimento, a sua interlocução junto ao Governo Federal foram fundamentais na construção do nosso trabalho. Sem a sua colaboração talvez não tivéssemos conseguido fazer um trabalho que, aqui mesmo foi dito pelos Deputados, conseguiu tanto dos Parlamentares que fazem oposição ao Governo como daqueles Parlamentares que estão na base de apoio, para que nós tivéssemos a oportunidade aqui de construir esse consenso.

Acho que o Parlamento é isso, é o diálogo. Então, quero agradecer ao Deputado Vitor Lippi pelas suas palavras, pude aprender muito com o conhecimento de V. Exa., principalmente acerca do funcionamento do BNDES; quero agradecer ao Deputado Pompeo e ao Deputado Reginaldo que desde o início dialogou conosco.





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

Se o relatório não ficou 100% a contento de todos, eu acho que é porque ele está bom, porque se tivesse ficado 100% a contento só de um lado, ele não estaria bom. Ele também não ficou 100% ao meu contento, então, eu quero aqui também registrar isso. Se todo mundo se satisfaz parcialmente é porque o interesse maior, que é proteger o fundo de garantia, garantir um bom resultado ao trabalhador, garantir o financiamento das áreas estratégicas, tudo isso está preservado no nosso texto.

O Deputado Pompeu, que fez aqui um esboço... Faltaram apenas dois temas, Pompeu, que são muito caros e que o nosso relatório também contempla. O primeiro, abrimos a possibilidade de saque para os portadores de doenças raras. Isso é um avanço fundamental, os tratamentos não são baratos, então, a partir de agora, com a aprovação do trabalho desta Comissão, aqueles cotistas do FGTS que possuem ou se algum dos seus dependentes possuírem doenças raras, ele poderá acessar os recursos do fundo. Então, eu vejo isso como uma questão humanitária. Nós fizemos questão, Deputado Reginaldo, de colocar a questão das doenças raras com o compromisso já de sanção também do Governo Federal. Isso é importante dizer: que nós amarramos no texto a questão com o Poder Executivo para que houvesse por parte do Presidente da República a sanção dessa possibilidade de saque.

O outro ponto é o fim da multa dos 10% na demissão. Nós estamos compensando de outra forma o trabalhador para que ele não tenha prejuízo, mas estamos barateando o custo de se empregar no Brasil. É um custo altíssimo se empregar em nosso País, nós temos que criar alternativas e isso irá colaborar para que a gente tenha mais trabalhadores na formalidade, com carteira assinada, contribuindo e garantido para que os seus direitos sejam preservados. Isso também é um avanço construído com o Governo, aqui amparado dentro do nosso acordo e que também o nosso relatório traz.

Então, eu me orgulho muito de poder trazer, além de todos os temas aqui elencados pelo Deputado Pompeu, esses outros dois temas.

E, para encerrar, quero agradecer aos consultores da Câmara que nos ajudaram desde o início: Dr. Marcos Humberto e a nossa querida Auxiliadora, que ajudou muito na elaboração desse texto com o conhecimento e o preparo que os consultores legislativos têm.

Aos setores aqui representados, primeiramente, os meus pedidos de desculpas se não pude atender em tudo que nos foi trazido, mas garanto que procuramos priorizar aquilo que foi essencial na construção de um relatório que fosse, acima de tudo, bom e proveitoso para o nosso País.

O meu muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Chico Rodrigues. DEM - RR) – Antes de encerrarmos os trabalhos, eu gostaria apenas de dizer que houve, finalmente, meu caro Deputado Hugo Motta, unidade no essencial por parte de todos os membros da Comissão.





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

Isso nos alegra e nos anima muito, porque tenho certeza de que o que sai daqui, do seu relatório hoje, aprovado por todos os Deputados e Senadores, é o melhor para o Brasil.

Proponho a aprovação da ata da presente reunião e das reuniões anteriores.

Os Parlamentares que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovadas.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

Obrigado. *(Palmas.)*

(Iniciada às 11 horas e 25 minutos e suspensa às 12 horas e 56 minutos; Reaberta às 15 horas e 07 minutos e suspensa às 15 horas e 51 minutos do dia 30/11/2019, a reunião é reaberta às 14 horas e 51 minutos e encerrada às 15 horas e 35 minutos do dia 05/11/2019.)





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

ATA DA 1ª REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA DA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 891, DE 2019, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 11 DE SETEMBRO DE 2019, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 6.

Às quinze horas e dezesseis minutos do dia onze de setembro de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 6, sob as Presidências dos Parlamentares Sérgio Petecão e Bia Kicis, reúne-se a Comissão Mista da Medida Provisória nº 891, de 2019, com a presença dos Parlamentares Plínio Valério, Major Olímpio, Angelo Coronel, Arolde de Oliveira, Paulo Paim, Zenaide Maia, Jorginho Mello, Fernando Rodolfo, Heitor Schuch, Elias Vaz, Ossesio Silva, Manuel Marcos, Paulo Azi, Pr. Marco Feliciano, Eduardo Braide, Dário Berger, Nelsinho Trad, David Soares, João Roma, Marcos do Val, Wellington Fagundes, Gutemberg Reis, Reinhold Stephanes Junior, Efraim Filho, Izalci Lucas, Luis Carlos Heinze, Rogério Peninha Mendonça, Delegado Pablo, José Serra, Miguel Lombardi, Eliziane Gama, Acir Gurgacz, Chico Rodrigues, Marcelo Nilo, José Nelto, Juíza Selma e Dr. Jaziel. Deixam de comparecer os Parlamentares Jader Barbalho, Marcio Bittar, Daniella Ribeiro, Flávio Bolsonaro, Veneziano Vital do Rêgo, Rodrigo Pacheco, Rose de Freitas, Arthur Lira, Baleia Rossi, Paulo Guedes, Marco Bertaiolli, Carlos Sampaio e André Figueiredo. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Instalação e Eleição. Finalidade:** Instalação da Comissão e Eleição de Presidente e de Vice-Presidente. A Presidência comunica a existência de acordo das lideranças das duas Casas pelo qual é indicado o nome do Senador Sérgio Petecão para assumir a Presidência da Comissão. Submetido o nome indicado ao Plenário, é aprovado por aclamação. Assume a direção dos trabalhos o Senador Sérgio Petecão, Presidente Eleito da Comissão, que, ato contínuo, designa Relator o Deputado Fernando Rodolfo. É aprovada a presente Ata. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e dezoito minutos. A presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Congresso Nacional, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Sérgio Petecão

Presidente da Comissão Mista da Medida Provisória nº 891 de 2019





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

<https://www12.senado.leg.br/multimedia/evento/90704>





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

A SRA. PRESIDENTE (Bia Kicis. PSL - DF) – Boa tarde a todos! Medida Provisória 891.

Havendo número regimental, declaro aberta a 1ª Reunião da Comissão Mista destinada a emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 891, de 2019.

De acordo com a Resolução nº 1, de 2002, do Congresso Nacional, a Presidência desta Comissão ficará sob a responsabilidade do Senado Federal e a relatoria, sob a responsabilidade da Câmara dos Deputados.

Comunico que há acordo de Lideranças para a eleição da Mesa, tendo sido indicado para Presidente o Senador Sérgio Petecão.

Consulto o Plenário se podemos fazer a eleição da Mesa por aclamação.

Os Parlamentares que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Declaro eleito Presidente o Senador Sérgio Petecão.

E passo a Presidência da Comissão ao Exmo. Sr. Senador Sérgio Petecão.

Por favor.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Boa tarde, amigos, Deputados Federais, Senadores, pessoal da imprensa, nossa assessoria, vou pedir desculpa pelo atraso, mas, como já foi lido aqui pela colega Deputada Bia Kicis, conforme entendimento entre as bancadas, foi designado como Relator o nobre Deputado Fernando Rodolfo, que está presente.

Proponho a aprovação da ata da presente reunião.

Os Parlamentares que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Não nenhuma manifestação contrária, foi aprovada.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 15 horas e 16 minutos, a reunião é encerrada às 15 horas e 18 minutos.)





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

ATA DA 2ª REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA DA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 891, DE 2019, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 17 DE SETEMBRO DE 2019, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 19.

Às quatorze horas e cinquenta e dois minutos do dia dezessete de setembro de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19, sob a Presidência do Senador Sérgio Petecão, reúne-se a Comissão Mista da Medida Provisória nº 891, de 2019, com a presença dos Parlamentares Daniella Ribeiro, Major Olímpio, Veneziano Vital do Rêgo, Angelo Coronel, Carlos Viana, Paulo Paim, Zenaide Maia, Jorginho Mello, Bia Kicis, Marco Bertaiolli, Fernando Rodolfo, Heitor Schuch, Elias Vaz, Ossesio Silva, Manuel Marcos, Beto Pereira, Pr. Marco Feliciano, Eduardo Braide, Hercílio Coelho Diniz, Acir Gurgacz, Fred Costa, José Nelto, Reginaldo Lopes, Luciano Ducci, Toninho Wandscheer, Eduardo Braga, Dário Berger, Nelsinho Trad, João Roma, Confúcio Moura, Wellington Fagundes, Rodrigo Cunha, Coronel Tadeu, Styvenson Valentim, Izalci Lucas e Fernando Bezerra Coelho. Deixam de comparecer os Parlamentares Jader Barbalho, Marcio Bittar, Plínio Valério, Flávio Bolsonaro, Rodrigo Pacheco, Rose de Freitas, Arthur Lira, Baleia Rossi, Paulo Guedes, Carlos Sampaio, Paulo Azi e André Figueiredo. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Reunião de Trabalho. Finalidade:** Apreciação do Plano de Trabalho. **Resultado:** Aprovado o Requerimento nº 1 (Plano de Trabalho), do Deputado Fernando Rodolfo. A presidência submete à Comissão a ata da reunião, que é aprovada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quatorze horas e cinquenta e sete minutos. A presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Congresso Nacional, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Sérgio Petecão

Presidente da Comissão Mista da Medida Provisória nº 891 de 2019

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2019/09/17>



CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

ATA DA 3ª REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA DA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 891 DE 2019 DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 25 DE SETEMBRO DE 2019, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 9.

Às quatorze horas e cinquenta e quatro minutos do dia vinte e cinco de setembro de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9, sob as Presidências dos Parlamentares Sérgio Petecão e Fernando Rodolfo, reúne-se a Comissão Mista da Medida Provisória nº 891 de 2019 com a presença dos Parlamentares Daniella Ribeiro, Mecias de Jesus, Flávio Bolsonaro, Major Olímpio, Angelo Coronel, Arolde de Oliveira, Paulo Paim, Zenaide Maia, Telmário Mota, Rodrigo Pacheco, Bia Kicis, Elias Vaz, Ossesio Silva, Pr. Marco Feliciano, Eduardo Braide, Rodrigo Cunha, Lucas Barreto, Jarbas Vasconcelos, Luis Carlos Heinze, Izalci Lucas, Acir Gurgacz, José Nelto, Chico Rodrigues, Eliziane Gama, Reginaldo Lopes, Juíza Selma, João Roma, Alexandre Serfiotis, Dário Berger, Nelsinho Trad, Beto Pereira, Wellington Fagundes e Marcos do Val. Deixam de comparecer os Parlamentares Jader Barbalho, Marcio Bittar, Plínio Valério, Veneziano Vital do Rêgo, Rose de Freitas, Arthur Lira, Baleia Rossi, Paulo Guedes, Marco Bertaolli, Heitor Schuch, Eduardo Barbosa, Paulo Azi e André Figueiredo. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo ao Requerimento nº 1 (Plano de Trabalho). **Finalidade:** Debater a MEDIDA PROVISÓRIA Nº 891, de 2019. **Participantes:** Renato Rodrigues Vieira, Presidente do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS; Benedito Adalberto Brunca, Diretor de Programa da Secretaria Especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia; e Miguel Cabrera Kauam, Diretor de Programa da Secretaria Especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia. **Resultado:** Audiência Pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e quarenta e seis minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Congresso Nacional.

Senador Sérgio Petecão

Presidente da Comissão Mista da Medida Provisória nº 891 de 2019

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2019/09/25>



CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

ATA DA 4ª REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA DA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 891 DE 2019 DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA NOS DIAS 29 E 30 DE OUTUBRO DE 2019, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às quinze horas e cinquenta e nove minutos do dia vinte e nove de outubro de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob a Presidência do Senador Sérgio Petecão, reúne-se a Comissão Mista da Medida Provisória nº 891 de 2019 com a presença dos Parlamentares Marcio Bittar, Mecias de Jesus, Plínio Valério, Major Olimpio, Veneziano Vital do Rêgo, Angelo Coronel, Carlos Viana, Arolde de Oliveira, Paulo Rocha, Telmário Mota, Jorginho Mello, Rose de Freitas, Alvaro Dias, Bia Kicis, Marco Bertaiolli, Diego Andrade, Fernando Rodolfo, Marcelo Ramos, Heitor Schuch, Ossesio Silva, Manuel Marcos, Eduardo Barbosa, Paulo Azi, Igor Timo, Eduardo Braide, Reginaldo Lopes, Juíza Selma, Zé Vitor, Diego Garcia, Dário Berger, Denis Bezerra, Wellington Fagundes, Marcos do Val, Rodrigo Cunha, Irajá, Soraya Thronicke, Styvenson Valentim, Luis Carlos Heinze, Izalci Lucas, Pedro Lupion, Acir Gurgacz, José Nelto, Luisa Canziani, Bosco Costa, Nelsinho Trad, Maria Rosas, Marcelo Castro, Fernando Bezerra Coelho, Oriovisto Guimarães, Jarbas Vasconcelos, Chico Rodrigues e Léo Moraes. Deixam de comparecer os Parlamentares Jader Barbalho, Daniella Ribeiro, Flávio Bolsonaro, Paulo Paim, Zenaide Maia, Rodrigo Pacheco, Arthur Lira, Baleia Rossi, Carlos Zarattini, André Figueiredo e Pr. Marco Feliciano. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa. ITEM 1 - Medida Provisória nº 891, de 2019 - Não Terminativo** - que: "Altera a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre os planos de benefícios da Previdência Social, e a Lei nº 13.846, de 18 de junho de 2019, que institui o Programa Especial para Análise de Benefícios com Indícios de Irregularidade, o Programa de Revisão de Benefícios por Incapacidade, o Bônus de Desempenho Institucional por Análise de Benefícios com Indícios de Irregularidade do Monitoramento Operacional de Benefícios e o Bônus de Desempenho Institucional por Perícia Médica em Benefícios por Incapacidade." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Deputado Fernando Rodolfo. **Relatório:** Pela aprovação nos termos do PLV que apresenta. **Resultado:** Lido o relatório do Deputado Fernando Rodolfo. É concedida vista da matéria. Às dezesseis horas e oito minutos, a reunião é suspensa e a reabertura é agendada para o dia trinta de outubro de dois mil e dezenove. Às quinze horas e dezessete minutos do dia trinta de outubro de dois mil e dezenove no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob a Presidência do Senador Sérgio Petecão, a reunião é reaberta. Lida a complementação de voto do Deputado Fernando Rodolfo. Aprovado o Relatório, com as alterações acatadas pelo Relator durante a discussão da matéria, que passa a constituir o Parecer da Comissão, o qual conclui pela admissibilidade da Medida Provisória nº 891, de 2019, considerando atendidos os requisitos de relevância e urgência, bem como respeitadas as vedações expressas no texto constitucional; pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa, bem como pela adequação orçamentária e financeira; no





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

mérito, pela aprovação nos termos do Projeto de Lei de Conversão apresentado, e pela aprovação da Emenda nº 8 e rejeição das demais Emendas de nº 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19 e 20. Registra voto contrário o Deputado Heitor Schuch. A presidência submete à Comissão a ata da presente reunião e da anterior, que são aprovadas. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e trinta e seis minutos. A presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Congresso Nacional, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Sérgio Petecão

Presidente da Comissão Mista da Medida Provisória nº 891 de 2019

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

<http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2019/10/29>

<http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2019/10/30>





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Havendo número regimental, declaro aberta a 4ª Reunião da Comissão Mista destinada a emitir parecer sobre a Medida Provisória 891, de 2019.

Passo a palavra ao nobre Relator Deputado Fernando Rodolfo, para que proceda à leitura do relatório.

O SR. FERNANDO RODOLFO (PL - PE. Como Relator.) – Sr. Presidente, eu peço permissão para ir direto ao voto.

Em razão do exposto, pronunciamo-nos pela admissibilidade da Medida Provisória 891, de 2019, considerando atendidos os requisitos de relevância e urgência, bem como respeitadas as vedações expressas no Texto Constitucional. Manifestamo-nos, também, pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa, bem como pela adequação orçamentária e financeira.

Com base no exposto e em razão do mérito da proposta, votamos pela aprovação, nos termos do projeto de lei de conversão, em anexo, da Medida Provisória nº 891, de 2019, e pela aprovação das Emendas nº 3 e 8 e rejeição das demais Emendas de nº 1, 2, 4, 5, 6, 7, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19 e 20.

Apenas uma ressalva. Há uma mudança no art. 60-A, §2º, que passa a ter a seguinte redação: "A realização da perícia médica deverá ocorrer até quarenta e cinco dias após a data do requerimento do benefício, autorizada a compensação imediata de que trata este artigo enquanto não realizada a perícia médica".

Esse é o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Em discussão o parecer que acaba de ser lido.

O SR. PAULO ROCHA (PT - PA) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Senador Paulo Rocha.

O SR. PAULO ROCHA (PT - PA. Para discutir.) – Eu vou pedir vista regimental, mas eu queria, primeiro, fazer uma observação.

Nós estamos num momento muito difícil: a discussão aqui na Casa sobre essa questão da legislação que trata de previdência social, benefícios etc. Nós estamos acabando de sair de uma chamada reforma da previdência que traz graves prejuízos às conquistas, principalmente para os pequenos, dos aposentados mais simples. O instrumento de medida provisória já é um instrumento, do ponto de vista democrático, meio antipático pelo processo democrático de se fazer legislação. E todos os governos usam isso. Medida provisória, portanto, é uma força do Poder Executivo, que já manda para cá dessa forma. Mas é isso que está na Constituição, e é isso que, ao longo do processo da democracia, a gente tem construído.

Agora, eu acho que o Parlamento tem que tratar melhor esse debate sobre a questão das medidas provisórias, principalmente medidas provisórias que envolvam conquistas, direitos e o povo de um modo geral. Por isso é que sempre existe um plano de trabalho com audiências públicas, chamando todos os setores, discutindo etc.

Com todo respeito ao Relator, o Relator chega com um relatório pronto, sem publicação antecipada, ou em cima da hora. Isso justifica, inclusive, o pedido de vista no mais amplo tempo





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

que o Regimento diz – não as 24 horas, mas os cinco dias que estão estabelecidos regimentalmente.

Mas eu peço vista, para que a gente possa se debruçar melhor, porque parece que é uma medida provisória simples, e se vende a ideia de que é para antecipar benefícios do décimo terceiro etc., mas ela mexe com prazos, mexe com o acesso aos benefícios. E, como se está num tempo de dificultar, porque, com a reforma da previdência, está se dificultando ao cidadão ter acesso às aposentadorias, vide aí o que a gente tem de informação de que se está dificultando mais ainda o processo de ter acesso à aposentadoria etc. Então, a nossa bancada quer ter um tempo para analisar melhor, aprofundar a discussão, para a gente trazer o nosso posicionamento pós-vista do relatório do Sr. Relator.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Diante do pedido de vista do nobre Parlamentar, nos termos do art. 132, §1º do Regimento Interno do Senado Federal, fica concedida a vista, como reza o nosso Regimento.

Nós iremos suspender a reunião e amanhã, no horário, como determina aqui o Regimento da Casa, às 14h30, nós convocamos todos os Parlamentares para que nós possamos votar a matéria.

Segundo a assessoria aqui – eu fui comunicado –, o relatório do colega Deputado Federal já estava à disposição dos Srs. Parlamentares desde quinta-feira passada. Então, como reza o nosso Regimento...

O SR. PAULO ROCHA (PT - PA. Pela ordem.) – Se forem 24 horas que V. Exa. está concedendo, não é às 14h30; é às 16h.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – É porque...

O SR. PAULO ROCHA (PT - PA) – Eu estou pedindo, no pedido de vista, o tempo máximo. Mas, se a Mesa, a Presidência está determinando só apenas 24 horas...

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – V. Exa. já pediu a vista...

O SR. PAULO ROCHA (PT - PA) – Quando a assessoria quer nos... Qual foi a hora que foi publicado o relatório?

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Às 14h30... Não, o relatório, não. A reunião foi chamada para as 14h30.

O SR. PAULO ROCHA (PT - PA) – Não, mas o relatório do Relator foi publicado a que horas?

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – A nossa assessoria aqui informa, Senador, que a reunião foi chamada às 14h30 e a vista é conforme o horário da reunião, como reza o nosso Regimento.

O SR. PAULO ROCHA (PT - PA) – Sim, mas eu quero saber outra coisa, sobre a publicação: o voto do Relator foi publicado a que horas?

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Só um minutinho, nós vamos aqui nos informar do horário em que foi publicado o relatório. *(Pausa.)*

Segundo a assessoria aqui, essa informação é irrelevante, mas nós vamos...

Às 15h33, nobre Senador Paulo Rocha.

Então, nós convocamos para amanhã, às 14h30, novamente a reunião.

Está suspensa a reunião.





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

(Iniciada às 15 horas e 59 minutos, a reunião é suspensa às 16 horas e 08 minutos.)

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Declaro aberta a 4ª Reunião da Comissão Mista destinada a emitir parecer sobre a Medida Provisória 891, de 2019.

A Presidência comunica que no dia 29 de outubro o Deputado Fernando Rodolfo procedeu à leitura do seu relatório, ocasião em que foi concedida vista da matéria, suspendendo-se em seguida a reunião.

E agora passo a palavra ao nobre Relator, Deputado Fernando Rodolfo, para que ele faça as suas considerações.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (PSDB - AM) – Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Com a palavra o Senador Plínio Valério.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (PSDB - AM. Pela ordem.) – Presidente, eu faço uma consulta à Mesa, se antes ou após o relatório... É uma ponderação e um pedido da Senadora Mara Gabrilli acerca da medida provisória e da emenda apresentada, que contraria o que ela estava tentando fazer. Eu achava conveniente ler antes da leitura do relatório. É sobre a emenda do Deputado João Carlos Bacelar.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Senador Plínio, se o senhor permitisse, por conta do adiantado da hora e por conta dos prazos, o Relator faria aqui uma leitura muito breve.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (PSDB - AM) – Perfeito!

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Aí, em seguida, eu passo a palavra a V. Exa. Está bom?

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (PSDB - AM) – Perfeito, Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Obrigado pela compreensão.

O SR. FERNANDO RODOLFO (PL - PE. Como Relator.) – Passamos, então, à leitura do voto, Sr. Presidente.

Em razão do exposto, pronunciamo-nos pela admissibilidade da Medida Provisória nº 891, de 2019, considerando atendidos os requisitos de relevância e urgência, bem como respeitadas as vedações expressas no Texto Constitucional. Manifestamo-nos também pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa, bem como pela adequação orçamentária e financeira.

Com base no exposto e em razão do mérito da proposta, votamos pela aprovação, nos termos do Projeto de Lei de Conversão, em anexo, da Medida Provisória nº 891, de 2019, e pela aprovação da Emenda nº 8 e pela rejeição da demais Emendas nºs 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19 e 20, ressalvando aqui um acréscimo do inciso VII ao §9º, que diz: "VII - empregado de micro e pequena empresa".

O §6º passa a ter a seguinte redação:

§6º Deixando o segurado de comparecer injustificadamente à perícia médica na data agendada, ele terá 30 dias para justificar sua ausência. A empresa, então, será comunicada para que cesse o pagamento do auxílio-doença, devendo promover a





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

restituição da compensação indevida mediante desconto do salário de contribuição do empregado em valor que não exceda a 30% de sua remuneração mensal, respeitado o limite máximo do salário de contribuição.

É o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PAULO ROCHA (PT - PA) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Em discussão o parecer que acaba de ser lido.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (PSDB - AM. *Fora do microfone.*) – Eu estou na discussão, depois, Presidente.

O SR. MARCELO RAMOS (PL - AM. *Fora do microfone.*) – Sr. Presidente, para discussão.

O SR. PAULO ROCHA (PT - PA) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Senador Paulo Rocha.

O SR. PAULO ROCHA (PT - PA. Para discutir.) – Eu fiz uma intervenção hoje e queria repeti-la.

Esse negócio das medidas provisórias... E, veja bem, eu estou falando aqui porque, como nós já fomos Governo, também usamos muito a questão da medida provisória. A medida provisória, para o Parlamento, já é uma força do Poder Executivo sobre ele. Nós aqui... O senhor – eu ia dizer velho – é tão antigo quanto eu aqui.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC. *Fora do microfone.*) – Eu?

O SR. PAULO ROCHA (PT - PA) – É.

Nós fomos...

O SR. MARCIO BITTAR (MDB - AC. *Fora do microfone.*) – "É tão velho", pode dizer.

O SR. PAULO ROCHA (PT - PA) – ... fomos toureando com legislação capaz de domar a força do Executivo em relação às medidas provisórias.

Então, a reclamação aqui, Relator... Sei que não é culpa sua, mas chegar um relatório que mexe com coisas tão importantes na estrutura de Estado e nos interesses da sociedade; chegar um relatório assim, de supetão, em cima, fica difícil. Aí, claro, como nós somos diligentes, todos aqui são diligentes na sua atuação política, e como houve disposição do Relator... Nós estávamos num processo aqui de forçar mais a discussão e até a obstrução através dos destaques, mas houve uma disposição do Relator de conversar – sua assessoria com a nossa –, aí se resolveu grande parte das questões. E nós vamos dar o seguinte encaminhamento, Presidente: nós vamos aprovar, dada a premência que tem interesse em aprovar, assegurando-nos a liberdade, regimental inclusive, de que alguma coisa que nós queiramos ainda resolver nós faremos por destaque no Plenário das duas Casas.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Com a palavra o nobre Senador Plínio Valério, do nosso querido Estado do Amazonas.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (PSDB - AM. Para discutir.) – Isso, vizinho do Acre, irmão gêmeo.

Eu trouxe aqui uma demanda da Senadora Mara – desculpa a falta de informação, não sei o número da emenda –, mas me parece que a emenda do Deputado João Carlos Bacelar foi rejeitada. Então, eu só vou aqui, Presidente – permita-me, Relator –, só falar que a Senadora Mara estava com essa preocupação muito grande e me pediu que eu viesse aqui falar da sua





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

demanda, que era exatamente pedindo a rejeição da emenda do Deputado, mas foi contemplada, já foi contemplada no relatório, e eu estou aqui só para dar o voto favorável ao relatório.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Com a palavra o Deputado Heitor – o sobrenome...

O SR. MARCELO RAMOS (PL - AM. *Fora do microfone.*) – Schuch.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Deputado Heitor.

O SR. HEITOR SCHUCH (PSB - RS. Para discutir.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Deputados, meu nome é Heitor Schuch. Eu sou um gaúcho de origem germânica, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC. *Fora do microfone.*) – Eu ia chamar de "Xuxa", aí tive medo. Perdoe-me.

O SR. HEITOR SCHUCH (PSB - RS) – Sem problemas, Senador.

Eu confesso que esse tema, na verdade, que nós estamos tratando aqui é muito importante para os brasileiros mais simples, mais pobres, mais humildes, que são os menos abastados. E eu queria fazer uma referência com relação à Emenda nº 20, Relator, que foi apresentada pelo colega Deputado Aliel Machado, porque se entendia também que os beneficiários do Bolsa Família devessem ter a oportunidade de ter esse benefício. Pela leitura rápida que fiz desse último relatório, eu não vi isso, não vi isso contemplado.

Então, a pergunta é se efetivamente os beneficiários do Bolsa Família estão definitivamente fora do relatório, ou eu não entendi o teor do conteúdo que está posto aqui. Essa é a primeira pergunta, Relator.

O SR. FERNANDO RODOLFO (PL - PE. Como Relator.) – Os beneficiários do Bolsa Família serão contemplados, serão objeto de uma outra medida provisória. Em uma outra medida provisória; nessa, não.

O SR. HEITOR SCHUCH (PSB - RS. Para discutir.) – O.k., se vai ser motivo de outra medida provisória, esperamos que sejam contemplados mais ou menos como os que estão sendo contemplados aqui.

Por outro lado, chama-me muito a atenção quando se fala, e se escreve aqui inclusive, essa questão de que as empresas vão ser, na verdade, responsáveis pelo auxílio-doença. Essa é uma questão preocupante, até porque nós temos empresas e temos "empresas". Há empresas muito sérias, organizadas, que tratam os seus trabalhadores com muito apreço, com muita atenção e os remuneram para que possam produzir bem.

Todos nós sabemos que o que está posto aqui vai colocar um pouco de incômodo para as empresas, que já têm uma série de atribuições a serem feitas na burocracia – em vez de estarem produzindo, estão cuidando mais da papelada, da burocracia e assim por diante. E quer-se, na minha opinião, transferir para as empresas, para a iniciativa privada o que é uma tarefa do Governo. Acho que nós estamos dando aqui uma tarefa além da conta para as empresas, porque hoje nós sabemos que a situação do trabalhador doente até o 15º dia tem um responsável, e aqui se quer jogar isso para as empresas. Eu queria ouvir o Relator também com relação a isso.

Faço um apelo para que nós consigamos avançar nesse processo na Comissão. Senão, nós também vamos propor, o PSB, algum requerimento para ser votado o destaque em Plenário, porque entendemos que tarefa de Governo é tarefa de Governo e tarefa de empresa é tarefa de empresa. E as empresas não têm nenhum motivo, nenhuma razão para assumirem tarefas e situações que não lhes dizem respeito, até porque muitas vezes essas coisas que se falam e se





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

fazem aqui, Senador Paulo Rocha, levam mais ou menos na mesma direção em que foi a Medida Provisória 871, que penalizou fortemente os sindicatos e deu ao INSS a margem de fazer circulares exigindo que, para alguém poder se aposentar, tenha que apresentar CPF dos vizinhos, carteira de motorista dos filhos, título de eleitor dos familiares, coisas que não têm absolutamente nada a ver com o requerimento do benefício. Então, acho que nós estamos, em aprovando isso, abrindo essa questão a tal ponto que o INSS legisle, com as suas circulares, ordens de serviço, instruções normativas. Já existe o Caepf, que é um complicador, e também uma resolução...

Inclusive, eu queria tornar público aqui que foi feita uma denúncia pela federação dos trabalhadores na agricultura familiar do Rio Grande do Sul que dão conta, conforme os próprios números do INSS, que, de cada cem pedidos de benefício que foram feitos neste ano de 2019, 60% foram indeferidos, até com a alegação de que, se o requerente alguma vez foi presidente do círculo de pais e mestres dos alunos na escola onde seus filhos estudam, isso é motivo para indeferir aposentadoria.

Então, acho que nós estamos abrindo demais essa questão, e eu de antemão quero manifestar aqui o nosso voto contrário a esse texto que foi apresentado hoje.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Com a palavra o nobre Deputado Marcelo Ramos, Deputado pelo nosso querido Estado do Amazonas também, vizinho do nosso Acre.

O SR. MARCELO RAMOS (PL - AM. Para discutir.) – Sr. Presidente, nosso vizinho lá do Amazonas, sei que tem um carinho especial pela nossa terra.

Eu quero aqui, antes dos comentários relativos ao mérito da matéria, registrar todo o esforço do Deputado Fernando Rodolfo, Relator da matéria, a capacidade de diálogo, a capacidade...

(Soa a campainha.)

O SR. MARCELO RAMOS (PL - AM) – ... de construir acordos em torno de uma matéria tão sensível. Eu acho que isso demonstra um amadurecimento que é fundamental para nós que estamos no primeiro mandato, tanto eu como V. Exa.; eu já trazendo alguma experiência de vida pública, mas V. Exa. já o está demonstrando, nessa primeira tarefa, para o Brasil. V. Exa. serviu ao Brasil ao compatibilizar, ao ter a habilidade necessária para compatibilizar interesses que por vezes pareciam conflitantes e construir um acordo necessário para que a gente possa aprovar esse texto. Então, antes de qualquer coisa, eu quero fazer um registro de parabenização pela dedicação de V. Exa., que orgulha o nosso partido, já que nós somos correligionários.

Quero fazer uma ponderação ao nobre Relator de uma alteração que tem natureza redacional. Há um entendimento por parte do Governo de que o texto já permite a compensação cruzada, ou seja, quando a empresa pagar o auxílio-doença, ela compensa em benefícios com a mesma natureza previdenciária. No entanto, se ela não tiver débitos previdenciários suficientes para toda a compensação do auxílio-doença, que ela possa compensar em outros tributos. Então, não é uma alternativa: ela tem que compensar todos os débitos previdenciários; e, em sobrando crédito, que esse crédito possa ser utilizado em outro tributo, porque isso não pode ser uma transferência de responsabilidade para o cofre da empresa.





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

Então, eu quero sugerir a V. Exa. que o art. 60-A passe a ter um parágrafo justamente estabelecendo expressamente a possibilidade de compensação cruzada, porque a gente diz que já está implícito. A gente sabe o que acontece com o que já está implícito em lei e não está claro quando da relação da empresa com o Poder Público. Então, se já está implícito, vamos deixar clara no texto a possibilidade de compensação cruzada, para dar tranquilidade para as empresas. Em se fazendo essa alteração, eu quero dizer que o PL tem absoluta concordância com o relatório de V. Exa.

O SR. FERNANDO RODOLFO (PL - PE. Como Relator.) – Nobre Deputado Marcelo Ramos, sua sugestão é bastante oportuna e será acatada por este Relator. Faremos constar um parágrafo no art. 60-A com a seguinte redação: "Se o valor pago pela empresa com o auxílio-doença, conforme determina o *caput*, for superior ao valor disponível para a compensação com as contribuições incidentes sobre a folha de salários e demais rendimentos pagos ou creditados, referidos no *caput*, a empresa poderá compensar o valor excedente com débitos tributários federais, na forma do art. 3º da Lei nº 13.670, de 30 de maio de 2018".

Está acatada, então, a sugestão do nobre Deputado.

O SR. MARCELO RAMOS (PL - AM. *Fora do microfone.*) – Obrigado.

O SR. FERNANDO RODOLFO (PL - PE. Como Relator.) – Respondendo ao Deputado Heitor, eu entendo a preocupação, mas é importante ressaltar, frisar que o nosso relatório exclui as micro e pequenas empresas e também as pequenas cooperativas dessa obrigatoriedade de fazer o pagamento do auxílio-doença. Estão excluídos: micro e pequena empresa; pequenas cooperativas; empregado de segurado contribuinte individual vai continuar, da mesma forma, pela previdência; trabalhador avulso, empregado intermitente, empregado doméstico e empregado do empregador rural, da mesma forma; e os empregados do microempreendedor individual também não estão sendo alcançados por este relatório.

Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – O.k.

Encerrada a discussão. Passamos à votação da matéria.

Em votação o relatório.

Os Parlamentares que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão.

Antes de encerrarmos os trabalhos, proponho a aprovação da ata da presente reunião e da reunião anterior.

Os Parlamentares que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

Agradeço a presença de todos os Parlamentares e parablenizo o nosso Relator.

(Iniciada às 15 horas e 59 minutos e suspensa às 16 horas e 08 minutos do dia 29/10/2019, a reunião é reaberta às 15 horas e 18 minutos e encerrada às 15 horas e 36 minutos do dia 30/10/2019.)





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

ATA DA 1ª REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA DA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 892, DE 2019 DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 11 DE SETEMBRO DE 2019, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 6.

Às quatorze horas e cinquenta e oito minutos do dia onze de setembro de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 6, sob as Presidências dos Parlamentares Rogério Peninha Mendonça e Bia Kicis, reúne-se a Comissão Mista da Medida Provisória nº 892, de 2019 com a presença dos Parlamentares Confúcio Moura, Major Olímpio, Soraya Thronicke, Nelsinho Trad, Angelo Coronel, Zenaide Maia, Rodrigo Pacheco, Jorginho Mello, Gutemberg Reis, Miguel Lombardi, Elias Vaz, João Roma, David Soares, Pr. Marco Feliciano, Dário Berger, Marcos do Val, Wellington Fagundes, Efraim Filho, Izalci Lucas, Luis Carlos Heinze, Paulo Paim, Chico Rodrigues, Acir Gurgacz, José Nelto, Arolde de Oliveira, Sérgio Petecão, Eduardo Braide, Dr. Jaziel e Juíza Selma. Deixam de comparecer os Parlamentares Marcelo Castro, Eduardo Gomes, Daniella Ribeiro, Tasso Jereissati, Weverton, Randolfe Rodrigues, Jean Paul Prates, Telmário Mota, Alvaro Dias, Arthur Lira, Paulo Pimenta, Wladimir Garotinho, Tadeu Alencar, Carlos Sampaio, Paulo Azi, André Figueiredo e Joenia Wapichana. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Instalação e Eleição. Finalidade:** Instalação da Comissão e Eleição de Presidente e de Vice-Presidente. A Presidência comunica a existência de acordo das lideranças das duas Casas pelo qual é indicado o nome do Deputado Rogério Peninha Mendonça para assumir a Presidência Comissão. Submetido o nome indicado ao Plenário, é aprovado por aclamação. Assume a direção dos trabalhos o Deputado Rogério Peninha Mendonça, Presidente Eleito da Comissão, que, ato contínuo, designa o Senador Soraya Thronicke como Relatora. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e três minutos. É aprovada a presente Ata, que será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Congresso Nacional, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Deputado Rogério Peninha Mendonça

Presidente da Comissão Mista da Medida Provisória nº 892, de 2019

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

<https://www12.senado.leg.br/multimedia/evento/90707>

A SRA. PRESIDENTE (Bia Kicis. PSL - DF) – Boa tarde a todos.

Havendo número regimental, declaro aberta a 1ª Reunião da Comissão Mista destinada a emitir parecer sobre a Medida Provisória 892, de 2019.

De acordo com a Resolução nº 1, de 2002, do Congresso Nacional, a Presidência desta Comissão ficará sob a responsabilidade da Câmara dos Deputados e a relatoria, sob a responsabilidade do Senado Federal.

Comunico que há acordo de Lideranças para eleição da Mesa, tendo sido indicado para Presidente o Deputado Rogério Peninha Mendonça. Para Vice-Presidente está vago.

Consulto o Plenário se podemos fazer a eleição da Mesa por aclamação.

Os Parlamentares que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Declaro eleito Presidente o Deputado Rogério Peninha Mendonça.

Passo a presidência da Comissão ao Sr. Deputado Rogério Peninha Mendonça.

O SR. PRESIDENTE (Rogério Peninha Mendonça. MDB - SC) – Agradecendo o voto de todos para que eu possa presidir esta Comissão especial referente à Medida Provisória 892, eu, na condição de Presidente eleito, designo como Relatora a Senadora Soraya Thronicke – é assim que se pronuncia: Thronicke? – e como Relator Revisor... Não sei como é que nós podemos fazer, num acordo... Como é que ficaria a escolha do Relator Revisor? (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Rogério Peninha Mendonça. MDB - SC) – Bem, vamos deixar, então, para uma próxima reunião tanto o Vice-Presidente como o Relator Revisor.

Ao mesmo tempo, eu já combinei com a Senadora Soraya que, na próxima terça-feira, nós vamos nos reunir... Quero convidar, inicialmente, a Senadora – desculpe-me – a fazer parte da Mesa, a Senadora Relatora, Soraya.

A Senadora Soraya e eu já combinamos que, na terça-feira, nós vamos nos reunir de manhã, vamos fazer um planejamento de atuação dos trabalhos a serem conduzidos por esta Comissão especial. E na sequência, então, já vamos convocar todos os membros desta Comissão para que aprovem, no caso, essa nossa proposição de planejamento das atividades.

Eu, antes de encerrar, passo a palavra à Senadora Soraya, se quiser fazer alguma colocação.

A SRA. SORAYA THRONICKE (PSL - MS. Como Relatora.) – Apenas agradecer: agradecer a presença da nossa amiga Bia e agradecer a presença de todos.

Eu fui Relatora Revisora da Medida Provisória nº 881. E essa é mais uma medida econômica extremamente importante para o nosso País. Quando a economia vai bem, tudo mais vai bem. E a pauta econômica é uma pauta que não se mistura com ideologia. Nós temos dito isso sempre. Estamos mudando a estrutura do nosso País, o mercado é liberal, e por isso nós precisamos tomar muitas medidas realmente para destravar, desburocratizar, desjudicializar. É muito dinheiro concentrado na mão de poucos que poderia estar fluindo dentro das empresas.

Enfim, é uma série de coisas. E o nosso trabalho tenho certeza de que vai ser muito salutar.





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

Obrigada, Presidente.

E, se Deus quiser, o mais rápido possível, vamos tentar fazer uma MP enxuta, clara.

Enfim, muito obrigada a todos.

O SR. PRESIDENTE (Rogério Peninha Mendonça. MDB - SC) – Eu, na sequência, proponho a aprovação da ata da presente reunião.

Os Parlamentares que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

E, nada mais havendo a tratar, declaro, portanto, encerrada a presente reunião.

Obrigado a todos pela presença.

(Iniciada às 14 horas e 58 minutos, a reunião é encerrada às 15 horas e 03 minutos.)





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

ATA DA 2ª REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA DA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 892, DE 2019 DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA NOS DIAS 05, 06 E 12 DE NOVEMBRO DE 2019, NO SENADO FEDERAL.

Às quatorze horas e trinta e cinco minutos do dia cinco de novembro de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob a Presidência do Deputado Rogério Peninha Mendonça, reúne-se a Comissão Mista da Medida Provisória nº 892, de 2019 com a presença dos Parlamentares Marcelo Castro, Eduardo Gomes, Confúcio Moura, Fernando Bezerra Coelho, Tasso Jereissati, Soraya Thronicke, Antonio Anastasia, Major Olímpio, Randolfe Rodrigues, Jorge Kajuru, Eliziane Gama, Nelsinho Trad, Angelo Coronel, Paulo Rocha, Telmário Mota, Rodrigo Pacheco, Jorginho Mello, Juíza Selma, Rose de Freitas, Laercio Oliveira, Gutemberg Reis, Paulo Teixeira, Carlos Zarattini, Bia Kicis, Wladimir Garotinho, Miguel Lombardi, Marcelo Ramos, Elias Vaz, Alessandro Molon, João Roma, Daniel Trzeciak, Paulo Azi, David Soares, Afonso Motta, Mauro Benevides Filho, Pr. Marco Feliciano, Joenia Wapichana, Vanderlan Cardoso, Carlos Viana, Flávia Moraes, Jarbas Vasconcelos, Fabiano Contarato, Jean Paul Prates, Paulo Paim, Chico Rodrigues, Léo Moraes, Arolde de Oliveira, Denis Bezerra, Dário Berger, Marcio Bittar, Wellington Fagundes, Marcos do Val, Marco Bertaiolli, Rodrigo Cunha, Heitor Schuch, Luis Carlos Heinze, Izalci Lucas, Delegado Pablo, Pedro Lupion, Esperidião Amin, Acir Gurgacz, Felício Laterça, Flávio Bolsonaro, Eduardo Braga e Plínio Valério. Deixam de comparecer os demais Parlamentares. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa. ITEM 1 - Medida Provisória nº 892, de 2019 - Não Terminativo** - que: "Altera a Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e a Lei nº 13.043, de 13 de novembro de 2014, para dispor sobre publicações empresariais obrigatórias." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senadora Soraya Thronicke. **Relatório:** Pela aprovação nos termos do PLV que apresenta. **Resultado:** Em cinco de novembro a Reunião é aberta às quatorze horas e trinta e cinco minutos. Lido o Relatório da Senadora Soraya Thronicke, é concedida vista coletiva da matéria, suspendendo-se a reunião às quinze horas e dezesseis minutos, com a reabertura agendada para o dia seis de novembro. Às quinze horas e três minutos do dia seis de novembro, a reunião é reaberta e é realizada a discussão da matéria. Encerrada a discussão. A reunião é suspensa às quinze horas e nove minutos e a reabertura agendada para o dia doze de novembro. Reaberta a reunião em doze de novembro, às quatorze horas e cinquenta e três minutos,





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

é colocado em votação nominal o Relatório da Senadora Soraya Thronicke, que é rejeitado por treze votos a cinco. O Presidente, nos termos do art. 128 do Regimento Interno do Senado Federal, designa a Senadora Rose de Freitas relatora do vencido. Colocado em votação simbólica, é aprovado o relatório da Senadora Rose de Freitas. Registram votos contrários os Deputados Pr. Marco Feliciano e Bia Kicis e a Senadora Soraya Thronicke. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e trinta e dois minutos. É aprovada a presente Ata, que será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Congresso Nacional, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Deputado Rogério Peninha Mendonça

Presidente da Comissão Mista da Medida Provisória nº 892, de 2019

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2019/11/05>

<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2019/11/06>

<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2019/11/12>





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

O SR. PRESIDENTE (Rogério Peninha Mendonça. MDB - SC) – Havendo número regimental, declaro aberta a 2ª Reunião da Comissão Mista destinada a emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 892, de 2019.

Passo a palavra à Relatora, Senadora Soraya Thronicke, para que proceda à leitura do relatório.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco/PSL - MS. Como Relatora.) – Boa tarde, Presidente. Boa tarde a todos os servidores, convidados, às pessoas que nos assistem.

Antes de iniciar a leitura do relatório, eu só gostaria de fazer uma ponderação, porque eu sou a favor... A princípio, eu fiz um relatório, o relatório mantendo *ipsis litteris* o texto da Medida Provisória 892. Eu concordo com o Presidente Jair Bolsonaro que os tempos avançaram, todo mundo tem que estar preparado para esses novos tempos. Existem profissões que já não existem mais, mas existem profissões que nasceram agora e com os jornais não é diferente. Do jeito que as coisas vêm caminhando, a gente percebe que a tendência é digitalização, ainda mais com uma questão de preservar o meio ambiente.

Porém, diante de todas as ponderações que foram feitas, eu resolvi flexibilizar essa MP, dando um prazo temporal maior para que esses jornais se ajustem aos novos tempos. Porque não é plausível que poucos recebam um valor exorbitante das S.A. privadas e das estatais, valores esses que poderiam ser melhor pulverizados no mercado.

Mas, de qualquer forma, eu também compreendo o lado deles e nós vamos trabalhar por essa flexibilização temporal.

Vou passar direto para a análise.

Compete a esta Comissão Mista, nos termos do §9º ao art. 62 da Constituição, emitir parecer sobre a MPV nº 892, de 2019, antes de sua apreciação, em sessões separadas, pelo Plenário de cada uma das Casas do Congresso Nacional.

De acordo com os parágrafos do art. 5º da Resolução do Congresso Nacional nº 1, de 8 de maio de 2002, a Comissão Mista deve se pronunciar sobre: (i) a constitucionalidade da MP, inclusive quanto ao atendimento aos pressupostos de relevância e urgência; (ii) a adequação financeira e orçamentária da medida; (iii) o atendimento da exigência do §1º do art. 2º daquela Resolução, segundo o qual o Presidente da República deve encaminhar ao Congresso Nacional, no dia da publicação da MP no Diário Oficial da União, seu texto, acompanhada da respectiva Mensagem e Exposição de Motivos; e (iv) o mérito da medida provisória.

Da admissibilidade.

As matérias contidas na MPV não estão entre aquelas cuja veiculação por medida provisória seja vedada pelo §1º do art. 62 da Constituição.

Quanto aos pressupostos constitucionais de relevância e urgência, o Poder Executivo expõe sua percepção na Exposição de Motivos do Ministério da Economia (ME) nº 231, de 2019,





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

de que “A edição desta Medida Provisória se justifica pela urgência em fomentar medidas que potencializem a capacidade de financiamento das companhias, com vistas a impulsionar a retomada da economia. A Medida Provisória também se justifica pela urgência em garantir a diminuição dos custos de conformidade referentes às publicações das companhias ainda no exercício de 2019”.

Com efeito, os ajustes perseguidos apontam para uma expressiva economia de recursos para as empresas que adotam o tipo societário de sociedade anônima, com evidente redução em gastos com a publicação de demonstrações financeiras e atos assemelhados em jornais impressos de grande circulação e em periódicos de órgãos oficiais.

Os custos suportados pelas companhias obrigadas a publicar seus balanços alcançam cifras de milhões de reais; os quadros abaixo apontam custos de algumas empresas públicas obrigadas a publicar.

Nos últimos quatro anos, das empresas Eletrobras, Amazonas GT, Cepel, CGTEE, Chesf, Chesf (valor reduzido), Eletronorte, Eletronuclear, Eletropar, Eletrosul, Furnas e Itaipu, o valor de R\$46.598.762. Isso é um valor altíssimo. E olha que nós temos o resultado ainda da Petrobras em nossas mãos. Fora as empresas privadas, que gastam em torno de 370 mil, a média por ano. Esse dinheiro pode ser melhor pulverizado no mercado: no reinvestimento, na geração de empregos, entre outros.

E a obrigação contida na Lei para que todas companhias publiquem seus atos societários em jornais representa uma restrição para as empresas de menor porte ingressarem no mercado de capitais, dado o elevado custo dessas publicações. É exatamente o contrário do que nós estamos tentando fazer do nosso mercado. A medida provisória possibilita imediata solução desse problema, ao autorizar as empresas a realizar as publicações societárias em sítio na internet da Comissão de Valores Mobiliários e da entidade administradora do mercado em que os valores mobiliários da companhia estiverem admitidos à negociação. Logo, somos pela admissibilidade da Medida Provisória 892, de 2019.

Da constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa

Quanto à constitucionalidade da Medida Provisória 892, de 2019, frisamos que a União é competente para legislar sobre direito comercial e registros públicos, a teor do art. 22, incisos I e XXV, da Constituição Federal. A matéria não consta do rol de vedações de edição de medida provisória previsto no §1º do art. 62 da Constituição Federal nem da lista de competências exclusivas do Congresso Nacional ou de qualquer de suas Casas, expressa nos arts. 49, 51 e 52 da Constituição Federal. Principalmente a economia, o dinheiro que vai sobrar nos cofres públicos. É essa uma das principais admissibilidades da medida provisória. O Brasil não está numa situação que permita esbanjar dinheiro, isso é esbanjar dinheiro.

A medida provisória trata de assuntos vinculados por afinidade ou pertinência, cumprindo assim os princípios enunciados no art. 7º, incisos I e II, da Lei Complementar (LCP) nº 95, de 1998. Foram respeitadas as demais regras relacionadas à técnica legislativa. Mas há ressalva no tocante à técnica legislativa empregada, no que se refere ao art. 5º: a redação desse dispositivo atribui efeitos “no” dia em que os atos administrativos do Ministro da Economia e da CVM forem editados, mas, na realidade, esses efeitos devem ocorrer a partir de determinado dia e não apenas em determinado dia.





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

No que concerne à juridicidade, a medida provisória se afigura irretocável, porquanto: i) o meio eleito para o alcance dos objetivos pretendidos (normatização via edição de lei) é o adequado; ii) a matéria nela vertida inova o ordenamento jurídico; iii) possui o atributo da generalidade; iv) se afigura dotada de potencial coercitividade; e v) se revela compatível com os princípios diretores do sistema de direito pátrio.

Da adequação financeira e orçamentária.

A citada Resolução nº 1, de 2002 - CN, estabelece no §1º de seu art. 5º que “o exame de compatibilidade e adequação orçamentária e financeira das Medidas Provisórias abrange a análise da repercussão sobre a receita ou a despesa pública da União e da implicação quanto ao atendimento das normas orçamentárias e financeiras vigentes, em especial a conformidade com a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, a lei do Plano Plurianual, a Lei de Diretrizes Orçamentárias e a Lei Orçamentária da União.”

No que se refere à adequação orçamentária e financeira, a mencionada medida provisória não cria custos expressivos para o Estado, eis que as plataformas eletrônicas necessárias para dar suporte às publicações no âmbito da CVM já existem, sendo que o redimensionamento da plataforma não terá custo vultoso.

Verificada, portanto, a adequação orçamentária e financeira da MP nº 892, de 2019, além da economia que eu já citei.

Do mérito.

Quanto ao mérito, acreditamos que as iniciativas legislativas acima descritas justificam sobejamente a aprovação da matéria porque pugnam pela redução de custos e de burocracia empresarial por meio da adoção de novas tecnologias eficazes na obtenção da publicidade necessária para os atos societários de sociedade anônima.

Tal barateamento permitirá, inclusive, que empresas do tipo sociedade limitada, tipo esse que impede seu titular de acessar o mercado de capitais, possam adotar a forma de sociedade anônima, que agora vê seu custo ser barateado pela Medida Provisória 892, e que ao final permitirá às empresas de menor porte acessar o mercado de capitais, o qual exige e sempre exigiu o formato de sociedade anônima para tanto. Esse é um grande avanço.

Como argumento favorável à aprovação da MP 892, menciona-se, portanto, a economia de recursos financeiros, para as companhias abertas e fechadas, com a dispensa de publicação das demonstrações financeiras em mídia impressa.

Antes do uso tão difundido da rede mundial de computadores (internet), fazia sentido a exigência de que companhias abertas publicassem suas demonstrações financeiras em jornais impressos. Exatamente porque podem captar poupança popular, mediante oferta pública de valores mobiliários (ações, debêntures, etc.), devem as companhias abertas ter uma transparência maior que companhias fechadas ou sociedades limitadas.

Tradicionalmente, essa transparência ocorria por meio de jornais impressos. Com o advento da tecnologia, começou-se a argumentar que a utilização obrigatória de jornais impressos perdeu o sentido.

A controvérsia não é nova. Por ocasião da reforma da LSA de 2001 (Lei nº 10.303, de 31 de outubro de 2001), foi debatido que a publicação das demonstrações financeiras (inclusive das informações trimestrais) poderia ser feita exclusivamente na rede mundial de computadores (internet), mas ao final foi mantida a obrigação de publicação em jornais impressos. Portanto,





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

não é nenhuma novidade essa situação que o Congresso Nacional vem tentando enfrentar e agora o Executivo – graças a Deus! – abraçou.

A Lei nº 13.818, de 2019, havia estabelecido uma solução salomônica ao determinar que, a partir de 1º de janeiro de 2022, o resumo das demonstrações financeiras seria publicado obrigatoriamente em jornais impressos e as demonstrações financeiras completas seriam disponibilizadas de forma certificada na internet. A medida provisória vai além, o que representa menos custos para as empresas obrigadas a efetuar publicações.

Abolir a obrigação de publicação nos jornais impressos incentiva empresas de porte médio ou de menor porte a se tornarem companhias abertas, beneficiando a economia como um todo.

E é justamente nessa toada de abrir o tipo sociedade anônima para uso mais comum entre empresas de menor porte que se coloca a questão, bastante pertinente, da adoção de um modelo simplificado de sociedade anônima, como forma societária nova e de uso alternativo aos modelos existentes. Nesse sentido, portanto, o Projeto de Lei de Conversão aqui apresentado deverá contemplar a sociedade anônima simplificada.

A criação de um novo modelo de sociedade anônima, no caso, a sociedade anônima simplificada, observa, por sua vez, as tendências do mercado legislativo americano, sobretudo em razão de um maior número de *startups* desejarem a adoção do tipo societário da sociedade anônima, considerado mais atraente para investidores do que a sociedade limitada.

E sobre a adoção imediata do sistema eletrônico de publicações societárias, há argumentos contrários ao *timing* exageradamente curto para a adaptação empresarial. Foi aí que eu resolvi flexibilizar.

Isso porque sua vigência imediata e possibilidade de rápida produção de efeitos causará incontornáveis e imediatos prejuízos à indústria da mídia impressa – que são poucos, são poucos que trabalham aqui, nesse caso específico, mas, enfim –, sem que tais prejuízos pudessem ser equalizados ao longo do tempo, de maneira mais proporcional.

Isso tanto é verdade que a Lei nº 13.818, de 2019, tratou de sua vigência para 2022, a fim de facilitar a adequação das empresas do setor a outras fontes de receita ou a cortes de despesas, escalonados e viáveis.

As empresas prejudicadas acabarão por descumprir compromissos financeiros e em razão disso irão prejudicar consumidores, empregados, terceirizados e colaboradores. Poderão mesmo prejudicar o Fisco, deixando de recolher os tributos devidos.

Tudo isso porque a medida provisória não previu regra escalonada para a sua vigência, de modo a minimizar os prejuízos advindos da falta de receita futura.

O princípio da proporcionalidade em matéria econômica, utilizado na interpretação do art. 170 da Constituição (Supremo Tribunal Federal, Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 319/DF), considera inconstitucional a norma que faça intervenção na economia ignorando meios mais brandos para se alcançar os objetivos visados. E nós cedemos a essa determinação que foi veiculada nessa ADI.

Uma aplicação da medida provisória de forma escalonada no tempo propiciaria economia de recursos para as empresas em geral, mas sem que fosse necessário prejudicar de forma abrupta as empresas de mídia impressa, em evidente violação do princípio da função social da propriedade e da busca do pleno emprego dos fatores de produção, ambos previstos nos incisos III e VIII do art. 170 da Constituição Federal.





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

Há temas correlatos à MP 892, de 2019, que em princípio poderiam ser considerados como temas distintos, mas que na verdade possuem intrínseca correlação com a presente MP, a qual objetiva adotar mecanismos que, de forma tecnológica, pugnam pela modernização de institutos jurídicos. É nesse sentido que acolhemos as emendas que: a) dispensam os proclamas e as publicações de editais para casamento, b) que regulam os serviços notariais, c) que regulam os títulos de crédito, e d) que estendem aos diversos tipos societários a dispensa de publicação em jornal impresso ou em periódico de órgão oficial dos atos societários, bastando para tanto a via da publicação eletrônica.

As emendas, portanto, que conferem vigência escalonada à MP, bem como disciplinam a sociedade anônima simplificada e temas correlatos (de numeração 09, 13, 16, 22, 25, 26, 30, 32, 34 e 35) serão acolhidas em parte (as de numeração 23 e 29 serão acolhidas integralmente) e nos termos e conteúdo do Projeto de Lei de Conversão a ser elaborado e apresentado nesse relatório.

Voto.

Ante o exposto, o voto é pela constitucionalidade, regimentalidade e juridicidade da Medida Provisória nº 892, de 2019, bem como pelo atendimento dos pressupostos de relevância e urgência e pela adequação financeira e orçamentária. No mérito, votamos pela aprovação da MP nº 892, de 2019, com aprovação parcial da Medida Provisória, pela aprovação integral das Emendas nºs 23 e 29, pela aprovação parcial das Emendas 09, 13, 16, 22, 25, 26, 30, 32, 34 e 35 e pela rejeição das Emendas 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 10, 12 (a Emenda 11 foi retirada pelo autor), 14, 15, 17, 18, 19, 20, 21, 24, 27, 28, 31, 33, 36, 37, 38 e 39, nos termos do seguinte Projeto de Lei de Conversão.

Este é o voto, Sr. Presidente,

O SR. PRESIDENTE (Rogério Peninha Mendonça. MDB - SC) – Bem, obrigado, Senadora Soraya Thronicke.

Na sequência, nós passamos à discussão.

Elias Vaz inscrito. Posteriormente, Afonso Motta e Senador Jean Prates.

O SR. RODRIGO PACHECO (DEM - MG. Pela ordem.) – Sr. Presidente, pela ordem. Senador Rodrigo Pacheco.

V. Exa. dá início à discussão. Eu gostaria de fazer o pedido de vista em relação ao parecer da eminente Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Rogério Peninha Mendonça. MDB - SC) – Então, vista...

O SR. ELIAS VAZ (PSB - GO. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu também gostaria de pedir vista.

O SR. PRESIDENTE (Rogério Peninha Mendonça. MDB - SC) – Vista coletiva.

Tendo em vista... Eu declaro...

O SR. AFONSO MOTTA (PDT - RS) – Sr. Presidente, queria uma oportunidade para me dirigir à ilustre Relatora, se fosse possível, só para que ficasse clara a questão da flexibilização.

O SR. PRESIDENTE (Rogério Peninha Mendonça. MDB - SC) – Para um esclarecimento.

O SR. AFONSO MOTTA (PDT - RS. Pela ordem.) – S. Exa. a mencionou, mas de que efetivamente se trata? Só para a gente entender bem os temas. Eu acho que seria importante.

O SR. PRESIDENTE (Rogério Peninha Mendonça. MDB - SC) – Pois não.

A SRA. SORAYA THRONICKE (PSL - MS. Como Relatora.) – Tem razão.





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

Está no §5º do art. 289.

§ 5º As publicações ordenadas pela presente Lei continuarão a ser feitas no órgão oficial da União ou do Estado ou do Distrito Federal, conforme o lugar em que esteja situada a sede da companhia, e em outro jornal de grande circulação editado na localidade em que está situada a sede da companhia, até:

I - 31 de dezembro de 2019, para as empresas com faturamento anual de até R\$ 1.000.000.000,00 (um bilhão de reais);

II - 31 de dezembro de 2021, para as empresas com faturamento anual entre R\$ 1.000.000.000,01 (um bilhão de reais e um centavo) e R\$ 10.000.000.000,00 (dez bilhões de reais);

III - 31 de dezembro de 2023, para as empresas com faturamento anual entre R\$ 10.000.000.000,01 (dez bilhões de reais e um centavo) e R\$ 20.000.000.000,00 (vinte bilhões de reais);

IV - 31 de dezembro de 2024, para as empresas com faturamento anual entre R\$ 20.000.000.000,01 (vinte bilhões de reais e um centavo) e R\$ 50.000.000.000,00 (cinquenta bilhões de reais); e

V - 31 de dezembro de 2025 [que é o final do escalonamento], para as empresas com faturamento anual superior a R\$ 50.000.000.000,00 (cinquenta bilhões de reais). (NR)”

Então, vai ficar até o último dia de 2025.

O SR. PRESIDENTE (Rogério Peninha Mendonça. MDB - SC) – Considerando o pedido de vista coletiva, eu declaro suspensa a presente reunião...

O SR. JEAN PAUL PRATES (PT - RN) – Pela ordem, pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rogério Peninha Mendonça. MDB - SC) – ... marcando a reabertura para o dia 6 de novembro...

A SRA. ROSE DE FREITAS (PODEMOS - ES) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Rogério Peninha Mendonça. MDB - SC) – ... às 14h30.

A SRA. ROSE DE FREITAS (PODEMOS - ES) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rogério Peninha Mendonça. MDB - SC) – Está suspensa a reunião.

A SRA. ROSE DE FREITAS (PODEMOS - ES) – Não, Presidente!

O SR. JEAN PAUL PRATES (PT - RN) – Não, Presidente. Por favor.

A SRA. ROSE DE FREITAS (PODEMOS - ES) – Quando há um pedido pela ordem...

O SR. JEAN PAUL PRATES (PT - RN) – Estou solicitando aqui.

A SRA. ROSE DE FREITAS (PODEMOS - ES) – ... com antecedência aqui, porque sei que há várias pessoas... V. Exa. não tinha encerrado. Eu conheço V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Rogério Peninha Mendonça. MDB - SC) – Amanhã nós vamos ter reunião às 14h.

O SR. JEAN PAUL PRATES (PT - RN) – Não, eu não aceito. Eu fiz um sinal aqui.

A SRA. ROSE DE FREITAS (PODEMOS - ES) – Mas é questão regimental, Sr. Presidente.

O SR. JEAN PAUL PRATES (PT - RN) – Peço que seja respeitado.

A SRA. ROSE DE FREITAS (PODEMOS - ES) – É questão regimental.

O SR. JEAN PAUL PRATES (PT - RN) – No Senado se respeita isso. Eu quero falar um minuto e meio.





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

O SR. RODRIGO PACHECO (DEM - MG. Pela ordem.) – Há uma questão de conveniência também, Sr. Presidente, apenas para contribuir. Amanhã está prevista a discussão – tanto na CCJ quanto no Plenário – de uma das mais importantes propostas do Governo, que é a proposta de emenda à Constituição, a chamada PEC paralela da reforma da previdência.

A SRA. ROSE DE FREITAS (PODEMOS - ES) – Exatamente.

O SR. RODRIGO PACHECO (DEM - MG) – Todas as energias e todos os esforços estarão concentrados nessa medida.

Então, queria que V. Exa. considerasse essa premissa para o reagendamento dessa reunião.

O SR. PRESIDENTE (Rogério Peninha Mendonça. MDB - SC) – Podemos até reagendar para 17h, alguma coisa assim, porque dia 12 é o último dia. Então, nós temos que ter oportunidade amanhã, porque se houver, até o dia 12, qualquer imprevisto, simplesmente não se vota. É o último dia previsto. Então, eu não abro mão, como Presidente, de que seja marcada amanhã.

A SRA. ROSE DE FREITAS (PODEMOS - ES) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Rogério Peninha Mendonça. MDB - SC) – E não aceito alternativas.

A SRA. ROSE DE FREITAS (PODEMOS - ES) – Pela ordem, V. Exa. me concede a palavra?

O SR. PRESIDENTE (Rogério Peninha Mendonça. MDB - SC) – Dezessete horas está bom?

A SRA. ROSE DE FREITAS (PODEMOS - ES) – V. Exa. me permite?

O SR. PRESIDENTE (Rogério Peninha Mendonça. MDB - SC) – Pois não.

A SRA. ROSE DE FREITAS (PODEMOS - ES. Pela ordem.) – Muito obrigada.

Primeiro, quero dizer do prazer de ser presidida por V. Exa.

Nunca o vi tão zangado e até estou estranhando, porque não há razão.

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. ROSE DE FREITAS (PODEMOS - ES) – Não, V. Exa. marca e nós estaremos aqui, Presidente, não tem problema.

Eu apresentei, inclusive, um voto em separado – V. Exa. deve saber –, quero debater essa matéria. E quero chamar a atenção para o andamento da Casa, porque tudo que acontece nesta Casa é importante agora, neste momento. É o momento em que não dá para suportar a espera – por exemplo, a PEC paralela. Nós propusemos à população brasileira que estivesse junto... Houve discordância, V. Exa. sabe. A Senadora Soraya, uma excelente Parlamentar... Nós somos de uma bancada de poucas mulheres, mas trabalhamos unidas, sempre que possível.

Quero dizer a V. Exa. que a PEC paralela importa para o destino deste País, sobretudo porque se trata do cumprimento da palavra das duas Casas em relação à votação da reforma.

Então, é preciso que se entenda... *(Pausa.)*

É que eu faço questão da atenção da Soraya.

Entenda, como Presidente desta Casa, Senador Rodrigo, a respeito dessa pauta e da votação, porque amanhã também nós teremos votações e está marcada a abertura da Ordem do Dia a partir de 16h. V. Exa...

(Intervenção fora do microfone.)





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

A SRA. ROSE DE FREITAS (PODEMOS - ES) – V. Exa. poderia entrar em entendimento com o Presidente da Casa, porque, a partir do momento em que ele abrir a Ordem do Dia, as Comissões não podem funcionar. E, se o Presidente aqui convocar, eu gostaria de comparecer. Então, peço a V. Exa., por favor, Deputado Peninha, por quem eu tenho o maior apreço e consideração, que se entenda com o Presidente da Casa acerca desse calendário. Por quê? Quem aprova aprova, quem desaprova desaprova, já vai estar certo, o painel vai estar ali, não vai haver polêmica, gente.

Acabamos de ter um encontro com o Presidente do Banco Central em função da reunião realizada na CAE; foi um pega na CAE. No entanto, saímos de lá, fomos construir uma reunião, uma mesa, nos entendemos sobre crédito, sobre cheques, sobre juros. Tem que conversar. Entendeu, Soraya? Foi isso que V. Exa. fez na mesa e que o Sr. Presidente está fazendo.

Então, ele disse: "Não abram mão de marcar". Está certo, está no direito dele. E eu estarei aqui, eu sou suplente e trabalhadora, viu, Presidente? Saiba que eu estarei aqui discutindo. Essa matéria importa muito para a democracia brasileira. Ninguém aqui vai tolher a democracia, mas não pode tolher a discussão. Então, estarei e quero pedir a V. Exa. apenas que se entenda com o Presidente da Casa, que ficou um tempo ligando e disse que há uma pauta de ele que não abre mão de colocar em votação amanhã. É só isso.

Agradeço.

E registro que eu apresentei um voto em separado e acho que outros apresentaram. Vamos ter muito tempo para debater.

Hoje é dia 4, não é isso?

(Intervenções fora do microfone.)

A SRA. ROSE DE FREITAS (PODEMOS - ES) – Cinco. Então, temos quatro dias. Em quatro dias, muita coisa acontece.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Rogério Peninha Mendonça. MDB - SC) – Senador Jean.

O SR. JEAN PAUL PRATES (PT - RN. Pela ordem.) – Deputado Peninha, Presidente desta Comissão, obrigado. Obrigado, Senadora Soraya.

Eu queria apenas defender uma abordagem – eu não tive oportunidade antes, por isso fiz questão de falar – a respeito desse projeto e dessa ideia. Considero de relevância que a gente discuta e modernize a forma de publicar esses atos pelas empresas, pelo Poder Público, mas, diante desse pedido de vista e da oportunidade que nós temos de discutir o projeto, já que o relatório saiu há duas horas, menos de duas horas...

Senadora Soraya, eu queria só dois minutinhos, porque realmente é um diálogo direto.

Eu compreendo as razões e compreendo, como disse, a situação de modernizarmos e revermos a forma de publicação, isso é benéfico para todos. No entanto, há uma abordagem que parece um pouco esquecida. Parece que, desde os idos tempos da Idade Média, se usa esse tipo de publicação no poste, nas cidades. E qual era a ideia disso? Que fatos relevantes da comunidade, portanto, empresariais também, comerciais, casamentos, proclamas etc. fossem colocados no poste da principal praça ou no muro da igreja, porque justamente tinham que ser vistos pelo passante, pelo desavisado, e não por alguém que tenha interesse específico numa empresa e vá procurar num *sítio* dela os seus atos constitutivos, o seu balanço, os seus anúncios





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

de fatos relevantes. É apenas uma abordagem ligeiramente diferente que é perfeitamente passível de ser adaptada a esse projeto e que eu queria discutir com mais calma. Por isso, esse pedido é importante.

Veja, quando se coloca esse tipo de anúncio para um *site* da CVM ou para o *site* da própria empresa, quando eu estou passando pela rua, não sou abordado, não me chega essa informação de um fato relevante da Petrobras, da Eletrobras ou de uma empresa S.A. aberta. No entanto, não me atendo à discussão de ser mídia impressa ou não, chamo atenção para o seguinte.

Se eu estou num *site* do UOL, da Folha, num *site* de grande circulação, que aquilo apareça na forma, por exemplo, de um *pop-up*, ou de um pequeno botão. Por exemplo: "Saiu o novo balanço da Vale, entre aqui!". Esta é uma solução de consenso que pode funcionar, e pode cumprir também esse propósito que é secundário, mas é relevante, de manter essa movimentação financeira para esses veículos importantes – são veículos importantes! – para que subsistam. Independentemente de a gente concordar ou não em algumas ocasiões com as notícias que veiculam, com seus articulistas etc., mas são veículos que têm o maior potencial de combater *fake news* da sociedade, e não só no Brasil, no mundo todo. Grandes empresas jornalísticas sobrevivem desse tipo de receita também – não estou defendendo apenas isso.

Estou dizendo que são duas abordagens. Primeira, essa sobrevivência e, segunda, a questão do poste, é preciso lembrar do poste da Idade Média. Eu estou passando, vejo aquilo, não tenho interesse, ou tenho interesse secundário naquele assunto, e não iria procurar o *site* da empresa, não iria procurar a CVM, caso não tivesse pulado na minha frente aquela notícia ou aquele alerta de que saiu um fato relevante sobre a empresa.

Então, eu acho que é perfeitamente compatível fazermos uma solução aqui nesses incisos para que isso seja implementado e a gente tenha uma solução de consenso. É só isso, apenas baseado nessa abordagem diferente do lugar-comum. Lugar-comum é dizer: "Ah, vai estar lá. Quem tiver interesse na Petrobras vai lá e vê a informação da Petrobras". Quanto a isso, tudo bem, atende a quem tem interesse na Petrobras. Mas a quem não tem ou tem interesse remoto, não chega a informação, e esse era o espírito do legislador da Lei das S.A. lá atrás e certamente é o espírito, por exemplo, dos proclamas de casamento.

Então, usando esse paralelo, eu gostaria de pedir vênua para abordá-la depois, com a nossa equipe, para a gente trabalhar junto numa solução de consenso quanto a isso. É isso.

Obrigado, Presidente.

A SRA. SORAYA THRONICKE (PSL - MS) – O.k. Obrigada pela colaboração, Senador Jean Paul Prates.

O senhor tem razão quando diz isso, mas, por isso mesmo, chama atenção para a redação do §4º, do art. 289: "As instruções para o acesso às publicações de que trata este artigo serão publicadas em jornal de grande circulação editado na localidade em que esteja situada a sede da companhia, conforme regulamentação do Ministério da economia e da CVM, observadas as suas atribuições". Então, nos jornais de grande circulação, permanecerão as instruções de acesso.

Agora, nos últimos tempos, eu não vejo jornal pregado no poste...

O SR. JEAN PAUL PRATES (PT - RN) – Não, não, nem eu quis dizer isso. (*Risos.*)





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

A SRA. SORAYA THRONICKE (PSL - MS) – A pessoa tem que comprar o jornal. Não sei se o senhor quer voltar a pregar no poste...

O SR. JEAN PAUL PRATES (PT - RN) – Não, não, não, estou dando um exemplo histórico da intenção do legislador!

A SRA. SORAYA THRONICKE (PSL - MS) – Sim, a pessoa também tem que comprar o jornal para ler. E, olha, às vezes... Até sei que é bom colocar no poste notícias verdadeiras, porque ler um balanço de uma S.A... Tem gente que não aguenta nem ler notícia...

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. SORAYA THRONICKE (PSL - MS) – Mas aqui vai ser, não é? Tá?

O SR. JEAN PAUL PRATES (PT - RN) – Perfeito. Apenas a observação é que existe prazo nesse caso para esse dispositivo que V. Exa. coloca, existe prazo para cumprimento. Então, teria que ver como é isso. E, na verdade, o importante não é nos ater à questão da publicação paga ou não paga; é a grande circulação e aquela informação que salta aos olhos do leitor que está passando pelo *site*, pelo jornal, pelo jornaleiro, por quem quer que seja. O exemplo do poste é por isso. Claro que eu não quero que a gente suje as cidades, mas é que, na Idade Média e mais recentemente até, era essa a forma dos proclamas.

A SRA. SORAYA THRONICKE (PSL - MS) – Mas hoje ninguém desgruda deste poste aqui.

O SR. JEAN PAUL PRATES (PT - RN) – Pois é, esse poste, agora, que é eletrônico...

A SRA. SORAYA THRONICKE (PSL - MS) – Esse é o poste. *(Risos.)*

O SR. JEAN PAUL PRATES (PT - RN) – ... tem várias fontes gratuitas.

A SRA. SORAYA THRONICKE (PSL - MS) – Sim.

O SR. JEAN PAUL PRATES (PT - RN) – Então, quem está interessado em economia genericamente vai acabar esbarrando num botão lá, dizendo: "Olha, o balanço de tal empresa saiu". Quando está apenas no *site* da empresa ou no *site* da comissão reguladora, isso é mais difícil. Essa é apenas uma filigrana, mas acho que seria interessante...

A SRA. SORAYA THRONICKE (PSL - MS) – O §4º seria bom.

O SR. PRESIDENTE (Rogério Peninha Mendonça. MDB - SC) – Está bom.

A gente pede que a discussão fique para o momento oportuno.

O Deputado Elias Vaz também pediu um...

O SR. ELIAS VAZ (PSB - GO. Pela ordem.) – Eu queria só fazer um comentário, Presidente.

Primeiro, eu acho que a situação aqui demonstra claramente... E há a preocupação do tempo, eu compreendo V. Exa...

O SR. PRESIDENTE (Rogério Peninha Mendonça. MDB - SC) – A preocupação é o tempo.

O SR. ELIAS VAZ (PSB - GO) – Sim...

O SR. PRESIDENTE (Rogério Peninha Mendonça. MDB - SC) – Dia 12 é o último dia.

O SR. ELIAS VAZ (PSB - GO) – ... tanto que foi imprópria a utilização de medida provisória para tratar desse assunto. Na verdade, não há aí a questão da urgência e relevância que justifique. Aliás, nós vivemos um problema já sério, não só neste Governo, mas em outros, que é a banalização da utilização desse instrumento que é a medida provisória, que deveria ser uma exceção, e, na minha opinião, se transformou numa verdadeira usurpação do poder de legislar.





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

Infelizmente, nós temos isso. Sinceramente, não há essa situação. Isso, primeiro, na questão do método, que é a minha crítica; e, segundo, pela forma como foi colocado.

No dia 6 de agosto – para citar algumas declarações da real intenção do Presidente da República, só para citar algumas declarações –, aqui no *O Globo*: "No dia de hoje, eu retribuí parte daquilo que a grande parte da mídia me atacou". Depois, ele vem, em outro, numa agência de imprensa, também, dizendo: "'Eu espero que o *Valor Econômico* sobreviva à medida provisória de ontem', disse, entre risos". Também na *Folha de S.Paulo*: "Ontem, assinei uma medida provisória para ajudar a imprensa de papel", com ironia. Sinceramente, quer dizer, coloca claramente uma medida provisória dizendo que é para falir os jornais. Eu, sinceramente, não... Medida provisória não foi feita para isso.

Eu não estou dizendo, Senador; quem disse isso foi ele, foi o Presidente da República; eu estou aqui... Eu estou reproduzindo o que ele disse, o que ele disse, deixou claro! Depois, veio a 896 com o mesmo sentido, quanto à questão dos editais. Novamente, ele disse que queria quebrar os jornais.

Então, sinceramente... Primeiro que medida provisória não foi feita para atender capricho de Presidente da República; segundo que, sinceramente, a manutenção dos jornais hoje é um instrumento de manutenção da democracia acima de tudo. Então, eu não posso concordar com isso. Acho que nós temos que avançar mesmo em muitas questões. Poderíamos estar discutindo aqui questão de urgência, como, por exemplo, a relativa a uma audiência pública que nós fizemos na Comissão de Finanças e Tributação da Casa, tratando sobre a questão de operações compromissadas, que causou um prejuízo para o País de 940 bilhões nos últimos anos, nos últimos dez anos; 94 bilhões por ano; 225 milhões por dia. E aí não há medida provisória para abordar esse tipo de coisa.

O SR. PRESIDENTE (Rogério Peninha Mendonça. MDB - SC) – Caro Deputado, nós vamos ter oportunidade de discutir o mérito...

O SR. ELIAS VAZ (PSB - GO) – Sim, mas eu só estou colocando que...

O SR. PRESIDENTE (Rogério Peninha Mendonça. MDB - SC) – A gente está dando oportunidade a algum encaminhamento.

O SR. ELIAS VAZ (PSB - GO) – Aí, sim, caberia estar discutindo. Mas é relevante, porque é questão do tempo, Presidente, porque V. Exa...

O SR. PRESIDENTE (Rogério Peninha Mendonça. MDB - SC) – Exato, mas eu tenho uma sugestão que poderia atender.

A minha preocupação em fazer a reunião amanhã é pensando na discussão da matéria. A minha sugestão é que se marque um horário, não às 17h, porque há a Ordem do Dia, é a mesma coisa que querer que não haja nada. Então, que seja num horário que seja razoável, em que se discuta o tempo que for necessário e que, na terça-feira, se coloque em votação sem requerimento de obstrução e, sim, ir direito à votação nominal do mérito. Naquele que tiver a maioria dos votos....

A SRA. ROSE DE FREITAS (PODEMOS - ES) – Eu não entendi essa parte do encaminhamento. Sem o quê?

O SR. PRESIDENTE (Rogério Peninha Mendonça. MDB - SC) – Amanhã nós faríamos a discussão, certo?





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

A SRA. ROSE DE FREITAS (PODEMOS - ES) – O senhor vai encontrar um horário com os Presidentes das Casas?

O SR. PRESIDENTE (Rogério Peninha Mendonça. MDB - SC) – Às 15h, a ideia é marcar às 15h, porque até as 17h...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Rogério Peninha Mendonça. MDB - SC) – E a votação na terça-feira...

A SRA. ROSE DE FREITAS (PODEMOS - ES) – É discussão de uma hora apenas?

O SR. PRESIDENTE (Rogério Peninha Mendonça. MDB - SC) – Duas horas, três horas, até se votar.

A SRA. ROSE DE FREITAS (PODEMOS - ES) – Não, Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Rogério Peninha Mendonça. MDB - SC) – Oi?

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Rogério Peninha Mendonça. MDB - SC) – A discussão não tem problema também com a Ordem do Dia, Senadora. E...

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Rogério Peninha Mendonça. MDB - SC) – Quinze e trinta pode ser também; como não há a discussão, não vai haver problema com a Ordem do Dia...

O SR. RODRIGO PACHECO (DEM - MG) – Se não há problema com a Ordem do Dia, pode marcar às 17h.

O SR. PRESIDENTE (Rogério Peninha Mendonça. MDB - SC) – Pode, se vocês acharem, pode ser.

E aí, na terça-feira, nesse acordo, nós colocaríamos em votação sem requerimento de obstrução, com uma votação nominal no mérito. Aqueles que já discutiram... O que tiver maioria, democraticamente, vamos ter a proposta vencedora.

Eu estou aqui como Presidente, não tomando partido por uma ou outra posição, nem pelo relatório da Senadora. Eu tenho o compromisso de que seja votado. Eu não gostaria, chegado o dia 12, que se dissesse: "Olha, o Presidente não conseguiu votar e encerrou, porque não teve capacidade de botar votação". Eu acho que isso não pode acontecer.

Então, a minha ideia qual é? Amanhã... Pode ser às 17, Pacheco?

A SRA. ROSE DE FREITAS (PODEMOS - ES) – Não, Presidente, eu quero destacar a importância...

O SR. PRESIDENTE (Rogério Peninha Mendonça. MDB - SC) – A discussão será feita até a hora em que for necessário. Na semana que vem, 14h30min, nós votamos sem requerimento de obstrução, dia 12, que é o último dia possível, e votação nominal no mérito. Aí cada um... Reúnam-se os Deputados dentro da Comissão...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Rogério Peninha Mendonça. MDB - SC) – Sim, sim. Estás inscrito? Tá o.k. Já fica inscrito.





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

A SRA. ROSE DE FREITAS (PODEMOS - ES) – Me inscreva também, Presidente.

A SRA. SORAYA THRONICKE (PSL - MS) – Uma hora e meia não dá, de discussão? Começar às 13h e, às 15h30...

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. SORAYA THRONICKE (PSL - MS) – Porque a matéria é pesada, não há a...

O SR. PRESIDENTE (Rogério Peninha Mendonça. MDB - SC) – Senadora, mas, mesmo que atrase um pouco...

A SRA. SORAYA THRONICKE (PSL - MS) – Tá.

O SR. PRESIDENTE (Rogério Peninha Mendonça. MDB - SC) – ... poderia a discussão... Dependia da presença da Senadora, porque ela vai ter dificuldade de chegar um pouco mais tarde, mas poderia começar...

O SR. AFONSO MOTTA (PDT - RS) – Vamos antecipar, vamos começar às 16h então.

O SR. PRESIDENTE (Rogério Peninha Mendonça. MDB - SC) – Dezesseis? Pode ser, então.

A SRA. ROSE DE FREITAS (PODEMOS - ES) – Eu sugiro que ele faça...

O SR. PRESIDENTE (Rogério Peninha Mendonça. MDB - SC) – Dezesseis, porque aí não há problema com a Ordem do Dia, tá bom?

A SRA. ROSE DE FREITAS (PODEMOS - ES. Pela ordem.) – Não, Sr. Presidente, pela ordem.

Amanhã vota-se nesta Casa, entre outras matérias econômicas importantes, o feminicídio, luta de anos, anos! É a imprescritibilidade. Desculpe, Senadora Soraya, mas não é possível ter uma hora de discussão sobre essa matéria.

O SR. PRESIDENTE (Rogério Peninha Mendonça. MDB - SC) – A gente pode ter duas, três, não há problema.

A SRA. ROSE DE FREITAS (PODEMOS - ES) – Então, mas, se entrar na hora da votação do feminicídio, vai tirar do Plenário os Senadores de que nós precisamos para aprovar, Senadora Soraya. Eu pediria...

O SR. PRESIDENTE (Rogério Peninha Mendonça. MDB - SC) – Então iniciamos às 15h e vamos até a Ordem do Dia. Fazemos isso, Pacheco, já que ela está achando que há esse problema. Vamos iniciar às... As inscrições nós vamos aceitar hoje e fica o acordo, terça-feira, sem requerimento...

A SRA. ROSE DE FREITAS (PODEMOS - ES) – Mas tem que estar aberto amanhã. Pelo Regimento Interno, tem que estar aberto também amanhã, porque quem chegar para se inscrever amanhã e estiver encerrado... Vai ser quebra do Regimento.

O SR. PRESIDENTE (Rogério Peninha Mendonça. MDB - SC) – Claro, mas vai estar aberto amanhã. Vai ter... Fizemos um acordo...

O SR. RODRIGO PACHECO (DEM - MG) – Sr. Presidente, a votação vai ser nominal?

O SR. PRESIDENTE (Rogério Peninha Mendonça. MDB - SC) – A votação aqui?

O SR. RODRIGO PACHECO (DEM - MG) – O acordo é não ter obstrução e votação nominal.

O SR. PRESIDENTE (Rogério Peninha Mendonça. MDB - SC) – Votação nominal, sim, pode ser. *(Pausa.)*





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

Pode ser assim, então, esse acordo?

A SRA. ROSE DE FREITAS (PODEMOS - ES) – Olha, eu não posso falar aqui pelos outros Líderes, Sr. Presidente. O senhor está propondo um acordo de não obstrução. Se chegarem aqui os outros Líderes e quiserem fazer, vão nos derrotar. E eu, flagrantemente, não posso votar... Representando o Podemos aqui – também sou 1ª Vice-Líder do Podemos –, posso falar pelo Podemos, mas não posso falar pelos demais.

O SR. PRESIDENTE (Rogério Peninha Mendonça. MDB - SC) – Nós votamos no mérito e quem tiver maioria vai ganhar. Até acho que é possível que o posicionamento de vocês vença, pelo que a gente percebe pelos encaminhamentos. O que eu quero é que realmente nós tenhamos oportunidade de votar essa matéria.

A SRA. ROSE DE FREITAS (PODEMOS - ES) – O senhor conhece o meu posicionamento, meu Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Rogério Peninha Mendonça. MDB - SC) – Conheço, sim.

A SRA. ROSE DE FREITAS (PODEMOS - ES) – O senhor conhece?

O SR. PRESIDENTE (Rogério Peninha Mendonça. MDB - SC) – Sim, eu já mais ou menos percebi, pelas conversas que nós tivemos, que tu gostarias que não fosse votado.

A SRA. ROSE DE FREITAS (PODEMOS - ES) – Olha, se ele fosse índio, eu iria dizer que ele é cacique! (*Risos.*)

Porque fica medindo a temperatura, se o vento vai para cá ou vai para lá.

O SR. PRESIDENTE (Rogério Peninha Mendonça. MDB - SC) – Não, mas o importante é o seguinte, pessoal. Nós vamos ter a oportunidade de discutir e vamos votar. É isso que eu gostaria que acontecesse.

A SRA. ROSE DE FREITAS (PODEMOS - ES) – Pode ser às 15h, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rogério Peninha Mendonça. MDB - SC) – Pode?

A SRA. ROSE DE FREITAS (PODEMOS - ES) – Pode.

O SR. PRESIDENTE (Rogério Peninha Mendonça. MDB - SC) – Pode ser.

O SR. RODRIGO PACHECO (DEM - MG) – Sr. Presidente, então a continuidade desta sessão será às 15h de amanhã?

O SR. PRESIDENTE (Rogério Peninha Mendonça. MDB - SC) – O horário a gente pode definir às 15h?

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Rogério Peninha Mendonça. MDB - SC) – Quinze horas.

O SR. RODRIGO PACHECO (DEM - MG) – Quinze horas. Votação nominal e sem obstrução no dia 12.

O SR. PRESIDENTE (Rogério Peninha Mendonça. MDB - SC) – Amanhã não há votação.

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Rogério Peninha Mendonça. MDB - SC) – Amanhã é só discussão.

O SR. RODRIGO PACHECO (DEM - MG) – Sim, sim, eu sei. Mas, no dia 12, votação nominal e sem obstrução. É esse o acordo?

O SR. PRESIDENTE (Rogério Peninha Mendonça. MDB - SC) – Sem obstrução e votação no mérito.





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

O SR. RODRIGO PACHECO (DEM - MG) – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Rogério Peninha Mendonça. MDB - SC) – E pode ser nominal, certo? Cada um bote a sua digital no seu posicionamento, democraticamente, e a Comissão vai definir o que quer.

O SR. RODRIGO PACHECO (DEM - MG) – No dia 12, é isso?

O SR. PRESIDENTE (Rogério Peninha Mendonça. MDB - SC) – No dia 12.

O SR. RODRIGO PACHECO (DEM - MG) – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Rogério Peninha Mendonça. MDB - SC) – Bem, pessoal, então podemos ficar combinados assim? (*Pausa.*)

Então eu declaro, Srs. Senadores e Sras. Senadoras, Srs. Deputados e Sras. Deputadas, suspensão a presente reunião, marcando a reabertura para o dia 6, amanhã, quarta-feira, às 15h, certo?

E a última reunião – antecipadamente já fica combinado com os senhores – será, então, na terça-feira que vem, dia 12, às 14h30min.

Está suspensa a presente reunião.

(Iniciada às 14 horas e 35 minutos, a reunião é suspensa às 15 horas e 16 minutos.)

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Rogério Peninha Mendonça. MDB - SC) – Declaro reaberta a 2ª Reunião da Comissão Mista destinada a emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 892, de 2019.

A Presidência comunica que, no dia 5 de novembro, a Senadora Soraya Thronicke procedeu à leitura do seu relatório, ocasião em que foi concedida vista coletiva da matéria, suspendendo, em seguida, a reunião.

Faço questão de frisar que houve um acordo em que hoje teremos somente a discussão da matéria e a votação acontecerá na próxima terça-feira, dia 12, sendo que a votação será nominal e a decisão será, portanto, na próxima terça-feira.

Passamos, portanto, à discussão da matéria.

Passo a palavra ao primeiro inscrito, o Deputado Afonso Motta, de Alegrete, no Rio Grande do Sul.

O SR. AFONSO MOTTA (PDT - RS. Para discutir.) – Obrigado, Presidente Peninha. É uma honra poder compartilhar esta Comissão com a Presidência de V. Exa.

Queria cumprimentar as senhoras e os senhores aqui presentes e o conjunto de colaboradores que contribuem com esta Comissão que aprecia a Medida Provisória 892, Comissão mista.

Eu vou direto ao voto, Sr. Presidente.

Reconhecendo preliminarmente o ilustrado parecer apresentado pela Relatora, Senadora Soraya, reconheço sua contribuição no sentido de buscar, mesmo com as razões que apontou, a flexibilização, nós, de forma muito singela e objetiva, nos permitimos divergir naquilo que para nós é preliminar, que é o exame da constitucionalidade.





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

Nosso voto.

Dos requisitos de urgência e relevância (art. 62 da Constituição Federal) e do atendimento ao art. 2º, §1º, da Resolução nº 1, de 2002, do Congresso Nacional

O art. 62 da Constituição Federal concede ao Presidente da República a prerrogativa de editar atos com força imediata de lei *ad referendum* do Congresso Nacional. Como requisito para o exercício desse direito, é exigido que a matéria possua caráter urgente e que, no mérito, o assunto tratado seja relevante.

Tal norma é inspirada na Constituição italiana, que determina em seu art. 77 que em caso extraordinário de necessidade e de urgência, o governo adote sob sua responsabilidade, medidas provisórias com força de lei. Isso faz com que os requisitos de relevância e urgência sejam analisados pelo Congresso Nacional para que, não estando presentes, como data vênia é no caso, impeça-se a conversão da medida provisória em lei.

No caso concreto da presente medida provisória, deve-se ressaltar primeiramente que, em 24 de abril de 2019, foi sancionada pelo Presidente da República, Presidente Jair Bolsonaro, a Lei nº 13.818, que determinou que a partir de 2022 a publicação de demonstrativos contábeis das sociedades anônimas em jornais de grande circulação poderia ser feita de forma resumida. Até 2022, segundo aquela normativa, permanecia a obrigação de publicação completa desses demonstrativos.

Assim, verifica-se que o assunto foi discutido pelo Congresso Nacional recentemente, o qual optou por solução distinta para a questão central desta medida provisória. Nesse mesmo sentido, a Presidência da República concordou que a lei aprovada reunia os critérios de conveniência e oportunidade necessários à sua sanção. Desse modo, não há que se falar em relevância a justificar a edição da medida provisória para dispor em direção contrária ao que fora antes aprovado e sancionado pelos Poderes Executivo e Legislativo.

Quanto a urgência, deve-se ter em mente que a matéria é estritamente de natureza de organização burocrática. Em virtude disso, deve-se verificar que não há nenhuma questão de ordem pública que justifique a entrada imediata em vigor da medida provisória enviada.

Nesse sentido, nosso voto é pela...

(Soa a campainha.)

O SR. AFONSO MOTTA (PDT - RS) – ... inconstitucionalidade da Medida Provisória nº 892/2019 por ausência dos pressupostos constitucionais de urgência e relevância.

É o nosso voto, que já foi encaminhado a essa Presidência para os devidos fins.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rogério Peninha Mendonça. MDB - SC) – Obrigado, Deputado Afonso Motta.

Sem mais quem queira discutir, está encerrada a discussão, e, conforme acordo firmado anteriormente, suspenderei a reunião, lembrando que a reabertura será na próxima terça-feira, com a votação da matéria, votação nominal, conforme acordado.

Declaro, portanto, suspensa a presente reunião, marcando sua reabertura para o dia 12 de novembro, terça-feira, às 14 30min.

Está suspensa a reunião.

Muito obrigado.





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

(Iniciada às 14 horas e 35 minutos do dia 05/11/2019, a reunião é suspensa às 15 horas e 16 minutos; reaberta às 15 horas e 3 minutos, a reunião é suspensa às 15 horas e 09 minutos.)

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Rogério Peninha Mendonça. MDB - SC. *Fazendo soar a campainha.*)
– Atenção, pessoal!

Solicito à Senadora Soraya que faça parte da Mesa, para que a gente inicie esta reunião. Senadora Soraya, por favor, participe da Mesa. *(Pausa.)*

Bem, declaro aberta a 2ª Reunião da Comissão Mista destinada a emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 892, de 2019.

A Presidência comunica que, no dia 5 de novembro, a Senadora Soraya Thronicke procedeu à leitura do seu relatório, ocasião em que foi concedida vista coletiva da matéria, suspendendo-se, em seguida, a reunião. Comunica ainda que, no dia 6 de novembro, realizou-se a discussão da matéria, conforme acordo firmado anteriormente. Encerrada a discussão, foi então suspensa a reunião, tendo sido marcada para a presente data a votação da matéria.

Passamos à votação da matéria.

É importante, e de ofício já vou definir que a votação seja nominal, conforme acordo que foi feito no dia 5.

O SR. PAULO TEIXEIRA (PT - SP) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Rogério Peninha Mendonça. MDB - SC) – Portanto, já se inicia a votação e se abre a discussão.

Deputado Paulo Teixeira.

Iniciada a votação.

(Procede-se à votação.)

O SR. PAULO TEIXEIRA (PT - SP. Para discutir.) – Sr. Presidente, eu considero que esta matéria tem pouco a ver com tecnologia, tem pouco a ver com recursos, mas tem a ver com a democracia.

Essa matéria, Senadora Soraya, foi editada num contexto de uma disputa do Senhor Presidente com órgãos de imprensa. O Senhor Presidente, como forma de contestar os órgãos de imprensa, editou essa matéria. O que ele pretendeu fazer ali foi estrangular os jornais. Por isso, essa matéria não tem urgência e não tem relevância agora. Não é urgente essa matéria.

Uma medida provisória trata de assuntos urgentes, e, na minha opinião, não há urgência. Portanto, ela não tem razão de ser. É uma matéria inconstitucional.

E, de fundo, ela quer atacar a liberdade de imprensa.

Por isso, nós somos pela rejeição dessa matéria, com o respeito e a vênica à Senadora Soraya, que, creio eu, não tem concordância com a motivação. Se nós acatarmos essa matéria, nós estaremos acatando um ataque à liberdade de imprensa.





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

Por essa razão, defendo a rejeição dessa matéria; por ser inconstitucional, não ter urgência. Ela deveria ser tratada dentro de um projeto de lei para que houvesse o debate com a sociedade, já que ela tramita em caráter de urgência.

Por essa razão, sou contrário a essa matéria, com a devida vênia, que quero registrar, à Senadora Soraya e ao Senador Rogério Peninha.

Portanto, Deputado...

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Rogério Peninha Mendonça. MDB - SC) – A votação já está iniciada. Quem votar "sim" vota com a Relatora; quem votar "não" vota de acordo... Inclusive dentro dessa proposta do Deputado Paulo Teixeira.

A Deputada Soraya pediu... Enquanto ocorre a votação, nós vamos abrir a palavra para todos que quiserem, está bem, Deputado Cajado? A Deputada Soraya pediu primeiro. A Senadora Soraya, Relatora...

O SR. ALESSANDRO MOLON (PSB - RJ) – Presidente, em seguida!

O SR. PRESIDENTE (Rogério Peninha Mendonça. MDB - SC) – Em seguida, o Deputado Molon, inscrito.

O SR. ALESSANDRO MOLON (PSB - RJ) – Obrigado, Presidente.

A SRA. BIA KICIS (PSL - DF) – Presidente, Bia Kicis.

O SR. PRESIDENTE (Rogério Peninha Mendonça. MDB - SC) – Depois, a Bia Kicis...

O SR. DAVID SOARES (DEM - SP) – David Soares, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rogério Peninha Mendonça. MDB - SC) – David Soares e Alessandro Molon.

A votação já se iniciou. Quem quiser já pode votar.

A SRA. SORAYA THRONICKE (PSL - MS. Como Relatora.) – Olha só: uma alternativa aqui, Deputado, é que, caso haja risco de veto daquele inciso que fala que os jornais de grande circulação permanecem...

O SR. TELMÁRIO MOTA (PROS - RR) – Relatora, só um pouquinho...

A SRA. SORAYA THRONICKE (PSL - MS. Como Relatora.) – Senador...

O SR. TELMÁRIO MOTA (PROS - RR) – Eu só queria que as pessoas ouvissem...

A SRA. SORAYA THRONICKE (PSL - MS. Como Relatora.) – Por favor, gente! É mais uma proposta.

O SR. TELMÁRIO MOTA (PROS - RR) – Eu queria aqui chamar a atenção dos Senadores e Deputados. A Relatora tem uma proposta final de conciliação.

Eu queria que todo mundo ouvisse, para depois não dizerem que houve a radicalização. Então, eu queria que a Sra. Relatora fizesse a sua proposição.

O SR. PRESIDENTE (Rogério Peninha Mendonça. MDB - SC) – Eu só pediria, antes da continuação da Relatora, Senadora Soraya, que desocupassem a terceira fila, pessoal, para que os Deputados e Senadores possam ocupar esses espaços.

A SRA. SORAYA THRONICKE (PSL - MS. Como Relatora.) – Senadores, é o seguinte: a manutenção do "jornal em grande circulação", que é o inciso II, a gente pode manter, e, se há risco de veto, é possível derrubar esse veto no Congresso. Não está de todo... Para não perder as outras questões, que são muito boas. Passar a publicar em *sítes*, de maneira digital, é muito





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

importante, é o caminho. E ficam os jornais *ad eternum*, não há problema. Mas as pessoas não acessam mesmo. Hoje, o maior acesso é nos sítios eletrônicos.

Se se quer realmente democracia, nós estamos ampliando a divulgação desses balanços e indo para frente, junto com a tecnologia. É tudo junto. É mais informação para a população, é mais transparência... E coloca-se sempre no jornal como acessar via internet, onde é que está, vai o *link*...

O Senador Telmário concorda com essa ideia.
Senador...

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. SORAYA THRONICKE (PSL - MS) – Olha só: nos últimos cinco anos, só dez empresas públicas gastaram... (Pausa.)

Dez empresas públicas gastaram 50 milhões. Então, a urgência, gente, está na economia. É importante o Brasil economizar. Esse dinheiro pode ser reinvestido. Essas estatais são de nós todos, de todos os brasileiros. E nós temos urgência para tirar o País da lama. A questão é essa. Entenderam?

Então, aí está, Deputado.

E nós mantemos. E, aí, o trabalho é para vetar. Para vetar, para derrubar o veto, caso ocorra, porque o próprio Governo já me pediu para flexibilizar. Pedido do Governo: "Vamos entrar num acordo".

A SRA. ROSE DE FREITAS (PODEMOS - ES) – Permita-me...

A SRA. SORAYA THRONICKE (PSL - MS) – Não é, Senador Telmário?

A SRA. ROSE DE FREITAS (PODEMOS - ES) – Presidente, o senhor me concede a palavra?

O SR. PRESIDENTE (Rogério Peninha Mendonça. MDB - SC) – Há alguns inscritos, Senadora Rose. Nós daremos a palavra para V. Exa. sim, mas o Alessandro Molon foi o primeiro, após o Paulo Teixeira. Então, eu passarei a palavra ao Alessandro Molon.

O SR. ALESSANDRO MOLON (PSB - RJ. Para discutir.) – Muito obrigado, Deputado Peninha.

Quero cumprimentar V. Exa., cumprimentar a Senadora Soraya pelo trabalho dedicado, pelo debate sobre o tema, cumprimentar todos os colegas – o Senador Telmário, a Senadora Rose, o Senador Kajuru, o Senador Anastasia, o Senador Tasso – e dizer, Presidente, que, ao ler os votos em separado do Senador Rodrigo Pacheco, da Senadora Rose de Freitas, lendo as emendas do Senador Anastasia, do Senador Carlos Viana, do próprio Senador Rodrigo Pacheco, para nós fica claro que essa medida provisória não atende a um dos pressupostos constitucionais exigidos para qualquer medida provisória, qual seja, o quesito da urgência.

Se o Governo quer propor o fim da exigência para a publicação de balanços, que o faça através de um projeto de lei, e não através de uma medida provisória, que já entra com força de lei, atropelando este Parlamento, retirando deste Parlamento a possibilidade de legislar durante o prazo de vigência da medida provisória. Portanto, é claramente inconstitucional essa proposta.

Não fosse apenas por isso, por outra razão também, Deputado Peninha: o próprio Presidente da República, ao anunciar essa medida provisória, de forma irônica, agressiva, deixou





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

claro que a sua intenção era atingir o balanço financeiro dos órgãos de imprensa. Isso é um ataque à liberdade de imprensa disfarçado de medida progressista.

Senadora Soraya, com todo respeito a V. Exa., nenhuma empresa está proibida de publicar balanço na internet. Não há necessidade de qualquer medida provisória para que se publique balanço na internet. O objetivo é quebrar os jornais que eventualmente sejam críticos ao Governo. E, toda vez que um país ou uma democracia caminha nessa direção de sufocar economicamente, de sufocar as liberdades, a liberdade de imprensa, a liberdade expressão, o país vai mal.

Por isso, é necessário aprovar o voto em separado do Senador Rodrigo Pacheco, que é do Democratas, não é do meu campo político; aprovar a posição do Senador Anastasia, que não é do meu campo político, mas que tem uma posição correta; do Deputado João Roma, que está aqui ao meu lado, que também é de outro partido, não é da oposição, mas também tem uma visão contrária. Então, vejam, Senadora e Deputado... A Senadora Rose de Freitas, batalhadora dessa causa da liberdade de imprensa, da liberdade de expressão, também é de outro partido; e também batalhador dessa causa, o Senador Kajuru... Reparem que os que defendem a liberdade de imprensa e de expressão estão unidos na rejeição a essa medida provisória, que tem um fim claro, que é o de sufocar economicamente quem ouse publicar matérias que incomodem o Governo. Esse é um caminho do autoritarismo que nós devemos rejeitar. É preciso que o Parlamento se afirme hoje e diga: "Autoritarismo, não! Sufoco à liberdade de imprensa, não! Sufoco à liberdade expressão, não! Pluralidade de ideias!".

Por isso, o nosso voto – acompanhando a Senadora Rose, o Senador Anastasia, o Senador Kajuru, o Senador Tasso, o Deputado João Roma, o Deputado Paulo Teixeira, o Senador Paulo Rocha, a Deputada Joenia e outros – é "não", para que seja votado depois o voto em separado da Senadora Rose de Freitas aqui presente, que pugna pela inconstitucionalidade dessa medida provisória pelo não atendimento da exigência da urgência prevista no texto da Constituição.

Com todo o meu respeito e consideração pelo trabalho da Senadora Soraya, que fez um trabalho sério e dedicado, com toda vênua ao trabalho de S. Exa. e do Presidente Peninha, a quem quero cumprimentar pelo esforço de um entendimento... Infelizmente, não foi possível neste caso; em outros casos o será.

Parabéns a V. Exa. pela abertura para o diálogo!

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rogério Peninha Mendonça. MDB - SC) – Conforme inscrição, Deputada Bia Kicis.

A SRA. BIA KICIS (PSL - DF. Para discutir.) – Sr. Presidente, Deputado Rogério Peninha, a quem cumprimento; cumprimento a Senadora Soraya Thronicke, Relatora, que tem feito um excelente trabalho; meus pares e todos aqueles que nos assistem.

Eu quero dizer que o que estamos defendendo aqui – a aprovação dessa medida provisória – vai ao encontro de diversas outras medidas deste Governo no sentido de desburocratizar, de simplificar a vida dos empresários, simplificar a vida dos cidadãos, simplificar a vida e os custos, porque, quando se fala em simplificar, é preciso desburocratizar e reduzir custos também. As empresas públicas, como disse a Relatora há pouco, gastaram – somente dez empresas – nos últimos anos R\$50 milhões! É muito dinheiro que poderia estar a serviço do povo brasileiro.





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

Hoje, inclusive, estamos tratando neste Governo de privatizações. Queremos tirar o dinheiro suado do povo brasileiro que hoje é utilizado para manter empresas públicas, para manter gastos como esses de publicação em jornais de grande circulação, para que esse dinheiro, Deputados, possa ser usado a serviço do povo.

Como disse o Secretário Especial Salim Mattar, nesses dias, em Belo Horizonte, um grande hospital público não tinha gaze para fazer cirurgias, e, no entanto, os governos passados fizeram uma opção, Deputado Molon, de gastar, de destinar grande parte do seu patrimônio a empresas. Então, o dinheiro que deveria estar com o povo está sendo utilizado para outras coisas. E aquele que ousa investir neste País é sobrecarregado com despesas que não fazem mais sentido.

Quando se começou a fazer a publicação eram outros tempos em que não havia sequer internet. Onde publicar? Era natural que se publicasse em jornais de grande circulação. No entanto, vejam que essa história, essa controvérsia não é nova, porque, por ocasião da reforma da Lei das Sociedades Anônimas, de 2001, já houve o debate sobre essa matéria e já foi sugerido que a publicação dos balancetes fosse feita apenas na internet. Naquela ocasião, ficou vencida essa sugestão, mas hoje ela retorna aqui ao palco, e agora nós precisamos trabalhar para desburocratizar, para diminuir custos. Hoje a internet contempla perfeitamente toda possibilidade de publicação.

Portanto, eu creio que seja urgente, sim, porque a crise econômica que assola o nosso País é gigantesca. O Governo tem que ficar fazendo malabarismo, o cobertor é muito curto. E é urgente que possamos simplificar e economizar.

Quero dizer também que este Governo jamais buscou censura, jamais buscou calar a grande imprensa, mas outros governos têm, sim, como objetivo, como no caso está registrado no caderno do PT, que é preciso regular a mídia. Hoje nós vemos aqui uma tentativa de calar as vozes nas redes sociais. Então, nós não compactuamos com nenhum tipo de censura. Não é disso que se trata. Essa é uma narrativa que estão jogando injustamente sobre este Governo e sobre essa medida provisória, que não trata absolutamente de qualquer tipo de censura.

Muito obrigada.

O SR. MAURO BENEVIDES FILHO (PDT - CE) – Pela ordem, Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Rogério Peninha Mendonça. MDB - SC) – Obrigado, Deputada.

O SR. MAURO BENEVIDES FILHO (PDT - CE) – Não há quórum para apurar.

O SR. PRESIDENTE (Rogério Peninha Mendonça. MDB - SC) – Só para orientar, nós temos aqui, na sequência: Deputado David Soares, Deputada Joenia Wapichana, Deputado Marcelo Ramos, Senadora Rose de Freitas...

A SRA. ROSE DE FREITAS (PODEMOS - ES) – Sr. Presidente...

O SR. MAURO BENEVIDES FILHO (PDT - CE. Pela ordem.) – É para encaminhar pelo PDT.

O SR. PRESIDENTE (Rogério Peninha Mendonça. MDB - SC) – ... Telmário Mota, Tasso Jereissati, Randolfe e Anastasia.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PAULO TEIXEIRA (PT - SP. Pela ordem.) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Rogério Peninha Mendonça. MDB - SC) – Então, na sequência, David Soares.





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

O SR. DAVID SOARES (DEM - SP) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PAULO TEIXEIRA (PT - SP) – ... não é possível apurar o resultado da votação?

O SR. PRESIDENTE (Rogério Peninha Mendonça. MDB - SC) – Como?

O SR. PAULO TEIXEIRA (PT - SP) – Apurar o resultado da votação.

O SR. PRESIDENTE (Rogério Peninha Mendonça. MDB - SC) – Podemos.

O SR. PAULO TEIXEIRA (PT - SP) – Então, apurar e manter as inscrições.

O SR. DAVID SOARES (DEM - SP. Pela ordem.) – Presidente, eu estou com a palavra ou tenho que aguardar...

O SR. PRESIDENTE (Rogério Peninha Mendonça. MDB - SC) – É, de repente, já podemos... (*Pausa.*)

Vamos esperar só mais um pouco e já podemos fazer...

Então, na sequência, o David Soares.

Ou o senhor gostaria de encaminhar antes? Quem quiser encaminhar...

Pela Liderança do PTB...

O SR. MAURO BENEVIDES FILHO (PDT - CE) – Do PDT!

O SR. PRESIDENTE (Rogério Peninha Mendonça. MDB - SC. *Fora do microfone.*) – Do PDT.

O SR. MAURO BENEVIDES FILHO (PDT - CE. Pela ordem.) – Mauro Benevides, PDT, Sr. Presidente.

A SRA. ROSE DE FREITAS (PODEMOS - ES. Pela ordem.) – Sr. Presidente, quero encaminhar pelo Podemos.

O SR. PRESIDENTE (Rogério Peninha Mendonça. MDB - SC) – Mauro Benevides Filho.

O SR. DAVID SOARES (DEM - SP. Pela ordem.) – Qual é o encaminhamento, Sr. Presidente? Sou eu ou é o Mauro?

O SR. PRESIDENTE (Rogério Peninha Mendonça. MDB - SC) – V. Exa. está inscrito na sequência. É só usar a palavra para fazer encaminhamento?

O SR. DAVID SOARES (DEM - SP) – É só para fazer um pequeno encaminhamento, Sr. Presidente, pelo Democratas.

O SR. PRESIDENTE (Rogério Peninha Mendonça. MDB - SC) – Como?

O SR. DAVID SOARES (DEM - SP) – É só para fazer um pequeno encaminhamento pelo Democratas, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rogério Peninha Mendonça. MDB - SC) – O David está na frente inscrito. Pois não, Deputado.

O SR. DAVID SOARES (DEM - SP. Para encaminhar.) – Sr. Presidente, é só para fazer jus ao relatório da nobre Senadora Soraya, que foi de uma forma bem elástica dilatando o prazo. E hoje nós temos o quê? Nós temos um grupo de empresários que estão mordidos com isso porque vão perder uma boquinha.

O Governo tem que se preocupar... As empresas públicas têm que se preocupar com aquilo para o que foram criadas. Órgão de imprensa não pode depender do Governo, não pode ficar reclamando contra o Governo; tem que aprender a ter pernas próprias e viver da sua própria competência. Quem não tem competência saia do mercado.

V. Exa. foi muito plausível dando sete anos! São sete anos! Dá muito tempo para se planejar.





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

Nós estamos com um rombo de R\$139 bilhões nas nossas contas. Então, qualquer centavo, quaisquer mil reais, qualquer milhão de reais faz, sim, a diferença. Portanto, esse argumento de que não há urgência... Há urgência, sim! Já está na hora de votar, e votar a favor do Governo.

Parabéns, Senadora!

O SR. MAURO BENEVIDES FILHO (PDT - CE. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu estou na sequência.

O SR. PRESIDENTE (Rogério Peninha Mendonça. MDB - SC) – Só um minutinho.

Eu pediria às assessorias que fizessem silêncio, pois há dificuldade de ouvirmos...

Senador, para encaminhamento.

O SR. MAURO BENEVIDES FILHO (PDT - CE. Para encaminhar.) – Sr. Presidente, eu tenho ouvido com muita atenção as discussões sobre a urgência ou não da matéria. Eu acho que esta Casa, o Congresso Nacional está esquecendo que, em 24 de abril de 2019 – agora, 2019 –, foi sancionada pelo Presidente da República, Presidente Jair Bolsonaro, a Lei 13.818, que determinou que, a partir de 2022, a publicação dos demonstrativos contábeis em jornais de grande circulação poderia ser feita de forma resumida. O Congresso já legislou e não foi há dez anos. Ele legislou agora dizendo a forma. E, se havia alguma questão a ver com custos de publicação, o Congresso já legislou que isso poderia ser feito de forma reduzida, diminuindo os custos de publicação e ampliando, portanto, a transparência que a matéria requer. Até 2022, essa obrigação mais ampla aconteceria; de 2022 para frente, ela será reduzida. Portanto, qual é a urgência, se o Congresso Nacional, agora, três meses atrás, acaba de legislar sobre essa matéria dando o prazo e a forma de como publicar? Eu não estou entendendo a discussão aqui neste Plenário.

Segundo, se a tecnologia – e eu gosto muito da tecnologia, tenho usado muito aqui nesta Casa... Não há nenhuma incompatibilidade em nós publicarmos nos jornais e publicarmos também em todas as nossas formas de mídia, seja na internet ou onde for.

Portanto, não se pode alegar aqui urgência porque o Congresso já deliberou sobre como esta Casa deveria proceder. Não cabe levar aqui urgência de uma medida provisória na medida em que esta Casa, aliás, o Congresso já definiu isso há muito tempo.

O PDT, portanto, vai encaminhar contra o relatório da nobre Senadora.

O SR. PAULO TEIXEIRA (PT - SP. Pela ordem.) – Presidente, como há quórum, indago se nós não deveríamos já apurar, encerrar a votação e continuar com a discussão, Presidente.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (REDE - AP. Pela ordem.) – Presidente...

O SR. PAULO TEIXEIRA (PT - SP. Pela ordem.) – Presidente, o quórum são sete Senadores e sete Deputados. Já votaram sete Senadores e onze Deputados!

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (REDE - AP) – Questão de ordem! Art. 403 do Regimento Interno, Presidente.

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (REDE - AP) – Presidente, questão de ordem.





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

O SR. PRESIDENTE (Rogério Peninha Mendonça. MDB - SC) – Vamos aguardar mais cinco minutos.

O SR. ALESSANDRO MOLON (PSB - RJ. *Fora do microfone.*) – Até às 15h18.

O SR. PRESIDENTE (Rogério Peninha Mendonça. MDB - SC) – Às 15h20.

O SR. ALESSANDRO MOLON (PSB - RJ. *Fora do microfone.*) – Mais cinco, dá 15h18.

O SR. PRESIDENTE (Rogério Peninha Mendonça. MDB - SC) – Às 15h20. Às 15h20 nós encerramos.

Passo a palavra, pela Liderança, ao Senador Telmário.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco/PROS - RR. Pela Liderança.) – Sr. Presidente, primeiro, eu quero parabenizar V. Exa. pela condução da Presidência dessa medida provisória, e a Senadora Soraya, que tem todo o meu carinho e meu respeito, uma pessoa que tem sempre um espírito aberto em busca do entendimento.

Sr. Presidente, eu aprendi desde cedo que não há democracia com uma imprensa fraca, enfraquecida; aprendi muito cedo isso! E, nesta Casa, nós temos que ter muito cuidado para não estarmos fomentando o momento por que hoje passa a nossa política, com um desentendimento entre o Presidente e alguns meios de comunicações. Nós aqui não somos empregados do Presidente; somos parceiros. Nós temos que viver numa harmonia. Nós somos empregados do povo brasileiro. E é, com uma imprensa forte, que nós vamos fortalecer a democracia e vamos caminhar no anseio da sociedade.

E é nesse sentido que lamento profundamente votar, Senadora Soraya, contra ao relatório de V. Exa., com o coração partido, porque V. Exa. buscou o que havia de melhor para buscar esse entendimento. Portanto, eu vou ficar com a democracia, com a imprensa forte, e não vou fazer parte, não vou ser lenha nessa fogueira em que briga hoje o Presidente com a imprensa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rogério Peninha Mendonça. MDB - SC) – Senadora Rose, inscrita pela Liderança do Podemos.

A SRA. ROSE DE FREITAS (PODEMOS - ES. Pela Liderança.) – Sr. Presidente, obrigada pela concessão da palavra.

Quero dizer que esses debates na Casa sempre são difíceis. É evidente, Senadora Soraya, que a senhora procurou fazer um relatório que, neste momento, diante da proposta feita pelo Governo, equivocada... É uma matéria que não tem nenhuma importância; o mérito dessa matéria é inoportuno. Eu me pautei também pelos jornais. O Presidente pronunciou que esse era um instrumento que poderia amanhã esvaziar a imprensa, e isso é um demérito para essa matéria.

Portanto, eu quero dizer que, ao contrário do que a senhora fala, esse documento eletrônico, pelo que nós estamos vivendo hoje, abre espaço, Senadora Soraya, para a fraude, e isso tem que ser levado em conta. Estamos vendo isso na mídia eletrônica. Não há como se furtar a isso.

Eu acho que não deveria existir essa matéria. Já que ela existe, eu quero dizer aqui que a nossa posição é contrária.

E eu quero ressaltar, Presidente Peninha, pelo apreço, o carinho e a respeitabilidade que V. Exa. tem na Casa, que eu apresentei um voto em separado. E, tão logo seja possível, eu gostaria de apresentá-lo para que a gente possa passar dessa etapa, Senador. A matéria que





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

vem com intuito da vingança não serve para nada. Ela merece a democracia e não presta nenhum serviço relevante, nenhum debate para desta Casa.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Rogério Peninha Mendonça. MDB - SC) – Já vamos para a Senadora...

A nossa Relatora antes já me pediu...

A SRA. SORAYA THRONICKE (PSL - MS) – É rapidinho.

O SR. PRESIDENTE (Rogério Peninha Mendonça. MDB - SC) – ... para fazer uma colocação rapidinho.

A SRA. SORAYA THRONICKE (PSL - MS. Como Relatora.) – Eu quero deixar claro para os nobres colegas que, se vocês estão achando que é uma picuinha pessoal do Presidente Jair Bolsonaro, isso tem que ficar de lado. Se é ou não é, não é isso que está em discussão; tem que ficar de lado, porque a picuinha está vindo do outro lado. Não se pode por isso deixar o Brasil nessa situação, gente!

E outra: publicação de balanço de S.A. não é questão de liberdade de expressão, mas nós abrimos mão disso; abrimos mão, para ficar... No relatório do Senador Anastasia, no texto dele, abrimos mão total, para que ficasse *ad aeternum* a publicação, mas que fosse obrigatória a publicação em *sites* daquela outra maneira, porque não dá para perder tudo da MP. O que importa é o Brasil. A Deputada Bia Kicis disse muito bem: nós não temos seringa, nós não temos nada, a nossa condição é terrível! Então, aí o que me causa espécie é: quem está sendo protegido aqui? Nós queremos proteger o povo brasileiro. E quem os senhores estão querendo proteger? Uma minoria, uma minoria!

Eles ganham dinheiro de milhares de formas, não dependem das S.A., mas o Brasil não pode suportar isso. Os empresários não aguentam mais essa carga de ser empresário aqui neste País. É um absurdo, porque... E outra: barra, não é? Há a S.A. simplificada também nessa MP, pela qual outras empresas terão acesso a ser S.A. Gente, isso é um grande avanço! As pessoas não têm condição financeira de ser uma S.A., e, quando é interessante para elas...

Então, vamos pensar mais, porque, se estão falando de picuinha do Presidente, estão falando da picuinha de vocês. E não é bater na liberdade expressão; nós estamos falando do povo brasileiro. Tem que ficar de lado esse tipo de discussão. A pauta é econômica, gente; sem ideologia, pelo amor de Deus! Respeito tudo o que vocês disseram, mas o debate é importante.

Obrigada, Deputado.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/REDE - AP) – Presidente para encaminhar, pela Rede.

O SR. PRESIDENTE (Rogério Peninha Mendonça. MDB - SC) – Passo a palavra à Deputada Joenia. E, já na sequência, vamos colher o resultado, certo? A última oradora inscrita... A não ser que haja sequência com voto vencedor, o Senador Randolfe poderá utilizar a palavra.

A SRA. JOENIA WAPICHANA (REDE - RR. Para discutir.) – Sr. Presidente, saúdo aqui os nossos Deputados e o Senador Randolfe pelas exposições.

Sr. Presidente, não se trata aqui de apoiar uma medida de transparência, mas, sim, a forma como está sendo feita. Não há nenhuma razão que venha a justificar a urgência, em primeiro lugar, que seria necessária para a edição dessa medida provisória. A nosso ver, não está claro esse caráter emergencial do ato normativo, e, portanto, há ausência justamente de requisitos





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

que são essenciais para a edição de uma medida provisória. Não se justifica o tratamento desse tema por meio de uma medida provisória.

A temática deve ser, sim, abordada com cautela, como a própria Senadora acabou de falar, passando-se por um amplo debate, a fim de que haja um prazo justamente de transição. E, da forma como o Governo vem atacando, parece-me que é realmente um ataque à grande imprensa. Por outro lado, nós estamos vendo que existe uma violação do princípio da publicidade, o próprio disposto na Constituição Federal.

Eu queria também ressaltar aqui que foi dito que não há um ataque pessoal do Presidente, mas lembro que, em um discurso em São Paulo, o Presidente Jair Bolsonaro afirmou o seguinte, lembro isso: "No dia de ontem, retribuí parte daquilo que a grande mídia me atacou. Assinei uma medida provisória fazendo com que os empresários que gastavam milhões de reais ao publicar obrigatoriamente por força de lei seus balancetes agora podem fazê-lo no *Diário Oficial da União* a custo zero". Diante dessa declaração do Presidente da República, mostra-se claro que o objetivo é justamente intimidar a imprensa para fins de vingança, por razões pessoais, já que ele desgosta da maneira como a mídia tradicional faz o seu trabalho.

Por outro lado, eu gostaria aqui também de reforçar que entendemos, diante desse debate todo, que a segurança jurídica seria preservada se as publicações deixassem de ser obrigatórias nos jornais de grande circulação somente a partir de, no mínimo, 1º de janeiro de 2022, tal como já houve aqui declaração nesse sentido, como já foi aprovado, como consta na Lei 13.818, de 2019.

Portanto, nós nos manifestamos aqui pela rejeição dessa medida provisória justamente por ir contra toda a questão dos pressupostos jurídicos e requisitos legais.

O SR. PAULO TEIXEIRA (PT - SP) – Presidente, já deu o horário que V. Exa. aprazou.

O SR. PRESIDENTE (Rogério Peninha Mendonça. MDB - SC) – A Senadora Soraya gostaria de responder algumas colocações da Deputada Joenia.

A SRA. SORAYA THRONICKE (PSL - MS. Como Relatora.) – Olha só...

(Intervenções fora do microfone.)

(Tumulto no recinto.)

A SRA. ROSE DE FREITAS (PODEMOS - ES) – Sr. Presidente, pela ordem!

O SR. PAULO TEIXEIRA (PT - SP) – Presidente, responde depois!

A SRA. SORAYA THRONICKE (PSL - MS. Como Relatora.) – Um estudo da Deloitte apontou que 75% dos brasileiros não leem jornais e 92% das empresas têm acesso à internet. Eu vou repetir: quem vocês estão protegendo? A maioria, que é o povo brasileiro, ou a minoria, que são os jornais, que têm outras formas de ganhar dinheiro? Eles não dependem disso. Será que dependem só disso? E nós estamos... Eu não quero mais pagar essa conta. Eu não quero mais pagar essa conta! Se vocês querem pagar essa conta, vocês vão assumir isso perante o povo brasileiro. É urgente, é extremamente urgente! Setenta e cinco por cento da população não anda com jornal na mão, mas anda com isso aqui na mão. Gente, não faz sentido!

A SRA. ROSE DE FREITAS (PODEMOS - ES) – Sr. Presidente, pela ordem.

A SRA. SORAYA THRONICKE (PSL - MS) – Eu não consigo entender isso.

A SRA. ROSE DE FREITAS (PODEMOS - ES) – Sr. Presidente... Pela ordem, Sr. Presidente.





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

(Intervenções fora do microfone.)

A SRA. BIA KICIS (PSL - DF) – Presidente, estamos aqui recebendo a notícia de que há mais Senadores...

(Intervenções fora do microfone.)

A SRA. ROSE DE FREITAS (PODEMOS - ES) – Sr. Presidente, pela ordem!

A SRA. BIA KICIS (PSL - DF) – Eles estão se dirigindo...

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. BIA KICIS (PSL - DF) – Presidente, eles estão...

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. BIA KICIS (PSL - DF) – Não, eles estão a caminho, e não...

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PAULO TEIXEIRA (PT - SP) – Presidente, V. Exa. tinha dado um prazo...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (REDE - AP) – Presidente, V. Exa. estabeleceu 15 dias.

O SR. PAULO TEIXEIRA (PT - SP) – ... o prazo já foi ultrapassado. A gente pede a V. Exa. que mantenha a palavra de V. Exa.

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Rogério Peninha Mendonça. MDB - SC) – Sim, mas, como existem mais, parece, dois, três Senadores chegando, eu vou dar mais cinco minutos de tolerância.

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Rogério Peninha Mendonça. MDB - SC) – Na sequência, Senador Tasso Jereissati.

*(Intervenções fora do microfone.)**(Tumulto no recinto.)*

O SR. ANTONIO ANASTASIA (PSDB - MG) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Rogério Peninha Mendonça. MDB - SC) – Cinco minutos, impreterivelmente.

A SRA. SORAYA THRONICKE (PSL - MS) – Em sessão do Congresso, o Senado não consegue votar, porque vocês demoram.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (PSDB - MG) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Rogério Peninha Mendonça. MDB - SC) – Senador Tasso Jereissati, com a palavra. Aliás...

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB - CE) – Cedo a minha palavra ao Senador Antonio Anastasia.

O SR. PRESIDENTE (Rogério Peninha Mendonça. MDB - SC) – Então, Senador Anastasia com a palavra.





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

O SR. ANTONIO ANASTASIA (PSDB - MG) – Presidente, eu confesso ao senhor que estou aqui no Senado e me espanta a atitude de V. Exa. Sou uma pessoa moderada, muito tranquilo e calmo, mas eu acho que V. Exa. deu aqui a palavra, há poucos instantes... Eu, inclusive, apresentei a emenda, que a Senadora Soraya, eminente Relatora, até elogiou; evoluímos para o voto, mas foi feita a discussão de votação. E V. Exa. disse que às 15h20 – nós todos temos relógio – abriria a votação.

Então, eu confesso a V. Exa. que, pela minha formação – e acho que a de V. Exa. é a mesma –, nós nos espantamos um pouco. Eu faria aqui um rogo, um repto a que V. Exa. cumpra aquilo que nós temos de mais valioso no nosso patrimônio político, no seu e no meu, que é a nossa palavra. E solicito, portanto, a V. Exa. que abra o painel de votação, porque, do contrário, ficaria difícil. O senhor diz daqui a cinco minutos, e por aí vai. Então, eu faria aqui esse pedido. Tenho certeza de que V. Exa. faria essa abertura.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rogério Peninha Mendonça. MDB - SC) – Encerramos a lista com o Deputado Marcelo Ramos e, impreterivelmente, após a fala...

O SR. MARCELO RAMOS (PL - AM) – Sr. Presidente, eu abro da mão da fala para que V. Exa. abra o a painel. (*Palmas.*)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (REDE - AP) – Presidente, faço de igual forma para que V. Exa. abra o painel.

O SR. PRESIDENTE (Rogério Peninha Mendonça. MDB - SC) – Consulto o Senador Tasso, que estava inscrito.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB - CE. *Fora do microfone.*) – Também abro mão.

O SR. PRESIDENTE (Rogério Peninha Mendonça. MDB - SC) – Então... Encerrada, portanto, a votação nominal, nós vamos proclamar o resultado.

(*Procede-se à apuração.*)

O SR. ALESSANDRO MOLON (PSB - RJ. Pela ordem.) – Presidente, haverá agora a apreciação do voto da Senadora Rose? É isso?

O SR. PRESIDENTE (Rogério Peninha Mendonça. MDB - SC) – Vamos proclamar, portanto, o resultado: 5 votos SIM; 13 votos NÃO.

Portanto, está rejeitado o relatório.

Na sequência, sendo rejeitado o relatório, eu designo, portanto, como Relatora do voto vencido, nos termos do art. 128 do Regimento Interno do Senado Federal, a Senadora Rose de Freitas.

Consulto a Senadora Rose de Freitas se já tem condições de, de imediato, apresentar o relatório.

A SRA. ROSE DE FREITAS (PODEMOS - ES. Como Relatora.) – Tenho, Presidente.

Eu gostaria de dizer a V. Exa. e ao Deputado Paulo Teixeira também que eu vou ser breve no meu relato, porque o Presidente disse que vai abrir a Ordem do Dia.

É evidente que esta MP, conforme o nosso sentimento, devia ser rejeitada por ausência de mérito.

(*Soa a campainha.*)





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

A SRA. ROSE DE FREITAS (PODEMOS - ES) – Eu vou pedir, Sr. Presidente, sem nenhum privilégio de nada... Eu quase passei o relatório para ser lido pelo Anastasia, tendo dificuldade de proceder à leitura.

Aliás, eu vou pedir que ele o faça.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (PSDB - MG) – Havendo aquiescência de V. Exa...

O SR. PRESIDENTE (Rogério Peninha Mendonça. MDB - SC) – Com a palavra o Senador.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (PSDB - MG. Como Relator.) – A Senadora Rose solicita que eu faça a leitura do voto em separado.

Passamos, em primeiro lugar, à questão relativa à inconstitucionalidade e vamos à medida provisória, que deve ser rejeitada por ausência de mérito.

A medida provisória abre espaço para a maior possibilidade de fraude de documentos eletrônicos, seja por falhas técnicas nos sistemas de certificação digital, seja porque a medida provisória autoriza a CVM a dispensar a autorização da certificação digital por meio de ato normativo da Comissão.

Também carece de importância e de relevância, dado que o tema acabou de ser disciplinado em lei recentíssima, qual seja, a Lei 13.818, de 2019.

É fato que a norma jurídica posterior revoga a anterior, mas também é fato que legislar três meses depois de o mesmo assunto ter sido legislado retira a importância política, social e até mesmo econômica da norma posterior.

Isso tanto é verdade que a Lei 13.818, de 2019, tratou de sua vigência para 2022, a fim de facilitar a adequação das empresas do setor a outras fontes de receitas ou a cortes de despesas, escalonados e viáveis.

Poderão mesmo prejudicar o Fisco, deixando de recolher os tributos devidos. Tudo isso porque a medida provisória não previu regra escalonada para a sua vigência, de modo a minimizar prejuízos advindos da falta de receita futura.

Conclusões.

Há argumentos tecnicamente sólidos para sustentar a inconstitucionalidade da Medida Provisória 892, seja pela falta de relevância e urgência, seja pela falta violação do art. 170 da Constituição Federal.

Quanto à técnica legislativa, o erro na redação do art. 5º é de diminuta importância. No que se refere ao mérito, todavia, há fortes argumentos contrários à sua aprovação – diz a eminente autora do voto em separado, Senador Rose de Freitas, que parte para seu o voto.

Voto.

Em visto do exposto, o voto é pela inconstitucionalidade e, portanto, rejeição da Medida Provisória nº 892, de 5 de agosto de 2019.

Assinado: Senador Rose de Freitas – e eu tive o prazer de ler em seu nome o seu voto em separado.

O SR. PRESIDENTE (Rogério Peninha Mendonça. MDB - SC) – Em discussão a matéria. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, está encerrada a discussão.

Passamos à votação da matéria.

Em votação o relatório apresentado pela Senadora Rose de Freitas, lido pelo Senador Anastasia.





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

Os Srs. Parlamentares que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão. (*Palmas.*)

Antes de encerrarmos os trabalhos, proponho a aprovação das atas da presente reunião e das reuniões anteriores.

Os Srs. Parlamentares que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovadas.

As atas serão encaminhadas para publicação.

Não havendo mais nada a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

É importante caracterizar que foi aprovado, mas com os votos contrários dos Deputados da base do Governo.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco/PSL - MS. *Fora do microfone.*) – Senadores também.

O SR. PRESIDENTE (Rogério Peninha Mendonça. MDB - SC) – E Senadores também.

(Iniciada às 14 horas e 35 minutos e suspensa às 15 horas e 16 minutos do dia 05/11/2019, reaberta às 15 horas e 03 minutos e suspensa às 15 horas e 09 minutos do dia 06/11/2019, a reunião é reaberta às 14 horas e 53 minutos e encerrada às 15 horas e 32 minutos do dia 12/11/2019.)





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

ATA DA 1ª REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA DA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 893, DE 2019 DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 11 DE SETEMBRO DE 2019, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 6.

Às quinze horas e trinta minutos do dia onze de setembro de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 6, sob as Presidências dos Parlamentares José Serra e Bia Kicis, reúne-se a Comissão Mista da Medida Provisória nº 893, de 2019 com a presença dos Parlamentares Dário Berger, Soraya Thronicke, Juíza Selma, Eliziane Gama, Otto Alencar, Arolde de Oliveira, Zenaide Maia, Rodrigo Pacheco, Jorginho Mello, Carlos Zarattini, Reinhold Stephanes Junior, Marcelo Ramos, Marcelo Nilo, Elias Vaz, João Roma, Efraim Filho, Pr. Marco Feliciano, Nelsinho Trad, Marcos do Val, Angelo Coronel, Rogério Peninha Mendonça, Luis Carlos Heinze, Izalci Lucas, Miguel Lombardi, Delegado Pablo, Paulo Paim, Chico Rodrigues, José Nelto, Acir Gurgacz, Sérgio Petecão, Eduardo Braide, Túlio Gadêlha e Dr. Jaziel. Deixam de comparecer os Parlamentares Eduardo Braga, Marcio Bittar, Daniella Ribeiro, Alessandro Vieira, Weverton, Humberto Costa, Telmário Mota, Alvaro Dias, Arthur Lira, Baleia Rossi, Arlindo Chinaglia, Jhonatan de Jesus, Carlos Sampaio, Kim Kataguiri, André Figueiredo e Augusto Coutinho. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Instalação e Eleição. Finalidade:** Instalação da Comissão e Eleição de Presidente e de Vice-Presidente. A Presidência comunica a existência de acordo das lideranças das duas Casas pelo qual é indicado o nome do Senador José Serra para assumir a Presidência da Comissão. Submetido o nome indicado ao Plenário, é aprovado por aclamação. Assume a direção dos trabalhos o Senador José Serra, Presidente Eleito da Comissão, que, ato contínuo, designa o Deputado Reinhold Stephanes Junior como Relator. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e quarenta e quatro minutos. É aprovada a presente Ata, que será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Congresso Nacional, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador José Serra

Presidente da Comissão Mista da Medida Provisória nº 893, de 2019

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

<https://www12.senado.leg.br/multimedia/evento/90708>



CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

A SRA. PRESIDENTE (Bia Kicis. PSL - DF) – Boa tarde a todos.

Havendo número regimental, declaro aberta a 1ª Reunião da Comissão Mista destinada a emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 893, de 2019.

De acordo com a Resolução nº 1, de 2002, do Congresso Nacional, a Presidência desta Comissão ficará sob a responsabilidade do Senado Federal e a relatoria, sob a responsabilidade da Câmara dos Deputados.

Comunico que há acordo de Lideranças para a eleição da Mesa, tendo sido indicado para Presidente o Senador José Serra e para Vice-Presidente a Deputada Bia Kicis.

Consulto o Plenário se podemos fazer a eleição da Mesa por aclamação.

Os Parlamentares que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Declaro eleitos Presidente o Senador José Serra e Vice-Presidente a Deputada Bia Kicis.

Passo a Presidência da Comissão ao Sr. Senador José Serra. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (José Serra. PSDB - SP) – Queria dar início a esta reunião designando como Relator da MP o Deputado Reinhold Stephanes Junior.

Para efeito de introdução ao nosso trabalho, eu gostaria aqui de situar o trabalho da Comissão e das questões que ela tem de tratar.

O papel fundamental desta Comissão é entender e analisar o alcance da proposta do Executivo com a edição da MP 893, de 19 de agosto de 2019. Nós teremos que apreciar e tentar entender a justificativa para tal medida e apresentar melhoramentos à presente MP, tentando aperfeiçoar os mecanismos propostos, tudo com o intuito de não prejudicar o eficiente trabalho de combate à lavagem de dinheiro que tem sido efetuado no Brasil.

O combate à lavagem de dinheiro no Brasil tem sido efetuado de maneira positiva. Cabe lembrar que a lavagem de dinheiro geralmente é um crime transnacional que envolve a tentativa de ocultar e dissimular a origem dos recursos provenientes de atividades criminosas graves como tráfico de drogas, corrupção, financiamento do terrorismo, contrabando e sequestro.

A prática da lavagem envolve pessoas físicas e jurídicas de várias camadas da atividade econômica, bem como o trânsito de recursos por seus diferentes setores, tais como bancos, mercado de capitais, seguro, mercado imobiliário, mercado de artes e joias, etc.

Trata-se de uma tarefa séria e fundamental, que protege o sistema financeiro brasileiro das tentativas de ocultação e dissimulação desse dinheiro de origem criminosa.

Para conduzir essa importante tarefa, e por força de acordos internacionais, o Brasil editou a Lei nº 9.613, de 1998, que criou o Coaf (Conselho de Controle de Atividades Financeiras). O Coaf, portanto, completa agora, em 2019, 21 anos de atividade no combate à lavagem de dinheiro, com excelentes resultados e excelente avaliação tanto no plano nacional como internacional. Isso é atestado pelas diversas avaliações positivas que recebeu dos organismos que lidam com a matéria e com o bom relacionamento que tem com as suas congêneres estrangeiras.





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

Não podemos permitir que isso seja desajustado ou que se desequilibre o sistema de inteligência financeira. Temos de fazer mudanças tendo a certeza de que estamos tratando no País de um outro órgão igualmente independente, eficaz e sério, sob pena de vermos nossas instituições vulneráveis e penalizadas.

Nosso trabalho deverá examinar as consequências das medidas propostas e tentar aprimorar e melhorar o que hoje existe. Devemos avaliar e aperfeiçoar a MP no que for necessário.

Uma impressão inicial que eu tenho é de que a proposta pode enfraquecer a autonomia técnica e operacional do Coaf, por duas razões: primeiro, porque o sistema não contaria mais com a participação de outras estruturas do Executivo – hoje elas participam, e não poderiam participar mais –, e essas estruturas do Executivo que hoje participam das práticas de prevenção e combate à lavagem de dinheiro farão falta; segundo, porque um novo sistema permitiria a contratação de profissionais do mercado livremente nomeados para ocuparem cargos na nova estrutura. Assim, segundo esta MP, abríamos margem para ingerências políticas em uma estrutura de Governo que deveria ser essencialmente técnica, composta por servidores públicos pertencentes às carreiras de Estado, ou seja, abre-se pela MP a possibilidade de a nova instituição ser formada por integrantes da estrutura financeira privada no Brasil, e não mais estritamente do setor público.

Eu entendo que devemos preservar o caráter técnico do órgão, com a participação das múltiplas carreiras do Estado, e que os integrantes do Coaf devem ser servidores efetivos do Estado, escolhidos a partir de transparente processo seletivo.

Enfim, espero que possamos trabalhar juntos em favor dos aperfeiçoamentos necessários do texto apresentado pelo Governo. Acredito também ser fundamental uma boa interlocução com os representantes do Ministério da Economia e do Bacen. Ao final, devemos construir uma nova regulamentação que seja boa para o desenvolvimento do País.

Passo a palavra ao nosso Relator, Deputado Reinhold Stephanes.

O SR. REINHOLD STEPHANES JUNIOR (PSD - PR. Como Relator.) – Primeiro, boa tarde a todos.

O Coaf é muito importante e, no momento, está muito em voga. A proposta da MP, que o transforma em unidade de inteligência financeira, tem que ser muito bem analisada. Eu a vejo com bons olhos, mas ela pode ser aperfeiçoada, e o importante é que ela funcione bem e atenda ao que a sociedade mais quer, que é o combate à corrupção, o combate ao contrabando, ao tráfico de drogas e a muitas outras coisas ilícitas que ocorrem e que você pode combater através dessa unidade de inteligência financeira.

É um prazer trabalhar com você, caro Senador José Serra, que já tem uma longa história com a nossa família. Você e meu pai foram ministros juntos, sempre trabalharam em parceria, e agora eu acho que continuo esse legado.

Muito obrigado.

O SR. CARLOS ZARATTINI (PT - SP) – Presidente, posso usar da palavra?

O SR. PRESIDENTE (José Serra. PSDB - SP) – Por favor, Deputado Zarattini.

O SR. CARLOS ZARATTINI (PT - SP) – Presidente, quero parabenizá-lo pela indicação, cumprimentar também o Deputado Sthepanes, a Deputada Bia.





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

Nós queríamos aqui, Sr. Presidente, primeiro dizer da nossa preocupação não só de que o Coaf possa manter o trabalho que vem historicamente fazendo na fiscalização de ativos financeiros – em conjunto, na maioria das vezes, com a Enccla, que é a Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro –, mas também de que seja dada uma condição ao Coaf de ter uma sistemática de funcionamento que não seja uma manipulação política.

Agora mesmo nós vimos o Coaf divulgar informações sobre o Deputado David Miranda, que é da oposição, do PSOL, sem nenhuma investigação, quer dizer, o Coaf observa uma movimentação de dinheiro, julga que é atípica e vaza para a imprensa – vaza para a imprensa! Isso eu estou falando de um Deputado da oposição, mas pode acontecer com Deputados da situação. É necessário também, Sr. Presidente, que essa medida provisória, através do seu projeto de conversão, estabeleça um procedimento de funcionamento do Coaf. O Coaf não pode vaziar informações; o Coaf tem que fornecer as informações à Receita Federal, eventualmente à Polícia Federal, para que haja uma investigação, e não da forma como está acontecendo hoje. Aquilo ali é uma peneira!

Então, nós estamos querendo dizer ao senhor que seria importante que se estabelecesse um plano de trabalho para que a gente pudesse ouvir autoridades que estão hoje em dia no Coaf, autoridades da Enccla, do Ministério da Fazenda, do Banco Central e também ex-funcionários que participaram da construção desse órgão para que a gente possa não só aprovar aqui uma estrutura como também, eventualmente, colocar aqui artigos que disciplinem o funcionamento desse órgão. E para que não fique um órgão, mais um, para criar perseguições, ataques – infundados, muitas vezes – contra pessoas que não são do agrado às vezes do Governo ou, às vezes, até de funcionários do próprio Coaf.

Então, nós queríamos solicitar, Sr. Presidente, que o Relator ou o senhor – não sei – apresentasse um plano de trabalho para que nós possamos ouvir essas autoridades aqui na Comissão.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Serra. PSDB - SP) – Obrigado, Deputado.

Senadora Soraya Thronicke.

A SRA. SORAYA THRONICKE (PSL - MS) – Sr. Presidente José Serra, Sr. Relator Reinhold, Sra. Vice Bia Kicis, é um prazer estar aqui com vocês trabalhando, e é um prazer também trabalhar nessa medida provisória, que muito ajuda no combate à corrupção, porque essa é uma das nossas grandes bandeiras.

Relator, é importante... Eu vou citar um caso que eu achei assim... Sou advogada, a gente sabe que um sigilo tem que ser quebrado por meio de decisão judicial, enfim, há uma série de proteções, e eu fiquei sabendo que uma pessoa que exerceu um cargo público por seis meses apenas teve o seu sigilo aberto dos últimos 12 anos – 12 anos!

Então, tem que haver o mesmo tratamento para todo mundo, isonomia para todos, não importa se de situação ou de oposição, não importa; para todo mundo que seja uma PPE (pessoa politicamente exposta) – funcionário público ou que tenha cargo público. Enfim, que nós consigamos fazer algo que seja isonômico, decente, e que não usurpe toda a nossa legislação de proteção.

Muito obrigada, boa sorte e conte comigo.

O SR. PRESIDENTE (José Serra. PSDB - SP) – Obrigado, Senadora Soraya.





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

Não havendo mais inscritos a falar, proponho a aprovação da ata da presente reunião.

Os Parlamentares que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião e convoco uma nova reunião para terça-feira da semana que vem, no período da tarde, como todos serão notificados.

Muito obrigado.

(Iniciada às 15 horas e 30 minutos, a reunião é encerrada às 15 horas e 44 minutos.)





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

ATA DA 2ª REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA DA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 893, DE 2019 DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 17 DE SETEMBRO DE 2019, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 9.

Às quinze horas e nove minutos do dia dezessete de setembro de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9, sob a Presidência do Senador José Serra, reúne-se a Comissão Mista da Medida Provisória nº 893, de 2019 com a presença dos Parlamentares Eduardo Braga, Dário Berger, Soraya Thronicke, Alessandro Vieira, Carlos Viana, Zenaide Maia, Jorginho Mello, Carlos Zarattini, Bia Kicis, Reinhold Stephanes Junior, Elias Vaz, João Roma, Beto Pereira, Kim Kataguirí, Pr. Marco Feliciano, Paulo Azi, Hercílio Coelho Diniz, Izalci Lucas, Manuel Marcos, Paulo Paim, Fred Costa, José Nelto, Acir Gurgacz, Eduardo Braide, Toninho Wandscheer, Reginaldo Lopes, Diego Garcia, Luciano Ducci, Nelsinho Trad, Confúcio Moura, Wellington Fagundes, Angelo Coronel, Rodrigo Cunha, Coronel Tadeu, Styvenson Valentim e Fernando Bezerra Coelho. Deixam de comparecer os Parlamentares Marcio Bittar, Daniella Ribeiro, Weverton, Otto Alencar, Arolde de Oliveira, Humberto Costa, Telmário Mota, Rodrigo Pacheco, Alvaro Dias, Arthur Lira, Baleia Rossi, Arlindo Chinaglia, Marcelo Ramos, Marcelo Nilo, Jhonatan de Jesus, Carlos Sampaio, André Figueiredo e Augusto Coutinho. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Reunião de Trabalho.** **Finalidade:** Apreciação do Plano de Trabalho. **Resultado:** Aprovado o Requerimento nº 1 (Plano de Trabalho), do Deputado Reinhold Stephanes Junior, bem como os Requerimentos nºs 2, do Senador José Serra, e 3 do Deputado Carlos Zarattini, propondo a realização de audiências públicas para debater a matéria. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e dezesseis minutos. É aprovada a presente Ata, que será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Congresso Nacional.

Senador José Serra

Presidente da Comissão Mista da Medida Provisória nº 893, de 2019

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2019/09/17>





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

ATA DA 3ª REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA DA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 893, DE 2019 DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 24 DE SETEMBRO DE 2019, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às quatorze horas e quarenta e oito minutos do dia vinte e quatro de setembro de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob a Presidência do Senador José Serra, reúne-se a Comissão Mista da Medida Provisória nº 893, de 2019 com a presença dos Parlamentares Eduardo Braga, Dário Berger, Soraya Thronicke, Arolde de Oliveira, Rogério Carvalho, Zenaide Maia, Arlindo Chinaglia, Carlos Zarattini, Bia Kicis, Reinhold Stephanes Junior, Marcelo Nilo, João Roma, Vitor Lippi, Kim Kataguiri, Pr. Marco Feliciano, Igor Timo, Hiran Gonçalves, Wellington Fagundes, Marcos do Val, Rodrigo Cunha, Marcos Rogério, Alan Rick, Styvenson Valentim, Marcelo Castro, Izalci Lucas, Jarbas Vasconcelos, Lucio Mosquini, Delegado Pablo, Paulo Paim, José Nelto, Rodrigo de Castro, Dr. Zacharias Calil, Alexandre Serfiotis e Antonio Brito. Deixam de comparecer os Parlamentares Marcio Bittar, Daniella Ribeiro, Alessandro Vieira, Weverton, Otto Alencar, Rodrigo Pacheco, Alvaro Dias, Arthur Lira, Baleia Rossi, Marcelo Ramos, Jhonatan de Jesus, André Figueiredo e Eli Borges. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta que divide-se em duas partes: **1ª Parte - Audiência Pública Interativa. Finalidade:** Debater a MEDIDA PROVISÓRIA Nº 893, de 2019. **Participantes:** Ricardo Lião, Diretor da Unidade de Inteligência Financeira - UIF; Cristiano de Oliveira Lopes Cozer, Procurador-Geral do Banco Central do Brasil; Luiza Cristina Fonseca Frischeisen, Subprocuradora-Geral da República e Coordenadora da 2ª Câmara de Coordenação e Revisão Criminal do MPF. Otávio Allemand Borges, Perito Criminal da Polícia Federal. **Resultado:** Realizada audiência pública. **2ª Parte - Reunião de Trabalho. Finalidade:** Apreciação de Requerimento. **Resultado:** Aprovado o Requerimento nº 4. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da presente reunião, que é aprovada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezesseis horas e trinta e seis minutos. A presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Congresso Nacional.

Senador José Serra

Presidente da Comissão Mista da Medida Provisória nº 893, de 2019

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2019/09/24>





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

ATA DA 4ª REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA DA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 893, DE 2019 DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 25 DE SETEMBRO DE 2019, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às quinze horas e quatro minutos do dia vinte e cinco de setembro de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob as Presidências dos Parlamentares José Serra e Reinhold Stephanes Junior, reúne-se a Comissão Mista da Medida Provisória nº 893, de 2019 com a presença dos Parlamentares Daniella Ribeiro, Dário Berger, Soraya Thronicke, Juíza Selma, Weverton, Eliziane Gama, Arolde de Oliveira, Irajá, Rogério Carvalho, Zenaide Maia, Telmário Mota, Rodrigo Pacheco, Arlindo Chinaglia, Bia Kicis, Diego Andrade, Elias Vaz, João Roma, Pr. Marco Feliciano, Nelsinho Trad, Beto Pereira, Wellington Fagundes, Marcos do Val, Rodrigo Cunha, Ossesio Silva, Angelo Coronel, Lucas Barreto, Jarbas Vasconcelos, Luis Carlos Heinze, Izalci Lucas, Major Olimpio, Jaqueline Cassol, Paulo Paim, Acir Gurgacz, José Nelto, Chico Rodrigues, Sérgio Petecão, Eduardo Braide, Reginaldo Lopes, Alexandre Serfotis e Flávio Bolsonaro. Deixam de comparecer os Parlamentares Eduardo Braga, Marcio Bittar, Alessandro Vieira, Otto Alencar, Alvaro Dias, Arthur Lira, Baleia Rossi, Marcelo Ramos, Marcelo Nilo, Jhonatan de Jesus, Vitor Lippi, Kim Kataguirí, André Figueiredo e Eli Borges. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa. Finalidade:** Debater a MEDIDA PROVISÓRIA Nº 893, de 2019. **Participantes:** Mailson da Nóbrega, Ex-Ministro da Fazenda; Paulo Lino Gonçalves, Presidente do Sindicato Nacional dos Funcionários do Banco Central, e Henrique Segnanfredo, Presidente da Associação Nacional dos Analistas do Banco Central. **Resultado:** Realizada audiência pública. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezesseis horas e quatorze minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Congresso Nacional.

Senador José Serra

Presidente da Comissão Mista da Medida Provisória nº 893, de 2019

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2019/09/25>





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

ATA DA 5ª REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA DA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 893, DE 2019 DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 01 DE OUTUBRO DE 2019, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 6.

Às quatorze horas e quarenta e quatro minutos do dia hum de outubro de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 6, sob a Presidência do Senador José Serra, reúne-se a Comissão Mista da Medida Provisória nº 893, de 2019 com a presença dos Parlamentares Eduardo Braga, Dário Berger, Soraya Thronicke, Eliziane Gama, Arolde de Oliveira, Carlos Viana, Zenaide Maia, Rodrigo Pacheco, Jorginho Mello, Arlindo Chinaglia, Carlos Zarattini, Bia Kicis, Reinhold Stephanes Junior, Elias Vaz, João Roma, Kim Kataguirí, Luis Carlos Heinze, Izalci Lucas, Jarbas Vasconcelos, Fabiano Contarato, Paulo Paim, Chico Rodrigues, Acir Gurgacz, Sérgio Petecão, Flávio Bolsonaro, Flávio Arns, Wellington Fagundes, Angelo Coronel e Lucas Barreto. Deixam de comparecer os Parlamentares Marcio Bittar, Daniella Ribeiro, Alessandro Vieira, Weverton, Otto Alencar, Rogério Carvalho, Alvaro Dias, Arthur Lira, Baleia Rossi, Marcelo Ramos, Marcelo Nilo, Jhonatan de Jesus, Vitor Lippi, André Figueiredo, Pr. Marco Feliciano e Eli Borges. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa. Finalidade:** Debater a MEDIDA PROVISÓRIA Nº 893, de 2019. **Participantes:** Pierpaolo Cruz Bottini, Advogado; Affonso Celso Pastore, Economista, e Rubens Sardenberg, Economista-Chefe da FEBRABAN. **Resultado:** Audiência Pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezesseis horas e vinte e dois minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Congresso Nacional, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador José Serra

Presidente da Comissão Mista da Medida Provisória nº 893, de 2019

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2019/10/01>





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

ATA DA 6ª REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA DA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 893, DE 2019 DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 02 DE OUTUBRO DE 2019, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 15.

Às quatorze horas e quarenta minutos do dia dois de outubro de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, sob a Presidência do Senador José Serra, reúne-se a Comissão Mista da Medida Provisória nº 893, de 2019 com a presença dos Parlamentares Dário Berger, Soraya Thronicke, Carlos Viana, Arlindo Chinaglia, Reinhold Stephanes Junior, Elias Vaz, João Roma, Pr. Marco Feliciano, Rodrigo Cunha, Diego Garcia, Flávio Bolsonaro, Luis Carlos Heinze, Izalci Lucas, Major Olimpio, Nelsinho Trad, Maria Rosas, Elmano Férrer, Confúcio Moura, Chico Rodrigues, Wellington Fagundes e Beto Pereira. Deixam de comparecer os Parlamentares Eduardo Braga, Marcio Bittar, Daniella Ribeiro, Alessandro Vieira, Weverton, Otto Alencar, Arolde de Oliveira, Rogério Carvalho, Zenaide Maia, Rodrigo Pacheco, Alvaro Dias, Arthur Lira, Baleia Rossi, Bia Kicis, Marcelo Ramos, Marcelo Nilo, Jhonatan de Jesus, Vitor Lippi, Kim Kataguirí, André Figueiredo e Eli Borges. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa.** **Finalidade:** Debater a MEDIDA PROVISÓRIA Nº 893, de 2019. **Participantes:** José Eduardo Cardozo, Advogado. Antônio Moraes Pitombo, Advogado. **Resultado:** Audiência Pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e treze minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Congresso Nacional.

Senador José Serra

Presidente da Comissão Mista da Medida Provisória nº 893, de 2019

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2019/10/02>



CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

ATA DA 7ª REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA DA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 893, DE 2019 DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA NOS DIAS 23 E 30 DE OUTUBRO DE 2019, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 19.

Às quatorze horas e cinquenta e dois minutos do dia vinte e três de outubro de dois mil e dezenove no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19, sob a Presidência do Senador José Serra, reúne-se a Comissão Mista da Medida Provisória nº 893, de 2019 com a presença dos Parlamentares Eduardo Braga, Marcio Bittar, Daniella Ribeiro, Dário Berger, Ciro Nogueira, Soraya Thronicke, Juíza Selma, Otto Alencar, Arolde de Oliveira, Carlos Viana, Irajá, Rogério Carvalho, Zenaide Maia, Jorginho Mello, Rogério Peninha Mendonça, Arlindo Chinaglia, Bia Kicis, Delegado Pablo, Reinhold Stephanes Junior, Marcelo Ramos, Elias Vaz, João Roma, Vitor Lippi, Kim Kataguirí, Luis Miranda, Igor Timo, Angelo Coronel, Rodrigo Cunha, Styvenson Valentim, Izalci Lucas, Major Olímpio, Luis Carlos Heinze, Pedro Lupion, Esperidião Amin, Acir Gurgacz, Flávio Bolsonaro, Felício Laterça, Nelsinho Trad, Marcelo Calero, Rose de Freitas, Mecias de Jesus, Fernando Bezerra Coelho, Jarbas Vasconcelos, Chico Rodrigues, Léo Moraes, Reginaldo Lopes, Diego Garcia, Marcos do Val e Wellington Fagundes. Deixam de comparecer os demais Parlamentares. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Às quinze horas e vinte e cinco minutos, a reunião é suspensa e a reabertura é agendada para o dia trinta de outubro de dois mil e dezenove. Às quatorze horas e trinta minutos do dia trinta de outubro de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19, sob a Presidência do Senador José Serra, a reunião é reaberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa. ITEM 1 - Medida Provisória nº 893, de 2019 - Não Terminativo** - que: "Transforma o Conselho de Controle de Atividades Financeiras na Unidade de Inteligência Financeira." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Deputado Reinhold Stephanes Junior. **Relatório:** Pela aprovação nos termos do PLV que apresenta. Resultado: Em 23/10/2019, a reunião é aberta. Lido o Relatório do Deputado Reinhold Stephanes Junior. Concedida vista coletiva da matéria. A reunião é suspensa e a reabertura agendada para o dia 30/10/2019. Em 30/10/2019 a reunião é reaberta. Lida Complementação de Voto do Relator. São apresentados os Requerimentos nº 5 e 6, de destaque. Prejudicado o Requerimento nº 5. Retirado o Requerimento nº 6. O Relatório do Deputado Reinhold Stephanes, com ajuste redacional proferido oralmente, é aprovado e passa a constituir Parecer da Comissão o qual conclui pela adequação financeira e orçamentária e pela admissibilidade da medida provisória e das emendas a ela apresentadas, e, no mérito, pela aprovação da medida provisória, pela aprovação integral das Emendas nºs 2, 5 e 35, pela aprovação parcial das Emendas nºs 1, 3, 7,





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

9, 10, 13, 14, 15, 17, 19, 20, 22, 23, 24, 25, 27, 28, 29, 30, 31, 37, 38, 41, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 52, 53, 54, 58, 59, 60, 61, 62, 65, 66 e 70 e pela rejeição das Emendas nºs 4, 6, 8, 11, 12, 16, 18, 21, 26, 32, 33, 34, 36, 39, 40, 42, 43, 51, 55, 56, 57, 63, 64, 67, 68 e 69, nos termos do projeto de lei de conversão apresentado. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das atas da 4ª, 5ª, 6ª e 7ª Reuniões, que são aprovadas. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e dezenove minutos. A presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Congresso Nacional, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador José Serra

Presidente da Comissão Mista da Medida Provisória nº 893, de 2019

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo nos links abaixo:

<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2019/10/23>

<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2019/10/30>





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

O SR. PRESIDENTE (José Serra. PSDB - SP) – Havendo número regimental, declaro aberta a 7ª Reunião da Comissão Mista destinada a emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 893, de 2019.

Passo, em seguida, a palavra ao Relator.

O SR. KIM KATAGUIRI (DEM - SP. Pela ordem.) – Sr. Presidente, peço a leitura da ata, por gentileza.

O SR. PRESIDENTE (José Serra. PSDB - SP) – Como?

O SR. KIM KATAGUIRI (DEM - SP) – Peço a leitura da ata, por gentileza, Sr. Presidente.

O SR. REINHOLD STEPHANES JUNIOR (PSD - PR. *Fora do microfone.*) – No final.

O SR. PRESIDENTE (José Serra. PSDB - SP) – Fica para o final.

O SR. REINHOLD STEPHANES JUNIOR (PSD - PR) – Fica para o final, depois do relatório.

O SR. PRESIDENTE (José Serra. PSDB - SP) – É curtinha a ata.

O SR. KIM KATAGUIRI (DEM - SP) – Não, por gentileza, Sr. Presidente. Eu gostaria da leitura da ata neste momento.

O SR. PRESIDENTE (José Serra. PSDB - SP) – Ata da reunião anterior.

Leitura.

Os Regimentos do Senado e da Câmara dispõem que a reunião deve se iniciar, salvo deliberação em contrário, pela leitura e aprovação da ata da reunião anterior. No entanto, o art. 19 do Regimento Comum, diploma que rege o funcionamento das Comissões Mistas, diz que as atas serão submetidas à apreciação da Comissão sem especificar o momento. Ou seja, não é preciso fazer isso agora, e cabe, no caso, a mim, Presidente da Comissão, decidir o momento adequado para a leitura e aprovação.

O SR. KIM KATAGUIRI (DEM - SP. Para questão de ordem.) – Então, por gentileza, Sr. Presidente, eu gostaria de elaborar uma questão de ordem com base no art. 34 do Regimento Comum, que diz o seguinte:

Art. 34. Na organização da Ordem do Dia, as proposições em votação precederão às em discussão.

Parágrafo único. A inversão da Ordem do Dia poderá ser autorizada pelo Plenário por proposta da Presidência ou a requerimento de Líder.

Eu, como Vice-Líder do partido, cumprindo a função de Líder, apresentei um requerimento para inversão, para que nós passássemos à Ordem do Dia antes da leitura da ata, como é de praxe em todas as comissões. Contudo, a Mesa não aceitou sequer a apreciação desse requerimento, o que me parece bastante estranho, dado que isso é a prática, é o histórico de questões de ordem que nós temos nas comissões mistas, Presidente.





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

Então, eu gostaria de que fosse feito um esclarecimento sobre a razão pela qual não foi sequer conhecido o meu requerimento de inversão de pauta – inversão da ordem dos trabalhos, perdão –, dado que só há uma pauta e a jurisprudência ou os precedentes da Casa demonstram que isto não faz sentido, e eu concordo – aliás, até acho que isso deveria ser aplicado à Câmara também –, aplicar a retirada de pauta quando há uma falta única, mas, em relação a requerimento de inversão da ordem dos trabalhos, existe a ordem da leitura da ata, da discussão e da Ordem do Dia, que, inclusive, geralmente é um requerimento utilizado para evitar obstrução. Então, eu gostaria de entender por que esse requerimento não foi conhecido, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Serra. PSDB - SP) – Na verdade, o art. 34 não faz parte da pauta.

O SR. KIM KATAGUIRI (DEM - SP) – Acredito que o microfone esteja desligado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Serra. PSDB - SP) – A ata, Kim, não é um item legislativo da pauta, o que me leva a indeferir a questão de ordem. Se fosse um item legislativo da pauta, a questão de ordem seria pertinente. Não é o caso.

Havendo, como dizia, número regimental, abro a 7ª Reunião da Comissão Mista destinada a emitir parecer sobre a Medida Provisória 893, de 2019.

Passo, em seguida, a palavra ao Relator, o Deputado Reinhold Stephanes Junior, para que proceda à leitura do relatório.

O SR. REINHOLD STEPHANES JUNIOR (PSD - PR. Como Relator.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Antes de entrar no meu voto, eu queria agradecer à sua equipe, Presidente José Serra; ao Deputado Arlindo Chinaglia e ao Zarattini, que deram algumas sugestões que nós acatamos; e também a vários Senadores e Deputados Federais, porque, através de suas emendas, que foram aceitas, nós pudemos fazer um relatório que é um meio-termo do que o Governo queria, do que a oposição desejava e também o próprio Governador José Serra, Senador atualmente.

Falando das principais modificações: o fechamento do conselho para apenas indicações de funcionários de carreira de 11 instituições; manter no Banco Central o Coaf e, por último, algumas modificações que a oposição pediu sobre punir quem vaza informações, que se verifique isso e que se use a lei para punir quem faz realmente o vazamento de informações. Ocorreram algumas, ninguém sabe exatamente quem foi, e ninguém foi punido, ficou o dito pelo não dito. E o nome do Coaf, que foi mantido. Tudo isso conversado com Banco Central, com o Ministério da Economia, com os Parlamentares, com o Presidente da Comissão, para se tentar chegar a um consenso com a maioria dos membros desta Casa.

Vou ao relatório, Sr. Presidente...

Voto.

Da admissibilidade.

É evidente que o assunto em pauta se reveste das condições previstas no texto constitucional para que se recorra ao instrumento utilizado pelo Presidente da República. O combate à lavagem de dinheiro e aos crimes conexos constitui preocupação primordial e inadiável nos dias atuais.





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

Cabe acrescentar que a disciplina da atividade contemplada na MP atende a compromissos internacionais assumidos pelo País. Caso não se resolva o tema de forma consentânea com as recomendações internacionais, o Brasil corre o risco de sofrer sanções extremamente prejudiciais à sua economia.

A medida provisória atende, destarte, tanto a relevância quanto a urgências exigidas pelo texto constitucional. De outra parte, não há aumento do comprometimento quanto à exigência de confidencialidade, típica do exercício das atividades de Estado por servidores públicos, no trato... Ah, desculpe. De outra parte, não há aumento de despesa com a edição do texto, razão pela qual não pesam restrições de ordem orçamentária contra a aprovação da matéria.

Do mérito.

A situação abrangida pela medida provisória em análise vem causando desconforto institucional desde a posse do atual Governo. Logo que tomou posse, o atual Presidente da República editou instrumento de mesma natureza em que se transferia a unidade de inteligência financeira, então conhecida pela sigla “Coaf”, para o Ministério da Justiça e Segurança Pública, dando-se início a uma controvérsia sem nenhuma dúvida indesejável para o bom funcionamento do órgão.

Com efeito, há que se resolver o impasse criado em torno da vinculação funcional da unidade de inteligência financeira e para que se alcance tal objetivo não há como deixar de considerar que o texto em apreço, no qual foram inseridos conceitos e estruturas até então disciplinadas apenas em instrumentos normativos de nível inferior, constitui uma oportunidade que não pode ser desperdiçada. Conforme se passa a esclarecer, o que se espera, com a aprovação da MP, consiste em pronunciado aperfeiçoamento do sistema normativo que rege o órgão de inteligência financeira e em um inestimável avanço no sentido de sua autonomia e operacionalidade.

A primeira questão a debater, objeto de uma das emendas apresentadas (a de nº 5), diz respeito à nomenclatura atribuída ao órgão referido na MP. Um dos ilustres palestrantes, o ex-Ministro Mailson da Nóbrega, advertiu para o fato de que a medida provisória na verdade não identifica o órgão contemplado, na medida em que a nomenclatura utilizada mais se acomoda a gênero que a espécie.

É que “unidade de inteligência financeira” constitui a expressão utilizada em tratados internacionais para expressar a necessidade de órgão encarregado de determinada atividade e não de uma estrutura administrativa específica. O ex-Ministro utilizou exemplo distinto, mas, para trazer a termos mais apropriados à discussão o que se extrai de seu pronunciamento, seria como se estivesse sendo criada uma “unidade de arrecadação de tributos”, nomenclatura que se presta a qualificar a atividade exercida e não o órgão que a exerce.

De outra parte, a denominação anterior à edição da MP, em que se utilizava a expressão “conselho”, trouxe ao Coaf, durante sua existência, um verdadeiro paradoxo. “Conselho” leva à noção de “colegiado” e o que se viu, durante as atividades do órgão que a medida provisória transformou em “Unidade de Inteligência Financeira”, foi uma verdadeira e indesejável confusão entre o todo e uma de suas partes.

De fato, no Regimento Interno do Coaf, que continuará sendo aplicado à UIF enquanto não se editar novo instrumento, existe um “plenário”, que em certos aspectos se identifica com o próprio Coaf e em outros funciona como um dos órgãos que o integram. Para provar que o





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

colegiado não representa o conjunto do antigo Coaf, há de se assinalar que o “plenário” previsto no referido Regimento Interno não se pronuncia em uma questão de interesse crucial, a expedição de relatórios sobre movimentações financeiras atípicas, que, encaminhados a órgãos de investigação, representavam a verdadeira razão de existir do antigo Coaf e remanesçam como a mola mestra da nova unidade.

Verifica-se, destarte, que, embora existam motivos para as críticas dirigidas à fórmula adotada no texto em exame, é necessário que se faça a devida distinção entre o órgão contemplado na MP e o colegiado que se encarrega do exercício de algumas de suas funções. É esta a razão pela qual o projeto de lei de conversão oferecido à apreciação dos nobres Pares restabelece a antiga nomenclatura e ao mesmo tempo identifica, com a devida precisão, as funções do colegiado ao qual se distribuem determinadas atribuições do Coaf.

A segunda preocupação do texto alternativo diz respeito a uma correta delimitação das competências atribuídas ao Coaf. O §1º do art. 2º atribui ao órgão a “responsabilidade” pelo exercício de determinadas atividades, mas se reputa que o formato utilizado não se ajusta ao fim a que se destina. Toda unidade administrativa revestida de determinada competência “responde” pelo respectivo exercício; assim, cabe reconhecer que o que se identifica no dispositivo são competências, e é esta a expressão a ser utilizada.

De outra sorte, não se pretende, tal como se procede no texto original, rediscutir as competências já reconhecidas na legislação no que diz respeito ao Coaf. A combinação das duas perspectivas, isto é, a preservação das competências já previstas e o reconhecimento das que estão sendo introduzidas, levou ao formato do art. 3º do projeto de lei de conversão inserido em anexo.

Na estruturação da Coaf, incluiu-se uma terceira componente, que se identifica pela denominação “Presidência”. A introdução da unidade administrativa permite que o Presidente conte com assessoramento direto, desvinculado do restante da estrutura do órgão.

A sistemática adotada decorre de se considerar imprópria e inadequada a perspectiva de alocar a estruturas subordinadas ao Presidente pessoal destinado diretamente a apoiá-lo. Se um servidor se situa em determinado órgão, ao seu titular há de se vincular hierarquicamente e não há como admitir dubiedade em algo tão caro ao funcionamento da Administração Pública quanto o princípio hierárquico.

Em outros termos, o Presidente e seus auxiliares imediatos, sua estrutura de *staff*, não se situam nem no Plenário nem no Quadro Técnico (nomenclatura adiante oportunamente esclarecida). Servem-se de ambas as estruturas para coordenar o funcionamento da unidade.

A terceira questão resolvida pelo projeto de lei de conversão apresentado aos nobres pares repousa na composição do Plenário, correspondente ao órgão identificado como “Conselho Deliberativo” no texto original. O assunto foi objeto de inúmeras emendas e na esmagadora maioria se percebeu a intenção de manter a estrutura mantida no âmbito do Coaf.

O texto alternativo acolhe os propósitos das aludidas emendas e também afasta a possibilidade de se contar com uma estrutura variável quanto ao número de membros do Plenário. O quantitativo passa a ser fixado em onze, para que se assegure a participação igualitária dos órgãos e entidades com assento no colegiado.

A denominação “Unidade Técnico-Administrativa”, utilizada no texto original para identificar uma das subdivisões do órgão de que trata a MP, encontra-se aprimorada no projeto





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

de lei de conversão. Retira-se a expressão “administrativa”, que passa a ideia de se tratar de órgão de suporte, quando na verdade se alude ao exercício de atividades finalísticas e primordiais da nova unidade.

Compreende-se a preocupação manifestada em várias emendas quanto à previsão de cargos em comissão no órgão contemplado na MP. Seus autores advertem para os riscos de se estar permitindo que pessoas sem vínculos de efetividade tenham acesso a informações delicadas, mas há ponderações relevantes a tecer sobre o tema.

De início, não é verdadeira a assertiva de que o Coaf, antes da edição da MP em análise, funcionava sem que houvesse em sua estrutura servidores exclusivamente comissionados. Existiam e ainda existem pessoas nesta condição, que inclusive continuarão, até que sejam dispensadas, prestando relevantes serviços ao órgão.

Ademais, também não há que se confundir a forma de estabelecimento de vínculo com a Administração Pública com a integridade daqueles que prestam serviços ao Estado. Pessoas que prestam concurso público também se sujeitam a falhas de caráter tanto quanto servidores sem vínculo permanente podem sofrer a tentação de desvios de conduta no exercício de suas funções.

É preciso também recordar que o sistema normativo do Poder Executivo impõe severas restrições a que sejam acessados cargos em comissão e funções de confiança. O Decreto nº 9.727, de 15 de março de 2019, estabelece critérios suficientemente rígidos, que não se acredita venham a ser revistos no futuro próximo ou remoto. A necessidade de impessoalidade no trato da questão constitui uma evolução social da qual não se poderão desvencilhar futuros dirigentes sem que sofram pesadas e justificadas críticas por parte dos administrados.

O que se afigura necessário é que tanto para servidores efetivos quanto para comissionados se estabeleçam restrições à conduta que deve pautá-los. Acolhe-se, com tal intuito, o teor da Emenda nº 2, com a qual se consideram pelo menos parcialmente contemplados os que pretendiam restringir ou excluir a possibilidade de servidores exclusivamente comissionados atuando no Coaf. Somam-se, por faltar na emenda a regra, restrições à divulgação de informações manuseadas pelos agentes a pessoas que não sejam autorizadas a acessá-las.

Com semelhantes intenções, é introduzida no projeto de lei de conversão a possibilidade de serem prestadas ao Coaf contribuições oriundas de pessoas que não se vinculem ao conselho, seja ocupando cargos efetivos, seja no exercício exclusivo de cargos em comissão. Permite-se que o plenário aproveite a colaboração técnica de especialistas contratados de forma circunstancial, com o saudável intuito de oxigenar e aprimorar o funcionamento do Coaf, mas se impõe como condição a preservação do sigilo de informações que eventualmente tenham de lhes ser disponibilizadas.

O projeto de lei de conversão, além dos dispositivos relacionados à alocação de pessoal, tornados despciendos com a preservação da nomenclatura do Coaf, não aproveita o art. 14 do texto original.

A regulamentação dos aspectos previstos no dispositivo pode ser efetivada em nível administrativo sem que se produza um dispositivo legal do qual decorra a preservação, por via transversa, de vinculação rejeitada pelo Poder Legislativo Federal, que houve por bem não admitir que o Coaf seja associado ao Ministério da Justiça e da Segurança Pública.





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

Por fim, a redação oferecida à apreciação dos nobres pares reduz a termo, com a devida clareza, a quem pertence a dívida ativa resultante de encargos administrativos imputados pelo Coaf, à luz da alteração de sua vinculação administrativa. Os débitos contraídos antes da edição da MP em exame seguem integrando a dívida ativa da União, mas é a Procuradoria do Banco Central do Brasil que deve ser encarregada de zelar pelos que resultarem da ação da nova unidade.

Não é contemplado no projeto de lei de conversão o teor das seguintes emendas:

- nºs 4, 39, 40, 55, 63 e 64, por tratarem de matéria estranha ao tema em análise;
- nº 6, por se reputar que são suficientes os critérios estabelecidos na própria MP para acesso a funções no Coaf;
- nºs 8, 12, 16, 21 e 33, por não levarem em conta o dever da unidade de inteligência financeira no sentido de filtrar as informações que recebe, obrigação que induz a que só sejam repassados a órgãos encarregados de investigação situações e contextos que realmente justifiquem o acionamento destes órgãos;
- nº 11, para permitir o estabelecimento de regras processuais adaptadas à realidade do Coaf;
- nº 18, por se acreditar que a possibilidade de aproveitamento de militares no Coaf é procedente e razoável, até pelo fato de se enfatizar, tanto na MP quanto no projeto de lei de conversão, a conveniência da utilização do órgão no combate ao tráfico internacional de armas e ao terrorismo;
- nº 26, para permitir que haja, no estabelecimento de regras sobre processos levados a termo pelo Coaf e na disciplina de seu funcionamento, uma visão externa ao órgão, de forma a evitar que sua atuação seja comprometida por abordagens enviesadas;
- nºs 32, 36 e 68, justamente pelo motivo anteriormente especificado, isto é, por se acreditar que o Coaf pode e deve contribuir decisivamente para a repressão ao tráfico internacional de armas e ao terrorismo, males que atingem não apenas os brasileiros, mas também o resto da humanidade;
- nº 34, para se sustentar que a Diretoria Colegiada do Banco Central do Brasil está tecnicamente habilitada às atribuições que lhe foram imputadas pela MP;
- nº 42, por transferir para o Banco Central do Brasil atividades que extrapolam sua competência;
- nº 43, por conter disposição que perde sua utilidade, na medida em que passa a reestruturar o Coaf, em vez de extingui-lo – já estamos perto do fim;
- nº 51, por se acreditar que a estrutura de funcionamento do Coaf, baseada na requisição e na cessão de servidores oriundos de outras áreas, é a mais adequada, na medida em que permite a utilização das múltiplas abordagens exigidas pela natureza da unidade, sem prejuízo de se repensar o tema em outra oportunidade, o que por sinal se admite com o teor do inciso III do §1º do art. 4º do projeto de lei de conversão (o conteúdo da emenda é, registre-se, até mesmo contraditório, porque o autor admite que a unidade deve ser composta a partir do aproveitamento de servidores oriundos de outros órgãos e entidades);
- nº 56, por acarretar em indevida demora na recomposição dos quadros do plenário do Coaf;





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

- nº 57, por não se considerar razoável a restrição decorrente do eventual aproveitamento da emenda, que impõe vedação a que participem do Coaf servidores de órgãos que já integravam sua estrutura antes da edição da MP;

- nº 67, por se entender como inadequada a possibilidade de se concederem jetons pela participação no Conselho Deliberativo do Coaf, endossando-se, neste aspecto, com versão mais clara das expressões utilizadas, o texto original da MP;

- nº 69, por se acreditar que a autonomia hoje atribuída ao Banco Central do Brasil é um indicativo sólido de que a mesma característica acompanhará o funcionamento do Coaf.

São estes os motivos que justificam a aprovação da matéria em apreço, com os aperfeiçoamentos esclarecidos ao longo deste voto. Aproveita-se a oportunidade para agradecer a valiosa contribuição dos que apresentaram emendas ao texto da medida provisória, sem dúvida fundamentais para que se chegasse a um bom termo na apreciação da matéria.

Isso exposto, vota-se pela adequação financeira e orçamentária e pela admissibilidade da medida provisória e das emendas a ela apresentadas, e, no mérito, pela aprovação da medida provisória, pela aprovação integral das Emendas nºs 2, 5 e 35, pela aprovação parcial das Emendas nºs 1, 3, 7, 9, 10, 13, 14, 15, 17, 19, 20, 22, 23, 24, 25, 27, 28, 29, 30, 31, 37, 38, 41, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 52, 53, 54, 58, 59, 60, 61, 62, 65, 66 e 70 e pela rejeição das Emendas nºs 4, 6, 8, 11, 12, 16, 18, 21, 26, 32, 33, 34, 36, 39, 40, 42, 43, 51, 55, 56, 57, 63, 64, 68 e 69, nos termos do projeto de lei de conversão em anexo.

Sala das Sessões. Hoje é dia 23 de outubro de 2019.

Deputado Reinhold Stephanes Junior, Relator.

O SR. KIM KATAGUIRI (DEM - SP) – Questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Serra. PSDB - SP) – Deputado Kim.

O SR. KIM KATAGUIRI (DEM - SP. Para questão de ordem.) – O relatório que foi apresentado previamente na pauta desta Comissão, como determina o Regimento Comum, é diferente do relatório que foi lido agora, neste momento, pelo Relator. Então, eu entendo que não poderia ser deliberado hoje, pois houve modificação, houve apresentação de um relatório diverso daquele que havia sido divulgado previamente, como determina o Regimento.

O SR. ARLINDO CHINAGLIA (PT - SP) – Sr. Presidente...

O SR. REINHOLD STEPHANES JUNIOR (PSD - PR. Como Relator.) – Li o relatório semana passada. (*Fora do microfone.*) Li o mesmo relatório.

O SR. KIM KATAGUIRI (DEM - SP) – Não foi o mesmo relatório.

O SR. REINHOLD STEPHANES JUNIOR (PSD - PR. Como Relator.) – Foi.

O SR. KIM KATAGUIRI (DEM - SP) – Houve a modificação em relação à Procuradoria do Banco Central – prestar o serviço para o Coaf – e houve a modificação anunciada pelo próprio Relator no início da sua exposição.

O SR. REINHOLD STEPHANES JUNIOR (PSD - PR. Como Relator. *Fora do microfone.*) – Eu acho que é verdade.

Eu posso ler o outro então. Eu posso ler o outro.

O SR. KIM KATAGUIRI (DEM - SP) – É verdade, e o Relator reconhece, Presidente: nenhum dos artigos citados foi objeto da modificação citada por ele inicialmente.





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

O SR. PRESIDENTE (José Serra. PSDB - SP) – Como não se vai deliberar hoje... (*Fora do microfone.*), ...eu acho que esse problema pode ser superado.

O SR. REINHOLD STEPHANES JUNIOR (PSD - PR. Como Relator.) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (José Serra. PSDB - SP) – Se fosse deliberado hoje, haveria implicação...

O SR. REINHOLD STEPHANES JUNIOR (PSD - PR. Como Relator.) – Eu leria o outro.

O SR. PRESIDENTE (José Serra. PSDB - SP) – ... seria sobre o trabalho.

O SR. REINHOLD STEPHANES JUNIOR (PSD - PR. Como Relator. *Fora do microfone.*) – Pede vista.

O SR. ARLINDO CHINAGLIA (PT - SP) – Sr. Presidente...

O SR. KIM KATAGUIRI (DEM - SP) – Será pedida vista, então, antes da leitura do relatório que efetivamente nós deliberar?

O SR. REINHOLD STEPHANES JUNIOR (PSD - PR. Como Relator. *Fora do microfone.*)

– Não, está-se pedindo vista já do relatório, mas eu posso ler o antigo.

O SR. KIM KATAGUIRI (DEM - SP) – Não, mas o atual ainda não foi distribuído.

O SR. REINHOLD STEPHANES JUNIOR (PSD - PR. Como Relator. *Fora do microfone.*) – Sim. Acho que pode ser agora, mas, de qualquer maneira, posso ler sem essas modificações.

O SR. KIM KATAGUIRI (DEM - SP) – Então, Presidente... Não existe isto no Regimento Comum, de se apresentar o relatório sem a leitura, e a gente iniciar o processo de vista antes da apresentação do relatório que nós vamos deliberar.

O SR. REINHOLD STEPHANES JUNIOR (PSD - PR. Como Relator. *Fora do microfone.*)

– Leio de novo, sem problema. Quer que eu leia de novo? Eu leio de novo.

O SR. PRESIDENTE (José Serra. PSDB - SP) – O relatório deve ser lido. Essa que é a exigência. E já foi.

O SR. KIM KATAGUIRI (DEM - SP) – Mas não é esse relatório que nós vamos votar. Houve modificação, Presidente. O relatório errado foi lido. O relatório estava na pauta, mas o Relator apresentou modificações no início da leitura no relatório.

O SR. PRESIDENTE (José Serra. PSDB - SP) – O Deputado tem razão. Não estou dizendo que não tem.

O SR. KIM KATAGUIRI (DEM - SP) – Perfeito, então, Presidente. Então, haverá a leitura de um novo relatório?

O SR. PRESIDENTE (José Serra. PSDB - SP) – Só acho que não é obstáculo a que a gente prosseguisse na discussão do que foi lido, que é o que vale.

O SR. REINHOLD STEPHANES JUNIOR (PSD - PR. Como Relator.) – Eu posso ler só o que eu alterei. São três... (*Fora do microfone.*)

Posso ler só o que eu alterei.

O SR. PRESIDENTE (José Serra. PSDB - SP) – Deputado Chinaglia.

O SR. ARLINDO CHINAGLIA (PT - SP. Pela ordem.) – Eu queria fazer uma ponderação antes, e eu gostaria que o Sr. Relator também ouvisse. Ele pode alterar o seu parecer, mesmo após a leitura hoje, mesmo à véspera da votação. Ele poderá alterar o seu parecer, como Relator, mesmo após ter feito a leitura atualizada, como reivindica com razão o Deputado Kim.





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

Estou dizendo isso agora, até porque é a minha compreensão para que, no futuro, não tenhamos o mesmo problema: ele pode alterar alguma coisa e alguém se sentir surpreendido – eu estou falando à guisa de esclarecimento coletivo e meu esclarecimento também, porque ele pode eventualmente refletir, alguém pode procurar – um Parlamentar ou uma Parlamentar –, e ele pode alterar. É só para garantir, digamos, que depois não haja qualquer um de nós com algum grau de surpresa indevida.

O SR. REINHOLD STEPHANES JUNIOR (PSD - PR. Como Relator.) – Hoje me foi pedido pelo próprio Deputado Arlindo Chinaglia um inciso III no art. 6º, que eu acho que é bem plausível. Só vou checar com o Coaf se isso atrapalha ou não o funcionamento deles, porque é uma coisa que eu pretendo atender.

O SR. ROGÉRIO PENINHA MENDONÇA (MDB - SC. *Fora do microfone.*) – Sr. Presidente, não são só as alterações?

O SR. REINHOLD STEPHANES JUNIOR (PSD - PR. Como Relator.) – Eu vou ler as alterações.

As alterações...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. REINHOLD STEPHANES JUNIOR (PSD - PR. Como Relator.) – Não, mas eu vou ler aqui as alterações.

As alterações são no art. 3º, §6º: "Compete ao Presidente do Coaf escolher e nomear o Secretário-Executivo, os titulares das Diretorias Especializadas referidas no §4º e os integrantes do Quadro Técnico". Isso foi alterado.

E foi alterado: "Compete aos titulares do cargo de Procurador do Banco Central do Brasil o exercício das atribuições previstas no art. 4º da Lei nº 9.650, de 27 de maio de 1998, em relação ao Coaf". Eu passo para a Procuradoria do Banco Central atender os casos, e não mais para a Procuradoria do Ministério da Economia.

Basicamente é isso.

O SR. KIM KATAGUIRI (DEM - SP) – Presidente, questão de ordem. Posso elaborar?

O SR. REINHOLD STEPHANES JUNIOR (PSD - PR. Como Relator.) – Eu li o relatório, e há essas duas alterações.

O SR. KIM KATAGUIRI (DEM - SP) – Posso elaborar a questão de ordem, Presidente? Posso elaborar a questão de ordem, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (José Serra. PSDB - SP) – Sim.

O SR. KIM KATAGUIRI (DEM - SP. Para questão de ordem.) – Questão de ordem com base no art. 29.

Eu gostaria de solicitar a verificação do quórum dos Senadores e dos Deputados no curso da sessão, que é um instrumento peculiar do Regimento Comum, das duas Casas. Esta semana, foi deferida... Perdão, semana retrasada, foi deferida questão de ordem feita pelo Senador Randolfe Rodrigues ao Presidente Marcos Pereira em relação a esse mesmo artigo, de que seria possível a verificação, a pedido de qualquer Líder, no curso, ainda que não houvesse votação.

Eu gostaria de pedir essa verificação para continuação da reunião.





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

Peço licença para ler a questão de ordem que foi resolvida pelo Presidente em exercício do Congresso Nacional.

O SR. PRESIDENTE (José Serra. PSDB - SP) – O problema aqui é que começou a sessão do Congresso. Nós temos que suspender a reunião.

Em todo caso, nos termos do art. 132, §1º, do Regimento Interno do Senado Federal, eu concederia vista coletiva da matéria.

Não sei se isso o satisfaz.

O SR. KIM KATAGUIRI (DEM - SP) – Presidente, perdão, mas, pelo meu entendimento, não seria possível um instrumento jurídico como a vista durante o concurso entre a reunião desta Comissão e a sessão do Plenário, porque, formalmente falando, os trabalhos desta reunião se encerraram no momento em que se abriu a sessão do Congresso Nacional. Portanto, não é possível conceder vista.

O SR. PRESIDENTE (José Serra. PSDB - SP) – Mas a Ordem do Dia não começou.

O SR. KIM KATAGUIRI (DEM - SP) – Não é possível conceder vista a partir deste momento.

O SR. PRESIDENTE (José Serra. PSDB - SP) – Se a Ordem do Dia tivesse começado...

O SR. KIM KATAGUIRI (DEM - SP) – Mas o meu pedido, Presidente, não está relacionado à vista, está relacionado à verificação do quórum.

Até peço licença para ler a questão de ordem feita, Sr. Presidente, à qual eu me refiro e que tem relação com o art. 29.

O Senador Randolfe Rodrigues diz o seguinte – aspas:

Permita-me, então, Presidente, dar um pouquinho mais de trabalho para o querido Bandeira hoje. Eu cito o art. 131, combinado com o art. 135, ambos do Regimento Comum. Veja, Excelência, o que dispõe o art. 135 do Regimento Comum: "Se, durante sessão do Congresso Nacional que estiver apreciando matéria orçamentária, verificar-se a presença de Senadores e Deputados em número inferior ao mínimo fixado no art. 28 do Regimento Comum [o qual eu invoco para esta questão de ordem], o Presidente da Mesa encerrará os trabalhos *ex-officio* [reitero: o Presidente da Mesa encerrará os trabalhos de ofício] ou por provocação de qualquer parlamentar, apoiado por no mínimo 1/20 (um vinte avos) dos membros da respectiva Casa, ou por Líderes que os representem". Antes de entrar na segunda parte, ressalto que temos aqui um número de Líderes que representa o reivindicado pelo Regimento, que é de um vigésimo. A leitura do art. 135 deixa claro que é necessária a verificação da presença de um sexto dos Senadores, conforme preceitua o art. 28 do Regimento, para que esta sessão, que trata de matéria orçamentária, possa ter continuidade.

Então, o Presidente Marcos Pereira, do Republicanos, de São Paulo, responde: "Senador, a votação vai aferir o quórum com segurança tanto agora na Câmara quanto depois no Senado". O Senador Randolfe Rodrigues responde, então: "Perfeito. Então, já apresento esta questão de ordem a V. Exa. no que diz respeito ao Senado". O Presidente do Congresso,





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

então, responde: "O.k., mas já está respondido que a votação nominal verificará e atestará o quórum tanto na Câmara quanto no Senado". O Senador Randolfe Rodrigues diz o seguinte: "Agradeço a V. Exa."

Existe uma diferença fundamental da questão de ordem que acabei de ler para a reunião que nós estamos vivenciando agora, que é o fato de que, na questão de ordem respondida pelo Deputado Marcos Pereira, a resposta foi de que, como haveria votação nominal logo após a fala do Senador Randolfe Rodrigues, não haveria necessidade de se verificar o quórum, com base no art. 28 do Regimento Comum. Não é o caso desta reunião. Não há previsão de votação nominal para esta reunião, Sr. Presidente. Logo, por analogia, o que se aplica da questão de ordem respondida pelo Deputado Marcos Pereira é que, não havendo votação nominal prevista para o curso desta reunião, nós podemos fazer a verificação do número de Senadores e de Deputados presentes para a continuidade da reunião.

O SR. PRESIDENTE (José Serra. PSDB - SP. Para responder questão de ordem.) – Eu vou tomar a seguinte decisão: fica concedida vista coletiva da matéria...

O SR. KIM KATAGUIRI (DEM - SP) – Mas ninguém pediu vista, Presidente!

O SR. PRESIDENTE (José Serra. PSDB - SP) – ... e suspendo a presente reunião, marcando a reabertura para o dia 30 de outubro...

O SR. KIM KATAGUIRI (DEM - SP) – Mas ninguém pediu vista, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Serra. PSDB - SP) – ... às 14h30.

O SR. KIM KATAGUIRI (DEM - SP) – Não há concessão de vista sem pedido.

O SR. ROGÉRIO PENINHA MENDONÇA (MDB - SC. *Fora do microfone.*) – Eu pedi vista.

O SR. KIM KATAGUIRI (DEM - SP) – E isso não é resposta para a questão de ordem também. Não é possível haver concessão de vista se a reunião for descontinuada por falta de quórum, Presidente.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. KIM KATAGUIRI (DEM - SP) – Mas é preciso antes responder à questão de ordem, para posteriormente decidir se será concedida vista ou não, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Serra. PSDB - SP) – O Rogério Peninha pediu vista.

O SR. KIM KATAGUIRI (DEM - SP) – Ele pediu, Presidente, mas essa foi uma vista posterior. O que eu peço é que a Presidência esclareça a questão de ordem levantada e já respondida pelo Presidente Marcos Pereira em relação à continuidade da reunião, porque não há como se falar em vista, se a reunião não continuou em face da falta de quórum.

O SR. PRESIDENTE (José Serra. PSDB - SP) – A reunião não vai continuar. Eu vou suspender agora.

O SR. KIM KATAGUIRI (DEM - SP) – Não, não, Presidente. V. Exa. não compreendeu. A vista não pode ser concedida numa reunião que não está acontecendo formalmente em razão da falta de quórum.

O SR. PRESIDENTE (José Serra. PSDB - SP) – O Deputado pediu vista, o Deputado pediu vista.





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

O SR. KIM KATAGUIRI (DEM - SP) – Mas a vista foi posterior à minha questão de ordem, Presidente. Precisa haver a resposta à questão de ordem, para posteriormente a resposta ao pedido de vista.

O SR. PRESIDENTE (José Serra. PSDB - SP) – Está suspensa a reunião.

O SR. KIM KATAGUIRI (DEM - SP) – Sem o pedido de vista, Presidente!

O SR. REINHOLD STEPHANES JUNIOR (PSD - PR. *Fora do microfone.*) – Não, com o pedido.

O SR. KIM KATAGUIRI (DEM - SP) – Não! Não respondeu à questão de ordem.

(Iniciada às 14 horas e 52 minutos, a reunião é suspensa às 15 horas e 25 minutos do dia 23/10/2019.)

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (José Serra. PSDB - SP) – Declaro reaberta a 7ª Reunião da Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 893, de 2019.

A Presidência comunica que, no dia 23 de outubro, o Deputado Reinhold Stephanes Junior procedeu à leitura do seu relatório.

Deputado Luis Miranda, se V. Exa. me permite, eu gostaria de começar a reunião, o que é meio incompatível com uma discussão em voz alta.

Repito: declaro reaberta a 7ª Reunião da Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 893, de 2019.

A Presidência comunica que, no dia 23 de outubro, o Deputado Stephanes Junior procedeu à leitura do seu relatório, ocasião em que foi concedida vista coletiva da matéria, suspendendo-se, em seguida, a reunião.

Passo a palavra ao Relator, Deputado Reinhold Stephanes Junior para suas considerações.

O SR. REINHOLD STEPHANES JUNIOR (PSD - PR. Como Relator.) – Obrigado, Presidente.

Antes de entrar na complementação de voto de duas solicitações que me foram feitas, eu queria fazer alguns agradecimentos: primeiro, aos Deputados Arlindo Chinaglia e Zarattini pela postura e pelo apoio que me deram, porque o assunto foi tratado tecnicamente e com muito zelo. Acatei várias sugestões que me foram dadas por eles, como ter, obrigatoriamente, que investigar e punir quem falou, quem vazou informações, entre outros temas; e também aos Deputados do PT, ao Kim Kataguiri, ao José Serra e outros Deputados, onde nós apenas permitimos no Conselho funcionários de carreira. A princípio, eram 11 instituições, e agora está entrando a AGU como a 12ª instituição. O Plenário foi reformulado.

Quero agradecer ao Deputado Kim Kataguiri também pela sua postura ao compreender que há necessidade também de haver oxigenação no Coaf, as pessoas têm que ter meritocracia, têm que ter currículo para estar lá. Ele me ajudou a formular também uma das emendas que aqui estão.





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

Agradeço ao Deputado Luis Miranda e à Senadora Soraya, que trouxeram algumas demandas, assim como outros Deputados. A deles foi do Carf, uma solicitação justa para que as gestantes tenham licença maternidade, mas aqui não é especificamente o local para se tratar do assunto, porque seria algo de fora na lei do Coaf. E depois haveria algumas suscetibilidades, porque várias emendas nesse sentido de outros Deputados não foram aceitas.

Quero agradecer também ao Magno Mello e à Liana Issa, que me assessoraram nesse processo; à sua assessora Adriane; e ao próprio José Serra, que já trabalhou muito tempo com meu pai e com quem agora tenho a honra de trabalhar junto pela primeira vez neste processo.

Vou ler a complementação de voto.

Após a apresentação do parecer à Medida Provisória nº 893, de 2018, na reunião desta Comissão realizada no dia 23 de outubro próximo passado, mantive entendimentos com representantes do Poder Executivo e com o Deputado Kim Kataguiri. Em razão deste proveitoso diálogo, apresento a presente complementação de voto, que altera o texto apresentado na reunião passada nos seguintes aspectos:

- acréscimo de representante da Advocacia-Geral da União no grupo de órgãos com assento no Plenário do Coaf, tendo em vista o reconhecimento da relevância de sua atuação para o aprimoramento do Colegiado, o que resultou no acréscimo de inciso XII ao §1º do art. 4º do projeto de lei de conversão oferecido aos nobres pares;

- adição de regra, no §6º do art. 4º do referido projeto de lei de conversão, em que se determina a observância de critérios de formação acadêmica e qualificação profissional estabelecidos em ato do Poder Executivo na designação dos servidores que atuam no Coaf.

Seria essa a complementação de voto.

Pergunto ao Deputado Arlindo Chinaglia se a conversa que foi feita está o.k. antes de colocar em votação.

O SR. PRESIDENTE (José Serra. PSDB - SP) – Em discussão a matéria.

O SR. ARLINDO CHINAGLIA (PT - SP. Para discutir.) – Obrigado, Presidente.

Ao cumprimentar o Relator, V. Exa. e os demais pares, do que se trata essa pergunta que o Sr. Relator fez? É que nós partimos do pressuposto da proteção dos direitos individuais, sejam eles de pessoas físicas ou até mesmo jurídicas – a denominação pode até ser outra –, resumidamente para que se cumpra a lei.

Na conversa que tivemos aqui com a representação do Banco Central, o que nos foi esclarecido? Primeiro, que a lei que dá as prerrogativas da Ordem dos Advogados do Brasil no seu inciso XIV, se não me engano, do art. 7º, dá a garantia de acesso através de advogado. Depois foi me mostrado um outro inciso que penaliza se o responsável para garantir o acesso não cumprir ou cumprir parcialmente. O terceiro aspecto que acho valer a pena mencionar e que o Sr. Relator foi quem primeiro me observou a esse respeito: o Coaf identifica uma movimentação em alguma conta hipoteticamente; não é ele quem faz a investigação. Portanto, na hora que observar essa movimentação estranha, o Coaf procura identificar e, depois, poderá ser instaurado um procedimento qualquer, inquérito pelo Ministério Público, e assim por diante. Então, à primeira vista, não estou duvidando das pessoas com quem conversei, parece-me que há essa garantia.





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

Mas, aproveitando a discussão da matéria, Sr. Presidente, Sr. Relator, eu quero dizer que nós vamos votar favoravelmente ao seu parecer, mas, além desse tema, eu particularmente tenho uma dúvida que vamos procurar esclarecer antes de ir a Plenário e que diz respeito à vinculação ao Banco Central ou não, até porque Parlamentares que, como eu, defendiam que não ficasse vinculado ao Banco Central, pessoas que nós respeitamos, ficaram convencidos.

Então, eu temos um prazo para dialogarmos mais a respeito desse ponto.

No mais, cumprimento V. Exa., Deputado Reinhold, que de fato procurou produzir algumas alterações a partir do que ouviu.

Finalmente, eu fui alertado aqui por representação de servidores públicos... Eu até pedi que eu recebesse, mas não recebi... Porque existe, digamos...

O que poderia ser uma emenda de redação? V. Exa. teria substituído o termo "servidores" por "integrantes". Na justificativa, V. Exa. fala de servidores, mas o texto da medida provisória tal como está escrito fala de representantes. Então, eu primeiro gostaria de saber qual a diferença, porque V. Exa... Eu estava em outra reunião em que ficou consagrado o termo "servidores", se não me engano. Eu fui alertado exatamente agora de que isso teria voltado. Então, eu queria um esclarecimento de V. Exa.

O SR. REINHOLD STEPHANES JUNIOR (PSD - PR. Como Relator.) – É simples. É porque existem cargos de confiança no Coaf, e alguns deles são de pessoas... Não no Conselho; no Conselho, só funcionários de carreira, que fazem o julgamento do processo, mas entre os que trabalham lá efetivamente há pessoas que não são efetivamente servidores e que já estão lá há anos. O Coaf sempre teve cargos de confiança, pelo menos nas últimas décadas. Na última década, houve cargos de confiança. Então, há pessoas de fora lá.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. REINHOLD STEPHANES JUNIOR (PSD - PR) – Não propus tirar porque eu não vejo problema em...

O SR. ARLINDO CHINAGLIA (PT - SP) – Eu não sei se contempla, porque o que V. Exa. está dizendo, se eu interpreto bem, é que está mantendo tal como funciona hoje...

O SR. REINHOLD STEPHANES JUNIOR (PSD - PR) – Isso.

O SR. ARLINDO CHINAGLIA (PT - SP) – Ou seja, há servidores como haverá também, com há hoje, funcionários nomeados em cargos de confiança. E se colocassem as duas coisas? Servidores e...

O SR. REINHOLD STEPHANES JUNIOR (PSD - PR. Como Relator.) – O que vale é o texto que está entregue hoje.

O SR. ARLINDO CHINAGLIA (PT - SP) – Como?

O SR. REINHOLD STEPHANES JUNIOR (PSD - PR) – O projeto de lei de conversão...

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. ARLINDO CHINAGLIA (PT - SP) – Aqui estamos dialogando. Não quero tomar o tempo de todo mundo, mas é uma tentativa para servir para todos nós também.

O Magno já foi Presidente do Sindilegis em tempos idos. O que ele está explicando... Portanto, estou fazendo essa referência porque não creio que ele intencionalmente vá atuar contra servidores. O que estou sugerindo para ele é o seguinte... Ele falou que é verdade, a





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

Constituição separa os servidores dos militares e, ao mesmo tempo, na opinião dele, ao falar de integrantes, cobriria todo mundo. O que estou sugerindo então é colocar servidores, militares e integrantes, porque assim todo mundo se sentirá contemplado. Não sei se isso é um problema. Eu acho que não seria.

O SR. REINHOLD STEPHANES JUNIOR (PSD - PR) – Não é problema, seria uma emenda de redação.

O SR. ARLINDO CHINAGLIA (PT - SP) – Pode ser?

O SR. REINHOLD STEPHANES JUNIOR (PSD - PR) – Pode ser. Está acatado.

O SR. ARLINDO CHINAGLIA (PT - SP) – Então, agradeço.

O SR. REINHOLD STEPHANES JUNIOR (PSD - PR) – Podemos votar o relatório?

Deputado Arlindo Chinaglia, está acolhida oralmente ao complemento a emenda de redação.

O SR. PRESIDENTE (José Serra. PSDB - SP) – Sem mais quem queira discutir, está encerrada a discussão.

Passamos, portanto, à votação da matéria.

Em votação o relatório.

Os Parlamentares que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão.

Antes de encerrarmos os trabalhos, proponho a aprovação da ata da presente reunião e das reuniões anteriores.

Os Parlamentares que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovadas.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 14 horas e 52 minutos e suspensa às 15 horas e 25 minutos do dia 23/10/2019, a reunião é reaberta às 15 horas e 06 minutos e encerrada às 15 horas e 20 minutos do dia 30/10/2019.)



Fale com o Senado
0800 61 2211

 /senadofederal
 @senadofederal

Secretaria-Geral da Mesa
Secretaria de Atas e Diários

**SENADO
FEDERAL**

